Universidade de São Paulo

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

HENYO TRINDADE BARRETTO FILHO

Da Nação ao Planeta através da Natureza:
uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira

São Paulo, SP
2001

HENYO TRINDADE BARRETTO FILHO

DA NAÇÃO AO PLANETA ATRAVÉS DA NATUREZA:
UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

São Paulo, SP
2001

In memoriam de dona Latife e seu Maurício, caboclos do beiradão do Jaú.

Para meus pais, Henyo e Lúcia, sempre.

Ana, que veio antes,
Tales, que chegou durante,
e Adriana, princípio e fim de tudo,
estão – de diversas formas - nesta tese.

RESUMO

O objetivo desta tese é realizar uma etnografia histórica comparada dos processos de criação e gestão do Parque Nacional do Jaú e da Estação Ecológica das Anavilhanas, situados na micro-região do baixo rio Negro, estado do Amazonas, contextualizando-os no âmbito do desenvolvimento e das sucessivas mudanças de enfoque da política ambiental no Brasil. Baseio a reconstituição histórica e a descrição etnográfica em fontes documentais e na observação direta de processos sociais em curso. O estudo de duas categorias de manejo de unidades de conservação distintas, situadas em uma mesma bacia hidrográfica - o rio Negro, com as características comuns de um sistema de águas pretas -, abarcando cerca de 60% da área do município de Novo Airão-AM - o que justifica uma análise do efeito da sua criação ao nível local -, criadas à mesma época e geridas sucessivamente por distintas agências do governo federal - o IBDF, a SEMA e o IBAMA -, permitirá: (a) interpelar etnograficamente a relação entre diferentes agências e instituições, locais, regionais, nacionais e internacionais, na criação e gestão de unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira; e (b) identificar os recursos sociais, políticos, econômicos, normativos, institucionais e técnicos, que permitiram avanços e retrocessos na implantação destas unidades, enquanto instrumentos da política ambiental. O estudo de caso comparado é empregado como um procedimento recursivo cujo propósito final é construir uma compreensão propriamente antropológica das unidades de conservação de proteção integral - definidas hoje como instrumentos de política ambiental. Faço-o explorando o conceito antropológico de *artefato* cultural, enfatizando o caráter de construto socionatural histórico instável e indeterminado das unidades de conservação – dimensão dissimulada pelas formulações anacrônicas e a-históricas hegemônicas nas análises normativas sobre a matéria.

Palavras-chave: meio ambiente, unidades de conservação, rio Negro, populações tradicionais e política ambiental.

ABSTRACT

This thesis is a comparative ethnographic history of the creation and management of the Jaú National Park and the Anavilhanas Ecological Station in the lower Rio Negro micro-region. The process whereby these territories were created and management policies devised is placed within the context of successive environmental policy changes within Brazil. The historical account and the ethnographic description of this process are based both on written sources and direct field observation. Presenting a comparison of local level consequences of two distinct approaches to conservation management, the study focuses on conservation units of indirect use based in the same hydrographic basin - the Negro River - with common characteristics of a black water ecosystem, encompassing approximately 60% of Novo Airão county, State of Amazonas. The study of these two different conservation units of total protection created during the same period and overseen by a succession of federal government agencies (IBDF, SEMA, IBAMA) focuses on two key issues: a) ethnographic description of the relation between different agencies and institutions on the local, regional, national and international level involved in the creation and management of conservation units of indirect use within the Brazilian Amazon; b) the analysis of the way that implementation of these units as instruments of environmental policy was complexly shaped by the possibility of drawing on different social, political, economic, normative, institutional and technical resources by different actors at different times. It is hoped that this comparative case study will itself contribute to ongoing discussions regarding conservation policies and will ultimately contribute to a properly anthropological understanding of conservation units, as these are currently deployed within environmental policies. I use the anthropological concept of cultural artifact to analyze the unstable and indeterminate nature of conservation units as socio-natural historic constructions. I show how the socio-cultural-natural constructedness of conservation units is disguised by the ahistorical hegemonic formulas employed in technical discourses about the environment.

Keywords: environment, protected areas, Negro River, traditional peoples and environmental policy.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa etnográfica, por sua natureza, exige que o pesquisador dependa da assistência e auxílio de outros, o que ocorre muito mais freqüentemente na etnografia do que em outros ramos científicos.

Bronislaw Malinowski [1921]

Se era verdade o que Malinowski dizia há oitenta anos atrás, quando o trabalho de campo era definido pela imersão do pesquisador individual em uma comunidade e o campo era visto como um sítio imediatamente disponível à observação participante, hoje ainda mais – em especial para trabalhos cujo objeto não é um povo específico situado em uma arena tópica determinada.

Este trabalho é, em larga medida, produto de uma rede que eu comecei a tecer a oito anos atrás, envolvendo instituições e pessoas às quais eu gostaria de expressar meus débitos e agradecimentos. Não obstante, se o tecido final apresenta arestas descosidas, pontas soltas e orifícios, a responsabilidade é exclusiva de quem o teceu.

Registro inicialmente meu agradecimento ao Colegiado do Departamento de Antropologia da UnB, por conceder-me licença de afastamento para qualificação entre 1996 e 2000, sem o quê o curso de Doutorado sequer teria se iniciado. Neste período, recebi bolsa de estudos de nível de Doutorado concedida pelo Programa Institucional de Capacitação Docente da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PICDT/CAPES) por meio do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB, onde leciono, ao quais agradeço.

O desenvolvimento da pesquisa foi possível graças ao apoio financeiro obtido das seguintes fontes:

- Programa FORD/ANPOCS de Dotações para Pesquisa em Ciências Sociais de 1997, através da Dotação 66AB.
- Programa Natureza e Sociedade WWF/FORD, através do Apoio CSR 103-98.
- The Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, Predoctoral Grant # 6289.

Ao PPGAS/FFLCH devo o abrigo institucional e o acolhedor ambiente de interlocução intelectual proporcionado. Na pessoa da saudosa professora Aracy Lopes da Silva, Coordenadora do Programa ao tempo em que cursei os créditos, agradeço

extensivamente a todos os outros professores da casa. A Ivanete Ramos Roza e a Rose agradeço a paciência e a diligência com que sempre me atenderam - aluno fora da sede, naufragando em atestados de freqüência e relatórios que sempre me foram enviados a tempo.

Professora Lux Boelitz Vidal foi muito mais do que orientadora. Foi antes de tudo uma provocante interlocutora. Cúmplice, com ela partilhei muito mais do que a tese nesses cinco anos. Se esta não lhe saiu ao feitio, deve-se, sobretudo, à minha obstinação doentia, contra a qual ela lutou diuturnamente. Lux, obrigado.

Aos professores Margarida Maria Moura e Renato Queiroz agradeço por terem me colocado contra a parede no Exame de Qualificação, permitindo-me rever algumas das formulações iniciais. Aos professores Renato da Silva Queiroz e Dominique Tilkin Gallois, deste Programa, Mauro W. B. Almeida, da Universidade de Campinas, e João Pacheco de Oliveira, do Museu Nacional/UFRJ, pela generosidade com que aceitaram o convite para compor a banca

As minhas famílias em São Paulo foram: tia Fatinha, em Moema; Antoine e Marcela Midani, no Itaim-Bibi; Sérgio Leitão e Ana Valéria, no Sumaré; Fernando "Fedola" Vianna e Cássio Inglez de Souza, na mansão suspensa da Vila Madalena. Estes dois e os colegas de pós Luizito Xerente, Luís Donizete, Kike Toledo e Piero Leirner foram companheiros constantes, interlocutores e esteios afetivos de todas as horas. "Fedola" foi especialmente solícito em me matricular nos últimos semestres de curso. Valeu galera!

Em Brasília, encontrei em meus colegas do Grupo de Pesquisa "Transformações no Mundo Contemporâneo", Gustavo Sérgio Lins Ribeiro e Paul Elliot Little, e seus respectivos orientandos de doutorado, mestrado e graduação, interlocutores de primeira hora, com quem discuti aspectos do trabalho em diferentes fases da sua formulação. A apresentação do projeto de pesquisa original nos Seminários do DAN contou com a acolhida da professora Mariza Gomes e Souza Peirano. A minha vinculação como *affiliate* do David Rockefeller Center for Latin American Studies da Universidade de Harvard, em maio de 1999, deve-se ao meu colega e amigo Luís Roberto Cardoso de Oliveira. Na Secretaria do DAN, Rosa Venina Macedo, Paulão e seu "Lulu" Gonzaga foram apoios essenciais e indispensáveis para tudo e mais um pouco.

Meus alunos de graduação e orientandos de Iniciação Científica Andréa de Souza Lobo, Christian Teófilo da Silva, Gustavo Hamilton de Souza Menezes, Sílvia Maria Ferreira Guimarães, Cloude de Souza Correia, Roberta da Rocha Salgueiro,

Karina Soares Canedo, Cleber Lopes Cabral Maia e Paula de Siqueira Lopes, que se sucederam entre julho de 1996 e 1998 nos marcos do projeto *Da Naturalização da Nação à Internacionalização da Gestão da Natureza: para uma etnografia histórica da administração das unidades de conservação no Brasil*, fizeram um ótimo trabalho com a organização da documentação. Que os seis primeiros sejam, hoje, alunos do PPGAS da UnB é motivo de muita satisfação para mim. Aprendi muito com a dissertação de graduação que Andréa escreveu sobre o Parque Nacional de Brasília.

Lá no Amazonas a pesquisa teria sido impossível sem o apoio, o interesse e o suporte integrais da Fundação Vitória Amazônica. Na pessoa dos diretores-executivos que se sucederam, Carlos Miller e Muriel Saragoussi, estendo o meu agradecimento a todos. Faz-se necessário nomear alguns: os Coordenadores de Pesquisa Científica que por lá passaram, Regina Oliveira, Leandro Vale Ferreira, Sérgio Borges e José Luís Camargo; o Coordenador dos Sistemas de Informação, Andrew Murchie – que fez os mapas (Andrew is God!); o de Publicações e Divulgação, Marcus "Pum" Pinheiro – que digitalizou algumas imagens; o de Apoio Logístico, Fernando Oliveira – que ajudou a montar toda a minha logística em 1998 (Fernandão is God too!); Antônio Vieira e Aurelina Viana dos Santos, da Educação Ambiental, que sempre me receberam de braços abertos e com todo o conforto em Novo Airão; e toda "turma do social", Jóia, seu Fernandes e Iranildo, meus cúmplices que pagam um dobrado com a caboclada do beiradão. Com Carlos, Regina, Andrew e George "Jacaré/Jaca" Rebelo aprendi muito e compartilhei momentos de cumplicidade impublicáveis. Socorro Rodrigues Chaves e José Heder Benatti também fazem parte deste time. Com Fabiana Vaz de Mello, minha ex-quase orientanda, partilhei dois períodos de pesquisa de campo e o intercâmbio de informações que mantivemos nessas ocasiões enriqueceu muito o meu próprio trabalho, com dados e informações significativas. Que a força esteja com vocês!

O convite do Pe. Humberto Guidotti, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da CNBB Norte I, para ministrar um curso sobre "Realidade Amazônica" no CENESC, em Manaus, em janeiro de 1998, permitiu-me retomar a pesquisa naquela cidade. Agradeço a ele ao Pe. Canio Grimaldi, administrador da Residência Salesiana em Manaus, que me autorizou estender a minha estadia ali indefinidamente. Em diferentes momentos, foram meus anfitriões em Manaus: Selda Vale da Costa; Rodrigo Pádua e Luciene Pohl; Andrew "Monstro" Murchie, Rejane "Monstra" Murchie e Heleninha. A hospitalidade de todos foi uma dádiva.

Durante o período de pesquisa no Amazonas, ajudaram a segurar a peteca afetiva e a criar os meus filhos aqui em Brasília: Lina e Márcio (both are God too!), Aurélio "Lelo" Vianna e Betse de Paula, Márcio e Juliana Santilli, Sérgio Leitão e Ana Valéria, Cristina Khan, Analuce Freitas, Fernanda Alencar, Jô Oliveira, Adson e Sandra, Sérgio e Selene, tia Socorrinho e Bruno. Valeu!

Ao diretor do David Rockefeller Center for Latin American Studies da Universidade de Harvard, professor John H. Coatsworth, agradeço a minha admissão como *affiliate* em maio de 1999. Todos os membros do *staff* foram sempre receptivos e amáveis. Gustavo, meu ex-aluno, descolou um esquema de hospedagem sensacional – e barato - em Boston. Nesta cidade, David e Marylou Cleary fizeram-me sentir em casa. O mesmo se aplica a Steve, Pat, Elias e Gabriel Schwartzmann, que abriram para mim as portas de sua casa em Maryland, MD. O professor Ronald Foresta, do Departamento de Geografia da Universidade do Tennessee, em Knoxville, além de ter discutido comigo vários aspectos do seu trabalho (Foresta 1991) e ter comentado criticamente o meu, recebeu-me gentilmente em sua casa. A todos sou imensamente grato.

Com alguns interlocutores logrei estabelecer uma relação verdadeiramente simétrica. Mais do que entrevistas, gravei conversações com eles. Alguns me abriram seus arquivos pessoais e bibliotecas, outros me forneceram cópias de documentos e me emprestaram livros. Refiro-me especialmente aqui a quatro pessoas: Alceo Magnanini, Cláudio Valladares-Pádua, Gary Wetterberg e Vivaldo Campbell de Araújo. A eles – e por meio deles a todos os que estiveram na posição de formular e/ou executar políticas de conservação da natureza com UCs – peço desculpas se as conclusões apresentadas aqui se distanciam das suas expectativas e perspectivas. Trata-se não de um trabalho normativo, mas de um trabalho antropológico analítico. A perspectiva crítica em nada afeta à admiração que aprendi a ter por eles.

No beiradão do rio Negro e em seus afluentes, receberam-me em suas casas com aquela hospitalidade cabocla da qual, quem já se beneficiou, não se esquece: Jandil e Isa, no Seringalzinho, rio Jaú; Robson e Lúcia, no Flausino, rio Unini; e Wilson e Lédyna, em Nova Esperança, no lago do Apuaú. Suportaram com estoicismo o incômodo de um intruso em suas casas. Foi a partir deles que, acho, comecei a entender um pouco o povo daquela região. Seu Jaime Magalhães foi meu guia em Novo Airão e, por seu intermédio, conheci quase todos os ex-residentes de Anavilhanas que residem na cidade. Dona Latife, que me recebeu pela primeira vez no Jaú, em 1994, e seu Maurício, que me cedeu a casa, em 1998, não viveram para saber que eu concluí a

minha “tarefa”. A eles dedico este trabalho e, por eles, a todos os que provam das agruras de viver numa “reserva”.

Meus mateiros desempenharam com eficiência a sua função: Manoel “Índio” de Lima Cardoso, no Jaú; Germínio Barroso e Jackson Magalhães no Apuaú, Baependi e Negro; e Leôncio Gonzaga da Silva, no Negro.

Ao IBAMA agradeço nas pessoas dos Diretores da Diretoria de Ecossistemas e Chefes do Departamento de Unidades de Conservação ao tempo em que eu conduzi minha pesquisa: Alison Coutinho e Ricardo Soavinsky, na DIREC; e Fábio de Jesus e Gilberto Sales, no DEUC. Rodrigo Paranhos Faleiros, outro ex-aluno, que hoje está no Núcleo Temático de Integração de UCs com Populações do DEUC, prestou-me incontáveis pequenos favores que, se citados, não caberiam aqui. Os chefes do Parque Nacional do Jaú (PNJ) que se sucederam, João do Carmo Oliveira de Jesus e Marco Antônio Vaz de Lima, deram apoio integral às atividades de pesquisa. Foi o segundo quem despachou favoravelmente à minha solicitação de autorização para pesquisa em ambas as unidades. O mesmo se aplica a Ângelo de Lima Francisco, Chefe da Estação Ecológica de Anavilhanas e Coordenador do Núcleo Regional de UCs da Superintendência Regional do IBAMA. Seu Ivo foi sempre muito gentil e atencioso. A pesquisa foi conduzida sob a Autorização nº 04/98, conforme Portaria nº 092/N da Presidência do IBAMA de 02/09/1994.

Os servidores do IBAMA de Novo Airão são um capítulo à parte de tão solícitos e atenciosos que são para com os pesquisadores que por lá passam. Em Novo Airão, seu Alegário e dona Marli; em Anavilhanas, Raimundo “Maracanã” e dona Dora; e no Jaú, Bernardo, Jefferson e Manuel em 1993/4, e Bernardo, Moisés e Marivaldo em 1998/99. Todos são importantes personagens desta etnografia. Espero que esta lhes faça justiça.

Não poderia deixar de mencionar os nomes de Maurício Mercadante, Roseli Ganem e Monika Röper. Florestal, ecóloga e geógrafa, heterodoxos defensores das UCs de proteção integral, com quem dividi idéias, dúvidas e equívocos ao longo do caminho.

As partes mais claras e inteligíveis do trabalho são aquelas que passaram pelo crivo e pela revisão da minha sogra, Professora Sônia Ramos, guardiã da norma culta.

Meu compadre, Antônio Carlos de Souza Lima, prestou um socorro inestimável nos momentos finais.

Por fim, àqueles sem o qual nada disso teria sentido e aos quais também dedico este trabalho: meus pais.

Dri, Aninha e Tatá estão aqui, mas só quem pode vê-los sou eu.

Asa Norte, Plano Piloto, Brasília, DF
Junho de 2001

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

ANTECEDENTES.....1

PANORAMA GERAL.....5

CAPÍTULO 1: A SITUAÇÃO-PROBLEMA.....13

1.1. PORQUE PESQUISAR UCS DE USO INDIRETO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA? 14

1.2. ANTROPOLOGIA SOCIAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....32

1.3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....48

CAPÍTULO 2: ESBOÇO DE HISTÓRIA SOCIAL DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS.....63

PROÊMIO: YELLOWSTONE, REBOUÇAS E SEU AVELINO.....63

2.1. O EXPERIMENTO NORTE-AMERICANO: IDENTIDADE E PARQUES NACIONAIS.....68

2.2. O EXPERIMENTO BRASILEIRO: O PROBLEMA FLORESTAL E OS PARQUES NACIONAIS COMO DOCUMENTÁRIO E ESPÉCIMENS DO PAÍS.....107

CAPÍTULO 3: GEOPOLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO: AS UCS DE USO INDIRETO NA AMAZÔNIA.....135

PROÊMIO: A SEMANA SANTA DE 1971.....135

3.1. DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: O SISTEMA ONU E AS REPERCUSSÕES DE ESTOCOLMO.....141

3.2. O PROJETO FAO/RBF DE MANEJO DE ÁREAS SILVESTRES NA AMÉRICA LATINA.....151

3.3. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONTRADIÇÃO OU CONVERGÊNCIA?.....159

3.4. A DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA AMAZÔNIA.....176

3.5. O PROGRAMA DAS ESTAÇÕES ECOLÓGICAS DA SEMA.....183

3.6. A "DIPLOMACIA DE PROJETO" DO "PACTO AMAZÔNICO" E A CRIAÇÃO DE UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL.....190

3.7. DE UM EQUÍVOCO DE ESCALA A UM PARQUE NACIONAL: O JAÚ.....201

3.8. DE UMA VISITA PROVIDENCIAL A UMA ESTAÇÃO ECOLÓGICA: ANAVILHANAS.....211

CAPÍTULO 4: JAÚ E ANAVILHANAS – "AQUI COMEÇA O PARAÍSO".....220

PROÊMIO: VISÕES DO PARAÍSO.....220

4.1. O "RIO DA FOME".....224

4.2. BREVE NOTÍCIA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO HUMANA DA REGIÃO.....237

4.3. A VIDA SOCIAL NOS TRIBUTÁRIOS ANTES DA CRIAÇÃO DAS UNIDADES.....296

4.4. REPERCUSSÕES IMEDIATAS DA CRIAÇÃO DAS UNIDADES.....345

CAPÍTULO 5: DESAFIOS E DILEMAS NA PARTILHA DE UMA HERANÇA TERRITORIAL..... 436

PROÊMIO: O "TAMBOR SILENCIOSO"..... 436

5.1. A POLÍTICA INTERNACIONAL DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA.....440

5.2. DAS "CERCAS E MULTAS" AOS ICDPS: A INVENÇÃO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS....454

5.3. JAÚ: A GÊNESE DE UM PLANO DE MANEJO.....474

5.4. ANAVILHANAS: AVALIAÇÃO ECOLÓGICA – NÃO TÃO – RÁPIDA.....494

5.5. REBATIMENTOS LOCAIS.....512

CONCLUSÕES.....528

CONCLUSÕES DE ANTROPOLOGIA SOCIAL.....528

CONCLUSÕES DE SOCIOLOGIA POLÍTICA E MORAL.....532

BIBLIOGRAFIA

MAPAS

TABELA 1
Número e Área de Categorias de Manejo de Unidades de Conservação de Uso Indireto Criadas p. 24

TABELA 2
Número e Área de Categorias de Manejo de Unidades de Conservação de Uso Direto Criadas p. 26

TABELA 3
Trabalho de campo: síntese das atividades de pesquisa p. 54

TABELA 4
Missões Carmelitas no rio Negro, com a indicação dos sítios aos quais deram origem p. 255

TABELA 5
Comparação dos recenseamentos do baixo rio Negro na segunda metade do século XVIII p. 273

TABELA 6
Diversificação da composição étnica dos lugares e vilas do médio e baixo rio Negro p. 276

TABELA 7
Recenseamento de Leovegildo de Souza Coelho p. 288

TABELA 8
Comerciantes e casas comerciais instaladas em Airão no final do século XIX p. 297

TABELA 9
Festejos de santos realizados no rio Jaú p. 322

TABELA 10
Evolução demográfica recente de Novo Airão face à Microrregião e ao Estado p. 346

TABELA 11
Evolução da População Urbana Residente dos Município da Microrregião do Rio Negro – Valores Relativos p. 349

TABELA 12
Alguns remanescentes e deserdados de Anavilhanas p. 381

TABELA 13
Levantamento do número de ocupantes e títulos de domínio do PNJ – INCRA/ ITERAM (1988) p. 410

INTRODUÇÃO

Antecedentes

Esta tese resulta de múltiplas inserções, algumas das quais transcendem a minha trajetória como aluno do Doutorado em Antropologia Social na FFLCH/USP e que gostaria de tornar explícitas. Ao fazê-lo, busco *situar-me* como sujeito de conhecimento e de envolvimento e subsidiar uma leitura qualificada do trabalho. Assinalo os elementos que, reconheço, contribuíram para definir o interesse pelo tema da pesquisa e o modo como ele foi originalmente problematizado, colocando em jogo o quadro mental configurado por experiências de pesquisa e de ação política nas quais me envolvi. Concluo com breve formulação dos objetivos geral e específicos da tese e apresentação do panorama geral do trabalho.

Concluído o Mestrado em Antropologia Social no Museu Nacional em janeiro de 1993, voltei-me para a identificação de nova área de investimento de pesquisa. À época lecionava no Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Amazonas, em Manaus. Foi quando conheci o trabalho desenvolvido pela Fundação Vitória Amazônica (FVA), organização não-governamental ambientalista sediada em Manaus, criada em 1990 e que, desde então, vinha realizando pesquisas no Parque Nacional do Jaú (PNJ) visando a subsidiar a elaboração do plano de manejo desta unidade de conservação (UC). As ações ganharam ímpeto com a elaboração de um projeto mais abrangente por aquela ONG, o "Projeto Rio Negro", que objetivava contribuir para a consolidação de todas as unidades de conservação (UCs) da bacia daquele rio e foi financiado ao longo do tempo pelas seguintes organizações e programas: W. Alton Jones Foundation, Governo da Áustria, Fundo Mundial para a Natureza (WWF) com recursos da United States Agency for International Development (USAID), União Européia (UE) e Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA/IBAMA).

Meu primeiro contato com a FVA deu-se na forma de um convite para elaborar um parecer técnico sobre o relatório *Os Moradores do Parque Nacional do Jaú: um parque por ele mesmo* (Rebêlo 1993), que consolidava e analisava os resultados de um censo e um levantamento sócio-econômico dos "moradores" daquela unidade, realizado pela FVA com apoio do Projeto Genesys/USAID no final do ano de 1992. A equipe que realizou o *sondeo* contou com a presença de pesquisadores vinculados ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), técnicos da Fundação Nacional de Saúde

(FNS) e membros do *staff* da ONG. Logo em seguida, em virtude do conteúdo do meu parecer, fui convidado pelo então Diretor-Executivo da FVA a integrar o Conselho Curador da instituição, de caráter deliberativo. À época, ele justificou o convite em razão da necessidade de fortalecer a preocupação social no Conselho - dada a presença majoritária de cientistas naturais e representantes da iniciativa privada - e de incluir de modo mais claro a discussão sobre o direito dos "moradores" nas ações de consolidação do PNJ conduzidas pela FVA.

Naquele mesmo ano de 1993, a FVA celebrou um convênio com o IBAMA com o objetivo de consolidar a implantação do Parque e um termo de cooperação técnica visando à mútua colaboração no âmbito da bacia do rio Negro, em uma das primeiras iniciativas de co-gestão de UCs no Brasil, entre governo e sociedade civil.

Do Conselho fui convocado a tomar parte na equipe de pesquisa multidisciplinar coordenada pela FVA, envolvendo pesquisadores do INPA e da Universidade do Amazonas, que estava trabalhando no levantamento dos fatores bióticos e abióticos para subsidiar a elaboração dos Capítulos 1 e 2 do plano de manejo da unidade - nos marcos do procedimento estabelecido pelo IBAMA no *Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto* então vigente (IBAMA 1996). Elaborei uma proposta de trabalho e participei de duas expedições de campo ao rio Jaú, em outubro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, totalizando dois meses e meio de permanência na área. Por razões de logística e desconhecimento prévio das condições locais, acabei concentrando a minha investigação nos grupos locais do baixo curso do rio Jaú.

Apresentei dois relatórios parciais nos quais procurei dar conta dos objetivos específicos definidos na proposta de trabalho: estudar os sistemas de produção da população local; identificar as expectativas desta em relação ao PNJ e às instituições responsáveis pela sua gestão (IBAMA e FVA); e analisar as suas formas de organização social e virtuais unidades de sociabilidade. Investi mais numa etnografia das formas de apropriação fundiária e dos recursos naturais encontradas na área, a partir de um conjunto articulado de técnicas de observação indireta – fichamento de documentação variada - e direta - registro sistemático e descrição da constituição da vida local, entrevistas estruturadas (do tipo *ethnographic decision tree modeling*, *free listings* e *pile suiting tasks*), semi-estruturadas (do gênero *focus groups*) e não dirigidas (depoimentos pessoais e histórias de vida), bem como "mapas cognitivos" (desenhos espontâneos e estimulados).

Tratava-se de uma pesquisa de caráter estritamente aplicado, dirigida a subsidiar decisões de política da FVA e acumular dados para a caracterização dos grupos sociais

locais. Um projeto fundado no modelo cartesiano das relações entre teoria e prática nas Ciências Sociais (Bastide 1979), com visos de engenharia social. Estimulado a buscar subsídios para compreender a situação do Jaú na literatura das Ciências Sociais e em documentos governamentais, comecei a delinear as idéias que me levaram, em 1995, a elaborar o projeto que submeti à seleção para o Doutorado em Antropologia Social na FFLCH/USP.

Uma das primeiras coisas que me chamou atenção, à época, foi o conjunto de similaridades entre as UCs e as terras indígenas (TIs), enquanto categorias jurídicas e de ordenamento territorial estatais. Colocava em jogo, assim, o quadro mental forjado pela experiência com o monitoramento da situação jurídica e administrativa das TIs no Brasil, no âmbito do Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil (PETI). Influenciado pelos trabalhos sobre terras indígenas de Oliveira Filho (1983 e 1989), Oliveira Filho e Almeida (1989), Leite e Lima (1985) e Lima (1987 e 1989), comecei a especular sobre a construção de uma abordagem antropológica das UCs de proteção integral - entre as quais se incluem os parques nacionais, as estações ecológicas e as reservas biológicas (cf. Cap. 1).

Ajustei as minhas lentes para focalizar, não apenas o ambiente biofísico e humano do PNJ, mas também o ambiente sócio-político, econômico e cultural em que as UCs de proteção integral na Amazônia brasileira foram criadas. Uma coincidência surpreendente logo se impôs: o período em que mais se criaram UCs de proteção integral no país e na Amazônia em particular coincide, parcialmente, com o período de expansão induzida da fronteira agrícola para a Amazônia - via projetos de colonização oficiais - e de criação de localizações privilegiadas para a valorização de capitais privados - via subsídios e investimentos públicos no setor de infra-estrutura para estimular o crescimento “polarizado”. Assim, a “década de progresso para os parques nacionais sul-americanos” (nos termos de Wetterberg et alii 1985) sobrepõe-se, parcialmente, àquela que foi celebrizada como a “década da destruição” na história da floresta tropical úmida amazônica (WWF/CIT 1991). Por conseguinte, foi no contexto histórico em que se levaram a cabo as políticas que têm sido responsabilizadas por seus efeitos sociais e ambientais deletérios (cf. Davis 1977) que se criaram as primeiras UCs de uso indireto na Amazônia brasileira (cf. Caps. 1 e 3). À primeira vista, elas apareciam como a outra face do legado ambiental da aventura desenvolvimentista megalômana do regime militar. A pesquisa foi originalmente concebida para explorar essa aparente contradição.

De volta à paisagem socioambiental do baixo rio Negro e estendendo o olhar para além das fronteiras do PNJ, incluindo áreas e situações sociais vizinhas, dei-me conta de que o estabelecimento do PNJ e da Estação Ecológica (EsEc) de Anavilhanas alteraram significativamente a paisagem local. Embates políticos sucederam a sua instalação em virtude da restrição de acesso a recursos naturais valorizados - em ambos os casos - e do deslocamento compulsório dos que residiam na área em que uma delas foi estabelecida - Anavilhanas. Ambas as "reservas" - como diz o povo do lugar - estiveram e ainda estão enredadas na configuração das condições socioambientais locais e por isso mereciam ser tomadas como forças sociopolíticas ativas de direito próprio.

Visando já o Doutorado, a pesquisa desdobrou-se no sentido de contemplar essa dimensão multiescalar - dos gabinetes governamentais de planejamento do desenvolvimento nacional às situações socioambientais locais -, com o intuito de responder de modo mais abrangente e integral à pergunta: o que são UCs de proteção integral a partir de uma perspectiva antropológica? Este é o objetivo geral da tese.

Faço isso por meio de uma análise das UCs de uso indireto - ou proteção integral - na Amazônia brasileira, procedendo a uma etnografia histórica detalhada dos processos que levaram à criação e têm governado a gestão e o manejo de duas dessas unidades: o Parque Nacional do Jaú, criado pelo Decreto nº 85.200 de 24.09.1980, com 2.272.000 ha., e a Estação Ecológica das Anavilhanas, criada pelo Decreto nº 86.061 de 02.07.1981, com 350.018 ha.; situadas numa mesma micro-região: o baixo curso do rio Negro, nos municípios de Barcelos, Novo Airão e Manaus, estado do Amazonas (cf. Mapa nº1). Este é o desafio etnográfico central que enfrento neste trabalho.

Ao dirigir o foco para as UCs de uso indireto na Amazônia brasileira, faço-o da perspectiva que as compreende como *artefatos sócio-naturais* e, portanto, *históricos* específicos. Por abarcarem diversos níveis da hierarquia bioespacial em que usualmente se classificam os componentes orgânicos e inorgânicos do mundo da vida para efeito de conservação - (i) ecossistemas ou paisagens, (ii) associações e comunidades, (iii) espécies, (iv) populações e (v) genes (Soulé 1991)[1] -, as UCs constituem "áreas naturais", sobretudo aos olhos dos cientistas naturais - os intérpretes tidos como autorizados e

[1] Soulé (1991, 744) observa que, para a maioria dos propósitos científicos, a "vida" é classificada taxonomicamente, baseando-se em similaridades e em relações evolucionárias presumidas. Contudo, para propósitos de proteção, os componentes vivos da natureza são convencionalmente classificados em uma hierarquia bioespacial: "Place, not evolutionary relationship, is the basis for the biospatial hierarchy, because most conservation strategies are geographically anchored". Os cinco níveis habitualmente referidos são os que destaco acima. Convém acrescentar que, embora Soulé refira-se exclusivamente aos

qualificados para traduzir as dinâmicas e estruturas de agência peculiares àqueles elementos. São, no entanto, simultaneamente, “territórios humanos” (Little 1996a e b), na medida em que abrangem espaços geográficos específicos aos quais se atribuem determinados propósitos sociais e que são manejados por instituições políticas.

Ademais, creio ser possível mostrar que as UCs de uso indireto na Amazônia brasileira constituem um fenômeno historicamente datado, o que lhes assegura certa autonomia como objeto de estudo. Outrossim, constituem um campo privilegiado - quase auto-evidente - para analisar o trabalho de ambientalização - de estabelecimento e ordenamento de um meio ambiente - conduzido por sociedade determinada em período histórico determinado.

Reconhecendo a qualidade híbrida e ambivalente desses artefatos e o caráter experimental e instável da construção dos meios ambientes pelas sociedades humanas, esforço-me por compreender a criação e a gestão das UCs de proteção integral para além da referência exclusiva aos fatores naturais. Procuro transcender, assim, a assimetria inerente à perspectiva que concebe o “nosso” conhecimento científico da natureza como objetivo e exterior às redes socioculturais - como se “nós” mobilizássemos a natureza tal como ela *é* - ou, o que dá no mesmo, tal como ela é conhecida pelas ciências -, ao contrário do que fariam “outras” sociedades, que mobilizariam uma imagem ou uma representação simbólica da natureza (Latour 1994, 96-9). Não são poucos os autores a destacar as homologias entre, por um lado, os processos de escolha e manejo de áreas silvestres e, por outro, a estética da paisagem como gênero e forma socioculturais e históricos específicos (cf. Mitchell 1994, Neumann 1998).

Panorama Geral

A definição preliminar dos propósitos da tese que acabo de apresentar, carece de detalhamentos que permitirão precisar o objeto de análise, bem como fixar melhor o âmbito, o alcance e a abordagem do trabalho. Este é o objetivo do Cap. 1: formular a situação-problema. A etnografia prossegue dentro da seguinte estrutura.

O Cap. 2 tem um caráter marcadamente ensaístico. Nele esboço uma sociogênese das modernas áreas *naturais* protegidas, numa escala de tempo de longa duração, apoiado num quadro teórico que combina história ambiental, geografia política e literatura sobre estética da paisagem e construções sociais da natureza. Condenso os

---

componentes vivos, fiz questão de referir-me aos fatores abióticos - solos, clima, regime hidrológico, etc. -, pois estes têm influência decisiva na distribuição, diversidade e densidade daqueles.

elementos relativos à configuração mesma das noções de parque nacional, reservas e áreas protegidas, a partir da vasta literatura em torno do tema, tanto a de caráter propriamente analítico, quanto a de caráter normativo. Não se trata de uma reprodução pura e simples do argumento dos próprios conservacionistas, cuja historiografia está comprometida com uma concepção do devir como desdobramento e especificação do mesmo, mas de, partindo desta, delinear uma história do poder instituinte desses conceitos e dessas práticas.

Enfatizo que as modernas iniciativas de estabelecer parques nacionais e áreas *naturais* protegidas - aí incluídas a definição do seu estatuto jurídico e das práticas administrativas que as fazem existir - são, em seus primórdios, referidas a contextos coloniais e nacionais precisos, antedatando muitos dos esforços contemporâneos de cooperação internacional em torno das mesmas. Para compreendê-las adequadamente é imperioso referi-las aos marcos de constituição de sociedades e/ou sistemas políticos determinados, isto é, de seus dilemas sócio-econômicos, políticos e ideológicos particulares e do modo como estes são configurados em expressões simbólicas e estéticas determinadas.

A configuração e os elementos constituintes do "ideal de parque nacional" serão abordados a partir de uma discussão em torno da estética da natureza anglo-americana (Williams 1985, Cosgrove 1984, Cosgrove e Daniels 1988, Mitchell 1994, Neumann 1998). Considero em seguida a experiência norte-americana seminal[2] (Nash 1970 e 1982, Runte 1997), para, então, contextualizar historicamente o surgimento e o desenvolvimento do conceito de parque nacional e reservas equivalentes no Brasil. Considerando o *portfolio* de conceitos e práticas historicamente disponíveis, perceber-se-á que a disseminação do conceito de parque nacional pelo *developing world* foi conseqüência histórica de uma concepção cultural particular: as formas culturais e institucionais dos parques nacionais norte-americanos (West e Brechin 1991, 31). A apreciação dessas distintas experiências de conservação também abrirá caminho para analisar os conceitos de *conservação* e *recurso*, aos quais o desenvolvimento primevo das áreas protegidas estão fortemente vinculados - conceitos básicos para caracterizar as áreas *naturais* protegidas como expressão eminentemente moderna e ocidental.

No caso do Brasil, abordarei dois períodos distintos: o primeiro, que se estende do segundo quartel do século XIX, em que se registra a primeira menção à criação de

[2] Está será objeto de consideração mais atenta, posto que foi nela que o Brasil e outros países ditos "em desenvolvimento" da região dos trópicos foram beber.

parques nacionais no Brasil, até a segunda metade da década de 1930, quando se criam os primeiros parques nacionais brasileiros; e o segundo, que abarca a virada das décadas de 1950 a 1960, período em que se vê nascer a segunda geração de parques nacionais e reservas equivalentes no país. Trata-se de épocas importantes em que se estabeleceram dispositivos institucionais, legais e administrativos em torno da conservação da natureza no país, se criou um expressivo conjunto de UCs e, no segundo período, se formou um pequeno, mas qualificado corpo técnico para lidar com elas, o qual teve um papel significativo em alinhar o que se fazia no país com o pensamento internacional sobre a matéria. Identifico mudanças de ênfase e nos conceitos, mas também os *loci* e a importância da conservação por meio de UCs na burocracia do estado, ao tempo em que tematizo a relação entre Estado e sociedade civil, pela via das atitudes face aos recursos naturais e da institucionalização da ciência no país. Pretendo, com este exercício, destacar elementos capazes de revelar constâncias – continuidades - e rupturas – descontinuidades - face ao período histórico e à região que figurarei em pormenor nos capítulos subseqüentes.

O Cap. 3 inicia a parte que desejo figurar em pormenor. Teço aqui, para as escalas global e nacional, o quadro sócio-político, ideológico e institucional que configurou a ambiência e o contexto para a formulação e a execução do planejamento e das ações de conservação da natureza na Amazônia brasileira por meio da criação de UCs de proteção integral. Baseio-me no levantamento e processamento da documentação e em entrevistas com informantes-chaves - pessoas que exerceram cargos e funções de formulação e execução de ações conservacionistas no país e/ou que tiveram maior ou menor influência nestas.

O capítulo abre com uma digressão em duas escalas. Discorro primeiro sobre a incorporação da crítica ecológica pelo paradigma do desenvolvimento e, portanto, pelas instituições e organismos internacionais e multilaterais de promoção do desenvolvimento e da conservação (Caldwell 1990, Foresta 1991, Guimarães 1988, 1991a e 1991b, Ribeiro 1992). Veremos que foram agências tradicionais do sistema ONU, que tinham como foco primário a promoção do desenvolvimento em escala planetária, as mesmas que, originariamente, assumiram, junto com a IUCN e outras ONGs internacionais, iniciativas de conservação de recursos em escala global, tendo as áreas *naturais* protegidas como instrumento. Em seguida, disserto sobre o cenário sócio-político, econômico e ideológico pós-golpe militar, em particular o conjunto de ações desenvolvido durante os primórdios da ditadura, que visava a um planejamento

globalizante e integrado do desenvolvimento do país, dada a índole modernizante, centralizadora e autoritária do governo. Esse conjunto de ações, revelador de certo estilo de planejamento - hegemonicamente econômico e excludente -, de certa articulação entre conhecimento técnico-científico e exercício do poder e apoiado num grande afluxo de capital externo, materializou-se nos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs) da década de 1970.

Esse enquadramento é fundamental para compreender as principais iniciativas de conservação da natureza por meio de áreas de proteção integral na década de 1970: (1) a definição das prioridades em conservação da natureza na Amazônia em 1976, que constituiu o fundamento das duas etapas do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil do IBDF, em 1979 e 1982, a qual se deu nos marcos do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF), estabelecido em 1973 pelo Decreto nº 73.069 como resultado de um convênio assinado entre o PNUD, a FAO e o IBDF, em 16 de julho de 1971(Projeto PNUD /FAO/IBDF/BRA-45) com o objetivo de ajudar o país a modernizar a sua indústria florestal; e (2) o Programa de Estações Ecológicas, deslanchado quase que simultaneamente, em meados da década de 1970, pela Secretaria Especial de Meio Ambiente do Ministério do Interior, criada em 1973 como conseqüência direta da posição do governo brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972.

Esses planos/programas serão cotejados no que concerne tanto às agências que os implementaram - os diferentes nichos que ocuparam, as suas distintas prerrogativas, formas de atuação e alcance, a formação dos técnicos que as compunham, a rede que constituíram entre si -, quanto às suas ênfases em distintas orientações da biologia e da ecologia. Mostro como eles expressam uma certa articulação conceitual e institucional entre, por um lado, desenvolvimento e conservação dos recursos, e por outro, entre conhecimento técnico-científico e exercício do poder. Daí a importância da geografia política e da noção de “malha programada” desenvolvida por Becker (1988, 1990a e 1992), que aponta para a influência decisiva da ação do estado na configuração da sociedade regional, e das considerações em torno do padrão de inserção do país na ordem planetária àquela quadratura (Lafer 1979, Roett 1975).

Em seguida, abordo os esforços de implementação de políticas de integração multilateral setentrional desenvolvidos pelo governo brasileiro na segunda metade da década de 1970 e que resultaram na celebração do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978. Indico como o “Pacto Amazônico” proporcionou a oportunidade

política de deflagrar o planejamento da conservação elaborado pouco antes - no que pode ser visto como um “negócio territorial”, em que o tema da preservação do meio ambiente foi apropriado para dissuadir os países sul-americanos vizinhos da idéia de que o Brasil teria interesses expansionistas (Bond 1978, Ferris 1981, Foresta 1991, Jarrín 1979, Kucinski 1978, Landau 1978 e 1980, Medina 1980).

Finalizo o capítulo, apresentando uma etnografia dos processos pelos quais o PNJ e a EsEc de Anavilhanas vieram a ser propostos e criados, concedendo especial atenção à imbricação de critérios técnico-científicos, pragmático-políticos e estético-simbólicos na sua criação e à definição dos grupos locais residentes por aqueles envolvidos no planejamento de ambas unidades.

O Cap. 4, o mais extenso, prossegue com a parte que almejo apresentar mais detalhadamente. O objetivo é considerar a dimensão local da existência das duas UCs, por meio de uma análise dos efeitos sociais do seu estabelecimento, principalmente na área rural do município de Novo Airão, cuja política de representação está ancorada na imagem de “paraíso ecológico”. Baseio-me tanto na documentação e em entrevistas com pessoas que exerceram funções de formulação e execução de ações conservacionistas no país, quanto na investigação em nível local junto aos residentes e ex-residentes nas áreas em que se projetaram as duas unidades, a partir de observação direta e entrevistas semidirigidas.

Apresento uma caracterização do processo histórico de constituição da sociedade regional e dos municípios do baixo rio Negro, que já foi definido como o “rio da fome” - dada a sua relativa pobreza de nutrientes e disponibilidade de biomassa, comparadas com os rios de água branca -, integrando considerações sobre as características ecológicas específicas dos sistemas de águas pretas. A intenção é oferecer um quadro qualificado da paisagem socioambiental sobre a qual as duas UCs se sobrepuseram e à qual vieram afetar. No que concerne à caracterização da paisagem natural da região, é importante reter que ela própria é, também, um produto das condições socioculturais, históricas, políticas e econômicas em que se avançou nas ações de conservação da natureza na Amazônia via UCs de uso indireto. O esforço de pesquisa concentrado que a criação das duas UCs enfocadas oportunizou é base da caracterização que apresento. Esta, por sua vez, constitui a perspectiva a partir da qual os pesquisadores e os gestores olham para a região e nela intervêm. Dou especial atenção à situação obtida nas áreas que vieram a ser abarcadas pelas duas unidades: os rios Jaú, Carabinani, Unini, Apuaú,

Baependi e o trecho do rio Negro correspondente à extensão do arquipélago de Anavilhanas.

Enfocarei mais detalhadamente, a partir de um tratamento isonômico das perspectivas dos diferentes atores confrontados: (a) o processo de desapropriação fundiária da área em que se instalou a EsEc de Anavilhanas, que levou ao deslocamento compulsório de cerca de 50 famílias, que não chegaram todas a serem justa e previamente indenizadas; e (b) o êxodo continuado de residentes no Jaú, desde a instalação do flutuante do IBDF na foz do rio em 1982 até hoje, passando pela frustrada tentativa de desapropriação do PNJ em 1988 - e as repercussões de ambos os processos no e para o município de Novo Airão. Para cada uma das UCs consideradas tratarei desses processos a partir das localidades e "comunidades" que conheci melhor, tomando-as como representativas de diferentes circunstâncias obtidas na área.

Os focos principais do Cap. 5 são as iniciativas de planejamento e gestão de ambas as unidades, nos marcos do quadro ideacional, normativo e institucional pós-IBAMA (1989) e pós-UNCED (1992). Tais iniciativas são abordadas como dimensão de sua re-significação. As fontes em que me baseio aqui são da mesma natureza daquelas que dão suporte ao Cap. 4 (cf. supra.).

Assim como no Capítulo 3, começo com uma digressão em duas escalas espaço-temporais. Em primeiro lugar, tematizo os acontecimentos da segunda metade de década de 1980, que levaram à constituição da política internacional em torno do desmatamento na Amazônia brasileira (Hurrell 1992), colocando definitivamente as florestas tropicais no centro da atenção e do foco da cooperação internacional. Não fortuitamente, vemos surgir nesse período a quarta geração de UCs no Brasil e a primeira proposta de um Projeto de Lei para instituir um Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Em segundo lugar, reconstituo interpretativamente a mudança de abordagem que se deu ao nível das formulações e orientações produzidas nos fóruns internacionais de discussão sobre o estatuto e os objetivos das áreas protegidas: o surgimento das preocupações em relacionar a conservação da biodiversidade *in situ* e o desenvolvimento sócio-econômico em escala local na gestão das UCs de proteção integral.

O modo como esses processos repercutiram e continuam a repercutir na gestão das UCs de uso indireto na Amazônia brasileira será analisado a partir das experiências recentes de planejamento do PNJ e da EsEc de Anavilhanas, cotejadas com outras situações descritas na literatura e observando os seus rebatimentos locais. Realço (i) os novos marcos da política ambiental dados a partir do governo Collor, quando, em função

dos esforços de liberalização econômica e desregulamentação ajustados às demandas postas pelos programas de ajuste estrutural, a Amazônia e as questões ambiental e indígena passam a ocupar um lugar de destaque na política externa brasileira distinto do que ocuparam no governo Sarney; e (ii) os diferentes atores envolvidos no planejamento do PNJ e da EsEc de Anavilhanas, os distintos marcos institucionais de cada iniciativa e as metodologias particulares empregadas.

Por fim, apresento os rebatimentos dessas iniciativas ao nível dos grupos sociais locais residentes, merecendo destaque: (i) o novo arco de alianças que residentes e ex-residentes do PNJ e de Anavilhanas lograram estabelecer com atores e agências originalmente ausentes do quadro local; (ii) as mudanças no relacionamento de parcela dos grupos sociais locais residentes com os distintos níveis hierárquicos da instituição gestora; (iii) as expectativas e repercussões geradas sobre as modalidades locais de apropriação fundiária e dos recursos; e (iv) os conflitos, confrontos e contradições de entendimento sobre o que são as "reservas".

Simultaneamente um esforço de síntese e uma tentativa de projeção de desdobramentos, as "Conclusões" dividem-se em duas partes: uma primeira, em que tento sintetizar as implicações propriamente teóricas da investigação e do modelo conceitual delineado; e uma outra, que constituirá uma tentativa de reflexão "aplicada", onde elaborarei a dimensão normativa peculiar da análise.

Nas "Conclusões de Antropologia Social", retomarei os fios da etnografia e da análise com o intuito de discutir a relevância e a rentabilidade heurística da noção de artefato, bem como de avaliar o delineamento do modelo conceitual e o caráter geral da tese - tendo em vista a fundamentação desta em diferentes aportes disciplinares e as complexas interconexões entre processos sócio-econômicos, políticos, culturais, demográficos e ambientais, em distintas escalas. Ainda nessa primeira parte, tentarei dar conta do nexo micro-macro, isto é, das relações entre os diferentes níveis de análise e/ou escalas sociais, depois de ter passado por cada um deles ao longo da tese.

A partir daí, considero o papel e o aporte da Antropologia Social e de uma investigação como esta para o debate em torno das UCs de uso indireto como instrumentos de política ambiental e de conservação da biodiversidade. Este será o foco das "Conclusões de Sociologia Política e Moral", que vão de considerações de ordem filosófica e conceitual mais abrangente, até observações de ordem prática e circunscritas à política de UCs. Enfocando o Estado como um ator de direito próprio, esboço algumas diretrizes que poderiam nortear iniciativas de planejamento e ação conservacionistas

menos segregacionistas e mais integradas, particularmente nos trópicos e na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1: A SITUAÇÃO-PROBLEMA

É realmente uma tarefa difícil interpretar uma obra de genialidade divina como os Parques Nacionais brasileiros, um conjunto harmônico, equilibrado, de belezas variadas e inquestionáveis até para o mais cético dos seres humanos.

Eduardo Martins, ex-Presidente do IBAMA
(in Camurça 1997, 8).

O estabelecimento de sistemas de áreas protegidas ou unidades de conservação é tido, hoje, como "o melhor mecanismo conhecido no mundo para a preservação da biodiversidade *in situ*" (Jorge-Pádua 1993, 1)[1]. As áreas protegidas representam, no conceito dos responsáveis pelo seu planejamento e formulação, "the single most important method of conserving biological diversity worldwide" (Brandon e Wells 1992, 557). Um manual para o manejo efetivo de áreas protegidas nos trópicos definiu o estabelecimento e o manejo dessas áreas como "una de las vias más importantes para asegurar que los recursos naturales mundiales sean conservados de modo que puedan responder a las necessidades materiales e culturales de la humanidad presente e futura" (MacKinnon et alii 1990, 1). Documento recente do Grupo de Trabalho Temático "Contribuição para a Estratégia de Conservação in-situ no Brasil", criado pelo Programa Nacional da Diversidade Biológica do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, esclarece que a Convenção sobre a Diversidade Biológica, firmada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992,

> reconheceu a conservação *in situ* como uma das principais prioridades para a conservação da biodiversidade em todo o mundo. No âmbito da convenção, as áreas protegidas são consideradas como o pilar central para o desenvolvimento de estratégias nacionais de conservação da diversidade biológica [Fonseca, Rylands & Pinto 1998, 1].

A essa dimensão naturalista da definição, resultante de um enquadramento científico com pretensões à objetividade, freqüentemente se amalgamam considerações de ordem religiosa e estética, como no enunciado em epígrafe. Envoltos nessa névoa que mescla mística religiosa ("obra de genialidade divina"), juízo estético ("conjunto harmônico, equilibrado, de belezas") e objetividade científica ("inquestionáveis"), os

[1] A preservação da diversidade biológica, uma das finalidades específicas da "conservação dos recursos vivos" (UICN 1984), pode ser efetuada *in situ* - na qual o estoque é preservado mediante a proteção do ecossistema no qual encontra seu meio natural - ou *ex situ* - seja de parte do organismo (a semente, o sêmen ou outro elemento que permita a sua reprodução), seja do organismo inteiro (em jardins botânicos

parques nacionais e reservas equivalentes do Brasil representariam um desafio interpretativo “até para o mais cético dos seres humanos”.

O ceticismo organizado, todavia, é um dos princípios capitais da investigação científica. O acesso às unidades de conservação - aparentemente impenetráveis - como objeto de reflexão pareceria estar reservado a um observador de tipo peculiar: alguém que pudesse refletir, simultaneamente, acerca da(s) natureza(s) nelas protegida(s) e sobre o variado conjunto de componentes humanos, que as entretecem como fenômenos sociais totais de um certo tipo. Vem-nos à mente a imagem clássica do ofício antropológico, no melhor estilo boasiano e maussiano, e da Antropologia, que, ao longo da sua trajetória, tendo trabalhado em ambos os lados da fronteira natureza/ cultura, estaria estrategicamente situada para estudar as “áreas naturais protegidas”.

Como já mencionei na introdução, meu objetivo com esta tese é contribuir para uma compreensão propriamente antropológica desse fenômeno: às áreas protegidas ou unidades de conservação, definidas hoje como instrumento de política ambiental. Pretendo neste capítulo justificar esse empreendimento, ao tempo em que preciso o objeto mesmo da análise.

1.1. Porque Pesquisar UCs de Uso Indireto na Amazônia Brasileira?

Para começar, faz-se necessário compreender minimamente a terminologia, os conceitos e as definições empregados.

1.1.1. Unidades de conservação de uso indireto

A legislação e as instituições governamentais e não-governamentais de meio ambiente no Brasil consagraram e empregam atualmente o termo *unidade de conservação* em vez de *área protegida*, ou ainda *área silvestre* - estes de uso mais freqüente no âmbito do conservacionismo internacional. O termo unidade de conservação teria sido utilizado pela primeira vez em documentos oficiais no *Diagnóstico do Subsistema de Conservação e Preservação de Recursos Naturais Renováveis* (Jorge-Pádua et alii 1978) e “*adotado oficialmente* [pelo IBDF] no estabelecimento da política setorial de áreas protegidas com a publicação [em 1979] do ‘Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil’” (Milano et alii 1993, 06; ênfase minha). A extinta SEMA também teria adotado aquele termo e, ao faze-lo,

---

ou zoológicos, plantações, aquários e coleções). Destes métodos, o amplamente preferido é a conservação *in situ* (UICN 1984 e Gray 1992, 20) - conforme inclusive citação a seguir.

promoveu o seu estabelecimento legal por meio da Resolução nº 011 de 03 de dezembro de 1987 do CONAMA, que declara como unidades de conservação uma série de "categorias de Sítios Ecológicos e de Relevância Cultural, criadas por atos do poder público"[2].

Segundo os autores supracitados - conservacionistas conceituados e, como tais, comentadores autorizados -, a referida Resolução do CONAMA "*estabelece* [...] *'legalmente' a existência do termo e o princípio técnico* da existência de categorias de manejo distintas relacionadas a objetivos de conservação e manejo específicos" (6-7; ênfase minha). De acordo com a mesma fonte, embora alguns princípios filosóficos do estabelecimento de áreas protegidas já fossem identificáveis nas primeiras décadas deste século no Brasil, "sua *fundamentação técnico-política e também legal* passou a ser expressiva somente após a criação do antigo IBDF [em 1967] e, mais precisamente ainda, *na década de setenta*" (5-6; ênfase minha).

É importante observar esse misto de estabelecimento legal do termo, adoção política oficial do mesmo e fundamentação de princípio técnico - qual seja: a existência de categorias de manejo diferentes (parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas e outras) vinculadas a objetivos de conservação distintos. Note-se também o período em que isso ocorreu: a década de 1970. Outrossim, como deixam entrever depoimentos produzidos em entrevistas com pessoas que ocuparam posições de formulação e execução de políticas de conservação da natureza no Brasil nesse período, essa consolidação terminológica não se deu sem embates e sem um esforço deliberado de diferenciação e especificação. Assim respondeu a agrônoma Maria Tereza Jorge-Pádua, ex-Chefe do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes da Divisão de Pesquisa e Proteção à Natureza do IBDF:

> HB: Uma coisa que eu gostaria de saber é quando é que surge o termo, o conceito de unidade de conservação [...] ?
> MT: [...] O termo unidade de conservação - que todo mundo diz que fui eu que criei - é óbvio que não fui eu que criei. *Mas foi o termo que eu quis firmar*. Vou te falar porque. Porque a nossa legislação toda ela fala em *áreas de proteção*, que a própria legislação orgânica determina. O Código Florestal fala, "é proibido ao longo dos rios, com não sei quantos graus de declividade, no topo dos morros, etc." Isso são *áreas de proteção*, certo? A própria legislação orgânica impede o uso direto. A própria legislação orgânica protege[3]. [...] Então, isso confundia

[2] São elas: estações ecológicas, reservas ecológicas, áreas de proteção ambiental - especialmente suas zonas de vida silvestre e corredores ecológicos -, parques nacionais, estaduais e municipais, monumentos naturais, jardins botânicos, jardins zoológicos e hortos florestais.

[3] Souza Filho (1993, 11) adverte que "espaço protegido é todo lugar, definido ou não seus limites, em que a lei assegura especial proteção". Assim, quando o Código Florestal considera "de preservação permanente", pelo simples efeito da lei, as florestas e demais formas de vegetação, por exemplo, no topo

> muito com as *unidades de conservação*, com *as categorias de manejo de unidades de conservação. E como eu era a Diretora responsável, eu pude firmá-lo. Coloquei em toda a legislação e fiz com quê.* Até hoje, no Brasil, já se fala, nas universidades, em unidades de conservação. *Eu acho que eu consegui firmar o termo. Mas isso surgiu* [...] *mais que tudo para diferenciar das áreas de proteção da própria legislação orgânica.* [...] *Essa separação, sim, foi obra minha. Eu fiz questão absoluta de separar.*
> HB: Em que momento isso ocorreu?
> MT: Ah, isso ocorreu no primeiro Plano do Sistema de Unidades de Conservação [em 1979]. Já saiu unidades de conservação. Já começou por aí. O decreto que regulamenta os parques nacionais no Brasil [de 1979]. Quer dizer, *toda normatização que nós fomos fazendo, eu já fui pondo o termo, em vez de áreas protegidas* [09.01.1998][4].

Em 1947, contudo, ao dissertar sobre a "grande complexidade [de] objetivos" dos parques nacionais[5], "institutos" que constituíam, à época, "problema *novo* de elevada importância pública" para "a administração civil brasileira", Wanderbilt Duarte de Barros - então Diretor do Parque Nacional de Itatiaia - realçou o "primordial objetivo" dos parques nacionais como *unidade conservacionista* (Barros 1952, 9). À época, os três únicos parques nacionais que existiam no país[6] estavam subordinados à Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Não obstante a menção de Barros aos parques nacionais como *unidades conservacionistas*, nessa época falava-se em *parques nacionais e reservas equivalentes* - vocábulo que deu nome ao Departamento do IBDF que foi responsável pela gestão dessas áreas entre 1967 e 1989.

O que distingue o emprego atual do termo unidade de conservação da breve glosa de Barros em torno de um dos múltiplos propósitos dos parques e reservas equivalentes são: de um lado, a ênfase no objetivo conservacionista - como é evidente nas citações que abrem este capítulo -, e de outro, a definição dessas áreas como componentes de um sistema, via de regra nacional, de unidades do mesmo tipo. Esses aspectos não eram de modo algum evidentes ao tempo da dissertação de Barros,

---

de morros, montes, montanhas e serras (Art. 2º, inciso d), não é necessário delimitar-se a área para que se efetive a proteção - bastando o fato de haver vegetação naquelas condições que a área está protegida. É isso que Jorge-Pádua está chamando de "áreas de proteção". "Quando estes espaços protegidos são individualizados, [...] com área determinada e demarcada, com finalidade própria, [...] está sendo criada uma unidade de conservação. Sendo assim, as unidades são uma especialização dos espaços protegidos [...]" (Souza Filho 1993, 11-12).

[4] Doravante, em todos os trechos de entrevistas transcritas citados, as partes em itálicos correspondem a ênfases minhas e não do entrevistado.

[5] "Abrangendo todos os prismas de estudo relacionados com as ciências naturais, com o recreativismo, com a educação pública e com o desenvolvimento do turismo, os Parques Nacionais garantem a *reserva de apreciável documentário do país*" (Barros 1952, 9; ênfase minha).

[6] Eram eles os de Itatiaia (RJ e MG), criado em 1937, Iguaçu (PR) e Serra dos Órgãos (RJ), criados em 1939. Todos, observem-se, situados nas regiões sudeste e sul.

correspondendo, como terei oportunidade de detalhar, a um desenvolvimento peculiar dos propósitos das áreas protegidas.

O mesmo ocorre com a noção de uso indireto. UCs de *uso indireto*, ou ainda *de proteção integral*, seriam aqueles espaços protegidos individualizados, criados pelo Poder Público com área determinada, "com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza [e] proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais", em que "é proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais" - "ressalvada a cobrança de ingresso a visitantes" e "obras de melhoramento em cada unidade" -, conforme reza o Art. 5º do Novo Código Florestal (Lei 4.771 de 15/09/1965). Ademais, pode-se, mediante um conjunto de circunstâncias, acordos, regulamentações, autorizações e planos institucionais, *usar indiretamente* os recursos naturais, isto é, por meio da visitação para fins educativos, recreativos e científicos - aí incluídos turismo, exploração comercial de imagens em cartões postais, camisetas, adesivos, filmes, vídeos, etc. Entre as UCs de uso indireto estão os parques nacionais, estaduais e municipais, as reservas biológicas - categorias citadas no Código Florestal -, as estações ecológicas e as reservas ecológicas.

Diferenciam-se, assim, das UCs *de uso direto*, também conhecidas como *de manejo sustentável*, quais sejam: as florestas nacionais, as reservas extrativistas e as áreas de proteção ambiental. Nestas, a exploração dos recursos naturais não representa um estorvo, correspondendo mesmo a um elemento do/no manejo das áreas assim definidas – desde que, também, segundo um conjunto de regulamentações, autorizações e planos institucionais.

Cabe notar, todavia, quanto ao Código Florestal vigente, que os termos uso direto e indireto não aparecem textualmente na lei. Alceo Magnanini, que foi membro do Conselho Florestal Federal e dirigiu entre 1967 e 1974 a Divisão de Pesquisa e Proteção à Natureza do IBDF, à qual o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes estava subordinado, observa que, à época em que participou da comissão que elaborou o Novo Código Florestal, tratava-se de uma distinção que "estava amadurecendo internacionalmente". Segundo a sua interpretação, a noção de uso indireto teria nascido "da necessidade dos conservacionistas, já nessa ocasião, internacionalmente, [...] tornar[em] mais agradável o conceito de conservação da natureza" (entrevista em 29.12.1998).

Na condição de Diretor do Parque Nacional do Rio de Janeiro - em 1967 rebatizado Parque Nacional da Tijuca -, Magnanini integrou o primeiro grupo de 14

técnicos florestais brasileiros a visitar os EUA a convite da USAID, em 1965, para fazer um curso de treinamento em *Forestry Leadership*. No relatório que apresentaram ao final do curso, afirmavam que "à semelhança dos EE.UU., *no Brasil já há necessidade de especialização e distinção entre* as atividades florestais (*utilização direta* da floresta) e as atividades conservacionistas (*utilização indireta* da paisagem, da flora e da fauna)" (*apud* IBDF 1969, 92; ênfase minha). No mesmo relatório, com vistas à institucionalização dessa exigência de especialização e distinção, os participantes do curso apresentaram a proposta de um Serviço de Parques Nacionais separado do Serviço Florestal - também nos moldes americanos[7].

Tudo indica tratar-se, assim, de uma distinção conceitual característica de uma concepção cultural e de formas institucionais históricas particulares, as norte-americanas, em que a diferentes modos de apropriação vinculam-se objetos também distintos e peculiares – produção/floresta e consumo/paisagem. Não quero entrar aqui em discussões filosóficas vagas sobre a aparente contradição implicada na noção de uso indireto, mas convém notar que a diferenciação uso in/direto no âmbito do conservacionismo tem raízes históricas ainda mais profundas e compreensivas: a separação espacial e a distinção temporal das esferas da produção (trabalho/prática) e do consumo (lazer/estética), e as noções correlatas de uso, que emergem no contexto das mudanças sociais na transição para o capitalismo industrial (cf. Cap. 2).

Assim como ocorreu com o termo unidade de conservação, a noção de uso indireto não foi introduzida sem embates e um esforço deliberado de diferenciação. Magnanini enfatizou o desconhecimento absoluto e a falta de sensibilidade para com a questão dos parques nacionais e reservas equivalentes no Brasil, por ocasião das discussões na comissão que elaborou o Código Florestal.

> AM: [...] Eu participei da comissão que elaborou o Código Florestal - esse que esta aí em vigor. Eu e o Henrique Pimenta Veloso[8] - os dois que conhecíamos mais. Os outros quatro eram juristas e tinha mais um de São Paulo. O Roberto de Mello Alvarenga, também de São Paulo, que era mais a parte florestal. *A ênfase toda foi dada na parte florestal, de desenvolvimento. Então, é uma lei florestal. O Código Florestal é uma lei florestal e a parte referente a parques nacionais é mínima* [Um artigo]. *O que eu e o Veloso conseguimos enxertar ali foi praticamente brigando com os colegas.* Entendeu? Os colegas florestais!? Porque

[7] Até hoje, amplos setores do conservacionismo no Brasil defendem a existência de um serviço autônomo de áreas protegidas.

[8] Henrique Pimenta Veloso, membro do Serviço Florestal do Estado de São Paulo e do Conselho Florestal Federal, foi designado como representante deste na comissão constituída pela Portaria nº 42 de 1966 do Ministério da Agricultura com a incumbência de "propor [...] medidas objetivando a implantação de uma efetiva política de Parques Nacionais". O relatório resultante desse estudo visando a revisão da política brasileira de parques nacionais e reservas equivalentes foi publicado três anos depois (cf. IBDF 1969).

> a gente chegava e dizia assim, “Escuta, dentro de um parque nacional tem que ter uma área que é de uso exclusivo da flora e fauna. O homem não pode entrar ali. E é um parque nacional”. “Isto não é possível! Vocês estão malucos!” *Era assim o negócio* [29.12.1998].

Os documentos e depoimentos aqui referidos deixam entrever, assim, a situação de embates que marcou a elaboração das disposições normativas mínimas e fundamentais hoje existentes, bem como alguns dos planos governamentais sobre UCs, parques nacionais e reservas equivalentes no Brasil. Isso aponta para o quanto as normas e os conceitos nelas definidos resultam de lutas históricas específicas entre diferentes projetos e concepções, representando sempre uma cristalização provisória da correlação de forças entre os agentes que as produziram.

Indicativo disso é o fato de o Projeto de Lei que originou a Lei n° 9.985 de 18.07.2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e dá outras providências, ter tramitado por mais de uma década no Congresso Nacional. Na proposta original do PL propunha-se uma revisão geral dos objetivos nacionais de conservação e da definição mesma de UC, bem como uma sistematização conceitual das distintas categorias de manejo em dois grandes blocos: as de uso indireto e as de uso direto - segundo a versão original do texto do PL -, ou de proteção integral e de uso sustentável - conforme o texto da Lei aprovada. Trata-se do mais novo impulso na direção de uma estabilização conceitual.

1.1.2. O anacronismo das análises normativas

Percebe-se assim, a partir dessa breve, parcial e incompleta problematização da terminologia e de alguns de seus fundamentos, um primeiro embaraço em que o analista se vê enredado: o emprego dos termos unidade de conservação - ou área protegida - e uso indireto - ou proteção integral - de um modo trans-histórico e transcultural. Este emprego é o que caracteriza as análises sobre as UCs produzidas no âmbito mesmo do conservacionismo. Ainda que vá discutir esse ponto de modo mais detido no Capítulo 2, quero destacar algumas formulações recentes a título de elucidar uma questão que me parece fundamental para a construção mesma do objeto da tese.

O manual que resultou dos *talleres* sobre manejo de áreas protegidas nos trópicos realizados durante o 3° Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, em Bali, na Indonésia, em outubro de 1982, destaca, em sua introdução, um edito para a proteção de animais, peixes e bosques, promulgado pelo imperador Asoka,

da Índia, em 252 AC, como “el registro documentado más antiguo de una intención deliberada para estabelecer lo que hoy llamamos áreas protegidas”. Acrescenta, contudo, que “la práctica de reservar áreas como santuarios religiosos o como cotos exclusivos para la cacería *es mucho más antigua*, y *la tradición se ha mantenido en una amplia variedad de culturas* hasta hoy en día” (MacKinnon et alii 1990, 1; ênfase minha).

O já referido documento do GT Temático “Contribuição para a Estratégia de Conservação in-situ no Brasil”, constituído pelo PRONABIO do MMA, afirma que

> *Um dos mecanismos mais tradicionais utilizados no mundo para a conservação de biodiversidade é o estabelecimento de um sistema de unidades de conservação, geralmente parques e reservas*, acrescidos de áreas em outras categorias de manejo, protegendo frações de ecossistemas naturais sem a interferência do homem. [...]
> Apesar de se tratar de *um instrumento bastante antigo no trato dessas questões*, a expansão do número de áreas protegidas no mundo foi considerado como *uma estratégia particularmente vital para a conservação dos recursos naturais do planeta* a partir do III Congresso Mundial de Parques, realizado em Bali em 1982 [Fonseca, Rylands e Pinto 1998, 1; ênfase minha].

Em se tratando de documento elaborado por técnicos e especialistas de distintas nacionalidades, não se deve estranhar o emprego intercambiável dos termos UC e área protegida. Mais significativo, entretanto, é a preferência já anotada (cf. nota de rodapé n° 1) pela conservação da diversidade biológica *in situ* e a indicação das áreas protegidas e dos sistemas de UCs - em especial as de proteção integral, “geralmente parques e reservas” - como “mecanismo”/“instrumento”/“estratégia vital” “tradicional” e “bastante antiga” para lograr aquele objetivo. Assim, para os formuladores da Estratégia supra, as UCs são não só o “pilar central” da mesma, mas também uma ferramenta de relevância mundial e histórica “no trato dessas questões” - quais sejam, as de conservação da biodiversidade.

O anacronismo reside em admitir que os protagonistas da criação de diferentes tipos e formas de reservas e áreas protegidas em tempos idos, o fizeram tendo em vista especificamente a conservação da diversidade biológica *in situ* - admitindo-se, *pari passu*, que este é um problema - uma “questão” - de há muito colocada para as diferentes sociedades humanas. Imputa-se àqueles protagonistas a consciência e o conhecimento de que as suas ações - e o objeto destas - redundariam necessariamente nos atuais sistemas nacionais de UCs.

Há autores como Kenton Miller[9] que caracterizam a distinção entre os conceitos de *conservação da biodiversidade* e *dos recursos biológicos* como simples desdobramento e especificação do conceito agregado de *conservação da natureza*, por uma separação dos seus componentes (Miller 1998, 11-12). Isso lhe permite ver formas embrionárias das atuais áreas protegidas nos "acordos culturais" que, ao longo de "milhares de anos", vários povos estabeleceram "para manter vedado o acesso a certas áreas". Ademais, que esses "acordos culturais", interdições rituais e/ou eventuais outros mecanismos sociais para vedar, regular ou controlar o acesso a certas áreas, se fundamentem, via de regra, em razões de ordem propriamente simbólica - valores culturais, míticos, religiosos, estéticos e políticos -, parece importar menos que os seus "efeitos práticos"[10]: "uma *forma implícita de auto-regulação* que impedia a exploração excessiva [dos recursos que são apropriados], com vistas a períodos críticos [relacionados ao seu ciclo reprodutivo]" (4; ênfase minha). O fato de vários povos reconhecerem "valores especiais ligados a sítios geográficos e tomar[e]m medidas para protegê-los" (3), e instituírem "uma rede de sítios especiais dentro do que consideram seus territórios" (4-5), seria um indicador manifesto da antigüidade, tradicionalidade e universalidade deste instrumento/mecanismo de conservação da natureza - ou dos componentes embutidos nesta: a biodiversidade e os recursos biológicos.

Desse modo, expressão da preocupação universal - ainda que implícita, latente, não consciente - com a conservação da natureza, as áreas protegidas são figuradas no âmbito do conservacionismo como práticas instrumentais que datam de longo tempo e encontradas em variados universos culturais. A "nossa" contribuição específica teria sido explicitar e especificar seus objetivos latentes, burilar os princípios da sua aplicação e definir melhor o foco e o objetivo desse instrumento[11], numa perspectiva evolucionista unilinear. Enfim, estaríamos diante um processo de inovação tecnológica, tal como figurado pelos estudos convencionais sobre o tema (cf. Pinch e Bijker 1989). À luz dessa perspectiva, uma investigação sobre as UCs de uso indireto em particular, que vieram a ser criadas por país determinado, em dada região sob a sua jurisdição política e administrativa, e em momento histórico específico, seria apenas mais um capítulo do desenvolvimento quase que imanente desse artefato. Não obstante, julgo ser possível

---

[9] Conservacionista cuja importância para o desenvolvimento de estratégias de conservação e sistemas nacionais de UCs na América Latina e no Brasil, pela ascendência que teve na formação de recursos humanos e na definição de metodologias de planejamento, será objeto de análise no Capítulo 3.
[10] Para usar os termos de Roy Rappaport (1987) ao analisar a função latente dos rituais tsembaga.
[11] Trata-se sempre de um meio, uma ferramenta, um mecanismo, uma estratégia para atingir um fim.

demonstrar rupturas e descontinuidades que justificam a autonomia metodológica concedida ao objeto aqui enfocado.

1.1.3. Os anos dourados das UCs de uso indireto na Amazônia brasileira

As evidências indicam que, em se tratando de UCs de uso indireto na Amazônia brasileira, estamos lidando com um fenômeno historicamente datado. Pode-se, então, por meio de um exercício de contextualização radical, característico da investigação antropológica, oferecer um contraponto às análises caracteristicamente normativas do âmbito do conservacionismo, que possa servir de orientação para investigações similares.

No Brasil como um todo, em função de um conjunto de fatores que analiso no Cap. 3, deu-se um impulso significativo à criação de UCs nas décadas de 70 e 80. A maior extensão e o maior número de áreas protegidas sob diversas categorias de manejo concentrou-se na Amazônia. Trata-se, hoje, da região brasileira - alguns diriam, bioma brasileiro - com maior representatividade em termos de área protegida[12].

Nem sempre, no entanto, foi assim. Até 1974, a bacia central do rio Amazonas constituía uma das maiores lacunas na cobertura de parques e reservas do continente sul americano, segundo diagnósticos efetuados por especialistas em manejo de áreas silvestres, que manifestavam apreensão com relação a essa situação (Wetterberg 1974 e Wetterberg et alii 1976). Na Amazônia brasileira, poder-se-ia dizer, com alguma boa vontade, que existiam apenas o Parque Nacional do Araguaia, criado em 1959 com 20.000 km^2, compreendendo, à época, a totalidade do território da ilha do Bananal[13], e dez reservas florestais, criadas por decreto em 1911 e em 1961, mas que nunca chegaram a ser implementadas[14]. Em 1974, foi criado o Parque Nacional da Amazônia, com 994.000,00 ha., em Itaituba, Pará, tido como a primeira UC de proteção integral na Amazônia brasileira.

---

[12] Isto do ponto de vista formal, não necessariamente de fato. Diagnóstico do Fundo Mundial para a Natureza adverte que estaríamos ainda longe de garantir "a conservação da grande expressão da biodiversidade do país" e do bioma em questão, em razão do pequeno número e da reduzida área das unidades criadas, e da fragilidade dos mecanismos, estruturas e recursos - humanos, financeiros e materiais - de proteção e fiscalização das mesmas (WWF 1994, 47-8).

[13] Criado pelo Decreto 47.570 de 31/12/1959 com esta área, o Parque Nacional do Araguaia teve a sua superfície alterada pelos Decretos 68.873 de 05/07/1971 - passando então a ter uma "área estimada" de 460.000,00 ha. - e 84.844 de 26/06/1980 - que definiu a sua área atual, de 562.312,00 ha..

[14] Desde que o termo *reserva florestal* foi excluído do Novo Código Florestal, de 1965, "essas reservas foram *de fato* colocadas em uma categoria de espera, até que uma reclassificação apropriada pudesse ser feita de acordo com a legislação vigente" (Wetterberg et alii 1976, 12-3; ênfase minha). Esta categoria, desde então, carece de base legal e quase todas as reservas florestais na Amazônia foram esquecidas,

É a partir de 1979 que vai se dar um grande impulso à criação de novas UCs no país como um todo - e na Amazônia em particular. Isso foi conseqüência imediata de dois programas distintos, formulados e executados por dois órgãos governamentais que tiveram origens, trajetórias, formas de atuação e prerrogativas distintas na gestão dos recursos naturais e do território, tendo ocupado nichos diferentes na burocracia estatal em nível federal. Refiro-me ao Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, cuja primeira etapa foi deflagrada em 1979 pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) do Ministério da Agricultura, e ao Programa das Estações Ecológicas, lançado em meados da década de 1970 pela Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) do Ministério do Interior. O IBDF criou, entre 1979 e 1985, dez parques nacionais, quatro destes na região Amazônica, e treze reservas biológicas, cinco destas na mesma região. A SEMA, entre 1981 e 1985, criou quinze estações ecológicas, onze na Amazônia Legal. O Parque Nacional do Jaú e a Estação Ecológica de Anavilhanas, focos específicos desta tese, foram criados nesse período.

Somando a área das UCs criadas entre 1965 e 1985 - período que coincide, relativamente, com os vinte anos da ditadura militar - Guimarães observa que o progresso das medidas conservacionistas nas décadas de 70 e 80 foi impressionante. Comparando-se a superfície do Brasil protegida nesse período - aproximadamente 12 milhões e meio de hectares - com o que foi protegido em qualquer época anterior, os resultados são dignos de nota: seis vezes mais! (Guimarães 1991b, 166). Só na Amazônia, entre 1979 e 1985, foram criadas vinte UCs de uso indireto, totalizando, aproximadamente, 9.732.917,00 ha. Correspondendo a um *boom* de criação de UCs de uso indireto na região, este é o período em que a tese se concentra. Coincide, ademais, com a consolidação da fundamentação técnico-política e também legal das UCs.

É nesse período, também, que encontramos os fundamentos para a criação de algumas UCs de uso indireto decretadas posteriormente na região. De 1985 para cá, foram criados na Amazônia quatro parques nacionais - Serra do Divisor (AC) e Monte Roraima (RR), em 1989, e Serra da Mocidade e Viruá (RR), em 1998 - e três reservas biológicas - Gurupi, na Amazônia maranhense, em 1988, Tapirapé (PA), em 1989, e Uatumã, (AM) em 1990 - ampliando ainda mais o número e a superfície da área de UCs de proteção integral na região. A criação de duas dessas, contudo, já estava prevista desde a segunda metade da década de 1970: em 1976, a região da Serra do Divisor foi

---

invadidas ou parcial ou integralmente convertidas em áreas indígenas ou reservas biológicas, sem que os seus decretos de criação tenham sido revogados (cf. Garcia 1986, ISA 2000, Rylands 1991).

considerada área de primeira prioridade para a conservação da natureza na Amazônia, na região fitogeográfica do sudoeste amazônico, e a proposta de criar ali um parque nacional consta da 2ª Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, apresentada pelo IBDF em 1982; a Reserva Biológica do Anauá, cuja proposta de criação foi apresentada no mesmo documento, protegia quase que integralmente a bacia de drenagem do igarapé do Viruá, afluente da margem direita do rio Anauá, que hoje empresta o seu nome ao parque, criado em área equivalente.

De 1990 para cá se verifica uma paralisia no processo de criação de novas UCs de uso indireto no país. Não se criou nenhuma estação ecológica e apenas uma pequena reserva biológica, a da Fazenda União (RJ), depois de oito anos. A anterior havia sido a do Uatumã, suprareferida. A criação de cinco parques nacionais - dois dos quais na Amazônia - no curto espaço de tempo de dois anos, entre 1997 e 98, fechou um ciclo de cinco anos em que se ficou sem criar nenhuma UC desta categoria. O anterior havia sido o da Serra Geral (RS/SC), em 1992. A Tabela 1 a seguir dá uma idéia aproximada desse processo.

TABELA 1

Número e Área de Categorias de Manejo de Unidades de Conservação de Uso Indireto Criadas

			ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL Categorias de Manejo de UCs de Uso Indireto					
Anos	***Reservas Florestais***		***Parques Nacionais***		***Reservas Biológicas***		***Estações Ecológicas***	
	Nº	**Área**	**Nº**	**Área**	**Nº**	**Área**	**Nº**	**Área**
1906-15	1	2.800.000,00						
1916-25								
1926-35								
1936-40			3	227.062,05				
1941-45								
1946-50								
1951-55								
1956-60			2	10.813,00				
1961-65	9*	16.887.000,00	7*	270.568,00				
1966-70								
1971-75			5	1.916.312,00	1	5.000,00		
1976-80			5	5.955.801,00	5	1.057.792,00		
1981-85			5	567.836,50	8	920.335,00	15	2.157.757,98
1986-90			7	905.070,00	9	1.061.311,40	6	880.337,90
1991-95			1	17.300,00				
1996-98			5	1.174.117,00	1	3.126,00		
Total	10	19.687.000,00	40	11.044.078,55	24	3.047.564,40	21	2.178.845,88

(*) Todos em 1961

Como já observei na introdução, uma concomitância logo nos chama atenção: o período em que mais se criaram UCs de proteção integral no país coincide com o

período de expansão induzida da fronteira agrícola para a Amazônia - via projetos de colonização oficiais - e com a criação de localizações privilegiadas para a valorização de capitais privados e o crescimento “polarizado” - via subsídios e investimentos públicos no setor de infra-estrutura. Foi, portanto, no mesmo contexto histórico em que se conduziram as políticas que têm sido historicamente responsabilizadas por efeitos sociais e ambientais deletérios (cf. Davis 1977, WWF/CIT 1991) que se criaram as primeiras UCs de uso indireto na Amazônia brasileira. Assim, “década de progresso para os parques nacionais sul-americanos”, que se estende de 1974 a 1984 (Wetterberg et alii 1985), sobrepõe-se parcialmente àquela que foi celebrizada como a “década da destruição” na história da floresta tropical úmida da Amazônia (WWF/CIT 1991).

É forçoso observar, ademais, que finda a “década de progresso para os parques nacionais sul-americanos”, reduziu-se drasticamente a área criada de UCs de uso indireto e ampliou-se a área criada de UCs de uso direto no Brasil. Podemos observar isso comparando a Tabela 1 e a Tabela 2, na próxima página: o número e a superfície de UCs de uso indireto criadas caem na primeira metade da década de 1990, enquanto aumenta notavelmente o número e a superfície de áreas protegidas de manejo sustentável criadas a partir da segunda metade da década de 1980.

Marc Dourojeanni, Especialista Ambiental Principal do Banco Interamericano de Desenvolvimento, identifica um conjunto de dez “mudanças visíveis” que atingem as áreas protegidas na América Latina e Caribe. Quero destacar as duas primeiras, pois, ao tempo em que sintetizam uma tendência, expressam a oposição entre UCs de verdade e UCs *fake*, dominante entre os conservacionistas. Ele primeiro observa a “boa notícia” da “expansão considerável” dos sistemas nacionais de áreas protegidas, tanto em número como em superfície. Em seguida, contrapõe a “notícia menos positiva” de que “el grueso de la expansión de los sistemas nacionales de áreas protegidas ha sido realizado en las categorías [...] que permiten el uso directo de los recursos naturales por la población y en las que, con frecuencia, la propiedad de la tierra es privada o comunal, asegurando un menor grado de preservación” (Dourojeanni 1997, 73).

TABELA 2
Número e Área de Categorias de Manejo de Unidades de Conservação de Uso Direto Criadas

	ÁREAS PROTEGIDAS DE MANEJO SUSTENTÁVEL Categorias de Manejo de UCs de Uso Direto					
Anos	**Florestas Nacionais**		**Áreas de Proteção Ambiental**		**Reservas Extrativistas**	
	Nº	**Área**	**Nº**	**Área**	**Nº**	**Área**
1946-50	1	38.626,32				
1951-55						
1956-60						
1961-65	1	200.000,00				
1966-70	11	299.131,11				
1971-75	1	600.000,00				
1976-80						
1981-85	1	215.000,00	10	1.135.638,00		
1986-90	23*	11.236.883,52	6	337.100,00	4	2.162.989,00
1991-95	1	5.179,93	3	335.640,00	5	37.766,00
1996-98	7**	2.624.475,07	4	2.836.748,00	3	957.605,00
Total	46	15.219.295,95	23	4.645.126,00	12	3.158.360,00

(*) Dez em 1989 e dez em 1990.
(**) Todas em 1998 e na Amazônia (estados do PA e AM).

Essa tendência mais geral identificada por Dourojeanni verifica-se na Amazônia brasileira. Das quinze florestas nacionais (FloNas) criadas entre 1946 e 1985, apenas cinco se situam na região amazônica, a maioria delas concentrando-se no sul e no sudeste, em áreas de reflorestamento e extração de pinus, eucalipto e araucária. A soma da área das cinco corresponde, contudo, a quase o dobro das dez restantes. A situação, em termos de número e superfície de FloNas, efetivamente se inverte no período posterior: das 31 FloNas criadas entre 1986 e 1998, apenas quatro se situam fora da Amazônia, mormente no sul e sudeste. Das 12 reservas extrativistas criadas no mesmo período, apenas duas não se encontram naquela região. No que se refere às APAs federais, as dez criadas entre 1981 e 1985 estão fora da região e entre as treze criadas nos dez anos seguintes vamos encontrar duas na Amazônia[15].

Já assinalei as novidades que estão na própria origem do termo unidade de conservação na década de 1970. Dias (1994), além disso, adverte para a mudança de ênfase na conceituação mesma das UCs desde então. Segundo ele, na década de 1970, ter-

[15] O mesmo ocorre ao nível dos assim denominados sistemas estaduais de UCs. O exemplo do estado do Amazonas é particularmente ilustrativo. Das 12 UCs estaduais, todas criadas de 1989 para cá, sete são de uso direto e/ou manejo sustentável - cinco APAs e duas reservas de desenvolvimento sustentável - e cinco são de uso indireto e/ou proteção integral - quatro parques e uma reserva biológica estaduais. As primeiras somam 5.912.691,00 ha. e as segundas totalizam 2.320.012,00 ha. Isso, bem entendido, do ponto de vista formal. Técnicos do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) admitem que

se-ia considerado a proteção de ecossistemas representativos da diversidade biológica do país; nos anos 80, a preocupação ter-se-ia voltado para a conservação da biodiversidade com vista ao uso potencial pela biotecnologia e para a manutenção das funções ecológicas essenciais ao equilíbrio do planeta; e, na década de 90, a ênfase teria recaído sobre a conservação da biodiversidade no contexto dos diferentes sistemas econômicos de produção sustentável.

Sem querer, por agora, entrar no mérito da periodização estrita dessas ênfases, as evidências parecem confirmar a interpretação de Dias sobre a década de 1990 - em que se verifica um crescimento do número e da área de UCs de uso direto - e justificar a preocupação conservacionista estrita de Dourojeanni. Além disso, corroboram a hipótese de que, em se tratando de UCs de uso indireto na Amazônia brasileira, estamos lidando com um fenômeno historicamente datado. A autonomia metodológica e analítica que estamos lhes concedendo está, assim, em parte, justificada.

1.1.4. As florestas tropicais como novo domínio espacial e foco de controvérsia

Há, ademais, pelo menos uma outra e importante justificativa para a segregação das UCs de uso indireto na Amazônia brasileira como foco de análise: a importância que têm, *hoje*, as florestas tropicais nos quadros ecológico e geopolítico nacionais, continentais e planetários. Esta importância tem uma história social particular, que a análise das sucessivas mutações observáveis na gestão das UCs de uso indireto, dentro do quadro temporal mais circunscrito enfocado pela tese, permitirá abordar. Articulando múltiplos níveis, poder-se-á perceber mais claramente a imbricação entre ciência, tecnologia, política, estética e outros elementos no trabalho de definição - sempre instável - da fronteira entre o que conta como natureza e o que conta como cultura na Amazônia brasileira.

Não pretendo esgotar o tratamento do tema neste capítulo. Ele será abordado paulatinamente ao longo do trabalho. Quero indicar, contudo, desde já, ainda que brevemente, algumas referências gerais que orientam a análise e salientam a relevância das UCs nesta.

As florestas tropicais são caracterizadas por ecólogos e biólogos da conservação contemporâneos não só como o bioma mais rico do planeta, mas como aquele em que a deterioração de habitats vem ocorrendo mais aceleradamente. Desmatamentos e

---

apenas uma dessas áreas está efetivamente implantada: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de

queimadas têm levado ao desaparecimento e à fragmentação de habitats, resultando em perda de riqueza e diversidade biológica, bem como de funções ecossistêmicas diversas - quais sejam, comprometimento das cadeias alimentares e do seqüestro de carbono da atmosfera, etc. Por esses motivos são reconhecidas como "the prime locus of mass extinction" (Meffe, Carroll et alii 1994, 111) e têm se constituído, por conseguinte, no foco preferencial e prioritário das estratégias de conservação em escala global[16]. Cobrindo menos de 7% da superfície terrestre do planeta, as florestas tropicais abrigam 50% de todas as espécies conhecidas, incluídas aquelas que vivem em ambientes aquáticos (Terborgh e van Schaik 1997, 17). Dos 18 *hot spots* globais de biodiversidade até agora identificados - ou seja, áreas que contêm concentrações excepcionais de espécies e níveis extraordinários de endemismo e enfrentam grandes ameaças de destruição iminente de habitat -, 14 ocorrem em florestas tropicais (Meffe, Carroll et alii 1994, 123)[17].

Assim caracterizadas, as florestas tropicais emergem, ao lado de outras zonas "ambientalizadas", como um novo registro territorial - o domínio neotropical - a transversalizar as fronteiras entre os estados-nacionais. Sítio de supervisão de sistemas administrativamente delimitados, esse domínio espacial resulta do novo mapeamento das economias regionais promovido por movimentos e organizações ambientalistas contemporâneos, em seu esforço de impelir a governança do(s) meio(s) ambiente(s) para uma escala de monitoramento e controle globais, senão cósmicos, posto que observando o planeta de fora e de cima. Na qualidade de bioregião que está acima e além dos territórios constituídos pelos estados-nacionais, estamos - assim como no caso das UCs - diante de um artefato histórico construído, majoritariamente, por meio de intervenções tecnocientíficas (cf. Luke 1995 e 1999). Mesmo porque a caracterização naturalista das florestas tropicais que apresentei acima foi produzida ao longo das duas

---

Mamirauá.

[16] Definições recentes de estratégias de conservação da diversidade biológica nos trópicos têm proposto diferenciar as causas imediatas (*proximate*) da extinção de espécies - quais sejam, a raridade extrema aliada à insuficiência reprodutiva - das causas últimas (*ultimate*): o desmatamento (que leva à perda de habitat), a fragmentação de habitats, a matança (*overkill*) de animais cinegéticos, as extinções secundárias e a introdução de espécies exóticas - a que se soma o efeito da interação de todas estas forças. Tidas como as cinco principais forças de extinção "in a human-dominated [contemporary] world", é sobre elas que se considera mais apropriado e útil atuar - via de regra através de UCs de uso indireto, efetivamente protegidas, como estratégia explicitamente desenhada para minimizar extinções (Terborgh e van Schaik 1997, 15 e 19).

[17] As florestas tropicais encontram-se, ao lado do reino marinho, dos recifes de coral e dos ecossistemas de água doce, entre os biomas mais ricos a sofrer, contemporaneamente, graves processos de deterioração (Meffe, Carroll et alii 1994, 111). Dos 14 *hot spots* globais de biodiversidade que ocorrem em florestas

últimas décadas, representando uma mudança radical na compreensão que se tinha das mesmas até então.

A Amazônia sul-americana constituiu o sítio por excelência dessa reformulação, que afetou o entendimento não só da estrutura, composição e dinâmica das florestas tropicais e dos seus diferentes ecossistemas, mas também das especificidades socioculturais dos povos que nelas viveram e vivem. Não faz muito tempo, convivíamos com a imagem de uma planície monótona e uma floresta tropical amplamente uniforme; um ambiente hostil à civilização, de ocupação relativamente recente, esparsamente povoada, sociologicamente anestesiada e culturalmente dependente de áreas mais desenvolvidas; habitat preferencial de grupos isolados, pequenos e dispersos, tidos como autônomos, autocontidos, igualitários e tecnologicamente austeros, em virtude de condicionantes estabelecidas por recursos naturais escassos, tais como solos férteis e proteína animal[18].

Nada mais antitético com a visão que - se hoje ainda não é hegemônica - aos poucos vem se consolidando: uma área originalmente populosa, sociopoliticamente complexa e com uma ecologia significativamente alterada pela intervenção humana; um bioma composto por distintas e diversas paisagens, cada qual com suas particularidades e histórias específicas de constituição e nas quais a plasticidade da intervenção humana desempenhou um papel fundamental - o que as torna, hoje, mais ou menos adequadas a diferentes empreendimentos humanos.

O progressivo abandono da caracterização anterior deve-se à ampliação e à diversificação de conhecimentos sobre os diferentes ecossistemas de floresta tropical úmida e as especificidades socioculturais dos povos que neles viveram e vivem, e que vem se dando já há algum tempo. Entre os elementos básicos que contribuíram para isso está a revisão das idéias sobre a histórica ecológica e cultural da Amazônia - parte e parcela da reavaliação mais geral da situação ecológica e cultural da América pré-colombiana - que tem enfatizado a complexidade das formações sociais indígenas e a diversidade ecológica do bioma.

Essa modificação na caracterização da região, por um lado, ganhou expressão na mudança de sentido do termo “fator Amazônia”. De grande obstáculo à exploração dos recursos - as distâncias, o ambiente inóspito, o vazio demográfico - a ser eliminado pela

---

tropicais e que ocupam em torno de 0,2% da superfície terrestre do planeta, dois incidem em território brasileiro: a nossa costa atlântica e as terras altas da Amazônia ocidental (123).

[18] Para as considerações neste e no próximo parágrafo, ver Viveiros de Castro 1996.

ação do Estado, seja por meio da indução à migração, seja pela implantação de todos os tipos de redes necessários à integração (cf. Becker 1990b), o termo passou a designar um traço específico da região: as suas virtualidades socionaturais singulares, passíveis de gerar uma oferta endógena - elemento de potencialização dos recursos naturais, econômicos, sociais e culturais com vista ao desenvolvimento (MMA 1997, 22-3).

Por outro lado, contribuiu decisivamente para tornar ainda mais complexa a definição mesma de biodiversidade, inaugurando um período de controvérsia quanto ao peso dos fatores naturais e socioculturais na determinação da diversidade biológica das florestas tropicais e, conseqüentemente, quanto às estratégias mais adequadas para sua conservação. Se hoje há um consenso relativo quanto à importância desses biomas como celeiros de megadiversidade biológica[19] e como pilares na regulação do clima do planeta, esse consenso desmantela-se quando se trata de considerar o peso de diferentes elementos na atual configuração das florestas tropicais: a ênfase oscilando entre os fatores estritamente naturais - paleoclimatologia, geomorfologia, relevo[20] - e os socioculturais - diferentes ondas de ocupação humana e presença mais ou menos contínua de grupos humanos em determinados sítios.

Resumindo e generalizando o argumento de um dos lados da controvérsia, McNeely observa que virtualmente todas as florestas e *grasslands* do planeta teriam sido afetadas por padrões culturais de uso humano. A paisagem resultante seria a de um mosaico em permanente mudança de fragmentos de habitats manejados e não-manejados, cuja diversidade se reflete em seu tamanho, forma e arranjo (McNeely 1993, 252). Dessa perspectiva, seria incorreto falar em florestas e/ou áreas "naturais" para muitas das circunstâncias em que se pensa na criação de UCs de proteção integral, sendo mais adequado mesmo falar em "florestas culturais" (Balée 1989a e b). Esse reconhecimento tem se traduzido em propostas normativas como as advogadas pelo próprio McNeely. Segundo este, ao se decidir que um atributo ecológico particular é digno de proteção, devem-se considerar as necessidades e desejos daqueles que contribuíram para moldar a

---

[19] Mesmo nesse âmbito há diferentes perspectivas de compreender essa "oferta" de megadiversidade das florestas tropicais. Há desde os que a entendem como repositórios de materiais para a continuidade do processo evolutivo (Terborgh 1999), aos que, da perspectiva tecnocrática e administrativa dos programas de ciências ambientais e escolas de "recursos naturais", concebem as florestas como sistemas biofísicos infra-estruturais que geram bens e serviços, donde a necessidade de intensificar a sua performatividade via proteção e manejo. Para uma crítica cultural dos *environmental studies* ver Luke 1999.

[20] Mesmo entre as ciências naturais verifica-se uma discussão quanto aos elementos explicativos da biodiversidade tropical, em particular na Amazônia sul-americana. Refiro-me à querela entre as teses paleoclimatológicas - notadamente, a teoria dos refúgios - e as geomorfológicas - com as pesquisas associadas de paleopalinologia e biologia molecular de pequenos mamíferos e marsupiais - na explicação dos processos de especiação (cf. Morell 1997). Tratarei desta questão no Cap. 3.

paisagem e que precisarão se adaptar às mudanças desta (McNeely 1993, 252) - posição consagrada na Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Para conservacionistas de distinta orientação, essas proposições são motivo de confusão e imprecisão em torno do conceito mesmo de biodiversidade. Especialistas e técnicos do programa *Parks in Peril* da ONG The Nature Conservancy, ao comentar a inclusão da diversidade cultural na definição de biodiversidade da Convenção, observam que "to include management of human cultural diversity alongside biological and ecological aims [...] introduces further conflict in meeting conservation objectives" (Brandon, Redford e Sanderson 1998, 7).

Como tentarei mostrar, as UCs de uso indireto na Amazônia brasileira, ao tempo da sua criação, constituíram, simultaneamente, expressão e instrumento - na qualidade de sítios de pesquisa - daquela nova compreensão sobre a diversidade ecológica das florestas tropicais, em um momento em que estas ainda não eram o foco da atenção e da cooperação internacionais – como veio a ocorrer na segunda metade da década de 1980 (cf. Hurrell 1992). Por sua vez, a gestão e o manejo a que hoje estão submetidas aquelas UCs não podem ser compreendidos fora dos marcos do atual significado ecopolítico das florestas tropicais e da controvérsia em torno do significado da biodiversidade, sinalizada acima – fatores estes que respondem pela diversificação de interesses e atores em torno daqueles.

Assim, os espaços territoriais criados pelo Poder Público para proteger integralmente porções representativas da floresta tropical amazônica constituem um *locus* privilegiado para investigar aquilo que Latour chama "trabalho de ambientalização" - i. é, de definição do que é interior e o que é exterior, humano e não-humano, artificial e natural, contexto e conteúdo - e que é sempre "objeto de uma controvérsia cujo resultado decide os objetos e os fatos" (Latour et alii 1998, 116). Ao definirmos jurídica e administrativamente territórios destinados a proteger a natureza nos trópicos - de genes a paisagens, passando pelas espécies e populações características desse domínio - contra qualquer forma de exploração que os desvirtue, simultaneamente definimos e expressamos a nossa compreensão sobre a fronteira entre o que conta como natureza e o que conta como cultura. Desse modo, para entender o que são exatamente as UCs de uso indireto na Amazônia - como região e bioma de um país e do planeta - e para compreender a relevância que se lhes imputa, não basta considerar apenas as propriedades genéricas do meio ambiente natural. É aqui que a Antropologia Social pode aportar uma contribuição significativa.

1.2. Antropologia Social e Unidades de Conservação

1.2.1. A noção de artefato

A investigação ganhou um contorno tal, que uma noção apenas sugestiva no projeto original se tornou um princípio analítico central: a idéia de artefato. Reconciliando *inputs* de distintas ramificações da Antropologia Social, mais ou menos relacionadas com o seu núcleo, o tratamento das UCs de uso indireto na Amazônia brasileira como *artefatos socionaturais* e *históricos* específicos abre inusitadas vias de entendimento.

A inspiração original veio de uma das incontáveis releituras de um texto de Geertz no qual ele retoma o clássico problema da dificuldade em "traçar uma linha entre o que é *natural, universal e constante* no ser humano, e o que é *convencional, local e variável*", chegando mesmo a sugerir que "traçar tal linha é falsificar a situação humana" (Geertz 1978a, 48; ênfases minhas). Nesse texto, Geertz procura desenvolver as implicações da admissão da coincidência entre as fases finais da história filogenética humana e as fases iniciais da história cultural da nossa espécie, chegando a uma definição, por assim dizer, cibernética de cultura: "programas" (*softwares*) para ordenar o comportamento.

> Entre os planos básicos para a nossa vida que os nossos genes estabelecem [...] e o comportamento preciso que de fato executamos [...] existe um conjunto complexo de símbolos significantes, sob cuja direção nós transformamos os primeiros no segundo [...]. Nossas idéias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais - [...] *produtos manufaturados a partir de tendências, capacidades e disposições com as quais nascemos, e, não obstante, manufaturados* [62; ênfase minha].

Os humanos - "até o último deles" - revelam-se, assim, "artefatos culturais" (63), "produtos manufaturados" a partir do que se oferece àquele conjunto complexo de símbolos significantes. Depois de referir-se genericamente ao modo como os castores constroem os seus diques, como as diferentes espécies de aves constroem os seus ninhos e as abelhas as suas colméias, Geertz chega às catedrais edificadas pelo ser humano.

> Chartres é feita de pedra e vidro, mas não é apenas pedra e vidro, é uma catedral, e não somente uma catedral, mas uma catedral particular, construída num tempo particular por certos membros de uma sociedade particular. Para compreender o que isso significa, para perceber o que isso é exatamente, você precisa compreender mais do que as propriedades genéricas da pedra e do vidro e bem mais do que é comum a todas as catedrais. Você precisa compreender também - e [...] da forma mais crítica - os conceitos específicos das relações entre Deus, o homem e a arquitetura que ela incorpora, uma vez que foram eles que governaram a sua criação [62-3].

Parafraseando Geertz, poder-se-ia dizer que para entender o que são exatamente as UCs no Brasil e as de uso indireto na Amazônia em particular, e para compreender a sua relevância e o seu significado, não bastaria conhecer apenas as propriedades genéricas do meio ambiente biofísico. Seria necessário compreender, também, os conceitos específicos de sociedade e natureza - e das relações entre ambas -, bem como a sua materialização em dispositivos normativos e institucionais, pelos quais certos membros de um coletivo particular, vivendo num tempo particular, criam essas unidades.

A imagem que Geertz nos oferece, todavia, é sugestiva por outros dois aspectos que gostaria de desenvolver.

Em primeiro lugar, ele não diz que é desnecessário compreender as propriedades genéricas da pedra e do vidro, e o que é comum a todas as catedrais. Afirma que é preciso ir além dessa compreensão se se quiser entender Chartres integralmente e como um fenômeno sociocultural específico. É como se ele reconhecesse implicitamente que uma compreensão antropológica integral daquela catedral, implicaria considerar as suas múltiplas dimensões - a inorgânica inclusive.

Assim sendo, invertendo a paráfrase acima, tomar as UCs de uso indireto na Amazônia brasileira como objeto de análise da Antropologia Social, implicaria - tal como para Chartres - superar a tendência predominante nas ciências sociais de explicar os fenômenos socioculturais única e exclusivamente com referência a fatos da mesma natureza. Tratar-se-ia de ir além, procurando integrar à dimensão sociocultural e simbólica - "superorgânica", diria Kroeber -, as dimensões orgânica e inorgânica constitutivas das UCs - i. é, as forças e estruturas de agência peculiares ao mundo biofísico[21]. Enfatiza-se aqui a dimensão tecnológica da construção: processo que opera com meios materiais sobre materiais naturais.

Em segundo lugar - e isso tem menos a ver com Geertz do que com a feliz metáfora que escolheu -, a imagem da catedral medieval permite fundir o horizonte conceptual do pesquisador com o de uma fração dos nativos - nesse caso, os formuladores, planejadores e executores de ações conservacionistas que têm UCs como

[21] Isso não é de menor importância em se tratando de um autor com a trajetória de Geertz, originalmente um antropólogo de tradição materialista, preocupado com temas como involução agrícola, modernização econômica e mudança cultural, e transição hominídea (Geertz 1963a, 1963b e 1966) - tendo esta sua produção classificada como "ecologia cultural" por alguns comentadores (Kaplan & Manners 1975). Mesmo em sua produção interpretativista posterior, encontramos expressões de uma atitude realista: "*Não é a verdade*, portanto, *que varia com os contextos social, psicológico e cultural*, mas os símbolos que

instrumento. Trata-se de uma metáfora ubíqua nas manifestações dos formuladores, permitindo, assim, estabelecer uma relação entre a sua perspectiva e a do antropólogo. Isso importa não só como critério de legitimidade da imagem utilizada e, por conseguinte, da noção de artefato cultural, mas também porque ela nos permite apreender um importante sentido que os nativos dão à sua própria ação. Os textos referidos a seguir, de natureza distinta e separados por vários anos em suas respectivas datas de publicação, trazem expressões do que eu estou querendo destacar.

Em seu *keynote address* à 1ª Conferência Mundial de Parques Nacionais, realizada em Seattle, em 1962, sob os auspícios da IUCN, o então Secretário de Interior do Governo Kennedy, Stewart L. Udall, assim se expressou ao falar das poucas oportunidades para - e da urgência de - projetos de conservação de grande alcance.

> *We are the architects who must design the remaining temples*; those who follow will have the mundane tasks of management and housekeeping [Udall 1962, 3; ênfase minha].

Em mais de um documento da SEMA sobre o Programa das Estações Ecológicas, podemos ler o seguinte: "Uma Estação Ecológica deve ser estabelecida com o mesmo espírito em que se faziam as catedrais medievais, ou seja, ela *deve ser feita para atravessar os séculos*" (Nogueira Neto 1975, 2-3; ênfase minha). Ou ainda:

> *O espírito que preside o estabelecimento de uma Estação Ecológica deve ser o mesmo que inspirava a construção de uma catedral medieval - obra destinada a atravessar os séculos*. Em geral, um equipamento científico fica obsoleto ao fim de uns 15 ou 20 anos. Uma Estação Ecológica, no entanto, só poderá aumentar o seu valor com o passar dos anos, pois constitui uma área insubstituível [Melo s/d., 4; ênfase minha].

Em artigo publicado em número especial da revista *Science* dedicado às perspectivas sobre a biodiversidade, Michael Soulé, um dos expoentes da moderna Biologia da Conservação[22], discute as principais "táticas" e/ou "sistemas" de conservação que podem ser empregados por diferentes países - considerando os distintos níveis da hierarquia bioespacial enfocados e dependendo da apreciação que se fizer dos diversos contextos sociais da ação conservacionista. Ainda que proponha pensar as "reservas da natureza" (*nature reserves*) como "ilhas efêmeras" (*ephemeral islands*) e reconheça que o tempo de vida útil destas depende de fatores tanto biogeográficos como políticos, sociais e econômicos - razão pela qual defende um pluralismo tático no planejamento da conservação (não só baseado em UCs) -, Soulé

---

construímos em nossas tentativas, nem sempre efetivas, de apreendê-la" (Geertz 1978b, 183; ênfases minhas).

não escapa à metáfora da catedral medieval. Expressando suas expectativas quanto aos resultados de longo prazo - sempre positivos e benéficos - dos sistemas e estratégias de conservação, ele afirma no parágrafo conclusivo do seu artigo:

> *All human institutions are transient expedients*, and the conservation systems that are fashionable today will certainly undergo many changes in the next century. [...] The issue, therefore, is [...] whether [conservation] can stay the course. *During the construction of cathedrals in the Middle Ages, planners and artisans were not dismayed that "success" might require centuries. Like those workers, conservation scientists and practitioners must accommodate their objectives to the social complexity and temporal scale of their enterprise* [Soulé 1991, 749; ênfase minha].

Assim, os planejadores e artífices de "santuários" ecológicos - termo recorrentemente associado às UCs de proteção integral - empregam a metáfora da catedral medieval, genericamente referida, para enfatizar o caráter de permanência das suas obras - ou, pelo menos, a sua expectativa de que assim o seja. Ainda quando reconhecem o caráter das UCs como construto, como instituição humana e a sua relativa transitoriedade e/ou efemeridade diante de contextos sociais turbulentos, não deixam de se referir às outras táticas de conservação como alternativas menos atraentes (Soulé 1991, 749) e de expressar a sua motivação em termos entusiásticos, guiados pela certeza dos benefícios de longo prazo que resultarão do seu empreendimento.

É certo que o emprego da metáfora se funda também no transcendentalismo naturalista, que constituiu um dos fundamentos ideológicos da idéia de parque nacional e de *wilderness* na cena sociocultural norte-americana da segunda metade do século passado (cf. Cap. 2)[23]. O que quero enfatizar por agora é a orientação para a permanência e a produção de efeitos duradouros das UCs, comumente encontrada em inúmeras manifestações nativas.

A recém criada Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, que congrega 11 ONGs conservacionistas brasileiras, afirma em sua "Carta de Princípios", que "as Unidades de Conservação de Proteção Integral se destinam à *perenização de seus atributos naturais*" (Rede 1997; ênfase minha). Em entrevista, o Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, luminar do conservacionismo brasileiro[24], manifestou-se sobre a

---

[22] Não só isso, mas um dos principais responsáveis pela institucionalização da disciplina.

[23] Em particular a tradição de fundo romântico que figura a montanha como catedral e templo sagrado, lugar apropriado para expressar veneração, reverência e devoção à Criação (cf. Cronon 1996, 75-6). Voltarei a este ponto no Cap. 2.

[24] Vice-Almirante entre 1972 e 1981, quando entrou para a reserva como Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas do Governo do General João Batista Figueiredo, filiou-se à Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (ONG fundada em 1958 e sediada no Rio de Janeiro) no final dos anos 1960, após dois anos como comandante da Flotilha do Amazonas. Em diferentes períodos foi conselheiro e

"discussão tola" em torno da presença humana em UCs de uso indireto - que, para ele, constitui "o ponto nevrálgico das discussões hoje em dia" em torno das áreas protegidas. De acordo com ele, "*uma UC, teoricamente, é feita para durar milênios*; ao passo que as comunidades humanas dentro das UCs [...] estão evoluindo" (29.12. 1998; ênfase minha) e, pela sua "evolução", comprometendo ainda mais a integridade daquilo que as UCs foram criadas para preservar por milênios.

Tal sorte de manifestações está associada de perto a reivindicações intransigentes de exclusivismo científico radical - que, em se tratando de UCs de uso indireto, não são difíceis de encontrar. A já referida "Carta de Princípios" da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação abunda em formulações nesse sentido. Nela se reconhece "que a seleção, criação, implantação e gestão das unidades de conservação de proteção integral são atividades que necessitam pautar-se por critérios científicos e técnicos, os quais deverão prevalecer sobre outras considerações". Outrossim, assevera que, se

> a participação e a cooperação das comunidades locais e dos demais cidadãos na defesa das unidades de conservação de proteção integral são desejáveis e necessárias, [...] tais ações não podem ser confundidas com *os processos decisórios em relação à seleção das áreas, sua implantação e gestão*, que *devem se pautar por critérios técnicos e científicos* [Rede 1997; ênfase minha].

Tudo se passa como se, para um contingente expressivo de formuladores e executores, as ações conservacionistas por meio de UCs de uso indireto fossem - ou devessem ser - resultado de um processo administrativo tecnocientífico. Desse modo, "o conceito de cada categoria de unidades de conservação deve[ria] ser respeitado em todos os casos e circunstâncias, não sendo admitidas exceções e concessões que o deturpem" (Rede 1997).

Em linha semelhante, os já citados especialistas e técnicos do programa *Parks in Peril* da ONG The Nature Conservancy, advogam que ações para proteger UCs necessitam de um nível de "rigor conceitual" que transcenda *slogans* e estereótipos. Segundo eles, implementar *slogans* e basear ações em estereótipos não tem levado ao progresso da conservação da biodiversidade, nem dentro, nem fora dos parques. Mais do que isso, tais comportamentos estariam impedindo uma reflexão criativa sobre a proteção dos parques e modos de resolver a crise da biodiversidade fora dos parques (Brandon, Redford e Sanderson 1998, 3). Os parques em si, já criados, já dados,

---

presidente da FBCN. Ativista da campanha pela proibição da pesca à baleia no litoral brasileiro, desempenhou, junto com o finado Alm. José Luiz Belart, importante papel de articulador político, fazendo gestões e promovendo reuniões para encaminhar reivindicações conservacionistas, quando Vice-

contudo, não são objeto de questionamento: o processo que levou a segregar o conteúdo - o que está dentro do parque, o próprio parque - do contexto - o que está e ocorre fora dos parque - permanece não questionado[25].

Daí a relutância de muitos conservacionistas no país - e fora dele - em rediscutir a criação, a categoria, os limites e/ou a superfície de UCs de uso indireto já criadas, usando o argumento de que o percentual de área integralmente protegida no país é pequeno e inferior à média internacional, e rediscuti-las significaria comprometer ainda mais a posição do país e pôr em risco as "importantes conquistas do passado". Concorrem, assim, para dissimular a dimensão de construto dessas unidades e para perpetuar uma visão delas como algo que, produzido, se projeta para além da história, dissimulando o seu próprio artifício - obras (que são) feitas para durar milênios, atravessar séculos, perenizar atributos, etc.

A noção de artefato vem justamente resgatar para a análise antropológica a dimensão de construto histórico instável das UCs, dissimulada pelas análises normativas. Nos estudos de ecologia histórica e nos *social studies of science*, encontro elementos para elaborar conceitualmente a noção de artefato - dado o papel heurístico central que tem nesses campos -, na direção de construir o objeto desta investigação.

Nos marcos da já mencionada revisão das idéias sobre a história ecológica e cultural da Amazônia, a noção de artefato tem sido apropriada para dar conta das estratégias de uso e manejo de recursos naturais por povos indígenas das terras baixas sul-americanas. Isso está a produzir uma mudança nas idéias sobre a natureza e as razões da distribuição de tipos de florestas e vegetação da região.

Citando os arqueólogos Childe e Spaulding, Balée observa que quem fala em "artefato", refere-se (i) ou a um objeto, qualquer que ele seja, produto da atividade humana deliberada, intencional e consciente, (ii) ou, num sentido mais abrangente, a qualquer expressão da atividade cultural humana, não necessariamente calculada ou premeditada. Apropriando-se desta acepção materialista ampla da noção de artefato, ele produz uma tipificação histórica e antropológica das capoeiras (*fallows*) características dos habitats de povos caçadores-coletores de floresta tropical. Resultado não intencional

---

Chefe do EMFA. Atualmente, é Diretor-Presidente da Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental (SOBRAPA), um braço da Sociedade Nacional da Agricultura.

[25] Na mesma linha de raciocínio, fala-se com freqüência no contexto social, político e econômico do manejo dos parques (Brandon, Redford e Sanderson 1998, 4), nos constrangimentos políticos e econômicos dentro dos quais os planejadores da conservação trabalham (Meffe, Carroll et alii 1994, 272). Isto é, o manejo de UCs e o trabalho dos planejadores da conservação não são definidos como elementos

da atividade de cultivo de povos agricultores que teriam ocupado essas mesmas áreas em tempos remotos, essas florestas secundárias são áreas preferenciais de povos caçadores-coletores contemporâneos por abrigarem associações de vegetação muito importantes para a economia desses grupos (cf. Balée 1989a, 1989b e 1992).

Para Balée, de uma perspectiva histórica e antropológica, é absolutamente razoável definir como "artefatos" não só essas florestas antropogênicas, mas também outras formações características das florestas tropicais, tais como as "terras pretas de índio", formações pedológicas valorizadas por agricultores contemporâneos devido à sua fertilidade. Tanto num caso - o das capoeiras - como no outro - o das "terras pretas" - estaríamos diante de recursos antropogênicos e paisagens artefactuais, ou ainda, artefatos vegetais, num caso, e pedológicos, no outro, resultantes de uma intensa e prolongada ocupação pré-histórica (Balée 1992)[26]. As conclusões gerais das pesquisas de Balée apontam que parcela significativa da *natureza* Amazônica resulta de uma longa história cultural e que as economias indígenas, antes vistas como exemplos de respostas adaptativas a um meio ambiente prístino e transcendente, são - como sugere Viveiros de Castro 1996 - meta-adaptações ao resultado histórico de uma transformação cultural da natureza.

Assim sendo, em muitos casos - como nos que enfoco neste trabalho - as UCs de proteção integral que pontuam o mapa da Amazônia brasileira estariam protegendo não áreas *naturais*, mas paisagens artefactuais. Ademais, num exercício de ecologia histórica prospectiva, as UCs mesmas poderiam ser tratadas como artefatos em ambos os sentidos destacados por Balée: por um lado, porque constituem heranças de programas e planos governamentais, produtos deliberados, conscientes e intencionais de ações humanas, de tomadas de decisão política de uma sociedade particular, gestadas em contextos históricos específicos por agentes determinados; por outro lado, porque estes produtos vêm sendo apropriados e partilhados hoje em dia de modo não necessariamente antecipado por aqueles que os conceberam e criaram. Dada a mencionada controvérsia em torno dos fatores determinantes da biodiversidade nos trópicos, as UCs de proteção integral encontram-se, hoje, submetidas a múltiplas apropriações e semiotizações, escapando ao controle do que foi originalmente premeditado pelos que as conceberam.

---

constitutivos do próprio contexto, como partes mesmas dos constrangimentos e como forças sociopolíticas ativas de direito próprio.

[26] Em outras contribuições, Balée não hesita em falar de "matas culturais" e da "cultura na vegetação da Amazônia brasileira" (Balée 1989a e b).

Some-se a isso que, da perspectiva de uma história ecológica e cultural de longo prazo, as UCs de proteção integral na Amazônia podem ser compreendidas como mais um estrato de interferência humana em dada área - ainda que para cercear esta intervenção mesma. Desse modo, analisar os processos que levam à constituição das UCs de proteção integral na Amazônia brasileira - artefatos que findam por perpetuar paisagens artefactuais, i. é, meta-artefatos - contribuiria para robustecer uma visão dialética das relações entre sociedade e natureza.

Tratadas, entretanto, como são pelos formuladores e executores de ações conservacionistas, as UCs de proteção integral existentes, nas quais se pretende ter a natureza seguindo o seu livre curso evolutivo independente da ação humana, emergem com um estatuto homólogo ao dos fatos científicos - objetos dados que estariam para além das determinações da história[27], ancorados nos sólidos alicerces da pesquisa e da reflexão científicas - considerando-se, como já apontei, o exclusivismo científico que se quer ter presidido a sua criação e ver governando o seu manejo. As categorias de manejo de UCs de proteção integral sugerem a existência de uma "excepcionalidade" natural intrínseca, de atributos singulares e especiais da natureza aos quais apenas os cientistas naturais teriam acesso e que justificariam científica e objetivamente a sua criação. A força política que possuem e a sua aparência consensual resultam, em parte, dessa sua condição de evidência cristalina, embasadas que estariam em um substrato científico[28].

Ademais, demarcar fisicamente uma área *natural* representativa e inseri-la num sistema nacional de unidades do mesmo tipo, cujas definições são proporcionadas não apenas pelo Estado nacional, mas também por fóruns internacionais, é uma operação similar ao processo de abstração na ciência. "O que é local, particular, material, múltiplo e contínuo vai perdendo especificidade ao ser comparado, estandardizado, calculado, transformado em texto, comunicado e universalizado" (Schwartzman 1994, 174).

A situação assemelha-se àquela apresentada por Latour e Woolgar em sua etnografia da gênese do TRF, enquanto exemplo particular concreto da construção social de um *fato* científico. Ali eles examinam detalhadamente como um fato assume

---

[27] Esse efeito de naturalização dos parques pelo qual se dissimula toda evidência de seu artifício é destacado por Neumann (1998, 27) e vincula-se, segundo Cronon, ao "flight from history that is very nearly [at] the core of wilderness" (1996, 80). Seja como o jardim do Éden, como a experiência da paisagem da fronteira desaparecida, seja como o sublime sagrado, "one of the most striking proofs of the cultural invention of wilderness is its thoroughgoing erasure of the history from which it sprang" (79).

[28] Ademais, a visão que temos de meio ambiente está estreitamente relacionada à visão que temos de ciência. Nos marcos da ambição tecnocrática de coligar ciência e política, característica dos discursos e práticas especializados produzidos nos programas de ciências ambientais e escolas de recursos naturais,

uma qualidade que parece colocá-lo além do alcance de certos tipos de explicação histórica e sociológica. Enfrentando as dificuldades metodológicas de reconstruir histórica e sociologicamente os fatos científicos, Latour e Woolgar se perguntam pelos processos que operam na remoção das circunstâncias históricas e sociais de que depende a construção de um fato (Latour e Woolgar 1986).

Tratando o laboratório como um sistema de inscrição literária e efetuando uma análise de inspiração semiótica, os autores enfocam o processo agonístico de quebra/ divisão (*splitting*) e inversão que tem lugar no laboratório. Neste processo, em um determinado momento - que eles denominam "ponto de estabilização" - um objeto torna-se a razão pela qual se fez uma assertiva (*statement*) qualquer pela primeira vez, não necessariamente a seu respeito. No processo criativo e dialógico que ocorre no laboratório, um conjunto de forças agonísticas empurra uma assertiva para o status de fato, enquanto outro conjunto de forças empurra-a para o status de *artefato* - substância transitória, elusiva, instável e indeterminada, até o ponto em que a assertiva se torna uma entidade dividida/quebrada. Por um lado, é um conjunto de palavras que representa uma assertiva sobre um objeto; por outro, corresponde a um objeto em si mesmo, que toma uma vida que lhe é própria, libertando-se de todos os determinantes de lugar e de tempo, e de toda a referência aos seus produtores e ao processo de produção.

Do mesmo modo, pode-se dizer que dos gabinetes dos órgãos governamentais responsáveis pela política de conservação da natureza até a concretização jurídica, política e administrativa de uma UC, há uma longa trajetória em que inúmeros fatores intervêm. Ademais, o principal interesse e preocupação dos nativos é a eliminação do que há de transitório, elusivo e instável - o que há de artefactual - na direção de construir uma realização permanente, duradoura, perene e estável, o que fica patente nas considerações ancoradas na metáfora da catedral. Os instrumentos, técnicas e metodologias de planejamento e gestão, como o zoneamento, o plano de manejo, os planos de ação e os planos operativos podem ser interpretados à luz dessa orientação para o ordenamento e a disciplinarização das manifestações sociais e naturais na área enfocada.

Logo, uma etnografia histórica como a que apresento neste trabalho, tendo em vista compreender os processos sociotécnicos - simultaneamente políticos e científicos - que instituíram as UCs aqui enfocadas, beneficia-se de partir de um momento em que a distinção entre conteúdo e contexto não está dada, isto é, em que as UCs ainda não estão

---

cada vez mais os problemas de meio ambiente são vistos como problemas científicos susceptíveis a/de respostas tecnoadministrativas (Redclift 1993 e Luke 1999).

criadas. Almejo expor a tessitura dos embates entre diferentes atores em torno das normas, das categorias e dos dispositivos mais adequados à gestão das UCs, e da controvérsia em torno do que elas são e/ou deveriam ser, recuperando, assim, a flexibilidade interpretativa que as caracteriza. O manejo ambiental, para além de um procedimento técnico-científico que opera sobre materiais naturais, será tratado como um processo sociotécnico e simbólico pelo qual não apenas a natureza é transformada, mas também o nosso entendimento do que ela *é* (como sugerem Latour e Woolgar 1986 e Redclift 1993) - o que nos traz de volta à compreensão antropológica mais abrangente do que são artefatos.

A abordagem de Nancy Munn referente à fabricação das canoas Gawa é uma ilustração típica da matéria. Baseada em Marx, ela define como um componente característico da orientação humana, o tratamento do mundo dos objetos (*the object world*) como um potencial para fazer algo mais além daquilo que é dado (*a potential for making something else out of what is given*; Munn 1977, 39). Apropriando-se, também, das contribuições de Bourdieu e Tambiah, propõe expandir a noção de "construção" para incluir - além da modelagem física de meios materiais - operações verbais, como encantamentos, e outros modos de conversão, como a troca.

Tomada nesse sentido amplo, a "fabricação" apresenta alguns componentes genéricos que transcendem a dimensão exclusiva da construção tecnológica e a concepção da produção como operando com meios materiais sobre matérias naturais, quais sejam: mudanças de matrizes ou contextos - quando elementos são separados de um contexto e entram em outro -, e de níveis de organização - quando "novos" objetos ou elementos reformulam os originais em outro nível (Munn 1977, 39). Conseqüentemente, no estudo dos processos de fabricação de um artefato, consideram-se as atividades materiais *e* os processos simbólicos progressivos que transformam tanto as propriedades socialmente significativas ou as capacidades operacionais dos objetos, quanto os aspectos significativos das relações entre pessoas e coisas, entre o mundo humano e o material (id. ibid.). "Fabrication seen in this way [...] consists of the total cycle of conversions effecting significant changes in an object [...] a multiplex symbolic process that continually redefines the human relation to the object world" (39 e 51).

Pode-se pensar, assim, na "fabricação" de uma UC e/ou do conjunto de UCs de uso indireto na Amazônia brasileira em sentido e escala espaço-temporal amplos, abarcando o ciclo completo de conversões a produzir mudanças significativas nela(s) - enquanto artefato(s) feito(s) a partir de substâncias naturais, atividades materiais e

processos simbólicos. Dessa perspectiva, a sua fabricação abrange o que está aquém e além do ato do poder público que a(s) cria.

Aquém no sentido de abarcar o substrato material de que as UCs são feitas, as redes sociotécnicas que dão suporte ao planejamento da ação conservacionista, os estudos que conduzem à definição da relevância de áreas representativas e/ou singulares, as intermediações e *lobbies* que precedem a sua criação e o significado sociológico das conjunturas históricas que tornam isso tudo possível.

Além no sentido de que entre a decretação da unidades e a sua implementação administrativa, há um longo caminho em que vários fatores intervêm decisivamente - desde a disponibilidade e a qualidade dos recursos humanos, financeiros e infra-estruturais para implementá-las, até os conflitos com as formações sociais locais nas áreas em que se projetam. Dos níveis internacional e nacional de formulação e execução de políticas - eles próprios *loci* de várias conversões - à sua implementação local, uma UC de proteção integral é objeto de uma série de múltiplas conversões que a transformam material e simbolicamente.

O que proponho, por conseguinte, é uma análise antropológica desse instrumento de política ambiental. Às formulações anacrônicas e a-históricas hegemônicas nos debates sobre as UCs - que as tomam como entidades físicas esperando por seu desvelamento -, contraponho o caráter experimental, coletivo e permanente pelo qual se produzem esses artefatos - construtos socionaturais históricos instáveis.

Não que a noção de artefato nunca tenha sido empregada no estudo de UCs. Em um esboço de história ambiental da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, José Augusto Drummond emprega a noção de artefato para referir-se aos “objetos do trabalho humano introduzidos no Parque e na Floresta da Tijuca” (Drummond 1988, 295). Considerando que a Floresta da Tijuca resulta de “experiências pioneiras de reflorestamento [...], de remanejamento florestal e de nascentes, e de planejamento urbano” (277), Drummond se propõe a distinguir, ao final do artigo, os “elementos naturais” dos “componentes artificiais” ou “artefatos” no “jardim” (293 e ss.) – metáfora que emprega para se referir à Floresta da Tijuca. Está claro que ele emprega a noção de modo distinto daquele em que faço aqui, pois enquanto ele julga poder traçar nitidamente uma linha entre o que é natural/universal/dado e o que é artificial/local/construído, eu dirijo a minha atenção para a ação mesma de separação desses domínios.

Já Faulhaber usa a noção de um modo mais próximo ao que faço aqui, na medida em que aborda “as identidades étnicas e sociais que emergem [na região do médio

Solimões] a partir da criação de áreas protegidas e das implicações dos projetos de investigação na produção de ‘fatos’ e ‘artefatos’” (Faulhaber 1996, 1). Referindo-se às elaborações de Bourdieu e Latour quanto à distinção entre “fatos” e “artefatos”, ela observa que, em conseqüência da intervenção dos atores dos campos político e científico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Estadual de Mamirauá e nas áreas indígenas da região do médio Solimões, tanto a sociedade investigada como o meio natural são objetos de constante transformação (4). Faulhaber trata especificamente da reafirmação étnica Miranha como resposta à criação da RDS de Mamirauá. Veremos, nesta tese, um processo semelhante ocorrer na configuração da identidade de “população tradicional” e de “morador do parque”. Não obstante, como fica claro aqui, me esforço por ampliar e testar a elasticidade e a propriedade do emprego do conceito.

1.2.2. Unidades de conservação e terras indígenas

Considerando: (i) a flexibilidade interpretativa que caracteriza a trajetória do conceito de parque nacional nas sociedades norte-americana e brasileira (cf. Cap. 2); (ii) a atual classificação bipartida simples das UCs em de uso direto e indireto; (iii) a controvérsia sobre a presença humana nestas últimas; e, fundamentalmente, (iv) a existência de uma tradição relativamente consolidada de análise sociológica das terras indígenas (TIs) por antropólogos, o que constitui uma das inspirações e referências desta tese; julgo importante determo-nos um pouco na comparação entre esses dois instrumentos de gestão territorial e populacional: UCs e TIs. É possível extrair daí importantes elementos para a análise.

Contemporaneamente, juristas, conservacionistas e defensores dos direitos indígenas têm insistido que não se devem confundir esses dois institutos jurídicos (cf. Benatti a sair, Redford e Stearman 1993, Sawyer 1997, Souza F^{o} 1993). Os nossos direito, jurisprudência e administração pública distinguem bem essas duas categorias, a despeito do reconhecimento das externalidades e implicações ambientais das terras indígenas - particularmente na Amazônia (cf. Schwartzman e Santilli a sair, Capobianco 1996) - e do fato de que, em outros países, direitos territoriais de grupos étnicos são protegidos por meio de UCs - notadamente, em alguns países latino-americanos nossos vizinhos, no sudeste asiático e na Oceania (Kempf 1993, West e Brechin 1991).

Não se trata, porém, de questão recente, nem de um desdobramento da especificação da definição desses institutos na Constituição Federal de 1988, o que, somos forçados a reconhecer, ocorreu. Já no final da década de 1960, José Cândido de Melo

Carvalho - zoólogo do Museu Nacional e então presidente da FBCN - havia se manifestado sobre a matéria, quando, ao retornar de uma "viagem de inspeção" ao Parque Nacional de Monte Pascoal, "resolveu alertar as autoridades governamentais [...] para *o problema das finalidades antagônicas* desses dois tipos de Parques [nacional e indígena] e suas definições" (*Bol. FBCN*, 4: 8; ênfase minha). Em exposição de motivos endereçada ao Conselho Nacional de Pesquisas, ao IBDF e à FUNAI, expressou a sua preocupação com a confusão conceitual, a duplicidade de administração e os equívocos expressos em situações como as do Parque Nacional do Xingu, do Parque Nacional Indígena do Tumucumaque - "assim erroneamente denominados" - e do Parque Nacional de Monte Pascoal. Considerava impraticável "[a] coexistência de Parque Nacional e Parque Indígena fisicamente superpostos, dadas as suas *finalidades absolutamente antagônicas*" (Carvalho 1969, 8; ênfase minha).

As ponderações e queixas de Carvalho e as situações que ele aborda, por sua vez, apontam para a flexibilidade interpretativa em torno da categoria parque nacional em conjunturas pretéritas no país. Esta fluidez conceptual é extensiva às demais categorias de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público no Brasil, tal como definidas nas disposições normativas, atualizadas administrativamente e formuladas pelos conservacionistas.

Em 1949, arrolando "lugares que deveriam ser reservados pelo poder público federal para posterior estabelecimento de Parques Nacionais", Wanderbilt Duarte de Barros indica a ilha do Bananal como possuidora de "elementos recomendáveis à proteção por parte do poder público, [...] pois além da flora e da fauna há a assinalar nela a presença de indígenas que emprestariam particular destaque a um parque nacional" (Barros 1952, 30-31). A geógrafa Maria Lucia Menezes (1990) mostra como, no caso da criação do Parque Nacional do Xingu, a singularidade da proposta da criação - num primeiro momento - de um "parque indígena" apoiou-se fortemente na visão da região e de seus habitantes promovida por pesquisadores, cientistas e viajantes, entre os quais o próprio José Cândido de Melo Carvalho. Conforme esta visão, "o índio é assimilado à natureza e nada mais 'natural' do que preservá-lo assim como ao meio ambiente natural" (Menezes 1990, 81).

Considerações dessa ordem, por sua vez, parecem enraizar-se em tradições mais antigas de pensamento. O historiador Mark David Spence mostra como expressões primevas da idéia de *wilderness*, na primeira metade do século XIX nos Estados Unidos, incluíam os povos indígenas. O pintor George Catlin, tido pela maioria dos

historiadores como o primeiro a expressar a idéia de parque nacional em sua viagem pelo rio Missouri, em 1832, estaria refletindo, segundo Spence, idéias contemporâneas sobre a relação entre *wild lands* e *native peoples* quando propôs o seu "*nation's Park* containing man and beast, in all the wild and freshness of their nature's beauty" (Catlin *apud* Spence 1999, 10; ênfase no original de Catlin)[29].

Spence mostra que a idéia de *pristine uninhabited wilderness* corresponde a um desenvolvimento ulterior, a uma transição nas concepções norte-americanas em torno da *wilderness*, ligada a uma expressão historicamente específica do nacionalismo norte-americano na segunda metade do século XIX, na qual a paisagem natural despovoada ocupou um lugar central (cf. Cap. 2). Originalmente, falava-se de uma *Indian wilderness*, à qual estava associada a idéia romântica do índio como expressão perfeita da humanidade, livre das condições opressivas da sociedade civilizada, donde as noções de *natural man* e *children of nature*. Esta visão expressava-se na presença conspícua dos povos indígenas na paisagem *natural* pintada e descrita nesse período.

Longe de valorizar acriticamente essa concepção de paisagem natural humanizada da primeira metade do século XIX, Spence assinala a visão a-histórica e indiferenciada dos índios que ela trazia[30]. Ademais, ele vai mostrar como a concepção de paisagem natural despovoada característica do ideal de *wilderness* no oeste americano, foi efetivamente concretizada via uma política explícita de remoção e expropriação territorial de povos nativos. Desse modo, Spence insere sociologicamente a história dos parques nacionais norte-americanos no contexto dos primórdios da política de reservas indígenas - o que ele vai chamar de "dual 'island' system of nature preserves and Indian reservations" (3). Percebe-se assim que, em se tratando do contexto norte-americano, também se verifica uma correlação sociológica significativa e bastante antiga.

É esse o tipo de inspiração que me move aqui. Se, por um lado, a especificação dessas categorias de espaços territoriais especialmente administrados pelo Poder Público seria, por si só, um processo digno de análise; por outro, é possível esboçar, desde já, elementos sociologicamente comuns a UCs e TIs no Brasil.

---

[29] "Since the colonial era, Anglo-American conceptions of native peoples and wilderness had operated within the framework of a self-reciprocating maxim: forests were wild because Indians and beasts lived there, and Indians were wild because they lived in the forests" (Spence 1999, 10).

[30] "Catlin's vision of 'classic' Indians grossly ignored the cultural dynamism of native societies, and his park would have created a monstrous combination of outdoor museum, human zoo, and wild animal park" (Spence 1999, 11). Combinação semelhante ancorava as propostas originais de criação de parques nacionais no Xingu e no Araguaia.

As TIs e as distintas categorias de manejo de UCs de uso indireto constituem categorias jurídicas cujas definições remontam a disposições normativas historicamente datadas e são áreas demarcadas como bens da União por atos legais e administrativos específicos - ainda que para cumprir fins distintos. Constituem, assim, formas particulares, ainda que distintas, de modulação do espaço e de gestão estatal do *território* e de suas *populações* - dois dos três trunfos do poder, segundo Raffestin 1993.

A distinção entre o reconhecimento formal de TIs e UCs e a sua situação de fato, ou seja, a sua destinação efetiva, também revela semelhanças sociologicamente significativas - posto que, como já disse, dos princípios abstratos até a concretização político-administrativa existe uma longa trajetória em que inúmeros fatores intervêm. As características do que Brito (1995) identifica como constituindo o "padrão de gestão" das UCs no Brasil são muito semelhante àquelas identificadas por Oliveira Filho e Almeida (1989) para o processo de demarcação de TIs na primeira metade da década de 1980. Se não vejamos: a criação de muitas UCs como resultado de situações emergenciais e de resistência; a morosidade na realização das ações e uma tendência de afunilamento do processo administrativo; e o caráter de "ficção jurídica" de muitas UCs que só existem no papel.

Desse modo, a comparação que estou propondo é de inspiração propriamente sociológica, correspondendo a um aprofundamento da sugestão de tratar as UCs como artefatos. Ademais, o emprego de termos como modulação do espaço e gestão territorial[31] denuncia uma outra fonte de *insights* e elementos para a análise, qual seja, a geografia política contemporânea.

As UCs, estabelecidas por medidas jurídicas e administrativas para a proteção de áreas de excepcionalidade ecológica e/ou que escapam à banalidade topográfica e paisagística, e como instrumento de conservação da diversidade biológica, têm se constituído em importantes instrumentos da política ambiental dos Estados nacionais contemporâneos. Nos marcos da geografia política, as políticas ambientais são interpretadas como uma modalidade de política pública territorial. Trata-se de ações estatais de modulação do espaço, qualificando-o como condição para outras e futuras

[31] Becker define "gestão" como um conceito intrinsecamente associado à modernidade, posto que constitui "a prática estratégica, científico-tecnológica que dirige, no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade" (Becker 1988, 108). A "gestão territorial", por sua vez, como prática estratégica do poder no espaço, cientificamente formulada e tecnicamente exercida, integraria elementos de administração de empresas e de governamentalidade, integração esta que se torna extrema no caso da corporação estatal (Becker 1988, 108, e 1990b, 212).

espacializações (Moraes 1994, 29-30), e de regulação direta e/ou indireta da apropriação fundiária e dos recursos naturais.

Busco reconverter, assim, a perspectiva analítica concebida por Oliveira Filho (1983 e 1989), Oliveira Filho e Almeida (1989), Leite e Lima (1985) e Lima (1987 e 1989) no estudo das TIs, na medida em que identifico homologias entre estas e as UCs, enquanto instrumentos de ordenamento territorial e disciplinarização de populações. No que se refere às TIs, Oliveira Filho propôs que se procedesse a uma

> ... etnografia dos processos sociais envolvidos no estabelecimento das terras indígenas no Brasil. Desta forma o trabalho dirigirá sua atuação não para os códigos culturais específicos que definirão as necessidades e as reivindicações das populações nativas, mas para os processos jurídicos, administrativos e políticos pelos quais o Estado é levado a reconhecer determinados direitos dos índios sobre a terra.
> Isto requer um levantamento das disposições legais sobre o assunto, bem como uma avaliação de suas implicações sociológicas; uma descrição das práticas administrativas e trâmites burocráticos pelos quais tais normas podem vir a ser aplicadas; uma consideração de como e em que medida tais direitos são concretizados efetivamente; uma tentativa de contextualização da política indigenista a outros processos sociais e econômicos e às políticas oficiais em curso no país [Oliveira Filho 1983, 3-4].

Assim, o objetivo da tese não é tanto discutir o papel do antropólogo e da Antropologia nos processos de estudo, proposição, criação e gestão de UCs, quanto procurar entender como elas vêm a ser o que são. Qual a lógica subjacente a esse tipo específico de intervenção estatal na modulação do espaço? Em que a intercessão ou o tangenciamento com outras formas de semiotização do espaço e de governamentalização do território influenciam esse processo?

Imagina-se que a definição de uma área “natural” a ser protegida pode ser operacionalizada única e exclusivamente por uma pesquisa de biologia da conservação, que venha a estabelecer a sua dimensão e os seus limites em termos da relação da diversidade biológica nela encontrada com o tamanho ótimo para preservá-la - isto é, apenas pela referência aos instrumentos e órgãos “endosomáticos” que constituem o corpo do planeta Terra : as morfologias originalmente não submetidas à ação humana (cf. Raffestin 1986, 176)[32]. Pensar assim é perder de vista que nós produzimos a natureza à nossa própria imagem e semelhança (Redclift 1993) ou, como sugere Ingold - diferenciando *natureza* de *ambiente* -, que a história de um ambiente é a história das

[32] Assim como freqüentemente se imagina que a definição efetiva de uma terra indígena resulte, única e exclusivamente, de uma operação - nada simples - de tradução/conversão de uma cosmologia específica, capaz de definir as necessidades e as reivindicações de uma dada sociedade nativa e, conseqüentemente, estabelecer a área e os limites do seu território.

atividades de todos os organismos, humanos e não-humanos, contemporâneos e ancestrais, que contribuíram para a sua formação (Ingold 1992, 50).

Para compreender tanto o potencial, a representatividade e os valores ecológicos naturais, fisiográficos, geomorfológicos, científicos, estéticos, educativos, recreativos, históricos, culturais e antropológicos[33] que se atribui a uma área "natural", quanto a distância entre a definição destes e a efetividade de uma UC; é necessário uma investigação que recupere a tessitura das relações quotidianas e normativas, das representações, e que se desdobre em uma microanálise dos mecanismos e relações de poder que têm um papel determinante na produção dessas áreas. Do mesmo modo que as TIs, as UCs também

> *não são objetos acabados, mas são construídos por uma combinação de definições jurídicas, pressões setoriais, interpretações científicas, planos governamentais,* etc... [...] Por isto mesmo são objeto de um "reconhecimento formal" que, por mais técnico, desenvolve-se na esfera governamental sujeito a várias pressões [PETI/CEDI 1990, 17; ênfase minha].

Reencontramos, assim, a partir dessa breve homologia entre os processos de criação de TIs e de estabelecimento de UCs, o sentido de construto histórico específico instável implicado na noção de artefato, destacado no item anterior.

1.3. Considerações Metodológicas

Se entendida como exposição lógica e sistemática dos princípios que orientam a pesquisa, muito da metodologia já foi delineado nos itens anteriores e na Introdução. Esta concepção, entretanto, tem sido cada vez menos utilizada em detrimento de um sentido inteiramente descritivo, qual seja, o da totalidade dos procedimentos de investigação de um problema e das técnicas que lhe parecem pertinentes. Este o sentido em que empregamos o termo neste item.

O objetivo da proposta, então, é realizar uma etnografia histórica comparada dos processos de estudo, proposição, criação, gestão e manejo do Parque Nacional do Jaú e da Estação Ecológica das Anavilhanas, situados na microrregião do baixo rio Negro, nos municípios de Barcelos, Novo Airão e Manaus, no estado do Amazonas, contextualizando-os não só no âmbito do desenvolvimento e das sucessivas mudanças de enfoque da política ambiental brasileira e demais políticas públicas e programas

---

[33] Estes são os "Critérios de Avaliação" das tabelas de "Declaração de Significância" das áreas propostas como UCs na 1ª e 2ª Etapas do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, de 1979 e 1982. A escala de avaliação de cada um deles vai de "inadequado" a "ótimo", passando por "regular" e "bom".

governamentais do período, bem como no universo político e ideológico do país e nas correntes sociopolíticas mais abrangentes do mundo contemporâneo.

Tratando-se, assim, de um fenômeno social em curso, a metodologia precisa - se não ser inventada (como sugere Eco 1983, 27) - pelo menos ser constituída de um modo tal que diferentes técnicas possam contribuir, em medida variável e com rendimentos desiguais, para o conhecimento do objeto (Bourdieu et alli, 1975: 72).

1.3.1. A dimensão comparativa

Ao propor o estudo de dois casos - em vez de um só ou vários (o conjunto das UCs de uso indireto da Amazônia) -, faço-o movido pela convicção de que essa abordagem apresenta a vantagem de permitir "um tipo de confrontação detalhada que é difícil lograr quando a análise inclui muitos exemplos" (Dogan e Pelassy *apud* Little 1994a, 14). Seguindo as sugestões de Dogan, Pelassy e Little, pretendo justapor o desdobramento dos dois processos e desenvolver uma etnografia comparada da rede e da dinâmica sociotécnicas que levaram à criação das duas unidades, considerando a historicidade das situações a serem apresentadas e os agenciamentos dos distintos atores e instituições sociais envolvidos nos processos em momentos específicos.

Acredito que esse procedimento se justifica tendo em vista os determinantes históricos de ambas, o momento em que se encontram no seu processo de consolidação e a sua relevância para a região considerada, na medida em que:

⇒ são duas categorias de manejo de UCs de uso indireto - parque nacional e estação ecológica - que apresentam objetivos distintos de manejo e gestão.

⇒ foram criadas no mesmo período - com um intervalo de menos de 10 meses entre uma e outra - e administradas por instâncias diferentes do aparelho de Estado ao nível federal: uma pelo IBDF, autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, e outra pela SEMA, vinculada ao Ministério do Interior, fundidos com a criação do IBAMA, em 1989;

⇒ tiveram os seus planos de manejo concluídos recentemente, tendo eu acompanhado a elaboração de ambos;

⇒ situam-se em torno da mesma microrregião da bacia hidrográfica do rio Negro, apresentando, assim, características comuns aos chamados sistemas de águas pretas;

⇒ localizam-se, em sua maior parte, no mesmo município, Novo Airão, a noroeste de Manaus, que tem em torno de 60% de sua área sobreposta por

terras públicas da União[34] e ancora a sua política de representação na imagem de "paraíso ecológico", o que implica analisar os efeitos locais da sua criação e administração; e

⇒ tiveram soluções históricas distintas no que concerne à presença de grupos sociais residentes nas áreas em que foram implantadas. Anavilhanas foi objeto de um procedimento de desapropriação e regularização fundiária que levou ao deslocamento compulsório de aproximadamente 50 famílias, ao passo que o Jaú ainda apresenta residentes em sua área, passados mais de dez anos de uma tentativa frustrada de desapropriação dos mesmos.

Somem-se a isso as disparidades de tamanho, desenho e representatividade paisagística e ecossistêmica entre as duas unidades. O Jaú é o segundo maior parque nacional de floresta tropical úmida contínua do mundo e com seus 2.272.000,00 ha. abarca quase integralmente um "ecossistema característico da Amazônia brasileira": a bacia de um rio de água preta, da nascente a foz, de interflúvio a interflúvio. Anavilhanas constitui uma formação insular fluvial singular e é "um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo", conspirando favoravelmente à imagem da natureza superlativa do Brasil.

Mais do que um estudo de caso, trata-se de um procedimento recursivo que, penso, permitirá: (a) interpelar etnograficamente a relação entre diferentes atores, agências e instituições, situadas nas instâncias internacional, nacional, regional e local, na produção desses artefatos; e (b) interrogar os mecanismos de poder, as regras de direito e as práticas administrativas por meio dos quais se atualizam os processos de territorialização enfocados.

1.3.2. A dimensão histórica

Venho utilizando aqui o termo etnografia histórica não só com alguma liberalidade, mas também com algum fundamento.

Marshall Sahlins, ao comentar os numerosos trabalhos cujo objetivo é sintetizar a experiência de trabalho de campo em uma comunidade com o estudo do seu passado (*archival past*), identifica aí um tipo diferente de prosa etnográfica, um tipo de etnohistória, um projeto e um gênero antropológico determinado que ele denomina *historical ethnography*. De acordo com ele, os trabalhos recentes de Bernard Cohn na

[34] Além de grande parte da área do ParNa do Jaú e da EsEc de Anavilhanas, também uma parte da Terra Indígena Waimiri Atroari sobrepõe-se à área do município de Novo Airão, cujo perímetro urbano localiza-se na margem direita do rio Negro. Novo Airão também perdeu parte de sua área anterior com a criação do município de Presidente Figueiredo, em 1980.

Índia, do casal Comaroff na África do Sul, de Terence Turner entre os Kayapó do Brasil central e de Godelier entre os Baruya da Nova Guiné, representam um tipo de etnografia a desenvolver-se silenciosamente, sem a ansiedade epistemológica da antropologia reflexiva com sua celebração da impossibilidade de compreender o "Outro" fugaz. Segundo Sahlins, esses trabalhos levantaram de modo consciente o argumento de que a etnografia que embute o tempo e a transformação é um modo distinto de conhecer o objeto antropológico e aponta para a possibilidade de mudarmos o modo como pensamos a cultura (Sahlins 1993, 1).

Esse modo distinto de conhecer o objeto antropológico e pensar a cultura, para Sahlins, constitui uma resposta ao desafio posto por um dos fenômenos mais extraordinários da história mundial neste fim de século: "the cultural self-consciousness developing among imperialism's erstwhile victims" (3). Sendo este o marco das preocupações do autor, depois de analisar as performances do *hula* no Havaí contemporâneo, ele define o propósito de uma etnografia histórica: não se trata de dar lições de continuidade cultural, mas de sintetizar forma e função, estrutura e variação, enquanto um processo social significativo que conduz a uma ordem cultural específica - "[how] the local people integrate the World System in something even more inclusive: their own system of the world" (11).

As formulações de Sahlins referem-se a povos indígenas e grupos étnicos, nos marcos da partilha convencional entre as ciências sociais, que estabelece serem aqueles e o conceito de cultura os objetos convencionais da reflexão antropológica. Estão, ademais, enraizadas no movimento mais amplo de "retorno do ator" nas ciências sociais (Tourraine 1996). Elas questionam o saber prevalecente segundo o qual a história é o produto dos preceptores coloniais e tudo o que se deve saber sobre os arranjos socioculturais próprios de um povo - até mesmo a sua subjetividade - são as disciplinas externas a ele impostas, só lhe restando como ação histórica tomar os efeitos desse imperialismo como se fossem as suas próprias tradições culturais. Identifico aí, contudo, uma importante orientação sobre como explorar analiticamente o desenvolvimento e as formas de *indigenização* (Sahlins 1993, 21 e Appadurai 1994) de artefatos culturais.

Por um lado, reconhecendo que o fluxo cultural global de idéias, imagens, pessoas e objetos segue cada vez mais *rumos não-isomórficos* (como sugere Appadurai, 1994). A transformação assume, assim, o aspecto ambivalente de assimilação e diferenciação em qualquer setor local do sistema global (Sahlins 1993, 20). Ao contrário dos que vêem a rápida criação de parques e reservas mundo a fora como resultado do "efeito de

demonstração" (Harmon *apud* Neumann 1998, 33) - uma variação do "difusionismo eurocêntrico" (Blaut 1993, 1), para o qual o curso da inovação tende a seguir um único caminho, da Europa ou EUA para o resto do mundo -, tento identificar rupturas, descontinuidades, apropriações e atualizações particulares e historicamente específicas da idéia de parques e reservas no Brasil.

Por outro, admitindo que a mudança e a transformação não seguem um sentido unilinear pré-determinado, mas, sim, uma orientação multidirecional, na qual o processo de desenvolvimento de um artefato se mostra como uma alternância entre variação e seleção - conforme propõe a abordagem da construção social da tecnologia (Pinch e Bijker 1989). Os estudos convencionais de inovação tecnológica e da historiografia da tecnologia adotam implicitamente uma estrutura linear de desenvolvimento tecnológico, que sugere que toda a história do desenvolvimento tecnológico seguiu um caminho ordenado e racional. Isso redunda no anacronismo, já identificado nas análises normativas do conservacionismo, de considerar o mundo de hoje como o alvo preciso em direção ao qual todas as decisões tomadas desde os primórdios da história estavam conscientemente dirigidas (Ferguson *apud* Pinch e Bijker 1989, 22). Já para a sociologia da tecnologia, o sucesso manifesto de um artefato, a ampla aceitação e generalização do seu uso, não deveria constituir uma caução para uma explanação histórica retrospectiva. Antes de constituir um *explanans*, a partir do qual tudo o que vem antes ganha um sentido unilinear de racionalização progressiva, o sucesso de um artefato é precisamente o que precisa ser explicado, ou seja, deve ser o *explanandum* (Pinch e Bijker 1989).

Assim, interessa-me indicar ao longo deste trabalho, ainda que de modo breve, perfunctório e ensaístico, porque algumas definições de categorias de manejo de proteção integral morrem ou são consideradas *post facto* como equívocos ou desvios da norma, enquanto outras sobrevivem e se estabilizam como o conceito correto. Tão correto que "deve[ria] ser respeitado em todos os casos e circunstâncias, não sendo admitidas exceções e concessões que o deturpem" (Rede 1997). Daí a importância de recuperar origens, contextos históricos de flexibilização interpretativa e estabilização relativa dessas definições, linhagens que perseveram e outras que perecem. Posto que as UCs são definidas contemporaneamente pelos seus formuladores como *instrumentos* de política ambiental, tomo emprestado o léxico da sociologia da tecnologia (Pinch e Bijker 1989). Procuro apresentar, assim, os graus relativos de flexibilidade interpretativa e de estabilização desses artefatos, considerando os problemas definidos como significativos

por grupos sociais relevantes, para os quais as UCs de proteção integral na Amazônia constituem soluções.

1.3.3. O trabalho de campo: dimensões epistemológicas e ético-políticas

O trabalho de campo mais recente e dirigido efetivamente para a tese foi conduzido ao longo do segundo semestre de 1997, do ano de 1998 e do primeiro semestre de 1999. Digo mais recente e dirigido para a tese, porque me aproprio também dos dados produzidos ao tempo em que trabalhei na equipe de pesquisadores coordenada pela FVA para subsidiar a elaboração do plano de manejo do PNJ e das informações reunidas ao longo da minha participação em seminários, conferências, debates, simpósios, *workshops*, congressos e cursos relativos ao tema da pesquisa. Estes eventos, se por um lado contribuíram para situar melhor o escopo e o alcance da pesquisa e para refletir sobre a relação desta com outras iniciativas em curso, já eram a pesquisa propriamente dita. Isso porque alguns deles constituíram fóruns de debates de formuladores e executores de políticas de conservação, nos quais se discutiram metodologias e abordagens, tomaram-se decisões políticas, estabeleceram-se diretrizes e pressionaram-se autoridades governamentais[35].

Durante esse período, realizei inúmeras viagens - umas longas, outras curtas - para vários lugares, tendo desenvolvido diversas atividades com objetivos distintos, conforme a Tabela 3 a seguir. Entre essas viagens, em Brasília, avancei com o trabalho de levantamento e processamento da documentação relevante junto ao Centro Nacional de Informação Ambiental (CNIA) e ao Departamento de Unidades de Conservação (DEUC) do IBAMA e ao Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Este trabalho foi potencializado por meio de um projeto institucional de iniciação científica, que me permitiu contar com quatro bolsas ao longo de quase dois anos, em que alunos de graduação cooperaram no levantamento de parte das *fontes oficiais* previstas para serem sistematizadas. Intitulado *Da Naturazalização da Nação à Internacionalização da Gestão da Natureza: para uma etnografia histórica da administração das unidades de conservação no Brasil*, ele foi explicitamente apresentado como um desdobramento do projeto de pesquisa mais amplo apresentado à

[35] Gostaria de citar três, em particular, posto que tiveram como objetivo de fundo comum influenciar a elaboração do substitutivo ao projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação: o *Seminário Interno com Convidados do Instituto Socioambiental sobre Unidades de Conservação*, em abril de 1996, em São Paulo; o *Seminário Internacional sobre a Presença Humana em Unidades de Conservação*, em novembro de 1996, na Câmara dos Deputados; e o *Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, em novembro de 1997, na UFPR.

seleção para o Doutorado em Antropologia Social da FFLCH/USP - uma forma de ganhar tempo, dado o volume de material que se revelou ao início do trabalho com a documentação[36].

TABELA 3
Trabalho de campo: síntese das atividades de pesquisa

Lugares *(países, estados, municípios, cidades e outros)*	***Período***	***Atividades desenvolvidas***
Manaus, AM	01 a 02/03 de 1997	⇒ Participei da 1ª Reunião Técnica de elaboração do Plano de Manejo do PNJ, no Centro Cultural Chaminé, promovida pelo IBAMA e FVA.
Manaus, AM	29 a 30/10 de 1997	⇒ Participei da 1ª Reunião Técnica de elaboração do Plano de Manejo da EsEc de Anavilhanas, na Casa da Ciência do INPA e no Auditório da Superintendência Regional do IBAMA.
Manaus e Barcelos, AM	18/01 a 19/02 de 1998	⇒ Levantamento de documentação em e contatos/ entrevistas com técnicos de instituições relacionadas à gestão das UCs: Núcleo de Unidades de Conservação da Superintendência Regional do IBAMA, Fundação Vitória Amazônica, Fundação Djalma Batista do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Divisão de Suporte às Estações e Reservas do INPA, Universidade do Amazonas e Gerência de Gestão Territorial do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. ⇒ Observação do V Festival do Peixe Ornamental de Barcelos (29/01 a 02/02).
Manaus e Barcelos, AM (rio Unini, PNJ)	05/03 a 08/05 de 1998	⇒ Prosseguimento do trabalho de levantamento de documentação em e contatos/entrevistas com técnicos de instituições relacionadas à gestão das UCs; ⇒ Participação na excursão ao rio Unini (limite norte do PNJ) da Coord. Socioambiental da FVA, (17/03 a 15/04); ⇒ Permanência na comunidade de Democracia (localidades de Democracia e Flausino), baixo rio Unini (14/04 a 07/05).
Manaus, Barcelos e Novo Airão, AM (rios Unini e Jaú, PNJ; e rios Negro, Baependi e Apuaú, EsEc de Anavilhanas)	25/05 a 25/07 de 1998	⇒ Observação da segunda etapa do curso de formação continuada de professores das escolas das comunidades do PNJ e do curso de educação para a saúde bucal do escolar promovidos pela Coord. Socioambiental da FVA em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Barcelos, na comunidade de Floresta, médio rio Unini (27 a 30/05); ⇒ Contatos/entrevistas com pessoas que foram desapropriadas da área em que foi implantada a EsEc de Anavilhanas e ex-residentes do rio Jaú na cidade de Novo Airão (31/05 a 10/06);

[36] Submetido em maio de 1996 ao PIBIC/UnB/CNPq, foi aprovado em agosto do mesmo ano. Os títulos dos planos de trabalho individuais dos bolsistas indicam as linhas que o projeto seguiu: (i) definições normativas relacionadas à política de UCs no Brasil, (ii) etnografia histórica do Serviço Florestal (1920 a 1960), (iii) o lugar da conservação da natureza e das preocupações ambientais nos planos nacionais de desenvolvimento e seus instrumentos, e (iv) o caso do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (1970 a 1980).

		⇒ Permanência nas comunidades do Tambor (11 a 30/06) e do Seringalzinho (30/06 a 05/07), médio e baixo curso do rio Jaú, respectivamente; ⇒ Permanência na comunidade de Nova Esperança, lago do Apuaú, e visitas à comunidade do Pajé, rio Apuaú, e às famílias residentes nos rios Negros e Baependi, na área da EsEc de Anavilhanas (08 a 24/07).
Novo Airão, AM	18/10 a 11/11 de 1998	⇒ Participação no IV Encontro de Representantes dos Moradores do PNJ, no Centro de Visitantes do Parque, à foz do rio Jaú (21 a 23/10); ⇒ Contatos/entrevistas com pessoas que foram desapropriadas da área em que foi implantada a EsEc de Anavilhanas e ex-residentes do rio Jaú na cidade de Novo Airão (24/10 a 10/11); ⇒ Observação dos preparativos e realização do VIII Eco-Festival do Peixe-Boi (30/10 a 01/11).
Rio de Janeiro, RJ	24/12/98 a 04/01/99	⇒ Entrevistas com pessoas relacionadas à política de UCs e consulta ao acervo pessoal do Dr. Alceo Magnanini (ex-Diretor da Divisão de Pesquisa e Proteção à Natureza do IBDF); ⇒ Levantamento de documentação em instituições governamentais e não governamentais ali sediadas que estão e/ou estiveram de algum modo relacionadas à política de UCs no Brasil: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental da Sociedade Nacional de Agricultura e Biblioteca Barbosa Rodrigues do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
Novo Airão, AM	08 a 12/04 de 1999	⇒ Participação no Workshop "Janelas para a Biodiversidade", promovido e organizado pela FVA no auditório da base de terra firme da EsEc de Anavilhanas.
Estados Unidos (Knoxville, TN, Washington, DC e Cambridge, Mass.)	20/05 a 22/04 de 1999	⇒ Entrevistas com figuras centrais na formulação e execução de políticas de conservação da natureza na América Latina na década de 1970; ⇒ Levantamento de documentação das agências da ONU e do governo dos EUA em torno da conservação dos recursos naturais e das florestas tropicais nos países "em desenvolvimento", na Biblioteca do Congresso e nas bibliotecas da Universidade de Harvard.
Rio de Janeiro, RJ	28/06 a 06/07 de 1999	⇒ Prosseguimento do trabalho de levantamento de documentação em instituições ali sediadas e contatos/entrevistas com pessoas ali residentes de algum modo relacionadas à política de UCs no Brasil.
Manaus e Novo Airão, AM	01 a 15/08 de 1999	⇒ Levantamento de documentação em e contatos com instituições sediadas em Manaus: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas, Instituto de Medicina Tropical do Amazonas e Serviço de Documentação e Divulgação de Informação da Delegacia Regional do IBGE; ⇒ Entrevistas com pessoas residentes em Manaus de algum modo relacionadas à política de UCs;

		⇒ Contatos/entrevistas com autoridades municipais e com pessoas que foram desapropriadas da área em que foi implantada a EsEc de Anavilhanas e ex-residentes do rio Jaú, na cidade de Novo Airão.

Percebe-se que a concepção de “campo” e “trabalho de campo” com a qual opero aqui não discrimina o trabalho de pesquisa documental efetuado em diferentes fundos e acervos em Brasília, Rio de Janeiro, Manaus e Washington, D.C., as entrevistas semi-estruturadas realizadas nesses diferentes lugares com atores chaves nos processos enfocados pela pesquisa e a investigação em nível local nos municípios de Novo Airão, Barcelos e Manaus, estado do Amazonas. Trata-se de um objeto que resiste a uma localização geográfica estrita e que não pode ser adequadamente abordado pela “imersão em uma comunidade”, que, como recordam Gupta e Ferguson (1997), define o compromisso antropológico convencional com o “campo” e o “trabalho de campo”. A pesquisa estaria assim, em princípio, fora dos limites e excluída das noções de “campo” e “trabalho de campo” que delineiam as fronteiras da disciplina e a identidade de seus praticantes.

Como observam os mesmos Gupta e Ferguson (1997), contudo, se o “campo” é um dos, se não *o* componente central da tradição antropológica, a Antropologia também nos ensina que as tradições estão sempre sendo retrabalhadas, mais ou menos conscientemente. Este trabalho participa, assim, do esforço de resignificação dos hábitos de pensamento sobre o trabalho de campo antropológico. Enfrenta o desafio de aplicar o método emblemático da Antropologia Social a um objeto de estudo que não é um “povo” situado em uma arena tópica, um sítio imediatamente disponível para a observação participante. Nos termos de George Marcus (1998), uma etnografia orientada para a elucidação de processos contemporâneos emergentes - ou em curso - impõe quase que necessariamente um “imaginário de pesquisa multisituado”.

Conduzindo a investigação nessa direção, acabei estabelecendo relações com distintos atores e agências que operam em diferentes níveis. A inserção de caráter multilocal e transescalar colocou-me numa situação de lealdades múltiplas face a diferentes grupos e pessoas e na posição de repassador de informações privilegiadas entre esses. O significado disso do ponto de vista metodológico e epistemológico, bem como as implicações éticas e políticas de um desenho de pesquisa como esse ainda estão por ser satisfatoriamente tematizados. Alguns desafios, no entanto, ficaram claros desde cedo na pesquisa.

De seu Avelino, *veterano* do Unini, solicitando uma orientação para obter o título definitivo de posse do seu imóvel, a Cláudio Valladares Pádua, coordenador técnico da elaboração do Plano de Manejo da EsEc de Anavilhanas, pedindo a minha opinião sobre o mesmo, passando por seu Pedro Libório, desapropriado de Anavilhanas, perguntando-me se a *reserva* era para sempre, sem mencionar a Coordenadoria Socioambiental da FVA demandando a minha avaliação sobre suas ações no PNJ; esse acesso variado a diferentes domínios de poder tornou o observador, supostamente distanciado, em um participante ativo nas/das situações enfocadas. O conhecimento estratégico produzido por uma etnografia multisituada qualifica o/a antropólogo(a) a atuar de modos diferentes em distintos níveis e cenários. Não foi por outra razão, creio, que Cláudio Valladares Pádua me indicou para ser seu suplente em uma das vagas reservadas a profissionais de notório saber no Conselho Nacional de Unidades de Conservação (órgão de assessoria direta à Presidência do IBAMA). Como observa Little (1999) *d'après* Harries-Jones, uma abordagem que se propõe integrada redunda em atividade ecológico-política em múltiplos níveis e escalas.

Assim sendo, a questão de como antropólogo(a)s podem ser, simultaneamente, observadore(a)s e participantes comprometidos em sua própria sociedade, torna-se ainda mais complexa. Essa ambivalência que se insinua na orientação tradicional de empatia, simpatia e identificação dos/das antropólogo(a)s em relação a seus "objetos" de estudo, tem sido tratada de modos distintos. Little (1999) sugere que nós devemos, implícita ou explicitamente, desenvolver estratégias de/para resolução de conflitos e formulação de políticas públicas. Já Marcus (1998), propondo-se a discutir a economia moral incerta das estratégias de pesquisa multisituada, avança a noção de cumplicidade (*complicity*) - em vez da de *rapport* - como um conceito positivo, ainda que difícil e moralmente ambíguo, de participação no trabalho de campo. Do mesmo modo, a sua postulação de um "ativismo circunstancial":

> What multi-sited strategies of research offer is an opportunity to dislocate the ethnographer from the strong traditional filiation to just one group of subjects among whom fieldwork is done and instead to place her within and between groups in direct, or even indirect and blind, opposition. This is, to be sure, not a very comfortable position for the ethnographer, in which "not taking sides" is not an option, and in which deception and betrayal are ever-present possibilities. In each case, some form of "circumstantial activism" [...] is necessary to give better access to these more complicated ambiguities of fieldwork ethics [Marcus 1998, 20-21]

No mesmo sentido, pelo menos assim o interpreto, as antropólogas argentinas Morita Carrasco e Beatríz Kalinsky definem a "interferência antropológica" como "um modo de entrar e estar em campo" caracterizado pela presença ativa da antropóloga como pessoa, "desgarrando dolorosamente el velo de la invisibilidad, y el resguardo del 'preferiría no opinar' frente a las demandas del 'otro'" (Carrasco e Kalinsky 1998, 2). Sugerindo um rompimento com os mandatos metodológicos do distanciamento correto e da indiferença axiológica, que nutrem o sentimento de culpa no exercício do trabalho de campo[37], a interferência antropológica

> nos enfrenta a tomar partido, pero no necesariamente en una línea prefijada; por el contrario nos remete de lleno en el flujo de una dinámica social que es desordenada, fragmentada, confusa y cambiante. El efecto en nosotras es el desconcierto, pero sin embargo, en medio de lo que a veces sentimos como caos no podemos evitar contestar a la pregunta del otro [Carrasco e Kalinsky 1998, 2].

É assim que, de uma pesquisa originalmente aplicada (cf. Introdução e Cap. 5) a uma investigação de caráter acadêmico em que o horizonte de ação política não desvaneceu, incorri em lealdades múltiplas, interferências e atividade ecológico-política multiescalar. Quis aqui, de modo preliminar, jogar o leitor de chofre na rede de relações, na trama de lealdades e na teia de afetos que sustentam esse trabalho, para dar conta da sinergia particular que o nutre.

Outrossim, cumpre lembrar que os interessados em realizar pesquisas científicas de qualquer natureza em UCs federais de uso indireto, se querem proceder de modo regulamentar, devem solicitar junto ao IBAMA uma autorização para tanto. Isso torna o quadro ainda mais complexo, pois os pesquisadores sujeitam-se, assim, aos dispositivos que normatizam a concessão.

Segundo a Portaria em vigor, no segundo semestre de 1997, quando solicitei a autorização[38], esta seria concedida quando fosse de interesse do IBAMA e contribuísse direta e/ou indiretamente com subsídios para o conhecimento e o manejo das UCs (Art. 3º), devendo as atividades de pesquisa obedecer às normas legais vigentes referentes a UCs. Ademais, o pesquisador fica obrigado a indicar nos relatórios que deve enviar à

---

[37] "En aquellos momentos calientes cuando uno se enfrenta con personas de carne y hueso que tratamos de transformar a toda costa en el remanido 'otro etnográfico' [...] nunca sabemos lo suficiente, nunca podemos ponernos en el lugar del otro suficiente, nunca hemos compartido lo suficiente, ni nunca lo lograremos lo suficiente, como para atrevernos sin culpa a dar una respuesta cualquiera que sea" (Carrasco e Kalinsky 1998, 2).

[38] Portaria nº 092/N da Presidência do IBAMA de 02/09/1994. Autorização nº 04/98. Das vezes anteriores em que estive no PNJ, o fiz sob a guarida de autorizações coletivas solicitadas pela FVA para os pesquisadores que estavam trabalhando para subsidiar a elaboração do plano de manejo do Parque.

Diretoria de Ecossistemas quaisquer agressões e/ou violações ao meio ambiente que porventura forem observadas (Art. 12º, inciso IV).

A norma parte do pressuposto - equivocado, é bom que se diga - de que não há humanos residindo em caráter permanente e/ou temporário em áreas abarcadas por UCs de uso indireto. Em si mesma, ela é uma boa ilustração da invisibilidade sociológica de grupos sociais locais quando se tem áreas *naturais* como pano de fundo (cf. Caps. 4 e 5). Ela deixa assim aquele(a) que pretende trabalhar com primatas humanos em UCs de uso indireto por sua própria conta e risco na definição de como vai proceder. Se o IBAMA tomasse a Portaria ao pé da letra, inviabilizar-se-ia qualquer tipo de pesquisa junto a grupos sociais residentes em UCs de uso indireto. Concedida a autorização[39], porém, acrescenta-se mais uma via à encruzilhada epistemológica e ético-política em que o/a pesquisador(a) já se encontrava.

1.3.4. As fontes

Claro está, portanto, que o trabalho articula e se fundamenta em uma variedade de dados, informações e tipos de fontes produzidos nos mais diversos níveis, por diversos *agentes*. Esta noção - a de *agência* - constitui um dos fundamentos da metodologia do estudo, consistindo em privilegiar os atores sociais, suas ações e suas representações na etnografia. É em torno das propriedades de posição dos agentes nos processos enfocados que os seus produtos - documentos, depoimentos, condutas - são tratados. Daí a ordenação prévia das *fontes primárias* acessíveis e dos instrumentos correspondentes de exploração das mesmas que apresentei no projeto (Barretto Fº 1995). Gostaria de chamar atenção aqui para dois pontos.

O primeiro refere-se ao importante conjunto de fontes constituído pela documentação[40]. Originalmente, havia distinguido as fontes oficiais das produzidas por ideólogos e formuladores de ações conservacionistas: de um lado, os documentos

---

[39] O que é invariavelmente o caso, já que a pesquisa em ciências sociais via de regra não envolve a coleta de amostras - uma questão sensível para o IBAMA - e que a agência não dispõe de padrões e critérios acordados e/ou consensuais para examinar solicitações de autorização para pesquisa por cientistas sociais. Isso não significa dizer que o IBAMA tem padrões e critérios primorosos para avaliar o mérito de projetos de pesquisa em ciências naturais. Biólogos, ecólogos e outros são bastante sensíveis quanto a isso e muito críticos quanto à capacidade dos técnicos do IBAMA ajuizarem da relevância dos seus projetos, bem como em relação ao demorado procedimento de apreciação dos pedidos de autorização de pesquisa. Mas o fato permanece que o IBAMA está mais habituado a lidar com as solicitações advindas das ciências naturais. O interesse crescente das ciências sociais nas UCs representa um desafio novo para o poder regulador da agência ambiental.

[40] Note-se que a noção de etnografia histórica em Sahlins sintetiza a experiência de trabalho de campo em uma comunidade com o estudo do seu *archival past* (Sahlins 1993, 1), como a indicar a via indireta pela qual ter acesso à sua existência pretérita - os arquivos.

produzidos basicamente na esfera governamental federal, pelas instâncias formalmente reconhecidas como detentoras do monopólio da criação e gestão das UCs; e de outro, aqueles produzidos *para* o governo por diferentes agentes, em virtude dos capitais específicos que acumulam - político, simbólico, intelectual ou científico. A dificuldade dessa distinção revelou-se em que muitos dos envolvidos na produção desses documentos estiveram, ao longo da sua trajetória, ora exercendo funções no governo, ora em organizações da sociedade civil - quando não nas duas esferas simultaneamente -, além de gozarem, em muitos casos, de capital, prestígio e reconhecimento em diferentes instâncias. Tratam-se de agentes cujas trajetórias transversalizam a fronteira entre governo e sociedade civil, além de contornarem as mal demarcadas linhas da hierarquia formal do Poder Público.

Expressão paroxística dessa hibridez são os próprios planos de manejo das UCs aqui consideradas, e não só destas, frutos que são de convênios e acordos entre a agência ambiental governamental e ONGs ou consultores técnicos contratados - ambos, instituições e pessoas, com capital técnico-científico. Instrumento de manejo e gestão por excelência das UCs de uso indireto, diagrama de planejamento e guia para administrar as unidades, os planos de manejo são aqui tratados como fontes oficiais - posto que são aprovados e executados pela agência ambiental. Suas condições sociais de produção, contudo, são dadas por uma rede que articula governo, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e academia, embaçando as fronteiras entre estas esferas.

O segundo ponto refere-se às fontes produzidas a partir da *observação direta*, em particular as situações de entrevistas e o caráter da “imersão nas *comunidades*”.

Quanto às primeiras, cumpre dizer que adotei uma postura distinta na sua formulação e condução, conforme o tipo de interlocutor. No que concerne àqueles que operam nas esferas governamental e não-governamental às escalas internacional e nacional, os formuladores e executores de políticas de UCs, adotei uma atitude mais francamente dialógica. Como a pesquisa levou-me a circular por inúmeros fóruns de discussão sobre UCs e possibilitou sistematizar, de modo dirigido e num curto espaço de tempo, um expressivo volume de dados, rapidamente tornei-me ator nessa arena. Desse modo, com esses interlocutores alternei perguntas factuais e opinativas. Com as primeiras, tentava produzir dados sobre pontos obscuros dos processos analisados, obter respostas para questões face às quais os documentos eram mudos, levantar dados quanto às condições de produção destes, averiguar a procedência de informações neles

veiculadas e reunir elementos para construir trajetórias dos entrevistados. Já com as segundas, provocava-os a discutir e se manifestar acerca de interpretações consolidadas sobre as suas próprias realizações, o resultado das ações conservacionistas com que se comprometeram, os padrões de conduta das instituições a que pertence(ra)m ,etc.[41]

Já na arena local, a pesquisa foi dirigida basicamente para compreender os efeitos da criação das UCs enfocadas. Em linhas gerais, as entrevistas foram estruturadas em três grandes conjuntos de temas e questões, ordenados segundo uma certa cronologia: no primeiro, procurava reunir elementos relativos à trajetória das famílias dos entrevistados que ali estavam quando da criação das UCs; no segundo, a partir de descrições que eu os estimulava a produzir, tentava apreender como eles viveram e percebem hoje o processo seja de indenização e desapropriação de suas antigas posses, seja de deslocamento, quando da criação das unidades; e no último, tentava caracterizar a sua situação atual. As entrevistas também abordaram aspectos relativos às concepções em torno das atividades produtivas engendradas ao nível local[42]. Nestas entrevistas, embora tenha feito perguntas de caráter opinativo, não assumi a mesma postura descrita acima. Basicamente porque sendo pessoas de extração sociocultural distinta da minha e com uma relação para com a linguagem também diferente, o período de permanência nas "comunidades" deveria ter sido muito maior para lograr uma relação mais dialógica. O que nos traz à discussão do caráter da "imersão local".

Pelo que relatei no item anterior (1.3.3) e considerando as informações sintetizadas na Tabela 3, está claro que a pesquisa nas zonas rurais das municipalidades de Manaus, Novo Airão e Barcelos abarcadas pelo PNJ e pela EsEc de Anavilhanas, é parte de um esforço de investigação mais abrangente – este, sim, pensado como "trabalho de campo" - e assim deve ser encarado. Assim, se por um lado pode-se admoestar a permanência relativamente breve junto às "comunidades", considerando os padrões clássicos, por outro, ela reflete uma opção por uma compreensão mais abrangente da arena local. Outrossim, saliente-se que isso a que me referi como "comunidade" é uma categoria

---

[41] Creio, ademais, que esta atitude justifica-se pelo fato dos interlocutores serem pessoas da mesma extração social que o pesquisador. Agir como se estivesse entrevistando as pessoas residentes nas áreas das UCs enfocadas seria instituir uma relação de distanciamento artificial, bem como uma relação para com a linguagem diferenciada daquela em que estamos inseridos. Mantenho, nos trechos transcritos das entrevistas que cito na tese, alguns dos sinais indicativos da minha participação nessa arena que aparecem nos depoimentos dos entrevistados.

[42] Isso vale tanto para as entrevistas conduzidas ao tempo da minha permanência nas diferentes "comunidades" em que estive, quanto para as realizadas com ex-residentes das áreas em que o PNJ e a EsEc de Anavilhanas se projetaram e que vivem hoje na cidade de Novo Airão, passando pelas que efetuei na expedição da FVA que acompanhei ao rio Unini. Almejava, desse modo, obter algum nível de padronização, ainda que com perguntas relativamente abertas.

nativa que tem um referente local, social e historicamente específico - cuja constituição é objeto de reflexão no Cap. 5.

Ao cotejar os dados produzidos a partir da investigação de caráter qualitativo, referidos às experiências das pessoas residentes na arena local, com aqueles coligidos em documentos, referidos a indicadores demográficos e socioeconômicos para os municípios e o estado, pretendo caracterizar de modo mais adequado os efeitos sociais da criação de ambas UCs. Ademais, baseando-me nesses mesmos materiais, almejo delinear os elementos básicos das cosmovisões e práticas de cada um dos agentes envolvidos nos processos enfocados, bem como o peso diferencial de cada um na determinação do ritmo e da dinâmica destes.

CAPÍTULO 2: ESBOÇO DE HISTÓRIA SOCIAL DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Proêmio: Yellowstone, Rebouças e seu Avelino

No dia 1º de março de 1872, o Senado e a Câmara dos Estados Unidos aprovaram uma lei que consagrava uma certa área de terra situada próxima às cabeceiras do rio Yellowstone como um "parque público" – sendo este o termo consistentemente usado à época e que aparece em toda a legislação[1]. Depois de apresentar o memorial descritivo do território e definir as fronteiras, a lei estabelece que a área referida

> is hereby reserved and withdrawn from settlement, occupancy or sale under the laws of the United States, and dedicated and set apart *as a public park or pleasuring-ground for the benefit and enjoyment of the people*; and all persons who shall locate or settle upon or occupy the same, or any part thereof, except as hereinafter provided, shall be considered trespassers and removed there from [ênfase minha].

A criação do Parque de Yellowstone - tido e havido como a realização primeira e paradigmática da idéia/instituição de parque nacional - é caracterizada por diferentes historiadores norte-americanos que se debruçaram sobre o tema como uma contribuição americana à cultura universal (Nash 1970, 734); "[a] land polic[y] of world-wide significance" (Ise 1961, 1); "an important achievement of American culture [and] unique example of American idealism and altruism" (Runte 1984b, 53). Desde este momento emblemático, "we [American] have exported the national park idea around the world" (Nash 1970, 726).

No mesmo ano, no Brasil, Joaquim Antônio de Azevedo fundava, "sob a Imediata Proteção de S. M. I. O Senhor Dom Pedro II", a Associação Brasileira de Aclimação. Esta pequena associação, segundo Dean (1996, 228-9 e 411), seria apenas uma curiosa imitação do movimento originado na França que propunha testar a adaptabilidade da biota européia - inclusive os humanos - às suas colônias tropicais. José Augusto Pádua, todavia, vê na Associação - uma espécie de apêndice do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, criado 12 anos antes - uma representante do "associativismo cultural voluntário", uma forma nova de organização do trabalho intelectual característica do Brasil monárquico - em especial de "uma tradição de

[1] Para as referências à legislação sobre Yellowstone, baseio-me aqui, indistintamente, em Chittenden 1964, Ise 1961 (Cap. 1), Nash 1982[1967] (Cap. 7), Runte 1997[1979] (Cap. 2) e em Miller 1982.

pensamento que havia se constituído [originalmente] de forma algo anárquica": a ecologia política (Pádua 1997a, 249 e ss.)[2].

Legatária das entidades ligadas à problemática geral do país, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827), o IHGB (1838), a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional (1831) e a Sociedade Vellosiana (1850), a Associação Brasileira da Aclimação vincula-se mais de perto às organizações impelidas por motivações mais específicas, que expressam uma articulação mais orgânica das atividades profissionais - especialmente as liberais -, tais como a Sociedade de Medicina, criada em 1829, e o já mencionado IIFA. Segundo Pádua, a crítica ambiental política no Brasil monárquico desenvolveu-se majoritariamente no seio de associações culturais voluntárias como estas, muitas delas de caráter semi-oficial: "canal de organização e estímulo para a própria elite intelectual", expressão de "uma posição política mais ampla, apresentando-se como uma tarefa civilizatória, uma condição mesma para a admissão do Brasil no concerto das nações civilizadas", e "uma ponte para o relacionamento direto entre os intelectuais e o poder" (Pádua 1997a, 245).

Tudo isso para dizer que, no grupo que Joaquim de Azevedo reuniu na Associação[3], se encontrava o engenheiro militar, professor da Escola Politécnica e abolicionista André Rebouças, tido como aquele que, pela primeira vez, sugeriu a criação de um parque nacional em terras brasileiras. Isso ocorreu não muito tempo depois da criação do Parque de Yellowstone, mais precisamente em 1876, em considerações e notas suas referentes ao relato da excursão ao salto Guairá ou Sete Quedas feita pelo Capitão Nestor Borba, publicadas na *Revista do IHGB* em 1898. O Rebouças da década de 1870, caracterizado por Alfredo Taunay como "um engenheiro razoavelmente alegre e bem-posto, recém-adentrado nos 30 anos", encontrava-se "empenhado em romper com as velhas tramas [...] que compunham o cenário de um Brasil ibérico e em fundar uma nova tradição, um caminho americano para o país" (Carvalho 1998, 62).

---

[2] Mais recentemente, Pádua optou pela expressão "ambientalismo político" (1999), malgrado a extensa discussão em sua tese sobre a "ecologia política" como um "campo cultural" (1997a, 42-108). Ciente do possível anacronismo no uso de ambos os termos, ele visa identificar com eles "um tipo de reflexão social que se caracteriza por dois aspectos: (1) focaliza a importância das relações entre uma sociedade e o seu espaço natural e (2) discute essas relações com ênfase na sua relevância para a constituição, sobrevivência e destino da primeira" (1999, 533).

[3] Segundo Pádua, a Associação Brasileira de Aclimação retomava o antigo programa dos ecologistas-políticos coloniais de introduzir espécies novas no ambiente brasileiro, bem como de estudar a possibilidade de domesticar espécies nativas. Segundo Azevedo, que era o Secretário-Geral da entidade, o objetivo desta era "povoar de novos hóspedes os nossos campos, as nossas florestas e os nossos rios" (Azevedo 1875 *apud* Pádua 1997a, 250).

Trata-se, portanto, do Rebouças yankista, formado na ideologia profissional da Escola Militar e defensor de uma postura ativa e intervencionista face ao ambiente natural, ligada ao imperativo de seu uso social em benefício do progresso civilizatório, que, comentando a descrição de Nestor Borba, proporá a criação de dois grandes parques nacionais: um abarcando as Sete Quedas do Guaíra e o salto do Iguaçu, na província do Paraná, e outro a Ilha do Bananal, no rio Araguaia – "dois espécimes do Brasil, tal qual Deus o criou" (Rebouças 1898, 87). O modelo explícito e declarado é o do Parque de Yellowstone, "obra nacional" e patriótica da "nação positiva por excelência, a grande República norte-americana" (80-1)[4]. Ele adverte, contudo, que "não é de puro idealismo o assunto" de que se ocupa, pois é "à vista d[os] algarismos" do turismo que se deve compreender a necessidade de "por em relevo [e] cercar das maiores comodidades possíveis, todos os prodígios naturais que [um país] encerra" (80 e 81). Rebouças faz uma apologia do turismo, enfatizando as vantagens materiais objetivas que se podiam observar nas experiências norte-americana e mediterrânea: a apresentação de lugares atrativos aos olhos dos eventuais imigrantes e a atração de turistas abastados. Ao sinalizar para a possibilidade de crescimento do turismo e o incentivo que este traria para a construção de meios de transporte modernos[5], a proposta de parque nacional de Rebouças, como observa Pádua, visava trazer "um benefício coletivo para o país, servindo como mais um canal civilizatório" (1997a, 338).

Seria preciso, entretanto, esperar mais de meio século por uma definição jurídica de parque nacional, que só veio à luz no período republicano, com o primeiro Código Florestal Brasileiro, em 1934, durante o governo provisório de Getúlio Vargas. Neste mesmo ano de 1934, a milhares de quilômetros da capital da República, uma família deixava o lago do Acajituba, na margem direita do baixo curso do rio Negro, então

---

[4] Rebouças cita trechos não só da lei que instituiu o Parque em 1872, mas também das descrições do governador de Montana, do relatório oficial dirigido em 1871 ao Ministro do Interior pelo geólogo F. V. Hayden (Diretor do U.S. Geological and Geographical Survey of the Territories) e de relatos de membros da expedição que "descobriu" o Parque, o tenente A. C. Doane e Nataniel P. Langford (Rebouças 1898, 76-80).

[5] "Imagine o Tocantins e o Araguaia navegados por magníficos vapores, como os do Mississipi; suas cachoeiras vencidas por vias férreas laterais [...]; repitamos a viagem do intrépido capitão Nestor Borba, não a cavalo, mas sim em confortável carro palácio [...]; não em canoa, mas em um desses belos vapores, adornados com a riqueza e magnificência de salões de baile..." (Rebouças 1898, 84 e 86.). Ao descrever uma hipotética viagem circular - "a mais bela que se pode fazer neste mundo" - pela Província do Paraná, cujo clímax seria a contemplação das Sete Quedas, Rebouças sugere que encontraríamos aí "pontes suspensas, elevadores, planos inclinados, enfim a arte do engenho humano tentando elevar-se à altura do *Fiat* de Deus" (86). Nunca é demais lembrar que o entusiasmo despertado pela excursão de Nestor Borba entre o Presidente da Província do Paraná e o Diretor da Estrada de Mato Grosso, deve-se do fato de que, para estes, "tratava-se de verificar a possibilidade de construir uma ponte sobre aquele Salto, uma das idéias capitais da memória do Dr. Tourinho sobre a via férrea para Mato Grosso..." (65).

município de Manaus, em direção do rio Unini, afluente da margem direita do rio Negro, então município de Airão, para trabalhar em castanha para as grandes casas aviadoras de Manaus: J. G. Araújo, J. C. Amorim, Casa Sempes, etc. Seu Avelino dos Santos, então um menino de oito anos, era o filho único do casal. "Naquela época tinha as expedições de J. G., J. C. Amorim e a gente vendia a castanha para eles". As expedições eram as viagens feitas pelos vapores das casas aviadoras ao final do fábrico[6] para comprar a produção dos seus fregueses e aviados diretamente nos beiradões dos rios, em troca de mercadorias, produtos manufaturados e gêneros de primeira necessidade para os que trabalhavam no extrativismo.

Uma das peculiaridades do rio Unini é a imensa área de igapó que caracteriza a sua paisagem, em especial a sua margem esquerda. Como observou seu Avelino, "pouca terra firme tem a margem". Ao chegar ao Unini em 1934, a família de seu Avelino colocou-se em um lugar chamado Patauá, uma das poucas pontas de terra firme que chega até a beira do rio pela sua margem esquerda. No Patuá passaram três anos, até que em dezembro de 1936 mudaram-se para o lugar chamado Flausino, um pouco mais abaixo, na mesma margem, na foz do igarapé do Mauarú. Seu Avelino ali se encontra até hoje. Passados 50 anos, em 1986, o primeiro Prefeito eleito do município de Barcelos[7], Edson Mendes, criou uma escola no local, colaborando assim para assentar a comunidade de Democracia, que abarca também a localidade homônima na margem oposta. Foi quando, em razão do adensamento populacional e conseqüente rearranjo territorial no Flausino, seu Avelino tomou a iniciativa de cadastrar o seu terreno no INCRA. Em 1992, depois de pagar ITR por seis anos, ele recebeu uma informação no escritório do INCRA em Manaus, de que este não podia mais despachar terras naquela área porque ela tinha se transformado em parque nacional. "Aí de lá para cá não paguei mais". Foi assim que ele soube que o rio Unini tinha virado parque[8]. Convencido de que havia perdido os seus direitos, deixou de pagar o ITR, abdicando assim de investir na obtenção do título definitivo da sua posse, projeto que acalenta desde então.

* * *

A etnografia que começo a tecer fala do encontro não necessariamente previsto

---

[6] Fábrico designava, originalmente, o verão, a época seca em que se cortava a seringa e se preparava a borracha. Por extensão, refere-se às épocas ou estações em que se concentra a extração de dado produto.

[7] Até então, os prefeitos dos municípios situados na faixa de fronteira eram nomeados pelos governadores de estado, em função do que determinava a Lei de Segurança Nacional.

[8] A rigor, anos antes, seu Avelino foi testemunha do plaqueamento do limite norte do Parque Nacional do Jaú. "Eles plaquearam, mas daquela área dali [a margem direita] todinha - da boca do Unini até o Paunini todo, até o rio Guariba". O fato novo na informação equivocada que lhe foi dada no INCRA em 1992 era

nem natural, de diferentes vetores – idéias sobre o mundo natural, categorias jurídicas, instituições e práticas administrativas, tradições intelectuais e pessoas - na micro-região do baixo rio Negro, estado do Amazonas. Percorrendo diferentes níveis de integração sociocultural e abarcando distintas escalas de espaço e tempo, busca compreender antropologicamente um dado artefato cultural: as UCs de proteção integral na Amazônia brasileira. Como uma idéia/instituição originária e aparentemente exógena se indigeniza, se transforma e se materializa concretamente em um determinado cenário social e ambiental? De que materiais é feita e que conversões estes sofrem ao longo do tempo e ao passar de um ambiente a outro? Eis as questões gerais que me ponho.

Malgrado a atenção que tem sido concedida à questão da origem dos parques nacionais e reservas equivalentes, persiste um intenso debate sobre as motivações e contradições que estariam por detrás de seu estabelecimento - principalmente nos Estados Unidos e entre autores americanos. Já se disse dos parques nacionais norte-americanos que traçar a sua gênese é como pregar geléia na parede (Everhart *apud* Carruthers 1989, 202). Esta assertiva vale para as áreas protegidas e UCs em geral, malgrado a hi(e)stória destas tal como contada pelos próprios conservacionistas. Como destaquei no capítulo anterior, estes tendem a defini-las como uma tradição antiga e uma prática transcultural, a se desdobrar e especificar em um sentido unilinear, necessário e pré-determinado de desenvolvimento tecnológico: de Yellowstone às florestas tropicais.

Neste capítulo, longe de tentar reconstituir minuciosamente os pormenores dessa história, apóio-me em parte da vasta literatura sobre o tema - tanto a de caráter normativo quanto a propriamente analítica - para esboçar uma sociogênese das modernas áreas *naturais* protegidas e dos seus elementos constituintes. Baseio-me em contribuições da história ambiental, da literatura sobre estética da paisagem e construções sociais da natureza, da geografia política, em parte da documentação compulsada na pesquisa e textos dos próprios conservacionistas, na tentativa de recuperar parte da experiência norte-americana - posto que é paradigmática e nela fomos beber - e da brasileira - no período anterior ao que enfocamos no restante da tese.

Assim, ao tempo em que resenho parte da literatura sobre UCs, assinalo que:

- A criação de UCs só pode ser plenamente compreendida no contexto do tempo e do lugar em que se dá, na medida em que implica a alocação diferencial de certos recursos naturais e simbólicos, constituindo, por essa razão mesma, uma questão política, social e econômica.

---

que o Parque abrangia a margem esquerda.

- O sentido do desenvolvimento da idéia de parques e reservas não estava predeterminado e eram variadas as direções que poderiam ter sido seguidas - tão variadas quanto os contextos que lhes deram origem, se considerarmos o *portfolio* de conceitos e práticas historicamente disponíveis.
- Malgrado o acordo contemporâneo quanto ao propósito das UCs, os objetivos originais dos parques e reservas eram múltiplos e complexos, bem distantes da orientação universal para a conservação da natureza que se lhes imputa retrospectivamente.

Este capítulo é assim, simultaneamente, uma parte da tese e uma sinédoque face à mesma, ou seja: ao tempo em que tenta dar conta dos elementos materiais e simbólicos de que essas áreas foram originalmente feitas, característicos dos contextos históricos em que pela primeira vez foram instituídas, realiza de modo ensaístico e abrangente o que a tese em seu todo pretende efetuar de maneira demonstrativa e específica para as UCs de proteção integral na Amazônia brasileira. Tratando-se de um esboço de história social de um artefato específico, tentarei apontar o que nele é duradouro - as permanências e constantes básicas que emergem do esforço de comparação e contraste entre distintas experiências históricas - e o que é flexível - e, portanto, indicativo de potencialidades múltiplas de apropriações e rupturas.

2.1. O Experimento Norte-Americano: identidade e parques nacionais

> *While our forefathers were carving a civilization from the wilderness, the land in turn made enduring impressions on their minds and thoughts. [...] It is in the national parks that these influences on the United States can be maintained and kept pure, so that this and the future generations may know and feel - and benefit from - the same wondrous exposure that our forefathers experienced.*
>
> Conrad L. Wirth (1962, 14).

A manifestação do então Diretor do *National Park Service* (NPS), na sessão plenária de abertura da 1ª Conferência Mundial de Parques Nacionais, em Seattle, nos Estados Unidos, em 1962, mostra como os parques nacionais norte-americanos eram, até bem pouco tempo atrás, pensados em um registro distinto daquele que hoje os enquadra. Longe de conservar a natureza e/ou a biodiversidade, tratava-se de manter puras e constantes, nos parques nacionais, as influências e impressões duradouras que a experiência de contato com a *wilderness*[9] produziu nos pensamentos e mentes daqueles

[9] Seguindo a sugestão de Drummond, poder-se-ia traduzir *wilderness* como "terras selvagens", "terras indômitas", ou ainda, "qualquer extensão de terra ou paisagem não-civilizada ou não-controlada pelos

tidos como ancestrais da sua civilização[10]. Os benefícios que se queria preservar naqueles espaços delimitados para as futuras gerações de norte-americanos seriam os oriundos da exposição a *wilderness* como experiência formativa do caráter coletivo. Tratar-se-ia, assim, de um território circunscrito no qual se poderia replicar a experiência dos "ancestrais", nutrindo assim a sensação de continuidade com estes.

Dois anos depois da manifestação em epígrafe do Diretor do NPS, o geógrafo David Lowenthal assinalou que os adoradores da natureza e os devotos da *wilderness* tomam o amor à natureza como uma aquisição caracteristicamente norte-americana. Ele cita o documento *Outdoor Recreation for America*, como evidência do seu argumento e expressão dessa "nova religião"[11]:

> *The outdoors lies deep in American tradition*. [...] It has had immeasurable *impact on the nation's character* and on those who made its history. This is *a civilization painfully and only recently carved in conflict with the forces of nature*. [...] When *an American looks for the meaning of his past*, he seeks it not in ancient ruins, but more likely *in mountains and forests, by a river or at the edge of the sea* [*apud* Lowenthal 1964, 34; ênfase minha].

O tema se repete: o impacto dos espaços abertos e do ar livre no caráter da nação - a ponto de se considerá-los profundamente enraizados na "tradição americana". Do mesmo modo, o verbo: *to carve*, i.é, talhar - uma civilização modelada em confronto direto com as forças da natureza. Ademais, considerando a escassez de realizações propriamente culturais, isto é, humanas, que dessem sentido e orientação a uma nação jovem - uma "civilização *recentemente* constituída" -, os americanos buscariam o sentido do seu passado em monumentos naturais (montanhas, florestas, rios, lagos) e, não, em obras artísticas, arquitetônicas e literárias.

Nessas expressões encontramos os elementos básicos do sistema ideacional que deu suporte à consolidação da idéia/instituição parque nacional no último quarto do século XIX nos EUA. Estes elementos estão estreitamente vinculados e ajudam a

---

humanos - no sentido ocidental - ou a própria condição de não civilização de terras ou seres" (Drummond 1990, v). Estaríamos, ainda assim, longe de expressar a complexidade e a densidade desta noção tão embebida culturalmente. Discuto este ponto adiante.

[10] Em 1947, 15 anos antes de Wirth, o então Secretário do Interior, Bernard DeVoto, em seu relatório anual, justificou a existência dos parques, em primeiro lugar, pelo silêncio e quietude que propiciavam ao visitante: "In any park, 3 minutes walk will permit you to be *alone in the primeval* [...]. Moreover, *you will enjoy the intimacy of nature as your forefathers knew it*" (*apud* Ise 1961, 4; ênfase minha).

[11] Nash dedica um capítulo de seu clássico livro sobre o tema ao que ele denomina "wilderness cult". Segundo ele, mudanças sociais de ordem estrutural e intelectual na sociedade e na vida americanas teriam feito com que, em fins do século XIX e inícios do XX, "appreciation of wilderness had spread from a relatively small group of Romantic and patriotic literati to become a national cult" (Nash 1982, 143). Retomo adiante os aspectos desse "culto", tal como identificados por Nash e outros autores, tão importantes que foram para o destino dos parques nacionais e outras áreas protegidas nos EUA e no mundo.

explicar o “mito de origem” da idéia de parque nacional - que, por sua vez, se presta a dissimulá-los. O que possibilitou esse tipo particular de construção? Seria conveniente examinar o que chamo aqui de “mito de origem” para precisar aqueles elementos.

2.1.1. O mito de origem

A literatura normativa sobre a história dos parques nacionais nos EUA apresenta-no-la como uma peleja moral. O historiador John Ise escreve em 1961, em sua obra enciclopédica (701 p.) sobre a política de parques nacionais, que o grande sistema de parques, monumentos e outras áreas protegidas administrado pelo NPS existe porque “a few farsighted, unselfish, and idealistic men and women foresaw the national need” (Ise 1961, 1). As áreas teriam sido estabelecidas e protegidas - de um modo ou de outro - em luta contra a inércia pública e interesses comerciais mesquinhos e egoístas, por um punhado (*a handful*) de homens judiciosos, inteligentes e previdentes, que, pelos seus persistentes esforços, prestaram uma grande e inquestionável contribuição à vida e à cultura americanas (1 e ss.)[12].

Como todo o nascimento que se preza, o da idéia de parque nacional tem data e local precisos. Aliás, o lugar não poderia ter sido mais propício. Reproduzo a seguir uma versão concisa da narrativa mestra, tanto mais importante posto que retirada do influente manual de planejamento de parques nacionais elaborado por Kenton Miller, que tanta ascendência teve na formação de planejadores e executores de ações conservacionistas no Brasil e na América Latina (cf. Cap. 3). No capítulo intitulado “O crescimento e o desenvolvimento dos parques nacionais na América Latina”, ele narra “The *Birth* of the Park Idea” (ênfase minha):

> *The national park idea was born in a spectacular wilderness setting in the United States*. At the last campsite of the Washburn-Langford-Doane Expedition to Yellowstone on the night of September 12, 1870, the explorers agreed to search for a mechanism which would guarantee the protection of the natural wonders of the area against destructive exploitation and to set these resources aside for public use and enjoyment.
> The expeditioners expressed their ideas in terms of “protection of natural wonders” and “public enjoyment”. They had already witnessed the ravages of unregulated exploitation of natural resources on both public and private lands.

[12] O mesmo vale para a literatura sobre a história da proteção à natureza na África. Jane Carruthers cita, entre outros, um texto de 1982, sintomaticamente intitulado *The Conservationists and the Killers*, em que o autor se refere a essa história, “poignant but inspiring, often brutal, bitter, full of disappointment and despair, but with a darkness illuminated by *the faith of many dedicated people who worked incessantly* towards the ideal of man living in greater harmony with nature” (Pringle *apud* Carruthers 1994, 265; ênfase minha). Para a versão brasileira da história da conservação no país como tendo sido feita também “por e com [um] ‘punhado’ de ousados, intrépidos e valiosos personagens”, ver Urban 1998. Os termos são da apresentação de Miguel Milano (Urban 1998, 20).

> They had witnessed the destruction of wildlife, forests, stream banks and scenery in the search for private survival and self-interest. [...] They discussed the threats of commercial exploitation of the geysers, the bison and elk. They speculated whether their grandchildren would have the opportunity to enjoy these natural wonders and the many yet unknown benefits to be derived from them [Miller 1982, 27; ênfase minha].

Miller equipara "maravilhas naturais" (*natural wonders*), objeto da preocupação dos membros da expedição, a recursos naturais, vida selvagem, florestas, margens de rios, cenários, etc. Opõe moralmente - como se esta oposição fosse clara para os membros da expedição - o uso e o deleite públicos, à destruição, à exploração comercial desregulada e à busca do interesse próprio e da prosperidade privada. Imputa aos membros da expedição uma preocupação intergeracional, marcada pelo receio de que seus netos não aproveitassem os benefícios ainda desconhecidos que viessem a emanar daqueles elementos, se protegidos. Ou seja, o último acampamento da Expedição Washburn à região de Yellowstone seria o berço não só da idéia de parque nacional, mas também do que reconhecemos hoje como os axiomas do desenvolvimento sustentável.

Aduza-se a isso que, como toda boa narrativa mestra, Miller a vê sendo reatualizada em todo momento originário de planejamento de uma nova UC. Ao convidar o leitor a imaginar, junto com ele, a discussão entre os membros da Expedição em seu último acampamento, na noite de 12 de setembro de 1870, Miller escreve: "Conceivably, it parallels those [discussions] taking place even at this moment in Patagonia, the Amazon, the Central American lowlands, the Andean forests and the Caribbean islands" (27)[13].

Enfatizando o que considera os instantes significativos da gestação e do parto, Miller cita a lei que criou Yellowstone, em março de 1872, "as a public park and pleasuring-ground". Em seguida, ele salta 44 anos, para 1916, quando se cria o *National Park Service* no Ministério do Interior. De acordo com Miller, essas duas peças de legislação teriam estabelecido os princípios fundamentais da idéia de parque. Tomadas em conjunto elas constituem o que Miller chama de "Manifesto Yellowstone": "a statement of moral, political and economic policy and philosophy" (29). Ise também

[13] A versão canônica do "mito de origem" do nascimento da idéia de parque nacional e da criação de Yellowstone em especial é fornecida por Nathaniel Pitt Langford no diário da expedição, publicado em 1905: *The Discovery of Yellowstone National Park, 1870: Diary of the Washburn Expedition to the Yellowstone and Firehole Rivers in the Year 1870*, ao qual não tive acesso. Encontra-se reproduzida de modo mais ou menos completo e detalhado em Chittenden 1964 e Ise 1961 (Cap. 1), que a reforçam, e é relatada também em Nash 1982[1967] (Cap. 7) e Runte 1997[1979] (Cap. 2), fontes nas quais me apoio.

considera que os termos da lei que criou Yellowstone merecem cuidadosa análise, pois teriam estabelecido o padrão para os parques nacionais posteriores (Ise 1961, 18). Vejamos.

Os termos da lei que criou Yellowstone já foram mencionados ao início deste capítulo. A jurisdição sobre a área foi concedida ao Ministro do Interior, que deveria, tão cedo quanto possível, estabelecer e publicar as regras e regulamentos considerados necessários ao manejo e cuidado da área. Tais regulamentos

> shall provide for the preservation, from injury or spoliation, of all timber, mineral deposits, natural curiosities, or wonders, within said park, and their retention in their natural condition. [The Secretary of Interior] shall provide against the wanton destruction of the fish and game found within said park, and against their capture or destruction for the purposes of merchandise or profit [ênfase minha].

Assinale-se que este dispositivo já representa uma codificação da diferença entre usos legítimos e ilegítimos de uma parcela dos recursos naturais encontrados na área a ser protegida, especialmente peixes e animais cinegéticos: proíbe-se a sua destruição negligente (*wanton destruction*) - o que quer que isso signifique - e a sua captura ou destruição visando ao lucro e à comercialização[14].

Em 25 de agosto de 1916, quarenta e quatro anos depois da criação do Parque de Yellowstone, o Congresso americano estabeleceu o *National Park Service* no Ministério do Interior, com o objetivo de "promover e regular o uso das áreas federais conhecidas como parques, monumentos e reservas nacionais", de tal forma a se conformarem ao seguinte propósito fundamental:

> conserve the natural scenery and the natural and historic objects and the wild life therein and to provide for the enjoyment of the same in such a manner and by such means as will leave them unimpaired for the enjoyment of future generations.

Miller identifica nessas duas disposições normativas, os cinco princípios básicos da idéia de parque nacional, quais sejam, os de que este é uma área: (i) subtraída à colonização, à ocupação ou à venda, (ii) para o benefício e deleite do povo, constituindo (iii) um repositório de recursos naturais e históricos em seu estado natural[15], (iv) mantida livre do uso comercial no sentido direto e material e (v) manejada visando à preservação daqueles recursos e ao uso público, de modo a deixá-la intacta (*unimpaired*) para as gerações futuras (Miller 1982, 28-9).

---

[14] Com o tempo, veio a se definir isso como uso direto do recurso. Retorno a este ponto adiante.

[15] A noção de "objetos históricos e culturais" embutida nessa definição de parque nacional, segundo a qual se pode propor mantê-los em um *estado natural*, será discutida adiante.

Terei oportunidade de retornar adiante aos axiomas codificados nessas duas leis e ao destaque concedido a Yellowstone como a realização emblemática original da idéia de parque nacional. Por ora, interessa-me destacar a noção de história que Miller assume, pois esta representa um embaraço a uma análise propriamente sociológica. Segundo ele, o "Manifesto Yellowstone" marca um *turning point* nos tempos modernos, em que recursos (terra, natureza, objetos e sítios históricos e culturais) devem ser protegidos pelo Estado para todo o povo, agora e no futuro, e em que as habilidades administrativas e técnicas humanas devem ser empregadas para lograr benefícios, de forma a garantir a qualidade e a integridade do ambiente natural. Com os elementos centrais sendo a proteção da natureza e a custódia estatal como caução do uso público presente e futuro, a idéia de parque nacional ter-se-ia espalhado mundo afora a partir do "Manifesto Yellowstone", sugere Miller (1982, 29)[16]. Contada assim, essa hi(e)stória contribuiu para que a concepção de parque nacional fosse aclamada como "America's purest expression [and most stunning example] of landscape democracy" (Runte 1984a, 5 e 19).

Esse halo que cerca a idéia de parque nacional tem contribuído para obstruir uma investigação sociológica isenta, principalmente da parte dos autores norte-americanos, cindidos entre a demanda de uma análise crítica e a imersão em sua própria tradição cultural. O historiador norte-americano Alfred Runte reconhece ser um sacrilégio sequer ousar sugerir que uma instituição tão celebrada por seu idealismo e filantropia tenha recebido um grande impulso do setor industrial, em especial de grandes corporações, quais sejam, as ferrovias do oeste americano; contudo, como ele mostra em sucessivos trabalhos seus - Runte 1974a, 1974b, 1984a, 1993 e 1997[1979] -, foi exatamente o que aconteceu (como indicarei adiante).

Já Hans Huth, historiador da arte alemão radicado nos Estados Unidos, argumenta que se as coisas de fato se passaram como conta a hi(e)stória oficial do nascimento da idéia de parque nacional, teria sido um verdadeiro milagre. Significaria dizer que a opinião pública norte-americana, em particular, foi predisposta para esta idéia supostamente nova e singular em pouco mais de um ano - entre aquela noite de setembro de 1870 e março de 1872, quando o parque de Yellowstone foi criado - e que o Congresso estava pronto para agir favoravelmente à proposta, como o fez. Huth adverte com propriedade que "[i]deas of such far-reaching consequence do not ripen

[16] Como diz Nash, em uma outra expressão clara de difusionismo americanocêntrico: "Since then we [American] have exported the national park idea around the world" (Nash 1970, 726).

overnight; they develop slowly" (Huth 1948, 47). Para ele, qualquer tentativa de esclarecer o desenvolvimento da idéia de parque nacional deve começar explorando dois processos: o procedimento legal empregado para transformar uma área em um parque para uso público - exemplificado pelo estabelecimento de Yellowstone como área segregada sob a autoridade federal - e a formação da opinião pública, de tal forma que ela venha a demandar ou experimentar medidas conservacionistas, processo que ele reputa mais importante e ao qual, julga, tem sido dada pouca atenção (Huth 1948, 47-8).

É assim que, a partir dos trabalhos de variados autores que se debruçaram sobre o tema, procuro mostrar no próximo item que altruísmo, idealismo e preocupações de ordem ecológica e ambiental foram elaborações *post facto* - considerações *a posteriori* nas campanhas pela criação dos primeiros parques nacionais e estaduais norte-americanos. Inicio, abordando as considerações de ordem utilitária e pragmática que catapultaram as campanhas específicas pela criação dos primeiros parques no oeste americano. Depois de problematizar a "tese da terra sem valor" (*worthless land thesis*) passo à consideração dos elementos catalisadores de ordem propriamente sociológica e cultural que ajudam a elucidar a emergência da idéia mesma de parque nacional nos Estados Unidos e os seus vínculos com o que ocorria na Europa.

2.1.2. Revendo o idealismo e a primazia de Yellowstone

Alfred Runte levanta uma dúvida séria quanto à veracidade do relato do diário de Nathaniel Pitt Langford - fundamento da narrativa popular, patriótica e altruísta sobre as origens de Yellowstone. O afamado publicista da Expedição Washburn-Langdorf-Doane à região de Yellowstone em 1870, só veio a editar e revisar o seu diário da expedição para publicação em 1905, ou seja, 35 anos depois da suposta discussão no acampamento. O título do diário, por si só, patenteia o anacronismo da formulação: "a *descoberta* do Parque Nacional de Yellowstone" (cf. nota de rodapé nº 12).

Runte pondera que Langford e seus parceiros teriam tido inúmeras oportunidades de retificar seus relatos sobre a expedição, à luz da crescente reputação da idéia de parque nacional. Ele vê com suspeição a inexistência de alusão ao termo parque nacional nos numerosos artigos, publicações e discursos preparados e proferidos imediatamente após a expedição por alguns de seus participantes - entre eles o próprio Langford e o Tenente Gustavus C. Doane. Omissão tanto mais surpreendente, quando se considera a descrição do entusiasmo com que, segundo Langford, todos os homens

presentes ao último acampamento da expedição, à exceção de um, teriam abraçado o plano de estabelecer um parque nacional ali (Runte 1984a, 20 e 1997, 41-2): “Thus it seems reasonable to conclude that while Langford did not intentionally distort his recollections, they magnified over time in response to the growing popularity of the national park idea” (42).

Roderick Nash, outro historiador norte-americano, argumenta que o reconhecimento de Yellowstone e dos primeiros parques nacionais e estaduais americanos como *wilderness* foi tardio. Ele revela que os causídicos originais do Parque de Yellowstone não estavam preocupados em proteger *wilderness*, mas, sim, em prevenir a aquisição privada das “maravilhas” e “curiosidades naturais” da área. Nash apela para a descrição do próprio diário de Langford para mostrar que vários dos presentes no derradeiro acampamento da expedição teriam manifestado interesse em reivindicar terras adjacentes aos gêiseres, quedas d’água, canyons e fontes termais, antecipando a demanda turística por estas atrações. Teria sido Cornelius Hedge a dissentir e mudar o rumo da discussão ao propor que, em vez de repartida entre especuladores privados, a área fosse designada como um grande parque nacional. Aduza-se que o parque imaginado por Langford e Hedge consistiria de uns poucos hectares ao longo da beira do canyon e em torno de cada um dos gêiseres, de modo a garantir o direito do público contemplar esses “prodígios da natureza” e proteger o cenário da destruição (Nash 1982[1967], 108 e ss.).

Runte também observa que “wilderness preservation was the least of their aims”. Se hoje “Yellowstone is highly valued because it also has wilderness, [t]he park’s first publicists [...] didn’t embrace its wild country with the same enthusiasm. [...] The appreciation of nature for its own sake was not yet widely accepted” (Runte 1997, 43-44). Ele destaca trechos de artigos de época de Cornelius Hedges e do diário extemporâneo de Langford nos quais é evidente a ênfase que ambos dão às atrações cuja singularidade inspira a intervenção humana: o primeiro antevendo em futuro próximo uma ponte de ferro pênsil com pessoas admirando a queda d’água superior do rio Yellowstone e o segundo prevendo a construção de um conjunto de melhorias em torno do lago Yellowstone - chateaus, bangalôs e demais “ornaments of civilized life” e “attractions of cultivated taste and refinement”. Assim, mesmo na versão veiculada pelo diário extemporâneo de Langford, a proteção à natureza intocada não figura como motor. Para Runte, o fato de ter mantido em seu tardio diário a convicção de que Yellowstone deveria ser “refinado” e “civilizado”, é expressão do vigor do compromisso original em

popularizar a região como uma estação turística (*tourist resort*) e não como uma *wilderness preserve* (id. ibid.)[17].

As motivações utilitárias e a "aliança pragmática"

Contrariando igualmente a tradição popular, segundo a qual a idéia de parque nacional teria nascido da resistência dos desbravadores de Yellowstone à exploração comercial e à busca do lucro, Alfred Runte analisa minuciosamente a documentação referente à expedição[18] e mostra como a criação dos primeiros parques no oeste americano não pode ser explicada sem considerar a influência das grandes companhias ferroviárias do oeste americano.

Desde o início, a criação de Yellowstone deveu-se muito mais aos executivos da Jay Cooke and Co., promotora e financiadora do projeto de extensão da Northern Pacific Railroad por Montana. Eles esperavam obter dividendos daquela região como estação de turismo com a conclusão do ramal. Segundo Runte (1984a, 20), há indícios de que o próprio Jay Cooke teria sugerido a Expedição Washburn. Ao fim desta, Cooke teria contratado Langford para ministrar uma série de palestras no inverno de 1870-71 em Washington, D.C., Nova York e Filadélfia, promovendo Yellowstone como parte da campanha publicitária patrocinada pela Northern Pacific para assegurar fundos para a ferrovia. Runte observa, ademais, que o conteúdo dos primeiros escritos e discursos de Langford revela muito mais um patrocinador promovendo a construção da ferrovia, do que um cidadão interessado falando apenas pela proteção de Yellowstone.

Entre os seus ouvintes em Washington, D.C., em janeiro de 1871, estava o professor de geologia na Universidade da Pensilvânia e diretor do U. S. Geological and Geographical Survey of the Territories, Ferdinand Vandiveer Hayden. A fala de Langford, somada à crescente lista de relatórios e artigos do General Washburn, do Tenente Doane e outros, teria persuadido Hayden, que estava dirigindo expedições científicas anuais ao oeste, a incluir Yellowstone no *survey* que conduziria em 1871[19].

---

[17] Note-se a semelhança das sugestões dos propositores de Yellowstone com as de Rebouças, quatro anos depois, preocupado em "cercar das maiores comodidades possíveis, todos os prodígios naturais" do país e em elevar "a arte do engenho humano [...] à altura do *Fiat* de Deus", edificando "pontes suspensas, elevadores, planos inclinados" (Rebouças 1898, 80, 81 e 86).

[18] Qual seja, relatórios, correspondências, artigos, discursos, notas taquigráficas de audiências no Senado e na Câmara e anais do Congresso norte-americano.

[19] De acordo com a legislação fundiária então vigente nos Estados Unidos, o direito de precedência e/ou opção na compra de terras, ou de propriedade, só se aplicava às porções vistoriadas (*surveyed*) do domínio público (*public domain*) expressamente designadas para a colonização - donde a importância da agência dirigida por Hayden. Por motivos óbvios, os inspetores do governo concediam prioridade maior às terras mais convenientes à colonização, o que não parecia ser o caso de Yellowstone - donde se conclui

Ao contrário da Expedição Washburn, a *Hayden Survey* (como ficou conhecida) consistiu de iniciativa governamental, ou seja, oficial, para a qual o Congresso destinou quarenta mil dólares. Estendeu-se de 15 de julho a 27 de agosto de 1871, tendo contado com equipe profissional que incluía entomólogos, topógrafos, um zoólogo, um mineralogista, um meteorologista e um médico, além de um fotógrafo e um artista plástico. Este foi ninguém menos que Thomas Moran, considerado co-fundador, ao lado de Albert Bierstadt, da Escola Rocky Mountains de pinturas de paisagens. Runte relata como A. B. Nettleton, executivo de Cooke, interveio no planejamento da *Hayden Survey*, financiando Moran diretamente, de modo a assegurar a sua participação na equipe[20].

Runte lembra que, em setembro de 1871, após o retorno da *Hayden Survey*, ainda não existia nada parecido com uma campanha pública pela proteção da região de Yellowstone como parque. O crédito pela proposta de introduzir uma legislação para proteger Yellowstone como um "parque público" coube outra vez aos executivos ligados à Northern Pacific. Foi o mesmo A. B. Nettleton que, em outubro de 1871, enviou carta a Ferdinand Hayden sugerindo que este incluísse em seu relatório final a recomendação de criação de um parque público que preservasse para sempre a bacia do grande gêiser. Na carta, Nettleton fazia referência a Yosemite, explicitando o precedente[21].

> Let Congress pass a bill reserving the Great Geyser Basin as a public park forever just as it has reserved that far inferior wonder, the Yosemite Valley and big trees. If you approve this, would such a recommendation be appropriate in your official report? [Nettleton para Hayden *apud* Runte 1997, 45]

Dois elementos merecem destaque. Em primeiro lugar, a intervenção da Northern Pacific por meio de seus executivos foi, mais uma vez, capital, dessa vez ao deslanchar a campanha pelo Parque de Yellowstone. Segundo Runte, até Hayden

---

pelo efeito persuasivo dos panegíricos de Langford. Ademais, para um ocupante obter o título definitivo da sua propriedade ele deveria ou demonstrar a legitimidade da sua posse (comprovando residência permanente ou benfeitorias por um período de cinco anos) ou estar disposto a pagar ao governo federal US$ 1.25 por acre (0,4047 ha.). Cf. Runte 1993, 17-8.

[20] Nash nos oferece outra versão, segundo a qual Hayden teria persuadido Moran a acompanhá-lo (Nash, 1982[1967]: 111). Da série de desenhos e aquarelas produzidos por Moran, uma tela ganhou destaque especial, contribuindo tanto para estabelecê-lo como paisagista conceituado como para popularizar as maravilhas da região: *The Grand Canyon of Yellowstone* (2,13 x 3,65m.), adquirida em junho de 1872 pelo Congresso por 10 mil dólares e afixada no lobby do Senado (Runte 1997[1979], 39), onde pode ser vista até hoje.

[21] Ainda segundo Runte, esta sugestão mesma ter-se-ia originado do parlamentar republicano pela Filadélfia, William D. Kelley, simpático a Jay Cooke e seus empreendimentos ferroviários. Kelley, por sua vez, teria se instruído sobre Yellowstone por meio de um relatório congressional publicado de autoria

receber a carta de Nettleton e acolher a recomendação em seu relatório oficial, nem ele nem qualquer outro membro do *Survey* trabalhou de fato pela proteção de Yellowstone (Runte 1984a, 23-4). Jay Cooke e seus sócios sabiam que, em Yellowstone tornando-se um parque, a sua ferrovia seria a única beneficiária do tráfego turístico (Runte 1997, 45).

Com a introdução do projeto de lei de criação do Parque no Congresso, os executivos da Northern Pacific aparentemente saíram de cena, tendo os parlamentares, pelo menos em público, confiado apenas nos textos e declarações das várias levas de exploradores; contudo, o esforço de promoção levado a cabo pela Northern Pacific se prolongou para além da criação do Parque. Sempre segundo Runte, a partir de 1883, quando da aprovação de mais uma magra alocação de fundos para a manutenção do Parque pelo Congresso (40 mil dólares), a Northern Pacific construiu uma série de hotéis próximos às atrações principais do Parque. Desde 1885 ela deu início à publicação anual de uma série de guias vivamente ilustrados intitulada *National Pacific Railroad: The Wonderland Route to the Pacific Coast*. Tratava-se de uma peça publicitária da estrada de ferro e de suas acomodações, recheada de artigos e fotografias da cena *western* e de viagens de trem: "the primary objective was to publicize those features of the West which were experiencing growing popularity among tourist. More visitors, in turn, promised [...] greater revenues" (Runte 1984a, 26).

Runte propõe, ademais, que a Northern Pacific, na qualidade de primeira companhia ferroviária a se envolver com parques nacionais, estabeleceu um padrão que foi seguido pelas demais ferrovias, de tal sorte que, logo após a virada do século, toda grande ferrovia do oeste estava desempenhando papel crucial no estabelecimento, na proteção e em melhorias nos parques. "The historical relationship between the railroads and the national parks" (5) é demonstrada por Runte para inúmeras situações: a barganha territorial entre a mesma Northern Pacific e o governo federal que está na origem da criação do Parque do Monte Rainier no estado de Washington, em 1899 (30); a inauguração pela Atchison, Topeka & Santa Fe Railway, em 1905, do luxuoso Hotel El Tovar, na beira do Grand Canyon, no Arizona, três anos antes dele ser protegido como "monumento nacional" pelo Presidente Roosevelt (40 e ss.); a influência decisiva da Great Northern Railway[22] e o envolvimento pessoal de seu executivo chefe, Louis W.

---

do Tenente Gustavus C. Doane, o comandante da cavalaria de guarda da Expedição Washburn-Langdorf-Doane (Runte 1984a, 22).

[22] Concluída em 1893, a Great Northern Railway corria paralela à Northern Pacific, mais próxima, porém, da fronteira com o Canadá.

Hill, tanto na criação do Parque Glacier, em Montana, em 1910[23], quanto na campanha pela instituição do National Park Service (43 e ss.); a participação da Chicago, Burlington & Quincy nesta mesma campanha, incentivada pela criação do Parque Nacional das Montanhas Rochosas, em 1915, 96 km. a noroeste do seu terminal em Denver, no Colorado (50); e a participação da Union Pacific Railroad na solução dos problemas de acesso e acomodações nos Parques Nacionais de Zion e Bryce Canyon, criados em 1919 e 1924, no estado de Utah, ao tempo da administração de Stephen Mather no NPS - e a pedido deste (52-3).

Runte chegou, inclusive, a cunhar uma expressão para dar conta desta sinergia particular entre as ferrovias e os primeiros parques nacionais no oeste americano: "aliança pragmática".

> Of course the managers of the lines were not being altruistic or environmentally conscious; their aim was to promote tourism and thereby increase profits. Still, *preservationists recognized the value to the reserves of an alliance with a powerful corporate group committed to similar goals, if not from similar motivations*. Tourism at that time, however encouraged, provided the national parks with a solid economic justification for their existence. No argument was more vital in a nation unwilling to accept scenic preservation at the cost of business achievement [1974a, 14; ênfase minha].

Malgrado a visão positiva que Runte tem desta "aliança pragmática" entre os causídicos da preservação e os empresários do setor ferroviário[24], outros autores, mais preocupados com as dimensões ambientais e ecológicas do manejo dos parques (sobretudo o trato dos recursos naturais), creditam ao teor utilitarista dominante no "scenery business" a origem do manejo "de fachada" que marcou as primeiras décadas do NPS: "protecting and enhancing the scenic facade of nature for the public's enjoyment, but with scant scientific knowledge and little concern for biological consequences" - e, portanto, com graves repercussões para as "condições naturais" nos parques (Sellars 1997, 4-5). Segundo Sellars, foram dois os tipos básicos de manejo empregados pelo NPS em cumprimento de seu mandato legal, tal como os seus

---

[23] Próximo à estação a leste do Parque, às margens do lago Swift, servindo-se copiosamente de madeira e pedra locais, Louis Hill supervisionou pessoalmente a construção de dois grandes hotéis rústicos, cada qual constituindo um investimento de meio milhão de dólares (Runte 1984a, 44). O Glacier Park Lodge, inaugurado em 1913, foi construído em um local comprado aos índios Piegan pela Great Northern, que manteve um grupo deles à frente do hotel para saudar a chegada dos trens de passageiros.

[24] Além de professor de história ambiental na Universidade de Washington, Seattle, Runte é *seasonal ranger-naturalist* do Parque Nacional de Yosemite desde 1980, consultor da companhia ferroviária Burlington Northern Inc. e membro do Conselho de Diretores da Associação Nacional de Passageiros de Ferrovias. Assim sendo, ele expressa uma concepção normativa positiva sobre o transporte público de passageiros - em oposição ao automóvel - como sendo a única forma a servir tanto as necessidades de acesso a como as de preservação dos parques nacionais norte-americanos (Runte 1974a, 1974b, 1984a).

dirigentes originalmente o entendiam: o desenvolvimento de facilidades para o turismo - o que envolvia extensas alterações nas "condições naturais" - e a manipulação proposital e direta de "elementos naturais" - o que incluía a promoção das espécies animais favoritas do público e a redução da população de espécies consideradas problemas, como certos predadores e insetos (4)[25]. Este estímulo ao desenvolvimento físico e material dos parques como áreas de recreação públicas com atrativos cênicos, em detrimento do seu valor como "áreas naturais", que só veio a ser reconhecido posteriormente, dará o tom da tensão entre proteção e uso que constituirá o *leitmotiv* da gestão dos parques nacionais nos Estados Unidos até hoje.

O precedente de Yosemite

O segundo aspecto a destacar na carta de A. B. Nettleton a Ferdinand Hayden é a menção ao precedente de Yosemite, sendo esta outra controvérsia nos debates sobre a origem da instituição parque nacional: teria nascido com Yellowstone ou com Yosemite? Em 29 de junho de 1864, oito anos antes da criação de Yellowstone, o Presidente Abraham Lincoln sancionou uma lei pela qual o Congresso transferia ao estado da Califórnia o vale do rio Yosemite, os picos imediatamente adjacentes e o bosque de sequóias gigantes chamado Mariposa, "upon the express conditions that the premises shall be held *for public use, resort and recreation*, [and] be held *inalienable for all time*" (*apud* Huth 1948, 68; ênfases minhas). Runte argumenta que embora Yosemite seja considerado tecnicamente como o primeiro parque estadual, ele seria interpretado mais corretamente se o fosse como a primeira atualização da idéia de parque nacional (Runte 1984b, 60)[26].

Huth (1948, 74) e Runte (1984b 60-1 e 1993, 26) concordam serem semelhantes os motivos e propósitos subjacentes à designação de Yellowstone como parque público federal e à transferência do vale de Yosemite e do bosque de Mariposa em confiança ao estado da Califórnia. Segundo Runte, exceto pela cessão dessas duas áreas ao estado, todos os demais princípios diretores da idéia de parque nacional já se encontravam

---

[25] Richard W. Sellars, historiador vinculado ao NPS, bem como outros autores contemporâneos que apreciam o passado da experiência norte-americana com parques nacionais com olhos do presente, enveredam numa crítica *post facto*. Contudo, por isso mesmo, reconhecem com mais saliência as motivações que impulsionaram a criação dos primeiros parques e, mais tarde, da agência responsável pela sua gestão: "Proponents [of the NPS] saw the parks as *scenic recreation areas* that should be vigorously developed for public use and enjoyment to help the national economy and improve the public's mental and physical well-being, thereby enhancing citizenship and patriotism" (Sellars 1997, 29; ênfase minha).

[26] Nisso ele reproduz o raciocínio do historiador da arte alemão radicado nos Estados Unidos, Hans Huth, o primeiro a argüir pela prioridade de Yosemite, em artigo publicado no *Sierra Club Bulletin* em 1948.

presentes em 1864 (Runte 1993, 26). Ao alocar as duas áreas ao estado da Califórnia, o Congresso, segundo Runte, teria simplesmente reconhecido o óbvio: o governo estava muito distante - quase cinco mil quilômetros a leste - para manejar efetiva e eficientemente as áreas. Ademais, não foi o estado da Califórnia e, sim, o Congresso que instituiu Yosemite e o bosque de Mariposa, exortando na lei que o estado protegesse o vale e as árvores gigantes no interesse nacional e os mantivesse inalienáveis indefinidamente para uso público, refúgio e recreação (Runte 1984b, 60-1): "The fact remains that Yosemite Park originated as a piece of *federal* legislation, and was awarded to California only as long as the state observed the express conditions contained in the act" (Runte 1993, 27; ênfase no original). Se o governo federal manteve o controle sobre Yellowstone ao criá-lo como parque público - uma das razões pelas quais Yellowstone é celebrado como *o* parque nacional -, foi porque, em 1872, o Wyoming ainda era um território federal. Na ausência de um governo estadual que se responsabilizasse pelo parque, este só poderia permanecer sob a custódia e a jurisdição federais (Runte 1984b 61 e Huth 1948, 74).

Outra razão pela qual Yellowstone é celebrado como a realização paradigmática e primeira da idéia parque nacional é a sua magnitude: 851.400 ha. Contrasta, assim, com a reduzida dimensão da área destinada a Yosemite e ao bosque de Mariposa em 1864: menos de 15.500 ha. - superfície estabelecida depois do *survey* previsto na lei de transferência, para determinar o *locus*, a extensão e os limites das duas áreas. Essa outra diferença eclipsa mais um consenso fundamental: a amplitude do Parque de Yellowstone não resulta da consciência de seus causídicos quanto às vantagens de proteger um ou mais ecossistemas de modo integral, mas, sim, da preocupação com a segurança das maravilhas e curiosidades naturais ainda desconhecidas. Runte observa que, quando dos debates parlamentares em torno do projeto de lei que propunha a criação do Parque de Yellowstone, o Congresso solicitou ao Dr. Fredinand Hayden que sugerisse as fronteiras que considerava adequadas. Os registros mostram claramente que o perímetro do Parque foi dilatado em relação às dimensões originalmente imaginadas por Langford e Hedges, de alguns poucos hectares. Isso foi feito não para assegurar a proteção da *wilderness* em si, mas das curiosidades naturais eventualmente existentes na região e ainda desconhecidas (Runte 1997, 46). Desse modo, tanto Yosemite quanto Yellowstone sofriam do que Runte chama de *"site specific" prejudice* (1984b, 57): ambos objetivavam proteger objetos tidos como maravilhas naturais (*natural wonders*) e cenários tidos como dramáticos e sensacionais (*dramatic scenery*).

As distinções quanto à jurisdição e ao tamanho, portanto, não devem obnubilar o fato de que, como sugerem Huth e Runte, Yellowstone é muito mais um beneficiário das circunstâncias que levaram à criação de Yosemite. Exceção feita à sua colocação sob a custódia federal, o estabelecimento de Yellowstone como parque, se comparado ao de Yosemite, teria contribuído pouco em termos essenciais para a idéia de parque. Segundo Huth, "the establishment of a federal park was not exactly a stupendous deviation from undertakings directed by the *Zeitgeist* of that era" (Huth 1948, 73; ênfase no original).

Cabe destacar que esta interpretação pode resultar de um compromisso com um mito de origem alternativo - também uma construção *post facto* -, qual seja: a Califórnia como berço dos parques nacionais. O artigo seminal de Huth veio à luz no boletim do Sierra Club, uma organização civil californiana, a única do seu tipo no oeste, constituída em 1892, na onda de criação de *outdoor clubs* no último quartel do século XIX, motivada pelo crescente interesse de certos estratos da sociedade americana em ambientes primitivos para propósitos de recreação. Quiçá daí a sua ênfase no idealismo dos proponentes de Yosemite - do qual não se esperava nenhum lucro e que serviria a um propósito estritamente não-utilitário - em oposição aos interesses supostamente mesquinhos dos causídicos de Yellowstone. Assim, antes de explorar os elementos constitutivos do *Zeitgeist* da época - para usar os termos de Huth -, vejo-me obrigado a voltar ao tema do idealismo, cotejando aspectos de ambas campanhas.

Ao contrário da campanha de Yellowstone, em que é possível localizar com precisão a influência decisiva da Jay Cook & Co. e da Northern Pacific Railroad, "[p]recisely how the campaign [for the government preservation of Yosemite Valley] evolved remains largely a mystery" (Runte 1993, 18). Huth descreve um incidente em particular que parece ter crepitado o interesse pela proteção da natureza contra o vandalismo de empresários audaciosos e pelas maravilhas (*wonders*) da Califórnia em especial: a "descoberta", em 1852, do bosque de árvores gigantes chamado Calaveras e o trágico destino, dois anos depois, de uma das árvores do bosque, conhecida como "The Mother of the Forest" (com 96 m. de altura e 18,5m. de diâmetro). Dois empresários inescrupulosos descascaram "a mãe da floresta" até a altura de 35 m. e embarcaram a casca para uma mostra itinerante nas cidades litorâneas da costa leste e depois para a exposição no Palácio de Cristal, em Londres. O episódio gerou duas reações: uma externa, na Inglaterra, de incredulidade e desconfiança quanto à

veracidade da mostra[27]; e outra doméstica, de condenação e protesto contra a destruição negligente, a crueldade e a insensibilidade dos impetuosos homens de negócio. Escusado dizer que, pouco tempo depois, em 1858, uma revista semanal noticiou que a árvore objeto da rapinagem estava definhando rapidamente (cf. Huth 1948, 63 e ss.).

Uma das primeiras grandes matérias jornalísticas a emergir da Califórnia não relacionada com a corrida do ouro, o incidente com a árvore do bosque de Calaveras eclipsou o que para Huth foi "the great event in California discoveries" (64): a usurpação do vale de Yosemite pelos caras-pálidas por meio de várias expedições punitivas contra os povos indígenas do vale, desferidas ao longo do ano de 1851 pelo então recém-formado Batalhão Mariposa. Segundo Huth, os primeiros relatos de época dos prodígios cênicos do vale foram publicados na imprensa local e não provocaram nenhum reboliço fora do estado - ao contrário do trucidamento da "mãe da floresta" de Calaveras (64). Runte (1993, 12) observa que o relato popular da primeira expedição punitiva de 1851, escrito por Lafayette Bunnell, foi publicado em 1880, 16 anos após a transferência da área do vale para o estado da Califórnia. Trata-se, assim como o diário de Langford sobre a "descoberta" de Yellowstone, de uma descrição extemporânea, sem dúvida alguma influenciada pela crescente notoriedade de Yosemite[28].

Ao final, os esforços para desalojar os indígenas de Yosemite fracassaram e estes lograram restabelecer-se no vale, desenvolvendo uma relação algo amigável com os acampamentos garimpeiros vizinhos e o crescente número de visitantes[29]. Entre 1855, quando a primeira partida de "turistas" adentrou Yosemite, e 1863, apenas 406 visitantes estiveram no vale, alguns tendo se estabelecido como os primeiros a oferecer acomodações e outras facilidades (Spence 1999, 102). Destas visitas e explorações, já não mais de caráter bélico, emergiram uma série de relatos, descrições e narrativas de viagem que tiveram uma repercussão mais ampliada (Huth 1948, Runte 1993 e Spence 1999).

Apesar do enorme interesse devotado a Yosemite por viajantes, jornalistas e escritores da costa leste, Huth e Runte reconhecem que, no entanto, "unfortunately [we] know very little about [...] who in California was taking active interest in the destiny of

---

[27] Huth cita um magazine de época, 1859: "The show [in London] turned out to be unsuccessful since, 'owing to the immensity of the circumference, nobody would believe that the bark had come from one tree, and finally, being branded as a humbug, the exhibition has to be ended'" (1948, 63).

[28] Bunnell, muito antes de Langford, já havia definido a conquista do vale em termos anacrônicos: *Discovery of the Yosemite, and the Indian War of 1851, Which Led to that Event.*

the valley" (Huth 1948, 65). Donde a abertura para construções ideológicas *post facto*. Boa parte dos personagens que Huth aponta como influentes na campanha antecedente pela proteção de Yosemite são os que constam da composição original da Yosemite Park Comission, estabelecida pelo estado da Califórnia três meses depois do ato congressual de cessão. Sem querer desqualificar a importância que alguns deles possam ter tido[30], os palpites de Huth constituem conjecturas. Considerando as primeiras medidas tomadas pela comissão do Parque, ele presume que "it is quite safe to assume that as a whole the group of men promoting the interests of Yosemite did so for idealistic reasons" (66).

Como observa Runte, o que se sabe de fato é que foi o representante no estado da Califórnia da Central American Steamship Transit Company of New York, Israel Ward Raymond, que, em 20 de fevereiro de 1864, escreveu uma carta ao jovem senador pela Califórnia, John Conness, instando-o a apresentar um projeto de lei para proteger o vale de Yosemite e o bosque de Mariposa de árvores gigantes (Runte 1993, 18 e ss.). Ainda que Huth ateste que Raymond "was known to have been a public-spirited citizen, and certainly did not take this step to further any of his business interests" (1948, 66), é interessante notar como, mais uma vez, o executivo de uma grande corporação foi instrumental para por em movimento o processo. A carta de Raymond, reproduzida integralmente por Huth (1948, 66-7), dá a entender que ela foi elaborada a partir de contatos prévios entre ele, o Senador Conness e outras pessoas - entre estas as que ele listou como virtuais administradores da área a ser protegida (Frederick Law Olmstead incluído[31]).

O Senador Conness despachou a carta para o General Land Office no dia 06 de março, para a elaboração da minuta do projeto de lei, e 22 dias depois apresentou a proposta, que, no dia 17 de maio, obteve parecer favorável da Comissão de Terras Públicas do Senado. Tendo sido aprovada a requisição do Senador pela discussão imediata do projeto, iniciaram-se os debates. É aqui que, segundo Runte, se inicia no Congresso "a firm (if unwritten) policy that only 'worthless' lands might be set aside as

---

[29] Convém mencionar que o vale de Yosemite permaneceu, século XX adentro, a residência permanente de um grupo local indígena relativamente autônomo - resultado de uma longa história de resistência e acomodação à conquista americana de sua terra natal, descrita por Spence 1996 e 1999 (caps. 7 e 8).

[30] Entre os quais Frederick Law Olmstead, um dos projetistas e primeiro Superintendente do Central Park de Nova York. Olmstead chegou à Califórnia em 1863 para administrar a Quinta de Mariposa, um dia de montaria a oeste do vale de Yosemite, no sopé da Sierra Nevada.

[31] Apesar de - reitera Runte (1997, 28) - não haver evidência dele ter desempenhado um papel direto no movimento pelo parque.

national parks" (1997, 48) - o que o levou a propor uma das teses mais controversas sobre a idéia de parque nacional nos Estados Unidos.

A tese da terra sem valor

De acordo com Runte, o seguinte trecho da carta de Raymond para Conness foi crucial para a promulgação da lei:

> The summits are mostly bare Granite Rocks in some parts the surface is covered only by pine trees and *can never be of much value*.
> It will be many years before it is worthwhile for the government to survey these mountains[32]. But I think it important to obtain the proprietorship soon, to prevent occupation and especially to preserve the trees in the valley from destruction ... [*apud* Huth 1948, 67; nota e ênfases minhas].

Para Runte, a declaração de Raymond realçava o valor econômico potencial mínimo de Yosemite. Exceção feita ao turismo, pois o vale tinha tal apelo cênico que justificaria protegê-lo dos indivíduos que desejassem se estabelecer ali.

O senador Conness abriu os debates sobre o projeto de lei em 1864, assegurando ao Senado "that this bill proposes to make a grant of certain premises located in the Sierra Nevada mountains, in the state of California, *that are for all public purposes worthless*, but which constitute, perhaps, some of the greatest wonders of the world". Ao concluir o seu pronunciamento, ele retomou a questão da sua (in)utilidade: "It is a matter involving no appropriation whatever. [...] The property is of no value to the Government. I make this explanation that the Senate may understand what the purpose is" (*apud* Runte 1997, 48-9)[33]. Ademais, como registrei, a área era muito pequena para chegar a comprometer a economia do país e/ou do estado. Alta e escarpada como era, parecia mesmo não ter valor. "In short, the Yosemite grant was a clear instance where scenic preservation could be allowed to take precedence over economic goals because the land in question seemed worthless" (49-50).

O mesmo se passou quando da apresentação do projeto de lei de criação do Parque de Yellowstone no Congresso, ocasião em que os parlamentares confiaram basicamente nos escritos e declarações das várias levas de exploradores, principalmente,

---

[32] Cf. nota de rodapé nº 19 deste capítulo. A reivindicação do direito de propriedade ou precedência e/ou opção na compra de terras só se aplicava às porções vistoriadas do domínio público expressamente designadas para a colonização. Daí porque, considerando as características e o valor relativo da área, Raymond não considerava vantajoso sequer o governo vistoriá-las com vistas à colonização.

[33] Corria, então o terceiro - e, soube-se depois, mais sangrento - ano da guerra civil. Considerando os gastos com esta, a firmeza de Conness em garantir que área a ser protegida não custaria nada ao governo em termos de manutenção e que ela ficaria a cargo de cavalheiros a serem designados pelo estado da

no relatório da vistoria feita pelo chefe do Geological and Geographical Survey of the Territories, Ferdinand Hayden, cuja fama no Capitólio era de alguém que priorizava a exploração dos recursos naturais[34]. Seus comentários foram publicados *verbatim* pela Comissão de Terras Públicas da Câmara como endosso desta ao projeto de lei do Parque. A sua desqualificação de Yellowstone como desprezível para qualquer coisa que não o turismo, foi constantemente parafraseada pelos parlamentares - "not susceptible to cultivation with any degree of certainty", "winters [...] too severe for stock-raising", "problematical [settlement under altitude conditions]", "volcanic origins [made it] not probable that any mines or minerals of value will ever be found", "frost every month of the year", etc. Seguindo o conselho de Hayden, os favoráveis à proposta buscaram ratificar a inutilidade do parque para qualquer coisa que não o turismo (Runte 1997, 50-1).

Ademais, Runte adverte que, embora os parlamentares favoráveis à proposta tenham sopesado as vantagens de se fiar no argumento da terra sem valor, mesmo eles se comprometeram publicamente em revogar o Parque à luz de novas evidências. Entre as inúmeras citações e referências de Runte, o discurso do fiador do projeto de lei na Câmara, deputado Henry L. Dawes, de Massachusetts, é o mais significativo:

> This bill reserves the control over [Yellowstone] and preserves the control over it to the United States, so that at any time when it shall appear that it will be better to devote it to any other purpose it will be perfectly within the control of the United States to do it. [...] If upon a more minute survey [...] it shall be found that [Yellowstone] can be made useful for settlers, and not depredators, it will be perfectly proper this bill should [be repealed]. [...] we put no obstacle in the way of any other disposition of it; we but interfere with what is represented as the exposure of that country to those who are attracted by the wonderful descriptions of it ... and who are going there to plunder this wonderful manifestation of nature [*apud* Runte 1997, 54].

Runte interpreta este pronunciamento como uma demonstração clara de que o Congresso tinha outro interesse público a proteger - o desenvolvimento econômico - e que a medida definitiva de realização do país era a riqueza de recursos naturais – e, não, de belos cenários. Daí porque, desde o início, o projeto de lei - ao contrário da lei que criou Yosemite - não dispôs de nenhuma cláusula de inalienabilidade. Ademais, fica evidente a distinção feita entre empreendedores e empreendimentos legítimos - que justificariam comprometer a integridade da área - e ilegítimos - depredadores e

---

Califórnia - que não receberiam nenhuma compensação pelo serviço - foi igualmente importante para a aprovação da lei (cf. Runte 1993, 20-1).

[34] Runte cita um comentador que se refere a Hayden como "par excellence the businessman's geologist" (Goetzmann *apud* Runte 1997, 277 n. 4).

saqueadores. “The sin of exploitation was not personal gain [and development of the land], but personal gain [and development of the land] that could not be defended as being in the national interest” (Runte 1984b, 63; e 1997, 53). Para Runte, esta distinção dá origem à postura ambivalente dos EUA quanto à preservação de cenários (1984b, 63)[35].

Runte reúne uma série de evidências para reforçar sua tese. O Congresso literalmente ignorou Yellowstone pelos próximos cinco anos, quando só então o Parque recebeu a sua primeira e magra dotação orçamentária. Também não criou nenhum outro parque federal por mais dezoito anos, apesar de várias proposições nesse sentido e das repetidas confirmações de que as maravilhas naturais propostas para o status de parque não interfeririam com o desenvolvimento econômico[36]. Quando o Congresso retomou a criação de parques federais, foi mais uma vez em resposta a apelos pela proteção de maravilhas naturais representativas do oeste americano. Assim, em 1890, foram criadas as reservas de Yosemite, Sequóia e General Grant, todas localizadas na Califórnia, no alto da Sierra Nevada. Também nesses casos, endossando o precedente, o Congresso insistiu em que nenhuma delas interferisse com o progresso material da nação, qualquer que fosse o seu tamanho.

Nash, todavia, considera a reserva de Yosemite, criada em 1890 circundando a área transferida 16 anos antes ao estado da California, a primeira conscientemente planejada para proteger *wilderness* (Nash 1982, 132). A proposta ter-se-ia originado de uma conversa, em uma noite de junho de 1889, em um acampamento na Sierra Nevada além do vale de Yosemite, entre Robert Underwood Johnson, editor associado da revista *Century* - então, a principal publicação mensal americana de literatura, editada em Nova York -, e John Muir, já então um afamado *environmental proser*[37] - atrás de quem aquele tinha ido, em busca de originais e manuscritos inéditos. Ao perguntar a Muir, que já

---

[35] Aduza-se que esta distinção também veio justificar as formas de manejo mais intensivas, implicando alterações e manipulações das condições e elementos “naturais”, em benefício de uma certa classe de usuários, capazes de gerar rendimentos suficientes para a manutenção do parque.

[36] Para que não persistam lacunas, convém lembrar que em 1875 uma pequena reserva foi estabelecida na ilha de Mackinac, no estado de Michigan, mas ela estava longe de cumprir os requisitos de um espetáculo cênico e acabou sendo transferida para o estado 20 anos depois. A lei que criou o Parque de Mackinac, superposto a um sítio militar, era bastante generosa em permitir que qualquer parte do mesmo estivesse constantemente disponível para quaisquer propósitos militares, em tempos de paz ou guerra, podendo ser usado também para a construção de prédios públicos de qualquer tipo (Runte 1997, 55 e 277-8, n. 15; Foresta 1984, 12).

[37] Sigo aqui a sugestão de Buell, que prefere “‘environmental fiction’ or ‘environmental prose’ to ‘nature writing’, which is restrictive both in its implied identification of ‘nature’ as the writer’s exclusive field of environmental vision and in its tendency to exclude borderline cases like eclectic travel and autobiographical and sermonic material” (Buell 1995, 429).

residia na serra há 20 anos, o que tinha acontecido com os exuberantes prados, campinas e flores silvestres que ele supunha existir nas montanhas, Johnson ouviu o lamento sobre a destruição da relva, das mudas, das árvores jovens e dos arbustos pelo pastoreio excessivo (*overgrazing*): "obviously the thing to do is to make Yosemite National Park around the Valley on the plan of Yellowstone", teria retrucado Johnson (*apud* Nash 1982, 131). Nash observa que Johnson provavelmente tinha em mente um parque grande, na forma de uma rosca, circundando a área do vale. Muir abraçou a idéia e se comprometeu a escrever dois artigos para divulgar a idéia do parque.

A trajetória de John Muir, autoproclamado "poetico-trampo-geologist-bot. and ornith-natural, etc!-!-!-!", constitui um capítulo à parte na história do conservacionismo, do transcendentalismo e da *environmental non-ficton* norte-americana, que estaríamos muito longe de poder recuperar aqui[38]. Foi da Sierra Nevada que ele enviou dois artigos. Finalizados com estampas primorosas, foram publicados em meados de 1890 em duas edições consecutivas da *Century*, com uma tiragem de 200 mil cópias cada. Segundo Nash, "this was far more publicity than preservation had ever received before" (131). A maior parte de ambos os ensaios era de caráter descritivo e neles, ao contrário dos proponentes originais de Yellowstone, Muir deixava claro que o objeto a ser protegido eram os ambientes circundantes do vale de Yosemite: "the fineness of its wildness", "wilderness pure and simple".

> For the branching canyons and valleys of the basins of the streams that pour into Yosemite are as closely related to it as are the fingers to the palm of the hand [...] as the branches, foliage, and flowers of a tree to the trunk. [...] all the fountain region above Yosemite, with its peaks, canyons, snow fields, glaciers, forests and streams should be included in the park to make it *an harmonious unit instead of a fragment*, great though the fragment may be [*apud* Runte 1997, 60; ênfase minha].

Runte observa que imediatamente após a sua chegada ao vale de Yosemite, Muir não havia demonstrado nenhuma inquietação quanto ao futuro das terras altas da Califórnia, devido à sua condição supostamente remota - sentimento que se verifica em seus escritos ao longo de toda a década de 1870. A sua confiança, todavia, aos pouco foi minada pelo pastoreio de ovelhas - os "gafanhotos de casco", como ele as chamava - e

[38] Para um esboço muito preliminar e superficial da trajetória de Muir, cf. Nash 1982, capítulo 8, que cita outras fontes. Muir chegou a elaborar propostas de criação de parques, seguindo o modelo de Yellowstone. Em 1881 minutou um projeto de lei para a criação de um parque na região do rio Kings, ao sul da Sierra, que pereceu na Comissão de Terras Públicas do Senado. Em 1888 propôs a proteção do monte Shasta, ao norte da Califórnia, como parque público. Estas estão entre as propostas para a criação de parques rejeitadas pelo Congresso ao longo dos 18 anos que se seguiram à criação de Yellowstone.

pelo crescente fluxo de visitantes[39] (Runte 1997, 58-9). Nash, ao contrário, sugere que desde os seus primeiros anos na Califórnia Muir observou com pesar a chegada dos rebanhos de carneiros à Sierra (Nash 1982, 130). As duas décadas de residência na Sierra fizeram-no apreciar a interdependência e a complexidade dos elementos constituintes da região, donde a sua generosa proposta de 387.000 hectares para a reserva.

Johnson, por sua vez, fez *lobby* junto à Comissão de Terras Públicas da Câmara pela criação do Parque de Yosemite e escreveu um editorial na *Century* pela preservação da "beauty in its wildest aspects" (*apud* Nash 1982, 132). Uma de suas primeiras tarefas teria sido convencer os parlamentares de que a proposição de Muir - um parque com 387.000 ha. - era preferível à idéia do deputado William Vandiveer - uma reserva com aproximadamente um quinto do tamanho proposto por Muir. Com toda probabilidade, reconhece Nash, Johnson teria recebido ajuda da Southern Pacific Railroad, que cobiçava o lucrativo tráfico de turistas que Yosemite já atraía e a criação do Parque faria crescer. Propagandas da época confirmam que a companhia estava bastante comprometida com o incentivo ao turismo por toda a Sierra. Nash cita fontes que dão conta que a Southern Pacific também teria se interessado muito pelo Parque de Sequóia, criado em 25 de setembro de 1890, e que teve o seu tamanho triplicado seis dias depois pela mesma lei que criou a reserva de Yosemite (132)[40].

Assim, não restam dúvidas de que Muir, Johnson *et caterva* tenham advogado pela proteção da Sierra por motivos outros que não só as suas "maravilhas" e prodígios naturais. Lembra Runte, contudo, não só considerações práticas auxiliaram os causídicos de Yosemite a promover sua campanha, como nada invalidou o critério congressional de que os interesses materiais não deveriam sofrer por causa do

---

[39] Vimos que entre 1855, quando a primeira partida de "turistas" adentrou Yosemite, e 1863, apenas 406 visitantes estiveram no vale. Em 1864, quando o Presidente Lincoln transferiu a área para o estado da Califórnia, o vale recebeu 147 visitantes - número que dobrou no ano seguinte. Em 1869, com a conclusão da ferrovia transcontinental - quase simultânea à chegada de Muir a Sierra -, o número de visitantes superou a marca dos 1.100. Entre 1874, quando Yosemite recebeu 2.711 visitantes, e 1875, três estradas carroçáveis foram abertas ao tráfego pela primeira vez, trazendo cargas de suprimentos e carruagens lotadas de turistas periodicamente (Spence 1999, 102-3).

[40] Segundo Runte, a Southern Pacific Railroad, pelo *lobby* que fez em favor do estabelecimento dos parques de Yosemite, Sequóia e General Grant, teria sido a primeira a seguir o modelo estabelecido pela Northern Pacific, já referido. Tal como a Northern, o Departamento de Passageiros da Southern Pacific também iniciou a publicação de um magazine mensal expressamente concebido para estimular o assentamento e o turismo nos estados servidos pela companhia. Cada edição de *Sunset* trazia artigos descritivos, ilustrações extravagantes e propagandas românticas promovendo o vale de Yosemite, as sequóias gigantes e outras atrações dos parques e reservas acessíveis a seus trens de passageiros. Com o tempo, a companhia se tornou uma das mais vigorosas defensoras da proteção das paisagens naturais em

desenvolvimento dos parques. Apesar de um número maior de americanos endossar o sentimento de Muir para com a *wilderness*, não foi senão nos anos 1930 que se reconheceu a preservação da *wilderness* como motivo primário para o estabelecimento de parques, "at least in the eyes of Congress" (Runte 1997, 60).

Reconhecendo que detalhes da campanha se perderam devido a registros incompletos, Runte busca na própria legislação que criou essas reservas pistas para explicar o sucesso dos causídicos de Yosemite, Sequóia e General Grant. Os projetos de Lei, segundo ele, tramitaram no Congresso sem muito barulho. Ele acredita que a aparente falta de oposição às leis deve-se, em parte, à linguagem em que foram vazadas. Yosemite não foi introduzido como parque nacional, mas, sim, como "reserved forest lands". Runte observa que essa redação, ao tempo em que não conflitava com os objetivos imediatos dos que queriam a Sierra preservada, estava muito mais próxima dos propósitos utilitários dos interesses agrários californianos. A ênfase na proteção das cabeceiras dos rios - vitais para as regiões agrícolas do estado -, em vez do cenário, explicaria a generosidade do Congresso quanto ao tamanho da área. Sequóia, criada como "parque público" com 64.500 ha., era muito menor que Yosemite. General Grant, seu vizinho ao norte, não chegava a 1.032 ha. de terras federais circundando a imensa árvore que lhe deu o nome. A restrição de Sequóia e General Grant ao território ao redor de suas maravilhas focais condiz com a sua criação como "parques públicos" e conforma-se ao já referido *"site specific" prejudice*.

Segundo o relatório do Ministério do Interior para o ano de 1890, a decisão de manejar Yosemite como parque foi do Ministro do Interior, John Noble, a quem foi confiada a responsabilidade pelas três áreas. Depois da virada do século, quando o termo "floresta nacional" virou sinônimo de exploração supostamente controlada e regulada dos recursos naturais em oposição à preservação estrita, a interpretação do Ministro resistiu. Noble também batizou os parques, posto que o Congresso só tinha estabelecido os seus limites (Runte 1997, 62-3 e 279 n. 34). Aduza-se que as três áreas, mesmo depois de criadas, não permaneceram imunes a agressões. Pastores de ovelhas continuaram servindo-se de áreas das reservas e numerosas posses privadas pontuavam porções de todas as três.

No caso da região do vale de Yosemite, que padecia da ausência de uma administração centralizada e unificada, o ano de 1905 foi marcado por dois episódios

---

geral e dos parques da costa oeste em particular (Runte 1984a, 39 e ss.). Trata-se, assim, de mais uma situação que patenteia "a relação histórica entre as ferrovias e os parques nacionais".

importantes. Estes resultaram de uma inspeção efetuada por uma comissão parlamentar de inquérito constituída para averiguar as crescentes denúncias de que o estado da Califórnia não estava se desempenhando bem como fiduciário das áreas que lhe foram cedidas em 1864. O primeiro foi a cessão das áreas do vale propriamente dito e do bosque de Mariposa à jurisdição do governo federal[41]; e o segundo, a supressão de um terço da superfície estabelecida em 1890 (cerca de 135.000 ha.), área que foi reaberta à exploração madeireira, mineração e pecuária. Para compensar esta perda, o Congresso estendeu a fronteira setentrional mais para o norte, para incluir mais 29.000 ha. Vistorias anteriores desta área, todavia, revelaram ser ela escarpada e alta, atestando assim a sua inutilidade acima de qualquer dúvida.

Com a redução da área de Yosemite, o Congresso reiterou a sua complacência em reverter seus compromissos anteriores com a preservação cênica quando lhe conviesse. Mas do ponto de vista dos defensores da proteção da Sierra Nevada, o pior ainda estava por vir. Em dezembro de 1913, depois de longo prélio pela imprensa e no parlamento, com sucessivos Secretários do Interior pendendo ora para um, ora para outro lado, o Congresso e o Presidente Woodrow Wilson aprovaram a solicitação da municipalidade de São Francisco para usar o vale de Hetch Hetchy, situado dentro da reserva criada em 1890 - ao norte de Yosemite e, segundo Muir, uma “jóia superior” a este -, como reservatório municipal de abastecimento de água. Muir faleceu um ano depois, com 76 anos, de desgosto pelo ocorrido, dizem alguns.

Instabilidade interpretativa

Inexistia administração centralizada e coordenada dos parques criados então. Cada um deles estava sob a responsabilidade formal do Ministério do Interior, seja do próprio Ministro, seja do Secretário-Executivo, seja do General Land Office. Na verdade, eles se encontravam sob uma grande variedade de arranjos de manejo, não havendo coordenação de ações entre um parque e outro. O exército, por exemplo, esteve envolvido durante bom período na administração de Yellowstone e Yosemite (Ise 1961, caps. 1 e 2; Foresta 1984, 17).

---

[41] O que dá força à interpretação de Huth, Runte e outros de que embora Yosemite seja considerado o primeiro parque estadual, ele deveria ser interpretado como o primeiro parque nacional. Huth argumenta que, no fim das contas, a cessão do vale de Yosemite e do bosque de Mariposa à jurisdição federal pelo estado da Califórnia foi uma clara demonstração de que o estabelecimento pelo Congresso de cláusulas de salvaguarda no ato de transferência daquelas áreas ao estado, 41 anos antes, não teria sido um gesto vazio (Huth 1948, 74).

A situação complicou-se ainda mais com a aprovação do Antiquities Act em 1906, que deu ao Presidente da República o poder de proteger "objetos de interesse histórico e científico" no domínio público pela criação de "monumentos nacionais". Em vez de confiar estes a apenas uma agência centralizada, deixou-se cada um sob os cuidados dos órgãos responsáveis pela administração original das áreas em que foram estabelecidos. Daí que dos 28 monumentos nacionais criados até 1911, 13 estavam sob a gestão do Serviço Florestal do Ministério de Agricultura e 15 sob a do Departamento do Interior - a maioria sob a chancela do General Land Office e alguns sob o Bureau de Assuntos Indígenas (Runte 1997, 98; Foresta 1984, 17). Foresta afirma que propostas de uma nova agência governamental para consolidar o manejo dessas áreas datam de 1900, mas que não teriam avançado porque nenhuma ameaça parecia surgir dessa "anarquia administrativa". Parques e monumentos estavam sendo criados e, de um modo ou de outro, protegidos, de tal sorte que não se percebia benefício na consolidação da sua gestão (id. ibid.).

A situação mudou na segunda década deste século. De um lado, o Serviço Florestal sob a administração de Gifford Pinchot assumiu uma postura agressivamente utilitária. O Forest Reserve Act, de 1891, deu ao Presidente a autoridade unilateral de proclamar "reservas florestais" em áreas apropriadas do domínio público. Apesar da lei orgânica do Serviço Florestal, de 1897, autorizá-lo a manejar as áreas sob a sua gestão para usos múltiplos - incluindo recreação e preservação -, a agência sempre demonstrou mais interesse na exploração de recursos naturais, em particular os florestais. A esse *bias* utilitário veio somar-se a iniciativa de Pinchot de apresentar uma proposta de legislação que punha todos os parques sob a administração do Serviço Florestal (id. ibid.).

Nesse ínterim, irrompeu a controvérsia sobre a barragem no vale de Hetch Hetchy. No andamento da mobilização contra a construção da barragem foram realizadas três conferências especiais sobre parques nacionais - a primeira em Yellowstone, em 1911, convocada pelo próprio Ministro do Interior, e as outras em 1912 e 1915 -, nas quais se consolidou o compromisso das ferrovias do oeste em participar de campanhas publicitárias em prol dos parques e em melhoramentos nos mesmos[42]. A inundação do vale de Hetch Hetchy teria sido *o* evento a catalisar a

[42] "[T]he gathering [...] marked a turnabout in support of the park idea by both government and industry. The large delegation of officials from the railroads was one indication of coming changes; [Secretary of the Interior Walter L.] Fisher's opening remarks before the conferees were equally revealing. The 'enlightened selfishness' of the railroads, he declared, entitles them to the 'grateful recognition' of all

"aliança pragmática" entre os que desejavam a preservação dos parques e as companhias ferroviárias sequiosas de monopolizar o tráfego de visitantes e turistas. Sintomaticamente, é nesse período que se consolida o reconhecimento do clima e do cenário americanos como recursos valiosos (*valuable assets*) e o argumento em prol da sua capitalização/mercantilização. Os debates conducentes à criação do Parque Nacional de Glacier, em 1910, são o exemplo mais evidente (cf. Runte 1997, 93 e ss.).

Daí porque a tese de Runte foi, ela própria, objeto de grande polêmica. Sellars critica severamente o seu argumento de que áreas com características cênicas significativas só puderam ser protegidas como parques nacionais porque elas não teriam outro valor aparente e que continuariam como tais, basicamente, por causa disso[43]. Para Sellars, a dificuldade com o argumento de Runte resulta de dois problemas: um emprego limitado do termo parque nacional - referido apenas às unidades que foram assim designadas - e uma definição estreita de terra sem valor - supostamente referida a poucas atividades, tais como agricultura, pecuária, mineração, atividade madeireira e, eventualmente, barragens como Hetch Hetchy.

Quanto ao primeiro ponto, Sellars argüi que o NPS foi criado em 1916 para administrar o que já tinha se tornado, *de fato*, um "sistema de parques" (Sellars et alii 1983, 130). Foresta, em um tom menos confiante, observa que o "sistema" herdado pelo NPS era muito heterogêneo em suas origens, sendo mais apropriado dizer que resultou de um acúmulo (Foresta 1984, 11). Quanto ao segundo ponto, Sellars vai destacar os empreendimentos pré-existentes em áreas que vieram a ser protegidas como parques nacionais e o valor imobiliário (*real estate value*) das mesmas - que seriam, na sua avaliação, o principal fator limitante ao crescimento do sistema de parques na atualidade. Sellars, como outros autores, tende a caracterizar os discursos que enfatizavam a inutilidade das áreas para a economia nacional como peças de retórica para persuadir o Congresso a aprovar as leis e insiste em que a idéia de parque ainda era imperfeita àquele momento (Sellars et alii 1983).

Ao fazer isso, entretanto, ele redunda no mesmo presentismo de que Cox acusa Runte. Se Cox acerta ao identificar o presentismo ecológico de Runte, ou seja, a sua insistência em caracterizar que os primeiros parques não eram delimitados por

---

park advocates. Immediately company executives returned the compliment with promises to assist the government in upgrading park hotels, road, and trails" (Runte 1997[1979], 92).

[43] Quatro anos após a primeira edição do livro de Runte, o *Journal of Forest History* (27: 130-145, July 1983) promoveu um fórum sobre a tese da "terra sem valor", com uma crítica de Richard W. Sellars e

"fronteiras naturais" e nem incluíam ecossistemas integrais; posto que as preocupações ecológicas ainda não se faziam presentes naquele momento; Sellars reverbera anacronismo, ao falar de uma idéia de parque ainda imperfeita, adotando implicitamente uma estrutura linear de desenvolvimento e tomando o moderno conceito de parque como caução para uma compreensão histórica retrospectiva.

É o próprio Cox quem observa, deixando entrever a flexibilidade interpretativa em torno dos parques: "The problem with many of the early national parks was not that they encompassed only worthless lands, but that *people saw many things of value in them*" (Sellars et alii 1983, 145). Foresta observa que é bastante compreensível a confusão inicial em que se viram os dois primeiros diretores do NPS (Steven Mather e Horace Albright), considerando a sua herança heterogênea e idiossincrática (Foresta 1984, 11). Cox, contudo, também ecoa o presentismo e o anacronismo que critica, quando afirma, a respeito dos Parques de Glacier (1910) e Monte Lassen (1916), que o Congresso tentou acomodar nestes uma variedade de usos, por meio daquilo que uma geração posterior chamaria de *multiple-use policy*. Em seguida, ele emenda: "Such a mixture of uses seemed less anomalous then than now, for *there was as yet no firm concept of what a national - or any public - park should be*. Patterns of management and use varied as much as did the parks themselves" (Sellars et alii 1983, 145; ênfase minha).

Reconhecendo que a mudança e a transformação não seguem um sentido unilinear pré-determinado, mas, sim, uma orientação multidirecional, na qual o processo de desenvolvimento de um artefato se mostra como alternância entre variação e seleção, talvez fosse mais adequado admitir que aquele era um contexto histórico de flexibilidade interpretativa - em que várias direções legítimas se abriam para o desenvolvimento dos parques públicos, algumas com mais vigor do que outras. A que foi seguida pelo NPS nas suas duas primeiras administrações (Mather e Albright), por exemplo, é marcada pela constituição de uma clientela e pela ênfase no desenvolvimento dos parques como estações turísticas em parceria com as ferrovias - orientação criticada por Sellars, porque a sua preocupação é com os aspectos ecológicos e ambientais do manejo dos parques[44]. Nada mais razoável, portanto, do que reconhecer, com Winks, a relatividade da economia política do estabelecimento de parques e da noção de *worthless lands*: sem

---

uma réplica de Runte, seguidas de três comentários por outros pesquisadores de parques nacionais (Utley, Winks e Cox).

[44] O que não o impede de reconhecer, em acordo com Runte, que as principais preocupações dos fundadores do NPS eram "the preservation of the scenery, the economic benefits of tourism and efficient

valor para quê, para quem, quando e como assim? (Sellars et alii 1983, 142). Isso nos obriga a considerar os elementos de ordem propriamente sociológica e cultural que respondem pela complexidade dos valores atribuídos a essas áreas em um dado contexto histórico.

2.1.3. Os reagentes socioculturais: ansiedade pós-colonial, sensibilidade romântica e nacionalismo

Em um artigo seminal, Nash sugere que quatro fatores explicariam a "liderança" norte-americana em se tratando de parques nacionais: a experiência singular do país com a natureza em geral e a *wilderness* em particular; a existência de uma ideologia democrática; um volume considerável de terras não cultivadas sob o domínio público - quando da combinação dos dois primeiros fatores; e a afluência da sociedade norte-americana - que lhe teria permitido o luxo de preservar a natureza pelos seus valores não utilitários (Nash 1970, 726). Foresta replica afirmando que, a despeito da origem dos parques nacionais poder ser atribuída a esses fatores, ela também se deve à política de negociatas (*pork barrel politics*), à necessidade de uma categoria abrangente para as mais díspares subtrações de terras públicas e a circunstâncias puramente idiossincráticas (Foresta 1984, 11).

Originalmente composta de materiais tão diversos, a instituição do parque nacional está relacionada a complexas e profundas mudanças sociais de ordem estrutural e intelectual na sociedade e na vida americanas, ao longo de todo o século XIX, que estaríamos longe de poder reconstituir aqui com minúcias. Ademais, apesar de toda atenção que tem sido dada ao tema, persiste um intenso debate sobre as motivações e contradições por detrás de seu estabelecimento. Limito-me aqui a enfatizar alguns elementos comuns que aparecem nas análises de autores que se dedicaram ao tema e que permitirão um cotejo com a experiência brasileira original.

Entre os mais destacados está a drástica transformação da sensibilidade coletiva face à *wilderness* e a conseqüente mudança de conotação do termo, estreitamente vinculadas à estética romântica do sublime e à ideologia da fronteira (Nash 1970, 1982 e 1984, Cronon 1996, Spence 1999). Dadas as suas fortes associações bíblicas - em que se designavam lugares à margem da civilização, nos quais era fácil se perder em desespero e confusão morais -, o emprego mais comum do termo na língua inglesa, até praticamente fins do século XVIII, era para referir-se a lugares, sítios e paragens com

---

management of the parks" - enfatizando o usufruto dos objetos naturais e culturais e das paisagens em

conotações bastante negativas: *wilderness* era um local selvagem, abandonado, desolado, estéril, devastado, no qual as emoções a se sentir eram o atordoamento e o terror (Cronon 1996, 70, Nash 1982, cap. 1).

Partindo das línguas nórdicas e teutônicas originárias das quais o termo inglês evoluiu, Nash sugere que, etimologicamente, o termo significa *will-deor-ness*, o lugar dos animais selvagens. O radical *will* com o sentido descritivo de *self-willed* e *wilful*, ou seja, voluntarioso, indomável, descontrolado - donde *willed*, de que deriva o adjetivo *wild*, utilizado para veicular a idéia de estar perdido, desgovernado, fora de controle, desequilibrado e confuso (originalmente empregado para referir-se à conduta humana). O termo inglês antigo *deor* (*deer*), significando cervo, veado, corça, ou mais comumente, animal. Por fim, o sufixo *ness* (cabo, promontório, ponta de terra) empregado em topônimos, mas também sugerindo a designação de uma qualidade - ambivalência que responde, aos olhos de Nash, pela concretude enganosa do termo: sendo um substantivo ele opera como um adjetivo (Nash 1982, 1)[45].

Daí a atitude adversa e desfavorável face à *wilderness* até fins do século XVIII nos Estados Unidos (Cronon 1996, 70), em especial nas suas áreas de fronteira, e que tanto surpreendeu Tocqueville já no século XIX (Nash 1982, cap. 2). Huth considera desnecessário deter-se para inquirir sobre o ponto de vista dos pioneiros (*the pioneers' point of view*). "They blazed the way and were forced to be uncompromising; they consequently rejected in nature that which was not of immediate and practical use" (Huth 1948, 48). Nash adverte que, da perspectiva dos pioneiros, o problema era *wilderness* demais e não de menos. Eles estavam muito próximos dela para admirá-la, donde a sua atitude hostil e o critério predominantemente utilitário. "The *conquest* of wilderness was his major concern" (Nash 1982, 24; ênfase no original).

Segundo Nash, esta conquista tinha dupla dimensão. Dois componentes figuravam no viés antagônico dos pioneiros americanos face à *wilderness*. Representava

---

detrimento da manutenção da sua integridade (Sellars 1997, 29 e 39).

[45] Vest nos sugere uma outra, mas igualmente instigante etimologia. Concordando com Nash quanto ao significado do radical *will*, diverge da tradução que ele faz do termo inglês antigo *deor* como animal. A despeito de estar correta para os derivados de *wild* (*wilder*, *wildern*, etc.), Vest argumenta que ela falha no tratamento adequado do sufixo *ness*. Censurando a glosa de Nash ao termo *ness* (como a sugerir uma qualidade que produz um determinado sentimento no indivíduo), Vest enfatiza a tradução de *ness* (que aparece em anglo-saxão como *naes* ou *nes*) como terra, chão, solo, terreno, território. Destarte, *wilderness* significaria *self-willed-land* ou *self-willed-place* - terra ou lugar voluntarioso, indomável, descontrolado -, com ênfase na sua volição intrínseca. A sílaba do meio, *der*, representaria para Vest a mera combinação de preposição mais artigo "of the", donde na *wilderness* há um "will-of-the-land". Isso estaria relacionado a uma concepção animista do(s) espírito(s) da natureza. Vest vai longe o suficiente a ponto de sugerir que Muir, escocês de nascimento, ao abraçar o movimento pela preservação da *wilderness* respondia a um chamado da sua tradição cultural, posto que os escoceses são herdeiros dos celtas (Vest 1983, 323-4).

para eles uma ameaça tanto física e direta à sua sobrevivência – pois segurança, conforto e necessidades básicas como água, alimento e abrigo, dependiam da conquista do ambiente inóspito -, quanto moral - pois os colocava diante do perigo deles mesmos sucumbirem à ferocidade dos seus arredores e reverterem à selvageria. *Wilderness*, assim, frustrava os pioneiros não só fisicamente, mas pelo significado que possuía como um vácuo moral, um mundo de trevas caótico e amaldiçoado, donde o duplo significado da batalha contra a *wilderness*: luta pela sobrevivência e embate moral. Civilizar o Novo Mundo era domar o caos, trazer a luz à escuridão e converter o mal no bem (Nash 1982, 24).

Muito diferente, portanto, da afirmação de Henry David Thoreau, em 1851, extensamente referida pelos analistas das idéias que colaboraram para gerar a instituição do parque nacional: “in Wildness is the preservation of the World”. Tendo emergido contra aquele pano de fundo antagônico à *wilderness*, concepções como a de Thoreau configuram um emaranhado de diferentes tradições intelectuais, seja aquele “amplo movimento transatlântico que nós hoje rotulamos de romantismo” - para usar os termos de Cronon 1996, 72 -, seja uma de suas mais importantes expressões - o sentido e a estética do sublime -, seja a consolidação de ambos no transcendentalismo.

Podendo ser interpretado, em alguma medida, como reação ao racionalismo continental e ao empirismo britânico, o romantismo enaltecia a intuição e a experiência pessoal acima do formalismo e da precisão científica. Vinculada também a uma crítica da vida urbana e do industrialismo, a sensibilidade romântica voltava-se à natureza inculta e ao retiro solitário em busca de inspiração no que há de orgânico e produtivo na vida - em oposição ao que há de mecânico e à lógica da reprodução característicos da vida urbana industrial. Que a *wilderness* era um lugar no qual o sobrenatural repousava logo abaixo da superfície e que, portanto, trazia em si o sentido do sagrado, já estava dado nas associações bíblicas: se lá estava o perigo espiritual e a tentação moral, se lá se podia encontrar demônios e correr o risco de perder o controle de si, ali também se poderia encontrar Deus. Não é à toa que místicos, santos e românticos emularam, ao longo do tempo, o refúgio de Cristo no deserto: a *wilderness* era o sítio de provações espirituais (cf. Cronon 1996, Nash 1982, cap. 3, e Williams 1969, pp. 53 e ss.)

Esse entendimento consolidou-se no século XVIII, com a doutrina do sublime. As paisagens sublimes eram aqueles raros lugares na Terra em que se tinha a chance de vislumbrar a presença de Deus. Uma das melhores provas de que se estava diante de uma paisagem sublime era a emoção que esta evocava: expressão afetiva da experiência

do Divino. Destaque especial tinham as paisagens montanhosas, ou montanhas particulares. O motivo da montanha como catedral é particularmente ubíquo e envolvente: era o templo em que se preferia reverenciar, era o santuário em que se podia entender mais claramente o manuscrito divino (cf. Baltrusaitis 1999, Cronon 1996 e Nash 1982, cap. 3)[46].

Porque as paisagens tidas como naturais e selvagens proviam o meio mais direto de experiência do divino, a sensibilidade romântica também encontrou na idéia de "homem natural" a perfeita expressão da humanidade - parte da atração romântica mais ampla pelo primitivismo, que remontava a Rousseau. Como "filhos da natureza", os ameríndios, aos olhos românticos, viviam livres das condições opressivas que afligiam as sociedades civilizadas. Merecem destaque aqui dois desdobramentos dessa crença em um retorno a uma vida mais simples e primitiva como o melhor antídoto para os males do mundo moderno, excessivamente refinado e civilizado.

Em primeiro lugar, como mostra o historiador Mark David Spence, as expressões culturais românticas da idéia de *wilderness* - nas artes plásticas e na literatura - na primeira metade do século XIX, nos Estados Unidos, incluíam os povos indígenas. Ele observa que os povos indígenas constituíam uma presença conspícua na paisagem *natural* pintada e descrita nesse período. O pintor George Catlin (1796-1872), tido pela maioria dos historiadores como o primeiro a expressar a idéia mesma de um "parque da nação", em sua viagem pelo rio Missouri, em 1832, estaria refletindo idéias contemporâneas sobre a relação entre *wild lands* e *native peoples* quando propôs o seu *nation's Park*. Apesar de estar ciente de que o seu sucesso futuro como pintor derivaria, em parte, da natureza efêmera do seu objeto, ele manifestou a esperança de que a região pela qual viajava pudesse ser excluída do desenvolvimento, para inspirar futuras gerações de pintores e viajantes - "cidadãos refinados" -, à medida que estes se vissem cada vez mais isolados da "pristine wildness and beauty".

> [that these realms] might in the future be seen (by some great protecting policy of government) preserved in their pristine beauty and wildness, in a *magnificent park*, where the world could see for ages to come the native Indian in his classic attire, galloping his wild horse [...] amid the fleeting herd of elks and buffaloes. What a beautiful and thrilling specimen of America to preserve and hold up to the view of her refined citizens and the world, in future ages! A *nation's Park*,

[46] Baltrusaitis, em um de seus ensaios dedicados ao "mecanismo da morfologia lendária", vai revigorar o significado da arquitetura gótica pela homologia que estabelece entre a catedral cristalina e a arquitetura silvestre das florestas e árvores seculares dos países em que surgiu: "a catedral cristalina reproduz o milagre da flora"; "é a imagem de um mundo vivo"; "a catedral gótica é uma Cidade de Deus silvestre" (Baltrusaitis 1999, 151 e ss.). Talvez esteja aí uma das mais antigas associações a explicar o tratamento de certas áreas "naturais" protegidas como "santuários".

> containing man and beast, in all the wild and freshness of their nature's beauty" [Catlin *apud* Spence 1999, 10; ênfases no original de Catlin].

A idéia de que, incluindo *man and beast* em um parque protegido, se estaria preservando uma amostra, um exemplar, um espécime da América em sua beleza prístina, é central aqui e ecoa até hoje em inúmeras glosas aos parques nacionais e reservas equivalentes em diversos países - uma visão normativa do que era, é ou deveria ser o país profundo. Importa destacar também os beneficiários da preservação e da exibição dessa unidade representativa: os "cidadãos refinados" do país e o mundo. Spence adverte-nos de que, ao contrário da concepção de uma *wilderness* vazia, deserta e desabitada - que corresponde a um desenvolvimento ulterior, a uma transição nas concepções norte-americanas em torno da *wilderness* mesma -, os povos indígenas faziam parte da paisagem. Ele recorda, inclusive, que, originalmente, se falava de e se viajava para experimentar a *Indian wilderness*, à qual estavam associadas a idéia já referida do nativo como expressão perfeita da humanidade, livre das condições opressivas da sociedade civilizada. Mesmo quando Thoreau, 25 anos depois de Catlin, sugere a criação de *national preserves*, a presença do ameríndio ainda é notável.

> Why should not we ... have our national preserves ... in which bear and panther, and some even of the hunter race, may still exist, and not be "civilized off the face of the earth" ... for inspiration and true re-creation? Or should we, like villains, grub them all up for poaching on our national domains? [*apud* Huth 1948, 52].

Os índios (*the hunter race*) aparecem ao lado de ursos e panteras como objetos do esforço de preservação nacional, em áreas geridas para fins de inspiração e recreação verdadeira. "Re-criação", escreve Thoreau para designar algo mais que um simples entretenimento, mas, sim, um ócio produtivo, um deixar-se levar para um renascimento de si - em contato com a *Indian wilderness*. Ademais, Thoreau já dá testemunho dos conflitos por recursos, no caso, animais cinegéticos: a quem pertence a caça? À raça de caçadores ou ao domínio público?

Spence observa que não se concebia então *wilderness* e índios como separados. Ao contrário, um dos aspectos mais distintamente americanos da *wilderness* em telas e escritos desse período era a presença de povos nativos em paisagens "naturais".

> Since the colonial era, Anglo-American conceptions of native peoples and wilderness had operated within the framework of a self-reciprocating maxim: forests were wild because Indians and beasts lived there, and Indians were wild because they lived in the forests [Spence 1999, 10].

Cabe esclarecer, contudo, que Spence, longe de valorizar acriticamente a concepção de *wilderness* humanizada, evidente na primeira metade do século XIX, vai assinalar a visão a-histórica e indiferenciada dos índios que ela trazia. "Catlin's vision of 'classic' Indians grossly ignored the cultural dynamism of native societies, and his park would have created a monstrous combination of outdoor museum, human zoo, and wild animal park" (11)[47]. Ademais, ele revela como a concepção de *wilderness* despovoada foi viabilizada e efetivamente concretizada por meio de uma política explícita de expropriação territorial e reassentamento forçado de povos nativos. Spence se esforça por tratar sociologicamente a história dos parques nacionais norte-americanos inserindo-a no contexto dos primórdios da política de reservas indígenas, no que ele vai chamar de "dual 'island' system of nature preserves and Indian reservations" (3).

O outro vínculo entre a crítica à vida urbana e industrial, o primitivismo romântico e o fervor nacionalista para o qual gostaria de chamar atenção - e que vai ganhar uma formulação acadêmica clássica na última década do século XIX - refere-se ao que se convencionou chamar de "mito da fronteira". De acordo com Nash, a valorização da fronteira e do *frontier way of life* pode ser interpretada como expressão de mudanças simultaneamente morfológicas e intelectuais na sociedade americana do último quartel do século XIX. A industrialização e a urbanização mudaram o eixo de gravidade do país do campo - por sua vez, já caracterizado pela agricultura mecanizada pouco intensiva em trabalho - para a cidade. Este processo foi acompanhado por uma mudança de temperamento, atitude e disposição quanto ao futuro do país entre os seus "cidadãos refinados", marcada por dúvidas, incertezas e um pessimismo generalizados. Indicador desta mudança é o modo como muitas das conotações pejorativas da *wilderness* foram transferidas para o ambiente urbano-industrial: *the city wilderness*. A percepção crescente de que a fronteira estava desaparecendo e a civilização estava tomando conta de todo o país, teria provocado uma reavaliação das condições de vida rústicas dos pioneiros (Nash 1982, 143 e ss.): "Pioneering [...] came to be regarded as important not only for spearheading the advance of civilization but also for bringing Americans into contact with the primitive" (145).

Esta conexão entre viver na *wilderness* - como Muir optou por fazer na Sierra da Califórnia - e o desenvolvimento dos valores e traços culturais americanos desejáveis

[47] Combinação semelhante baseou as propostas originais de criação de parques nacionais como o Xingu e o Araguaia (cf. 2.2.4).

recebeu um tratamento acadêmico clássico pelo historiador Frederick Jackson Turner, que em 1896 escreveu:

> Out of his wilderness experience, out of the freedom of his opportunities, he [the American] fashioned a formula for social regeneration – the freedom of the individual to seek his own [*apud* Nash 1982, 146]

Sob o impacto das estatísticas do censo de 1890, Turner declarou que a fronteira havia desaparecido e, com isto, tinha se fechado o primeiro ciclo da história americana (Cronon 1996, 76). Cronon resume o argumento central de Turner quanto a este período findo da história americana.

> As Turner described the process, easterners and Europeans immigrants, in moving to the wild unsettled lands of the frontier, shed the trappings of civilization, rediscovered their primitive racial energies, reinvented direct democratic institutions, and thereby reinfused themselves with a vigor, an independence, and a creativity that were the source of American democracy and national character [76].

Assim, a experiência e o modo de vida na fronteira não apenas fizeram do americano um ser diferente do europeu, mas melhor que este. Para Nash, Turner acreditava que a democracia era um produto da floresta: "Living in the wilderness, 'the return to primitive conditions', fostered individualism, independence, and confidence in the common man that encouraged self-governance" (Nash 1982, 146). Como observa Cronon, assim concebidas, as "terras selvagens" tornam-se um lugar não só de redenção religiosa, mas de regeneração nacional – "the quintessential location for experiencing what it meant to be an American" (Cronon 1996, 76).

Estamos aqui bem próximos da formulação de Conrad Wirth sobre os parques nacionais norte-americanos que serve de epígrafe a esta seção. Se, como argumenta Turner, as terras incultas foram tão cruciais na formação da nação, então, como observa Cronon, dever-se-iam conservar seus últimos remanescentes como monumentos do passado americano e como apólice de seguros para proteger o futuro do país (76). Nash oferece a mesma interpretação, ao caracterizar o escotismo e o crescente interesse popular pela preservação de quinhões da *wilderness* americana como respostas à necessidade de reter a sua influência formativa na América moderna (Nash 1982, 147). Esse sentimento de nostalgia, resultante do crescente reconhecimento coletivo do desaparecimento do ambiente da fronteira na última década do século XIX, foi um dos responsáveis pelo tardio reconhecimento dos valores dos primeiros parques federais (Yellowstone) e estaduais (Yosemite, Andirondack, Hot Springs) como *wilderness*.

Destarte, a concepção de *wilderness* como um lugar desprovido de vestígios humanos, virgem, em que se poderia ver a nação em seu estado original, prístino, e experimentar os mesmos sentimentos e emoções dos pioneiros, corresponde a um desenvolvimento ideológico posterior, vinculado a uma expressão historicamente específica do nacionalismo norte-americano na segunda metade do século XIX, em que a paisagem natural despovoada ocupou um lugar central. Como vimos com Spence, o movimento pelo estabelecimento dos primeiros parques estaduais e federais no oeste americano caminhou *pari passu* com as derradeiras guerras movidas contra os ameríndios. A remoção forçada destes, no intuito de permitir aos turistas e visitantes da costa leste gozar com segurança a ilusão de uma *wilderness* desabitada, mostra-nos quão forjada, inventada e fundada nos valores da civilização de que se queria escapar é a *wilderness* americana (Cronon 1996, 79). É assim que as alegorias da redenção religiosa e da regeneração nacional em contato com a *wilderness* se encontram com essa cruel e tardia variação do primitivismo romântico, qual seja: a política explícita de reassentamento forçado de povos indígenas, que ampara a ilusão de contato com uma natureza prístina e de retorno a uma vida mais simples e primitiva - desta feita, distante dos primitivos - como o melhor antídoto para os males do mundo moderno.

Vinculados ao pessimismo face à vida urbana e industrial e às terapias criadas para remediá-lo, esses desenvolvimentos também estão estreitamente ligados ao fervor nacionalista característico do que vários autores vão chamar de “ansiedade pós-colonial” (cf. Nash 1982, cap. 4, Buell 1995, cap. 2, Runte 1997, cap. 1) – última faceta para a qual gostaria de chamar atenção neste item.

O crítico Laurence Buell sugere que a canonização romântica da natureza propiciou a cidadãos angustiados um meio de converter uma desvantagem aparentemente irreparável - o subdesenvolvimento cultural de uma jovem nação - em um benefício (Buell 1995, 56). Nash, bem antes de Buell, já sugeria que, enquanto o romantismo criava na nova nação americana um clima em que a *wilderness* podia ser apreciada, a independência política originou outra importante fonte de entusiasmo.

> Creation of a distinctive culture was thought to be the mark of true nationhood. Americans sought something uniquely “American” yet valuable enough to transform embarrassed provincials into proud and confident citizens. Difficulties appeared at once. The nation’s short history, weak traditions, and minor literary and artistic achievements. […] But in at least one respect Americans sensed that their country was different: wilderness had no counterpart in the Old World [Nash 1982, 67]

Spence argumenta na mesma linha que a *wilderness* operou como importante referente para os defensores da pátria, que se sentiram forçados a refutar as alegações européias de que a paisagem norte-americana era imperfeita, fundamentalmente por carecer de associações históricas antigas e paisagens bucólicas refinadas (Spence 1999, 12). O pintor Thomas Cole, um dos fundadores da Hudson River School de paisagistas, já tinha se manifestado em 1836, em passagem recorrentemente citada pelos autores que se debruçaram sobre o tema, que

> Though American scenery is destitute of many of those circumstances that give value to the European, still it has features, and glorious ones, unknown to Europe [...] the most distinctive and perhaps the most impressive characteristic of American scenery is its wildness [*apud* Nash 1970, 727-8; 1982, 67; e Spence 1999, 12]

Runte, por sua vez, advoga que a história da preservação nos Estados Unidos nasceu não de uma compulsão por proteger a natureza em e por si mesma, mas de uma preocupação em oferecer um sentido e uma direção adicionais à cultura americana (Runte 1984b, 72). Para ele, o incentivo à idéia de parque nacional repousaria na persistência de um "painfully felt desire for time-honored traditions" (Runte 1997, 11). A criação dos parques ter-se-ia originado de um certo sentido ou vontade de compensação face aos "world-renowned cultural achievements" que faltavam aos Estados Unidos. Em contraste com os países que podiam traçar suas origens à antigüidade - "the storied cultures and landmarks of Europe" -, os Estados Unidos, especialmente em sua infância como país, careciam de uma herança artística e literária longeva, bem como de grandes monumentos de criação artística e literária (Runte 1984b, 57).

Em resposta às constantes farpas sobre essas deficiências disparadas por críticos do Velho Mundo, em meados do século passado, muitos americanos adotaram as maravilhas do oeste (*the wonderlands of the West*) como substitutos para "the man-made marks of achievements". Runte cita um conjunto de descrições muito similares das *Western wonders* nas quais intelectuais, jornalistas e nacionalistas em geral reafirmavam para si e para os seus leitores, que os Estados Unidos da América tinham, sim, algo singular com o que contribuir para a cultura universal. Tanto quanto Thoreau, Emerson e outros fomentaram o apreço pela paisagem e pela *wilderness* em plano intelectualmente mais sofisticado, publicistas de orientação mais prosaica, ao apresentar aos seus leitores as cenas do oeste distante, despertaram o apoio pela preservação. Para

Runte, o sucesso de muitos deles confirma a importância da imprensa popular em estabelecer as fundações da idéia de parque nacional[48].

Uma indicação de quão penetrante era a ansiedade cultural nos Estados Unidos daqueles dias, segundo Runte, era a prática comum entre os autores de descrever as maravilhas do oeste, ao tempo em que desdenhavam as suas correlatas no exterior. Horace Greely, ao escrever em seu jornal para uma circulação chegando aos 300.000 exemplares, em 1859, sobre o vale de Yosemite, descreveu-o como a mais singular e majestosa das maravilhas naturais, que nenhuma outra na Terra poderia superar. Nem uma única paisagem em todos os Alpes suíços - termo de comparação trivial, posto que destinação corriqueira dos americanos abastados - chegava aos pés de sua "majestic and impressive beauty". Para eclipsar o vale, "only the whole of Switzerland" (*apud* Runte 1997, 20). Ao referir-se às sequóias gigantes do bosque de Mariposa, ao sul do vale, definiu-as como "an antiquity worth of the United States" (*apud* Runte 1984b, 58).

O reverendo Thomas Starr King, em um da série de artigos sobre o mesmo vale que apareceu no *Boston Evening Transcript*, em 1861, escreveu: "nowhere among the Alps, in no pass of the Andes, and in no canyon of the mighty Oregon range [...] is there such stupendous rock scenery". Quiçá só os enormes desfiladeiros do Himalaia poderiam desafiar os cimos e despenhadeiros da Sierra Nevada (*apud* Runte 1997, 20-1).

O inspetor e explorador Clarence King, embora graduado em Yale, teria rejeitado, debaixo das árvores gigantes da Sierra, em 1864, a assertiva trivial de que a cultura procedia apenas de artefatos feitos pela mão humana. Em vez disso, ele teria descoberto as qualidades da estabilidade e da continuidade no "vast bulk and grand, pillar-like stateliness" das grandes árvores. Estas, observou King, teriam começado a crescer antes da era cristã. "[No] fragment of human work, broken pillar or sand-worn image half lifted over pathetic desert - none of these link the past and to-day with anything like *the power of these monuments of living antiquity*" (*apud* Runte 1997, 20-1; ênfase minha). Runte adverte que Horace Greely, apropriando-se da efígie das sequóias gigantes, já tinha antecipado, cinco anos antes, o argumento de King, ao assegurar aos seus leitores que as árvores

[48] Entre os que ele cita estão Samuel Bowles, editor do *Springfield* (Mass.) *Republican* (com uma circulação expressiva, indo até o vale do rio Mississipi), Horace Greely, proprietário e editor do *New York Tribune* (com uma circulação nacional de 290.000 exemplares), o reverendo Thomas Starr King, cujos artigos sobre o vale de Yosemite, na Sierra Nevada, na Califórnia, apareceram em 1860 no *Boston Evening Transcript*, e o explorador e inspetor Clarence King, ex-aluno da Universidade de Yale.

> were of very substantial size when David danced before the ark, when Salomon laid the foundations of the Temple, when Theseus ruled in Athens, when Aeneas fled from the burning wreck of vanquished Troy [...] and when Sestrosis led his victorious Egyptians into the heart of Asia [*apud* Runte 1997, 22].

É interessante notar as referências de Greely a eventos da Grécia e Roma antigas, e da tradição judaico-cristã, como a sugerir que as sequóias gigantes e o relevo escarpado do oeste americano evocavam um passado tão ou mais remoto. Para esses autores, os Estados Unidos possuíam a sua própria pretensão à antiguidade, com a diferença de que o seu passado deveria ser medido em "green old age" - termos de King. Os americanos encontrariam as suas ruínas antigas e os seus vínculos com o passado nos monumentos da natureza, não nos monumentos do homem. No que concerne às árvores gigantes, King argumentava que, como "monumentos vivos", elas constituíam vínculos ao passado superiores aos artefatos natureza-morta, porque elas estariam crescendo largas e altas por séculos à frente (Runte 1997, 22).

"Geological - and hence metaphysical - monumentality", segundo a especulação de Baudrillard. Em seu livro sobre a América, escrito mais de um século após as manifestações supracitadas, o filósofo francês externou o seu arrebatamento diante da paisagem do oeste, com seu relevo abrupto e escarpado, e do deserto.

> Upturned relief patterns, sculpted out by wind, water, and ice, dragging you down into the whirlpool of time, into the remorseless eternity of a slow-motion catastrophe. The very idea of the millions and hundred of millions of years that were needed peacefully to ravage the surface of the earth is here a perverse one, since it brings with it an awareness of signs originating, long before man appeared, in a sort of pact of wear and erosion struck between the elements. Among this gigantic heap of signs - purely geological in essence - man will have had no significance. The Indians perhaps interpreted them - a few of them. And yet they *are* signs [Baudrillard 1989, 3; ênfase no original].

O arrebatamento reflexivo do filósofo francês contemporâneo torna explícita e ajuda a traduzir a atitude de pensamento dos autores que citamos anteriormente - a percepção de que estavam diante de signos que se teriam originado antes mesmo do advento da humanidade, portanto, signos que precedem a própria ação de semiotização, de projeção de sentido, de produção de significados. Um colossal amontoado de signos, resultante do pacto entre a durabilidade e a erosão, que produz esse "efeito de monumentalidade, geometria e arquitetura onde nada foi desenhado ou planejado" (Baudrillard 1989, 8)[49]. Daí porque, insiste Runte, o monumentalismo cênico – e não o

[49] No dizer do título de um artigo de uma estudiosa das paisagens românticas norte-americanas: "Man hath no part in this glorious work" (Bárbara Packer *apud* Buell 1995, 450).

ambientalismo – foi o ímpeto encorajador da criação dos primeiros parques nacionais no oeste americano (Runte 1997, 29 e ss.).

Um *monumentum*, define Jacques Le Goff (1985, 95), "é um sinal do passado"[50]:

> é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [e que] sobrevive [graças a] uma *escolha* efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores [Le Goff 1985, 95; ênfase minha].

Entre as características do monumento, sugere Le Goff, está "o ligar-se ao *poder de perpetuação, voluntária ou involuntária*, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)" (id. ibid. ênfase minha). Antes de serem "qualquer coisa que fica por conta do passado, [são produtos] da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (102). Resultam, assim, "do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias" (103).

Destarte, a paisagem monumental do oeste americano suscitava, para os americanos *savant* de meados do século XIX, a efígie de um país cuja tradição e enraizamento culturais se projetavam para trás numa escala de tempo geológico[51]. Mais ainda, como vimos há pouco, uma paisagem em contato com a qual se nutria o desenvolvimento dos valores e traços culturais americanos peculiares, proporcionando uma experiência de regeneração nacional - fazendo do americano um ser diferente e melhor do que o europeu. Se a vida na paisagem inóspita da fronteira oeste promoveu os valores que alicerçam a democracia americana, a proteção de seus derradeiros remanescentes implica verdadeiro processo de monumentalização desses espaços – produção coletiva, mais ou menos consciente e/ou voluntária, segundo as relações de forças hegemônicas em uma dada conjuntura, visando impor ao futuro determinada imagem de uma dada sociedade.

---

[50] Le Goff remete a palavra latina *monumentum* à "raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', donde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'" (Le Goff 1985, 95).

[51] Buell (1995, 56) observa, contudo, que nem todos os escritores norte-americanos do período se sensibilizaram tanto pelo nacionalismo nem sentiram tanto entusiasmo pela *wilderness*. Segundo ele, o nacionalismo literário foi mais vigorosamente promovido por uma minoria estridente: "that fraction of Anglo-American male writers who held that American writing ought to differ sharply from European"; e que mesmo este grupo não era nacionalista tempo integral - dando a entender que existiam diferenças de filigrana entre esses autores e em distintos momentos da produção de cada um.

2.2. O Experimento Brasileiro: o problema florestal e os parques nacionais como documentário e espécimes do país

Como vimos no proêmio deste capítulo, a formulação seminal da idéia de parque nacional no Brasil, de autoria de André Rebouças, inspira-se diretamente na experiência americana, com todas as tonalidades utilitaristas e intervencionistas face ao ambiente natural - à vista dos números do turismo dever-se-ia cercar das maiores comodidades possíveis todos os prodígios naturais do país, propôs Rebouças. A incorporação dessa influência, contudo, cruzará com o desdobramento da tradição do "ambientalismo político" no Brasil, da qual Rebouças é um expoente característico do Segundo Império.

2.2.1. Colonialismo e ambientalismo: a crítica ecológico-política, os jardins e hortos botânicos e os passeios públicos.

De acordo com o cientista político e historiador ambiental José Augusto Pádua, pode-se falar em uma autêntica - e relativamente autônoma - "tradição de reflexão ecológico-política no Brasil" desde o último quarto do século XVIII até o início do século XX. Ele propõe isso por identificar um considerável grau de homogeneidade básica em amplo universo de autores, dado pelas seguintes características comuns: clara permanência de uma motivação política e um enfoque progressista, evidente continuidade temática e epistemológica, continuidade de referências externas fundamentais (Lineu, Buffon, Humboldt e Vandelli), a existência de dinâmicas fortes de transmissão interna que definem a difusão horizontal - associativista ou não - do debate teórico e o caráter "bovarista", i. é., eminentemente teórico e discursivo da "ecologia política original no Brasil".

Em seus estudos sobre a "tradição original" do "pensamento ecológico-político" no Brasil, Pádua (1987, 1997a e b, 1999) sugere que o sentido inicial e fundador desta tradição de reflexão - que teria marcado profundamente toda a sua evolução posterior - foi sempre o de colocar a questão do projeto nacional e do sentido histórico do país na relação com o seu espaço vital - as suas "fontes de vida", diria Alberto Torres já tardiamente neste século (Torres 1990 [1915]). Mais recentemente, Pádua optou pela expressão "ambientalismo político" (1999) para designar esse "tipo de reflexão social", caracterizada por enfocar a importância das relações entre uma sociedade e o seu espaço natural, e discutir essas relações com ênfase na sua relevância para a constituição, sobrevivência e destino da sociedade (cf. nota de rodapé n° 2). Segundo Pádua, os pressupostos comuns adotados pelos autores que analisa podem ser resumidos em

quatro pontos centrais:

> 1) O principal valor do ambiente natural é instrumental, repousando na sua importância para o progresso da sociedade humana [...] *não faz[endo] sentido isolá-lo da dinâmica econômica e social, preservando-o como uma ilha intocável*; 2) A destruição deste mesmo ambiente, conseqüência de práticas ignorantes e descuidadas, é politicamente inaceitável, pois causa danos consideráveis à sociedade e, no limite, ameaça a sua própria sobrevivência; 3) Esta conservação necessária do meio natural, e dos seus recursos, pode e deve ser conciliada com o progresso da economia e da sociedade. A aplicação da racionalidade científica às práticas produtivas é o caminho para esta conciliação; 4) A modernidade ocidental, e sua tecnologia, não é danosa ao meio ambiente. A destruição deste último decorre da persistência de práticas arcaicas e atrasadas (especialmente intensa em países como o Brasil). A modernização ao estilo ocidental [...] é o caminho para a sobrevivência ecológica [Pádua 1997a, 357; ênfase minha].

Semeada por "pensadores racionalistas e pragmáticos formados na herança iluminista" (especialmente a variante lusitana), a "crítica ecológico-política" é caracteristicamente "antropocêntrica, cientificista e progressista". A defesa do meio natural não se justifica por motivos éticos e/ou estéticos universais, mas, sim, pela "sua importância para a construção nacional, para a sobrevivência e desenvolvimento da sociedade brasileira". O que estava em jogo era "o valor instrumental da natureza para a sociedade nacional", os recursos naturais sendo definidos como "o grande trunfo para o progresso futuro do país". Daí porque deveriam "ser utilizados de forma racional e cuidadosa" e não de acordo com as "práticas e tecnologias rudimentares herdadas do passado colonial". A "modernização tecnológica e operacional da economia" era defendida como o caminho para "a sanidade ambiental do país" (Pádua 1999, 514).

Considerando que o ideário ilustrado foi introduzido em Portugal pelo próprio Estado, "promovido como parte de um projeto semi-oficial de modernização cultural e econômica" - o que implicou uma variante peninsular do iluminismo continental -, não é de se estranhar que os autores críticos do caráter ambientalmente destrutivo da formação colonial brasileira só reconhecessem uma saída: a ação do poder público. O Estado era concebido como expressão do esclarecimento e da racionalidade, o agente privilegiado da racionalidade pública, das reformas e da condução mesma de um projeto civilizatório - fundado numa análise supostamente racional dos dilemas socionaturais do país.

É nos marcos desse quadro que se devem compreender as primeiras sugestões no sentido de regular a apropriação dos recursos naturais e criar reservas - entre as quais, parques nacionais - no Brasil. Essas propostas foram feitas, via de regra, ou por cientistas estrangeiros radicados no Brasil, ou por brasileiros com formação acadêmica e

científica no exterior, tendo como epicentro a Universidade de Coimbra posterior à reforma pombalina de 1772. Antes de passar à consideração dessas propostas, todavia, convém situar a apreciação de Pádua dentro de um esforço analítico mais amplo, que tem o historiador Richard Grove como epicentro.

Grove oferece uma interpretação do moderno ambientalismo como tendo suas raízes no empreendimento colonial. De acordo com ele, "early environmental concerns, and critiques of the impact of economic forces on tropical environments in particular, emerged as a corollary of, and in some sense as a contradiction to, the history of the mental and material colonization of the world by Europeans" (Grove 1995, 2). A expansão dos horizontes territoriais e culturais – por meio do contato com novas sociedades - e a suscetibilidade ambiental de muitos ecossistemas insulares - a noção de um Éden insular degradado e envenenado - teriam constituído os elementos-chaves da mudança intelectual que gerou o novo tipo de consciência ambiental global com a qual convivemos hoje. Contraditando as interpretações correntes sobre a emergência do "ambientalismo moderno", que vêem neste uma resposta especificamente local - européia e anglo-americana - às condições da industrialização ocidental, Grove afirma, a partir das evidências disponíveis, que as sementes do conservacionismo moderno desenvolveram-se como uma parte integral do encontro Europeu com os trópicos e as classificações e interpretações locais do mundo natural e seu simbolismo (id. ibid., 3 e ss.).

Interessa-nos, sobremaneira, o fato de Grove chamar atenção - contra algumas interpretações simplistas - para a natureza essencialmente heterogênea e ambivalente da situação colonial: a abertura, pelo menos até meados do século XIX, às agendas freqüentemente radicais do "lobby científico", num período de grande incerteza sobre o papel e a segurança da *colonial rule* no longo prazo; o fato do empreendimento colonial ter colaborado não só para criar uma conjuntura que conduziu ao pensamento analítico rigoroso sobre os processos de mudança ecológica, bem como sobre o potencial para novas formas de controle da terra; e, não menos importante, o fato do papel conservacionista pioneiro do estado colonial ter fornecido controles sobre as operações de capital dirigidas ao ganho de curto prazo (id. ibid., 7)[52].

Os sistemas coloniais de conservação de recursos naturais desenvolvidos no

---

[52] "Ultimately, *the long-term economic security of the state, which any ecological crisis threatened to undermine, counted politically far more* than the short term interests of private capital bent on ecologically destructive transformation. Indeed, the absolutist nature of colonial rule encouraged the introduction of interventionist forms of land management that, at the time, would have been very difficult to impose in Europe" (Grove 1995, 7; ênfase minha).

sudeste asiático, Austrália, África e, mais tarde, na América do Norte, tinham, para Grove, um conteúdo simultaneamente científico e ideológico. Na segunda metade do século XVIII, a conservação das florestas e os métodos associados de reassentamento forçado foram, freqüentemente, motivos de forte opressão aos povos autóctones e constituíram uma forma bastante conveniente de controle social – como vimos com Spence para o caso dos parques nacionais no oeste norte-americano. Isso explica, para Grove, porque, na formação de muitos dos primeiros movimentos nacionalistas antiimperialistas, a resistência às estruturas de conservação colonial foi um elemento central (12).

A análise de Grove limita-se às experiências coloniais inglesa, francesa e holandesa. Ele deixa de fora a especificidade da empresa colonial ibérica na América, desconsiderando a oposição estabelecida por historiadores e geógrafos entre "colônia de povoamento" - característica da experiência anglo-americana - e "colônia de exploração" - característica do empreendimento luso-americano (cf. Costa 1988, 15). Outros analistas, ainda, caracterizam não propriamente como colonização, mas "feitorização" - termo derivado da expressão feitorias (cf. Dean 1996). Contudo, Pádua se apropria do vínculo profundo que Grove reconhece entre colonialismo e ambientalismo, como hipótese de trabalho para compreender as propostas e iniciativas conservacionistas no Brasil.

Pádua não só concorda com Grove, quando este situa as colônias tropicais como o espaço no qual germinou a semente da moderna sensibilidade ambiental, como reforça o seu argumento, ao contextualizar o surgimento da "tradição original da ecologia política brasileira" nesse processo mais amplo; todavia, ele singulariza o "caso brasileiro". Nas situações analisadas por Grove, a reflexão sobre os dilemas postos pela exploração do mundo natural era desenvolvida no seio mesmo das companhias de comércio e por indivíduos oriundos das metrópoles colonizadoras. Ele realça a presença crescente de cientistas profissionais e comentadores ambientais - médicos cirurgiões e curadores dos jardins botânicos coloniais - na estrutura administrativa e hierárquica das companhias de comércio coloniais - tanto maior à proporção que o investimento em comércio passa a expandir-se na direção de aquisições territoriais (Grove 1995, 8)[53].

No Brasil, ao contrário, Pádua adverte que a reflexão ambiental foi cultivada por intelectuais nascidos na colônia, membros da elite local educados na Europa, alguns dos

[53] Assim sendo, é possível identificar desde cedo a vinculação entre propósitos comerciais e a necessidade de conhecer floras, faunas e geologias não familiares, entre desenvolvimento e conservação, entre exercício do poder e florescimento do saber; bem como ampliar a compreensão da *reprise d'initiative* dos povos autóctones, incorporando essa dimensão de expropriação territorial e de erosão dos direitos implicada nas intervenções conservacionistas.

quais usaram o tema da destruição ambiental como argumento de crítica à empresa colonial lusitana e de defesa da independência (Pádua 1999, 503). É nesse ambiente do último quarto do século XVIII, que brotam algumas das primeiras propostas para a conservação das matas e para o estabelecimento de reservas florestais.

Um dos que avançou propostas nesse sentido foi Baltasar da Silva Lisboa - irmão mais moço de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, tido como pai do liberalismo brasileiro - em1786, em uma obra que Pádua considera fundamental para demarcar o surgimento desta tradição intelectual: o *Discurso Histórico, Político e Econômico dos Progressos e Estado Atual da Filosofia Natural Portuguesa, Acompanhado de Algumas Reflexões sobre o Estado do Brasil*, em que já se encontram motes que foram retomados contemporaneamente[54]. Nomeado em maio de 1797 para o cargo de ouvidor da comarca de Ilhéus e juiz conservador de suas matas – função que ocupou até 1818 e que lhe possibilitou realizar estudos de mapeamento geográfico e inventários florísticos da Mata Atlântica regional -, protagonizou um conflito com setores da elite local em virtude dos procedimentos que estabeleceu para a conservação e o uso das matas. Seu mais eloqüente opositor foi José de Sá Bittencourt e Accioli, porta-voz intelectual dos proprietários locais, que, em 1799, publicou as suas *Observações sobre o Plano Feito para a Conservação das Matas da Capitania da Bahia*, defendendo abertamente o direito de propriedade e a necessidade de encontrar uma "justa proporção" entre a conservação florestal e os desmatamentos necessários ao progresso econômico (523-4).

Baltasar Lisboa retrucou com sua *Crítica à Refutação do Plano dos Cortes de Madeira*, em que defendia a primazia do interesse público sobre os interesses particulares, numa visão da conservação das florestas bem próxima da tradição pombalina de intervencionismo estatal. Seu argumento fundamentava-se na tese da razão de estado - embora, observa Pádua, o autor mesmo não usasse esta expressão. Tratava-se de garantir madeira para os arsenais, pois eram os navios de guerra que sustentavam a independência e o poder do trono. Todos os setores da sociedade dependeriam desses alicerces, incluindo os proprietários que estavam reclamando das

[54] Tais como o da utilidade fundamental dos índios como fonte de informação sobre a natureza tropical brasileira, o protesto contra as práticas predatórias vigentes no trato com os animais domésticos e silvestres, e a alegação de que as minas deveriam ser dirigidas por magistrados filósofos. Cumpre observar que o respeito que ele dedica ao conhecimento empírico dos indígenas e aos animais é vazado em termos essencialmente pragmáticos, pois leva em consideração a utilidade potencial da natureza brasileira (Pádua 1999, 516-7). Note-se o importante potencial de exploração mineral que ele identifica na Serra dos Órgãos, em cuja região, um século e meio mais tarde, criar-se-ia o Parque Nacional homônimo.

medidas conservacionistas. Baltasar Lisboa chegou até a lançar mão de antigas leis do absolutismo português, como o chamado "Regimento do Monteiro-Mor" de 1605, que estabelecia o controle da coroa sobre os bosques com o objetivo de preservar a caça - e que, por ilação, poderia ser empregado na preservação das próprias florestas. Como adverte Pádua, o problema primário para Baltasar Lisboa era o da segurança e sobrevivência da comunidade política (524-5).

Outro a propor ações nesse sentido foi José Gregório de Moraes Navarro - formado em direito pela Universidade de Coimbra (1778-1782) -, em seu opúsculo intitulado *Discurso sobre o Melhoramento da Economia Rústica no Brasil*, de 1799. Tendo servido como juiz de fora em Paracatu do Príncipe, nos sertões ocidentais da capitania de Minas Gerais, e sendo encarregado da instalação oficial daquela vila em 1798, o autor formalizou em seu *Discurso* "suas reflexões sobre o contraste entre a generosidade da terra e a ingratidão dos homens que agem continuamente no sentido de 'destruir e aniquilar as suas naturais produções'" (1999, 498)[55]. Interessa-nos salientar a dimensão da "busca [por] um progresso econômico que possa conviver de forma equilibrada com o meio natural" (Pádua 1999,500), pois é este o contexto no qual emerge uma proposta fundamental do seu projeto de modernização da "economia rústica da colônia": a conservação das matas e o estabelecimento de reservas florestais.

Esta medida surge em conjunto com duas outras, cuja adoção poderia induzir uma renovação benfazeja da vida econômica e social e aumentar a produtividade da agricultura na colônia: a introdução do arado - "para recuperar o solo desgastado e dotar a agricultura de um sentido de permanência" e enraizamento - e a reforma das fornalhas - pela qual se aumentaria a produtividade dos engenhos e se iniciaria a conservação das matas, reduzindo o excessivo consumo de lenha fomentado pela tecnologia rudimentar. O conjunto dessas medidas expressava o entendimento de Navarro, segundo o qual "era possível conhecer o uso 'mais próprio e natural de cada terreno' e agir no sentido de 'ajudar a fecundidade da terra'" (Pádua - *d'après* Navarro - 1999, 500)[56].

---

[55] Para uma discussão mais detida das influências intelectuais e da matriz teórica do projeto de Navarro - a sensibilidade arcadista e a economia política fisiocrática, com a sua leitura agrarista do ideal de progresso da Ilustração - e do modo como ele pensa a relação entre a tendência à destrutividade ambiental dos seres humanos e a Terra - definida como potência benéfica e criadora em sentido abstrato -, deve-se ler os trabalhos de Pádua.

[56] Esta concepção vinculava-se diretamente aos movimentos pelos quais se julgava que o progresso da agricultura brasileira passaria: a promoção da "aclimatação" de espécies exóticas com valor econômico potencial e o estudo da natureza colonial, investigando a utilidade econômica de espécies nativas ainda desconhecidas – temas centrais da agenda econômica de fins do século XVIII, segundo Grove e Pádua.

A conservação das matas prosseguiria, para Navarro, por meio do plantio de frutíferas, palmitos, plantas medicinais e árvores de crescimento rápido - capazes de produzir em poucos anos lenha, esteios, postes, mourões e tudo o mais que se fizesse necessário para a iniciativa agrícola. Os arvoredos próximos do mar e de rios navegáveis deveriam ser conservados para o "provimento das madeiras necessárias aos navios e usos públicos", devendo ser demarcados e guardados como "patrimônio público do estado". Por fim, pequenos bosques deveriam ser conservados junto às cidades e vilas "para o provimento das lenhas e madeiras necessárias para usos domésticos e públicos", devendo "ser considerados como patrimônio público, arrendados e administrados por conta dos conselhos" (Navarro *apud* Pádua 1999, 501).

Baltasar Lisboa e Navarro são apenas dois de um conjunto maior de autores que produziram os primeiros escritos do "ambientalismo político". Dos elementos frisados por Pádua, cabe reter e enfatizar a orientação essencialmente pragmática, a vinculação entre propósitos comerciais e a necessidade de conhecer floras, faunas e geologias não familiares, e a apreensão com o destino da comunidade política. Pádua observa que estas preocupações não se restringiram ao espaço acadêmico e à razão especulativa, tendo influenciado tomadas de decisão de alguns dirigentes políticos metropolitanos. Algumas destas decisões conduziram à proposição e à criação das primeiras áreas protegidas, seja na forma de hortos e/ou jardins botânicos, reservas florestais, etc.

Já assinalamos que a promoção da "aclimatação" de espécies exóticas com valor econômico potencial e o estudo da natureza colonial – i. é, da utilidade econômica das espécies nativas ainda desconhecidas - foram temas centrais da agenda econômica de fins do século XVIII e percursos pelos quais se julgava que o progresso da agricultura brasileira passaria. Segawa – num trabalho em que ensaia estabelecer vínculos entre a perspectiva fisiocrata e a consolidação de passeios públicos nas principais cidades brasileiras ao longo do século XIX - vai sublinhar que as primeiras tentativas da coroa portuguesa de organizar hortos e jardins botânicos no Brasil estão estreitamente relacionadas com essa agenda do final do século XVIII.

> A iniciativa tinha um caráter científico, agrícola e econômico: o objetivo era implementar hortos botânicos em que se pudessem aclimatar plantas úteis ao desenvolvimento do comércio de especiarias na Europa e ampliar o conhecimento sobre novas variedades nativas que pudessem competir com as culturas tradicionais cultivadas no Oriente [Segawa 1996, 109-10].

Na conjuntura de "debate internacional sobre a importância política dos recursos naturais" (Pádua 1999, 510), uma das orientações da coroa portuguesa em fins do século

XVIII foi fomentar o conhecimento sobre as possibilidades das floras local e exótica das colônias - “o binômio conhecimento científico/aplicação prática no âmbito das ciências naturais” (Segawa 1996, 113). Destacou-se como um dos grandes executores dessa política o ministro da Marinha e Ultramar entre 1796 e 1801, D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, cujas idéias “sobre a conveniência de promover uma federalização do império luso - tendo o Brasil como sede da Coroa - aumentaram ainda mais suas preocupações com o destino do território brasileiro” (Pádua 1999, 510) e fizeram-no publicar, cerca de 1797, uma *Memória sobre o melhoramento dos domínios de S. M^e^ na América*. Em 1800, Souza Coutinho envia carta de instruções a Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, antes deste ser nomeado Intendente Geral das Minas e Diamantes em Minas Gerais e Serro do Frio, em que o incumbe de um conjunto de tarefas ilustrativas da atmosfera da época: fazer prospecções em distritos onde pudesse haver novas minas; trabalhar com o jardim botânico local - ver a seguir - para aclimatar a fruta-pão do Pará; incentivar, pela introdução de novas tecnologias, os cultivos da pimenta, da canela, do cânhamo, da mandioca e do açúcar; enfrentar o problema da destruição florestal em Cairu; e ter “sempre presente aquele princípio de eterna verdade que Minas e Bosques necessitam ser regulados por princípios científicos, em que se ache calculada a sua utilidade geral e não abandonados aos interesses particulares” (Coutinho *apud* Pádua 1999, 511). Como observa o mesmo Pádua, “preparar o Brasil para a futura sede do Império exigia que se superasse a exploração bruta e rudimentar que dominou a sua formação colonial” (510).

“Nesse contexto de especulações naturalistas e econômicas” - termos de Segawa - e poder-se-ia acrescentar – com Pádua - de preocupação com os destinos da sociedade política, destacam-se duas resoluções: a Carta Régia de 7 de novembro de 1796 e o Aviso Régio de 19 de novembro de 1798, a primeira dirigida ao governador do Pará e o segundo expedido aos capitães-generais das capitanias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, determinando a organização de estabelecimentos botânicos voltados para o intercâmbio de plantas úteis à economia portuguesa. A precedência do Pará justifica-se pela posição estratégia da capitania em relação ao interesse naturalista e à circunstância da Amazônia como objeto de exploração botânica e geológica sistemática, a que se agrega a atividade precedente de reconhecimento das drogas de domínio dos indígenas amazônicos (Segawa 1996, 113). A experiência do Horto/Jardim Botânico/ Passeio Público de Belém abriu caminho para a ordenação de recintos com a mesma

finalidade e tendo aquele como modelo e repertório de plantas[57]. Seguiu-se o Passeio Público de Salvador, os Jardins Botânicos de Pernambuco, Ouro Preto, São Paulo e Rio de Janeiro, e o Passeio Público de Curitiba.

Segawa observa que nenhuma das propostas de organização de jardins botânicos visava a algum usufruto público, salvo o acesso eventual de interessados em conhecer cultivos de vegetais economicamente significativos. "Todavia – ressalta – a característica física do recinto botânico em vários casos ensejou metamorfoses [poder-se-ia dizer conversões] ou associações oportunas a um público mais amplo" (148) – de que todos os jardins botânicos/passeios públicos são exemplos.

O botânico João Barbosa Rodrigues, por exemplo, ao assumir a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1890, esforçou-se por reorganizar as atividades científicas do recinto, que ele havia encontrado como um jardim de recreio. O mesmo Barbosa Rodrigues observa que, ao tempo em que o rei D. João zelou pelo sítio, o Real Horto era "inteiramente privado e particular [constituindo] o passeio favorito do regente". A abertura do recinto para visitantes deu-se no primeiro reinado, desde que com a permissão do seu diretor e acompanhados por praças. Embora oficialmente designado Jardim Botânico em 1819, o primeiro efetivo conhecedor de botânica a assumir a sua direção (junto com a do Passeio Público) foi frei Leandro do Sacramento, em 1823. Segawa observa que este momento auspicioso de iniciativas concretas de organização física e atuação científica e técnica durou pouco, até a morte de frei Leandro em 1829, quando, então, o sítio se teria debilitado como estabelecimento científico e se acendido como área de recreação, até a nomeação de Barbosa Rodrigues. Este se propôs a "moralizar" o jardim e a recompô-lo como "um terreno da ciência", pois percebia uma clara incompatibilidade entre um sítio com finalidades científicas e um lugar de entretenimento (cf. Segawa 1996, 138 e ss.).

Segawa indaga se, no fundamento desse movimento pendular entre estabelecimento científico e área de recreação, não estaria o próprio Iluminismo, posto que "está na base ideológica em que se assentou a fisiocracia e o movimento de valorização das ciências naturais, como também na origem dos espaços ajardinados dirigidos ao usufruto público – ao gosto do ideário da Revolução Francesa" (149). Ele

[57] Segawa, baseado em historiadores portugueses, adverte que teria havido especulações no sentido de implantar jardins botânicos também no Maranhão, em Goa e Moçambique (1996, 113). Destaque-se também que, nessa esfera, o império luso estava muito atrasado. Na vizinha Guiana, certamente não a principal colônia da França, já estava concretizado desde o início do século XVIII o jardim botânico conhecido como La Gabrielle (Dean 1996, 126; Pádua 1999, 505).

especula que o motivo primordial do abandono deliberado de recintos como o Passeio Público do Rio de Janeiro seria o temor da coroa portuguesa diante da possibilidade de disseminação dos valores revolucionários na colônia, “insumo para tentativas de insurreição e independência” (149). O fato é que esta tensão constitutiva dos jardins botânicos/passeios públicos - com tudo o que ela traz embutida - é a mesma que vamos encontrar na contenda entre uso público e pesquisa científica nas UCs já neste século.

2.2.2. O “problema florestal brasileiro” e as primeiras reservas florestais.

Essa ambivalência também vai caracterizar aquela que é tida como a primeira tentativa oficial de conservação, qual seja, o reflorestamento das Serras da Carioca e da Tijuca, “serranias costeiras” da Planície Costeira fluminense, efetivamente iniciado em 1862 por iniciativa do segundo império.

Há indicações de que “desde 1658 já se falava na defesa das florestas para proteção dos mananciais, havendo representações populares contra intrusos e moradores que degradavam as terras e tornavam impuras as águas” (IBDF 1981, 9) dos pequenos rios da insulada Serra da Carioca – principalmente o Carioca e o Maracanã - de que os habitantes da cidade dependiam, quase que exclusivamente, para o seu abastecimento. Até meados do século XIX, o suprimento de água potável era assegurado por um sistema de bicas e chafarizes públicos alimentado principalmente pelo rio Carioca. Drummond adverte, todavia, que as florestas nativas dos terrenos mais altos teriam permanecido “virtualmente intocadas [até mesmo pelos índios] até 1750”, a Serra da Carioca constituindo uma verdadeira “fronteira florestada imediata da cidade do Rio de Janeiro, ainda em meados do século XVIII” (Drummond 1997b, 214).

As florestas das encostas mais suaves da Serra (Gávea, Grajaú, Catumbi, Santa Tereza, Rio Comprido, Andaraí, Jacarepaguá, etc.) teriam sido as primeiras do Brasil a sofrer devastação em larga escala para dar lugar a grandes cafezais, ainda antes de 1800. Nos termos de Drummond, coube à Serra, “uma autêntica ‘ilha montanhosa’ florestada [...], o papel de área de experimentação para a grande cafeicultura montanhesa fluminense do século XIX” (215). Além de ter sido tomada por lucrativas fazendas de café pertencentes à elite nativa, a área da Serra tornou-se uma atraente opção de moradia para os integrantes da extensa “família real”, que transmigrou para o Rio de Janeiro em 1808, provocando “um crescimento populacional instantâneo da ordem de 25%” (215).

Os sinais de desgaste ambiental não demoraram a se fazer sentir, especialmente

na forma de crises no abastecimento de água potável. A condição sanitária da corte era particularmente grave, atacada periodicamente por surtos de cólera e febre amarela. Alguns especulavam que a perda da cobertura florestal primária adjacente, em especial do mangue que outrora margeava a baía de Guanabara, teria de algum modo provocado essa calamidade. Outros iam mais longe, teorizando que as árvores atraíam raios, o que purificava a atmosfera, donde, inexistindo árvores em que cair, produzia-se uma desordem atmosférica que inibia a precipitação normal[58]. A crescente precariedade sanitária e ambiental da capital, somada às agudas crises de suprimento de água durante as secas, teriam persuadido o governo imperial a investir recursos em um programa de reflorestamento – pois a culpa das crises de abastecimento foi posta no desmatamento das cabeceiras, seja para o plantio de café, seja para o fornecimento de madeira de construção, lenha e carvão vegetal para os habitantes da cidade.

Em 1817 e 1818, Dom João VI, ainda vivendo na cidade, baixou dois Decretos Reais: um determinando o fim do corte de árvores junto a mananciais e às margens de riachos próximos à capital, e outro ordenando a avaliação de terras de particulares com o intuito de adquiri-las para a administração governamental, visando preservar os rios ameaçados (IBDF 1981, 9 e Drummond 1997b, 216). Em 1833, quando a cidade foi atingida por uma seca severa, criou-se uma Reserva de Florestas, por meio da Decisão Imperial nº 429, o mesmo ocorrendo durante a Regência, por um Decreto em 1837 (IBDF 1981, 9), aparentemente sem efeito prático (Drummond 1997b, 220). Depois de uma nova grande seca, em 1844, o Ministro do Império, que administrava a cidade, Almeida Torres, retomou a idéia dos decretos de Dom João e propôs a desapropriação e a aquisição de terras particulares próximas aos mananciais e cursos d'água com o objetivo de reflorestá-las (Drummond 1997b, 217 e IBDF 1981, 9).

A partir de então, uma série de decisões de recuperação florestal foi deflagrada. Entre 1845 e 1848, o governo imperial iniciou um programa emergencial de replantio de árvores em terras particulares na Tijuca. Em 1856, alguns poucos sítios e propriedades foram desapropriados e adquiridos pelo governo no maciço da Tijuca e nas Paineiras[59].

---

[58] Grassava naquele período a teoria da dissecação, segundo a qual o desmatamento era a causa da seca e da elevação das temperaturas, e, conseqüentemente, das crises de suprimento de água - posto que os desmatamentos nas cabeceiras levavam ao esgotamento dos cursos d'água - e do agravamento das condições gerais de saúde da população.

[59] As desapropriações só vieram em 1856, quase 40 anos depois dos Decretos Reais de Dom João. Segundo Drummond, foi necessária a interferência de um influente morador da "Tijuca Imperial" e amigo pessoal do Imperador, Luis Pedreira do Couto Ferraz, mais tarde Visconde do Bom Retiro, para apressar a recuperação florestal da área. Foi na sua gestão de Ministro do Império que se fez a avaliação de terras particulares a serem adquiridas. "Assim, o replantio da Floresta da Tijuca dependeu de um 'jeitinho', ou

Em 27 de setembro de 1860, pela Lei nº 1.114, foram desapropriadas as nascentes de águas necessárias para o abastecimento da cidade. Até que, em 1861, são criadas as Florestas da Tijuca e das Paineiras e em 11 de dezembro, pela Decisão nº 577, o recém-criado Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, para quem havia sido transferida a gestão do abastecimento de água, baixa "instruções provisórias" para a administração das terras adquiridas. Elas determinavam o "plantio regular de árvores" naquelas duas florestas, baseado num "sistema de mudas" de "espécies nativas" e estabeleciam a sua insignificante estrutura administrativa: um administrador, um feitor e uma turma de escravos para cada uma. Essas medidas foram complementadas em 1862 pelas Decisões de nº 7 e nº 18, de 22 de janeiro e 19 de fevereiro, respectivamente, proibindo os desmatamentos (Drummond 1997b, 221 e IBDF 1981, 9).

Note-se que a "Tijuca Imperial", nome extra-oficial da área após 1822, permaneceu, ao longo desse período, um refúgio permanente de ricos e poderosos contra o calor e a insalubridade do Rio de Janeiro. O crédito principal pela execução das instruções de reposição da cobertura florestal coube a um proprietário local, Manuel Gomes Archer, que administrou a Floresta da Tijuca de dezembro de 1861 até 1874, quando se demitiu do posto. Não possuindo qualquer instrução formal em botânica ou manejo florestal, ele supervisionou uma força de trabalho composta de um capataz e uma média de dez escravos, que plantaram e cuidaram de cerca de 72 mil mudas - das quais 62 mil árvores teriam sobrevivido -, e alguns guardas florestais, que impediram a caça, o corte e/ou remoção das árvores (Drummond 1997b, 221 e ss.).

Há interpretações contemporâneas divergentes sobre o trabalho de Archer, bem como daqueles que o sucederam na administração da floresta – entre os quais se destaca Gastão d'Escragnolle. Drummond afirma que ele "mostrou ser o homem talhado para a tarefa de recuperar as florestas" e define a Floresta da Tijuca como "a primeira e ainda a maior experiência de reflorestamento tropical e de múltiplas espécies nativas realizadas em qualquer parte do mundo" (1997b, 222). Antes ele já a havia definido como resultado de uma "bem sucedida série de políticas governamentais de preservação e recuperação do meio ambiente" e de "medidas políticas e administrativas deliberadas e de longo prazo" (1988, 276). Ainda segundo ele, vários aspectos fizeram do trabalho de Archer "uma experiência pioneira e ainda única na ciência e na tecnologia do manejo de florestas tropicais" (1997 b, 223): o ritmo de plantação, o índice de sobrevivência e o

---

seja, da influência de relações privadas na esfera pública" (Drummond 1997b, 220). Veremos que o mesmo ocorreu em outros momentos na deflagração de esforços conservacionistas no Brasil.

emprego preferencial de espécies nativas (223 e ss.), além de uma hipotética distribuição das espécies plantadas de acordo com o seu suposto "conhecimento da distribuição natural das espécies nos diversos estágios de sucessão e de maturidade da floresta tropical nativa" (222)[60].

Segundo Drummond, "transformar a floresta num local de lazer e recreação" teria sido idéia de Escragnolle, descendente de família francesa tradicionalmente residente na Tijuca, o qual assumiu o posto de administrador da Floresta da Tijuca de 1877 a 1887. Nesse "seu projeto aparentemente pessoal de abrir estradas, parques, belvederes, chafarizes, trilhas, pontes e lagos artificiais na Floresta da Tijuca", ele teria sido auxiliado pelo naturalista e paisagista francês, Auguste F. M. Glaziou – um dos muitos estrangeiros a explorar a Serra de Itatiaia e que trabalhou também na remodelação do Passeio Público, no paisagismo do Campo de Santana e do Palácio Imperial de São Cristóvão, "até hoje duas das mais densamente arborizadas áreas baixas da cidade" (227; cf. tb. Segawa 1996, 170 e ss.).

O historiador americano Warren Dean, contudo, parece identificar uma continuidade entre as gestões de Archer e Escragnolle. Segundo ele, o caráter geral do empreendimento teria sido determinado fortemente pelo desejo da elite citadina por um refúgio florestado nas serras, longe da febre amarela e da insalubridade urbana. Ou seja - aqui outra vez -, o trabalho de ambos ter-se-ia dirigido não tanto para restaurar a floresta primitiva, mas igualmente para incrementar uma paisagem planejada na forma de um parque. Donde o aspecto que tomou a Floresta da Tijuca, de "parque suburbano, nas franjas da capital Imperial, destinado ao lazer da população urbana em geral" – conceito este que, entende Drummond, foi o "antecedente mais importante para o estabelecimento do Parque Nacional da Tijuca" em 1961 (Drummond 1997b, 228). Sobre o reflorestamento das Serras da Carioca e da Tijuca, Dean comenta:

> This modest but highly visible experiment in reforestation was not only an indication of the awakening consciousness of the urban elites to the precariousness of their artificial environment and the need to manage it in behalf of social tranquility and indeed of their own comfort, safety and health. It was also a small sign of the state's reviving will to manage the natural environment. This was nevertheless *an awkward beginning*. It had been carried out by amateurs whose methods were altogether empirical and who were subordinate to an undifferentiated and mostly unconcerned bureaucracy [Dean 1996, 225; ênfase minha].

---

[60] Archer usava mudas – não sementes, nem árvores já crescidas - originárias da vizinha Floresta das Paineiras, da sua fazenda em Guaratiba, onde tinha um criadouro, e do Jardim Botânico, de onde extraiu as de espécies exóticas – considerando a função aclimatadora do Jardim e que as "instruções provisórias" previam o uso de mudas daquele recinto botânico (Drummond 1997b, 223).

É assim que chegamos ao fim do século XIX com uma coleção dispersa e desarticulada de hortos e jardins botânicos mistos de passeios públicos, entregues às administrações provinciais e estaduais, duas florestas e outras tantas terras públicas na capital consideradas reservas florestais, sujeitas a inúmeras mudanças de jurisdição ao longo de meio século[61], e uma iniciativa de reflorestamento indicativa da crescente preocupação das elites com o desmatamento e a conservação das matas. Considerando o padrão energético em que o país se assentava, a urbanização crescente e a expansão das comunicações, em especial, a ampliação da rede de telégrafos e da malha ferroviária que acompanhou o avanço da monocultura cafeeira, a questão dos estoques madeireiros assumiu grande importância. O desmatamento e a conservação das matas foram gradativamente se configurando num *problema*, em meio aos debates nas associações e sociedades científicas e culturais características do "associativismo cultural voluntário", que marcou a organização do trabalho intelectual no Brasil monárquico.

Teria contribuído para isso, segundo Dean, a maior solidez alcançada pelo "*establishment* científico" após a Guerra do Paraguai. Entre as realizações mais significativas dessa "fase inicial de reforma nas ciências naturais" no Brasil, Dean destaca a gestão de Ladislau de Souza Mello Netto, um botânico de formação francesa, à frente do Museu Nacional, e a atuação de Alberto Loefgren, botânico suíço que chegou ao Brasil em uma expedição de coleta e foi contratado para dirigir as Seções de Meteorologia e Botânica da Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo.

Segundo Dean, as iniciativas de Netto teriam incluído quase todas as idéias que hoje inspiram a pesquisa botânica econômica nos trópicos. Sua preocupação era proteger da extinção as espécies da flora medicinal nativa, cuja eficácia ele se propunha a testar, de modo a expandir o seu uso. Na versão publicada de uma comunicação sua à Sociedade Botânica Francesa em 1865, fez questão de incluir a interpelação do renomado Charles Victor Naudin – de que se criassem reservas florestais em cada província do Império para preservar as espécies florestais úteis (Dean 1996, 229-30).

Loefgren também foi um ativo defensor das florestas. A Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo, cujas seções de Botânica e Meteorologia ele foi

[61] De 1874 até data indefinida, a Floresta da Tijuca e outras terras públicas vizinhas foram consideradas reservas florestais manejadas pelo Ministério da Agricultura. De outra data também não especificada até 1941, elas ficaram subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde. Em 1941, Decreto-lei devolveu a responsabilidade sobre a Floresta ao Ministério da Agricultura, desta feita ao Serviço Florestal Federal – a mesma repartição que administrava, então, os três parques nacionais existentes no Brasil. Daí para frente sucederam várias mudanças de jurisdição (Drummond 1997b, 229 e ss.).

contratado para dirigir, havia sido criada ao tempo do Império, quando São Paulo ainda era uma província, para explorar as terras públicas disponíveis que ainda restavam e apoiar a instalação de ferrovias. Em resposta às críticas de setores intelectualizados da classe média urbana, preocupados com a devastação produzida pela expansão das ferrovias, o governo do estado buscou criar e renovar as instituições estaduais contratando técnicos e cientistas formados nas melhores escolas estrangeiras. Assim, em 1896, a Seção Botânica da Comissão foi alojada na florestada serra da Cantareira, ao norte da capital. A serra se constituiu, assim, na primeira reserva florestal estadual, cujo objetivo principal, como a da Tijuca, era proteger as cabeceiras dos mananciais que abasteciam o reservatório da cidade. Os estudos de Loefgren levaram-no a concluir que o desmatamento era o responsável pela mudança climática e que o reflorestamento era o remédio necessário e inevitável. Segundo Dean, pela força de argumentos e das conexões de Loefgren com a elite *terrateniente*, a Seção de Botânica que dirigia foi redesenhada como Serviço Florestal e Botânico do estado e elevado ao mesmo status da Comissão. As atribuições do Serviço consistiam em conservar, explorar melhor e promover o reflorestamento das florestas. Loefgren fez campanha não só pela criação de um serviço e de um código florestal nacionais, bem como de reservas florestais e parques nacionais. Inspirado nas notícias sobre o Dia da Árvore nos E.U.A., celebrado pela primeira vez em 1882, ele liderou a primeira celebração do Dia da Árvore no Brasil, em Araras, em 1902, na presença do governador e vice-governador do estado. Seus esforços, contudo, não foram suficientes para persuadir o governo e a legislatura a tomarem qualquer medida concreta para proteger as florestas primárias remanescentes no estado (Dean 1996, 232 e ss.).

O Museu Paulista, outra importante instituição criada neste período, mais precisamente em 1895, teve a sua direção entregue a Hermann von Ihering, que fundou, em 1910, a Estação Biológica do Alto da Serra, “o primeiro passo de propaganda prática, no interesse do estudo e da conservação das matas”. O estabelecimento “foi [...] oferecido [por Ihering] como presente ao governo do Estado, para ser anexado ao Museu”, mas as despesas de custeio correram todas por sua conta ainda durante algum tempo (Ihering 1911, 488-89). Nesta mesma conferência na Universidade Popular de Piracicaba, ele discorre sobre os três problemas que, para ele, compunham a questão da conservação das matas: (i) o fornecimento de lenha e/ou combustível; (ii) a extração de madeira de lei e outros produtos; e (iii) a defesa dos mananciais dos rios e ribeiras, no interesse do clima e do abastecimento de água (Ihering 1911, 494 e ss.). Ihering não via

a hora de se iniciar a floresticultura oficial no Brasil, por meio da criação de diversos institutos de silvicultura (495), e apresenta ao final da conferência um "programa para a organização do serviço florestal no Brasil" (498 e ss.), em que recomenda "manter-se em cada Estado *reservas florestais* nas quais será proibida a caça e a retirada de madeira e plantas" – matas estas que, "uma vez criadas, serão mantidas para sempre como verdadeiros *santuários da flora nacional*" (499 e ss.; ênfase minha).

Dean assinala uma contradição estrutural na situação desses cientistas. Servidores públicos empregados dessas novas instituições, cujo mandato mesmo de eficiência os levou a brandir a bandeira da conservação. Membros de uma emergente classe média e de origem imigrante, eles experimentavam uma relação conflituosa com o governo que os empregava, dominado pelos grandes proprietários de terra – cujas inclinações especulativas, técnicas de manejo dilapidadoras e zelosa atenção aos direitos de propriedade, criavam obstáculos à implementação de políticas conservacionistas. De todo modo, o chamamento desses autores nos jornais locais pela conservação das florestas foi abraçado por setores da classe média urbana, irritados sobretudo com os elevados preços de varejo da madeira para construção e combustível, em meio a uma economia cafeeira que estava sofrendo, depois de 1900, grande depressão (Dean 1996, 232 e 235). Isso teria estimulado a iniciativa privada.

Entre as "pessoas e corporações científicas que se empenha[ra]m na propaganda em favor das matas", Ihering e A. J. Sampaio - botânico do Museu Nacional - concedem destaque espacial à Companhia Paulista de Vias Férreas – "a quem toca entre nós a glória da iniciativa prática", segundo Ihering (1911, 488). Em 1904, não se sabe se para aplacar as críticas dirigidas à imprevidência ambiental da Companhia ou para arranjar um emprego conveniente para o sobrinho, o presidente da Cia. - Antônio Prado, ex-Ministro da Agricultura do Império, que colaborou na criação do Instituto Agronômico de Campinas em 1887 - contratou Edmundo Navarro de Andrade para estabelecer um reserva florestal. Tido por A. J. Sampaio como "precursor da silvicultura racional no Brasil", Navarro de Andrade estabeleceu várias estações experimentais onde testou cerca de cem espécies nativas e exóticas sob diferentes condições, para determinar as que produziam lenha combustível e dormentes de qualidade o mais rapidamente. Iniciado em 1904 com cerca de 16 mil árvores, o Serviço Florestal da Cia. contava em 1923 com cerca de 10 milhões de árvores e oito hortos florestais - Jundiaí, Boa Vista, Rebouças, Tatu, Cordeiro, Rio Claro, Camacã e Loreto - com grandes plantações de distintas variedades de eucaliptos com o fim especial de obter lenha combustível e

dormentes (cf. Dean 1996, 236 e ss. e Sampaio 1926, 96 e ss.). Desnecessário dizer (cf. Dean 1996 e Sampaio 1926) que essas iniciativas sempre ficaram muito aquém de suprir a demanda de madeira para dormentes, lenha combustível, postes e madeira de lei para a construção, razão pela qual os estoques naturais sempre permaneceram sendo sistematicamente explorados para esse fim.

Ihering cita também a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), o que nos dá a oportunidade de dissertar um pouco mais sobre o contexto histórico e o significado mais amplo das propostas de conservação das matas, e, conseqüentemente, sobre a definição do *problema florestal brasileiro* ou alternativamente sobre *o problema da árvore, o problema da conservação das matas*, etc.

Em livro sobre o "ruralismo brasileiro", Mendonça define a SNA como uma "sociedade de classe vinculada a segmentos não hegemônicos da classe proprietária agrária do período, com ampla representatividade nacional", a qual desempenhou os papéis de instância organizativa dos proprietários rurais de menor peso, de agência de propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante, de órgão de consulta e prestação de serviços aos associados e de instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos (Mendonça 1997, 15 e 50). Entendendo o ruralismo como um "*movimento político* de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil" e estendendo também o termo "aos conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele participaram" (Mendonça 1997, 10; ênfase no original), Mendonça vai procurar mapear as bases sociais e a representatividade da SNA, suas demandas e formas de atuação, o diagnóstico que efetua do mundo rural e os seus projetos de superação da *crise*, ou melhor, do *atraso* – considerando ser o "ruralismo" uma reação de parte dos setores da classe proprietária que ratificava a vocação agrícola do país num contexto de bruscas mudanças.

Além da importância do associativismo como forma de organização e representação de interesses - sobre o que já falamos ao dissertar sobre o ambientalismo político - e dos congressos como fóruns de formação de consenso, importa notar duas das cinco bandeiras capazes de promover a *regeneração da agricultura nacional* identificadas por Mendonça: a criação de uma agência do aparelho de Estado permeável às demandas daqueles grupos e a modernização da agricultura pela difusão do ensino técnico e da mecanização (50). Chama atenção, em especial o diagnóstico do atraso que

partilham com os precursores do ambientalismo político, a defesa de intervenções modernizantes e da diversificação produtiva, e o papel pedagógico que atribuem ao ensino técnico agrícola – iniciativas que levariam a agricultura nacional a um novo padrão de desempenho.

Nada muito distinto do diagnóstico e das soluções propugnadas pelos que defendiam a conservação das matas, em suas tentativas de persuadir o poder público a enfrentar a questão. Não por acaso, um dos expoentes teóricos do *ruralismo*, Alberto Torres, é um dos mais expressivos formuladores do *ambientalismo político*. Ambas as perspectivas estão ancoradas em uma orientação fisiocrática e em certo nacionalismo econômico. Torres vai vincular explicitamente o problema florestal/da árvore/do desmatamento/do reflorestamento à questão agrícola/agronômica, de assegurar as condições naturais para o bom desempenho da agricultura.

> *O problema do reflorestamento*, o da restauração das fontes naturais e o da conservação e distribuição das águas são, em nosso país, problemas fundamentais, extraordinários, mais importantes que o da viação comum [...]. É o primeiro, um grande e complexo serviço a empreender, equivalente, pela sua importância, às obras de irrigação do Egito e da Mesopotâmia; *a mais imperiosa e urgente necessidade da constituição cósmica deste país; condição da vida do seu povo, da sanidade do seu solo, da produtividade da suas terras* – obra capaz (se empreendida desde já e com a generalidade e a energia que o caso demanda) de estancar, dentro em cinco anos, o esgotamento dos mananciais, e de repor as zonas produtivas do país, em menos de 20, no estado em que se achavam há 30 anos passados; necessidade que, protelada deste momento, pode surpreender-nos, de um ano para outro, com a emergência de secas e fomes, capazes de aniquilar massas extensa da população [Torres 1990 (1915), 12; ênfases minhas].

Já era assim com Ihering, que lembrava a importância da defesa dos mananciais dos rios e ribeiras, em benefício do clima, do abastecimento de água e da fixação dos solos. Permanecerá assim século adentro, com A. J. Sampaio, que, em um “relatório sucinto visando a Fitotecnia e a Fitogeografia, apresentado ao Congresso Internacional de Silvicultura de Roma”, em 1926 , definiu o conjunto de ações que constitui “o problema da árvore do Brasil”: (i) a cultura racional e moderada de florestas nativas, com intuito de defesa e conservação da flora e da fauna indígenas; (ii) a exploração racional e intensiva das florestas nativas, com replantios, tendendo à homogeneização; (iii) a cultura de essências nacionais e exóticas em florestas homogêneas; e (iv) a cultura florestal de bosques e parques, visando à arquitetura paisagística, em benefício da salubridade, do conforto e como atrativo (Sampaio 1926, 96). Ele faz isso depois de considerar longamente a produção florestal para a exportação - mate, borracha, madeiras, fibras, raízes, ceras, resinas, castanhas e cocos - e para o consumo interno -

madeiras de construção e de obras, dormentes para as vias férreas, lenha e carvão vegetal para combustível, postes, estacas, moirões de cerca e cascas tanantes. Trata-se, para ele, de buscar o equilíbrio entre os objetivos da produção intensa e da eficiente conservação da flora nativa, posto que "desde a arboricultura de ornamento até a silvicultura, a árvore se apresenta como um elemento, um fator econômico, ecológico e social da maior relevância" (id. ibid.).

No referido relatório, Sampaio recomendava o estudo dos recursos florestais do país e expressava uma preocupação defensiva da florística natural. Escrevendo cinco anos após a criação do Serviço Florestal, que se deu em 1921, preocupa-o sobremaneira a consolidação de uma estatística florestal confiável que permitisse calcular a demanda madeireira para diversos fins. Destacava a necessidade de uma organização a um tempo defensiva e propulsora do desenvolvimento do patrimônio florestal a explorar. Nessa linha, interessava-o, em especial, duas coisas: por um lado, estabelecer coeficientes florestais mínimos para atender à demanda de madeira e às "necessidades da população de um Estrado evoluído"; por outro, definir um mínimo florestal não destinado à exploração intensa para cada propriedade agrária, de tal sorte a que os proprietários agrícolas pudessem calcular os plantios que lhes seria útil realizar para prover as suas necessidades de madeira para construção, lenha para fornalhas, moirões para cerca e outros fins (Sampaio 1926, 122).

A formulação de Sampaio referente a um "mínimo florestal" por propriedade agrária é uma das elaborações seminais da idéia de "reserva legal", que viria a ser consagrada nos Códigos Florestais de 1934 e 1965. A concepção por detrás dela era de que a propriedade agrária pudesse internalizar todos os fatores e supostos da sua produção, aí incluída uma reserva de mata que pudesse ser manejada – o termo não existia – para garantir o suprimento perene de madeira. Considerando as formulações de Torres sobre o sertanejo, tudo se passa como se a superação do problema florestal passasse pela generalização do modelo do sítio camponês autônomo.

Dois elementos merecem destaque nas formulações desse período. O primeiro é o elemento integrador das distintas categorias territoriais criadas juntos com o Serviço Florestal. Sejam as "florestas protetoras", sejam as "reservas florestais", sejam os "parques nacionais", é a árvore que opera como fator, simultaneamente, "econômico, ecológico e social". A árvore é o elemento a unificar as distintas propostas de criação de espaços territoriais especialmente protegidos e a serem geridos pelo Poder Público em prol do bem comum.

O segundo é a explícita preocupação pedagógica e formativa. As propostas de desenvolvimento da silvicultura e da arboricultura em nível superior e do ensino dessas matérias nas escolas primárias são legião nesse período. Se, como sugere Mendonça, o ensino profissional agrícola constituiria a pedagogia da civilização (Mendonça 1997, 89 e ss.), o ensino da silvicultura e da arboricultura formariam o seu necessário complemento: a mentalidade reflorestadora, propugnada por Monteiro Lobato. É assim que pululam nas escolas das grandes capitais os clubes de amigos da natureza e os parques escolares, "onde as crianças aprendem a amar a Natureza, no trato das árvores" (Sampaio 1933, 45). Sampaio também menciona celebrações do dia da árvore em escolas rurais modelos em diferentes pontos do país, mostrando a interface silvicultura e agronomia que caracterizará o ensino superior dessas disciplinas no Brasil.

Sendo a árvore esse operador metonímico, não é de se estranhar que aquela que é tida como a primeira área protegida tenha sido a Reserva Florestal do Acre, criada em 1911, dez anos antes do próprio Serviço Florestal e, portanto, da menção explícita a essa categoria em uma norma legal. A reservas florestais eram definidas como relicários da flora e da fauna nativas, de modo muito semelhante a como pensamos hoje em termos de repositórios de material genético. Seu intuito era defender e conservar a flora e a fauna indígenas para que se pudesse se apoiar em seus estoques para reposição (cf. Garcia 1986).

Assim como nos EUA, no início do século XX, no Brasil, também temos a situação de uma pluralidade de categorias de espaços florestados protegidos geridos por diversas instâncias do Poder Público[62] e reservas de particulares: florestas nativas, florestas protetoras, reservas florestais, hortos florestais, jardins botânicos, estações biológicas, estações experimentais, postos zootécnicos, fazendas modelos etc. Ainda que nenhuma ameaça parecesse surgir dessa "anarquia administrativa", Sampaio, Ihering, Loefgren, Torres e outros ansiavam por uma codificação e disciplinarização do uso dessas áreas e desses recursos. Isso só veio a ocorrer na década de 1930.

2.2.3. Nacionalismo, recursos naturais e os primeiros parques

As décadas de 1920 e, principalmente, 1930 caracterizam-se por uma enorme

[62] O próprio Serviço Florestal, a Inspetoria de Águas e Obras Públicas do Ministério da Viação, os Jardins Botânicos estaduais e outros. Note-se que, segundo Dean (1996), o efeito imediato da criação do Serviço Florestal foi a troca da placa do Horto Botânico da capital federal, tendo ele se limitado, num primeiro momento, apenas a arborização da cidade. Ele teria o seu regimento interno aprovado apenas em 1928 e só paulatinamente ele estenderia a sua malha administrativa para abarcar os demais hortos botânicos do país para constituir uma rede.

produção legislativa e pela criação de um conjunto de instituições vinculadas à gestão dos recursos naturais (Dean 1996 e Drummond 1997a). O ano de 1921 marca a criação do Serviço Florestal e a primeira menção da categoria parque nacional num dispositivo legal. Em 1934, além de uma nova Constituição Federal, foram promulgados os primeiros "Códigos" Florestal, de Águas e Minas, e de Caça e Pesca. No mesmo ano, criou-se o Conselho Florestal Federal - por determinação do Código Florestal - e os Serviços de Saúde Vegetal e Animal, e de Irrigação e Reflorestamento do Ministério da Agricultura. Um ano antes havia se instituído a fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil (cf. Grupioni 1998).

A Constituição Federal de 1934 introduziu na legislação brasileira a categoria de *monumento público natural*, enquanto que o Código Florestal de 1934 introduziu a noção de *área reservada* - ainda que de forma limitada - reconhecendo naquele momento três categorias básicas: parques nacionais, florestas nacionais, estaduais e municipais, e florestas protetoras. A responsabilidade pela administração dessas áreas coube ao Serviço Florestal. Este foi criado em 1921 como "seção especial" do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com o objetivo de conservar, beneficiar, reconstituir, formar e aproveitar as florestas. Pelo Decreto-Lei nº 982 de 23.12.1938, o Serviço Florestal ficou subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Agricultura, sendo integrado pela então Segunda Seção do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal, qual seja, a de Reflorestamento e Hortos Florestais, e pelo Jardim Botânico do Instituto de Biologia Vegetal do mesmo Departamento. Percebe-se que o serviço Florestal, na verdade, reordenou administrativamente instituições pré-existentes. Em 1939, com a aprovação de seu regimento, teve a sua Seção de Parques Nacionais criada.

Pode-se dizer que esse conjunto de medidas suprareferido, proposto e adotado no governo Vargas, objetivava tanto uma ordenação territorial quanto uma estrita regulamentação do uso e da apropriação dos recursos naturais, colocados sob a propriedade do Estado. A "hemorragia legislativa" (Dean 1996) verificada nesse período expressaria uma tentativa de inibir a propriedade privada sobre os recursos naturais - flora, fauna, água e minérios - existentes no país, de dissociar o conjunto de recursos naturais do país das forças do livre mercado e teria sido influenciada por preceitos de uso racional dos recursos naturais (Drummond 1997a).

É importante sinalizar que essas medidas foram tomadas num contexto histórico e social de transição do liberalismo para a ampliação do papel do Estado na condução

da modernização capitalista do país e na articulação, centralizada e autoritária, de sua unidade nacional (Costa 1988, 45). Elas respondem, em parte, a demandas do meio científico e de setores da sociedade civil - clubes de excursionistas e associações de caráter diverso. Em 1934 a Sociedade dos Amigos da Árvore em pareceria com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres realizam a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, como forma de pressionar o governo pela promulgação do Código Florestal. Resultaram no fortalecimento - formal, pelo menos - do controle estatal sobre os recursos naturais.

Dean (1996) argumenta que, em termos da relação entre Estado e sociedade civil, tamanha produção legislativa e institucional teria provocado o refluxo da sociedade civil. Drummond (1997a), por sua vez, observa que o Estado, ao antecipar-se à capacidade de reivindicação da sociedade civil, tendeu a desmobilizar o exercício da cidadania no que concerne à gestão dos recursos naturais. A ciência, por sua vez, estava institucionalizada no aparelho de Estado. Assim sendo, o *lobby* científico sofria de limitações estruturais como força de pressão, pois, sendo as instituições científicas governamentais, os cientistas eram funcionários do Estado.

A segunda metade da década de 1930 também assistiu à organização da proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, e à criação dos três primeiros parques nacionais brasileiros: Itatiaia (1937), Iguaçu e Serra dos Órgãos (1939) - todos na região sudeste. A ênfase, sugere Dias (1994), concentrou-se na proteção de ecossistemas de grande valor estético e/ou cultural - os “monumentos públicos naturais”.

O Parque Nacional de Itatiaia é criado no mesmo ano em que se institui o Estado Novo Getulista e o seu caso parece exemplar dos parques criados nesse período no sudeste do país. Serrano advoga que a instalação do Parque apenas formaliza um estatuto para práticas já tradicionais na região do Itatiaia. Partindo da literatura francesa, ela se refere à “invenção” do Itatiaia, o lugar e o Parque, como “um processo que monumentaliza o seu espaço, distinguindo-o de outros através de um movimento silencioso de repetição, de um lento amadurecimento, de um ‘trabalho do imaginário social e da norma para torn[á-lo] próprio ao exercício de uma tecnologia’” (Serrano - *d’après* Michel Marié - 1993, 6). Sua etnografia é a de um processo de atribuição de sentidos ao espaço do Itatiaia e ao estar neste espaço, ou seja, da transformação de *espaço* em *lugar* (163).

Entre os “modos de conhecer e conquistar o Itatiaia”, “os diferentes momentos, artifícios e mediações da invenção do Itatiaia enquanto lugar exemplar da natureza”,

Serrano busca desde o aparecimento da região na corografia, na cartografia e na literatura científica, passando por um levantamento histórico das forma de ocupação do local ao longo do tempo, em que vestígios das atividades humanas anteriores à criação do parque são buscados até chegar ao movimento para a proteção do maciço (Serrano 1993, 7-8). Destacam-se, aí, as polêmicas em torno da altitude do pico e da sua ascensão por diferentes freqüentadores, e a sua apropriação como estação de lazer e de repouso curativo. Segundo ela, tratam-se de posturas e visões sobre a natureza e de um regime de freqüentação condizentes com as práticas e imagens rotineiramente associadas aos parques nacionais. É assim que ela observa, a partir de relatos e narrativas históricos, e de fichamento dos livros de visitantes, que muito antes da delimitação do Itatiaia como espaço protegido da intervenção humana pelo trabalho – ou seja, da sua transformação em parque nacional – é possível falar de "sua apropriação enquanto paisagem, lugar de lazer e virtudes curativas, e de estudo científico", ou seja, de diferentes modos de estar no Itatiaia e de múltiplos olhares sobre a montanha[63] (Serrano 1993, 114 a 116) que "preparam o terreno" para a criação do Parque.

Serrano observa que, no caso do Itatiaia, os argumentos em favor da criação do parque seguem uma linha diversa daquela verificável nos debates sobre a criação dos ParNas norte-americanos. A novidade é a ênfase sobre a relevância científica. É interessante notar que nas conferências e textos do jornalista austríaco José Hubmayer e de Paulo de Campos Porto, naturalista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, se enfatiza que seria de "grande alcance científico reservarem-se *terrenos desnecessários* ao Núcleo [ou Colônia] Itatiaia para o estabelecimento de um parque nacional" (*apud* Serrano 1993, 145-6; ênfases minhas). A semelhança dos proponentes dos primeiros parques norte-americanos, há um esforço por descaracterizar a importância econômica e utilitária imediata do Itatiaia.

Antes de tornar-se parque nacional, o Itatiaia foi uma reserva florestal – inexistindo documentação satisfatória que ajude a esclarecer quando e de que modo isso foi feito[64] - e depois uma estação biológica subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Serrano observa que isso vai dotar o lugar de características mistas de horto, jardim e reserva de recursos no sentido estrito do termo (149), mas onde, ao mesmo

---

[63] Já vimos como a imagem de montanha é especialmente significativa em termos da estética do transcendentalismo.

[64] O primeiro relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio a trazer informações sobre a Reserva Florestal do Itatiaia é o de 1922, onde se menciona a existência de dependências para estudos de biologia vegetal, aclimação em geral e silvicultura.

tempo, se verifica o surgimento e a consolidação de uma rotina turística (152) – como já sinalizamos para diversas outras áreas reservadas desde o século XIX

Serrano também não deixa de observar que a tradição oral sobre os primeiros tempos do parque guarda histórias sobre supostos interesses estratégicos que área teria tido para o movimento constitucionalista de 1932. O planalto do Itatiaia teria eventualmente "servido de posto de observação do movimento das tropas paulistas no Vale do Paraíba". Conta-se também da abertura de uma estrada dando acesso ao planalto para um possível plano de fuga de Vargas, envolvendo também a construção de uma barragem para pouso de hidroaviões (Serrano 1993, 154).

Enfim, a fundamentação do Decreto de criação deixa claro que, antes de ser baixado, já havia um parque "pronto", tanto em termos da sua invenção como lugar exemplar, quanto do ponto de vista da estrutura administrativa e das rotinas turística e científica. A criação também foi favorecida pelo que representava de "facilidade de execução" (Serrano 1993, 157). No caso do Itatiaia, portanto, segundo o argumento de Serrano, "a preexistência de uma situação efetiva de parque, traduzida no reconhecimento de seu valor simbólico, estético, lúdico e biológico" teria sido marcante em sua escolha como lugar a ser protegido, do mesmo modo que a situação de domínio público da quase totalidade de suas terras e o seu interesse estratégico (158-59).

Veremos no próximo capítulo que a criação das UCs de uso indireto na Amazônia brasileira diverge radicalmente desta situação. Ainda que se perceba – nos casos do Jaú e de Anavilhanas - sinais incipientes de apropriação localizada dessas áreas pela visitação turística e pela pesquisa científica, é a decretação delas que vai estabelecer a sua "vocação" – e não o oposto, como indica Serrano para o Itatiaia. A rigor o estabelecimento das UCs de uso indireto aqui enfocadas representa uma ruptura com as modalidades de apropriação tradicionalmente obtidas nas áreas em que se projetam. Trata-se, antes, como sugere Neumann (1998), de uma imposição de uma paisagem de consumo sobre uma paisagem de trabalho[65]. Essa mudanças já se mostram significativas na criação dos primeiros parques no Centro-Oeste do país.

[65] Justiça seja feita, Serrano também aponta, a partir dos registros nos livros de visitantes do ParNa do Itatiaia, que são raros os momentos em que se faz referência à presença humana. A presença e o trabalho humanos diluem-se "no olhar previamente armado pelo interesse estético ou científico" (Serrano 1993, 124). A oposição ideacional entre o mundo do trabalho e o refúgio seguro em um ambiente natural prepara o terreno para a invisibilização da presença e da transformação humanas operadas nessas áreas.

2.2.4. A década de 1960: o espectro da marcha para o oeste e os parques nacionais do cerrado

É digno de nota que, ao contrário do que ocorreu nos EUA, onde os primeiros parques e reservas foram criados no oeste distante, numa região que, à época, ainda era considerada fronteira, e só mais tarde começaram a surgir áreas protegidas equivalentes no leste urbanizado; no Brasil, os primeiros parques nacionais e reservas equivalentes foram criados no urbanizado sudeste – ou nas proximidades das grandes capitais, na forma de hortos ou florestas protetoras - e acompanharam o deslocamento programado do ecúmeno para o interior do país. Tanto é assim que o primeiro parque nacional criado na região Centro-Oeste, o Parque Nacional do Araguaia, só veio a ocorrer em 1959 (Drummond, 1997b: 147) – um ano antes da inauguração da nova capital da república.

A segunda metade da década de 1950 já reflete as repercussões da construção de Brasília, um marco do movimento geopolítico de continentalização e de deslocamento programado e planejado do ecúmeno nacional para o interior do país. Em parte, isso explica porque boa parte da UCs criadas na virada das décadas de 1950 para 1960 tenha se concentrado na região Centro-Oeste. Pode-se mesmo falar numa segunda geração de parques nacionais e reservas equivalentes no país, dado o número e a magnitude das áreas estabelecidas.

Foram criados 13 parques nacionais entre 1959 e 1961, cinco dos quais no Centro-Oeste: Araguaia, Emas, Tocantins, Brasília e Xingu. Em 1959, JK criou três parques nacionais: Ubajara (CE), Aparados da Serra (RS/SC) e Araguaia (GO). Em 1961, foram criados mais dez parques nacionais. Ainda sob JK, foram criados os ParNas das Emas e do Tocantins, ambos em Goiás. No curto período do governo Jânio Quadros foram criados mais seis ParNas: o de Sete Quedas (PR), o do Xingu (MT), o de Caparaó (MG/ES), o de Sete Cidades (PI), o de São Joaquim (SC) e o do Rio de Janeiro – hoje, da Tijuca. Mais dois foram criados durante o regime parlamentarista: os ParNas de Brasília (DF) e do Monte Pascoal (BA). Somando-se estes às nove reservas florestais decretadas por Jânio Quadros em apenas um dia, 25 de julho, na Amazônia, temos um verdadeiro *boom* de criação de UCs de proteção integral. Isto só voltará a acontecer de novo na virada das décadas de 1970 para 1980, na Amazônia, confirmando a tendência dos parques e reservas equivalentes acompanharem o deslocamento programado do ecúmeno.

É interessante notar que, embora a Tabela 1 (cf. Cap. 1) registre 12 parques nacionais até 1970, relatório elaborado por uma comissão instituída em 1965 pelo

Ministério da Agricultura para rever a política nacional nesse campo (IBDF 1969), aponta a existência, então, de 17 parques nacionais. Compute-se aí, além dos 12 da Tabela 1, os já mencionados ParNas do Xingu, do Araguaia - que, criado em 1959, teve a sua área e limites atuais consolidados em 1980 – e do Tocantins – que, criado em 1961, teve a sua área e os seus limites atuais consolidados e o seu nome modificado para Chapada dos Veadeiros em 1972 – e os de Paulo Afonso e Sete Quedas, submersos pelos lagos das UHEs de Paulo Afonso e Itaipu[66]. Isso significa que a Tabela 1 é vitima do anacronismo que campeia nas análises sobre as UCs. Montei-a tomando as UCs que o IBAMA reconhece hoje como tais e considerando a sua área atual e não a área com que foram criadas - mesmo porque, muitos dos antigos Decretos de criação não consignam a área, quando muito a estimam, descrevendo apenas os limites da unidade. A Tabela 1 não expressa, assim, a seguintes situações: (a) alteração de limites e de tamanho das áreas, principalmente dos parques nacionais, ao longo do tempo - como a que ocorreu com o ParNa do Araguaia; (b) revogação parcial e/ou total – extinção - de unidades - como ocorreu nos casos de Paulo Afonso e Sete Quedas; e (c) áreas que foram protegidas, durante longo tempo, sob a categoria de parque nacional e depois foram reclassificadas - como o Xingu, criado como parque nacional em 1961, condição em que permaneceu por 17 anos, até que em 1978 foi categorizado como parque indígena. Ou seja, no que concerne a categoria parque nacional, neste momento histórico, a instabilidade interpretativa e administrativa é a regra.

Os casos dos ParNas do Xingu e do Araguaia, abordados respectivamente pelos trabalhos de Freire (1987) e Menezes (1990), um, e de Lima Filho (1998), o outro, são exemplares de como as preocupações de ordem geopolítica e estratégica foram decisivas no estabelecimento dos parques do Centro-Oeste. Já o trabalho de Lobo (1998) sobre o ParNa de Brasília mostra que, além das preocupações de ordem conservacionista estrita, a sua criação está estreitamente vinculada à proteção de mananciais e recursos hídricos para o abastecimento da nova capital, à apropriação de recursos naturais para a construção civil – brita, pedra e seixo – e o paisagismo – buritis – e à disciplinarização do lazer aquático nos córregos.

Nos casos do Xingu e do Araguaia a presença dos povos indígenas, ao contrário de representar um problema, era vista como um atrativo a mais a adicionar um toque de

[66] Interessante produção artefactual foi a recente criação do ParNa da Ilha Grande, no Paraná, para proteger exatamente um trecho de continente e de ilhas que foram produzidas quando da formação do lago da Usina de Itaipu.

exotismo e autenticidade à paisagem natural e primitiva. Já Rebouças havia destacado a paisagem "inexcedivelmente pitoresca" da ilha do Bananal – ou de Santana, ou de Caruonaré – que aparecia nos relatos dos viajantes e tinha imaginado o Tocantins e o Araguaia "navegados por magníficos vapores, como os de Mississipi". Não só isso, mas pensava-a também como na forma de um horto zoobotânico, "onde se poderá agrupar toda a flora e toda a fauna dos vales do Amazonas, do Parnaíba e do São Francisco" [!] (Rebouças 1898, 84-5). Em 1949, arrolando "lugares que deveriam ser reservados pelo poder público federal para posterior estabelecimento de Parques Nacionais", Wanderbilt Duarte de Barros indicou a mesma ilha como possuidora de "elementos recomendáveis à proteção por parte do poder público, [...] pois além da flora e da fauna há a assinalar nela a presença de indígenas que emprestariam particular destaque a um parque nacional" (Barros 1952, 30-31). Menezes, por sua vez, mostra como, no caso da criação do ParNa do Xingu, a singularidade da proposta da criação - num primeiro momento - de um "parque indígena" apoiou-se fortemente na visão da região e de seus habitantes promovida por pesquisadores, cientistas e viajantes, entre os quais o já referido José Cândido de Melo Carvalho. Conforme esta visão, "o índio é assimilado à natureza e nada mais 'natural' do que preservá-lo assim como ao meio ambiente natural" (Menezes 1990, 81). A idéia de que com a criação de ambos os parques se estaria preservando uma amostra do Brasil prístino e profundo – "duas espécimes do Brasil tal qual Deus as criou", diria Rebouças – foi determinante. Já notamos como considerações dessa ordem enraízam-se em tradições mais antigas de pensamento, tais como o primitivismo romântico e a idéia do bom selvagem.

Não obstante, tanto no caso do Xingu como no do Araguaia, considerações de ordem geoestratégica e de desenvolvimento foram centrais, não sendo casual o papel desempenhado pela Fundação Brasil Central na criação de ambos. A origem de criação do Xingu como área protegida remonta à década de 1940, ao período da segunda guerra, e ao esforço pelo estabelecimento de bases aéreas militares no planalto central, que permitiriam abrir novas rotas de vôo para os aviões aliados a caminho do teatro de operações no norte da África. Daí o desenho algo esdrúxulo para os padrões atuais, mas bastante compreensíveis para os da época, de se criar um "parque nacional" e mais, não administrado pela Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, mas por uma organização que teve importante papel na abertura dos "sertões" do planalto central (cf. Freire 1987 e Menezes 1990).

A decretação do Araguaia, por sua vez, é indissociável da Operação Bananal, o

último desdobramento do “plano de metas” de Juscelino Kubitschek, com a qual queria fechar com chave de ouro o seu governo - “um impulso a mais na direção da Fronteira Ocidental”, nos termos de JK, para o qual seria necessário transformar a ilha em parque nacional (JK *apud* Lima Filho 1998, 129). O trecho a seguir, das suas memórias, é extremamente ilustrativo.

> O parque seria a meta da marcha que eu iria iniciar, no sentido de estabelecer naquela região, *até então deserta*, núcleos agrícolas pioneiros para o pleno desenvolvimento das atividades agropecuaristas. Como a ilha era um paraíso de caça e pesca, decidi construir no seu ponto mais favorável um hotel de turismo, e levando em conta as *primitivas condições de vida na região*, resolvi simultaneamente incorporar os índios que ali habitavam à civilização brasileira, criando, para eles, serviços locais de assistência imediata. [...] A marcha no sentido da ilha seria feita pela Fundação Brasil Central. [*apud* Lima Filho 1998, 129; ênfase no original]

“Deserta” e “primitiva”, como observa Lima Filho natureza e índio seriam domesticados e “vitrinizados por um hotel *resort* de luxo, penetração sofisticada do capital no Centro-Oeste, mas de olho na Amazônia” (130). Oscar Niemeyer foi convocado para projetar o Hotel, o hospital indígena e um prédio administrativo. A Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPEVEA) transferiu recursos para a FBC e a Operação Bananal foi integrada ao Posto de Atividades do Bananal. O objetivo da Operação era transformar a ilha num centro fomentador de desenvolvimento no vale do Araguaia com vistas a povoar a Amazônia por meio de incentivos à criação de gado, indústria extrativa, pesca, turismo e transporte fluvial. Apesar do investimento pessoal de JK, a Operação Bananal não logrou seu maior objetivo que era a construção do hotel.

Estavam dados aí já, nessas duas experiências, os lineamentos das virtualidades geopolíticas das UCs de uso indireto.

CAPÍTULO 3: GEOPOLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO: AS UCS DE USO INDIRETO NA AMAZÔNIA

Proêmio: a semana santa de 1971

Em 28 de fevereiro de 1967, por força do Decreto-lei nº 288, o governo revolucionário do General Castelo Branco alterou as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regulamentou a Zona Franca de Manaus (ZFM). Instrumentos usados convencionalmente para induzir e dirigir o comportamento do setor privado com relação ao processo de desenvolvimento, as zonas francas proliferaram em países do terceiro mundo a partir de 1965, quando entraram em atividade as de Hong Kong e Kandla, na Índia – contexto no qual se implementou a ZFM. Esta foi definida como uma "área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância que se encontram os centros consumidores de seus produtos" (Art. 1º) [1].

Parte de um projeto de modernização mais abrangente alavancado pelo Estado brasileiro àquela altura, o modelo de desenvolvimento da ZFM vinha completar outras iniciativas de políticas públicas dirigidas para a Amazônia. A implantação da ZFM e, especialmente, de seu Distrito Industrial complementava e projetava para o ocidente amazônico os investimentos de larga escala que estavam sendo destinados, por um lado, às rodovias, hidroelétricas, bases militares, instalações administrativas, aeroportos e sistemas de telecomunicação, e por outro, ao financiamento de atividades e projetos agropecuários, minerais, madeireiros, industriais, de serviços e de formação técnica.

Uma etapa a mais no processo de internacionalização da economia brasileira, em particular da sua produção industrial, e vinculado às necessidades de expansão do mercado e intensificação da acumulação de capital, o modelo da ZFM assentava-se em um conjunto de condições e vantagens oferecido como atrativo às empresas, na esperança de que estas transferissem as suas atividades industriais para a região, o que veio a ocorrer. No âmbito internacional, a primeira condição que se exigia do país era "estabilidade política" e um Estado forte o suficiente para assegurar a plena atividade

[1] As fontes para este e os próximos parágrafos em torno da ZFM são Governo 1969, Nicácio 1982, Pinto 1992 e SUFRAMA 1994a, 1994b e 1994c.

das indústrias instaladas. Ademais, outros estímulos especiais foram oferecidos na forma da redução de entraves burocráticos[2] e de custos: (i) de implantação - disponibilidade de áreas especialmente destinadas para o Distrito Industrial e demais instalações necessárias ao seu funcionamento, e de toda a infra-estrutura requerida (energia elétrica, vias de acesso, coleta de lixo, sistemas de telecomunicações, segurança e policiamento)[3]; (ii) de transporte - construção e melhoria de portos, aeroportos e rodovias; e (iii) salariais - disponibilidade e possibilidade de mobilização de mão-de-obra abundante e barata. Segundo Pinto (1992), comparando com o que predominava em outros países e regiões do mundo em que se implantaram distritos industriais semelhantes, a redução dos custos de implantação do Distrito Industrial da ZFM talvez tenha sido assegurada em níveis superiores à média, especialmente considerando a disponibilidade de terra na Amazônia.

Descontada a mudança na paisagem da cidade, provocada pela instalação efetiva do Distrito Industrial em Manaus, considera-se que o tipo de indústria em operação ali apresentaria baixos índices de comprometimento ambiental. A população de acariquara (*Minquartia guianensis* Aubl.) situada à margem direita do igarapé do Cristóvão, afluente da margem direita do rio Apuaú - hoje abarcado pela área de terra firme da EsEc de Anavilhanas – sofreu, contudo, um efeito duro. A acariquara é uma árvore de grande porte da família OLACACEÆ, relativamente comum na mata de terra firme, de tronco cheio de depressões irregulares, às vezes até esburacado. Trata-se de madeira pesada, extremamente resistente à umidade, cujo tronco irregularmente cavado, descascado, é muito usado no Amazonas como poste e esteio de casas e demais edificações (cf. Silva et alii 1977, 12). É muito fácil discernir os postes de iluminação pública de acariquara, seja em algumas áreas da cidade de Manaus, seja nos municípios do interior do Amazonas, onde ela é a matéria-prima quase que exclusiva para esse fim.

O seu José Faustino Barroso, 68 anos, que hoje reside à boca do igarapé do Pajé e é presidente da comunidade homônima, na margem esquerda do rio Apuaú - adjacente à área de terra firme da EsEc de Anavilhanas (Mapa nº 2) -, foi um dos responsáveis pela provisão de postes de acariquara para a iluminação pública do Distrito Industrial

---

[2] Para o quê o governo local instituiu instrumentos administrativos específicos para lidar com a ZFM (cf. SUFRAMA 1994b e c).

[3] É importante notar que a forma como a ZFM foi regulamentada, determinava que o Poder Executivo demarcasse uma área contínua com uma superfície mínima e um comprimento máximo determinados, que a SUFRAMA demarcasse uma faixa de superfície do rio adjacente ao Porto de Manaus para as embarcações com mercadorias em trânsito estacionarem e chegava até a definir as margens dos rios

em implantação. Filho de um ex-trabalhador da Comissão de Limites e ex-funcionário do Banco da Borracha, seu Zé Barroso foi criado longe do pai, tendo passado a maior parte do tempo como interno e depois contínuo no Instituto Melo Matos, em Manaus. Foi operador de arena e bilheteiro de cinema em Manaus, antes de trabalhar como ajudante de caminhão, na primeira metade da década de 1960, para sustentar a sua recém constituída família. Comprou seu primeiro caminhão no esquema clássico de crédito e *leasing* característico das relações de produção da atividade extrativista na Amazônia, sobre o qual me deterei no próximo capítulo. Trabalhando "nas selvas", numa empreita de pau-rosa[4] para um certo Jorge Machado, do Pará, este lhe ofereceu para compra o caminhão Chevrolet, em que trabalhava, por 2.500 toneladas de pau-rosa. O seu Jorge tinha uma fazenda no Km. 105 da então em construção AM-010, Manaus-Itacoatiara, na qual seu Zé Barroso "se internou", passando um ano e dois meses para rematar o serviço. Antes de concluir a empreita para o Sr. Jorge Machado, este já lhe havia entregado o carro funcionando. Por ter a carroceria composta por partes de diferentes modelos e marcas, o caminhão era conhecido na estrada como "salada".

Seu Zé Barroso tinha pouca experiência de direção e não tinha carteira, razão pela qual continuou trabalhando para o Sr. Jorge Machado, puxando pau-rosa por mais um ano. Envolveu-se com um arigó[5], com quem fez uma sociedade no serviço do caminhão, pois o arigó tinha carteira de motorista, e começaram a trabalhar também para a ELETRONORTE/CEM (Companhia Elétrica de Manaus) em 1966, tirando postes de acariquara. O cumprimento de um contrato de entrega de postes de acariquara no prazo negociado o habilitou a participar de outras concorrências junto à ELETRONORTE.

---

adjacentes - pela sua linha de maior vazante (cf. SUFRAMA 1994a). Constitui, assim, um claro exemplo de território superposto.

[4] Vial-Debas adverte que o nome pau-rosa é dado a cerca de 15 espécies pertencentes a diversas famílias botânicas. Algumas se destinam à marcenaria fina e à fabricação de móveis de luxo – conhecidas sob a denominação comercial anglo-saxônica *rosewood* -, outras fornecem uma essência rica em linalol, matéria-prima muito solicitada na indústria de perfumes, águas de colônias, ceras, loções, cremes, produtos de barbear, dentifrícios, batons e cosméticos em geral - às quais nos referimos aqui. Destas, as mais conhecidas são as LAURACEÆ pertencentes ao gênero *Aniba* produtoras de óleos essenciais: *Aniba rosæodora* Ducke, *Aniba panurensis* (Meissner) Mez e *Aniba terminalis* Ducke. Vial-Debas considera plausível considerar a exploração do pau-rosa como a de um conjunto de espécies de *Aniba*, em que *A. rosædora* seria dominante. Enfim, várias espécies foram exploradas como pau-rosa, mas o progresso da perfumaria no início do século XX fez a pressão concentrar-se em duas espécies: *A. duckei* e *A. rosæodora* – atualmente reconhecidas como duas variedades de *A. rosæodora*. A árvore é ocasional em mata de terra firme, encontrada em fraca densidade: um indivíduo explorável em 8 ha. O extrativismo se dá por aniquilamento: derrubada e serrada em toras, a madeira é reduzida a cavacos que serão submetidos à destilação para obtenção da essência (Vial-Debas, 1996 e Silva et alii 1977, 161-2; cf. tb. Mitja e Lescure 1996).

[5] Diz-se do imigrante nordestino, via de regra cearense, ao qual se atribui um caráter idiossincrático.

Contando sempre com o auxílio de seu ex-patrão, Jorge Machado, seu Barroso e seu sócio arigó venceram uma concorrência para o fornecimento de três mil postes para a iluminação pública do Distrito Industrial da ZFM em implantação. Logrou também, junto à estatal, um adiantamento para financiar a aquisição de um caminhão novo, pois o velho não daria conta do serviço. Com seu ex-patrão como fiador e avalista, comprou um Ford F-600, quatro faróis, última série de 1969. Foram trabalhar, então, no Km 171 da AM-010, próximo à área onde o BEC estava trabalhando na abertura e pavimentação da estrada. Por sua cor, este caminhão ficou conhecido na estrada como "sanhaço".

Pouco depois de começar a empreita, no entanto, a SUFRAMA requisitou a área para a implantação do - jamais efetivado - Distrito Agropecuário da ZFM, embargando todas atividades extrativas ali desenvolvidas. Seu Barroso viu-se, então, na iminência de não conseguir cumprir o seu contrato de fornecimento. Com a intervenção do seu ex-patrão, negociou com a SUFRAMA um prazo para se retirar da área, bem como uma cota de postes de acariquara a ser retirada da mesma, passando a trabalhar sob a fiscalização do BEC. Com a ELETRONORTE, obteve uma dilatação do prazo para o cumprimento do contrato.

> Fiquei meio decadente. Eu debandei com o outro. O outro a mulher deixou. Ele foi embora pro Ceará. Nós nos debandamos. Eu fiquei com o meu carro. Ele ficou com a carteira dele. Eu fiquei trabalhando aqui. [...] Aí, eu me taquei. Pedi um prazo da firma para o meu contrato. Eles me deram uma liberação. Eu contei a história tudinho. Ele viram como é que era, né? Eles me liberaram mais. Me deram mais um prazo de seis meses pra mim poder terminar o meu contrato e tal. [...] Eu vim pra cá [para o rio Apuaú] por intermédio de um colega que trabalhou comigo lá, né? A gente conversando, aí eu, "Rapaz, a situação está difícil. O que é que eu faço?". [...] Ele é até meio índio, assim. Índio daqui. A gente chama índio porque era pessoal do rio Negro. Ele era venezuelano, né? Filho de venezuelano. Aí ele disse, "Rapaz, eu sei de uma área lá que tem muito poste Barroso. É na beira! E lá a gente vai tirar isso com facilidade". Chamava-se Sabino. "Olha lá, Sabino". Ele, "Não, é que eu sou explorador de pau-rosa. Eu explorei pau-rosa tal tempo lá e tal. Observei lá". Aí eu disse, "Rapaz, e agora? Como é que eu posso ir pra lá?" Aí ele disse, "Rapaz, só de barco". "De barco?" Ele disse, "É". "Mas rapaz?! É perto?" Ele disse, "Rapaz, é dois dias pra a gente ir lá". "Minha Nossa Senhora! - quem era acostumado a trabalhar em terra, né?, partir pro lado de barco assim, essas coisas - Pôxa vida! O que que eu faço?" Aí, esse rapaz lá que eu trabalhava, ele era calculista lá e almoxarife, né? Aí eu disse, "Rapaz, é o seguinte". Nós se dava muito, que ele me dava idéia, né? Aí ele disse, "O que tu tem a fazer é tu olhares essa área. Tu não vais assim, né?" Eu contando pra ele o que eu achava que vinha e tal. Aí ele disse, "Olha, tu não vais assim rapaz. Tu tem que olhar essa região, ver se tem essas coisas, se não. [...] Eu digo, "É". Peguei um motorzinho e vim. Vim olhar com o caboclo aí. "Vambora lá?" "Vambora". Passamos uma semana quase. Eu sei que o motorzinho era um seis-oito certo. [...] Chegamos lá. Só selva mesmo, que aqui não tinha habitação nenhuma. Soltamos assim. "Sabino, e é aqui pra dentro?!" Ele disse, "É, aqui pra dentro". "Meu Deus do céu! Como é que eu vou alcançar isso?!" Mas quando eu cheguei lá vi muita acariquara. Muita mesmo. Aí, quando eu vi, eu disse, "Vai dar

> pra mim me sair aqui". Andei no mato com ele, dois dias, vendo como é que era. Se dava, se não dava. Aqui dá. Voltei animado. Aí, cheguei lá, fui com o dr. Jorge. Digo, "Olha, dr. Jorge. Eu arrumei um lugar pra trabalhar, mas só que eu estou sem condições". Ele disse, "Aonde?" Eu digo, "No alto rio Negro, no rio Apuaú". Ele disse, "Ih, rapaz. No Apuaú? No rio das onças, rio da malária e beribéri? - antigamente dava beribéri aqui - Cuidado!" [...] "É o jeito eu ir pra lá doutor. O governo está me pressionando. Eu tenho que entregar esse material". Aí ele disse [...], "Tu não tem casa, tu não tem as coisas". Eu digo, "Tenho". "Faz um empenhoramento na Caixa Econômica" "Mas ali precisa de fiador, de avalista, de testemunha e tanta coisa". "Se precisar vem aqui que a gente ajeita. Vai lá!" Aí eu já fui direto. Quando eu saí de lá, já fui direto pra Caixa Econômica. Fui no banco. Cheguei lá era tanta da coisa. [...]
> Aí nós nos tocamos pra cá. Mestre, no dia 19 de março de 1971, quinta-feira santa, nós amanhecemos aqui. [...] Subimos aqui. Chegamos lá no ponto aonde eu tinha ficado, aonde era pra ficar, sexta-feira santa. [...] Eu mostrei para o pessoal. "Tá bom, aqui dá pra a gente viver". Aí, ficamos. [...] "Rapaz, nós viemos pra cá, pra trabalhar, pra fazer um acampamento. Vamos fazer ao menos o limpo hoje. Porque Deus não vai castigar a gente por estar cortando mata aí. Nem também se acontecer alguma coisa, ninguém vai dizer que foi porque é Semana Santa, porque isso e aquilo outro. Vamos cuidar da vida". "É, então vambora". Aí nos reunimos todo mundo. [...] Ajeitamos, se normalizamos tudinho pra na segunda-feira trabalhar. Trabalhamos 22 dias. Fazendo caminho pro caminhão e tudo. [...] Nós trabalhamos duas semanas, quinze dias. Eu e quatro homens serrando. [...] Preparamos a madeira: 400 postes - que eu tinha que entregar, no mínimo, uns 300 postes no final do mês. Aí eu aprontei 400 aqui. Aí, eu desço pra pegar o caminhão, pra conduzir, né? Que só saía de caminhão. Alguns que saía, assim, puxado no ombro. [...] Aí eu venho. Baixei pra Manaus. Quando subi, fretei um batelão lá. Aí eu peguei mais 500 na Caixa, né? Eles me deram de três vezes. Fizeram um empenhoramento de três vezes. Aí eu já estava mais equilibrado, aí eu fui lá, peguei mais 500 pra custear: frete de batelão e coisas do caminhão, e tudo. Eu tinha mandado fazer uma revisão no caminhão. Mandei preparar bem, porque vinha pro interior, longe. [...] Eu sei que eu arreneguei. Trabalhava de noite, debaixo de chuva, sozinho. Ô, minha Nossa Senhora! Trabalhei, trabalhei. Graças a Deus, venci a parada. Entreguei os postes no prazo e cumpri o contrato [seu José Faustino Barroso, 68, rio Apuaú, à foz do igarapé do Pajé, 19.07.1998].

Seu Zé Barroso se viu constrangido a deslocar-se para o rio Apuaú para honrar o seu contrato de fornecimento com a ELETRONORTE. Foi para lá atrás da madeira demandada para consolidar uma das instalações necessárias para a implantação do Distrito Industrial da ZFM – iluminação pública -, por ter sido impedido de prosseguir extraindo-a pela outra face da ZFM - o Distrito Agropecuário. Abriu um ramal de 22 Km. à margem direita do igarapé do Cristóvão, para poder trafegar com o seu caminhão, o "sanhaço", e conduzir os postes do centro para a beira (Mapa n° 2). Com isso, milhares de indivíduos da população de acariquara ali situada encontraram o seu fim, bem como centenas de indivíduos de outras populações de várias espécies madeireiras. Isso porque, após findar o seu contrato, seu Zé Barroso permaneceu por mais de uma década trabalhando com madeira no seu ramal, até ser forçado a se retirar do igarapé do Cristóvão pela implantação da EsEc de Anavilhanas.

A trajetória do seu Barroso é uma expressão significativa da dimensão multiescalar dos processos socionaturais em sociedades estratificadas, atravessadas por fluxos de diferentes níveis e alcances espaço-temporais: como a decisão política de implementação de um modelo de desenvolvimento industrial numa região caracterizada como de fronteira, fruto de certa opção de inserção do país na ordem internacional da época, feita pelos setores dirigentes e mediada por empresas estatais e outras, finda por envolver pessoas físicas e jurídicas, modificar paisagens e produzir distúrbios de dada ordem em ambientes específicos e localizados.

O que seu Barroso e os indivíduos de acariquara não sabiam - e que eu procuro demonstrar neste capítulo - é que o modelo de desenvolvimento que promoveu o encontro deles nos "dias grandes" – a Semana Santa - de 1971 e o instrumento particular de conservação da natureza - as UCs de uso indireto - que os apartou em 1985 têm alicerces comuns. As condições de possibilidade de existência de ambos enraízam-se em uma ambiência precisa e em um contexto sociocultural, ideológico e histórico determinado. Os efeitos de deslocamento populacional produzidos por ambos não são mais do que expressões efetivas desta partilha fundamental.

Quatro meses depois do seu Barroso e sua turma de trabalhadores entrarem no rio Apuaú para extrair acariquara, o governo brasileiro celebrou, em 16 de julho de 1971, um convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a FAO[6] visando à cooperação técnica para a modernização da nossa indústria florestal. Este convênio resultou no Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF), Projeto PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, aprovado junto com o seu respectivo plano de trabalho dois anos mais tarde por meio do Decreto nº 73.069 de 1 de novembro de 1973. Foi no âmbito do PRODEPEF que se definiram as "prioridades em conservação da natureza na Amazônia" (Wetterberg et alii 1976).

* * *

Começo neste capítulo a parte que desejo figurar em pormenor nesta tese. O objetivo aqui é duplo. Por um lado, esboço, para as escalas global e nacional, o quadro sociopolítico, ideológico e institucional que configurou a ambiência e o contexto para a formulação e a execução do planejamento e das ações de conservação da natureza na Amazônia brasileira por meio da criação de UCs de uso indireto. Por outro, apresento uma breve etnografia dos processos pelos quais o PNJ e a EsEc de Anavilhanas vieram a ser

[6] Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

propostos e criados, concedendo especial atenção: (a) à imbricação de critérios técnico-científicos, estético-simbólicos e pragmático-políticos que presidiram a sua criação, e (b) à definição dos grupos locais residentes por aqueles envolvidos no planejamento de ambas as unidades. Baseio-me no levantamento e processamento da documentação em séries significativas e em entrevistas com informantes-chaves - pessoas que exerceram cargos e funções de formulação e execução de ações conservacionistas no país e/ou que tiveram aí maior ou menor influência.

3.1. Desenvolvimento e Conservação da Natureza como Temas Globais Coligados: o sistema ONU e as repercussões de Estocolmo

The U.N. is a mess and the environment is a mess.
We're trying to use one mess to clean up the other.

Jon McLin

Muito já se escreveu sobre a emergência da ecologia e do meio ambiente como temas globais, bem como sobre a incorporação das dimensões ecológica e ambiental[7] às políticas de desenvolvimento. Resenhar a vasta bibliografia hoje existente sobre o tema demandaria uma tese à parte. Para os objetivos desta, quero destacar alguns elementos relativos à configuração institucional e ideológica do tratamento das áreas protegidas como instrumentos de proteção da natureza no segundo após-guerra. Via de regra negligenciada nas análises contemporâneas sobre o tema, a configuração de redes em torno da conservação de recursos naturais antecedeu e, mais que isso, contribuiu para consolidar os fundamentos institucionais da política ambiental global, influenciando o "esverdeamento" (*greening*) dos organismos multilaterais e agências internacionais.

Para compreender adequadamente os processos, aqui enfocados, pelos quais se chegou a definir prioridades de conservação da natureza na Amazônia brasileira no contexto de macropolíticas de desenvolvimento, tendo as UCs de proteção integral como instrumento, é preciso considerar, ainda que perfunctoriamente, as relações que vão se entretecendo entre conservação e desenvolvimento no segundo após-guerra. Em especial, o modo como a agenda da conservação dos recursos naturais foi paulatinamente anexada pelas instituições responsáveis pela promoção do desenvolvimento.

Foram agências *onusiennes* tradicionais, algumas das quais tinham como foco primário a promoção do desenvolvimento em escala planetária, que, originariamente, assumiram e promoveram iniciativas de conservação de recursos em escala internacional,

tendo as áreas naturais protegidas como instrumento. Isso se deu, em grande medida, pela influência de organizações internacionais de caráter multisetorial, que também encontraram no segundo após-gerra, um contexto propício para o seu desenvolvimento. Esse período testemunhará a retomada da realização de conferências internacionais sobre vários aspectos da proteção da natureza, concomitante à expansão das responsabilidades governamentais em nível nacional. A partir desse momento, a proteção da natureza e a conservação dos recursos naturais por meio da criação de áreas naturais protegidas, passa a ser, também, objeto de formulação na escala global.

Foi nos interstícios da rígida ordem bipolar do segundo após-guerra, na conjuntura internacional de transição para a coexistência pacífica e a multipolaridade, que os direitos humanos, a ecologia e o meio ambiente emergem como preocupações da chamada "agenda positiva" - a "agenda de consensos" - dessa nova ordem. A ampliação progressiva dos espaços e das possibilidades de exercício de autonomia estratégica e administrativa, mormente nas fímbrias dos dois grande blocos, facultou a emergência desses temas como objetos de acordos, tratados, convenções e relações bi e/ou multilaterais - num primeiro momento, regionais - entre países de distintas tradições histórico-culturais e político-econômicas (Costa 1996).

Caldwell observa que a conservação da natureza vinha se configurando paulatinamente como objeto de atenta consideração em circuitos e redes de alcance variado. Entre os desenvolvimentos que se fizeram necessários para que um movimento ambientalista internacional pudesse existir, ele destaca a legitimação da política ambiental em nível nacional (Caldwell 1990, 23). Enquanto que uma análise internacional rígida tenderia a desconsiderar as fermentações sociais, políticas e ideológicas internas aos Estados, Caldwell reconhece o papel indispensável dos movimentos nacionais pela conservação e proteção da natureza como precursores da cooperação internacional. Observa que os delegados presentes à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, não compareceram apenas e exclusivamente em virtude da iniciativa de seus respectivos governos. Grupos de cidadãos organizados, especialmente nas democracias industriais mais proeminentes, já vinham, há algum tempo, pressionando seus governos por ações legais e administrativas de proteção e restauração da qualidade do meio ambiente.

---

[7] Sigo aqui a distinção sugerida por Guimarães entre problemas de ordem ecológica, ou seja, os que têm a ver com a escassez de recursos, e os de ordem ambiental, que têm a ver com a escassez de reservatórios "poluíveis", i. é., de lugares para dispor resíduos (Guimarães 1991a, 75).

Alguns desses grupos, contudo, mantinham contatos entre si, atravessando fronteiras nacionais, e formavam ou participavam de organizações internacionais (Caldwell 1990, 28 e ss.). As organizações e os esforços de cooperação internacionais iniciais em torno do estatuto jurídico, das práticas de gestão e das formas administrativas dos parques nacionais e outras áreas protegidas resultam desses contatos[8]. Poder-se-ia mesmo falar numa internacionalização do assim denominado *national park movement* que, ao ampliar-se, constituiu parte das bases conceituais, institucionais e outras sobre a qual tem se apoiado, hoje em dia, a cooperação internacional em torno do meio ambiente.

A criação da IUCN-International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (hoje conhecida como The World Conservation Union), um dos principais fóruns internacionais de discussão sobre os objetivos da proteção da natureza e da conservação dos recursos naturais - e sobre o estatuto das áreas naturais protegidas como instrumento destes -, talvez seja a instância mais evidente desse movimento[9]. A versão oficial da sua história situa os seus germes no período imediatamente anterior à primeira grande guerra e sob forte influência de suíços. Depois de pelo menos duas tentativas sucessivamente abortadas pelas duas grandes guerras - a criação de um comitê consultivo internacional sobre a matéria, em 1913, e a instituição, em 1928, do International Office for the Protection of Nature, em Bruxelas, que se manteve ativo até 1940 -, a IUPN-International Union for the Protection of Nature foi oficialmente estabelecida em 1948, no imediato pós-guerra, em Fontainbleau, na França. A conferência de Fontainbleau foi organizada pela Liga Suíça para a Proteção da Natureza, em colaboração estreita com o governo francês e a UNESCO, depois que organizou duas conferências em Brunne, em 1946 e 1947, resultando numa Provisional International Union for the Protection of Nature, administrada pela mesma Liga.

Primariamente uma organização não governamental, a IUCN, no início dos anos 1960, contava entre seus membros 20 governos e mais de 300 organizações nacionais de 60 países (Adams 1962, 407). Esta “parceria mundial única” - uma “rede” de organizações governamentais, não-governamentais, científicas e de expertos em conservação, que se reuniram para “promover a proteção e o uso sustentável dos recursos bióticos” (MacKinnon et alii 1990) - conta hoje com cerca de 720 membros no total, espalhados por 118 países (Kempf 1993).

---

[8] Já observei (Cap. 2) que, em seus primórdios, essas iniciativas são caracteristicamente nacionais.

[9] As fontes para a descrição neste e no próximo parágrafos são Adams 1962, 406-7, MacKinnon et alii 1990 e Kempf 1993.

Seu principal campo de atividade já foi definido como sendo a conservação da flora, fauna, solo, água e demais riquezas naturais que constituem o capital básico da Terra. Lidando com as ameaças aos recursos vivos e wildlands do mundo, ela ajudou a criar novas reservas naturais e organizações devotadas à proteção da natureza, com base no aconselhamento de seus membros, correspondentes regulares e comissões especializadas - entre as quais se destacam as de educação, de ecologia, de Survival Service e de parques nacionais e áreas protegidas. A Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CNPPA) foi estabelecida em 1958 para promover, monitorar e orientar o manejo e a manutenção de tais áreas. Entre as suas outras linhas de ação estão a disseminação de informação, por meio de boletins periódicos, relatórios de suas comissões especializadas, anais de seus encontros técnicos e várias outras publicações e a promoção do encontro dos que trabalham em nível nacional no campo da proteção da natureza (Adams 1962, 407).

Mais recentemente, a IUCN declarou que busca trabalhar com seus membros para atingir um desenvolvimento que seja sustentável e para prover uma melhoria duradoura na qualidade de vida dos povos de todo o mundo (Kempf 1993). Seu papel seria: vigiar o estado dos ecossistemas e espécies ao redor do mundo; planejar ações de conservação, tanto em nível estratégico (UICN 1984), quanto em nível de programas; promover ações por meio de governos, ONGs e organismos intergovernamentais; prover assistência e assessoria necessárias para a execução de tais ações (MacKinnon et alii 1990); e sistematizar e avaliar os dados e experiências de conservação, para propor diretrizes indicativas que auxiliem os países membros e outros nesta direção (Kempf 1993).

Para efeito das articulações institucionais, sociológicas e ideológicas relativas às UCs como instrumentos de proteção da natureza, quero destacar duas iniciativas mantidas pela IUCN - ambas vinculadas, de um modo ou de outro, à disseminação de informações.

A primeira e mais antiga refere-se ao esforço de sistematização e avaliação de dados e experiências de conservação, o que levou a IUCN a elaborar pela primeira vez e manter atualizada desde então uma listagem mundial dos parques nacionais e áreas protegidas. A primeira edição do que em 1982 veio a ser conhecido como a United Nations List of National Parks and Protected Areas apareceu em 1962, tendo sido preparada a pedido da ONU, seguindo resolução aprovada pela Assembléia Geral em sua 16ª Sessão, em dezembro de 1962, sobre “Desenvolvimento Econômico e Conservação da Natureza”. Esta resolução endossou uma resolução anterior (a de nº 713) da 27ª Sessão do Conselho Econômico e Social da ONU realizada em 1959, que reconheceu os parques nacionais e reservas equivalentes como importante fator no sábio uso dos recursos naturais. Mais do

que atender a uma demanda interna à ONU, a IUCN foi instrumental na preparação de ambas as resoluções e, desde então, tem sido a principal responsável pela compilação e manutenção da lista (UNEP, WCMC & IUCN 1993, 1).

A segunda refere-se à promoção de reuniões dos que trabalham com proteção da natureza em nível nacional, papel desempenhado pelas Assembléias Gerais estatutárias e pelas reuniões técnicas, mas também, e principalmente, pelos Congressos Mundiais sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas - que têm ocorrido desde 1962, de dez em dez anos, com o objetivo manifesto de promover o desenvolvimento e o manejo mais efetivo dos habitats naturais do mundo, de modo que estes possam oferecer sua máxima contribuição para sustentar a sociedade humana. O primeiro foi realizado em Seattle, USA, em 1962, e contou com a participação de uma delegação brasileira composta de dois técnicos do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. O segundo, em 1972, no Parque Nacional de Yellowstone, comemorando o seu centenário, contou com uma delegação de três brasileiros: Alceo Magnanini, representando a Divisão de Pesquisa e Proteção à Natureza do IBDF, Paulo Nogueira Neto, pelo Serviço Florestal de São Paulo, e José Cândido de Melo Carvalho, pela FBCN. Depois vieram o de Bali, em 1982, e o mais recente, em Caracas, Venezuela, em 1992 (cf. Adams 1962, IUCN 1992 e Barzetti 1993).

Já me referi, no Cap. 2, à sinergia entre esses encontros periódicos e o pequeno, porém influente, grupo de conservacionistas no Brasil. No último capítulo, aponto para a persistência dessa sinergia na influência que a mudança de abordagem à conservação da natureza, verificada a partir do Congresso de Bali, teve na gestão de UCs de proteção integral no país. Desejo realçar, por ora, os parceiros da IUCN na organização desses congressos: co-patrocinaram o primeiro e o segundo, além das instituições anfitriãs - o Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos e a rede de organizações da sociedade civil Natural Resources Council of America -, a UNESCO e a FAO. Ou seja, também no que se refere a essa linha de ação da IUCN as organizações do sistema ONU foram as parceiras preferenciais.

Esta breve descrição da composição multisetorial e internacional da IUCN, das suas linhas de ação e de seus vínculos com organismos do sistema ONU, permite-nos vislumbrar alguns elementos do movimento, sugerido por Caldwell, de transição de iniciativas conservacionistas quase que totalmente privadas e nacionais, para a cooperação governamental e intersetorial de caráter internacional nessa esfera. O fato da ONU ter se constituído em foco da pressão exercida pela IUCN é significativo, tanto mais que os compromissos originais de suas agências apenas tangenciavam a questão da conservação

da natureza. Pode-se mesmo afirmar que a ONU partilhava do paradigma subjacente às políticas de "ajuda externa" (*foreign aid*) que se constituíram nas duas primeiras décadas do pós-guerra para canalizar fluxos dos países centrais do sistema mundial para os Estados que conquistaram a sua independência nos marcos do processo de descolonização que se seguiu ao conflito.

O paradigma original das políticas de *foreign aid* era o da "modernização". Entendida como uma transformação fundamental e abrangente da sociedade, a modernização era percebida como requisito necessário do processo desenvolvimento, que, não sendo só um fenômeno econômico, para ser alcançado demandaria uma mudança radical das formas "tradicionais" - que, supostamente, constrangiam o crescimento econômico - em direção de formas modernas que o promoviam e se assemelhavam às nossas (Hoben 1982, 352). O paradigma da modernização, estando diretamente relacionado à teoria da mudança tecnológica em antropologia, contribuiu para reforçar o estereótipo da sociedade tradicional e atávica (Escobar 1991, 662) e a concepção do desenvolvimento como um processo evolutivo. O caráter de "performance internacional", de "alvo universalmente desejado", embutido na idéia mesma de desenvolvimento *qua* modernização, fez dela uma categoria central no esperanto da modernidade, ao prover um sentido e uma explicação para as posições desiguais internamente ao sistema capitalista mundial, sem referir-se a e, portanto, dissimulando os conflitos inerentes à situação de dominação/subordinação entre distintas sociedades políticas (cf. Perrot 1991 e Ribeiro 1992).

Não são poucos os analistas que apontam a dimensão de política externa nas intervenções desenvolvimentistas e modernizadoras. Hoben observa que as origens dos programas norte-americanos de assistência ao desenvolvimento se situam nos primeiros anos da "guerra fria", constituindo uma resposta política ao avanço do comunismo em países que tinham acabado de libertar-se do julgo colonial - em muitos dos quais grassavam processos de guerra civil. Objetivos de curto prazo de política externa eram perseguidos pelo uso seletivo da política de *foreign aid*: o objetivo primário de barrar o comunismo era consistente com a expansão mutuamente benéfica do comércio entre as nações ricas e pobres (cf. Rosecrance 1986), com o avanço das instituições políticas democráticas e a busca de objetivos humanitários - que dissimulavam, assim, o objetivo primário (Hoben 1982, 351-2). Huizer admite que não eram sem fundamento as suspeitas que experimentou durante o seu trabalho inicial junto a vilas camponesas em África, "that

development from above could well function as a palliative to keep the peasants from achieving the more radical changes they really wanted" (Huizer 1993, 71).

Esse o caldo de cultura que as redes e organizações internacionais focadas na conservação da natureza se propuseram a agitar. Não obstante, a emergência de uma "sensibilidade nova" para com as dimensões socioculturais e ecológico-ambientais nas intervenções de desenvolvimento, em particular no âmbito das políticas de *foreign aid*, parece subordinar-se à preocupação com o sucesso e a eficácia dessas ações nos países que se pretendiam desenvolver.

O otimismo e o entusiasmo das agências promotoras do desenvolvimento e dos governos dos "países em desenvolvimento" foi minguando à medida que os resultados das intervenções top-down e intensivas em capital ficavam muito aquém do esperado. Cedo se deram conta de que as soluções técnicas "esbarravam" em resistências desconcertantes, oriundas de fatores socioculturais, e produziam efeitos ambientais inesperados. Foi, em larga medida, a falência do "efeito de percolação" (*trickle-down approach*) que impôs a necessidade de "farejar as resistências" de ordem cultural e os fatores limitantes de ordem ecológico-ambiental: "they began to realize that the poor themselves had to participate actively in the programs if these were to have *a reasonable margin of success*. Projects had to be socially relevant, culturally appropriate, [ecologically sound, one could add] and to involve their direct beneficiaries in a significant fashion" (Escobar 1991, 663; ênfase minha). A preocupação com o sucesso e a eficácia dos programas teria sido, assim, o principal motor na incorporação da crítica ecológica pelo paradigma do desenvolvimento, que se deu pela via das instituições e/ou organismos internacionais e multilaterais que tinham na promoção do desenvolvimento a sua razão de ser.

A escolha da ONU como foco da ação ambiental global não foi pacífica (Guimarães 1991b, 146). Um dos membros da equipe de Maurice Strong, secretário-geral da conferência, escreveu em um artigo o trecho que destaquei em epígrafe. De um lado, havia propostas de que qualquer nova agência ambiental deveria ser estabelecida fora do sistema ONU, posto que o foco das agências onusiennes tradicionais era o desenvolvimento e elas eram compostas por pessoas cujo entusiasmo profissional e sentido de propósito favoreceria as intervenções intensivas em capital e a exploração dos recursos cuja proteção estava em jogo. De outro, havia acirrada disputa política entre as próprias agências que, até então, haviam desenvolvido programas relacionados ao meio ambiente: UNESCO, UNICEF, OMS, FAO e PNUD (id. ibid.).

À UNESCO coube apoiar a organização dos primeiros encontros internacionais - como vimos acima - e capitanear várias agências internacionais na realização de pelo menos três encontros relevantes: a Conferência Científica das Nações Unidas sobre o Uso e a Conservação dos Recursos, entre agosto e setembro de 1949, em Lake Success, Nova York[10]; a Conferência das Nações Unidas sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia em Benefício das Áreas Menos Desenvolvidas (*Less-Developed Areas*), em Genebra, em 1963; e a Intergovernmental Conference of Experts on a Scientific and Rational Basis for a Rational Use and Conservation of the Resources of the Biosphere, em Paris, em setembro de 1968, também conhecida como a "Conferência da Biosfera". Caldwell observa que os quase 20 anos entre as conferências de 1949 e 1968 marcam a mudança mais importante na percepção das responsabilidades internacionais pelo meio ambiente global desde o estabelecimento de organizações internacionais permanentes, qual seja: o advento do conceito de biosfera como objeto de deliberação política internacional (Caldwell 1990, 45).

A FAO e o PNUD, contudo, também se sobressaíram nesse embate. Tratava-se de organizações convencionalmente orientadas para o desenvolvimento econômico. A primeira considerava a conservação fora da sua esfera de responsabilidade, tendo algum interesse na preservação de plantas e animais de valor econômico evidente. A segunda via uma incompatibilidade entre os programas de conservação e o desenvolvimento econômico, e era abertamente hostil à conservação dos recursos vivos nos países mais pobres do mundo. Entretanto, ambas já vinham sofrendo os efeitos do "noisy concern for the future" (McNeill *apud* Foresta 1991, 13) que varreu os países centrais do sistema capitalista internacional, resultado da incorporação da crítica ecológica-ambiental ao paradigma do desenvolvimento (e que levaria à Conferência de Estocolmo em 1972). A pedido da Assembléia Geral da ONU, a FAO já havia abrigado no seu quartel-general em Roma, em 1952, a Conferência Técnica Internacional sobre a Conservação dos Recursos Vivos do Mar, tendo desempenhado, desde então, um importante papel no encorajamento à formação de conselhos de pesquisa regionais para a exploração científica do mar (Caldwell 1990, 40). Nos anos 1960, ela começou a promover programas de conservação e proteção de áreas naturais e vida selvagem na África, na Ásia e na América do Sul, e em 1970 estabeleceu na sua Divisão de Recursos Florestais um Conservation and Wildlife Branch (Foresta 1991, 279). Por volta de 1972, ela já operava um programa consultivo

[10] No mesmo local e data, ocorreu a Conferência Técnica Internacional sobre Proteção da Natureza, co-patrocinada pela UNESCO e pela IUCN.

sobre manejo de parques e vida selvagem em 22 países, via de regra com o apoio do PNUD (Foresta 1991, 16).

1972 é o ano da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Considerada um divisor de água na história das relações internacionais, muita tinta já foi gasta em análises sobre o seu significado e repercussões a partir de diferentes perspectivas - de tal sorte que o que alguns comentadores destacam como elementos negativos, outros realçam como positivos. A sobrecarga simbólica que ela carrega é tamanha, que, abordá-la perfunctoriamente, é sempre arriscado. Correndo esse risco, gostaria de destacar alguns aspectos que me parecem relevantes para a perspectiva sobre a relação entre desenvolvimento e conservação que estou construindo aqui.

Mais do que à Conferência propriamente dita, credita-se às conseqüências dos dois anos de atividades preparatórias pré-conferência os efeitos mais significativos e duradouros: encontros oficiais, quase oficiais e não oficiais; trocas de pontos de vista entre os participantes dos encontros e grupos de estudos - representantes de governos, organizações da sociedades civil, cientistas; relatórios e trabalhos básicos preparados para a Conferência e os encontros colaterais; etc.

Foi nesse processo preparatório que se explicitaram as divergências de opinião com relação aos vínculos entre desenvolvimento e proteção do meio ambiente: entre o "caráter primeiro mundista" (Guimarães 1991b, 145) que se quis dar ao encontro, expresso na ênfase dada aos aspectos técnicos da poluição causada pela urbanização e industrialização aceleradas e às relações entre crescimento populacional e exaustão de recursos naturais; e a suspeita, quando não hostilidade aberta "terceiro-mundistas" contra o que concebiam como um esquema neo-imperialista de retardar o seu crescimento econômico e mantê-los como subservientes fornecedores de matéria-prima barata e consumidores de bens industriais (Caldwell 1990, 48).

A posição, o papel e a performance da delegação brasileira presente à Conferência - etnografados de modo fino por Guimarães (1991b, 147 e ss.) - são exemplares das posições endossadas pelos demais países "em desenvolvimento". Pelo menos dois componentes da posição defendida então pelo país foram publicamente endossados pelo Secretário-Geral da Conferência, Maurice Strong: o desenvolvimento não deveria ser sacrificado em nome do meio ambiente e os países "desenvolvidos" deveriam pagar pelos esforços de proteção ambiental nos países "em desenvolvimento". Um terceiro elemento da posição brasileira produziu bastante controvérsia. Em virtude

das freqüentes denúncias de destruição generalizada da natureza na Amazônia e do pináculo alcançado pelo contencioso de Itaipu com a Argentina, a delegação brasileira adotou uma posição entrincheirada em defesa da soberania nacional: esta não deveria capitular diante de interesses ambientais mal definidos e imprecisos - a cooperação internacional não deveria servir de instrumento de intrusão de interesses externos em assuntos nacionais.

Veremos a seguir que a posição brasileira teve influência na criação da SEMA e no seu sentido de propósito como agência governamental. Por ora, julgo ser importante destacar que aqueles dois componentes endossados pela Secretaria-Geral da Conferência e por outros países em posição similar à do Brasil no sistema mundial, traduziram-se em três das Recomendações mais influentes da Conferência, quais sejam, as de número 103, 107 e 109, que estabeleceram, respectivamente, os princípios de "compensação" e "adicionalidade". A primeira afirma que onde quer que preocupações ambientais levem a restrições no comércio ou a padrões ambientais mais rigorosos com efeitos negativos sobre as exportações, principalmente de países em desenvolvimento, dever-se-iam buscar medidas de compensação apropriadas, nos marcos dos arranjos contratuais e institucionais existentes. Já as Recomendações 107 e 109 consignam que garantias adicionais deveriam ser oferecidas de modo que os problemas ambientais não afetassem o fluxo de assistência aos países em desenvolvimento e que este fluxo fosse suficiente para preencher os requisitos ambientais adicionais destes países (Caldwell 1990, 66).

A Conferência também pôs um fim à disputa entre as distintas agências da ONU pelo meio ambiente. Isso porque uma das conseqüências imediatas da Conferência foi o estabelecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), um novo e distinto organismo da ONU para tratar especificamente da problemática ambiental. Expressão enviesada dos princípios de compensação e adicionalidade, a sede do PNUMA foi estabelecida em um país "em desenvolvimento". Contrariando McLin, decidiu-se, afinal, usar uma lama para limpar a outra.

A exigência de cumprimento de cláusulas ambientais e sociais em contratos de concessão de empréstimos pelos organismos multilaterais e a incorporação da proteção ao meio ambiente como "custo adicional" no fluxo da *foreign aid* são expressões concretas da consolidação daqueles princípios. Caber-se-ia perguntar em que medida elas apontam para uma efetiva redefinição do paradigma desenvolvimentista tradicional ou para uma subordinação da preocupação ambiental aos desígnios do desenvolvimento,

na medida que abordam a questão ambiental em termos monetários, como um problema essencialmente financeiro.

Concluindo este item, convém firmar que não basta considerar a moderna noção de conservação da natureza como parte importante de alguns predicados que têm sido justapostos à categoria desenvolvimento com o objetivo de reformá-la; mas também determinar as agências e seus respectivos desígnios e sentidos de propósito, por meio das quais a articulação entre desenvolvimento e conservação foi originalmente promovida. Primeiro, porque o modo como e o lugar em que essa aliança se dão - o seu sentido inicial e fundador - marcarão profundamente a sua evolução posterior e as tensões nela manifestas, determinando constrangimentos ao mesmo tempo que abrindo oportunidades. Na medida que organizações internacionais formais - como o sistema das Nações Unidas - resultam de acordos entre Estados nacionais, as políticas delas emanadas tenderão a ser desenvolvidas de conformidade com os interesses destes, que, por sua vez, tendem a se constituir como os alvos básicos das iniciativas daquelas. Ademais, a tarefa de promover a agenda da conservação da natureza e dos recursos naturais foi originalmente inserida numa matriz institucional dominada pelas premissas tradicionais sobre a natureza e a importância do crescimento econômico[11]. Segundo, por um motivo mais prosaico e trivial, ligado a esta tese: foram essas agências, marcadas por esse caldo cultural, que apoiaram os governos dos países da América Latina no estabelecimento dos seus programas de conservação da natureza e sistemas nacionais de áreas protegidas.

3.2. O Projeto FAO/RBF de manejo de áreas silvestres na América Latina

As conservation becomes more integrated to development, the conservationist will move from being the beggar on the street to a consultant, advisor and regular associate of the national planning board.

Kenton Miller

Embora a criação e administração de parques nacionais e reservas equivalentes seja, como vimos no Cap. 2, uma das mais antigas práticas relacionadas à política ambiental desenvolvida pelo poder público no Brasil, o país é considerado um "retardatário" na política de criação de áreas protegidas na América Latina. Bem antes da criação do primeiro parque nacional brasileiro, Argentina e Chile já tinham criado parques nacionais em seus territórios (Drummond 1997b, 144).

[11] Será preciso esperar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, para consolidar esses arranjos conceituais e pragmáticos.

O contexto mais amplo das iniciativas sistemáticas e abrangentes de conservação da natureza e dos recursos naturais na América Latina, por meio do estabelecimento de UCs de proteção integral, é aquele que apresentei até aqui: em que a conservação dos recursos naturais e a proteção da natureza assumem uma importância nova com a coalescência da crítica ecológica e do paradigma do desenvolvimento pelas instituições responsáveis por sua promoção, no segundo após-guerra. A conservação deixa o status marginal em que se encontrava na ordem internacional durante as duas primeiras décadas do segundo após-guerra, para assumir o papel de condição do desenvolvimento. Desse modo, os vínculos entre conservação e desenvolvimento começam a assumir feições práticas nos planos nacionais de desenvolvimento, que passaram a incorporar a conservação da sua base de recursos naturais como componente fundamental.

Nesse contexto histórico, desenvolveu-se um projeto de alcance regional para aumentar a proteção da natureza na América Latina que é uma clara expressão dessas articulações. Trata-se do *Regional Project on Wildlands Management*, co-patrocinado pela FAO e pelo Rockfeller Brothers Fund (RBF), com suporte do PNUD e desenvolvido sob a direção de Kenton Miller (FAO/RBF 1978). A formação e a trajetória de Miller, bem como as articulações que viabilizaram o Projeto FAO/RBF são significativas dos vínculos profundos entre desenvolvimento, conservação e política externa dos Estados Unidos face à América Latina.

De um lado, temos os Rockefeller. Não se trata aqui de retomar toda a vasta gama de influência dos Rockefeller, em particular de Nelson, sobre os “assuntos latino-americanos”. Essa influência foi objeto de uma obra enciclopédica recentemente editada, que descreve a relação que Nelson Rockfeller nutriu durante aproximadamente quatro décadas com o líder protestante Cameron Townsend, criador do Summer Institute of Linguistics, em que teriam unido recursos e estratégias para conter o comunismo que avançava pela América Latina e evangelizar as populações indígenas da Amazônia sul-americana, onde Nelson, supostamente, teria interesses fundiários e petrolíferos. Os autores alegam que se teria formado uma extensa rede de interesses políticos e econômicos que teria patrocinado ditaduras, genocídios, exploração predatória de riquezas naturais e espionagem, num dos capítulos mais escabrosos da política externa americana face à América Latina (Colby e Dennett 1998).

O fato é que os irmãos Rockefeller tinham propriedades, investimentos e interesses econômicos e financeiros na América Latina, tendo influído na formulação da política externa norte-americana para a região, com o intuito de magnificar a projeção das

empresas e negócios da família. Por meio do patrocínio a programas experimentais e de pesquisa, os Rockefeller vinham promovendo o desenvolvimento internacional desde a segunda grande guerra e sempre estiveram próximos do cume do poder no hemisfério. Nelson chegou a chefe do então novo Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos (CIAA) do Departamento de Comércio no final dos anos 1930, durante o governo Roosevelt. Durante a segunda guerra, o CIAA de Rockefeller atuou como unidade de informação, influiu no desenho de programas de desenvolvimento e até cooperou com ações de assistência a povos indígenas. O CIAA produziu programas de rádio que eram transmitidos em ondas curtas para toda a América Latina com propaganda aliada, elaborou mapas identificando regiões com potencial de mão-de-obra indígena para o trabalho nos seringais e promoveu levantamentos de recursos naturais latino-americanos fontes de matérias-primas para a indústria norte-americana (cf. Colby e Dennett 1998).

Em 1969, no início do governo Nixon, Nelson Rockefeller foi nomeado chefe da Missão Presidencial à América Latina, refletindo a renovada influência da família no novo governo: Henry Kissinger, o principal assessor de política externa de Rockefeller, estava à frente do Conselho de Segurança Nacional, e Charles Meyer, da divisão latino-americana da Sears Roebuck, a pedido de David Rockefeller, ascendeu à chefia da divisão de pesquisa latino-americana do Departamento de Estado. A missão foi custosa – consumiu 760 mil dólares do próprio bolso de Nelson além da verba designada pelo governo norte-americano – e mobilizou uma comitiva de sessenta pessoas – entre especialistas de operações contra guerrilha, direitos da mulher e assuntos brasileiros, alguns dos quais veteranos do CIAA (cf. Colby e Dennett 1998, Apêndice A). Não obstante, “toda a perícia da delegação de Nelson foi inútil para enfrentar o caos que recebeu seu líder a cada escala na América Latina pelos meses seguintes” (Colby e Dennett 1998, 696). Ainda que a mágica do nome Rockefeller funcionasse junto à elite econômica latino americana, o mesmo não se passava com estudantes e trabalhadores. A visita foi cheia de incidentes, inclusive diplomáticos, com os governos de alguns países.

O vínculo da família com os parques e reservas, por sua vez, remonta a John D. Rockefeller Jr., pai de Nelson, que esteve envolvido com o National Park Service durante muito tempo. Ele foi instrumental no estabelecimento dos Parques Nacionais de Grand Teton e Great Smokey Mountains, e dois dos primeiros diretores do National Park Service - Horace Albright e Newton Drury - eram membros do círculo de conselheiros e clientes dos Rockefeller. Em 1924, John D. Rockefeller Jr. convidou Horace Albright, então superintendente do Parque Nacional de Yellowstone, a ir a Nova

York apresentar uma proposta para adquirir a área de Jackson Hole, adjacente ao Parque ao sul, liberando-a da apropriação comercial. Esse interesse por parques nacionais foi herdado pela geração seguinte e os irmãos Rockefeller, nos anos 1960, deram apoio à preservação da vida selvagem na África. Nesta, destacou-se o seu envolvimento com a escola de manejo de vida selvagem em Mweka. Lawrence fez um grande *tour* pelos parques nacionais da América Latina em 1967, o qual foi matéria de destaque no *National Geographic Magazine* (Foresta 1991, 282; cf. Collier e Horowitz 1976, 147 e ss.).

De outro lado, temos Kenton Miller. Segundo Foresta, Miller foi um dos expoentes no esforço de forjar uma nova doutrina operacional para a conservação da natureza, cuja necessidade foi imposta pelo novo e importante lugar ocupado por ela na ordem internacional (Foresta 1991, 17). Miller tinha fortes conexões e envolvimento com a conservação da natureza na América Latina, os quais datavam de 1962, quando ele elaborou um plano de desenvolvimento para a criação do Parque Nacional de Canaima, na Venezuela, como parte de sua pesquisa de mestrado. Em 1968, ele se doutorou na Universidade de Syracuse com uma tese sobre problemas econômicos no planejamento da recreação ao ar livre (*outdoor recreation*) em Porto Rico.

Depois do doutorado, Miller obteve a sua primeira colocação profissional como professor do Instituto Inter-Americano de Ciências Agrícolas (IICA) da Organização dos Estados Americanos[12], em Turrialba, na Costa Rica, parcialmente mantido pela filantropia do RBF. Ele foi convidado a desenvolver um currículo sobre manejo de áreas silvestres em nível de mestrado para o curso de *Forestry* mantido pelo IICA. Na verdade, a sua posição era na FAO, que, por meio de um grande projeto financiado pelo PNUD, designou vinte de seus oficias especialistas em agricultura, engenharia florestal, economia, ciências sociais, inventário e mapeamento de recursos para ampliar o escopo do IICA. Miller permaneceu na FAO pelos 10 anos seguintes, onde trabalhou na elaboração de inúmeros planos de manejo para áreas protegidas na América Latina e de manuais para o planejamento de parques (cf. Moseley et alii 1976). Em entrevista, Miller declarou que o IICA desempenhou um papel chave na formação dos recursos humanos que influenciaram a adoção de sistemas de UCs em seus respectivos países.

> KM: [...] In South America it was more CATIE - IICA – that played the key role because of this graduate school function. For example, there was a moment when I could travel - say 1968, 1969 - to every country in South America and visit

[12] O secretário-geral da OEA no final dos anos 1960 era Galo Plaza, ex-presidente do Equador, ex-embaixador deste nos E.U.A. e amigo pessoal de Nelson Rockefeller (Colby e Dennett 1998, 663).

> graduates of CATIE - IICA - who were either teaching forestry and conservation or who were on a national forest service staff beginning the national park programs. So it had a powerful role. Then each nation began their own programs. [Kenton Miller, World Resources Institute, Washington, DC, 06.05.1999]

Sua formação acadêmica, experiência de campo e participação na rede regional de conservacionistas latino-americanos permitiram-lhe desenvolver uma abordagem à conservação que ele teve a oportunidade, ao contrário de outros formuladores, de por em prática amplamente, graças à sua condição de professor do IICA e, mais tarde, como diretor do Projeto FAO/RBF. Foresta argumenta que o trabalho e as idéias de Miller foram muito influenciados pelas condições que ele observou nos países latino-americanos (Foresta 1991, 18).

A origem do Projeto FAO/RBF está na referida missão presidencial à América Latina chefiada por Nelson Rockefeller. Ele esteve na Costa Rica, em 1969, onde milhares de manifestantes contrários e favoráveis à sua presença entraram em confronto nas ruas da capital (Colby e Dennett 1998, 696). Especialistas da sua comitiva visitaram o IICA, quando então Miller teve a oportunidade de discutir algumas de suas idéias e sugerir um amplo programa para ampliar a proteção da natureza na América Latina. É o próprio Miller quem nos conta como nasceu o *Regional Project on Wildlands Management*.

> KM: [...] And then from CATIE, in 1969, Nelson Rockefeller made his visit to Latin America for President Nixon. [...] He was on that mission. Now, he had a group of people - you know, as always - that did the legwork ahead of him. So, sitting in Turrialba in my office one day I had a visit from two people. They visited everybody else also on the faculty, but their question was, “If you had more resources to do your job at the scale of all of Latin America, what would you do? If someone would give you a million dollars what would you do professionally?” So I spent a weekend writing five project proposals. One was to help the faculties of southern South America (because I had worked very closely with them), of the five southern countries at *Cono Sur*, including Brazil, Uruguay, Paraguay, Chile, and Argentina: work with the Forestry faculties to add the curriculum for *manejo de áreas silvestres*. That was one project. Another was to develop the methodology for planning national parks and reserves. The third was to develop methodology for environmental education in the *áreas protegidas*. The fourth was to develop methodology for looking at large scale regions, like the Andes or the Caatinga (whole regions of that scale), to ascertain what parts need to be under conservation, and how can one map that, to help the political leaders make those determinations. Those were the main ones, OK? And so, I presented those to Rockefeller Brothers Fund. I sent them to New York. By the way, my senior most boss then was Armando Samper, from Colombia. He’d been the Minister of Agriculture. [...] That’s an important point, because he personally mailed them to Rockefeller. I went off with the students on a field trip. When I came back there was a telex - in those days - saying, “Please come to New York to present your proposals”. So Samper agreed and FAO Rome agreed. So I went to New York and I met with Lawrence Rockefeller. He was the conservation man

> of the brothers. I met him and then I sat down with the staff there, and they said basically, “Look. We want to give resources for you to do all the projects”. I thought maybe they would buy one. So they said they would match dollar for dollar with UNDP. So they would put in a half million of 1960 dollars - which were powerful dollars - and UNDP would put in half a million. So I then went to Rome, to FAO, to say, “OK, how do we organize this?” So the agreement was: I left CATIE, I went to Rome for a year and half, and flew constantly to South America, Central America, to organize these projects with the national governments, with the universities, and also talking to the NGOs. So we developed this project with the seven forestry faculties of southern South America. We had a project with Costa Rica and Chile to develop a manual of national park planning, but by actually doing planning of real places. Ah! And the fifth project that I didn’t mention was national systems planning - you understand it? A complete system of protected areas for a country, and we again did that in cooperation with Costa Rica and Chile as the main countries, but then we also worked with several others. Environmental education in Costa Rica and Chile. And in the regional scale planning was with Chile and Argentina, and with São Paulo state - to work at a lower level of government, that is as a state level [...] So that our work wasn’t only in those countries, but we worked in Colombia, Venezuela, the rest of Central America, and the Caribbean islands, to hold workshops and training programs to create the institutions, to help train the people. In some countries like Panama we helped to write the first laws in conservation. The first national park law in Costa Rica was creating the forest service and park service laws, and so on. So that project ran until 1975, and when I left there everybody else went home but one of the men: Kyran Thelen. He then remained and became the regional officer financed by UNEP then - when UNEP became real -, and he’s still there today. And we left behind that - what is it called? - Rede Latino Americana de Áreas Protegidas e Fauna Silvestre. So that’s the continuing institutional arrangement born out of the project that we had.
> [Kenton Miller, World Resources Institute, Washington, DC, 06.05.1999]

O RBF, então, concordou em financiar os projetos, a FAO em co-patrocinar e o PNUD a dar suporte. Sob a direção de Miller, o Projeto FAO/RBF oportunizou, entre outras realizações, a elaboração de um plano nacional de áreas silvestres (*wildlands*) para Cuba, a codificação das leis de proteção da vida selvagem da Colômbia, a revisão completa do sistema de parques nacionais do Chile, o início da elaboração dos planos dos sistemas de parques para o Equador, a Costa Rica e a Colômbia. O projeto também está na origem da Rede Latino-americana de Áreas Protegidas e Fauna Silvestre – que reencontraremos no Cap. 5 – e no estabelecimento de um escritório regional da FAO em Santiago do Chile, especializado em manejo de áreas silvestres. Considerando as realizações do projeto e que as primeiras iniciativas se concentraram no Chile e na Costa Rica, pode-se compreendê-lo como parte de uma iniciativa mais abrangente de ampliar a projeção norte-americana na América Latina, em particular no cone sul – *the ABC countries* (Argentina, Brasil e Chile). Não seria de todo equivocado tratá-lo como um componente da política externa da boa vizinha e da consolidação da hegemonia norte-americana no hemisfério.

Depois de concluído o projeto, Miller, então, seguiu o conselho de seu chefe, Armando Samper, e deixou o escritório da FAO em Santiago para redigir um livro em que sistematizasse a sua experiência de planejamento de áreas protegidas na América Latina. De novo ele contou com o suporte do RBF.

> Because after I left Santiago - left FAO - I went to Michigan. Because Armando Samper again proposed to me that I should step out of operations and take the time to write a book about the lessons learned. So the same Rockefeller people agreed to provide some financial support, and the University of Michigan offered to provide the position and all the backup services. So I went to Michigan to write a book, and I kept close ties with all these peoples that I had been working with as my advisors and editorial board.
> [Kenton Miller, World Resources Institute, Washington, DC, 06.05.1999]

Esta é a origem do seu clássico manual de planejamento de parques (Miller 1982). Miller defendia de um profissionalismo apolítico e argumentava que os programas de conservação na América Latina só dariam certo se amplos canais de comunicação fossem estabelecidos entre planejadores da conservação, agrônomos, economistas e outros profissionais envolvidos em planos nacionais de desenvolvimento. Segundo declarou em entrevista a Foresta: “conservation had to be recognized as tool of development” (Foresta 1991, 19)

> Linking conservation to national development would also insure that conservation planners would be exposed to the broader goals of national planning, and that other planners would be kept mindful of the benefits that conservation programs could provide [Foresta 1991, 19].

Para proporcionar uma gama suficientemente ampla de benefícios tangíveis - proteção de cabeceiras de cursos d’água, manejo de recursos, educação, turismo, recreação, etc. - e exercer apelo sobre os dirigentes dos planos nacionais de desenvolvimento, os programas de conservação deveriam ser sistemáticos, compreensivos, de escala nacional e embasados numa base biogeográfica cientificamente aceitável (Foresta 1991, 20).

Em entrevista comigo, Miller detalhou um pouco mais as suas influências e a sua concepção, demonstrando como ela estava referida exatamente à conjuntura e ao contexto histórico que esbocei no item anterior, em que conservação e desenvolvimento se coligaram como duas faces de uma mesma moeda.

> KM: [...] It was very clear to me right from the beginning that conservation work had to be very closely tied with the development agenda, that there was no way the political leaders and the civil society could accept locking up huge places, respecting use of wildlife, in a situation in which rural people depended on those resources for protein, for firewood, and so on. And therefore, on the contrary, the challenge to conservation was to demonstrate that conservation could contribute

> to the development agenda. *It wasn't an anti-development agenda*, and hence - you remember the title of the book: *Planning National Parks for Ecodevelopment*. The ecodevelopment part comes from the work of Stockholm, and Maurice Strong, and Ignacy Sachs, and other people writings. I read all of those things, and a lot was coming out of Mexico, and Chile: CEPAL. That is the whole idea of "eco". *Already they were talking about ecologically sustainable development*. Well, to me it was a very short jump to say, "Right. Now, if we manage the land properly we can support the development process". The simple notion being watershed protection, insuring water supplies for energy, for irrigation, which in turn leads to food security - we're still talking about that same message right now, right? *But to me that was the vocabulary, the conceptual framework that we had to have*. I remember that Armando Samper inspired me. He said. "You know? *You talk the language of development, which opens the door for conservation. What you need to do is create a conceptual framework that speaks to government, to community, to the banks, about the linkage between conservation and development*". And that led - in the first chapter of that book - into a matrix in the book - which people jokingly call "the Miller matrix" (you may remember that) - where you see the categories of land management on one side, and *the objectives of management* on the other. Do you remember that? And the objectives *were all turned to be development oriented*. That is, "save genetic resources". Why? Because we need genetic resources to breed all the products that we need from nature, from pharmaceuticals to improved animals and crops, etc. Not everybody in conservation welcomed that orientation, but most conservation people - the young people, I would say - realized that that was not only the only way forward, but that they agreed with it. That is they too felt the need for a developmental orientation, because they were living in the rural areas, they saw poverty, they saw the way rural people had to use the land. [...]
> [Kenton Miller, World Resources Institute, Washington, DC, 06.05.1999]

Ao longo do desenvolvimento do Projeto FAO/RBF, Miller pôde, simultaneamente, amadurecer e implementar esta concepção. Ela é explicitamente proposta em seu manual para o planejamento de parques e reservas na América Latina. Foresta argumenta que a ênfase de Miller num profissionalismo apolítico e na conservação à serviço dos objetivos do desenvolvimento parece ter sido eficaz, pois o Projeto FAO/RBF prosseguiu incólume à turbulência política característica da América Latina nesse período e possibilitou a elaboração de programas nacionais de conservação para países politicamente tão distintos quanto Cuba e Colômbia - tendo tornado exeqüível, inclusive, a continuidade do programa chileno após o golpe militar de 1973 (Foresta 1991, 22).

Sucessivas vezes, Miller tentou incluir o Brasil no Projeto FAO/RBF, mas o governo brasileiro não demonstrou interesse. O único projeto que avançou foi com o Instituto Estadual de Florestas de São Paulo, ao qual Miller se refere em seu depoimento. À escala nacional, as articulações eram mais difíceis. Segundo declaração do então Chefe do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes do IBDF, Alceo Magnanini, no encontro regional da IUCN, em 1968, em Bariloche, o

governo brasileiro temia que a participação em iniciativas multilaterais pudesse ameaçar a sua soberania e as suas fronteiras, não vendo com bons olhos os esforços sul-americanos conjuntos de conservação (Foresta 1991, 23 e 282).

Miller e seus associados estavam especialmente ansiosos por preencher o "buraco da rosquinha" (*the hole in the doughnut*), ou seja, o coração da floresta tropical úmida amazônica, situada no Brasil, que até então permanecia a descoberto de áreas protegidas e de um plano de conservação coerente (Foresta 1991, 23). As poucas áreas protegidas de floresta tropical úmida na Amazônia sul-americana foram estabelecidas no final dos anos 1960, início dos 1970, a maioria delas em conexão com o Projeto FAO/RBF, e estavam situadas na periferia da bacia. Além disso, a Amazônia brasileira vinha sendo objeto de esforços de planejamento regional ao tempo do regime militar, que Miller concebia como constituindo o veículo ideal para a conservação da natureza.

3.3. Políticas de Desenvolvimento e Conservação da Natureza na Amazônia Brasileira: contradição ou convergência?

Até 1974 a bacia central do rio Amazonas constituía uma das maiores lacunas na cobertura de parques e reservas do continente sul americano, segundo diagnósticos efetuados por especialistas em manejo de áreas silvestres, que manifestavam apreensão com relação a essa situação (Wetterberg 1974; Wetterberg et alii 1976). Como indiquei no Cap. 1, na Amazônia brasileira, podia-se dizer, com alguma boa vontade, que havia apenas o Parque Nacional do Araguaia, criado em 1959, e dez reservas florestais, criadas por decreto em 1911 e em 1961, mas que nunca chegaram a ser implementadas. Em 1974 é criado o Parque Nacional da Amazônia, com 994.000,00 ha., em Itaituba, Pará. Magnanini compreende a criação desta UC como um fato isolado, um jogo de cena para a comunidade internacional.

> AM: [...] O Parque Nacional da Amazônia, se não me engano, foi uma outra conseqüência - veja bem - uma outra conseqüência do vexame que se praticou lá em Estocolmo internacionalmente.
> HB: Porque que o senhor diz isso?
> AM: O Brasil foi com aquela tese de que cada um é dono do seu nariz e a minha canoa é única, é brasileira, ninguém tem direito a falar coisa alguma. [...] A mentalidade era essa. Só que essa mentalidade caiu no vazio, porque foi uma reação típica de país colonial - entende? - que quer mostrar independência. Não existe país independente nesse mundo. É tudo dependente economicamente e hoje a gente já sabe disso, mas naquela época havia aquele nacionalismo extremo. A revolução incentivava, inclusive, para manter o espírito coeso. Então, o Brasil foi com essa postura: não admitir. "Vocês querem falar em conservação dos recursos, combate a poluição? Muito bem, mas vamos combater a poluição nos Estados Unidos, no Brasil não. Ninguém toca no Brasil. O Brasil faz o que bem entende". Entendeu? E eles caíram no vácuo, porque a crítica foi mundial, em torno disso.

> Foi tamanha, que o Itamarati mudou de postura e o governo brasileiro criou a Secretaria do Meio Ambiente - primeira providência – e, posteriormente, criou o Parque Nacional da Amazônia, para justificar que estava preocupado sim com a Amazônia. Você está entendendo? Foi um benefício, não tem dúvida. Tudo é lucro. Afinal de contas, quando você está na miséria qualquer coisa é negócio. Mesmo que seja mal feito, mal planejado, mal localizado, uma porção de coisa. Eu desconfio que na volta, quando nós voltamos dos Estados Unidos, houve a tentativa de mostrar ao resto do mundo que o Brasil estava firme na sua posição de soberania nacional, mas preocupado com o meio ambiente aqui dentro. Então, houve essas medidas assim [...]
> [Alceo Magnanini, Tijuca, Rio de Janeiro, 29.12.1998]

O fato é que a partir de 1979 deu-se um grande impulso à criação de novas UCs de uso indireto no país como um todo - e na Amazônia em particular. Somando a área das UCs criadas entre 1965 e 1985, Guimarães observa que a superfície do Brasil protegida - aproximadamente 12 milhões e meio de hectares - é seis vezes superior ao que foi protegido em qualquer período anterior (Guimarães 1991b, 166). Entre 1979 e 1985, foram criados dez parques nacionais, quatro dos quais na região Amazônica, e treze reservas biológicas, cinco destas na mesma região. Entre 1981 e 1985, foram quinze estações ecológicas, onze na Amazônia Legal. Ao todo, foram criadas 20 UCs de uso indireto nesse período, somando aproximadamente 9.732.917,00 ha. Wetterberg define a década de 1974 a 1984 como “a década de progresso para os parques nacionais e áreas protegidas sul-americanos” (Wetterberg et alii 1985). O Regulamento dos Parques Nacionais do Brasil, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - que institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente e o Conselho Nacional do Meio Ambiente - e a regulamentação das estações ecológicas e áreas de proteção ambiental também datam deste período - respectivamente, 1979 e 1981 as duas últimas.

Verifica-se, assim, um grande progresso de medidas conservacionistas, tanto administrativas quanto jurídicas, ao tempo do governo Figueiredo, o último do regime militar. Essa coincidência é tanto mais significativa quanto aparentemente contraditória, pois, como já observei, esse é o período de expansão induzida da fronteira agrícola para a Amazônia - via projetos de colonização oficiais - e de criação de localizações privilegiadas para a valorização de capitais privados e o crescimento “polarizado” - via subsídios e investimentos públicos no setor de infra-estrutura regional. Foi, portanto, o mesmo contexto histórico em que o regime militar levou adiante as políticas que têm sido responsabilizadas por efeitos sociais e ambientais deletérios na região (cf. Davis 1977), aquele em que mais se avançou em termos de medidas conservacionistas por meio da criação de UCs de uso indireto.

Os que estiveram à frente do processo de formulação e execução de medidas conservacionistas no Brasil e na América Latina, não só reconhecem essa sinergia particular entre conservação da natureza e regimes autoritários, como a interpretam em seus próprios termos.

> MT: [...] Eu acho muito importante - porque isso não aconteceu só no Brasil - que nos países da América Latina, quando nós tivemos ditaduras militares, quer sejam de direita ou de esquerda, *quando nós tínhamos documentos técnica e cientificamente bem preparados os militares aceitavam bem*. Eles nos respeitavam. [...] Outra coisa que eu acho muito importante é que *quando você falava de área reservada, que você tem de proteger, de evitar invasão, é uma estratégia militar*. É uma estratégia que o militar entende muito bem. [...] Mas eu diria que, realmente, *em regimes militares foi muito mais fácil no Brasil e, eu diria, na América Latina e até nos países do Terceiro Mundo, em desenvolvimento, se estabelecer unidades de conservação. O fato de você defender um território é muito fácil de perceber por militares*. Além do mais, eu acho que o regime militar - pelo menos do que eu assisti no Brasil e em outros países, como o Peru -, *os militares respeitavam o saber*. Eu acho que é por aí, sabe. Pelo menos na nossa área eles tinham um pouco de medo. Se não fizesse o que a gente estava propondo, como é que iam se comportar?
> [Maria Tereza Jorge-Pádua, Brasília, DF, 08.01.1998].

> KM: [...] This is an important paradox, and it's still happening in Latin America. [...] Right now it's in Central America. I lived this in Chile by the way. I was there under Allende, and then under General Pinochet's regime. And that is *military people have a very strong ethic about national heritage, and national history, about protecting the national assets, and for them these areas are not open to political bargaining*. They're absolute. I was not in on this in Brazil. I was in Chile. But when you go, and meet with them, and say, "The country needs to protect this area because it's a unique natural resource, etc. etc." They have no trouble comprehending that message, and you reach agreement very quickly. *There's a pragmatic view too from their side, and that is: they love to have large central government spaces kept free of human habitation along the boundaries of the country, because that means they can go in there* but that anybody else has [?] found that they shouldn't be there. It is a federalized area that remains federalized. That [?] attitude was replaced somewhat with the agricultural frontier idea of creating villages and farms up to the boundary. But you see both of them. I mean. You look at the first parks in Brazil, look at the first ones in Argentina, Chile. They're all on the boundaries, specially where the boundary is disputed, because that's one way to avoid having to deal with the dispute, and it's a place where nobody is supposed to be in there. So I think in part that the reason is [?] blossomed - and by the way, it was the same in Peru. Under military government conservation programs received considerable support and investment, and I think that *the reason is because military leaders had little problem understanding the reason for protecting national heritage*. I'm a democrat completely, OK? But during the democratic phases of government issues like social issues, economic issues, poverty issues, health issues became more dominant in the parliamentary process - as they should, right? - but conservation is very low in that debate. So then, that to me is the paradox we all feel: we want to have democracy, but it's not easy sometime for democracies to bring conservation into serious treatment in the face of poverty or other issues of that nature.
> [Kenton Miller, World Resources Institute, Washington, DC, 06.05.1999]

Julgo ser possível demonstrar que essa relativa facilidade em se estabelecerem UCs de uso indireto nos regimes militares é mais do que o resultado de um mero concurso favorável de circunstâncias, devendo-se a um conjunto complexo de fatores, entre os quais se destaca a gestão estatal estratégica do território - a politização da estrutura espacial do país - como instrumento e condição da via brasileira, eminentemente autoritária, para a modernidade (Becker 1988, 199a, 1990b e 1992). As condições de possibilidade de criação das UCs de uso indireto na Amazônia brasileira, no período aqui enfocado, e as instâncias responsáveis pela sua gestão enraízam-se num conjunto de ações engendrado no contexto do regime militar, visando a um planejamento globalizante e integrado do desenvolvimento do país, de caráter centralizado e hegemonicamente econômico, e à apropriação da dimensão política do espaço, como forma de controle social.

3.3.1. O pivô geográfico ou a jangada de pedra?

Sem este objetivo firme e permanente[a ação persistente do Governo em um trabalho de incorporação], aquela Amazônia onde se opera agora uma seleção natural de energias, e diante da qual o espírito de Humboldt foi empolgado pela visão de um deslumbrante palco, ***onde mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo****, a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa - pela expansão centrífuga do seu próprio movimento.*

Euclides da Cunha (1904)

As iniciativas de “valorização” da Amazônia brasileira são tão antigas quanto a própria República. O que vai diferenciar os esforços que terão lugar a partir da segunda metade dos anos 1960 é a imbricação da ciência e da tecnologia com as estruturas sociais do poder e a propensão para uma ação estatal autônoma, características das ações de planejamento centralizado do regime autoritário, tendo em vista a concepção que se tinha da ordem internacional àquele momento e do lugar contextual do país dentro dela. Eram essas ações de planejamento que Miller percebia como o veículo ideal para a conservação da natureza na América Latina como um todo. Desse modo, faz-se mister revolver um pouco o decantado simbólico que constitui a matriz dessas ações.

Pode-se dizer que a configuração da “questão Amazônica” é contemporânea da constituição de sociedades políticas independentes na América do Sul. Marilene Corrêa da Silva pondera que antes mesmo das sociedades nacionais sul-americanas se

constituírem como unidades territoriais e políticas autônomas, a “região” já havia sido enlaçada pelos “processos de globalização originários”, que “retiraram-lhe a inocência e lançaram-lhe no jogo das forças internacionais do mercantilismo, do absolutismo monárquico, do absolutismo ilustrado, da acumulação originária, da Razão” (Silva 1994, 4). Tendo o Brasil como foco, ela adverte

> Quando a sociedade nacional alcançou a Amazônia, em 1823, a região já estava articulada [...] em mais um momento do processo de globalização econômica, política e cultural. O mercado capitalista em expansão, sob a supremacia inglesa, já criara laços comerciais entre os produtores da Amazônia e a burguesia capitalista, *subvertendo o exclusivo metropolitano*, que, na prática, ainda era exercido [Silva 1994, 12; ênfase no original].

Conforme a interpretação proposta pela autora, a “Amazônia brasileira”, que nascera com a independência, já se encontrava fraturada por movimentos de continuidade e ruptura com a “Amazônia portuguesa”, aí incluídos: a emergência de grupos sociais de interesse autônomos face aos desígnios do poder colonial e a resultante efervescência política que opôs a elite colonial e a elite regional emergente (Silva 1994, 12-13; cf. tb. Cap. 4). Para a autora, este seria mais um sinal evidente de que as projeções das contradições econômicas e políticas do mundo em conflito na Amazônia, ao combinarem-se com as ações internas, fundaram várias questões: o confronto entre região e nação, as questões indígena e agrária, a questão do modelo de desenvolvimento econômico - agricultura ou extrativismo - e de organização política,

> que ecoam, hoje, como vozes do passado, nas questões de ser ou não ser a Amazônia um patrimônio do planeta, da autodeterminação dos povos indígenas, nos debates do desenvolvimento sustentável e das reservas extrativistas, da redivisão sócio-cultural [e político-administrativa] da Amazônia Brasileira [Silva 1994, 13].

O modo irreversível como os espaços e as temporalidades das relações globais constituíram-se na Amazônia, explicaria, para a autora, “o fiasco da nação” nessa região, ou melhor, a incapacidade do Estado-nacional recém-instituído dar conta das relações e estruturas já estabelecidas ali: a herança colonial mercantil, racista e escravista; a acentuada desigualdade entre os grupos sociais; a estrutura de elites predominantemente estrangeiras rigidamente hierarquizada; etc. (Silva 1994, 14). Desse modo, o desafio posto pela questão continental comum da Amazônica sul-americana tem sido o de transformar a sua condição virtual e vulnerável, humanizá-la e mantê-la sob o controle das respectivas sociedades nacionais historicamente constituídas (Becker *apud* Silva 1994, 27). Como disse Getúlio Vargas, ao tempo da “Marcha para o Oeste”, tratava-se de transformar a sua força cega em energia disciplinada (Kuehls 1996), sob o

risco dela se destacar do país, “naturalmente e irresistivelmente”, como sugeriu Euclides da Cunha no início do século XX – o que atesta a constância da questão.

Silva sugere-nos, assim, que os grandes lineamentos da “questão Amazônica” podem ser compreendidos como “ecos” dos desafios postos pelo modo de inserção originário dessa área de limites imprecisos na ordem internacional do capitalismo nascente. Ao propor-me estudar um determinado fenômeno sociocultural e histórico na Amazônia brasileira, interessa-me não só realçar as continuidades - como faz Silva, ao enfatizar os alicerces da questão -, mas considerar: (a) os significados cambiantes do meio ambiente e da sociedade na Amazônia, ligados à história da nossa formação social; (b) as definições discrepantes da região entre as diferentes disciplinas científicas (geografia, biologia, economia); e (c) o que acontece quando o discurso científico é retomado na luta das e pelas classificações.

Apoiado numa revisão da literatura de cronistas e viajantes brasileiros e estrangeiros ao longo dos séculos XIX e XX, e limitando-se à região do Araguaia/ Tocantins, Amazônia meridional, Fisher sugere que a percepção da Amazônia como *wilderness* - natureza selvagem e refratária a certos tipos de empreendimento - é um fenômeno deste século. Ele começa chamando atenção para os significados mutantes do meio ambiente na Amazônia, à luz das sucessivas tentativas de organizar a área para suprir de matérias-primas o mercado global e de modernizar suas indústrias, as comunicações e a organização social. Observa em seguida que, no que concerne aos viajantes do século XIX, tanto nativos como estrangeiros, o ambiente natural em si não é figurado como obstáculo à produção de riqueza, sendo descrito, ao contrário, ora como rico, ora como favorável. As narrativas - nativas e forâneas - parecem concordar em atribuir aos íncolas a situação geral de pobreza, descrita pelos estrangeiros, ou de decadência e abandono de centros anteriormente produtivos, descrita pelos brasileiros - os quais acrescentam, à conduta dos aborígines, a ausência de controles administrativos e a inabilidade governamental. Assim, mais do que o ambiente natural, disposições de caráter dos aborígines - preguiça, indolência, nomadismo - supostamente vinculadas a características raciais, constituíam o problema para o qual a imigração - introduzindo a variável do vigor e da aplicação humanas - e a ressurreição da produtividade de outrora - sofisticando a administração do governo - eram a solução (Fisher 1996).

Segundo Fisher, considerando o padrão pulsante - de expansão e retração subseqüente - característico dos empreendimentos econômicos na área, é possível conceber que foi o advento da moderna ideologia do desenvolvimento que criou o

contexto para a adoção de uma retórica de fronteira para descrever a dinâmica da colonização da Amazônia. As imagens da exploração, da descoberta, da conquista do desconhecido e da ocupação do vazio demográfico passaram a prevalecer. Por sua vez, os problemas e dificuldades encontrados *na* área foram geografizados, passando a serem "problemas *da* região". Em contraste com as imagens hegemônicas no século XIX, essa nova ordem discursiva levou à invisibilização povos indígenas e outros da história social da área e das recomendações dos planejadores de políticas de desenvolvimento para a região. Na mesma linha, Arnt (1992) observa que essa "alegoria naturalista" da região - elemento chave no desenvolvimento da nossa ideologia nacionalista - foi instrumental como pretexto para a sua exploração predatória em nome do desenvolvimento nacional.

Essa dimensão sociocultural dos processos de regionalização congrega, também, os embates em torno da caracterização biofísica *strictu sensu* da região, entre diversos atores, com base em vários critérios. Os limites, fronteiras e conteúdos da região foram e permanecem sendo objeto de disputas as mais variadas. Dependendo do critério e da disciplina ou dos sub-campos disciplinares considerados, os limites e a magnitude da região serão distintos.

Para os técnicos que elaboraram o estudo que definiu as prioridades de conservação da natureza na Amazônia, em 1976 (cf. infra), a região se confunde com toda a bacia de drenagem do rio Amazonas. As províncias biogeográficas que identificam e pretendem ver representadas nas áreas protegidas são aquelas presentes na bacia. A hierarquia de prioridades que estabeleceram considera tanto a extensão da região além das fronteiras políticas nacionais brasileiras, quanto a representatividade das UCs já criadas nos demais países sul-americanos com "territórios amazônicos".

Ocorre que esta não era a única alternativa disponível de caracterização da região em termos biofísicos estritos. Do ponto de vista geológico, ela se estenderia entre as duas províncias de formação pré-cambriana na América do Sul e seria limitada por elas: o maciço guianense, ao norte, e o escudo do planalto central brasileiro, ao sul. Humboldt, por sua vez, havia definido a Amazônia em termos de sua floresta, a *Hylaea* amazônica, ou seja, a área de distribuição da floresta tropical úmida, cujos contornos divergem parcialmente dos da bacia de drenagem - excluindo-se aí os altos cursos dos rios Mamoré e Guaporé, os altos vales andinos e as savanas e montanhas tabulares do sul das Guianas, Venezuela e Roraima. Houve mesmo quem sugerisse usar a

distribuição do gênero *Hevea* para definir os limites da Amazônia brasileira (cf. Rylands 1991, 1).

No caso brasileiro, ademais, há que considerar uma dimensão político-administrativa estrita e historicamente datada: a Amazônia Legal, criada pelo Decreto nº 5.173, de 27.10.66, com uma área de 4.975.527 km2, com o intuito de orientar e dirigir investimentos e incentivos para a valorização da região; área esta que se sobrepõe, parcialmente, à região político-administrativa Norte. Esta dimensão é importantíssima para os efeitos da pesquisa, posto que se deu no mesmo contexto histórico das macropolíticas de desenvolvimento regional em que se formulou e se iniciou a implementação da política setorial de UCs para a região.

Desse modo, se a Amazônia constitui a delimitação geográfica deste trabalho, ela o é como objeto de disputa entre diferentes perspectivas e abordagens, formuladas por diversos atores e distintas disciplinas, e cambiantes no tempo. Se Silva, Fisher e Arnt estão corretos, as iniciativas contemporâneas de valorização da Amazônia brasileira apresentar-se-iam como herdeiras, por um lado, dos desafios postos pelo modo de inserção original da área na ordem internacional do capitalismo nascente, e, por outro, de uma visão colonial e desenvolvimentista historicamente datada. Isso implica reconhecer que o que faz a região não é tanto o espaço, senão o tempo, ou seja, a dialética histórica da diferenciação cumulativa, os sucessivos estratos simbólicos que ali se superpõem. Nada há, nem mesmo as paisagens ou os solos, tão caros aos geógrafos, que não sejam heranças ou produtos históricos de determinantes sociais. A caracterização da região Amazônica, posta deste modo, fornecerá pistas para entender tanto a concentração da criação de UCs de proteção integral na região entre 1974 e 1985 quanto as novas apropriações e semiotizações de que vem sendo objeto hoje.

3.3.2. O “projeto geopolítico da modernidade”

Os “planos nacionais de desenvolvimento” implementados a partir do golpe militar de 1964 podem ser vistos como expressões dos fundamentos doutrinários do “projeto geopolítico da modernidade no Brasil”, especialmente no que concerne: (i) à visão global do mundo sob guerra ideológica e tecnológica, (ii) à visão pragmática e planificada do Estado como a unidade de poder por excelência no cenário internacional e (iii) à definição do papel deste nos países subdesenvolvidos, dada pelo imperativo do planejamento estratégico governamental. Essas seriam as premissas do que Becker denomina o “projeto geopolítico da modernidade no Brasil”, cujo marco

> é a intencionalidade no controle do vetor científico e tecnológico moderno para o domínio sobre o tempo e o espaço, entendido como condição necessária para acelerar o ritmo e a escala do crescimento econômico. Condição também da consolidação e do crescimento do papel dirigente do Estado [...] na medida em que ele é entendido como o único ator capaz de promover mudanças através do planejamento "racional" [Becker 1992, 132].

A importância que assumiu o domínio do vetor científico-tecnológico moderno no "projeto geopolítico" nacional, transparece na intencionalidade deste, ou seja, na busca da autonomia tecnológica, através de uma ideologia nacionalista, base da articulação entre Estado, empresas e sistema científico e tecnológico. Os marcos principais da priorização da ciência e da tecnologia (C&T) como fator de aceleração do desenvolvimento nacional sob a direção do Estado, situam-se na década de 60 com o advento do regime autoritário. A ampliação da ação direta do governo para a pesquisa e desenvolvimento (P&D), em termos não só de planejamento e incentivo, mas de execução, dar-se-á, contudo, na década de 1970, esboçando-se a tendência à política de substituição de tecnologia (cf. Becker 1988).

Segundo a análise da autora, no período do segundo após-guerra, caracterizado pelo planejamento e pela imbricação da C&T com as estruturas sociais do poder, constitui-se no Brasil um novo padrão de inserção na ordem política planetária. A modernidade e o desenvolvimento não diriam mais respeito apenas à modernização, mas ao domínio da racionalidade em todos os setores do pensamento social, para a qual se dirigem vários projetos que emanam de diferentes segmentos sociais. Nesse contexto, o Estado passa a ser visto como o único agente capaz de, por meio de um planejamento racional e centralizado, acelerar o ritmo do desenvolvimento, permitindo ao país ingressar na nova era que se vislumbrava. O seu papel será cada vez mais abrangente e a sua atuação passa a ser sistemática, com vista a todos os setores de atividade e a todo espaço nacional, passando à produção do seu próprio espaço político (Becker 1988, 111).

O planejamento racional sob a égide do Estado, que coordenaria tanto as atividades de caráter econômico, como político, social e de defesa do país, dentro de uma rigorosa prioridade na aplicação de recursos escassos, era percebido como condição para desencadear o processo auto-acelerador do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos. Num contexto em que a intervenção estatal justifica-se desse modo, o planejamento é figurado como o único método para conduzir com eficiência a política da nação, "o caminho único para a libertação do empirismo e do regime de improvisações dispendiosas" (Becker 1988, 114). O fortalecimento do potencial nacional surge, assim, como foco da Política de Segurança Nacional no Brasil, que visa "salvaguardar a

consecução de objetivos vitais permanentes (objetivos políticos) da Nação contra quaisquer antagonismos tanto externos como internos" (*apud* Becker 1988, 113); daí as restrições aos direitos de cidadania e a ampliação das atribuições do Poder Executivo.

No que concerne às proposições de política espacial para dentro do país, de geopolítica interna, o principal problema diagnosticado era a concentração do ecúmeno nacional na faixa costeira, donde a necessidade de aceleração da integração do território, por meio de um planejamento de longo prazo e de recursos vultosos, para eliminar o perigoso vácuo de poder. Por razões de acumulação e de legitimação, segundo Becker, a ocupação da Amazônia foi promovida à prioridade máxima, considerada fundamental à manutenção do "equilíbrio geopolítico" interno e externo: oferecendo uma solução para os problemas de tensão social na periferia e para o crescimento do centro, e servindo para incrementar a proeminência do Brasil na América do Sul - de que trato, a seguir.

Ainda conforme Becker, foi pela manipulação do território que a tecnocracia dirigente da década de 1970 buscou modernizar aceleradamente o país, sem afetar a estrutura social hierárquica. Segundo a lógica do "projeto geopolítico", consolidaram-se, principalmente no âmbito do II PND, instrumentos destinados e à centralizar o poder (Becker 1988, 118) e a ordenar o território, buscando "a remoção dos obstáculos materiais, políticos e ideológicos à expansão capitalista moderna" (Becker 1992, 132). Isso se fez impondo ao território nacional uma poderosa malha de duplo controle, técnico e político, a "malha programada", correspondente aos programas e projetos governamentais e de empresas públicas e privadas, como instrumento da modernização conservadora.

Entre os componentes dessa "malha" que se impôs ao território nacional, destaca-se, para os nosso objetivos, a criação de novos territórios superpostos à divisão político-administrativa vigente e, portanto, à soberania das unidades federativas da região, sobre os quais o Estado e/ou o capital privado - nacional e/ou internacional - exerceram jurisdição direta e/ou direitos de propriedade absolutos (Becker 1988, 118; 1990a, 14 e ss.; 1992, 133). Geridos por instituições estatais ou diretamente pelo governo central e desprovidos dos instrumentos político-institucionais que garantissem a representatividade da população local, esses territórios da gestão estatal empresarial tornaram-se enclaves autônomos, verdadeiros Estados dentro dos estados (Becker 1992, 133). Os outros componentes da "malha programada" seriam as grandes "redes" transversais de integração espacial de diversos tipos implementadas e/ou estendidas nesse período - viária, urbana, de telecomunicações, de informação, de energia elétrica (UHEs), institucional, bancária, etc.-, os subsídios ao fluxo de capital e a indução dos fluxos migratórios.

Ao falar nos territórios federais superpostos criados, por decreto, pelo governo federal, Becker tem em mente basicamente a Amazônia Legal, a faixa de 10 km. de ambos os lados das estradas federais abertas nesse período, os “pólos de desenvolvimento” implantados como base da estratégia seletiva de desenvolvimento implementada na segunda metade da década de 1970, o modelo do Projeto Grande Carajás desenvolvido pela Cia. Vale do Rio Doce e o Projeto Calha Norte, entre outros.

Gostaria de sugerir que, numa outra escala, as UCs de uso indireto na Amazônia e os conflitos gerados pela sua implementação sejam compreendidos nos marcos dessa interpretação avançada pela autora. Creio que as situações sociais produzidas pela implementação de UCs na Amazônia brasileira podem ser interpretadas nos marcos do conflito entre a poderosa “malha programada” ou “projetada” de duplo controle técnico e político imposta no território nacional, e a “malha sociopolítica viva” - o espaço vivido, a territorialidade como expressão de grupos sociais cuja identidade tem alguma base territorial (nos termos de Becker 1988, 1990a, 1990b e 1992).

É importante destacar que na Amazônia são encontrados todos os componentes da “malha programada”: as novas territorialidades superimpostas pelo governo federal, a implementação das grandes redes destinadas à integração física que recortaram a floresta, a indução dos fluxos migratórios e os subsídios aos investimentos nacionais e multinacionais que favoreceram a apropriação privada da terra. É importante observar que as políticas territoriais constituíram importante subestratégia dos sucessivos planos de desenvolvimento e macropolíticas econômicas (cf. Costa 1988).

Foi assim que o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-74) tratou de desenhar estratégias para consolidar o poder competitivo nacional do país (Guimarães 1991b, 182). A estratégia de alargamento das fronteiras econômicas internas do país - em suas várias instâncias: agrícola, industrial, agroindustrial, urbana, de povoamento, de infra-estrutura regional, etc. - estava patente no Programa de Integração Nacional (PIN), base dos objetivos da política regional enumerados no I PND, cuja característica é a política de ocupação econômica das chamadas “áreas vazias” do território nacional, com base num povoamento a partir de “projetos de colonização” oficial. Estes estavam dirigidos preferencialmente para as faixas de até 10 km de largura ao longo da rede viária, visando o assentamento de pequenos produtores (cf. Costa 1988).

O II PND (1975-1979) representou o abandono dessa intenção e das iniciativas em curso, em favor de um outro tipo de ocupação econômica. A estratégia adotada a partir de então fez uma clara opção pelo grande empreendimento da fase monopolista do

capitalismo, a partir de capitais privados nacionais e estrangeiros. Tinha atrás de si todo o tipo de estímulos governamentais e a atuação do Estado nos investimentos de infra-estrutura regional, criando as condições materiais para a ocupação pretendida. A concentração dos investimentos em mega-empreendimentos estatais e privados, ou seja, os que propiciassem maiores possibilidades de retorno a curto prazo, respondia à ênfase do plano em fazer crescer os setores que pudessem contribuir de modo decisivo para o crescimento das exportações, em função dos déficits que vinham se acumulando (cf. Costa 1988). O objetivo explícito do plano era completar de uma vez por todas a implantação da indústria pesada no país, expandir ainda mais a produção de bens de capital e bens intermediários, e ampliar a infra-estrutura de energia, transporte e telecomunicações (Guimarães 1991b, 182).

Entre os programas especiais previstos para esse fim, desenhados com base na idéia dos "pólos regionais", estava o POLAMAZÔNIA. A lógica central do crescimento "polarizado" foi o uso de subsídios e investimento público, como instrumento de criação de localizações privilegiadas para a valorização de capitais privados. Essa nova orientação governamental implicou maior concentração de recursos em setores selecionados da região - principalmente agropecuária e mineração -, privilegiando aquelas áreas amazônicas que já há algum tempo apresentavam algum dinamismo, traduzido em concentração econômica e populacional.

Como observa Guimarães, pela primeira vez, entretanto, um PND dedicou um capítulo inteiro aos "grandes temas de hoje e amanhã", o desenvolvimento urbano, o controle ambiental e a preservação do meio ambiente. O II PND incluiu como objetivo nacional "atingir o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastar *o patrimônio nacional de recursos naturais*". Declarava ainda que "o Brasil deve defender *o seu patrimônio de recursos naturais* sistemática e pragmaticamente. *A sua conservação faz parte do desenvolvimento*". Em referências específicas à Amazônia, o II PND demandava "imediata designação de Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Reservas Biológicas" como parte mesma da política nacional de desenvolvimento. As ênfases, aqui, são todas minhas.

Este mandato complementava o Artigo 5º do Decreto nº 74.607 de 25.09.1975 que instituiu o Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia-POLAMAZÔNIA. Estabeleceu-se que "os Planos de Desenvolvimento Integrado", para cada um dos 15 pólos de desenvolvimento previstos - áreas de desenvolvimento prioritárias -, deveriam considerar "a designação de terras para Reservas Biológicas e Florestais, Parques

Nacionais e Reservas Indígenas". O POLAMAZÔNIA, elemento central do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia - componente do II PND -, é o mesmo programa cujos devastadores efeitos sociais e ambientais foram descritos por Shelton Davis (Davis 1977, 109-168). Não obstante, veremos a seguir que a definição das prioridades de conservação da natureza na Amazônia dialoga diretamente com o POLAMAZÔNIA e que foram de parcelas programadas deste Programa que se retiraram os recursos para a indenização de benfeitorias e a aquisição de glebas de terras em áreas destinadas à instalação de estações ecológicas dentro da sua zona de influência.

3.3.3. O Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal e o IBDF

A definição das "prioridades em conservação da natureza na Amazônia" (Wetterberg et alii 1976) deu-se no âmbito do Projeto PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, resultado de um convênio assinado entre estas agências em 16 de julho de 1971, o qual veio a denominar-se Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF), aprovado em 1973 pelo Decreto n° 73.069, de 01.11.1973. O Projeto teria resultado de um pedido do governo brasileiro à FAO - que tinha atuação intermitente no setor florestal brasileiro desde o início dos anos 1950 - para ajudá-lo a modernizar a sua indústria florestal (Foresta 1991, 31). Como já indiquei, a FAO e o PNUD, tradicionalmente orientadas para o desenvolvimento econômico, vinham coordenando programas de conservação de recursos em diversos países. Desse modo, a FAO recomendou que fosse incluída no Projeto uma avaliação das necessidades brasileiras de preservação da natureza, com o quê o governo brasileiro consentiu (Foresta 1991, 31).

Foi Kenton Miller, que à época estava completando o *Regional Project on Wildlands Management*, que a FAO chamou para supervisionar a avaliação das necessidades de conservação da natureza no Brasil. Isso veio de encontro a um anseio seu, posto que, como vimos, ele havia tentado, sem sucesso, incorporar o Brasil no Projeto FAO/RBF. Gary Wetterberg, que foi orientando de doutorado de Miller e cuja associação com este datava de 1968, foi o profissional selecionado para realizar o trabalho de campo do PRODEPEF no Brasil. Vinculou-se a este como consultor em 1975, com a tarefa específica de avaliar as necessidades gerais da conservação no Brasil, com ênfase particular na Amazônia, e de produzir um conjunto detalhado de recomendações, no qual um programa de conservação efetivo pudesse se basear (Foresta 1991, 32).

O IBDF era o órgão federal responsável, simultaneamente, pela política florestal e pela política de conservação dos recursos florísticos e faunísticos em todo o território nacional. Criado em 1967, nos marcos da reestruturação "revolucionária" do aparelho de Estado em nível federal, o IBDF fundiu – ou melhor, acomodou administrativamente - as seguintes agências do Ministério da Agricultura: o Instituto Nacional do Pinho, o Departamento de Recursos Naturais Renováveis e o Conselho Florestal Federal - responsáveis pela coordenação das atividades de reflorestamento, de caráter conservacionista e de comercialização e industrialização da madeira.

Resultou, segundo a interpretação oficial, do reconhecimento da complementaridade que deveria existir entre as políticas conservacionista e florestal, o que, por sua vez, "revelou a necessidade da criação de mecanismos institucionais, capazes de proporcionar estreita coerência entre estes dois aspectos da mesma problemática, de tal forma que uma atividade viesse apoiar e estimular o desenvolvimento da outra" (IBDF 1975, 85). Ainda conforme a mesma fonte, seria "de todo inconveniente para o Brasil" que a coordenação da política conservacionista fosse atribuída a um órgão distinto do que tratasse da política florestal. Isso porque, "em um país carente de recursos" só a atividade econômica florestal poderia financiar as atividades e medidas conservacionistas, por meio de instrumentos de execução "capazes de servir a*os objetivos comum e racional de utilização dos recursos naturais renováveis*" (IBDF 1975, 87; ênfase minha).

Essa interpretação oficial sobre a inconveniência de atribuir a órgãos distintos a coordenação da política conservacionista e a política florestal, contrasta fortemente com a visão de técnicos da área de conservação da natureza que foram absorvidos pela estrutura do novo Instituto. Alceo Magnanini declarou em entrevista que, quando estavam cogitando a criação do IBDF, em meados da década de 1960, chegou-se a pensar em chamar o novo órgão de Instituto Brasileiro de Conservação Ambiental, mas "lá em Brasília acharam melhor botar desenvolvimento porque era o que carreava dinheiro na política". Ele disse também que, na ocasião ele tentou desesperadamente desmembrar os parques nacionais e as reservas equivalentes, mas não conseguiu, pois achava que eles deveriam estar em institutos separados.

De todo modo, o IBDF constituía o marco institucional que teria possibilitado ao governo brasileiro incorporar a sugestão da FAO de incluir um componente de conservação num projeto de modernização da indústria florestal - malgrado as suspeitas

anteriores do governo brasileiro quanto a uma iniciativa multilateral de conservação da natureza na América Latina.

No que concerne especificamente à sua "integração na política federal de desenvolvimento da Amazônia", cinco anos após a sua criação o IBDF apresentou-se como "elemento básico na valorização da Amazônia"[13]. Em 1972, o Instituto criou, estruturou, proveu com servidores, fixou as instruções, definiu a metodologia de atuação e regulamentou o Grupo de Operações na Amazônia (GOA) "para definir e controlar uma política de utilização racional dos recursos naturais renováveis da Região Amazônica" (Art. 1º, Portaria nº 2.708, de 23.02.1972, da Presidência do IBDF), cujas atividades foram custeadas com recursos do PIN.

Coordenado pelo IBDF e integrado por técnicos deste Instituto e representantes da Coordenadoria da Região Norte do Ministério da Agricultura, do Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte, do Departamento de Recursos Naturais da SUDAM, do INCRA, do INPA e do INPE, o GOA foi estruturado em três subgrupos - coordenação, executivo e de estudos e pesquisas -, que por sua vez se dividiam em equipes, cada qual com as suas atribuições. A chefia do Subgrupo de Estudos e Pesquisas foi designada a Jean Dubois, perito da FAO. A Equipe IV deste Subgrupo, composta por IBDF, SUDAM, INCRA, Coordenadoria do Norte do MA e SOPREN, tinha que fazer pesquisas para a identificação de áreas a serem transformadas em parques nacionais e reservas equivalentes. Já a Equipe II do mesmo Subgrupo, composta por IBDF, IPEAN, INPA, SUDAM e FAO, tinha a atribuição de efetuar estudos para a implantação do Centro de Pesquisas Florestais da Região Amazônica previsto no PRODEPEF.

O "Plano de Operações" PRODEPEF[14] definia como sua finalidade "dar assistência ao Governo, para a integração e a expansão das atividades de pesquisa florestal, nas três principais regiões florestais do Brasil: a da Amazônia, a do Cerrado e a do Sul" (IBDF. PRODEPEF 1973, 2). Definido como um "programa de âmbito nacional de grande envergadura", o Projeto deveria atingir os seguintes objetivos: (a) fortalecer institucionalmente o IBDF; (b) aperfeiçoar as bases tecnológicas, biológicas e econômicas, para o desenvolvimento da indústria florestal, pela intensificação das

---

[13] Cf. *Brasil Florestal*, ano 3, n. 11, julho/setembro de 1972, pp. 8-18.

[14] Os dados apresentados neste e nos parágrafos seguintes sobre o PRODEPEF constituem resultado parcial da sistematização e análise efetuada pelos bolsistas de iniciação científica Christian Teófilo da Silva e Cloude de Souza Corrêa nos marcos do projeto "Da Naturalização da Nação à Internacionalização da Gestão

atividades de pesquisa e desenvolvimento nesse campo e pela sua coordenação em bases nacionais; (c) aumentar a produção de matéria-prima para a indústria florestal, expandindo e melhorando a introdução e uso de espécies de rápido crescimento; e (d) expandir a utilização em escala nacional, dos vastos recursos florestais do Brasil, removendo os obstáculos técnicos, econômicos e outros que dificultam essa utilização. Previa-se também: (a) a preparação de técnicos brasileiros em nível de pós-graduação e a realização de cursos rápidos, reuniões, encontros, simpósios, etc., visando à formação dos técnicos brasileiros ligados às empresas florestais; e (b) a realização de um programa de divulgação técnica, por meio de publicações de resultados parciais ou conclusivos, além de notas informativas sobre a evolução da técnica florestal brasileira (IBDF. PRODEPEF 1976, 2-5).

Em 1973, o PRODEPEF e seu respectivo "Plano de Operações", conseqüente ao convênio firmado pelo governo brasileiro com o PNUD, foram aprovados por Decreto, no qual foram definidas as finalidades do Projeto: promover a integração da pesquisa florestal; realizar a capacitação de pessoal técnico necessário a pesquisa e desenvolvimento florestal; promover a realização de pesquisa florestal para atender a imperativos ecológicos e econômicos; cooperar com o setor industrial madeireiro na solução de seus problemas técnicos; estruturar e implantar a pesquisa atribuída por lei ao IBDF, assessorando-o na solução de seus problemas técnicos (Art. 3º, incisos I a V).

Todas as atividades do PRODEPEF deveriam desenvolver-se no âmbito do IBDF, sob a supervisão deste, podendo o Presidente do Instituto delegar ao Projeto autonomia decisória quanto às atividades técnicas de pesquisa e de natureza administrativa (Art 2º). Para a consecução daqueles objetivos e depois de verificada a impossibilidade de utilização de pessoal próprio do IBDF, este ficava autorizado a recrutar o pessoal técnico para o desempenho das atividades de natureza técnica e de campo, a ser contratado por tempo determinado, dentro do limite de recursos disponíveis para o Projeto no Orçamento da União (Arts. 5º e 6º). Ao término do convênio, o IBDF ficava encarregado de promover as medidas necessárias a integrar o PRODEPEF na estrutura da autarquia na condição de Departamento de Pesquisa e providenciar a reformulação da lotação de seus quadros em vista das necessidades de pessoal para atender à consolidação dos trabalhos de pesquisa e de experimentação florestal (Art. 8º).

---

da Natureza: Para uma etnografia histórica da administração das unidades de conservação no Brasil", sob a minha orientação.

Por meio da rede constituída pelos Centros - depois, com o Decreto, Art. 4º, Comissões - Regionais de Pesquisa pretendia-se estabelecer a integração com agências de pesquisa e empresas madeireiras, com o objetivo de iniciar ou dar continuidade aos trabalhos em desenvolvimento no setor florestal, acionando-se e financiando-se os mesmos por meio de convênios e acordos de cooperação técnica com a FAO - que cedia os seus peritos -, universidades e institutos de pesquisa. Entre os centros/comissões previstos para serem criados à época estavam o Centro Nacional de Treinamento em Pesquisa Florestal (Brasília), o Centro de Pesquisas Florestais da Região Sul (Curitiba), o Centro de Pesquisas Florestais da Região do Cerrado (Belo Horizonte) e o Centro de Pesquisas Florestais da Amazônia (Belém). Uma equipe do GOA ficou responsável pelos estudos relativos à implantação do Centro da Amazônia (cf. supra.). Nos termos de Becker, a rede dos centros regionais de pesquisa constituiria, assim, uma importante expressão da articulação e da ampliação da fronteira tecnológica no setor florestal.

As contribuições do governo ao PRODEPEF foram consignadas ao IBDF, que, independentemente destas, pôde - como de fato o fez - utilizar recursos próprios, oriundos de outras fontes, para atender à expansão e consolidação do PRODEPEF (Art. 10º). De fato, além dos recursos de origem orçamentária, outros foram alocados ao PRODEPEF, nos seus primeiros anos, por intermédio do Programa de Integração Nacional, do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico[15] e do Programa do Trópico Úmido[16]. Mais tarde, além das fontes já mencionadas, o Projeto veio a receber recursos oriundos do II PND, do POLOCENTRO e do POLAMAZÔNIA. O IBDF, por sua vez, auferiu rendas pela prestação de serviços especializados pelo PRODEPEF - venda de publicações, foto-interpretação, levantamentos e inventários florestais, análise laboratorial de solos, madeiras e outros de igual natureza, cursos de capacitação, venda de sementes e mudas, etc. (Art. 11º).

---

[15] O objetivo do PBDCT foi formalmente definido como sendo o de definir a política de ciência e tecnologia para o Brasil, utilizando-a "a serviço dos grandes objetivos da sociedade brasileira", e, em particular, do desenvolvimento baseado na associação inteligente entre cultura humanista moderna e tecnologia, tendo o sentido de, no campo econômico, capacitar o país a produzir tecnologia e não apenas bens de consumo e produção (cf. IBDF. PRODEPEF 1973).

[16] O PTU destinava-se a coordenar a contribuição da ciência e da tecnologia ao melhor conhecimento das condições de adaptação do ser humano às peculiaridades do trópico úmido e à preservação do equilíbrio ecológico da região Amazônica. Tinha como principais finalidades: (a) enfatizar os estudos com aplicação direta aos programas de colonização e produção agropecuária; (b) esclarecer questões controvertidas, como as dos resultados do desflorestamento, no tocante às condições climáticas e ecológicas; (c) buscar soluções realísticas para problemas de conservação da natureza e controle da poluição ambiental; e (d) proporcionar maior conhecimento e controle de certas doenças humanas no trópico (cf. IBDF. PRODEPEF 1973).

O PRODEPEF chegou a ter em andamento, em 1976, 130 pesquisas, programas de caráter técnico-científico e serviços de assessoria e/ou colaboração tecnológica e científica prestados a diversas entidades - superintendências de desenvolvimento regional, universidades, empresas estatais, etc. - nas áreas de concentração das atividades realizadas no seu âmbito, sobre diferentes temas e para as diferentes regiões em que atuava: Amazônia, Cerrado, Sul, Sudeste e Nordeste - faixa litorânea, "agreste" e "sertão". Depois de ter instalado o seu Setor Gráfico em 1976, o Projeto chegou a publicar, entre 1976 e 1977, 55 trabalhos.

Ampla era a gama de temas e áreas de concentração das atividades de pesquisas, dos programas técnico-científicos e serviços de assessoria e/ou colaboração tecnológica prestados pelo PRODEPEF: clima; solo; comercialização dos produtos e subprodutos florestais; instalações comerciais; vias de escoamento de produção; mercados consumidores; perspectivas para o setor da economia florestal; patologia e entomologia; educação; informação ambiental para exploração/conservação; exploração florestal; testes de procedência e introduções de espécies; melhoramento genético e produção de sementes; tecnologia e utilização de produtos e subprodutos florestais e estudos de desbastes; hidrografia; mananciais e recursos hídricos; inventário florestal ao longo de rodovias de integração nacional; manejo de vida silvestre e fauna; estudos de política ambiental para exploração e conservação; reflorestamento; estudos da problemática sócio-econômica e ambiental; silvicultura e manejo; estudos e diretrizes para conservação e criação de reservas florestais; diretrizes para a pesquisa no setor florestal.

O desenvolvimento do PRODEPEF, portanto, se beneficiou claramente das medidas para a articulação da C&T aos planos nacionais de desenvolvimento, expressas na criação do PBDCT e de fundos especiais para a pesquisa, no incentivo à articulação entre centros de pesquisa e empresa privada e na execução integrada direta da produção de tecnologia - no caso em questão, no setor florestal.

3.4. A Definição de Prioridades de Conservação da Natureza na Amazônia

Foi cumprindo com o " moderno conceito de desenvolvimento" expresso no II PND e visando "contribuir para a realização dos objetivos brasileiros identificados no II PND e outras legislações concernentes à matéria", que se estabeleceram as "prioridades em conservação da natureza na Amazônia" (Wetterberg et alii 1976, 1). Este estudo, um dos inúmeros estudos técnico-científicos publicados pela *Série Técnica* do PRODEPEF - o de nº 08 -, constituiu o documento base no estabelecimento de um programa de

conservação da natureza para a Amazônia. O programa incluía um sistema hierárquico de prioridades e considerava, inclusive, a extensão do bioma para além das fronteiras políticas nacionais. A importância programática e metodológica desse documento se expressa no fato de constituir-se no fundamento do *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil*, elaborado e estabelecido pelo IBDF em 1979.

O objetivo principal do Plano do Sistema era o estudo detalhado das regiões propostas como prioritárias para a implantação de novas UCs e a revisão das categorias de manejo existentes, uma vez que as duas únicas categorias existentes sob a responsabilidade do IBDF - parque nacional e reserva biológica - eram consideradas insuficientes para cobrir a gama de objetivos propostos (IBDF e FBCN 1979). Apesar da recomendação da criação de outras categorias de manejo de UCs, a legislação não a cumpriu. A partir de 1979, entretanto, dá-se um grande impulso à criação de novas unidades no país como um todo - e na Amazônia em particular: o IBDF criou, entre 1979 e 1985, dez parques nacionais, quatro dos quais na região Amazônica, e treze reservas biológicas, das quais cinco na mesma região. Paralelamente, a SEMA, que havia lançado o seu Programa das Estações Ecológicas em 1976, criou quinze estações ecológicas entre 1981 e 1985, onze delas na Amazônia Legal. O PNJ e a EsEc de Anavilhanas foram criados nesse período.

De acordo com Foresta, as UCs criadas na Amazônia pelo IBDF entre meados da década de 1970 e início da de 1980, teriam sido fruto, em larga medida, da astúcia política dos planejadores da conservação, conjugada ao ambiente tecnocrático do governo federal no regime militar - que favorecia as iniciativas cientificamente orientadas - e às oportunidades que assim se apresentaram para avançar nas propostas de criação de áreas - sopesando a força e a influência de outros atores e agências com presença na Amazônia naquele momento (os colonos e o INCRA, a FUNAI e as populações indígenas, os especuladores, o grande capital privado e os próprios projetos de desenvolvimento articulados pelo Estado).

Acompanho Foresta (1991) em sua interpretação desse estudo de 1976. Trata-se de um trabalho, simultaneamente, original e fiel aos princípios do *mainstream* do conservacionismo internacional. O estudo apropria-se sagazmente do florescimento da, ainda, incipiente atividade científica em torno das florestas tropicais úmidas, conjugando as teorias disponíveis, de modo a constituir a “firme base no conhecimento científico”, sem a qual teria sido impossível defender escolhas e fazer o profissionalismo técnico apolítico desempenhar o seu papel.

Foresta faz duas observações pertinentes: (a) o tom do documento é técnico, realçando as orientações científicas usadas para selecionar as áreas prioritárias - as províncias biogeográficas, a fitogeografia e a teoria dos refúgios do pleistoceno - e para determinar o tamanho mínimo das áreas a serem protegidas - a teoria de biogeografia das ilhas; e (b) o documento é biocêntrico, enfatizando que todas as seleções de áreas a serem protegidas deveriam ser feitas com base em critérios puramente biológicos (Foresta 1991, 58).

Consideremos, em primeiro lugar, as definições técnicas e "teorias científicas" que nortearam a estruturação do documento.

De acordo com a "teoria dos refúgios", a biodiversidade no Brasil, especialmente na Amazônia, estaria associada às transformações climáticas que ocorreram durante e depois das glaciações - principalmente no Pleistoceno -, período em que o continente sul-americano teria passado de uma expansão da semi-aridez a uma posterior retropicalização. No período de semi-aridez, a caatinga teria sido a vegetação dominante, ao passo que as florestas tropicais teriam ficado restritas a pequenas regiões isoladas entre si - daí a denominação "refúgios" -, até se expandirem novamente durante a retropicalização. Segundo esta teoria, portanto, a diversidade e a distribuição diferencial das espécies animais e vegetais em florestas tropicais hoje contínuas, poderiam ser explicadas pelas amplas mudanças climáticas que teriam provocado retrações e re-expansões de florestas, no espaço total do que hoje é a Amazônia. No período de semi-aridez, as espécies teriam permanecido isoladas nos refúgios de florestas tropicais, submetidas a pressões seletivas particulares e, portanto, a diferentes processos de subespeciação. Assim sendo, descobrir a região original destes refúgios poderia fornecer importantes subsídios para a compreensão da tropicalidade em políticas de conservação ambiental, na medida em que seriam áreas caracterizadas por um elevado potencial endêmico e poderiam representar centros de dispersão de espécies (cf. Ab'Saber 1992 e Ivanissevich et alii 1991). Foi baseando-se nessa teoria e tomando como marcos de referência teórica para a determinação de regiões de refúgio as contribuições teóricas - e não de campo - de Haffer (1969), Vanzolini (1970) e Prance (1973), entre outros, que Wetterberg et alli (1976) estabeleceram uma hierarquia de prioridades de conservação da natureza na Amazônia.

Já a biologia das ilhas foi abordada com rigor teórico pela primeira vez por Robert MacArthur e Edward O. Wilson em 1963. Eles argumentavam que, dado um *habitat* uniforme: (a) pequenas ilhas possuiriam um menor número de espécies que ilhas maiores,

porque teriam menos recursos para sustentar populações mínimas capazes de reprodução, e estas populações menores estariam mais sujeitas à extinção por fatalidades aleatórias; e (b) ilhas muito isoladas teriam um número menor de espécies do que ilhas menos isoladas, porque seria mais difícil para espécies colonizadoras alcançá-las. Tendo sido objeto de forte crítica desde suas primeiras formulações, a teoria da biogeografia insular, mais do que a teoria dos refúgios do pleistoceno, foi, desde o início, foco de disputa entre cientistas de reputação quanto à sua capacidade inerente de ampliar a compreensão do mundo biológico e de produzir guias úteis à conservação. Cientes disso, os autores do estudo pesaram os argumentos pró e contra a teoria, e concluíram que os primeiros eram suficientemente convincentes, o que justificou a prioridade dada ao estabelecimento de poucas e grandes UCs (cf. Foresta 1991, 41-3 e 46-9).

Como observamos, o II PND incorporou a "conservação do patrimônio natural" como "objetivo nacional". Insistiu, contudo, que o esforço de conservação fosse sistemático e baseado em critérios biológicos sólidos. Foresta observa que

> principles would [...] have to align conservation policy with the dominant values of the administration as a whole. The cast of the administration established by the military was technical and professional. [...] Any conservation plan that appeared capricious or based on specious, facile arguments would be out of alignment with both the dominant sentiments of the federal government and the norms to which it expected the future planning for Amazonia to conform. *Thus the only politically viable approach seemed to be the systematic, comprehensive one*. [Foresta 1991, 34-5; ênfase minha].

Como o próprio autor deixa entrever, o documento também era pragmático e sensível à conjuntura política, tendo amenizado os elementos menos sistemáticos da abordagem, de modo a não se desviar da impressão de lógica interna que ele desejava projetar. Mais do que isso, Foresta afirma que o estudo se afastava dos princípios propostos por Kenton Miller em um ponto importante, qual seja: os autores teriam tomado uma decisão tática de enfatizar as UCs às expensas de propor medidas de conservação mais amplas.

> The report deviated from Miller's principles in one important way. Rather than detailing the broader conservation measures Wetterberg thought should be taken in Amazonia, the report simply asserted that a system of protected areas was but 'one aspect of land-use management that must be complemented by other environmentally compatible land uses'. Jorge-Pádua deemed it unwise to stress [wider] conservation measures for all Brazilian Amazonia [due to political circumstances] [Foresta 1991, 58].

Jorge-Pádua, em entrevista, assim se posicionou face à interpretação avançada por Foresta.

> MT: [...] Havia um fato inconteste. Nós éramos o quê, na ocasião? Vamos dizer, 80 pessoas trabalhando num sistema de unidades de conservação e com a fauna silvestre de todo o Brasil. Já éramos muitos. De 4 passamos a 80. Nós tínhamos uma tarefa gigantesca a fazer e, evidentemente, nós nos concentramos nessa tarefa. Estabelecer as unidades de conservação e começar os projetos de fauna silvestre. [...] *Era uma tarefa já gigantesca. E outra coisa que eu acho é que "cada macaco no seu galho". Quer dizer, nós entendíamos disso. Nós não éramos oniscientes, onipresentes e onipotentes para tratar da conservação como um todo. Mas eu não digo que nós ficamos alheios*. Por exemplo, a Transamazônica. Eu fui falar com o Rademaker, que era o Vice-Presidente, quando aconteceu a Transamazônica. O Belart que arrumou o meu encontro com ele. Eu tenho fotos até hoje. Contra a Transamazônica. Ele me mandou um bouquet de flores e pronto, saiu a Transamazônica do jeito que estava. A gente se posicionou contra. *Quer dizer, a gente tomava algumas posições, mas nós não tínhamos como tomá-las com técnica e ciência, porque nós éramos poucos e a nossa tarefa era gigantesca*. Outra coisa que eu disse ao Foresta - que daí, talvez, essa ilação dele - é que *havia certos projetos imexíveis*. [Risos] Por exemplo, o desenvolvimento, aquela febre do desenvolvimento a qualquer custo, que era inclusive avalisada pela FAO, pelos organismos internacionais da época que estavam presentes, determinou todo aquele financiamento para projetos agropecuários na Amazônia. Embora nós fôssemos nitidamente contra, aí sim era um momento, era uma seara política muito difícil de você se envolver. E nós já estávamos comprando brigas com mineração, com hidroelétricas, evitando criar unidades em áreas indígenas, mas brigando contra estradas, contra hidroelétricas, contra mineração, contra isso, contra aquilo outro; *ainda íamos sair do nosso nicho e ir para os projetos de desenvolvimento como um todo na Amazônia? Era uma briga política muito mais séria. Mas, vamos dizer, não era a nossa obrigação legal e nós tínhamos muito de obrigação legal*.[...] *Então, nós ficamos naquilo que nós podíamos e sabíamos fazer com competência, e não é que - Não deixamos de interferir não*. [...] Nós fizemos algumas lutas, mas, aí sim, factualmente, esporadicamente. [...] Mas a gente conversava, não é que não conversava com os responsáveis. Mas era uma coisa - Realmente aquela política de ocupação, de desenvolvimento a qualquer custo, era muito bem determinada e apoiada pelo regime militar e a gente não tinha muito espaço também não.
> [Maria Tereza Jorge-Pádua, Brasília, DF, 09.01.1998].

O entendimento prevalecente é o de que a conservação da natureza era um setor técnico e burocrático de atividade e que todo o questionamento às políticas de desenvolvimento deveria ser encaminhado dentro desses marcos – da técnica e da ciência.

A tese de Foresta pode ser resumida assim: a conservação da natureza na Amazônia, na forma do estabelecimento de UCs de proteção integral, avançou quando as circunstâncias políticas eram favoráveis, quando um conjunto de princípios consistentes, pretensamente científicos e taticamente selecionados, coadunaram a política de conservação com os valores dominantes da administração tecnocrática do regime militar. Igualmente, quando, nos anos 1980, dada a falta de aliados e de poder político, os expedientes táticos acabaram por se converter em rígida necessidade, o ritmo de criação de UCs de uso indireto diminuiu.

> Thus in large measure the conservation gains made by the IBDF in Amazonia ran contrary to basic administrative values, although those involved did not fully realize it. Jorge-Pádua and her associates exploited the personalist side of Brazilian politics to implement a politically attractive conservation program during what, in retrospect, was *a period of anomalously favorable circumstances*, but their success did not overcome *the fundamental political weakness of biological conservation: roots that never penetrated beyond transitory experience*. [...] The IBDF's natural areas thus reflected the fate of the forest institute's conservation program in general: *success* came when, in Jorge-Pádua's words, 'everything came together', and it *ended when the knot of favorable circumstances that sustained it unraveled* [Foresta 1991, 162 e 223; ênfase minha].

Foresta vê as realizações do IBDF na Amazônia correndo contra os valores administrativos básicos do regime militar, como resultado de um alinhamento quase que casual em um "período de circunstâncias anomalamente favoráveis". Eu sugiro que compreendamos esse sucesso como resultando de uma coincidência de ordem mais profunda. Ordenei as evidências de modo a indicar que o "projeto geopolítico da modernidade" - "os valores dominantes do regime militar", nos termos de Foresta - e a definição das prioridades de conservação da natureza na Amazônia por meio da criação de UCs de uso indireto partilham da intencionalidade do domínio do vetor científico e tecnológico moderno para o controle do tempo e do espaço. Desse modo, a criação de UCs de uso indireto na Amazônia pelo IBDF - agência de fomento, num ministério de produção - seria mais uma das dimensões da via autoritária brasileira para a modernidade, em que a politização e a manipulação do território foi fundamental no processo de modernização da estrutura econômica do país, sem tocar na sua estrutura hierárquica.

A definição das áreas prioritárias de conservação na Amazônia deu-se no contexto do componente de um projeto de desenvolvimento da política florestal, que tinha entre seus objetivos o fortalecimento institucional da agência executora e a remoção de obstáculos técnicos, econômicos e outros que dificultavam a utilização "racional" - palavra-chave nesse contexto - dos recursos florestais no Brasil. Outros aspectos merecem ser destacados.

De um lado, a estreita ligação, na Amazônia, do PRODEPEF com a "rede" viária de integração espacial que recortou a floresta. Os estudos de inventário e aproveitamento das espécies florestais madeireiras ao longo das rodovias de integração nacional constituem uma clara expressão dessa vinculação. De outro, o caráter intersticial e de zonas tampão que as áreas propostas como prioritárias para conservação assumiam face aos pólos de desenvolvimento previstos pelo POLAMAZÔNIA -

programa com o qual o estudo de 1976 dialoga diretamente, cruzando as áreas propostas com a localização dos pólos. A visão "arquipelágica" das oportunidades de desenvolvimento na Amazônia, embutida naquele programa, contribuiu para a desvalorização dos interstícios entre os pólos.

A previsão de estabelecimento de UCs em áreas intersticiais aos pólos de desenvolvimento coloca-nos frente à "tese da terra sem valor" de Runte, para explicar a criação dos primeiros parques nacionais no oeste dos EUA. Além disso, vai de encontro à perspectiva da ecologia funcionalista de Odum, segundo a qual a melhor maneira de proteger sistemas complexos - sejam estes economias, organismos ou ecossistemas - contra mudanças de estado repentinas e imprevisíveis, seria construir *buffers* (zonas de amortecimento) dentro do sistema, assegurando que recursos excedentes suficientes estejam disponíveis para amortecer as conseqüências de tais câmbios (cf. Odum 1969).

Sugerir esse enraizamento profundo da conservação da natureza na Amazônia brasileira no "projeto geopolítico para a modernidade", significa, conseqüentemente, admitir que não foi só porque o conjunto de circunstâncias favoráveis se desfez e porque os expedientes táticos se enrijeceram, que o ritmo da criação de UCs diminuiu. A "fraqueza política fundamental" - nos termos de Foresta - da conservação da natureza, o fato das suas raízes não terem penetrado além de uma experiência transitória, não se explica apenas em termos do progressivo favorecimento, pelas políticas públicas setoriais do Estado, do grande capital privado nacional e multinacional, sem consideração pelos eventuais efeitos deletérios desses empreendimentos. Creio que é fundamental acrescer a esse conjunto de fatores, as contradições inerentes à forma autoritária de implementação do projeto geopolítico. Como observa Becker,

> em que pese a força da instrumentalização do espaço pelo aparelho governamental, a reconversão do espaço e da sociedade resultou da interação e dos conflitos entre as duas malhas, a "programada" e a "sócio-política". Os efeitos perversos dessas formas combinadas e por vezes contraditórias de apropriação do espaço se convertem em crises regionais e/ou locais, cujos sintomas são movimentos sociais de caráter e intensidade variados [Becker 1988, 120].

Ou seja, é fundamental levar em conta os efeitos dos conflitos entre as "malhas", entre os quais está a emergência de movimentos sociais localizados, de base territorial, mas que colocam em cheque o projeto geopolítico. O processo de redemocratização da sociedade brasileira está, em parte, vinculado a esses conflitos, assim como a emergência de novos atores sociais que articulam as suas demandas em termos territoriais. Este é o caso da articulação entre ONGs ambientalistas e/ou

conservacionistas que surgem no Brasil - muitas vezes com fortes vínculos com a agenda e partilhando dos princípios do conservacionismo internacional - e movimentos sociais de base local pela defesa de recursos essenciais para a sua reprodução sociocultural. Detalharei isso no Cap. 5.

3.5. O Programa das Estações Ecológicas da SEMA

Paralelamente à movimentação que ocorria no IBDF, a Secretaria Especial de Meio Ambiente do Ministério do Interior elaborou e propôs a implementação do Programa de Estações Ecológicas, "visando conservar *amostras representativas dos principais ecossistemas do Brasil* e a propiciar condições à realização de estudos comparativos entre esses ambientes e as áreas vizinhas ocupadas pelo homem" (SEMA 1984, 8; ênfase minha. Cf. tb. Nogueira Neto e Carvalho 1979).

A SEMA foi criada pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, na onda de criação de agências ambientais que varreu o mundo após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, no ano anterior. Guimarães observa que as posições brasileiras na conferência de Estocolmo (cf. 3.1) tiveram grande influência na criação da SEMA. O próprio documento elaborado pelo Itamaraty contendo a posição oficial da delegação brasileira a ser defendida em Estocolmo, já previa o estabelecimento de um órgão com atribuições normativas e de coordenação na área do meio ambiente (Guimarães 1988, 262). O texto da Exposição de Motivos nº 01 119/73 que acompanha o decreto de criação da SEMA apresentava a seguinte justificativa formal.

> Não se trata, evidentemente, de característica exclusivamente brasileira, pois que a tendência em todo o mundo é a consideração global do fenômeno, tendo em vista a crescente demanda das populações sobre os recursos da natureza. Foi essa a tônica da Conferência da Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em junho de 1972, que ressaltou a vinculação entre o estágio de desenvolvimento e seus efeitos sobre o meio ambiente.

Segundo Guimarães, não só a circunstância histórica vivida pelo país no período imediatamente posterior à Conferência, mas o fato da SEMA ter sido criada, também, como resposta a uma situação de contaminação ambiental industrial de repercussão nacional, influenciaram decisivamente a criação, o desenho institucional e o próprio funcionamento da SEMA, tendo efeitos duradouros sobre o sentido de propósito de seus membros. Assim sendo, o combate à poluição prevaleceu sobre o manejo de recursos naturais na definição original das atribuições do novo órgão.

Originalmente alojada no Ministério do Interior, cuja “cultura institucional” valorizava as obras públicas como o resultado básico de suas ações, foi difícil para a SEMA assumir e convencer outros a assumirem uma postura de harmonização do meio ambiente com o desenvolvimento. Para Guimarães, a razão pela qual as estações ecológicas foram celebradas, tendo absorvido uma proporção significativa dos magros recursos da SEMA, tem muito mais a ver com essa lógica da política burocrática e a “cultura” do MINTER do que com qualquer outra coisa (Guimarães 1991b, 141-207).

Assim, a circunstância institucional da SEMA teve repercussões ambivalentes para o destino da agência e de seus programas. Por um lado, havia o desinteresse pela questão ambiental da parte dos setores voltados para o desenvolvimento, parte expressivas dos quais estava alojada no próprio MINTER. Este desinteresse se traduzia na falta de recursos humanos e materiais. “A SEMA nunca teve mais de 350 pessoas – afirmou um ex-titular da pasta em entrevista - porque dentro do governo havia pessoas na área de desenvolvimento que não queriam um SEMA grande. Queriam uma SEMA pequena, com essa idéia de que o meio ambiente poderia atrapalhar o desenvolvimento. Eu sempre lutei muito com isso. Não davam recursos para a gente. Os recursos eram muito pequenos”. Enfatizando essa dimensão, Guimarães assinala que “a SEMA foi criada, antes de tudo, para não fazer nada. [...] A intenção do governo ao criar o órgão não era formular uma política de meio ambiente, mas simplesmente esvaziar qualquer bandeira oposicionista que pudesse surgir nessa área, ainda mais por inspiração internacional a partir de Estocolmo” (Guimarães 1988, 263). Bursztyn, ao analisar o papel da SEMA na política ambiental brasileira, também salienta o “papel tímido” da SEMA, “quase que limitado à criação de estações ecológicas e de um arcabouço legal que foi pouco implementado por força de sua fragilidade política” – malgrado a segurança e continuidade institucional que logrou por longo período de tempo (Bursztyn 1993, 89).

Por sua vez, o MINTER, para usar os termos do ex-titular da pasta, “era um pequeno governo; era um governo dentro de um governo”. A malha projetada pelo MINTER, uma *holding* de agências promotoras do desenvolvimento, foi especialmente importante no conjunto de intervenções estatais na Amazônia, desde o PIN - quando atuou numa escala macrorregional - até o POLAMAZÔNIA - quando passou a atuar numa escala sub-regional. Para além das correlações pertinentes, destacadas por Guimarães e Bursztyn, o Programa de Estações Ecológicas não chegava a ser um corpo

estranho no projeto geopolítico – e foi por aí que se conseguiu angariar recursos para as EsEcs.

> PNN: [...] O Ministério do Interior [...] tinha umas doze ou treze entidades, cada uma delas com uma certa importância. Por exemplo, tinha o Banco Nacional da Habitação, tinha o Banco da América, tinha os órgãos de desenvolvimento: a SUDAM, a SUDENE, a SUDECO, a SUDESUL. Eram órgãos de desenvolvimento [...]. Os órgãos que faziam na prática o desenvolvimento estavam dentro do Ministério do Interior. Tinha a FUNAI, tinha a lá do Vale do São Francisco, tinha uma série de órgãos. E como era muito grande, o Ministro não tinha tempo de estar cuidando de tudo. Então ele delegava, te dava muita liberdade. Eu, dentro do Ministério do Interior, sempre tive uma enorme liberdade de atuação. Mas ele não dava muito recurso. *Mas eu conseguia os recursos junto aos órgãos de desenvolvimento*. Então, quando eu quis fazer as Estações Ecológicas, esses órgãos de desenvolvimento me davam recurso. Pagavam o custo. [...] Então, *não só os órgãos de desenvolvimento me davam dinheiro - que eu dizia que nós precisávamos conhecer nossos recursos naturais e, portanto, isso justificaria a criação de estações ecológicas. Por outro lado, os órgãos de pesquisa também apoiavam muito*. A FINEP me deu recursos para desapropriar várias Estações Ecológicas. O CNPq ajudava muito. Chegamos a ter 120 bolsas. O CNPq fazia pesquisa nas estações ecológicas, coisa que depois parou. Parou quase que completamente. [...]
> [Paulo Nogueira Neto, Brasília, DF, 16.04.1998]

Outrossim, não demorou até que se percebessem as virtualidades geopolíticas das estações ecológicas.

> PNN: [...] Mas a SUDAM deu recursos para fazer duas estações ecológicas. Uma foi Maracá-Jipioca - uma das primeiras. E deu recursos também para instalar a Estação do Jari. Inclusive a Estação do Jari tem uma história bastante interessante. Um dia eu fui chamado lá no palácio do Planalto e disseram: “Nós precisamos barrar o avanço do Ludwig”. Era um almirante - daqui a pouco eu me lembro o nome. Não era o Macedo Soares. Porque o Ludwig, eles achavam que perto, mais para cima, tinha um polo mineral tipo Carajás. Não tão grande quanto Carajás, mas tinha a possibilidade de se tornar uma área grande de mineração. E eles não queriam que o Ludwig entrasse lá. Então, eles disseram: “Nós precisamos fazer uma estação ecológica ao norte, para barrar o Ludwig. O Ludwig fica entre a estação ecológica e o rio Amazonas”. Porque dentro do governo havia também essa mentalidade muito nacionalista - e muito compreensível - de evitar que o Ludwig acabasse entrando lá. Bom, então me deram toda facilidade para fazer a Estação Ecológica do Jari - 200.000 ha. - e me deram dinheiro prá fazer, as facilidades para fazer. Então, essas coisas eu ia aproveitando para fazer as estações ecológicas.
> [Paulo Nogueira Neto, Brasília, DF, 16.04.1998]

Dr. Paulo Nogueira Neto, professor titular do Instituto de Biociências da USP e fundador da Associação de Defesa do Meio Ambiente (ADEMA) – ONG ambientalista sediada em São Paulo -, ao chegar de Estocolmo foi convidado para assumir a SEMA, tendo tomado posse em janeiro de 1974 e permanecido até junho de 1986. Logo que assumiu, deu início ao Programa das EsEcs, tentando chegar a um acordo com o IBDF com relação a uma de suas competências concorrentes: a proteção de ecossistemas.

> Com o programa inicial elaborado em suas grandes linhas, [...] procuramos o IBDF, para receber do mesmo os Parques Nacionais. Não foi possível, porém, chegar a um acordo. Aliás, não insistimos, pois havia uma outra linha de ação, mais promissora, mais atraente e sobretudo mais moderna e necessária. Essa linha consistia em combinar a investigação científica com a proteção ecológica, numa unidade de conservação, as estações ecológicas. Por mais que alguns pensem ainda hoje de modo diferente, na realidade os Parques Nacionais, também unidades de conservação muito importantes e necessárias, destinam-se primariamente ao eco-turismo e não à pesquisa científica. Esta é secundária nos Parques. Embora o grande público não tome conhecimento disso, as estações ecológicas e os parques complementam-se reciprocamente nos seus objetivos [Nogueira Neto 1991, 8].

A elaboração do Programa das Estações Ecológicas vincula-se à leitura que o seu primeiro e mais longevo presidente fez das atribuições da SEMA, às relações entre esta e o IBDF no que concerne às suas atribuições concorrentes e às redes e vínculos políticos e profissionais já existentes entre os técnicos situados em ambos os órgãos. O próprio termo "estação ecológica" surge daí. Isso fica evidente nos depoimentos e relatos dos principais protagonistas dessa história.

> HB: [...] Como é que o IBDF e, em particular, o Departamento de Parques Nacionais reagiu quando da proposição do programa de estações ecológicas da SEMA?
> AM: Ele não reagiu, ele coagiu. [Risos] Porque o que aconteceu foi o seguinte. Nós estivemos juntos várias vezes. O Paulo Nogueira Neto, a primeira vez que tive contato com ele, eu era diretor do Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza e ele estava querendo criar o eland, que é um antílope africano enorme, na fazenda dele em Campinas. [...]. E nasceu uma amizade muito grande entre eu e o Paulo Nogueira Neto. Em várias outras ocasiões, depois, nós nos encontramos. Inclusive na Suécia, quando houve, em 72, a Conferência Mundial sobre a Natureza, o Homem e a Biosfera. Já naquela ocasião a gente vinha discutindo essa situação dos parques nacionais e das reservas. Eu sempre dizia ao Paulo: [...] "O jeito é tirar os parques nacionais do IBDF. Tirar fora!" "Então vamos fazer isso." E começamos a trabalhar pra isso. [...] Quando voltamos para o Brasil - a comissão toda que foi e os apêndices todos -, aqui então foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente e convidaram Paulo Nogueira Neto para ser o secretário. O Paulo, a primeira coisa que fez foi me bater o telefone e dizer, "Puxa, me deram um abacaxi. Imagina, a Secretaria do Meio Ambiente?! Mas o que a gente pode fazer?" "A primeira coisa que você tem que fazer é o seguinte: pede que todos os parques nacionais e reservas biológicas passem para a SEMA, saiam do IBDF". E eu era diretor dentro do IBDF! Ele disse, "Pôxa, eu vou fazer isso." Na semana seguinte, telefona novamente e me diz, "Olha Alceo, não vai ser possível não. O Ministro da Agricultura não abriu mão, ficou uma onça e eu tive agora de corpo presente com o Presidente" [...] Resultado: parque nacional é do Ministério da Agricultura e a Secretaria Especial do Meio Ambiente que se arranje com o negócio de poluição. Aí nós combinamos uma estratégia: vamos criar então unidades pela SEMA. Porque ele disse, "Eu posso criar porque eu vou ter dinheiro pra criar essas áreas". Eu disse, "Bom, mas se você criar qualquer coisa parecida com parque, com o nome de parque, ou reserva, ou nacional, ou biológica, vai cair para o Ministério da Agricultura, porque isso é da lei, não adianta Paulo." Então ele perguntou, "O que você sugere?" Eu, "Você cria uma coisa chamada estação ecológica. Estação não tem na legislação brasileira nada, a

não ser estação experimental do Ministério da Agricultura. É uma estação. Agora não chama biológica, por favor, se não vai voltar para o Ministério da Agricultura. Chama ecológica." Então, ele criou uma porção de estações ecológicas. Eu estava sabendo de tudo. Eu estava dando o máximo apoio. Eu estava querendo passar com todo o Departamento pra SEMA. Não conseguimos. [...]
[Alceo Magnanini, Tijuca, Rio de Janeiro, 29.12.1998]

HB: [... C]omo é que o IBDF e, em particular, o DN reagiram, à época, quando da proposição do Programa de Estações Ecológicas pela SEMA, na medida em que pareciam programas e planos concorrentes de UCs?
MT: Isso é uma traição que o Alceo Magnanini fez comigo. Sabe como? Alceo foi meu chefe oito anos. Eu era substituta dele. O termo estação ecológica foi criado pelo Alceo Magnanini. O Paulo Nogueira Neto vai te dizer isso. O Alceo brigava muito no IBDF, como qualquer um de nós brigava. Não tinha jeito com aqueles quadrados do desenvolvimentismo a qualquer custo. Muita corrupção com a área do incentivo fiscal. O Alceo era um homem honesto e brigava muito com Deus e o mundo. E o Alceo queria que essa área saísse do IBDF, que - quando a SEMA foi criada - fosse para a SEMA. Mas o Paulo, que sempre foi uma pessoa mais ponderada, ele tinha medo de... Não vamos dizer medo. Ele não queria uma briga direta. Ele receberia bem se fosse passado, mas ele não ia numa briga direta contra o IBDF. Mas o Alceo fez um jogo duplo de querer passar essa área para a SEMA. Obviamente, o Paulo queria, mas ele não ia mover politicamente para passar. Porque aí nós éramos os dois mais fortes politicamente. Ele na SEMA e eu no IBDF. Então, era uma coisa complicada uma briga comigo, vamos dizer. Mas o termo foi inventado. Aí, como ele não conseguiu que a área como um todo passasse para a SEMA [...] Mas o Alceo queria empurrar e eu estava muito indecisa se deveria ir para a SEMA ou não, porque o IBDF era de administração indireta e a SEMA era de administração direta - o que significa uma dificuldade brutal para gerenciar tudo isso. O Paulo quis começar a criar um sistema e quem inventou o termo foi o Alceo Magnanini - que escolheu o termo para ele: estação ecológica. Para não confrontar com a legislação vigente que dava a administração dos parques nacionais, reservas biológicas, florestas nacionais, parques de caça para o IBDF. E o Paulo começou a criar.
[Maria Tereza Jorge-Pádua, Brasília, DF, 08.01.1998].

PNN: Bom, então, voltando às duas grandes linhas da SEMA. Eu achava que o controle da poluição tinha que se fazer e era importante, mas que o governo federal devia ficar mais com uma atitude supletiva em relação aos estados [...]. […] Era uma coisa importante. Mas eu achava que para as gerações futuras, o importante era preservar a natureza - tão importante quanto controlar a poluição. O controle da poluição tinha que ser mais imediato, porque quem morre hoje por excesso de poluição, não é? Tem que se criar uma situação de qualidade de vida para que essas coisas não aconteçam. Então, nós nunca deixamos de cuidar do controle da poluição. Mas havia uma outra grande área, que era a área de preservar a natureza - que hoje se diria preservar a biodiversidade. Só que naquele tempo ninguém falava em biodiversidade. São palavras que foram sendo criadas. Mas que era importante porque, ou nós defendíamos certas áreas naturais naquele momento, ou elas seriam perdidas para sempre. Porque o IBDF, que tinha 6.000 pessoas, era um órgão parado. O Ministério da Agricultura não dava recursos para eles agirem. Parques nacionais eram quatro ou cinco naquela época e não davam dinheiro para os parques. Viviam numa situação muito ruim, muito apertada. Inclusive tinha gente dentro do IBDF que queria passar para a SEMA. [...] Este nome "estações" significa pesquisa e "ecológica" é uma palavra -

> Inclusive foi um sujeito do próprio IBDF que me deu a idéia de usar a palavra. Eu tinha pensado em fazer estações biológicas, mas o IBDF tinha as reservas biológicas e lá dentro do IBDF me sugeriram. [...] Alceo Magnanini [...] me sugeriu a palavra "ecológica", que eu achei ótima, realmente. Porque a palavra ecológica tem um apelo, não é? E com isso eu conseguia recursos dentro do Brasil. [...] Bom, e aí nós fizemos esse programa que hoje ainda está de pé. Não está funcionando como programa, mas as estações estão todas. [...]
> [Paulo Nogueira Neto, Brasília, DF, 16.04.1998]

Percebe-se claramente que os relatos são concordantes e dão conta da rede de relações entre os técnicos situados nos diferentes órgãos e da trajetória relativamente comum deles. Além disso, os depoimentos são extremamente reveladores das relações entre os distintos órgãos – a SEMA e o IBDF –, de como os profissionais e técnicos neles situados percebiam o seu sentido de propósito e o modo como poderiam melhor executar as tarefas que lhes competiam. É assim que, superados os atritos iniciais, os envolvidos concordaram que o importante era, efetivamente, preservar o maior número possível de áreas naturais, pouco importando se essas áreas estivessem sob a chancela da SEMA ou do IBDF. Deram início, assim, a uma política setorial informal de UCs de proteção integral, evitando a duplicação de esforços. Isso explica porque as distintas agências passaram a considerar as prioridades e definições de uma e outra na hora de criar uma UC: "num lugar em que o IBDF tem um parque nacional, nós não vamos fazer um estação ecológica ao lado, porque aquela área do parque nacional já está protegendo uma mostra daquele ecossistema. Então, vamos procurar estabelecer nossa estação ecológica em outro ecossistema, onde o IBDF não tenha a sua unidade e assim reciprocamente" (Dr. Paulo, entrevista, 16.04.1998).

As disposições para a criação de EsEcs foram estabelecidas pela Lei n° 6.902 de 28 de abril de 1981 - que também dispõe sobre a criação de Áreas de Proteção Ambiental - e pelo Decreto n° 88.351 de 01.06.1983. Elas foram definidas como "*áreas representativas de ecossistemas brasileiros* destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista". As ênfases são minhas. Nelas, 90% ou mais de sua superfície serão destinados, em caráter permanente e definido em ato do Poder Executivo, à preservação integral da biota. "Na área restante, desde que haja um plano de zoneamento aprovado, segundo se dispuser em regulamento, poderá ser autorizada a realização de pesquisas ecológicas que venham a acarretar modificações no ambiente natural". O § 3° do Art. 1, especifica que "as pesquisas científicas e outras atividades realizadas nas Estações Ecológicas levarão sempre em conta a necessidade de não

colocar em perigo a sobrevivência das populações das espécies ali existentes". Dr. Paulo queria, efetivamente, vincular as EsEcs às atividades de pesquisa, buscando, assim, constituir suporte político para as UCs da SEMA junto à comunidade científica.

As EsEcs seriam criadas pela União, Estados e Municípios em terras de seus domínios. Segundo Nogueira Neto, "pela primeira vez na história legislativa brasileira, foi estabelecido que uma unidade de conservação, [...] somente poderia ser implantada em terras públicas, ou desapropriadas para esse fim" (Nogueira Neto 1991, 8). Ainda segundo avaliação do ex-titular da SEMA, o resultado prático dessa medida teria sido que os problemas fundiários das EsEcs são muito pequenos, comparados com os dos parques nacionais, "até aqui geralmente criados no Brasil sem maiores preocupações com a aquisição das terras ou com a existência de índios" (id. ibid.).

A tramitação da Lei nº 6.902/81 foi marcada por um episódio que o Dr. Paulo gosta de contar e que expressa a busca da SEMA pelo seu espaço de atuação na área de preservação da natureza, face às atribuições do IBDF. O caso também é significativo de como a apropriação de noções produzidas no campo científico pelo campo político, no esforço de regulamentação, de definição de estatuto, de constituição de categorias jurídicas e de estabelecimento de restrições ambientais, acaba por produzir efeitos de verdade e de reconhecimento determinados. É o próprio Dr. Paulo autor quem descreve:

> Durante a aprovação, no Congresso, da Lei 6.902/81, [...], houve um episódio inusitado. Para evitar possíveis atritos com o IBDF, o Projeto de lei não mencionava as palavras *flora e fauna. Eram termos de "propriedade" do IBDF e por nossa vez nós nos considerávamos donos do termo ecologia. Contudo, às vezes tínhamos que nos referir à flora e à fauna. Nessas ocasiões, usávamos a palavra "biota", que engloba plantas e animais. Era então uma expressão rara* [...]. O líder da oposição na Câmara dos Deputados, Modesto da Silveira, antes da votação do projeto de lei indagou em plenário o que significava "biota". O líder da maioria, Bonifácio Andrada, teve que admitir, constrangido, que não sabia. Suspenderam, então, o exame da matéria e dias depois me chamaram para explicar do que se tratava. A palavra não constava dos dicionários da época. Quando lhes contei, respiraram aliviados. O projeto foi unanimemente aprovado, coisa que raríssimamente ocorria naquele tempo [Nogueira Neto 1991, 08; ênfase minha].

Dr. Paulo também nunca escondeu o pragmatismo que determinou as escolhas das áreas e dos ecossistemas para o estabelecimento das EsEcs, de que o caso de Anavilhanas é exemplar:

> A resposta sincera é que *nós temos que ser pragmáticos*. Em qualquer lugar do Brasil que nós sabemos haver uma área vaga, uma área grande, natural, de certo interesse, nós imediatamente pedimos aquela área, sem saber muitas vezes qual é a população de animais e de plantas que está lá. [...] E curiosamente uma porção dessas escolhas se revelou altamente interessante sobre o aspecto ecológico.

> Terras que nós não tínhamos noção do que poderia ter e nem tínhamos tempo de fazer esses estudos, nem dinheiro para fazer profundas investigações ecológicas, mas por algumas indicações nós achávamos que eram interessantes, depois se revelaram muito mais interessantes ainda do que inicialmente nós poderíamos supor [Nogueira Neto 1991, 186; ênfase minha].

3.6. A "diplomacia de projeto" do "Pacto Amazônico" e a criação da UCs de proteção integral

Os países desta região não podem voltar as costas para o desafio amazônico e condenar a América do Sul a ser, para sempre, uma periferia sem centro, uma franja de populações ao longo dos oceanos e dos vales, sem linhas de comunicação que vivifiquem o coração vazio do continente.

Presidente Ernesto Geisel

A proposta de um tratado amazônico no qual todas as nações com território na Amazônia concordariam em cooperar na administração da região - a transformação da "fronteira-divisão", o espaço tido como ainda vazio, em "fronteira-confluência" (nos termos de Reis 1992, 24) - deve ser compreendida nos marcos da "valorização da circunstância latino-americana" (Reis 1992, 25). Roett havia prognosticado, em 1975, que a política externa que o Itamaraty perseguiria no restante da década enfatizaria, em primeiro lugar, a América do Sul, em seguida, o "Terceiro Mundo" como um todo, e em terceiro lugar, a Europa e o Japão - permanecendo cordiais, porém, não íntimas as relações com os Estados Unidos (Roett 1975, 150). Isso contrariava uma longa tradição de desconfiança mútua, que havia prevalecido na nossa postura diplomática e constituído um vigoroso obstáculo a um engate multilateral regional do Brasil com a América Latina.

A relação entre o Brasil e o seus vizinhos sul-americanos foi marcada, durante um longo período, por *circunstâncias negativas.* Um conjunto de elementos explica essa orientação negativa mais geral e não deve ser desprezado no peso que teve - e têm - na definição das políticas e opções preferenciais de inserção internacional do Brasil. De um lado, há fatores históricos, tais como a herança deixada pela rivalidade entre as coroas portuguesa e espanhola aos países ibero-americanos. De outro, há fatores geográficos, posto que das dez fronteiras internacionais do Brasil, sete se encontram quase integralmente dentro da área drenada pelo rio Amazonas, constituindo áreas de floresta tropical úmida densa, que sobe pelos contrafortes dos Andes. Por fim, razões mais simples e triviais de natureza econômica, capitalista e dependente: os países latino-americanos não tinham muito o que trocar entre si, sendo, ao contrário, concorrentes no mercado internacional (Costa 1996).

A posição das classes dirigentes no Brasil de não-enlace preferencial com a América Latina e de favorecimento de outros parceiros, resultava de uma política externa orientada para o "Terceiro Mundo" como um todo. Essa posição é datada, como observam Roett (1975) e Lafer (1979), relacionado-se, pelo menos, a três fatores concomitantes: (a) a dimensão econômica da crescente relevância brasileira no cenário internacional, que os setores dirigentes lutaram por sustentar; (b) as mudanças políticas no sistema internacional em direção à multipolaridade, que contribuíram para que o Brasil gozasse de uma crescente liberdade; e (c) a reconceitualização do poder na política mundial, em especial a crescente politização da economia e do comércio internacionais (cf. Rosecrance 1986).

A desconfiança que os países sul-americanos vizinhos alimentavam face às opções político-estratégicas e diplomáticas de nossos governantes, justificava-se, assim, em termos do suposto grande poder que o Brasil teria no sistema internacional, em virtude mesmo da relativa autonomia estratégica de que o país se beneficiou - tema que foi um dos mais persistentes na história da política externa brasileira (Roett 1975, 141). Essa ênfase no poder internacional do Brasil só se tornou um objetivo alcançável de política externa após o golpe militar de 1964. Depois de um período de abandono de qualquer pretensão à autonomia, no qual a cooperação íntima com os Estado Unidos e o suporte às suas iniciativas no sistema internacional se mostraram como um imperativo, retoma-se a busca por uma política externa autônoma (Roett 1975, 145-46). O "milagre" econômico proveu a garantia demandada pelos formuladores da política externa para o envolvimento do Brasil na ordem internacional. O regime procurou afirmar a recém-descoberta força econômica do país no sistema internacional, por meio de uma série de decisões que demonstraram a sua capacidade de atender ao antigo desejo de uma abordagem pragmática e auto-contida aos *world affairs* (Roett 1975, 147). Por sua vez, a inserção econômica internacional tornou-se uma das preocupações centrais de toda a política externa.

É assim que a renovação dos contatos com o chamado "Terceiro Mundo" deve ser compreendida como tentativa de dificultar as iniciativas de congelamento do equilíbrio de forças internacionais e assegurar o espaço de relativa autonomia estratégica que o país havia conquistado. As relações e os contatos com os países do chamado "Terceiro Mundo" assumiram um significado renovado na década de 1970, pois o horizonte que se desenhava para o Brasil era o de uma suposta potência mundial como liderança do espectro do "Terceiro Mundo", por meio da diversificação dos

mercados em que se inseria e da garantia do livre trânsito de sua indústria bélica - enfim, da construção de um espaço alternativo no qual pudesse exercer uma posição de liderança (Costa 1996). Ansiava-se assegurar acesso aos mercados vizinhos e liderá-los num bloco unificado na política mundial.

Essa é raiz da importância concedida pelo Itamarati à superação dos receios sul-americanos de um suposto neo-imperialismo brasileiro - ou desejo de expansão sobre a América do Sul - e ao estabelecimento de relações de trabalho com os países da América hispânica (Roett 1975, 151; Bond 1978, 644). Donde o esforço concentrado da diplomacia brasileira na negociação de uma série de tratados bilaterais e regionais, permanecendo o hemisfério, até hoje, na primeira linha de atividade política e diplomática para o país.

Por sua vez, verifica-se a tendência de caráter global de arranjos de vizinhança, de formação de blocos, como plataforma para o enfrentamento da competição em escala internacional. À medida em que o jogo do comércio deixa de ser o das vantagens comparativas para ser o das vantagens competitivas entre as nações, envolvendo o domínio do vetor científico e tecnológico, uma outra escala se impõe: a da região, a dos blocos, a do conjunto de países. Este foi outro fator que impulsionou os países sul-americanos a enfrentarem as barreiras que obstaculizavam a integração regional e sub-regional - manifestando-se de modo característico na América do Sul. Para Ferris, o crescimento na cooperação regional latino-americana pode ser atribuído às condições políticas e econômicas domésticas adversas dos países. O desenvolvimento de esquemas de integração regional, portanto, tenderia tanto à busca de um poder internacional crescente, por meio de posições de negociação comuns, quanto à cooperação limitada a problemas específicos de interesse mútuo (Ferris 1981, 170-71). Isso explicaria as duas principais tendências-forças nas políticas externas latino-americanas contemporâneas: a cooperação pragmática centrada em problemas específicos e a crescente coletivização da política externa expressa no “Pacto Andino” e no “Pacto Amazônico” (Ferris 1981, 148).

No que concerne especificamente à Amazônia sul-americana, já apontei que a questão continental comum constituía-se no desafio de humanizá-la e mantê-la sob o controle das respectivas sociedades nacionais historicamente produzidas (Becker *apud* Silva 1994, 27). Esse o sentido do pronunciamento do Presidente Ernesto Geisel por ocasião da cerimônia de assinatura do TCA, em Brasília, em 03 de julho de 1978, transcrito em epígrafe neste item. Seguindo o discurso presidencial, as “áreas de

convergência e de trabalho conjunto" que o TCA poderia gerar, estariam a serviço do objetivo de "criar, em sentido horizontal, entre os países em desenvolvimento, vínculos que anulem as distâncias artificialmente criadas pela dependência [expressa no eixo vertical Norte-Sul]" (MRE 1978, 65).

Ecoam no pronunciamento do Presidente Geisel tanto as antigas preocupações geopolíticas domésticas com a concentração do ecúmeno nacional na costa e a necessidade de ocupar o vazio do interior, quanto os anseios da diplomacia em "projetar" a influência brasileira sobre a região, como instrumento de reforço do seu poder num virtual bloco regional com posições de negociação comuns. Considerando que todas as nações do "Pacto Andino" tinham território na Amazônia, um tratado como o vislumbrado pela diplomacia brasileira poderia servir como um contrapeso àquele pacto regional anterior que excluía o Brasil. O "Pacto Andino", resultante do Acordo de Cartagena, celebrado em 1968 por Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, foi constituído com o objetivo primário de acelerar o desenvolvimento dos países membros por meio de uma paulatina integração econômica e, assim, contrapor-se ao poder crescente do Brasil na América Latina (Ferris 1981, 147).

Os vizinhos andinos identificavam considerações geopolíticas agressivas por detrás das iniciativas de desenvolvimento da Amazônia postas em execução pelos governos militares e pareciam ver tal desenvolvimento como ameaça direta (Landau 1980, 472 e Foresta 1991, 151). Os formuladores da geopolítica militar brasileira, por sua vez, contribuíam ainda mais para essa atmosfera de desconfiança[17]. Foi intenso o esforço diplomático brasileiro para reverter essa suspeição. Alguns comentadores observam que o "Pacto Amazônico" foi negociado com os países comprometidos como um assunto reservado: a reserva e, mesmo, o "segredo oficial" teriam sido as marcas das gestões prévias à assinatura do Tratado (Carrasco 1979, 19 e Jarrín 1979, 17). Inúmeras visitas presidenciais de mão dupla sucederam-se para persuadir os países amazônicos vizinhos a considerar a idéia de um tratado[18].

---

[17] Mário Travassos argumentou, em 1930, que o Brasil estava em competição com seus vizinhos pelo controle do *heartland* do continente - o *divortium acuarum* constituído pelo triângulo Sucre, Cochabamba e Santa Cruz, na Bolívia - e que o país que o conquistasse dominaria a América do Sul. Já Meira Mattos, no final da década de 1970, vislumbrava cinco vastas regiões de desenvolvimento estendendo-se pelas fronteiras internacionais do Brasil com a Colômbia, o Peru, a Bolívia e as Guianas. Longe de acalmar os vizinhos do Brasil, este vislumbre foi percebido como uma nova e ainda mais perniciosa manifestação das ambições territoriais brasileiras, levantando suspeitas quanto às propostas de melhoria nos transportes e comunicações na Amazônia brasileira contidas na primeira versão do TCA (Foresta 1991, 151) – cf. infra.

[18] Geisel visitou à Bolívia, em 1974, para celebrar um pacto de cooperação econômica como passo inicial no esforço de enlace regional que geraria o TCA. A visita gerou protestos de estudantes em La Paz e manifestações de denúncia de políticos da oposição boliviana ao Presidente Suarez, de que o tratado

Havia, contudo, alguns antecedentes de cooperação regional na Amazônia, mormente de caráter bilateral, que fizeram que um participante diretamente interessado no processo declarasse peremptoriamente que a cooperação "não é um ente de razão, uma elucubração supérflua de diplomatas [mas, sim, uma] diretriz imposta pela força das coisas, uma idéia cujo tempo finalmente chegou" (Ricúpero 1984, 184)[19]. No que concerne especificamente a proteção da natureza, havia pelo menos uma iniciativa relevante de caráter multilateral: o Comitê Intergovernamental Técnico para a Defesa da Flora e da Fauna Amazônicas (CIT), criado em 1975, pelos seis países que partilham a bacia de drenagem amazônica, como um corpo diretivo internacional para a conservação da natureza na região, em resposta à exortação dos conservacionistas internacionais.

A história "oficial" do TCA, ou seja, aquela formulada pelos membros da chancelaria que participaram ativamente do processo de sua formulação, situa a sua origem na "tendência universal em favor do tratamento como um todo, em acordos cooperativos, de alguns problemas das bacias hidrográficas transnacionais e das regiões geográficas mais amplas, de sua influência direta e ponderável" (Ricúpero 1980, 4 e 1984, 177). O fato dos rios e das áreas de influência destes terem sido produtores da cooperação internacional, vincula-se à dificuldade de aplicação estrita do princípio jurisprudencial da soberania nacional a estes elementos.

A reação provocada à primeira versão do TCA, preparada e posta para circular pelo Itamarati no início de 1977, foi acerba. As freqüentes passagens referentes à segurança coletiva, à integração econômica regional e à exploração conjunta de recursos, ressuscitou antigos fantasmas. Soavam como o imperialismo brasileiro usando a retórica do desenvolvimento. Peru e Venezuela, principalmente, resistiram bastante, afinal de contas: (a) o Tratado estava sendo proposto por um país que, durante anos, se mostrou relutante em participar de outros arranjos regionais multilaterais; e (b) a idéia de um "Pacto Amazônico" surge num momento em que o "Pacto Andino" estava sob um *stress* considerável, encontrando dificuldades para formalizar acordos econômicos (Bond 1978, 645; Medina 1980, 60-1; Ferris 1981, 155). Foi forte a oposição aos

---

representaria uma entrega ao imperialismo brasileiro (Foresta 1991, 151-2). O Presidente do Peru, Gen. Morales Bermudez, encontrou-se com Geisel, na fronteira, em fins de 1976. O Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez visitou o Brasil, em novembro de 1977, dando o seu endosso vital ao Tratado que, então, estava sendo acordado. Depois de firmado o "Pacto", o Presidente do peru visitou o Brasil, em outubro de 1979, e o então recém-eleito Presidente do Brasil, Gen. João Batista Figueiredo, retribui a visita à Venezuela em dezembro de 1979 (Landau 1980, 473).

Artigos IX e X da versão preliminar, que lidavam com relações comerciais, porque se sentia que eles envolveriam os potenciais signatários em obrigações conflitivas com o estabelecido no Acordo de Cartagena. O Artigo IX exortava as partes contratantes a promoverem estudos e implementarem medidas conjuntas objetivando avançar no desenvolvimento de um processo integrado de complementaridade econômica regional (Bond 1978, 645-46; Medina 1980, 61).

Na primeira rodada de negociações, em novembro de 1977, em Brasília, disse-se que a proposta brasileira era altamente agressiva e ambiciosa, não apenas pela ênfase nos elementos de "defesa e segurança", mas também pelo modo como lidava com a integração econômica regional, zonas de livre comércio, exploração conjunta de recursos e programas de investigação científica e tecnológica. Um dos aspectos da versão preliminar que levantou mais objeções foi a proposta brasileira de "integração física" da zona. Do mesmo modo, a questão dos recursos hídricos. Esta com repercussões especiais devido às dificuldades com a Argentina suscitadas pela controvérsia de Itaipu, tendo sido especialmente quente a discussão em torno do aproveitamento das bacias hidrográficas internacionais (Medina 1980, 61-2). Para alguns estrategistas argentinos, o TCA era visto como reação brasileira frente às dificuldades que se apresentavam em suas relações com a Argentina no Cone Sul, no intuito de desequilibrar de vez, a favor do Brasil, o equilíbrio na correlação de forças entre os tradicionais rivais (Jarrín 1979, 9-10). Uma reação também - observa a mesma fonte - ao surgimento da Venezuela como um novo poder financeiro.

Se o Brasil quisesse ter o seu "Pacto Amazônico", um pretexto diferente deveria ser encontrado e este foi o da conservação da natureza. Havia o precedente do CIT, que vinha funcionando bem porque a proteção da natureza não era percebida como problema que incendiasse receios e ambições internacionais. Os estudos para a conservação da Amazônia brasileira, então desenvolvidos por Wetterberg e Jorge-Pádua, foram recebidos pelo CIT como modelo de planejamento da conservação para outros programas regionais similares, tendo ganho o respeito das outras nações da bacia. Desse modo, a conservação da natureza poderia servir a objetivos nacionais mais ambiciosos (Foresta 1991, 152-53).

O texto reformulado do Tratado amenizou os elementos de integração física, segurança coletiva e desenvolvimento regional, e enfatizou a preservação do meio

---

[19] Para um panorama da intensificação dos contatos diplomáticos e acordos internacionais com cada um dos países amazônicos confira Ricúpero 1984.

ambiente amazônico, que ele sustentava ser responsabilidade coletiva e exclusiva das nações amazônicas. Os comentadores observam que a mais óbvia diferença entre as versões original e final do Tratado repousa na substituição da noção de “integração física”, pela de “desenvolvimento harmonioso”, a ser alcançado pela “cooperação econômica” dos países signatários. Nesse sentido, a ambição original do governo brasileiro - de assegurar um acordo internacional para o desenvolvimento cooperativo de uma infra-estrutura física de redes de comunicações e transporte integradas, conectando definitivamente os oceanos Atlântico e Pacífico - teria sido mitigada, mas não de todo exumada do corpo do Tratado - configurado, atualmente, na forma de um quadro para o desenvolvimento coordenado da bacia Amazônica por meio de esforços estritamente nacionais (Landau 1980, 478; Medina 1980, 64). Com essa nova ênfase na preservação do meio ambiente, a diplomacia brasileira estabeleceu as suas ambições continentais num contexto benigno, ao mesmo tempo em que projetava uma imagem de maturidade e responsabilidade.

Mais de um comentador observou que a preservação do meio ambiente era tão proeminente no texto revisto, que da leitura do mesmo é difícil concluir que existe população humana na região: “the document is written as though the Amazon were a totally uninhabited region, awaiting economic development” (Medina 1980, 70). Landau, por sua vez, observa que a introdução do tema da preservação das culturas indígenas da região parece ter sido feita perifericamente e mais como deliberação posterior do que como uma das provisões essenciais do Tratado (Landau 1980, 471). O Artigo XIII, em que a proteção às culturas indígenas é mencionada numa exortação à cooperação para incrementar o turismo transfronteiriço, e o XIV, em que se fala na conservação das riquezas etnológicas e arqueológicas - os únicos a sinalizar a existência de vida humana na região -, são expressão da visão fossilizada que se tinha das sociedades indígenas da Amazônia.

Disse “esforços estritamente nacionais” porque o TCA está longe de avançar na direção da noção de “soberania compartida” ou *merged sovereignity*, conforme advogada por Caldwell (1990). O texto do TCA é claro quanto à definição do “desenvolvimento sócio-econômico” e da “preservação do meio ambiente” como “responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades” (MRE 1978, 9). Os signatários “proclamam que o uso e o aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus respectivos territórios é direito inerente à soberania do

Estado" (Artigo IV; MRE 1978, 9). A "conveniência de criar uma infra-estrutura física" de transporte e comunicações, tão enfatizada na versão preliminar, aparece subordinada aos "planos e programas de cada país para lograr o objetivo prioritário de integrar plenamente os seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais" (Artigo X; MRE 1978, 12). Os próprios "aspectos institucionais" permanecem totalmente ao abrigo do princípio da soberania nacional, tal como expresso, por exemplo, na regra da unanimidade das decisões adotadas (Artigo XXV) e na inexistência de uma secretaria permanentemente sediada em quaisquer dos países signatários - tendo sido adotada a solução da Secretaria *Pro Tempore* (Artigo XXII).

Tudo se passa como se a intensificação da ação diplomática brasileira face à América Latina ainda estivesse submetida à "atitude hegeliana de soberania estatal". Malgrado a variedade de expressões de caráter exortativo usadas no texto do TCA para conotar diferentes graus de cooperação entre as nações signatárias na busca de determinados objetivos[20] - a ponto de alguns comentadores se perguntarem se o TCA pode ser considerado um instrumento de integração (Bond 1978, 643) -, o "Pacto Amazônico" representa um triunfo da diplomacia brasileira. Permitiu ao Brasil tornar-se o centro de gravidade de um conglomerado político internacional e, como país mais bem equipado, forte e experiente nessa matéria, agir como o pivô da penetração de todas as zonas da floresta amazônica (Medina 1980, 68).

Não duvido aqui do potencial significado ecológico do "Pacto Amazônico", como arranjo institucional regional relevante da agenda positiva da multipolaridade, a "agenda dos consensos", situado no âmbito dos esforços conducentes a uma política ambiental internacional. Veremos no Cap. 5 como Anavilhanas, já em meados desta década, se beneficiou da longevidade desse acordo. Quero destacar, contudo, o seu significado - talvez mais saliente - como instrumento e expressão de mudança de estratégias geopolíticas do governo brasileiro.

É assim que, questionando-se porque os países inicialmente refratários e resistentes à idéia do TCA finalmente cederam à idéia de celebrá-lo, os comentadores elencam os seguintes argumentos: (a) o reconhecimento progressivo da importância geopolítica e econômica da região; (b) as possíveis vantagens estratégicas, geopolíticas e econômicas de incrementar a cooperação com o Brasil - dada a sua "experiência

[20] Cooperar, fazer esforços, promover a coordenação, estudar, encorajar, apresentar iniciativas para a realização de estudos, estabelecer estreita cooperação, se esforçar por manter, realizar esforços e ações conjuntas, etc.

acumulada em iniciativas de desenvolvimento para a região Amazônica" e tendo em vista a importância variável dos territórios amazônicos nos respectivos sistemas políticos e econômicos nacionais, principalmente no grupo andino; (c) o receio compartilhado de intervenções externas, volta e meia anunciadas, sendo melhor lidar com o Brasil do que com "forças externas", ainda que se questione o quão o Brasil é independente dessas "forças externas"; (d) a orientação "terceiro mundista" generalizada entre os governos; (d) os custos da não participação, posto que o Tratado envolvia comprometimentos mínimos e garantia um poder de veto absoluto a qualquer dos signatários; e (e) as perspectivas latentes no texto do Tratado, quais sejam: o estabelecimento de amplos parâmetros de ação dirigidos para alcançar simultaneamente o crescimento econômico e a proteção ambiental por meio de uma ação concertada e o avanço no processo de auto-afirmação da região no marco geopolítico americano (Jarrín 1979, 18; Landau 1980, 487; Medina 1980, 71; Ferris 1981, 164 e ss.).

Uma vez que o TCA entrou em vigência, o governo brasileiro viu-se pressionado a demonstrar aos demais países signatários que ele considerava seriamente o "Pacto" que ele mesmo havia proposto, principalmente no que concerne à harmonização do desenvolvimento com a preservação do meio ambiente. À época, o estabelecimento de inúmeras grandes áreas naturais protegidas na Amazônia por outras nações signatárias intensificou a pressão. Como já notei, os estudos de Wetterberg e Jorge-Pádua foram recebidos pelo CIT como modelo de planejamento da conservação para outros programas em outras nações da bacia. A 1ª Etapa do Plano do Sistema de UCs também havia sido, em princípio, aprovada pelo CIT e, àquela época, estava quase completamente formulada. A sua implementação seria uma resposta ideal para o governo brasileiro. Ambicioso, firmemente baseado no conhecimento científico então disponível e gozando da aprovação generalizada de conservacionistas de vários países, o Plano, caso implementado, permitiria ao Brasil pular para a dianteira da conservação na Amazônia e beneficiar-se de todos os objetivos imediatos de política externa.

Ao lado disso, havia o precedente internacional de apropriação das áreas naturais protegidas como instrumento para fortalecer demandas sobre áreas escassamente povoadas. Foresta registra o estabelecimento pelo governo da Argentina de uma cadeia de parques nacionais ao longo da sua fronteira andina com o Chile, freqüentemente contestada - um passo planejado, pelo menos em parte, para fortalecer sua presença nessas áreas (Foresta 1991, 307).

Desse modo, os programas de conservação da SEMA e do IBDF poderiam servir a um antigo, porém ainda importante objetivo nacional na Amazônia. Somem-se a isso, as considerações de ordem doméstica. Foresta observa que o governo esperava que um programa de conservação bastante visível pudesse ajudá-lo a manter o evanescente suporte da classe média e da elite (Foresta 1991, 153-55). O "milagre econômico" começava a "fazer água"

Segundo Foresta, por mais que o programa de conservação da natureza na Amazônia fosse talentosamente desenhado e apresentado, os mais altos níveis da hierarquia governamental deveriam tomar consciência da sua existência e serem persuadidos a dar-lhe suporte. Aprovar um programa de conservação não representou grandes custos, mas proteger grandes recortes territoriais, milhões de hectares, não o seria. É importante destacar que o locus administrativo da conservação da natureza estava distante dos centros de poder, em um Ministério quase sem poder e residual, o da Agricultura. Sendo a missão do IBDF relativamente periférica aos objetivos do Ministério, ele seria, na opinião de Foresta, duplamente marginal (Foresta 1991, 92). Maria Tereza Jorge-Pádua reconheceu que antes da publicação da 1ª Etapa do Plano do Sistema de UCs do Brasil, teria contornado as linhas bem demarcadas da comunicação formal, cultivando relações de amizade e profissionais com os principais membros do governo militar, em especial com o Gen. João Batista Figueiredo, e utilizado essas amizades para promover o programa que havia elaborado com Wetterberg. Destacam-se aí as figuras do Alm. José Luiz Belart e do Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Vice-Almirante Ibsen de Gusmão Câmara.

Seu esforços de *lobby* teriam recebido um grande impulso com a assinatura do TCA em 1978. Uma das provisões do Tratado - Artigo VII - demandava esforços das nações signatárias na proteção das áreas naturais em seus territórios amazônicos. A maioria das nações signatárias tinha estabelecido novos parques e reservas em seus territórios amazônicos na segunda metade da década de 1970, como resultado dos esforços de criação de sistemas nacionais de áreas protegidas, que já vinham se dando desde o fim dos anos 1960 por meio do Projeto FAO/RBF. O governo brasileiro teria se sentido pressionado a tomar atitudes semelhantes antes da primeira Reunião dos Ministros de Relações Exteriores das nações signatárias do TCA, instância institucional decisória máxima do mesmo, que realizou-se em Belém, nos dias 23 e 24 de outubro de 1980. É evidência deste fato o anexo do relatório brasileiro preparado para esta reunião,

que traz informações sobre as UCs de uso indireto já criadas e aquelas que estavam sendo planejadas.

Tendo conhecimento da proposta do IBDF, o Presidente Figueiredo, depois de ter testado a sensibilidade política ao programa e não ter encontrado oposição, incorporou-o ao seu programa de governo (Foresta 1991, 92-3). Assim sendo, no dia 05 de junho de 1979, Dia Mundial do Meio Ambiente, Figueiredo aprovou oficialmente a 1ª Etapa do Plano do Sistema de UCs e assinou três decretos criando os Parques Nacionais do Pico da Neblina, no Amazonas, e da Serra da Capivara, no Piauí, e a Reserva Biológica de Atol das Rocas, no litoral Rio Grande do Norte. Foi a primeira vez na história do IBDF, segundo Jorge-Pádua, que um Presidente entrou no prédio da autarquia. Pouco mais de um mês depois, em julho, criou a Reserva Biológica do Jarú, em Rondônia. Em setembro do mesmo ano, por um mesmo Decreto, criou a Reserva Biológica do Rio Trombetas, no Pará, e o Parque Nacional dos Pacaás Novos, em Rondônia. O "Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros" (Lei nº 84.017/79) é sancionado em 21 de setembro de 1979. Inúmeras outras UCs foram criadas por Decreto Presidencial no ano seguinte, em 1980: os Parques Nacionais do Cabo Orange, no Amapá, e do Jaú, no Amazonas, e as Reservas Biológicas do Lago Piratuba, também no Amapá, e do Una, na Bahia. Em 1981, a "saga" prosseguiria com a criação dos Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e do Pantanal Mato-Grossense, e, de uma só vez, das Estações Ecológicas de Taimã e Iquê, no Mato Grosso, de Maracá-Jipioca, no Amapá, do Rio Acre, no estado homônimo, de Maracá, em Roraima, de Anavilhanas, no Amazonas, de Uruçuí-Una, no Piauí, e de Aracuri-Esmeralda, no Rio Grande do Sul.

Foresta interpreta essas ações presidenciais de 1979 a 1981, como um triunfo do conservacionismo brasileiro, sinalizando que a conservação da natureza era tida como uma política setorial legítima em seu próprio direito, nos mais altos níveis do governo brasileiro. Outras expressões desse lugar de destaque teriam sido o convite feito a Maria Tereza Jorge-Pádua para palestrar sobre ecologia e conservação na Escola Superior de Guerra, e a emissão, pelos Correios, de selos em honra aos Parques Nacionais da Amazônia. Jorge-Pádua tornou-se, nesse processo, uma das importantes figuras do conservacionismo latino-americano e o IBDF ganhou reputação como uma das mais efetivas e dedicadas agências conservacionistas do continente (Foresta 1991, 93-4).

Ainda que se possa considerar que a pessoa certa no lugar certo seja um elemento importante no desdobramento de processos sociais e históricos concretos, as condições sociais e históricas de possibilidade de criação das UCs de uso indireto na

Amazônia brasileira são mais amplas e profundas do que as possibilidades explicativas oferecidas pelo talento individual e a habilidade política de um indivíduo. Espero ter conseguido mostrar nesta parte, como a existência dessas unidades se compreende, em parte, pelo fato delas terem representado um importante elemento de barganha territorial na viabilização de uma iniciativa geopolítica de grande porte. Se a formulação das prioridades em conservação da natureza na Amazônia brasileira por meio das UCs de uso indireto beneficiou-se da implementação do "projeto geopolítico" para a modernidade, a partir da efetiva presença das Forças Armadas no Poder Executivo, com o golpe de 1964; a criação e a implementação - ainda que parcial - das UCs beneficiou-se da busca constante de manutenção de uma posição de poder para o Brasil, numa cambiante ordem internacional, marcada pela progressiva tendência à constituição de acordos e alianças de vizinhança.

3.7. De um Equívoco de Escala a um Parque Nacional: o Jaú

> *I remember the year I was working in Manaus, and did the original work with some of the first maps. […] I remember sitting there with the Brazilian counterpart, and we drew a line around the map saying: "OK! This looks like they overlap here"; and right on the middle of that spot was the word rio Jaú on the Brazilian map. […] Eventually that was created as a national park, I know. But I remember the day sitting in Manaus on the Estrada do Aleixo mapping that out, and looking at the middle of the map, and there was the word: rio Jaú.*
>
> Gary Wetterberg, entrevista [03.05.2000]

A região localizada sob a influência da bacia do rio Jaú, afluente da margem direita do rio Negro, foi indicada pelo estudo de 1976 como área de "primeira prioridade" para conservação da natureza na "Região de Manaus", em virtude de nela se sobreporem dois refúgios teóricos do Pleistoceno, determinados por mais de um autor: o pequeno refúgio identificado por Haffer (1969) para aves e o Refúgio Florestal de Manaus proposto por Prance (1973) - que considerava a região de elevado endemismo, com grande número de espécies de plantas confinadas àquela área. Desse modo, a área localizada imediatamente ao sul do rio Unini, entre as localidades de Mucura e Taboca, incluindo o alto rio Jaú, foi proposta por apresentar elevado potencial endêmico (Wetterberg et alii 1976, 33). Ela também havia sido indicada por Vanzolini e pelo INPA como sendo de interesse para a proteção de seus recursos genéticos.

Por sua vez, a recomendação de proteger toda a bacia do rio Jaú, "de interflúvio a interflúvio e da nascente à foz", foi feita em relatório do Departamento de Ecologia do INPA, resultante de uma excursão de reconhecimento de nove dias ao rio Jaú "com vistas à instalação de uma reserva natural" (Schubart et alii 1977). Esta excursão merece uma consideração mais detalhada.

Dois anos após a elaboração do estudo que definiu as prioridades de conservação da natureza na Amazônia, Wetterberg e Jorge-Pádua publicam um outro documento pela *Série Técnica* do PRODEPEF - o de nº 13 (Wetterberg & Jorge-Pádua 1978) - em que discutem o desenvolvimento da política conservacionista desde o documento anterior. Nele reconstituem a origem do documento de 1976, seus objetivos, metodologia e conclusão, os resultados da revisão pública à qual foi submetido e os progressos realizados para a sua implementação.

Os autores enumeram, então, os critérios formais de avaliação que deveriam nortear a seleção de áreas a serem protegidas na Amazônia. Para a seleção de reservas biológicas, além dos evidentes critérios de ordem naturalista – inclusão de grande variedade de paisagens e comunidades de plantas, área suficientemente grande para assegurar a autoperpetuação dos ecossistemas englobados[21] e que contivesse, de fato, aquelas características biológicas que a levaram a ser indicada no estudo de 1976 -, os autores recomendam que as áreas deveriam: (i) ser compactas; (ii) estar isentas de posseiros e colonos[22]; (iii) estar livres de povos indígenas; (iv) excluir, na medida do possível e sem sacrificar fenômenos biológicos importantes, depósitos minerais de valor comercial; e (iv) possuir limites facilmente identificáveis e defensáveis, seguindo cursos de rios, interflúvios ou outros fenômenos notáveis na topografia. Os parques nacionais, além desses critérios, deveriam apresentar as características adicionais de beleza cênica, potencial para a recreação e acesso existente ou futuramente possível, bem como incluir algum elemento singular do patrimônio natural ou cultural do país (Wetterberg & Jorge-Pádua 1978, 39-40). Trata-se, assim, de critérios práticos e pragmáticos. Foresta sugere que eles constituíram a ponte entre a destacada elegância teórica do estudo de 1976 e a realidade efetiva da Amazônia, a ser avaliada quando da proposição concreta de uma área (Foresta 1991, 68). Quero destacar, entre os critérios indicados, a apropriação da

---

[21] Recorde-se que o estudo de 1976 havia determinado que as três grandes amostras de cada região fitogeográfica a serem conservadas deveriam ser da ordem de 5.000 km^2 cada, incluindo um núcleo de 2.590 km^2 e uma faixa tampão de 10 km (Wetterberg et alii 1976, 24).

[22] No caso de haver ocupantes, deveria ser viável a remoção destes.

topografia como instrumento de vigilância, monitoramento e fiscalização – ou seja, como dispositivo de controle social.

Foram esses critérios pragmáticos que guiaram as equipes de avaliação que foram enviadas a campo pelo IBDF, para recolher informações biológicas e sociais em nível local, nas áreas propostas como prioritárias. Várias instituições com interesse no futuro da Amazônia, incluindo o INPA, a FUNAI, a FAO, a FBCN e várias universidades participaram nessas avaliações. Foresta observa que os trabalhos começavam tipicamente com um sobrevôo para acessar as características gerais da área e eventualmente identificar os componentes que se prestariam como limites de um parque e/ou reserva. Ele descreve brevemente as expedições ao baixo curso do rio Trombetas, no Pará, em agosto de 1977 – que ele considera típica em muitos aspectos -, à região do alto rio Xingu, no Mato Grosso, e às quatro áreas consideradas promissoras no estado do Amapá: cabo Orange, cabo Norte, Oiapoque e lago do Piratuba – o que mostra como muitas áreas podiam ser acessadas em uma só empreitada (68 e ss.). Segundo ele, *surveys* de quatro a cinco dias por dois ou três cientistas eram a regra (nota nº 46, p. 292).

Foresta observa que as expedições eram complementadas por informações reunidas em Brasília e nas capitais amazônicas, especialmente as relativas à situação fundiária das áreas. Algumas vezes, áreas promissoras eram objetadas pelo INCRA – se este tinha planos para assentamentos na área ou entendia que a remoção de residentes poderia levar à turbulência social - e pela FUNAI – caso esta acreditasse haver índios na área em questão. Outras vezes, eram prejudicadas por políticos do primeiro escalão e por militares, como foi o caso das oito áreas promissoras identificadas por Wetterberg na região fitogeográfica distinta identificada por Prance no norte de Roraima e que receberam pareceres favoráveis das equipes de avaliação de campo. O Conselho de Segurança Nacional considerava a fronteira com a Venezuela tensa e temia que a presença de parques e reservas comprometesse a segurança nacional na região. Além disso, ricos recursos minerais haviam sido descobertos naquele - então - território federal, o que teria colocado o governo federal de sobreaviso quanto à criação de parques e reservas ali. Em entrevista a Foresta, Jorge-Pádua declarou ter considerado prudente, então, procrastinar iniciativas conservacionistas em Roraima. Quando a inquiri sobre até que ponto considerações de ordem pragmática desempenharam um papel importante na definição das propostas efetivas de criação de UCs no *Plano do Sistema* de 1979, ela me respondeu assim.

> HB: Houve situações em que áreas de alta prioridade tiveram que ser abandonadas, ou em que áreas de prioridade menor acabaram sendo priorizadas em função de facilidades de implementação e de administração?
> MT: Olha, eu digo que, no geral, nós não abrimos mãos das nossas prioridades. No geral. Mas, a gente, como eu te digo, sempre considerava. Porque se a gente estava numa área de refúgio muito grande e você tinha a chance de fazer ou aqui ou acolá e aqui tinha uma estrada e tal; bom, se evitava. Você tinha ainda o potencial e a facilidade de evitar. Mas, em compensação, nós brigamos horrores para criar, por exemplo, a Reserva Biológica do Trombetas, que Golbery do Couto e Silva foi contra até quatro dias antes. Nós fomos firmes até o final. Essa vai ser uma reserva biológica. Vai ser, vai ser e foi. Foi uma luta política brutal contra o próprio Golbery. Ele próprio ficou contra o tempo todo. Eu não entendia muito bem porque. Hoje eu já entendo melhor [Refere-se à presença de reservas minerais e potencial hidrelétrico]. Mas aí já era uma área que a gente conhecia: era a maior riqueza de postura da tartaruga da Amazônia, a *Podocnemis expansa*. Além de ter *Melanosuchus niger*, o jacaré-açú, e etc. Nós não abrimos mão. Foi uma luta política violenta. E facilidades [de implementação] eu diria que não. Acho que a gente lutou mais pelas áreas que nós acreditávamos que eram as prioritárias. Acho que nós cedemos muito pouco, mas quando era possível, antes da decisão, sim, a gente considerava [os critérios pragmáticos].

Isso se vê claramente na proposta oriunda da expedição ao rio Jaú coordenada por Herbert Schubart, então Chefe do Departamento de Ecologia do INPA. Durou nove dias, de 02 a 10 de abril de 1977, e subiu até o local denominado Maranhoto, no médio curso do rio Jaú, à foz do igarapé do Manapana, a cerca de 90 Km. em linha reta da foz. Como veremos no próximo capítulo, o Maranhoto era o lugar do seu Adelino Reis, conhecido promesseiro e festeiro de São Pedro no rio Jaú e que permanece realizando a mesma festa na cidade de Novo Airão, desde que se retirou para lá em 1986. A expedição chefiada por Schubart não teria seguido adiante "devido à escassez de tempo e combustível" (Schubart et alii 1977, 1). Os participantes, alunos dos cursos de Pós-Graduação em Ecologia e em Botânica Tropical do INPA, concluíram ser

> *importante eleger o local como uma das reservas biológicas da Amazônia*, sendo que toda a bacia [do rio Jaú], de interflúvio a interflúvio e da nascente à foz deveria ser protegida, possibilitando *um melhor controle da área quanto a possíveis invasores* e para que tenhamos incluída uma boa área que preserve intactos os ecossistemas amazônicos [Schubart et alii 1977, 5; ênfase minha].

Na mesma linha de tomar a topografia como um instrumento de controle social, o relatório indica ainda que a proposta de estabelecer os interflúvios como limites da reserva apresentaria as seguintes vantagens: respeitar a geografia da região e constituir "poderoso isolante de interferências humanas vizinhas" (5). Outra vantagem apontada foi a baixa densidade demográfica – 0,13 hab/km^2, segundo dados do CPRM.

O relatório alude ao "contato [mantido] com a população que vive ao longo das margens em diversos pontos do rio, por meio de entrevistas" a partir das quais se pôde

“avaliar o modo de vida e o seu relativo impacto sobre o meio ambiente”. A avaliação da situação da população humana local que habita a área se subordina à análise da “qualidade ambiental” da mesma. Percebe-se no relatório de Schubart et alii uma ambigüidade que, em geral, marca as avaliações do “modo de vida” das populações residentes em UCs: freqüentemente se subestima a “pressão antrópica” sobre a área, embora a presença humana seja sempre vista como perturbadora. Se não, vejamos:

> A densidade populacional da região é bastanta baixa [...], *mas* a ocupação humana já alterou em parte o ambiente. [...] *No entanto*, a pequena extensão dos roçados e a capoeira que rapidamente os invade quando abandonados, nos leva a crer que a capacidade de regeneração do ecossistema continua intacta, e, se deixado sem perturbação, ele rapidamente voltará a sua fisionomia primitiva [Schubart et alii 1977, 3; ênfase minha].

Expressa-se aqui um compromisso ambivalente que terá vida longa na caracterização dos grupos sociais locais residentes em áreas prioritárias para a conservação na natureza: de um lado, uma visão da presença humana como inerentemente destrutiva do meio ambiente - isso quando as práticas de uso da terra e dos recursos naturais a que se dedicam não são definidas como irracionais; de outro, uma concepção do estilo de vida desses grupos como mimetizando o padrão dos distúrbios naturais. Ora, se a capacidade de regeneração do ecossistema continuava intacta, porque propor a criação de uma UC de uso indireto ali? Porque não se propôs uma outra categoria de manejo – que não ReBio - para proteger a bacio do rio Jaú? O contexto histórico ainda não facultava colocar estas questões.

Essa ambivalência expressa-se também nas conclusões incertas do relatório quanto ao destino dos residentes: “a permanência dos habitantes no local da reserva *talvez* não seja aconselhável” (5; ênfase minha). Pelo contato que tiveram com os moradores, notaram que “eles estão muito bem adaptados ao sistema de vida que levam”. Seu remanejamento, todavia, é dado como certo, o que deveria merecer “boa planificação prévia”, oferecendo-se aos moradores “a oportunidade de levar a mesma vida que levaram até agora” (5-6).

Desse modo, seguindo a sugestão do relatório de Schubart et alii, a 1ª Etapa do *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil* (IBDF e FBCN 1979) propôs a área em questão como reserva biológica, uma das categorias de manejo mais restritivas à exploração de recursos naturais e à presença humana, cujos objetivos seriam, tal como formulados à época.

> o de proteger a natureza (espécies ou comunidades) e manter o processo [evolutivo ?] em um estado sem perturbações, visando proteger amostras ecológicas representativas do meio ambiente natural para estudos científicos,

> monitoramento ambiental, educação científica, e para manter recursos genéticos em um dinâmico e evolucionário estágio [IBDF e FBCN 1979, 11].

Para acessarmos o significado da distinção entre esta categoria de manejo e a de parque nacional, é interessante contrastar não apenas as definições apresentadas na 1ª Etapa do Plano, mas também a "Declaração de Significância" da área proposta como ReBio do Jaú com a de uma outra área proposta como UC de uso indireto na bacia do rio Negro: o Parque Nacional do Pico da Neblina – segundo Foresta, a mais valorizada das 11 áreas propostas para UCs na Amazônia na 1ª Etapa do *Plano* (Foresta 1991, 77).

As reservas biológicas, além de cumprir com os objetivos suprareferidos, deveriam ser preferencialmente estabelecidas em "zona[s] essencialmente não perturbada[s] por atividades humanas", posto que esta seria uma de suas características distintivas. Na "Declaração de Significância" da área proposta como Reserva Biológica do Jaú, entre os "Critérios de Avaliação" realçados como "excelentes" e "bons" estavam: a *representatividade* da região ecológica natural e da região fisiográfica e geomorfológica; a *diversidade* ecológica; o *potencial* científico e de monitoramento; a *efetividade* como unidade de conservação - o que significava, segundo os planejadores, área suficiente e ausência de usos conflitantes; o fato de ser habitat de espécies raras ou ameaçadas de extinção; a *raridade* - em termos de "aspectos mais notáveis"; a *qualidade estética*; e o *estado natural* - o que significava ausência de alterações antropogênicas. Foram considerados "regulares" os potenciais educativo e recreativo e o valor para o turismo internacional. O valor histórico, cultural e antropológico foi reputado "inadequado".

A ambigüidade é a regra, tanto nas conclusões do relatório, quanto na relação entre estas e a "Declaração de Significância" da área proposta como ReBio do Jaú. Embora o relatório mencione a rara beleza da paisagem e que se podiam avistar animais enquanto se navegava - elementos que se poderiam considerar cenicamente estimulantes, atendendo assim aos critérios para o estabelecimento de um parque nacional -, o relatório sugere a criação de uma ReBio e o *Plano* avalia os potenciais educativo e recreativo e o valor para o turismo internacional como "regulares". Além disso, ainda que o relatório não assinalasse no Jaú, àquela época, nada de singular do ponto de vista biológico, fosse qualquer comunidade especial ou única, a proposta de ReBio foi mantida. Mais ainda, apesar do relatório de Schubart et alii aludir à população residente, a "Declaração de Significância" da área dá a entender a inexistência de usos

conflitantes e a ausência de alterações antropogênicas, sendo difícil concluir da sua leitura que a região era habitada.

Quando passamos para a "Declaração de Significância" da área proposta como Parque Nacional do Pico da Neblina, diferentemente do Jaú, o valor histórico, cultural e antropológico e o potencial recreativo são considerados "bons" – embora a presença indígena na área não seja mencionada no *Plano* -, ao passo que o potencial educativo e o valor para o turismo são considerados "excelentes" – isso apesar da enorme dificuldade de acesso à área que se verifica até hoje. De acordo com a definição da 1ª Etapa do *Plano*, os objetivos de manejo dos parques nacionais seriam distintos dos das ReBios, posto que neles se visaria

> proteger e preservar unidades importantes ou sistemas completos de valores naturais ou culturais; proteger recursos genéticos; desenvolver a educação ambiental; oferecer oportunidades para a recreação pública; e proporcionar facilidades para a investigação e outros fins de índole científica [IBDF e FBCN 1979, 11].

Os parques deveriam também "possuir uma atração significativa para seu desenvolvimento e para oferecer oportunidades de recreação e de educação ambiental", e incluir "amostras representativas de um *ecossistema de significado nacional*" (11; ênfase minha).

Abro um parêntese para notar como, já nesse momento, as áreas propostas para o estabelecimento de UCs passam a ser tratadas como unidades singulares e destacadas da paisagem, como objetos em si mesmos, unidades autocontidas dotadas de existência relativamente autônoma. Expressão disso é o emprego dos topônimos para referir-se não apenas ao rio ou ao acidente geográfico específico – o Jaú, o pico da Neblina, as Anavilhanas -, mas à reserva e/ou ao parque, os vocábulos flutuando de modo ambivalente e multireferencial. Essa ambivalência semântica, por um lado, ajuda a entender, e por outro, contribui para reforçar a sobrevalorização das propriedades do mundo natural – tomadas como "dadas" – e a subvalorização das características dos grupos sociais locais - quase invisíveis, tendo em vista o lugar excepcional que ocupam aos olhos dos planejadores: entre a natureza e a cultura.

Retomando o argumento. Foresta observa que, apesar de não haver, naquela quadratura, nada de particularmente excitante e/ou singular no Jaú, este apresentava grandes vantagens do ponto de vista do administrador: era definido como um vácuo interessante, não havendo índios, nem depósitos conhecidos de minérios, nem planos de desenvolvimento ou preocupações com questões de segurança incidentes em sua área. A

ocupação humana parecia rarefeita, com poucos títulos definitivos de posse e/ou propriedades privadas a serem adquiridas. O relatório de Schubart et alii apresenta uma relação de 34 imóveis cadastrados situados às margens do rio Jaú - 25 em Novo Airão e nove em Barcelos. Com aparentemente tão poucos interesses e assentamentos humanos incidentes na área e com as características geográficas e topográficas já mencionadas, que faziam do Jaú o sonho de qualquer administrador em termos de controle e vigilância, o estabelecimento de uma UC de uso indireto naquela área deveria envolver poucos recursos financeiros.

Foresta conclui que a inexistência de endemismo e a carência de componentes biológicos fundamentais não contaram muito contra as vantagens pragmáticas na decisão do IBDF de propor a área para proteção. Muito menos, como se revelou mais tarde, a carência de "pedigree teórico". Isso porque o status de primeira prioridade concedido ao Jaú por coincidir com o refúgio de pleistoceno teórico identificado por Prance resultou, descobriu-se em seguida, de um clamoroso erro de escala cartográfica. O grande fragmento que Prance identificou ao norte do médio do curso do rio Amazonas não se estenderia para o oeste, na direção da bacia do Jaú. Dada a escala com a qual se estava trabalhando, o traço da caneta no mapa fez com que parecesse ser assim. "Given Jau's other virtues, the discovery of the error [...] did not dampen the IBDF's enthusiasm" (Foresta 1991, 82-3). Jorge-Pádua confirmou e problematizou esta informação em entrevista.

> HB: [...] No caso do Parque Nacional do Jaú - originalmente proposto como reserva biológica -, Foresta afirma que [...] ter-se-ia se dado conta, em seguida, de que o status de primeira prioridade que foi atribuído à área teria resultado de um erro de escala cartográfica [...]. Contudo, isso não teria afetado a disposição do IBDF em criar a área, dadas as virtudes administrativas da área. Eu pergunto: essa informação que o Foresta oferece é procedente?
> MT: *É procedente*. Agora, ela é procedente porque, como você sabe, no documento nosso, *Uma Análise de Prioridades de Conservação*, a gente priorizou realmente os refúgios do pleistoceno. Que hoje, cientificamente, isso já está... Mas era a informação científica disponível na época. Porque nem o RADAM a gente não tinha para toda a bacia amazônica ainda. Então, nós usamos, pela primeira vez na história do Brasil, a informação científica disponível para selecionar unidades de conservação. E foi essa. Foi essa de refúgios do pleistoceno, que era o que a gente tinha. E, bom, isso aconteceu mesmo no Jaú. Então, eu falei isso pro Foresta. *O Jaú é o maior parque nacional do Brasil. É um parque tão grande, tão espetacular, que depois de todos os estudos feitos a gente não ia deixar de criar. Não é? E até hoje eu não me arrependo nem um pouco. Acho que é um senhor parque nacional, não é?* Mas como eu te falo, as coisas evoluem. Nós sabíamos. Já na época havia uma grande discussão científica se o melhor critério era o de refúgios do pleistoceno. Essa discussão já existia no mundo acadêmico. Gary e eu sempre contestávamos, sempre respondíamos o mesmo. "Olha. Pode ter a discussão científica. Pode no

> futuro ter, obviamente, muito mais pesquisas que vão demonstrar outras coisas, mas o que nós temos, no momento, para selecionar são esses critérios. E nós vamos fazê-lo agora, porque mais tarde não vai ter chance de ninguém fazer". Você fala hoje em criar um grande parque nacional fora da região amazônica, acabou. Não existe mais chance. Na Amazônia talvez ainda exista chance, mas fora da região já não existe. Grandes áreas, não. Pode criar coisa pequena. [... E]sses estudos eram estudos caros. Você vai numa região fazer um estudo, como foi o do Jaú, e depois você abandona o estudo? [...] Então, era um estudo muito caro. Sobrevôo na Amazônia era uma coisa muito difícil, muito cara e até muito perigosa. Tivemos vários acidentes. Então, depois disso tudo pronto você vai abrir mão de uma área que, de toda forma, é espetacular, como é o caso do Jaú. E se pode aumentar, se pode fazer outras unidades de conservação ali, agregando o que falta. *Eu acho que o Jaú precisa ser aumentado ainda, não obstante ser o maior parque nacional do Brasil. Mas é fato. É correto. Aconteceu isso mesmo*. Mas também, a gente quando criava os parques dentro dos refúgios - porque os refúgios eram enormes -, a gente tinha maleabilidade de escolher evitando projetos de desenvolvimento. Então, se tinha uma estrada prevista, se tinha uma hidroelétrica, a gente tentava fugir. Nós trabalhávamos com mapas temáticos de todos os projetos de desenvolvimento que a gente sabia que existiam. Porque muitos, também, eram mantidos em sigilo, você não tinha o que fazer. *E muitas vezes a gente não se preocupava tanto se estava bem dentro do refúgio ou se era um pouco - como foi o caso do Jaú - perto do refúgio*. Conquanto você pudesse evitar também o confronto direto com projetos de desenvolvimento. Isso também nós sempre levamos em consideração [ênfases minhas].

Quero destacar duas coisas nesse depoimento. Em primeiro lugar, como já vimos, o pragmatismo e o senso de oportunidade dos planejadores, não importando o quanto isso afetasse os próprios fundamentos teóricos sobre os quais estavam trabalhando. Em segundo lugar, a ambivalência semântica que mencionei anteriormente, em que a referência ao topônimo e, por conseguinte, ao rio propriamente dito permanece subjacente às menções que se faz ao Parque – "isso aconteceu no Jaú", "o Jaú é o maior parque nacional do Brasil", "o Jaú precisa ser aumentado", etc.

Ocorre que na área proposta como ReBio acabou se estabelecendo um parque nacional. Na 2ª Etapa do *Plano*, apresentada em 1982, lê-se na "descrição da situação atual" do Parque Nacional do Jaú:

> A proximidade com Manaus, centro de grande concentração turística, as belezas cênicas da região e a facilidade de acesso à área, levaram o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Eqüivalentes-IBDF a propor nova categoria de manejo sendo criado então o Parque Nacional do Jaú [IBDF e FBCN 1982, 58].

Ou seja, tudo se passa como se a definição das categorias de manejo apropriadas à cada área ou região enfocada não se baseasse exclusivamente em "critérios técnico-científicos", como desejariam alguns formuladores (Milano et alii 1993, 16-7).

Entre a 1ª Etapa do Plano e a criação do PNJ em 1980, a categoria parque nacional foi objeto de detalhamento conceitual e jurídico com a promulgação do

Regulamento dos Parques Nacionais - Decreto nº 84.017 de 21.09.1979. A categoria de manejo mais antiga foi a primeira a ser objeto de uma regulamentação específica. Esta os define como "*áreas geográficas extensas*, dotadas de *atributos naturais excepcionais*, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de indisponibilidade e inalienabilidade no seu todo". Criados e administrados pelo Governo Federal, "constituem *bens da União destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades*, motivadas pela razão da sua criação, *preservá-los e mantê-los intocáveis*". O seu objetivo principal consiste na "preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem" e "destinam-se a fins científicos, culturais e educativos"[23].

Não obstante, a área do PNJ - originalmente tida como de "valor histórico, cultural e antropológico inadequado", onde não existiriam usos conflitantes nem alterações antropogênicas e que, para efeito do estabelecimento de uma ReBio, deveria ser uma "zona essencialmente não perturbada por atividades humanas" - revelou ser de há muito assaz povoada e significativamente explorada economicamente – como ficará evidente mais adiante (cf. itens 4.3 e 4.4). Em 1988, foi celebrado um convênio entre o IBDF e o ITERAM com o objetivo de se realizar um levantamento do número de ocupantes e dos títulos de domínio, e a avaliação de benfeitorias pertencentes a particulares no Parque. Assim sendo, passados oito anos do ato de criação do Parque e três anos de expirado o prazo para a desapropriação da sua área[24], foram identificadas 98 famílias de ocupantes e 31 registros de títulos definitivos de posse – e não 34 como indicado no relatório de Schubart et alii - na área *core* do PNJ - ou seja, só às margens rio Jaú. Segundo dados deste levantamento fundiário, a área a ser adquirida para desapropriação por interesse público somava 39.924 ha., ou seja, 1,76% da área do Parque (2.272.000 ha.). Em 1989, foi providenciado junto à Coordenadoria de Orçamento da DIREC/IBAMA, a transferência de recursos do Projeto Calha Norte, no valor de NCz$ 480.000,00 - quatrocentos e oitenta mil cruzados novos - para a indenização das famílias que se viram inseridas na unidade. Mas disso tratarei no próximo capítulo. Por ora, dirijamos o nosso olhar para as origens das Anavilhanas – não as ilhas, de que tratarei também no próximo capítulo, mas a Estação Ecológica.

---

[23] As ênfases neste parágrafo são minhas.

[24] Conforme estabelecido no Decreto-lei nº 3.365/41, que regulamenta a desapropriação de terras no Brasil: cinco anos para a caducidade de desapropriação por utilidade pública.

3.8. De uma Visita Providencial a uma Estação Ecológica: Anavilhanas

Quando passamos sobre o arquipélago, para mim foi como se estivesse vendo um mundo novo. Debaixo de nós estava um belíssimo emaranhado de ilhas, lagos, canais e praias de areia branca. [...] Surpreendentemente, estava ali um mundo bem primitivo, pujante e ainda em formação. [...] Mais tarde, percorrendo a área de barco, a primeira impressão que o sobrevôo me proporcionou, confirmou-se amplamente. Ao passar pelos canais, imaginava estar numa nova Veneza, onde as grandes árvores, como num sonho, teriam substituído as casas.

Nogueira Neto, 1991: 19

Dentro da estratégia de preservar amostras representativas dos principais ecossistemas do País e complementar o sistema de unidades de conservação que vinha sendo gestado dentro do IBDF, criaram-se as estações ecológicas. A de Anavilhanas foi criada em 1981 e resultou de uma visita do Dr. Paulo à sede do projeto RADAM, em Belém, seis anos antes. Vejamos como o próprio proponente descreve a sua criação.

> No dia 14 de maio de 1975, visitei a sede do Projeto RADAM, que naquela época estava em Belém do Pará. Queria saber qual a porcentagem dos solos da Amazônia que poderia sustentar uma agricultura semi-intensiva e também qual a porcentagem que, por sua fragilidade, não poderia ter destinação agrícola. [...] Apesar da importância desses e de outros dados obtidos pelo Projeto RADAM, até hoje o zoneamento ecológico-econômico geral da Amazônia não saiu dos gabinetes de estudo. Contudo, *aquela visita* [...] *foi providencial* por outro motivo. Permitiu desencadear uma série de medidas que preservaram para as gerações futuras uma das áreas mais belas e mais interessantes da Amazônia.
> A sala onde fui recebido tinha uma das paredes forradas por imagens obtidas por processos de radar, mostrando a superfície da vasta região. Meus olhos passaram de lá para cá e de cá para lá, examinando rios e espaços situados entre os grandes cursos d'água. Subitamente, vi umas compridas línguas brancas, no Rio Negro, com aspecto inusitado. O que seria aquilo? Perguntei e me disseram que eram as Anavilhanas, um arquipélago fluvial no Rio Negro, nas proximidades de Manaus. Saí do Projeto RADAM disposto a investigar aquela região.
> Algum tempo depois fui a Manaus. Obtive um avião bimotor e realizei um sobrevôo [Segue o trecho que serve de epígrafe a este item; Nogueira Neto 1991, 19; ênfase minha].

Em entrevista, Dr. Paulo deu uma versão mais concisa, porém muito similar, o que atesta a solidez da narrativa sobre a origem da Estação.

> *Anavilhanas*, que *é hoje um dos lugares mais bonitos do Brasil*, eu escolhi do projeto RADAM. Fui lá fazer uma visita a eles. Precisava tratar de outro assunto, ver a questão de solos. De repente, entrei numa sala deles e eles tinham a sala toda forrada de imagens do RADAM, e lá perto de Manaus, no rio Negro, tinham umas linhas brancas e compridas. Só lá tinha. Eu digo, aqui ecologicamente tem uma coisa diferente, porque só aqui tem. Aí eu fui pra Manaus, arranjei um aviãozinho, sobrevoei Anavilhanas. Fui de barco também. Aí eu disse, "Mas isso é uma maravilha!". Aquelas linhas brancas eram ilhas. Porque tiraram numa

> época de seca e a areia lá é muito branca, né? Então ficava no mapa aquelas linhas todas brancas. Mas quando há cheia ela fica inundada. *E tem mil ilhas lá, praticamente desabitadas*, e tem também uma parte de terra firme. Então, são mais ou menos 120.000 ha. das ilhas. Depois nós anexamos mais uns 200 e poucos mil. Hoje tem uns 350.000 ha. *Eu vi aquilo e não fiz nenhum estudo assim especial*. "*Aqui tem uma coisa diferente, vamos lá ver!*"
> [Paulo Nogueira Neto, Brasília, DF, 16.04.1998; ênfases minhas].

Como diz o Plano de Ação Emergencial da Estação, ao relatar este episódio, as Anavilhanas "*surpreenderam por serem o maior arquipélago fluvial do mundo* e destacaram-se como representantes do ecossistema de rios de águas pretas e floresta tropical densa" (Cases 1993, 5; ênfases minhas). De novo, a ambivalência semântica aparece como expressão da revelação desse "mundo novo", "primitivo, pujante e ainda em formação": Anavilhanas, a *Estação*, criada e destacada da paisagem, aparece hoje como um dos *lugares* mais bonitos do Brasil. É hoje ou foi desde sempre? Surpresa aos olhos de quem?

As oito primeiras estações ecológicas foram criadas em 02 de julho de 1981 pelo Decreto nº 86.061 do então Presidente da República, Gen. João Batista Figueiredo, cerca de dois meses depois de promulgada a lei que as regulamentava e dispunha sobre a sua criação. São elas: Anavilhanas (AM), Maracá (RR), Maracá-Jipioca (AP) e Rio Acre (PI), na Amazônia; e Aracuri-Esmeralda (RS), Uruçuí-Una (PI), Taimã (MT) e Iquê (MT) – sendo que as duas últimas não são propriamente extra-amazônicas. Considerando que há atualmente apenas 15 estações ecológicas, todas elas criadas ao tempo da gestão do Dr. Paulo à frente da SEMA, esse primeiro Decreto criou mais da metade das que hoje existem. Esse decreto representa o coroamento jurídico e administrativo de um esforço de preparação prévio que envolveu o Dr. Paulo Nogueira Neto pessoalmente, tanto na formatação de cada uma das unidades, quanto na sua fundamentação jurídica – como exemplifica a própria Lei 6.902/81. A criação de Anavilhanas, assim como a das demais, foi precedida de uma série de viagens, estudos e levantamentos locais e regionais prévios.

Além da viagem do Dr. Paulo à área, cuja data não posso precisar, relatório do CNPq sobre o Arquipélago de Anavilhanas, recebido pela SEMA em maio de 1976, assinado por destacados cientistas – Anthony Anderson e Miguel Pretere, entre outros - "refere-se às possibilidades para pesquisas científicas na região do Arquipélago das Anavilhanas, sob a direção do INPA em Manaus". Na introdução, os autores afirmam que "o projeto de uma estação ecológica na área poderá ser realizado sem muitas despesas, pois é uma região *economicamente inexpressiva*" - ênfase minha. O relatório

traz um mapa do IBGE em escala 1:1.000.000 que já traz a indicação MINTER-SEMA, EsEc de Anavilhanas-AM[25].

Para 1977, o processo de regularização fundiária registra um relatório de viagem de 12 dias, realizada entre 12 e 24 de setembro, assinado por um consultor técnico, cujo objetivo era fazer o levantamento cadastral dos moradores da "área da futura EsEc". O relatório traz em anexo uma relação de 53 "moradores da área da EsEc": seis na margem direita do rio Apuaú – nenhum dos quais requisitou cadastramento do imóvel junto ao INCRA - e 47 na margem esquerda do rio Negro – 13 dos quais cadastrados no INCRA. Em seus "comentários e sugestões", o consultor técnico observa que nenhuma das famílias "possui título de propriedade da terra ocupada", algumas sendo cadastradas no INCRA e recolhendo impostos territoriais como posseiros, "enquanto que outras desconhecem o termo imposto". Por não ter sido encontrado nenhum morador com título de propriedade, avalia que "a desapropriação do local será facilitada".

Dois meses depois, em novembro de 1977, já há um memorial descritivo da Estação, de responsabilidade da então Coordenadora de Programa da SEMA, acompanhado de mapa de delimitação na escala 1:250.000. A área do mapa encontra-se dividida em três: (a) da União, compreendida pelo arquipélago, com 120.082 ha.; (b) do Estado, em terra firme, com 42.500 ha.; e (c) de terra firme pertencente à União, com 122.500 ha. A área total da EsEc é apontada como tendo aproximadamente 165.100 ha. de terra firme e mais 120.082 ha. correspondentes ao arquipélago. É interessante notar que quatro anos antes da decretação da EsEc de Anavilhanas, os documentos oficiais reportam-se à unidade como se esta já existisse de fato – ainda que não de direito -, inúmeras medidas e iniciativas tendo sido tomadas no sentido de torná-la efetiva.

Em dezembro do mesmo ano, o então Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, solicita ao então Governador do Amazonas, Henoch da Silva Reis, a doação à União, por intermédio do MINTER, da área de terra firme situada no município de Airão, descrita no memorial suprareferido, para a instalação de uma estação ecológica pela SEMA. Um ano depois, em dezembro de 1978, a Assembléia Legislativa do Amazonas decreta e o Governador sanciona a Lei nº 1.311, de 18.12.1978, que autoriza

[25] A fonte para as informações neste e nos parágrafos subseqüentes deste item é o Processo 01266/90-08, IBAMA/Adm. Central, que trata da regularização fundiária da EsEc de Anavilhanas, organizado em 24.04.90 em atenção ao Memo. nº 343/90 de 20.04.90 do então Chefe da Divisão de Criação (DICRI) do Departamento de Unidades de Conservação (DEUC) da Diretoria de Ecossistemas (DIREC) do IBAMA, Áureo Araújo Faleiros, que solicitava ao Chefe do Protocolo providências no sentido de ser constituído processo. O processo encontrava-se arquivado na DICRI em fevereiro de 1995, quando o fichei integralmente.

o Chefe do Poder Executivo a ceder à União terras de seu patrimônio, sob a forma de utilização gratuita.

Quase um ano depois, em 29 de novembro de 1979, as Portarias de n°s 57 e 59, assinadas pelo Diretor do INCRA-DF, resolvem arrecadar como terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio da União, as áreas denominadas “Apuaú” - de 117.187 ha. e 185.250 m. de perímetro – e “Anavilhanas” - de 190.331 ha. e 333.600 m. de perímetro - do patrimônio do Estado do Amazonas, situadas nos municípios de Novo Airão e Manaus. As portarias declaram não haver “domínio particular” sobre as áreas, nem “contestação ou reclamação administrativa promovida por terceiros quanto ao domínio ou posse, consoante certidões negativas expedidas” pelos cartórios de registro de imóveis das comarcas abrangidas, pela Delegacia do SPU no Amazonas e pelo Departamento de Terras do Amazonas. É em 12 de fevereiro de 1981 – cinco meses antes da edição do Decreto n° 86.061 - que o Delegado do SPU no Amazonas assina os termos de entrega de ambos imóveis à SEMA, após longa troca de correspondência entre a SEMA, o INCRA e o SPU.

Enfim, a EsEc de Anavilhanas só foi criada com os seus 350.018 ha. depois de todo este périplo para arrecadar aqueles imóveis como terras devolutas.

Nesse ínterim, a SEMA procurou dotar a virtual Estação de equipamentos que dessem suporte à pesquisa – atividade à qual se pretendia efetivamente ligar o destino das suas estações. Isso se evidencia no Convênio SEMA/CNPq para a implantação da EsEc. Correspondência do Secretário Substituto da SEMA ao Coordenador do Programa do Trópico Úmido (PTU) do CNPq, datada de 10.12.1979, solicita a homologação da aplicação do saldo existente dos recursos financeiros do Convênio citado para a aquisição de um barco e equipamentos destinados às necessidades de locomoção e de transporte entre a Estação e a sede administrativa da SEMA em Manaus – que ficava nas dependências do INPA. Despacho “de acordo” do Coordenador do PTU/CNPq ao então Diretor do INPA, Enéas Salati, menciona que a EsEc está ligada à Divisão de Ecologia do INPA.

Em novembro de 1979, o então Coordenador de Programa – e, depois, Assessor de Assuntos Fundiários - da SEMA, João Batista de Andrade Monsã, vai a Manaus credenciado para tratar de assuntos relacionados à área onde está localizada a Estação junto ao Governo do Estado, à Polícia Federal, ao INCRA, à Delegacia do IBDF, à Polícia Militar e a outros órgãos e entidades públicas.

Enfim, todos esses elementos mostram como a EsEc de Anavilhanas foi ganhando materialidade paulatinamente, por meio de um esforço intencional da SEMA, que, ao longo dos cinco anos que antecederam a sua criação, se aplicou em prover-lhe substância. Foi interessante testemunhar em minhas andanças pelos corredores do DEUC/DIREC/IBAMA que as hi(e)stórias sobre as origens de cada uma das EsEcs criadas pela SEMA são conhecidas e partilhadas pelos funcionários responsáveis por sua gestão. Poder-se-ia dizer que cada EsEc tem uma narrativa consolidada sobre sua origem, conhecida pelos funcionários mais antigos da "casa", alguns dos quais trabalharam na SEMA. Todas estão ligadas à figura do demiurgo Paulo Nogueira Neto.

Para concluir este item, quero retomar o tema da invisibilidade do grupos sociais locais residentes. O relatório do CNPq de 1976 refere-se à insignificância econômica da região. Além disso, no processo há dois documentos datilografados de duas páginas, apócrifos, mas provavelmente de autoria do próprio Dr. Paulo – dada a menção que se faz em um deles a um sobrevôo feito na área no mês de julho, de não se sabe qual ano, em companhia do Dr. Warwick Kerr, então Diretor do INPA. Neles, afirma-se que "as ilhas Anavilhanas estão ainda praticamente desabitadas", existindo lá "apenas cerca de uma dúzia de casebres" – "modestas habitações", em torno das quais "são reduzidas as áreas de derrubadas". Também se diz que nas margens do rio Negro "residem algumas famílias, mas são poucas, talvez umas dez" – que "deverão ser indenizadas e transferidas para outro local". Em seu livro sobre as estações ecológicas, Dr. Paulo menciona que "quase não havia agricultura lá", razão pela qual "foi fácil indenizar algumas poucas roças temporárias nas ilhas" (Nogueira Neto 1991, 19). Repete-se aqui o que vimos para o Jaú: a tendência a subestimar os efeitos da ocupação humana, ao tempo em que se a considera, de todo o modo, deletéria e incompatível com as exigências da proteção ao meio ambiente.

Não obstante, no mesmo livro de 1991, Dr. Paulo admitiu que o quadro do arquipélago de Anavilhanas, normalmente, o tornaria um lugar improvável para a instalação de uma UC. Isso porque "foi no passado cenário de importante navegação fluvial, que permitiu a fixação das fronteiras brasileiras no Noroeste da Amazônia"; e "no presente [...] ainda é uma *via aquática importante*, com uma *navegação intensa*", sendo "*essencial à logística do abastecimento* de uma região maior que vários países europeus reunidos" (Nogueira Neto 1991, 17; ênfases minhas). Ou seja – e é muito importante ter isso em mente -, é como se a importância econômica da região fosse definida apenas em termos da referência à escala do país, da nação e dos interesses do

Estado – fixação das fronteiras internacionais, abastecimento de uma região ampla comparável à de vários países, etc. Ao passo que as realizações dos grupos sociais locais e a materialização do seu trabalho na paisagem fossem inexpressivas, a ponto de não merecerem consideração detalhada, ou melhor, de serem quase invisíveis. Elas aparecem como manchas ou borrões no olhar e na perspectiva do sobrevôo.

As “poucas roças temporárias” a que o Dr. Paulo aludiu em sua “Veneza” amazônica, em seu “mundo bem primitivo, pujante e ainda em formação”, todavia, correspondiam às posses de 53 famílias que viviam no arquipélago e no trecho de terra firme à margem esquerda do rio Negro e direita do rio Apuaú, que veio a ser incluído na área da EsEc de Anavilhanas - conforme dados do já referido levantamento cadastral dos moradores da área realizado em setembro de 1977. Embora as EsEcs só pudessem ser implantadas em terras públicas ou desapropriadas para esse fim, conforme a afirmação já referida do Dr. Paulo, passados quatro anos da criação da Estação ainda havia posseiros a serem indenizados e retirados da área. Alguns não viram a cor do dinheiro até hoje.

Foi só depois de outubro de outubro de 1982, após elaboração de nova “Relação de Ocupantes da Área Destinada à SEMA”, que foram tomadas providências no sentido de avaliar as benfeitorias dos posseiros, a fim de indenizá-las. Isso só veio a ocorrer em agosto de 1983 com a designação de uma Comissão de Avaliação com este objetivo. Os recursos para a indenização de benfeitorias e a aquisição de glebas de terras em áreas destinadas à instalação de estações ecológicas dentro da zona de influência do POLAMAZÔNIA - como as de Anavilhanas e Maracá-Roraima - foram retirados de parcelas programadas deste Programa.

* * *

Destarte, embora sejam o resultado de dois programas distintos - o Plano do Sistema de Unidade de Conservação e o Programa de Estações Ecológicas -, propostos, implementados e geridos por duas instâncias distintas do governo federal - o IBDF, com um *bias* marcadamente desenvolvimentista, e a SEMA, de orientação conservacionista -, as condições de possibilidade de criação dessas duas unidades e das instâncias que a geriram até o final dos anos 1980, se enraízam, como vimos neste capítulo, no âmbito do conjunto de ações engendrado no contexto do regime militar, visando a um planejamento globalizante, integrado e centralizado do desenvolvimento do país.

É importante notar que os recursos para a desapropriação e a extrusão das áreas por utilidade pública vieram de dois programas governamentais: o Polamazônia, no caso de Anavilhanas, e o Calha Norte, no caso do Jaú. Esses programas, notadamente o primeiro e os outros que, como ele, desenvolveram-se no regime militar, estavam apoiados num grande afluxo de capital internacional e em acordos, tratados e convênios internacionais de articulação intersetorial. Mesmo hoje, é impossível pensar as políticas de desenvolvimento e conservação fora desse contexto de articulação intersetorial patrocinada pelos organismos multilaterais (cf. Ros Fº 1994). As iniciativas de regularização fundiária de ambas as unidades evidenciam a interface entre a proteção da natureza e as políticas tecnocráticas e centralizadoras de gestão do território e das populações – nesta quadratura histórica e considerando este instrumento particular: as UCs de uso indireto e/ou proteção integral.

Não deve surpreender, portanto, que a noção de bem público e o princípio de uso comum do povo, aí implicados e para os quais as UCs devem ser geridas, se atualize de um modo excludente. Uma parcela da população, a que vive no local em que se prevê a implementação da UC, ou na sua vizinhança imediata, vê-se excluída dos eventuais benefícios que a unidade pode gerar, bem como dos fins educativos, recreativos e científicos que visa cumprir. A análise da situação dos grupos sociais que habitavam e habitam a área, sempre esteve - até recentemente - subordinada à avaliação da "qualidade ambiental" da mesma - tanto da parte dos administradores e instituições oficiais, quanto dos pesquisadores envolvidos na sua proposição e consolidação.

Isso se deve ao fato dessas unidades guardarem uma referência tendencial ao nível de integração sociocultural nacional, aos ecossistemas "de significado nacional", "os principais ecossistemas do Brasil", os "ecossistemas brasileiros", dos quais áreas e amostras representativas deveriam ser preservadas –seguindo as definições de parque nacional, reserva biológica e estação ecológica aqui aludidas. Estamos diante de uma operação que toma o território do país como um composto biomas e ecossistemas - no caso, rios de água preta e floresta tropical densa -, cuja representatividade deveria estar assegurada, posto que seriam partes constituintes do corpo do país, do seu espaço vital – para lembrar Ratzel. Assim, a dimensão da Nação como um coletivo de indivíduos – ou de grupos social e culturalmente diferenciados - se subordina à dimensão da Nação como indivíduo coletivo: uma unidade objetiva, autônoma, dotada de um corpo delimitado - i.é, de nítidas fronteiras territoriais -, de vontade, caráter e personalidade -

i.é, de nítidas fronteiras culturais - e de continuidade no tempo. Ou seja, uma realização no plano coletivo, da concepção moderna de indivíduo (Dumont 1983).

VOLUME II

CAPÍTULO 4: JAÚ E ANAVILHANAS - "AQUI COMEÇA O PARAÍSO"

Proêmio: visões do paraíso

Como veremos neste capítulo, não era destino manifesto da micro-região do médio e baixo curso do rio Negro tornar-se centro de atividade ecoturística, ou melhor de turismo em "áreas naturais". Aliás, permanece não sendo - pelo menos, não do tipo que se verifica em outras paisagens emblemáticas. O visitante incauto, todavia, ao chegar de barco à cidade de Novo Airão, a noroeste de Manaus, pode ser conduzido a esta impressão por um conjunto de sinais difusos.

Ao desembarcar no porto flutuante da prefeitura, à beira do rio Negro, o visitante verá no alto de uma escadaria de concreto que dá acesso a uma das ruas próximas, um pórtico de madeira saudando-o com os dizeres: "Seja bem-vindo a Novo Airão. Aqui começa o paraíso". Subindo por uma das vias que dá acesso ao Centro Social, ele sairá em frente à Escola Estadual Joaquim de Paula, em cuja parede frontal há uma paisagem pintada que retrata um tuiuiú voando e tendo ao fundo um pôr de sol, abaixo da qual se lê: "Meio Ambiente. Compromisso Nacional". Trata-se da mesma gravura e do mesmo adágio que constavam do cabeçalho do papel timbrado usado pela Prefeitura Municipal

de Novo Airão ao tempo da gestão Tiburtino Santos (1993-1996)[1]. No rodapé do papel timbrado, havia também os seguintes dizeres: “Arquipélago das Anavilhanas, Parque Nacional do Jaú - Área dos Atróaris, Waimiris, muito verde, Praias Belíssimas, Rio Negro, Aves, Animais, Natureza, tudo isso é Novo Airão um Município Ecológico”.

Chegando na cidade, o nosso visitante imaginário poderá se hospedar no Hotel Rio Negro – o único, com muita boa vontade, digno deste nome – e fazer refeições no restaurante Camanaú – nome de um outro rio da região. Se ele decidir sair à noite para dançar, descobrirá que o “brega” mais agitado - a casa noturna mais rumorosa - da cidade, conhecido por várias alcunhas - “Tabocal”, “Buraco Fundo”, etc -, chama-se, de fato, *Eco*night Club. Há até bem pouco tempo ele poderia ouvir a “Paraíso FM” (88.10 Mhz), estação de rádio da cidade, dirigida por pessoas vinculadas à elite política local e que foi recentemente fechada pelo DENTEL por irregularidades.

Além disso, se estiver visitando Novo Airão no final de outubro, início de novembro, o nosso visitante poderá assistir ao *Eco*-Festival do Peixe-Boi, que teve a sua oitava edição em 1998. Concebido no final da década de 1980 como uma pequena festa em um bar ao lado do mercado municipal, contando com a presença de ex-moradores do rio Jaú e da área em que foi estabelecida a EsEc de Anavilhanas, de lá para cá, com o apoio inconstante do Poder Público municipal, movido pelo “tempo da política”, ele se transformou no que é hoje: um festival cujo ápice é o desfile, em duas noites consecutivas, na quadra municipal, de duas agremiações - o Peixe-Boi do Jaú e o Peixe-Boi de Anavilhanas. Tido regionalmente como uma expressão da “cultura popular local”, o festival foi formatado à imagem e semelhança dos festivais folclóricos regionais e festas de colheita de inúmeros outros municípios amazonenses, que se generalizaram pelo estado a partir do momento em que o Festival Folclórico de Parintins começou a ganhar repercussão[2]. Assim como no Festival Folclórico de Parintins, os munícipes cindem-se nas duas agremiações supracitadas, que desfilam por duas noites consecutivas na quadra municipal. A autoproclamada diferença do *Eco*-Festival do Peixe-Boi é que ele é um “festival ecológico”, que se realiza para conscientizar as pessoas da necessidade de preservação do meio ambiente - numa clara alusão ao patrimônio natural protegido na área do município.

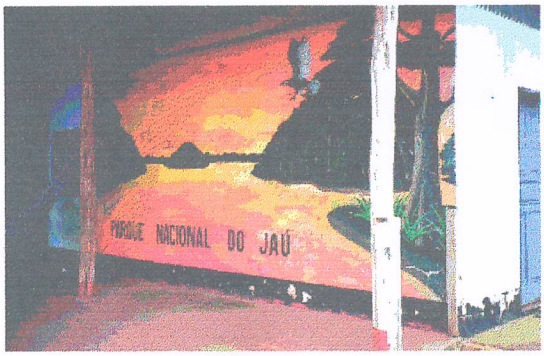
---

[1] O tuiuiú (*Jabiru mycteria*), também conhecido como jaburu, é ave símbolo do Pantanal mato-grossense.
[2] Como a festa do guaraná, em Maués, a da melancia, em Manicoré, a do cupuaçu, em Presidente Figueiredo, a do tucunaré em Manacapuru, etc.

Imagens de um município ecológico

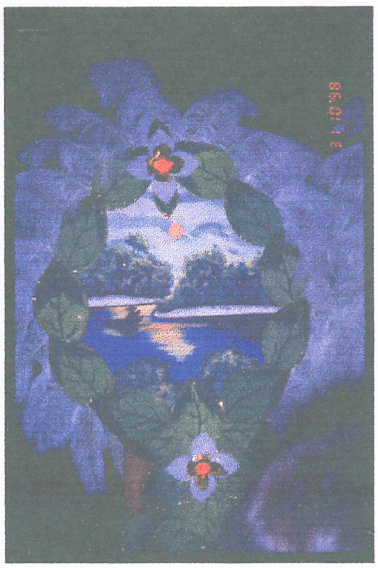
Escola Estadual Joaquim de Paula. À direita, vê-se o painel com o tuiuiú, símbolo da administração Tibutino

O EcoNight Club, mais conhecido como "Tabocal" ou "Buraco Fundo"



Painel retratando paisagem do Parque Nacional do Jaú.

Oferta de expedições e passeios ao Jaú e Anavilhanas



Espaldar de brincante do Eco-Festival do Peix-Boi, em Novo Airão

Se o visitante for bom observador e oriundo de camadas médias urbanas escolarizadas, perceberá um contraste marcante entre, por um lado, essa imagem de "paraíso ecológico" fomentada pelo Poder Público municipal e, por outro, as condições de vida e a infra-estrutura urbana precárias do município e as suas estatísticas sociais adversas. Eventualmente, lembrar-se-á de uma matéria que leu em março de 1995 na revista *Isto É*, de circulação nacional, em que uma pesquisa realizada pelo UNICEF, a partir de dados do Censo do IBGE de 1991, atribuía ao município Novo Airão o maior índice de analfabetismo do país na faixa etária entre 15 e 17 anos: 81,23%. Ademais, se o nosso visitante tiver uma formação razoável em Antropologia Social contemporânea, não demorará a reconhecer e definir esse esforço para vincular a imagem de Novo Airão à ecologia e ao meio ambiente como uma política de representação da municipalidade[3].

* * *

Prosseguindo com a parte que almejo apresentar mais detalhadamente, focalizo neste capítulo a dimensão local da existência das duas unidades, por meio de uma análise dos efeitos sociais da sua criação, principalmente no município de Novo Airão - cuja política de representação está ancorada, como vimos, na imagem de "paraíso ecológico". Para tanto, esboço uma caracterização da paisagem natural e procuro reconstituir minimamente a história da região enfocada – o médio e baixo rio Negro. A caracterização natural e histórica aqui esboçada é encarada não tanto como produto do desvelamento de uma realidade objetiva exterior ao observador, mas como construto sociotécnico engendrado no contexto social e histórico configurado pela criação das UCs aqui enfocadas. Isso porque a sua criação deflagrou um esforço de pesquisa concentrado que está permitindo conhecer o baixo rio Negro em outros termos – inclusive da perspectiva cósmica (satélites, radares, etc.). Ancoro-me tanto na bibliografia disponível e nas fontes documentais que venho de utilizar no capítulo anterior, quanto no trabalho de campo ao nível local junto aos grupos sociais residentes - e ex-residentes - nas áreas em que foram estabelecidas as duas unidades, baseado em observação direta e entrevistas semi-estruturadas.

---

[3] Os festivais têm como promotores centrais as respectivas prefeituras. Aquelas que conseguem demonstrar, no curto período das festividades, um determinado coeficiente de aumento na arrecadação de impostos, recebem apoio do governo estadual para a realização das festas (Wilton Santos, Prefeito de Novo Airão, comunicação pessoal).

4.1. O "Rio da Fome"[4]

O rio Negro, em cujo baixo curso situam-se o arquipélago das Anavilhanas e o rio Jaú, é sistematicamente referido na literatura dos cronistas e viajantes que por lá passaram como "rio da fome" – como, de resto, os rios de águas pretas em geral. Do ponto de vista de suas limitações ecológicas, as bacias de águas pretas são consideradas de equilíbrio frágil em relação aos outros sistemas ecológicos da região Amazônica e dos trópicos úmidos. Meggers explica que as condições reinantes no meio terrestre das bacias de águas pretas são desfavoráveis ao empreendimento humano, quando comparadas com as bacias dos rios de águas brancas e claras: "do ponto de vista do aproveitamento humano, os rios de água preta e as terras por eles irrigadas têm um [...] baixo potencial na produção de meios de subsistência". Esta é a razão pela qual eles "são conhecidos na Amazônia como 'rios da fome'" (Meggers 1987, 36)[5].

Isso se deve, hoje se sabe, às condições ecológicas predominantes nessas bacias, principalmente a condição oligotrófica do ambiente - seus níveis baixos de nutrientes –, o regime hídrico – que estabelece uma situação de *stress* hidrológico de ciclos de alagamento e seca – e a pobre resolução ótica dos rios. Estes "fatores limitantes, ou pressões ambientais" (Moran 1990, 60) têm uma série de conseqüências para o desenvolvimento da vida nessas bacias, quando comparadas às condições existentes nos rios de água branca e de água clara.

A oligotrofia leva a uma baixa produtividade de biomassa primária, terrestre e aquática. A baixa biomassa vegetal e o alto teor de compostos secundários produzidos pelas plantas – polifenóis e outras substâncias tóxicas, como veremos a seguir –

---

[4] Os dados neste subtítulo foram compilados e sintetizados a partir de Goulding et alii 1988, Meggers 1987, Moran 1990, Sioli 1967 e 1991, e do encarte "Unidade de Conservação e sua Zona de Transição" dos Planos de Manejo do PNJ e da EsEc de Anavilhanas.

[5] O primeiro naturalista a dividir sistematicamente a limnologia amazônica em três tipos principais de água foi Alfred Russel Wallace em 1853. Segundo este, as razões para as cores dos rios de águas brancas e de águas claras poderiam ser deduzidas diretamente da natureza das geologias de suas bacias de drenagens. Os primeiros acumulam a sua pesada carga de sedimentos - minerais suspensos altamente solúveis e partículas de solos – ao descer os contrafortes andinos onde se situam as suas cabeceiras, donde a sua coloração barrenta e a sua baixa transparência. Os segundos drenam os maciços erodidos da Guiana e do planalto central brasileiro – as chamadas "terras baixas amazônicas" – em que comparativamente poucos sedimentos se precipitam nos cursos d'água. Os rios de água preta eram mais problemáticos para Wallace, pois freqüentemente drenavam áreas geologicamente próximas aos dos rios de água clara. Ele atribuiu a cor peculiar daqueles à decomposição de material orgânico de origem vegetal e à característica dos solos sobre os quais corriam. Wallace se insere em uma longa tradição, todavia inconclusa, de especulação sobre as causas da produção das águas pretas na bacia Amazônica, de que o rio Negro é o foco principal de várias hipóteses (cf. Goulding et alii 1988, 29 e ss.). A sua classificação dos tipos de rios da Amazônia em termos da sua coloração e turbidade, todavia, conservou-se como indicadora de características físico-químicas distintas (cf. Sioli 1967 e 1991; Meggers 1987, 36-37).

minimizam os recursos disponíveis para o consumo dos herbívoros, resultando em baixíssima biomassa animal para o consumo humano, o que faz da caça nos ecossistemas de água preta uma opção comparativamente menos produtiva. O *stress* hidráulico, por sua vez, limita o número de plantas que possuem adaptações próprias aos ciclos de alagamento e seca, o que favorece aquelas com alto teor de toxicidade e, portanto, de uso limitado para o ser humano – implicando em um grande investimento em detoxificação. Por fim, a pobre resolução ótica, somada àqueles fatores, faz da pesca nesses rios uma atividade menos produtiva do que em rios de águas com outras colorações. Os rios de água preta seriam, por causa dessas características, as áreas onde nós encontraríamos as respostas adaptativas mais elaboradas e sofisticadas às pressões ambientais na Amazônia, ainda que com um menor potencial demográfico sustentável em relação aos demais ecossistemas.

Os ecossistemas de água preta desenvolveram uma reciclagem de nutrientes extremamente sofisticada e quase perfeita, tudo para não perder os poucos nutrientes existentes no sistema.

Há que se considerar, em primeiro lugar, os solos. Os solos dessas bacias são arenosos e contêm quase exclusivamente quartzo puro. São fortemente lixiviados e contêm um alto potencial de erosibilidade. São conhecidos por vários nomes: spodossols, podzols e/ou podzólicos hidromórficos. Apresentam uma camada superficial pouco profunda, alto teor de matéria orgânica não decomposta misturada com areia branca e um horizonte *B* diagnóstico profundamente lixiviado, argiloso e impermeável à penetração da água. É extremamente ácido, com pH inferior a 4,0, e sua cor varia de branco a amarelo[6].

Por sua vez, quanto mais pobre o solo, maior a energia que as plantas têm que empregar para obter nutrientes. Daí alguns desenvolvimentos importantes das plantas desse ecossistema. A maior parte da sua biomassa vegetal encontra-se nas raízes. Estas crescem acima dos solos, em uma camada espessa e superficial, funcionando como eficientes “filtros”, que capturam os nutrientes diretamente da chuva e da matéria orgânica em decomposição. Apresentam altas proporções de micorrizos nas raízes, bem como de algas e liquens, que facilitam a captação e a reciclagem de nutrientes, em especial a absorção do nitrogênio da precipitação. Produzem altas proporções de

[6] Os podzols cobrem apenas 3% de toda a área da bacia amazônica e subjazem às bacias drenadas por rios negros (Moran 1990, 151).

compostos secundários, como alcalóides e polifenóis, que são tóxicos ou impalatáveis aos herbívoros, reduzindo a sua predação e conservando assim os nutrientes. Suas folhas são coriáceas, ou seja, têm superfície dura e plástica, resistente à invasão de fungos e dentritívoros, constituindo assim um importante mecanismo de conservação de nutrientes e resposta aos períodos de estiagem.

Algumas das características das folhas coriáceas, por sua vez, fazem com que os nutrientes sejam acessíveis muito lentamente: são de lenta decomposição; duram mais de um ano, o que significa menor potencial de lixiviação de nutrientes; possuem baixo conteúdo de nitrogênio e fósforo; e sua superfície dura e plástica, como vimos, implica em menor predação por insetos. Outrossim, a chuva parece lixiviar menos os nutrientes em folhas coriáceas. Numa situação como essa, de lenta reciclagem de nutrientes e de ausência de insumos químicos provenientes do material geológico primário –solos -, os nutrientes adicionais ao sistema vêm principalmente da atmosfera, das chuvas.

Esse ciclo quase perfeito de reciclagem de nutrientes torna a água que escapa do sistema, do ponto de vista mineral, de pureza da água destilada. Isso explica porque, quimicamente, o rio Negro é tido como um dos mais pobres do mundo. Sioli já se referiu à hidroquímica do rio Negro como água destilada não excessivamente pura – *sligthly contaminated distilled water* -, com uma composição química muito similar à água da chuva, em termos das concentrações absolutas de seus principais elementos – especialmente fósforo, cálcio e potássio. Essa penúria de nutrientes constitui um fator limitante da produção aquática primária de fitoplâncton e zooplâncton, base da cadeia alimentar da biota aquática. O fato dos rios de água preta drenarem uma geologia de solos muito empobrecidos e ácidos, também responde por uma outra característica química saliente das suas águas, que é a sua extrema acidez, com o pH entre 3.6 e 5.8.

Essas condições desfavoráveis levam a uma redução progressiva no porte da vegetação e favorecem a dominância de plantas altamente especializadas e adaptadas ao *stress* oligotrófico e hidromórfico. As florestas nas bacias de água preta apresentem uma menor biomassa vegetal acima do chão do que em outras áreas do trópico úmido. A vegetação mais característica dos ecossistemas de água preta é a chamada campina, ou campinarana, ou caatinga amazônica, ou vegetação xeromórfica – encontrada também em outras áreas do trópico úmido. Trata-se concentrações, ilhas e penínsulas de comunidades arbóreas e arbustivas, relativamente ralas e abertas, que se imiscuem como enclaves nas florestas tropicais densa e aberta. Situadas em solos arenosos – podzólicos -, elas apresentam biomassa reduzida, baixa diversidade, escleromorfismo acentuado e

distribuição restrita de espécies, desenvolvendo-se em meio aos fatores ambientais críticos aqui descritos - falta de nutrientes, forte *stress* hídrico no verão, lençol freático alto no inverno e alta temperatura do solo.

Outra importante formação vegetal dos ecossistemas de água preta são os igapós. As matas inundadas constituem o componente mais característico de toda a bacia amazônica, ocupando 30% da área coberta pelos rios e suas terras baixas. De acordo com a classificação de Pires e Prance (1985), igapós são as florestas inundadas por rios de águas pretas. Os botânicos reconhecem que as florestas inundadas devem possuir alguma adaptação especial para tolerar longos períodos de inundação, embora nenhuma adaptação universal tenha sido detectada para as espécies da flora de igapó. Quaisquer que sejam as adaptações fisiológicas, principalmente as que respondem à ausência de oxigênio na zona radicular, elas permitem à maioria das espécies manter a sua folhagem mesmo quando as raízes estão inundadas.

As matas inundadas dos rios de água preta são menores em estatura, menos densas e apresentam menor biomassa que as suas equivalentes de águas branca e clara – por razões já vistas. Todavia, não são menos diversas. Só os igapós do baixo rio Negro, por exemplo, apresentam pelo menos 250 espécies de plantas e estudos no rio Jaú registraram 168 espécies de plantas com DAP (diâmetro na altura do peito) maior do 5 cm. por ha. em igarapés. Os igapós são floristicamente distintos das florestas de terra firme, conquanto compartilhem algumas espécies. A distribuição da biota de igapó sofre influência decisiva dos níveis de inundação.

As condições desfavoráveis que venho de descrever, além de tornarem a caça e a pesca opções menos produtivas, como vimos, restringem o potencial agrícola dos ecossistemas de água preta. Aduza-se que estes apresentam uma variedade de microecossistemas, o que, da perspectiva da ocupação humana, implica em uma estratégia de diversificação, na qual se procura usar todos os recursos e as diferentes áreas acessíveis. Todavia, as bacias de água preta – como veremos em detalhe a seguir – têm sido ocupadas pelo ser humano desde a pré-história aos dias de hoje. Isso porque os “fatores limitantes” apresentam contrapartidas positivas, dignas de nota. Via de regra, são considerados rios “sem pragas” e “mais sadios” pelas pessoas que neles vivem e que já tiveram a experiência de residir em ecossistemas de águas brancas e/ou claras. Isso porque a baixa biomassa e a acidez das águas criam um ambiente pouco favorável à

proliferação de mosquitos, piuns e insetos vetores de doenças[7]. Vejamos como esses dilemas se expressam na bacia do rio Negro, em particular em seu baixo curso.

A bacia do rio Negro, incluindo os seus tributários, tem a forma de uma lágrima invertida e desfigurada, abarcando cerca de quatro graus de latitude e dez de longitude. O rio atravessa a linha do Equador e corre numa faixa de três graus de latitude, mas, meteorologicamente, abrange padrões climáticos equatoriais e tropicais, o que tem um peso considerável na sua ecologia aquática. Ainda que alguns afluentes do Amazonas sejam maiores do que ele, em especial o Xingu e o Tapajós na margem meridional, a descarga anual de água do rio Negro é a maior dos tributários do Amazonas. De fato, trata-se do segundo maior rio do mundo em descarga de água total anual, ficando atrás apenas do próprio Amazonas, para o qual contribui com cerca de 15% da água que este despeja no Oceano Atlântico.

Da sua foz às suas cabeceiras norocidentais na Colômbia pré-andina, o rio Negro mede cerca de 1.700 km. Da sua confluência com o rio Solimões às suas cabeceiras no Escudo Guianense, via os rios Branco e Uraricoera, seu cumprimento atinge 1.500 km. Ele drena uma área de aproximadamente 750 mil km^2, o que corresponde a pouco mais de 10% de toda a bacia de drenagem do Amazonas –7 milhões de km^2. Situado ao sul do Escudo Guianense, ele drena o arco meridional deste maciço, o que representa cerca de 30% do mesmo, estando fluvialmente conectado a sistemas fluviais ao norte, oeste e nordeste. Desse modo, são três as principais formações geológicas que a hidrografia do rio Negro drena: o já referido Maciço Guianense, as planícies do Cretáceo tardio e do início do Terciário, e as planícies do Quaternário.

O rio Negro é sazonal, ou seja, apresenta uma flutuação estacional no nível da água bastante previsível de ano a ano. Considerando o seu posicionamento geográfico e a sua extensão, os fatores que influenciam a flutuação no nível do rio são, por um lado, a distribuição temporal e espacial das chuvas ao longo da bacia, e por outro, o efeito de represamento das suas águas pelas do rio Solimões-Amazonas. Embora se verifique um padrão sazonal nos valores da precipitação total mensal para toda a bacia, em geral começa a chover mais cedo no baixo curso do rio. Aí o período mais chuvoso vai de dezembro a maio; no médio curso, de março a julho; e no alto curso, de março a agosto.

---

[7] Pelo que pude entender das conversas e entrevistas com as pessoas que hoje vivem no baixo rio Negro e provêm de outras regiões do Amazonas, esta seria uma característica positiva que teria influenciado na decisão por migrar. Outro importante atrativo teria sido a noção de que o rio Negro ainda era “liberto”, ou seja, de que ainda há muita terra a ser ocupada – a outra face da moeda da baixa densidade demográfica.

É no baixo rio Negro – ou seja, até a sua confluência com o rio Branco, 300 km acima da sua foz - que a variação do nível das águas é controlada de modo mais acentuado pelo represamento das águas do Solimões-Amazonas. Isso explica a ausência de correlação desta flutuação com os dados climáticos para esta micro-região. O baixo rio Negro experimenta uma estação seca pronunciada, com totais mensais caindo abaixo de 50 mm. Quando a região está climaticamente entrando nessa estação seca, o baixo curso do rio está no auge da sua cheia. Isso em razão do represamento pelo Solimões-Amazonas. Pelo mesmo motivo, o baixo rio Negro experimenta cerca de cinco a sete meses de cheia por ano, em contraste com os três a cinco meses de cheia para a maioria do médio e alto cursos. O baixo rio Negro sobe ao longo de oito a nove meses a cada ano e, em seguida, baixa rapidamente, ao passo que o alto curso mostra uma flutuação mais eqüitativa do nível das águas. Por causa disso, a estação seca mais saliente que o baixo curso experimenta não se manifesta de modo pronunciado no ambiente aquático.

Desse modo, o posicionamento geográfico e extensão do rio Negro, abrangendo distintas zonas climáticas, explicam porque as características físico-químicas e biológicas – pH, nível de oxigênio dissolvido, sedimentos em suspensão, vazão, biomassa de fitoplâncton e zooplâncton, etc. - variam dependendo do trecho do rio e da época do ano considerados. Isso tem reflexos na biota aquática e na distribuição de ambientes e habitats. Entre os principais componentes morfológicos do rio, importantes para o desenvolvimento de habitats para comunidades aquáticas e condicionantes da ocupação humana, estão os já mencionados igapós, os arquipélagos, as praias, as cachoeiras, as *rias* e as pontas de terra firme.

As maiores áreas de ***igapó*** situam-se no médio rio Negro e ao longo dos seus tributários meandrantes da margem direita. Hoje se sabe que os fatores dominantes que controlam a distribuição dos igapós no baixo rio Negro são duas falhas tectônicas situadas, uma, a nordeste do canal principal, acima da foz do rio Branco, com menos de 250 km, e outra a sudoeste, com cerca de 300 km – conforme mostra a Imagem de Radar n° 1, em anexo (extraída de Fosberg et alii, inédito). Esta falha tectônica, por sua vez, controla a distribuição dos igapós em alguns afluentes da margem direita do rio Negro, como ocorre no rio Jaú. O canal principal do Jaú ascende 6-8 metros anualmente em um ciclo monotônico, alagando extensas áreas laterais de igapó. A distribuição destas florestas inundáveis é nitidamente limitada por uma cachoeira no baixo curso do rio Jaú, na parte oriental da sua bacia. Esse limite encontra-se linearmente alinhado com outras cachoeiras e corredeiras situadas em tributários próximos relativamente paralelos

ao Jaú - como nos rios Puduari, Carabinani, Unini e Caurés, como mostra a Imagem de Radar nº 1 -, denunciando a referida falha tectônica. No baixo rio Negro, as matas de igapó são inundadas de cinco a sete meses, ao passo que no médio e alto cursos, o período de inundação vai de três a cinco meses – podendo ser de apenas algumas semanas, dependendo do gradiente de relevo da área considerada. Disso decorre a diversidade florística que vamos encontrar entre e dentro dos igapós.

Os sedimentos oriundos do Maciço Guianense e transportados pelos rios Branco e Padauari/Demini, conquanto insuficientes para afetar a cor da água do canal principal do rio Negro, constituem a base do desenvolvimento insular neste. Os ***arquipélagos*** de Anavilhanas e de Mariuá – este situado acima da foz do rio Branco e se estendendo rio acima além da cidade de Barcelos – representam zonas de depósito desses sedimentos. No rio Negro, ao contrário da maioria das ilhas em rios Amazônicos, que apresentam a forma geral de lentes duplamente convexas, elas são mais alongadas. Os arquipélagos rionegrinos são compostos de depósitos aluviais, em sua maioria caolinita e silte. A acidez e o elevado teor de ácidos húmicos no rio Negro conduzem à "floculação" do fino sedimento que é injetado no canal principal, processo este que conduz a um maior tamanho das partículas, aumentando portanto o potencial de sedimentação. Os flancos e a face à montante das ilhas são, em geral, verticais, não havendo quase bancos de areia nos arquipélagos. Os lagos encontrados nos centros da maioria das ilhas são outro traço característico das ilhas rionegrinas[8]. Ademais, quase todas as ilhas estão sujeitas às inundações anuais, o que as torna equivalentes ao igapó. Isso significa dizer que a maioria das ilhas é coberta por espécies de flora de igapó. A presença de ilhas amplia consideravelmente o coeficiente de costa – ou seja, a extensão de costa versus o comprimento do rio -, o que, no caso do médio e baixo rio Negro, significa multiplicá-lo por um fator de centenas.

As ***pontas de terra firme*** contíguas aos canais principais são mais comuns no baixo do que no médio e alto rio Negro, o que faz com que o igapó seja menos abundante no baixo – exceção feita ao arquipélago de Anavilhanas. Essas pontas de terra firme consistem, geralmente, de vários metros de latosolos sobre um substrato de rochas macias. Em alguns lugares, as pontas de terra firme se projetam 30-40 metros acima do nível da água. São os locais preferenciais de assentamento humano.

---

[8] Uso a expressão lagos porque toda a população local assim se refere a esses lagos insulares interiores, embora eles não sejam propriamente, nem tecnicamente – hidrologicamente – "lagos".

Não obstante as condições adversas e os fatores limitantes que o rio Negro e seus tributários de águas pretas apresentam para a ocupação humana, estudos arqueológicos recentes no baixo rio Negro encontraram indícios de enormes aldeias e cerâmica ornamentada semelhante à descoberta na ilha de Marajó por Anna Roosevelt. Michael Heckenberger, diretor Projeto Arqueológico da Amazônia Central, coordenou em setembro de 1996 um levantamento arqueológico preliminar nos arredores da confluência do Jaú com o Negro, nos marcos da elaboração do Plano de Manejo do PNJ. Nesta ocasião, em pouco menos de uma semana de trabalho, identificou 16 sítios arqueológicos[9]. Alguns dos fragmentos de cerâmica encontrados estão provavelmente afiliados à fase Itacoatiara, enquanto que outros, decorados, estariam associados à Tradição Policroma Amazônica, especificamente à sub-tradição Guarita. A equipe também reconheceu, como em outras partes da Amazônia, uma correlação entre a presença de terra preta e restos arqueológicos – correlação importante, embora mal compreendida, em arqueologia amazônica (Heckenberger 1997). O dado significativo é que uma das tradições ceramistas diagnosticadas - Guarita - é indicadora da presença de grupos sociais muito mais volumosos e complexos do que se esperaria em um cenário de limitação de recursos.

Recopilando, as características hidrológicas, físico-químicas e biológicas de um sistema fluvial das dimensões do rio Negro - características estas que cumprem um papel fundamental na determinação da distribuição e da dinâmica da biota e dos habitats aquáticos - tendem a variar longitudinalmente, com o tamanho do curso do rio entre as suas cabeceiras e a foz, e lateralmente, ao longo das planícies aluviais em resposta à inundação periódica. Fosberg et alii (inédito) observam que os padrões longitudinais e seus efeitos no funcionamento do ecossistema foram descritos em linhas gerais pelo conceito do rio contínuo (RCC, *River Continuum Concept*), ao passo que os padrões laterais de inundação foram descritos pelo conceito do pulso de inundação (FPC, *Flood Pulse Concept*)[10]. Nesse mesmo trabalho, em que os autores apresentam os resultados da série de estudos limnológicos que conduziram no Jaú, eles notam que estes resultados fornecem o *primeiro* panorama espacial e temporalmente integrado de um grande

---

[9] O objetivo desta etapa inicial foi coletar dados básicos para formar um projeto arqueológico mais amplo e preparar uma proposta para pedir autorização ao IPHAN para fazer estudos arqueológicos mais complexos, incluindo escavações e prospecções dos sítios encontrados.

[10] Considerando que, como vimos, o PNJ foi criado, entre outras razões, com vistas a proteger a bacia de um rio de água preta da nascente à foz e de interflúvio a interflúvio, a teoria do rio contínuo foi definida

sistema fluvial tropical, o do rio Jaú, além de fornecer um *insight* considerável sobre a estrutura e função do ecossistema rionegrino mais abrangente (Fosberg et alii, inédito).

Juntando essa observação com os dados que vêm sendo produzidos pelos estudos arqueológicos em andamento na região do baixo rio Negro, que podem modificar as concepções sobre a natureza limitante dos ecossistemas de água preta[11], temos um aspecto que me parece digno de nota. A caracterização da paisagem natural da região, que venho de sintetizar, é, ela própria, também, um produto das condições socioculturais, históricas, políticas e econômicas em que se avançou nas ações de conservação da natureza na Amazônia via UCs de uso indireto. De fato, o conhecimento científico sobre os ecossistemas de água preta está se beneficiando diretamente do esforço de pesquisa concentrado que a criação das duas UCs aqui enfocadas tem oportunizado. Isso significa dizer, por um lado, que elas ganham em materialidade à medida que cumprem um dos seus objetivos precípuos, qual seja, o de promover o desenvolvimento da pesquisa científica. Por outro lado, implica em reconhecer que o panorama aqui esboçado e os demais dados que apresento em seguida para completar os lineamentos da paisagem natural, não são tanto produtos do desvelamento de uma realidade objetiva exterior aos observadores, mas construtos sociotécnicos engendrados em um contexto social e histórico determinado.

4.1.1. Os rios Jaú, Carabinani e Unini

Entre as características gerais e comuns aos três rios que são parcialmente protegidos pelo PNJ (cf. Mapa nº 1), destacam-se as seguintes.

As paisagens da área cortada por esses três rios resultam de uma complexa história evolutiva relacionada aos processos geológicos ocorridos na região. Os movimentos tectônicos mais importantes contribuíram para a formação de relevos estruturais, enquanto os fatores ligados às interferências climáticas formaram os relevos

---

como metodologia-eixo e integradora dos dados produzidos pelos variados levantamentos de fatores bióticos e abióticos na elaboração do plano de manejo da unidade. Cf. Capítulo 5.

[11] Sob a direção de Michael Heckenberger, Eduardo Neves e James Petersen, o Projeto Arqueológico da Amazônia Central tem encontrado indícios de estruturas sociais hierarquizadas nos arredores do rio Negro, cerca de 30 km ao norte de Manaus, na região de Iranduba. Dos 21 sítios localizados, quatro foram escavados. O maior deles, chamado Açutuba e explorado em 1997, mostra sinais de uma aldeia de três quilômetros de extensão, que teria sido cercada por valetas de 300 metros de extensão e 3 de profundidade onde eram colocadas estacas, na qual teriam vivido de cinco a dez mil índios. Em setembro de 1999, concluiu-se a escavação de outro sítio em que descobriu-se urnas funerárias com cerca de 700 anos, vasos decorados, estatuetas de cerâmica antropomorfas e restos de uma roda de fiar. Essas pesquisas estão em andamento e sua divulgação, até a presente data, prende-se a informações de divulgação científica na grande imprensa (cf. *Veja*, ano 31, nº 45, ed. 1623, 10.11.1999, p. 128).

erosivos e de acumulação. O relevo dessa área é uma amostra representativa do planalto do interflúvio Negro-Solimões. Há aí duas grandes unidades morfo-estruturais: o Planalto Dissecado Trombetas/Negro e o Planalto Rebaixado da Amazônia Ocidental, este último cobrindo uma vasta superfície da área cortada pelos rios.

A organização geral da drenagem neste setor ajusta-se à diferença estrutural suprareferida, assumindo um padrão dendrítico a subdendrítico, com os rios apresentando cursos meândricos e anastomosados[12]. Os vales atuais são planos e quanto maior o rio, maior a extensão dos terraços e das planícies de inundação. Nesses vales, os rios correm dentro da faixa de planície, onde são inúmeros os furos e paranãs. Estes se constituem em "atalhos" para as águas, bem como para as pessoas que ali trafegam. Veremos mais adiante como os "furos", a maioria dos quais tem nome – os mais significativos e que atalham trechos maiores -, foram e permanecem sendo caminhos instrumentais para os residentes desses rios, por uma série de razões.

Os três rios se originam n/das terras baixas do Terciário. Foi ao final deste período que a paisagem atual se estabeleceu, bastante influenciada pelas mudanças climáticas do Pleistoceno e pelos últimos movimentos tectônicos resultantes do surgimento dos Andes. Denomina-se Formação Solimões à extensa cobertura sedimentar originada dos movimentos tectônicos que levaram ao novo soerguimento da região ocidental amazônica – posterior ao soerguimento dos Andes – e à formação da atual foz do rio Amazonas. Tratam-se de sedimentos não consolidados que repousam de maneira discordante sobre uma variedade de litologias regionais e que revestem a maior parte dos estados do Acre e Amazonas, alcançando um valor próximo a 1.000.000 km^2 em toda a bacia amazônica. Esta formação está representada por uma seqüência de sedimentos pelíticos e arenosos, refletindo um ambiente fluvial e fluvio-lacustre, e possui vasta distribuição geográfica nos interflúvios dos médios e altos rios Jaú e Unini, e alto Carabinani.

Também foi ao final do Terciário que se instalou a rede de drenagem atual, marcada, como vimos, por rios com perfis anastomosados, meandrantes e lagos. Nos vales desses rios foram e seguem sendo depositados sedimentos fluviais, denominados Depósitos Quaternários, que constituem as planícies de aluvião ao longo dos mesmos rios. A posição peculiar dos três rios em relação à coluna geológica regional faz com

[12] Anostomosar é intercomunicar-se por meio de ramificações. Donde anastomosado é aquilo que é unido por ansatomose – comunicação, material ou artificial, entre formações tubulares.

que atravessem uma boa amostra da mesma, indo desde os baixos terraços recentes e sazonalmente inundados, que sustentam os igapós, até o embasamento guianense. Isso inclui além dos já mencionados Depósitos Quaternários e a Formação Solimões, os depósitos antigos das Formações Prosperança e Trombetas, e a Formação Alter do Chão. Essa é uma das características que torna o PNJ uma unidade representativa das litologias regionais de diferentes idades (Mapa nº 4 - Geologia do PNJ).

Essa mesma disposição dos três rios, no sentido WSW-ENE, faz com que atravessem de maneira perpendicular alguns importantes lineamentos de direção noroeste-sudeste – as já mencionadas falhas tectônicas -, o que determina a existência de corredeiras e saltos. O comportamento dos rios em resposta às variações climáticas e pluviométricas é diferenciado a montante e a jusante desses saltos, sendo influenciado também pelo represamento de suas águas pelo rio Negro. Esses saltos e corredeiras nunca constituíram impedimento à ocupação humana, nem mesmo os mais numerosos e salientes deles, que ficam no rio Carabinani – um total de doze saltos[13]. Seu João Bezerra, que trabalhou durante décadas aviando produtos para os clientes do seu tio Chico Bezerra, patrão e homem forte de Airão Velho, listou 102 lugares no rio Carabinani, acima do último salto. Todavia, esses saltos e corredeiras tiveram e trazem implicações fundamentais para as atividades produtivas desenvolvidas pelos residentes – em particular, a pesca, tanto de subsistência como comercial – e para geopolítica e economia política de cada rio, expressa, entre outras coisas, na figura dos “mestres da cachoeira” – aqueles que conhecem bem os canais e dão passagem às embarcações.

O rio Jaú tem uma extensão aproximada de 300 km e uma área de drenagem de aproximadamente 10.000 km^2. Possui uma malha hidrográfica com cerca de 1500 nascentes, totalizando um comprimento total de 5.700 km de vias fluviais. Apresenta em suas margens uma faixa estreita de sedimentos aluviais.

Já o rio Unini, ao contrário, apresenta uma larga faixa de sedimentos aluviais e tem como peculiaridade uma foz em ***ria***. Este é o nome dado por limnólogos às baías em forma de lago das desembocaduras dos tributários amazônicos. Designa a formação de lagos estruturais nas bocas de rios que, ao passarem por terrenos geológicos mais recentes, aumentam consideravelmente sua largura transformando-se numa zona de deposição de sedimentos que acaba por assumir características lacustres. A margem

[13] São eles, por ordem a montante, os saltos de Boa Vista, Gavião, Paredão, Morcego, Matapi, Guariba, Guilherme, Casa de Farinha, Piranga, Jacitara, Paredão Grande e Julião.

esquerda do rio Unini é caracterizada por uma extensa faixa de igapó, o que faz com que - a exceção dos lugares Flausino e Patauá – todos os demais assentamentos humanos se situem nas poucas pontas de terra firme da margem direita, ao sul, ou seja, dentro da área protegida pelo PNJ.

Entre os tributários mais importantes do rio Jaú, além do rio Carabinani, estão os igarapés Preto e Miratucu – que têm o seu o perfil diferenciado por cortarem contatos geológicos, sendo que o primeiro se situa fora da área do PNJ – e os igarapés Umanapana, Paunini e Onças – que são exemplos de tributários que drenam exclusivamente terrenos da Formação Solimões. O rio Unini e seus principais tributários, o Pauini e o Papagaio, drenam terrenos da Formação Solimões.

4.1.2. O arquipélago de Anavilhanas e seus tributários

Todo o complexo de terras que hoje integra a EsEc de Anavilhanas, tanto o arquipélago quanto o trecho de terra firme, localiza-se completamente em uma única unidade morfo-estrutural, qual seja, a do Planalto Dissecado Trombetas-Negro. O limite norte desta unidade morfo-estrutural é marcado pelo Planalto da Bacia Sedimentar do Amazonas e pelo Pediplano Branco-Negro. A oeste limita-se com o Planalto Rebaixado da Amazônia Ocidental, contato este que é marcado pelos rios Jaú, a noroeste, e Manacapuru, a sudoeste. Seu contato ao sul com a Planície Amazônica é marcado por desníveis que chegam a alcançar algumas dezenas de metros. As características geomorfológicas do Planalto Dissecado Trombetas-Negro são dadas por um relevo de interflúvios tabulares, o que lhe confere a qualificação de “dissecado”.

Os afluentes que alimentam o rio Negro nesta parte do seu curso, como os rios Baependi, Apuaú e Cuieras, e os igarapés Tarumã-mirim e Tarumã-açu – todos tributários da margem esquerda -, apresentam foz afogada, que configura lagos alongados e pouco recortados. Alguns afluentes da margem direita do rio Negro nessa unidade de relevo nascem no próprio Planalto Dissecado Trombetas-Negro, enquanto os mais extensos, posicionados a oeste, nascem no Planalto Rebaixado da Amazônia Ocidental. Os tributários mais destacados da margem direita neste trecho são os igarapés da Freguesia, Açu e Tumbira. Por ajustarem-se à diferença morfo-estrutural eles possuem um padrão dendrítico de drenagem. Como os afluentes da margem esquerda, estes rio têm suas desembocaduras afogadas em lagos. De maneira geral, os que nascem no próprio Planalto Dissecado Trombetas-Negro têm percurso reduzido, correndo em vales encaixados sem deixar faixa de planície.

Nesse trecho em que o rio Negro atravessa o Planalto em questão, ele apresenta um padrão anastomosado e as margens são escarpadas originando falésias. Apenas em pequenos trechos de sua margem há áreas de acumulação, ou seja, planícies fluviais, destacando-se aí, como vimos, as ilhas. Estas, como já notamos, se originaram da deposição alternada de sedimentos oriundos do rio Branco, em especial da floculação destes em virtude do alto teor de matéria orgânica e acidez do rio Negro. Não obstante, vale destacar que este trecho difere daquele em que estão as ilhas acima do rio Branco, em especial o arquipélago de Mariuá, na região do município de Barcelos, no qual as ilhas com lagos em seu interior ocorrem em maior número. Lá a superfície das ilhas é maior do que a dos lagos e na margem esquerda há uma grande faixa de planície fluvial, enquanto a margem direita apresenta-se escarpada, razão pela qual se concentram nesta margem os assentamentos humanos – Airão, Moura, Carvoeiro, Barcelos, etc[14]. Já no trecho anastomosado das Anavilhanas, as ilhas ocorrem em menor quantidade do que em Mariuá e os lagos em seu interior são maiores, restringindo a superfície das ilhas. Isso não impediu algumas pessoas de se colocarem nessas mesmas ilhas num passado recente, aproveitando a sua maior fertilidade para o plantio de culturas rápidas, como o milho, a melancia e variedades de mandioca ligeira importadas do Solimões. Como já notamos, quase todas estão sujeitas às inundações anuais, o que as torna equivalentes ao igapó, a sua presença ampliando o coeficiente de costa neste trecho do rio.

O formato do arquipélago, como já notamos anteriormente, também é resultado do processo de floculação. Este processo originou a formação de diques que funcionam como ilhas alongadas, desviando o fluxo da água por vários canais. As ilhas se comportam como lagos com profundidades de 1 a 20 m., muitos dos quais possuem entradas e saídas por onde flui a água do rio nas enchentes e vazantes. Assim, as ilhas são cortadas por um conjunto de canais – os paranãs – que isolam ilhas menores dentro do conjunto maior. As pessoas que residem nas proximidades e por ali trafegam conhecem todos os paranãs, lagos e ilhas pelos seus nomes específicos, bem como as suas condições de navegabilidade e produtividade pesqueira nos distintos períodos do ano.

No final do anastomosamento do rio Negro, em direção a Manaus, as ilhas se dispõem em forma de “cauda de cometa”. A sedimentação não mais se verifica e o rio

[14] Spix já havia observado em 1820 que o rio Negro tem os seus baixios mais para o lado setentrional, bem como um maior número de igarapés e lagos nesta margem. Na sua margem meridional, é que se achava a maioria das povoações (Spix 1981, 262).

Negro passa a correr em um único canal – parte deste trecho ainda se situa dentro do limite sul da EsEc. Do final do trecho anastomosado, que corresponde ao arquipélago, até a sua confluência com o rio Solimões, o rio não apresenta ilhas, correndo encaixado com margens do tipo falésias – escarpas estas que originam desníveis de 5 a 10 m. e que podem ser identificadas na cidade de Manaus. Entre os dois trechos anastomosados, o rio Negro apresenta um canal retilíneo, com poucas ilhas e faixas estreitas de planície fluvial em suas margens.

4.2. Breve Notícia Histórica da Ocupação Humana da Região

Não é meu objetivo aqui prover uma reconstituição detalhada e minuciosa da história da ocupação humana do baixo rio Negro desde tempos pré-históricos até o presente. Esta tarefa já foi muito bem cumprida por inúmeros historiadores amazônidas e extra-amazônicos, alguns dos quais serão extensamente citados e referidos neste item. Todavia, os objetivos do trabalho demandam que se tenha uma idéia aproximada da antigüidade da presença humana na região e das sucessivas reconfigurações da paisagem sociocultural, para que se chegue a uma compreensão adequada dos efeitos locais da criação das duas UCs enfocadas. Trata-se aqui de delinear o quadro social e ambiental historicamente específico em que essas UCs se inserem e a partir do qual serão resignificadas. Por sua vez, a história social e ambiental local está relacionada aos grandes lineamentos da ocupação humana original e da conquista da Amazônia sul-americana pelas formações sociais européias. Enfim, a experiência histórica recente das pessoas que viviam – e vivem - nos locais mesmos em que as UCs foram implantadas repousa sobre essa herança sociocultural e ambiental que cumpre conhecer, para compreender como as pessoas interpretaram mais essa nova realidade com a qual passaram a conviver.

4.2.1. Indicações da pré-história tardia

A ocupação humana na região do médio e baixo rio Negro antecede em pelo menos 1000 anos a chegada dos primeiros europeus[15]. Pelo menos é isso o que revelam os trabalhos arqueológicos de Heckenberger, Hilbert e Simões, citados pelo primeiro (Heckenberger 1997). Ele encontrou em pelo menos dois dos 16 sítios identificados na área do PNJ, fragmentos de cerâmica provavelmente afiliada a uma macro-tradição

ceramista amazônica conhecida por vários nomes: Borda-Inciso, Inciso-Modelada e Barrancóide. Esta tradição é conhecida do baixo rio Negro e do médio Solimões-Amazonas, região na qual esse material é tipicamente chamado fase Itacoatiara e está associado a datações radiocarbônicas entre ca. 500 a.C. a 800 d.C. Heckenberger, todavia, observa que as análises necessárias para verificar a afiliação dos materiais encontrados na área do PNJ ainda não haviam sido feitas (Heckenberger 1997, 7).

Por sua vez, a presença de cerâmica afiliada à sub-tradição Guarita da Tradição Policroma Amazônica, de que se encontrou vários fragmentos nos sítios identificados na área do PNJ, é bem conhecida no médio e baixo rio Negro, de Barcelos a Manaus. As seguintes datações radiocarbônicas foram obtidas de sítios no médio rio Negro com cerâmicas afiliadas à sub-tradição Guarita: 880 ± 70 d.C. (SI-4055) do sítio Engenho Velho; 1220 ± 65 d.C. (SI-4054) do sítio Nova Vida; e 1325 ± 60 d.C. (SI-4053) do sítio Vista Alegre (Simões 1974 e Simões & Kalkmann 1987 *apud* Heckenberger 1997, 7). Heckenberger nota que essas datações para a sub-tradição Guarita do médio rio Negro correspondem bem com as datações para a mesma sub-tradição do baixo rio Negro e do rio Solimões-Amazonas, que variam entre 825 d.C. e 1560 d.C. (idem).

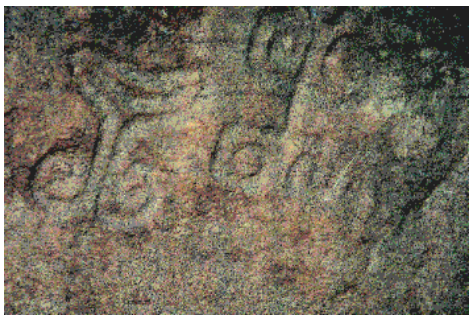
Não obstante, o conhecimento sobre grupos indígenas arqueologicamente conhecidos nessa região ainda é muito incipiente e lacunar, mesmo das tradições ceramistas mais conhecidas. Heckenberger observa que um dos sítios identificados na área do PNJ – o de nº 12 – tem um grande potencial para iluminar o papel do período pré-histórico tardio – ca. 800 a 1500 d.C. – nesta parte da Amazônia, por preservar uma "ótima amostra" da sub-tradição Guarita. Desse modo, poderá eventualmente ajudar a responder perguntas sobre esta importante tradição. Sabe-se que a sub-tradição Guarita estende-se até o médio rio Negro, mas informações detalhadas de ocupações Guarita em qualquer sítio na área são mal conhecidas – informações tais como seqüência de ocupação (data da primeira e última ocupações), tamanho e/ou organização do sítio, etc. Apenas com essa informação arqueológica em mãos, nota Heckenberger, será possível pensar nos vínculos entre os grupos indígenas arqueologicamente conhecidos, os historicamente conhecidos e os povos residentes atuais (idem).

De todo modo, essas análises preliminares e o desdobramento do Projeto Arqueológico da Amazônia Central (cf. nota de rodapé nº 11) apontam não só para a

---

[15] Já no alto rio Negro a presença de populações humanas é estimada em pelo menos 6.000 anos (Moran 1990, 168).

antigüidade da presença e da ocupação humanas no médio e baixo rio Negro, mas também para indícios de populações numericamente expressivas e estruturas sociais hierarquizadas. Isso é sinônimo de meio ambiente e habitats sensivelmente afetados, alterados e influenciados por ações humanas. Ademais, considerando o quadro de pressões ambientais verificado nos ecossistemas de água preta é de se supor que esses grupos grandes e hierarquizados não teriam apenas se acomodado às limitações, mas manejado ativamente o meio ambiente. Por sua vez, a diversidade de estilos de cerâmica regionais poderia corresponder também, com alguma probabilidade, a diferentes soluções técnicas e padrões de adaptação ao meio, bem como organização social, política, econômica e religiosa diversificada – que tenham coexistido ou se sucedido no tempo. Todavia, ainda estamos longe de prever se o cenário da pré-história tardia do médio e baixo rio Negro se assemelhará ao quadro hoje delineado para as regiões de várzea do Amazonas, qual seja, o de uma longa tradição de povos estabelecidos ao longo de todo o rio e de um povoamento contínuo organizado em grandes aldeias.



Petroglifos encontrados abaixo da foz do rio Jaú

Não se sabe ao certo se os grupos cujos vestígios arqueológicos começam a ser descobertos no médio e baixo rio Negro correspondem àqueles referidos pelos primeiros europeus que lá passaram. As notícias sobre a presença indígena na região são incertas e imprecisas, via de regra oriundas de relatos de missionários, de modo que são mínimas as possibilidades de caracterizar esses grupos pré-históricos tardios em termos lingüísticos, culturais e/ou ecológicos[16].

[16] O jesuíta Cristóbal de Acuña, por exemplo, registra em outubro de 1639 que "os índios que habitam as águas do rio Negro formam grandes nações, a saber: Canizuari, Aguayrá, Yacucarae, Cahuayapiti, Manacaru, Yanma, Guanama, Carapanaari, Guarianacagua, Azerabari, Curupataba. Os que primeiro habitam um braço que sai deste rio, por onde, segundo informações, vai-se dar no rio Grande, em cuja boca, no mar do Norte, estão os holandeses, são os Guaranaquazana" (Acuña 1994 [1641], 161 e ss.).

Todavia, pode-se afirmar com algum fundamento que o povoamento indígena da bacia do rio Negro, em seu médio e baixo curso, era constituído principalmente de grupos pertencentes aos troncos lingüísticos Aruak – de dispersão mais antiga, que ocuparam a metade ocidental da bacia amazônica, a oeste do Negro e do Madeira - e Karib – de dispersão mais recente, tendo ocupado todo o maciço guianense e os médios e altos cursos dos afluentes setentrionais do Amazonas a leste do rio Negro (Moran 1990, 168; Porro 1992, 20 e 27 e ss.). Ainda assim, Sweet observa que a informação etnográfica sobre esses grupos é escassa, confusa e quase inexistente nos documentos coloniais. Há uma pletora de designações distintas: algumas aludem ao que hoje reconheceríamos como povos propriamente ditos; outras podem referir-se a subdivisões destes, como grupos clânicos, linhagens, habitantes de um assentamento particular; e algumas vezes podem ser apenas o nome do chefe de um estabelecimento específico, a cujos vassalos o documento e/ou fonte se refere (Sweet 1974, Apêndice O e 799)[17].

Porro, ao se referir ao "antigo modo de vida das tribos do rio Amazonas", em particular às "relações intertribais" de aliança, rivalidade e comércio, a partir das crônicas do missionário jesuíta Samuel Fritz, postula a existência de um sistema regular e multidirecional de trocas comerciais atravessando toda a região do médio e baixo rio Negro no século XVII. Refere-se aos Cauauri ou Caburicena como principais agentes de um desses circuitos. Vivendo a oeste do rio Negro, na região compreendida entre este e os rios Japurá e Solimões, eles desciam até a várzea deste último para adquirir dos Yurimágua ou Omagua (Tupi) contas de caracóis, com as quais

> compravam, em alguma tribo do interior, escravos que levavam para o norte; atravessavam o rio Negro junto à foz do Branco, onde entregavam os escravos aos Guaranágua ou *Uaranacoacena*, que por sua vez os forneciam aos holandeses em troca de armas e ferramentas (os holandeses subiam o Essequibo e o Rupupuni e encontravam os Guranágua nas cabeceiras do rio Branco). As

---

Acrescenta que "os índios deste rio Negro [...] segundo a opinião de todos, são gente muito belicosa e armada de arco e flecha" (167) - informação esta que deve ser considerada à luz do intuito de Acuña de demover o capitão-mor Pedro Teixeira e demais oficiais da idéia de adentrar o rio Negro "com o desígnio de nele resgatar peças escravas" (165), pois atrasariam o retorno à Belém. Observa também que "há em sua foz bons sítios para fortalezas e muita pedra para levantá-las". Todavia, como se antecipasse a visão estratégica que norteará o estabelecimento das missões carmelitas no rio Negro, nota não ser a foz deste "onde se deva concentrar a defesa", "mas muitas léguas adentro, no braço que desemboca no rio Grande [...] com o que ficaria totalmente fechada a passagem ao inimigo para todo este mundo novo" (161).

[17] Esse é particularmente o caso dos Arawak - Aroaqui, Aruaque, Arauaqui ou Arawakí. O registro histórico sugere uma crescente clivagem de grupos depois do século XVII, havendo uma pletora de nomes distintos para referir-se aos grupos situados nos altos cursos dos rios Urubu, Uatumã, Jatapú e Nhamundá - a leste do rio Negro. Até mesmo a distinção básica entre famílias lingüísticas é controversa: o *Handbook of South American Indians* e Nimuendajú classificam os grupos dessa região como Karib, embora o segundo não reconheça a filiação lingüística dos Arawakís extintos (Sweet 1974, 288 e ss.; IBGE 1981).

> ferramentas européias passavam, então, dessa tribo para os Cauauri e desses aos Yurimágua [Porro 1992, 36; ênfase no original].

Sweet também se refere a este extenso sistema de troca – "a three way trade conducted by the 'Cauauri' people" - e chama atenção para o fato de que mercadorias e bens holandeses eram comercializados no norte amazônico bem antes dos portugueses terem se estabelecido ali e talvez mesmo antes de terem visitado a região. Refere-se também ao importante papel de intermediários que os grupos Karib teriam assumido como forma de ajustar-se à expansão européia (Sweet 1974, Cap. 5). Menciona os Caburicena - Cauauri ou Cabucena - como habitantes do rio Caburis – Caurés –, donde o nome que receberam dos portugueses. Afirma haver razões para crer que eles não teriam sido uma tribo distinta, mas sim uma subdivisão dos Manao. Se procedente este dado, observa, os Manao estariam, em fins do século XVII, transitando da troca de produtos de manufatura local para o comércio de escravos, sob a influência da nova demanda dos holandeses no Essequibo (516-7 e 789).

Nimuendajú (IBGE 1981 [1944]) registra para o século XVII os Caburicena residindo na margem direita do Negro entre os rios Caurés e Unini, e para o ano de 1691 os Cauauri e os Cararueni na margem esquerda do Solimões entre os rios Badajós e Manacapuru. Ainda para o século XVII, o mapa etno-histórico registra os Uaranacoacena na margem esquerda do Negro entre os rios Branco e Demini, os Carahiahy (Aruak) e os Urumanaue se dirigindo dos baixos cursos dos rios Carabinani, Unini e Jaú para o arquipélago de Mariuá, os Guayoana no alto curso do Unini, os Curanaue migrando das cabeceiras do Jaú e os Bahuana (Karib) movendo-se do Badajós para o divisor de águas Jaú-igarapé Açu – os quatro últimos registros para a mesma data, 1691. Há também um registro dos Tarumã para 1631, deslocando-se da margem esquerda do baixo rio Negro, a sudeste do arquipélago de Anavilhanas, para uma região entre os rios Negro, Solimões e Urubu. Todos esses grupos são dados como extintos.

A tentação de projetar o modelo etnográfico para a pré-história tardia é enorme, isto é: interpretar as exitosas respostas adaptativas às pressões ambientais resultantes da oligotrofia geral dos ecossistemas de águas pretas, elaboradas pelos grupos sociais do alto rio Negro e descritas pela pesquisa etnográfica e etnobiológica contemporânea, como um padrão adaptativo geral característico da "ecologia das populações humanas" dessas regiões (como parece sugerir Moran 1990, 168 e ss.). Dizendo de outro modo: basear-se nas evidências oriundas da etnologia contemporânea sobre a vida social, a cultura, a ecologia e o manejo dos recursos naturais pelos grupos Karib e Aruak atuais,

para caracterizar tanto as sociedades pré-históricas tardias, quanto os grupos referidos pelos primeiros cronistas.

Moran resenha a literatura etnológica contemporânea sobre a área etnográfica do alto rio Negro e destaca entre as respostas adaptativas de alto grau de sucesso elaboradas pelas "populações humanas" dessa região, as seguintes: (i) as técnicas especializadas de pesca para lidar com a resolução ótica e a produtividade baixas desses rios; (ii) o cultivo da mandioca - que tem a capacidade de produzir safras abundantes em solos extremamente pobres em nutrientes, altamente ácidos e com níveis tóxicos de saturação de alumínio – e o desenvolvimento coetâneo de formas de processamento sofisticadas - que eliminam os altos teores de toxicidade, tornando-a própria para o consumo; e (iii) formas de organização social complexas que dispersam a população de modo permanente e territorialmente organizado ao longo dos rios, em grupos locais menores do que em outras regiões amazônicas, conjugadas a um acentuado grau de controle territorial, à alimentação comunal que distribui efetivamente a produção e a sistemas regionais caracterizados por interdependência econômica e especialização manufatureira. Segundo ele, esses fatores teriam possibilitado às populações humanas desses ecossistemas manter níveis aceitáveis de saúde e nutrição numa situação de baixa disponibilidade de biomassa vegetal e animal (Moran 1990, 168 e ss.).

Todavia, reputamos temerário atribuir às sociedades pré-históricas tardias e aos grupos referidos pelos primeiros cronistas essas características. Em primeiro lugar, pelos comentários críticos de Sweet quanto ao caráter da informação etnográfica nos documentos coloniais e às controvérsias relativas aos nomes dos povos e à sua filiação lingüística. Sequer sabemos ao certo se eram de fato grupos Aruak ou Karib. Em segundo lugar, pelo que efetivamente ocorreu aos povos indígenas do baixo e médio rio Negro e adjacências como resultado dos descimentos, da ação das tropas de resgate e de guerras, da escravização e das epidemias, ou seja, o processo de "depopulação sistemática do rio Negro" – para usar os termos de Sweet (1974, 578 e ss.). O próprio Moran reconhece "o despovoamento [como] o fator demográfico dominante na Amazônia". Estima-se que mais de 20.000 índios tenham sido capturados entre 1740 e 1755 (Moran 1990, 169). Em terceiro lugar, porque as evidências oriundas da etnologia contemporânea referem-se primariamente aos povos do alto rio Negro e aos afluentes do seu alto curso, que, como vimos, diferem em aspectos importantes da configuração ambiental do baixo rio Negro – geologia, geomorfologia e pedologia distintas, variação nas características físico-químicas da água, ciclos de alagamento e seca de periodicidade

distinta, distribuição diferencial dos principais componentes morfológicos do rio e formações vegetais, etc.

Desse modo, considerando as mudanças ocorridas nos contextos demográfico - a severa perda populacional e os movimentos de longa distância que se lhes impuseram –, sócio-político – a circunscrição dos povos indígenas nos Estados nacionais modernos – e econômico – a redefinição do acesso aos recursos naturais -, o estilo de vida atual dos povos indígenas do alto rio Negro representariam não um padrão de adaptação primevo aos ecossistemas de água negra, mas antes respostas adaptativas aos constrangimentos impostos pela expansão colonial - para retomar o argumento de Anna Roosevelt. Esta é até mais radical, referindo-se aos "amazônidas etnográficos" ora como "sobreviventes ecológica e economicamente marginais", ora como "refugiados" da expansão colonial (Roosevelt 1991, 130).

Não obstante se conhecer praticamente nada dos grupos proto-históricos, as indicações das fontes acessíveis permitem vislumbrar a paisagem do baixo e médio rio Negro com a qual os conquistadores portugueses entraram em contato. Ela estava longe de ser virgem, prístina, inóspita, monótona, despovoada, desabitada e desconhecida. Pelo menos, não da perspectiva dos povos que ali viviam. As indicações são de uma vida social intensa, rica e diversa, e de grupos relativamente numerosos. Aliás, as referências mesmas parecem indicar que os portugueses, "naquela ocasião, já sabiam que os índios do rio Negro eram numerosos" (Cabalzar & Ricardo 1998, 73). Teria sido este um dos atrativos para os portugueses, desejosos de capturar os indígenas para servirem como escravos, pois a carência de braços para o trabalho nas fazendas e na coleta das "drogas do sertão"[18] já se fazia sentir no baixo Amazonas – e com tempo tornar-se-ia crônica - devido às epidemias e aos rigores da escravização.

4.2.2. Primórdios da colonização: tropas de resgate, missões carmelitas, escravização indígena e drogas do sertão

As referências mais importantes para este período, que, segundo Sweet (1974), corresponderia à "proto-história amazônica"[19], são - além deste - Reis (1931 e 1997

[18] Voltaremos às drogas do serão adiante. Por ora, basta a glosa de Artur Cezar Ferreira Reis: "As drogas, na linguagem do tempo, eram o cacau, a baunilha, a canela, o cravo, as raízes aromáticas, apreciadíssimas riquezas naturais, abundantes em todo o vale. Colhiam-nas sem grandes dificuldades e em largas proporções" (Reis 1931, 43).

[19] Para Sweet a "proto-história da Amazônia", caracterizada, segundo ele, por uma "sociedade sem governo" – i.é, com ampla margem de ação para os vários atores em presença -, teria acabado com a secularização das missões e o estabelecimento de instituições permanentes e a manutenção de registro

[1942]), Wermers (1965), Alden (1973 e 1996) e a coletânea de Hoornaert (1992) – um conjunto de historiadores que trabalharam com fontes primárias, a alguns dos quais referir-me-ei extensamente. A esses se somam as considerações – datadas - de ordem propriamente antropológica de Galvão (1979) e Moreira Neto (1983 e 1988) sobre os processos gerais de formação e desenvolvimento da cultura e sociedade regionais caboclas – que fazem Galvão referir-se ao rio Negro como "uma sub-região cultural da Amazônia" (Galvão 1979, 125).

Moreira Neto observa que "o complexo fluvial do rio Negro sempre teve lugar de importância na história da exploração, conquista e colonização da Amazônia" (Moreira Neto 1983, 14). Analisando fontes quinhentistas a setecentistas, ele destaca três elementos duradouros, "constantes em toda a história da conquista e colonização do Negro e do Branco": (i) "a presença real ou suposta de holandeses e sua perturbadora influência sobre os índios, através do comércio e da instigação contra os portugueses e espanhóis"; (ii) "a lenda de Manoa ou El Dorado", uma terra rica em ouro cujo centro supostamente seria um lago na serra do Parima[20]; e (iii) "a promessa mais real de escravaria indígena" e, eu aduziria, drogas do sertão (14-15). Tanto é assim que, observa o autor, a primeira expedição oficial portuguesa ao rio Negro de que se tem registro ocorreu em 1649 sob esses mesmos signos: o El Dorado, a ameaça holandesa e a escravaria indígena[21].

Assim, a história da exploração e conquista do rio Negro pelos portugueses não difere da colonização lusa da Amazônia como um todo, marcadas desde o início por esse misto de imaginário medievo – o El Dorado e as Amazonas - com interesses pragmáticos, reais e tangíveis – o comércio de drogas do sertão, escravos indígenas e, eventualmente, ouro. A própria penetração e ação missionárias no rio Negro, observa Moreira Neto, estiveram vinculadas à atração dos descimentos de indígenas. Por conseguinte, a reconfiguração da paisagem autóctone do rio Negro, com o surgimento

---

histórico regular por europeus residentes. Ambas as noções têm incontáveis repercussões teóricas no próprio quadro analítico de Sweet (1974).

[20] O autor observa que "a permanência histórica do mito haveria da marcar inclusive a cartografia da área com uma ficção histórica de larga duração, o lago Parima, que está presente nas cartas da região até meados do século XIX" (Moreira Neto 1983, 15).

[21] Berredo registra a presença desse tríplice estímulo na bandeira comandada por Bartholomeu Barreiros de Athayde, que "Tinha recebido no Maranhão positivas ordens do Governador para pôr prompta huma grande Tropa, que encarregou com a Patente de Capitão mõr do descobrimento do rio do Ouro, ou Lago dourado; [...] e lhe deu também expressa ordem, para que fizesse todos os resgates, que lhe fossem possíveis" (*apud* Moreira Neto 1983, 15). O texto refere-se à "fatal invasão das Armas Holandesas" – os dois anos de ocupação holandesa do Maranhão – como um "contratempo" que teria retardado "tamanho empenho". Sweet (1974) especula que esta tropa poderia ter chegado até o baixo rio Negro.

dos primeiros núcleos da conquista portuguesa do rio Negro será fruto da ação coetânea dos missionários e das tropas de resgate e de guerra.

Não obstante, as versões sobre a origem do primeiro núcleo são imprecisas. Elas divergem quanto à primitiva localização – foz dos rios Tarumã ou Aruim -, à data de fundação – 1657-8 ou 1668-9 –, aos grupos originalmente aldeados – Tarumã (Tarumá, Tarumaz ou Trumã) e/ou Aroaqui (Aruakís, Aroquis) - e à ordem religiosa responsável – jesuítas ou mercedários. Não interessa aqui reconstituir com minúcias as diferentes versões sobre as várias tentativas de aldeamento dos Tarumã, que estão na origem do primeiro núcleo de expansão portuguesa na Amazônia ocidental – para o que o leitor deve consultar Leonardi (1999, 219-224). Interessa, sim, compreender e caracterizar minimamente os efeitos das sucessivas reconfigurações da paisagem social da região, que redundaram naquela sobre a qual as duas UCs aqui enfocadas se precipitaram.

Se focalizarmos provisoriamente as iniciativas missionárias de primeira hora, veremos que tanto jesuítas quanto mercedários acompanhavam tropas de resgate.

Os jesuítas Francisco Velloso e Manoel Pires, que – segundo uma das versões - teriam estabelecido o aldeamento dos índios Tarumã na foz do rio homônimo[22] em 1657, estavam viajando com a primeira tropa de resgate ao rio Negro de que se tem registro, dirigida por Vital Maciel Parente (Sweet 1974, 290, 327 e 729). Segundo Reis, iam "com uma escolta de vinte e cinco soldados e trezentos índios [e] instruções do Superior da Companhia para missionar no Amazonas". Esta "visitação" teria rendido "seiscentos cativos e descidos, distribuídos pelos moradores do Pará [...] e pelas aldeias da Companhia" (Reis 1931, 45). Da segunda visitação, no ano seguinte, da qual tomou parte o provincial dos Jesuítas, Pe. Francisco Gonçalves, teriam trazido "na volta, novo carregamento, para os moradores e para a Ordem, [...] mais rendoso, de setecentos escravos e descidos" (idem).

Segundo outra versão[23], o "primeiro povoado" colonial luso no baixo rio Negro teria sido fundado pelo Frei mercedário Theodósio da Veiga nas imediações do rio Aruim[24]. O religioso acompanhava o capitão Pedro da Costa Favela, despachado como

---

[22] A partir das descrições dos cronistas, que falam em uma grande enseada, Reis especula tratar-se do Tarumã grande, afluente da margem esquerda do baixo curso do rio Negro, logo acima da sua foz (Reis 1931, 45).

[23] Estabelecida originalmente no diário da viagem que o Ouvidor e Intendente da Capitania de São José do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, fez em 1774 e 1775 (Sampaio 1985), esta versão é seguida por Reis (1931) e contestada por Sweet (1974, 332).

[24] Quanto a este rio, há consenso entre a maioria dos autores de que seria um afluente da margem esquerda do baixo rio Negro, abaixo do Tarumã. Todavia, Sweet oferece a grafia Anjurim (Sweet 1974,

cabo de uma tropa de resgates ao rio Urubu pelo governador do Estado do Maranhão e Grão Pará (Reis 1931, 47). Tanto nesta como naquela situação, era função dos religiosos supervisionar a conduta dos leigos no comércio de escravos de acordo com as fórmulas estabelecidas, certificando a legalidade dos resgates e a justeza das guerras, e, por conseguinte, a legitimidade da escravização dos indígenas.

Os ***resgates*** eram o meio normal e legal de se obter escravos na virada dos séculos XVII para o XVIII na Amazônia. Sweet observa que as tropas estavam atuando virtualmente o tempo todo no rio Negro (Sweet 1974, 578). Ele registra pelo menos quatro tropas de resgate patrocinadas pelo governo atuando no rio Negro, por períodos que iam de um a três anos, entre 1648 e 1697 (729-30). A estas deve se somar as incontáveis iniciativas de caráter privado dos colonos do baixo Amazonas, licenciadas ou não pela Câmara do Pará, e as correrias promovidas pelos Tarumã e Aruak aliados em busca de escravos para vender aos portugueses. No capítulo 11 de sua obra monumental, Sweet analisa as principais circunstâncias sócio-econômicas que possibilitaram o desenvolvimento desse peculiar sistema de recrutamento de força de trabalho e nos oferece uma descrição típica-ideal do funcionamento de uma tropa em sua forma completamente institucionalizada (578 e ss.).

Há muito a dizer sobre as tropas de resgates – para o que os leitores interessados em detalhes devem consultar Sweet. Nos limitaremos a alguns dos aspectos da sua atuação, em especial a sua relação com as missões carmelitas no rio Negro, pois neste a história de ambas, tropas e missões, se confunde.

A eventual prioridade da Companhia de Jesus e/ou da Ordem das Mercês foi superada pela presença e atuação das ***missões*** carmelitas. O rio Negro era parte do distrito que lhes coube na repartição das missões entre as ordens religiosas determinada pela Coroa em 1693. Segundo Sweet, o espectro da expansão espanhola na região – precipitado pela visita ao Pará do Pe. Samuel Fritz, jesuíta a serviço da Espanha -, a depopulação e a conseqüente falta de braços nas fazendas do baixo vale do Amazonas, e a demanda por mais missionários que pudessem auxiliar no recrutamento da força de trabalho[25] teriam despertado o interesse - há muito latente - do governo colonial em

---

797) e, pouco antes, refere-se a ele como um tributário do médio rio Negro, logo abaixo do rio Padauiri, que teria sido habitado pelos Oremanao (Eremanao, Urumanao), uma provável seção dos Manao (796). À jusante da foz do atual Padauari situam-se os rios Erere, pela margem esquerda, e Araririá, pela direita.

[25] O historiador carmelita Manuel Maria Wermers revela uma carta de julho de 1692 da Câmara do Pará ao Conselho Ultramarino em que os oficiais da Câmara "queixam-se da grande falta de missionários no distrito do Rio das Amazonas [que] é grande e dilatado, povoado de uma e outra parte de inumeráveis

explorar o noroeste do vale amazônico (Sweet 1974, 637). A nova repartição das missões de 1693 seria uma expressão deste renovado interesse.

A rigor, o distrito que abrangia o rio Negro só foi atribuído aos carmelitas um ano depois[26]. A Coroa tentou persuadir os jesuítas a se expandirem pelos vales do Negro e do Madeira, mas eles alegavam não dispor de pessoal suficiente e, eventualmente, desejavam evitar um confronto com seus irmãos de ordem a serviço de Espanha. Havia também a resistência dos colonos e a hostilidade do então Governador à qualquer expansão do poder e da influência jesuíta. Wermers observa que a missão no rio Negro era, então, "a mais afastada de todas [e] a mais difícil de ser bem dirigida por causa da vizinhança castelhana" (Wermers 1965, 541).

Desse modo, relutantemente e sem a menor confiança do Rei em que pudessem desempenhar bem a tarefa, os carmelitas tomaram posse efetiva das missões em 1697, quando o vigário provincial Frei Manuel da Esperança, na companhia do Governador, visitou as missões do médio Solimões, parte do território sob a sua responsabilidade. Só em 1702, depois da nomeação de novo vigário provincial, Frei Vitoriano Pimentel, este visitou as missões carmelitas no rio Negro, em viagem a encontro do Pe. Samuel Fritz, para discutir a legitimidade da posse dos carmelitas das missões do médio e alto Solimões. Em sua relação de viagem menciona duas missões carmelitas no rio Negro e não cinco como na relação que acompanhava a carta da Câmara do Pará ao Conselho Ultramarino (cf. supra.). Seriam elas: a de Nossa Senhora do Carmo e a de Santo Elias - tendo ele erigido outra, a de São João Batista. Refere-se também à fortaleza na foz do

---

gentios" (Wermers 1965, 537). A queixa é corroborada por uma relação que mostra a situação das aldeias. Entre as da parte norte do rio Amazonas, as mais ocidentais são as "4 ou 5 aldeias do Rio Negro", sem missionários. Com base nessa informação, Leonardi especula que esse teria sido "um período de relativa autonomia e isolamento para os Tarumã", que "embora aldeados pelos brancos, viviam relativamente distantes de uma coerção estatal maior, ou de um doutrinamento mais assíduo e rigoroso por parte dos padres" (Leonardi 1999, 25-26). Todavia, Sweet apresenta dados que desautorizam a interpretação de Leonardi. Segundo ele, o assentamento Aruak estabelecido pelos jesuítas no Tarumã, teria sido assistido intermitentemente pelo Pe. João Maria Gorzoni entre 1668-91. Revela ainda que em 1693 – de certo por ocasião da nova repartição das missões - o jesuíta João José de Luca teria sido designado para a missão do Tarumã, embora tivesse permanecido pouco tempo por motivo de doença. Só com o seu retorno e de outro prelado designado para missionar no Urubu, poucos meses depois de tomarem posse das missões, teriam os jesuítas desistido desse setor. Aponta indícios, para esse mesmo período, de incursões escravagistas no médio Solimões com participação dos Tarumã aliados (Sweet 1974, 291 e 328). O próprio Reis reconhece o Tarumã como "excelente posição" e enfatiza a "grande importância" que tinha para os jesuítas - "a primeira criada em plena intimidade da selva, longe do Atlântico muitas dúzias de dias" (Reis 1931, 45). Parecia ser intenção original deles abrirem todo o noroeste da colônia como "a mission field" (Sweet 1974, 290).

[26] Os mercedários foram confirmados em suas missões no rio Urubu, mas, segundo Reis, teriam deixado o sítio de Aruim em 1694 com a designação dos carmelitas (Reis 1997, 38).

rio Negro[27], às repetidas febres e doenças que ocorrem quando o rio enche e vaza, ao gentio – "de beiço furado [...] usam de muitas mulheres [...] de muy limitados panos para a sua desnudez" (*apud* Wermers 1965, 545) - e à providência que tomou de mandar fazer uma igreja nova na missão de Santo Elias do Tarumã. Os carmelitas deram início, assim, a reconfiguração sociopolítica, cultural e econômica da região do baixo e médio rio Negro.

O capítulo 11 da monumental obra de Sweet – que constitui referência básica sobre a ação dos carmelitas no rio Negro - representa a primeira tentativa de fazer sentido dos esparsos documentos relativos à história desse "singular sistema missionário". Ele adverte que os estudos de historiadores da Ordem e as fontes primárias do arquivo desta, em Roma, são escassos e insatisfatórios para esse período inicial de sua ação missionária, não sendo possível dizer exatamente e nem muito sobre como essas missões foram estabelecidas e mantidas. Até mesmo as datas são imprecisas (Sweet 1974, 640). Ele também afirma que é difícil precisar os locais em que as missões foram estabelecidas, a maioria delas tendo o nome dos povos aldeados ou dos chefes e principais indígenas. Sweet vê nisso uma clara indicação de que as missões carmelitas teriam sido estabelecidas em assentamentos indígenas previamente existentes, em vez de terem constituído novos estabelecimentos (675)[28]. Aduza-se que, eventualmente, as missões podem ter se estabelecido em sítios de antigos "arraiais", ou seja, as bases de operações relativamente permanentes das tropas de resgate[29].

A partir das fontes disponíveis, Sweet procura caracterizar o sistema missionário carmelita e o caráter da vida missionária no primeiro quarto do século XVIII. Segundo ele, o missionário carmelita era, para propósitos práticos e especialmente econômicos, um agente livre, possuindo, virtualmente, autoridade completa sobre os índios da sua missão e quaisquer europeus ali estabelecidos. Ele estava livre para operar a missão

---

[27] "A ultima e mais longinqua que temos em todo o Certam; a qual se fez afim de empedir o comercio que os Olandezes de Syrinhame tinham com os habitadores daquelle rio, que ainda hoie continua da mesma sorte" (*apud* Wermers 1965, 545).

[28] Isso talvez explique a flutuação no número e nos nomes das missões nesses primeiros registros. A relação que acompanhava a carta da Câmara do Pará ao Conselho Ultramarino em 1692 falava em quatro ou cinco missões desassistidas. Fr. Vitoriano Pimentel, por sua vez, menciona três. Não obstante, Sweet nota que no primeiro quarto do século XVIII as missões carmelitas firmemente estabelecidas no rio Negro eram as de Santo Elias, no Tarumã, e de Santo Alberto, em Aracari.

[29] Um arraial era, via de regra, estabelecido em terra alta à beira do rio, com uma vista privilegiada para observar a aproximação de inimigos e algum espaço aberto para construir uma paliçada onde manter os cativos aprisionados até o retorno da expedição. Para a manutenção da tropa, o sítio deveria ser próximo de floresta rica em caça, bem como de áreas propícias à pesca e à captura de tartarugas e peixes-boi – o

como um empreendimento comercial em seu próprio benefício. De acordo com Sweet, a característica mais marcante das missões carmelitas antes da reforma pombalina era o caráter independente de cada missão individual como uma empresa comercial – e não a religiosidade fervorosa, nem as características pessoais que caracterizavam alguns dos que as dirigiam. Os dados mostram não só que os missionários operavam as missões lucrativamente, mas que isto era visto como aceitável e desejável (646; 655 e ss.)[30].

Ao final de cada "fábrico" – estação de coleta – cada missão despachava uma canoa cargueira rio abaixo com produtos para vender no Pará: cestas, pacotes e potes de cacau (*Theobroma cacao* L.)[31], salsaparrilha (*Smilax papyracea* Duham.)[32], baunilha (*Vanilla pompona* Schiede)[33], canela, cera e mel de abelha, cravo-do-maranhão (*Dicypellium caryophyllatum* Nees et Mart.), sementes oleaginosas em geral, peixe salgado, banha e carne tratada de tartaruga (*Podocnemis expansa*) e peixe-boi (*Trichechus ininguis*). Estas são as primeiras indicações das "produções naturais" do rio Negro, i.é, das drogas e outros frutos que os conquistadores originalmente extraíam dele. Reis (cf. nota de rodapé nº 18) fala da sua "abundância" em todo o vale amazônico e de como se as colhia "sem grandes dificuldades e em largas proporções". Todavia, a

---

que era complementado pelo plantio de roça pelos índios (Sweet 1974,585). Tudo isso tornava um ex-arraial um sítio propício para uma missão.

[30] Segundo Sweet, esta interpretação emerge do exame de um conjunto de materiais: (i) estimativas das receitas da atividade econômica dos carmelitas em suas fazendas, canaviais, ranchos e destilarias no Pará e Maranhão, em torno de 1730; (ii) a produção econômica das missões carmelitas para o mesmo período; e (iii) as contas dos missionários carmelitas junto aos comerciantes do Pará, registradas pelo escrivão da Câmara do Pará em julho de 1704. Esta informação estava sendo reunida com o intuito de documentar a queixa dos colonos de que os missionários estavam monopolizando a força de trabalho do Pará. A dívida dos franciscanos comparada com a dos carmelitas sugere que aqueles levavam um estilo de vida mais simples e não estariam envolvidos com o tráfico de escravos. A missão de Santo Elias do Tarumã aparece produzindo centenas de arrobas de cacau coletadas no Solimões e alhures, dezenas de rolos de tecido de algodão, centenas de potes de gordura de tartaruga e peixe-boi, carne salgada deste e de porcos silvestres, baunilhas e canoas grandes (Sweet 1974, Apêndices D, G e H). Os missionários carmelitas costumavam ser celebrados pelos visitadores por decorarem as igrejas, entreter visitantes e socorrer os conventos depauperados do Pará às suas próprias custas (656).

[31] Árvore pequena a mediana, muito ramificada, com copa frondosa e encontrada no estado nativo na mata de terra firma e na várzea. Apresenta frutos capsulares pendentes do tronco desde o solo e na parte inferior dos principais ramos; frutos estes que são comestíveis – principalmente a sua polpa de sabor ácido que envolve as sementes - e muito apreciados em licores e doces. Depois de torradas, as suas sementes produzem o chocolate e a manteiga de cacau. Há pelo menos mais três espécies do gênero *Theobroma* (STERCULIACEÆ) que apresentam frutos com polpa branca comestível e cujas sementes fornecem chocolate (Silva et alii 1977, 45-6). Observadores da época relatam que indígenas e colonos europeus plantavam cacoais, mas as colheitas eram magras devido a regular incidência de um fungo, conhecido como lagartão.

[32] Conhecida hoje por japecanga, trata-se de um cipó lenhoso de caule quadrangular aculeado e raízes vermelhas usado como depurativo na medicina popular. As denominações também são aplicáveis a outras duas espécies do gênero *Smilax* (LILIACEÆ).

[33] Planta trepadeira terrestre que pode atingir vários metros de altura, cujos frutos são cápsulas mais ou menos cilíndricas e aromáticas, freqüente em capoeiras de terra firme em solo úmido (Silva et alii 1977, 36).

tartaruga da Amazônia e o peixe-boi encontram-se desde 1973 na lista brasileira das espécies ameaçadas de extinção[34]. Entre as plantas, o cravo-do-maranhão, também conhecido como casca-preciosa, excessivamente explorado nesse período em virtude de sua casca aromática, quase desapareceu e é dada por analistas contemporâneos como ameaçada de extinção (Emperaire 1996, 210). Com a venda desses produtos - e a dos eventuais escravos das "tribos selvagens" capturados nas expedições de coleta - as missões se abasteciam dos bens manufaturados de que dependiam (Sweet 1974, 513).

Assim sendo, os carmelitas que trabalhavam no sertão noroeste tinham que, antes de tudo, estabelecer e manter uma força de trabalho estável para desenvolver as atividades produtivas de suas missões – da agricultura, pesca e caça, às expedições de coleta de drogas do sertão; em seguida, deveriam fornecer aos "capitães" e "cabos" viajando sob patente real, os tripulantes por eles requisitados; e, por fim, esperava-se que eles pudessem prover as pessoas necessárias para suprir a força de trabalho cronicamente em declínio nos conventos e propriedades carmelitas no Pará e Maranhão (663). Desse modo, as missões carmelitas findaram desempenhando um papel chave no desenvolvimento do comércio não só de drogas do sertão, mas também de escravos indígenas, tanto no Negro como no Solimões[35].

Por sua vez, a atitude geral dos carmelitas face ao interesse secular dos colonos, ao contrário da dos jesuítas, era bastante favorável e cooperativa. Tradicionalmente excluídos da atividade missionária durante todo o século XVII e da administração de aldeias de índios cristãos "livres" do baixo Amazonas, eles não estavam, como os jesuítas, em acerbo conflito com os colonos em torno do controle da força de trabalho escrava. Ao contrário, como operadores, eles mesmos, de propriedades movidas a trabalho escravo, participavam da demanda por acesso irrestrito à força de trabalho indígena. Por sua vez, como padres das paróquias, eles eram os confessores de muitos colonos e seus aliados na resistência contra o domínio político e econômico dos jesuítas.

---

[34] A Portaria IBDF nº 3.481 de 31.05.1973 foi o primeiro edito oficial a dispor sobre a lista oficial de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção.

[35] No que concerne ao tráfico de escravos indígenas, além deles municiarem as tropas de resgate com força de trabalho, suprimentos e informações, há indícios de que alguns missionários teriam reunido e vendido um certo número de escravos como parte da atividade regular da coleta de produtos florestais. Sweet menciona as expedições de comércio enviadas a partir de 1725 ao rio Branco por Frei Jerônimo Coelho, da missão de Aracari, dirigidas por Francisco Ferreira - um *transfrontierman* que teria conduzido uma série de "descimentos lucrativos" de índios, presumivelmente para aldear em Aracari e para vender às tropas de resgate. Até 1750, com 70 anos, ele estava trabalhando com Fr. José da Magdalena em descimentos anuais e eventuais "amarrações" de índios no rio Branco e alhures, para assentá-los nas missões carmelitas ou nas propriedades da Ordem no Pará (659).

Eram da opinião que as ordens religiosas deveriam visitar o "sertão" para pregar e trazer índios por meio de "descimentos pacíficos", cada novo grupo de trabalhadores sendo administrado, espiritualmente, pela Ordem que os havia trazido e, temporalmente, por um tribunal secular. Na concepção carmelita, o trabalho escravo indígena era um fato necessário da vida, sem o qual a atividade produtiva da colônia cessaria. Poder-se-ia prevenir no futuro a escravidão indígena apenas se outra fonte de trabalho fosse descoberta. Sobre as expedições de escravização, os carmelitas tinham uma posição também favorável ao interesse secular: era justo para os portugueses escravizarem os índios que se recusavam a aceitar a Fé e os que atacavam aqueles que tentavam levar a Fé a eles (635-6).

Não obstante próxima, a relação dos missionários com o comércio de escravos era complexa e ambígua. Por um lado, se esforçavam por auxiliar tanto as tropas de resgate que passavam pelo rio Negro, municiando-as com auxiliares índios, alimentos e informações, quanto os moradores do Pará que iam atrás de salsaparrilha, cacau, cravo e outras drogas do sertão, provendo-os com o que fosse necessário e recebendo com hospitalidade todos os viajantes. Por outro, denunciavam as atrocidades perpetradas pelos cabos das tropas[36], se mobilizavam para prevenir e corrigir as desordens constantemente introduzidas pelos soldados paraenses, dada a contínua presença das tropas no rio Negro[37], e demonstravam relutância em prover tripulantes indígenas para as expedições que os requisitavam, mesmo quando estas estavam "a serviço do rei"[38]. Havia também a questão da tênue fronteira entre os vários tipos de "persuasão" envolvidos em um "descimento" e a confusão perene entre resgates e descimentos, índios escravos e forros, no sistema de trabalho da Amazônia colonial – de que a situação vivida por Frei Mathias de São Boaventura (cf. nota de rodapé nº 36) é um

[36] Como o fez Frei Mathias de São Boaventura, em 1734, em petição que escreveu em defesa dos seus quinze anos de serviço no rio Negro, contra a queixa dos conselheiros da Câmara do Pará que ele teria baixado do rio Negro com um grande número de índios forros para uma fazenda carmelita. A Câmara teria alegado que os descimentos deveriam consistir de índios "selvagens" e não dos que já tinham se tornado úteis pelo assentamento em missões e pelo hábito de negociar suprimentos com as tropas de resgates. Fr. Mathias alegou que o grupo em questão era composto dos miseráveis remanescentes de um assentamento indígena no rio Negro que havia sido reduzido à extinção pelos próprios escravagistas, insatisfeitos com os escravos que o chefe daquele grupo lhes havia fornecido. As pessoas que o estavam acusando eram os responsáveis, como membros das tropas de resgate, pela depopulação daquele assentamento indígena, conforme a sua prática costumeira de violar os acordos feitos com as lideranças indígenas que eram seus parceiros comerciais habituais (Sweet 1974, 661-2).

[37] Como fazia Frei José da Magdalena entre as várias missões do rio Negro (650).

[38] Como Frei Jerônimo Coelho, quando à frente da missão dos Tarumãs, onde ganhou certa notoriedade por manter um atitude independente e mesmo desafiadora com relação à autoridade secular (657) – de conformidade, portanto, com o padrão de agente livre identificado por Sweet.

exemplo. Tudo isso dificulta estabelecer a extensão do envolvimento dos missionários com o negócio de escravos com base nos documentos então disponíveis (583 e 658-9). Essa postura ambígua, segundo Sweet, conformaria com o interesse predominante deles em manter o sistema de "cativeiro religioso", ou "comunidade servil", que eles constituíram nas aldeias missionadas – termos de Joaquim Nabuco (*apud* Sweet 1974, 664). Esse interesse proveria a substância tanto da sua participação no sistema escravista quanto da eventual oposição individual e irascível de alguns Freis.

Segundo Sweet, um importante desenvolvimento do período inicial da empresa missionária carmelita foi a exploração do baixo curso do rio Japurá e da antiga rota de comércio que ia dali ao médio curso do rio Negro – a qual já aludi. O trabalho no rio Negro, todavia, ter-se-ia restringido ao médio e baixo curso, à jusante das desembocaduras dos rios Caurés e Branco, em parte pela hostilidade e resistência dos Manao, em parte pelo limitado número de carmelitas disponíveis. A maior parte da atividade estava confinada às já referidas bases do Tarumã e do Aracari[39]. Precisamente esta área, segundo Sweet, teria sido amaciada (*softened up*) e parcialmente depopulada pelas tropas de resgate e pelos índios aliados que incursionavam em busca de escravos (641). Ele dá a entender, assim, que a região já havia sido erradicada de gente no início do século XVIII.

Nos anos de 1720, quando ainda era pouco conhecido e relativamente populoso, o rio Negro tornou-se o centro do conflito e da mudança cultural acelerada por causa da guerra travada contra os Manao e os Mayapena pelas tropas de guerra sob o comando de João Paes do Amaral e do Pe. José de Souza, entre 1725 e 1728, e de Belchior Mendes de Moraes e Fr. Ignácio Xavier dos Anjos, de 1728 a 1730[40]. Segundo Sweet, todos os observadores concordam que, após a guerra contra os Manao e os Mayapena, o médio rio Negro tornou-se uma área severamente despovoada – em parte devido à devastação promovida pela guerra, em parte pelo transporte de expressivos contingentes

---

[39] A exploração da referida rota de comércio talvez explique porque estas duas missões carmelitas seriam as mais firmemente estabelecidas no rio Negro nesse período inicial. Aracari estava à margem esquerda do rio Negro, em frente à foz do rio Banco, que dava acesso a Guiana. Já a do Tarumã foi transferida mais tarde para a foz do rio Jaú, referido desde esta época como uma das comunicações entre o Negro e o Solimões, por um lago que ligava o seu alto curso ao do Badajós.

[40] Cf. Regimento que há de guardar o Capitão João Pais do Amaral Comandante da Tropa de Guerra do Rio Negro e dos resgates e, em sua ausência, o Capitão Belchior Mendes e, na de ambos, o Capitão Leandro Gemaque de Albuquerque. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*, v. 5, n. 9, jul-dez/1986, pp. 3-29. O original do documento encontra-se no Arquivo Público do Pará, Códice nº 907 (1725).

populacionais à escravidão distante no Pará[41] e em parte pelo rápido abandono das margens do rio Negro pelos Manao e outros grupos – e com uma rede mais extensa de missões carmelitas.

Os Manao teriam adotado uma estratégia de resistência marcada por assentamentos dispersos nos altos cursos dos afluentes do rio Negro, longe das rotas dos escravistas, alguns dos quais teriam servido como mocambos para índios fugidos dos rigores do sistema de trabalho das missões. Todavia, adverte Sweet, um grande número de Manao teria abandonado essa estratégia e aderido às missões carmelitas antes de 1740. Nestas, eles tentavam demonstrar-se úteis em troca de proteção e da oportunidade de levar uma vida mais tranqüila e abastecida dos produtos manufaturados dos quais passaram a depender (594-5). Também não teria demorado muito para que grupos de Manao "leais" estivessem de novo incursionando atrás de escravos, no alto rio Negro, acima das corredeiras, e negociando-os. Isso deu a oportunidade para que algumas lideranças pragmáticas prosperassem e se tornassem figuras de ponta na emergente "sociedade mestiça do rio Negro", nos termos de Sweet.

A maioria das missões carmelitas e dos estabelecimentos indígenas de que se tem notícias históricas menos flutuantes datam desse período e contaram com o concurso de principais Manao: Santo Ângelo de Cumaru foi estabelecida pelo chefe Manao Aduana, sucedido como principal pelo seu filho Sebastião de Souza – que Alexandre Rodrigues Ferreira conheceu em 1786 (Ferreira 1983, 473 e 479); Nossa Senhora da Conceição de Mariuá foi fundada em 1728 por Fr. Mathias de São Boaventura com a colaboração do seu amigo e colaborador no comércio de escravos, o principal Manao Camandri, que ali assentou o seu grupo sob a "proteção" carmelita; Santa Rita do Bararoá concentrou o maior número de Manao sob os principais Alexandre de Souza Cabacari e José de Menezes Caboquena; e São José do Dari foi assim nomeada por causa do seu chefe Manao cristianizado, João José Dari, irmão de Cabacari, com quem teria tido uma desavença, desmembrando-se então com seu grupo da aldeia de Bararoá (cf. Ferreira 1983, 89). Todas essas estiveram assentadas em pelo menos um local distinto antes do seu estabelecimento definitivo no sítio no qual ficaram conhecidas – ou seja, até serem erigidas em lugares ou vilas pelas reformas de Pombal.

[41] Não há números para a tropa de João Paes do Amaral, mas a tropa de Belchior Mendes de Moraes, que atuou por quase três anos, teria feito mais de 400 escravos só em 1729 (Sweet 1974, 730). Todavia, observadores da época comentavam que nas "guerras justas" os escravistas quase não tinham lucro, pois

Há evidências de que os Manao permaneceram por duas ou mais décadas o elemento dominante no amálgama étnico das missões (Sweet 1974, 596-97). Alexandre Rodrigues Ferreira menciona ainda em 1786 a presença dos Manao e Baré em todos os lugares originários das missões carmelitas, de Airão a Tomar (Ferreira 1983; cf. Tabelas 4 e 6 a seguir). Sweet especula que a língua Manao - e não a língua geral – teria sido a língua franca das missões carmelitas rionegrinas (Sweet 1974, 596-97).

Além das missões, contavam-se vários chefes e comunidades indígenas não missionados que teriam "feito as pazes" com os portugueses ainda em 1725, ao início das guerras contra os Manao e Mayapena. Teriam sobrevivido ao longo do tempo provendo suprimentos para as sucessivas tropas de resgate, que avançaram para além das corredeiras e para as cabeceiras do rio Branco e outros tributários – região na qual, com o fim da resistência Manao, o escravagismo no rio Negro passaria a ser conduzido. Alguns desses índios "aliados" foram, todavia, levados como escravos para Belém de 1730 em diante. Credita-se à tropa de resgate conduzida em 1734 pelo velho capitão escravista Diogo Pinto de Gaya – rico das pilhagens perpetradas no médio Solimões – a conclusão do processo de depopulação do médio rio Negro iniciada por Amaral e Moraes. Aquele não teria deixado índio vivo para contar a história, exceção feita àqueles reunidos nas missões carmelitas existentes (599). Fr. Mathias de São Boaventura, testemunha e cúmplice desse processo, credita à tropa de Gaya a remoção dos derradeiros 15 assentamentos indígenas independentes que sobreviveram na região depois da partida da tropa de Moraes - seus antigos habitantes mortos, fugidos ou cativos no Pará (620).

A ação missionária carmelita realizou-se e consolidou-se, assim, com o estabelecimento de oito aldeias, quais sejam: Santo Elias, Aracari, Cumaru, Mariuá, São Caetano, Caboquena, Pararauá [Bararoá] e Dari (Moreira Neto 1992, 104). Antonio Loureiro apresenta um quadro demonstrativo das missões carmelitas no Amazonas, do qual apresentamos a seguir apenas aquelas do rio Negro, com a indicação dos sítios aos quais elas deram origem por ocasião da reforma pombalina, em ordem à montante.

---

as "peças de guerras vêm magras, e ou morrem ou fogem, ficando [os escravistas] sem dinheiro e sem escravos" (*apud* Sweet 1974, 617).

Tabela 4
Missões Carmelitas no rio Negro, com a indicação dos sítios aos quais deram origem

Missão	Categoria	Nome	Ano
Santo Elias do Jaú	Lugar	Airão	1759
Santa Rita de Itarendaua	Vila	Moura	1758
Santo Alberto de Aricari [Aracari]	Lugar	Carvoeiro	1759
Santo Ângelo de Cumaru	Lugar	Poiais [Poiares]	1758
Nossa Senhora da Conceição de Mariuá	Vila	Barcelos	1758
Nossa Senhora do Carmo de Caboquena	Lugar	Moreira	1759
Santa Rita de Bararoá	Lugar	Tomar	1758
São José do Dari	Lugar	Lamalonga	1758

Fonte: Loureiro 1978, 96 e 152.

As missões representaram a introdução de alguns elementos de rotina e usança européias na vida urbana e religiosa dessa extensa unidade eclesial, como observa Sweet a respeito da obra religiosa de Frei José da Madalena no rio Negro. Este conseguia reunir os outros missionários carmelitas do rio Negro na aldeia[42] de Nossa Senhora da Conceição de Mariuá[43] a cada semana santa, para realizar os santos ofícios e receber absolvição, e na missão de Nossa Senhora do Carmo do Camará, no dia da Virgem do Monte Carmelo. Na quinta-feira santa, ele tinha por hábito fornecer roupas a doze índios, cujos pés ele lavava, tudo a suas próprias custas, incluindo a alimentação dos muitos índios e visitantes europeus que vinham para as festas (650-1 e 676). Talvez sejam desse período de intensa vida social, as lembranças dos antigos índios de Airão que Alexandre Rodrigues Ferreira registrou, por ocasião de sua passagem naquele lugar em 1768.

> *Fundaram uma aldeia, que em outro tempo foi das mais populosas e nomeadas*. Ainda não há muitos anos que se demoliram de todo umas casas de sobrado, em que residiam os missionários. *Repetidas vezes tenho ouvido engrandecer a festividade do império do Espirito-Santo, pela muita pompa e riqueza, com que ahi a faziam os referidos missionarios*. [...] Chamava-se a aldeia do Jaú, por estar situada onde está imediatamente inferior à foz do rio d'este nome [Ferreira 1983 (1786), 561; ênfase minha].

[42] Almeida distingue *aldeia*, "numa alusão às habitações indígenas tradicionais", de *aldeamento*, "referindo-se especificamente às construções realizadas pelos colonizadores para assentamento de índios", optando pelo segundo termo (Almeida 1986, 7). Nós preferimos manter o termo tal como aparece na historiografia disponível e nos relatos da época, pois o entendemos enquanto uma categoria histórica que denota um certo modo/modelo de apropriação fundiária, tal como explicita Faulhaber: "a figura de aldeia indígena constitui uma categoria historicamente enraizada e que aparece no discurso dos primeiros viajantes, associada à formação estratégica de agrupamentos populacionais, sendo vinculada à prática missionária de descimentos e batizados, nos quais participavam os próprios tuxauas e principais indígenas" (Faulhaber 1989, 2).

[43] Mariuá, com o tempo, tornou-se o quartel general das missões carmelitas no rio Negro e o seu maior assentamento, com uma população que chegou a atingir dois mil batizados.

Passados quase dois séculos, Eduardo Galvão testemunha a força e a permanência dessas práticas, ao observar em 1954 que "são comuns e bastante freqüentadas [as] festas católicas dedicadas aos santos padroeiros dos sítios e das localidades". Nota que "na grande maioria os sítios e povoados do rio Negro são denominados segundo o santo" (Galvão 1979, 122).

Galvão é um dos primeiros a propor, em moldes culturalistas e nos marcos do paradigma da aculturação, uma esquematização da história do contato entre a sociedade luso-brasileira e as indígenas. O primeiro período seria este, entre 1600 e 1759, de expansão portuguesa e "fixação de uma sociedade ibérica com experiência colonizadora já firmada", em que se instala "o processo de aculturação do índio" e "a economia e a estrutura sócio-cultural dos grupos nativos são reajustados ao padrão de exploração mercantil dos portugueses" (Galvão 1979, 260).

Moreira Neto, por sua vez, responsabiliza "uma agência ou instituição de tipo especial" pela descaracterização dos índios específicos em índios genéricos – seguindo o modelo da "transfiguração étnica" de Darcy Ribeiro. Esta agência específica seria a missão religiosa. Por um lado, organizando "a atividade produtiva da comunidade de catecúmenos"; e por outro, impondo "à massa desorganizada e confusa d[e] índios [...] de várias origens, uma linguagem e um corpo de normas e valores comuns, pelos quais deveriam se comunicar e compreender"; em cada "aldeamento missionário" operar-se-ia uma homogeneização de parcelas de "sociedades indígenas autônomas, separadas umas das outras por barreiras lingüísticas, culturais e por preconceitos e ódios mútuos" (Moreira Neto 1988, 92). Desse fenômeno decorreria "uma cultura [indígena] genérica e empobrecida, fruto da situação colonial e de sua vertente missionária" (43).

Foi sobre essa "emergente sociedade mestiça do rio Negro", nos termos de Sweet, ou ainda, como ele parece preferir, essa sociedade híbrida escravista-carmelita-indígena – *the hybrid Indian-Carmelite-slave raider society* – que se abateram as medidas pretensamente corretivas de seus abusos e excessos contidas no *Diretório*.

4.2.3 O Diretório e seus efeitos: o quadro de decadência do rio Negro

A ereção das aldeias e/ou missões às categorias de vilas e/ou lugares com topônimos portugueses – conforme indicado na Tabela 4 supra. - foi apenas uma das várias medidas tomadas na segunda metade da década de 1750, que vieram alterar a vida da região amazônica. Com a ascensão de Dom José I ao trono de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Mello – mais tarde Marquês de Pombal – foi designado

para Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e deu início a um processo de mudanças substantivas na política de Portugal face às colônias americanas, em especial o Estado do Grão Pará e do Maranhão. As causas e os valores que orientaram a política do Marquês de Pombal para a América lusitana são extremamente complexos para se dissertar sobre os mesmos aqui[44]. Todavia, se pode dizer, como Moreira Neto, que as origens dessa política estavam "intimamente associadas aos esforços de consolidação do domínio colonial português na Amazônia e, em particular ao longo processo de demarcação de limites com os domínios coloniais limítrofes, espanhóis, holandeses e franceses" (Moreira Neto 1983, 17-8). Assim, as medidas aqui referidas estavam ligadas, por um lado, ao cumprimento do Tratado de Madri, firmado em janeiro de 1750, e por outro, à determinação de Pombal de modernizar e laicizar a sociedade lusitana e soerguer econômica e politicamente o Império português, então bastante enfraquecido, transformando-o em potência de primeira grandeza na Europa.

Para executar essa política e para tratar dos preparativos das demarcações previstas, o próprio irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, foi nomeado em 1751 Governador do Estado do Grão Pará e do Maranhão – permanecendo no posto até 1759 - e Ministro Plenipotenciário nas Conferências sobre a Demarcação dos Limites Setentrionais do Brasil. Mendonça Furtado escolheu a aldeia de Mariuá para sede das negociações de fronteira.

Desde que entrou no exercício do seu mandato, Mendonça Furtado passou a corresponder-se assiduamente com Pombal tratando basicamente de problemas relativos aos indígenas. A partir dessa correspondência, Pombal consolidou um entendimento sobre a situação na colônia e idealizou uma política econômica e assimilacionista que se traduziu em um conjunto de medidas executivas expedidas por Dom José I - algumas das quais simplesmente confirmando diretrizes estabelecidas pelo próprio Mendonça Furtado: a criação, em março de 1755, da Capitania de São José do rio Negro, cuja sede seria Mariuá a partir de 1757; o Alvará de Lei de abril de 1755, que estimulava e promovia o casamento de vassalos da Coroa com índia(o)s, tendo em vista o povoamento dos domínios portugueses na América; a criação, em junho de 1755, da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão; a "Lei das liberdades das

[44] Uma discussão mais extensa e detalhada de aspectos da configuração histórica que cerca as medidas de Pombal, em especial o *Diretório* – sobre o qual dissertaremos a seguir -, e sobre as facetas da cultura do conquistador europeu que estão presentes na organização dos governos implantados na América, encontra-se em Almeida 1997.

pessoas, bens e comércio dos índios do Pará e Maranhão", de 6 junho de 1755[45]; o Alvará complementar do dia 07 de junho, que anulava o Capítulo 1º do Regimento das Missões, de 1686, e renovava o estabelecido na Lei de 12 de setembro de 1662, abolindo integralmente o poder temporal dos missionários de qualquer ordem religiosa, dando nova forma ao governo temporal dos índios[46]; e, a mais importante de todas, o extenso *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão enquanto sua Majestade não mandar o contrário*, com 95 parágrafos, elaborado por Mendonça Furtado em 1757 e confirmado e tornado extensivo ao Estado do Brasil pelo Alvará de 18 de agosto de 1758, por ter sido considerado essencial para o cumprimento do Alvará de 7 de junho[47].

As medidas expressam, nos campos econômico e jurídico-institucional, a política de Pombal para com a Amazônia, que objetivava solucionar o problema do abastecimento da mão-de-obra para a empresa colonial na região, restringindo a ação missionária e abrindo ao capital estrangeiro a participação na economia e comércio regionais (ver Beozzo 1983, 47 e ss.).

O objetivo da nova legislação relativa aos índios era permitir reorganizar a produção interna e dotar o Estado dos instrumentos para aplicar a nova política econômica, cristalizada na criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, que passou a deter o monopólio do comércio exterior, do tráfico negreiro e da navegação na Amazônia. Ao abolir o *Regimento das Missões* e excluir os

---

[45] Após desenvolver uma severa crítica da política até então seguida face aos índios e dos seus resultados nefastos para a prosperidade do Estado, a Lei dispunha, entre outros pontos: "2º. que não houvesse mais *administrações*, nem administradores; sendo facultado aos índios como livres que são, servir a quem quiserem, na forma da lei de 10 de novembro de 1647 [...]; 8º. que aos índios ficava restituído o livre uso de seus bens, até agora impedido com manifesta violência, observando-se o Alv. do 1º de abril de 1680; e conseqüentemente se deviam erigir em *vilas* as aldeias que tivessem o competente número de Índios, e em *lugares* as mais pequenas; repartindo-se pelos mesmos as terras adjacentes às suas respectivas aldeias; sustentando-se os índios no domínio e posse das terras para si e seus herdeiros; e castigando-se com todo rigor quem os perturbasse" (*apud* Beozzo 1983, 58; ênfases no original).

[46] Determinava que "nas Villas fossem preferidos para Juízes Ordinários, Vereadores, e Oficiais de Justiça os Índios, naturais delas e dos seus distritos, sendo idôneos, e que suas aldeias independentes das vilas fossem governadas pelos seus respectivos principais, que teriam por subalternos os Sargentos-mores, Capitães, Alferes e meirinhos de suas nações" (*apud* Beozzo 1983, 59).

[47] O *Diretório* determinava que haveria em cada "Povoação", "enquanto os Índios não tiverem capacidade de governarem, hum Director, que nomeará o Governador e Capitão General do Estado" (*apud* Beozzo 1983, 61). Esse Diretor leigo, na condição de capataz geral da povoação e executando as medidas estabelecidas pelo Diretório, deveria propiciar as condições adequadas para os índios converterem-se "à civilização, cultura e comércio", constrangendo-os a uma integração forçada como mão-de-obra a serviço do sistema mercantil. Para uma apresentação sucinta das medidas ver Arnaud 1984 e Loureiro 1978. Trabalhos analíticos mais extensos sobre as condições sociais, históricas, políticas e econômicas que produziram o *Diretório* e as implicações deste são os de Beozzo 1983 e Almeida 1997.

missionários dos trabalhos de catequese e administração temporal dos índios da colônia, estas medidas representaram uma mudança radical na política de gestão das populações e territórios indígenas que, como nota Beozzo, consistiu em

> fazer dos índios vassalos iguais aos demais brancos, submetendo-os ao direito comum e outorgando-lhes as instituições próprias do regime político vigente, como as câmaras, juizes e meirinhos, e aplicando-lhes em tudo, do regime de trabalho ao de propriedade, as normas do direito comum [Beozzo 1983, 59].

Almeida avalia a experiência do *Diretório* e das medidas que lhe são correlatas como um exemplo de transposição cultural, na medida em que constituem instrumentos legais a dirigir a execução de um plano de civilização dos índios e roteiros para o empreendimento colonial, que abrangem a pretensão de construir uma nova ordem social (Almeida 1997). Para Sweet (1974), tais medidas - a secularização das missões amazônicas, o estabelecimento de instituições permanentes e a manutenção de registro histórico regular por europeus residentes - representariam o fim da "proto-história amazônica".

Segundo análise de Hugo Fragoso, tratava-se, na visão de Pombal e Mendonça Furtado, de tirar dos índios qualquer nota de inferioridade ao: (i) dar-lhes sobrenomes, (ii) imputar-lhes maioridade através de regime diverso do vigente nos aldeamentos, (iii) atribuir-lhes cidadania em pé de igualdade com os portugueses, criando vilas com os mesmos nomes de Portugal, e (iv) conceder-lhes igualdade como membros do povo cristão criando paróquias em lugar das missões (Fragoso *apud* Beozzo 1983, 52). Perseguindo a laicização do Estado através do predomínio de leigos, se lhe confere a cidadania e a igualdade por cima, como se por esse ato mágico de categorização e de violência simbólica os índios pudessem se igualar aos portugueses.

É assim que, entre outras, Nossa Senhora da Conceição de Mariuá é erigida à categoria de Vila, com o nome de Barcelos, em 1758, Santo Elias do Jaú é elevada à categoria de Lugar, em 1759, com a denominação de Airão, e, ironia das ironias, Santa Rita de Itarendaua é alçada, em 1758, a Vila de Moura – nome do local em Portugal onde se estabeleceu a primeira casa carmelita, em meados do século XIII. Barcelos, como vimos, tornou-se sede da nova Capitania, de onde se implementaram aquelas medidas, primeiro pelo próprio Mendonça Furtado - durante o período de dois anos (1754-56) em que ali permaneceu esperando a comitiva espanhola para tratar da demarcação dos limites -, depois por Joaquim de Mello e Póvoas, primeiro governador da Capitania.

Considerando a pequena distância temporal que separa uma medida da outra, é fácil perceber que o conjunto delas visava um impacto, em seu projeto de redefinir o empreendimento colonial. Seus efeitos repercutirão por toda a segunda metade do século XVIII, sendo notados por vários observadores nesse período. Não obstante, como faz Almeida, cumpre questionar "a realidade das normas" e "verificar o que foi entendido e realizado a partir das normas do *Diretório*" e outras (Almeida 1997, 228). Almeida focaliza a atenção em três dimensões explícitas nas normas do *Diretório* e dos demais instrumentos legais correlatos: o plano e os esforços de formação de uma economia apropriada à região, tipicamente extrativista, delineados a partir da observação da realidade dos recursos naturais existentes; a formação de hábitos de trabalho, notadamente, o hábito de cultivar gêneros de subsistência, pelo exercício do controle e da distribuição racional da força de trabalho indígena entre as diversas frentes de trabalho; e a constituição de alianças políticas com os nativos pela via da escolha de "principais", "sargentos" e demais "oficiais" (Almeida 1997, cap. 6).

A preocupação de manter um registro histórico regular dos fatos de interesse da Coroa pelos portugueses residentes, que caracterizou as reformas pombalinas, levou a um olhar mais qualificado e sistemático sobre fenômenos de diversas ordens[48]. É nesse período que se vê surgir as primeiras informações mais sistemáticas sobre os produtos explorados, bem como comentários sobre os processos da sua extração – em especial, a incúria e o descuido que os caracterizam aos olhos dos observadores. O plano de criação da economia específica do Grão-Pará e Maranhão, nota Almeida, foi delineado a partir dessas observações, que remontam à correspondência original entre Mendonça Furtado e Pombal.

No que se refere às naturais produções do rio Negro e seus afluentes do baixo curso, região que aqui nos interessa, salientam-se os seguintes registros de observadores da segunda metade do século XVIII. Noronha, em 1768, mencionou haver copaíba (*Copaifera* spp. CESALPINIACEÆ)[49] nos rios Unini e Jauaperi, ainda que não em

---

[48] O que se acentuou, mais tarde, com a vinda da família real para o Brasil colônia e a abertura do país a expedições de naturalistas de outras nacionalidades européias. Some-se a isso a emergência do "ambientalismo político", a que já me referi no Cap. 1.

[49] O nome designa diversas espécies do gênero referido que fornecem um óleo resinoso claro empregado originariamente para a fabricação de vernizes e cujo uso atual se restringe à fabricação de produtos cosméticos e medicinais (Emperaire 1996, 12 e 210). A *Copaifera multijuga* Hayne é uma árvore grande com fuste grosso e linheiro, e copa densa, distinta de outras espécies do gênero pelos folíolos – através dos quais o extrator a identifica na mata fechada (observação pessoal) - e pelo agradável perfume que exala da madeira (Silva et alii 1977, 72-3). Carneiro Filho, com base em dados do IBGE e da CODEAMA para 1985 a 1992, indica que o estado do Amazonas, com 55 toneladas anuais de óleo de copaíba, é

abundância (Noronha 1862, 62). Sete anos depois, Sampaio (1985) também mencionou o Unini como produtor de tartarugas e copaíba, todavia, em abundância. Além destes produtos, o Ouvidor refere-se ao breu[50], segundo ele abundante nas vizinhanças de Airão, e a várias madeiras finíssimas nessa mesma área, destacando o pau-roxo[51]. Pouco depois dele, Alexandre Rodrigues Ferreira se refere à "estimável madeira que por aqui se chama muirá-coatiara" (*Astronium lecointei* Ducke)[52] e "outras muitas, que também são finas, e como tais merecem estimação" (Ferreira 1983, 563). Também menciona a coleta do breu na margem fronteira à Airão – no que segue Sampaio.

Este último, em suas "Notas" à *Memória* do Ouvidor Pereira da Costa, discute mais extensamente o comércio da Capitania do Rio Negro, que divide em interno – o que "gira nos seus limites" – e externo – o que ultrapassa os seus limites por três canais de trânsito: com as capitanias vizinhas do Pará e Mato Grosso, com a Metrópole e com as colônias espanholas. Ao dissertar sobre cada um deles, especifica os produtos que caracterizam esses circuitos. O comércio interno consistiria nas pescarias e, substancialmente, "nas vendas das farinhas de mandioca para o uso doméstico e para os gastos das expedições do sertão à colheita de drogas". O comércio externo com o Mato Grosso consistiria "em farinhas para a dilatada navegação do Madeira, guaraná[53], puxiri [puxuri][54] e canoas"; e com o Pará "principalmente em azeite de ovos de tartaruga"[55],

---

responsável por cerca de 80% da produção da Amazônia. Segundo ele, 23 municípios estariam hoje envolvidos na exploração desta leguminosa, nenhum dos quais do rio Negro (Carneiro Fº 1996, 89), o que mostra a pouca importância atual desta bacia nessa produção.

[50] Breu é a denominação comum a pelo menos nove espécies de BURSERACEÆ arbóreas produtoras de resina, que coagulada no tronco das árvores constitui o breu. Entre os seus empregos está a calafetagem de canoas e embarcações - uso mencionado por Ferreira para explicar porque o breu constituía parte do comércio dos moradores do local (Silva et alii 1977, 38-40).

[51] Nome comum a várias espécies do gênero *Peltogyne* (LEGUMINOSÆ CÆSALPINIOIDEÆ) cuja madeira, depois de cortada e exposta, passa a violácea até o roxo intenso, tal como a *Peltogyne catingæ* subsp. *glabra* – árvore grande, freqüente na mata alta de terra firma de Manaus, de fuste ereto, cilíndrico, de grande durabilidade e fácil de trabalhar, usada em serrarias para a confecção de tacos, podendo ser empregada para dormentes, na construção naval e em marcenaria fina (Silva et alii 1977, 162).

[52] Árvore grande, ocasional na terra firme, com cerne avermelhado, dura e pesada, usada para construções em geral (Silva et alii 1977, 142).

[53] *Paullinia cupana* Kunth var. *sorbilis* (SAPINDACEÆ), arbusto sarmentoso cujos frutos, mais ou menos esféricos, vermelho vivo e brilhantes, constituem grãos ricos em cafeína. Trata-se de uma das numerosas espécies domesticadas e cultivadas pelos indígenas, que a empregavam sob a forma de uma bebida estimulante contra o cansaço em trabalhos pesados e demorados. Não se trata, portanto, de uma produto de origem extrativista (Emperaire 1996, 211; Silva et alii 1977, 99). Sampaio adverte que desde o ano de 1774 o guaraná já figurava na pauta de exportações da Capitania (Sampaio 1984, 48, nota nº 3).

[54] *Licaria pucheri* (Ruíz et Pavón) Kosterm. (LAURACEÆ), é uma árvore que cresce em zonas periodicamente inundáveis, freqüentemente cultivada, objeto de uma exploração reduzida por causa das propriedades digestivas dos seus frutos, consagradas na medicina caseira (Emperaire 1996, 212; Silva et alii 1977, 172).

indo também “breu, tabaco, estopa de árvores, madeiras para navios, peixe seco, tartarugas vivas, peles de cotia e de veado, guaraná, galinhas, papagaios”. O comércio com a Europa se fazia pelo Pará e consistiria nos já mencionados cacau, salsaparrilha, cravo fino e grosso, óleo de copaíba e grãos de puxuri, além de castanhas[56], anil[57], urucu[58] e café – “que é todo cultivado” e, segundo Sampaio, o mais precioso destes gêneros “e para o qual as margens do rio Negro são mais, ou unicamente próprias” (Sampaio 1984, 47-8).

Não obstante, abundam críticas ao modo como se processava a exploração desses produtos por esses mesmos observadores, censuras essas que se verificam até meados do XIX. Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo, recrimina o modo como se fazia o corte de todas as madeiras, no qual, segundo ele, “não tem havido reserva alguma, tendo até agora sido livre a todo qualquer particular o cortá-la, quando e como quer, sem diferença no abuso” (Ferreira 1983, 563). Nota também o abuso na coleta de ovos de tartaruga para o preparo do óleo e/ou azeite e o desperdício destes animais no abastecimento da tropa da capital da Capitania, Barcelos.

> E nunca jamais chegam as Tartarugas, que embarcam, porque umas morrem, outras se distraem, e os Soldados em tempo nenhum deixam de ser mais, e menos mal municiados, porque se elas morrem no curral, antes de chegar a canoa da condução, esperam por ela; quando chega a canoa, comem as que se lhes dão no estado de magras em que chegam e em que se conservam nos currais, onde *continuam a morrer fora de toda a proporção aceitável* [Ferreira 1983, 366; ênfase minha].

---

[55] É Sampaio quem diz: “Do produto universal desta fábrica tira-se o consumo [da Capitania] do Rio Negro, e o remanescente transporta-se para o Pará” (Sampaio 1984, 48) – indicando a auto-suficiência da Capitania quanto a este produto.

[56] Castanha é o nome comum a alguns frutos e sementes de diversas famílias como OLACACEÆ, CHRYSOBALANACEÆ, EUPHORBIACEÆ e especialmente da família LECYTHIDACEÆ, a qual pertence a espécie chamada castanheira do Pará, do Brasil e/ou da Amazônia, *Bertholletia excelsea* Humb. & Bonpl. É uma árvore de porte gigantesco universalmente conhecida pelas suas sementes, que constituem hoje o segundo produto extrativista da Amazônia. Prefere a mata alta de terra firme. Seu fruto chama-se “ouriço” e é um pixídio globoso e lenhoso com várias sementes dentro, as castanhas propriamente ditas. A madeira, malgrado boa para forros, paredes e assoalhos, praticamente não tem uso devido ao maior valor comercial de seus frutos (Emperaire 1996, 210; Silva et alii 1977, 61-4). É rica fronte de proteína e parte integrante da culinária local, pois da semente se produz o “leite de castanha”. Há referências ao plantio/cultivo da castanheira e as formações onde esta é abundante são chamadas “castanhais”.

[57] *Indigofera* spp. LEGUMINOSÆ PAPILIONOIDEÆ, são arbustos e subarbustos freqüentes em lugares abertos e comuns em terrenos abandonados e à beira de estradas, com flores róseas. A raiz e as folhas são tidas como medicinais contra alguns casos infecciosos. A espécie *anil* L. – o chamado anil verdadeiro – fornece um corante chamado índigo (Silva et alii 1977, 20).

[58] *Bixa orellana* L. (BIXACEÆ), é um arbusto-arvoreta encontrado nas beiras dos rios e também muito cultivado, cujos frutos constituem cápsulas oblongas de cor vermelha intensa. A polpa de suas sementes é empregada como corante alimentar ou como pintura corporal e repelente de insetos pelos indígenas, possuindo também o arbusto valor ornamental (Emperaire 1996, 212; Silva et alii 1977, 204).

O óleo e/ou azeite de ovos de tartaruga era empregado para diversos fins, como nota Sampaio, servindo não só "para as luzes mas também para o uso da cozinha e para (agal lagala) [?] das embarcações" (Sampaio 1984, 48). Aliás, sobre essa atividade as críticas são uma constante ao longo do tempo e estão presentes em vários autores desde Spix (1981 [1821]), até a *Corografia* de Agnello Bittencourt (1985 [1925]). Spix oferece uma descrição minuciosa do preparo da manteiga de tartaruga[59] pelos habitantes do rio Branco (Spix 1981, 266), atividade que seria praticada com tanta "incúria", que a espécie já estaria ameaçada de extinção em 1821.

> Não há dúvida de que o sistema atual as exterminará, não obstante toda a produtividade desses animais; e o governo procura, por esse motivo, coibir ao menos as irregulares caçadas, que sofrem as posturas e os pequenos animais, quando saem da casca [Spix 1981, 266].

Quarenta anos depois, o engenheiro Joaquim Leovegildo de Souza Coelho a bordo do vapor de guerra Pirajá, percorrendo e informando sobre o estado das povoações do rio Negro, observa que a tartaruga não é muito abundante no rio Negro. Não obstante, nas praias do rio Branco e de outros afluentes em que ela abunda, os residentes das povoações do rio Negro - que para lá vão desenvolver esta atividade - "apanham milhares de ovos para um único pote de manteiga; é *uma verdadeira destruição* e seria bom que se proibisse este ramo de comércio em que é preciso estragar tanto para lucrar tão pouco" (Coelho 1987, 102; ênfase minha).

Em meados do século XIX também há relatórios de presidentes da província do Amazonas e documentos anexos a estes dando conta das formas equivocadas como se processava a colheita de alguns produtos florestais.

João Pedro Dias Vieira, em relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, manifesta a sua preocupação face ao comércio da salsaparrilha, da castanha e do óleo de copaíba, em função do modo como se os extrai. A primeira, segundo ele, teria "desaparec[ido] quase inteiramente das matas e margens dos rios mais próximos, à proporção que foi sendo colhida, porque lhe arrancaram do solo a batata inutilmente". A coleta da segunda, "um dos principais artigos da nossa exportação", ver-se-ia prejudicada pelo modo como se extrai a estopa "de todas as castanheiras, sem reserva, [...] cortando a casca dessas utilíssimas árvores em toda a circunferência do tronco, do que resulta o definhamento e morte de muitas delas". A extração do terceiro, segundo o mesmo autor, não conheceria "outro processo além dos golpes de machado contra a

[59] Que ele classifica como *Emys amazonica* Spix e chama de jarará-açu (Spix 1981, 266).

indefesa copaibeira", que pagaria "com a vida o bálsamo que derrama em prol do seu bárbaro destruidor" (*apud* Leonardi 1999, 69-71). Na qualidade de presidente da província e preocupado com que esses produtos deixassem de figurar na pauta de exportação da mesma – "tal tem sido até agora a nossa negligência!" –, Dias Vieira chegou a elaborar e propor à Assembléia um regulamento para tentar coibir os métodos que reputava danosos na atividade extrativista.

> Cumpre, pois, que proibais, sob pena de prisão e multa, não só o uso do machado na extração da seringa, como também o arrancar-se da salsaparrilha a batata, e o colher-se a estopa fora dos lugares para isso determinados, autorizando o governo a formular um regulamento adequeado à boa execução das medidas propostas e à polícia nos lugares freqüentados pelas pessoas que se empregam nesse ramo da nossa indústria [*apud* Leonardi 1999, 71].

Menos de dez anos depois, João Martins da Silva Coutinho, em documento anexo ao relatório apresentado pelo presidente Sinval Odorico de Moura na abertura da 2ª sessão da Assembléia Legislativa Provincial, em 1862, reafirma a crítica à forma predadora com que a salsaparrilha era colhida:

> Ordinariamente, os que se empregam na extração da salsa não esperam passar a segunda vez pelo mesmo lugar, e assim as plantas, cujas raízes são arrancadas, ou morrem ou ficam tão maltratadas que dificilmente podem vingar. Daí veio a extinção dos melhores salsais perto dos povoados. Hoje é preciso buscar essa droga importante em lugares remotos com muito trabalho e risco [*apud* Leonardi 1999, 70].

Já no século XX, Agnello Bittercourt refere-se à tartaruga do Amazonas como "uma das mais importantes e procuradas fontes de alimentação, sobretudo para as populações ribeirinhas" e à "apanha do chelonio" como "uma pescaria rendosa para os caboclos" – indicando tratar-se de produto tanto para o autoconsumo como para o comércio. Não obstante, "onde foi muito abundante, começa[va] já a escassear". A espécie, segundo ele

> extingue-se de ano para ano, em consequência da devastação dos 'tabuleiros', que são as praias onde, ao tempo das vazantes, as tartarugas fazem a desova. As leis proibitivas desse atentado à futura alimentação amazonense têm sido ineficazes, pois persiste a extração dos ovos para o fabrico de 'manteiga', que é muio estimada para condimento. Se não fosse o labirinto de rios, lagos, paranás e igapós, [...] a espécie já estaria extinta no Amazonas. A natureza defende,aqui, o futuro contra o furor dos homens [Bittencourt 1925, 136].

A permanência e a constância dessa crítica esclarecida - em especial ao "negócio das manteigas" - ecoa as preocupações racionalizadoras do ambientalismo político e dá

suporte ao comentário de Almeida[60]. Esta observa que desde a correspondência original de Mendonça Furtado com Pombal, o "propósito [era] sistematizar o cultivo de plantas agrestes que eram abundantes". A preocupação reformista consistiria em "tornar o que era recurso abundante em produção sistematizada". Os "frutos do mato [...] poderiam ser cultivados 'mansos' junto às povoações, evitando-se, assim, os gastos e riscos de sua extração em sertões ainda desconhecidos e habitados por índios aguerridos" (Almeida 1997, 229).

Todavia, esse esforço esbarrava no "quadro adverso de *ausência de hábitos de trabalho sedentário* por parte das populações envolvidas na colonização". Isso nos conduz à segunda dimensão enfatizada por Almeida nos dispositivos do *Diretório* e das leis correlatas: "a forte disposição de fazer germinar entre as populações amazônicas – brancos, índios e mestiços – uma vocação agrícola *sem dúvida inexistente*" (230; ênfases minhas). Estas ênfases merecem um comentário, pois, como indiquei no item 4.4.1, a evidência arqueológica tem posto reiteradamente em cheque a noção – sugerida por Almeida - de que entre os povos indígenas da região não haveria vocação agrícola e hábitos sedentários. Assim sendo, estaríamos antes diante de uma representação do conquistador sobre a natureza dos grupos que povoaram a capitania, fundada numa situação histórica produzida pelas próprias características e vicissitudes da empresa colonial.

Aos olhos dos colonizadores, então, os lugares e vilas recém eretos funcionariam como "laboratório[s] de formação de costumes da civilização ocidental" (234), cabendo aos Diretores zelarem pela sua estabilidade. No "encaminhamento da civilização do índio", concedeu-se primazia ao controle e a distribuição racional – entenda-se, a disciplinarização - da força de trabalho dos índios. Esta deveria a um só tempo atender as diversas frentes de trabalho existentes e eventualmente conflitantes – as demarcações, as obras públicas, os serviços dos moradores e "as canoas do comércio do sertão" – e promover o crescimento demográfico e consolidação das povoações pela via dos "serviços comuns" – ou seja, as lavouras e plantações (cf. Almeida 1977, 236 e ss.)[61].

---

[60] A permanência dessa crítica também explicaria porque algumas dessas atividades - especialmente, a pesca de tartarugas e a coleta de ovos - são percebidas como sensíveis pelos próprios residentes da região até hoje. Some-se a isso, é claro, a proibição formal de algumas dessas atividade desde a década de 1970.

[61] Quanto às plantações, o *Diretório* já havia estabelecido a cultura das terras como o sólido fundamento e princípio do comércio (§§ 24 e 35) e "a abundância da farinha, que neste País serve de pão, como base fundamental do comércio [e] primeiro e principal objeto dos Diretores" (§ 22). Estes, portanto, deveriam persuadir os índios "o quanto lhes [seria] útil o honrado exercício de cultivarem as suas terras", fazendo-lhes compreender que a negligência e o descuido para com os cultivos "têm sido a causa do abatimento e

É justamente quanto ao controle e a distribuição da força de trabalho indígena que se verificam os desvios mais evidentes das normas contidas no *Diretório*. Os observadores tendem a concordar que desde cedo a sua execução provocou situações tão ou mais negativas para os indígenas do que as que eles experimentavam sob as reduções e fazendas missionárias. Arnaud cita os abusos que foram surgindo contra os índios, que, formalmente livres, viam-se sujeitos aos Diretores. Estes, servindo-se abusivamente dos poderes que lhes eram conferidos, submetiam aqueles a cárcere privado, tronco, açoites, trabalho excessivo nas lavouras e na extração de drogas - para auferir os lucros nos percentuais a que tinham direito sobre a produção indígena -, além da violência aplicada nas distribuições dos índios a particulares e dos ínfimos salários que lhes eram pagos[62] (Arnaud 1984, 83-4).

Almeida, por sua vez, observa a emergência de brechas no funcionamento do sistema devido exatamente à interposição dos Diretores nas conexões comerciais, fazendo-as operar em benefício próprio em detrimento do monopólio da Coroa[63]. Ela discerne na correspondência entre funcionários da Coroa de distintas graduações a referência a transgressões perpetradas pelos Diretores e a ações corretivas. Para ela, o comentário crítico e a repetida recomendação corretiva refletem uma preocupação com a realidade de todo escravizante para os índios - críticas que teriam um papel relevante na extinção do sistema (Almeida 1997, 239 e ss.).

Todos esses desvios são evidentes desde as primeiras manifestações do pouco conhecido primeiro Ouvidor e Intendente Geral do Comércio, Agricultura e Manufatura da Capitania de São José do Rio Negro[64], Lourenço Pereira da Costa, cuja gestão

---

pobreza a que se acham reduzidos" (§ 17). O §22 traz uma condenação velada dos países cujos habitantes buscam em "regiões estranhas e remotas, o mantimento preciso com irreparável detrimento das manufaturas, das lavouras, dos tráficos e do louvável e virtuoso trabalho da Agricultura". De conformidade com o propósito de sistematizar o cultivo dos abundantes recursos silvestres, estamos diante de uma concepção que tem muito de fisiocrata, em sua valorização da sedentarização e da renda obtida do trabalho da terra. Já se vê emergir aí um tema que vai marcar toda a história da discussão sobre as alternativas de desenvolvimento para a Amazônia: a oposição agricultura X extrativismo.

[62] Almeida nota que "até 1794 não circulava a moeda metálica em qualquer parte do Pará e Maranhão", sendo " a forma predominante de pagamento dos jornais aos índios [...] sempre mediante mercadorias, principalmente tecidos e ferramentas de trabalho" (Almeida 1997, 239 e 247).

[63] Somando essa situação à prática de pagamento de jornadas de trabalho com mercadorias, Almeida vê aí a origem do "sistema de barracão", marcado pela escravização por endividamento (Almeida 1997, 241).

[64] Nos tempos coloniais, o Ouvidor era das pessoas culturalmente mais ilustradas, cabendo a ele por dever de ofício a tarefa de fazer as correições anuais pelo território de sua Ouvidoria e fazer um relatório circunstanciado e geral de todas as ocorrências no âmbito da situação das populações e dos interesses específicos da Coroa: manufatura, agricultura e comércio. A relativa autonomia que possuía perante o governo e demais autoridades facultava-lhe o direito de denunciar o que quer fosse diretamente ao Reino (cf. comentários de João Renôr F. de Carvalho e Geraldo Sá Peixoto Pinheiro nos *Boletins de Pesquisa da CEDEAM*, v. 2, n°s 2 e 3, 1983).

decorreu de 1760 a 1767. Em sua *Memória sobre o Governo do Rio Negro*, de 1762, no item que trata do comércio e da estabilidade das vilas e lugares recém eretos, Costa - também Provedor da Fazenda Real - atribui a escassez de farinha na Capitania, por faltarem os índios, à negligência dos Diretores. Isso constituiria flagrante inobservância dos parágrafos 17, 22, 35, 39 e outros do *Diretório*[65]. O remédio consistiria, a seu ver, em observar a distribuição que ordena o *Diretório* – distribuição esta que, por suposto, não estaria sendo cumprida (Costa 1983a, 45-6).

Costa também observa, a respeito das determinações contidas no *Diretório* e nas leis de 1755, que muitas vezes não se faz a devida partição dos lucros entre os índios, que não se atenderia a distinção dos índios graduados com postos e que os principais indígenas não estariam sendo contemplados no governo das povoações, ficando este a cargo absoluto dos Diretores - o que seria "contra a pretendida civilidade dos principais [...] que vivem mui abatidos" (46). Censura as freqüentes mudanças de índios de uma povoação para as outras – "o que conduz pouco para a sua estabilidade" -, conservando-se numas índios fugidos de outras contra o espírito do § 75 do *Diretório*. Escolas, tão recomendadas nos §§ 7 e 8 do *Diretório*, não as há nas oito povoações do Solimões, sendo que as três que há no rio Negro estariam mal cuidadas e decadentes (48).

Pouco mais de uma década depois, em 1774-75, o novo Ouvidor e Intendente da Capitania, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, em viagem de "visita e correição das povoações da Capitania" com a finalidade precípua de "dar completa idéia do estado presente" da mesma, reafirma a preocupação dos colonizadores com o povoamento: "achando na sua correição alguns lugares despovoados, saberá porque se despovoaram e porque modo se poderão povoar". Reconhece ser "fato inegável que no tempo das missões havia maior número de índios do que agora". Atribui o decréscimo populacional às doenças, aos serviços obrigatórios em atividades militares, à exploração dos indígenas no trabalho extrativista, nos serviços públicos e para particulares – "feito por obediência, e não por gosto" –, e ao quadro mais amplo de aumento das obrigações indígenas e do trabalho compulsório – quadro este configurado com a criação da Capitania e o conseqüente aumento da demanda por obras públicas. Sugere, ademais,

[65] Pereira da Costa observa que: "13. Satisfeitas as concessões, que fazem os Senhores Governadores, de Indios a alguns moradores Brancos, costumam os Diretores [...] mandar na canoa do Negócio comum todos os Indios, que há na Povoação sem atenderem a cláusula final do § 49 do Diretório e a distribuição ordenada no § 63 em forma que sendo depois necessários alguns Indios para o Real Serviço se manda buscar às Feitorias do Negócio" (Costa 1983a, 45-6).

uma certa incúria da parte dos Diretores que, ao contrário dos missionários, não seguiriam com presteza os índios fugidos das povoações (Sampaio 1985).

Pouco mais de uma década depois de Sampaio, foi a vez de Alexandre Rodrigues Ferreira atravessar o rio Negro em sua *Viagem Filosófica* - formulada como projeto também no âmbito do interesse dominante e da política oficial em relação à Amazônia. Encarregado, entre outras coisas, de informar e, eventualmente, propor soluções para uma multiplicidade de temas de interesse político e administrativo, cumprindo a contragosto o papel de inspetor colonial que tem de dar conta do "estado presente dos estabelecimentos portugueses" na Capitania[66], Ferreira não poupa censuras à ação dos Diretores das freguesias do rio Negro e, mais amplamente, ao sistema de governo estabelecido pelo *Diretório*[67]. Sugere que os desmandos e as arbitrariedades dos Diretores seriam a regra. A pretexto do de Lamalonga, fala das "mãos absolutas" com as quais alguns administravam os índios: "tão absolutas que nas suas vilas e lugares, ou antes ducados, marquesados e condados livres dos diretores, os índios sofrem atados à fiel coluna do seu sofrimento" (Ferreira 1983, 94). Nesse mesmo contexto, emite uma opinião geral sobre os Diretores.

> Protesto, que o que vou a dizer é dito em geral; a minha intenção não é ferir alguém em particular. O diretor que é bom nos costumes, talvez não o é melhor na inteligência, e no manejo dos interesses da povoação. O que tem a esperteza de os manejar com vantagem, talvez não o é mais sizudo e composto nos costumes. Os poucos, que há, nos quais concorrem ambas as circunstâncias de inteligência e probidade, sim sabem o como e o quando os devem promover; porém toda a sua sabedoria não passa além de alguns bons desejos, que comumente expiram garrotados às mãos do receio e da desconfiança [Ferreira 1983, 93][68].

Ao falar do lugar de Moreira, Ferreira adverte que dos desmandos dos Diretores e do emprego da mão-de-obra indígena no Real Serviço, resulta que os índios ou bem "não podem acudir às ruínas das suas casas" (60), ou bem desertam ou morrem quando

---

[66] Para uma "descrição densa" do significado da "viagem" de Ferreira, ver Moreira Neto 1983.

[67] Nisso Ferreira segue Sampaio, fonte na qual baseia-se extensamente em todas as suas participações.

[68] Dos diretores no rio Negro, só louva os de Poaires e Moura: "cumpre com as suas obrigações, e como elle [de Poiares], e o da villa de Moura, não tem este rio outro algum Diretor" (Ferreira 1983, 479 e tb. 530-31). Classifica os Diretores, via de regra, como faltos de inteligência, incompetentes e desleixados. Do diretor de Airão, insinua que não seria competente para o cargo, tal o desleixo e o abandono em que se encontravam a povoação – com mato por roçar, sem olaria nem casa de canoas – e os moradores. "Falta-lhe o desembaraço preciso para se saber haver nas urgências da povoação, e ainda fora delas não tem a inteligência, que basta para um mediano maneio dos interesses dela" (561). Do de Carvoeiro, diz que "não mereceu de Deus o talento de discernir e muito menos o desembaraço de praticar o que pode ser útil à povoação". Todavia, lhe reserva amabilidades, pois se não faz bem à povoação, "porque o não alcança, também não lhe faz mal, que outros bem alcançam". Conta que "conserva os índios sem os desgostar, porque não procede com eles às absolutas, de que ordinariamente procede o seu desgosto, e nisto não deixa de fazer um serviço aceito" (499).

estão empregados nas expedições régias, para cujo serviço “são incessantemente distraídos”, sem que sejam “substituídos por outros novamente descidos” (63-4). Disso resulta um quadro geral de depopulação e “atrasamento” da agricultura, das manufaturas e do próprio comércio das drogas do sertão. Ao comentar a acelerada diminuição da povoação de Tomar, enumera novamente - “como os mais têm dito” - as razões para tal. Diz “o que sempre se disse[:] que os índios, depois de livres, ficaram nesta parte de pior condição que a que tinham quando escravos” (76); e responsabiliza os Diretores, pois se “o senhor na vida do escravo zelava o seu dinheiro; o diretor na vida do índio não zela interesse algum, que seja privativo mais desta do que daquela vida; se acaba, quem a perde é ele mesmo, não sua mulher e seus filhos, é Sua Majestade, é o público” (76).

O comentário da Almeida reforça essa imagem do Diretor como uma “figura intermediária” que

> coloca-se diante do produtor índio, distanciando-o gradativamente dos resultados finais de sua produção mediante expedientes que o poder de administrar previsto no *Diretório* permitia e que na solidão destes lugares extrapolavam, em termos de tirania, como o de dispor do tempo dos índios, reduzindo a dedicação destes às suas roças particulares e aumentando a que seria destinada aos “serviços do comum” e cujos resultados cabia aos mesmos “diretores” arbitrar [Almeida 1997, 241].

Da distribuição irregular e arbitrária dos indígenas entre as diversas frentes de trabalho, da exploração excessiva do seu trabalho e da falta de pagamento pelo mesmo, resulta um quadro geral de desamparo e abandono das povoações que, aos olhos, dos colonizadores, refletiria antes o caráter e a índole dos grupos humanos que constituíram o povoamento da Capitania. Compare-se, por exemplo, os diagnósticos contemporâneos sobre o povoamento da Capitania de Sampaio e de Ferreira.

> Povoou-se com os soldados que casaram com Índias; com as pessoas que se estabeleceram na ocasião da execução do Tratado de limites; e com outros que tinham ali ficado do tempo do comércio dos escravos Índios, então permitido, e depois justamente abolido. Mas que povoação é a desta Capitania, relativamente à sua extensão? [Sampaio 1984, 57]

> Despendeu-se o dinheiro, mas não se soube aplicá-lo, vieram homens, mas não trouxeram braços: outros sim tiveram braços, mas não tiveram cabeças. E que cabeças deviam trazer para o estado e para a capitania as diferentes levas que nela têm entrado? Como era possível ao soldado, ao marinheiro, ao degredado, que foram os que fizeram a maior parte dos colonizantes, entrarem no estado munidos dos conhecimentos precisos para o adiantamento da agricultura, das manufaturas, do comércio e da população, sendo gente esta, pelo instituto da sua vida, mais própria para destruir que para edificar! [Ferreira 1983, 501]

Note-se, em primeiro lugar, que os índios sequer são mencionados de modo explícito, pois, como observa Sampaio no mesmo contexto, eles não teriam “outra

capacidade senão para os trabalhos rústicos e corporais", sendo de todo inúteis as medidas previstas no *Diretório* para civilizá-los (Sampaio 1984, 46)[69]. Em segundo lugar, "a maior parte dos colonizantes" que veio se juntar aos "selvagens" seria "gente mais própria para destruir do que para edificar", de índole frouxa diante dos desafios postos pela povoação de uma Capitania tão extensa. Justapondo-se esse diagnóstico às observações detalhadas e qualificadas sobre os recursos naturais potencialmente cultiváveis em regime ordenado e sistemático, bem como sobre os processos efetivos de extração, percebe-se a configuração de um sistema ideacional que terá longa vida na explicação do relativo "atraso" amazônico: de um lado, um território extenso e opulento, e de outro, uma população inexpressiva, física e intelectualmente tíbia. O empreendimento colonial - pela via dos descimentos, das tropas de resgate e de guerra, e do próprio *Diretório* – é paulatinamente redimido da responsabilidade pela escassez de mão de obra e os grupos humanos nativos e mestiços da região passam a figurar como empecilhos e/ou entraves ao progresso da Capitania. Assim, a invisibilidade sociológica dos grupos sociais locais, a que nos referimos no final do Cap. 3, tem atrás de si uma longa história colonial.

Expressão da preocupação dos colonizadores com o povoamento e a distribuição mais adequada da força de trabalho indígena, da qual dependiam extensamente, são as iniciativas de recensear a população indígena, não indígena e escrava da Capitania, e as notícias reiteradas sobre a composição étnica diversificada dos lugares e vilas do médio e baixo rio Negro – via de regra, acompanhadas de medidas propostas para repovoar a Capitania.

Já em 1763, preocupado com a falta de índios, o Ouvidor Lourenço Pereira da Costa apresentou um *Mapa Geral dos Índios da Capitania do Rio Negro*, totalizando 4.761 índios - entre pagãos, velhos, rapazes, oficiais, índios de serviço e índias (sendo estas duas últimas categorias censitárias as mais numerosas) - em 18 localidades recenseadas nos rios Solimões, Madeira e Negro. Mais de 50% do total, 2.423 índios

---

[69] Sampaio era um crítico acerbo das medidas de civilização dos indígenas contidas no *Diretório*, em virtude da sua concepção sobre a natureza dos ameríndios. Apoiando-se em Montesquieu, define as nações da América como "selvagens". A "causa da inutilidade dos esforços de os civilizar" seria que "os extremos de um selvagem a um civilizado são de dificultosa união" (Sampaio 1984, 50). Daí resulta a sua crítica à recomendação do matrimônio entre brancos e índios como meio de civilizar estes, bem como às escolas, propostas pelo *Diretório* como "origem de um ponto de civilidade de índios" (46). Para Sampaio, dever-se-ia "povoar a América com famílias européias em Colônias separadas dos Índios" (50). Donde a sua recomendação de reduzir as oito vilas da Capitania a três, habitadas principalmente por brancos, cujo povoamento deveria ser fortalecido pelo envio de 90 famílias do Reino ou das ilhas – 30 para cada uma das três vilas nomeadas – como medida "essencial" (55-7).

estariam nas sete localidades do médio e baixo rio Negro – Airão, Moura, Carvoeiro, Poiares, Barcelos, Tomar e Moreira -, três das quais apresentariam o maior número de índios de todo o recenseamento: Poiares, Barcelos e Moura.

Pouco mais de uma década depois, foi a vez do Ouvidor Ribeiro de Sampaio elaborar o seu *Mapa dos Índios, Fogos e de todas as mais Circunstâncias que a respeito de cada Vila e Lugar de Índios na Capitania do Rio Negro observou o Intendente*, mais abrangente que o de Costa, totalizando 10.620 indígenas aldeados nos 40 lugares e vilas recenseados, incluindo os do alto rio Negro. Desse total, 3.918, i. é 36.9%, estariam no médio e baixo rio Negro, incluindo as duas maiores concentrações, Moura e Barcelos.

Em 1781, o Capitão Geral e Governador João Pereira Caldas, por determinação do Ministro do Reino, Martinho de Mello e Castro, realizou um recenseamento "das famílias, *que a exceção das dos Índios* aldeados em cada freguesia do mesmo estado se achavam existindo" (Caldas 1983, 67; ênfases no original)[70]. Segundo o recenseamento de Caldas, a população não indígena da Capitania no último quarto do século XVIII residente nas 23 freguesias recenseadas – as vilas e os lugares estabelecidos ao tempo da reforma pombalina – somava 1.476 habitantes em 243 famílias[71]. Destas 120 - 49,4% - e daqueles 848 - 57,5% - residiam nas nove povoações do médio e baixo rio Negro. Interpretando os dados, João Renôr Ferreira de Carvalho destaca as seis povoações de brancos de maior densidade – i. é, nº de habitantes por famílias, segundo o seu critério -, quatro das quais rionegrinas: Barcelos, Moura, Poiares e Moreira.

Poucos anos depois, Alexandre Rodrigues Ferreira apresenta o seu *Mapa de todos os habitantes que existem nas diferentes freguesias e povoações do rio Negro*, um resumo do número e da composição da população da bacia. Ele mostra a região do médio e baixo rio Negro concentrando a quase totalidade das pessoas livres e dos escravos, e 61,7 % dos índios reunidos sob a administração colonial na bacia. Cotejando os seus dados com os anteriores, como na Tabela 5 a seguir, duas coisas ficam evidentes: primeiro, que a região do médio e baixo rio Negro era demograficamente expressiva relativamente às outras, como seria de se esperar do pólo de articulação

[70] Na carta enviada de Barcelos encaminhando o censo ao Ministro, Caldas menciona ter enviado também um "mapa de todos os índios aldeados". Este documento não foi encontrado nas pesquisas da equipe da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia (CEDEAM) no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Almeida, todavia, cita entre as fontes manuscritas a que teve acesso no AHU: "Cx. 2, doc. 30 - Mapa contendo informações sobre índios aldeados discriminados por sexo e idade, atividades econômicas, rendimentos e respectivas povoações das capitanias do Rio Negro e Pará, assinado por J. Pereira Caldas, ano de 1778" (Almeida 1997, 356). Entretanto, não disponibiliza os dados deste mapa.

política e irradiação de poder da Capitania; e segundo, o significativo contraste entre o número de indígenas aldeados e o reduzido total de brancos fixados na mesma região, indicando como a população minoritária, porém, dominante de brancos era absolutamente dependente do trabalho dos índios.

[71] Só aparece população residente nas vilas e lugares. O censo não abrange os habitantes que viviam fora das povoações e os agrupamentos indígenas dispersos, por onde se distribuía o restante da população.

Tabela 5

Comparação dos Recenseamentos do Baixo Rio Negro na Segunda Metade do Século XVIII

Fontes	Lourenço Pereira da Costa [1763]		Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio [1775]		João Pereira Caldas [1781]		Alexandre Rodrigues Ferreira [1786]		
Categorias censitárias aproximadas	Índios	Brancos	"Todos os Índios e Índias"	Brancos	Índios	"Total de membros das famílias" (não índias)	Índios	Pessoas livres	Escravos
Localidades (Vilas e Lugares):									
Lamalonga			255*			12	199	9	
Thomar	208		579			73	565	79	4
Moreira	191		276			94	226	63	29
Barcelos	579*		724			303	756	227	114
Poiares	674		508			102	366	28	65
Carvoeiro	183*		323			74	279	66	
Moura	461		858			106	812	67	19
Airão	127		175*			11	105	19	2
Fortaleza da Barra			220			73	246	47	10
Total parcial para o médio e baixo rio Negro	2.423		3.918			848	3.554	605	243
Total Geral dos Recenseamentos	4.761		10.620			1.476	5.760	635	246

(*) Em virtude de diferença real na somatória nos documentos originais, indicamos onde podem ter ocorrido lapsos.

Além disso, é difícil dizer mais, pois, como observa a historiadora Patrícia Sampaio, o uso e o tratamento dos dados censitários do chamado período proto-estatístico impõem inúmeras dificuldades: técnicas deficientes de coleta, alterações nas categorias censitárias entre um recenseamento e outro, alcance diferencial dos levantamentos, etc. (Sampaio 1997, 25 e ss.). Se essas considerações valem para o século XIX, foco do trabalho de Sampaio, tanto mais para o período anterior que estamos enfocando aqui. Trata-se, todavia, de uma região marcadamente indígena, o que é confirmado, por sua vez, pelas observações referentes à composição étnica dos lugares e vilas, até praticamente meados do século XIX.

No que concerne a área que nos interessa mais de perto, o Pe. José Monteiro de Noronha, Vigário Geral da Capitania, de cujos descimentos violentos se queixava o Ouvidor Pereira da Costa, esteve no rio Negro em 1768 e menciona a extinção total da nação Tarumã (Noronha 1862, 61), no que é seguido por Alexandre Rodrigues Ferreira duas décadas depois (Ferreira 1983, 562)[72]. Noronha (1862, 61) menciona Airão, antiga missão de Santo Elias do Jaú, como povoado só do gentio Aroaqui. Ferreira menciona estes, os Manao – que, pelas razões já expostas, deveriam ser o segmento dominante -, os Baré e os Tucum (1983, 562). Noronha (1862, 62) observa que os rios Jaú e Unini foram outrora habitados de numerosos gentios, todavia só se achando neles alguns índios fugidos. Ferreira, não obstante, refere-se aos Mura que teriam desalojado os gentios habitantes do rio Unini. Por este rio os Mura passavam para - e investiam contra - as povoações do rio Negro. Assim fizeram nas imediações de Airão - matando um dos principais indígenas deste lugar -, em Moura e em Carvoeiro – chegando aí pelos igarapés que ligavam o Unini ao Caurés. Entretanto, Ferreira acompanha Noronha concluindo pela presença apenas de índios fugidos no Unini (Ferreira 1983, 557). Alude também a quatro descimentos para Airão entre 1774 e 1786, indicando a continuidade dessa prática e como ela era rotineira[73]. Sampaio (1985) já havia se referido a um descimento de índios Tacu (Tucuns) para Airão, poucos anos antes. A partir de correspondência mantida entre o vigário do lugar de Airão, Frei José da Conceição, e o Governador da Capitania, João Pereira Caldas, reproduzida por Ferreira (1983, 564-

[72] Essas menções à extinção dos Tarumãs devem ser entendidas como referidas à região do baixo rio Negro. Há indicações de que um segmento Tarumã teria subido o rio Branco, dali passando para a Guiana onde teria persistido por mais algum tempo.

[73] Dois descimentos teriam sido feitos pelo cabo da canoa de Airão, um dos dois moradores brancos do lugar, somando ambos 187 “almas da nação Aroaqui”; um pelo outro morador branco do lugar, somando

572), fica-se sabendo do desejo de - e efetivo - estabelecimento de índios Mura de diversas povoações do rio no lugar de Airão, bem como de uma investida de índios Juma contra os Mura ali aldeados, tendo os agressores vindo pelo rio Unini[74].

Tabela 6

DIVERSIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO ÉTNICA DOS LUGARES E VILAS DO MÉDIO E BAIXO RIO NEGRO			
Fontes **Lugares e Vilas**	José Monteiro de Noronha [**1768**]	Alexandre Rodrigues Ferreira [**1787**]	Lourenço da Silva Araújo e Amazonas [**1840**]
Lamalonga	Manao, Baré e Baniba	Manao	Baniba, Baré e Manao
Thomar	Manao, Baré, Uayuaná e Passé	Manao, Baré, Passé, Uajuaná e Guirina	Baré, Manao, Passé e Ajuana
Moreira	Manao e Baré	Manao, Baré, Carajahis**, Japiúna, Baniúa, Jaruma	Baré e Manao
Barcelos	Manao, Baré e Bayanaí	Manao, Baré e Baniba	Baiana, Baré, Manao, Passé e Uariquena
Poiares	Manao, Baré e Passé	Manao e Baré	Baré, Manao e Passé
Carvoeiro	Manao, Parauaána* e Uaranacuácéna	Manao, Baré, Peralvilhano*, Umaiuna, Taranana, Canauricena, Aranacuacena e Yuma	Manao, Paraviana*, Uaranacoacena, Caburicena e Carahiahi**
Moura	Manao, Cayrai**, Cóeoana e Iuma	Manao, Baré, Carajas**, Cueuana, Baniba e Yuma	Cariás**, Coeuana, Juma e Manao
Airão	Aroaqui	Aroaqui, Manao, Baré e Tucuns	Aroaqui, Manao, Tacu e Tarumã

Obs.: Conquanto, não haja uniformidade na grafia dos nomes dos grupos indígenas, se pode reconhecer facilmente as semelhanças mais evidentes. As menos evidentes são sinalizadas pelos asteriscos (*), que indicam tratar-se do mesmo grupo.

A confiar nas informações de Noronha e Ferreira, e nos dados dos "mapas" de Costa e Sampaio – que indicam a existência de principais, capitães-mores, sargentos-mores, capitães, ajudantes e alferes indígenas em algumas povoações –, supõe-se que ainda seria possível discernir na paisagem destas os distintos grupo étnicos ali reunidos. Poder-se-ia admitir, portanto, a existência de padrões de interação a assegurar a manutenção de fronteiras étnicas socialmente efetivas entre os grupos – pelo menos, aos olhos dos colonizadores. Tanto assim que estes podiam selar alianças políticas com os diversos segmentos nativos escolhendo "principais" e demais patentes – terceira e

30 almas; e um pelo principal indígena que depois foi morto pelos Mura, somando "trinta e tantas almas" - os dois últimos descimentos sem especificação de procedência étnica das "almas" (Ferreira 1983, 562).

[74] Nimuendajú cartografa essas informações indicando a presença dos Mura em 1768 no interflúvio Negro Solimões, na região das cabeceiras dos rios Unini, Jaú, Badajós e Manacapuru, e em 1786 ao longo de toda a margem direita do baixo rio Negro, da foz do Cuiuni ao sul das Anavilhanas (IBGE 1981).

última dimensão enfocada por Almeida ao questionar “a realidade das normas” (Almeida 1997, cap. 6).

Almeida interpreta a concessão de patentes a nativos – do mesmo modo que as cartas de fundação de aldeias - como “cerimoniais de estabelecimento de aliança política” nos quais tanto estaria implícito “o reconhecimento dos índios como representantes de povos distintos, identificados com base nos mesmos aspectos com que se definiam as nações européias”, quanto se expressaria a convicção sobre a possibilidade de transformá-los em civilizados (Almeida 1997, 250-1). Ela observa que “a formação de governos coloniais com lideranças nativas contou com modelos e conceitos de poder que haviam embasado a formação do Estado monárquico em Portugal” (255). De novo, a paisagem autóctone filtrada e formatada a partir da experiência histórica própria do colonizador.

Não obstante, como notamos na *Memória* do Ouvidor Costa, nem sempre essa determinação era cumprida. O Ouvidor Sampaio, por sua vez, pelas razões já apontadas, era especialmente crítico face a essa prática: “De que servem Vilas de Índios, aonde é preciso fazer juiz a um índio ignorante, outro, Vereador etc? Isto de nada serve ao Bem Comum. Causa mil embaraços, mil disputas, queixas, etc...” (Sampaio 1984b, 51). Como um complicador dessa situação, “já em si suficientemente complexa”, Moreira Neto adverte que interesses territoriais de vários países ou possessões operavam ao mesmo tempo nessas áreas de fronteiras móveis e mal definidas, “todos tentando manipular o índio ou infundir-lhe apressados sentimentos de identificação política, de cidadania e de orgulho nacional” (Moreira Neto 1988, 81).

É difícil dizer como os próprios nativos perceberam as mudanças pelas quais estavam atravessando com a secularização das missões e a instituição do *Diretório* e medidas correlatas. Há registro de uma revolta Manao em 1757, o mesmo ano em que Mendonça Furtado elaborou o *Diretório*, descrita circunstanciadamente por Sampaio (1985) e resumida por Ferreira (1983, 55-7). A altercação teria começado quando o missionário de São José do Dari afastou um índio de uma concubina que este tinha em sua companhia. Escandalizado com o fato, o índio teria premeditado o assassinato do religioso em conluio com outros. Sweet observa que muitos dos assassínios de missionários deviam-se ou a excessos na exploração da força de trabalho indígena ou à interferência demasiado zelosa nos costumes nativos – ainda que, via de regra, fossem vistos como martírios e justificativas para deflagrar “guerras justas”, como foi feito no caso da insurreição localizada em Dari (Sweet 1974, 654-55). Sampaio, por sua vez,

conta que os habitantes do rio Negro nutriam uma crença messiânica de que Ajuricaba ainda estaria vivo e retornaria algum dia para liderá-los contra os portugueses intrusos.

Embora suscitasse rupturas, o *Diretório* e a legislação correlata contemporânea, como observa Almeida, continuaram e consolidaram as ações colonizadoras anteriores, de que os descimentos, resgates e guerras justas são expedientes significativos. Ao contrário da legislação que o antecedeu, que regulava as condições em que se fazia legítima a escravização dos índios, a legislação do *Diretório* se propunha a regular as condições em que se fazia legítima a liberdade dos índios. A inversão do sinal não alterou o caráter da experiência colonial face aos índios e deu margem à continuidade de práticas escravistas, fazendo com que o *Diretório* não passasse, nos termos de Almeida, de "um discurso reformador em um ambiente escravista" (1997, 244).

Para Moreira Neto, o clima de instabilidade, precariedade e decadência material e humana que emana dos relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira – e, antes dele, Costa, Noronha, Sampaio, Caldas e outros - no último quarto do século XVIII, é "parte e resultante necessária do largo processo de espoliação" constituído pela continuidade das práticas de descimento de cativos indígenas (Moreira Neto 1983, 16-17)[75]. De acordo com ele, estamos diante de uma "forma peculiar de colonização que, longe de acrescentar novos contingentes humanos à área, sangrava-a ininterruptamente em suas populações indígenas" (17)[76]. Por conseguinte a expressão "rio da fome" seria não tanto uma imagem poética para referir-se à sua fragilidade ambiental objetiva, quanto uma representação colonial das condições sociais deletérias produzidas pelo impacto mesmo da colonização primeva - cujo registro, este sim, entrou para a história.

Ainda segundo Moreira Neto, esse seria "um caráter distintivo e permanente do processo histórico de exploração do rio Negro". Esse estado de coisas, observam o mesmo autor (Moreira Neto 1983, 17) e Arnaud (1984, 84), teria prosseguido sem

---

[75] Considerando a confusão, a que já aludimos, entre descimentos e resgates, muito provavelmente Moreira Neto está se referindo a ambos ao usar a primeira categoria. Alexandre Rodrigues Ferreira assinala, como observador da época, que um dos motivos para as povoações minguarem foi a interrupção dos descimentos "à proporção que se multiplicaram as expedições [de resgate]" (Ferreira 1983, 75).

[76] Sweet é da opinião, todavia, que o impacto demográfico das expedições escravagistas, tanto de resgate quanto punitivas, principalmente as que ocorreram na segunda metade do século XVII e início do XVIII, deve ser relativizado. De acordo com ele, nas condições da floresta amazônica, num combate colonial entre, por um lado, forças de ataque lusitanas com índios aliados, pequenas e inadequadamente supridas, e por outro, grandes grupos indígenas em defesa do seu território, que podiam facilmente recuar para abrigos temporários no interior da floresta, dificilmente um massacre total ou raptos contribuiriam significativamente para a redução da população indígena (Sweet 1974, 298).

mudanças significativas até meados do século XIX. Isso porque, no conceito de Moreira Neto, o que se seguiu à queda de Pombal e ao *Diretório* foi pior.

Com a finalidade de acabar com o estado de coisas gerado pelo *Diretório*, objeto de severas críticas de parte a parte, a Carta Régia de 12 de maio de 1798 aboliu-o, extinguindo todos os seus dispositivos. Restituiu-se aos índios os seus direitos de igualdade com os demais vassalos e se proibiu os descimentos e as guerras injuriosas e ofensivas contra os indígenas – embora se tenha permitido adotar um sistema "defensivo" que, segundo Moreira Neto, significava precisamente o mesmo. Determinou-se a venda dos bens coletivos das aldeias indígenas e o recolhimento do seu resultado à Fazenda Provincial. A exploração de quaisquer recursos naturais nas aldeias indígenas e a sua ocupação por lavradores brancos são liberadas, bem como o comércio com os índios, que é aberto a todos – proibindo-se, todavia, a introdução entre eles de armas brancas, de fogo e tudo mais que pudesse dar-lhes ocasião de atentarem contra os seus "benfeitores". Índios que não possuíssem estabelecimento próprio e não tivessem ocupação fixa seriam compelidos ao trabalho público ou particular (Moreira Neto 1988, 30 e ss.).

Assim sendo, nota Moreira Neto, as instruções da Carta Régia de 1798 dirigiam-se a alguns objetivos concretos, tais como - mais uma vez - organizar e regulamentar as relações de trabalho entre índios e civilizados. Ela produziu resultados desastrosos, como a virtual liquidação do patrimônio construído com o trabalho indígena e um relativo retorno à situação anterior às reformas pombalinas a partir do início do século XIX, pois guerras justas e escravizações voltaram a ser determinadas pela Coroa contra os índios hostis.

4.2.4. Da Cabanagem à borracha: um hiato sociocultural.

Silva observa que a "região" amazônica - de fronteiras móveis e mal definidas, em que, como vimos, operavam interesses territoriais de vários países e possessões - já havia sido enlaçada pelos "processos de globalização originários" antes mesmo das sociedades nacionais sul-americanas terem se constituído como unidades territoriais e políticas autônomas. Esses processos "retiraram-lhe a inocência e lançaram-lhe no jogo das forças internacionais do mercantilismo, do absolutismo monárquico, do absolutismo ilustrado, da acumulação originária, da Razão, ..." (Silva 1994, 4). Enfocando o Brasil, ela adverte:

Quando a sociedade nacional alcançou a Amazônia, em 1823, a região já estava

> articulada [...] em mais um momento do processo de globalização econômica, política e cultural. O mercado capitalista em expansão, sob a supremacia inglesa, já criara laços comerciais entre os produtores da Amazônia e a burguesia capitalista, *subvertendo o exclusivo metropolitano*, que, na prática, ainda era exercido [Silva 1994, 12; ênfase no original].

Pode-se dizer que a configuração da "questão Amazônica" é contemporânea da constituição das sociedades políticas independentes na América do Sul. Conforme a interpretação proposta pela autora, a "Amazônia brasileira", que nascera com a independência, já se encontrava fraturada por movimentos de continuidade e ruptura com a "Amazônia portuguesa", aí incluídos: a emergência de grupos de interesse autônomos face aos desígnios do poder colonial e a resultante efervescência política que opôs a elite colonial e a elite regional emergente (12-13). Para a autora, este seria mais um sinal evidente de que as projeções das contradições econômicas e políticas do mundo em conflito na Amazônia, ao combinarem-se com as ações internas, teriam fundado várias questões: por um lado, como já vimos, as questões indígena, agrária e do modelo de desenvolvimento econômico - agricultura ou extrativismo -; e por outro, o confronto entre região e nação, e a questão da organização política – que veremos agora.

O modo irreversível como os espaços e as temporalidades das relações globais constituíram-se na Amazônia, explicaria, para a autora, "o fiasco da nação" nessa região - ou melhor, a incapacidade do Estado nacional recém instituído dar conta das relações e estruturas já estabelecidas ali: a herança colonial mercantil, racista e escravista; a acentuada desigualdade entre os grupos sociais; a estrutura de elites predominantemente estrangeiras rigidamente hierarquizada; etc. (14). Silva sugere-nos, assim, que os grandes lineamentos da "questão Amazônica" podem ser compreendidos como "ecos" dos desafios postos pelo modo de inserção originário dessa área de limites imprecisos na ordem internacional do capitalismo nascente.

A adesão ambivalente da Comarca do Rio Negro à independência, as demandas autonomistas que se seguiram a esta naquela Comarca e a Cabanagem são expressões dos conflitos ligados à configuração da sociedade política nacional na região. Dada a continuidade geral dos interesses coloniais no Brasil após a independência, Moreira Neto observa que esta manteve intocadas as bases do sistema e a composição do poder na Amazônia, mais português que brasileiro (Moreira Neto 1988, 62). Segundo ele, "a independência do Brasil foi um evento relativamente tardio na Amazônia, não produzindo aí transformações significativas na organização econômica e social", que não a exacerbação dos antagonismos e choques entre facções políticas dominantes (78)

– expressão da proximidade da herança do passado colonial como sistema ordenador da vida econômica e social da Amazônia (74).

Reis nos oferece um quadro que dá suporte à interpretação de Moreira Neto. Os momentos que antecederam a proclamação da independência não registraram no Estado do Grão Pará e Maranhão manifestações públicas contrárias ao domínio português, pois o estado era um forte reduto lusófilo e tendia a esmagar qualquer atitude nativista. Ao contrário, há mesmo registros de interceptação de correspondência independentista e de obstáculos interpostos à viagem de agentes da propaganda separatista à Comarca do Rio Negro. Reis sugere que as autoridades do Pará receavam perder o domínio sobre aquela parte da Amazônia ocidental, que desde fins do século XVIII, sob o governo de Lobo D'Almada, acalentava idéias autonomistas (Reis 1931, 147). Tudo se passa como se a pertença à nova sociedade política não tivesse sido pacífica; no mínimo, indiferente.

Todavia, a divisão político-administrativa - o ordenamento político e territorial - que se seguiu à independência frustrou as aspirações de independência e autonomia que dominavam a Comarca do Rio Negro, criada ainda por D. José I. Embora a Constituição de 1824 dispusesse clara e textualmente em seu Art 2º que o Império ficava dividido nas províncias existentes, a do Rio Negro incluída, o governo não a incluiu ao estabelecer o número de deputados para o parlamento e nomear os presidentes para as províncias, considerando-a tacitamente uma dependência do Pará (Reis 1931, 149). A Comarca permaneceu na condição de subalterna ao Pará. Isso se acentuou com a promulgação pela Regência, em 1832, do Código do Processo Criminal, com o propósito de unificar a esparsa e disforme legislação do Império. O governo do Pará apressou-se em executar o Novo Código pelo ato de 25 de junho de 1833, dividindo o território da província em três comarcas, a do Alto Amazonas vindo substituir a do Rio Negro. A população de Manaus, que "vivia dominada da idéia autonomista", levantou-se "em protesto contra a medida, que vinha contribuir para aumentar a penúria que atravessava a comarca" (161).

Para Moreira Neto, as tensões nativistas que resultaram na "explosão de 1832" – termos de Reis (1931, 177) – "são um ensaio da Cabanagem" (Moreira Neto 1988, 62). Reis observa em nota de rodapé que "a rebeldia que ensangüentou a Amazônia sob o nome de Cabanagem não foi devidamente estudada em suas causas políticas e sociais" (Reis 1931, 163). Moreira Neto, anos depois, advertiu que para sua "correta inteligência seria indispensável um trabalho sistemático" em vários arquivos "para reconstituir as origens e tendências étnicas sociais e ideológicas da rebelião" (Moreira Neto 1988, 61). Leonardi observa contemporaneamente que "a história da Cabanagem continua sendo

pouco conhecida", principalmente o seu desenrolar na área que hoje corresponde ao estado do Amazonas (1999, 97).

Rebelião, "revolta popular" (Pinheiro 1993-94), "revolução popular" (Di Paolo 1985), "movimento insurrecional de massas" (Moreira Neto 1988, 77), "povo no poder" (Chiavenato 1984), "guerra insurrecional" (Reis 1965) ou mero "motim político" (Raiol 1979), as imagens e representações dominantes da Cabanagem enfatizam o caráter heróico do movimento. Para alguns intérpretes "o mito da rebelião que poderia ter tornado o Pará independente" tem tolhido o tão reivindicado entendimento adequado do fenômeno (Cleary 2001). Geralmente se lhe atribui um fundo nativista, embora este pareça ter sido apenas um "pretexto para arrastar as massas" (Reis 1931, 163), numa circunstância de conflito entre facções da elite regional, em que uma delas decidiu "armar o povão" (Cleary 2001).

As causas indiretas e as raízes profundas da Cabanagem são múltiplas. Por um lado, a história social e econômica da região desde o *Diretório*, que venho de sintetizar, e a situação de tensão racial, exclusão econômica e animosidade contra os portugueses, a que conduziu. Por outro, a já mencionada fragilidade da integração da Amazônia ao Império, que não foi privilégio da região, como denota a série de episódios da história regencial do Império, "resultante do desassossego que caracterizou aquela fase da nossa evolução" (Reis 1931, 163): a Sabinagem, na Bahia (1831-1837), a guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835-1845), a Balaiada, no Maranhão (1838-1841), e o movimento homônimo que eclodiu em 1832 no interior das províncias de Pernambuco e Alagoas – a Cabanada, ou guerra dos cabanos. Todos esses "movimentos" forçam-nos a repensar o concepção oficial da formação do Estado nacional brasileiro como um processo lento, gradual e pacífico (Mateos 2001).

Tendo os cabanos tomado Belém em janeiro de 1835 e instituído o seu governo, a Comarca do Alto Amazonas se manifestou em princípio pela facção "legalista". Tanto é assim que "o primeiro contato dos amazonenses com os cabanos" – nos termos de Reis (1931, 165) – foi por meio de uma ofensiva anticabana liderada por Ambrósio Ayres. Tendo partido de Tomar, no rio Negro, e se apresentado com 77 guardas nacionais à vila de Mariuá, Bararoá - como Ayres ficou conhecido, em virtude do seu lugar de origem - reuniu gente no rio Negro em dois barcos e se dirigiu a Icuipiranga, perto do Tapajós, onde, em fins 1835, bateu os cabanos "sem dó nem piedade" (idem). Até então, "continuava o período da defensiva" e " a comarca não conhecia ainda os horrores da guerra civil" (166). Não obstante, recobrados de Icuipiranga, os cabanos

tomaram Manaus, sem resistência, em março de 1836, de onde derramaram-se pelo Solimões, até Tabatinga, e pelo Negro. Segundo Reis, "Mariuá e os seus termos não tiveram elementos para impedir o avanço impetuoso dos rebeldes". "Consta da tradição" que Bararoá teria esboçado uma reação no rio Negro, mas teria sido derrotado em Santa Izabel, refugiando-se nas matas. Assim, os cabanos, "com pouco derramamento de sangue", teriam se assenhoreado da Comarca do Alto Amazonas, que durante seis meses viveu sem relações com a capital paraense. As vilas teriam reconhecido "o chefe supremo" do movimento, Eduardo Angelim, como presidente interino da província, tendo se recusado a acatar as ordens do presidente enviado a Belém pela Regência. Reis observa que "os cabanos, justiça se lhes faça, contrariando o quanto se dizia deles, governaram com lisura" (1931, 168).

A reação estourou na Comarca no início de agosto de 1836 a partir de Tefé.

> Mariuá levantou-se chamando às armas o município a 29. [...] Seguiu-se Manaus, na madrugada de 31. [...] O capitão Miguel Nunes Benfica destroçou os cabanos em Tauapessassú. [...] Bararoá, reorganizando a sua coluna, com duzentos homens levou-os de vencida em Moura, descendo rumo ao baixo Amazonas [Reis 1931, 169-70][77].

Assim a ofensiva anticabana desceu o Negro e "os últimos meses correram calmos em Manaus, no rio Negro e no Solimões" (170). Todavia, a extensão e dureza das ações de extermínio contra os combatentes cabanos e suas comunidades, por um lado, e a difusa resistência de guerrilha cabana que se seguiu às derrotas localizadas e à rendição formal, por outro, acentuaram as tendências de depopulação e simplificação da economia da Comarca.

Consta que, à medida que iam sendo batidos, os cabanos espalhavam-se, "auxiliados aqui e ali pelos índios e caboclos, varando furos, pilhando sítios, matando, roubando" (171).

> Aos bandos, alguns de muitas centenas, prosseguiram nas depredações, nos assassínios, perdendo aos poucos a cor partidária que os distinguia. Verdadeiras hordas de criminosos, que causavam pavor às populações. Ousadíssimos, não recearam tentar assaltos a Serpa, Silves e Mariuá, cujos habitantes e guarnição, por isso, se viram obrigados a permanecer na defensiva descurando os trabalhos agrícolas e outros misteres [172; ênfase minha].

A menção de Reis à cumplicidade de índios e caboclos para com os cabanos aponta para a composição e a tendência étnicas do movimento, pelo menos tal como os

[77] São desse período, o segundo quarto do século XIX, as primeiras referências ao lugar chamado Tauapessassú, sítio do qual se originou a cidade de Novo Airão.

colonizadores o viam. Moreira Neto refere-se aos relatórios do brigadeiro Francisco Soares d'Andréa, português, um dos presidentes da Província do Pará a combater os cabanos, para revelar a visão radicalmente maniqueísta que as elites tinham do universo social amazônico à época da Cabanagem.

> uma classe dominante [...] minoritária e *branca*, racial e culturalmente diversa das demais categorias, ameaçada por uma conspiração geral das *gentes de cor* [- uma] massa nativa incapaz de civilização e certamente não confiável como portadora de armas [Moreira Neto 1988, 64; ênfases no original].

Isso nos permite entender as circunstâncias objetivas e o clima psicológico que determinaram "o caráter de guerra colonial" que tomou a operação policial e militar de repressão à Cabanagem: "uma cruzada civilizatória de forças coloniais, nacionais e estrangeiras, contra os nativos rebeldes" (76). Esse caráter verificar-se-ia também na "exploração explícita das diferenças étnico-raciais que opunham colonizadores e colonizados" (76). A polarização étnico-racial não ter-se-ia limitado à relação entre os personagens do movimento e os de sua repressão, mas verificou-se até mesmo entre os cabanos. As tentativas de radicalização do movimento por parte de lideranças caboclas, tapuias, mestiças e negras encontraram radical oposição de Eduardo Angelim e outros líderes brancos, "acomodados ou prósperos proprietários rurais [que] não pretendiam alterar substancialmente a prática do direito patrimonial" - o que incluía terras, escravos negros e a "liberdade tradicional" de usar os serviços de índios e tapuios (74).

Como observa Leonardi, a repressão foi muito intensa sobre a população negra, mestiça – tapuios e/ou caboclos - e indígena – especialmente, os grupos que apoiaram explicitamente a Cabanagem, como os Mura e Maué. Tivessem ou não participado de ações armadas durante a revolta cabana, os Mura, tapuios, negros e mestiços em geral eram vistos como "inimigos em potencial" pelos encarregados da repressão pós-Cabanagem. Estima-se que a revolta e a repressão que a sucedeu tenham deixado um saldo de cerca de 40 mil mortos em toda a Amazônia (Leonardi 1999, 92 e ss.).

A repressão foi guiada pelos dispositivos contidos nas *Instruções gerais para os Comandantes Militares da Província do Pará* e nas *Instruções para a organização dos Corpos de Trabalhadores*, editadas em 1839 como anexos ao relatório do Presidente da Província do Pará, Francisco Soares d'Andréa. Com os Corpos de Trabalhadores Andréa promoveu a reintrodução da antiga prática de reunião e repartição compulsória de índios e tapuios, que se conservou e se estendeu segundo Império adentro, nos

governos das províncias do Pará e, depois, do Amazonas[78]. Assim, enquanto intervia discricionariamente em todos os aspectos da vida da província por meio dos comandos militares, que extinguiam indistintamente os focos rebeldes e os descontentes – além de povos indígenas alheios às lutas ou que até colaboravam com os legalistas –, ele iniciava a formação dos Corpos de Trabalhadores nos moldes da reforma de 1798.

> Através da ação conjunta dos comandos militares e das milícias são recrutados os índios, negros, *tapuios* e mestiços, especialmente os sem-terra, deslocados ou que não trabalhem para patrão conhecido (são quase todos, após anos de tensões, fuga e luta armada). A massa nativa assim organizada, recrutada e disciplinada sob rígido regulamento militar, representava toda a força de trabalho disponível da Amazônia, que seria canalizada para as obras e atividades prioritárias do Estado e particulares [Moreira Neto 1988, 72].

O estado de permanente vigilância e cautela defensiva em que permaneceram as povoações durante esse período, em virtude tanto das razias promovidas pelos cabanos, quanto das violentas ações de repressão a estes, deixa entrever - na citação supra de Reis - alguns efeitos locais de toda essa ventura belicosa nas povoações do rio Negro: a negligência para com os trabalhos agrícolas e o comprometimento de outros misteres. Sobre a condição geral da Comarca do Alto Amazonas finda a luta, Reis afirma que "arrastava-se em penúria. Toda a atividade agrícola desaparecera. A população diminuíra consideravelmente [e na] administração pública a balbúrdia não era menor" (Reis 1931, 173). Quanto ao rio Negro especificamente, "de Airão para cima, completa a desolação. Todos os povoados ali em véspera de desaparecimento" – quadro distinto de outras regiões da Comarca, que segundo Reis teriam experimentado algum "progresso, sensível diante do quadro desolador que oferecia" (175).

Este é o quadro delineado a partir do testemunho de observadores de época, que também teceram críticas severas aos recrutamentos violentos e indiscriminados.

O coronel reformado e brigadeiro honorário João Henrique de Matos, que esteve à frente do comando militar da Comarca entre janeiro de 1847 e abril de 1848, escreveu um *Relatório do estado de decadência* em que se achava a mesma, quando de seu exercício como comissário de inspeção e exame dos pontos contestados da fronteira norte pelo governo inglês da Guiana. Nele reclama do governo os recursos para reerguer

---

[78] A instituição dos Corpos de Trabalhadores destinava-se a recrutar a massa servil de "Índios, Mestiços e Pretos, que não fossem escravos e não tivessem propriedades, ou estabelecimentos a que se aplicassem constantemente, encaminhando-os ao serviço da lavoura, do comércio e d'obras públicas" – segundo o texto da lei de criação (*apud* Moreira Neto 1988, 87). Estas normas, de inspiração absolutamente colonial, ordenadas por Andréa para a organização do trabalho de reconstrução da economia regional, foram bem recebidas por proprietários de terras, exploradores de drogas do sertão e comerciantes (71).

a Comarca e menciona o desaparecimento de onze antigas povoações do rio Negro, que seis décadas antes haviam somado 1.290 habitantes livres. Entre as extintas na região do médio e baixo curso do rio estariam Poiares e Lamalonga; e entre as que sobreviveram Airão, Moura, Carvoeiro, Barcelos, Moreira e Tomar. As duas únicas vilas existentes, Manaus e Barcelos, estavam em "estado de perfeito abandono". Barcelos, quando Matos ali nasceu em 1790, teria 640 fogos – i. é., casas, prédios residenciais -, enquanto que em 1842 possuiria apenas 74 fogos (Matos 1979 [1845], 146 e ss.)[79].

Pouco tempo depois de Matos, foi a vez do cônego André Fernandes de Souza, que permaneceu 37 anos na Capitania do Rio Negro, exercendo o cargo de pároco e, depois, de vigário geral, publicar as suas *Notícias Geográficas*. Dedicadas a D. Pedro I, visavam "enternecer o coração de sua Majestade Imperial com afetos de compaixão" diante da "*opressão e vexames que se tem praticado com os habitantes daqueles distritos, tanto brancos como índios*, com tanto estrondo de diminuição da população" – causa da atual desgraça da Capitania (Souza 1848, 415; ênfase minha). Nelas descreve a "detestável agarração de índios nas aldeias para os serviços", que ter-se-ia iniciado na Capitania no governo de José Antônio Salgado (1801-1804) e "que depois se fez mais odiosa, por ser executada por soldados de primeira linha", permanecendo "esta prática até agora naquela capitania" (475). Esta forma violenta de recrutamento de indígenas e caboclos para o trabalho compulsório, aos olhos do cônego Souza, seria uma das principais responsáveis pela dispersão dos sobreviventes da guerra cabana.

> Achando a pobre gente indiana o seu recurso na fugida, se dispersou, bem como a poeira o é pelo vento rijo, encentrando-se uns nos matos, outros na comarca do Pará, a buscar asilo à sua desgraça com o peso de suas famílias nas povoações daquela comarca. [...] Parecia que este governador olhava esta gente só como depósito, de que devia tirar interesse [Souza 1848, 477].

Alguns anos depois, em 1849/50, o naturalista Alfred Russel Wallace subiu o rio Negro, deixando algumas poucas linhas sobre cada uma das povoações em que parou. A imagem que oferece do baixo e médio rio Negro emerge ao dissertar sobre a "aldeia" de Carvoeiro: "desolada e semi-deserta [...] como são em geral todas as povoações do rio Negro" (Wallace 1939 [1853]).

Nomeado em 1840 para o comando militar da Comarca do Alto Amazonas, o primeiro tenente da marinha de guerra, Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, legou-

[79] Matos não menciona Tauapessassú.

nos o seu *Dicionário Topographico, Historico e Descritivo*[80]. A obra, organizada sob a forma de verbetes em ordem alfabética, "já se achava pronta, com o fito de fazer conhecer o país [i. é, a Comarca] e assim demonstrar a conveniência" da sua elevação à categoria de Província do Império, o que ocorreu em 1850 (Amazonas 1852, 7). Ao comparar "o estado atual da Comarca com aquele que sob o governo de Manoel da Gama Lobo d'Almada alcançou o princípio do presente século", surpreende-se com "o estado de retrogradação que se percebe". Dos cerca de 30 mil fogos que possuía então – "aos quais por forma alguma podiam corresponder menos de 100 mil almas" – restariam apenas 4.500 fogos com cerca de 40.000 habitantes. Todavia, satisfaz-se em "perceber algum progresso" quando compara o estado da Comarca então "com aquele a que até 1840 reduziu a Comarca o encadeamento de revoluções desatinadas e ultimamente a atroz rebelião que nela terminou" (Amazonas 1852, 49).

O major de artilharia e bacharel em matemática Hilário Maximiano Antunes Gurjão deixou-nos a descrição da viagem que fez da cidade da Barra do Rio Negro até a Serra do Cucuí, em 1854, para onde foi como engenheiro, por ordem do presidente da província, Herculano Ferreira Pena, para dirigir diversas obras militares determinadas pelo governo imperial, tendo sido também encarregado de examinar o estado das matrizes das freguesias do rio Negro. Na povoação da Tauapessassú - que volta a ser mencionada - não encontrou pessoa alguma. Menciona a existência de sítios, casas mal construídas sem plantação alguma à exceção de pequenas roças de maniva, no intervalo entre as povoações do rio Negro e às margens dos rios e riachos que nele desembocam. Atribui "o decrescimento que se nota em quase todas as povoações deste rio [...] não tanto à falta de habitantes como à ausência [...] de vigários, que com suas presenças obrigam o povo a comparecer aos domingos e dias santificados nas povoações". "Sendo os habitantes deste rio quase todos indígenas", julga necessário que os vigários "lhes mostrem a conveniência que há em terem as suas terras plantadas, fazendo-lhes ver as vantagens que daí lhes vêm" – repetindo, assim, o modelo e o projeto de civilização contidos nas disposições do *Diretório* (Gurjão 1987 [1855], 67).

Em 1861, o vapor de guerra Pirajá subiu o rio Negro sob o comando do primeiro tenente Rufino Luiz Tavares, que tinha ordem de conduzir o engenheiro Joaquim Leovegildo de Souza Coelho "até onde o vapor pudesse navegar" (Coelho 1987 [1861],

[80] Amazonas era Pernambucano e o *Dicionário* foi editado originalmente em Recife, 1852.

92)[81]. Provavelmente Coelho tinha a tarefa de averiguar as condições de navegação em barco a vapor no rio Negro[82], considerando a preocupação em cronometrar a viagem, identificar pontos salientes na rota e tomar prumos, patente no circunstanciado relatório que ele nos deixou do estado das povoações daquela bacia. Após uma descrição detida de cada povoação, apresenta uma Tabela 7 que indica a mudança no número de casas de cada uma - que reproduzimos parcialmente a seguir. Tomando essa mudança como um indicador, observa que de 1854 a 1861 só quatro povoações têm tido algum aumento - Tauapessassú, Barcelos, Tomar e São Gabriel –e que duas teriam desaparecido - Santa Isabel e Maçaraí. Nota também o desaparecimento de dez povoações entre 1833 e 1861 – entre as quais Lamalonga – e conclui[83].

> Assim o rio Negro vai em decadência de 1833 para cá; muitas de suas povoações já desapareceram. Hoje o que resta está quase em abandono. Excetuando as de Tauapessassú, Tomar, Barcelos e São Gabriel, em que se nota alguma vida e movimento e nas quais há habitantes, porém cujo aumento de casas não compensa as que desapareceram nas outras povoações, *tudo o mais está deserto abandonado e em ruínas* [Coelho 1987 [1861], 100; ênfase minha].

Tabela 7
Recenseamento de Leovegildo de Souza Coelho

	Número de Casas		
Povoações	**1833**	**1854**	**1861**
São Gabriel		21	33
[...]			
Thomar	13	11	17
Moreira	40	11	9
Barcelos	22	18	20
Carvoeiro	22	20	21
Moura		21	18
Airão		61	9
Tauapessassú		18	23

Fonte: Coelho 1987 [1861], 99

[81] Acompanhavam-no o Inspetor de Saúde Pública da Província, encarregado de estudar o estado sanitário das povoações do mesmo rio, e o Inspetor das Escolas Públicas (Coelho 1987 [1861], 92).

[82] A introdução da navegação a vapor na Amazônia, promovida pela Visconde de Mauá, deu-se em 1854 com o estabelecimento de uma linha regular pelo rio Negro que ia até Santa Isabel. Essa "verdadeira revolução nos transportes e nas comunicações", segundo Leonardi, teria possibilitado uma retomada do extrativismo na região do médio e baixo rio Negro, e seus tributários (Leonardi 1999, 123). O vapor significou também um novo impacto sobre os recursos madeireiros e as relações sociais na região, por meio da difusão dos "portos de lenha" para abastecimento e do surgimento de novas atividades laborais – foguista, lenheiro, etc.

[83] O número de casas para 1854 Coelho extrai de Gurjão 1987 [1855] e para 1833 ele cita "o autor da Corografia Paraense" (Coelho 1987, 100) - que supomos ser José Joaquim Machado de Oliveira, *Juízo sobre as obras intituladas - corografia paraense* (Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F P Brito, 1843).

Coelho aponta os seguintes motivos pelos quais os moradores, em geral, “fogem dos povoados, entranham-se pelas matas e vão edificar as suas palhoças nas margens dos imensos igarapés e lagos que existem na Província”: “o comércio a que se entregam os habitantes do rio Negro” – ou seja, o extrativismo das drogas do sertão -, o “medo do recrutamento”, as “arbitrariedades cometidas pelos subdelegados e inspetores dos povoados”, “os contínuos ataques de algumas tribos selvagens” e as “febres intermitentes a que a população chama sezões” – em especial no trecho “um pouco doentio” do rio Negro entre a cidade da Barra e o lugar em que existiu a povoação de Santa Isabel, ou seja, o seu baixo e médio cursos (100).

Em 1865 começou o recrutamento dos “voluntários da pátria” para a guerra contra o Paraguai no Amazonas. Segundo Leonardi,

> Dos 984 jovens recrutados, apenas 55 retornaram a Manaus em 1870, após o fim da guerra. Esse recrutamento forçado contribuiu muito para o fim de algumas povoações do rio Negro, não só porque alguns jovens foram para a guerra e lá morreram, como, principalmente, porque a brutalidade no recrutamento espalhava o medo entre índios e caboclos que acabavam, muitas vezes, abandonando essas comunidades e povoados internando-se na mata, onse subsistiam como podiam, em pequenas roças, com medo do recrutamento compulsório [Leonardi 1999, 83].

Naquele mesmo ano chegava ao Brasil o naturalista suíço Louis Agassiz, professor na Universidade de Cambridge, que havia substituído Spix nos estudos ictiológicos a convite de Von Martius. Agassiz esteve no baixo rio Negro em dezembro de 1865, a bordo do vapor Ibicuí, efetuando estudos geológicos e botânicos em companhia de João Martins da Silva Coutinho – a quem já nos referimos. Elizabeth Cary Agassiz, esposa do naturalista e cronista da viagem, ao passar por Pedreira - “uma pequena aldeia composta de umas trinta casas, na orla da floresta”, “um acampamento de índios muito pitoresco ” (Agassiz e Agassiz 1938)[84] – foi testemunha de “uma triste prova da brutalidade” com que se procedia ao recrutamento na província, tal como já lhes haviam relatado.

> Três índios que foram presos em Pedreira e que desde alguns dias aguardavam ocasião de ser enviados para Manaus foram trazidos para bordo do nosso navio. Esses infelizes tinham as pernas presas num grosso barrote de madeira, com orifícios que mal davam para deixar passar os tornozelos. Só se mexiam por necessidade e com grande dificuldade [...]. Esses índios não pronunciavam uma única palavra de português; não podem compreender porque os forçam a partir; só sabem uma coisa: é que são pegos na floresta e tratados como criminosos,

[84] Embora a indicação seja imprecisa, o topônimo indica tratar-se de Moura, antiga aldeia de Santa Rita de Itarendaua, também chamada de Pedreira por causa dos rochedos e blocos de pedra que caracterizam a margem da povoação. De todo modo, é interessante ver alguém se referindo a um “acampamento de índios pitoresco” na segunda metade do século XIX.

> punidos barbaramente, sem que nada tenham feito, e *mandados para lutar pelo governo que os trata desse modo* [Agassiz e Agassiz 1938; ênfase minha].

Enfim, a Cabanagem, a repressão a esta, o recrutamento forçado para os Corpos de Trabalhadores e a Guerra do Paraguai tiveram efeitos demográficos, econômicos e sociais deletérios. Moreira Neto observa que "ainda durante a Cabanagem, o colapso da economia da Amazônia, tanto em relação aos gêneros comerciais e de exportação, quanto à produção de alimentos [provocou] uma carência crônica de gêneros de subsistência" (1988, 86). Some-se a isso "a debandada geral de índios e tapuios" que se seguiu à sedição - seja por serem cabanos, seja por temerem a repressão indiscriminada, seja por desejarem escapar às agarrações promovidas pelos Corpos de Trabalhadores e outros órgãos de recrutamento e engajamento compulsório do trabalho (86) –, que resultou em "severa diminuição do número global de habitantes da região" (87)[85].

O fim da Cabanagem significou, assim, a extinção de muitos dos lugares e povoações habitados exclusiva ou majoritariamente por índios, tapuios e mestiços em geral (96).

> A simplificação da economia conduziu à diminuição das populações das freguesias e povoados que, por outro lado, perderam muitas de suas funções sociais e administrativas: os grandes armazéns são fechados e caem em ruínas, os funcionários do fisco e as guarnições perdem toda a função; as câmaras deixam de reunir-se e os especuladores e assemelhados voltam para os centros regionais mais importantes [Moreira Neto 1988, 91].

Percebemos que as informações e as descrições sobre as povoações da Capitania de São José do Rio Negro, da Comarca do Alto Amazonas e do rio Negro em especial, "são acordes em testemunhar a instabilidade daqueles núcleos, que sofriam bruscas variações populacionais, tendiam a transferir-se de um lugar para outro e estavam todos ameaçados, em maior ou menor grau, de extinção ou decadência". Para Moreira Neto, não obstante as importantes causas episódicas – como a hostilidade localizada de certos povos indígenas, o esgotamento localizado de tal ou qual recurso natural, um surto de uma doença qualquer, etc. -, a explicação principal para aquela instabilidade estaria no "caráter essencialmente instável do agregado social básico sobre o qual se pretendia fundar tais lugares e vilas" (Moreira Neto 1988, 42). Esse agregado era, via de regra, composto majoritariamente por indígenas – desde os recém-descidos, até as gerações descendentes dos originariamente missionados –, mestiços de distintas categorias –

mamelucos, caboclos, tapuios -, brancos livres – nativos ou estrangeiros – e negros escravos.

Leonardi, todavia, observa, baseado nas mesmas fontes, que se as agarrações e fugas contribuíam para essa instabilidade sociológica das povoações e, no caso das primeiras, para a dizimação de parte da população indígena do médio e baixo rio Negro, as segundas "paradoxalmente, povoava[m] ou repovoavam os altos rio e igarapés distantes" (Leonardi 1999, 108). Matos, Souza, Amazonas e Gurjão foram testemunhas da dispersão dos índios residentes pelas fímbrias da bacia - "como a poeira o é pelo vento" - e se referem ao fenômeno sem seus relatos. Gurjão menciona as casas "a que chamam *sítios*, [...] mal construídas e pela maior parte sem plantação alguma, a exceção de pequenas roças de manivas", que se observava em ambas as margens do rio Negro, nos intervalos entre as povoações, e às margens dos rios e riachos que nele fazem barra - sítios que iam rareando à medida que subia o rio (Gurjão 1987, 65 e ss.). Amazonas, por sua vez, chamou a atenção para os freqüentes deslocamentos das pessoas entre as localidades em busca de novas áreas de caça, pesca e coleta; ora tratando de suas roças, ora ocupadas no extrativismo, ora na manipulação de manteigas, mixiras e salgas - situação esta definidora do regime de trabalho e do sistema de produção em que estavam engajadas (Amazonas 1852). Por isso, Matos advertia que para se compor uma completa estatística da população àquela época, era preciso "viajar e penetrar todos os rios que são tributários do rio Negro, compostos de ramificações de outros muitos, pelos quais habitam a maior parte dos moradores do distrito" – transcendendo os arrolamentos dos párocos e autoridades civis, "porque todos os anos caduca a população pela volubilidade de seus habitantes tapuios" (Matos 1979, 149).

A fuga dos moradores das povoações aparece nos relatórios dos presidentes da província do Amazonas, a partir de 1850, como uma das maiores dificuldades para a realização dos recenseamentos. Segundo Sampaio, a própria chegada dos funcionários do governo encarregados do censo era um motivo de fugas, pois temia-se que este fosse apenas mais "um pretexto para o recrutamento dos trabalhadores ou outro fim não explicitado" (Sampaio 1997, 26). Mesmo no caso das aldeias consolidadas e sob o controle do estado, "as dificuldades em obter um número exato da população aldeada são persistentes" (27). Sampaio adverte que uma ausência constantemente notada nos

---

[85] Moreira Neto observa que, passados oito anos do fim da Cabanagem, o naturalista italiano Gaetano Osculati "ainda registrava a presença freqüente de pessoas fugidas, deslocadas e famintas ao longo do Amazonas" (1988, 87).

censos pelos próprios presidentes da província é exatamente a do número de índios aldeados e/ou errantes.

É importante notar que tanto nas manifestações de Matos, Souza, Gurjão e Amazonas, quanto nas dos presidentes de província, há uma concepção negativa, pejorativa mesmo, da agricultura de subsistência – "pequenas roças de manivas" - e da mobilidade característica do sistema de produção em que os residentes encontravam-se engajados – ora caracterizada como volubilidade, ora como errância.

Enfim, no que concerne à caracterização e à constituição dessa população regional, Moreira Neto defende a tese de que o século transcorrido entre as reformas pombalinas e a criação da província do Amazonas – i. é, de 1750 a 1850 – "representa [uma] fase particularmente funesta na história das populações indígenas da Amazônia" (21), em que "o caráter étnico-cultural da região mud[ou] de maneira radical e *irreversível*" (14-5; ênfase minha). Segundo ele, "a composição étnica da sociedade regional amazônica foi substancialmente alterada", de uma região com "uma face definidamente indígena" - "um caráter indígena dominante e onipresente" - até meados do século XVIII, para uma em que "os processos depopulativos e desorganizatórios" levaram a uma "expressiva diminuição do contingente demográfico aborígine" e a "uma redução substancial [da] importância econômica e sociocultural" do mesmo (15).

Expressão dessa mudança seriam os tapuios. "Espécie particular" - a variante amazônica - do "índio genérico" da teoria da transfiguração étnica de Darcy Ribeiro, o tapuio, segundo a definição culturalista de Moreira Neto, seria aquele "membro de um grupo indígena que perdeu socialmente o domínio instrumental e normativo de sua cultura aborígine, substituindo-a por elementos de uma ou várias outras tradições culturais, que se misturam aos traços residuais da língua e da cultura originais" (79). A descaracterização de "índios específicos" em tapuios seria o resultado do lento processo operado pelas missões religiosas – a que já nos referimos -, de cujo regime os tapuios teriam herdado uma organização comunitária forte e a capacidade de agir como membros de um grupo social consciente de si e solidário (92). A partir dos documentos oficiais, Moreira Neto conclui pela participação maciça e numericamente importante dos tapuios na Cabanagem – ainda que não nos foros de decisão do movimento -, o que expressaria o auto-reconhecimento dos mesmos como uma categoria social específica. Assim, a Amazônia indígena a que Moreira Neto se refere para o período de 1750 a 1850 é antes uma Amazônia tapuia, pois, como ele mesmo diz, "não se pode confundir esta *difusa presença indígena* [malgrado "dominante e onipresente"] com as diferentes

culturas indígenas particulares da Amazônia" (89; ênfase minhas). Para ele, são fundamentalmente as "comunidades de tapuios" – e não as indígenas – "os grandes celeiros de servos", as "reservas de mão-de-obra" que foram metodicamente saqueadas a partir das reformas pombalinas, depois com a legislação de 1798 e, por fim, com a repressão e as formas de engajamento compulsório do trabalho pós-Cabanagem (90).

De tudo o que sintetizamos até aqui, é evidente a descontinuidade demográfica e sociocultural entre a paisagem nativa autóctone, a das missões carmelitas e a que marca o rio Negro da metade do século XIX. Todavia, a formulação de Moreira Neto apresenta alguns problemas para os quais quero chamar a atenção, sob pena de assumirmos uma perspectiva culturalista e unidirecional da mudança cultural.

Em primeiro lugar, porque, embora o emprego de uma categoria classificatória – e censitária - de base racial e/ou étnica por um dispositivo colonial seja um fator importantíssimo na configuração de um fundamento ideológico para a mobilização política de um grupo subordinado, não é condição suficiente. Não obstante o emprego disseminado da adscrição "tapuio" nos documentos oficiais – bem como, mameluco, cafuzo e caboclo, que também abundam -, explicar a participação dos mesmos na Cabanagem como expressão de uma consciência de si enquanto grupo social distinto e solidário, nos parece um passo muito grande. Em segundo lugar, porque as próprias fontes da segunda metade do século XIX deixam entrever uma região com uma face ainda marcadamente indígena. O *Mapa Estatístico da Comarca do Alto Amazonas em 1840*, apresentado por Amazonas em seu *Dicionário*, assinala a existência de 40.584 habitantes, dos quais, conforme as categorias censitárias empregadas, 57,5% indígenas, 26,8% mamelucos, 8,5% brancos, 4,9% mestiços e 2,3% escravos – i. é, negros. Além do comandante militar da comarca não mencionar os tapuios ele discerne as "nações indígenas de que provém a população" (cf. a Tabela 6)[86]. Poder-se-ia admitir a existência, ao nível da cada povoação e entre estas, de padrões de interação que teriam assegurado a manutenção de fronteiras étnicas socialmente efetivas entre os grupos, padrões estes baseados em filigranas de conduta e representações sutis não capturadas pelos olhares dos colonizadores. Em terceiro lugar, o próprio Moreira Neto admite que "aquilo que se poderia chamar o sistema tapuio de organização comunitária, poucas

[86] Provavelmente Amazonas se baseia em fontes precedentes e observações de terceiros para indicar as "nações indígenas" que reproduzimos na Tabela 6. Da população total mapeada por Amazonas, 14.899 habitantes, i. é 36,7%, estavam no baixo rio Negro. Esta região, segundo à repartição proposta por Amazonas, se estenderia de Manaus a Santa Isabel, inclusive.

vezes tenha chegado a funcionar com um mínimo de normalidade" (Moreira Neto 1988, 84) – estando mais para uma construção típico-ideal do autor.

A "face indígena" se verificava na própria cidade sede da comarca e depois da província. No *Mapa* de Amazonas, Manaus já era a maior concentração da comarca, com 8.500 hab. - mais do que o dobro da segunda povoação mais populosa, a freguesia de Saracá, no médio Amazonas, com 3.762 hab. Elevada à categoria de cidade - a única da Comarca - em 1848, era sede do termo homônimo, que abrangia as freguesias de Jaú, Saracá, Itacoatiara e Amatari, e as aldeias de Jatapú e Uatumã – a primeira no baixo rio Negro e as demais no médio Amazonas. Segundo Amazonas, 48% daqueles seus 8.500 habitantes seriam indígenas. Trata-se, assim, como observa Sampaio, "de uma região e de uma cidade marcadamente índias" – situação que persistirá pelo menos até o Recenseamento Geral do Império de 1872 (Sampaio 1997, 42).

A criação e a implantação do aparato administrativo da Província do Amazonas, a partir de 1850, levou a um aumento relativo da população da província, com a chegada de parte do corpo administrativo e o conseqüente rápido crescimento da cidade de Manaus (Sampaio 1997, 38). Todavia, como reconhece o próprio Moreira Neto, é só a partir da década de 1870 que "os índios serão excluídos como força de trabalho ponderável em qualquer projeto economicamente importante naquela área". A "plena expansão da economia da borracha" e a migração em massa de nordestinos de múltiplas procedências para a Amazônia, a partir de 1870, teria contribuído decisivamente "para a diminuição significativa da importância econômica, social e política de indígenas e *tapuios* na vida amazônica" – assinalando mesmo, para o autor, "o início do fim do *tapuio* como categoria social específica e singular" (Moreira Neto 1988, 87-8, 89 e 90).

Sampaio já identifica essa mudança no Recenseamento Geral do Império, realizado em 1872. Nele os "estrangeiros" ainda representam apenas 3,8% da população da província do Amazonas, todavia a razão de masculinidade[87] entre eles é de 410,2, enquanto que entre a população livre é de 120,80 – ainda assim, pouco equilibrada. Segundo ela, é possível observar essa tendência de aumento da razão de masculinidade no decorrer do século XIX a partir do arrolamento de 1858. Ela se acentua na década de 1870, provavelmente em razão do aumento da imigração nordestina. Tratava-se, assim,

[87] Calcula-se a razão de masculinidade dividindo-se o número de homens pelo de mulheres e multiplicando-se o resultado por cem (Ciro Flamarion Cardoso *apud* Sampaio 1997, 36).

de uma região atraente para os celibatários do último quarto do século XIX (Sampaio 1997, 42 e ss.).

Tomando todo o século XIX como unidade de observação e análise, Sampaio afirma ser "inegável o aumento demográfico da região" no período (45). Avaliando o significado dos números, pondera que o despovoamento sinalizado pelas fontes e a pequena proporção habitante/território enfatizada nos dados demográficos para o Amazonas devem ser tomados em perspectiva. Salienta, por um lado, que a baixa densidade demográfica não é prerrogativa do Amazonas, verificando-se também nas províncias vizinhas do Pará e Mato Grosso para o período em questão. Por outro lado, há os problemas comuns aos levantamentos demográficos nessas províncias –alguns dos quais nós já salientamos aqui: métodos precários, cálculos duvidosos e aproximações numéricas questionáveis, fugas de residentes, etc. Sampaio não nega que a população das províncias em questão é diminuta quando comparada às demais, mas pergunta-se se o cotejo entre densidades demográficas basta para avaliar o significado da demografia de uma dada área. E responde:

> Mais do que uma evidência, *a reiteração dessa proporção diminuta tem sido presença constante na construção de um determinado tipo de discurso administrativo de vida longa*. Entre outras razões, porque justifica o reforço à ação do Estado como agente incentivador do povoamenteo – gerente por excelência do progresso e da civilização -, a existência de determinadas práticas intervencionistas e [...] o recurso a formas de trabalho compulsório [Sampaio 1997, 35; ênfase minha].

Assim, por um lado, nós temos um conjunto de processos depopulativos deflagrados pelo empreendimento colonial, que foram responsáveis pela reorganização da paisagem social, levando a povoações instáveis – aos olhos dos colonizadores – e à dispersão dos residentes ao longo da bacia do rio Negro e de seus afluentes. Por outro, nós temos um discurso administrativo que atribui a decadência da comarca e, depois, da província a escassez e – não nos esqueçamos – ao caráter da sua gente.

Apoiado numa revisão da literatura de cronistas e viajantes de distintas nacionalidades que estiveram na Amazônia austral, Fisher (1996) sugere que a percepção da mesma como *wilderness*, como uma natureza selvagem e refratária a certos tipos de empreendimento, é um fenômeno do século XX: uma resultante do *boom* da borracha e da figuração de um futuro de esplendor para a região, que teve como efeito colateral invisibilizar os povos indígenas e outros da história social da área e das recomendações dos planejadores de ações de valorização da mesma.

Procurei indicar que além de ter sido sistematicamente representada como um vácuo a ser preenchido, a região do médio e baixo rio Negro foi objetivamente depopulada; ou seja, esta região particular foi social e demograficamente transformada em *wilderness*, além de ter sido figurada como tal pelos observadores de época - via de regra comprometidos com o empreendimento colonial. Se nos Estados Unidos, como sugere Spence (1999), a concepção da *western wilderness* despovoada foi viabilizada por meio de uma política explícita, intencional e consciente de reassentamento forçado de povos nativos; no Brasil, a visão da Amazônia como uma área natural e despovoada é coetânea dos violentos processos de mudança cultural que ali ocorreram. Se, como afirma Moreira Neto, há um hiato sociocultural entre os grupos humanos que viviam sob o regime das missões no período imediatamente anterior às reformas pombalinas e aqueles que lograram sobreviver aos desmandos do *Diretório* e à violência generalizada da Cabanagem, este hiato se acentuará com os movimentos de expansão e retração da economia da borracha e suas múltiplas repercussões. A "feição atual do Brasil amazônico", para usar os termos de Moreira Neto, ainda não estava dada ao final da Cabanagem, como ele sugere. O hiato sociocultural se ampliaria ainda mais com o *boom* da borracha.

4.3. A Vida Social nos Tributários antes da Criação das Unidades

A paisagem socioambiental sobre a qual as duas UCs se sobrepuseram e que vieram afetar - em especial a situação obtida nas áreas que foram abarcadas pelas duas: os rios Jaú, Carabinani, Unini, Apuaú, Baependi e os trechos correspondentes do rio Negro – resulta desse longo processo histórico de constituição. Em especial, do quadro que foi configurado com a consolidação da economia da borracha.

4.3.1. Os patrões do Jaú e do Unini, e os seus fregueses

A produção de borracha no baixo rio Negro e seus afluentes jamais chegou a ter a importância da dos rios Solimões, Juruá e Purus, em cujos vales se estabeleceram os primeiros nordestinos em 1852. Todavia, foi suficientemente importante para atrair migrantes do Nordeste, num primeiro momento, e, depois, de outras regiões estagnadas do próprio Amazonas - como demonstrou o censo feito em 1992 pela FVA junto aos moradores dos rios Unini, Jaú e Carabinani, situados dentro da área do PNJ.

Região marginal na produção da borracha do estado, as estatísticas do volume de produção para o médio e baixo rio Negro são quase inexistentes. Entretanto, se pode

afirmar com alguma precisão que no final dos anos 1870 a extração do látex já ocorria na região. O pólo mais importante de comercialização do produto foi o lugar de Airão, antiga missão de Santo Elias do Jaú, elevado à categoria de freguesia – i.é, colégio eleitoral – pertencente ao termo de Manaus, quando da criação da Comarca do Alto Amazonas em 1833. A Lei Provincial nº 92 de 6 de novembro de 1858, todavia, reduziu o número de freguesias da Província, excluindo a de Airão. Malgrado a redução de seu status administrativo, já havia um certo Gonçalves da Costa operando como cobrador de impostos no Jaú em 1872. Além disso, registra-se, na década de 1880, a existência de pelo menos 13 casas comerciais instaladas em Airão, trabalhando com seringais nos rios Jaú e Unini, e outra em Moura negociando no Unini – conforme Tabela 8. Todas elas eram clientes da casa comercial J. G. Araújo, uma das maiores do Amazonas à época[88].

Tabela 8
Comerciantes e casas comerciais instaladas em Airão no final do século XIX

Nome do Comerciante e/ou Casa Comercial	Primeiro registro de negócio com a firma J.G. Araújo	Sede do Armazém	Produto e Origem
José Gonçalves Bahia	Setembro de 1882	Airão	borracha do Jaú
Francisco Marques Vianna	Fevereiro de 1883	Airão	3 ton. de borracha fina e 313 kg. de sernambi
Joaquim Roiz Collares	Fevereiro de 1884	Airão	-
Apolinário Antônio	Março de 1884	Airão	1 ton. de borracha fina
Felipe Santiago Coroatá	1885	Airão	-
Brás & Soares	1885	Airão	-
Antônio da Cunha Mendes	1885	Airão	-
Frederico Antônio & Irmão	1885	Airão	-
José Joaquim de Faria	1885	Airão	-
Hilário de Jesus e Joaquim dos Santos Cartaxo	1886	Airão	-
Manoel B. Souza Pereira	1886	Airão	-
Joaquim Braz Ribeiro	1886	Airão	-
Francisco Rodrigues Couto	1887	Airão	-
Manoel José Gonçalves	1887	Moura	borracha do Unini

Fonte: Leonardi (1999, 129 e ss.).

[88] Os dados são de Leonardi (1999, 129 e ss.) a partir de pesquisa efetuada nos arquivos das empresas da família Araújo – correspondências e livros caixa – que constituem o Acervo J. G. Araújo do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas. As empresas tiveram várias razões sociais: Araújo & Irmão, Araújo Rosas, Araújo & Cia., Araújo & Cia. Ltda. e, por último, J. G. Araújo como ficou conhecida. É possível que outras casas comerciais tenham atuado no baixo e médio rio Negro, com outros clientes sitos em outros lugares que não Airão e Moura. Esse parece ser o caso para a produção de castanha na década de 1940 no rio Unini, ao qual voltarei a seguir. Todavia, detenho-me no circuito que tem Airão como epicentro, porque é maior o volume de dados disponíveis sobre este e porque esses dados permitem uma caracterização mais qualificada da configuração geral das relações sociais e produtivas obtidas na região mais inclusiva.

Leonardi observa que o aumento do número de comerciantes em Airão ao longo de década de 1880 expressaria “um movimento de duplo sentido”: de um lado, aumento das exportações de borracha pelos comerciantes portugueses da casa aviadora J. G. Araújo, em Manaus; de outro, crescimento do número de imigrantes nordestinos nos seringais dos rios da região (Leonardi 1999, 130). Analisando a correspondência comercial entre a firma J. G. Araújo, em Manaus, e as casas comerciais com armazéns em Airão e Moura, Leonardi observa que até meados da década de 1880 a produção de borracha ainda era inexpressiva e o volume de compras das casas comerciais era mínimo. Por sua vez, o tipo de produtos manufaturados requisitados pelos armazéns de Airão indica hábitos de consumo frugais (132 e ss.). A partir de meados dos anos 1880 é que começa “a virada, [...] que se percebe tanto pelo aumento da produção de borracha, no Jaú e no Unini, como pelo tipo de consumo, de seus moradores e [...] do povoado de Airão” (133). A partir de um dado momento, as listas de encomendas dos comerciantes de Airão passam a incluir além dos produtos necessários e básicos à subsistência nos seringais – sal, açúcar, café, querosene, pólvora, espoletas, tabaco, anzóis, lamparinas, fósforo, sabão, etc. – outros que se poderia considerar supérfluos – xícaras de porcelana, caixas de genebra, vinho português, barricas de cerveja, baralhos, chocolate bom, casimira preta para fraque, etc. (133 e ss.).

Entretanto, como também nota Leonardi, é importante fazer duas distinções. A primeira, entre as mercadorias destinadas às famílias dos comerciantes de Airão e Moura, e aquelas “mais próximas do mínimo necessário” destinadas aos produtores diretos nas colocações de seringa (133). A segunda, entre os próprios negociantes que controlavam a economia local. A heterogeneidade desse setor dominante, que indica a existência de alguma estratificação social, é dada tanto pela sua origem – alguns eram portugueses, outros vieram do Nordeste e havia ainda chineses oriundos de Macau (132) - quanto por diferentes graus de instrução, pelo volume de negócios que cada um fazia e pelo tipo de produtos que requisitavam – elementos que se revelam na correspondência comercial manuscrita (135 e ss.).

Segundo Leonardi, os Vianna, portugueses, teriam sido a família mais rica e poderosa de Airão nas décadas de 1880 e 1890 (135). Conforme manuscrito inédito do senhor João Bezerra de Vasconcelos Filho, em 1900, as duas casas comerciais de maior movimento de compra de borracha e venda de mercadorias, e que possuíam muitos seringueiros, eram a dos Vianna e a dos Braz Ribeiro, ambas de imigrantes portugueses (Vasconcelos F^{o} s/d a). Foi quando em 15 de abril de 1900, desembarcaram em Airão,

no vapor Antônio Lemos procedente de Manaus, os irmãos João, José e Pedro Paulo Bezerra de Vasconcelos. Paraibanos de Mamanguape, eles teriam sido "atraídos pelo alto preço da borracha, ou melhor, pela imagem do Eldorado criado na selva amazônica" (Vasconcelos F^{o} s/d a). Mais tarde chegou aquele que veio a ser o "patrão" mais importante daquela região na primeira metade do século XX, em especial do rio Jaú: Francisco Bezerra de Vasconcelos, o velho Chico Bezerra.

Quando os irmãos Bezerra chegaram a Airão, o rio Negro estava sendo servido por inúmeros vapores. Como vimos (cf. nota de rodapé n° 82), no início da navegação a vapor pelo rio Negro, em 1854, havia apenas uma linha regular que ia até Santa Isabel a cada dois meses. Segundo Leonardi, essa situação teria se mantido assim até 1879. Em 1885, a linha do rio Negro era feita "por cinco vapores, que realizavam suas viagens mensalmente e com regularidade, fazendo escalas em Airão". A expansão da produção de borracha na segunda metade da década de 1880 elevou para sete o número de vapores que serviam o rio Negro – conforme os nomes que aparecem com freqüência na correspondência da firma J. G. Araújo. A partir da virada do século, esse número cresceu ainda mais com a entrada de quatro vapores da Amazon River Company e três da própria firma J. G. Essa aumento no tráfego de vapores foi acompanhado de um declínio na comercialização dos antigos produtos do extrativismo, até o seu completo desaparecimento em favor da quase exclusividade da borracha. A única produção que se manteve e se ampliou nesse período, ao lado da borracha, foi a de lenha, com sensível impacto sobre os recursos madeireiros de toda a região (Leonardi 1999, 136-7). Muitos novos sítios podem ter surgido nesse período como portos de lenha, criados em função das necessidades de abastecimento dos vapores.

Os irmãos Bezerra "não foram diretamente trabalhar como seringueiros", mas como empregados na firma Vianna – João como balconista/caixeiro, José como capataz e Pedro Paulo como gerente da padaria da firma. Naquele período, havia oito casas com pequenos comércios, algumas na sede e outras nas adjacências, se estendendo até a foz do rio Jaú (Vasconcelos F^{o} s/d a). Eles teriam trabalhado na firma Vianna até 1906, quando esta e a Braz Ribeiro entraram em falência. Com o saldo e as economias que teriam acumulado, decidiram montar o seu próprio negócio, organizando a firma mercantil Bezerra & Irmão[89]. Continuando na extração e compra de borracha e na venda

[89] A primeira firma formada pelos irmãos João e José Bezerra de Vasconcelos constituiu-se numa sociedade mercantil de responsabilidade solidária, com estabelecimento em Airão, para exploração de compra e venda de mercadorias de toda a espécie. O capital social da empresa totalizava 30 conto de réis.

de mercadorias de toda espécie, conseguiram comprar três seringais no Jaú - Pereira, Mangarataia e Maracaru – e outros no Carabinani e Puduari, além de duas lanchas a vapor e outras pequenas embarcações, e de terem construído um prédio de alvenaria para o estabelecimento comercial (Vasconcelos F^{o} s/d b). Segundo depoimento de João Bezerra Filho a Melo, seu pai e os irmãos deste teriam ficado com todos os seringais e castanhais que as firmas Vianna e Braz Ribeiro possuíam: "Eles ficaram como chefe. Tomaram conta de tudo lá do lugar. Tomaram conta dos rios Jaú e Carabinani. A firma então cresceu" (*apud* Melo 1999, 35).

Nos termos de seu João Bezerra Filho, "tudo correu às mil maravilhas, até os anos de 1913-1915, quando começou a borracha a ir caindo de preço", depois do quê eles continuaram na atividade comercial, mas com uma redução nos lucros de mais de 50% (Vasconcelos F^{o} s/d b). Em 1925 constituíram uma nova sociedade mercantil em comandita, Bezerra, Irmão & Cia., sendo sócios comanditados Francisco e José Bezerra, e sócio comanditário João Bezerra, cujo capital inicial foi de 200 contos de réis, sendo sua finalidade o comércio e a exploração de compra e venda de mercadorias de toda espécie, desde que lícitas. Entre os bens descritos no Contrato de Sociedade Mercantil em Comandita da firma[90], encontram-se diversos bens: seringais situados no Jaú, Carabinani e Puduari, algumas áreas com exploração de castanha, barcos, edificações situadas em Airão e dívidas ativas – i. é, as contas dos fregueses (Melo 1999, 35).

Esta nova firma tinha como representante em Manaus a firma J. G. Araújo. Em 1927, em virtude do falecimento do irmão mais velho e sócio comanditário, João Bezerra[91], e da instabilidade do preço da borracha, a firma esteve à beira da falência. Em 1928, Francisco Bezerra assumiu a gerência da firma, substituindo o irmão[92]. Os outros irmãos, então, "foram tocando os negócios apesar de muitas dificuldades" e lograram equilibrar as finanças da firma "com a valorização de outros produtos como a castanha,

---

Encerrou suas atividades em 1925, com lucros e capital de 150 contos de réis – conforme Contrato de Sociedade Mercantil de Responsabilidade Solidária da Firma Bezerra & Irmão mandado arquivar em sessão da Junta Comercial, em Manaus, em 14 de março de 1907, e Distrato da mesma mandado arquivar na mesma Junta, em sessão de 12 de junho de 1925 (Melo 1999, 25, 69 e 70).

[90] Mandado arquivar na Junta Comercial, em Manaus, na mesma sessão em que foi arquivado o Distrato da firma anterior.

[91] Seu João Bezerra Filho não chegou a conhecer o seu pai, pois este faleceu quando a sua mãe estava prestes a parir: "No ano em que eu nasci, meu pai morreu - no dia trinta de setembro. E eu nasci no dia três de outubro. Então, eu fiquei. Sou filho de viúva. Nasci com o meu pai morto já" [João Bezerra de Vasconcelos Filho, 71, flutuante do IBAMA à foz do rio Jaú, 02.06.1998]. Seu João foi criado pelo seu tio paterno, o velho Chico Bezerra.

[92] Não ocorreu inventário nem partilha judicial de bens após o falecimento de João Bezerra, apenas um arrolamento para o controle interno da firma.

a balata, a massaranduba[93] e outros". Em 1938, ano em que Airão foi elevada à categoria de vila, sede do distrito homônimo integrante do município de Manaus, Zé Bezerra se separou da firma e formou outra com os filhos Severino e Milton para a extração de produtos regionais no rio Jauaperi[94], enquanto Pedro Paulo e Chico Bezerra permaneceram em Airão gerindo os negócios da firma (Vasconcelos F^{o} s/d b).

Durante a segunda grande guerra, entre 1939 e 1945, em função do aumento de demanda pela borracha brasileira da parte dos países aliados, que tiveram bloqueado o fornecimento do sudeste asiático, aquela experimentou a sua última alta de preço. Nesta oportunidade, conta seu João Bezerra Filho, seus tios "aproveitaram para conseguir o equilíbrio financeiro da firma". Com esses recursos, eles providenciaram "a última restauração na Vila de Airão", em 1950. Reconstruíram os prédios antigos, substituíram as casas de taipa por alvenaria, construíram uma pequena usina de luz e uma igreja - que não chegou a ser concluída – e organizaram o cemitério. Tudo com os tijolos e telhas produzidos pela olaria que ergueram. Neste mesmo ano faleceram Pedro Paulo e o empregado mais antigo da firma, responsável pela contabilidade. "Se achando só à frente dos negócios", Chico Bezerra decidiu "por a firma em liquidação, reduzindo cada vez mais o movimento de seus negócios". Arrendou propriedades de seringais nos rios Jaú e Carabinani a outras firmas de Manaus e assim "foi se agüentando". Com a notícia da liquidação da firma, novos comerciantes passaram a entrar nos rios Jaú e Carabinani para a extração dos produtos daquela região (Vasconcelos F^{o} s/d b).

Em 1964, faleceu a esposa do velho Chico Bezerra. Em 1965, ele teria juntado todos os seus bens, incluindo os da firma, "bens de raiz como seringais e castanhais e várias embarcações, gados e utensílios, e vendeu tudo por uma pequena bagatela" – não se menciona para quem. Tendo recebido uma parte da importância, viajou para a Paraíba e poucos meses depois retornou a Manaus, quando então recebeu o restante da importância em pequenas parcelas. Gastou tudo nos meses em que ficou morando em

---

[93] Balata é o nome que se dá à goma elástica obtida a partir do látex de diversas espécies da família SAPOTACEÆ, entre as quais *Manilkara didendata* (A. DC.) A. Chev. (Emperaire 1996, 209). Contudo, Silva et alii referem-se à balateira como uma denominação comum às árvores que fornecem a balata, entre as quais destacam-se várias SAPOTACEÆ do gênero *Micropholis* spp., enquanto as SAPOTACEÆ do gênero *Manilkara* spp. tomariam o nome de massaranduba ou maparajuba, também fornecedoras de látex. Entre essas SAPOTACEÆ provedoras de látex destaca-se também a coquirana, ou ucuquirana (Silva et alii 1977, 33 e 124-5). A exploração da balata, que se fazia por aniquilamento das árvores, foi progressivamente abandonada a partir dos anos 1950, tendo esta goma elástica sido substituída por diversos produtos de origem sintética (Emperaire 1996, 209).

[94] Esta informação é confirmada pelo depoimento do seu Omero Colares, 81, vigia do flutuante da Prefeitura de Novo Airão, natural de Nova Olinda do Norte, rio Madeira, que trabalhou com castanha e peles nos rios Jufaris e Jauaperi para o velho Zé Bezerra.

Manaus. Subiu em seguida para Airão, aonde veio a falecer em 1972, sendo sepultado no cemitério local ao lado de sua esposa e irmãos, conforme foi seu último desejo expresso (Vasconcelos F° s/d f).

A história da ascensão e queda do domínio dos Bezerra em Airão repete, em larga medida, a de muitos outros "patrões" da borracha, abrangendo em seus diferentes momentos, distintas situações de dominação e formas de organização da produção e comercialização dos produtos extrativistas. Reproduz também o padrão clássico de assentar o "barracão" - o armazém de mercadorias e produtos manufaturados - na foz do rio e/ou igarapé, para exercer o controle sobre o tráfego de embarcações. Não obstante estarem situados em Airão, a área abrangida pela atuação dos Bezerra e a sua rede de "fregueses" eram bastante extensas, chegando a alcançar paragens nos rios Jauaperi, Jufaris e Branco, ao norte, e Puduari, ao sul.

Anísio Jobim, em meados da década de 1960, em um livro que narra a história dos, então, três municípios do rio Negro – Airão, Barcelos e Uaupés -, assim se refere às "produções industriais" de Airão e à importância de Chico Bezerra na paisagem econômica da área[95].

> Estas [as produções industriais] são poucas, dado *o estado de atraso da população e as condições dos moradores, em geral pobres, em meio à riqueza do solo e das águas. É um reduto eleitoral e lá quem manda é o sr. Bezerra*, que com o seu irmão, já falecido, explorou os rios e lagos, possui latifúndios, seringais, castanhais, criação de gado e é o maior exportador de borracha e castanha, cidadão aliás prestadio e educado, *o homem representativo da localidade e chefe político de largo prestígio* [Jobim 1965, 148; ênfase minha].

Observe-se que reaparece no texto de Jobim a imagem de uma população em "estado de atraso" e materialmente pobre situada em um meio ambiente opulento – "em meio à riqueza do solo e das águas" -, como a explicar porque as produções industriais são poucas. Se as há, deve-se reputá-lo à iniciativa e ao empreendimento individual do "cidadão prestadio e educado" que "manda lá".

Na tentativa de caracterizar as relações sociais constitutivas desse peculiar sistema produtivo a que se convencionou chamar "aviamento", sempre deparamo-nos com categorias macro-sociológicas: relações pré-capitalistas, mercantilismo, escravidão, servidão, etc.; e com a questão da propriedade ou não de usar categorias da economia formal para dar conta de alguns de seus aspectos centrais: dívida, crédito, lucro, etc. Tais questões revelam que a definição do que seja o sistema de aviamento está aberta a

querelas. Limitar-me-ei aqui a oferecer uma caracterização geral, a indicar alguns dos elementos centrais recorrentes e a referi-los, à medida do possível, à situação obtida na região enfocada.

O termo aviamento deriva do verbo aviar, que significa executar, concluir – obra ou negócio -, ajustar, por a caminho, expedir, preparar - medicamento prescrito em receita -, etc. Donde aviamento é, em sentido amplo, o aparelhamento ou o material necessários à execução ou conclusão de qualquer obra, ou à realização de um dado objetivo (Ferreira 1975, 166). Na Amazônia brasileira, o termo se refere ao sistema que sustenta a produção extrativista, no qual cada elo da cadeia produtiva vincula-se ao precedente por uma relação de dependência que se concretiza na remessa de um adiantamento em produtos manufaturados contra a expectativa de uma certa quantia de produtos do extrativismo. Numa ponta da cadeia estaria o produtor direto – via de regra referido na literatura como coletor - e na outra a casa exportadora. Chama-se *aviado* ao devedor e *aviador* ao credor – donde o termo *casa aviadora*, já empregado neste texto para designar as grandes casas comerciais especializadas no extrativismo situadas em Manaus[96].

Segundo Emperaire, os termos supramencionados referir-se-iam à estrutura extremamente hierarquizada do sistema, tal qual praticado na virada do século XIX para o XX (Emperaire 1996, 205). Os termos equivalentes de *patrão* e *freguês* têm a vantagem de por em relevo as relações de poder econômico e social que se entretecem no seio da cadeia produtiva do extrativismo: patrão é o nome dado àquele que controla as trocas no quadro do sistema de aviamento, que se abastece de bens manufaturados junto às casas aviadoras – quando não são eles mesmos os proprietários destas - e recolhe os produtos junto aos produtores diretos; fregueses – ou ainda *clientes*, pois é este o sentido do termo – é como se designam os produtores que trabalham para o patrão, dando a entender que a relação comercial que os vincula sobrepuja as demais – o que nem sempre é o caso. Nunca é demais lembrar que, como observa Emperaire (op. cit), da extração do recurso vegetal à casa aviadora há um grande número de

---

[95] Pela Lei estadual nº 99, de 19 de dezembro de 1955, foi criado o município de Airão, desmembrado do de Manaus, com sede na vila de Airão, elevada então à categoria de cidade (cf. Ferreira 1957, 101).

[96] O *Aurélio* traz para *aviamento* os seguintes significados, entre outros: "Elemento essencial do estabelecimento comercial; o conjunto de aparelhamento, freguesia, crédito e reputação"; e "*Bras*., *Amaz*. Mercadoria fornecida pelo aviador ao aviado". Para *aviar*, registra: "*Bras*. Vender mercadorias ao seringueiro; fornecer-lhe o de que precisa". Para *aviador*: "*Bras*., *Amaz*. Fornecedor e comissário de seringueiros". E para *aviado*: "*Bras*., *Amaz*. Aquele que negocia por conta de outrem"; e "seringueiro que tem certo número de homens trabalhando por sua conta em seringal de outrem" (Ferreira 1975, 166).

intermediários que formam uma cadeia vertical de interdependência cujas esferas de ação são difíceis de discernir. Remontando a cadeia produtiva, poder-se-ia considerar como patrões (i) ou os intermediários sob a tutela direta ou indireta de um grande comerciante, (ii) ou os proprietários ou concessionários de terras exploráveis, (iii) ou os eventuais gerentes destes, (iv) ou os que transportam os produtos em barcos, (v) ou ainda os negociantes com residência fixa em uma vila ou cidade.

O aviamento é muitas vezes comparado ao escravismo, pois freqüentemente se traduz em endividamento do freguês face ao patrão: aquele dispõe de toda a sua produção para o patrão em troca de bens de consumo; e este joga com os preços dos bens de consumo e dos produtos extrativistas para maximizar seus lucros. Enfocando a especificidade da empresa seringalista no alto rio Solimões, que, tal como o rio Negro, foi uma área produtora de borracha relativamente pouco importante e marginal, Oliveira Filho enumera três modalidades de acumulação primitiva[97] praticadas pela empresa seringalista: (a) a aplicação maximizante da mão-de-obra como fator econômico básico a determinar o aumento da produção; (b) a venda – no barracão ou em batelões – de mercadorias, produtos manufaturados e gêneros de primeira necessidade já absorvidos pelos produtores diretos; e (c) a comercialização de uma parte da produção que poderia ser igualmente voltada para o autoconsumo – farinha de mandioca, peixe, caça, peles, fibras, etc. Unificando esses três elementos estava o monopólio comercial imposto e exercido pelo patrão, monopólio este usualmente associado à pretensão de propriedade sobre as terras habitadas pelos fregueses - como vimos para os Bezerra em Airão. O controle exercido pelo patrão constituiria, assim, uma decorrência do reconhecimento local de seus direitos sobre a terra e os produtos dela derivados.

Entretanto, seus "sustentáculos reais" seriam "o regime de troco" – com o pagamento convertido em produtos ou em capacidade futura de compra no barracão - e a ameaça de uso de coerção física, retaliações e represálias. Assim, por contingências da estrutura fundiária e de poder locais, o produtor direto se via obrigado a vender a sua produção apenas ao seringalista, mediante os preços arbitrados por este, atando-se em dívidas infindáveis ao adquirir mercadorias em seu barracão. Desse modo, o endividamento operava tanto como um mecanismo de imobilização de uma mão-de-

[97] Entendida pelo autor, a partir das definições de Claude Meillassoux e Pierre Philipe Rey, não como um processo histórico específico, mas como "um modo de relação de dominação surgida entre dois sistemas produtivos" (Oliveira Fº 1988, 82). Baseio-me aqui, também, em outras análises sobre o "sistema de

obra inteiramente livre em termos legais – pois justificava o aprisionamento ao patrão/ seringal/barracão/casa comercial/batelão com a obrigação de quitar a dívida – quanto como um fator de acumulação para a empresa seringalista, acompanhando a lógica de compra e venda comum à qualquer comerciante (Oliveira Fº 1988, 77 e ss.).

As evidências indicam ser essa a situação obtida ao tempo em que os Bezerra foram a casa comercial de maior movimento em Airão. Segundo Leonardi, o exercício do poder discricionário dos Bezerra sobre os rios nos quais tinham a sua freguesia teria sido mais intenso após a queda dos preços da borracha, com a quebra das casas menores: "com a falência e o fechamento de várias casas comerciais de Airão, o poder local foi se concentrando, a partir de 1914, nas mãos de uma única família, a dos Bezerra, que passou a mandar no Jaú do mesmo modo [como] os coronéis mandavam" na Paraíba, na região de Mamanguape: "com um misto de autoritarismo, paternalismo e truculência". Aqueles que permaneceram nos rios dominados pelos Bezerra, viveram "sob esse novo e último esquema de dominação estruturado em torno da pessoa do senhor Francisco Bezerra, cujo poder foi muito maior do que os Vianna, seus antecessores" (Leonardi 1999, 143) - pois "no tempo das vacas magras" teria cessado a concorrência das outras casas comerciais.

Uma parte expressiva dos moradores do Jaú, Carabinani e Unini trabalhavam para os Bezerra e têm viva lembrança do domínio que eles exerciam nos rios – assim como os residentes de Taupessassú, que trabalhavam em outros ramos de atividade.

> Lá em Airão Velho, era propriedade dos Bezerra, uma família. *Era um império dos coronéis de barranco de lá*. Inclusive, eu ainda conheci um deles. Era o seu Francisco Bezerra. O último dos coronéis do município.
> [Francisco Aderson da Silva, 50, sócio do Estaleiro Naval São José e ex-vereador em Novo Airão, 13.04. 1994]
>
> HB: Porque razão os seus pais vieram para cá?
> FC: Para trabalhar em negócio de castanha, borracha, essas coisas tudinho. Aqui no Jáu a borracha é verdadeira. Nós viemos tomar conta da fazenda do velho Chico Bezerra [em 1930]. [...]
> HB: Como é que foi para vocês se colocarem lá no Arpão?
> FC: O velho Chico Bezerra, tio do João Bezerra, foi buscar o finado papai lá [em São Gabriel da Cachoeira] para tomar conta da fazenda. O finado papai, nós tudo, ficamos tomando conta lá. Quando ele morreu, eu fiquei tomando conta para o velho Chico Bezerra. Mas quem manobrava era o Pedro Bezerra.
> [seu Felisberto Cardoso, 76, Seringalzinho, rio Jaú, 01.07.1998]
>
> HB: Nesse período seus pais tinham patrão efetivo dentro do rio?

---

aviamento", tal como a oferecida por Almeida e Menezes (1994) para a situação obtida no alto rio Juruá, Acre.

RB: Eles trabalhavam com os Bezerra. Todo o tempo com ele, até que o velho morreu. Foi nesse tempo que nós já estava grande e aí começamos a trabalhar com outros patrões que entravam para cá. Aqui não entrava regatão não senhor. Só era eles mesmo.
[dona Rita Brandão Oliveira, idade ignorada, Vista Alegre, rio Jaú, 04.07.1998]

HB: Então, o senhor já morava no Carabinani quando aquela área foi transformada em parque?
PL: Quando eu entrei no Jaú [em 1944] não tinha isso não. Naquele tempo quem mandava lá era os Bezerra. Ali onde tinha aquele lugar velho, sabe? Ali morava uma família, os Bezerra. Paraibanos. Era quem mandava ali naqueles rios tudinho – Jaú, Carabinani, Unini e um que tem mais para lá, o Jauaperi. Eles mandavam naquilo tudo. Era uma firma, uns irmãos. Lá no Jaú não entrava ninguém. Quem entrasse lá, ele mandava embora. Se entrasse motor lá, ele mandava dois motores dos dele e cangava um de um lado, outro de outro e rebocava para fora. Não entrava ninguém. [...] Era um propriedade privada. Não entrava ninguém. Só eles mesmo.
[seu Pedro Linhares, 75, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, Novo Airão, 29.10.1998]

HB: Então, dona Teresa estava me contando que quando ela entrou lá, em 1945 e se colocou lá no Cajú, lá próximo do Paca, quem dominava o rio era os Bezerra.
CP: Era os Bezerra mesmo. Isso aí, já entrou esse pessoal depois. Todo mundo tinha medo de entrar no Jaú, porque o velho morava em Airão e aí o motor que passava ele mandava ir buscar de volta. E vinha mesmo. Ele não deixava entrar não!
[seu Francisco Assis de Souza, 66, vulgo Chico Paca, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora Novo Airão, 31.10.98]

HB: E como foi para entrar esses outros patrões lá no Jaú?
MB: Isso foi depois, bem depois já. Foi depois de muito trabalho. Para entrar o pessoal lá era difícil. Eles botavam para fora. E tinha que sair mesmo. Era dele mesmo. Era ele [Chico Bezerra] que tomava conta de tudo.
[seu Manoel Brás, 82, Conjunto Muruci, Novo Airão, 01.11.1998]

HB: A senhora chegou a alcançar o tempo dos Bezerra aqui na foz?
HS: Já o finalzinho. Aliás, os Bezerra, eu só alcancei o finado Chico Bezerra e o Pedro Bezerra. Foi só quem eu alcancei. E o Zé Bezerra, também, ainda alcancei. Agora, o resto não. Não alcancei mais não.
HB: E como é que era? Eu ouvi dizer que os Bezerra mandavam dentro do Jaú.
HS: Mandavam sim senhor. Mandavam mesmo. Ali não entrava ninguém. Ainda alcancei isso. Não entrava ninguém, ninguém mesmo! O motor que tentasse entrar para lá, eles mandavam botar o motor atrás e tinha que vir parar no porto de Airão Velho, que era para eles se entender. E não entrava mesmo, mas não entrava mesmo. Ali ele mandava mesmo.
[dona Hilda Vieira Savedra, 73, a bordo do batelão “Ângelo Jr.”, igarapé de São Francisco, Novo Airão, 02.11.1998]

HB: Voltando então um pouco no tempo, seu Adelino. Quando o senhor entrou lá no Jaú em 1950, como é que era o Jaú?
AR: O Jaú, quando entrei, comerciante não existia. Tinha - já ouviu falar nos Bezerra? - o velho Bezerra. Os Bezerra é que eram os mandão de tudo. Só entrava quem eles entendiam.
[Adelino Reis, 79, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, membro da Diretoria da Associação de Moradores, 01.11.1998]

É importante fazer algumas observações para qualificar este sistema e a feição específica que ele tomou no médio e baixo rio Negro, tendo Airão como epicentro.

Em primeiro lugar, como já indicamos, o sistema não se encerrava na relação entre o produtor direto e o barracão e/ou armazém, se estendendo em uma rede de subordinação e dependência que, por um lado, abarcava as casas aviadoras em Manaus, e, por outro, podia implicar em prepostos da casa comercial local intermediando a cadeia de distribuição de mercadorias na foz de um igarapé ou próximos de uma colocação de seringa. Ou seja, o seringueiro estava atado aos Bezerra ou a um barracão de um de seus prepostos, do mesmo modo que estes estavam atados entre si e à casa aviadora J. G. Araújo. Tudo isso tinha evidentes repercussões políticas. Leonardi observa que as grandes casas aviadoras de Manaus – Antunes Montenegro, B. Levi, Freitas Ferreira, Gaspar Almeida, J. G. Araújo, Tavares Gomes, etc. – não só monopolizavam o comércio da borracha, como controlavam uma parte considerável da vida política nos rios e seringais por eles explorados. “Controle da produção e comercialização da borracha estavam intimamente associados à sujeição e controle de processos eleitorais e político-partidários no estado do Amazonas” (Leonardi 1999, 140). Não é à toa que os veteranos residentes desses rios, ao serem interpelados sobre quando tal ou qual fato se deu, via de regra remetem ao governador da ocasião, a despeito de não saberem precisar o ano.

Em segundo lugar, paralelamente à relação econômica se estabelecia também relações sociais de outro tipo. Isto é, o sistema não se limitava a relações de caráter estritamente mercantil e de dominação política, pois eram entremeadas por vínculos de parentesco, compadrio, amizade, lealdade e fidelidade clientelística, que lhes davam um outro tom. Expressão disso são as mais variadas e contraditórias estórias contadas sobre o finado Chico Bezerra, atestando a ambivalência da autoridade e do domínio que ele exercia na região. Alguns relatam que ele era cruel e implacável com os fregueses que tentavam evadir-se do seu controle e vender os produtos para outras casas comerciais. Diz-se que ele costumava aplicar castigos corporais em um pelourinho – de resto, não identificado nas ruínas de Airão – e/ou isolar o seringueiro recalcitrante, durante um certo tempo, em uma das ilhas situadas em frente à povoação. Outros, por sua vez, referem-se ao hábito que ele tinha de adotar os filhos dos seringueiros mortos por doenças – beribéri e malária, entre as mais citadas - e acidentes com feras e /ou animais peçonhentos nos seringais. Esses órfãos eram, via de regra, afilhados do finado Chico Bezerra. Segundo seu João Bezerra Filho, com quem visitei as ruínas de Airão, onde ele

me mostrou o casarão aonde ele abrigava os órfãos: “Ele chegou a criar oitenta e poucos meninos” [!].

Nesse “emaranhado hierárquico de relações de sujeição-proteção-exploração”, para usar os termos de Leonardi (1999, 138), duas coisas merecem destaque. Primeiro, se houve de fato um momento em que “nichos de relativa autonomia comunitária e auto-subsistência familiar” tenham existido, como sugere Leonardi, com a elevação do preço da borracha no mercado internacional, estes foram cedendo espaço à exploração intensiva e especializada de um único produto. Isso teria, eventualmente, prejudicado a produção de gêneros de primeira necessidade para o consumo doméstico e, por conseguinte, levado a uma condição de vida malfazeja nos seringais, expressa na constante referência ao beribéri e na toponímia local (138) – lugares denominados Inferno, Purgatório, Passa Fome e Pepino, todos no alto Jaú. Segundo, as relações entre os elos desse emaranhado hierárquico eram marcadas por “uma série de obrigações não contratuais: pequenos favores e serviços de proteção” (139) que corriam em mão dupla. Se o endividamento e distintas formas de coerção asseguravam à casa aviadora e à casa comercial local o monopólio, o controle e a continuidade na compra e venda da borracha , os proprietários e comerciantes estavam, por sua vez, atados aos seus clientes, aos quais deviam – ou, pelo menos, os clientes assim esperavam - amparo, proteção e auxílio, mormente em momentos de dificuldade – doença, morte, etc.

Em terceiro lugar, esse domínio não era absoluto, apresentando brechas e fraturas. Os Bezerra, ao assumirem o controle dos seringais situados nos rios próximos a Airão e, por conseguinte, o monopólio do comércio da borracha e dos demais produtos extrativistas, se viram na obrigação de reconhecer o direito de posse, quando não de propriedade formal mesmo, de antigos residentes. Foi o caso, entre outros, dos imigrantes chineses oriundos de Macau – todos com nomes portugueses e falando português - e dos descendentes do casal de imigrantes negros de Sergipe que vieram para o rio Jaú no início do século XX - Jacinto de Almeida e dona Leopoldina.

Tive a oportunidade de conhecer dois descendentes de imigrantes chineses. Um deles, seu Chico Viana, 62, nasceu em uma colocação de seringa do seu pai no lago do Sorva, no alto rio Jaú, tendo residido também nos sítios Socó, Macaco, Tapuru e na cachoeira do Jaú – onde abriu um lugar em 1960, em que morou até se retirar para Novo Airão. O avô materno de seu Chico era um chinês casado com uma “índia” e já estava situado no alto rio Jaú, quando o seu pai, parintinense, entrou no Jaú em 1917.

HB: E aí eu fiquei bastante interessado nisso: a história da sua família. Como é

> que foi para se colocarem no Jaú?
> CV: Meu pai veio aqui para o Jaú. Ele é filho de Parintins [AM], sabe? Então ele veio em1917 para o Jaú. Foi trabalhar lá no alto Jaú num lugar denominado Socó. Não sei se o senhor já ouviu falar. Chegou lá, encontrou já um chinês que era meu avô, Domingo Dias, que já era localizado lá. Veio da China. Não sei em que época ele veio. Sei que ele já estava localizado lá, morando, e ele ficou trabalhando por lá. E foi aí que ele gostou da filha do chinês e casou-se com ela, que era a minha mãe. Casou-se e depois trabalhou muito tempo lá. Continuou trabalhando no Socó. [...]
> HB: Você falou que o seu avô Domingos Dias era chinês. E a sua avó?
> CV: Era índia. Veio solteiro de lá. Chegou aí, se juntou com esta índia e depois casou com ela, e tiveram uma única filha que era a minha mãe.
> [seu Chico Viana, 62, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, Novo Airão, 31.10.1998]

Outro descendente é Ângelo Savedra, neto do "china" Lourenço Savedra, que possuía título definitivo de posse de dois seringais no alto curso do rio Jaú – Monteiro e Morcego. Segundo o depoimento da mãe de Ângelo, dona Hilda Vieira Savedra, 73, viúva de Gregoriano Savedra e nora do "china" Lourenço, este também deve ter se casado com uma índia – pois a sua esposa teria sido uma mulher do alto rio Negro.

> HB: O seu Gregório era de descendência chinesa, era isso?
> HS: Chinesa, é!
> HB:Vocês sabem contar como é que foi que ele veio parar no Amazonas – da China para o Amazonas?
> HS: Ele? Ele já nasceu aqui. O pai dele é que era chinês. Era. A mãe dele era natural daqui do rio Negro, do alto rio Negro. Agora, o pai dele era chinês. [...]
> HB: Então, quando a senhora casou com ele, ele já trabalhava aqui dentro?
> HS: Já. Ele já trabalhava aqui. Ele nasceu no Jaú. O pai dele tinha propriedade lá e ele ficou com a propriedade, que até hoje existe lá. E é sempre para aonde nós vamos, é para lá. Está lá no alto. Agora está sem ninguém. Só tem a casa mesmo lá, mas todos os anos nós vamos lá.
> HB: Então, ele chegou já a nascer no Jaú, nesse dito seringal Monteiro?
> HS: Foi. Monteiro, é. É tanto que esse terreno dele lá que ficou para nós - para os filhos - tem título definitivo, tem tudo! Agora, nós só temos aqui a xerox, porque os documentos mesmo estão em Barcelos. Ficaram em Barcelos, no tempo em que foi fazer a transferência do pai dele para ele - do nome do pai dele para ele, o finado meu marido. E por lá ficou as papeladas. Está por lá.
> [dona Hilda Vieira Savedra, 73, a bordo do batelão "Ângelo Jr.", igarapé de São Francisco, Novo Airão, 02.11.1998]

A esses se somam os descendentes do casal de imigrantes negros de Sergipe, Jacinto e Leopoldina de Almeida, muitos dos quais ainda residem no Jaú e/ou em Novo Airão. Para ser mais exato, são descendentes de um sobrinho deles, José Maria dos Santos, com dona Otília Maurícia. Segundo depoimento de seu Manoel Brás, 82, afilhado do finado Jacinto e criado por este desde os dois anos de idade, ele possuía um seringal, onde também criava gado, num lugar chamado Capela, igualmente conhecido como Arpão, na margem direita do médio rio Jaú. O velho Jacinto teria adoecido e, desejoso de não mais trabalhar, teria vendido o lugar para o finado Chico Bezerra por

vinte contos de réis e retornado para o Sergipe[98]. Antes de partir, porém, segundo seu João Bezerra Filho, teriam feito uma combinação para entregar o rio Pauini, afluente da margem esquerda do rio Jaú, logo acima do Arpão, a José Maria dos Santos - um sobrinho de seu Jacinto que chegou pouco tempo depois, em companhia da esposa, Otília Maurícia, "atraídos pelo ouro do Brasil, que era a borracha"[99]. Tiveram catorze filhos, dos quais - com o recente falecimento de seu Maurício – poucos permanecem vivendo ou no Jaú ou em Novo Airão.

Esses breves relatos sobre a origem das parentelas de alguns dos atuais e ex-residentes do Jaú mostram o laboratório de hibridação em que se transformaram os rios da região, em virtude do *rush* promovido à escala global pela economia da borracha. Índios, portugueses, afro-descendentes, imigrantes nordestinos, chineses e outros compunham "um multifacetado intercâmbio cultural afro-macaísta-amazônico", nos termos de Leonardi, que nos obriga hoje a empregar cautelosamente termos como autóctone, forasteiro e alienígena (Leonardi 1999, 169).

Não obstante, quero chamar a atenção para as evidências de que tanto os chineses - que ali estavam antes dos Bezerra ascenderem ao domínio político e econômico de Airão - quanto os descendentes do casal de negros oriundos do Sergipe - que receberam a referida área do finado Chico Bezerra - atuavam "por conta própria", "libertos", como produtores ou comerciantes independentes do controle exercido pela firma Bezerra. Tudo indica que o finado Chico Bezerra, por sua vez, acatava e não opunha embaraços à sua atuação. Os depoimentos produzidos em campo atestam essa possibilidade e indicam que os Savedra e os Maria eram apenas duas instâncias dessa atuação relativamente autônoma de alguns produtores e pequenos comerciantes.

> HB: Agora, nesse tempo que o senhor entrou lá, o senhor falou que os Bezerra mandavam em tudo. Mas havia alguns moradores antigos que eles respeitavam lá dentro - que tinham a sua própria área, o seu próprio terreno?
> PL: É. Tinha alguns.
> HB: Quem eram esses?
> PL: O que tinha lá que tinha propriedade e que eles respeitavam era um senhor por nome Gregório Savedra. Ele tinha umas propriedades lá e ele respeitava. Porque as propriedades dele tudo tinha documento, tinha título definitivo. Então

[98] Seu Manoel Brás é natural de Airão, filho de maranhense com paraense. Não foi possível estabelecer se ele descende dos comerciantes Joaquim Braz Ribeiro ou Brás – da Brás & Soares -, que já se estavam estabelecidos em Airão por volta de 1886. Segundo seu Manoel, o lugar conhecido como Arpão estava cadastrado com o nome de Capela. Ainda conforme o seu depoimento, o finado Jacinto teria vendido o lugar para o falecido Chico Bezerra por volta de 1935, pois quando aquele voltou para Sergipe seu Manoel "estava grande. Eu estava com vinte anos já. Aí eu fiquei aí. Não quis ir com ele embora."

[99] Os termos são de seu Jaci, Jacinto Maria dos Santos, 67, quarto filho do casal, residente no lugar chamado Sorva, na margem direita do rio Pauini.

ele respeitava mesmo, mas no mais tudo era deles. Até aquelas propriedades daquele povo antigo que tinha título definitivo. Às vezes morria ou abandonava, aí ele se apossava de tudo[100]. [...]
HB: O senhor falou então no seu Gregório Savedra. E o pai de seu Maurício, esse pessoal de Maria dos Santos também não tinham um lugar deles ali no Tambor, no Pauini?
PL: Tem. Eles tem. Mas sobre isso, eu não sei da vida deles. De fato, eles nasceram ali. Por direito, eles tem direito porque ali é a terra deles. Foi aonde eles nasceram, mas eu não sei se aqueles terrenos deles são legalizados ou não.
[seu Pedro Linhares, 75, Novo Airão, 29.10.1998]

HB: Quando o senhor começou a se entender, como é que era a vida no Jaú?
CV: Quando eu comecei a me enteder no Jaú, a vida lá era só extração mesmo de borracha e de sorva. Naquele tempo tinham os Bezerras, que tomavam conta lá dentro. [...] E aí era só extração de borracha. Naquele tempo tinha muita borracha. [...] Então meu pai trabalhava assim. Fazia o rancho em Manaus. Começou assim. Depois ele mesmo comprava o rancho para passar um ano! Aí quando era no final do ano ele baixava e ia pagar. [...]
HB: Agora, o seu pai e o seu avô chegaram a trabalhar com os Bezerra?
CV: Não, não trabalhavam com os Bezerra não. *Trabalhavam independente deles*. O meu pai tinha as mãos calejadas de remar. Eles baixavam, iam a Manaus e voltavam - ele mais meu avô.
HB: Então, eles eram independentes?
CV: Porque eles subjugavam um pouco - os Bezerra. Eles subjugavam um pouco as pessoas. Aí por isso, meu pai era assim pouco... Tinha um gênio assim meio ruim, um pouco. E ele levou aquele capricho de *não ser sujeito a eles*. E não foi só ele não. Era ele, era seu Zé Maria - pai daqueles morenos -, era o Gregório Savedra, era o finado Marcolino - lá do Tapuru -, e um homem que morava no Arpão por nome Jacinto. [...]
[seu Chico Viana, 62, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, Novo Airão, 31.10.1998]

HB: Havia pessoas que moravam lá e que não eram fregueses dele?
MB: Não.
HB: Nem o pessoal do seu Maurício, do seu padrinho, o seu Jacinto?
MB: Bom, isso aí... O seu Jacinto *trabalhava por conta dele mesmo*. Mas aí ele ia para Manaus, comprava mercadoria e voltava de novo.
HB: E os Bezerra respeitavam isso?
MB: É eles respeitavam. Naquele tempo não tinha essa perseguição não. Cada um trabalhava com o que era seu, né?
[seu Manoel Brás, 82, Conjunto Muruci, Novo Airão, 01.11.1998]

HB: E como é que era a relação de vocês? Vocês tinham um seringal próprio lá?
HS: É.
HB: E vocês eram fregueses dele ou como é que era?
HS: Não senhor. *Nós éramos libertos*. Já no terminal da vida dele [Chico Bezerra], quase para ele se acabar, foi que nós trabalhamos aí uns poucos tempos. Uns dois anos, mais ou menos, com ele. Mas, assim, passageiro. Comprava dele, assim, pouco. Porque ele [o finado Gregoriano Savedra] comprava mais era em Manaus. A gente trazia o rancho de Manaus.
[dona Hilda Vieira Savedra, 73, a bordo do batelão "Ângelo Jr.", igarapé de São Francisco, Novo Airão, 02.11.1998]

---

[100] Nesse trecho, seu Pedro Linhares nos dá uma pista de como os Bezerra fizeram para ampliar o seu patrimônio – pela expropriação pura e simples de antigas propriedades.

Complementando essas informações, Leonardi menciona a existência em Tauapessassú, por volta de 1905, da firma Pereira & Savedra, de chineses, que mantinha seringueiros por sua conta própria no Jaú (Leonardi 1999, 170). Além dos Savedra, Leonardi menciona a existência de pelo menos mais três famílias de imigrantes chineses nos rio Jaú e Carabinani[101]: no lugar Santa Rosa, próximo à foz do Carabinani, havia um barracão pertencente a uma família de chineses, sócia de uma firma montada por imigrantes oriundos de Macau, que além de possuir seu próprio seringal, tinha um grande número de fregueses seringueiros colocados no mesmo rio (147 e 169); no lago Grande, também no Carabinani, havia os Fontenele; e no Forquilha, no rio Jaú, havia os Anhapi (169). Leonardi não menciona o nome de Domingos Dias, avô materno de seu Chico Viana, colocado no Socó.

Baseado no mesmo manuscrito inédito de seu João Bezerra Filho ao qual não tive acesso (cf. nota de rodapé nº 101), Leonardi cita uma pletora de pequenos comerciantes situados entre as desembocaduras do Jaú e do Carabinani. Na confluência do Jaú com o Negro, no lugar São Luís, à margem esquerda, estava estabelecido um nordestino chamado José Caxias, e na margem oposta o português Felinto Romeiro Teixeira. Ambos faziam concorrência aos comerciantes estabelecidos em Airão, entre os quais os Bezerra, ainda que todos fossem clientes das mesmas casas aviadoras em Manaus. No trecho do Carabinani entre a foz e as cachoeiras, além do já mencionado barracão no lugar Santa Rosa pertencente a uma firma de chineses, havia o barracão de taipa de um certo Chico Brasileiro e o barracão coberto de zinco de propriedade da firma J. S. Amorim & Cia. Ltda., que tinha como gerente o próprio José Soares Amorim. Consta que este, com recursos próprios, teria aberto estrada à margem do rio em 1905. Nesta colocou uma carroça puxada por dois burros, para ultrapassar os saltos da cachoeira na época do ano em que era difícil faze-lo por água, transportando a borracha de um lado para outro. Cobrava uma espécie de pedágio pelo serviço (Leonardi 1999, 146-7).

À situação dos que atuavam por conta própria - “libertos” – e dos pequenos comerciantes e firmas locais que rivalizavam com os Bezerra, deve-se somar a atuação direta das casas aviadoras de Manaus, por meio das chamadas “expedições”, em que aquelas compravam a produção e vendiam a mercadoria diretamente aos seus aviados

no beiradão. Há registro desse tipo de atuação no que se refere ao comércio de castanha no rio Unini para a década de 1930, tendo certamente sido uma prática mais extensa e rotineira. Seu Avelino, veterano do rio Unini que conhecemos no início do Cap. 2, nos explica como operavam as "expedições". Note-se no seu depoimento dois elementos importantes: a referência à mudança tecnológica do vapor – "lancha a fogo" – para o motor à explosão, como indicador das transformações na comercialização da produção; e a distinção que ele estabelece entre aviado e freguês, como a sugerir uma relação política e economicamente menos subordinada para o primeiro.

> HB: O senhor disse que os seus pais vieram cortar castanha aqui [no rio Unini]?
> AS: Foi, sim senhor.
> HB: E para quem eles vieram cortar? Quem era essa pessoa?
> AS: *Naquela época tinha as expedições de J. G., J. C. Amorim e a gente vendia a castanha para eles.* [...]
> FVM: E como é que era para vender a produção? Queria que o senhor explicasse como é que era isso naquela época.
> AS: A produção? *Na época a gente tinha os patrões que vendiam direto. A gente vendia a borracha. Acabou-se aquelas expedições que tinha de J. G., J. C. Amorim. Acabaram-se. Porque naquela época tudo era lancha a fogo. Não existia motores. Aí começou a aparecer motores e a gente vendia para os regatões a produção da castanha, da borracha, da sorva, da balata*. [...]
> HB: O que eram essas expedições de que o senhor falou?
> AS: *Expedições de J. C. Amorim, Casa Sempes. Isso aí eles vinham. Era firma, na época. Passavam aí. Ainda hoje ainda tem as firmas. Eles vinham buscar castanha direto dos aviados deles. Trabalhavam direto. Vinham só buscar as castanhas deles, dos aviados deles. E no beiradão eles compravam castanha. Vinham vender e eles compravam.*
> HB: Como é que eram essas expedições? Como é que elas eram?
> AS: Elas? *Expedições porque elas vinham buscar a castanha e vendiam mercadoria particular*.
> HB: Tinha data certa para acontecer?
> AS: Tinha data certa. *Agora, eles não tinham era fregueses. Vinham buscar direto dos aviados das firmas*.
> [seu Avelino dos Santos, 71, Flausino, rio Unini, 10.04.1998]

Enfim, o enfraquecimento do controle exercido pela firma Bezerra se acentuou de modo definitivo na segunda metade da década de 1940, com a desvalorização da borracha brasileira que se seguiu à guerra. Tendo o velho Chico Bezerra ficado só a frente dos negócios, pôs a firma em liquidação e passou a arrendar seringais a outras firmas de Manaus. Ainda segundo seu João Bezerra, com a notícia da liquidação da firma, novos comerciantes passaram a entrar nos rios para a extração e compra de produtos (Vanconcelos F^{o} s/d b).

---

[101] Leonardi cita um manuscrito inédito de seu João Bezerra Filho ao qual não tive acesso. Não estava entre aqueles que me foram disponibilizados pelo próprio autor.

4.3.2. Candirú, o "libertador do Jaú" e a proliferação de petty traders

O afrouxamento do domínio exercido por Chico Bezerra teria sido secundado pela iniciativa individual de alguns produtores e/ou comerciantes resistentes à hegemonia do velho Chico Bezerra, dentre os quais destaca-se a figura de um comerciante de Manaus, um "regatão" denominado Candirú, conhecido pelos residentes como "o libertador do Jaú". *Regatão* é o nome dado ao comerciante ambulante que percorre os rios em barco - geralmente de sua propriedade - a cata de produtos agrícolas e do extrativismo – vegetal e/ou animal (caça e pesca) – e ofertando, em troca, gêneros alimentícios e produtos manufaturados para aprovisionar os produtores diretos. Um regatão pode ser um patrão e vice-versa, mas é mais comum um regatão competir com um patrão, cassando o seu monopólio – como ocorreu no Jaú. Ele desvia para si uma parte dos lucros sem desenvolver, todavia, o mesmo vínculo social que une o aviador ao aviado, o patrão ao freguês. Os regatões - via de regra - não possuem capital suficiente para compras de grande escala.

O Jaú e as demais áreas dominadas pelos Bezerra foram, então, abertos à concorrência de inúmeros regatões. Por sua vez, alguns patrões transferiram para os rios Jaú e outros do baixo rio Negro, os seus fregueses de outras regiões mais exploradas. Esse novo contexto também permitiu que alguns produtores que já vendiam a sua produção diretamente às casas aviadoras em Manaus, se constituíssem paulatinamente em pequenos negociantes e patrões no rio – como foi o caso de seu Pedro Linhares. É interessante notar como a idéia de "liberação" e "liberdade" vincula-se ao aumento da concorrência em torno da produção extrativista e à abertura do mercado local.

> HB: Nesse período seus pais tinham patrão efetivo dentro do rio?
> RB: Eles trabalhavam com os Bezerra. Todo o tempo com eles até que o velho morreu. Foi nesse tempo que nós já estávamos grandes e começamos a trabalhar com outros patrões que entravam para cá. Aqui não entrava regatão não senhor. Só era eles mesmo. Negócio de regatão, *quem veio liberar esse rio Jaú e o rio Carabinani* foi um homem que veio de Manaus, chamado Candirú. *Foi ele quem liberou esse rio aqui*. Mas aqui não entrava regatão!
> HB: Quando a senhora diz que esse Candirú "liberou o rio", em que sentido?
> RB: No sentido de entrar regatão. Ele foi o primeiro de fora. *Mas aí já estava só o seu Chico Bezerra. Os outros já tinham morrido. Só já estava ele quando foi liberado esse rio aqui. Foi aí que foi entrar os outros*. Os filhos dele [Candirú], um se chamava Cabral e o outro Inácio. [...] Aí ficou os outros regatões mesmo. [...] *Quando ele morreu, ficou só os outros regatões mesmo*. [..] A gente já trabalhava assim com os outros patrões. Eu trabalhei com o Inácio, com o Cabral.
> [dona Rita Brandão Oliveira, idade ignorada, Vista Alegre, rio Jaú, 04.07.1998]

> HB: Então, na época em que o senhor entrou lá, em 1944, eram os Bezerras ainda que regulavam?

PL: Era uma propriedade privada. Não entrava ninguém. Só eles mesmo. Aí foi o tempo em que eu entrei lá. Eu andava em canoa, mas o velho Chico Bezerra dizia... Tinha um morador bem na boca ali, quase em frente aonde tem os flutuantes do IBAMA. Mais acima tem um lugar velho. Ali morava um preto velho por nome Quirino. Esse Quirino era o espião deles. Era um homem que tinha trabalhado na comissão de limites Madeira-Mamoré no tempo do General Rondon. Então, era um preto, um senhor alto. Ele era como um vigia [...]. Aí foi o tempo em que entrou um senhor por nome Candirú - era um comerciante. Esse Candirú entrou lá e foi uma zoada danada. O velho mandou os motores - um bocado - buscarem o Candirú. O Candirú voltou. Discutiram lá. E aí o Candirú entrou. Pois bem. Aí, com mais uns dias entrou um senhor por nome Damião. Trabalhava em balata – extração de balata. Aí foi outra confusão. Aí foram acima e foram abaixo. Nesse tempo o governador era o Álvaro Maia. O Candirú foi lá – ele tinha conhecimento lá com os homens. Foi lá na Secretaria de Produção. Eu sei que ele mexeu por lá, até que eles deram autorização que ele podia viajar no rio - que o rio era trânsito. Aí o Candirú conseguiu viajar. Agora quando o Candirú entrava, ele mandava um motor atrás - o Bezerra. Onde o Candirú encostava, o motor dele encostava também. Tudo era gente dele. Aí o Candirú não ligava. E só faltaram ir às balas. Aí, foi acima e foi abaixo. *Nessas alturas, aí eles me liberaram, sabe?* Aí o motor do velho Chico Bezerra já me dava reboque. Me davam reboque para mim ir, quando eu ia subindo. Aí se esqueceram de mim, porque o Candirú é que era o maior. *Aí foi indo, foi indo, aí foram liberando. Liberando até que aí começou entrar já gente de fora*. Mas demorou muito. Vige! Isso aí foi uma confusão danada.
HB: Quer dizer que quem foi o primeiro a entrar de fora foi esse senhor Candirú?
PL: Foi. *Foi quem libertou o Jaú*.
[seu Pedro Linhares, 75, bairro Nª Sra Auxiliadora, Novo Airão, 29.10.1998]

AR: [...] Então, aí, quando eu cheguei lá [no Jaú, em1950], existia esse Pedro Linhares andando já escurraçado. Tinha um motorzinho Champion de 4.0 Hp, andando lá. Pois andava com medo. *Então, existia um senhor por nome Candirú, que chamavam "o libertador do Jaú" - ouviu falar? Então, ele foi quem libertou o Jaú*. Os Bezerra botavam o motor em cima, mas o rio era público e ele ia entrando, entrando, entrando. Quando chegava naquelas casas, não tinha nada. [...] "Não. O que for seu eu não levo, mas o que ele me vender eu compro". Aí eu fui entrando também, levando mercadoria e o pessoal trabalhando daqui e dacolá. Contanto que arrumei muita gente. Aí produzia muito. E graças a Deus eu soube trabalhar, ganhei um bocado de dinheiro lá. [...]
HTB: E aí, quando esse Candirú entrou?
AR: *Aí liberou tudo. Aí foi com muita briga, foi liberando. Muita briga daqui e dacolá, e eles foram afrouxando. E aí foram entrando. Foi entrando seu fulano. Foram entrando e eu também. Aí eu me criei lá para dentro*. [...]
FVM: Você tem idéia de quantos regatões entraram naquela época?
HB: Depois que abriu o Jau, quantos regatões?
AR: Espere lá. Entrava Joaquim Moraes, Galeosa, Nena Barros, Antônio Moraes, Manoel Magalhães. Tinha mais um tal de Jõao. [...] Tinha um homem por nome - aquele padrinho da Rosa - Paulino. Tudo isso andava para lá. E tinha o Candirú velho, que deixou e ficou os filhos. E tinha quem mais? *Tinha o Pedro Linhares. O Pedro Linhares passou a regatão*. Depois, já foi depois de coisa. *Eu não regateava. Eu era parado em terra*. Tinha o meu genro João Andrade, também, que regateava. O Maurício regateava. O Jaci, parado também. Eu movimentei mais parado. Agora, o Maurício não. [...] O Maurício regateava. Sim, tinha o Manoel Nunes! Também regateava. *Isso é só o que eu estou lembrado, mas ainda dá mais*.
[Adelino Reis, 79, bairro Nª Sra Auxiliadora, membro da Diretoria da Associação

de Moradores, 01.11.1998]

HB: Quando o seu patrão, o seu Celino Melo, veio com a freguesia dele para cá [em 1959], quantos parentes da sua família vieram com o senhor?
MP: Rapaz, foi um bocado. Agora eu não estou é lembrado bem. Foi o Zé Pereira, o Vavá, o compadre Januário – que era meu primo. No momento eu nem me lembro bem. Ah! Veio um outro primo também, o Henrique, irmão do cumpadre Januário
HB: O Zé Pereira que o senhor fala, é o Zé Pereira vereador daqui? Ele é seu irmão?
MP: É. Ele é meu irmão de pai e mãe.
HB: O Januário e o Henrique são primos?
MP: Primos.
HB: Esse Vavá é?
MP: Sobrinho. Filho do meu irmão - de um outro irmão que eu tive. Tinha o Raimundo, que chamam de Corumbá. Tinha o Zeca também, irmão do Vavá, conhecido por Caritó. Eu sei que vieram uma porção de parente.
HB: Veio junto com o seu Celino.
MP: Celino Melo.
HB: E aí, por intermédio desse rapaz, filho do Candirú, que chama Patinho, é que vocês foram se colocar [no Jaú]?
MP: Foi. Foi ele quem colocou nós. [...] Nenhum de nós nunca tinha vindo ao menos para cá. Mas ele conhecia. O Candirú também viajava para lá. Eles se conheciam. Eu já andei de passagem com ele [Patinho], com a mamãe para Manaus. A gente se conhecia. Aí meu patrão conhecia ele de lá, também. Conhecia as colocações todas.
[seu Máximo Pereira, 67, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, Novo Airão, 01.11.1998]

Os depoimentos de seu Pedro Linhares e seu Adelino Reis, que chegaram a ser importantes patrões - o primeiro regateando nos rios Carabinani e Jaú, e o segundo com um barracão no lugar chamado Maranhoto, na margem direita do rio Jaú, próximo à foz do igarapé do Umanapana, um tributário da margem esquerda - permitem entrever alguns elementos relevantes. Primeiro, quando o Jaú "foi liberado". Provavelmente, na segunda metade da década de 1940, pois o primeiro declara ter chegado ao Jaú em 1944 e se refere ao governo de Álvaro Maia[102] para datar a entrada de Candirú, e o segundo diz que quando chegou em 1950 seu Pedro ainda era "perseguido" e "escorraçado". Segundo, que essa liberação foi conflitiva e contou com a resistência ativa do velho Chico Bezerra. Por sua vez, as trajetórias de seu Pedro e seu Avelino, de seringueiros a

[102] Álvaro Maia governou o Amazonas em três ocasiões: primeiro, como interventor federal nomeado pelo governo revolucionário de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1931; depois, entre 1935 e 1945, como governador constitucional eleito e como interventor do Estado Novo a partir de 1937; e por fim, entre 1951 e 1954, como governador eleito (Pontes F^{o} 2000, 169 e ss.). Tudo indica que seu Pedro esteja se referindo ao segundo e mais longo período, o que por sua vez é confirmado por um trecho do depoimento de seu Adelino: "O meu problema para vir de Manicoré, do Madeira para o rio Negro, naquela época daquela guerra que durou 14 anos - 14 anos de guerra, 14 anos de ditadura -, no tempo do Getúlio Vargas, que governou o Brasil 14 anos, né? O Álvaro Maia governou o Amazonas 14 anos também. Existia sorteio. Aí, eu estava com vinte anos e me alistei".

patrões, é indicativa tanto da disposição de alguns produtores diretos e comerciantes operarem fora da rede de clientela do velho Chico Bezerra quanto da margem de manobra possibilitada pela informalidade das formas de apropriação fundiária, e pela mobilidade espacial característica do sistema produtivo.

Seu Pedro chegou ao Jaú em 1944 oriundo de Coari, no médio Solimões, já na companhia de sua esposa, dona Bernadete, para cortar seringa. No Catrambi, lugar no rio Carabinani em que se colocou, chegou a promover festejos para celebrar o Natal. Assim como o pai e o avô de seu Chico Viana tinham "as mãos calejadas de tanto remar", seu Pedro também "andava em canoa" nesse tempo, indo vender a sua produção direto em Manaus.

> HB: E logo no começo: o senhor já regateava o ou senhor tinha patrão?
> PL: *No começo eu trabalhava eu mesmo. Nesse tempo eu viajava em canoa*. Naquele tempo não tinha o transporte que tem hoje não. Eu pegava um reboque [quando vinha de Manaus] - uma canoa grande - e ficava lá do outro lado, ali em frente ao Jaú. De lá, eu atravessava de remo e ia de remo lá para onde eu trabalhava. Minha canoa pegava 1.200 quilos. Quando eu fazia a carga da canoa, aí eu baixava de remo de novo. Quando eu achava um reboque, muito bem. Quando eu não achava, eu ia de remo até Manaus. Muitas vezes, ali naquele estreito, nós passávamos de três a quatro dias com fome, sem nada, olhando para cidade sem poder atravessar, porque a canoa ia carregada e ali é só banzeiro.
> HB: E quantos dias era uma viagem dessa do Catrambi para Manaus? [...]
> PL: Nós gastávamos uns dez dias. Porque a gente não pode viajar direito. A canoa baixinha, assim. Banzeiro no rio é como você sabe. A gente só pode viajar quando está mais calmo. Aí não podia viajar. E ainda com a canoa carregada.
> HB: Então, o senhor ia vender a sua produção direto para a casa aviadora lá?
> PL: É. [...]
> [seu Pedro Linhares, 75, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, Novo Airão, 29.10.1998]

Seu Pedro também contou como ele fazia para driblar o esquema de vigilância mantido pelo velho Chico Bezerra na foz do Jaú por intermédio do preto velho Quirino, seu "espião" – indicando parte do repertório de práticas atualizado pelos residentes para evadir-se ao controle.

> Como *eu me dava muito com ele* [Quirino], quando eu vinha de Manaus eu dormia lá e quando eu vinha de cima eu encostava e dormia lá. Eu era novo nesse tempo. Ele me chamava de Pedrinho. *Toda vez que eu vinha eu trazia um presente para ele*. Ele dizia para mim assim, "Pedrinho, o compadre [Chico Bezerra] não quer que você entre aqui, mas eu lá vou ligar para isso" - dizia assim. Pois bem. Aí eu continuei trabalhando, assim como eu estou dizendo: viajando de remo, remando.
> [seu Pedro Linhares, 75, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, Novo Airão, 29.10.1998]

Já seu Adelino Reis é natural de Manicoré, no rio Madeira, e entrou no Jaú em 1950, depois de ter sido licenciado do Exército em 1945 e de ter trabalho em jangada – madeira em tora – e lenha ao longo do rio Negro, acima e abaixo de Barcelos. Com o

tempo, seu Adelino se consolidou como um importante e forte patrão no Jaú, onde tinha um barracão no lugar chamado Maranhoto, na margem direita do rio Jaú, próximo à foz do igarapé do Umanapana, um tributário da margem esquerda. Promovia uma célebre festa de São Pedro que atraía moradores do Jaú e outros rios próximos, e contava com a participação de religiosos salesianos, que para lá se dirigiam para conceder os santos sacramentos – batismo, casamento, comunhão e confissão.

O modo como seu Adelino e seu Pedro constituíram a legitimidade e a legalidade das suas propriedades originais no rio Jaú, parece indicar uma via comum percorrida por aqueles da sua geração para se estabelecerem à margem do controle que o velho Chico Bezerra pretendia continuar exercendo. Começaram por arrendar os seringais de suposta propriedade deste. Em seguida, obtiveram dele os lugares ou por doação ou pelo estabelecimento de coalizões com terceiros.

> AR: [...] Eu entrei para trabalhar lá pagando renda do Manapana. Aliás, eu fui na repartição de terra e eles tinham dois lotes de terra no Manapana demarcados. Mas isso aí *eles me entregaram tudo. O velho* [Chico Bezerra] *se deu comigo. Aí ele foi e me entregou com os documentos*. É porque eu não tenho mais. Tem dois lotes de terra demarcados dentro do Manapana. Tudo isso ele me entregou. João Bezerra ainda está vivo aí. O senhor conhece o Joaõ Bezerra, né? Ele conta essa história. *Eles me entregaram o Manapana*. Uma parte era do velho Chico Bezerra e a outra parte era do irmão dele, do Zé Bezerra, que morava aí no Caioé. Aí, eles me entregaram essas partes tudinho.
> [Adelino Reis, 79, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, 01.11.1998]

> PL: [...]Eu trabalhava aqui no baixo de primeiro. Depois eu fui para lá. Aí, cheguei lá, vi um igarapezão bonito, um seringalzão bonito, cada uma seringueira que era uma beleza, uma terra alta. Eu digo, “Eu vou trabalhar aqui. Depois eu vou lá com o velho Chico Bezerra ver o que é que ele diz”. Aí eu me coloquei lá. Aí, quando eu baixei, eu falei com ele: “Seu Chico e aquele lugar - aquele Catrambí - é do senhor?” Ele disse, “Não compadre”. Ele tinha um ditado: só chamava a gente de compadre. “Não compadre. Aquilo não é meu, mas *eu tomo conta daquilo*”. Eu digo, “Sim senhor. Pois eu vou trabalhar lá. O que o senhor acha?”. “Está bom. Eu lhe arrendo”. Aí, eu estava trabalhando. Nisso entra esse Candirú. Aí o Candirú faz um levantamento nas terras. Aí ele me chamou e disse “Pedrinho, você arrendou aquilo do seu Chico Bezerra?”. Eu disse, “Foi”. Ele disse, “*Aquilo não é dele não. Aquilo é de um senhor que toma conta*. Chama-se Cabocliano Campelo. Ele é gerente da serraria dos Pereira”. Bem, quando eu baixei [para Manaus], eu fui lá procurar esse homem. Ele morava ali - o senhor sabe onde é a Igreja dos Remédios?
> HB: Sei. A Escadaria dos Remédios.
> PL: Pois bem. [...] Aí eu fui lá com ele. Falei, “´É aqui que mora o seu Cabocliano Campelo?”. “É”. “Eu quero falar com ele”. Mandou entrar. Conversei com ele e ele disse, “De fato seu Pedro, ali, *aquele lugar, não é meu mesmo, é da minha cunhada, mas eu tomo conta*”. Pois bem, “Então eu vim avisar ao senhor que eu estou trabalhando lá. Vim ver se o senhor quer me arrendar. Como é que o senhor quer fazer?”. “Eu lhe arrendo sim”. Aí ele bateu o contrato de arrendamento, tudinho e me entregou. Está bom. Aí eu vim me embora. Aí trabalhei. Findou o fábrico, eu fui lá com o homem, paguei a renda. Aí, quando

> eu venho subindo, eu encosto lá em Airão. Aí, o velho Chico Bezerra foi me encontrando logo com quatro pedras na mão - que ele chamava o pessoal de filho da puta, seja quem fosse. Aí me esculhambou, mas falou e disse o que tinha vontade. Aí quando ele terminou, que cansou, eu disse, "Seu Chico, é o seguinte. O senhor disse que o senhor tomava conta daquele terreno, mas então eu me informando, eu achei o dono do terreno e por isso eu fui me entender com ele e por isso eu não vim mais aqui com o senhor". Aí puxei o contrato de arrendamento e mostrei para ele. Aí ele calou-se. Não disse mais nada. Aí eu passei a trabalhar. Trabalhei lá muitos anos.
> [seu Pedro Linhares, 75, bairro Nª Sª Auxiliadora, Novo Airão, 29.10.1998]

As modalidades de apropriação fundiária e dos recursos naturais, portanto, parecem se dar, em princípio, segundo acordos e normas informais consensualmente acatadas nos meandros das relações sociais entre as pessoas. Percebe-se que a colocação em lugares anteriormente apropriados por terceiros pode ocorrer segundo acordos e consentimentos verbais informais relativos à exploração e/ou usufruto dos recursos disponíveis - o que não exclui a possibilidade de conflitos de interpretações quanto ao direito de explorar tal ou qual lugar e tal ou qual recurso. A apropriação original de dada área – o fato de se ter aberto o lugar -, a senioridade da ocupação e o usufruto continuado dos recursos nela disponíveis dão ao ocupante, em tese, o direito de propriedade – ainda que informal - sobre a mesma. Ocasionalmente, impõe-se a preocupação em formalizar – registrar, cadastrar, titular – a área. A expressão "tomar conta" - ou ainda, "tomar de conta" -, que aparece aqui e ali em alguns depoimentos, expressa essa compreensão. Quem "toma conta" - zela e cuida da área - mas não é seu dono, pode reivindicar a propriedade desta com base nos mesmos critérios apontados acima, com boas chances de ser atendido. O antigo proprietário/ocupante/usuário, por sua vez, pode reivindicar, com boas chances de ser atendido, uma certa porção da safra ou do fabrico. Esse direito costumeiro, no entanto, é mais rígido no que se refere à "produção da mata". Quando se trata de "estradas de madeira" – sejam seringais nativos ou cultivados, estradas de sorva ou picos de castanha -, que demandam trabalho intensivo na sua abertura e manutenção, a apropriação tende a ser exclusiva, se comparada com outras realizações.

Enfim, livre do domínio do velho Chico Bezerra, o Jaú e as demais áreas sob o seu controle foram abertos à concorrência de inúmeros regatões. A paisagem social transformou-se com um sensível aumento do número de comerciantes atuando no rio. Conquanto hajam referências à vasta freguesia que os Bezerra possuíam – como no depoimento de seu Manoel Brás a seguir -, tudo indica que as alusões dos atuais e ex-residentes a um rio Jaú densamente povoado e com muito movimento datam de um momento posterior ao domínio dos Bezerra.

HB: E quais foram os motivos que levaram o senhor a ir para Novo Airão?
JB: Rapaz, o motivo que me levou para lá foi o seguinte. Foi a falta de condição financeira, que *por aqui ficou dificultoso. O poder econômico aqui ficou numa situação depois da criação do Parque, né? Porque aqui entrava era regatão para cima e para baixo. Movimento, comércio ambulante. Vendia-se produto, tudinho*.
[João Bezerra de Vasconcelos Filho, 71, flutuante do IBAMA à foz do rio Jaú, 02.06.1998]

HB: Isso foi quando - essa época em que o senhor veio de vez para cá?
ZM: Foi em 1962. [...]
HB: Então o senhor passou praticamente esse tempo todo trabalhando em seringa.
ZM: Foi.
HB: E quando o senhor chegou aqui, em 1962, como é que era o Jaú?
ZM: Como era o Jaú? *O Jaú tinha muita gente. Tinha muitos patrão. Isso aqui era muito movimentado, meu senhor. Isso aqui tinha muita gente*. O que botou todo mundo para fora foi esse IBAMA. Botou não; o pessoal saíram com medo.
[seu Zeca Meruoca, 64/5, na casa de farinha do seu José "Rufino", Santa Maria, rio Jaú, 16.06.1998]

HB: E o movimento no rio?
MI: *Agora o movimento parou muito. O movimento parou, parou demais*. Porque isso aí de [longa pausa] uns quinze anos atrás já - está pegando uns quinze anos - *o movimento no rio era mais do que hoje*. Para nós ficava mais fácil, porque se a gente fazia um bolão de borracha já vendia para um regatão, trocava por um pouquinho de açúcar, café, sabão, querosene, sal. *Já hoje está mais difícil, porque não existe mais o regatão que existia antigamente*. Mas sobre outras coisas, para mim é do mesmo jeito. Agora só tem esse sacrifício para nós. Porque nós que não temos condução, já fica mais ruim. Pesa mais para a gente, porque às vezes a gente tem o produto para comprar, para trocar com o açúcar, um café, uma coisa, mas já não tem o regatão que traz para a gente aqui. Já fica mais sacrificoso para nós. Mas sobre outra coisa, para mim...
HB: E em termos de gente, assim?
MI: *Também. Pessoal? Existia muita gente aqui no rio*. Aí é que entra a situação da gente falar sobre o IBAMA. Primeiro foi o IBDF. No tempo do IBDF, quando surgiu na boca do rio, muita gente se assombrou, ficou com medo. Pensava que iam jogar nós daqui para fora, sem direito a nada. Muita gente foi embora. Ficou bem pouca – foi quem teve coragem de ficar. Eu acho que esse é o sacrifício de hoje até aqui. Então, é isso do povo que está aqui dentro. *Do jeito que eu estou falando, sobre o regateio, o comércio. Porque o comércio parou*. [...]
[seu Manoel "Índio" de Lima Cardoso, 63, Tambor, rio Jaú, 06.1998]

HB: E vocês lá, tinham patrão? Trabalhavam para alguém?
CP: Tinha patrão. *A gente trabalhava com um uns dois anos, depois trabalhava com outro, era assim. Tinha muito movimento no Jaú. Motor, motor, motor, motor! Aquilo, quando era verão, não tinha um igarapé desocupado, uma ponta de terra que não tivesse morador - na terra firme e na margem mesmo do rio. Aquilo ali ficava mesmo entupido de gente. Por muitos anos.* Aquela beira de Jaú, você vê assim, aquilo tudo é seringal, tanto na margem do rio quanto nos igarapés. *Morou muita gente ali!* Agora, já faz muito tempo que eu vim e não voltei mais. *Eu tenho por notícia que tem pouca gente lá.*
[seu Francisco Assis de Souza, 66, vulgo Chico Paca, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora Novo Airão, 31.10.98]

HB: Seu Manoel, como era o rio Jaú no tempo em que o senhor entrou lá dentro?
MB: *Naquele tempo era muita gente ali. Muita gente trabalhava ali*. Trabalhava

> umas 700 pessoas. Tinha muita freguesia. Ia lá do alto, do Tapuru, tudo era dele [Chico Bezerra]. *Tinha muita gente, morador*.
> [seu Manoel Brás, 82, Conjunto Muruci, Novo Airão, 01.11.1998]

> HB: E como é que era, enfim, o Jaú nesse período que a senhora chegou lá? A senhora se lembra?
> HS: *Tinha muita gente e ainda era muito habitado mesmo! Muito habitado. Tinha muito regatão, muitos moradores, muito movimento mesmo!* Porque naquele tempo tudo dava dinheiro e todo mundo queria comprar e *não faltava mesmo movimento no Jaú. Mas de certos tempos para cá foi caindo, foi caindo, foi caindo, que ficou de nada! O Jaú está uma solidão*. Principalmente lá para o alto. Aonde se vê uma pessoa, mais ou menos, é até no Tambor - na região do Tambor. Daí acabou-se. Vai ter parece que é três ou é quatro casas lá já perto daonde nós moramos. *É uma coisa esquisita para quem viu o Jaú, como muita gente viu atrás, para hoje em dia. Está sem condições*.
> AS: [...] Depois que a borracha caiu, morreu tudo. O Parque Nacional do Jaú, antes de ser Parque, no tempo do movimento da borracha, os moradores de lá não tinham necessidade de sair para ir comprar nem nada em Manaus porque de tudo tinha.
> HS: Tinha. Isso mesmo! Tudo tinha, mesmo.
> AS: Desde medicamento, tudo, tudo. Ferragenes em geral. Tudo tinha. *Muita gente, muito regatão*. [...]
> [dona Hilda Vieira Savedra, 73, e seu filho caçula Ângelo Savedra, a bordo do batelão "Ângelo Jr.", igarapé do São Francisco, Novo Airão, 02.11.1998]

Seu João Bezerra Filho, que em sua juventude[103] atuou como foguista e maquinista nos motores do tio, elaborou duas listas de nomes de lugares conhecidos por ele: 106 para o rio Carabinani – excetuando-se os 12 saltos da cachoeira -, sendo quatro abaixo desta; e 174 para o rio Jaú – da foz ao derradeiro lugar chamado Travessão. Nem todos os nomes listados por seu João Bezerra correspondem a lugares permanentemente ocupados. Há também alguns topônimos, ou seja, nomes de igarapés, lagos e estirões - trechos não meandrantes do rio. Não obstante, se listados é porque representam áreas de algum modo apropriadas pelos antigos residentes, ainda que só ocupadas durante o fábrico - tais como seringais, picos de castanha e/ou estradas de sorva, balata e chicle.

Todo esse movimento, toda essa gente e toda essa intensa vida social traduziam-se, em outro plano, no calendário de festas religiosas do rio, que consegui levantar ao longo das minhas viagens ao Jaú. Em janeiro de 1994, tive a oportunidade de participar das festas de São Sebastião (20/01) e São Lázaro (11/02), promovidas respectivamente por Estevão e seu Sabá Mendes, no lugar chamado Brabo. Alguns festeiros já faleceram.

---

[103] Ou seja, ao longo da segunda metade da década de 1940, período que, como vimos, corresponde ao declínio do controle do velho Chico Bezerra. A propósito de seu João Bezerra Filho, que foi escrivão do Cartório da Comarca da Foz do Jaú, Leonardi observa que, "como os cartorários têm fé pública", os depoimentos e manuscritos daquele, mesmo sendo extrajudiciais, têm "um valor histórico extraordinário" (Leonardi 1999, 149).

Outros, como seu Adelino, estão residindo na cidade de Novo Airão. O declínio das festividades é um sintoma do esvaziamento social do rio.

Tabela 9

Festejos de santos realizados no rio Jaú

Data	Santo	Festeiro ou Promesseiro	Lugar	Observações
20/01	São Sebastião	Estevão(*)	Brabo	Promessa da mãe, d. Alberta, pela graça alcançada de ter o filho desenganado salvo, de que o mesmo festejaria até morrer.
20/01	São Sebastião	José Rufino(*)	Miriti de cima (Miriti dos Brás)	Foi o pai quem começou, mas quem ficou festejando foi o filho, aqui referido.
11/02	São Lázaro	Ribamar	Volta da Briga	
11/02	São Lázaro	Sabá Mendes (NA)	Brabo	
11/02	São Lázaro	Leovegildo	Pajé	Depois que se mudaram para o Lázaro, deixaram de festejar.
05/05	Divino Espírito Santo	Benedito Brasil(*)	Socó/Espírito Santo	
29/06	São Pedro	Adelino Reis (NA)	Maranhoto	Hoje festeja em Novo Airão, onde faz parte do calendário de festas religiosas da cidade.
04/10	São Francisco de Assis	Etelvino Cordovil	Pupunha	
04/10	São Francisco de Assis	Chico Paca (NA)	Paca	
04/10	São Francisco de Assis	Maria Latife (*) (†)	Seringalzinho	Antes, festejava na Praia Alta, onde residia originalmente.
08/12	Nossa Senhora da Conceição	Manoel Fernandes	Pirapucu	
08/12	Nossa Senhora da Conceição	Manoel Monteiro	São José	
13/12	Santa Luzia	Manoel Brás (NA)	Miriti de cima (Miriti dos Brás)	
25/12	Natal	Pedro Linhares (NA)	Catrambi, rio Carabinani	
25/12	Natal	Maurício José dos Santos (*) (†)	Tambor	

(NA) = Residem hoje na cidade de Novo Airão.
(*) = Conheci residindo no rio até 1998.

Obs.: A tabela está longe de ser completa. Foi feita com base em dados frutos de observação e entrevistas em campo, em outubro de 1993, janeiro de 1994 e junho de 1998, tendo sido consolidada neste último período, com o recurso a dois informantes no Tambor: seu Manoel "Índio" e seu Nelson Brás.

Assim sendo, como observa Leonardi, "a ocupação do vale do Jaú e de seus afluentes, na época da borracha, foi um fato inquestionável, gerador de direitos"

(Leonardi 1999, 148). Mais do que isso, todavia, gostaríamos de chamar a atenção para alguns elementos da paisagem social e ambiental que emerge dos depoimentos. Estes pintam um cenário de um Jaú e de um Carabinani densamente ocupados, de acentuada concorrência entre regatões, de alguma liberdade de escolha da parte dos produtores diretos quanto a com quem comercializar a sua produção extrativista e de intenso movimento comercial e vida social. Os depoimentos também assinalam como o declínio do controle exercido pelos Bezerra abriu margem para a atuação e a consolidação de pequenos patrões do rio, como seu Pedro Linhares, seu Adelino Reis. Importa notar como este cenário constitui o pano de fundo contra o qual se percebe as mudanças ocorridas com a criação do Parque e a queda da borracha – dentre as quais destaca-se a depopulação do rio. Detalharei este ponto no item 4.4.2, pois ele é fundamental para compreender como os residentes tomaram conhecimento da criação do Parque e como eles a perceberam, bem como a sua relação com outras transformações mais ou menos coincidentes.

O panorama que esbocei aqui também mostra que se o Jaú e outros afluentes desse trecho do rio Negro foram lugares atraentes para homens adultos celibatários no início do século, como apontaram alguns dos depoimentos aqui transcritos, também o foi para casais e famílias já constituídas. Isso significa que nesse trecho do rio Negro teríamos representado tanto o seringal caboclo quanto o seringal do apogeu – conforme os modelos de organização das atividades produtivas no seringal propostos por Oliveira Filho para dar conta das diferentes modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica. O “modelo do apogeu” caracterizar-se-ia por uma mão-de-obra quase totalmente importada – nordestinos -, pela atuação do trabalhador isolado, pela especialização da empresa extrativista - com o abandono da agricultura -, por uma produtividade por trabalhador mais elevada e pela exploração de áreas muito além das fronteiras do mercado - característica esta que não se aplicaria à região em questão. Já o “modelo caboclo” implicaria numa exploração dentro dos limites da fronteira econômica, por uma mão-de-obra requisitada localmente, assentada na força de trabalho familiar, caracterizada, assim, pela pluralidade funcional da empresa – inclusive com atividade de subsistência - e, portanto, com uma pequena produtividade por trabalhador (Oliveira F^{o} 1979). Esta situação é, de resto, corroborada pelo depoimento de seu José Pontes a Melo. Antigo patrão/regatão dos rios Jaú e Unini, cuja casa se situava onde hoje está a base de terra firme do PNJ, na foz do Jaú, à margem direita, segundo seu Zé Pontes, os seringueiros

> não plantavam porque não paravam. Eles paravam numa colocação às vezes três meses, seis meses. Daí terminava aquele fábrico e ia para a sorva, andar dentro dos igarapés. Era um sofrimento danado a pessoa que trabalhava em colocação. Andar com as famílias, ir para um canto e para outro. Tinha a época da borracha, da castanha. Então, eles paravam dois meses num local, dali já saía para o centro, duas, três, às vezes, cinco horas dentro do igarapé. Agora aqueles aviados que tinham colocação de seringa, que tinha terreno suficiante para trabalhar em sorva, aí ele tinha roça. Quem dá as condições é o patrão [Melo 199, 38-9].

Por fim, importa destacar, além da caracterização sociológica supraesboçada, que os atuais e ex-residentes do Jaú, Carabinani e outros rios dominados pelos Bezerra, bem como seus ancestrais de primeira geração, experimentaram historicamente a sujeição, a dominação e o controle exercidos a partir da foz de um igarapé e/ou rio, bem como elaboraram estratégias de evasão a estes. A apropriação da topografia como elemento de controle social parece ter se dado segundo um padrão clássico: o estabelecimento de um "comércio" ou barracão à foz de um rio e/ou igarapé, ou a colocação ali de um preposto, atuando como intermediário e exercendo o controle sobre o tráfego e o acesso à área.

4.3.3. A ocupação recente da margem esquerda do baixo rio Negro

Enquanto a margem direita do rio Negro, com a expansão da economia gomífera, recobrou-se aos poucos da estagnação econômica e do marasmo sociocultural em que a Cabanagem a havia lançado, a margem esquerda permanecia território livre dos grupos Karib que ali viviam. Há inúmeras referências a ataques dos grupos Karib, em particular dos Waimiri-Atroari, a Airão, desde pelo menos 1865. Leonardi observa que esses ataques se inserem no longo e cruel ciclo de violências característico dos conflitos interétnicos que foram constantes na história regional do baixo rio Negro – ciclo este deflagrado pelos massacres oficialmente patrocinados contra esses mesmos grupos Karib (Leonardi 1999, 5).

O mesmo autor observa que, à exceção do período inicial de aldeamento dos Tarumã pelos jesuítas, não surgiu nenhum aldeamento definitivo na margem esquerda do rio Negro (50). Isso se deve, por um lado, a fatores de ordem ecológica. Como já notei (cf. nota de rodapé nº 13), em 1820 Spix já havia observado que a maioria das povoações no rio Negro se achavam em sua margem meridional, pois este tem os seus baixios e um maior número de igarapés e lagos na margem setentrional (Spix 1981, 262). Por outro lado, há que se considerar o persistente clima de beligerância étnica característico do colonialismo interno que continuou marcando as relações das frentes

pioneiras com as sociedades indígenas autônomas situadas na margem esquerda do rio Negro (Leonardi 1999, 52).

Tanto os habitantes dessa região, “nasceram e cresceram dentro de um clima muito tenso de beligerância étnica” (52) ao longo de várias gerações, que seu João Bezerra Filho chegou a testemunhar uma série de “visitas” dos “Atroaris” a Airão, em 1940. Na primeira destas, 12 índios teriam “vindo em missão pacífica” do rio Camanaú, em uma canoa que atracou no porto de Airão no dia 28 de janeiro. Retornaram a Airão após três luas, em número maior para nova troca de dádivas. Como dissessem que “voltariam em menos espaço de tempo e em número ainda maior”, o velho Chico Bezerra resolveu procurar a delegacia do SPI em Manaus para comunicar a presença dos índios em Airão e solicitar a instalação de um posto indígena (PI) no rio Camanaú – o que teria ocorrido neste mesmo ano, em um lugar chamado Jaqueira. De acordo com seu João Bezerra, os sobreviventes dos massacres perpetrados pelos “Atroaris” definiam-nos como “perversos e traiçoeiros”: “muito perigosos, faziam seus ataques com freqüência, matando pessoas civilizadas”. O PI foi atacado pelos índios alguns anos depois, fazendo muitas vítimas, algumas das quais foram socorridas em Airão por Chico Bezerra e seu povo. “Existe no cemitério, até a data presente, o túmulo do telegrafista do posto, que foi [...] sepultado pelos funcionário do SPI” (Vasconcelos F^{o} s/d d).

O relato de seu João Bezerra nos dá uma idéia da representação corrente sobre esses índios junto à sociedade regional, o que pode ter representado um impedimento à ocupação da região em tela. Não obstante, desde os momentos iniciais da ocupação colonial lusitana, como deixam entrever os primeiros relatos, a margem boreal foi preferida para a navegação. Com canais mais estreitos e, portanto, menos sujeitos aos ventos que provocam banzeiros, e maior número de “abrigos” – enseadas, remansos, igarapés e lagos – para se defender das intempéries, o tráfego de embarcações persiste até hoje sendo mais intenso aí. Os relatos indicam que só se ganhava a margem direita na altura de Tauapessassú – atual Novo Airão -, retomando então a navegação nos canais internos do arquipélago de Anavilhanas, para retornar à margem austral só em Airão. Com o advento da navegação a vapor, muitos assentamentos humanos não-indígenas podem ter se originado na margem boreal como portos de lenha.

A presença indígena nas proximidades da margem esquerda, em especial no trecho entre os rios Apuaú e Baependi, até meados do século XX, é reforçada pelos relatos dos produtores diretos dos principais empreendimentos extrativos daquela área: pau-rosa, madeira de várias espécies, sorva e balata.

A exploração dessas espécies, em particular do pau-rosa e da madeira, é feita segundo modalidades muito particulares se comparada ao extrativismo da seringa, que predominou no Jaú e seus tributários. A extração se dá por aniquilamento e implica na identificação prévia – isto é, na localização e marcação - de indivíduos adultos exploráveis em meio à floresta - função especialmente importante que é desempenhada "mateiro", pago pelo número e tamanho das árvores localizadas e marcadas. Implica também na abertura de estradas que facilitem o acesso até os fustes e permitam a retirada das toras. Os produtores diretos se referem a esse conjunto de atividades como "exploração". Antes do advento da motoserra, o corte era efetuado pelos lenhadores com o serrotão ou roladeira – uma serra de mão com dois cabos, puxada a braço - e as toras eram arrastadas pelas estradas até a beira de algum igarapé, na estação seca, onde eram amontoadas para serem retiradas quando da subida das águas. Isso demandava que as estradas abertas na floresta fossem destocadas e estivadas - ou seja, que fossem dispostos no solo, paralelamente e transversais ao sentido da estrada, pequenos troncos e varas que facilitassem o arraste das toras, como que asfaltando o caminho. Estudo sobre os impactos e a sustentabilidade da exploração de pau-rosa realizado em área de 490 hectares no município de Presidente Figueiredo, vizinho à Novo Airão, concluiu que o impacto sobre o meio tende a ser reduzido, enquanto que sobre a espécie é muito grande (Mitja e Lescure 1996, 102-3)[104]. Seu Pedro Rodrigues Assunção, 73, que trabalhou muitos anos em "serviço de pau-rosa" no rio Apuaú, explica como era feita a extração. Note-se que ele reconhece a exaustão do recurso.

> PR: A produção de pau-rosa era o seguinte. *O senhor agarrava, ia para a mata para fazer exploração*. Aí encontrava a madeira de pau-rosa. Aí o senhor ia fazer estrada. Todas bem feitinhas as estradas, destocadas, para agarrar, derrubar aquela madeira. Naquele tempo não tinha moto serra. Era na roladeira, um serrote que corta para lá e para cá com dois cabos. Fazer tudo em tora de quatro palmos e meio ou cinco. Conforme a grossura da madeira, a gente tirava os rolos pela possibilidade que tinha da gente arrastar. Era arrastado. Fazia um laço na ponta de um cipó, de um lado e de outro, daquele cipó bom. Porque o caboclo na mata ele sabe o que faz. Está acostumado naquilo, né? E aí é arrastado de costa aquilo, naquela estrada bem destocada para partir para a beira. É vendido por tonelada. Naquele tempo - acho que era cinco cruzeiros velhos a tonelada, naquelas épocas que nós tirávamos. Depois, ia tirar de dentro dos igarapés. É bem difícil uma madeira dessa cair na beira do rio onde a embarcação pega. Você tem condução de canoa, de batelão médio, assim, conforme a largura do igarapé, a limpeza do igarapé e as possibilidades de entrar com aquela embarcação para fazer a condução para onde a embarcação maior de transporte pega. Então, era assim o

[104] Após a exploração, só permanecem os és jovens esparsos na floresta e raros indivíduos adultos, a destruição dos porta-sementes resultando, assim, no desaparecimento do fluxo natural de germinações (Mitja e Lescure 1996, 102-3).

> serviço do pau-rosa. *E hoje em dia já nem existe mais quase aqui. Aonde eu trabalhava tinha local que se varava de um rio para outro - estrada.*
> [seu Pedro Rodrigues Assumpção, 73, Novo Airão, 08.06.1998]

Alguns dos produtores diretos com os quais travei contato nos rios Apuaú e Baependi, e no lago do Cauixi, relataram ser comum encontrar tapares e acampamentos provisórios de índios quando saíam para explorar pau-rosa, sorva e balata nos altos igarapés. Ademais, os depoimentos produzidos em campo apontam para uma ocupação não-indígena relativamente recente da margem esquerda no trecho entre o rio Apuaú e o lago Aturiá, posterior à segunda grande guerra (cf. Mapas n° 2 e 3).

Seu Antônio Campos Veloso, 65, vulgo Antônio "Malagueta", declarou em entrevista ter alcançado o tempo em que havia índios no lago e no igarapé do Tauatú, sitos à margem esquerda do rio Negro, acima do lago do Cauixi, onde reside desde 1958. Seu Antônio é natural do baixo rio Negro, do lugar Aracari, sito à foz do igarapé homônimo, acima de Novo Airão, na mesma costa. Malgrado as referências imprecisas, poderiam ser os Waimiri-Atrorari, visto que seu Antônio refere-se ao rio Camanaú como o lugar onde mora o "chefe da tribo". Não obstante, a informação de que um "índio velho" - "tuxaua manso" - teria negociado o Tauatú lança dúvidas sobre essa possibilidade. A menção à "área indígena" é compatível com a informação sobre a criação do PI à foz do rio Camanaú - situado, porém, bem acima do Tauatú.

> HB: O senhor falou hoje à tarde que conhecia isso do tempo em que ainda tinha índio no Tauatu.
> AM: É, sim senhor. *Eu sou desse tempo mesmo. Ainda era parte indígena aí.* Porque primeiro era desde o Apuaú - como era da SEMA, que agora já é do IBAMA. Era desde aí [o Apuaú] até o Baependí. *Era mesmo como está agora. Era reserva. Era área indígena*. Ninguém pescava lá dentro, nem caçava, nem nada. Caçava, assim, por detrás das bombas, porque *os tuxaua moravam aí. Só que era uns tuxaua mansos já. Deixavam a gente pescar. Só que a gente tinha receio, porque qualquer coisinha*... Eles passavam meses sabe lá para onde. Aí diziam que daí para a aldeia deles era perto. Aí, diziam que eram três, mas ninguém sabia o que fazia três: ninguém sabe se eram três semanas, ou se eram três dias daí para lá, ou se eram três horas. Mas três horas não eram não. Porque daí para lá tem que passar o rio. Porque o chefe da tribo mora no Camanaú.
> [seu Antônio "Malagueta" Campos Veloso, 65, Novo Airão, 11.08.1999]

Na falta de um levantamento preciso da cadeia dominial e de uma consulta mais sistemática ao cadastro de imóveis rurais do INCRA, os depoimentos relativamente concordantes de seu Antônio "Malagueta", 65, e de seu Zé "Chofer", 81, que residiu muitos anos no Tauatú, trabalhando como mecânico de embarcações, constituem o melhor ponto de partida de que disponho relativo à ocupação não-indígena recente do

trecho em tela. Nos depoimentos, ambos reconstituíram de modo duvidoso a sucessão dos ocupantes –"donos" - daquele trecho do rio, desde o primeiro que conheceram.

Seu Antônio refere-se ao um certo Coronel Bento Brasil, que teria comprado o Tauatú de um "índio velho", apossando-se do e controlando o extenso trecho de costa que ia da foz do Baependi à do Apuaú (cf. Mapa nº 3). Seu Zé menciona como o primeiro morador que conheceu um certo Comandante cujo nome não se recorda. Ambos aludem ao finado Saraiva - paraibano como os Bezerra, que, segundo seu Antônio, tinha por hábito andar de revólver na cintura. Seu Antônio teria obtido dele a autorização para botar um roçado no lago do Cauixi e seu Zé teria recebido em doação uma parcela do terreno. Note-se no depoimento de seu Antônio que este sugere ter ocorrido uma fragmentação progressiva do apossamento original, em especial das partes sul - do lago do Acará à foz do rio Apuaú – e norte – do Tauatú à foz do Baependi -, que teriam sido liberadas. A referência à extração de madeira é conspícua.

> AM: [...] Aí passou-se. Aí, já esse índio velho fez negócio com o finado...
> HB: O antigo lá do Tauatú? [...]
> AM: É. Como é, meu Deus, o nome dele?! Eu sou esquecido demais.
> HB: Enfim, o primeiro.
> AM: É, foi o primeiro sim. Aí comprou desse índio o Tauatú. Aí, como era indígena essa terra toda, ele se apossou. *Não tinha o tal de coronel de barranco naqueles tempos, né? Ele era desses. Era coronel*. Coronel Bento Brasil. Aí ele fez um campo [leia-se, uma fazenda] lá ali na terra da Lourdes [na foz do Baependi]. [...] E fez o terreno dele aqui onde é a Conceição. Aí, ele botou o gado ali. Até hoje tem arame farpado e estaca ainda lá, no Santo Antônio. No Santo Antônio até hoje tem isso. Desse tempo! Aí, ele morreu. Você sabe, morreu o chefe, se acaba tudo. Aí é que eu não estou certo se foi a viúva ou se foi o filho que vendeu para um senhor por nome [...]. Era Guedes o sobrenome dele. Vendeu para esse Guedes. [...] *Aí, esse Guedes ficou tomando de conta e aí já foi diminuindo - que era desde o Baependi até lá o Apuaú*. Porque era na Conceição o terreno desse primeiro [Coronel Bento Brasi], mas *era ele que manobrava desde o Apuaú. Não deixava ninguém entrar. Desde o Apuaú. Era tudo terreno dele. Isso tudinho*. [...] *Daí ele vendeu já para esse [Guedes]. Aí ele só foi já da Conceição até o Tauatú. Aí já liberou o Baependi. E daí do Acará, essa gente para lá já ficou para outro repartimento*. Bom, aí ele morreu. Ficou a velha. A velha era muito ruim com o pessoal. [...] Aí o pessoal [...] pintava o diacho com a velha. Aí davam na velha. Então, ela se desgostou. Aí ela vendeu já para o finado Bertoldo. Aí, o finado Bertoldo comprou. Aí, o finado Bertoldo tinha muita madeira aí nesses Tauatú, Cauixí, por aí tudo. Tinha muita madeira de inamuí[105]. Aí botou gente para trabalhar em inamuí, em jacareúba[106], essas coisas todas.

[105] Freqüente em lugares sujeitos a inundações periódicas e ocasional na mata de terra firme, em lugares úmidos, o louro inamuí (LAURACEÆ, *Ocotea cymbarum* H. B. K.) é uma árvore mediana cuja madeira é fácil de trabalhar, sendo usada em carpintaria de luxo, construção em geral e compensados. É conhecida nos lugares onde ocorre pelo líquido inflamável que muitas vezes é encontrado na cavidade do tronco, sendo usado por alguns em substituição ao querosene (Silva et alii 1977, 120).

[106] GUTTIFERÆ, *Calophyllum brasiliense* Camb. É um árvore grande, com tronco cilíndrico e ereto, freqüente em lugares baixos, sobretudo em igapós, cuja madeira é usada em marcenaria, carpintaria,

> Bom, passou-se, passou-se. Aí foi o tempo em que o velhinho também ficou já velho demais e acabou a produção que ele queria. Aí já tinha uma fazendazinha aí, umas quarenta e tantas cabeças de gado. Aí o finado Bertoldo vendeu já para esse Saraiva.
> [seu Antônio "Malagueta", 65, Novo Airão, 11.08.1999]
>
> HB: O senhor falou que, quando foi trabalhar lá no Tauatú, tinha um dono lá.
> ZC: Era. Eu conheci isso aí com o primeiro dono, que foi o Comandante, que era de uma viúva. Ele morreu e ficou entregue à viúva aquele terreno.
> HB: Como era o nome dele?
> ZC: Eu não estou lembrado do nome. Eu sei que quem fez a venda já foi a viúva com esse companheiro dela, o Curica. Conhecido por Curica. Fizeram a venda para o finado Bertoldo Nunes desse terreno. [...]
> HB: E foi esse seu Bertoldo que deixou lá para o senhor?
> ZC: Não. Aí eu fui trabalhar com ele, nessa época. Era um senhor muito bom. Vim fazer um passeio aí com os meus parentes – que morava uns parentes aí, que trabalhavam com ele. Um rapaz que trabalhava com ele – um cunhado meu. Aí eu me dei bem com o velho. O velho não deixou mais eu viajar. Aí eu fiquei trabalhando com ele. Ele tinha um motor. Eu dava assistência para ele. Aí, pagava um ordenado para mim. Me deu pagar para trabalhar. Aí quando tivesse precisão de fazer viagem, eu ia fazer, ele pagava um ordenado fora à parte do meu serviço de lá. Aí foi o tempo em que ele foi para Manaus e vendeu para o finado Saraiva, também falecido. Aí ele comprou. Foi quando ele me recomendou para esse Saraiva. Ele queria que não mexesse comigo lá. Aí quando ele comprou, que chegou lá, justamente foi falar comigo. Eu falei com ele e ele, "Não senhor. Daqui o senhor só sai se quiser". Aí foi, justamente, que eu passo uns anos aí, aí ele disse "Essa parte aí..." – quando ele já estava perto de morrer. *Aí ele dividiu aquela parte do sítio para a ponta. Ele dividiu e disse, "Daqui para frente é seu, ninguém manda" Agora eu não paguei, porque quem pagava tudo era ele. Então, ele me deu para tomar conta e morar - ser dono*. Mas sobre o documento... Era tudo documentado aquilo. [Inaudível] Eu não pagava nada. Só quem pagava era eles. Aí foi o tempo em que o Saraiva morreu. Aí veio, justamente, o filho dele, doutor José Raimundo – que hoje está em Brasília, parece. Veio ver os bens. Foi quando ele me disse, "Seu Zé, eu sou herdeiro dessa parte desse terreno". Aí eu digo, "E aí a minha situação?" "Não senhor. Essa parte aqui papai disse que tinha lhe dado em vida. Isso é seu. Ninguém mexe com você". [...] Então, eles me deram, porque essa época, eu todo tempo trabalhando lá. *Quer dizer, que eu era dono mesmo, que eles me deram. Agora o direito quem pagava era ele. Que eu morava ali; não estava de favor. Porque tudo o que pagava era por conta deles.*
> [seu Zé Chauffer, 81, Novo Airão, 12.08.1999]

O período ao longo do qual tudo isso teria ocorrido é deveras impreciso. Seu Zé "chofer", 81, paraense de Santarém, considera-se amazonense, pois teria chegado ao Amazonas com seis anos de idade, ou seja, em torno de 1924: "Fiquei trabalhando aqui, me criei aqui e sou amazonense". Residiu muitos anos no Tauatú, onde trabalhou como mecânico e tripulante de barcos para os finados Bertoldo Nunes e Saraiva. Segundo o seu depoimento, ele teria se estabelecido definitivamente no rio Negro depois que

---

construções civis e navais. Sua casca fissurada é aromática, amargosa e ácida, produzindo uma resina amarela usada contra úlceras crônicas do fígado, conhecida como bálsamo de Landim (Silva et alii 1977,

“acabou-se o cadastramento”, quando veio “passar uns dias” com um cunhado que trabalhava para o finado Bertoldo Nunes. Supondo que com “cadastramento” seu Zé esteja se referindo ao alistamento para o esforço de guerra – assim como no já citado caso de seu Adelino -, isso teria ocorrido na segunda metade da década de 1940, quando seu Zé teria em torno de 25 anos.

Seu Antônio, por sua vez, declarou que residia na ilha do Buiuçú, situada em frente ao lago do Cauixi, desde 1952, tendo passado para este em 1958. Embora as datas não apareçam no depoimento, elas foram precisadas logo após a entrevista. Ele, um sobrinho – seu Chico Veloso, filho de uma irmã - e um certo Cassiano – casado com uma “filha, sobrinha e irmã”[107] de seu Antônio – foram os três primeiros a abrir lugares no Cauixi, com o consentimento informado do finado Saraiva, para botar roçado.

> AM: [...] E então, para lá uma sobrinha minha se casou com *esse senhor* [Cassiano] - esse que o lugar é do seu Brito hoje em dia. Aí, ele me convidou para lá e *me trata de cunhado*. Aí ele disse, “Seu cunhado, vamos embora para lá!” - *porque nós trabalhávamos em madeira* - “Para lá o produto é mais perto e tal e coisa, e a comida é facil”. De fato, que era e que, até agora, por causa disso, já está difícil um pouco, mas está muito mais melhor do que deste lado [a margem direita]. Então, aí eu me mudei para lá e lá eu estou. [...] Naquele tempo ainda não tinha nem SEMA, nem nada não. Ainda era devoluta aí. Só era, sim, do finado Saraiva. Aquilo ele deu de mão beijada. Nós fomos lá, como estão os senhores agora, né? Fomos lá. *Nós éramos trabalhadores dele lá*. Aí ele prestava muito bem atenção em nós. [...] Aí, eu cutuva esse rapaz que era o Cassiano, que era trabalhador dele. *Trabalhava com ele em madeira*. Aí, então eu cutucava ele. Eu andava caçando por lá, focando peixe naquelas pontas e eu achava bonito para agricultura. Eu provava aquela terra. Aquela prova daquela terra me cativava para plantar um roçado ali. Aí eu pedi dele. Aí, fomos uma tarde ajudar. Esse menino que está lá, esse Lázaro, já tinha chegado. *Nós morava na ilha. Naquele tempo, nós ainda morava na ilha*. Aí, nós tiramos lá esses terrenos e falamos para ele [...]. Eu digo, “Seu Saraiva, o senhor não vai levar a mal a gente fazer um plantio de terreno, de sítio?”. Ele disse, “Não! Pode fazer meu filho. [...]”. Esta aí um que diga [Apontando para o sobrinho e filho de criação, Chico Veloso, 50, presente à situação de entrevista]. Ele ainda era menino, mas já era casado. Aí nós fizemos o terreno. Três [seu Antônio, Chico Veloso e Cassiano]. Dividimos logo a terra lá, um pedaço. Tiramos logo uma coisa e botamos 100 metros de terra para cada um. Um hectare de terra, de roçado, num ano logo. Ora, só aquele ano, pronto. Foi suficiente para nós aqui. Aí nós passamos da várzea[108] para lá, pronto. Desde esse

---

109).

[107] É interessante notar como seu Antônio opera com as categorias de parentesco para elucidar as suas relações com os demais: “Ele [Chico Veloso] é meu sobrinho e é quase filho, porque é filho de criação. Desde a idade de 10 anos eu criei ele. E essa minha sobrinha, para explicar, só eu posso explicar como ela era. [...] Porque ela era minha filha, era minha sobrinha e era minha irmã. Agora entenda: porque ela era filha da minha irmã, era minha sobrinha; era minha filha porque com cinco dias de nascida a mãe dela morreu e nós acabamos de criar - era minha filha; e era minha irmã porque a finada minha mãe ainda amamentou ela. Entendeu? Era assim. É complicado”.

[108] É interessante notar que os residentes desta região, até mesmo os que, como seu Antônio, são naturais do rio Negro e não tiveram experiência de viver em rios de água branca, se referem às ilhas e ao igapó associado a estas como várzea – ou ainda “vargem”.

> ano nós passamos lá.
> [seu Antônio "Malagueta", 65, Novo Airão, 11.08.1999]

Não obstante, o depoimento de seu Chico Veloso, 50, apresenta disparidades face ao do seu tio e pai de criação em termos tanto de datas quanto de filigranas relativas ao modo pelo qual vieram a ocupar as margens do lago.

> CV: De lá nós viemos para a ilha [do Buiuçú]. Para ali. Nessa era, que nós viemos para ali, isso aqui, o dono que constava aqui chamava seu Saraiva. A área dele ocupava dali do Santo Antônio, um tal de igarapé do Breu [até perto do Baependi, sendo ele dono do Tauatú]. Aí nós ficamos trabalhando aí na ilha. Nesse tempo, ainda não existia essas coisas [a SEMA e a reserva]. *Nós trabalhávamos em madeira, não sabe? Madeira em tora*. Eu acho que o senhor reconhece o que é. *E aí, todos anos alagava, não sabe? [O que nós plantávamos a água matava tudo] Aí, ele [Saraiva] disse, "Rapaz, porque que vocês não vão fazer um lugar para tomar conta lá na terra firme. Vocês lá são donos Aí vocês tomam conta de lá"*. Aí foi quando nós viemos para cá. Aí nós trabalhamos aqui. Aí fizemos nossas casas. Aí foi o tempo que eu - nessa era eu não tinha família. Aí eu construí família. Aí nós passamos para cá. Aí o nosso ramo aqui era trabalhar, assim, em roça mesmo. Todo tempo ser agricultor. [...]
> HB: O senhor lembra quando ou com que idade o senhor chagou aqui ao Cauixi?
> CV: Nessa era eu tinha 22 anos. Já faz uns dez dias, né? [Risos] Eu já vou inteirar só com essa minha mulher 30 anos de casado em novembro.
> [seu Francisco Veloso, 50, lago do Cauixi, 23.07.1998]

Assim, seguindo o depoimento de seu Chico Veloso, também natural do Aracari, filho de um peruano - que faleceu quando ele ainda era menino - com uma irmã de seu Antônio "Malagueta", essa mudança teria se processado em 1970, estando ele próximo de inteirar bodas de pérola com dona Francisca Monteiro Gama, 55, com quem se casou pouco antes de se mudarem para o lago – no que os depoimentos são concordantes. Isso dá uma diferença de 12 anos face à data oferecida por seu Antônio "Malagueta". Ainda segundo seu Chico eles teriam se colocado no Cauixi a convite do finado Saraiva e não por iniciativa de seu Antônio e Cassiano.

Não obstante, seu Antônio "Malagueta" oferece outros elementos que dariam sustentação à sua versão.

> HB: Então, lá quando vocês chegaram como é que era a situação? O seu Cassiano detinha toda aquela área?
> AM: Não senhor. Era como eu estou dizendo. Nós dividimos logo: 200 metros para cada um. Só que aí nós calculamos. Medimos, mas calculado só. *Mas aí o finado Coutinho - Antônio Coutinho - já foi abrindo os nossos olhos. Já chegou com o negócio de INCRA*. Daí passou a terra devoluta, já que o homem morreu. *Foi o tempo em que o velho [Saraiva] morreu. Já passou a devoluta. Esse Tauatú já ficou para a dona Maria do Zé Chauffer. Cada qual tomou já de conta. Ficou devoluta do Estado*. Aí nós ficamos com essa terra aí. Aí nós demarcamos. Demarcamos não. *Nós tiramos carta de ocupação no INCRA*.
> HTBF: E quem foram exatamente?
> AM: Foi eu e o menino aqui [Chico Veloso] e o Cassiano. Nós três. Eu acho que ele até ainda tem os documentos do terreno. Só o Cassiano que passou o terreno

para esse outro [Brito], mas eu acho que o outro tem.
[seu Antônio "Malagueta", 65, Novo Airão, 11.08.1999]

Antônio Coutinho Mancilha foi Secretário da Prefeitura na gestão do primeiro prefeito de Airão, Ivo Alves de Almeida, nomeado pelo então Governador do Estado, Plínio Ramos Coelho (Vasconcelos F^{o} s/d l). Pela Lei Estadual n° 99 de 19.12.1955, foi criado o município de Airão, desmembrado do de Manaus, com sede na vila de Airão - elevada, então à categoria de cidade - e constituído de um único distrito (Ferreira 1957, 101). A instalação do município deu-se em fevereiro de 1956 (idem) e a administração Ivo Alves de Almeida se estendeu até 1959 (Vasconcelos F^{o} s/d l). Seu João Bezerra também refere-se a Antônio Coutinho como uma das autoridades existentes em Tauapessassú em 1955, ano da criação do município de Airão[109]. Ele teria sido escrivão do Cartório de Registro Civil do termo de Manaus (Vasconcelos F^{o} s/d j). Não obstante, ele pode ter desempenhado outras funções públicas depois destas que o tenham levado a persuadir os, então, recentes moradores do Cauixi a regularizar as suas posses - seja no final dos anos 1950, como afirmou seu Antônio, seja no início dos 1970, com quer seu Chico Veloso.

Enfim, toda aquela sucessão imobiliária, desde o coronel ou comandante Bento Brasil até o finado Saraiva, teria ocorrido, aproximadamente, entre a década de1940 e o fim dos anos 1960. A paisagem que emerge é caracterizada pela extração de madeira em tora, ao tempo de Bertoldo Nunes, e, em seguida, pela presença de um depósito de mercadorias do finado Saraiva. Seu Antônio "Malagueta" declarou que um dos filhos do finado Saraiva, Mozart Saraiva, era "balseiro", "freteiro do governo"[110]. Seu Chico Veloso referiu-se ao seu Saraiva como dono do Santo Antônio até o Baependi e proprietário de "uma firma de balsa com frete" - "patrão de negócio de frete que ele

---

[109] Ainda segundo seu João Bezerra, o poder econômico das 20 famílias que habitavam em Tauapessassú ao tempo da criação do município de Airão repousava na extração de frutas, madeiras (itaúba), balata, chicle e pescado, que eram vendidos na praça de Manaus ou a regatões. O transporte para Manaus era feito através de canoas, batelões e à vela-bizarrona. (Vasconcelos F^{o} s/d j). Todos os trabalhos e obras da primeira administração municipal concentraram-se em Tauapessassú. Todas as reuniões eram efetuadas na residência do Prefeito, situada na povoação - e não em Airão, sede oficial do município (Vasconcelos F^{o} s/d l). Isso confirma a interpretação segundo a qual o principal motivo para a transferência legal da sede do município de Airão para Tauapessassú foi o fato do governo do município ter funcionado no povoado desde a sua criação. O próprio Cartório de Registro Civil funcionava no povoado (Ferreira 1957, 102).

[110] "Então, ele trazia de 600, 800, mil tambores de combustol e botava ali naquela beirada todinha.[...] Mas só que não vendia. Só trazia aí um bocado de Manaus, deixava aí 700, 800 tambores. Aí ia buscar outro bocado, levava para o rio Branco, levava para Cucuí. Aí vinham buscar um outro bocado. Aí era assim, nessa arrumação. Aí, sempre era só tipo um ponto".

fazia", que residia em Manaus e "tinha muito motor". Seu Zé chofer, por sua vez, assim se referiu ao "movimento" do finado Saraiva.

> ZC: [...] Era um depósito de mercadoria, que o barco chegava lá e descarregava uma parte do produto que ele fazia frete. O rio Branco, naquela posição, tinha época que não dava [passagem]. Eles descarregavam um bocado lá e iam no pequeno, na baleeira pequena, fazer o transporte. Aí a outra vinha buscar, até acabar. Nesse tempo ia lá para Boa Vista, para Caracaraí.
> [seu Zé Chauffer, 81, Novo Airão, 12.08.1999]

Tudo isso atesta como a costa boreal era efetivamente mais movimentada e preferida para a navegação. Seu Zé chofer só pôde se manter como mecânico naquela costa em função do movimento que ele disse existir. Não à toa o Dr. Paulo Nogueira Neto referiu-se ao trecho do arquipélago de Anavilhanas como importante rota para o abastecimento de uma extensa região. Além desta referência à ocupação de pontas de terra para apoio à navegação de cabotagem, para a extração de madeira e a pequena criação de gado, dois outros elementos emergem dos depoimentos que gostaria de enfatizar: a presença de outro paraibano que controlava um extenso trecho de costa e a prática de residência e plantio de roça nas ilhas[111].

Tudo indica que ainda ao tempo do seu Bertoldo Nunes e antes da morte do seu Saraiva e do abandono do terreno pelos herdeiros, e seu conseqüente desmembramento, como sugere seu Antônio "Malagueta", houve outros focos de atração e assentamento na margem esquerda, ao sul do Cauixi, vinculados ao tráfego de embarcações.

Um deles foi o estaleiro de propriedade de Pedro Gomes, que também trabalhava com madeira – provavelmente para abastecer-se de matéria-prima. Vários depoimentos se referem ao estaleiro, que ficava no lugar chamado Terra Preta, acima da foz do Apuaú e ao sul do Santo Antônio e do porto Conceição, onde o finado Bertoldo teria posto um campo com algumas cabeças de gado e onde ficava o depósito de mercadorias do finado Saraiva[112].

> HB: Vou começar perguntando de onde o senhor é?
> SS: Na verdade eu não sou daqui. Eu vim para cá e fui morando aqui. Eu sou de lá do lago de Janauacá. Eu vim com a idade de 19 a 20 anos. Com vinte anos eu vim para cá. Eu trabalhava num lugar chamado Manaquiri - lá dentro, lá em cima, no Solimões. Eu trabalhava com um camarada chamado Antônio Gomes, que era meu patrão lá. Nesse tempo eu era novo. Ele também era novo, mas ele era mais velho do que eu um pouco. [...] *Aí quando foi um dia, um irmão dele chegou lá*

---

[111] Tal como seu Antônio e seu Chico Veloso residiam na ilha do Buiuçú, o cunhado de seu Zé "Chofer" residia na ilha em frente ao Tauatú – todos extraindo madeira e cultivando culturas rápidas (milho e melancia) nelas.

[112] Por motivos de ordem técnica, não foi possível plotar o sítio velho da Terra Preta. No Mapa nº 3 ele estaria ao sul da ilha do Matias.

convidando ele para vir aqui para o rio Negro, tirar madeira para cá, que ele estava fazendo um batelão. Nesse tempo, ele era dono de um estaleiro aí na Terra Preta. Então, ele estava fazendo um batelão até para o finado Manoel de Souza [...]. Aí eu vim com ele, que ele disse: "Sílvio, rapaz. Eu quero que tu vás comigo e com nós" - que ele tinha fé em mim mesmo no trabalho. [...] Trabalhamos seis meses aí [tirando madeira]. Aqui num igarapé que tem aqui para cima, chamado Boa Vista. Seis meses não, foram três meses. Aí nós fomos embora. Isso foi o ano de 1951. Aí nós fomos embora. *De lá, passamos um dia lá na Terra Preta, lá na casa do homem, do irmão dele, dono do estaleiro*. Aí nós fomos embora de novo para lá. Com seis meses nós chegamos de novo aqui. *Aí fomos trabalhar lá já. Eu já fui trabalhar lá no estaleiro dele. Aí ninguém foi mais tirar madeira. Eu já fui trabalhar lá no estaleiro dele lá. Lavrar e aplainar e ajudar a assentar*.
[seu Sílvio Gomes de Oliveira da Silva, 65, Novo Airão, 09.11.1998]

FFF: No ano do 1950 eu vim para cá. *Fui tirar até uma madeira aqui no município de Novo Airão, no Marajá*. Aí do Marajá, já terminemos a madeira e eu baixei para Manaus de novo. *Já quando eu vim de lá foi com o patrão para irmos quebrar castanha no Unini. Eu quebrei castanha no Unini* [Inaudível]. *Castanha e seringa dois anos*. Aí eu baixo para cá. Foi que eu vim para cá para essa Terra Preta. Aí eu fui para o Marajá de novo e aí do Marajá já em 1960 foi que eu vim abrir este lugar aqui. [...] No Marajá nós viemos tirar madeira. Tirar itaúba[113]. Naquele tempo tinha muita itaúba e o finado Chico Reis tinha um contrato aí de itaúba [Inaudível]. Ele pediu para nós virmos tirar. Aí nós viemos. [...]Foi o tempo em que nós terminamos com a madeira. Acabou o contrato, nós terminamos a madeira. Aí eu arrumei um patrão lá atrás de gente para quebrar castanha. Aí eu vim para cá, para o Unini, quebrar castanha. Até a colocação era bem na boca do Paunini. [...] Era o finado Isidoro [o patrão]. Já morreu. Aí de lá foi que eu vim para cá. *Ainda trabalhei num estaleiro, ajudando ali num estaleiro, aqui na Terra Preta*. Aí da Terra Preta foi que nós fomos para o Marajá de novo. Ainda era solteiro. Fui para o Marajá. Lá eu inventei de fazer uma roça numa terra preta. Aí foi o tempo em que eu arrumei mulher. Ali não dava certo porque o terreno ali era muito imprensado. Aí foi que eu vim para cá. Nós viemos em 1960 para cá.
HB: O senhor falou que trabalhou num estaleiro na Terra Preta. Quem é que tinha esse estaleiro?
FFF: É um senhor por nome Pedro Gomes. [...]
HB: [...] E quando o senhor chegou em 1960 aqui, para se colocar, morava alguém aqui nesta costa?
FF: Morava, sim senhor. *Morava o seu Pequenino aí e o Luiz Lima lá na Terra Preta aonde era o estaleiro*. Aí, depois então que eu vim para cá foi que começou a chegar gente. *Que essa beira era cheia de gente. Naquele tempo, nós tudo aqui trabalhava em agricultura. Cansamos de levar farinha para Novo Airão e voltar com farinha. Chegava lá, eles não queriam comprar*. [...]
HB: Então, o senhor abriu o seu lugar?
FFF: Abri o meu lugar. Quando eu cheguei aí era mata.
[seu Florêncio Ferreira Feitosa, 82/3, paranã do Acariquara, 14.07.1998]

---

[113] Itaúba é a designação comum a várias LAURACEÆ do gênero *Mezilaurus*, cuja principal espécie é *Mezilaurus ita-uba* (Meissn.) Taubert ex Mez. Árvore grande, quiçá uma das maiores da família, fornece madeira de primeira qualidade para a construção naval e civil, carpintaria, dormentes, pranchas, tabuados, etc. Ocorre nas matas em solo sílico-argiloso (Silva et alii 1977, 107). A itaúba, pelas suas características de durabilidade e trabalhabilidade, é a principal espécie utilizada na indústria madeireira de Novo Airão e praticamente a única empregada na fabricação dos cascos de embarcações, a parte do barco que consome mais madeira (Pinto et alii 1992, Freitas et alli 1996 e Hummel e Rebelo 1997).

PL: [...] *Porque esse Pedro Gomes - um senhor que morava aqui - trabalhava para cá e me conhecia do baixo*. Lá daonde eu me criei, de Urucará. Me conhecia e quando ele soube que eu estava trabalhando no mercado... Aí ele me conhecia de lá de menino, rapazinho, e quando soube que eu estava trabalhando dentro do mercado, foi lá. "Rapaz, você por aqui?" "É. Estou trabalhando aqui. [...] Vendo banana, vendo fruta, vendo farinha, vendo tudo. Dá para mim ir passando. Acho que eu vou sentir a vida aqui". Um ponto pago e tudo, com balança. Vendia de tudo. *Aí ele pelejou. Ele já trabalhava aqui nessa Terra Preta, acima daonde eu estava morando. Trabalhava aí*. A primeira vez ele foi e pelejou, pelejou, "Rapaz, vamos embora para lá, para o interior. Lá é bom." "Seu Pedro, o senhor vai me desculpando, mas eu não vou, não. Me desculpe". Eu sei que, para encurtar a história, ele deu três viagens. [...] Na terceira vez, ele veio e trouxe a esposa dele. Conversaram e conversaram. [...] Ele chegou e aí pelejando, "Já encontrou muita coisa?" - pondo dúvida na minha cabeça. [...] Eu sei que eu acertei com o homem. "Vou vender o ponto". Lá vendi o ponto. [...] Aí vendi o ponto. Vendi o ponto e peguei o dinheiro e botei no bolso. Não gastei. Levei o dinheirinho. *Eu sei que eu fui trabalhar. Aí fui trabalhar nesse dito lugar que nós estávamos morando de primeiro. Aí trabalhei em madeira. Depois fui trabalhar de mestre carpinteiro - que eu entendia*. Eu sei que foi o tempo que ele vendeu o terreno. Vendeu o terreno e eu me casei com essa mulher.
[seu Pedro Libório, 70, Novo Airão, 08.06.1998]

HB: Voltando um pouco seu Raimundo, o *senhor falou que nasceu no Jaú e chegou a dar umas voltas por lá quando tinha perto de uns doze anos, em tempo desova de bicho de casco*[114] *e tal*. E que depois, então, ainda sob o domínio de seu pai, vocês se colocaram aqui na Terra Preta. O senhor também falou que eles eram seringueiros [...] Esse terreno que seus pais tinham na Terra Preta, ele era cadastrado?
RL: Ele era cadastrado. *Ele tinha título definitivo na época. Esse terreno foi comprado do Manoel Gomes, uma pessoa que morou lá nesse terreno. Inclusive foi ele quem abriu o lugar, fez o sítio. Quando nós fomos para lá, era um estaleiro. O Manoel Gomes trabalhava com batelão. Tinha um estaleiro ali na Terra Preta. Aí papai comprou*. Já tinha um sítio velho lá. Aí tinha uma casa em cima do terreno. Aí depois papai levantou um barracão, que ele era comerciante. Levantou um barracão grande e depositava mercadoria lá. Ali era o ponto de parada dele e dali ele levava mercadoria para o alto Apuaú. Trabalhava com cinqüenta famílias na época. Era muita gente.
HB: Quer dizer que ele tinha cinqüenta fregueses dentro do Apuaú?
RL: Era. Espalhado, para o Apuaú e aí para o alto. Aí para cima, rio Quiuni, Jaú, Caurés. Por aí ele tinha freguês. Aí depois ele fez um ajuntamento dos fregueses para cá para o Apuaú. Só que uma parte não quiseram vir. Tinha propriedade lá no rio e não queriam abandonar. Aí veio mais ou menos a metade dos fregueses dele. Veio para cá para o Apuaú. *Aí depois, quando chegava o tempo do plantio de melancia - que ali na Terra Preta é terra preta mesmo. Ali tudo que se plantar dá. Aí ele tirava o pessoal da balata, da seringa, da sorva, para botar roçado, para plantar melancia. Aí tirava o fábrico de melancia todo mundo aí*. Era uma ruma de casa. Era mais casa que aí na Vila do Apuaú.
[seu Raimundo Lima, 53, igarapé do Trovão, lago do Apuaú, 28.10.1998]

[114] "Bicho de casco" é a expressão local para se referir às várias espécies de quelônios.

Os depoimentos reforçam a aptidão madeireira de ambas as margens do baixo rio Negro, ao tempo em que ainda pertencia ao município de Manaus – a primeira viagem de seu Sílvio para tirar madeira para o seu Pedro Gomes foi em 1943 e a de seu Florêncio, para o Marajá, em 1950. Apontam também para a existência de uma atividade que faria a fama de Tauapessassú e, depois, Novo Airão: a carpintaria e a construção naval – em que seu Pedro Libório era mestre. Novo Airão foi, durante um certo período, um dos principais centros de fabricação de barcos no Amazonas, o que fez da madeira a base da economia do município durante esse tempo (Pinto et alii 1992, Freitas et alli 1996 e Hummel e Rebelo 1997).

É interessante notar que esses informantes, além de desapropriados - todos - da área da EsEc de Anavilhanas, têm em comum o fato de serem oriundos da mesma região - o médio Amazonas: lago do Janauacá, Manaquiri, Itacoatiara, Urucará - e de terem chegado aos lugares de onde foram retirados praticamente na mesma época, para trabalhar em madeira e/ou carpintaria naval. Salvo uma "viagem" ou outra anterior, todos se fixaram naquela costa em 1950 ou 1960. Seu Florêncio refere-se a seu Luiz Lima, pai de seu Raimundo Lima, já residindo na Terra Preta em 1960. Se, por sua vez, o que o seu Raimundo Lima diz é veraz – "Eu nasci lá por dentro do seringal [...] e com oito dias depois eles [meus pais] baixaram para Manaus" - seus pais teriam comprado o terreno do finado Pedro Gomes – que aparece em seu depoimento como Manoel Gomes – e se colocado na Terra Preta na Segunda metade da década de 1940.

Isso joga mais para trás - e lança dúvidas sobre - o suposto desmembramento do apossamento original daquela margem referido por seu Antônio "Malagueta". Se, como ele diz, o trecho ao sul do porto Conceição "foi liberado" depois que o Coronel Bento Brasil vendeu o terreno para o tal Guedes, pelos depoimentos supracitados isso teria se dado antes de 1945 – quando seu Antônio tinha, no máximo, 11 anos. Sem nos deixar absorver por essas filigranas, é possível supor um adensamento e alguma diversificação da população nos anos 1940, quando o preço da borracha oscilou consideravelmente.

Outro elemento interessante que emerge dos depoimentos é a relação dos moradores desse trecho do rio com os empreendimentos extrativistas nos rios Jaú e Unini, indicando a existência de um circuito sócio-econômico mais amplo e atestando o intenso movimento de concorrência comercial e a abertura para novos negociantes naqueles rios. Seu Raimundo Lima identificou-se como filho de seringueiros, tendo nascido em seringal do Jaú em 1945 - ano em que, sintomaticamente, seus pais deixaram o rio. Tanto o rio era parte da sua paisagem, que ele chegou a mariscar lá em

1957. Vizinho de seu Raimundo Lima, na boca do igarapé do Trovão, conheci Israel Porfírio Bentes, 31, que declarou ter nascido no Maracaru, lugar de uma antiga fazenda dos Bezerras, no alto rio Jaú. Seu pai, Raimundo "Fortaleza" Bentes Viana, ganhou esta alcunha ao tempo em que trabalhava em lugar homônimo, no maracaru, para Nena Barros, Antônio Morais e Pedro Linhares. Ele hoje trabalhava no campo do seu Mário Medeiros, no paranã do Acariquara. Seu Florêncio, por sua vez, quebrou castanha e cortou seringa por dois fábricos consecutivos na foz da Paunini, afluente da margem direita do rio Unini. A sua atual esposa, dona Esmeraldina, também natural do médio Amazonas, da região de Tapuruquara, vem a ser irmã da dona Maria, viúva do seu Álvaro Fernandes, casal que conheci em 1993 residindo à foz do igarapé do Quebrado, afluente da margem esquerda do baixo rio Jaú.

Extração de madeira, pequenos estaleiros navais, oficinas mecânicas e depósitos de mercadorias – todas atividades relacionadas ao tráfego de embarcações – conviviam pacificamente com o extrativismo vegetal, a fruticultura não cultivada e a agricultura - desenvolvida em condições pedológicas favoráveis - tanto para o autoconsumo quanto para o comércio local. Produzindo na beira, a comercialização da produção no porto de casa, como disse seu Florêncio, era uma alternativa atualizada pelos moradores da costa.

O esquema da extração e da comercialização da madeira, assim como o da borracha, implicava no aviamento e na existência de uma cadeia de intermediários e *middlemen* até chegar às serrarias. Um desses intermediários, aviado de serrarias de Manaus e pequeno patrão local, foi o finado Alfredo dos Santos, que viveu no porto Conceição (cf. Mapa n° 3) e constituiu outro foco de atração e assentamento na margem boreal. O seu lugar é denunciado pela presença intrusa de dois pinheiros que ele plantou quando ali se colocou e cujas copas destacam-se no dossel da vegetação do barranco: "os pinheirinhos do finado Alfredo". Originário do Purus, onde já trabalhava com extração de madeira, o finado Alfredo chegou ao rio Negro com 40 anos, família constituída, quatro filhos, no dia 13 de dezembro de 1957. Veio numa expedição de extração de madeira em jangada e nunca mais voltou. Seu filho, Alegário Monteiro dos Santos, 50, que hoje é o responsável pela administração da base do IBAMA na cidade de novo Airão, dissertou sobre as razões que os trouxeram para o rio Negro.

> HB: Seu Alegário, então o seu pai já trabalhava com extração de madeira em jangada no Purus?
> AS: No Purus.
> HB: O senhor falou que chegou aqui com nove anos. Ele lhe contou porque razão ele veio para o rio Negro?
> AS: O meu pai... Primeiro, a razão não foi tanto de que ele não tivesse como

> sobreviver na região lá. É que eu tinha... Morreu um casal de filhas gêmeas no Purus e meu pai tinha muito amor porque eram meninas. Eram meninas as duas e meu pai não tinha filha mulher. Só homem. Então, meu pai gostava muito de uma das meninas e por isso - ela tinha quatro anos de idade - *meu pai desgostou-se da região. Não quis mais ficar naquela localidade e partiu para o rio Negro. Meu pai falava que a fama que ele tinha do rio Negro era que existia muita madeira. Era fácil de produzir. Mas também existia o outro lado, que na época era sezão - era bastante*. Mas meu pai, com o desgosto que tinha de ficar naquela localidade onde ele morava, e o patrão deu condições para o meu pai vir para o rio Negro produzir madeira. Ele aceitou a proposta e veio, mas com a idéia de ganhar dinheiro e voltar para o rio Purus. Só que ele falava o seguinte: "Eu nunca ganhei dinheiro. Não voltei mais para o Purus". Meu pai faleceu há quatro anos atrás, com 77 anos de idade e nós ficamos por aqui. Somos quatro irmãos e ficamos.
> [seu Alegário Monteiro dos Santos, 50, Novo Airão, 30.10.1998]

Seu Alegário, que veio a substituir o seu pai no empreendimento madeireiro, explicou como se procedia a extração e como era a relação com as madeireiras.

> HB: O senhor. falou que a fama do rio Negro, além da sezão, era que era um rio de muita madeira, fácil de produzir. Como é que era esse trabalho de extração de madeira em jangada? O senhor podia me explicar, assim, em linhas gerais, como era esse trabalho?
> AS: Bom. A madeira. *As serrarias elas financiavam. Aviava as pessoas com dinheiro, com mercadoria, durante seis meses, e apenas com seis meses que começavam a sair as primeiras produções*. As primeira produções, com seis meses. Então, a forma de extração de madeira era cortar no tempo do verão, fazer limpeza e caminhos, para na época da cheia, quando o rio inundava, então se fazia a jangada - enjangar as madeiras - com outras madeiras que flutuavam - que nós chamamos bóias - e elas eram transportadas com barco, flutuando até em Manaus. [...]
> HB: O senhor falou que o sistema era, então, uma casa, uma serraria, aviar uma pessoa. O seu pai era ligado a alguma serraria específica lá em Manaus?
> AS: Olha, o meu pai trabalhou com a Serraria Pereira, trabalhou com a Serraria Rodolfo, trabalhou com a Serraria Ore [?] e trabalhou também com a Serraria Matias. [...]
> HB: Ele foi aviado em diferentes períodos por essas?
> AS: Exatamente. Já por último, a última serraria que ele trabalhou foi a Serraria Ore, que deixou como representante uma pessoa - um viajante - no rio Negro que representava a Serraria Ore. Era o Manoel Clementino, conhecido por Manoel Coalhada. Então, ele monopolizava a freguesia. As pessoas trabalhava. A serraria aviava o Manoel Clementino e o Manoel Clementino aviava a população - os fregueses.
> [seu Alegário Monteiro dos Santos, 50, Novo Airão, 30.10.1998]

Ainda segundo seu Alegário, o finado Alfredo teria trazido consigo algumas pessoas do Purus para trabalhar com ele. Além destes, alguns dos quais teriam retornado, ele teria constituído uma freguesia no próprio rio Negro[115]. Entre estes

---

[115] HB: Porque eu entrevistei algumas pessoas lá do outro lado que disseram que vieram para cá para o rio Negro para trabalhar em madeira com o seu pai. Então, seu pai teve fregueses de madeira?
OS: Exatamente. Meu pai tinha fregueses sim. Eu não sei, não estou mais lembrado a quantidade de pessoas com que o meu pai trabalhou. Só que quando ele veio do Purus, ele trouxe várias pessoas do

estavam o seu Francisco Ribeiro, 71, vulgo “Zé” Ribeiro, o seu sogro e seu cunhado. Natural de Parintins – de novo, médio Amazonas – e criado em Manicoré, no rio Madeira, seu Zé Ribeiro chegou ao rio Negro em 1962, solteiro, com 35 anos, para trabalhar em madeira em tora com o finado Alfredo – depois de ter trabalhado em Manaus em uma fábrica de beneficiamento de castanha e na abertura da AM-010.

> HB: Trabalhou, então, na AM-010? Na abertura da AM-010?
> ZR: Foi, na AM-010, é. Aí, daí foi que *eu vim para cá trabalhar em madeira de tora. Nesse tempo existia muita madeira. E até foi com esse pai do Alegário mesmo*. Trabalhei e por aqui fiquei.
> HB: Nesse período que o senhor veio trabalhar aqui com o finado Alfredo, o primeiro lugar em que o senhor se colocou aqui foi aonde?
> ZR: Foi lá mesmo. Conceição. De lá eu fui para o Aturiá, trabalhar em madeira, com o filho dele mesmo. *Lá existia um bocado de madeira. Eu fui para lá trabalhar em madeira*. Trabalhei, quando terminou o fábrico, eu baixei de novo. Aí eu voltei para cá. Aí eu me coloquei aqui.
> [seu Francisco “Zé” Ribeiro, 71, Buraco Frio, 23.07.1998]

Quando seu Zé chegou, já encontrou residindo naquele trecho do rio Negro, precisamente no Buraco Frio, a família de seu futuro sogro, oriunda de um lugar chamado Rosarinho, então município de Borba - hoje Nova Olinda do Norte - no rio Madeira. Dona Neca, 45, declarou não ter lembrança de quando chegou ao rio Negro, pois era muito pequena. Considerando que sua família se colocou no Buraco Frio quando ela tinha seis anos - cerca de 1959 -, pode-se estimar a chegada da mesma ao rio Negro na segunda metade da década de 1950.

> HB: A senhora veio para cá muito pequena?
> DN: Foi, sim senhor. Nós viemos para Manaus. Daí meu pai arrumou um trabalho por lá, para nós ir passando [serviço de olaria]. Aí não deu certo. Daí nós viemos para cá, para o rio Negro velho. Foi um homem que trouxe nós de lá e aí colocou nós. Nós morávamos ali no Santo Antônio, acima do Conceição. Foi até mesmo o finado Alfredo que arrumou um localzinho para nós lá [*O finado Alfredo foi que trouxe nós para aí. Ele tinha mais uma condiçãozinha, trouxe nós para cá. Aí, ele arrumou um lugarzinho lá para nós morar*]. Aí meu pai trabalhava com ele. Aí nos fomos levando a vida para frente [*Meu pai trabalhou ainda para ele. Tirando assim madeira, fazendo roçado, até nós se aprumar um pouquinho*]. Nós éramos muito pequenos. *Aí, teve um homem que morava aqui no Tauatú. Era o patrão daqui, o finado Bertoldo*. Hoje em dia são tudo finado. *Aí ele foi buscar nós de lá para morar para cá neste local*. Aí meu pai fez esse local aqui, fez a nossa barraquinha e ficamos morando. [...] Aí esse homem [o finado Bertoldo] que morava aí – lá aonde o senhor esteve ainda agora [no Tauatú] – *veio buscar nós para botar aqui nesse terreno. Só que era mata bruta ainda. Aí ele abriu um localzinho, fizemos nosso barraco e fomos viver, trabalhar*. Que o nosso trabalho mesmo só era agricultura. Se criamos tudinho aqui nesse local –

Purus que vieram para trabalhar com ele aqui. Aqui, com dois ou três anos, meu pai fez um outro conhecimento. Alguns dos fregueses do meu pai voltaram para o Purus e meu pai não voltou mais e ficou. Arranjou uma freguesia aqui mesmo do rio Negro que trabalhava com ele [seu Alegário Monteiro dos Santos, 50, Novo Airão, 30.10.1998].

eu, meus irmãos.
[dona Maria da Silva Ribeiro, 45, Buraco Frio, 23.07.1998]

Os depoimentos do seu Alegário, do seu Zé e, principalmente, da dona Neca confirmam que até o fim da década de 1950 o finado Bertoldo ainda exercia o controle do trecho de costa até o Buraco Frio – lançando novas dúvidas sobre as datas fornecidas por seu Antônio "Malagueta" para a sua colocação no Cauixi. Confirmam, todavia, duas outras informações: que a região do Conceição teria pertencido aos Brasil[116] e que o seu Zé "chofer" foi admitido no Tauatú pelo finado Bertoldo[117].

Para concluir - e, ainda assim, de modo fragmentário, lacunar e provisório - houve um outro importante pólo de atração e assentamento humano, principalmente de pessoas oriundas do médio Madeira: a usina de pau-rosa situada na foz do rio Apuaú (cf. Mapa nº 2). A usina - termo empregado regionalmente para referir-se a destilaria – pertencia a um cearense chamado Eudes Nogueira Pereira, que residia em Manaus e também negociava como madeira em tora no rio Madeira, de onde trouxe fregueses seus para trabalhar no Apuaú. Foi o que ocorreu com seu Jaime Magalhães Tavares, 65 e seu Pedro Rodrigues Assunção, 73, casados com duas irmãs e que já tinham um primo residindo em uma das ilhas do arquipélago, quando se mudaram para aquele trecho da margem boreal. Ambos chegaram ao rio Negro com família parcialmente constituída, o primeiro em 1967, sem intuito de voltar, pois tinha se desgostado do lugar de origem em virtude da filha mais velha ter fugido de casa, e o segundo em 1969, segundo declarou, com o intuito de voltar. Suas respectivas esposas eram da cidade de Borba.

HB: E como é o nome do lugar lá que o senhor morava?
PR: Aonde eu morava? Era... O nome do lugar é São Raimundo - o nome do meu lugar - aonde eu morava. A região: Urariá. Naquela época pertencia ao município de Borba. Então, depois, por discontento de família vizinha de um e outro, sabe? Aí teve pessoas - família. *Aí eu me desgostei. O negócio não ficou bom. Aí chegou um senhor que tinha uma usina aqui na foz do Apuaú, que eu tinha trabalhado com ele bastante, disse que era melhor eu me retirar*. [...] Aí de lá eu fui-me embora. Trabalhava há muitos anos lá. Trabalhei no rio Abacaxis, por lá tudo eu trabalhava. De lá eu vim para cá. Esse cidadão marcou data para ir me buscar. [...] *Eu vim para cá trabalhar, lutar e lá vim. Eu fui tirar uma madeira aí - pau-rosa - dentro do Apuaú*. [...]
HB: Na época em que o senhor viveu em Borba, o senhor trabalhava em que?
PR: Eu trabalhava em agricultura. Primeiro eu trabalhava em extração de

[116] "Era porque, primeiro, Conceição era aquela área toda onde morava o Luiz Garcia. Era uma posse que era dos Brasil, numa outra época, e ficou Conceição" [seu Alegário Monteiro dos Santos, 50, Novo Airão, 30.10.1998].
[117] "Eram conhecidos nesse tempo. Zé "Chofer" trabalhava em negócio de oficina mecânica. Trabalhava não, trabalha Quando apareceu por aí o velho [Bertoldo] colocou ele ali para morar. Não tinha onde morar e trabalhar. Aí ele morreu, ficou o senhor Saraiva. O seu Saraiva foi quem conduziu esse Tauatú aí. Colocou aí e ele trabalhou" [seu Zé Ribeiro, 71, Buraco Frio, 23.07.1998].

> madeira, mas por época, sabe? Eu ia seis meses para trabalhar no extrativismo de madeira - pau-rosa, sorva, essas coisas - e seis meses, quando vinha chegando o verão, eu saía para fazer o plantio de agricultura, de milho, de banana - essas coisas. [...] Trabalhei dez anos em juta.
> HB: E nesse período que o senhor trabalhava em madeira, o senhor tinha patrão?
> PR: Tinha. Trabalhava com Eudes Nogueira Pereira. Ele é até falecido. [...]
> HB: O senhor falou que veio para cá por um cidadão que tinha uma usina?
> PR: É esse cidadão que eu citei agora mesmo - Eudes Pereira Nogueira. Era um cearense. Não era amazonense. *Então, esse senhor [com] que[m] eu vim para cá, ele me deu transporte. Eu vim com ele mesmo para cá.* [...]
> HB: Então, esse Eudes para quem o senhor trabalhava no município de Borba, ele tinha uma usina de beneficiar pau-rosa aqui no Apuaú também?
> PR: É. Eudes Pereira Nogueira. É aqui no Apuaú. [...] É, perto da boca. Está lá o local onde tem aquelas plantas lá. Era dele. Sabe aquele campo que não tem nada? Aquilo era dele. E parece que é até hoje, eu não sei. Era da família dele.
> [seu Pedro Rodrigues Assumpção, 73, Novo Airão. 08.06.1998]

Os depoimentos também apontam para a extração de madeira nas ilhas, como declarou seu Pedrinho.

> HB: Aí, logo quando o senhor chegou para trabalhar com ele aqui, o senhor se colocou em que lugar exatamente?
> PR: Me coloquei bem defronte da usina, provisoriamente. Depois de lá eu comecei a fazer o plantio na várzea. [...] *Aqui nessas ilhas dava itaúba - itaúba baixinha que chamavam*. Muito pouco, com 25. Até 25 eu derrubei: 25 de circunferência de roda com palmo. Às vezes dava 1500 palmos, 2000 palmos de tábua. Só madeira. *Então, eu passei para vir tirar, que ele exigiu que viesse tirar uma madeira dessa aqui.* Tem um lago grande que chamam Capitari. [...] Aquilo é o lago do Capitari. Aqueles pau grande que a gente enxerga, aquelas ramas grandes por lá - aquilo tudo eu trabalhei, naquelas madeiras.
> [seu Pedro Rodrigues Assumpção, 73, Novo Airão, 08.06.1998]

Somando-se a transferência da freguesia do finado Eudes Nogueira Pereira com a do finado Luiz Lima, temos uma importante frente de penetração e ocupação não-indígena recente – fim da década de 1960 - no rio Apuaú – que, como vimos ao início do capítulo 3 no depoimento do seu José Barroso, era conhecido regionalmente como o rio das onças, o rio da malária, o rio do beribéri. Recorde-se que Sabino, o “índio” venezuelano amigo do seu José Barroso, que o conduziu ao rio Apuaú em 1971 para extrair acariquara, supostamente já havia explorado pau-rosa anteriormente no igarapé do Cristóvão, afluente do Apuaú.

Não obstante, a foz do Apuaú já era ocupada, pelo menos, desde a década de 1950. Seu Valdenei Rodrigues, 40, nasceu e se criou nas imediações da foz do Apuaú e reside no lago até hoje. O pai de seu Valdenei é do rio Madeira - “filho de Nova Olinda” - e ele não chegou a conhecer os avós paternos, que para lá ficaram e por lá morreram. Já a sua mãe e o seu avô materno são do rio Negro, a sua avó materna sendo do furo do

Paracuúba, abaixo de Manaus, de um lugar chamado Machantaria. Seu avô materno foi, segundo ele, “o primeiro morador quase que teve aqui nesse lago”.

> HB: O senhor disse que nasceu e se criou aqui no Apuaú. Em que lugar exatamente o senhor nasceu?
> VR: Aqui? Foi aí assim, bem aí acima da boca do Apuaú. Tem um lugar velho do tempo em que não existia ainda o negócio da IBAMA. A gente morava lá. Lá que eu nasci. Mas aí eu vim para cá e aqui se criamos. Se colocamos ali mesmo onde é a comunidade [de Nova Esperança, na margem oriental do lago do Apuaú]. Esse lugar da comunidade ali, tudo era nosso. Aí nós doamos isso dali para a comunidade. Ali onde é aquelas castanheiras era a casa da minha avó, onde ela festejava São Sebastião. *Nós se mudava porque a gente saía de uma casa para outra, mas sempre no mesmo local*. [...]
> HB: Quem é que morava exatamente aqui nesse lugar?
> VR: Aqui [no lago]?
> HB: Não. Ali. Lá.
> VR: Lá, na boca do Apuaú acima? Era nós, né? Eu, meu pai, minha mãe e o meu tio, e o seu Florêncio que morava ali. O Florêncio era o morador mais antigo que tinha aí. Era só essas pessoas mesmo que morava. E o seu Djalma que morava lá na Terra Preta, mais acima. [...] Aí nós viemos e nos colocamos aí [no lago]. Daí nós não saímos mais.
> HB: E nesse período em que vocês se colocaram aqui [no lago], quem é que morava?
> VR: Aqui?
> HB: É.
> VR: Quando nós nos colocamos aqui morava um senhor chamado Abílio - seu Abílio, que morava. E o seu Otávio ali. Era quem morava. E bem ali onde é a missão, onde o meu cunhado mora, que é o Pedro, era o finado Joaquim Afonso - que morava ali. Então, eram essas as casas que tinham quando a gente nos colocamos ali.
> [seu Valdenei Rodrigues, 40, lago do Apuaú, 16.07.1998]

O depoimento denuncia uma situação para a qual é preciso chamar atenção agora que estamos concluindo este item. Trata-se da imprecisão e da fluidez da fronteira entre os lugares e da correspondente flutuação da toponímia. Entrevistei seu Valdenei em sua casa, na margem ocidental do lago do Apuaú, à foz do rio homônimo. A comunidade de Nova Esperança fica na margem oposta. Ele, por sua vez, nasceu pouco acima da foz, depois do que sua família se mudou para o lago, mas, como ele afirma, “sempre no mesmo local” – o Apuaú. Embora isso seja especialmente expressivo no caso do rio Apuaú, é importante notar que alguns dos topônimos referidos pelos depoentes para aquele trecho da costa boreal se sobrepõem parcialmente, ainda mais se considerarmos que são todos “lugares velhos”, desocupados, com poucos vestígios da ocupação humana recente.

Entre as atividades que seu Valdenei listou como importantes no Apuaú estão a agricultura, o extrativismo vegetal – de seringa, no igarapé do Trovão, em que ele

chegou a trabalhar como parceiro do seu avô materno - e a caça – à qual ele concedeu especial ênfase em seu depoimento.

> HB: E nesse período que vocês moravam aqui, qual era a atividade econômica principal de vocês? Vocês se dedicavam a que?
> VR: De trabalho e essas coisas? Era só mesmo em agricultura, negócio de roça, mesmo. O que a gente se dedicava mais era isto. A gente plantava e... Agora, *também tinha muito negócio de caça. Negócio de caça tinha muito. A gente também matava as caças que era para vender também ali ao regatão que passava* - àqueles comerciantes que passavam aí, a gente vendia para ter com o que comprar as besteiras da gente. *Era mais fácil as coisas, né? Naquele tempo também existia venda de fantasia, né? - de couro de onça, de maracajá. A gente também trabalhava muito nesse negócio, né?. Curral, fazia curral para pegar os bichos* [de casco]. *Matar mesmo de tiro para vender. Então, a gente vendia e ia passando.*
> [seu Valdenei Rodrigues, 40, lago do Apuaú, 16.07.1998]

Seu Valdenei caracterizou o extrativismo de sorva e a extração de madeira como atividades relativamente recentes. Há registro de famílias inteiras entrando no Apuaú no final da década de 1970 – como foi o caso da família de seu Manoel Aniba da Cruz, 70 - para trabalhar em serviço de sorva. Subindo o rio Apuaú até a cachoeira do Pilão, com um prático local, identificamos inúmeros tapiris e colocações velhas de sorva. No alto do barranco da comunidade de Nova Esperança, ao lado da plataforma superior da escada de madeira que dá acesso ao centro social da comunidade, há uma única árvore destacada na paisagem: uma sorveira - como se fosse um marco do recente *rush* em busca da sorva, cuja comercialização segue o sistema do aviamento.

Ele refere-se também a existência de caça comercial, em especial para a venda de peles. A caça comercial ainda persiste hoje em dia, principalmente no alto Apuaú, acima da cachoeira do Pilão, mas visando a venda da carne.

Quanto à madeira, “desde quando eu comecei a ficar já rapazinho, eu já fui tirando madeira com meu pai”, disse seu Valdenei. Lembremo-nos que seu José Barroso entrou no Apuaú para tirar acariquara em 1971, quando seu Valdenei tinha cerca de 13 anos. A partir desse momento registra-se também a entrada de outros comerciantes e exploradores de madeira em tora no rio Apuaú. Foi o caso de seu Josué de Souza, 66, que, tendo servido nos rios Purus, Japurá e outros, começou a viajar pelo rio Negro em 1971, tendo se estabelecido na margem direita do Apuaú “de morada” em 1975, para ser retirado dali quando da criação da EsEc. Note-se que várias pessoas que trabalham com madeira no Apuaú reconheceram explicitamente, nas entrevistas que me concederam, o esgotamento do recurso. Israel observou, certa feita, que “as matas do Apuaú velho” já estavam “muito batidas”.

> HB: O senhor falou que nesse período não existia negócio de madeira. Quando que, da sua lembrança, apareceu essa produção de madeira aqui nessa região?
> VR: Não faz muito tempo isso não. Primeiro apareceu foi tiração de acariquara. Existia muito aqui nesse rio. Muita mesmo. Nós fazia barcadas e barcadas de batelão de acariquara, tirando aqueles esteios e vendia. Aí abriu a tiração de poste - de acariquara também. Nós tiramos também. De lá para cá foi que começou a tiração de vara. Aí começamos a transportar vara. Depois da vara é que veio já a madeira serrada.
> HB: Madeira serrada?
> VR: Aí incluía tudo: madeira cerrada e vara e esteio e tudo. Embolou tudo. Mas para mim eu achei melhor foi a madeira serrada mesmo. Dá mais, né? Trabalha mais, mas dá mais lucro. E a vara não dá nada. *Esteio acabou. Nessas matas tudinho que a gente tirava aí, para a gente achar um esteio hoje em dia custa muito. Tem muito, mas no centro. Mas o que tinha pela beira, pela margem do rio, que a gente podia carregar, assim, de uns 200 metros, 300 metros do centro, isso não tem mais*. Pode ter alguma, daqueles filhotezinhos que tinha, que a gente ia deixando e agora já estão grande de novo. *Mas como tinha mesmo de primeiro, não tem*.
> [seu Valdenei Rodrigues, 40, lago do Apuaú, 16.07.1998]

> RL: [...] *Madeira desse lado daqui, da terra do estado, já não existe mais.* Só para carro e ninguém tem condições de comprar um carro para puxar madeira. Então, é puxada a madeira aqui na força, na marra: carregada, arrastada.
> HB: Quando o senhor disse "só para carro", como assim?
> RL: *Porque está longe da beira. Está muito longe da beira*. Não tem condições de carregar para a beira. *Só tem madeira no centro*.
> [seu Raimundo Lima, 53, igarapé do Trovão, lago do Apuaú, 28.10.1998]

Concluindo, a configuração sociocultural e econômica do trecho da margem esquerda entre os rios Apuaú e Baependi, bem como de parte do arquipélago, por um lado, corrobora o que já tínhamos visto para o Jaú: uma paisagem marcada pela atuação de uma pletora de pequenos e médios atravessadores, comerciantes e intermediários, alguns com freguesias atreladas, outros atuando livre e concorrentemente. Em alguns casos, viu-se também produtores diretos ascenderem à posição de pequenos patrões locais, como nos casos dos finados Luiz Lima e Alfredo Nascimento – ao qual voltarei no próximo capítulo. Por outro, apresenta uma face ambiental, geopolítica e econômica distinta: trata-se de um grande trecho de costa de ocupação não aborígine relativamente recente, de difícil controle – tendo este sido, supostamente, fracionado com tempo –, com numerosos lagos, igarapés, paranãs e ilhas, dispondo de uma grande diversidade de recursos economicamente valorizados e que abrigou uma variedade de atividades produtivas e empreendimentos econômicos. Uma paisagem assaz distinta do mundo "pujante, primitivo e ainda em formação" em que "quase não havia agricultura" - no máximo, com "algumas poucas roças temporárias nas ilhas" - pintado pela perspectiva de sobrevôo do Dr. Paulo Nogueira Neto.

4.4. Repercussões Imediatas da Criação das Unidades

Foi sobre o universo social assaz concreto e historicamente específico que tentei etnografar no item anterior, que as duas unidades se impuseram e a partir do qual foram interpretadas. Considerando as experiências históricas formativas, as distintas modalidades de atuação das agências então existentes e a diversidade de situações com as quais os administradores se defrontaram no início dos anos 1980 é que passo a descrever as repercussões sociais da criação de ambas as unidades – incluindo o modo como os contingentes populacionais mais diretamente afetados tomaram conhecimento da criação das mesmas. Começarei por Anavilhanas, pois no processo de regularização fundiária da Estação as categorias e posturas etnocêntricas e colonialistas face a paisagem social local são mais evidentes e explícitas.

Antes, porém, convém rever alguns desdobramentos relativos à história político-administrativa recente de Novo Airão e oferecer alguns elementos relativos à sua demografia. Como vimos, quando da criação da Comarca do Alto Amazonas em 1833, o lugar de Airão foi elevado à categoria de freguesia – colégio eleitoral – pertencente ao termo de Manaus, para ser extinta pela Lei Provincial nº 92 de 6 de novembro de 1858. Em 1938, Airão é elevado à categoria de vila, sede do distrito homônimo integrante do município de Manaus, do qual se desmembra em 1955 pela Lei Estadual nº 99 de 19.12.1955, transformando-se em município autônomo. Por força da Lei Estadual nº 1.012 de 31.12.1970, que instituiu a nova divisão administrativa e territorial do Estado do Amazonas, o município teve a sua denominação alterada para Novo Airão e a sua sede transferida para o antigo povoado de Tauapessassú, na margem direita do rio Negro, na confluência do igarapé da Freguesia. Como nos termos da constituição estadual de então, a sede do município lhe dava o nome e tinha categoria de cidade, Tauapessassú transformou-se na cidade de Novo Airão.

O município foi criado em 1955 com área estimada de 54.000 km^2, segundo avaliação da Inspetoria Regional de Estatística, que depois foi calculada pelo Conselho Nacional de Geografia em 51.138 km2. Um ano e três meses depois de criado o PNJ e cinco meses depois de criada a EsEc de Anavilhanas, que, como vimos, constituem dois territórios federais criados por decreto, superpostos à divisão político-administrativa então vigente, Novo Airão perdeu cerca de 13.623 km2, correspondente à porção extremo leste do seu território, limítrofe a Manaus, em favor do município de Presidente

Figueiredo, por força da Emenda Constitucional nº12 de 10 de dezembro de 1981[118]. O censo de 1991 registra uma área de 37.515 km^2 e o de 2000 37.771,7 ou 37.772 km^2[119].

Tudo isso dificulta operar com os dados estatísticos disponíveis numa série temporal para sinalizar mudanças em indicadores demográficos, especialmente aqueles referentes à densidade demográfica e à classificação da população em rural e urbana. Não obstante, apresento a Tabela 10 a seguir, com as ressalvas subseqüentes, pois permite vislumbrar algumas transformações significativas.

Tabela 10
Evolução demográfica recente de Novo Airão face à Micro Região e o Estado

CENSO	AIRÃO/NOVO AIRÃO			ZONA/MICRORREGIÃO DO RIO NEGRO			AMAZONAS		
	População Residente Total	Urbana	Rural	População Residente Total	Urbana	Rural	População Residente Total	Urbana	Rural
1950[1]	3.128	175	2.953	158.739	92.277	66.462	514.099	137.736	376.363
1960[2]	4.990	253	4.737	242.166	156.484	85.682	714.774	236.654	478.120
1970[3]	6.079	320	5.759	32.776	3.308	29.468	955.235	405.831	549.404
1980[4]	3.673	1.194	2.479	37.308	8.105	29.204	1.430.089	856.617	573.472
1991[5]	14.029	5.980	8.049	63.606	18.942	44.664	2.101.901	1.501.807	601.094
1996[6]	14.576	7.298	7.278	69.780	28.389	41.391	2.389.279		
2000	9.656	6.992	2.664	74.275	31.257	42.748	2.813.085	2.104.290	708.795

(1) Os dados do Recenseamento Geral do Brasil de 1950 se referem ao *distrito de Airão* do município de Manaus. Considerou-se *urbana* a *população presente nos quadros urbano e suburbano*, que o Censo de 1950 diferencia. Manaus é classificado como Zona do Rio Negro até o Censo de 1960, inclusive.
(2) Os dados do Recenseamento de 1960 se referem ao *município de Airão*, criado em 1955. Manaus ainda é classificado como pertencente à Zona do Rio Negro.
(3) Os dados do Recenseamento de 1970 *ainda* se referem ao *município de Airão*. Manaus deixa de ser classificado na Microrregião - não mais Zona - do Rio Negro. Esta passa a ser constituída apenas pelos municípios de Airão, Barcelos, Ilha Grande e São Gabriel, o que explica tanto a abrupta queda da população residente quanto a brutal redução do percentual de população urbana entre 1960 e 1970.
(4) Os dados do Recenseamento de 1980 já se referem ao *município de Novo Airão*.
(5) Entre 1980 e 1991, Novo Airão sofreu o desmembramento territorial suprareferido.
(6) Contagem de população.

Antes de avançar na interpretação dos dados da Tabela supra, convém salientar que o Recenseamento de 1991 adverte que a Microrregião do rio Negro não registra população residente urbana em "área não urbanizada de cidade ou vila", nem em "área

[118] O município de Presidente Figueiredo foi criado pela referida Emenda Constitucional com 24.781 km^2 de área, com territórios desmembrados de Novo Airão e Itapiranga, bem como áreas adjacentes dos municípios de Silves e Urucará. O município de Itapiranga, por sua vez, havia sido criado em 1952, dois anos antes de Airão, abarcando em sua área a vila de Balbina – cujos núcleo e arredores foram incorporados pelo município de Presidente Figueiredo em 1981.
[119] A *Enciclopédia da Amazônia Brasileira*, por sua vez, registra uma área de 38.706km^2 (Beltrão e Beltrão s/d., 332).

urbana isolada”. Apenas 1.559 pessoas da população residente rural residiam então em povoados – “aglomerado rural isolado” – assim distribuídas: 311 em Barcelos e 1.248 em São Gabriel; não havendo registro de pessoas vivendo em “aglomerado rural do tipo extensão urbana”, “núcleo” ou “outros aglomerados”. A situação manteve-se a mesma na Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2000, em que apenas para o município de São Gabriel se registra população residente urbana fora da sede.

É interessante notar, entre 1950 e 1970, que, enquanto a concentração da população residente em áreas urbanas cresce a passos largos para o Estado – de 26,8% em 1950, passando por 33,1% em 1960, a 42,5% em 1970 –,o percentual de população urbana residente no distrito e depois município de Airão permanecia relativamente estável, para não dizer quase constante – 5,6% em 1950, 5,07% em 1960 e 5,26% em 1970.

A partir do Recenseamento de 1980 as figuras tornam-se um pouco mais complexas para o município de Novo Airão. Em primeiro lugar, há uma queda abrupta no total da população residente, da ordem de 40%. Paralelamente, verifica-se uma transição importante em que a população residente urbana passa a representar 32,5% do total. Enquanto isso, os números para o Estado chegam a quase 60%, já exprimindo as modificações produzidas com a implementação da ZFM. A transição urbana de Novo Airão é mais facilmente explicável: a redivisão administrativa e territorial do Estado do Amazonas promovida em dezembro de 1970 teve como conseqüência a transferência legal da sede do município para Tauapessassú/Novo Airão, onde já funcionavam, desde a criação de Airão, o governo do município e demais repartições públicas – como o Cartório de Registro Civil – e onde se concentraram os trabalhos e obras das sucessivas administrações municipais desde 1955. Mais do que uma transição urbana, o que se verifica nesse período é um ajuste classificatório. Já a redução do total da população residente pode ser atribuída, pelo menos, à atração constante exercida pela ZFM ao longo da década– todavia insuficiente para explicar integralmente tamanha queda.

De 1980 a 1991, quando Novo Airão sofre o desmembramento territorial já referido, a população cresce assustadoramente: 380%!; e a transição urbana se acentua, com 42,6% da população passando a residir na sede do município. Esta tendência se confirma na contagem de população de 1996, que estimou a população residente em 14.576 habitantes, dos quais 50% vivendo na sede do município. Eram esses os dados disponíveis e com os quais estava trabalhando quando retornei a Novo Airão em 1988.

Não obstante, em outubro de 1998, dados compulsados junto à sede do Sub-Distrito de Novo Airão da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) e entrevista com o Inspetor de Endemias, João Carlos Leite, revelaram as seguintes figuras[120]: 7.052 habitantes, dos quais 5.581 residindo nos dez bairros da cidade sede e 1.471 nas localidades e comunidades rurais do município – incluindo as situadas nos igarapés, rios, lagos e ilhas[121]. Trata-se de número mais crível que os 14.029 apontados pelo Censo de 1991 e mais ajustado tanto ao padrão de crescimento paulatino da população residente total quanto à transição urbana indicados na Tabela 10 anterior – exceção feita à abrupta queda registrada em 1983. Seguindo os dados de Carlinhos, Novo Airão teria 79,1% da sua população residindo na sede do município em março de 1998 - índice superior aos registrados pelo IBGE para 1991 e 2000 para todo o Estado. Carlinhos credita tamanha discrepância em relação aos dados do IBGE à política e à cobiça fiscal, ou seja, à ambição das prefeituras abocanharem parcelas cada vez maiores dos fundos constitucionais - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), entre outros. Segundo ele, sucederia do recenseamento ser replicado nas mesmas áreas como pertencentes a municípios distintos[122]. Difícil assegurar se isso é veraz. Não obstante, é necessário – como tento fazer aqui - problematizar os dados demográficos à luz tanto da superposição de limites político-administrativas, distritos censitários e topografia, quanto da mobilidade característica das atividades produtivas em que a população está engajada – que implica na manutenção de residências na cidade e na área rural, na existência de "endereços" mais ou menos temporários, etc.

Enfim, a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2000 parece ratificar os dados da FUNASA para 1998, ao indicar para Novo Airão uma população de 9.656

---

[120] O Sub-Distrito de Novo Airão, enquanto unidade de atuação da FUNASA, extrapola os limites do município: pela margem direita do rio Negro, subindo, se estende da costa do Anajatuba – onde estão as localidades de Tiririca, Santo Antônio e Marajá -, no município de Iranduba, até o rio Caurés, em Barcelos; e, pela margem esquerda, descendo, vai desde os rios Jufaris e Branco, abrangendo localidades e comunidades no município de Barcelos e estado de Roraima, até o rio Cuieiras, zona rural de Manaus. O Sub-Distrito abarca todas as localidades e comunidades atualmente ocupadas em todos os afluentes situados em ambas as margens do referido trecho do rio Negro. Carlinhos disse estar prevista uma reestruturação da atual divisão, em que se criaria um sub-distrito em Barcelos, que abarcaria o rio Unini.

[121] Estes dados resumem as informações de um quadro de três páginas elaborado pelo Inspetor de Endemias com base em dados produzidos quando da borrifação feita no primeiro trimestre de 1998 nas "casas"/"prédios" dos dez bairros da cidade e das localidades e comunidades rurais do município. Carlinhos admitiu uma margem de erro de 10%.

[122] Assim, os rios Jaú e Unini e algumas localidades e comunidades no Negro seriam computados duas vezes como pertencentes tanto a Novo Airão quanto a Barcelos, o mesmo ocorrendo com o rio Apuaú, computado tanto como Manaus quanto como Novo Airão.

habitantes, 72,41% dos quais residindo na sede do município – o que confirma, por sua vez, a radical transição urbana assinalada. Os demais municípios da Microrregião do rio Negro também se urbanizaram. Não obstante, enquanto estes oscilaram numa faixa de 13% a 42 % de população residente urbana, em Novo Airão esta quase sextuplicou em termos absolutos, saltando de 32% para 72% da população total entre 1980 e 2000 – como mostra a Tabela 11 a seguir. "Urbanizar-se", aqui, significa dizer que, no período em tela, a população do rio Negro concentrou-se progressivamente nas sedes municipais – exceção feita a São Gabriel, único a registrar população urbana residente fora da sede.

Tabela 11
Evolução do População Urbana Residente dos Municípios da Micro-Região do rio Negro– Valores Relativos

Censos **Microrregião e Municípios**	**1980**	**1991**	**1996**	**2000**
Microrregião do rio Negro	21,72%	*28,78%*	*40,7%*	*42%*
São Gabriel[1]	19,8%	28,5%	35%	41,28%
Santa Isabel	20,6%	13,6%	26%	39,99%
Barcelos	22%	36,5%	52,78%	32,97%
Novo Airão	32,5%	42,6%	50,07%	72,41%

(1) Único município a computar população residente urbana fora da sede nos Censos de 1991 e 2000.

Segundo os dados da Sinopse Preliminar do Censo de 2000, Novo Airão, em termos de população residente urbana relativa, só fica atrás de Manaus (99,35%), Tefé (74,01%) e Humaitá (73,04%), situando-se na mesma faixa de Itapiranga (72,39%), Carauari (72,04%) e Tabatinga (70,36%) – próximas à média do Estado, de 74.31%. Creio que não se pode explicar satisfatoriamente essa transição urbana radical em Novo Airão se não se considerar os efeitos de, pelo menos, duas circunstâncias, uma das quais enfocada aqui: a criação, no início dos anos 1980, de duas UCs de proteção integral e a conclusão, em 1993, da Rodovia AM-352, que liga Manacapuru a Novo Airão. Estima-se que o PNJ e a EsEc de Anavilhanas, somadas à Terra Indígena Waimiri-Atroari, abarcam mais de 66% da superfície do município – entenda-se, área eminentemente rural. A história da AM-352, por sua vez, remonta à administração Ivo Alves de Almeida, primeiro prefeito de Airão, que, em 1955, teria a projetado e iniciado a sua abertura no antigo lugar Campo de Santo Ângelo, em Tauapessassú/Novo Airão. Parada durante décadas, a obra teria sido retomada em 1983, para ser concluída em 1993, com 102 km e sem pavimentação, nas gestões de Antônio Tiburtino da Silva, na Prefeitura, e de Gilberto Mestrinho, no Governo do Estado (cf. Vasconcelos F^{o} s/d m.).

4.4.1 A evacuação de Anavilhanas: desapropriação ou crime?

Rapaz, se você analisar a vida do caboclo, o dia-a-dia do caboclo, o que ele faz durante dez anos para ser avaliado por um dinheiro desse?! Eu não saía nunca! Se na época eu não fosse funcionário e eu fosse morador, eu não entregava minha propriedade por bobagem não. Então, é por isso que eu digo: foi crime! Porque não se faz injustiça com quem não merece. [...] Você não acha que isso foi uma injustiça?

Raimundo "Maracanã", julho de 1998

O processo de regularização fundiária da EsEc de Anavilhanas é um caso paroxístico de subordinação da razão sociológica à razão tecnocrática, bem como das posturas etnocêntricas e colonialistas implicadas nos levantamentos fundiários convencionais e nas avaliações de benfeitorias passíveis de conversão mercantil. O processo formal – 01266/90-08, IBAMA/Adm. Central, Brasília 24.04.1990 - contém inúmeras reivindicações dos residentes da área em que Estação foi projetada, seja contestando os valores pagos pelas indenizações, seja reclamando o não recebimento das mesmas. Passados mais de dez anos, testemunhei essa mesma insatisfação com os procedimentos adotados pela SEMA, com o valor das indenizações e com a situação em que foram lançados, nas entrevistas que realizei com ex-residentes da área. A regularização fundiária da Estação repercute de modo negativo até hoje na paisagem social de Novo Airão e é uma das principais responsáveis pela animosidade de segmentos da população local face às agências governamentais responsáveis pela criação e gestão de UCs - os extintos IBDF e SEMA, e o IBAMA. Esta animosidade se estende a organizações ambientalistas não-governamentais e se traduz numa cooperação enviesada entre a população e os encarregados de administrar as UCs.

Movimentações palacianas

A rigor, como vimos no fim do capítulo anterior, o processo de regularização fundiária da área em que veio a ser projetada a EsEc de Anavilhanas – isto é, a iniciativa de identificar o número de famílias residentes e de calcular o valor das indenizações das suas benfeitorias, para removê-las dali - principiou antes da sua decretação e continuou depois. Isso está evidente tanto no processo formal quanto nos depoimentos produzidos em campo. A desapropriação levou ao deslocamento compulsório de cerca de 50 famílias, em que nem todas chegaram a ser justa e previamente indenizadas.

Em setembro de 1977, como vimos, o processo já registra uma relação de 53 moradores na área que viria a ser da Estação: seis na margem direita do rio Apuaú – nenhum dos quais com imóveis cadastrados junto ao INCRA - e 47 na margem esquerda do rio Negro – 13 dos quais com imóveis cadastrados no INCRA. Esses dados só fazem confirmar a percepção dos ex-residentes de que aquele era um trecho de costa habitado e movimentado (cf. item 4.3).

Não obstante, foi preciso esperar a criação da EsEc, para que, em 30.07.1981, Dr. Paulo solicitasse, em despacho ao Assessor para Assuntos Fundiários da SEMA, João Batista Andrade Monsã, verificar o que estava acontecendo em Anavilhanas, pois o INCRA de Manaus estaria esperando uma decisão de Brasília sobre o remanejamento dos posseiros. O despacho e a resposta de Monsã no dia seguinte mencionam uma portaria interministerial sobre o assunto, que o representante da SEMA no Amazonas, Joaldo Bezerra da Costa, e o Coordenador Regional do INCRA desconheciam, razão pela qual não teriam tomado ainda nenhuma providência – portaria esta que não logrei encontrar. Um ano depois, em 18.08.1982, em ofício para o Coordenador Regional do INCRA em Manaus, Dr. Paulo ratifica os entendimentos mantidos anteriormente no sentido de serem remanejados da área da SEMA os posseiros e ocupantes lá identificados, conforme processo que estaria em andamento naquela Coordenadoria do INCRA – processo este que não consegui localizar. No mesmo ofício, Dr. Paulo manifesta o seu interesse no remanejamento segundo as condições estabelecidas pelo INCRA com aquelas pessoas, cujas despesas a SEMA estava de acordo em assumir.

Observe-se que a correspondência oficial fala em “remanejamento”, como se houvesse a perspectiva de efetivamente reassentar os residente de modo ordenado ou planejado para algum outro local predeterminado. Além disso, ao falar em “posseiros e “ocupantes” denuncia o fundamento civilista da concepção de propriedade em que está vazada, que privilegia o título de domínio face a outros regimes de propriedade e apropriação territorial.

Desse modo, movida pelas manifestações de Brasília, a Coordenadoria Regional do INCRA elabora nova “Relação de Ocupantes da Área Destinada à SEMA”, datada de 21.10.1982. O processo traz três cópias da relação - uma das quais distinta das anteriores, em carbono e com alterações à lápis - que registram 50 e 51 lotes – e não mais 53.

Não obstante, foi só com a designação de uma Comissão de Avaliação por Portaria da SEMA, em 22.08.1983, que o procedimento foi deslanchado. Presidida por

João Henrique Auler Jr., engenheiro agrônomo da SEMA em Manaus, e composta por representantes do INCRA, do Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM) e do Banco do Brasil, a Comissão tinha como objetivo avaliar as benfeitorias dos posseiros nas áreas de terra de posse legal da SEMA e de domínio da União, a fim de indenizá-las para a conseqüente desocupação.

Pouco tempo depois, em 09.09.1983, Monsã encaminha ofício ao presidente da Comissão, contendo vários documentos e orientações, entre os quais: duas cópias do mapa da Estação em que está assinalado em vermelho o local onde será construída a sede da mesma, recomendando começar dali o levantamento; uma foto da "propriedade principal" como "endereço" para melhor orientar a Comissão, recomendando que se fizesse primeiro a avaliação daquela[123]; um modelo de laudo de avaliação, a ser feito um para cada caso, destacando-se a importância do posseiro firmar a sua concordância no mesmo; e a relação dos posseiros ocupantes na área identificada pelo INCRA, com uma avaliação prévia, recomendando ser importante que todos sejam avaliados a fim de que não fique nenhum para trás. No mesmo ofício, informa que já têm parte do dinheiro em caixa e que começarão o pagamento tão logo Dr. Paulo aprove o relatório da comissão. Note-se a preocupação com que o levantamento fosse completo e exaustivo.

Em 20.11.1983, o presidente da Comissão de Avaliação, Joaldo Bezerra da Costa[124], encaminha informação a Monsã contendo toda a documentação relativa às avaliações para as indenizações das benfeitorias na área da EsEc, na qual faz vários esclarecimentos: os outros critérios nos quais se basearam, além de "idade da cultura", para estimar - usando as tabelas do INCRA e do ITERAM – os valores para cada cultura como um todo, ou por partes; as restrições feitas por alguns posseiros quanto aos valores a receber de indenização, a despeito do quê todos teriam concordado com os mesmos; a sugestão de que o pagamento fosse feito em cheques comprados na praça de Manaus, entregues pessoalmente a cada um deles e emitidos dois para cada um, nos valores de 30% e 70% das avaliações, dado que muitos preferem desocupar a área imediatamente após o pagamento; a conveniência de se demolir as residências logo após

[123] Trata-se da propriedade de seu Jaime Magalhães Tavares, no laguinho da Terra Preta, onde hoje está situada a base de terra firme da EsEc. A sua antiga casa – conhecida como a "casa azul", embora a pintura esteja totalmente desbotada - é usada como almoxarifado e depósito de material. Onde ficava a casa de farinha está hoje a residência do agente de vigilância. No campo de futebol dos meninos, construiu-se o auditório e o centro de convenções da EsEc.

[124] Em 25.10.1983, a Comissão teve a sua composição alterada por nova Portaria da SEMA, pela qual foram designados novos representantes da SEMA em Manaus – Joaldo Bezerra da Costa, biólogo - e do BB.

serem desocupadas e de selar as casas aproveitáveis para vigias, se lhes colocando placas de identificação de propriedade do governo federal.

Ato contínuo, Monsã acata as sugestões de Joaldo e, nove dias depois, solicita ao Dr. Paulo autorizar as providências de pagamento das indenizações das benfeitorias aos posseiros da EsEc, através de cheque/ordem de pagamento pagável em Manaus, cada um nos valores correspondentes a 30% (1ª parcela) e 70% (2ª parcela), liberado após cada posseiro desocupar a área - que seria, segundo os termos do Assessor para Assuntos Fundiários, a "forma usual adotada pela SEMA". Informa também que os cheques serão levados pessoalmente por Joaldo, na companhia dos demais membros da Comissão de Avaliação – "que inclusive deverão concluir 6 (seis) avaliações restantes" – e do administrador da EsEc, João Auler Jr. - que ficará encarregado de constatar a retirada de cada posseiro e demolir ou lacrar a casa, segundo orientação da Coordenadoria de Estações Ecológicas (CEE). Anexa ao ofício há uma "Relação dos posseiros de Anavilhanas a serem indenizados na primeira etapa, de acordo com as prioridades fixadas pela CEE/SEC", assinada por Monsã e contendo 21 nomes - três dos quais trazendo a observação de que o valor será pago em uma só parcela. Há no processo pelo menos mais duas cópias de uma relação de "Posseiros a serem indenizados, por ordem de prioridade, de acordo com as diretrizes da Coordenadoria de Estações Ecológicas", sem data, computando 52 ocupantes e a rubrica "pg", à lápis, ao lado dos nomes dos 21 primeiros. Numa cópia, constam as seguintes anotação à lápis: "Avaliação Nov. 83" e "2ª Relação (CEE)" ; e na outra: "1ª Relação (CEE)".

Observe-se a quantidade de relações existente e a flutuação no número de ocupantes a serem indenizados entre uma e outra. Isto se explica, parcialmente, pela ausência temporária do residente quando da passagem da Comissão pela sua casa. Note-se também o rigor das medidas consideradas cabíveis pela SEMA e da sua "forma usual" de agir, tanto em relação ao pagamento das indenizações em duas parcelas, só após o residente desocupar a área, quanto no que concerne a necessidade de verificar a sua retirada, para efeito da demolição ou lacre das residências. Conquanto não tenham sido aplicadas à risca, seja por flexibilização da Comissão, seja por resistência ativa dos residentes, para este, de todo modo, tais medidas soaram antipáticas, hostis e obtusas.

A constituição do quadro de pessoal local

Ao tempo em que as decisões e ações suprareferidas emanavam dos centros de decisão - Brasília e Manaus -, os sucessivos representantes regionais da SEMA

preocupavam-se em dotar as estações de um quadro de funcionários para trabalhar *in loco*. Segundo depoimento do agente de vigilância há mais tempo em atuação na EsEc, Raimundo Nonato Figueiredo, 51, vulgo "Maracanã", contratado para trabalhar em Anavilhanas em 1979, Joaldo estaria vinculado à FBCN. Assim sendo, Maracanã e sua esposa, dona Doralice dos Santos Figueiredo, 51, foram contratados pela FBCN.

> HB: Você trabalhou na FBCN?!
> RM: Comecei por ela. [...] Quando eu cheguei em Manaus. Eu vim para Manaus por chamada para fazer um trabalho. Nessas alturas, eu não pude vir no local aonde está situado hoje o flutuante. Aí eu volto para onde eu lhe dizia, que era Borba. Voltei. *Dia 18 de junho de 1979 eu regressei a Manaus e falei com o Joaldo Bezerra, que era o responsável pela unidade - que estava se ampliando. Ela não estava estruturada. Estava se ampliando, começando.* Certo? Aí o que acontece. Eu vim pegar um trabalho já a partir do dia 22 de junho lá no Tarumãzinho, que era realmente esses três flutuantes que se encontram hoje aqui situados. *Vim de lá dia 03 de agosto. Isso eu já prestando trabalho para o INPA que tinha um convênio de pesquisa com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza - que era o único órgão que representava as unidades de conservação no Brasil.* [...] Bom, quando nós começamos aqui, aí veio a proposta para eu ser transferido para a SEMA. Quer dizer que eu trabalhei de 1979 a 1980. Até outubro de 81. Minha carteira foi assinada dia primeiro de outubro de 1981 na SEMA. [...]
> HB: Você falou que veio de Borba para a Manaus, que te chamaram. Como é que foi isso?
> RM: Eu fui chamado pelo seguinte. Na época eu estava viajando com um rapaz de lá e eu estava zelando o barco como quem zela uma casa. Lavando, ajeitando o barco. E o cidadão que estava fazendo um curso na capitania por nome Manoel, falou para o Joaldo: *"Joaldo, você precisa de uma pessoa do interior?"*. *Ele disse, "Eu quero do interior"*. "Eu sei quem é". Aí ele foi e me apontou, casualmente. E eu fui chamado. [...]
> HB: Então, [...] até outubro de 1981, você trabalhou exatamente aonde?
> RM: Pela Fundação BCN.
> HB: A FBCN tinha representantes em Manaus?
> RM: Tinha.
> HB: Quem eram os representantes da FBCN na época?
> RM: O Joaldo era um deles. Sempre nós fomos três: Joaldo, Doralice, eu e um companheiro que saiu - o Ernani. Éramos quatro. Ele saiu e ficou três. Ainda com perca de salário quando eu me passei para a SEMA: 30%. Mas eu enfrentei.
> [seu Raimundo "Maracanã" Nonato Figueiredo, 51, base de terra firme da EsEc de Anavilhanas, 13.07.1998]

Segundo o depoimento de Maracanã, teria havido um convênio entre o INPA e a FBCN, e a base flutuante teria sido deslocada de Manaus para o lago do Prato em agosto de 1979, quase um ano antes de decretada a Estação. Como havia um vínculo entre a EsEc e a Divisão de Ecologia do INPA – cuja natureza não pude determinar - e a sede administrativa da SEMA ficava nas dependências do INPA, em Manaus, presumo que Maracanã esteja se referindo a um Convênio que teria existido entre a SEMA e o CNPq para a implantação da EsEc – que não logrei localizar. Não obstante, revela-se

aqui a já referida astúcia administrativa do presidente da SEMA, que logrou dotar as estações de pessoal, apropriando-se das suas relações com organizações não-governamentais e concebendo estratagemas de subcontratação via prestação de serviços. Em 01.10.1981, quando Maracanã e dona Dora foram enquadrados como servidores da SEMA, o foram como ecometristas – mais um marca da sagacidade do Dr. Paulo.

Esse artifício persistiu década de 1980 adentro, quando o quadro de pessoal da EsEc de Anavilhanas foi ampliado com o concurso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES)[125]. Pela ABES foram contratados, em 1985, três casais: Alegário Monteiro dos Santos e Marli Gomes da Silva, Antônio Borges e Maria Raimunda, e "Chicó" e esposa[126]. O primeiro e o último casais foram trabalhar na base 1, os três flutuantes fundeados no lago do Prato, e o segundo foi fazer companhia a Maracanã e dona Dora na base 2, a sede da EsEc na terra firme. Aparecem aqui outros componentes importantes na estratégia de composição do quadro de pessoal local: trabalhar preferencialmente com "pessoas do interior", residentes de longa data dos locais em que as estações eram criadas e com famílias constituídas ou em vias de.

Há, pelo menos, três justificativas para isso. Duas foram explicitamente expostas pelos atuais servidores do quadro de pessoal da Estação. Por um lado, numa paisagem social em que as oportunidades de emprego formal são raras e em que a criação da unidade restringiu a possibilidade de desenvolvimento de várias atividades produtivas - e criminalizou outras, como veremos a seguir -, a oferta de uma colocação formal opera como uma política compensatória informal. Por outro lado, as "pessoas da região" conhecem melhor a "reserva" e as atividades desenvolvidas pela população local potencialmente danosas para os recursos da unidade. Ambas as dimensões estão mais ou menos salientes nas resposta de Maracanã e seu Alegário.

HB: Uma outra coisa que me chamou atenção é o fato de que o IBAMA - não sei

---

[125] HB: E como é que a ABES entra nessa história toda? A ABES é o quê nessa história?
AS: A ABES era uma estatal que também foi extinta também. Era uma estatal que, *para a SEMA não ter compromisso*... Na época que eu entrei pela ABES e todos os dois mais colegas, era só o Maracanã que era contratado diretamente pela SEMA e a dona Dora. *Então, nós entramos como hoje trabalha o pessoal do Parque Nacional do Jaú, com a SERVIS* - esta estatal que *presta serviço*. No final de tudo, a SERVIS é a firma que contrata. *A ABES era quem contratava e no caso de indenização a SEMA estava fora. Só assumia responsabilidade e compromisso com nós a ABES*. [seu Alegário Monteiro dos Santos, 50, Novo Airão, 30.10.1998]

[126] O Plano de Manejo da EsEc de Anavilhanas traz uma informação discrepante na tabela do pessoal lotado na EsEc. Informa que dona Marli teria sido contratada em 01.03.1983 e seu Alegário em 01.03.1985 (IBAMA 1988, 40). Reputo tratar-se de erro de impressão, pois fica evidente pelo depoimento de seu Alegário a seguir, que estava para assumir o governo de Tancredo Neves quando ele começou a trabalhar na SEMA.

> se isso é uma política que vem da SEMA e do IBDF - tem contratado para prestar serviços ao nível local, no dia-a-dia mesmo das unidades de conservação, pessoas da própria área - pessoas do próprio município.
> RM: *Você quer saber a causa, né?* Isso é uma questão que quem leva para dentro da unidade lá do IBAMA sou eu. *As pessoas daqui não têm emprego, não têm apoio*. No IBAMA, tem uma série de funcionários que podiam prestar trabalho aqui direto. Mas só que eu defino isso assim, "*É para nós levar três funcionários daqui? Porque que eu não pego três de lá para dar uma margem e um auxílio de custo para a pessoa lá angariar um dinheiro". E os daqui, é muito mais fácil você chegar e explicar como você quer a coisa e os de lá não*. Os de lá não vêm fazer o que eu quero - começando por aí. Depois deles estarem aqui um mês, dois, três, se surgir a felicidade, conforme está falada para dois colegas nossos, possivelmente eles vão ser contratados para ser funcionários direto.
> [seu Raimundo "Maracanã" Nonato Figueiredo, 51, base de terra firme da EsEc de Anavilhanas, 13.07.1998]

> HB: Seu Alegário, uma coisa que eu tenho notado é que os funcionários, servidores, técnicos do IBAMA, muitas vezes eles são recrutados na própria área aqui. Tanto no Parque, quanto em Anavilhanas, se recrutam as pessoas daqui. Isso é algum tipo de política - alguma orientação que vocês seguem - de contratar só o pessoal local?
> AS: Professor, nós achamos o seguinte. Eu sempre me liguei a combinar com o Maracanã - que ele é um dos funcionários mais antigos. E a gente se reunia e achava que *pessoas da região, pessoas que conhecem a região, seria muito bom para seguir o trabalho da preservação. Porque conhece o local*. Nós temos um exemplo, que é o seguinte. Nós temos o Adenilson, que é de Manacapuru. Quer dizer, *essa experiência, o Maracanã fez com a minha pessoa. Ele achou com o João Carlos que deveria botar uma pessoa da região, que conhecesse. Acho que ele achou resultado nesse movimento*. Então, depois ... Porque nós temos um exemplo de um colega, o Adenilson, que é de Monacapuru. Não conhecia a região e veio para Anavilhanas e até hoje ele não conhece ainda o final da reserva e o começo da reserva e alguma coisa que tem dentro da reserva. *Então, dá para entender que pessoas que vêm de fora ficam leigos aqui dentro. Então, novamente voltamos a trazer. No caso, hoje, o IBAMA tem o Jaiminho, filho do seu Jaime*[Magalhães Tavares, desapropriado da área da EsEc], *que também se criou na região e esperamos que ele desempenhe um bom trabalho, porque conhecer a reserva ele conhece e as atividades da população tudo dentro da reserva. Então, com a experiência do Maracanã a gente está seguindo até hoje*.
> [seu Alegário Monteiro dos Santos, 50, Novo Airão, 30.10.1998]

Além dessas justificativas manifestas, é de se supor que, dadas as condições adversas de trabalho no mato e/ou em bases flutuantes relativamente isoladas, os administradores vissem na unidade de trabalho familiar uma garantia de estabilidade psicológica de seus servidores e de relativa auto-suficiência econômica destes em momentos de crise – uma forma de assegurar a reprodução social da força de trabalho para além dos baixos salários pagos. Intencionalmente ou não, reproduzia-se na instância administrativa local da Estação a forma de organização social do trabalho característica da sociedade regional. No depoimento de seu Alegário fica claro que a administração regional da SEMA procurava contratar casais para trabalhar na Estação.

> HB: E como é que foi, então, para o senhor chegar a ser funcionário da SEMA?
> AS: [...] Deixei um recado ao rapaz que morava na casa do meu pai - o caseiro dele - que quando o Maracanã passasse lá, eu queria falar com ele. Um dia, eu estou viajando, o Maracanã passa na voadeira e me perguntou o que era. "Eu recebi um recado lá". Aí eu falei, "É o seguinte. Eu estou indo para Novo Airão e eu queria trabalhar junto contigo. Se você arranjasse uma vaga". "Você quer mesmo?", ele falou para mim. Eu falei, "Quero. Se você arranjar uma vaga para mim, eu vou trabalhar com você". "Tudo bem. Se pintar uma vaga, você preenche. *Nós vamos precisar de mais pessoas*". Está bom. Aí, quando foi - eu já estava em Novo Airão - ele deixou um recado. Voltei à casa do meu pai lá na Conceição e o rapaz disse: "O Maracanã deixou dito para ti que a tua vaga está segura. Só está esperando o dia para... Pode aguardar que ele vai chegar lá já para você assinar o contrato". "Tudo bem. Eu vou". Mas eu já estava aqui em Novo Airão, quando o Maracanã chegou com o administrador, que era o João Carlos. Eu falei: "Olha Maracanã, infelizmente eu não vou mais querer". [...] E o Maracanã me pressionou na seguinte forma, dizendo: "Alegário, você pediu a vaga e agora vai me deixar decepcionado?" Eu falei, "Não Maracanã. Eu boto uma outra pessoa para trabalhar". "Mas não serve, Alegário. *Tu e dona Marli, o Antônio Borges e a dona Maria Raimunda, e o Chicó e a esposa são três casais que nós estamos precisando e o nome de vocês estão todos aqui"*. Eu me surpreendi. [...] Aí o João Carlos disse: "Olha, seu Alegário. Eu só vim porque o Maracanã garantiu que o senhor queria e outra coisa. Nós estamos perdendo as vagas. Maracanã, nós vamos perder as vagas". E nessa época ia assumir o governo Tancredo Neves. Então, dois anos depois eu falei: *"Maracanã, porque que só servia eu e a Marli, e o Antônio Borges e a esposa, e o Chicó e a esposa? Nosso nome já estava lá?". Ele disse, "Não, Alegário". "Quanto vocês pegaram só de botar o nosso nome lá?" Nós estávamos de funcionário, porque eu não podia botar uma outra pessoa na vaga. Eu apontei um vizinho que eu tinha lá na Conceição e ainda disse, "Maracanã, ele tem mais precisão do que eu". "Mas não serve"*. Aí eu fui trabalhar.
> [seu Alegário Monteiro dos Santos, 50, Novo Airão, 30.10.1998]

A primeira atividade de seu Alegário e dona Marli, como servidores da ABES, foi ajudar na conclusão da construção da base de terra firma – donde se conclui que a obra deve ter ficado em 1985. Em seguida, como indiquei acima, foram se juntar a Chicó e sua esposa nos flutuantes, que constituíam a base 1: "Lá seria a base principal de Anavilhanas. Considerando o conhecimento do trabalho e a opinião do Maracanã, nós deixamos sempre a base 1, que é o flutuante" (seu Alegário). E assim, os casais foram se alternado, ao longo do tempo, no serviço das distintas bases da Estação, exercendo as funções de auxiliar operacional de serviços diversos e, eventualmente, de agente de vigilância, à disposição da administração regional.

Hoje, além de Maracanã e dona Dora na base 2 e de seu Alegário e dona Marli na base 3 - o escritório de apoio em Novo Airão -, trabalha na base 1 o casal Adenilson A. dos Santos, 34, e Maria Izabel F. Silva, 39 – oriundos da Manacapuru. Os dois últimos casais foram enquadrados como servidores do IBAMA em 01.02.1990. Desde então, compõem o quadro permanente de funcionários da EsEc em nível local.

Dúvidas, incerteza e desconhecimento

Corriam, então, paralelamente, o processo de regularização fundiária da EsEc e as iniciativas de dotá-la de um quadro de pessoal mínimo para atender às exigências de sua gestão em nível local. Toda essa movimentação nas distintas instâncias de gestão da EsEc, além, é claro, da distância temporal, fazem com que os ex-residentes tenham uma certa dificuldade de lembrar-se com precisão de datas, circunstâncias e pessoas envolvidas na implantação inicial da EsEc. Não obstante, seus depoimentos atestam a passagem de mais de uma comissão pela área e também expressam o que viram fazer as distintas comissões e ouviram dizer dos componentes destas – o que é importante para entender o modo como eles apreenderam a "reserva".

O depoimento de seu Alegário, filho de um dos desapropriados, permite identificar as distintas incursões a que nos referimos: a da equipe do INPA, a do INCRA, que efetuou o primeiro cadastramento, e as da SEMA, que efetuaram a avaliação das benfeitorias e o pagamento das indenizações. Possibilita também discernir as dúvidas dos residentes acerca do que estava se passando e a incerteza generalizada quanto ao seu destino.

> OS: As primeiras pessoas que passaram pesquisando foi um grupo de pessoas do INCRA. Não. *As primeiras pessoas foram do INPA, mas eles andavam dizendo que andavam pesquisando, fazendo uma pesquisa. Mas ninguém entendia o que era a pesquisa. Depois veio o INCRA*, que na época não era INCRA - era IBRA. *Também já veio com o serviço de anotar quantas pessoas moravam na localidade*. O nome da localidade como era: São Francisco ou Santo Antônio. No caso lá do terreno do meu pai era Porto Conceição. Quantas pessoas, quantos filhos ele tinha. Então, fazendo assim: quantas pessoas trabalhavam ali, qual era a atividade dele, se ele plantava mandioca, o que ele fazia. Então, aí meu pai perguntou uma ocasião... *E isso não foi só uma vez. Eles vieram umas três vezes - pessoas diferentes*. Então, a última vez, meu pai perguntou o que era aquilo, porque eles estavam fazendo. Porque no porto da casa do meu pai era um pedral e ele falou que deixaram umas coisas marcadas: uma numeração e umas letras quase em código - *e ninguém entendia o que eles estavam fazendo. Ele falou que ali futuramente poderia ser uma reserva. Então aquela pesquisa estava sendo... Poderia ficar alguém ou poderia sair todo mundo. Mas não tinha problema, continuasse na sua atividade. Aí a gente ficou*. Muitas pessoas achou: "Eu não vou sair daqui, porque o meu terreno é cadastrado pelo IBRA. Eu pago meus direitos de terra" - *e ficava aquele comentário sem a gente saber o que estava se passando*. A gente foi acreditar quando o Raimundo Maracanã passou já dizendo que já existia essa base flutuante localizada no lago do Prato [...] *e depois Anavilhanas é reserva. É uma reserva. Aí o Raimundo Maracanã começou a explicar para o pessoal o que era uma reserva e não podia tirar mais*. Aí o pessoal que conhecia a ilha lá embaixo, onde é localizada a estação - a base flutuante -, eles só conheciam aquela ilha. Só aquela ilha que era chamada Anavilhana. As outras não. Era ilha do Boto, ilha do José, ilha da Conceição, ilha do Acará. *Então, "Anavilhanas é lá para baixo. Não tem nada a ver para cá". E como até hoje ficam certas pessoas ainda indecisas, porque que todas as ilhas*

> *são chamadas de Anavilhanas*. [...] *Então, daí nós passamos a saber o que é uma reserva* e depois veio o pessoal da SEMA, com o do banco, fazendo avaliação - avaliando cada terreno, cada casa. O valor quanto... O que tinha, as plantações que existiam no terreno. Toda planta, tudo anotado: castanheira, seringueira, cupuaçu, café - quantos pés de café. Quando veio o pessoal entregando o cheque com o valor que valia cada um, meu pai não estava - na época em que vieram entregar o cheque. Meu pai não recebeu. [...] Mas meu pai conseguiu receber depois, com reajuste. Passou uns quatro anos, depois meu pai recebeu o valor que a SEMA [...]
> [seu Alegário Monteiro dos Santos, 50, Novo Airão, 30.10.1998]

Para esse desconhecimento, vários fatores podem ter contribuído, entre os quais as sucessivas idas e vindas das comissões, fazendo e refazendo o levantamento dos residentes, e a atuação de pelo menos um casal de funcionários locais, à época, incumbido de fazer cumprir o decreto em uma área tão extensa. Por sua vez, as primeiras equipes que estiveram na área e um ou outro servidor - Maracanã, por exemplo - não declararam a finalidade das suas primeiras incursões - eventualmente, para preservarem a si próprios e não gerarem expectativas descabidas entre os residentes. Isso fica evidente nos depoimentos a seguir.

> RM: [...] Eu encontrei o flutuante desatualizado. Sem ninguém. Limpo. Só uma pessoa que lá no Tarumã olhava. Olhava! Não era funcionário. Quando nós chegamos para cá foi que houve um levantamento, um sobrevôo sobre essa área aqui – conforme eu te expliquei - e *depois me passaram essa responsabilidade para a eu ver quantos moradores tinha, quantos deixava de ter e tal. Mas sempre com uma finalidade a qual eu nunca disse, né*. Só o morador. Até que um dia chegou um pessoal de Brasília aqui comigo [...]
> [seu Raimundo "Maracanã" Nonato Figueiredo, 51, base de terra firme da EsEc de Anavilhanas, 13.07.1998]

> PR: [...] Eu estava aproximadamente já [há] uns 15 ou 16 anos morando aí. Aí quando chega um cidadão lá, procurando saber se o meu terreno era cadastrado. Eu disse, "É cadastrado. Meu terreno é cadastrado." "O senhor está pagando direitinho?" "Estou pagando direitinho. Está aqui." Peguei os títulos tudo que eu pagava, "Está aqui." "Está muito bom. Está tudo em ordem e tal". *Aí eu digo, "Meu senhor, eu quero que o senhor me explique: que objetivo é esse que o senhor está catando os legalizados ou os não legalizados na terra?" "Eu não vou dizer para o senhor e dizendo sempre. Vocês daqui, com uns tempos vocês vão ser descolocados daqui." Mas não me disse a finalidade, se era para uma reserva florestal ou não. Aí ficamos aguardando. Aí passou-se, passou-se*... Eu não tenho a data marcada. A gente não fica cuidando daquilo, fica cuidando de outras coisas e passa pela idéia da gente. Aí quando foi um dia, lá chegou os homens. Aí já acatando, fazendo as contabilidades do que existia dentro do terreno, o que nós tínhamos plantado, das plantas, as plantas permanentes. Aí eu fui citando tudinho, citando tudinho. As permanentes e as não permanentes [...]. Aí conferindo tudo. Eu digo, *"E essa a finalidade?" "Vocês vão ser desapropriados daqui."* Tudo bem. Foram embora. Quando apareceram já foi para esclarecer o valor do nosso imóvel. [...]
> [seu Pedro Rodrigues Assumpção, 73, Novo Airão. 08.06.1998]

> HB: Seu Florêncio, como foi que o senhor soube que essa região aqui ia se

transformar numa reserva?
FFF: *Sabe? Ninguém sabia. Uma coisa que não tinha quem soubesse a tempo*. Quando foi um dia, esse seu Raimundo que está aí foi quem passou num motor e saiu avisando ao pessoal que isso aí ia passar a reserva. Ele mesmo foi quem avisou, esse seu Raimundo. E esse seu Raimundo ele tem os nomes, a relação de todo o pessoal que morou aqui. [...]
HB: E depois disso, o que aconteceu?
FFF: O que aconteceu, *quando ele depois de vir, veio outro de novo. Outro senhor* [Inaudível] Então, ele dizendo que nós ia receber um indenização. [...]
[seu Florêncio Ferreira Feitosa, 82/3, paranã do Acariquara, 14.07.1998]

HB: E seu Evilásio, como foi que chegou para o senhor a notícia de que aquela área ali, bem como as ilhas, ia se transformar numa reserva? Como foi que o senhor soube?
E: Bem. Aí o Raimundo Maracanã e eles passaram...
ML: Fazendo o levantamento?
E: Fazendo o levantamento. *Nós não sabíamos diretamente que nós íamos ser desapropriados, né? Aí foi quando esse seu Raimundo "Maracanã" - como eu já conhecia o Maracanã - esteve explicando melhor para nós, né.* [...]
HB: [...] O senhor se lembra de quantas equipes foram lá fazer esse levantamento no seu sítio?
E: Não, rapaz. Eu sei que andou nessa equipe mesmo o doutor Joaldo, né? *Então, eles falavam lá uma gíria que ninguém nem quase entendia*.
[seu Evilásio Lima de Aráujo, 69, e dona Maria Leonarda Ribeiro, 38, paranã do Acariquara, 18.07.1998]

PL: E foi o tempo que depois, quando chegou o negócio do IBAMA, da SEMA já, aí deu aquele aviso a nós. Primeiro deu um aviso. Veio um aviso que nós íamos sair, que ia ser uma área ecológica. Depois veio uns homens aí. Eu digo, "Está, eu já sei. Eu já sei. Já teve aviso aí, já vieram me dizer[...]". *Aí foi esse ano, foi o outro ano e aquela zoada*. Até quando foi em 1982, eles foram lá avisar que no outro ano vinha. *Esperamos e nada*. Quando foi em 1983 - no começo - chegou o aviso. O prazo, quando chegaram, já foi de 10 dias. [...]
[seu Pedro da Cunha Libório, 70, Novo Airão, 08.06.1998]

HB: E como foi que a notícia chegou para vocês de que essa área ali da terra firme ia virar uma reserva? Como que o senhor soube?
P: Rapaz, esse conhecimento ocorreu assim. Veio estudante de Brasília, né? Fizeram uma reunião aí em Airão. Nessa reunião eu não fui porque aí eu ia conversar com eles. Primeiro que eu ia explicar a eles. Porque veio esses estudantes para criar essa área ecológica. Vieram de Brasília. Eu estava em Airão, mas não me comunicaram. Aí eu digo, "Rapaz, eu tenho prazer de falar para eles, de ver como é que fica isso." Quem estava na prefeitura - quem era o prefeito era o Hugo. *Aí correu o boato. "Rapaz, vão criar essa área." Mas eu ouvia falar que era só Anavilhana, as ilhas. Depois não, atingiu a terra firme*. Eu digo, "Rapaz, vai ficar ruço. Vamos sacar fora." "Não, ninguém vai sair. Não vai sair ninguém, não vai sair ninguém. Vai ficar." *Iam criar assim: que era para os moradores ficar e ficar guarnecendo - os próprios moradores ficarem fazendo a reserva. Mas deu o contrário. Saiu foi tudo*. Um bocado deles já queria sair mesmo.
[seu Carlos Alberto "Palitó" de Lima, 68, lago do Apuaú, 19.07.1998]

Testemunho do desconhecimento que ainda persiste em nível local, principalmente quanto aos limites e à área da "reserva", é o trecho a seguir da entrevista

com seu Raimundo Lima, em que ele me interroga sobre o tema. Conquanto este seja o único registro que possuo, posso assegurar que em situações de colóquio informal fui inquirido por várias pessoas sobre a área e os limites da reserva. Poder-se-ia argüir que trata-se de uma dramatização a mim dirigida como uma escusa antecipada por qualquer violação ou infração que os entrevistados revelassem ter perpetrado. Não obstante, a recorrência da pergunta e o deslizamento semântico a que já me referi – Anavilhanas: a ilha, o arquipélago, a Estação – consentem uma interpretação distinta.

> RL: [...] Aí, com três anos que nós estávamos casados, nós fomos para Manaus. Eu morei nove anos em Manaus com ela. Aí nós voltamos para o interior. [...] Aí eu voltei, *parei na Terra Preta onde era nosso lugar*. Estava tencionando plantar e criar. Eu trabalhava em madeira nesse tempo também - madeira de itaúba: prancha e tábua. Mas quando eu cheguei aqui, logo no outro ano, chegou a notícia da IBAMA - que isso aí tinha sido tirado como reserva. *Mas uma coisa eu gostaria de saber, que o senhor deve saber muito bem a respeito disso. Todas as informações que a gente tem sempre aqui é que a área da reserva e parque nacional é a ilha de Anavilhanas. Essas outras ilhas são reservas também?*
> HB: Quais outras ilhas?
> RL: Essas outras ilhas que tem aí na frente? Porque Anavilhanas é lá para baixo.
> [...]
> HB: Eu vou dizer para o senhor o que eu sei. O que o pessoal aqui costuma chamar de reserva, o termo é estação ecológica. Porque tem reservas de diferentes tipos. [...] No caso da Estação Ecológica de Anavilhanas existem duas grandes áreas que são protegidas por ela. Uma é essa parte de terra firme aqui, onde o senhor morava, que pega a margem direita [do Apuaú] e protege toda a bacia desse grande igarapé que tem aqui que se chama...
> RL: Bariaú.
> HB: Isso. Ela pega essa margem e vai lá ao Baependi. Então, a idéia dela é proteger a bacia desse grande igarapé como uma grande unidade natural. Esse é o objetivo. E tem uma outra parte que não é só a ilha de Anavilhanas, mas o arquipélago de Anavilhanas - que dizer o conjunto das ilhas. Então, por lei, toda essa parte do arquipélago, que começa lá na ponta da ilha de Anavilhanas e finda na ilha do Jacaré. [...] Não é só a ilha de Anavilhanas, mas o conjunto de ilhas que formam o arquipélago que pega o nome da ilha principal [...] respondendo a sua pergunta: não é só a ilha, mas o arquipélago todo que está protegido.
> [seu Raimundo Lima, 53, igarapé do Trovão, 28.10.1998]

O descontentamento dos residentes com a "forma usual adotada pela SEMA"

A partir de abril de 1984 registra-se, no processo formal, uma série de memorandos dos sucessivos representantes da SEMA/AM para Monsã, comunicando que continuavam a receber moradores da área de terra firma da EsEc, ora reivindicando o pagamento imediato das suas indenizações, para que pudessem começar vida nova em outro local, ora contestando os valores pagos. Em um deles, solicita-se providenciar o envio de cheque em favor de Rodolfo Batista da Oliveira, pois este esteve no escritório da SEMA em Manaus para receber a sua importância referente à indenização (Memo.

s/nº, Manaus, 23.05.1984). Em outro, solicita-se que se envie com a devida urgência uma posição sobre o processo dos senhores Antônio Fernandes Barroso, José Gomes da Silva e Luiz Garcia Gomes, que estão apreensivos, reclamando o não pagamento de suas indenizações referentes aos terrenos localizados na EsEc, pois dependem desse dinheiro para sobreviver (Memo s/nº, Manaus, 20.07.1984).

O pedido de reavaliação feito pelo seu Luiz Garcia Gomes exemplifica o que estava em jogo no descontentamento dos residentes com os procedimentos relativos à avaliação das benfeitorias. No memorando suprareferido, de 23.05.1984, João Auler Jr. encaminha a Monsã uma "Relação das benfeitorias existentes no imóvel denominado 'Conceição' localizado à margem esquerda do rio Negro, no paranã da Conceição, de propriedade as mesmas de Luiz Garcia Gomes, no município de Novo Airão, AM", justificada pelo proprietário e datada de julho do ano anterior[127]. Segundo seu Luiz Garcia, as benfeitorias não constam da avaliação feita na sua área e a comissão não teria entrado "em seu terreno para fazer uma avaliação mais detalhada, ficando muita coisa sem ser avaliada", razão pela qual ele não concordava com valor que estavam pagando pela indenização.

Atendendo a essa contestação, Joaldo encaminha informação a Monsã cinco dias depois, dizendo, entre outras coisas, que: (i) a área do terreno que o ocupante diz ter a posse - 300 ha. - "não é aceitável"; (ii) a habitação foi calculada conforme a tabela vigente do INCRA e parecer favorável de todos os membros da Comissão; (iii) os 10 ha. de capoeira reclamados, além de não terem sido localizados, não são indenizáveis, já que não são considerados como benfeitorias devido serem campos naturais; (iv) as árvores nativas, caracterizadas como de "ocorrência natural", sem tratos e que "fogem ao domínio" do posseiro "não são indenizáveis" - incluindo as seringueiras, sorveiras e castanheiras das estradas mantidas pelo ocupante; (v) muitas das culturas são raquíticas, improdutivas e com alto índice de doenças como os cítricos e, principalmente, cajueiros, as quais sofreram uma redução significativa na avaliação e contagem, sendo desconsideradas as realmente imprestáveis; e (vi) a contagem do número de árvores foi feita por estimativa, sendo impraticável a contagem uma a uma devido ao espaçamento desordenado, o número de pessoas que envolveria e o tempo a ser gasto para tal.

[127] Essa demora pode ser imputada tanto a uma eventual estratégia intencional de protelação da parte da administração regional, para inviabilizar as reivindicações, quanto ao ritmo moroso com que esse tipo de pendência é costumeiramente resolvida pela população local.

A manifestação de Joaldo é uma expressão paradigmática da postura etnocêntrica e produtivista que realiza, apenas parcialmente, a conversão das benfeitorias em valor monetário. Seguindo critérios estritos, não se contemplou na avaliação, como passíveis de conversão mercantil, diversos produtos do trabalho dos residentes. Detenhamo-nos nas capoeiras, categorizadas como "campos naturais", e nas árvores que produzem látex e frutos valorizados – seringueira, sorveira e castanheira -, classificadas como "nativas" e de "ocorrência natural". Neste caso, desconsidera-se todo o trabalho de "exploração", abertura e manutenção das "estradas", "picos" e "caminhos", expressão de uma efetiva apropriação territorial e dos recursos naturais – e não de mera utilização. Desconsidera-se, também, a possibilidade delas terem sido efetivamente plantadas e cultivadas por gerações a fio de produtores diretos às quais um produtor historicamente específico está vinculado[128]. Ademais, as trilhas e varadouros, além de conduzir os produtores até as árvores, cumprem a função de socializar as matas. Já no caso das capoeiras, dissimula-se que, na condição de antigas roças, elas são bosques artefactuais que guardam e trazem consigo as marcas dos que exploraram aqueles capões em outros tempos. Daí porque que os residentes referem-se às capoeiras como "de fulano", "de beltrano" ou "de sicrano" – porquanto eles sempre as têm como domínio de alguém. Note-se também que a temporalidade e o ritmo característicos da produção agrícola e extrativista e do cultivo florestal rivalizam com o pragmatismo e a celeridade do levantamento, premido por circunstâncias de tempo e pessoal – tornando impraticável a contagem de árvores, muitas das quais, certamente, o produtor conhecia individualmente.

Não obstante a ponderação de Joaldo a Monsã, seu Luís Garcia logrou o recurso da avaliação de suas benfeitorias, como indicam o processo formal e os depoimentos produzidos em campo. Em 14.09.1984, Monsã oficia ao Dr. Paulo, solicitando autorizar as providências de pagamento da segunda etapa das indenizações das benfeitorias aos posseiros da EsEc, ressaltando que os valores foram atualizados com base nos índices das ORTNs de janeiro a setembro de 1984. No mesmo ofício, informa que os cheques serão levados pessoalmente por Joaldo e demais membros da Comissão, que deverão

[128] O antigo lugar Conceição do seu Luiz Garcia é perceptível do rio graças a um vistoso andirobal. A andiroba (*Carapa guianensis* Abl.) é uma árvore mediana de crescimento rápido e fácil propagação, que se reconhece pelas folhas grandes verde-escuras, e cultivada pelo valor do óleo extraído de suas sementes e pelo largo uso que se faz de sua madeira para construção civil e naval, posto que inatacável por insetos (Silva et alii 1977, 18). Depois de ter passado de voadeira por lá para georeferenciar o lugar, perguntei a Maracanã de quem era o andirobal que se avistava do rio no Conceição. Ele me respondeu, imediata e ironicamente: "Do IBAMA". Ato contínuo, inquiri-o se havia sido o IBAMA a plantar e zelar pelas árvores, ao que ele respondeu. "Não. Aquele andirobal *é* do Luiz Garcia".

concluir as avaliações pendentes e rever uma por recurso, ficando o administrador da EsEc, João Carlos Ribeiro, encarregado de constatar a retirada de cada posseiro. Note-se de novo, aqui, a preocupação com a exaustividade do levantamento e a completa evacuação da área.

O "Relatório de viagem à EsEc de Anavilhanas para complementação das avaliações dos posseiros da área e efetuar a segunda etapa de pagamentos", datado de 10.10.1984, informa que não foi possível atender ao pedido de reavaliação do seu Luiz Garcia devido à sua ausência na área. Esta revisão, todavia, deve ter sido efetuada, pois seu Alegário mencionou o seu Luiz Garcia como uma das que pessoas que lutaram na justiça para receber mais e que "teve sorte de receber um valor razoável" - "pela consideração, sei lá". Apesar dos meus esforços, não foi possível travar contato com seu Luiz Garcia para averiguar se, de fato, ele obteve a revisão do valor da sua indenização e se satisfez com o mesmo. Sabe-se, no entanto, que ele vive hoje entre dois sítios, em ambas as margens do rio Negro: um situado em uma ressaca pouco acima da foz do igarapé Açu, pela margem direita, e outro nas imediações da foz do Cuieiras; atuando também como pequeno comerciante ambulante, fazendo viagens entre Manaus e Novo Airão em barco de sua propriedade.

Seu Luiz Garcia, todavia, seria a exceção a confirmar a regra da insatisfação com os procedimentos relativos à avaliação, com os valores das indenização pagas, com os compromissos supostamente assumidos pelas Comissões da SEMA de efetivo reassentamento, com as instruções relativas à evacuação das áreas, entre outros.

1. Efetivamente, alguns entrevistados declararam não ter assinado qualquer laudo de vistoria do imóvel, firmando a sua concordância com a avaliação - ou porque não foram instados a faze-lo, ou porque se recusaram terminantemente, em virtude dos critérios empregados na conversão mercantil das benfeitorias. Note-se que Joaldo, na informação a Monsã sobre a reivindicação do seu Luiz Garcia, observa que o valor da habitação foi calculado segundo tabela vigente do INCRA e com parecer favorável de todos os membros da Comissão, não mencionando se o residente havia firmado a sua concordância no laudo de avaliação – conforme orientação expressa à Comissão.

> HB: Agora, quando eles fizeram a avaliação dos pés de planta, das coisas que o senhor tinha, o senhor chegou a assinar junto o laudo lá, concordando?
> PL: *Nada, nada. Eles não me fizeram assinar nada.* [...] *Então, foi uma coisa que nós recebemos ali no escuro. Não assinamos nada. E nós passado para trás. Todo mundo, não foi só eu não.* [...] *Nós fomos lesados nesse serviço. Tudo.* Tem muitos que nem recebeu!
> [seu Pedro da Cunha Libório, 70, Novo Airão, 08.06.1998]

JB: [...] Aconteceu deles virem, chegaram aí em casa: "Seu Barroso, olhe aqui, nós estamos fazendo um levantamento aqui. Nós viemos mandado do INCRA, para fazer isso e tal. Eu sou funcionário do INCRA". Se credenciou para mim, se identificou tudo direitinho. [...] Eu fiquei olhando e disse, "Pôxa, meu filho. Você sabe que eu não vou aceitar isso não". Eu disse mesmo assim para ele, "Rapaz. Sinceramente, eu não vou aceitar isso não". Aí ele disse, "Não, seu Barroso, o senhor sabe..." Veio com ele esse Raimundo, que chamam Maracanã. Aí ele disse, "Eu sou o guarda florestal e tal". Se documentou, se mostrou para mim e tudo bem. Aí veio explicar para mim e tal. *Eu disse, "Não rapaz, eu não assino não! Mas eu não vou assinar mesmo.* [...] *Eu já penei aqui, eu já tirei documento do terreno tudo. Eu cadastrei o meu terreno. Eu fiz o maior esforço de trabalhar aqui e agora vocês vem com esse negócio, sem avisar"*. Ele disse, "Não, o senhor vai ser indenizado. Isso vai ser pago, o seu serviço". Eu digo, "E quanto é que vão pagar?" "Ah, ninguém sabe?" "Quanto vocês vão pagar por um pé de planta?" "Ninguém sabe. Ninguém sabe não. Nós estamos só fazendo um levantamento do que o senhor tem". Fiquei pensando, assim. Eu digo, "Mesmo assim eu não vou aceitar não. Mas vocês vieram para fazer o serviço, né?" Ele disse, "Foi". Eu digo, "Vamos fazer". *Eles tinham dito que era para fazer, eu assinar embaixo. Eu digo, "Vocês podem levar o levantamento, mas pode dizer lá que eu não vou aceitar não. Mas não aceito mesmo. Não vou sair do meu terreno não, enquanto eu não souber como é que eu vou ficar"*. [...] Aí nós saímos andando. Fizemos o levantamento, ele anotando as coisas, as plantações. [...] Aí fomos, *ele fez o levantamento todinho. Anotou umas coisas e outras não. Aí, eu já fui ficando com raiva e cada vez mais desacreditando*. Ele não quis anotar as canas, porque diz que era em área ocupada [?]. Não quis anotar as bananas porque era em área ocupada. Eu tinha 500 pés de abacaxi envolvido lá pelo meio do roçado, em aceiro e tal. Não colocou porque disse que era na área ocupada. Só podia colocar naquela em que tinha roça. Só podia colocar a roça. Ou bem a roça ou bem os 500 pés de abacaxi. *Aí eu fiquei meio mordido logo. Aí eu disse, "Rapaz, se eu não assinei antes, agora é que eu não vou assinar mesmo."* [...]
[seu José Faustino Barroso, 68, rio Apuaú, à foz do igarapé do Pajé, 19.07.1998]

2. Em mais de um depoimento também surgiu menção ao suposto compromisso que uma das Comissões que esteve na área teria assumido de reassentar efetivamente os residentes para uma outra área de sua escolha.

JB: [...] Eu digo, "Vocês podem levar o levantamento, mas pode dizer lá que eu não vou aceitar não. Mas não aceito mesmo. Não vou sair do meu terreno não, enquanto eu não souber como é que eu vou ficar". *"Não, nós vamos dar um terreno para o senhor. Eles se comprometem de dar um terreno para o senhor aonde o senhor quiser e tal"*. Aí eu fiz até uma ignorância com ele, né? Ele disse, *"Para onde o senhor quiser ir a gente leva"*. Eu digo, "Então, vocês vão me levar para Brasília?" "Ah, não. Para lá está fora da região". "Pois é! E como é? Então vocês já não estão querendo dar para onde eu estou quero ir. Porque se eu pudesse eu iria para Brasília". Na época estava indo muita gente para Brasília. Brasília era nova. Sempre eu tive vontade de sair assim, né? *Porque as condições não davam e meu desenvolvimento era pouco para sair fora mesmo*. Aí eu disse, "Então, como é que vocês querem. Se vocês não garantem. *Estão dizendo aí que dão o lugar aonde a gente quer ir*. Então ,vocês me levam para Brasília. [...] Eu não sei nem se vocês vão me pagar". *"Não, mas outro lote de terra o senhor pode dizer. O senhor vai para ali, nós lhe colocamos lá e tudo mais, mas vão lhe ajudar"*. "Mas mesmo assim eu não vou aceitar." [...]
[seu José Faustino Barroso, 68, rio Apuaú, à foz do igarapé do Pajé, 19.07.1998]

> HB: E quando o senhor chegou, que já era da SEMA, o senhor recebeu algum comunicado para se retirar da área? Como é que foi?
> AM: *Isso aí - como diz o ditado - foi muita promessa. Isso aí foi muita promessa. Se prontificaram de dar para nós condições - um ano sustentando nós - e dar terreno para nós morarmos, ou na cidade, ou dar terreno para trabalhar no interior só - de qualquer maneira que nós quiséssemos. Se quisesse aqui, dava para tirar terreno aqui para morar; e dava para tirar terreno na estrada*. Só que na estrada eu não quis, como eu não quero. *E condução: a viatura para levar para qualquer lado que quisesse - até para ir para o Rio Branco, para Roraima, para qualquer lado. Eles arrumavam condução*.
> HTBF: Para poder se mudar?
> AM: *Para poder se mudar. E nada disso apareceu*.
> [seu Antônio "Malagueta" Campos Veloso, 65, Novo Airão, 11.08.1999]

> HB: Seu João, como é que foi que o senhor tomou conhecimento e como é que chegou até o senhor a notícia de que aquela área lá ia virar uma reserva? Como é que foi?
> JP: Aquela área. Eu alcancei, pelo menos, o entendimento que ela ia virar uma reserva porque eles mesmos foram lá fazendo uma pesquisa e já dando o aviso que todo mundo podia tirar a casa - *que ia ser indenizado para darem outro terreno com outra cobertura de casa*.
> [seu João "Preto" Soares de Lima, 68, lago do Apuaú, 09.11 1998]

3. A reação ao *fait acomplis* da desapropriação e aos valores recebidos a título de indenização oscilaram entre a resignação e o sentimento de impotência, por um lado, e a revolta e a resistência abertas e ostensivas, por outro. Não foi isso, entretanto, o que determinou a permanência de alguns na área – como veremos a seguir. É importante lembrar que a conjuntura econômica nacional naquela quadratura era caracterizada por inflação galopante e sucessivas reformas monetárias. Assim sendo, a despeito dos critérios de avaliação logicamente inconsistentes aos olhos dos residentes, não importa quão expressivos tenham sido os valores calculados à época, estes foram carcomidos pela inflação entre as idas e vindas das Comissões. As sucessivas relações de ocupantes que constam do processo formal de regularização fundiária são pródigas em anotações marginais à lápis, corrigindo e atualizando os valores indicados. Vimos há pouco o uso da ORTN como indicador para promover a atualização dos valores, pela Assessoria para Assuntos Fundiários da SEMA. Nada disso inibiu a severa depreciação dos valores, percebida pelos residentes.

Não há como recuperar integralmente, passados quase quinze anos, a percepção dos residentes. Não obstante, é interessante notar que, malgrado tenham dificuldades de lembrar as quantias exatas que receberam – pelas razões apontadas no parágrafo anterior -, alguns se recordam com precisão "o que deu para fazer e/ou comprar com o dinheiro" e todos expressam insatisfação com os valores recebidos. Mesmo aqueles que não

expressaram desacordo explícito em relação ao valor calculado, como seu Sílvio, consentem que foram objeto de uma “camaradagem” – por tudo o que conheciam dos valores que estavam sendo pagos. Não sei se devido a distância temporal e ao fato de boa parte das pessoas terem conseguido restabelecer-se, à revelia do que lhes foi pago, percebe-se nos depoimentos, ao lado de expressões de mágoa, pesar e revolta, uma ponta de sarcasmo: “indenizaçãozinha”, “a notinha”, “insignificância”, “só dar para comprar bombom”, “uma vergonha”. Isso contradiz os esclarecimentos de Joaldo a Monsã, em novembro de 1983, de que todos teriam concordado com os valores a receber de indenização.

> E: [...] Primeiro foi desapropriado uma parte daqui de baixo. Ali onde era a antiga coletoria que tinha aí, né? Como o seu Jaime e outros mais daqui foram desapropriados daí. *Depois foi que nós fomos também, que saiu a notinha, né? Naquela época, essa indenizaçãozinha que nós recebemos* - de fato que eu já tinha a embarcação. [...] *A indenizaçãozinha naquela época foi mil e poucos cruzeiros. Não deu nem para o transporte.*[...]
> HB: [...] O senhor se lembra de quantas equipes foram lá fazer esse levantamento no seu sítio?
> E: Não, rapaz. Eu sei que andou nessa equipe mesmo o doutor Joaldo, né? Então, eles falavam lá uma gíria que ninguém nem quase entendia. *Eles fizeram o que bem entenderam. Eu calculava receber muito mais do que isso, né?*
> HB: Vocês achavam que iam receber mais do que foi?
> E: É, muito mais, né? Porque também umas coisas que... *Eu não ia também botar uma coisinha que não valia nada também, né?* Teve gente que ainda queria botar era planta da mata, como bacabeira e outras coisas, né? Olha cá, este terreno aqui. *Esse terreno aqui atrás tem uma porção de castanha, né? - castanha do Pará. Num caso deste, se fossem botar essas castanheira e tudo, aí nós ia aceitar, né?*
> [seu Evilásio Lima de Aráujo, 69, paranã do Acariquara; 18.07.1998]

> HB: [...] Como foi feita a avaliação do seu imóvel e das suas coisas?
> PL: Aí foi o tempo em que - eu não me lembro a quantidade. Mas olha, você creia que o que eles me pagaram foi, naquele tempo do cruzeiro - naquele tempo falava em milhão, né?: foi 900. Se eu não me engano, foi 970 ou 978, por aí assim. Não chegou a mil cruzeiros - quer dizer, um milhão de cruzeiros. Porque naquele tempo era cruzeiro. Falava em milhão. *Aí pronto, eu fiquei de zonzeira por ali andando. Eu digo, “Rapaz o que eu vou fazer?* [...] *O que eu vou fazer com esse dinheiro? Não dá nem para passagem!” Um motorzinho?* Aí eu fiquei por ali rodando, fui em Manaus. Ainda me pagaram em duas parcelas. Peguei o cheque, aí cheguei lá, me pagaram a primeira parcela. Com esse dinheirinho - eu tinha um dinheirinho que eu tinha feito um bocado de farinha. Tinha um dinheirinho. Aí eu comprei um motor. Esse motor ainda tenho aí. Trabalhei com ele já 15 anos. [...] *A avaliação do meu imóvel, eles não deram esse detalhe para nós não. Eles não deram de jeito nenhum*. Porque nós demos a quantidade, eles viram tudo e conferiram. *Mas quando foi eles não fizeram esse cálculo como nós pensávamos*. Muitas coisas nem apareceram, como o café, ou não apareceu banana também - muito pouco. *Aí eles fizeram lá do jeito que ele bem entenderam. Não foi feito um cálculo como nós esperávamos. Nós calculávamos pelo tempo que nós estávamos e pela quantidade de plantas que nós tínhamos. Nós não fomos avaliados pelo valor. Não teve esse que fosse*. [...] *Então, isso não foi valorizado pelo valor. Nós fomos enrolados. Não teve valor. Eu vou dizer que não foi nem pela metade do*

valor que nós recebemos. Eu fiquei magoado quando eu fui receber. Eu disse, "Ultimamente eu vou receber porque eu preciso." [...] *Então, são uns homens que estão fazendo aquele balanço, aquele cálculo, sem saber o que estão fazendo. Porque nós fomos tapeados por isso. Eles não fizeram um cálculo de dizer, "Quanto é o pé de planta? Quanto custa isso? Quanto custa aquilo?" Nada disso. Porque nós tínhamos no nosso sítio de tudo*. [...]
[seu Pedro da Cunha Libório, 70, Novo Airão, 08.06.1998]

RL: [...] Eu tinha meu sítio lá em cima, tinha minhas duas casas - uma casa de farinha preparada e uma casa de morar. Estava tudo pronto e tinha outros planejamentos para a gente realizar para sobrevivência. Quando, de repente, quando menos esperou chegou o IBAMA com essa informação que as pessoas iam sair dali daquela área de terra. *Isso não foi muito bom, porque a indenização realmente não foi uma indenização satisfatória. Houve problemas, que ninguém sabe. O certo é que a indenização não foi boa*. Então, eu tinha essas duas casas. Eu tinha sítio. Estava preparado. Meu sítio estava limpo. Eu tinha roça, plantava roça, estava limpando. *Agora, a indenização na época - eu digo assim - não foi satisfatória, porque as duas casas com o que eu tinha, com o meu sítio e tudo, veio a ser - na época que era no mil ainda - quinhentos mil cruzeiros*. Aí esse pagamento foi feito a bem dizer no meio da rua. Porque foi feito nas escadarias de São Raimundo. [...] *Então, o pagamento foi feito na rua e dessa mesma viagem - eu estava em Manaus para receber a indenização - eu fui comprar a telha dessa casa aqui* [casa de farinha], que não é nem pertencendo a essa puxada aqui, nem àquela de lá. Só o corpo da casa. *Fui comprar o telhado dessa casa e o dinheiro não deu. Para você ter uma idéia que foi tão pouco que não deu para comprar nem o alumínio da casa*. E lá eu tinha duas casas que a cobertura era muito mais que essa daí. Era uma casa de sete metros e a outra de oito metros e *o dinheiro não deu para comprar o alumínio dessa casa aí - dessa casa de farinha. Eu tive que inteirar o dinheiro para comprar. Aí eu fiquei revoltado* [...].
[seu Raimundo Lima, 53, igarapé do Trovão, lago do Apuaú, 28.10.1998]

PR: [...]Aí deram - eu não me lembro a quantidade; eu sei dizer que foi dois cheques que deram. Essa terra e essas coisas foram avaliadas em 900 cruzeiros - 954 cruzeiros, parece que. Aí eu, tudo bem. Aí eu fui fazendo farinha tudo às pressas. Nem aproveitei direito. *Faz-me escorrer até as lágrimas de eu ver tanto trabalho que eu tenho para ficar naquilo. Tudo bem. Não pode ir contra a lei, né?! Contra a força não há resistência. Aí eu fui embora, fui procurar local e essa insignificância não deu nem para mim me localizar outra vez. Fiquei como se tivesse, assim, entrado um assaltante dentro da minha casa e tivesse levado tudo*. O senhor sabe como é que a gente fica, né.? Sem roça, sem uma batata, sem coisa nenhuma. Acabou tudo. Aí eu fui procurar me localizar novamente.
[seu Pedro Rodrigues Assumpção, 73, Novo Airão. 08.06.1998]

JB: *Essa reserva, ela me trouxe um prejuízo medonho. Porque me deixou sem condições. Até hoje, de prova, eu tenho um carro velho lá que eu fiquei sem condições de tirar ele de lá. Para receber a indenização que eles me deram, foi com quase quatro anos depois*. Eu a esperar até que eles acharam por bem que deveriam me pagar. Mandaram me chamar, [...] Avisaram que era para mim comparecer para receber o meu dinheiro, que o dinheiro estava na sede [da SEMA, em Manaus]. [...] Aí eu deixei a mulher aqui e fui lá. Cheguei lá para assinar a ficha: cinco folhas, mestre! [...] "O senhor assina aqui seu Barroso. O seu dinheiro chegou. O senhor está é com sorte". Eu digo, "A senhora é que diz". Aí ela me deu três folhas para mim assinar. "Está bom, dona Eremita. A senhora aguarda apenas eu dar uma lida aqui para mim poder assinar". [...] Aí eu vi, né? "Pague ao portador a importância de 47 mil, referente a assinatura embaixo". [...]

Aí o resultado é que eu assinei, mestre, e recebi os 47 cruzados e vim me embora. Quando eu cheguei no motor, que passei no banco e recebi o dinheiro, aí disse para o velho, "Velho, é o seguinte[...], eu recebi o dinheiro". Ele disse, "Recebeu? Quanto?" Eu disse, "47 mil cruzeiros". *Aí, ele deu uma risada, "Ha, ha, ha". Ele achava graça, brincando. "Rapaz, se tu fosse comer bem não dava para pagar a tua estadia aqui, não era?" Eu disse, "Para o senhor ver como é que é". Ele disse,* [...] *"Mas rapaz. Isso é uma vergonha, esse nosso país, né?" Eu digo, "É isso mesmo". Ele disse, "E agora? Para onde tu vais?" Eu digo, "Eu vou ficar por lá mesmo. Eu não tenho para onde ir. Esse dinheiro não vai dar condições"*. "Vai comprar alguma coisa?" Eu disse, "Velho, eu estou com vontade de comprar. Eu queria comprar um rabeta, para o meu transporte". Aí ele disse, "É rapaz. Tu vais lá no Pradu, que lá ele vende bem". Nós estivemos conversando, almoçamos. Saí de tarde, comprei um rabeta, um fogão. Sobrou sete mil reais. Não, sobrou nove. Foi, nove mil reais. *Comprei um rabeta e um fogão para mulher. Um fogãozinho de duas bocas. Aí eu estava precisando de uma espingarda, né?* [...] *Só deu para eu comprar três objetos, que foi esses*. Esses mesmos eu empreguei e até hoje eu tenho. O rabeta esta aí debaixo. Espocou. Eu não tive condições de consertar. O fogão se acabou. Está jogado para ali faz tempo. E a espingarda ...
[seu José Faustino Barroso, 68, rio Apuaú, à foz do igarapé do Pajé, 19.07.1998]

HB: O senhor falou que recebeu indenização. O senhor se lembra quanto foi que o senhor recebeu?
SS: Recebi. Quanto foi? Foi quarenta e seis e quinhentos.
HB: O que dava para comprar naquela época com esse dinheiro? O senhor chegou a fazer alguma coisa com esses quarenta e seis e quinhentos?
SS: Naquele tempo? O que dava para comprar? Olhe! Eles me deram esse dinheiro, agora eu expliquei a eles. Eu disse lá para o doutor, que ele foi lá em casa. Eu disse, "O senhor está vendo meu plantio, meu sítio. Aliás, a casa também o senhor está vendo. Essa casa aqui custou dinheiro. Isso aqui eu gastei dinheiro. *Agora também, se é que estão com essa arrumação de indenizar o povo, o senhor repara que eu aqui já tive muito trabalho e também para mim pegar uma indenização - eu disse até assim - se é para eu pegar uma indenização que dá só para comprar bombom, doutor, eu não quero não. Eu não aceito*" [Risos] Eu disse para ele, *"Doutor, é porque, os outros aí, eu ouvi dizer* [...] *que saíram, às vezes com um terreno bonito, um porção de plantas e tudo, saíram com dois mil, três mil"*. [...] *Mas, com tudo, o meu deu mais. Ele fez uma camaradagem comigo. Eu achei que ele fez uma camaradagem grande comigo*. Então, ele me deu quarenta e seis mil e quinhentos. Pois bem. Então, com esse dinheiro [...] eu estava fazendo um batelãozinho. Estava quase pronto. Faltava mesmo embalsejar. Aí, só eu e um filho meu. Aí eu passei o pau para cima até que aprontei. Aprontei, calafetei e botei na água. Os homens já tinham me indenizado. Eu já estava com o dinheiro. [...] Rapaz, esse dinheiro, nós vamos ver se nós compramos um motorzinho para jogar dentro desse batelão - com esse dinheiro. E assim eu fiz.
[seu Sílvio Gomes de Oliveira da Silva, 75, Novo Airão, 09.11.1998]

HB: Então, o valor da avaliação que o senhor recebeu - o senhor falou que foi uns seiscentos e pouco. Dava para o que naquela época?
FFF: *Naquela época, companheiro não dava para nada. Não dava para nada, só dava para modo eu comprar um ranchinho para se aguentar.*
[seu Florêncio Ferreira Feitosa, 82/3, paranã do Acariquara, 14.07.1998]

HB: O senhor se lembra quanto foi e o que deu para fazer com o dinheiro da indenização? [Risos]
CV: *Não deu nada* [Risos]. Eu sei que o meu deu, sabe quanto foi? Foi 25 mil,

> naquele tempo. 25 mil cruzeiros. Se fosse indenizado tudo como eles queriam? Cada um pé de planta?! Ave Maria! É que o mato tomou um bocado de conta, do tempo que nós íamos sair. Aí nós ficamos já de novo. *O que eu me lembro que eu comprei disso aí foi uma espingarda e um gravador e dei uma entrada numas telhas de brasilit para essa minha casa. E foi só.*
> [seu Francisco Veloso, 50, lago do Cauixi, 23.07.1998]

> HB: E daí para frente, como é que foi? No caso do senhor - a equipe esteve aí, fez a avaliação do seu terreno?
> J: Foi. Avaliaram e indenizaram geral. O meu deu mil e poucos cruzeiros naquele tempo. [...]
> HB: O senhor falou que deu mil e poucos cruzeiros a indenização. O senhor se lembra na época o que é que dava para o senhor fazer com esse dinheiro? Ou o que o senhor fez com esse dinheiro?
> J: *Professor, para lhe dizer a verdade, eu não sei nem dizer diretamente o que valia esse dinheiro*. É, valia, mas não... Talvez viesse a valer hoje R$ 1.100,00 mais ou menos. Equivalente, né? Mais ou menos era o que vinha a valer. Não valia mais do que isso não. *O que o camarada faz hoje com mil e cem reais é o que eu fiz mais ou menos - dava para fazer com... Eu comprei aquela posse ali de fora por cento e cinquenta mil, cento e cinquenta reais, cento e cinquenta mil cruzeiros, cento e cinquenta cruzeiros. Sei lá o que era. Eu já não sei mais nem dizer o negócio do dinheiro*. [...] Aquilo era posse de outro, ali fora.
> [seu Josué de Souza, 68, rio Apuaú, 22.07.1998]

> ZR: [...] *Eles não me deram recibo de nada*, mas eu sempre me lembro. Tomo nota. Mas se eu não estou enganado foi 60 – naquele tempo era cruzeiros, né?. Eu sei que esse dinheiro que eles me deram. Eu vou dizer o que foi que eu comprei. *Comprei 35 folhas de zinco, comprei um fogão e um rádio*. Agora com o restinho que teve eu comprei umas coisinhas. *Não dava nem para mim comprar uma casa*.
> [seu "Zé" Ribeiro, 71, Buraco Frio, 23.07.1998]

Apesar dos residentes mais antigos da área que foi desapropriada estarem ali há cerca de uma geração quando a SEMA e a sua EsEc chegaram, pelo menos duas coisas ficam evidentes nos depoimentos: primeiro, a ruptura estabelecida com a chegada da "firma", colocando claramente, a partir de determinado momento, o imperativo da desapropriação e da retirada das famílias; e a manifesta discrepância entre o valor que receberam a título de indenização e o patrimônio material e imaterial que constituíram ao longo dos anos em que ali residiram – convertido em motores rabeta, fogões de duas bocas, espingardas, folhas de zinco, rádios e, quando muito, uma posse.

4. Das orientações constitutivas da "forma usual adotada pela SEMA", quiçá a mais draconiana tenha sido a proibição dos residentes desmancharem as suas casas para poderem dispor do material. Isso porque, como vimos, dever-se-ia demoli-las ou lacrá-las para o serviço da EsEc. Essa orientação, todavia, parece ter sido, por um lado, aplicada seletivamente, e por outro, abertamente transgredida. Se seu Evilásio e outros lograram, eventualmente, negociar o desmanche de suas casas, enquanto outros, como seu Pedro Libório, seu Pedro Rodrigues e seu Raimundo Lima, peitaram "os homens da

lei", seu Jaime e outros se viram obrigados a deixarem as suas casas tal como estavam. No caso, seu Jaime recebeu um pequeno ressarcimento pelo fato da sua casa ter servido de base provisória da EsEc na terra firma: Maracanã teria arrancado e entregue para ele a coberta da casa de seu Marinho. A permanência da "casa azul" de seu Jaime em pé até hoje, ao lado da residência oficial do agente de vigilância da terra firme, servindo como depósito de materiais, é um vivo testemunho do processo de desapropriação e deveria constituir parada obrigatória numa visita crítica e reflexiva à EsEc.

> E: [...] *Outra coisa também que eles me concederam foi aproveitar o material - por exemplo, a cobertura, uma tabuinha para mim trazer. Falei diretamente com ele*. Como de fato os outros. Daqui só quem não tirou a casa de lá foi o seu Jaime, né? *Eu e os outros que tiramos tudo*. [...]
> [seu Evilásio Lima de Aráujo, 69, paranã do Acariquara; 18.07.1998]

> FFF: [...] Aí nós moramos ainda dez anos. Por conta dos dez anos que foi que houve esse Projeto da SEMA - que não era IBAMA, era SEMA. Botou nós para fora. Aí foi o tempo em que a mulher - nessa mesma época - adoeceu. Aí eu baixei para Manaus. Passei dois meses em Manaus com ela. Terminou a mulher morrendo. Aí eu volto para trás. Quando eu cheguei para cá, nem a roça mesmo que nós tínhamos deixado nós não achamos. Nem os objetos que eu tinha deixado. Eu achei alguns. [...] Aí fiquei desmoronado, porque eu já só, sem terreno - que eles já tinham tomado e não ficou mais nada. Aí ficou. *Eles ficaram com a casa, pequena. A casa tinha sete metros de comprimento com quatro de largura. Coberta de zinco, assoalhada de tábua, cercada de tábua. Aí eles ficaram com ela aí e eu não sei que fim eles deram dela*. Aí as plantações também eles ficaram tudinho. Aí eu comecei a embolar aí. Eu tinha um motorzinho, aí eu fui para cá para dentro do Apuaú trabalhar. Aí vinguei, embolei.
> [seu Florêncio Ferreira Feitosa, 82/3, paranã do Acariquara, 14.07.1998]

> JB: [...] Eu disse, "Olha, me diga uma coisa. Vocês vão me dar o comprovante aqui, de porque que eu estou recebendo esse dinheiro, a minha desapropriação. Não vão me dar?" [...] Aí ela disse, "Ah, não. Não é preciso fazer isso não, seu Barroso. O senhor assina aí e pronto". Aí eu disse, "A senhora vai me desculpar, mas eu não vou assinar não. Vocês têm que me dar um comprovante. A senhora sabe, dona, são quatro anos que eu estou perdendo de trabalho na minha carreira de serviço [desde que a SEMA havia chegado ao Apuaú]. *Olha, eu perdi duas quadras de roça, perdi casa, perdi tudo. Ficou tudo jogado lá*. Agora digamos, eu vou retirar outro terreno. Até o cadastro do meu terreno vocês colheram e eu não sei nem para donde anda. E eu, prá tirar outro, como é que é? Vocês não me dão comprovante não".
> [seu José Faustino Barroso, 68, rio Apuaú, à foz do igarapé do Pajé, 19.07.1998].

> HB: Só voltando um pouco. Quando vocês foram desapropriados vocês chegaram a desmanchar a casa de vocês, para construir? A madeira - usaram de novo?
> PR: *Não. A madeira por lá se destruiu. Só tiramos o alumínio. Só tiramos o alumínio já depois, porque eles não deram autorização para nós tirarmos*. Quando nós fomos para tirar o alumínio ele já estava danificado. Tinha passante que passava lá e riscava com ponta de ferro o alumínio, assim, que quase torava os alumínios tudinho assim. Eu acho que passavam o ferro assim. Já estava quase imprestável. *Mas, olha, para poder conseguir ir tirar?! Porque nós estávamos vendo que não tinham precisão daquilo e nós não tínhamos autorização de tirar.*

Não tivemos autorização. Nós fomos tirar porque usamos da nossa própria força para ir tirar. Porque nós não tínhamos autorização de tirar. Eu não sei como não procederam contra nós.
HB: E foram só vocês que retiraram?
PR: Fomos só nós.
HB:O resto do pessoal não desmanchou a casa?
PR: *Não. Muitos desmancharam e muitos os outros foi que desmancharam - e os donos perderam. Muitos deles*. Quando existia vizinho, como seu Marinho, que era meu vizinho, que morava naquela mesma área, mais para dentro do igarapé; ou o seu Nazaré. Todos nós fomos desapropriados. O Carlito, que era Carlos o nome dele. *Todos fomos desapropriados e todos eles não aproveitaram. Os outros foi que aproveitaram*.
[seu Pedro Rodrigues Assumpção, 73, Novo Airão. 08.06.1998]

HB: Vocês tiveram condições e tempo de desmanchar a casa para usar o material de novo ou não?
PL: *Não. As condições nós não tivemos. Só tivemos porque a casa estava lá, então o pessoal - uns deles - falaram com eles e eles deram permissão. Porque aqui e acolá eles iam lá. "Rapaz, você está desmanchando a sua casa?" "É, rapaz. Eles disseram que a gente pode tirar, porque tem gente que não pode compar". Aí eu fui desmanchando*. O último foi o Raimundo Lima. O compadre Jaime não pôde arrancar a dele porque eles colocaram a sede lá. Então, se apropriaram lá. Aí tinha uma, foi a do Marinho, que ele não foi buscar. O Maracanã deu para o compadre Jaime, a coberta. Ele arrancou. Aí quando tudo já estava, eu digo, "Rapaz, eu que tinha que ter arrancado a madeira. Não vou arrancar não." *Aí eu esperei eles, eles não apareceram. Aí eu fui e arranquei a minha. A madeira eu não tirei, só tirei o alumínio e uma parte do assoalho e outra parte das tábuas e do esteio*. Aí quando foi um dia, o Maracanã chegou aí em casa. A minha casa era perto dele naquela época. Chegou em casa, subiu. Ele e a mulhar, a dona Dora, conversando. "Olha, você arrancou a casa?" "*Rapaz, eu arranquei. Vocês não me deram permissão, mas todo mundo estava arrancando?! Então, eu também tenho o direito. Eu não tenho condição de comprar outro. Não dá para cobrir uma casa, mas da para ajudar, né? Eu compro mais umas telhas e faço outra casa"*. Pois então foi assim. Quando vieram os homens, eles disseram, "Não. O dono é que aproveitou. Está bom." Acabou. Então, foi assim. *Mas o dinheiro não dava para fazer outra barraca. Era muito pouco*.
[seu Pedro da Cunha Libório, 70, Novo Airão, 08.06.1998]

RL: [...] *Aí eu fiquei revoltado e quando eu cheguei aqui peguei o pé de cabra e o martelo e fui e desmanchei minhas duas casas que eu tinha lá. Desmanchei até o galinheiro, que o galinheiro era feito de itaúba, era um galinheiro grande, bonito - que eu estava disposto a criar muita galinha lá. Desmanchei tudo*. Quando foi com dois dias, o pessoal da IBAMA bateram aqui em casa. Aí eu estava com a nota fiscal do alumínio e mostrei para ele a razão porque eu tinha desmanchado. Porque eu tinha entrado num prejuízo. Minha casa era nova, eu não estava nem com um ano que morava na casa. Essa foi a razão de eu ter desmanchado a casa. *Aí apresentei a nota fiscal para eles e fiz eles ver que não deu para comprar o alumínio dessa casa. Eles não disseram nada e voltaram. Foram embora. Disseram que o chefe deles vinha aqui comigo, mas nunca apareceu*. [...]
HB: O senhor disse que desmanchou a casa e eles vieram atrás do senhor. Porque? Não era para desmanchar?
RL: *Eles não queriam que ninguém tirasse as casas de cima da terra. A ordem que eu recebi lá era que não podia mexer em nada. Só tirar as coisas mesmo que tinha e deixar a casa aí.*

> HTB: E eles explicaram porque?
> RL: Não explicaram. Só fizeram dizer que era uma lei do IBAMA. Então, que era uma lei do IBAMA e que todos tinha que obedecer. *Só que nessa parte eu desobedeci. Fui lá e desmanchei as casas porque eu estava entrando num prejuízo. Aí eu desmanchei a casa*.
> [seu Raimundo Lima, 53, igarapé do Trovão, lago do Apuaú, 28.10.1998]

> JP: [...] Só não, que nós não era para tirar nada. *Só tirar o que era bagagem e a casa poderia ficar lá. Podia até ser que fosse colocado um vigia*. Mas que, geralmente, a minha casa não tinha muito valor porque era coberta de palha. Pela casa eu não disse nada, mas [Inaudível].
> [seu João "Preto" Soares de Lima, 68, lago do Apuaú, 09.11 1998]

5. Por fim, o prazo que os residentes tiveram para se retirarem da área após receberem a primeira parcela da indenização foi breve. Não identifiquei no processo nenhuma orientação explícita quanto ao prazo de desocupação dos imóveis rurais. Não obstante, tudo indica que os residentes foram instados a abandonar seus patrimônios prontamente - a despeito dos depoimentos expressarem desacordo quanto ao prazo que tiveram para faze-lo. Ao contrário do que Joaldo escreveu a Monsã, em novembro de 1983, percebe-se nos depoimentos que os residentes estavam longe de preferir desocupar a área imediatamente após o pagamento. De novo, apresenta-se o confronto de temporalidades e ritmos, pois a alegação comum aos residentes é a de que eles não tiveram tempo de planejar a mudança, de encontrar outro canto para se localizarem e, em especial, de plantar os roçados que já estavam queimados e encoivarados, e de desmanchar as roças maduras. Evidencia-se nos depoimentos a concepção da roça como uma unidade de tempo cíclico que, uma vez iniciada, só finda com a colheita.

Não foi por acaso que muitos fizeram apenas atravessar o rio para residir na outra margem, se colocando em áreas imediatamente adjacentes à EsEc (cf. Mapa nº 2). Os ex-residentes da margem direita do rio Apuaú e do laguinho da Terra Preta colocaram-se preferencialmente na margem esquerda daquele rio, no lago homônimo, no igarapé do Trovão e no paranã do Acariquara - cf. Tabela 12 a seguir. Considerando que as promessas de reassentamento e de auxílio à mudança, se existentes, não se concretizaram, a pressão pela retirada célere foi outra afronta aos residentes.

> PL: [...] *O prazo, quando chegaram, já foi de 10 dias. "Dez dias é pouco, eu não saio. Eu não saio porque eu não posso sair assim, que eu não sou bicho e tenho que fazer uma barraca."* E eu sei que a situação não foi fácil. Não foi só para mim como para todos que estavam nessa localidade. Não é dizer que é só eu. Nós não passamos fome, como o pessoal do Nordeste, mas não passamos bem. *Porque o senhor sabe, quando se faz a mudança, quando a gente faz uma mudança de vontade a gente ainda vai com um recursozinho. Vai mais em condições. Mas quando é assim, botado para correr bem dizer?! Porque o prazo era dez dias.* Só que nós não aceitamos. "Não. Dez dias ninguém sai!" [...] E a

gente não passou muito bem, mas controlou a vida, mas a situação não foi muito fácil não. Como eu estava dizendo: não foi só para mim, foi para todos.
[seu Pedro da Cunha Libório, 70, Novo Airão, 08.06.1998]

HB: E como é que foi? Vocês tiveram prazo para sair?
FFF: *Eles não deram prazo, não. Era receber e quando terminasse de receber - porque isso foi repartido de duas vezes; quando terminasse de receber sair*. Aí eu vim para cá. Eu não tinha terreno para mim ir. Eu tirei meus bagulhos e pus lá numa canoa que eu tinha. Então, nós viemos até para cá [Inaudível] aqui em baixo, abaixo do seu Evilásio. [...]
[seu Florêncio Ferreira Feitosa, 82/3, paranã do Acariquara, 14.07.1998]

PR: [...] Quando apareceram já foi para esclarecer o valor do nosso imóvel. Tudo bem. *"Vocês vão sair daqui e o prazo é daqui trinta dias." Eu digo, "Mas será possível, meu senhor! Eu tenho um hectare de terra aí limpinha, toda encovairada, toda queimada, as coivaras para plantar e eu não vou mais ter condições de plantar minha terra, de cultivar minha terra?!* Isso é uma planta que não é permanente. Então, eu fico no prejuízo. Eu tenho que plantar isso e eu queria que vocês me dessem uma permissão para plantar essa roça de mandioca e depois retirar ela. Embora que não fosse beneficiado aqui, mas eu já estava mais ou menos colocado em outro canto e aí..." *"Não, não, não. É trinta dias que nós vamos dar porque o senhor ainda tem roça para colher." Eu digo, "Eu tenho roça para tirar ainda." "O prazo é trinta dias"*. [...] Aí eu fui fazendo farinha tudo às pressas. Nem aproveitei direito. [...] Aí eu fui procurar me localizar novamente. Até que encontrei outro canto. [...] Fizemos uma taperazinha. [...] Condições poucas, né? Mas fomos pelejar de novo. [...] *Como lá de onde eu vim, deixei minhas terras com plantio*.
[seu Pedro Rodrigues Assumpção, 73, Novo Airão. 08.06.1998]

HB: O senhor falou que quando eles chegaram lá, o senhor tinha tocado fogo num roçado para queimar - tinha uma roça nova e tal - e disse que ficou ainda mais um tempo.
SS: Foi, foi. Fiquei mais um tempo.
HB: Ficou além do prazo que eles deram?
SS: *O prazo que deram... Quer dizer que eles não deram prazo. Me disseram para sair. Agora, não deram prazo para mim sair, com três ou quatro ou cinco meses. Não, não me deram prazo*.
[seu Sílvio Gomes de Oliveira da Silva, 75, Novo Airão, 09.11.1998]

JP: [...] Primeiro foi esse Raimundo Maracanã, que nem conhecido da gente ele era. Aí ele disse, *"Ah, rapaz! Isso aqui é quinze dias! Tem que sair daqui no período de quinze dias. Em quinze dias se eu vier aqui e se tiverem aqui, vai ser preso e a casa vai para o chão"*. Rapaz? Ser preso? Coisa que eu nunca fui. "Não, eu vou sair". Toda a vida eu possuí uma canoa boa e tinha o meu cumpadre Josué, que tinha motor. Aí eu disse, "Cumpadre, que tal o senhor?". Ele disse, "Rapaz. Eu vou sair também. O meio para mim é comprar esse terrenozinho aí". Aí, eu não tinha dinheiro, fiquei procurando e fiz aquele outro. Foi assim. *A conversa foi essa: período de quinze dias.* [...]
[seu João "Preto" Soares de Lima, 68, lago do Apuaú, 09.11 1998]

O que podia e o que não podia fazer dentro da "reserva"

As indicações são, portanto, de que os residentes foram recebendo as suas parcas indenizações e se retirando da área da EsEc paulatinamente. Enquanto permaneceram, aguardando o pagamento das indenizações para se retirarem[129], inúmeros incidentes e desentendimentos ocorreram, caracterizando um período conflitivo e de indefinição quanto ao que se podia e ao que não se podia fazer na reserva. Estritamente falando, a própria presença de residentes na área constituía uma ilegalidade. Ademais, todas as atividades produtivas que atualizavam constituíam delitos. A sua vida social foi, toda ela, criminalizada. A solução encontrada pelos administradores regionais e o pessoal local foi a de tolerar certas práticas ao tempo em que tentavam reprimir outras, de acordo com o que julgavam mais ou menos prejudicial à Estação.

Pulularam, assim, determinações e orientações para que os moradores não mais abrissem roças em mata virgem, limitando-se às capoeiras para isso, que não plantassem mais culturas permanentes – o que levaria à elevação dos valor das indenizações -, e que cessassem com toda a extração de madeira, com a caça e com a mariscagem – sendo um pouco mais permissivos com a pesca. Os gestores operaram, assim, uma tradução branda dos dispositivos legais e, ao faze-lo, fragmentaram em lícitas e ilícitas um conjunto de práticas que, do ponto de vista da lógica dos residentes, compunham uma e única estratégia de sobrevivência, a combinar a agricultura para o autoconsumo e o desenvolvimento de atividades comerciais. Tudo indica que, aos seus próprios olhos, os gestores tentavam sustar o avanço da fronteira humana pela área da EsEc, procurando, por assim dizer, estabilizar e fazer regredir a interatividade dos residentes com os ecossistemas e os recursos de que se apropriavam. Desnecessário dizer que os residentes, tão logo apreenderam o que estava em jogo na postura dos administradores, desenvolveram uma série de estratégias, argumentativas inclusive, de evadir-se da fiscalização e de circunstâncias conflitivas, fazendo-as operar em seu benefício, algumas vezes.

> SS: [...] Eu digo, "Rapaz, eu quero é trabalhar. Eu vou sair daqui, porque os homens chegaram aqui me indenizando e *disse que eu podia trabalhar nas capoeiras. Mata, não derrubasse mais - porque não queriam desmatar a mata mais. E outra também, para eu não plantar planta bem de raiz. Então, o que é que eu faço aqui, rapaz?! Para eu plantar isso aí e depois deixar aí, não adianta. Eu quero um terreno que eu diga que é meu. Isso aqui é meu*, mas os homens já vieram, queriam indenizar. Me indenizaram, tem que sair". Aí eu saí de lá e eu fui

[129] Vimos anteriormente que o pai de seu Alegário esperou até quatro anos para receber o cheque, o mesmo tendo ocorrido com seu José Barroso e, supõe-se, outros.

para lá. [...] Então, aí foi que me disseram, *"Agora, aí você pode trabalhar, mas na capoeira. Na mata, ninguém quer mais que derrube mata aqui, que desmate mais a mata. E também planta, bem de bem raiz também, você não planta mais"*. Também, para mim ficar num lugar desse assim, num terreno desse, só plantando só planta que colhe logo - roça, milho, essas coisas - eu também não queria. Eu queria, assim, arrumar um terreno para eu plantar de tudo. Plantar roça, milho, cana, abacate, cupu, essas plantas assim - bem de raiz - que mais adiante eu tinha. Como eu fiz. Hoje eu tenho aí. O senhor viu lá? O senhor passou e viu a casa fechada? Pois é ali, naquele lugar.
[seu Sílvio Gomes de Oliveira da Silva, 75, Novo Airão, 09.11.1998]

HB: [...] Segundo consta aqui, o último ano que o senhor teria pago [ITR] - de acordo com os comprovantes - até 1984. Aí, o senhor deixou de pagar no momento em que...
HT: Que o IBAMA - a antiga SEMA - entrou com requerimento na área. *Eu senti um pouco de pressão e eu também parei de trabalhar porque não consentiu que eu trabalhasse na mata virgem, a não ser na capoeira. Também na capoeira a gente não pode plantar dois, três anos em seguida, porque não tem condições*. Aí também a gente já foi se afastando um pouco da área e eu deixei a minha sogra lá - como ela ainda hoje está lá. Eu saí mais deixei ela lá para tomar conta lá do terreno. [...]
HB: E quando foi de fato que o senhor se viu, enfim, na situação de ter que sair do Baependi? Quando foi e porque foi que o senhor saiu mesmo? Porque o senhor podia ter, sei lá, birrado lá com eles.
HT: Não. *Eu saí porque eu achava que não era conveniente eu fazer plantações, benfeitorias e depois ficar para o Estado, ou então para o órgão. Eu achei que não era conveniente, que mais tarde eu podia me sentir oprimido para vender e não podia vender. Então, eu queria um objeto, um terreno para mim*. Um dia que a minha situação ficasse ruim, eu podia me valer dele - vender - e me sair da necessidade máxima. Então, o meu caso era isso.
[seu Heitor Tinoco da Silva, 42, Novo Airão, 09.11.1998]

PL: Depois veio uns homens aí. Eu digo, "Está, eu já sei. Eu já sei. Já teve aviso aí, já vieram me dizer. *Só que eu não posso parar, né? Por enquanto, durante não me pagarem, não me derem um pagamento que dê para fazer outro lugar eu não posso sair. Porque eu sou brasileiro. Eu preciso trabalhar aqui e tenho que viver*". [...] O IBAMA, naquela época, o IBDF, eles eram muito carrascos. Eles atropelavam muito o povo. Eu nunca fui. *Eu vou dizer: eles até que me respeitavam. Eu sempre dizia a eles que precisava de trabalhar. Eu não podia era roubar. Então, eles me respeitavam e eu também respeitava eles. Eu dizia, na minha altura, o que eu podia dizer. Eu não ia com estupidez*. Às vezes eles me topavam assim, "O que tu está fazendo?" "Eu estou pescando. Eu tenho filho para criar e aqui não tem mercado, não tem feira, não tem supermercado. Tem que procurar." "Está bom." Às vezes vinham, revistavam minha canoa. Às vezes eu andava com espingarda, mas porque a gente no mato tem que se valer das armas da gente. Tem uma onça, tem um bicho. *Eu nunca abusei. Se eu via eles por ali e tal... Não medo! Mas eu respeitava, porque eles estavam cumprindo ordem. Aí vinham. Eu sabia que era proibido. Às vezes quando eu via que era lancha diferente, eu pegava a espingarda e deixava numa beira aí*. Eles vinham, passavam por mim, "Que tal amigo? Está pescando?" "Estou pescando." Quando eles iam embora, eu pegava a espingarda. *Sempre eu fazia assim. Não gostava de abusar. Não medo*. [...]
[seu Pedro da Cunha Libório, 70, Novo Airão, 08.06.1998]

PL: Uma vez eu fiz um roçado na ilha - um roçado grande - porque não tinham

me avisado. Fiz um roçado para milho. Eu já sabia que não era para plantar capim e coisa e tal. Aí, sabe, o milho dava bem na várzea. [...] Botei uma quadra e meia de roçado. [...] Quando estava com 10 dias eles encostaram. Ele [Maracanã] também veio, mas ele não disse nada. Encostaram, subiram, pediram licença. Minha casa tinha o assoalhado alto. Aí eu sentado, conversaram comigo. "Me diga uma coisa: esse roçado ali é seu?" "É sim senhor." [...] "Tu não sabes que é proibido fazer roçado aqui?" "Ultimamente eu não sei, porque eu não fui avisado. Agora, veio um fiscal aqui e disse que eu podia trabalhar na ilha. Não podia era fazer campo. Podia plantar roça, plantar melancia, plantar milho, plantar feijão - o que fosse. Não podia fazer campo. Isso eu sei porque os homens me avisaram. Mas de plantar o milho?! Eu fiz esse roçado para plantar milho, não é nem para a roça" [...]. "Mas você não vai queimar." "É. Posso até não queimar mesmo. *O senhor acha que eu vou perder meu serviço?! Porque vocês não me avisaram antes de fazer? Eu já fiz, agora vou ter de queimar. Eu tenho que plantar. Eu não estou pisando em cima da lei. Deviam me avisar com tempo, porque vocês estão vendo. Passam aqui todo o tempo e não me avisaram, ao menos quando eu estava roçando*. Depois de pagar gente - que eu não tenho recurso -, chamar gente, comprar dia, comprar rancho para botar para o pessoal cortar pau e eu não plantar?! Eu posso até não queimar mesmo. Se não fizer um bom verão e eu não tiver ao menos fósforo - não tiver dinheiro para comprar o fósforo. Mas se tiver um bom verão e eu tiver o fósforo, eu queimo." Aí ele, "Está bom. Se você quiser queimar, você queima. Mas você não planta." "*Ah rapaz, estando queimado é que é mais fácil eu plantar*. Porque no meio do mato assim eu não planto mesmo, [Inaudível] porque não dá nada. Mas se Deus me ajudar e fizer uns dias bonitos de verão..." Aí eu peguei e taquei fogo. Eles passaram. Quando voltaram, "Rapaz, você queimou o roçado?" "Queimei sim. Para plantar avulso". *Porque eu nunca vi uma lei para o sujeito prender o homem que está trabalhando. Eu acho que tem lei para prender o ladrão e o vagabundo. Eu estou trabalhando. Aí eu plantei o milho. Plantei e veio bonito.* [...] Depois veio um homem aí e disse, "Não! [...] Agora sim, nós estamos dando uma ordem na ilha, não pode fazer mais roça." Desde lá eu obedeci a ordem. Não fiz mais.
[seu Pedro da Cunha Libório, 70, Novo Airão, 08.06.1998]

JB: [...] Eu digo "Olha lá rapaz!" Aí eu fui e disse para ele, eu digo, *"Olha, eu não vou para de trabalhar não"*. Tinha comprado um motor [serra] novo, estava pagando a prestação dele: 25 mil cruzados na época. [...] Eu disse, "Olha, eu estou pagando esse motor e não vou para de trabalhar. Enquanto vocês não me pagarem. Porque eu estou devendo e de que que eu vou viver? [...]". Mas aí o Maracanã se meteu no meio, porque ele trabalhava pela SEMA, era funcionário da SEMA e tal e tal. Eu disse, "Rapaz, é o seguinte. Tu és funcionário o quanto eu já fui. Tu és um funcionário. Tu tens de onde tirar. Tu vais lá só receber, meu irmão, e eu só recebo aqui se eu trabalhar. Se eu não trabalhar, eu não tenho de onde receber, e eu não vou parar. Pode dizer lá para quem quiser, que eu não vou parar". *"Não, mas o senhor está arriscado ir preso e tal"*. Eu digo, "Pode mandarem me prender quem quiser. Se me derem de café, almoço e janta, eu paro até agora. Só pego no motor para limpar e guardar. Eu não tenho de onde tirar. Vocês estão me desapropriando?! Eu não vou assinar e pronto. Acabou-se". "É, então nós vamos embora". [...] *Quando foi no outro dia aí, todo mundo aí com medo. "Rapaz, agora ninguém pode mais trabalhar"*. No outro dia de manhã, eu [...] disse, "Mulher, eu vou trabalhar. Não vou parar não". Ela era medrosa, "Mas rapaz, os homens?!" "Eu vou trabalhar mulher. De que é que nós vamos viver, se não for da produção? Eu vou trabalhar, não quero nem saber". "Vão tomar teu motor!" Eu digo, "Deixa tomar". *Sim, aí me ameaçaram logo: se eu fosse trabalhar, ele prendiam o motor e tudo mais. Se eu continuasse a caçar, a matar caça e tal e tudo. Eles foram logo dizendo, né? Na área que pertencia a reserva*

> *não podia. Se eu morava lá, né?!* Aí, eu ainda disse umas ignorâncias para ele. Eu disse, "Olhe - pescar, essas coisas assim, não podia fazer - então vocês vão fazer o seguinte: vocês vão carimbar os peixes de vocês tudinho para não ir para o outro lado. Porque como é que eu vou pescar? Num rio desse, o peixe transita de um lado e transita do outro. Vocês tem que carimbar o de vocês. Olha, esse trecho daqui é do lado da SEMA; para não irem, para a gente saber o que é que é". A caça vá lá que seja, porque eu estou vendo que eles não vão atravessar rio. Aí, o Maracanã todo cheio de lenha e tal. Eu digo, "Pois é. A caça, ainda ainda. Mas mesmo assim é ruim. *Eu não vou sair daqui aonde eu tenho a minha reserva, que isso aqui há mais de dois anos que só entra eu. Aqui eu mato o que eu quero. Eu e meu vizinho aqui nós fizemos uma política aqui contra os vizinhos para não deixar ninguém invadir. Reserva isso daqui já é nossa*. Nós vamos lá, nós matamos uma paca. Nós não vendemos aqui um cabelo de bicho. *Já é nossa reserva aqui dentro. Aqui tem caminho, tem tudo feito. A gente caça aqui, sem perturbação de nada*. Aqui a gente vai, mata uma caça. Quando o vizinho mata na noite que ele sai, eu não saio. Porque ele mata uma paca lá, ele me dá uma banda, ele me dá um quarto; e o mesmo eu faço com ele. Nós matamos uma anta, nós distribuímos todinha aqui com os vizinho. Aqui ninguém vende não. Vocês procurem por aí, se nós vendemos aqui um pedaço de carne para ninguém. *Então, reserva nós já estamos fazendo no que é nosso". Aí ele disse, "É, mas não pode mais continuar". Eu digo, "Está bom. Só uma coisa que eu vou te dizer, olha. Eu não vou parar de caçar - que eu tenho que comer -, não vou parar de pescar e nem vou parar de trabalhar, enquanto vocês não me pagarem"*. [...]
> [seu José Faustino Barroso, 68, rio Apuaú, à foz do igarapé do Pajé, 19.07.1998]

No que concerne especificamente à caça, note-se no depoimento de seu José Barroso a distinção que ele estabelece entre a caça para o autoconsumo – a chamada caça de subsistência - e a caça comercial – ainda hoje praticada por segmentos da população local no alto rio Apuaú, acima da cachoeira do Pilão, além dos limites da reserva, como pude testemunhar. Essa distinção parece ter sido, também, estimulada de algum modo pelos gestores locais e regionais, mais tolerantes quanto às atividades produtivas dirigidas à subsistência – supostamente, menos impactantes e mais puras, porque justificáveis.

Importa notar também que, via de regra, todos se declaram respeitadores da lei e da área da reserva. Não obstante, a caça, no rio Apuaú, e extração de madeira, neste, no rio Baependi, nas ilhas e na área de terra firme da EsEc, permanecem sendo alternativas atualizadas pelos que residem nos lugares e comunidades adjacentes à reserva – do que fui testemunha ocular mais de uma vez e conforme reconhecido pelo próprio Plano de Manejo, no "Mapa com as principais atividades da EsEc e seus impactos" (IBAMA 1998, 38). Essa realidade e essa possibilidade foram reconhecidas de modo mais ou menos tácito por um e outro depoente.

> RL: Porque está longe da beira. Está muito longe da beira. Não tem condições de carregar para a beira. Só tem madeira no centro. *Aí o que o pessoal faz? Se vê coagido com a situação, aí invade a reserva para cortar madeira, tirar alguma coisa para sobreviver*. Se não a família vai passar mal, os filhos vão chorar de

fome e nenhum pai gosta de ver o filho chorando de fome *tendo uma saída. Ele tem que dar um jeito*. Tanto que quando o cara tem uma certa atitude, ele às vezes vai até roubar... Mata [Inaudível] até adquirir alguma coisa para os filhos comer. Aí é o que tem acontecido aqui. *A gente fica assim imprensado. O IBAMA perseguindo o pessoal. Quando encontram um trabalhando dentro da reserva tomam machado, tomam moto-serra*. Já estão ameaçando levar preso. Um dia pegaram um cara aí dentro [Inaudível] aí ameaçaram até levar ele preso. Dizem que o IBAMA já tem uma delegacia para prender quem for pego na reserva. Então, a gente está nessa situação aqui, meu irmão. [...] Agora a situação está assim, está difícil. Não está muito fácil não. *A gente trabalha imprensado*.
[seu Raimundo Lima, 53, igarapé do Trovão, lago do Apuaú, 28.10.1998]

DN: Eles não serram não. Têm medo.
ZR: Mas é aqui. Agora, em outras paragens eu vejo tirarem. Baependi, Tauatú. Toda a vida a gente mora aqui. Mas se e não morasse?
DN: Diretamente, nessa localidade que nós moramos, nunca ninguém tirou um pau. Mas, vamos dizer, daí daquele lado para cima a gente escuta motor virar.
HB: No Tauatú?
DN: É, sim senhor. Nesse lago aí que tem mais abaixo do Tauatú. A gente escuta. Ninguém sabe o que é, más *só pode ser negócio de madeira*. Porque na nossa localidade mesmo, se for preciso eu levo [Inaudível] nessa mata ai não tem um pau serrado.
[seu "Zé" Ribeiro, 71, e dona Maria "Neca" da Silva Ribeiro, 45, Buraco Frio, 23.07.1998]

P: Nós trabalhávamos mais na Anavilhana.
HB: Anavilhana mesmo? [...]
HB: Tirava na beira?
P: Era na beira. Ficava lá na beira no batelãozinho para trabalhar.
HB: Então, vocês moravam a bordo?
P: É. Nessa época é que era a época de haver a reserva. Quer dizer que agora é a mesma coisa. *Essa reserva está explorada por aí, por todo canto. Tem muito madeireiro dentro dela. Eu acho que uma reserva - eu não sei -, mas a gente chega e é árvore de pau derrubada e é assim mesmo - debaixo desses igapozinho. Não tem fiscalização*. O de cá é o Maracanã. Lá em baixo o flutuante. Mas e quando está cheio como que agora? Se for proibido esse negócio de pegar bicho de casco, matar o peixe. É tudo varado de água, circulado de água e não tem quem... *Se esconde tudinho, não pegam é nada*. No verão, é preciso muito diesel para correr as ilhas todas. *O cara se mete com o motoserra aí dentro dessas bocas, desses buraco aí e trabalha aí mesmo*. Outro dia eu estava falando. Eu digo, "Aonde ainda tem uma madeirazinha é bem em frente aí à sede, porque por outros cantos aí está tudo furado". Olha esses igarapés, aí onde eu morei - o lago do Matias. Aquilo era farto. Dava muita paca, dava muita caça. *Entrava lá gente de fora para caçar, para pescar? Eu não consentia*. Mostrava os documentos, a gente paga os direitos da terra. Eu não consinto entrar ninguém não. A não ser os moradores daqui. Tudo podia ir - caçar lá, pescar. Era farto mesmo. Mas de fora, de Manaus, desses outros municípios?! Não entrava não. [...] O Matias - por dentro do Matias - é um lago muito bonito. Meio grande. Um lago bonito mesmo, o Matias. [...] Agora está limpo. Madeira, agora, não existe mais. Esses filhos do Mário Medeiros trabalharam muito lá - negócio de vara, serrar madeira. Vixe! Eu sempre digo ao Maracanã. Eu digo, "Rapaz, tem gente trabalhando no Acará." Tem vezes que tem de quatro, cinco, seis, oito moto-serra dentro da reserva. Eu digo, "Como é que pode ser uma reserva dessa, né? Invadido assim?!"
[seu Carlos Alberto "Palitó" de Lima, 68, lago do Apuaú, 19.07.1998]

O três depoimentos são especialmente críveis. O de seu Raimundo Lima por não ter ocultado que já teve problemas com o IBAMA por extrair madeira da reserva. O de seu “Zé” Ribeiro e dona “Neca” por serem “fiscais” do Cauixi – como veremos a seguir. O de “Palitó” porque, vivendo hoje integralmente de sua aposentadoria e da pesca artesanal não cultivada, conhece como poucos os lagos, paranãs, ressacas e igarapés – os “buracos”, que menciona - da Estação.

Remanescentes e deserdados

Dos cerca de vinte ex-residentes que entrevistei – o que corresponde a quase 40% das pouco mais de cinqüenta famílias que foram desapropriadas da área da Estação - cinco declararam não ter recebido indenização. Este número, todavia, pode ser um pouco maior, totalizando cerca de 10% dos originalmente cadastrados pela SEMA. Desse mesmo universo de entrevistados, cinco permanecem residindo em caráter mais ou menos permanente, zelando os seus domínios ou de terceiros na área da reserva - dois dos quais, apenas, não receberam indenização. Há pelo menos mais um residente remanescente na área da EsEc, que não consegui entrevistar e sobre o qual há dúvidas se foi ou não indenizado. Esses seis remanescentes residem no setor norte/nordeste da área de terra firme da EsEc, sintomaticamente, o mais afastado das três bases de vigilância e fiscalização. São eles: o povo do Cauixi - seu Brito (de quem seu Antônio “Malagueta” é caseiro), seu Chico Veloso e dona Francisca, e José “Gavião” Gomes da Silva (o tal que não logrei entrevistar) -, a família de seu Zé Ribeiro e dona Neca, no Buraco Frio, a dona Maria do seu Zé “chofer”, no Tauatú, e seu Damião e dona Lourdes na margem esquerda do Baependi. A Tabela 12, a seguir, sintetiza as informações deste parágrafo. Quero comentá-la antes de abordar a situação dos grupos dos não indenizados e dos residentes remanescentes. Observe-se os Mapas n°s 2 e3 para Ter uma idéia do deslocamento efetuado pelas famílias.

Tabela 12

Alguns remanescentes e deserdados de Anavilhanas

AS PESSOAS ENTREVISTADAS E LUGARES DE ONDE FORAM DESAPROPRIADAS	RECEBERAM INDENIZAÇÃO ?	PARADEIRO ATUAL
RIO APUAÚ, MARGEM DIREITA		
João "Preto" Soares de Lima, 68 (viúvo)	Não	Igarapé do Fábrico
José Faustino Barroso, 68 (viúvo)	Sim	Rio Apuaú, margem esquerda – foz do igarapé do Pajé
Josué de Souza, 68 (viúvo)	Sim	Rio Apuaú, margem esquerda
Maria "Beleza" Rodrigues dos Santos, 52 – viúva de Antônio Fernandes Barroso	Sim	Lago do Apuaú
Rodolfo Batista de Oliveira, 52	Não	Rio Apuaú, margem esquerda – foz do igarapé da Visagem
TERRA PRETA, LAGUINHO		
Evilásio Lima de Araújo, 69, e Maria Leonarda Ribeiro, 38	Sim	Paranã do Acariquara
Florêncio Ferreira Feitosa, 83	Sim	Paranã do Acariquara
Jaime Magalhães Tavares, 65	Sim	Novo Airão/paranã do Acariquara
Pedro da Cunha Libório, 70	Sim	Novo Airão/paranã do Acariquara
Pedro Rodrigues Assunção, 73	Sim	Novo Airão/rio Apuaú, margem esquerda
Raimundo Lima, 53	Sim	Igarapé do Trovão
Juarez "Pequenino", Carlito, Agostinho Craveiro e os três filhos do finado Djalma.		*Novo Airão e lago do Apuaú*
LAGO DO MATIAS		
Carlos Alberto "Palitó" de Lima, 68 (descasado)	Sim	Lago do Apuaú
PORTO CONCEIÇÃO		
Alegário Monteiro do Santos, 50 – filho de Alfredo do Santos	Sim	Novo Airão
Luiz Garcia e Azamor		*Setor sul de Anavilhanas*
LAGO DO CAUIXI		
Antônio "Malagueta" Campos Veloso, 65 (viúvo)*	Sim/Não**	Lago do Cauixi/Novo Airão
Francisco "Ganso" Veloso, 50, e Francisca Monteiro Gama, 55*	Sim	Lago do Cauixi/Novo Airão
José "Gavião" Gomes da Silva e seu Brito		*Lago do Cauixi/Novo Airão e Manaus*
BURACO FRIO		
Francisco "Zé" Ribeiro, 71, e Maria "Neca" da Silva Ribeiro, 45*	Sim	Buraco Frio
TAUATÚ		
José "Chofer" Oliveira de Souza, 81*	Não	Tauatú/Novo Airão
RIO BAEPENDI, MARGEM ESQUERDA		
Sílvio Gomes de Oliveira Silva, 75 (viúvo; descasado)	Sim	Lago do Aturiá
Heitor Tinoco da Silva, 43	Não	Novo Airão
Damião Borges Sales, 62, e Lourdes Ferreira de Souza, 62*	Não	Rio Baependi, margem esquerda
Seu Cleto		*Lago do Aturiá*

(*) Residem em caráter permanente ou temporário na área da EsEc.
(**) Seu Antônio "Malagueta" recebeu indenização, mas seu Brito, de quem ele hoje é caseiro, não.
Itálico: ex-residentes dos quais se obteve notícias mais ou menos precisas sobre o seu paradeiro.

Além dos que consegui entrevistar, foi possível obter informações relativas a mais nove residentes, indicados em itálico ao final de cada grupo de entrevistados por lugar anterior de residência. Não logrei entrevistá-los por razões as mais distintas. O senhor Juarez, que chamam “Pequenino”, por se encontrar gravemente doente, vítima de um derrame. Os três filhos do finado Djalma, um dos quais tem um pequeno comércio em Novo Airão e outro operando como patrão de madeira no lago do Apuaú, por se esquivarem e mostrarem-se reticentes e esquivos. Seu Luiz Garcia – a quem já me referi extensamente aqui -, seu Azamor, seu Brito e seu Cleto, porque simplesmente não consegui encontrá-los em minhas andanças. O segundo é um patrão de madeira assaz ativo na área da reserva, cujos trabalhadores parecem colecionar refregas com a vigilância e a fiscalização da EsEc. Carlito, Agostinho Craveiro e José “Gavião”, todos residindo em Novo Airão, por desencontro de agendas e falta de oportunidade.

Os atuais paradeiros dos residentes originalmente situados num extremo e noutro da área de terra firma da Estação, indicam a tendência destes se colocarem em áreas adjacentes àquelas em que residiam. Não só os ex-residentes da margem direita do rio Apuaú e do laguinho da Terra Preta colocaram-se preferencialmente na margem esquerda do rio e lago homônimos, no igarapé do Trovão e no paranã do Acariquara, mas também os ex-residentes do rio Baependi colocaram-se pouco acima, no lado Aturiá. Isso confirma, de certo modo, a alegada “falta de condições” que tiveram para se recolocar, considerando o naufrágio das promessas de reassentamento e auxílio à mudança. A Tabela 12 também indica a opção que alguns fizeram de residir na área metropolitana da cidade de Novo Airão ao tempo que mantêm sítios na área rural, adjacentes à reserva, ou vice-versa – onde cultivam culturas temporárias (roças de mandioca, macaxeira, batata, cará, banana, ananás, cana, milho e feijão) e permanentes (fruteiras), caçam, pescam e extraem madeira, canalizando parte desses recursos para a cidade. Essa estratégia de reprodução social está, em parte, ligada ao desejo de oferecer educação aos filhos na cidade, onde, por sua vez, a oferta de emprego e remuneração formais é praticamente nula. Isso expressa uma significativa articulação rural/urbano, campo/cidade, que torna ainda mais complicada a análise dos dados demográficos apresentados ao início de 4.4 e serve-nos para problematizar aquelas distinções mesmas na paisagem da região enfocada – ao que retornaremos no próximo capítulo.

A Tabela 12 também revela o *bias* de gênero que presidiu o levantamento dos residentes efetuado pela SEMA e que acabou contaminando esta investigação. Embora eu tenha procurado agendar e realizar entrevistas de grupo com casais e me esforçado

por produzir situações em que se permitisse este tipo de abordagem, entrevistei homens em sua maioria. Os casos de viuvez e separação estão assinalados na Tabela 12. Poder-se-ia argumentar em meu favor que, via de regra, os terrenos, quando cadastrados, estavam no nome do homem, sendo este o elemento socialmente reconhecido e autorizado a falar pela família - segundo os valores hegemônicos na sociedade regional. Não sendo este o foco específico deste trabalho, todavia, reconheço que a experiência da desapropriação pode ter sido vivida de modo distinto pelas mulheres – ainda que as entrevistas não tenham sido ordenadas para apreender essa dimensão e que os depoimentos produzidos, por conseguinte, não a revelem de modo tão manifesto.

O valor irrisório das indenizações é o fundamento dos motivos apresentados pelos quais alguns residentes não receberam as indenizações – sendo mesmo admitido pelos servidores locais da agência ambiental.

> RM: [...] Se caso hoje alguém reclama que não recebeu alguma coisa - como eu tenho no documento - *é porque não foi atrás do dinheiro. É porque achou que era muito baixo pelo peço que ela foi levantada*. Aí, o que acontece? Eu, como funcionário, fui pressionado - que eu que talvez tivesse fazendo aquilo. Mas eu provei que não era eu. Foi o próprio governo. [...]
> [seu Raimundo "Maracanã" Nonato Figueiredo, 51, base de terra firme da EsEc de Anavilhanas, 13.07.1998]

Não obstante, é importante qualificar as distintas situações obtidas para compreender como esse móvel primário operou.

Para começar, há os que não receberam porque a sua "convivência" – i. é, seu estilo de vida e o ritmo da atividade produtiva em que se engajavam –- fez com que estivessem ausentes quando da passagem das comissões de levantamento e/ou avaliação pela área. Neste caso, se expressam, também, distintas concepções de tempo e de direito à terra, bem como diferentes regimes de propriedade e formas de apropriação fundiária, característicos da paisagem social regional. O caso de seu Antônio "Malagueta" e de seu Brito é particularmente ilustrativo.

> HB: Aí, o senhor disse que foi o tempo em que o senhor foi para Roraima.
> AM: Eu fui para Roraima e *passei sete anos só por lá. Não demorei muito, não.*
> HB: E foi nesse período que o senhor esteve fora...?
> AM: Foi nesse período que eu estive fora, que quando eu cheguei para trabalhar já era a SEMA. Já era a SEMA. Eu voltei para trabalhar de novo no mesmo terreno e já era da SEMA.
> HB: E como é que foi? Como é que o senhor soube?
> AM: Eu só soube quando cheguei. Porque eu cheguei e esse cara que eu tinha palavreado para vender aquele terreno – Chico Cerdeira -, ele não tinha me pago. Aí eu fiquei mordido com isso e disse, "Vou tomar o terreno." *Porque o primeiro quem abriu lá foi eu. Então, eu vou tomar o que é meu*. Aí, foi o tempo em que eu já não pude mais nem tomar, porquei foi a SEMA. Fui indenizado e pronto. Aí,

> me deram uma partezinha de nada. Ainda até isso ele me logrou. Já recebeu as duas parcelas. A primeira parcela, que foi eu perante os homens, eles dividiram direito. Já a segunda, que era 950, ele só me deu só 100 cruzeiros.
> HB: Esse seu Chico Cerdeira que era o que ficou tomando conta?
> AM: Que era *o que tomava conta do terreno lá*. [...]
> HB: Sim, então explica como é que foi isso que o senhor contou. "Apareceu essa boca", como assim?
> AM: Apareceu essa boca, porque eu estava lá e não tinha quem tomasse conta do terreno.
> HB: Do terreno de quem?
> AM: Do terreno desse Brito. Aí eu fiquei tomando conta do terreno.
> HB: Mas ele não foi indenizado, o seu Brito?
> AM: Não senhor. Não foi indenizado.
> HB: E por que não foi?
> AM: *Porque ele não estava*, eu estou dizendo. *Nunca foi chegada a ocasião. Toda a vida ele estava ausente*. Não tinha caseiro, não tinha nada naquele tempo, para responder, para telefonar, para avisar para ele vir. Tudo isso não tinha. Aí depois que ele viu, a coisa ficou lá sozinha. Aí ele viu que não tinha quem fosse para lá tomar de conta sozinho, que só era eu mesmo. Eu arrumei a coragenzinha e foi como eu fiquei. Tem ano que eu fico lá até dois meses sozinho.
> [seu Antônio "Malagueta" Campos Veloso, 65, Novo Airão, 11.08.1999]

É importante notar as categorias pelas quais seu Antônio "Malagueta" define e configura o *seu* vínculo com o *seu lugar* – "o primeiro quem abriu fui eu" - e como sete anos de ausência para ele não é nada – mesmo porque alguém ficou "tomando conta" do *seu* terreno para ele. A partilha do valor total da indenização – ainda que desonesta, aos olhos de seu Antônio - expressaria a compreensão partilhada por ambos quanto à responsabilidade compartida pelo terreno. Casos semelhantes a este me foram relatados, como o do seu Mário Medeiros, patrão de madeira que atua no Apuaú e tem um campo no paranã do Acariquara, que teria posto uma pessoa para tomar conta do seu terreno. Ao tempo em que a SEMA fez o levantamento e a avaliação, esta pessoa foi computada como titular no levantamento e recebeu a indenização integral. Tudo isso ocorreu apesar da orientação da administração central da SEMA em efetuar um levantamento completo e exaustivo.

Em seguida há aqueles que parecem, simplesmente, ter se impacientado com o périplo que foram obrigados a fazer para receber valores tão insignificantes. Tudo indica ter sido este o caso de dois ex-residentes da margem direita do rio Apuaú: seu Rodolfo Batista da Oliveira, que em maio de 1984, como vimos, teria estado no escritório da SEMA, em Manaus, para receber a sua importância em cheque referente à indenização e reivindicar o pagamento imediato desta; e seu João "Preto" Soares de Lima, que alegou não ter recebido por lhe faltar um documento à época – o CPF.

> RO: [...] Aí, durante pouco tempo eles foram lá com nós. Ver o sítio lá, anotar as plantas que tinham, né?, tudinho direitinho, que era para a gente se comparecer lá

> em Manaus para a gente receber esse negócio lá. Mas só que eu não fui. Perdi a oportunidade. Foi dois que não foi daí - foi eu e o João Preto. Nós dois e o resto tudo foi receber.
> HB: Quer dizer que o senhor não chegou a receber a indenização?
> RO: Não, não, não. Não recebi não.
> HB: Mas saiu de todo o jeito do lado de lá?
> RO: Saí. Do lado de lá não ficou ninguém. Saiu todo o mundo.
> [seu Rodolfo Batista de Oliveira, 52, Visagem, rio Apuaú, 21.07.1998]

> JP: Ô professor é o seguinte, eles nos tiraram nós todos da área e eu passei quinze dias em Manaus, furei uma sandália, procurando receber a minha indenização, porque todos que foram comigo receberam. Só eu que não. Aí, o que aconteceu comigo foi que o Maracanã disse que aquele que não recebeu, não recebia mais. Era só aquela época mesmo. Aí, eu me conformei, porque me faltava um documento. Dizendo ele já. Eles requereram os documentos - inclusive, tudo. Eu só não tinha o CPF. Mas eu procurei, que coloquei o CPF, localizei o CPF e peguei. Aí eu fui lá. Aí disse, "Agora passou. Agora já terminou o prazo de pagamento". Eu vim me embora. Não consegui nada. Nada. Ainda deixei o meu sítio lá todo, que está lá para dentro do rio. Está tudo se acabando. [...]. Eu não recebi nada. [...] Rapaz, eu sei que eu fui para lá e andei e andei, que enjoei. O dinheiro acabou – tinha que pagar transporte. Quinze dias. Eu só andando e agora tinha que comer. Aí ficou assim. [...] Tinha direito a receber. Só devido à plantação - dos bens que já estavam localizados no terreno e o roçado que estava feito, uma quadra e meia de roçado - foi quatrocentos e oitenta cruzeiros. E nisso ficou. Aí, nem quatrocentos e oitenta, nem oitenta, nem nada.
> HB: E tudo porque faltou esse documento? Foi só isso que eles disseram?
> JP: Só. Só isso mesmo. Não faltou mais nada. Nada, nada. Foi só isso mesmo.
> [seu João "Preto" Soares de Lima, 68, lago do Apuaú, 09.11 1998]

O mesmo parece se aplicar ao seu Zé "chofer". Até entrevistá-lo, ouvia dizer que ele não tinha recebido a indenização por ter achado o valor insignificante. Outros fatores se conjugaram, todavia, que permitem entender porque ele não se deu ao trabalho de ir receber o cheque. Alguns são de ordem propriamente sociológica e ligados ao ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico – o estudo dos filhos em Novo Airão. Outros relacionam-se à implantação da EsEc – o fim do "movimento" naquele trecho de costa. Outros ainda vinculam-se a fatalidades pessoais – um trauma na perna que lhe dificultou caminhar e a perda paulatina da visão.

> ZC: [...] Aí foi o tempo em que entrou a SEMA, né? [Inaudível] tudo. Aí ficaram de indenizar, mas eu não recebi essa *indenização de nada*. Aí *eu adoeci*. *A família já estava para cá, as meninas estavam estudando*. Agora por último, *eu não tenho mais condições de ir para lá. Eu abandonei*. [...] *Eu abandonei, tanto pela vista como pela saúde*. Aí eu vim para cá porque aqui eu vivo mais tranqüilo. [...] E vim para cá. Eu não dou mais conta. Minha vista falta. Eu não posso andar de noite. Para estar no interior?! Eu não posso ir atrás de um peixe, eu não posso fazer nada. Então, fico aqui, bem, por aqui. [...] *Quando vieram para cá estudar, eu fiquei lá. Ela veio para estudar com os meninos e eu fiquei lá trabalhando, continuei*. O movimento que existia ali do povo, era habitado, dava muito ganho ali. Dava para ir vivendo. Acabou tudo aquilo. Pronto. Eu digo, "O quê que eu fico fazendo aqui? *Não tem mais movimento". Aquilo ficou tudo parado. Aí acabou tudo. Não tinha mais movimento para nada*. Fiquei por lá, fiquei por lá.

> Foi o tempo que eu adoeci e não dava mais nada, aí vim para cá e comprei isso aqui [sua casa e oficina em Novo Airão] para trabalhar devagar.
> [seu Zé Chauffer, 81, Novo Airão, 12.08.1999]

Há também os que protestaram contra os valores irrisórios da indenização, mas, ao contrário de seu Luiz Garcia, não receberam nada. Este foi o caso de seu Heitor Tinoco, ex-residente da margem esquerda do igarapé do Baependi. Como vimos, o processo traz um memorando de julho de 1984 em que o representante da SEMA no Amazonas solicita ao Assessor para Assuntos Fundiários que envie com a devida urgência uma posição sobre o processo dos senhores Antônio Fernandes Barroso, José Gomes da Silva e Luiz Garcia Gomes. Este, como vimos, logrou a revisão do valor da sua indenização. O mesmo parece ter ocorrido com o finado Antônio Barroso, segundo depoimento da viúva confirmado por terceiros.

> HB: A senhora se lembra do valor da indenização, na época?
> MB: Me lembro ainda. Parece que foi 15 mil. É. Naquele tempo era cruzeiro, né?
> HB: Não era real ainda não.
> MB: É. Não era real não. Foi a indenização... Foi mais, né? [Dirigindo-se ao genro, seu Valdenei] Foi, né? Foi. *Foi a indenização que deu mais valor foi o nosso lá*.
> HB: E a senhora se lembra na época o que é que dava para fazer com o dinheiro que vocês receberam?
> VR: *Naquele tempo dava para fazer era muita coisa*.
> MB: *Dava. Mas ele custou a receber esse dinheiro. Ele ainda foi, ainda mandou carta para Brasília para poder receber - que foi uma luta para ele receber esse dinheiro*. O único que foi mais assim para receber o dinheiro da indenização daí dessa área fomos nós. Custamos muito mesmo, mas ele conseguiu. É.
> HB: A senhora disse que ele chegou a mandar carta para Brasília.
> MB: Foi. Ele mandou uma carta para lá. Nós conseguimos receber. [...] Ele recebeu e aí ele comprou umas coisinhas para nós aí. Ele andou comprando dois motor de popa. Eu acho que um motor de popa foi comprado com o dinheiro da indenização - foi o de oito. Agora, ele andou comprando umas coisas. Comprava rancho, né, para nós. Agora, daí eu não sei, o resto do dinheiro. Mas deu para a gente [se agüentar].
> [dona Maria "Beleza" Rodrigues dos Santos, 52, na casa de sua filha e genro, Valdenei Rodrigues, no lago do Apuaú, 16.07.1998]

O caso do seu Heitor Tinoco permanece sendo um mistério para mim, mesmo porque eu não logrei agendar uma entrevista com o seu José "Gavião", protagonista da reivindicação conjunta. O que teria ocorrido para ele não ter recebido sequer uma resposta formal da SEMA?

> HT: [...] Aí também a gente já foi se afastando um pouco da área e *eu deixei a minha sogra lá - como ela ainda hoje está lá. Eu saí, mas deixei ela lá para tomar conta lá do terreno. No caso que acontecesse deles indenizarem, ela podia me informar a eles e me procurarem*. Outra coisa que acontece. Enquanto eu estava lá chegou o seu José Gomes. Não sei se o senhor tem informação dele. Ele morava no Cauixi. [...] Ele chegou comigo e disse, "Heitor, essa indenização não é suficiente para nós". Mas deixa estar que eu não sabia se ele também já tinha

> recebido. Eu não sei se realmente ele recebeu mesmo ou se não recebeu. Aí disse, "Olha. Vamos entrar com um requerimento. Vamos entrar com um abaixo-assinado para ver se a gente consegue uma indenização de uma recompensa para nós". "Eu não tenho mesmo uma experiência, mas o senhor acha que isso vai resolver ou o senhor acha que é melhor eu receber essa pequena importância?". "Não, a gente vai contestar com advogado e a gente vai ver. Porque eu tenho grandes amigos que podem nos ajudar". "Tudo bem. Se o senhor garante que isso não vai dar problema e prejuízo para mim. Tudo bem". "Não, não. Eu garanto. Eu tenho três amigos que são advogados e eu tenho facilidade para a gente entrar no jogo". Aí, preparou todos os documentos e levou para mim assinar e eu fui e assinei. Foi o que aconteceu. *Aí, virou e mexeu e eu esperando e sempre eu falava com seu Raimundo, conhecido como Maracanã: "Como é que é seu Raimundo? A minha indenização não vai sair?" "Rapaz, está difícil. Porque você contestou com o advogado contra o IBAMA e fica numa situação difícil"*. Eu disse, "Seu Raimundo, olha. Não foi da minha livre e espontânea vontade que eu fiz isso". Se uma pessoa lhe oferece vantagem, garantindo que uma pessoa vai resolver pelo senhor, é claro que se o senhor tem pouca experiência, o senhor vai na vantagem - e foi o que aconteceu comigo. E hoje eu estou nessa situação, seu Henyo. Nem pouco, nem muito. Eu espero sempre em Deus que isso será realizado um dia, de eu receber ou muita ou pouca indenização, mas que sirva ao menos de uma pequena recompensa. [...]
> HB: [...] E qual foi a resposta que o senhor teve dessa contestação? Depois de ter feito a contestação, o que aconteceu?
> HT: A resposta pelo seu Zé Gomes?
> HB: Ou pelo advogado, ou pela SEMA. Que notícias o senhor obteve dessa contestação que o senhor fez?
> HT: Sim. *Pela SEMA, eu soube que não ia ter condições de me pagarem porque eu tinha contestado com o advogado*. Então, não tinham condições de me pagar. E o do seu Zé Gomes, ele tratou dos negócios para lá e não sei como ficou? Não me deu a resposta se ia resolver mais ou se ia parar.
> [seu Heitor Tinoco da Silva, 42, Novo Airão, 09.11.1998]

Por fim, a situação mais curiosa: a de seu Damião e dona Lourdes, sogros de seu Heitor Tinoco. Originários do rio Purus, do Surara, município de Beruri, seu Damião e dona Lourdes se colocaram no rio Baependi por volta de 1976. Sua chegada, portanto, coincide com os primeiros estudos sobre o projeto de se criar uma estação ecológica na área - o relatório do CNPq sobre o arquipélago de Anavilhanas tendo sido recebido pela SEMA em maio de 1976. Vieram para o rio Negro atraídos pelas cartas do irmão de seu Damião, Antônio Borges, que havia vindo na frente "com a família e os filhos" e se colocado na margem direita do Baependi. Cartas que falavam de um rio Negro em que era "bom de se viver", que "não tinha praga, não tinha mutuca, não tinha carapanã", em que "tudo que a gente plantava, a gente vendia e dava para a gente viver melhor do que no Purus".

Dona Lourdes declarou que os seus patrimônios não foram inventariados nem avaliados e que nunca foi informada do eventual valor da sua indenização a que teriam direito. É interessante notar que a sua memória dos eventos relativos à implantação da

EsEc vincula-se fortemente a seu Alegário, já trabalhando como servidor da SEMA no flutuante do lago do Prato, onde ela teve uma filha empregada. É possível que o rio Baependi tenha sido a última área a ser objeto das iniciativas de regularização fundiária.

> HB: [...] a senhora já residindo aqui nas margens do Baependi, quando foi e como foi que a senhora soube que essa área ia ser transformada numa reserva? [...]
> LS: Rapaz, nós... Espera lá. Deixa eu me lembrar. Nós soubemos em Novo Airão, sabe, que essa reserva aqui era do pessoal do IBAMA. Depois eu fui e conversei com o Alegário - *que tudo que passava era lá pelo Alegário, né?* Aí, minha filha ainda foi morar com Alegário nesse tempo. Foi se empregar - essa minha filha que está em Manaus. Ela morou bem uns dois anos com ele - *essa minha filha. Foi se empregar com o Alegário lá para aquele flutuante Anavilhana, né?* [...] Foi para lá. Eu sei que ela morou uma porção de tempo para lá. Aí ele disse, "Olha, dona Lourdes. Olha, agora o pessoal vai indenizar". Quando foi um dia, aquele velho, o seu Cleto, que morava ali – ali fora, onde tem um terreno - ele disse, "Ah, comadre. Eu vou indenizar meu terreno". "Para quem?" "O pessoal vem jogando todo mundo daqui." Eu digo, "Puxa vida! Será que nós vamos deixar nosso lugar aqui, nossas plantas, nossa roça. Meu Deus!" Aí ele disse, "Não comadre. Eles vão indenizar. O meu vai ser quarenta e nove cruzeiros". Indenizaram aquele terreno dele ali - quarenta e nove cruzeiros. "E do seu Silva vai ser trinta e nove cruzeiros." Aí pronto. Enfim, o Alegário veio aqui, "Eles ainda não mexeram com vocês aqui". "É mesmo Alegário. Puxa vida! E quando vai ser isso?" Ele disse, "Dona Lourdes, eles vão dar um prazo de trinta dias para eles aqui". "Está bom". Aí, ficou-se, ficou-se e quando foi num dia eles vieram. Eles vieram aí com ele [seu Cleto]. Aí eles já tinham pago a ele. Aí eles saíram. Ele ainda estava ali. Aí eles vieram dizer para ele sair. Aí o Alegário veio aqui, sempre andava por aqui, vinha trazer a menina aqui. Aí eu fui e disse para ele,. "E nós Alegário?". Ele disse, "Não, dona Lourdes. Vocês ainda não. Eu acho que eles não vão mexer com vocês". Como de fato eles não mexeram com nós mesmo não. Agora, os outros tudo eles mexeram. Agora, com nós não.
> [dona Lourdes Ferreira de Souza, 62, rio Baependi, 07.11.1998]

O caso de dona Lourdes e seu Damião, remete-nos, por sua vez, à situação daqueles que persistiram residindo na área da reserva, uns não tendo sido indenizados – como eles, seu Zé chofer e seu Brito - e outros sim - como seu Antônio Malagueta e seu Chico Veloso –, bem como à já referida questão de gênero.

Quanto a esta questão, observe-se que, no caso de dona Lourdes, ou bem ela relatou o que efetivamente ocorreu, ou ignora aspectos relevantes do processo de desapropriação que teriam sido, eventualmente, tratados por seu Damião. Como à época que entrevistei-os, seu Damião recuperava-se de um derrame sofrido alguns anos antes e praticamente não falou, não foi possível ampliar o meu inquérito. Não obstante, é fato que, malgrado o isolamento - pois é a única residente em caráter permanente no Baependi -, dona Lourdes tem resistido tenazmente ao esforço de persuasão de sua filha

e seu genro para se mudar para o Castanho, na outra margem do rio Negro. Isso porque, segundo seus próprios termos, ele está "acostumada" e não gosta de "estar andando"[130].

Já no caso da dona Maria do seu Zé "chofer", outra que não logrei entrevistar por desencontros sucessivos, dada a sua intensa mobilidade entre Novo Airão e o Tauatú, foi ela quem acompanhou as crianças para estudar em Novo Airão e é ela quem permanece zelando e cuidando do sítio – como fica evidente nos depoimentos de seu Zé aqui transcritos. Este declarou ter "abandonado" o sítio no Tauatú. Separada dele por discordância de atitudes quanto a um delito cometido por um filho do casal, mas dividindo a mesma casa em Novo Airão, é dona Maria que faz a ponte entre a pequena produção agrícola, fruticultura e criação de animais de pequeno porte e a vida na cidade.

Desse modo, fica-se tentado a caracterizar, nessa situação, a mulher como a mantenedora do vínculo com um estilo de vida rural, tradicional, camponês, em uma conjuntura de transformações abruptas. Não obstante, como já disse, não dirigi a pesquisa e as entrevistas para produzir dados sobre esse problema e não disponho de evidências suficientes para fazer qualquer afirmação categórica. Fica como hipótese de trabalho para investigações futuras.

O "consentimento" e a "permissão" para que alguns residentes permanecessem residindo na área em que a EsEc foi projetada – termos dos próprios residentes – estão vinculados, basicamente, à pragmática da gestão, da vigilância e da fiscalização de uma área tão extensa e carente de pessoal formalmente contratado para essas tarefas. Verificou-se certa inércia sociológica - expressa na alegação dos residentes de que não tinham para onde ir, de que as terras na região estariam todas ocupadas e de que não contaram com um auxílio para a mudança e para se localizar em nova área – à qual os gestores tiveram de responder: como lidar com esse incômodo resíduo humano numa área quase que integralmente evacuada? As evidências e os depoimentos, tanto dos funcionários locais, quanto dos residentes, indicam que a solução encontrada foi a construção de um compromisso tácito em que a concessão de permanência na área tem como contrapartida a aceitação pelos residentes das já referidas restrições quanto ao uso de recursos naturais e a sua atuação como "fiscais" das áreas em que residem. Tratam-se de áreas especialmente sensíveis e visadas: os igarapés do Baependi e do Tauatú, a

[130] LS: [...] Eu não queria sair daqui porque eu estou tão acostumada aqui. Tão acostumada. Deus o livre! Estou acostumada mesmo. Porque aqui é um lugar tão bom. [...] "Vou não minha filha. Eu não vou porque eu não gosto de estar andando. Deixa eu ficar aqui mesmo" [dona Lourdes Ferreira de Souza, 62, rio Baependi, 07.11.1998].

restinga do Buraco Frio e o lago do Cauixi. Os residentes remanescentes, com acesso a lagos opulentos em peixe e áreas ricas em caça e madeira, estariam, eventualmente, se beneficiando de uma virtual diminuição da pressão sobre esses recursos e dispostos a negociar a sua permanência nesses lugares. Estaríamos, destarte, diante de um acordo e de uma política compensatória informais e instáveis, chancelados, conforme os depoimentos que seguem, pelos níveis superiores da hierarquia da administração.

> HB: E depois disso? Quer dizer, que outras ações da SEMA, na época, e, depois, do IBAMA ocorreram aqui no Baependi com a senhora? Eles voltaram aqui alguma vez para falar alguma coisa, dar alguma explicação? Tanto o seu Alegário quanto o seu Raimundo, eles chegaram? [...]
> LS: Chegaram. Eles vieram. Não, eles não falaram. Falavam assim nada para a gente não. O que eles falaram para nós aqui - o Damião ainda estava bom. *O que eles falaram era que nós ficássemos aqui, não deixássemos invadir aqui para dentro. Não deixasse. E não deixasse tirar madeira. Era o que eles diziam para nós aqui. Era só isso. Que nós podíamos empatar porque nós morávamos há muitos anos e ninguém não podia deixar eles invadirem aí para dentro porque aqui nós morávamos. Que nós tínhamos todo direito*. Aí eu disse, "Olha, Alegário e seu Raimundo Maracanã..." Aí, esse seu Raimundo, "Olha, minha sogra. *Você é para proibir mesmo. Você é para proibir porque é da onde vocês comem, da onde vocês tiram para o legumes de vocês. Vocês não deixam ninguém invadir* [...] Não tem problema não. *Não vá se preocupar com isso não que a senhora não vai sair daí jogada não*". Eu digo, "Pois é". É. É o que eles diziam para nós aqui.
> [dona Lourdes Ferreira de Souza, 62, rio Baependi, 07.11.1998]

> ZC: [...] Foi o tempo em que eu vim me embora para cá. Acabou em nada mesmo. Porque eu não quero mais. Não dava para trabalhar Aí, abandonei. *Agora, depois disseram que o cara que vivia lá podia ficar trabalhando, que não tinha problema. Quem morasse podia ficar trabalhando a vida toda. Só não queria outros novos, mas os veteranos podia ficar. Podia ficar, continuar trabalhando. Agora, os novos é que eles não queriam que entrassem*. [...]
> HB:O que me chamou a atenção quando eu passei no Tauatú é que ele continua sendo zelado. A dona Maria continua indo lá?
> ZC: *Continua. Ela não abandona aquilo não. Ela continua trabalhando lá todo o tempo*.
> HB: E como é que é a relação dela com o pessoal do IBAMA – já que ela cuida e vai lá sempre? Eles não encrencam?
> ZC: Não. Com o pessoal do IBAMA é o seguinte. *Porque disseram* – como esse aí [seu Alegário, seu vizinho em Novo Airão] e outros disseram - *quem morou podia ficar trabalhando. Então, não empatavam trabalhar. Foi essa a razão porque continua trabalhando*. Porque não queriam desprezar o trabalho dela ali, que tinha muita planta. Também acabou pela metade, mas ela ficou zelando um pouco. *Porque eles não proibiram mais*. [Inaudível] Houve a indenização [Inaudível]. *Não proibiram mais ninguém de trabalhar. Quem estava e quem não saiu ficou; quem saiu não ia mais. Quem saiu de uma vez, não ia mais; e quem ficou, ficou. Essa foi a posição. Que não mexeram mais – ficaram. Quem ficou no seu terreno podia continuar a trabalhar. Tanto faz ter recebido [a indenização] como não. Podia continuar a trabalhar. Ficar zelando. Foi isso.*
> [seu Zé Chauffer, 81, Novo Airão, 12.08.1999]

> HB: Bom, aí vocês receberam o dinheiro, mas vocês estão aqui até hoje - ao contrário da maioria das pessoas. Como é que vocês me explicam isso? Como é

que vocês conseguiram permanecer?
ZR: Permanecemos aqui porque, primeiramente, *não tinha para onde ir* [Inaudível] Eles vinham ver quem estava explorando a reserva. *Ninguém tinha para onde ir. As minhas condições não davam, né?* Agora se eles tivessem me dado uma casa, uma coisa, um terreno fora daqui, como os outros disseram, a gente tinha saído. A não ser isso não podia mesmo. Não tinha. Nem um rabetinha eu não tinha. [Inaudível] *podia ficar trabalhando. Só não queriam que não arrancasse a mata. Eu só faço em capoeira mesmo*. O que eu planto só é a roça mesmo. Uma banana que a gente planta.
DN: Madeira ninguém serra.
ZR: Basta dizer que eu *compro* madeira para ajeitar minha casa. [...]
DN: Diretamente, nessa localidade que nós moramos, nunca ninguém tirou um pau. Mas, vamos dizer, daí daquele lado para cima a gente escuta motor virar. [...] Nesse lago aí que tem mais abaixo do Tauatú. A gente escuta. Ninguém sabe o que é, más só pode ser negócio de madeira. Porque na nossa localidade mesmo, se for preciso eu levo [Inaudível] nessa mata ai não tem um pau serrado. *Então, é por isso que eu acho que os homens pegaram confiança. A gente não desmata, a gente não vive da vida dos animais. Só se pega para o nosso alimento*. [...] Aí nós ficamos continuando aqui mesmo. Ninguém também consente ninguém fazer roçado assim com a gente. Só mesmo meus filhos que são de casa mesmo, eles que fazem para nós mesmo. Aí é só família, nós comemos tudo junto. [...]
ZR: E aqui é porque nós não consentimos.
DN: Ninguém consente tirar também. A gente tem madeira. Bem aqui tem um pau enorme aí. Madeira tem muita. Madeira atrás de casa tem demais. Todo tipo de pau. [Inaudível] meus filhos não andam pelo mato. Nem para caçar ao menos para comer. É só na lei da zagaia[131] e do caniço. *Eu acho que é por isso que os homens deram permissão para nós*. Nós e uma parte do pessoal daí do Cauixi – seu Chico Veloso. Lá o ramo dele é o mesmo que o nosso. E o seu Antônio.
HB: [...] Como é para vocês viver numa área de reserva?
DN: É como a gente está lhe dizendo aí: *é com a permissão dos homens que a gente mora aqui. Eu acho que eles acharam que ninguém persegue e nós não temos para onde morar mesmo, fazer um plantio*.
ZR: E não tem para onde ir mesmo. Se chegarem para que desocupe. Bem, aí é o jeito. Lei é lei. Mas a não ser isso, a gente vive por aqui. Plantando. Limpando.
DN: *E preservando. Porque na mesma hora que nós deixarmos o local aí o povo invade*. Hoje em dia nós não podemos nem sair de casa. [...] Tem vindo sempre uns homens daqui do IBAMA aqui com nós, passear, conhecer. [...] *Com o consentimento deles é que a gente está aqui na reserva*.
[seu "Zé" Ribeiro, 71, e dona Maria "Neca" da Silva Ribeiro, 45, Buraco Frio, 23.07.1998].

HB: Mas, de todo modo, vocês permaneceram aqui. E como foi para vocês ficarem? Porque a informação que eu tenho é que o pessoal foi indenizado e receberam um prazo para se retirar. E como é que foi com vocês aqui?
CV: Foi também. Esse caso foi isso assim mesmo. *Mas porque nós não tínhamos para onde ir. Aí nós fomos ficando. Aí eles vinham aqui com nós*.
FG: Porque eu tirava pelo meu pai. Olha, bem para ali era o terreno do meu pai. Morava ele e meus irmãos. E até hoje, coitado, eles ainda estão por aí andando para cá e para acolá. Ainda não acharam um canto para eles sossegarem. [...]
CV: Nessa época nem terreno nós não tínhamos em Novo Airão. Nós não tínhamos para onde ir mesmo. Essa era que nós arranjamos o terreno, já foi agora,

[131] Variação aferética de "azagaia": lança curta de arremesso com um tridente em uma de suas extremidades.

de uns tempos para cá. Está com uns quatro ou cinco anos. Tem três anos que eles estudam já. [...] Aí nos fomos ficando. Fomos ficando, ficando. Depois aí vieram fazer outra entrevista de novo, "Rapaz. Vocês vão ficando aí até vamos ver como é que fica. *Se der para vocês sairem, se não vocês ficam aqui tomando de conta. Como vocês sejam fiscal. Vocês não deixam ninguém entrar*. [...]
FG: Mas bem que eles quiseram que a gente ficasse para fiscal. Só que eu disse para ele que eu não queria. Até o Alegário mesmo foi um que ainda falou para nós. Como ele ficou, né? Não é ele e a mulher que trabalham? [...] Eu não sei. Eu não tenho saber para trabalhar nessas coisas. *A gente fica por aqui mesmo. Assim o que a gente puder fazer, não deixar o pessoal entrar para vir fazer pescaria e tirar madeira – essas coisas*.
CV: *Porque eles – como eles dizem - não empatam nós de tirar uma madeira. Não para vender, mas para nossa casa*. Como esse doutor Ângelo. Tudo ele diz, "Pode tirar para a casa de vocês, para fazer uma canoa. Só não para vocês fazerem vida com aquela produção da reserva". Aí nós ficamos assim. Quando quer tirar uma madeirinha, ás vezes a gente tira, mas é só para a casa da gente. Como eu tirei lá para essa minha lá de Novo Airão – eu tirei umas tábuas. Pelo menos, eu não vou negar. Eu faço e não nego. Acho que fica melhor do que estar negando.
[seu Francisco Veloso, 50, e dona Francisa Monteiro Gama, lago do Cauixi, 23.07.1998]

HB: E aí, como é que é? O senhor ficou lá. Ele colocou o senhor lá como caseiro, tomando conta do terreno dele, mas como era a sua relação com o pessoal da SEMA e do IBAMA? Como é que era a relação de vocês?
AM: Eles sempre iam com nós lá. Sempre eles iam ver como é que estava, como é que fazia, *se estava direito, funcionando direito ou se eu estava deixando invadir*. Tudo isso eles faziam. *Porque aí consentiram nós ficar lá, mas é assim como eu estou lhe dizendo e disse hoje: tipo um fiscal para preservar a terra lá, o lugar. Se nós deixássemos invadir o terreno lá, então nós iríamos ser expulsos do lugar. Sair sem direito a nada* e eles iam multar os caras - para dar alguma coisa ali para os homens, né? Então, é isso. [...]
HB: E o seu Zé Gomes, como é que foi? Porque ele já veio depois?
AM: Bom, ele já tornou a voltar. Isso aí é lá com eles. Isso aí eu não tenho nada com isso. [...] Eu sei que o seu Ângelo disse, "Quem ficou" - e o Maracanã sempre que parava lá, a gente *prestava tudinho bem atenção, ele explicava a conversa diretito, ele dizia: "Quem ficou, ficou, e quem saiu não pode mais voltar"*. Era o que o Raimundo Maracanã dizia e o seu Ângelo, que era o chefe, dizia também.
[seu Antônio "Malagueta" Campos Veloso, 65, Novo Airão, 11.08.1999]

Gostaria de salientar que, dado eu ter circulado, em algumas circunstâncias, com pessoas relacionadas ao IBAMA –no caso, os servidores de apoio das três bases – e de eu ter realizado algumas entrevistas na presença desses servidores – como ocorreu com a dona Lourdes - não foram poucos os que me identificaram como alguém do IBAMA. Não tive o tempo necessário para construir com o devido cuidado a efígie de professor universitário e pesquisador, salvo para aqueles com quem convivi mais de perto e cotidianamente. Assim, quase sempre era inquirido ao final das entrevistas se a minha pesquisa significaria o tão esperado pagamento da indenização – "Será que dessa vez vem, professor" (Heitor Tinoco) -, ou a revisão do valor da mesma – "Você acha que a

gente ainda poderia receber mais alguma ponta sobre isto?" (seu Evilásio) - ou a retirada definitiva dos que permanecem residindo na reserva.

> LS: Então, falaram mesmo assim já, o Darcimar: "Mamãe, olha. Veio um rapaz aqui e disse para a senhora que ele quer falar muito com a senhora, mas com a senhora mesmo". Eu digo, "Daonde é meu filho?" Ele disse, "É o pessoal lá do IBAMA". "É meu filho?" Aí ele disse, "É mamãe. Só com a senhora". [...] Aí, quando foi ontem, o Antônio chegou. "Dona Lourdes. Aquele pessoal que o Darcymar disse que queria falar com a senhora, eles subiram". Para a senhora esperar sábado que eles estão aqui com toda a certeza. Se não chegar de manhã, mas de meio-dia para tarde eles chegam". Eu digo, "Está bom." *Aí a Rosinha disse, "Mamãe. Quem sabe eles não vão querer que a senhora saia daqui. E aí? Se eles expulsarem a senhora?" Aí eu digo, "Ah, minha filha, eu não sei não. Eles lá é que sabem para onde que eu vou. A gente tem que resolver, ou de sim, ou de não, mas agora vai chegar a vez". Aí o Darcimar, "Mamãe, a senhora conversa com eles. Vamos ver o que é que eles falam, o que é que eles falam, o que é que eles dizem". Eu digo, "Está bom."* [...]
> HB: [...] *O seu Zé Ribeiro*, lá do Buraco Frio, quando eu fui entrevistar ele e a dona Neca, *a primeira coisa que ele perguntou, "Vem cá? É para a gente sair agora?"* Eu falei, "Não. O senhor pode ficar tranqüilo. Eu sei que o senhor recebeu a indenização, que o senhor não teve como sair e tal, mas não tem nada a haver com o senhor ter que sair agora." É um outro tipo de trabalho. É mais um trabalho de pesquisa mesmo e tal. Mas é bom a senhora colocar sempre essas questões quando eles vierem visitar a senhora aqui e perguntar se já existe alguma definição ou não com relação à sua situação.
> [dona Lourdes Ferreira de Souza, 62, rio Baependi, 07.11.1998]

A dimensão da agência dos atores sociais locais

Há algo de cabotino no modo em que descrevo, analiso e qualifico como a reserva se impôs aos residentes da área sobre a qual se projetou, pois ela resvala a simplória crítica *a posteriori* da disposição dos administradores. Beneficiado pela distância temporal e pelo acúmulo de conhecimentos em torno dos efeitos de grandes empreendimentos públicos – e já vimos no Cap. 3 porque se pode fazer essa analogia - torna-se tarefa muito fácil desconstruir a atuação dos gestores da unidade. Diga-se em seu benefício, todavia, que a conjuntura e o contexto em que estavam não lhes permitia colocar a série de questões que levantei aqui a respeito do caráter etnocêntrico e colonial da "forma usual adotada pela SEMA". Exceção feita ao quadro de pessoal local, capaz de identificar e compreender os dilemas em que foram lançados os residentes e formular juízos de valor sobre a justiça dos procedimentos adotados pela SEMA para implantar a EsEc - porque feito da mesma matéria sociológica que os residentes -, os demais níveis da hierarquia administrativa da agência eram surdos e cegos à existência social dos grupos sociais locais. Seria necessário esperar ainda algum tempo, como indicarei no

Cap. 5, para que certas coisas se tornassem visíveis e que certas questões pudessem vir a ser colocadas.

Quero concluir este subtítulo sinalizando que as contestações mais ou menos ostensivas aos valores das indenizações, a violação da determinação de não desmanchar as casas, passando pela transgressão inercial do prazo de evacuação – que, no limite, fez com que um décimo das famílias residentes ainda exerça seus direitos à apropriação de recursos na área em que a EsEc se projetou – são instâncias da agência dos atores sociais locais. Mais de uma vez ouvimos aqui contestações dos residentes à reserva que se lhes estava sendo imposta. As manifestações de seu José Barroso de que "reserva isso daqui já é nossa", de que "reserva nós já estamos fazendo no que é nosso", de que "já é nossa reserva aqui dentro", são indicativas de como os residentes, a despeito de desenvolverem atividades de impacto seletivo sobre determinadas espécies, em especial as madeireiras, percebiam-se como estando no controle das suas áreas e manejando os seus recursos ativamente. No depoimento de Carlos Alberto "Palitó", reitera-se, desta vez sob a forma de crítica à fiscalização da EsEc, a noção de que a reserva estaria em melhores condições ambientais – mais "farta" - se estivesse sob o controle e a gestão dos residentes.

Pode-se argüir, como fazem os expertos, que só se pode chamar de manejo e gestão práticas baseadas em conhecimentos científicos. Não obstante, trata-se de uma definição estrita de manejo. Por ora importa destacar que os residentes se viram, desde a implantação da EsEc, submetidos ao panóptico deficitário e inconstante, mas sempre potencialmente atualizável da vigilância e da fiscalização. O que fizeram alguns foi simplesmente internalizar os riscos e custos de sanções diversas – entre as quais, multas, a apreensão da sua produção e dos instrumentos de trabalho e, eventualmente, a prisão - no seu cálculo econômico. A persistência da atividade madeireira e da caça comercial na área da Estação é um claro sinal dessa resistência.

Há, em todos esses elementos, a dimensão da agência dos atores sociais locais enquanto constituindo um sistema social historicamente específico. As normas e as orientações da administração não se dão em um vácuo ou sobre uma matéria inerte. Os projetos e processos disciplinadores e de regulamentação da conduta das pessoas, do uso dos recursos, do território, se enredam em uma malha sociopolítica viva. É nesta que os atores locais não apenas reagem, mas agem: fazem escolhas, optam e negociam - como veremos a seguir, também, para o caso do Jaú.

4.4.2. O êxodo continuado do rio Jaú

Nas entrevistas que me concederam, as pessoas que residiam nos rios Jaú, Unini e Carabinani declararam-se muito mais surpresas com a criação do PNJ, do que as que moravam na área em que se projetou a EsEc de Anavilhanas. Quiçá isso deva-se ao fato da maioria delas terem tomado conhecimento da "reserva" – aqui o termo reaparece – depois de ter sido criada e por terceiros que não uma Comissão que tenha percorrido a área com esse objetivo específico – como ocorreu com a Estação. A informação lhes chegou pelas vias mais díspares imagináveis, o que patenteia a diversidade de relações em que os residentes estavam imersos. As evidências também indicam que os primeiros anos de existência e administração do PNJ foram marcados por uma atitude muito mais agressiva, policialesca e dura da parte do IBDF, quando comparado à SEMA e, mesmo depois, ao IBAMA[132]. O mais duro golpe contra os residentes foi o cerceamento do livre trânsito dos regatões, como vimos, os mediadores por excelência dos residentes daqueles rios – seu "elo com o mundo", nos termos de Melo (1999, 45).

No caso do Parque, ao contrário de Anavilhanas, as iniciativas de desapropriar a área da unidade e de dotá-la de uma infra-estrutura mínima de controle e vigilância – um flutuante na foz do rio Jaú – foram bem posteriores à decretação da mesma. O flutuante foi estabelecido na foz do rio em 1982 e as primeiras iniciativas formais de regularização fundiária só se deram em 1988, quando o IBDF e o ITERAM celebraram convênio com o objetivo de realizar o levantamento do número de ocupantes e dos títulos de domínio, e a avaliação de benfeitorias pertencentes a particulares no PNJ. O desfecho frustrado dessa iniciativa também contrasta com o que ocorreu na Estação. Não obstante, a presença do IBDF – e, depois, do IBAMA – e a investida contra a livre circulação dos regatões, catalisaram o processo de progressiva depopulação do rio. É o que estou chamando de êxodo continuado e progressivo do Jaú. Desde que estive no rio pela última vez, em 1998, consta que mais 25 famílias teriam deixado o que hoje é a área *core* do PNJ[133].

---

[132] Os residentes são os primeiros a reconhecer a mudança na forma de atuação do IBDF e do IBAMA, ao longo da existência do PNJ: da atuação mais repressiva e violenta nos seus primeiros anos de vida – "no início houve muita subjugação" – à ação mais tolerante, flexível e dialógica de hoje – como veremos.
[133] Fabiana Vaz de Mello, comunicação pessoal, maio de 2001.

A "bomba"

O poder político em Novo Airão vem sendo monopolizado pela parentela dos Ferrari desde o início dos anos 1980. Originários do Mato Grosso, eles tomaram a prefeitura quando da eleição do finado Ferrari, que foi sucedido por sua esposa, Carmelita Sabo Mendes, então vice-prefeita, que assumiu após o misterioso assassinato do marido, em 1983. De lá para cá eles vêm se alternando no cargo: primeiro, com Carmelita, de 1983 a 1988; depois, com o sobrinho de Ferrari e seu auto denominado "herdeiro político", Wilton Pereira dos Santos, de 1989 a 1992; em seguida, com Antonio Tiburtino da Silva, irmão do finado Ferrari, eleito pelo PSL para o período de 1993 a 1996; e, por último, com a segunda gestão de Wilton Santos, eleito pelo PPB - e hoje no PSDB - para o período de 1997 a 2000[134]. Coube, assim, a este grupo político administrar os efeitos da criação de ambas as UCs e tomar as providências no sentido de acolher na sede do município as famílias que se viram forçadas a deixarem os seus patrimônios na zona rural. Eles estão, portanto, autorizados a falar sobre o assunto.

> HB: Como é que o poder público municipal e a população local, em especial os moradores dos rios Jaú, Unini, Negro, Apuaú e Carabinani, reagiram à criação do Parque Nacional e da Estação Ecológica? Como é que a notícia chegou aqui no município? [...]
> WS: Dona Carmelita era a prefeita da época, mas eu posso garantir que *chegou como uma bomba e como uma desgraça*. Ninguém ficou alegre não. Porque chegou de maneira - *na época, o IBDF adotava uma linha dura; chegou como sinônimo de desgraça, de fome, de expulsão dos lares, de repressão da polícia. Algumas vezes nós tivemos casos da Polícia Federal agir com dureza - botar as pessoas para correrem*. Então, foi dessa maneira que nós recebemos a notícia do Parque. *Não houve nenhum debate, nenhuma discussão, nunca se conversou com a comunidade. Chegou e disse, "É reserva e vocês estão fora daqui". Aí, começaram a expulsar*.
> C: Uma que *eles proibiram a entrada dos regatões que faziam a venda de mercadorias*.
> WS: Foi o primeiro grande passo deles.
> C: Foi o primeiro passo, porque aí o pessoal ficaria sem alimentação. O que poderiam fazer? Tinham que sair. Não tinham sal, não tinham açúcar. Tinha que sair.
> WS: Não tinha fósforo.
> C: *Era só proibição*.

[134] As eleições municipais de 2000 podem ter posto um fim a esta hegemonia política com a vitória da aliança "Revolução Novo Airão 2000" (PL/PRTB/PSB/PTN/PSC/PRP/PST/PV) com 50,04% dos votos válidos. Luís Carlos de Mattos Areosa, 49, filho do ex-governador Danilo Duarte de Mattos Areosa, que governou o Amazonas de 1967 a 1971, foi eleito prefeito. Seu vice, Antônio Maria Martins da Silva, é um dos sócios do Estaleiro Naval São José e antigo adversário dos Ferrari em eleições anteriores. Wilton Santos e Antônio Tiburtino saíram com candidaturas próprias nas eleições de 2000, evidenciando um racha no grupo político até então dominante. Areosa reside no município há mais de 15 anos, onde possui um sítio, é vice-presidente da Corretora Amazonense de Câmbio e Valores Mobiliários e consta que praticava obras no campo social. Em declaração a imprensa, Areosa referiu-se a Novo Airão como uma "capitania hereditária" da família do então prefeito (*Amazonas em Tempo*, quinta-feira, 23.12.1999).

> [Wilton Pereira dos Santos, 31, Prefeito do Município de Novo Airão, e Carmelita Sabo Mendes, ex-Prefeita, Gabinete do Prefeito, 09.08.1999]

As manifestações de ambos aludem, basicamente, à situação do Jaú e fazem referência explícita a duas dimensões da atuação do IBDF à época: o uso da força e o cerceamento ao livre trânsito dos regatões. Veremos a seguir que os depoimentos dos administradores e residentes destacam os mesmos elementos. Conforme indiquei em 4.3.2, foi contra o pano de fundo da experiência histórica de dominação e controle exercidos pelos Bezerra e o cenário subseqüente de rios habitados, de concorrência entre regatões, de intenso movimento comercial e de relativa liberdade de escolha na comercialização da produção, que os residentes da área em que se projetou o Parque perceberam as mudanças trazidas por este. Malgrado a confusão que, à semelhança de Anavilhanas, persiste quanto à natureza e os objetivos do Parque, os entrevistados, como veremos a seguir, tendem a apreender a criação deste associada a outras transformações mais ou menos coincidentes.

Como disse, os modos pelos quais os residentes souberam da criação do PNJ foram os mais variados. Os regatões desempenharam importante papel na difusão da informação. Os depoimentos de seu Adelino Reis e seu João Bezerra Filho mencionam isso explicitamente.

> HB: E como é que foi aqui nessa área de Airão velho - como é que as pessoas receberam essa notícia?
> JB: Rapaz, aqui apareceu a notícia... *Primeiro começou os comerciantes, que andavam e diziam, "Rapaz, isso aqui, ouvi dizer vai ter uma reserva aqui"*. Até esse comerciante que tinha aqui, que era o Antônio Morais, que mataram ele, esse pessoal que trabalhou muito aqui dentro. *Esses cinco patrões que entravam para cá diziam, "Rapaz, isso aqui, ouvi falar que vai ser uma reserva, ouvi falar que isso aqui vai ser"*. Mas nunca aconteceu de a gente ter certeza, né? E nesses tempos, também, ninguém estava procurando saber isso, identificar, nem coisa nenhuma. Aí quando, em 1980 - isso foi criado em oitenta, como está aí. Mas eles criaram, mas não instalaram. Então, quando foi em 1982, né?, eu fui passar uns tempos lá em em Novo Airão. [...] Então, na minha ida para lá foi que justamente trouxeram o primeiro flutuante para cá - que é esse flutuante velho aqui que tem. Quando eu saí de lá, que eu cheguei, eles já estavam aqui.
> [seu João Bezerra de Vasconcelos Filho, 71, flutuante do IBAMA à foz do rio Jaú, 02.06.1998]

> HB: E seu Adelino, como foi que chegou ao senhor a notícia de que o Jaú ia ser transformado numa reserva, num parque nacional? Como foi que o senhor soube?
> AR: Bom. *Existia um regatão com o nome de Manoel Magalhães. Ele foi o primeiro que chegou e falou para mim que nós cuidássemos de se ajeitar, que essa parte, aquela região ia ser tomada*. Mas muita gente... A gente fica assim porque... [...] Então, muita gente facilitaram. Eu fiquei trabalhando. Até que chegou a conclusão de ficar ruim para nós mesmo. [...]
> [seu Adelino Reis, 79, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, Novo Airão, 01.11.1998]

Seu Chico Viana, por sua vez, soube da criação da "reserva ecológica" por meio de um amigo do Deputado Federal José Melo de Oliveira[135], que costumava freqüentar o Jaú no verão a lazer e para pescar.

> HB: E como foi que a notícia chegou até vocês da criação do Parque?
> CV: *Olha a notícia chegou assim - que eu não sabia. Todo ano ia esse professor José Melo para lá com o seu Coimbra*. Aí nós viajando uma noite - que a gente chegava lá em casa à noite. Aí ele chamava para a gente ir nos lagos. Viajando numa noite, seu Coimbra - que era um português que tinha um escritório ali em frente à Praça da Saudade; aí ele saiu na proa da lancha – que *eu era o prático da lancha* - e ele me falou, "Puxa vida, é uma beleza. Essa floresta dá um clima tão bom, parece assim um ar condicionado. É por isso que tiraram para reserva ecológica". Eu digo, " Reserva ecológica?" Ele disse, "Sim. Não sabes não o que é reserva ecológica?" Eu digo, "Não, nunca ouvi nem falar". Ele disse, "Isso aí é um reserva ecológica. Foi anunciado, está no mapa, há dois anos. Como não teve reclamação nenhuma, impedimento nenhum, aí o presidente assinou. Passou a reserva ecológica. Então, daqui a uns tempos, eu não sei como é que vai ficar. Pode ficar bom, ou pode ficar ruim para vocês. Pode ser até que vocês vão ganhar dinheiro para ser os fiscais daqui do rio e pode ser pior para vocês. Mas que um dia isso aqui vai mudar." E aí foi indo, foi indo. Sempre quando eu ia a Manaus, no escritório dele, ele perguntava de mim e eu, "Está do mesmo jeito". Aí ele "Mas um dia aquilo vai mudar". *E todo ano ele ia lá. Todo ano ele ia lá. Quando foi um certo tempo, quando a gente deu fé, foi a balsa para lá - para a foz do Jaú. Aí já tinha um fiscal lá. Quando a gente passava eles faziam vistoria no barco*.
> [seu Chico Viana, 62, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, Novo Airão, 31.10.1998]

Seu Chico, assim como outros residentes dos rios Jaú e Carabinani, trabalhava no verão como prático em barcos de "doutores de Manaus". Seu depoimento indica que essa forma de apropriação da área - supostamente mais condizente com o conceito de parque - por certos segmentos da sociedade regional – os estratos intelectualizados e/ou abastados de Manaus – antecede a decretação do Parque mesmo. Testemunho escrito desse tipo de fruição é oferecido pelo escritor amazonense contemporâneo Márcio Souza, em texto do segundo livro de fotografias da "saga do rio Negro" de José de Paula Machado. Souza relata ter freqüentado o rio Jaú apenas no trecho que vai da sua foz à do rio Carabinani, à caminho das "portentosas cachoeiras" deste rio, que diz conhecer melhor. As cachoeiras do Carabinani são o destino ordinário dos visitantes e pescadores esportivos e Souza diz que todas as vezes em que foi ao vale do Jaú teve a sorte de viajar em um "barco grande de um amigo" (Souza e Machado 1998, 21 e 151).

Gregoriano Savedra, também descendente de "china" como seu Chico, faleceu em 22.05.1986 com 84, mas alcançou o Parque e ainda chegou a conversar com o primeiro chefe da unidade. Ele tomou conhecimento da existência do PNJ quando

---

[135] Eleito em 1994 pelo PPR, o "professor" José Melo foi reeleito em 1998, pelo PFL, como o Deputado Federal mais votado do estado do Amazonas.

estava em Manaus inventariando a documentação dos seringais Monteiro e Morcego, no alto rio Jaú, dos quais seu pai, Lourenço Savedra, tinha o título definitivo de posse.

> HB: Agora, então vocês me contam uma coisa. Como foi que vocês souberam ou como chegou até vocês a notícia - a informação - de que o Jaú ia se transformar em um Parque? Vocês se lembram como foi que vocês tomaram conhecimento?
> HS: *Nós nos lembramos sim, porque nós recebemos o Diário Oficial, que hoje em dia nós temos até aí.* Sim senhor.
> AS: Quando chegou para nós, nós estávamos em Manaus. Chegou isso, que foi criado o Parque.
> HS: Que até hoje nós temos aí guardado.
> HB: Mas, como é que chegou o Diário até vocês?
> AS: *Naquele tempo a gente estava mexendo com o inventário do documento do seringal lá e eu não sei como é que foi. Eu sei que nesse tempo o pai era vivo, quem recebeu foi ele*. Eu não posso nem explicar. Ele foi quem recebeu.
> HS: Que tudo era passado pela mão dele.
> AS: Era passado pela mão dele, naquela época. [...]
> HS: Deixa eu ver se eu encontro o Diário para lhe mostrar.
> [dona Hilda Vieira Savedra, 73, e seu filho caçula Ângelo Savedra, a bordo do batelão "Ângelo Jr.", igarapé do São Francisco, Novo Airão, 02.11.1998]

Por sua vez, seu Pedro Linhares, que há décadas atuava como pequeno patrão e produtor autônomo, indo vender a sua produção e de seus fregueses direto em Manaus, tomou conhecimento da criação do PNJ pelo finado Ivanhoé, o coletor que trabalhava no posto da Terra Preta.

> HB: Agora me diga uma coisa. O senhor se lembra onde o senhor estava e como foi que o senhor soube que aquela região ali ia virar Parque? Como é que o senhor tomou conhecimento disso? [...]
> PL: Ali, eu tomei conhecimento da seguinte forma. Porque ali na Terra Preta mesmo, ali tinha um posto fiscal.
> HB: A coletoria?
> PL: É. Sim senhor. Quando a gente baixava, a gente se encostava lá para manifestar o produto que a gente trazia. Então, esse coletor de lá que me avisou. [...]
> HB: Ele já estava sabendo?
> PL: Já.
> [seu Pedro Linhares, 75, bairro Nª Sª Auxiliadora, Novo Airão, 29.10.1998]

Não exageraríamos ao dizer que, mais do que a EsEc, o Parque caiu sobre a cabeça dos residentes dos rios Jaú e Unini. Não só isso, mas a criação quase que simultânea de ambas as UCs deixou a população da zona rural encurralada entre uma reserva e outra. A situação mesma de seu Pedro Linhares naquela conjuntura demonstra bem isso. Ele havia adquirido um sítio – "um lugar já pronto" em que "tinha fruta de tudo quanto era qualidade" – no lago do Acará, na margem esquerda do rio Negro, acima da foz do Apuaú – próximo aonde morava seu "Palitó". Ele almejava "fazer uma fazenda ali" e chegou a botar um roçado grande, iniciar um campo e construir uma casa

coberta de palha de bussu[136]. Quando foi cadastrar o terreno, foi informado que não poderia faze-lo "porque aquilo ali era uma reserva" e vendeu bem baratinho para um regatão que andava por lá. Ao voltar para o Carabinani, foi surpreendido com a chegada do IBDF.

> PL: [...] Nessas alturas, eu tinha um terreno aqui do outro lado, no Acará, acima do Apuaú.
> HB: Pois é. A gente passou por lá nesse dito campo que o senhor tinha ali.
> PL: Ali. É. *Aquele lugar ali era meu. Aí, eu procurei legalizar aquilo. Naquele tempo ninguém ainda não sabia de nada*. Ai eu fui lá na Secretaria de Produção e disseram, "Não, ninguém não pode despachar essa terra, porque aquilo ali é uma reserva". Eu não quis acreditar. Porque será que esse pessoal não quer despachar essa terra?! *Eles me disseram que era uma reserva. Aí eu não pude legalizar*. Aí eu vendi bem baratinho lá para um senhor. [...]
> HB: Mas o senhor chegou a bater o campo?
> PL: Eu fiz um roçado grande. Ainda comecei um campo, que até hoje tem capim por lá. [...] *Mas aí foi o tempo em que eu não pude legalizar, porque me disseram que era uma reserva. Eu não quis acreditar e era mesmo*. [...] Nesse tempo não havia negócio de IBAMA, nem por aí nada não. Aí eu saí de lá. Vou para o Jaú. Vim para o Carabinani. Quando eu estou lá no Carabinani, lá aparece esse tal de IBDF já, que ia tomar tudinho. *Já venho correndo dacolá, venho para cá e é a mesma coisa*. [...]
> [seu Pedro Linhares, 75, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, Novo Airão, 29.10.1998]

Antenor Raulino Nicássio, 30, presidente da comunidade do Seringalzinho à época da pesquisa, contou uma história similar de mobilidade familiar motivada pela criação das duas reservas, embora algo imprecisa quanto a datas e períodos de residência[137].

> AA: [...] Aí apareceu o IBAMA aqui na boca. Aí começaram a acochar a gente. Ninguém podia colocar uma roça, ninguém podia tirar um leite de um pau, não podia cortar uma seringa, uma sorva. Nada para vender a gente não podia fazer. Como é que a gente ia sobreviver? Meus pais acharam que seria melhor a gente se afastar do Parque. *Foi quando nós saímos e fomos lá para o lago do Cauixi. Nesse período do IBDF. Chegamos lá, nós moramos oito anos lá. Lá chegou a SEMA. Aí já nós fomos para Novo Airão*. Agora nós estamos em Novo Airão. Eu tenho casa lá. Meus pais também tem. [...] *Se não a gente ainda estava por aqui. Perdemos nossas plantações todas - tanto daqui quanto do rio Negro - sem direito a nada*.
> [Antenor Raulino Nicássio, 30, Seringalzinho, rio Jaú, 03.07.1998]

---

[136] Bussu ou buçú – *Manicaria martiana* Burret – é uma palmeira pequena, comumente formando colônias. Suas folhas grandes e rasgadas são usadas para a cobertura de casas com durabilidade de cerca de cinco anos (Silva et alii 1977, 41). Sou testemunha da preferência pela palha de bussu para este fim.

[137] Seu Erasmo, tio de Antenor, residente antigo na cachoeira do Jaú, para evadir-se da administração do PNJ e prevenir-se da circunstância de se ver obrigado a deixar o rio Jaú sem indenização, comprou e cadastrou uma posse de 100 ha. no paranã do Cotia, na margem esquerda do rio Negro. Supondo estar fora dos limites do Parque, ela está situado dentro da faixa de 10 km definida por Resolução do CONAMA n° 13 de 06.12.1990 (cf. Mapa n° 6). No começo do inverno de 1994 ele estava plantando 7 ha. de roça lá. Mal sabia ele que, ainda assim, permanecia dentro dos limites do PNJ.

A dificuldade representada pela criação quase que simultânea das duas unidades, vivida pelos residentes da zona rural e pela administração municipal, foi registrada também em diagnóstico sócio-econômico do município de Novo Airão realizado por equipe do SEBRAE/AM, como parte de sua série de estudos municipais, e publicado em 1997. No relatório, relata-se que

> *todos os segmentos relacionados com o setor primário do município* (agricultura, pecuária, extrativismo, agroindústria, pesca e piscicultura), segundo depoimento dos produtores e autoridades locais, *ficam prejudicados no que compete a sua expansão e desenvlvimento*, em função de 30.960 km^2 do espaço físico de Novo Airão (correspondente a 80% da área toral do município) serem destinados à preservação ambiental [SEBRAE/AM 1997, 33; ênfase minha]

Não é à toa que o então prefeito referiu-se à criação das duas UCs como uma bomba que estourou nas mãos da sua parentela, logo ao início das quase duas décadas de sua hegemonia política.

Dr. Vivaldo: o fim dos regatões e a repressão aos residentes

Os residentes, portanto, tomaram ciência do PNJ quando este já era um fato jurídico consumado. A maioria deles veio a saber da existência do Parque quando o flutuante já se encontrava na foz do rio, as ações de fiscalização e vigilância já estavam em andamento e o primeiro chefe da unidade já havia sido nomeado. Esse conhecimento foi se dando paulatinamente e à medida que o próprio chefe da UC se fazia presente na área, implementava as medidas que julgava cabíveis à gestão da unidade e visitava os residentes procurando transmitir-lhes informações sobre o Parque e dar-lhes orientações sobre como deviam proceder – não muito distintas, como veremos a seguir, daquelas que foram disseminadas em Anavilhanas.

> HB: Bom, quando foi, como foi e onde foi que o senhor tomou conhecimento da criação da Parque?
> SJ: Eu tomei conhecimento da criação do Parque, já está fazendo - meu Deus - quantos anos? Foi quando o doutor Vivaldo teve aqui explicando que isso aqui é um Parque. [...] E zelasse pelo Parque que isso aqui era nosso. Mas eu não estou lembrado que ano foi.
> HB: Certo. Quer dizer que o senhor tomou conhecimento por intermédio do doutor Vivaldo?
> SJ: Doutor Vivaldo. Ele esteve até aqui. Nós fomos por ali, ele reparando a plantação de seringa. Fomos ali pela roça. Por tudo nós passamos com ele - doutor Vivaldo.
> [seu Jacinto “Jaci” Maria dos Santos, 67, Sorva, rio Pauini, 28.06.1998]

> HB: [...] Como foi que vocês souberam aqui e quando foi que vocês souberam que o Jaú tinha se transformado num Parque Nacional?
> RB: Foi quando o doutor Vivaldo veio. Ele veio até aqui. A primeira vez que eles entraram aqui ainda não tinha nada ali na boca. Eles entraram aqui para dentro do

> rio Jaú e veio parando em todas essas casas. Foi aí que ele disse que aqui era um Parque - Parque Nacional - e que os moradores tinham tudo que sair daqui de dentro. [...]
> [dona Rita Brandão Oliveira, idade ignorada, Vista Alegre, rio Jaú, 04.07.1998]

O primeiro e mais longevo chefe do Parque fez história e a memória da falta de civilidade e descortesia– para não dizer truculência – no tratamento com os moradores está estreitamente vinculada à sua figura. Vivaldo Campbell de Araújo, engenheiro agrônomo com especialização em silvicultura tropical e administração de parques e manejo de áreas silvestres – repetindo, portanto, a trajetória das gerações anteriores de conservacionistas (cf. Cap. 2 e 3) -, tem longo envolvimento com as ciências naturais e o conservacionismo no Amazonas. Depois de formado, trabalhou como pesquisador do INPA entre 1962 e 1971, onde realizou trabalhos pioneiros de fenologia e silvicultura tropical na Reserva Ducke – que ajudou a delimitar. Foi Delegado Regional do IBDF no Amazonas entre 1971 e 1978, tendo sido, praticamente, o responsável pela estruturação da Delegacia naquela quadratura. Saiu em 1978 para cursar o Mestrado em Ecologia no INPA e em 1983, ao retornar ao IBDF, foi nomeado Chefe do PNJ pelo Delegado que o sucedeu, José Amauri da Silva Maia[138].

O "Dr. Vivaldo", como é até hoje referido pelos residentes e ex-residentes, chefiou o PNJ de 1983 a 1990, quando se aposentou pelo IBAMA como chefe de UC. Sua gestão foi interrompida por um breve período, entre 1986 e 1987, quando se licenciou para candidatar-se a deputado estadual, tendo assumido temporariamente a chefia do ParNa do Pico da Neblina, onde edificou o primeiro abrigo. Ele relatou-me em entrevista as medidas que tomou quando assumiu a chefia e reconheceu que os residentes e a Prefeitura alimentaram "animosidade" e "mal-estar" para consigo.

> VC: [...] Em 1983, o delegado então - já era o Amauri - me nomeou diretor do Parque Nacional do Jaú e eu comecei um trabalho lá no Parque do Jaú. Como delegado, como pessoa que já conhecia e tal, e já tinha ido lá, eu resolvi aceitar o cargo e comecei a trabalhar. [...] O rio Jaú foi uma área de exploração de seringueira - um seringal - muito forte, onde viviam umas pessoas que, ainda hoje, há descendentes deles em Novo Airão. [...] *O rio já era muito explorado. Mesmo assim, ainda com os estudos que foram feitos - como eu já citei aqui - essas explorações não chegaram a exterminar ou dizimar de uma maneira muito forte a fauna e nem a flora*. [...] *Eu encontrei uma figura dentro do Parque do Jaú que eu achei simplesmente horrorosa, chamada regatão*. [...] Além de ter o seringalista que já explorava o cara, ainda chegava esse outro comprando produtos que o seringalista não se interessava. Porque o seringalista aviava o seringueiro para pagar a produção de borracha. Agora, couros e peles e outros

[138] Originário do alto Solimões, Amauri Maia foi eleito prefeito de Benjamin Constant nas eleições de 2000 com 63,08% dos votos válidos pela coligação PFL/PSDC/PSDB/PL/PT/PTB/PST.

> produtos o seringalista não se interessava. Então, os caras tinham que vender para alguém. O que que eles faziam: vendiam esses couros e peles, vendiam sorva, balata e outras coisas que eles tiravam paralelamente, para esses camaradas que eram regatões. Trocavam por querosene, por leite, por açúcar, sal - esses produtos de primeira necessidade que o homem tem e que não se encontra em nenhum interior -, roupa, roupa de mescla, roupa cáqui - principalmente esses tecidos mais pesados, mais grosseiros [...].*Ah, eu me queimei! Proibi a entrada do regatão no rio*. Porque a primeira vez que eu encontrei com ele, ele vinha saindo de lá abarrotado de produto. Abarrotado de produto! Então, ele vinha cheio. Muito, muito mesmo. Inclusive, com o barco cheio de quelônios: tartaruga, tracajá, cabeçuda, içá, perema – tudo. Tudo que é bicho ele vinha trazendo. Couro de onça, couro de gato-maracajá, de lontra, de ariranha, pirarucu salgado, pirarucu fresco, lata de mixira - que é matança de peixe-boi - e por aí adiante. Rapaz, aquilo me deixou numa tristeza, numa agonia. [...] *Eu disse, "Eu acabo com essa figura"*. [...] *Ora, então, isso é um Parque ou é uma área de exploração?* [...] *Então, nós proibimos a entrada do regatão. Com a proibição do regatão todo o pessoal se melindrou.* Então, o que eles fizeram? Tinham que descer o rio e ir comprar as suas necessidades na cidade de Novo Airão, que era o lugar mais perto que eles tinham para comprar. *E isso gerou, na população, um mal-estar para comigo*. [...]
> [Vivaldo Campbell de Araújo, 65, Pça. 14 de Janeiro, Manaus, 02.08.1999]

Perceba-se na sua manifestação a permanência do tropo ambíguo face à presença humana na área em que o PNJ se projetou: ele reconhece que o rio Jaú "já era muito explorado", mas não o suficiente para demover os idealizadores de criar o Parque. Tão importante quanto, é a sua convicção sobre a influência nefasta dos regatões na área. A persistência dessa convicção manifesta-se em carta sem data que ele escreveu à FVA, em resposta à matéria publicada na revista *Caminhos da Terra*[139], que relatava em tom rocambolesco as primeiras pesquisas dirigidas à elaboração do plano de manejo da unidade. Ao criticar a iniciativa da FVA de incorporar as demandas dos residentes no plano de manejo da unidade, envolvendo-os na elaboração do mesmo, Vivaldo exorta-a a fazer todo o possível para impedir os regatões de entrarem no Parque.

> Eles constituem o que podemos considerar *uma praga*, pois são *os fomentadores da exploração do Parque e o sustentáculo da miséria dos que lá habitam*. Trocar um couro de onça, gato maracajá, de ariranha ou de lontra (espécies ameaçadas de extinção) por um calção de banho ou uma calça dins que custa 10 ou 20 reais. Tome este exemplo para todo o resto [...]. Vocês têm pena de quem fomenta a miséria alheia e destroem o Parque? Se sim, então não entrem lá e não assumam qualquer compromisso neste sentido, pois eu estarei vivo para denunciar a quem de direito neste país [ênfase minha].

Entende-se assim porque o então chefe da unidade investiu com furor contra o trânsito de regatões. Vivaldo reconheceu em seu depoimento que um dos efeitos imediatos dessa sua iniciativa foi a saída paulatina das famílias: "*pressionadas* por não

[139] Não logrei encontrar a referência.

ter o alimento [...] acharam, então, que era melhor sair" (ênfase minha). Antes dele assumir o posto, havia apenas um agente de vigilância que, segundo ele, informava as pessoas que era proibido extrair produtos de dentro do Parque: "Muita gente, então, saiu e eu, então, fechei o negócio". Não obstante, ele mesmo, Vivaldo, chegou a conversar com o então Delegado, Dr. Amauri, sobre a conveniência de estabelecer um comércio flutuante na entrada do Parque para as pessoas comprarem gêneros de primeira necessidade, evitando, assim, o regatão. Cedo, todavia, teria abdicado da idéia, porque, como declarou na entrevista

> ia continuar na mesma coisa. Eles chegavam com um monte de produtos para querer vender, para adquirir o dinheiro e comprar o que eles queriam. Aí eu digo, "Esse pessoal vai continuar matando dentro do Parque?! Matando animais silvestres, explorando seringal e fazendo e acontecendo?! *Então, isso não é um parque nacional - dentro do conceito que eu tenho de parque nacional. Então, eu não posso trabalhar com esse pessoal fazendo isso. Esse pessoal vai ter que, lentamente, sair de dentro do parque"*. [...] Eu digo, "Olha, isso aqui não dá certo. O pessoal aqui viver assim não dá. Isso aqui não é maneira de viver. *Isso aqui é um parque nacional. Isso aqui é para visitação pública, para pesquisa e só, e acabou. Não tem mais"* O pessoal começou a chegar na cidade de Novo Airão dizendo que eu tinha expulsado - dizendo para o prefeito que eu tinha expulsado eles de lá de dentro do Parque. O prefeito chegou comigo e eu disse, "Não, eu não expulsei ninguém. *Eles se expulsaram porque eles estão cometendo uma fraude, um erro contra o Parque, que não é permitido por lei*. Quem fez a lei não fui eu. Foi o Congresso Nacional. *Eu sou um funcionário público para fazer cumprir a lei e se eu sou diretor do Parque eu vou cumprir a lei. Doa em quem doer!" E assim aconteceu*.
> [Vivaldo Campbell de Araújo, 65, Pça. 14 de Janeiro, Manaus, 02.08.1999]

Foi com essa determinação, esse sentido de propósito e de responsabilidade, essa pertinácia, olhando para o Jaú como se ele sempre tivesse sido um Parque – unidade destacada da paisagem inclusiva - e para as pessoas que lá residiam como intrusos, invasores e criminosos – invertendo a cronologia dos fatos -, que Vivaldo administrou o PNJ por cerca de sete anos. Com pessoal escasso e parcos recursos, a fiscalização e a vigilância devem ter sido tão assistemáticas, inconstantes e idiossincráticas como em Anavilhanas. Não obstante, foi a partir, fundamentalmente, de ações repressivas que a existência do Parque chegou ao conhecimento da maioria das pessoas que lá residiam.

Seu Leonardo Mendes Catanhede, 42, originário de Barcelos e criado desde os 11 anos no Carabinani, experiente prático das cachoeiras deste rio e que, no verão, tal como fazia seu Chico Viana, atua como guia de visitantes, praticantes da pesca esportiva e outros, assim se expressou sobre a pressão do IBDF – "como na época da escravatura".

> LC: [..] *Aí foi o tempo em que chegou o IBDF aqui na boca sem a gente saber.*

> *Quando a gente já soube o IBDF já tinha se localizado aqui, no caso*. Não era nem um flutuante, era uma casa, se eu não me engano, aqui. Era o IBDF naquela época. *Aí chegou pressionando todo mundo, no caso*. Eles saíam, tomavam caniço, tomavam arpão, tomavam enfim... Se a pessoa vinha com bicho de casco na canoa para jantar, eles tomavam e era fazendo coisas que eu achava que, na época, não deveria fazer. [...] Então, eles não tinham essa educação de chegar com a pessoa com esse tipo de respeito. *Queriam ser como tipo na época da escravatura: chegar, toma e pronto*. Eu acho que a pessoa para trabalhar em órgão assim - qualquer um tipo de órgão - tem que pelo menos usar um pouco da educação para com qualquer uma pessoa.
> HB: O senhor falou que chegou o IBDF "sem a gente saber". Como assim?
> LC: *Sim. Porque não foi anunciado pelo rádio*. [...] Nada disso. [...]
> HB: Foi assim que o senhor tomou conhecimento?
> LC: Foi assim que eu tomei conhecimento, foi quando disseram, *"Rapaz, agora já tem IBDF lá na boca e está tomando caniço, está tomando tudo de todo mundo e ninguém pode mais andar". Os moradores daqui mesmo - porque morava muita gente aqui. [...] Isso aqui era muito habitado por moradores - essa área aqui* [a foz do Jaú]. *Então, com essa pressão do IBDF, o povo se desgostaram*. A pessoa não podia embarcar pegar mais uma canoa e atravessar para ali para ir pescar, porque o cara funcionava o motor de popa aqui e vuummmm. Chegava lá, "Que é que tu veio fazer?" "Vim pescar," "Não pode e não sei o que". Então, como é que o cara vai sobreviver. Não tem uma feira que a pessoa possa ir lá comprar; a pessoa não é assalariada ou com emprego certo para que possa comprar todo dia. Se a pessoa já está no interior é porque não pode morar na cidade. Então, as pessoas foram se desgostando.
> [seu Leonardo Mendes Catanhede, 42, flutuante do IBAMA à foz do Jaú, 22.10.1998]

Seu Máximo Pereira, 67, repetindo a trajetória de outros, chegou ao Jaú em 1959, originário de Codajás, já casado com dona Iracema e dois filhos. Veio junto com uma turma de 40 trabalhadores, muitos seus parentes, fregueses de um patrão chamado Celino Melo, que os colocou no igarapé do Quixuri, alto rio Jaú, para cortar seringa. Passando em Airão a caminho do Jaú, testemunharam os festejos juninos. Residiu por último no Ataíde, baixo curso do rio Jaú, onde trabalhou extraindo madeira e como requisitado carpinteiro naval. Em seu depoimento, Vivaldo fez menção indireta a seu Máximo: "Inclusive, lá dentro do Parque eu encontrei gente que tinha estaleiro para fabricação de barcos, canoas, etc. Camarada que fabricava barco grande, de quinze metros - casco de quinze metros de comprimento". Seu Máximo não ocultou a animosidade que nutria face a ele e aos que trabalhavam sob as suas ordens.

> HB: E como foi que o senhor soube que aquela área ali do rio Jaú ia ser transformada em reserva?
> MP: Rapaz, eu tomei conhecimento que ia acontecer isso, mas que era por 10 anos só. Ia ser preservado por 10 anos para aumentar – diz que - a criação da mata.
> FVM: Quem que disse isso?
> MP: Papo desse pessoal. [Inaudível] O pessoal que foram para lá, desde os primeiros, todos foram muito bom comigo. Gostavam de mim. Até hoje gostam. Só teve um ou dois e um por último que eu não gostei. E um dos primeiros

> também que eu não gostei: o Dr. Vivaldo - não sei se o senhor conhece. Aquele, nem ele gosta de mim, nem eu gosto dele.
> FVM: O que aconteceu?
> MP: Ele foi com umas lei muito perversa. O cara não podia cortar o mato na frente de casa. Tinha que deixar a casa entrar no mato, isso não é uma coisa, né? Tem uns matinhos que dão uma flor vermelha para lá na frente de casa. E ele, "Olha, quem cortar um mato desse é para pagar dois salários!" Botaram metralhadora em cima do meu sobrinho, irmão desse Acácio, para mostrar que [[Troca de fita]
> HB: Então, o senhor ia dizendo que teve esse Dr. Vivaldo e tinha esse outro que...
> MP: Um tal de Brito, que entrou há pouco tempo aí, botou o revolver engatilhado em cima do Evandro, o meu filho. Eu não gostei. Eu fui lá. Fui duas vezes lá. Na Segunda eu ia pegando ele. Deus é tão justo que não aconteceu. Porque podia amanhã ou depois ele matar um dos meus filhos ou outra pessoa qualquer. Aquele homem não podia estar lá. Ele tinha que sair de lá de qualquer maneira. Graças a Deus que já saiu de lá.
> [seu Máximo Pereira, 67, Nª Sª Auxiliadora, Novo Airão, 01.11.1998]

Seu Adelino Reis relatou as dificuldades que um de seus genros encontrou para regatear dentro rio. O finado João Andrade era um importante regatão que trafegava nos rios Jaú e Unini e faleceu em novembro de 1998, enquanto eu estava em Novo Airão, sem que tivesse a oportunidade de entrevistá-lo formalmente. Seu Avelino relata também as razões que levaram a família de seu Manoel Eleotério a deixar o Queiroz, na margem esquerda do baixo curso do rio Jaú, e vir para Novo Airão. Ele assevera que "logo no começo" houve "uma grande subjugação".

> AR: [...] Aliás, teve uma situação que esse meu genro - irmão desse rapaz, desse meu genro aqui. - *o IBAMA subjugou tanto ele, que ele não tinha mais direito de andar. Ele tinha dois motores e não tinha mais direito de andar no motor dele*. Eu é que recebia o produto dele, justamente que era para ele vender para o Antônio Moraes, que eles [...] não deram chance mais para ele regatear nem arrecadar o que tinha. Então, eu é quem fazia o apanhamento, porque eu vinha aqui. Como eu lhe falei, já vinha anual, que era nosso encontro aí fora. Eu é que fazia esse apanhamento todinho por ele. Ele não podia fazer. [...] Para vender o produto dele para o Carlos Meireles, que era o patrão dele. Tudo isso aconteceu. Mas ele teve que encostar os motores grande dele, que ele teve que andar de canoa. E findou eu lá e ele entrava. *E a briga, briga, briga*. Eu disse, "Rapaz, para evitar isso aqui. Eu estou aqui dentro. Para viver isolado aqui, eu não sou doente. Eu vou me embora". Foi no tempo que eu vim para cá. [...] *Logo no começo, dona menina, teve uma grande subjugação*. Bem acolá mora a dona Lindalva. Morava num lugar por nome Queiroz. O senhor sabe, é acima do Seringalzinho. Lá ele ia fazer a casa dele e essa filha do seu Eleotério comprou essa madeira todinha com os meninos. Compraram a madeira, que *eles não deram nem 24 horas para ele se retirar de lá: o Dr. Vivaldo*. Ele e a mulher dele já são deixados, mas ela mora bem aí perto do Acácio. *Se retiraram. Não deu 24 horas para o homem se ajeitar*. Ele vendeu a madeira para a Mocinha que hoje é a mulher do Chico Viana.
> [seu Adelino Reis, 79, bairro Nª Sra Auxiliadora, Novo Airão, 01.11.1998]

Seu Pedro Linhares relata ter sido fortemente repreendido por Vivaldo, por extrair palha de bussu para cobrir uma casa deteriorada: “o seu Vivaldo era bravo com a gente”.

> HB: Então, o primeiro funcionário de quem o senhor ouviu uma explicação foi o seu Ézio? O seu Vivaldo nuca chegou lá para conversar?
> PL: *O seu Vivaldo era bravo com a gente*. Logo que ele entrou, eu vim tirar uma palha ali. O senhor sabe o igarapé Preto ali? [...] Eu vim tirar uma palha ali para cobrir minha barraca. Aí eu vim de lá aí no flutuante, já com a palha no motor. Aí quando eu cheguei aqui e encostei, ele, “De onde o senhor tirou essas palhas?” Eu disse, “Aí no igarapé Preto”. “E você não sabe que isso aqui é uma reserva?” “Eu sei, mas o senhor sabe: a minha casa está deteriorada e tem que cobrir, porque eu não sei quando é que vocês vão indenizar a gente. Por isso eu não vou ficar na chuva”. Aí ele ficou bravo comigo. Se eu tivesse esperando por ele até agora, com casa descoberta, né? [...] Pois é. Ele é o doutor, mas nesse ponto ele não sabia nem o que estava falando. Ele não podia ter saído com aquela expressão comigo.
> [seu Pedro Linhares, 75, bairro Nª Sra Auxiliadora, Novo Airão, 29.10.1998]

Outra que teve problemas com seu Vivaldo foi dona Rita Brandão de Oliveira, idade ignorada. Filha de pai nascido e criado no Jaú, dona Rita nasceu no igarapé das Onças, no médio Jaú, e foi criada no baixo. Seu avô paterno, José Pernambuco, teria comprado do velho Chico Bezerra - e demarcado - um terreno que se estendia do Seringalzinho ao Queiroz, onde pôs uma casa comercial e trabalhava com castanha, sendo aviado daquele.

> HB: [...] Como foi que vocês souberam aqui e quando foi que vocês souberam que o Jaú tinha se transformado num parque nacional?
> RB: Foi quando o Dr. Vivaldo veio. Ele veio até aqui. [...] *Eu sei que foi uma teima do Dr. Vivaldo com o meu marido nesse dia*. Nesse dia que ele chegou, ele tinha mandado o meu genro, que era o marido da Raimunda, derrubar uma castanheira que tinha bem perto de casa. Ela estava morta e torta para cima de casa, ameaçando de cair. No dia em que ele derrubou, quando foi de tarde ele chegou. *Foi uma teima que eu queria que o senhor visse*. Eram oito: veio o Kardek, o Josimar, o Dr. Vivaldo, o Luiz e não sei como era o nome do outro. Eu sei que eram oito. Eu sei que esse Josimar e o outro entraram procurando onde é que ele jogava casco de bicho de casco. Foi aí que eu entrei e falei, *“Quem é que tu estás pensando que vem para cá desse jeito assim? A gente está sabendo que isso é um parque porque vocês estão dizendo, mas reparem que vocês entraram agora e nós somos moradores efetivos aqui, nascido e criado dentro desse rio. Vocês não podem vir desse jeito com nós, jogar nós para fora daqui sem direito a nada”* - eu disse para ele. Eu sei que ele veio cá com o meu marido, foi batendo foto da castanheira e dizendo para que tinha feito aquilo - trocar a vida de uma pessoa por uma árvore de pau. Uma árvore daquela vivia muito mais de que uma criatura. Eu sei que o meu marido disse, “Eu não vou trocar uma árvore de pau. O senhor não conhece nada da mata. O senhor não é do mato. O senhor não trabalha no mato para saber mais do que nós que somos do interior e trabalha no trabalho do mato. Eu não vou trocar a vida dos meus filhos por uma árvore dessa”. Eu sei que eles se calaram. [...] *Puxa, o IBAMA entrou aqui dentro e nós já morávamos aqui dentro do rio! Isso aqui é um Parque feito pelo povo grande e sabido, mas não é para eles vir aqui assim. Não é para eles fazer isso com o pessoal do Jaú*

não. Isso era que nós teimava. [...]
[dona Rita Brandão Oliveira, idade ignorada, Vista Alegre, rio Jaú, 04.07.1998]

O depoimento de seu Jaci Maria, 67, ao aludir às razões pelas quais às pessoas deixaram o Jaú, corrobora a informação relativa à diminuição no tráfico de regatões e traz dois novos elementos: um, a aumentar a antipatia dos residentes por Vivaldo, foi o fechamento da escolinha que funcionava no Brabo; e outro, foi a possibilidade que a proibição ao tráfego de regatões deu aos residentes possuidores de barco de se estabelecerem, eles mesmos, como regatões – o que é reforçado pelo depoimento de seu Manoel "Índio".

HB: [...] eu ouço dizer que, por exemplo, reduziu muito o fluxo de regatão no rio.
SJ: Diminuiu. Antes disso tinha muito regateio, mas os regatões foram saindo, saindo. *Tinha deles que dizia que não saía. O doutor Vivaldo mandava chamar e conversava e tal e tal*. Foi saindo, saiu e *ficou somente os moradores que tinham barco – barco, mas dos moradores*. Mas quanto aos regatões, saiu tudo embora. Porque foi proibido, não queriam mais regatão.
HB: E também, parece que saiu muita gente daqui.
SJ: Saiu muita gente. *Uns porque tinha muito filho, precisava de educação, e aqui não tinha escola*. Então, foram procurar onde tinha escola para educar os filhos. *E outros porque se desgostaram, porque estavam dizendo que era do IBAMA. Quando de uma hora para outra ia sair, não adiantava plantar mais nada*. Cuidava de ir abandonando o lugar. Foi isso, também. Onde foi que ainda tinha uma escola ali, num lugar por nome Brabo. *Aí eles mandaram acabar com a escola do Brabo, porque quando eles quisessem escola, eles mandavam colocar. Foi o IBAMA quem proibiu aquela escola do Brabo*. Lá tinha uma escola já funcionando, que era o Bá até que dava aula lá. Foi parado por isto.
[seu Jacinto "Jaci" Maria dos Santos, 67, Sorva, rio Pauini, 28.06.1998]

MI: [...] A gente vai comprando aqui mesmo, que existe um ou dois - existe dois aqui dentro. Aliás, três. É o seu Maurício, o seu Jaci e o Sabino. São os três. São parentes. São os que têm o movimento, que trazem um ranchozinho e sai dividindo com o povo. Aí, quando falha para eles, aí fica ruim para nós. A gente passa necessidade de açúcar, de café, de sabão, querosene. Passa necessidade até de mês. A gente não pode ir lá embaixo, aí fica nessa situação.
[seu Manoel "Índio" de Lima Cardoso, 63, Tambor, rio Jaú, 06.1998]

Vivaldo não ficou só na sua medida de fechar a escolinha do Tambor. A mulher do agente de vigilância Bernardo de Oliveira, 41, que trabalha no PNJ desde 1992, ministrava aulas no flutuante administrativo para os seus próprios filhos – cinco – e para os filhos dos residentes nas imediações da foz do Jaú. Esta iniciativa foi coibida pela Superintendência Regional do IBAMA e pela sucessora de Vivaldo na chefia do PNJ, Eremita Oliveira da Silva - que dirigiu a representação da SEMA no Amazonas entre 1984 e 1989, chefiou o Parque entre 1990 e 1994 e, por ironia, foi quem indicou Bernardo à empresa SERVIS para contratação (Gianini 1995, 3). Quanto aos residentes que têm barcos, os "parentes" Maurício (†), Jaci Maria e Sabino, referidos por seu Manoel "Índio", são filhos – os dois

primeiros – e neto – o terceiro - do já referido casal de imigrantes negros oriundo de Sergipe, José Maria dos Santos e Otília Maurícia, que se estabeleceram próximos à foz do Pauini na década de 1930, como resultado do acordo entre Jacinto de Almeida – tio de José Maria - e o velho Chico Bezerra.. É por também atuarem como produtores diretos e partilharem do mesmo *milieu* social destes, por não disporem da possibilidade de acumular e inverter grandes quantias de capital e por estarem atados aos outros residentes por relações de vizinhança e parentesco real e/ou fictício, que – nos termos de seu Manoel - "quando falha para eles, fica ruim para nós".

De resto, os depoimentos se sucedem, cheios de referências desabonadoras à conduta repressora do primeiro chefe da UC e de alguns agentes de vigilância que, ocasionalmente, exorbitavam da sua autoridade. Denotam, assim, uma conjuntura de intenso conflito e um clima animosidade, que veio a se acentuar quando da frustrada iniciativa de desapropriação fundiária

A frustrada iniciativa de desapropriação

Visando a regularização das terras do PNJ, o IBDF celebrou convênio com o ITERAM para realizarem o levantamento do número de ocupantes e títulos de domínio e a avaliação de benfeitorias pertencentes a particulares existentes na área em que se projetou o Parque. Isso ocorreu em 1988, passados oito anos da decretação do PNJ e cinco de expirado o prazo do Decreto Expropriatório.

Através do Decreto que o criou, o PNJ foi objeto de Decreto Expropriatório. O prazo de expiração deste, por se tratar de desapropriação por utilidade pública, era de cinco anos, embora o Decreto de criação não caduque. De acordo com Benatti (1997, 7), o efeito jurídico imediato da expiração do Decreto de Expropriatório é a impossibilidade do poder expropriante de promover a desapropriação dos imóveis rurais, sejam eles propriedades tituladas ou posses.

Apesar desta flagrante irregularidade, deu-se início a ação expropriatória .À época, foram identificados 100 famílias de ocupantes e 31 registros de títulos definitivos de posse conforme a tabela a seguir.

Tabela 13
Levantamento do número de ocupantes e títulos de domínio no PNJ – INCRA/ITERAM (1988)

RIOS SITUAÇÃO	Jaú	Carabinani	Unini	Paunini	Negro	Papagaio	Guariba	Área a Adquirir	Valor
OCUPANTES	49	05	25	11	05	-	05	11.238 ha	?
REGISTROS DE TÍTULOS DEFINITIVOS	18	09	-	01	01	02	-	28.686 ha*	35.196,87 OTNs jan/1999**

(*****) Relatório mais recente sobre a situação fundiária do PNJ (Benatti 1997, 9) indicou 38.693,6103 ha de área total titulada para os 31 registros, correspondente a 1,7% da superfície do Parque – dado que consta do Plano de Manejo (IBAMA e FVA 1998, 11).
(******) A fórmula utilizada para avaliar a terra nua de propriedade dos imóveis que constam da relação de títulos definitivos de posse foi: valor do hectare x localização x tempo de ocupação x potencialidade do solo x dimensão da área (Ha/543,00 x L/1,00 x T/1,00 x P/1,00 x D/0,80).

Segundo o que consta do processo de regularização fundiária, o IBDF e o ITERAM restringiram-se às posses e aos domínios que ficaram dentro dos limites do PNJ. Isso explica porque a maioria das famílias de ocupantes e dos registros de títulos definitivos de posse relacionados no levantamento estejam situados às margens dos rios da área *core*, Jaú e Carabinani. Todos os 25 ocupantes relacionados para o rio Unini, por sua vez, estão todos na margem direita - portanto, dentro dos limites do PNJ. Na mesma relação, todavia, há ocupantes identificados nas margens esquerda e direita dos rios Paunini e Carabinani - respectivamente, limites noroeste e sul do PNJ; por conseguinte, tanto dentro quanto fora dos limites do PNJ. O processo não informa quais foram os critérios empregados no levantamento, que conduziram a essas ambigüidades.

A área então prevista para ser adquirida era insignificante relativamente à superfície do Parque, confirmando as convicções originais dos planejadores (cf. Cap. 3): cerca de 1,26% no caso da área titulada e menos de 0,5% no caso dos ocupantes. No que se refere a estes, contudo, vimos em Anavilhanas como a avaliação denota posturas etnocêntricas e colonialistas, que realizam apenas parcialmente a conversão das benfeitorias em valor monetário, não contemplando como passíveis de conversão mercantil, diversos produtos do trabalho dos residentes. O trecho abaixo da entrevista com Vivaldo mostra como tais posturas também orientaram a avaliação das benfeitorias dos ocupantes da área em que o Parque se projetou.

> VC: [...] Então, o que que nós fizemos? Viemos ao INCRA e procuramos fazer um contato com o INCRA para fazer um levantamento de todas as plantas. Primeiro eles fazerem aqui [em Manaus], os títulos definitivos de dentro do Jaú. Então, fazer um trabalho todinho e aí levar para lá, com as cartas de cada um proprietário, chamar para a gente então conversar e etc. E aqueles que estavam lá, a gente ia visitar propriamente o camarada e conversar com ele. Dizer que, “Olha,

> não é permitido." Então, nós procuramos. Foi feita uma comissão e nós fomos lá levantar propriedade por propriedade, o quê que os caras tinham no Parque, de quê que eles viviam. *Então, encontramos pessoas lá que não tinham nada. Tinha uma barraca de palha, quando muito coberta de alumínio, às vezes fechada de palha lateralmente, ou fechada de paxiúba, assoalhada de paxiúba, de uma tábua vagabunda. O chão, piso de barro e quatro ou cinco fruteiras perto de casa - com uma mangueira, às vezes um pé de urucum para tirar e fazer o coloral, um abacateiro, ingá, limão e só*. Então, nós levantamos as benfeitorias. "O senhor tem algum roçado?". Chegava lá, o cara dizia, "Tenho um roçado aqui e tal". Fomos olhar, chegou lá e era um imbaubal. *O cara tinha derrubado um roçado, feito um roçado de mandioca um ano ou dois, a imbaúba tomou conta - o mato (jurubeba, imbaúba) invadiu tudo, mas ele não tinha mais nada. Então, o cara etava lá. Todo ano ele ia para lá, na época do verão, explorar a seringueira*. Cortar borracha, tirar cipó titica[140], cortar sorva, fazer isso. [...] Então, eles iam lá. *Então, só iam na época da exploração e aproveitavam para matar pirarucu em quantidade*. Botavam para secar o pirarucu. Isso sempre tinha muito.
> [Vivaldo Campbell de Araújo, 65, Pça. 14 de Janeiro, Manaus, 02.08.1999]

Desse modo, se, por um lado, os números poderiam indicar que a área alterada pelos residentes era inexpressiva em relação à superfície do PNJ, por outro, poderiam estar dissimulando e/ou subestimando a apropriação que os residentes faziam da mesma. Note-se, também, a suspeita generalizada que ele nutria face às intenções da população.

Em 1989, já sob a égide do IBAMA, foi providenciada junto à Coordenadoria de Orçamento da Diretoria de Ecossistemas a transferência de recursos do Projeto Calha Norte no valor de NCz$ 480.000,00 - quatrocentos e oitenta mil cruzados novos - para a indenização das famílias residentes na área em que se projetou o Parque. Reaparece aqui, na iniciativa de regularização fundiária do PNJ, a interface entre a proteção ao meio ambiente e as políticas tecnocráticas e centralizadoras de gestão do território e das populações.

Atendendo à determinação do Superintendente Regional do IBAMA, no período de 19 a 21 de dezembro de 1989 dois engenheiros deslocaram-se até a cidade de Novo Airão para viabilizar o pagamento das indenizações. Nos contatos mantidos com a população do município, esses técnicos tomaram conhecimento "de que o Sr. Wilton Pereira dos Santos, Prefeito de Novo Airão, juntamente com os vereadores, tinham realizado uma reunião com aproximadamente 100 moradores do Parna/Jaú, no sentido de ser viabilizada uma decisão conjunta do não recebimento das respectivas

---

[140] O cipó titica, até onde se sabe, não é propriamente um cipó, mas uma epífita - *Heteropsis* aff. *spruceana* Schott ARACEÆ - comum na mata de terra firme, com raízes longas e delgadas, resistentes e flexíveis, que alcançam o solo, podendo atingir até 20 m. Estas raízes são coletadas por aniquilamento, literalmente arrancadas, sendo usadas na indústria de móveis. A intensificação da sua extração na região em apreço data do final dos anos 1980, início dos 1990 – como veremos no Cap. 5.

indenizações" (Informação Processo 07263/86 - AC, de 04.01.90). Este documento informa que a posição final dos moradores, do Prefeito e dos Vereadores foi a seguinte:

> as famílias do Parna/Jaú retiram-se do seu interior mediante os valores da avaliação atual [atualização monetária do valor supracitado], desde que concomitantemente seja efetuada a realocação para um Projeto de assentamento já elaborado pelo INCRA.

O "Projeto de Assentamento Pacatuba", segundo depoimento do então prefeito, Wilton Santos, foi fruto de uma parceria entre a Prefeitura, que comprou a área, e o INCRA, que teria alocado recursos para o mesmo – numa demonstração de que "a Prefeitura estava com toda boa vontade no deslocamento das famílias" (Wilton Santos). Parte de um todo maior denominado "Gleba Amassunu" (829.907 ha), localizada no município de Novo Airão, o projeto envolvia uma área aproximada de 46.070 ha. e possuía uma capacidade de assentamento prevista de 864 famílias. Situado na localidade homônima, na margem direita do rio Negro, acima de Novo Airão (cf. Mapa nº 5), adjacente à estrada projetada que lhe daria acesso à sede do município, os objetivos específicos do projeto eram (a) o "remanejamento de centenas de famílias que habitam o Parque Nacional do Jaú, a Reserva das Anavilhanas e a Reserva Indígena Waimiri-Atroari", (b) a "incorporação de novas áreas ao processo produtivo" e (c) a ordenação das ocupações, invasões e especulação quanto à posse e uso da terra. Tudo isso num prazo de três anos, a um custo total de Cr$ 27.343.106.000,00 - vinte e sete bilhões, trezentos e quarenta e três milhões e cento e seis mil cruzeiros - e de Cr$ 31.647.000,00 - trinta e um milhões e seiscentos e quarenta e sete mil cruzeiros - por família assentada[141].

Efetivamente, ocorreu uma reunião em Novo Airão, no Centro Social - alguns dizem que na Câmara de Vereadores -, articulada pelo então prefeito, no dia anterior à chegada da comissão do IBAMA. Segundo Wilton, a prefeitura nada mais vez do que reunir os moradores, informá-los quem teria direito à indenização e quais os valores orçados.

> HB: [...] O que efetivamente ocorreu para que a regularização fundiária do parque não fosse à frente? Como é que foi esse processo dos moradores se reunirem e tudo o mais?
> WS: O que eu garanto com certeza para você: *o que a Prefeitura fez foi nada*

[141] Note-se que se a população tivesse sido reassentada, munícipes de Barcelos - moradores dos rios Unini, Paunini, Guariba e Papagaio, e da margem esquerda do rio Jaú, até a foz do Pauini – teriam se mudado para a zona rural de Novo Airão. Entende-se, assim, parte do interesse e do apoio da Prefeitura aos residentes da área em que o Parque se projetou. Ainda segundo Wilton Santos, "iríamos assentar uma parte das famílias no Pacatuba e a outra parte ao longo da estrada Novo Airão-Mancapuru".

> *mais que reunir as pessoas e passar a essas pessoas o valor da indenização de cada um, e quais eram as pessoas que tinham direito à indenização*. O levantamento foi feito posterior à criação do Parque Nacional. [...] Então, nesse período eles tiraram a grande maioria das famílias que lá viviam até a criação do Parque. Essas ficaram fora do cadastramento. Além de um grande número de pessoas estarem fora do cadastramento, os valores, também, de avaliação foram insignificantes. [...] O Jaú, saiu todo mundo de lá miserável. Um com medo das perseguições do IBAMA, com medo da fome, da proibição dos regatões. Muitos não agüentaram e vieram. E quando eles fizeram o levantamento, o ITERAM e o IBDF não encontraram um terço das famílias que lá residiam originalmente na época do Parque. *A questão da Prefeitura foi essa: achar que deveria receber indenização todas as famílias que moravam na época da criação do Parque e também o valor insignificante*. [...] Em função disso, as pessoas mesmo, ao revelar para eles quanto cada um teria direito, acharam melhor não receber. Era melhor não receber. [...] Então, em função disso, eles acharam melhor não receber indenização. Na época, o Dr. Célio Vale esteve aí, coordenou e ele também ficou com vergonha desse valor. Falou, "Wilton, eu tenho vergonha desses valores". O próprio pessoal do IBAMA na época achou que os valores eram insignificantes. Então, em função disso, o papel da Prefeitura. [...] *Então, em função disso nós não achamos justo e continuo sem achar justa aquela indenização insignificante a que eles teriam direito. E também acho injusto o não cadastramento de todas as famílias que moravam lá no ato da criação do Parque. Eram mais de 500 famílias*.
> [Wilton Pereira dos Santos, 31, Gabinete do Prefeito, 09.08.1999]

Os números do Prefeito de certo são exagerados, mas, na melhor das hipóteses, exprimem a percepção dos efeitos produzidos pela pressão do IBAMA, a despeito da precariedade inicial de recursos materiais e humanos. É interessante notar como o sentido de justiça e eqüidade do então prefeito, coincide com um dispositivo que veio a ser consagrado no Plano de Manejo do PNJ, relativo ao "direito dos moradores à indenização". A parte final das "Informações Gerais", que constituem o Encarte 1 do Plano, intitula-se "Perspectiva fundiária dos moradores do PNJ". Nela afirma-se textualmente que "todos os moradores do PNJ têm direito de serem indenizados, caso sejam retirados do Parque, o mesmo direito possui[ndo] os que saíram depois do ano de 1985" – bastando a estes comprovarem que tiveram posses na área do Parque. O ano de 1985 é tomado como referencial pelo Plano, pois a informação que se tinha, à época, era que o flutuante havia sido posto na foz do Jaú àquela data, subentendendo-se que a partir daquele ano os residentes teriam saído "sob pressão, coagidos e sem o reconhecimento de seus direitos sobre a terra [em] que trabalhavam e viviam, *o que caracteriza uma ilegalidade*". (IBAMA e FVA 1998, 20; ênfase minha). Hoje já temos evidências de que o ano de referência é 1982 e o Plano precisa ser corrigido neste ponto.

O fato é que a referida reunião abortou a iniciativa de regularização fundiária. A comissão que deslocou-se até Novo Airão, diante do passivo da promessa não cumprida

de reassentamento dos ex-residentes da área em que se projetou a EsEc de Anavilhanas, das inconsistências verificadas no levantamento e do argumento relativo aos baixos valores das indenizações e à falta de eqüidade no tratamento dos ex-residentes da área, deliberaram por não efetuar o pagamento das indenizações e solicitar uma reavaliação da situação. Os ecos da promessa – não cumprida - feita aos ex-residentes da área em que se projetou a EsEc de Anavilhanas de reassentá-los em outra paragem são ouvidos claramente, tanto no depoimento do então prefeito, quanto no do engenheiro florestal que chefiou a comissão que foi a Novo Airão efetuar o pagamento das indenizações.

> WS: [...] Na época, o Dr. Célio Vale [então Chefe do Dept^{o} de Unidades de Conservação do IBAMA] esteve aí coordenando. Ele também ficou com vergonha desse valor. Falou, "Wilton, eu tenho vergonha desses valores". *O próprio pessoal do IBAMA na época achou que os valores eram insignificantes*.]
> HB: O senhor mencionou, na nossa conversa de ontem que, em princípio, o desejo das pessoas era sair.
> WS: *Era sair. A maioria acordou. Aceitavam sair. Desde que recebessem a indenizaçãozinha deles e tivesse terra. Eles preferiam até nem receber indenização e tivessem outro local para ficar*. Esse foi o acordo com a grande maioria. Esse foi o grande impasse. Em vez de pagar, eles dariam um pedaço de terra e a gente conseguiria com o INCRA um financiamento para que eles começassem a se manter no primeiro, ou segundo ano. Essa era a intenção. *A maioria aceitava sair sem qualquer dificuldade. E aceitam. A grande maioria aceita. O que eles querem é receber o que têm direito*.
> [Wilton Pereira dos Santos, 31, Gabinete do Prefeito, 09.08.1999]

> ACH: [...] tinha sido anunciada essa questão da indenização para eles e [assim que a Comissão chegou] começamos a conversar com uma série de pessoas. Bate-papo informal, mesmo. E a gente sabia que tinha até pessoas que tinham morado em Anavilhanas nas discussões. "Ah, aquele pessoal morou lá. Está aqui agora. Não cumpriram a promessa". *Toda a discussão era que não se cumpriu a promessa de um possível assentamento do INCRA*. [...] Eu sei que tinha essa discussão do processo do INCRA e tinha pessoal lá na hora que dizia que queria receber o valor da indenização e teve outros, mais mobilizados, que queria saber o valor da indenização e não achavam justo aquele valor calculado para o valor das benfeitorias, aquela coisa toda. [...] Diante disso, a gente viu que, realmente, não tinha condições nenhuma de a gente imaginar que ia fazer. Então eu - foi quase uma decisão minha, porque aquilo quem escreveu fui eu: *a gente falava que tinha que ter uma reavaliação do assunto*. Porque, primeiro, *na própria formulação do processo* - eu me lembro bem disso: *tinha gente que constava que estava lá; tinha gente que estava lá e não constava; tinha gente que não estava lá e que constava. Então, era uma coisa que não refletia a realidade do Jaú. Tinha gente que queria receber, mas não estava nem na lista. Tinha gente que queria receber, que estava na lista, mas achava o valor pouco. Tinha gente que estava na lista, com valor pouco, mas queria receber*. Era um quadro que dificilmente você resolve, assim, de chegar e falar "Vai pagar!" *Então, a decisão foi de que aquilo ali tinha que ter tido uma reavaliação. Eu dei um despacho. Na época os membros da Comissão também concordaram. Então, mandamos para Brasília. Aí nunca mais vi isso*. [...] Mas eles já estavam organizados - grande parte deles - para não receber. Isso eu tenho certeza. Inclusive, eu acho até que eu escrevi isso. Eles já tinham mobilizado. *E tinha muita reclamação de muitos que não constavam naquela relação*. Era uma relação - não me lembro quantos, não, mas

> era bastante gente. [...]. *Interessante esses que reivindicavam. Eles até aceitavam, mas tinha que estar atrelado ao tal do assentamento do INCRA* - que essa história já vinha rolando desde Anavilhanas. Não sei se tinha uma promessa do IBDF, do IBAMA. [...] Mas tinha essa história do assentamento do INCRA. *Essa aí era a grande reivindicação deles. A maioria, parece. Naquela época, a mobilização talvez não era nem para ficar dentro do Jaú. Era receber a indenização, mas ter a perspectiva de um projeto do INCRA.* Tinha alguma discussão nesse sentido, de receber a indenização, mas estar realocado em um assentamento do INCRA.
> HB: Então, ninguém recebeu?
> ACH: Não. Que eu saiba não. Ninguém recebeu. Foi uma decisão de que ninguém ia receber. Primeiro, porque eles achavam que era baixo para caramba; e, segundo, se você imaginar. *Você tem um processo que já tem uma série de questionamentos em cima dele. Um quer receber, o outro não quer. Você iria criar uma salada que não teria tamanho.* Entendeu?
> [Ant^{o} Carlos Hummel, PROMANEJO, SUPES/AM, IBAMA, Manaus, 03.08.99]

O recém-nascido IBAMA perdeu, portanto, uma oportunidade histórica singular de evacuar a área do PNJ de acordo com os seus desígnios originais. Os depoimentos dos residentes e ex-residentes, abaixo, corroboram a disposição de espírito em que se encontravam de deixar a área, desde que atendidas condições mínimas e de bom senso relativas aos valores da indenização e ao reassentamento. Ademais, revelam o empenho pessoal do então prefeito e o seu esforço de persuasão para que os residentes não desocupassem suas terras em troca de indenizações tão insignificantes – provavelmente para capitalizar politicamente a situação. Tão empenhado demonstrou-se que alguns residentes lhe atribuem a responsabilidade de não terem sido reassentados e suspeitam – dado o retrospecto da parentela no exercício do poder local - que ele tenha embolsado o dinheiro da indenização. O depoimento de dona Teresa "Ferro", por sua vez, expõe o desespero de causa em que se encontravam os que tinham desocupado os seus terrenos logo após a criação do Parque e, portanto, antes de terem os seus patrimônios avaliados.

> HB: O pessoal não esteve lá fazendo esse levantamento?
> AR: Não. O meu não foi feito. Então, teve aí um negócio de uma indenização. Justamente teve, mas não sei se fizeram o levantamento. Foi aqui nesse Centro Social. Veio esse dinheiro. Chegou aí, o prefeito achou que era muito pouco. Todo mundo concordou com o Dr. Amauri. Disse que foi pouco o dinheiro. Ninguém não aceitou.
> [seu Adelino Reis, 79, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, Novo Airão, 01.11.1998]

> CV: [...] Até que chegou um certo dia que eles foram avisar, chamando a gente para cá [Novo Airão], para vir aqui para receber uma indenização. Todo mundo receber sua indenização, que a gente ia se retirar de lá. Aí, nos viemos. [...] Quando eu cheguei aqui, eu desci para Manaus e a mulher ficou. O pagamento da indenização era como amanhã. Como hoje o Prefeito fez uma reunião com todo o povo de lá. Chamou todo mundo e fez uma reunião. [...] Aí ele falou para o povo, "Olha, meu pessoal. Se vocês forem vender o terreno de vocês, quanto é que vocês queriam hoje?" Aí uns dizia, " Eu queria é tanto". Aí ele, "Olha, mas não é tanto, é tanto". A minha naquela época deu 58 mil cruzeiros. Foi a indenização maior que teve no Jaú, a minha: 58 mil. A do Jaci Maria: oitenta e três. O resto

era trinta, era vinte. Era assim. As maiores foram essas. Aí ele disse, “Olha, esse dinheiro não adianta vocês pegarem. É um dinheiro muito pouco. Isso é só para ter o direito de expulsar vocês de lá. Então, vocês fiquem tranqüilo. Não peguem esse dinheiro, que eu vou brigar por mais dinheiro e uma área para vocês. Eu prometo que eu vou construir uma área para vocês com escola, posto médico” - aquela coisa toda. Tudo bem. O povo não pegou. Ninguém pegou nada. E ele botou um apedra em cima, que dessa época para cá ele nunca falou mais. Nunca mexeu. Ninguém sabe o que é que aconteceu. Eu sei que ninguém foi indenizado. [...] Aí, o prefeito fez essa reunião para o pessoal não pegar, porque era pouco o dinheiro. Ele ia conseguir um dinheiro mais e uma área de terra para nós - porque ele prometia. Isso ele prometeu: que ele ia conseguir uma área para a gente com benefício de saúde, posto médico, escola. Só que ele esqueceu. Até hoje não conseguiu. Não falou mais. E nós não temos como cobrar porque aqui a gente é difícil. Porque isso é só uma família só que está nesse grupo deles. Então, se se queixar para um e para outro é o mesmo que nada. Não adianta.
[seu Chico Viana, 62, bairro Nª Srª Auxiliadora, Novo Airão, 31.10.1998]

J: Aí ficaram assim e foram indenizar o povo do Jaú. Aí, vem hoje, vem amanhã. Vem amanhã essa indenização. Até que chega essa confusão. Quem sabe explicar bem legal isso aí é o Adelino, porque ele estava aqui quando chega esse dinheiro. Inclusive o prefeito já era outro, esse de hoje. Sei que ele disse não. Foi até aí no Centro Social. Ele disse, “Não, esse dinheiro é muito pouco e eu vou brigar para pegar mais para deslocar vocês e aqui eu coloco todos vocês, o povo do Jaú”. Então, ele ficou naquele negócio, brigando por causa disso. Eu não sei se ele conseguiu ou se ficou com aquele tanto mesmo. Eu sei que o povo ficou aí.
[seu Jacinto, 64, e dona Alberta, 50, bairro Nª Srª Auxiliadora, Novo Airão, 01.11.1998]

TF: [...] Aí teve uma reunião. Eu não estou lembrada que ano foi essa reunião, mas essa reunião foi feita ali naquela sala que é da Câmara. Eu fico besta de ver. Eu devia ter tomado nota do homem. Foi um homem que veio para indenizar o povo. Eu não fiz isso porque os documentos dele [o marido] não estavam aqui. Ninguém não queria porque dizia que era muito pouco, mas eu digo, “Ou pouco ou muito”. Eu ainda me arrisquei. Eu disse, “Eu quero meu senhor, porque eu estou precisando. Pelos anos que nós moramos lá dentro e eu não tenho recurso, não tenho nada”. Mas acontece que ele [o marido] estava no Jaú e levou os documentos dele todinhos. Aí, nada foi feito porque ficaram dizendo que era pouco, mas ou pouco ou muito eu queria. Aí eles foram embora e não voltaram mais.
[dona Teresa “Ferro” Magalhães, 68, bairro Nª Srª Auxiliadora, Novo Airão, 31.10.1998]

HB: [...] O senhor teve suas benfeitorias e suas posses avaliadas?
LC: Tive. Só que o benefício em troca daquilo que a gente tinha era uma indenização que não valia à pena - se recebesse para se deslocar daqui para outro local - porque talvez não daria nem para pagar o transporte para a mudança. Então, ninguém aceitou e nós fomos apoiados até pelo prefeito do município, que incentivou a gente a não aceitar só porque não compensaria sair daqui e além do mais não daria condições para que a gente recomeçasse em outro local novamente. Então, primeiro, ninguém tinha terreno na cidade, ninguém tinha uma área definida para que o povo se agradasse para ir para lá. Então, por isso foi o motivo de ninguém aceitar.
HB: Então houve, na época, se eu não me engano, era o Wilton o prefeito?
LC: Exatamente. Foi ele. Como diz o ditado, foi um dos nossos conselheiros, foi o cabeça da equipe da reunião para que isso. Ele defendeu a gente no caso. Ele

defendeu a gente demais.
HTB: O pessoal se recusou?
LC: O pessoal se recusou. Muitos queriam se render por aquela importância, mas a maioria não aceitou. O que resultou: saiu aqueles que quiseram sair por livre e espontânea vontade e os outros que aguentaram o pepino do sufoco, ainda hoje estão aqui.
[seu Leonardo Mendes Catanhede, 42, flutuante do IBAMA à foz do Jaú, 22.10.1998]

RB: [...] Aí eles ficaram andando aqui. Passou uns tempos e eles garantiram de fazer indenização aqui dentro - indenizar nós. Foi um bocado lá para Novo Airão daqui. Nós estávamos lá. Tinha ido para a eleição do seu Wilton. Queriam porque queriam indenizar o pessoal lá. Foi aí que eu disse, "Eu não quero. Por mixaria ninguém me bota do meu terreno. Só Deus me bota do meu terreno. Por causa de porcaria eu não saio! Porque quando vocês entraram lá, há muitos anos nós estava lá, nascemos e se criamos lá no rio Jaú, vocês não podem fazer isso". [...]
HB: Teve também uma reunião em Novo Airão. A senhora disse que foi nessa reunião.
RB: Fui. Nós estávamos lá quando teve essa reunião. Depois teve outra de novo. Foi no tempo da política do finado [Inaudível] que teve essa primeira e aí depois teve outra, que nós fomos todos lá para a prefeitura. O doutor Vivaldo queria que o pessoal assinasse tudo para ele pagar. Mas naquela época não dava para nada. Era coisa pouca que não dava para nada. Eu disse que não queria e que não assinava nada e nem queria indenização. "Eu não saio de lá. Eu só saio quando me pagarem o meu trabalho de lá. Por pouco eu não saio". Aí ninguém pegou [...]. Seu Wilton disse que não adiantava nós pegar porque não dava nem para comprar uma casa para nós em Novo Airão e ir se mantendo até poder recuperar nossos trabalhos. Para onde nós íamos então?
[dona Rita Brandão Oliveira, idade ignorada, Vista Alegre, rio Jaú, 04.07.1998]

HB: O senhor chegou a participar ou tomou conhecimento de alguma reunião em Novo Airão, em que o Prefeito Wilton estava, para receber as indenizações?
FC: Sim. Eu soube, mas não estava lá. Eu estava aqui para dentro do Jaú.
HB: Que notícias o senhor soube?
FC: Eu ouvi dizer que tinha chegado o dinheiro, mas que não dava para o pessoal viver. Era pouco. Então, acabou-se por aí na mão do prefeito. Para nós nunca chegou.
[seu Felisberto Cardoso, 75, Seringalzinho, rio Jaú, 01.07.1998]

HB: E aquela reunião que aconteceu em Novo Airão, com a prefeitura e com a equipe do IBAMA para fazer lá o pagamento da indenização, você chegou a participar dessa reunião?
MI: Não, seu Henyo. Essa eu não estava não.
HB: Mas o senhor teve notícia dela?
MI: Tive notícia.
HB: O que o senhor soube dessa reunião?
MI: O que eu soube foi que chegaram a dizer que o IBDF tinha dado um dinheiro, retirado o dinheiro para pagar o povo - indenizar, né. Mas teve muita gente que falou - pelo menos o prefeito falou com muitos que foram lá - que pediu a eles que não recebessem a indenização que eles quiseram dar naquela época. Era muito pouca. Não dava para se mudar, né. Aí o pessoal ficou com aquilo na cabeça - os moradores que estavam por aqui, que tinham ficado - e ninguém foi atrás dessa indenização. Agora, também, ninguém sabe se saiu. Isso aí nós estamos em dúvida até hoje aqui dentro.
[seu Manoel "Índio" de Lima Cardoso, 63, Tambor, rio Jaú, 06.1998]

> SJ: [...] O Dr. Wilton chamou todo o povo daqui do rio Jaú para ir ter essa reunião. Justamente que era para todo mundo receber a sua indenização. Pegar o seu cartão de indenização para receber. Daí teve a reunião. Aí então, o Dr. Wilton disse para os morador tudinho que esse tanto que ia sair era pouco e que ninguém pegasse, porque era pouco. Ele ia lutar. Então, quando chegasse um dinheiro mais avultado ia ter a indenização. Então, ninguém pegou a indenização. Esse meu terreno aqui foi avaliado em 95 mil. Com 95 mil nessa época dava para comprar uma casa com terreno. Uma casa com terreno, que eu perguntei nessa época, era três mil cruzeiros. Dava para comprar um motorzinho equipado com tudo. Ainda dava para depositar um dinheirinho no banco. Bem, agora teve muitos deles que pegavam cinco mil, outros dez, outros quinze. Eu sei bem o meu, né? O meu eu sei bem que foi esse valor e outros dali de cima eu também sei porque vi estar na lista. Então, ninguém pegou. Então, ele ficou lutando lá. Então, disseram que o dinheiro veio. Mas ele não entregou para nós mais. Esse dinheiro disse que saiu, mas também não falou mais. Depois quando o dinheiro chegou, ele não falou mais. Até hoje. Botou uma pedra em cima e pronto. Se saiu ou não, eu não sei. Diz o povo que o dinheiro saiu, mas ninguém foi indenizado. Então, por isso que eu ainda estou aqui. Se até chegasse hoje a indenização - se me indenizassem - ficava tudo aí. Eu já ia tirando o meu time. Portanto que eu recebesse. [...] Aí, desse tempo foi que fez a reunião. Onde ele disse também, "Olhe, quando o IBAMA chegar lá, que eles empatarem vocês botar roça. Está certo. Quando ele der as costas, vocês cuidem no roçadinho de vocês. Cuidem no roçadinho de vocês. Não vão atrás de conversa. Cuidem de botar a rocinha de vocês. Porque se vocês não plantarem roça para vocês hoje, vocês vão passar mal. O negócio é plantar e criar. Esse é que o negócio" - ele disse para nós. Então, eu nunca deixei de botar minha roça. [...] Estou por aqui. Se chegasse a indenização hoje, eu já podia ir me embora.
> [seu Jacinto "Jaci" Maria dos Santos, 67, Sorva, rio Pauini, 28.06.1998]

Não obstante, Vivaldo, pertinaz chefe de UC e com firme sentido de propósito, parece ter interpretado a postura do então prefeito e dos moradores como uma atitude de resistência aberta à sua autoridade e à do IBAMA. Recrudesceu, assim, a fiscalização e impôs ainda mais restrições aos residentes da área, efetivamente tolhendo-os de realizar as atividades produtivas que, até então, desenvolviam.

> VC: [...] O prefeito, então, soube que nós tínhamos feito o levantamento para indenizar o pessoal e nós estávamos buscando o recurso para indenizar todo mundo - saber dos títulos, saber do tamanho da propriedade. O INCRA fazia a avaliação das benfeitorias, de tudo o que tinha, indenizava o cara e *botava todo mundo para fora do Parque. Era essa a medida. O que o prefeito fez?* Mobilizou. Foi lá com o pessoal num dia em que eu não estava lá, mobilizou todo o pessoal a não aceitar o pagamento, não assinar o documento, não aceitar a indenização da área. Resultado, abortou todo o processo de indenização e liberação do pessoal. E *criou-se uma animosidade entre mim e o prefeito muito forte.* Porque *o prefeito disse que o pessoal não ia sair de dentro do Parque e eu disse, simplesmente, "É problema dele. Não vão sair de dentro do parque? Também não vão sair com nenhum produto de dentro do Parque. Eu vou apreender todo o produto que for sair de dentro do parque. Eu vou apreender aqui". Resultado: eles passaram a descer alta hora da madrugada*. Lá em cima, na curva do rio, eles desligavam o motor e vinham pilotando o barco de bubuia, na correnteza, para passar que ninguém visse. *Agora, a gente estava sempre acordado, de vigia e tal. Ligava o holofote ligado na bateria - holofote capivara. Ligava o holofote e estava sempre*

dando uma olhada. E aí, ligava o motor de popa e corria lá de revolver. Todo armado, é claro. Chegava lá prontamente e "Encosta o barco!" Arrastava o barco para o flutuante, apreendia tudo, botava o pessoal aí. De manhã cedo conferia tudo. "Está tudo preso!" Fizemos isso umas poucas vezes e foi o suficiente para estourar a questão contra o prefeito. Aí ficou um Deus-nos-acuda. [Vivaldo Campbell de Araújo, 65, Pça. 14 de Janeiro, Manaus, 02.08.1999]

O que pode e o que não pode dentro da "reserva": o PNJ, o fim da borracha e o contrabando

Enquanto que em Anavilhanas os residentes permaneceram na área aguardando o pagamento das indenizações para se retirarem, no Jaú eles ficaram na expectativa da atitude que o IBDF tomaria – além da repressão costumeira - em relação à sua situação: se permaneceriam ou não na área e em que condições. A gestão de Vivaldo não foi marcada só por ações repressivas e conflitos, mas também aquela na qual se produziu entre os residentes uma compreensão peculiar do que se podia ou não fazer na reserva. Vários fatores contribuíram para isso.

Em primeiro lugar, a postura adotada pelos próprios gestores, semelhante a que se viu em Anavilhanas: tolerar certas atividades produtivas ao tempo em que se tentava reprimir as julgadas prejudiciais ao Parque. No Jaú também foram legião as orientações para que os residentes não mais abrissem roças em mata virgem, restringindo-se às capoeiras para isso, que cessassem com toda a extração de madeira, caça, pesca e mariscagem, em especial as atividades de caráter comercial – sendo permissivos e tolerantes com as atividades produtivas para o autoconsumo.

SJ: [...] Foi quando o Dr. Vivaldo teve aqui explicando que isso aqui é um Parque. *Então, a gente não deveria botar roça na mata virgem, devia botar roça em capoeira, e não derrubar mata assim perto da beira do rio também. Botar roçado não perto da beira do rio. E zelasse pelo Parque que isso aqui era nosso*. Mas eu não estou lembrado que ano foi.
HB: Certo. Quer dizer que o senhor tomou conhecimento por intermédio do ...?
SJ: Dr. Vivaldo. Ele esteve até aqui. Nós fomos por ali, ele reparando a plantação de seringa. Fomos ali pela roça, tudo nós passamos com ele, o doutor Vivaldo. Aonde ele disse, que o pessoal vinha, "Ah, porque o meu serviço!?" *"Não, não se preocupe. Quando for preciso sair, eu mando avisar vocês. Pode trabalharem tranqüilo do jeito que vocês estão trabalhando, que não tem problema. Agora, zelar pelo parque"*. Isso foi o que ele me disse. [...] *era proibido pescar para comercializar, mas pescar para comer não era e nem é proibido*.
[seu Jacinto "Jaci" Maria dos Santos, 67, Sorva, rio Pauini, 28.06.1998]

AA: Aí apareceu o IBAMA aqui na boca. Aí começaram a acochar a gente. Ninguém podia colocar uma roça, ninguém podia tirar um leite de um pau, não podia cortar uma seringa, uma sorva. *Nada para vender a gente não podia fazer*. Como é que a gente ia sobreviver?
[Antenor Raulino Nicássio, 30, Seringalzinho, rio Jaú, 03.07.1998]

> JR: [...] Outras coisas não. *O negócio de plantio é que eles queriam que a gente não desflorestasse, mas agora diz que eles não se incomodam mais. Eles não queriam que a gente derrubasse a mata, mas para plantar a gente tem que derrubar né?* Mas diz que com isso eles não se incomodam mais. [...] A gente pode plantar a roça da gente. *Só o que está ruim é o produto: o que dá dinheiro eles não querem que a pessoa leve e o que é livre não dá dinheiro*.
> [seu José "Rufino" Alves da Silva, 51, Santa Maria, rio Jaú, 16.06.1998]

> VS: [...] *Eles proibiram de botar roça. Só em capoeira*. Aí não tem nem como ficar aí. Eu sei que por enquanto, enquanto não me tirarem daí, eu estou botando roçado porque eu não posso viver sem ter minha plantação. Como é que eu vou viver? Outra coisa é o cipó. Eu pego cipó. Eu vou morrer de velho, mas pelo ao menos eu trabalho.
> HB: O senhor falou que era proibido de plantar roçado. Como assim? Quem proibiu? Como é que essa notícia chegou?
> VS: *Essa notícia veio pelo IBAMA mesmo. Eles mesmo que me disseram lá na boca*. Eu falei com os fiscais - com aquele João do Carmo. *Mas podia fazer a plantação na capoeira. Na mata virgem é que não podia mexer*. Por último eu já soube dessa lei que o cara não pode botar fogo no roçado. Ele tem que botar e juntar. Mas sem fogo não dá nada, tem que botar um foguinho. [...]
> [seu Valter da Silva Lima, 51, Queiroz, rio Jaú, 04.07.1998]

O próprio Vivaldo, em seu depoimento, admitiu diferenciar as atividades voltadas para o mercado das dirigidas para o autoconsumo, quando conduzia ações de fiscalização. Como se fosse possível a esse grupos domésticos e familiares existirem como unidades de produção e consumo absolutamente autônomas em perfeita harmonia com a ordem natural.

> VC: [...] *Que um caboclo mate um animal e coma, tudo bem. Mas comercializar não!* [...]
> HB: O senhor mencionou durante o seu depoimento que se fazia uma distinção entre a exploração de recursos naturais para efeito de comércio e aquela para efeito de consumo próprio. Nas ações de fiscalização que o senhor conduzia como chefe do parque o senhor fazia efetivamente essa distinção quando abordava os moradores daquela área?
> VC: Claro. *O que o caboclo tinha para comer a gente não interferia, porque ele só tinha aquilo para comer. É normal*. Como eu digo aí, *eu sou um ser humano, rapaz!* O caboclo matou um macaco para comer, eu vou pegar o macaco do caboclo e jogar no rio porque era macaco? Não, deixa ele comer. Está morto mesmo. Agora, eu disse para ele, *"Olha, tu não vais comercializar esse couro não, hein?! Eu vou levar o couro e vou destruir esse couro, vou fazer qualquer coisa. Tu não mata mais bicho aqui, não. E, olhe, não é para matar macaco, não! Tu pescas o peixe, tu vais matar tua cotia para comer, tua paca, vais dar tua espera, tudo bem. Agora, não vai botar roçado aqui, não"*. Chegava lá, a gente olhava - subindo o rio - fumaça. Chegava lá, era um roçado pegando fogo dentro do Parque. Aquilo me dói, rapaz. Você que é um diretor de Parque, você é um engenheiro agrônomo, você um cara com mestrado em ecologia [...]. Então, eu achava aquilo... Eu digo, "Meu Deus! Isso é um Parque!" O cara botando um roçado e se achando com direito porque o prefeito de Novo Airão [...] queria que isso acontecesse. Acha que está certo. Eu não entendo. Numa área de parque? [...]
> [Vivaldo Campbell de Araújo, 65, Pça. 14 de Janeiro, Manaus, 02.08.1999]

Em segundo lugar, há a longa e diversificada tradição extrativista vegetal dos rios Jaú, Carabinani e Unini, com expressivo volume de produção voltado para o mercado – enquanto em Anavilhanas a extração madeireira era a produção comercial dominante e quase que exclusiva. Assim, a investida de Vivaldo contra a saída de produtos do PNJ, em especial aqueles dirigidos ao mercado, teve ali repercussões peculiares. Essa tradição fez com que os residentes apreendessem a criação do PNJ a partir de associações com outras transformações mais ou menos coincidentes - como fica claro nos depoimentos a seguir.

> HB: E quais foram os motivos que levaram o senhor a ir para Novo Airão?
> JB: Rapaz, o motivo que me levou para lá foi o seguinte: foi a falta de condição financeira, que por aqui ficou dificultoso. O poder econômico aqui ficou numa situação, depois da criação do Parque, não é? Porque aqui entrava era regatão para cima e para baixo - movimento, comércio ambulante. Vendia-se produto, tudinho. *E já vinha, mesmo antes disso. Antes do Parque; já vinha ficando difícil devido à desvalorização do produto. Porque aqui a gente tinha uma sobrevivência do produto regional. A borracha foi caindo, foi caindo.* Depois era a sorva, a balata, o cipó - essas coisas. O cipó ainda tem um acessozinho até agora. Começaram a tirar cipó depois que terminou a sorva, a balata, a borracha, essas coisas. Então aí, foi diminuindo interesse comercial. *Então, foi ficando difícil, não havia mais interesse nem coisa nenhuma. Então, o que acontece? Aí o povo também foram saindo. Foram saindo, procurando outros meios de sobrevivência tudinho.* Aí ficou nessas condições que não tinham mais, né? E eu aí também fiquei numa situação difícil, *porque aí não tinha do que a gente sobreviver, né?* De nada. [...]
> [seu João Bezerra de Vasconcelos Filho, 71, flutuante do IBAMA à foz do rio Jaú, 02.06.1998]

> HB: Outra coisa que o senhor falou, Seu Chico, foi que *o Dr. Vivaldo chegou lá dizendo que ia parar com a exploração*. Mas o povo diz que a produção de goma elástica [...] teria acabado antes mesmo do parque ter sido criado. Como é que foi? O que é que veio antes?
> CV: *Não veio antes nada. Isso aí ele* [o Dr. Vivaldo] *prometeu que a gente ia parar*. Mas aí, até nós nos reunimos. Nós viemos aqui com o vereador. Ele ligou lá para o chefe. Naquele tempo era, se eu não me engano lá, o delegado era o Dr. Cláudio. Ele conversou lá com ele e o pessoal ficaram continuando a trabalhar. *Eles não queriam que derrubasse a sorva, só de aparelho*[142]. O pessoal foram continuando a trabalhar. Agora, eu não. Porque eu não conseguia trabalhar mesmo nisso. Eu trabalhava só em agricultura. *Aí decaiu mesmo. Desvalorizou a goma elástica. Desvalorizou. E por isso que acabou. Ele falou que iria parar a exploração. Mas com essa reclamação que houve, o pessoal ficaram continuando trabalhando. O que aconteceu foi que desvalorizou mesmo*. Não sei o que aconteceu lá fora. Desvalorizou. A borracha não deu mais dinheiro. A sorva não deu mais dinheiro. Uns dizem que foi muita impureza que o povo puseram. [...]
> [seu Chico Viana, 62, bairro N^{a} S^{ra} Auxiliadora, Novo Airão, 31.10.1998]

> AR: [...] Naquela época tinha muita renda. Sabe porque? Por causa da goma

[142] Merece destaque, num primeiro momento, a restrição ao extrativismo vegetal por aniquilamento de algumas espécies produtoras de goma elástica: sorva, balata e ucuquirana.

elástica. A goma elástica: borracha, sorva, balata. Isso dava dinheiro. [...] Tinha o chicle. Tudinho o camarada trabalhava e produzia muito. Mas isso acabou-se.
FVM: Quando foi que o senhor percebeu que começou a diminuir a quantidade de regatão?
AR: Agora, *a quantidade de regatão começou a diminuir antes da IBAMA mesmo. Antes de começar a IBAMA foi o tempo que acabou-se a goma elástica. Antes de começar a IBAMA já acabou-se a goma elástica*. Parou assim: acabou-se a balata, ficou a sorva; acabou-se a sorva, ficou a borracha; aí acabou a borracha, acabou-se tudo. *Aí passaram a mergulhar e pegar os bichos* [de casco] *lá pelo fundo para sobreviver*. Não teve mais condição. Tem o cipó, mas nem todo mundo quer tirar o cipó, porque é pouco dinheiro. Então é isso aí. Mas produzia-se muito!?. Era. [...]
[seu Adelino Reis, 79, bairro Nª Sra Auxiliadora, Novo Airão, 01.11.1998]

AS: [...] O Parque Nacional do Jaú, antes de ser Parque, no tempo do movimento da borracha, os moradores de lá não tinham necessidade de sair para ir comprar nem nada em Manaus porque de tudo tinha. [...] *Depois que a borracha caiu, aí foi criado o Parque, aí acabou tudo. Antes da borracha cair é que foi criado o Parque*. A borracha era um produto tão bom na época, que dentro daquele Parque, com a imensidade de gente que existia, eu queria que o senhor visse. Porque contando assim ninguém acredita a fartura que existia dentro daquele rio. [...] A gente viajando uma hora dessas assim, em época de desova de bicho de casco, o senhor dobrava assim uma ponta, aquelas praias estavam negrinhas de tracajá em cima. E hoje acabou isso. [...] *Depois que foi criado o Parque, a borracha caiu, aí inventaram essa tal de pesca de bicho de casco, matação de caça. Eu sei que o IBAMA nunca deu jeito até agora*.
HS: Nunca deu jeito e eu acho que não dá. *Aí arrasaram. Arrasaram com tudo*.
HB: Quer dizer que essas coisas - a queda da borracha, a criação do Parque e o começo da mariscagem de bicho de casco - aconteceu mais ou menos...?
AS: Junto com a criação do Parque e a queda da borracha. Foi. No tempo que a borracha dava dinheiro, os regatões que iam para lá não compravam bicho de casco, nem ninguém pegava. Só para o consumo de lá. [...] Compravam não. Só era borracha mesmo. Borracha, sorva, castanha e alguma pele de animal.
HS: Que naquele tempo dava dinheiro. Era proibido.
AS: Gato maracajá, onça. [...] Farinha eles sempre compravam, mas negócio de bicho de casco não. Compravam mais era pirarucu – pirarucu compravam. Mas bicho de casco não.
HS: *Aí foi o tempo em que tudo se acabou. A facilidade que acharam foi essa da pescaria e pronto*.
AS: Aí foram lutar contra o IBAMA [Risos]
HS: E estão lutando até hoje, né.
AS: Quando o IBAMA pega uns, toma e joga n'água. Outros passam.
HS: Outros desviam e a peleja é essa.
[dona Hilda Vieira Savedra, 73, e seu filho caçula Ângelo Savedra, a bordo do batelão "Ângelo Jr.", igarapé do São Francisco, Novo Airão, 02.11.1998]

As cronologias se chocam e mesmo alguns residentes se contradizem. Não se pode, portanto, estabelecer com certeza se, para a região em apreço, a desvalorização do produto, a queda do preço da borracha e outras variedades de goma elástica, a redução do movimento comercial e a busca de "outros meios de sobrevivência" se deram antes ou depois da criação do PNJ. Entre esses outros meios de sobrevivência destacam-se a

captura de quelônios - “bichos de casco” - e a pesca artesanal não cultivava de peixes de valor ornamental - as “piabas”.

É possível que, em se tratando da extração de borracha, o golpe fatal tenha sido desferido em 1990 com o fim do subsídio à borracha no governo Collor - dez anos depois de criado o PNJ e último ano da gestão de Vivaldo. Isso corresponde aos dados produzidos em campo com os residentes em 1993-94 e em 1998-99, segundo os quais eles teriam começado a arrancar cipó há quatro ou cinco anos, no primeiro período, e há cerca de 10 anos, no segundo.

Quanto à pesca de quelônios e peixes ornamentais, há registro dessas atividades sendo desenvolvidas em escala comercial bem antes da criação do PNJ. Já fiz referência às críticas de Agnello Bittencourt [1925] e outros que o antecederam ao desperdício implicado na produção de manteiga de ovos de tartaruga *Podocnemis expansa*. Já a pesca de peixes ornamentais existe no Amazonas há 40 anos e tem no município de Barcelos a principal área de extração, representando 60% da renda do município. Ela ocorre principalmente nos igarapés situados à margem esquerda do rio Negro, abaixo da sede daquele município (Faria 1998).

Seu Alegário, antes de ser contratado pela ABES para trabalhar na EsEc, atuou como regatão, ou, nos seus próprios termos, “atravessador” de “produtos naturais” que constituem a “parte sócio-econômica da região” - chegando a freqüentar o Jaú para isso.

> AS: [...] Quer dizer, em 1979 meu pai parou com o serviço de jangada. Aí eu entrei com a extração de madeira. [...] De 1979 até 1982, quando deixei a atividade de jangada, *eu passei a ser atravessador. Comprar produtos regionais e vender*. [...] *E comprava produtos naturais, que era a parte sócio-econômica da região*. Então, aí chegou uma longa experiência. Aí eu achava que eu não deveria mais deixar o trabalho da preservação da natureza e partir para um outro serviço agressivo à natureza, que era *o que sempre ainda existe na região: pescador, tiradores de madeira - com a dificuldade que eles acham que o IBAMA proíbe, mas é a parte sócio-econômica dessa região*. [...] Eu fui para Barcelos. Então, na minha viagem, que eu ia levar o mantimento para a freguesia, também comprava produto e esperava. [...] Cheguei a regatear. Cheguei a comprar. Olha, professor, eu conversando com alguém, alguém falou, “Olha você não deveria conversar assim”. *Olha, eu comprei quelônio, eu comprei pele de fantasia, eu comprei madeira de jangada* - foi o ramo primeiro da minha atividade -, *comprei madeira serrada, mandei plantar mandioca*. [...] No caso a pessoa que eu mais conhecia de imediato no IBAMA, ou IBDF, foi o Luiz. Quando eu viajava comprando produtos, eu tive na boca do Jaú com ele e ele deixou nós irmos até a cachoeira, mas não tive vantagem. *Porque a vantagem do rio Jaú foi sempre o maior produto era o quelônio e isso não ia passar*, porque meu pai era muito amigo do tio do Luiz [...] e conhecia o Luiz também e nós não ia fazer esse tipo de trabalho com ele lá.
> [seu Alegário Monteiro dos Santos, 50, Novo Airão, 30.10.1998]

Eu mesmo observei a captura de quelônios e a pesca de peixes ornamentais com fins comerciais nos rios Jaú, Carabinani e Unini, desenvolvida tanto por residentes, como por ex-residentes e "gente de fora". O próprio Plano de Manejo reconhece a existência dessas atividades ainda hoje, descrevendo-as com detalhes e apresentando mapa com a distribuição do extrativismo animal praticado pelos residentes situados na área em que o Parque se projetou, algumas de caráter comercial – como a pesca de piabas e a captura de quelônios (IBAMA e FVA 1998, 118).

Já observei que a constância da crítica esclarecida de viés ecológico político e a proibição formal a essas atividades na década de 1970 explica, em parte, porque essas atividades –especialmente, a pesca de tartarugas e a coleta de ovos - são percebidas como sensíveis pelos próprios residentes da região até hoje (cf. nota de rodapé nº 50). Some-se a isso a repressão as mesmas desde os tempos de IBDF e SEMA, não só no Parque e na Estação, mas nos tabuleiros do rio Branco, conhecido desde há muito como rico em quelônios. O fato delas desenvolverem-se dentro dos limites do PNJ tornam-nas assunto ainda mais sensível, crítico e controvertido.

Mais importante, todavia, do que precisar com exatidão a cronologia dos fatos, para compreender as visões peculiares que os residentes têm das normas que regem – ou deveriam reger - o funcionamento do Parque, é reconhecer a associação que fazem entre a insolvência da produção gomífera, a busca de "outros meios de sobrevivência" de caráter comercial e a criação do PNJ. Isso porque eles parecem sugerir que a criação do Parque teria levado à intensificação de atividades ilícitas.

O que nos leva ao terceiro e importante elemento dessa equação. A criação do PNJ embaralhou a operação do direito costumeiro relativo à apropriação de áreas preferenciais de coleta, caça e pesca, pois deu margem ao questionamento de pretensões à apropriação exclusiva dessas áreas por certas pessoas e/ou grupos. A existência jurídica e material do Parque traduziu-se não só na pressão mais ou menos efetiva do IBDF e do IBAMA sobre as atividades de caráter comercial consideradas ilícitas, mas também numa série de conflitos em torno da apropriação de bocas de igarapés, lagos, igapós, barrancos, praias - habitats de desova de bichos de casco e de reprodução de piabas.

Não que essas disputas inexistissem. Em relatório de campo de 1994, salientei que os conflitos de interpretação e de reconhecimento de direitos à apropriação são mais comuns e intensos quando têm por objeto essas áreas, esses recursos e essas atividades. Não obstante, com o PNJ criado, abriu-se margem tanto para questionar abertamente

pretensões à apropriação exclusiva das áreas - fundadas em critérios como senioridade, titularidade, usufruto continuado e outros -, quanto para fortalece-las em outros termos, tonificando assim as querelas. Isso fica evidente no depoimento de seu Jaci, 67, criado na foz do rio Pauini, área reconhecida como seu "lugar antigo".

> HB: [...] O que aconteceu no Jaú e no Pauini depois que o Parque foi criado? Efeitos nesse sentido. Quer dizer, depois da criação, como é que ficou o Jaú e como é que ficou a vida das pessoas?
> SJ: Foi o seguinte. Depois que foi criado o Parque, o povo... Como por exemplo, se chegasse aqui, "Rapaz, eu queria pescar aqui". Eu dizia, "Rapaz, não. Tu não vai pescar aqui porque..." *"Não, rapaz. Isso aqui não é teu nem meu! Isso aqui é do IBAMA! Isso aqui ninguém tem nada aqui mais não. Isso aqui é do IBAMA. E vamos pescar, porque de qualquer maneira isso aqui não é meu nem teu". "Rapaz, mas não. Tu sabe que eu sou morador antigo daqui e tal e tal"*. E era assim, né? Aí depois disso... Era sempre assim. Sempre assim. O pessoal sempre assim encontrando na pesca. *Respeitava algum lugar que o pessoal exigia muito, que nem eu aqui, mas assim mesmo ainda entrava escondido.*
> [seu Jacinto "Jaci" Maria dos Santos, 67, Sorva, rio Pauini, 28.06.1998]

Embora não disponha de depoimentos que indiquem o emprego do Parque como argumento para reforçar pretensões à apropriação exclusiva de determinadas áreas e de certos recursos, a orientação disseminada pelos administradores – à semelhança do que ocorreu em Anavilhanas - de que as pessoas deveriam "zelar pelo que é seu", pois assim estariam zelando pelo Parque, constitui um dos fundamentos dessa argumentação. Esta se expressa de modo mais evidente nas relações dos residentes com "gente de fora" que vem extrair madeira, capturar quelônios e piabas, pescar e caçar comercialmente. Essa dicotomia "de dentro"/"de fora" é relativa e flutuante, tomando como referência ora o lugar/comunidade em que se vive, ora o rio, ora o Parque. Neste último caso, expressa-se a idéia e veicula-se a expectativa de que a agência ambiental deveria atuar impedindo a "invasão" de "pessoas de fora", defendendo portanto os interesses dos residentes quanto à apropriação das áreas e dos recursos mais visados. Aqui se evidencia que, em algumas circunstâncias, os residentes efetivamente se percebem como estando "dentro" duma UC.

Não obstante, também aqui a condenação à "invasão" por "gente de fora" não é unilateral. Conforme pude observar, as relações dos residentes com "gente de fora" é variável e depende das atividades produtivas e da organização em que se baseiam. Além da comercialização rotineira da sua produção extrativista vegetal e animal – incluindo madeira, quelônios e piabas – com os regatões, alguns residentes são arregimentados e contratados para trabalhar na pesca comercial e de piabas nos rios Jaú e Unini, contando com o rendimento obtido nestas atividades para a sua reprodução. Outros ainda trabalham como guias e práticos tanto para os visitantes esporádicos da unidade, quanto para os

próprios barcos pesqueiros, ajudando-os a atravessar cachoeiras e pedrais. É nessa esfera de relação, contudo, que se ouvem mais freqüentemente reclamações e protestos quanto à liberalidade com que certas atividades são desenvolvidas – notadamente, o contrabando e a pesca feita pelos "doutores de Manaus" com autorização do órgão ambiental -, podendo traduzir-se em oposição frontal e armada e no impedimento das mesmas.

Por fim e não menos importante, há que se considerar os modos idiossincráticos e os distintos veículos de difusão de informação pelos quais os residentes tomaram ciência, não só da criação do Parque, como vimos, mas também das normas relativas ao mesmo: os próprios agentes do IBDF e do IBAMA, os regatões, os parentes, vizinhos e amigos, o rádio e até mesmo a televisão. No primeiro censo e levantamento sócio-econômico abrangente feito pela FVA junto aos residentes, no final de 1993, a maioria dos entrevistados – 80 % - declarou nunca ter sido visitada por alguém do IBDF ou IBAMA que lhes prestasse quaisquer esclarecimentos. Esse mesmo relatório indicou que, dos entrevistados que responderam à questão sobre o que era permitido ou não fazer no Parque: (a) 90% consideraram o extrativismo vegetal como atividade permitida, (b) 70% consideraram proibida a captura de quelônios e (c) 50% consideraram lícito derrubar mata para botar roçado – as opiniões sendo rigorosamente divididas neste tema. Um número expressivo dos entrevistados declarou desconhecer o porquê das proibições: 60% não sabiam porque era proibido desmatar e 70% porque a captura de quelônios era ilícita. Além disso, 70% discordaram que fosse proibido desmatar para botar roça, ao passo que 74% concordaram que fosse proibido apresar quelônios (FVA 1994, 40-1).

Não foi à toa, portanto, que identifiquei em 1993-94, no baixo curso do rio Jaú, a distinção entre atividades definidas como "trabalho" e outras como "contrabando" ou "traficância". Nessa distinção está embutida não só a referência à legislação ambiental - mediada por inúmeros canais de informação e, portanto, muito mais presumida do que conhecida –, mas também uma diferenciação do tipo puro-impuro.

Os que se dedicam ao contrabando tendem a ser vistos como preguiçosos e indolentes, por oposição aos que "trabalham", i. é, os que se dedicam a atividades mais intensivas em trabalho, como o extrativismo vegetal e a agricultura, definitivamente não percebidas como atividades ilegais por aqueles que as desenvolvem - ainda que dentro do Parque e a despeito da pressão original do IBDF para que não botassem roças novas em áreas de floresta primária. Digo que os contrabandistas "tendem a ser vistos", pois não há condenação absoluta e unilateral às atividades definidas como contrabando, uma

vez que todos já se envolveram com elas em algum momento de sua trajetória, desde o comércio de peles e couros. Tudo se passa como se fosse condenável viver *só* de contrabando, de atividades, em tese, mais lucrativas, que não exigiriam o esforço consagrado ao extrativismo vegetal e à agricultura. Tende-se a considerar legítimo a comercialização em pequena escala de bichos de casco, piabas, pirarucu seco e uma "pelezinha" para "inteirar uma produção". Assim sendo, a farinha e os "produtos da mata" são vistos como atividades legítimas e lícitas dentro do PNJ, como "produção" propriamente dita, ao contrário daquelas que – e isso é muito significativo – se esteiam na vida animal: "não se deve fazer vida com vida" foi uma condenação que ouvi várias vezes em campo. São reiteradas as queixas quanto ao "tumulto" e a "perturbação" provocada pela atuação de piabeiros[143] e exploradores de bicho de casco.

Exemplo de família que gerou a sua própria solução diante da pressão difusa do IBAMA sobre atividades comerciais, da frustrada iniciativa de retirar os residentes da área em que se projetou o Parque e levando em conta a distinção trabalho/contrabando, é a de seu Erasmo, que chegou ao Jaú em 1957 e reside pouco acima da cachoeira, na margem esquerda. Já em 1990, consultores da FVA destacaram esta família como um dos quatro "casos especiais" a envolver aspectos específicos que ajudariam a compreender a realidade das atividades desenvolvidas pelos residentes (Sizer e Carvalho 1990, 31). Em 1994, sua casa abrigava um extenso grupo doméstico: quatro filho(a)s, com os respectivos cônjuges – quando casado(a)s – e netos. Em localidade imediatamente rio acima, moravam um filho e uma filha suas, formando outros dois grupos domésticos. A autoridade que exercia e o respeito de que gozava lhe permitia, até então, reunir em torno de si e na vizinhança as famílias de seus filho(a)s. Era agente comunitário da FUNASA e sua casa era um posto de busca passiva desta. Segundo declarou à época, ele teria abandonado a extração de látex tanto em virtude da queda do preço da borracha quanto das pressões do IBDF e IBAMA – ratificando a relativa simultaneidade dessas ocorrências. Elegeu a agricultura por julgar que o plantio de mandioca não representa qualquer ameaça a reserva, pelo menos, não tanto quanto o contrabando – mostrando como essa distinção é, de fato, operativa: "Eu abandonei a seringueira depois que isso aqui virou um parque nacional. Agora eu planto mandioca,

[143] O termo piabeiro é empregado indistintamente para se referir (a) aos donos de motores/embarcações que compram a produção dos residentes locais ou arregimentam pescadores para pescar com/para eles, (b) a estes pescadores que trabalham para os donos de motores e ganham por produção e (c) aos próprios residentes que vendem a sua produção aos primeiros – armazenando-a em caçapas ou em choqueiros.

bananas, abacaxi. Eu faço farinha. Eu não sou um contrabandista. Eu sou trabalhador". Para se prevenir da circunstância de se ver obrigado a deixar o rio Jaú sem indenização, comprou e cadastrou uma posse de 100 ha. no paranã do Cotia, na margem esquerda do rio Negro (cf. nota de rodapé nº 137). Supondo estar fora dos limites do Parque, ela está situado dentro da faixa de 10 km definida por Resolução do CONAMA nº 13 de 06.12.1990. No começo do inverno de 1994 ele estava plantando 7 ha. de roça lá. Mal sabia ele que, ainda assim, permanecia dentro dos limites do PNJ

Já os que se dedicam quase que exclusivamente à captura de quelônios e peixes ornamentais, à pesca e à caça comerciais, por sua vez, tendem a considerar "otários" os que - crendo estar regulando a sua vida de acordo com as normas que regem o Parque - se dedicam predominantemente à agricultura e ao extrativismo vegetal.

É principalmente da prática do contrabando que surgem os conflitos mais sérios quanto às pretensões de apropriação exclusiva de determinadas áreas, bem como as expectativas dos residentes relativas à atuação do IBDF e do IBAMA. Se são comuns as queixas em relação aos que pescam e caçam eventualmente sem autorização em lagos, igarapés e igapós que os queixosos reputavam como seus – em razão de pretensões à titularidade e/ou senioridade do usufruto das mesmas áreas -, tais queixas são mais virulentas quando se trata de caça e pesca comerciais – ou sejas, as atividades definidas como contrabando -, traduzindo-se com freqüência em oposição frontal, proibição e impedimento do desenvolvimento dessas atividades nas áreas em litígio. Tudo isso se desdobra em um conjunto de expectativas díspares face à atuação do próprio IBDF e IBAMA.

Em janeiro de 1994, por exemplo, os residentes das localidades visitadas no baixo curso do rio Jaú reclamavam que há muito não se via movimentação de piabeiros como a que estavam vendo naquela ano. A pesca de piabas sempre existiu no Jaú, mas naquele ano "estava de um jeito que não podia". Originalmente, segundo eles, os piabeiros eram cautelosos: subiam e desciam o rio com cuidado, trafegando preferencialmente à noite e usando os furos para evadir-se da fiscalização. Naquele ano, não sabiam o que estava ocorrendo, pois os piabeiros pareciam ter perdido a vergonha de vez, trafegando livremente pelo rio a qualquer hora do dia, sem receio nenhum. Atribuíam isso à ausência de fiscalização rígida na boca do Jaú – o que eventualmente ocorria no período em que os vigilantes trocavam de turno e viajavam a Manaus para entregas relatórios de atividades e receber salários - e suspeitavam que os piabeiros estavam gratificando os vigilantes lotados no flutuante.

O plaqueamento no rio Unini

Com o intuito de proteger a bacia do Jaú da nascente à foz e de interflúvio a interflúvio, o Decreto de criação do PNJ instituiu perímetro e limites aproveitando-se da topografia local. O ponto inicial é a confluência do rio Jaú com o rio Negro e, a partir daí, subindo pela margem direita do Jaú até a foz do rio Carabinani, continuando por este em sua margem direita até a sua nascente principal, seguindo os divisores de águas deste rio com o igarapé Açu, do rio Jaú com o rio Cunauaru, igarapé Timbó Titica e igarapé Sebastião; continua pelo igarapé Maruim e, depois, pela margem esquerda do rio Paunini e rio Unini, indo desembocar novamente no rio Negro e, pela margem esquerda deste rio, até o ponto inicial.

Ao adotar esses limites, comprometeu-se o objetivo de proteger integralmente a bacia do rio Jaú, pois deixou-se de fora os afluentes da margem direita do Jaú abaixo da foz do Carabinani – em especial, igarapés que se revelaram ecologicamente críticos, como o igarapé Preto. Por sua vez, a definição dos divisores de água como limites cria sérios problemas para a sua precisa definição e para a demarcação física do Parque, pois tratam-se de interflúvios tabulares marcados pela ocorrência em larga escala de áreas de acumulação inundáveis: superfícies depressivas sem escoamento, raramente drenadas e sazonalmente inundadas, cuja cobertura vegetal é composta de palmeirais e campos de alagação – os chavascais (IBAMA e FVA 1998, 50). Cabe notar que longe de constituir o “poderoso isolante de interferências humanas vizinhas” imaginado pelos planejadores, esses interflúvios foram habitualmente “varados” por trabalhadores em exploração de espécies produtoras de goma elástica – segundo vários relatos ouvidos em campo. Por fim, tal definição de limites criou uma situação insólita: embora as margens direita do Carabinani e esquerda do Paunini e do Unini não sejam abarcadas pelo PNJ, suas águas – no Unini, à jusante do Paunini - são jurisdicionais do Parque, o mesmo valendo para o pequeno trecho do rio Negro entre a foz do Unini e a do Jaú.

A sobreposição dessa descontinuidade jurídico-adminstrativa à dinâmica ecológica tem repercussões peculiares no rio Unini. Sua margem esquerda é um grande igapó, sendo raras as pontas de terra firme, donde os poucos assentamentos humanos aí. Até 1998, eram três: lago das Pedras, Flausino e Patauá[144]. Considerando o pulso de alagamento do Unini, poder-se-ia dizer que os limites e a superfície do Parque pulsam

como e com as margens do rio. Áreas que, na seca, estariam fora dos limites do Parque, no cume da cheia, estão dentro – como é o caso da restinga do Flausino, logo abaixo da foz do igarapé do Mauarú. Tendo inquirido recentemente o técnico da FVA responsável pelo sistema de georeferenciamento sobre quantos hectares a superfície do PNJ varia ao longo do ano, eis a resposta que obtive.

```
----- Original Message -----
From: "Andrew" <andrew@buriti.com.br>
To: <henyo@unb.br>
Sent: Tuesday, June 05, 2001 9:23 AM
Subject: Mapas

> Henyo, [...]
>
> Sobre a variação do tamanho do PNJ, creio que não existe. Ainda devo
> consultar um
> técnico da área de demarcação. Mas tenho a impressão que a área
> verdadeira do PNJ
> só poderá ser calculada com exatidão após a demarcação.
> O que devemos
> entender
> melhor é, qual o critério para demarcar os limites onde há igapó?
> Será
> a cheia máxima?
> E qual será essa? Aquela que a equipe de demarcação conseguir
> identificar?
>
> Ainda tenho essa dúvida.
>
```

Ficaria a decisão ao arbítrio dos topógrafos? Dever-se-ia rever e/ou especificar o perímetro definido no Decreto de criação? Os primeiros administradores, não assaltados por tais dúvidas, arbitraram que deveriam plaquear a margem direita do Unini e algumas outras áreas limítrofes – como praias e ilhas no trecho jurisdicionado do rio Negro. Tal atividade foi dirigida por Vivaldo e contou com a colaboração dos agentes de vigilância locais. Ainda que de modo equívoco e incompleto, o plaqueamento expressou a tentativa de, naquele momento, reificar os limites jurídicos-administrativos do PNJ e ampliar o exercício do controle sobre a sua ampla e polimorfa superfície.

> HB: Algumas pessoas que residem no Unini falam de um período em que houve um plaqueamento - foram colocadas placas ao longo da margem direita falando que era Parque. Foi o senhor que coordenou essa atividade?
> VC: Certo. É foi. *Nós colocamos isso para o pessoal saber que aquela área é um Parque*. Porque o pessoal dizia, "Eu não sei. Isso aqui eu vejo uma mata. É uma beira de rio como outra qualquer". Então, os caras queriam pescar, entrar e caçar, fazer e acontecer. Então, a gente colocava umas placas. Mandamos fazer um monte de placas. Saímos colocando a cada distância de 500 metros, 1000 metros,

[144] De lá para cá foi assentada nesta mesma margem a "comunidade" de Terra Nova, na região da cachoeira, composta de contingentes originários de Flausino – em virtude de conflito com os residentes em Democracia sobre o local da escola – e de outras comunidades e lugares do Unini.

colocava uma placa daquelas - “Aqui é Parque Nacional, preserve!” - para o pessoal tomar conhecimento. “O Parque do Jaú é aqui. Aqui é Parque.” Aí sabia que era um parque. A praia que tinha na frente, no rio Negro, na foz do rio Jaú. *Tinha uma praia enorme, rapaz, que saía no verão*. Saía bicho de casco. Quando a gente chegava lá estava lotado de gente pegando os bichos. De manhã cedinho, cinco horas da manhã, já tinha gente na praia vendo se tinha saído algum bicho que tinha desovado. *Quer dizer, é difícil, difícil demais o controle*. A gente colocava lá uma placa na praia, na ponta de cima, onde tinha mata, e abaixo tudo é areia. A gente colocava uma placa bem grande na praia. “Isso é uma praia de preservação, respeite”.
[Vivaldo Campbell de Araújo, 65, Pça. 14 de Janeiro, Manaus, 02.08.1999]

Foi esta a face com que o PNJ chegou ao Unini e foi por meio dela que a maioria dos residentes tomaram conhecimento da existência do mesmo.

HB: Quando é que vocês souberam da criação do Parque aqui?
T: *O Parque começou pelo Jaú. Aí depois eles começaram a entrar para cá, o pessoal do IBAMA, pregando placa*. Pregaram inclusive aí. Porque a escola era uma palhocinha que nem essa casa de farinha - no chão. Depois que o prefeito foi construir. Faz oito anos.
FVM: Ele colocou uma placa na escola?
T: Foi. Foi bem na escola. “É proibida a entrada. Parque Nacional do Jaú”. Aí eu chamei, naquele tempo era o Luiz do IBDF. Eu falei, “Rapaz, vocês não podem botar essa placa. Isso aqui é lugar de bagunça das crianças. Isso aqui é escola.” Naquela época o compadre João Miguel era presidente e eu fui lá com ele, porque não pode. Aí nós fomos mandar tirar a placa dali. Aí ele falou, “O senhor tire.” Aí a gente falou que ia botar lá no cemitério, porque lá só tinha morto. Foi aí que eles mudaram lá para baixo. *Acabou que o pessoal mesmo tiraram as placas. Aqui mesmo tinha uma, ali tinha outra*.
[seu Tarcísio , , Tapiira, rio Unini, .03.1998]

HB: Agora, vocês aqui já tiveram alguma questão com o IBAMA ou o IBDF?
AS: Não, senhor. Nunca. Nunca tivemos questões. Só no tempo em que eles - soubemos, assim, por notícia, eles não vieram mesmo com nós aqui; no ano - eu não sei em que ano foi que eles colocaram esse plaqueamento aí. Eles vieram plaqueando. Plaquearam aí a boca do Unini. Uma placa grande, assim, de dois metros de comprimento com um e vinte de largura. “Proibida a entrada neste rio”. Aí era discriminando tudo. Aí, vieram emplaqueando. Dali do Domingos para cá, todas essas pontas de terra eles plaqueavam. Deixavam uma placa. Ali no Carará deixaram. Bem em frente à casa do pai dessa, no igapó mesmo, eles deixaram outra placa. Deixaram outra na boca do Tejo, lá em cima - outra placa. Daí deixaram outra no Bacaba - outra placa. E assim foram, emplaqueando tudinho. Essa área de lá. Essa daqui não. Só a de lá. *A da boca do Unini os peixeiros derrubaram tudo. Atirando, derrubaram. Acabaram com o plaqueamento todinho*. Mas eles plaquearam. [...]
HB: Foi nessa ocasião que emplacaram que vocês tomaram conhecimento?
AS: Foi, que nós tomamos conhecimento deles, que iam tomar conta do rio. Aí, depois nós soubemos que era só aquela área a deles. [...]
[seu Avelino dos Santos, 71, Flausino, rio Unini, 30.04.1998]

HB: E vocês chegaram a ver essa coisa do plaqueamento do rio, quando plaquearam?
A: Chegamos! Chegamos. Era o IBDF que botou a placa lá na boca do Unini. Botou uma ali no lago do paranã das Onças e botou lá em cima. Aí ele botando. Só não botou aqui. *Quem tirou lá de cima, lá da boca do Unini foram os*

> *peixeiros*. [...]
> HB: A senhora disse que não colocaram aqui. Porque não colocaram?
> A: Porque não quiseram. [...] Não quiseram. Porque eles colocavam num ponto, no outro eles não colocavam. E eles vinham assim, sabe?
> HB: Agora, depois dessa iniciativa do plaqueamento do rio, o IBAMA chegou aqui a vir depois conversar com vocês, dizer, explicar alguma coisa?
> A: Não. O que ele veio foi arrodeando a casa, vendo se tinha algum bicho de casco. Era isso que ele fazia, né?
> [dona Anita Santos Souza, 57, Democracia, rio Unini, 29.04.1998]

Importa notar, mais uma vez, a resistência à restrição ao uso dos recursos do rio tanto da parte dos residentes, quantos dos peixeiros que ali atuavam - os geleiros ou geladores, barcos de pesca comercial, que via de regra arregimentam pescadores entre os residentes. As placas foram arrancadas, destruídas e metralhadas por uns e outros. Não havia sinalização nos rios Negro e Unini em 1998, que indicasse estarmos singrando águas do jurisdicionais do PNJ.

Aliás, quando estive no Jaú – rio e Parque – pela primeira vez, em outubro de 1993, a primeira coisa que me chamou atenção foi exatamente a placa afixada à frente do flutuante do IBAMA: “Propriedade do Governo Federal. Proibida a Entrada” – provavelmente semelhante as afixadas e destruídas à margem esquerda do Unini. A então Coordenadora de Pesquisa Científica da FVA, Regina Oliveira, chamou-me a atenção para o equívoco implicado nos dizeres da placa. Esta deveria dar boas-vindas ao visitante: “Seja bem vindo. Este Parque é seu. Aproveite”. A situação mudou um pouco, ainda que esteja longe do ideal de Regina. Hoje a placa afixada à frente do flutuante diz: “Entrada permitida somente com autorização”.

A versão Hugo

Apesar do que narrei até aqui, cumpre dizer que circula até hoje na área uma versão sobre a criação de ambas as reservas que as vincula ao prefeito Hugo Carlos Frederico, que antecedeu o finado Ferrari na gestão do município, ao tempo em que ambas as UCs foram criadas. Não logrei estabelecer a origem e o significado desta versão, segundo a qual o prefeito Hugo teria ou bem “vendido”/“negociado” com a SEMA e/ou o IBDF as duas áreas com todo o povo dentro, ou bem indicado as áreas como propícias para o estabelecimento das reservas.

> HB: Me diga uma coisa. Como foi que a notícia de que essa área do Jaú ia virar um parque chegou até vocês?
> J: Foi o seguinte. Ele ainda mora aqui. *Foi o prefeito que negociou. Eles estavam a procura dessa localidade e ele apontou o Jaú*. Mas eles queriam um rio assim com a nascente e tal. Aí ele foi e apontou para o Jaú que era ótimo para esse trabalho. Eu sei, que quando a gente pensou, é mesmo quando o cara é atacado

por índio, né? Os índio atacaram. [Risos]. [...] Ele ainda mora aí. *Esse prefeito negociou o povo e o rio*. [...]
[seu Jacinto, 64, e dona Alberta, Novo Airão, 01.11.1998]

HB: [...] O senhor se lembra como foi que vocês souberam que aquela área ia virar um reserva? Como foi que essa notícia chegou até vocês?
TF: Deixa eu vender meu peixe primeiro. Eu vou explicar para o senhor, porque eu estava a par de tudo. *Foi assim, o prefeito daqui se chamava seu Hugo. Aí chegaram aqui e perguntaram, "Qual área aqui que é bom para fazer um parque?" Aí ele apontou, "É o Rio Jaú"*. Isso eu estou contando por que eu estava na hora lá. Eu era cozinheira. Eu trabalhava para esse pessoal, cozinhando, fazendo comida. Então, nessa hora estava o seu Bezerra de Vasconcelos e perguntaram dele qual era a área que podiam fazer um parque e eles apontaram que o mais perto era o rio Jaú. Eu estou contando porque eu sei. Ele mesmo [o marido] não sabe porque não estava na hora. Mas eu estava.
[seu Francisco Assis de Souza, 66, vulgo "Chico Paca", e dona Teresa "Ferro" Magalhães, 68, bairro Nª Srª Auxiliadora, Novo Airão, 31.10.1998]

P: [...] *Ele fez negócio nessa área com nós morando dentro sem saber. Ele fez negócio com* - nesse tempo era a SEMA, né?, que agora é o IBAMA - *a SEMA*. Aí quando nós soubemos já foi que, "Rapaz, vão criar reserva aí no rio Negro e coisa e lousa." A gente não sabia de nada. *"Rapaz, o Hugo vendeu essas áreas tudinho, para o IBAMA, para o INCRA"*. Eu digo, "Rapaz, eu não sei disso." [...] Quem estava na prefeitura - quem era o prefeito era o Hugo. Aí correu o boato. "Rapaz, vão criar essa área".
[seu Carlos Alberto "Palitó" de Lima, 68, lago do Apuaú, 19.07.1998]

Indefinição e insegurança

Em função, por um lado, das inconsistências do processo de regularização fundiária da área do Parque, e por outro, da resistência dos residentes articulada pela prefeitura, não se extrusou nem se demarcou oficialmente a área do Parque até hoje. Mais do que isso, a área em que se projetou o PNJ ainda está sob a jurisdição do Instituto Fundiário do Amazonas (IFAM – o antigo ITERAM), pois integra o domínio público estadual na condição de terra devoluta – ou seja, não está registrada nem ocupada pelo Poder Público estadual, seja direta ou indiretamente. Ao contrário do que ocorreu em Anavilhanas, desde a criação do PNJ as terras públicas estaduais de caráter devoluto não foram transferidas para o órgão ambiental. Para tanto, seria necessário, primeiro arrecadá-las e incorporá-las em nome do Estado do Amazonas, para a sua posterior concessão, doação, termo de entrega ou mesmo desapropriação (IBAMA e FVA 1998, 10-11).

Não obstante, durante a sua gestão como chefe da unidade, Vivaldo acabou promovendo uma política informal, porém efetiva de expropriação territorial de custo zero para o IBDF e o IBAMA. Trabalhando com uma amostra de 32 famílias de ex-

residentes do rio Jaú em Novo Airão, Melo registra que 20 – 62,5% - destas deixaram o seu último local de residência no rio até 1990 inclusive – quando Vivaldo se aposentou como chefe de UC. Dezoito teriam deixado o Jaú até 1988 inclusive – ou seja, antes de terem os seus patrimônios avaliados pela equipe do IBDF e ITERAM. Dez famílias deixaram o rio praticamente de uma só vez, no ano de 1985. Dessa amostra apenas uma família procede do alto Jaú, a maioria vindo de localidades situadas no baixo e médio cursos do rio, sendo que duas se recolocaram dentro do rio antes de irem para a cidade de Novo Airão. Melo também observou que, malgrado a mudança de circunstância – que abordarei no próximo capítulo – o êxodo prosseguia, pois uma das famílias entrevistadas tinha acabado de chegar à cidade e relatava que outras famílias também pretendiam se retirar da área (Melo 1999, 53-4).

Questionados em pergunta aberta sobre "qual o motivo da saída do PNJ", as respostas foram tão homogêneas que permitiram a Melo montar tabela de freqüência de vezes em que as razões foram mencionados: presença do IBAMA (24), proibição da entrada de regatão (17), saiu atrás de escola (10), baixou o preço da produção (1) e outros (1). Fica evidente que a motivação para as pessoas se retiraram do Jaú está direta ou indiretamente ligada à criação e ao estabelecimento do Parque. O depoimento da professora da comunidade do Tambor, rio Jaú, Lúcia Bezerra, nascida em Airão velho e filha de seu João Bezerra de Vasconcelos Filho, sintetiza bem a "revolução medonha" promovida pela criação do PNJ.

> HB: [...] Quando foi que você ouviu falar, aonde você estava, como é que você soube, qual foi a reação que você teve, quando você soube que o rio Jaú, que era um rio onde seus antepassados trabalharam durante muitos anos, com muitos fregueses, tinha se transformado num Parque Nacional?
> LB: Pois é. Isso foi em oitenta que foi criado, mas em oitenta não foi divulgado. Agora, o ano mesmo assim que deu *aquela revolução sem tamanho aqui dentro do Parque*, eu não estou lembrada, não. Mas *isso aí gerou uma questão que mexeu com toda a raça*. Uns diziam que iam embora e não tinham onde morar. Aí outros diziam que o IBAMA - que era o antigo - ia indenizar as pessoas. Aí eu sei que *o que resultou foi que todo mundo foi descendo - que nem pássaro em tempo que se muda de um lugar para outro - para Novo Airão. E o que resultou que muitas pessoas estão passando necessidades*, porque em Novo Airão é muito difícil de emprego. Não tem emprego de jeito nenhum e também para fazer roça, lá já fica mais difícil. Eu não sei nem o que dizer do que eu achei, porque horas a gente acha que é uma boa, porque vai preservar tanto o verde quanto os animais, mas em questão já dos seres humanos que estavam aqui dentro eu achei que foi um - não foi muito legal. Porque tinha muita gente morando, tanto dentro do Jaú, como no Carabinane. *Aí todo mundo desceu como se fosse um temporal* e muita gente levou as suas crianças lá pra Novo Airão e no fim não tinham condições de por na escola. [...] Aí levaram as crianças e esquecerem a escola e virar - vamos dizer assim - quase marginal. Porque a falta de condições deles. Aí eu achei que não foi muito bom para as pessoas. Agora, falando de preservar animais e verde,

> aí nessa parte eu acho legal, porque desde que eu me entendi por gente é que eu vejo muitas e muitas pessoas carregando, principalmente, bicho de casco. É isso que eu acho.
> HB: [...] A expressão que você usou antes foi “revolução medonha”. O que você quer dizer com “revolução medonha”?
> LB: Bom. É o que eu penso. Revolução é que todo mundo ficou agitado. Pelo que eu conversei assim - é que eu não era tão observadora, mas era muitos comentários. Aí a gente ficava por ali ouvindo. É que ficavam dizendo que o IBAMA que era a entidade que estava naquele tempo – que agora hoje em dia já é [...] IBDF. Hoje é que é IBAMA, desculpe. Na época era IBDF. Ia expulsar todo mundo na marra dos seus sítios, nos lugares que estavam. Aí ficavam com medo. Aí outros já diziam que só saíam diante da grana que pagassem, dos benefícios e tal. Era isso que eu achava que era revolução.
> [Lúcia Bezerra, , Tambor, rio Jaú, 1998]

Embora o Plano de Manejo do PNJ hoje reconheça que a situação atual configura ilegalidade e que os que deixaram a área sob o constrangimento da fiscalização têm o mesmo direito à indenização dos que nela ainda residem, o destino dos ex-residentes permanece indefinido. Conquanto se comprove que essas pessoas tiveram posses na área em que se projetou o Parque – o que é muito fácil –, como calcular o valor das indenizações a que teriam direito? A situação é deveras complexa, marcada inclusive pela permanência de certo tipo de articulação cidade-campo – ou cidade-Parque – em que muitas famílias – pelo menos 22 da amostra de Melo – mantêm vínculos de parentesco e afinidade com outras que ainda residem na área em que se projetou o Parque, isso quando não alternam elas mesmas períodos de residência na cidade e nos seus sítios naquela área. Isso se justifica em termos tanto de manter acesso aos recursos de que usualmente se apropriavam, quanto de afiançar o seu direito à indenização – estratégia de reprodução social meditada por essas pessoas.

CAPÍTULO 5: DESAFIOS E DILEMAS NA PARTILHA DE UMA HERANÇA TERRITORIAL

Proêmio: o "Tambor silencioso"

No dia 16 de Fevereiro de 2000, uma das integrantes da Coordenadoria Socioambiental da Fundação Vitória Amazônia, ONG ambientalista sediada em Manaus que atua no PNJ em parceria com o IBAMA desde 1993, mandou uma mensagem eletrônica intitulada "Notícia do Jaú" para quatro pesquisadores que atuaram no Parque – incluindo eu. Nela, comunicava o trágico falecimento de Maurício Maria dos Santos, o seu Maurício, 81 anos, negro de Sergipe criado desde a mais tenra idade no Tambor, médio rio Jaú.

> A notícia que lhes darei através deste e-mail não é propriamente a que gostaria de dar, contudo há fatalidades que infelizmente são inevitáveis. Na semana passada, o seu Maurício pretendia baixar para Novo Airão para receber sua aposentadoria. Pegou uma carona com dois sobrinhos, num rabeta que vinha muito carregado (com algumas caçapas de aruanã). Eles viajavam à noite e depois que passaram pela comunidade do Seringalzinho, quando estavam próximos ao Nazaré, a canoa alagou. Foi a última vez que viram o seu Maurício com vida. Após muita procura, seu corpo foi encontrado somente depois de cinco dias, mais precisamente no domingo passado. Como a dona Latife, certamente sua morte será sentida em todos os aspectos. Tristeza.

A mensagem consternou-nos a todos que tivemos a oportunidade de conhecer, conviver - mais ou menos intensa e demoradamente - e desfrutar da generosidade, apoio e hospitalidade do velho Maurício. O *reply* mais emocionado veio de Campinas, no dia seguinte, do pesquisador do INPA responsável pelo levantamento de dados relativos a quelônios e crocodilianos para o plano de manejo do PNJ. Geroge Rebelo, o "Jaca", havia feito do Tambor a base de sua pesquisa de doutorado sobre manejo de quelônios pelos residentes do rio Jaú. Sua mensagem intitulava-se "Tambor Silencioso".

> Todos devem estar muito tristes. O Jaú, esse riozão, levou a vida do seu Maurício, líder e fundador da comunidade do Tambor. Tive o prazer de conhecê-lo e conviver com ele durante meu trabalho no Tambor. Várias vezes ele cedeu sua casa para que nosso time se instalasse, com todo o conforto que foi possível. Homem tranqüilo, sereno, firme em suas convicções e um excelente caráter.
> Sempre que chegávamos ao Tambor para uma longa temporada, eu fazia questão de conversar longamente com seu Maurício, que me dizia como estava o rio, que plantas estavam em flor ou com fruto, que peixes havia e onde estavam os bichos de casco. Nossos resultados nunca se chocaram, era uma grande sabedoria. Espero que a comunidade saiba se recuperar e escolha um novo líder que "não deixe a peteca cair", evitando que se repita o que aconteceu com o Seringalzinho após a morte de Dona Latife.

> Tenho saudades do velho Maurício. Na última vez que nos vimos, no final de 1998, trocamos um longo e fraterno abraço. "Quando volta?", ele me perguntou. "Não sei, vai demorar, meu projeto acabou" - respondi, prendendo o choro. Desci o barranco, entrei na "Laranjona", liguei o 40 e saímos. Dei mais uma olhada, para toda a comunidade que veio se despedir no barranco. Era uma algazarra, às seis da manhã de um dia nublado. Dei um aceno e fui em frente, olhando para o rio. Agora, o Tambor está silencioso. O riozão cor de chumbo levou seu Maurício.

Esta troca de mensagens é uma expressão da dimensão humana implicada na atuação de uma das agências que se envolveu com o planejamento do PNJ - a Fundação Vitória Amazônica (FVA) –, bem como dos pesquisadores que continuaram a trabalhar no Parque em seus projetos individuais.

A Coordenadoria de Pesquisa sobre Quelônios e Crocodilianos foi pioneira na realização das primeiras reuniões com os residentes, tanto para recolher informações sobre os seus padrões de apropriação de recursos, suas práticas de manejo e sobre os ecossistemas locais, mas também para informar-lhes de modo mais sistemático sobre as atividades que os pesquisadores estavam desenvolvendo na área e repassar-lhes os dados que vinham produzindo. Por estar lidando, quiçá, com a questão mais sensível em termos de apropriação dos recursos naturais da área - a captura de quelônios -, sobre a qual os residentes são extremamente reticentes e por necessitar da colaboração destes, a equipe tomou a iniciativa de realizar várias reuniões com eles como parte das suas atividades de pesquisa vinculadas à elaboração do plano de manejo da unidade.

O objetivo era discutir com os moradores o uso de quelônios "de forma limitada, que é seguramente mais realista que a política legal de não uso, ou a política vigente de vistas grossas" (Rebelo et alii 1995, 1). Uma dupla preocupação orientava a iniciativa de reunir-se com os residentes. Por um lado, postulava-se que "a permanência de moradores na área não pode significar a sua manutenção no nível de subsistência em que se encontram, preservando a sua pobreza extrema como item exótico da biodiversidade" - o que indica postura crítica face à concepção ossificada de cultura embutida na noção de "população tradicional", como veremos neste capítulo. Por outro lado, avaliava-se que "manter os recursos livremente acessíveis a moradores, comerciantes e pescadores levará necessariamente à 'tragédia dos comuns' - o esgotamento dos recursos" (id. ibid.).

Essa idéia de assegurar aos residentes, ainda que de forma limitada, o acesso aos recursos de que dependiam diretamente para a sua reprodução social, marcou desde o início a atuação da FVA no Parque e acabou se desdobrando em outras pesquisas sobre a

capacidade de suporte de outros recursos naturais valorizados e extraídos pelos residentes, notadamente cipó-titica (Durigan 1998) e arumã[1]. Quando a FVA começou a atuar na área do PNJ, no início dos anos 1990, o fez com um fato consumado: parque criado, estrutura de controle e fiscalização instalada na foz do Jaú, inexistência de plano de manejo para a unidade e, como se não bastasse, contrariando as disposições legais sobre a matéria, pessoas residindo na área e no seu entorno imediato, explorando diretamente os recursos naturais. Essa foi a herança que coube a FVA gerir em parceria com o IBAMA. Note-se que uma parte desta herança - a presença de residentes na área em que se projetou o Parque – poderia ter sido consumada previamente.

Incorporando a mudança de orientação e de abordagem que estava ocorrendo ao nível da ação conservacionista internacional, a FVA desde cedo manifestou a preocupação em estabelecer "creative park management in Amazonia, involving the local traditional riverain peoples in management plans" (FVA 1991, 11) – ou então, como diria mais tarde, "uma maneira criativa de administrar o PNJ" (FVA 1993, 11).

A presença continuada dos pesquisadores das diferentes coordenadorias de pesquisa na área e a participação - ainda que acessória e subsidiária, num primeiro momento - de alguns dos residentes nas atividades de pesquisa - seja como mateiros, guias ou monitorando indicadores para os pesquisadores – não só permitiu compreender mais adequadamente os que ali viviam, mas conduziu ao estabelecimento de vínculos afetivos e compromissos políticos, como sói ocorrer nestas circunstâncias.

O conhecimento da área, o convívio com os residentes e a relativa confiança mútua que daí surgiu permitiram uma "caracterização da população local" no plano de manejo que traz, às páginas 118 e 119, dois mapas identificando os pontos em que se verifica o extrativismo animal e vegetal praticado pelos residentes (cf. Mapa nº 7). Aí estão incluídas tanto a pesca, quanto os sensíveis itens: caça de subsistência, extração de quelônios e peixes ornamentais. Esses e outros mapas relativos à distribuição de espécies na área em que se projetou o Parque não poderiam ter sido elaborados sem a ativa participação dos residentes, que indicaram as suas áreas preferenciais de pesca,

[1] O arumã (*Ischnosiphon polyphyllus*) é uma herbácea de sub-bosque tropical de áreas inundáveis com água preta, que ocorre em grande quantidade nas florestas inundáveis do arquipélago de Anavilhanas – portanto, na área em que se projetou a EsEc. Atualmente, sofre pressão extrativista mal dimensionada, pois a fibra do seu caule é muito utilizada na confecção de artesanato: esteiras, peneiras, tipitis e, principalmente, tupés – espécie de tapete. A desinformação a respeito da ecologia desta espécie levou ao desenvolvimento do projeto "Ecologia e manejo da fibra de arumã em comunidades ribeirinhas no baixo rio Negro" por Erika

caça e coleta, e facultaram aos pesquisadores o acesso a seus currais de bicho de casco. Considerando as experiências traumáticas dos residentes com a fiscalização do IBDF e do IBAMA, relatadas no capítulo anterior, e que o Parque é uma UC de proteção integral, trata-se de um feito digno de nota.

Algumas dessas atividades seguem sendo realizadas, até hoje, pelos residentes, de modo precário e acoitado. Seu Maurício morreu afogado em virtude do alagamento de canoa de pequeno porte movida por motor rabeta, abarrotada de caçapas de piabas que deviam estar saindo do rio para o comércio local. O dilema simultaneamente epistemológico, ético e político implicado nas decisões relativas ao manejo do Parque foi ficando cada vez mais claro para a FVA. Dado que a consolidação da unidade passa, no entendimento desta, pela negociação entre distintos grupos de interesse conflitantes em torno da área, com diferentes níveis de organização e articulação, uma das suas linhas de atuação é o fortalecimento das "comunidades" como *locus* de organização política dos residentes. Tonificar a capacidade destes sentarem à mesa para negociar em pé de igualdade com os demais interessados no destino do Parque é uma preocupação dos que participaram daquela experiência de gestão. Donde a preocupação - expressa nas mensagens - com os revezes que os falecimentos de dona Latife e seu Maurício possam produzir.

* * *

Neste capítulo, proponho-me a enfocar as recentes experiências de planejamento e gestão do PNJ e da EsEc de Anavilhanas, analisando como as mudanças no tratamento da conservação da biodiversidade nas florestas tropicais repercutiram na gestão das UCs de uso indireto na Amazônia brasileira. Delineio o quadro normativo, institucional e ideacional pós-IBAMA (1989) e pós-UNCED (1992), em especial, as mudanças ocorridas na política ambiental entre os governos Sarney e Collor, para então focalizar os diferentes atores envolvidos no planejamento do Parque e da Estação, os distintos marcos institucionais de cada iniciativa e as metodologias particulares empregadas.

Interessam-me sobremaneira os rebatimentos dessas iniciativas ao nível dos grupos locais de residentes. Daí porque destaco: (i) as novas coalizões que residentes e ex-residentes do PNJ e de Anavilhanas lograram estabelecer com atores e agências

---

Nakazono, mestranda em Ecologia pelo INPA e hoje integrante da equipe do Projeto Fibrarte, desenvolvido pela FVA junto aos artesãos de novo Airão.

originalmente ausentes do quadro local; (ii) as mudanças no relacionamento de parcela dos grupos sociais locais residentes com - e o reconhecimento destes pelos - distintos níveis hierárquicos da instituição gestora; (iii) as expectativas e repercussões geradas sobre as modalidades locais de apropriação fundiária e dos recursos; e (iv) os conflitos, confrontos e contradições de entendimento sobre o que são as "reservas".

Baseio-me aqui na literatura em torno do tema, no levantamento e processamento da documentação em séries significativas, em entrevistas com informantes-chaves - pessoas que exerceram cargos e funções de formulação e execução de ações conservacionistas no país - e no trabalho de campo ao nível local junto aos atuais e ex-residentes nas áreas em que foram estabelecidas as duas unidades, ancorado em observação direta e entrevistas semi-estruturadas.

5.1. A Política Internacional do Desmatamento da Amazônia

Os acontecimentos da segunda metade dos anos 1980 levaram à constituição do que Hurrell chama de "política internacional do desmatamento da Amazônia" (Hurrell 1992). A estrepitosa repercussão midiática internacional das queimadas e do vertiginoso aumento da taxa desmatamento na Amazônia brasileira e o fato do Brasil responder sozinho por 33% das florestas tropicais remanescentes do globo fizeram do país um ator importante da política internacional em torno do desmatamento, pondo definitivamente a Amazônia brasileira no foco da atenção internacional. Os efeitos ecológicos globais do desmatamento, em termos de perda de biodiversidade e de contribuição para a mudança climática global, impuseram a questão de se e em que medida as florestas tropicais representariam um bem coletivo e seriam parte dos *global commons*.

Por um lado, as florestas tropicais se assemelhariam à atmosfera, à camada de ozônio, aos oceanos e à Antártida, por prover bens e serviços ambientais de alcance global, de que todos se beneficiariam. Assim sendo, os efeitos ambientais da destruição desses recursos afetaria, indistintamente, todos os países. Por outro lado, ao contrário daqueles recursos, a florestas estão firmemente situadas no território de sociedades políticas soberanas, não partilhando, assim, das características típicas dos bens coletivos, quai sejam: indivisibilidade e não-exclusividade. "Forests are thus both a 'global commons' providing a collective good from which all benefit and the 'property' of an individual state" (Hurrell 1992, 401). Essa dupla dimensão das florestas tropicais faz com que a questão da soberania sobre elas se coloque de modo bem acentuado.

A resposta internacional dominante ao desmatamento na Amazônia foi o crescimento da pressão externa sobre o governo brasileiro, o que, segundo Hurrell, era previsível, considerando-se o papel central que o Estado brasileiro teve na promoção de políticas de desenvolvimento dirigidas para a Amazônia no segundo após-guerra e a sua aparente susceptibilidade à pressão externa (Hurrell 1992, 403). Essa pressão se exerceu pela suspensão e atraso na liberação de parcelas de empréstimos, por parte de agências internacionais de financiamento, a projetos de desenvolvimento. O governo brasileiro, por sua vez, desencadeou uma reação nacionalista, tanto em termos de política externa, quanto em termos de política ambiental interna, que teve o seu auge nos anos de 1988 e 1989.

A reação nacionalista do governo Sarney, por um lado, ilustra, reflete, reforça e está em linha de continuidade com preocupações centrais dos países da semi-periferia do capitalismo e a linguagem do governo brasileiro desde a Conferência de Estocolmo: a ênfase no crescimento econômico e o papel da promoção do desenvolvimento da Amazônia neste; a suspeita de que os países centrais estariam usando a proteção ambiental como argumento para brecar o desenvolvimento do país; o senso histórico de vulnerabilidade da região face a interesses exógenos predatórios de internacionalizá-la; a hipocrisia dos países do norte, que já haviam destruído as suas florestas; e a importância do imperativo de integração nacional para a segurança nacional. Por outro lado, ela não se deu no vácuo e nem foi um caso isolado, vinculando-se estreitamente a outros movimentos da política externa brasileira. Hurrell refere-se, em particular, ao conjunto de atritos surgidos entre os EUA e o Brasil, ao longo dos anos 1980, em torno de temas econômicos e comerciais, entre os quais destacam-se o ressentimento no Brasil diante da política norte-americana face à crise da dívida latino-americana e a crítica norte-americana às políticas brasileiras de reserva de mercado para a informática e de reconhecimento de direitos de propriedade intelectual (Hurrell 1992, 405 e ss.).

Para compreender integralmente a reação do governo Sarney, deve-se considerar também certos o que ocorria na sociedade civil brasileira, em especial a consolidação do movimento ambientalista em suas várias vertentes. Segundo a tipologia cronológica desenvolvida por Viola (1987, 1988 e 1992) e por Viola e Leis (1995a e b), a segunda metade dos anos 1980 testemunha a emergência do “ambientalismo multisetorial” e a redefinição das formas de atuação e da problemática do movimento: da denúncia e do esforço de conscientização pública sobre a poluição urbano-industrial e agrária, a

"preservação" dos ecossistemas naturais e a degradação ambiental, à institucionalização e profissionalização do movimento em torno do desenvolvimento sustentável. De um movimento bissetorial em seu "período formativo" – ou "fase fundacional" -, marcado, como vimos no capítulo 3, pela atuação de associações ecológicas de base, de um lado, e por agências estatais de meio ambiente, de outro, o ambientalismo se dissemina, se diversifica e se torna complexo. Entre os vários "setores" que Viola e Leis reconhecem nessa nova circunstância, encontra-se o que eles chamam de socioambientalismo: vários movimentos sociais, ONGs, sindicatos e associações que têm outros fins precípuos, mas incorporam a variável ambiental como dimensão importante do seu ativismo[2].

É este o "setor" que nos interessa aqui, qual seja, os atores sociais diretamente afetados pelo desmatamento na Amazônia e cuja mobilização política enfoca os efeitos sociais das políticas públicas dirigidas para a região e toma corpo nos embates contra a ação do Estado. Esses "novos" movimentos sociais ganham visibilidade no final dos anos 1980, "o tempo dos primeiros encontros" - para usar os termos de Almeida (1994, 524). No decorrer dos cinco primeiros meses de 1989, ocorreram: o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, PA, em fevereiro, formalizando protestos contra a construção da UHE de Cararaô, o plano de aproveitamento hidroelétrico do rio e a inundação das terra indígenas; o I Encontro dos Povos da Floresta junto com o II Encontro Nacional dos Seringueiros, em março, em Rio Branco, AC, definindo um amplo programa de lutas por uma imediata reforma agrária, pela demarcação de terras indígenas e pela implementação das reservas extrativistas (cf. infra.)[3]; o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, em Goiânia, GO, em abril, reivindicando não só uma nova política para o setor elétrico com a participação da

---

[2] Reconheço que a tipologia cronológica de Viola e Leis é problemática, em particular a definição mesma do ambientalismo como "movimento social" englobante e a orientação normativa face ao estabelecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável. Além disso, por lidar com "movimento" no sentido estrito do termo - ou seja, com o tempo e a conjuntura -, ela constitui uma tipologia e uma taxonomia cujo conteúdo está em permanente revisão e construção: desde que foi originalmente formulada em 1988, quando Viola falava em "movimento ecológico" e a transição que identificava era entre uma fase ambientalista e a opção ecopolítica - identificada pelo surgimento do Partido Verde – até as formulações mais recentes de Viola e Leis da transição do bi ao multissetorialismo e da denúncia à institucionalização. O próprio número de "setores" que identificam tem variado: de cinco (Viola e Leis 1995a) a oito (1995b), incluídos aí os dois originais. Não obstante, como toda tipologia, ela se presta para organizar e classificar a diversidade empírica e me serve aqui de atalho para dirigir o foco imediatamente para os grupos que aqui nos interessam.

[3] O I Encontro Nacional dos Seringueiros ocorreu em Brasília, em outubro de 1985, marcando o lançamento em nível nacional da proposta de criação das reservas extrativistas e no âmbito do qual se decide pela constituição do Conselho Nacional dos Seringueiros, que teria como uma de suas principais atribuições a viabilização das ResEx (Menezes 1994, 52).

classe trabalhadora, mas também reforma agrária, demarcação das terras indígenas e reconhecimento dos territórios das comunidades negras remanescentes de quilombos; e outros que ocorreram em 1989: de assentados, de comunidades negras, de quebradeiras de coco babaçu, etc. Os encontros de Altamira e Rio Branco desdobraram-se, em maio de 1989, na Aliança dos Povos da Floresta, articulação formada pela União das Nações Indígenas e pelo Conselho Nacional dos Seringueiros. Todos esses eventos seguiram-se ao assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em novembro de 1988, que também foi objeto de grande repercussão internacional.

Como observa A. Almeida, "a 'crise ecológica' vivida por segmentos do campesinato e por grupos indígenas da Amazônia tem uma dimensão marcadamente política e ideológica" (Almeida 1994, 522), não correspondendo à "questão ecológica" posta por outros "setores" da sociedade abrangente. Tratam-se, antes de tudo, de mobilizações pela manutenção de condições de vida preexistentes aos programas e projetos governamentais – ou induzidos pelo governo – e pela garantia do "efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à identidade" daqueles atores sociais (id. ibid.). Manifestam, assim, a crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia.

Não obstante, ao promover a defesa dos ecossistemas amazônicos, por meio de suas lutas específicas e localizadas pela defesa dos recursos essenciais à sua reprodução sociocultural, as vítimas imediatas do desmatamento da Amazônia lograram articular coalizões transnacionais com ONGs ambientalistas e conservacionistas do Brasil e do exterior, expressando, desse modo, demandas universais (M. Almeida 1992). Segundo Hurrell, foi este o alicerce da politização da questão amazônica ao nível internacional.

> The political impact of social mobilization in the Amazon was largely the result of theses transnational ties and their contribution to the international campaign against Brazilian government policies, rather than the result of direct pressure on the government in Brasilia [Hurrell 1992, 414].

Assim, face à forte pressão internacional e à emergência de propostas de gestão compartilhada do bioma amazônico por governos de outros países e ONGs do país e do exterior, algumas das quais articuladas aos movimentos sociais suprareferidos, o governo Sarney reage tanto externa quanto internamente. Externamente, Sarney recusa-se a participar na conferência de cúpula sobre a proteção da atmosfera global em Haia, em março de 1999. A delegação brasileira à conferência opôs-se à qualquer referência à Amazônia no comunicado final e à sugestão do Presidente Mitterand de fortalecer o

papel ambiental da ONU, ampliando a sua capacidade de intervenção. Tal posição foi reafirmada durante o encontro de cúpula do Pacto Amazônico, em maio de 1989, tendo a delegação brasileira sido mais uma vez instrumental na rejeição, pelo Grupo dos Oito países latino-americanos, de todas as formas de condicionalidade ambiental e não-econômica sobre a ajuda financeira externa. O governo brasileiro também rejeitou consistentemente as crescentes propostas de vincular a redução da dívida a melhorias ambientais (Hurrell 1992, 406-7)[4].

Internamente, o governo Sarney responde com uma política ambiental de caráter nacionalista e o afunilamento de seus canais de interlocução no que tange às demandas sociais na Amazônia, concentrando a autoridade num único centro de poder, visando disciplinar e centralizar as decisões relativas à Amazônia. Isso se deu através do Decreto nº 96.944 de 12.10.1988, que criou o

> Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, denominado *Programa Nossa Natureza*, com a finalidade de estabelecer as condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal, mediante a concentração de esforços de todos os órgãos governamentais e a cooperação dos demais segmentos da sociedade com atuação na preservação do meio ambiente [Art. 1º; ênfase no original]

Coube ao titular da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN) da Presidência da República – órgão que sucedeu a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN)[5] - presidir a Comissão Executiva encarregada de "planejar, coordenar e controlar as atividades do Programa Nossa Natureza" (Art. 3º; §2º)[6]. Entre os seis Grupos de Trabalho Interministeriais instituídos para cumprir os objetivos do Programa, havia o de Proteção ao Meio Ambiente, das Comunidades Indígenas e das Populações Envolvidas no Processo Extrativista, "com a missão de, no prazo de 90 dias, estudar e propor e promover as medidas disciplinadoras da ocupação e

---

[4] A repercussão internacional da posição do governo brasileiro sobre a Amazônia foi tal, que o professor de teoria política Thom Kuehls toma declarações de Sarney sobre o Programa Nossa Natureza, publicadas no *Washington Post*, como expressões típicas do princípio de soberania – comparáveis às de Getúlio Vargas na década de 1940 sobre a marcha para o Oeste - e ponto de partida de sua exploração do espaço não soberano da ecopolítica (Kuehls 1996, ix e ss.).

[5] A Constituição Federal de 1988 extinguiu o CSN criando o Conselho de Defesa Nacional (CDN), órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do estado democrático (Art 91º, *caput*). Não obstante, com o texto da Constituição pronto, faltando apenas a promulgação, o Presidente Sarney baixou o Decreto 96.814 de 28.09.1988, que transformou a SG-CSN em SADEN, mantendo, assim, para esta a mesma estrutura que sustentava o CSN (Leitão 1990).

[6] Em março de 1989, ao tempo em que os povos da floresta e os seringueiros se reuniam em Rio Branco, o general Rubem Bayma Denis, Secretário-Geral da SADEN, discutia o Programa Nossa Natureza no III

da exploração racionais da Amazônia Legal, fundamentadas no ordenamento territorial" (Art 4º, inciso VI) – o único dos seis a ter seu prazo estendido indefinidamente pelo Decreto nº 97.636 de 10.04.1989. Este GTI chegou a propor e enviar ao Congresso Nacional, sob a forma de Projeto de Lei, proposta de ordenamento territorial da região amazônica, que atribuía ao Executivo Federal a tarefa de efetuá-lo, sem que se definisse o órgão ao qual caberia a tarefa e os critérios norteadores de sua ação. Paralelamente, fortalecia-se o Projeto Calha Norte e unidades militares em zonas críticas de tensão e conflito, a partir de meados de 1988 (Almeida 1990, 135). Segundo Leitão, o projeto visava obter do Congresso a legitimidade de que se ressentiam os projetos militares em execução no país, tornando-os legais (Leitão 1990, 112).

Essas e outras medidas tomadas no período indicam claramente que as questões cruciais da Amazônia – a ambiental, a indígena, a mineral e a dos conflitos agrários – permaneceram na condição de matérias de segurança nacional, subordinadas aos ditames da SADEN. É o que A. Almeida chama de elemento intransitivo da transição democrática (1990). Malgrado a Constituição de 1988 ter inaugurado entendimentos inovadores quanto ao meio ambiente e aos povos indígenas, as práticas elaboradas e operadas sob o regime autoritário continuaram a ditar as políticas de governo (Leitão 1990 e A. Almeida 1990 e 1994).

Entre as outras medidas tomadas no contexto do Programa Nossa Natureza estão as alterações promovidas no Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), entre as quais se destacam a subordinação do CONAMA ao Conselho Superior de Meio Ambiente (CSMA), pela Lei nº 7.804 de 18.07.1989, e a criação do IBAMA, pela Lei nº 7.735 de 22.02.1989. O CONAMA era o órgão superior do SISNAMA, tinha natureza colegiada e contava com a representação não só do Estado, mas de organizações da sociedade civil na sua função de assistir na formulação da Política Nacional do Meio Ambiente. Foi sobreposta por outra instância de caráter colegiado, em que a presença do Estado era quase que integral e a participação da sociedade civil organizada nula, diluindo-se na figura de membros individualmente considerados por seu notório saber e efetiva atuação em assuntos ambientais.

Para certos autores, a criação do IBAMA expressaria "uma reforma conceptual-organizacional na definição da problemática ambiental, já que *pela primeira vez*

Encontro dos Governadores da Amazônia Brasileira, em Manaus – mostrando como a contra estratégia do governo federal se associava a articulações com setores do poder local (A. Almeida 1994, 534).

associa-se a proteção ambiental com o uso conservacionista de alguns recursos naturais", demonstrando também "um aumento da importância da área ambiental na estrutura estatal" (Viola e Leis 1995a, 88; ênfase minha). Todavia, não só a associação que reconhecem não é original, mas também, pela conjuntura que venho delineando, parece ser outro o sentido de propósito da nova agência. Considere-se, ademais, que ela vinculou-se originalmente à Secretaria de Meio Ambiente da Presidência (Lei 7.725/89 Art. 2º) e teve como primeiro presidente – Fernando César Mesquita - pessoa da inteira confiança do Presidente Sarney. Coube ao IBAMA, de fato, centralizar a coordenação da política ambiental, incorporando, entre outras, as atribuições dos extintos IBDF, SEMA, SUDEPE e SUDHEVEA. O fato do IBAMA ter resultado da acomodação administrativa de agências que tiveram origens, trajetórias, formas de atuação e prerrogativas distintas na gestão da natureza e na modulação do território nacional e que, em alguma medida, concorriam entre si, explica a constituição de uma "cultura institucional" marcada por rivalidades internas e interpretações divergentes sobre o sentido da política ambiental. Ademais, o contexto histórico que leva à sua criação ajuda a compreender o sentido de propósito de seus membros, que tende a favorecer certo exclusivismo estatal na gestão ambiental, bem como a persistência entre eles de certa desconfiança e resistência quanto a iniciativas de parcerias e cooperação com ONGs no desempenho de suas atribuições.

Não fortuitamente, surge nesse período a quarta geração de UCs de uso indireto no Brasil. Só entre abril e junho de 1989 foram criados cinco dos sete parques nacionais registrados na Tabela 1 para o período 1986/90: Chapada dos Guimarães (MT), Grande Sertão Veredas (MG), Superagüi (PR), Serra do Divisor (AC) e Monte Roraima (RR) – os dois últimos em áreas de fronteira internacional na Amazônia e respondendo por 83,9% da área de ParNas criada no período. A proposta de criação de um ParNa na Serra do Divisor já constava da 2ª Etapa do Plano do Sistema de UCs do Brasil (1982). Em 1976 a região já havia sido considerada área de primeira prioridade para a conservação da natureza na Amazônia, na região fitogeográfica do sudoeste amazônico. Também em 1989, são criadas quatro reservas biológicas das nove registrados na Tabela 1 para o período 1986/90, nenhuma das quais na Amazônia. Só em 06.06.1990 seria criada uma nova – e última – reserva biológica na Amazônia: a ReBio do Uatumã, no Amazonas, na forma de compensação ambiental pela formação do lago da UHE de Balbina. Também é em 1989 que o IBAMA contrata a consultoria da FUNATURA para

elaborar aquela que foi a primeira formulação da proposta de um Projeto-de-Lei – hoje, Lei 9.985/2000 - instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

O volume de florestas nacionais criado nesse mesmo período - ainda que sejam UCs de uso direto - é representativo do que estava em jogo no Programa "Nossa Natureza". Entre 1989 e 1990 foram criadas 20 FloNas, das quais 18 na Amazônia – AM, PA, RR e AP -, sendo 13 destas sobrepostas às Terras Indígenas Yanomami e Alto Rio Negro, que, à época, estavam sendo objeto de procedimento demarcatório. Trata-se de demonstração cabal de apropriação - e potencialidade - geopolítica das UCs, em que as 13 FloNas foram criadas com o objetivo expresso de inviabilizar as reivindicações indígenas por TIs contínuas, fragmentando as em "ilhas"[7]. Alegando que a demanda indígena por territórios contínuos acobertava interesses internacionais inconfessáveis, tentava-se legitimar a presença de garimpeiros nas terras indígenas, argumentando que esta presença teria importância estratégica para a ocupação do território - segundo o conceito de "fronteira viva" desenvolvido pela ESG.

Isso ajuda a entender, por sua vez, a oportunidade da criação dos referidos ParNas do Monte Roraima e da Serra do Divisor - o primeiro incidindo sobre a TI Raposa/Serra do Sol, nas imediações do rio Cotingo, onde planeja-se a construção de uma UHE. Na virada da década de 1970 para 1980, setores da caserna, do Executivo Federal e forças políticas tradicionais podem ter se oposto ao estabelecimento de ParNas – por definição, vazios - em áreas de fronteira, por representarem riscos para a soberania. Não obstante, no novo contexto de mobilização social e avanço dos direitos territoriais de povos indígenas, seringueiros, quilombolas e outros, os ParNas podiam funcionar como instrumentos para inviabilizar essas demandas sociais e reforçar a presença do Poder Público federal na fronteira, por meio do estabelecimento de territórios estatais.

Não obstante, ainda no governo Sarney o quadro começa a mudar. Quando ainda estavam em curso os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e delineava-se a perspectiva de uma reforma agrária, o INCRA criou, através da Portaria nº 627 de 30.07.1987, a figura do projeto de assentamento extrativista, emcampando, assim, a reivindicação primeira dos seringueiros (cf. nota de rodapé nº 3). No apagar das luzes

[7] São elas: as FloNas do Amazonas e de Roraima, criadas em 01.03.1989 sobrepostas a TI Yanomami; e as Flonas Pari Cachoeira I e II, criadas em 1989, e Cubate, Cuiari, Içana, Içana-Aiari, Piraiauara, Taracuá I e II, Urucu e Xié, criadas em 1990, sobrepostas a TI Alto Rio Negro.

do seu governo, em janeiro de 1990, Sarney cria a primeira reserva extrativista do país: a ResEx do Alto Juruá, no Acre, com 506.186,00 ha (Decreto nº 98.863, de 23.01.1990) e população estimada de 6.000 pessoas, contígua ao ParNa da Serra do Divisor e quatro TIs. Uma semana depois ele baixa o Decreto nº 98.897 de 30.01.1990, que dispõe sobre as ResEx. Seguem-se as ResEx Chico Mendes (AC), rio Cajari (AP) e rio Outro Preto (RO), em 12.03.1990, já sob Collor.

A ResEx é um instrumento de política terriorial, um tipo de gestão governamental do território, que existe devido a processos anteriores de gestão social do mesmo (Little 1994, 13). Surgiu especificamente entre seringueiros produtores autônomos, posseiros, que exploravam borracha por conta própria e comercializavam-na com intermediários nos mercados locais, desenvolvendo a agricultura e a pequena criação para o consumo – uma configuração social que, segundo Allegretti, teria se consolidado na década de 1970, com mais expressão no vale do rio Acre. Resultou de "uma seqüência bem definida de estratégias" desenvolvidas pelos seringueiros, "visando garantir direitos de posse sobre áreas de floresta ocupadas por gerações seguidas" – estratégias estas que começaram com os "empates" em 1973 (Allegretti 1994, 22). A ResEx define, assim, um território e a forma de regularizar o acesso a ele (19). Desse modo, expressa as demandas e experiências históricas de um segmento historicamente específico dos grupos sociais extrativistas, resultando da sua mobilização, das coalizões transnacionais que lograram estabelecer, das mudanças de abordagem à conservação da biodiversidade nos trópicos - que abordarei em seguida - e de um conjunto complexo de articulações e intermediações envolvendo movimentos sociais, ONGs e governo. Não obstante, celebrado como a materialização institucional da nova perspectiva "socioambiental", que busca reconciliar conservação do meio ambiente, eqüidade social e desenvolvimento, o modelo se generalizou, tanto ao nível federal como estadual, ultrapassando recentemente as fronteiras da Amazônia[8].

Foi sob Collor, todavia, que as mudanças se aceleraram e se estabeleceram novos marcos para a política ambiental. Isso ocorreu em virtude tanto de fatores já apontados aqui, como o crescimento do ambientalismo no país em suas variadas vertentes e as coalizões entre os movimentos sociais locais na Amazônia e a comunidade "ongueira"

[8] Em maio de 1992 foram criadas mais cinco ReEx: Mata Grande (MA), Ciriaco (MA), Extremo Norte do Estado do Tocantins (TO), Quilombo Frexal (MA) e Pirajubaé (MA) – sendo esta a primeira de uma série de reservas extrativistas marinhas criadas ao longo dos anos 1990.

transnacional, quanto da conseqüente formação de “comunidades epistêmicas” entre cientistas, grupos de pressão e formuladores de políticas (Peter M. Hass *apud* Hurrell 1992, 416) - que viabilizaram certa instrução ambiental - e do impacto da questão Amazônica nos objetivos mais amplos de política externa do novo governo. Em função dos esforços de liberalização econômica e desregulamentação, ajustados aos programas de ajuste estrutural, a Amazônia e as questões ambiental e indígena passam a ocupar um lugar distinto na política externa do governo Collor. Na visão da Chancelaria, tornava-se necessário explorar as preocupações ambientais dos países industrializados para impulsionar os objetivos de política externa do país, necessidade esta reforçada pelas indicações de que a América Latina estava progressivamente marginalizando-se nos *world affairs*, dadas as mudanças que ocorriam no leste Europeu, e de que as relações Norte-Sul haviam declinado sensivelmente. Percebia-se a interdependência ambiental global como uma exceção a essa tendência, que os países da semiperiferia do capitalismo dotados de extensos patrimônios naturais não poderiam ignorar (Hurrell 1994, 419 e ss.).

Daí se explica o conjunto de medidas em matéria ambiental tomadas pelo governo Collor, tanto aquelas de caráter meramente pirotécnico e eficácia duvidosa, que contaram com grande cobertura midiática – como a nomeação de José Lutzemberger para Secretário de Meio Ambiente da Presidência e a dinamitação de pistas de pouso clandestinas usadas por garimpeiros na TI Yanomami; quanto as que efetivamente alteraram a correlação das forças políticas locais na Amazônia - como a demarcação da TI Yanomami, impensável no governo Sarney. Saliente-se, também, o importante triunfo diplomático que foi ter sediado a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992. O objetivo imediato dessas ações era cortejar os países industrializados e mostrar que o Brasil estava em posição de poder exportar bens públicos ambientais para o resto do mundo, trocando a conservação das florestas tropicais por ajuda financeira, tecnológica e institucional de seus parceiros internacionais.

Pelo menos dois programas na área ambiental surgiram nesse período que representam a concretização do princípio da transferência de recursos para os países ditos em desenvolvimento: o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que iniciou as suas atividades em 1991; e o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP/G-7), instituído pelo Decreto n° 563 de 05.06.1992 – ambos contendo componentes e/ou sub-programas dirigidos a UCs.

O primeiro remonta à reorganização interna pela qual o Banco Mundial passou, em 1987, pressionado por ONGs que, em meados dos anos 1980, usaram, entre outros, o POLONOROESTE como munição em seu ataque contra o registro ambiental dos projetos do Banco. Com a reorganização de 1987, paulatinamente o banco começou a integrar um conjunto distinto de objetivos ambientais na formulação de seus projetos, criando um departamento de meio ambiente e quatro divisões regionais de meio ambiente, e estabelecendo procedimentos e diretrizes operacionais de avaliação ambiental. Aos poucos também começou a integrar critérios ambientais em suas políticas de alcance nacional, em particular em suas *Country Assistance Strategies*, contexto no qual ajudou virtualmente todos os países credores a preparar NEAPs - *National Environmental Action Plans* (Wade 1997).

Desde 1987, o governo brasileiro - primeiro através da SEMA e, depois, do IBAMA – trabalhou, com o apoio do PNUD, na preparação do seu NEAP, esperando poder contar com recursos externos oriundos de eventual acordo de empréstimo junto a agências multilarerais de financiamento, especificamente o Banco Mundial. Visava-se superar o que se consideravam, então, as maiores deficiências e os principais desafios enfrentados pela área ambiental do governo: a capacitação institucional, a conservação da biodiversidade e a definição estratégias de desenvolvimento ecologicamente consequentes. O Programa, desenhado no período 1987-1989, contemplou três metas de fortalecimento: (i) das instituições e da estrutura legal e normativa da área ambiental; (ii) da proteção às áreas ambientalmente mais importantes, do ponto de vista da política ambiental do País; e (iii) da proteção a ecossistemas sob risco iminente de degradação. Essas linhas de ação definiram os componentes que conformaram o PNMA em sua primeira fase: (1) Desenvolvimento Institucional, com quatro subcomponentes; (2) Unidades de Conservação, com cinco subcompenentes[9]; e (3) Proteção de Ecossistemas – com os subcomponentes Pantanal, Mata Atlântica e Zona Costeira.

A primeira fase se estendeu de dezembro de 1991, quando se tornou efetivo o Acordo de Empréstimo firmado pelo governo brasileiro junto ao Banco Mundial para fins de financiamento do Programa, até abril de 1994, quando foi concluída a revisão de

[9] Eram eles: (i) consolidação de unidades de conservação existentes, (ii) estabelecimento de unidades de conservação modelo; (iii) estabelecimento de novas unidades de conservação; (iv) treinamento; (v) fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

meio termo[10]. Nesse período, o PNMA teve como executor nacional o IBAMA. Os componentes Desenvolvimento Institucional e Unidades de Conservação - o primeiro compartilhado pelo próprio MMA e o IBAMA, seus principais beneficiários, e o segundo a cargo exclusivo do IBAMA – foram a exceção à regra da execução descentralizada do Programa. As ações previstas no subcomponente "consolidação de UCs existentes" previam: (i) o estabelecimento de infra-estrutura mínima necessária à proteção, administração e visitação, e equipamentos para 25 ParNas, dez EsEcs, nove ReBios, cinco APAs e uma EsEc estadual existentes; (ii) levantamento, demarcação e regularização fundiária; (iii) preparação de 15 planos de manejo; (iv) revisão e atualização de dez planos de manejo; e (v) monitoramento.

Jaú e Anavilhanas foram beneficiados com recursos do PNMA da ordem de US$ 767,149.00 o primeiro e US$ 876,132.00 a segunda, entre empréstimos do BIRD e do KfW, doações deste e contrapartida da União com recursos do BIRD. Esses recursos foram utilizados para recuperação, adequação e ampliação das suas infra-estruturas físicas e equipamentos de vigilância, comunicação visitação e acomodação, e para permitir aos servidores lotados nas duas UCs participarem dos cursos promovidos pela "Escola Móvel". No caso do Jaú, parte dos equipamentos e recursos foram usados para atividades de pesquisa e reconhecimento do Parque e estudos sócio-econômicos sobre os residentes viviam na área em que se projetou o PNJ – atividades estas vinculadas à elaboração do plano de manejo da unidade. Já Anavilhanas figurava entre as cinco UCs modelo a serem estabelecidas pelo subcomponente homônimo, uma para cada bioma representativo[11]. Não se pode dizer que tal objetivo tenha sido alcançado, pois a elaboração do plano de manejo da EsEc, considerado instrumento indispensável à gestão de qualquer UC, iniciou-se quando o PNMA já tinha se encerrado.

Na segunda fase do PNMA, iniciada com a revisão de meio termo em abril de 1994, a responsabilidade de execução foi transferida ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e a sua estrutura programática foi reorganizada: ações foram suprimidas ou descontinuadas em face de insuficiente

[10] O PNMA também foi financiado pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), do governo alemão, e contou com contrapartida do governo brasileiro. Na fase de implementação, recebeu apoio do PNUD, ao qual coube, atendendo a disposição específica do Acordo de Empréstimo firmado com o Banco, assistir na montagem de uma Unidade de Coordenação Geral - constituída por coordenadores, gerentes de projeto, técnicos e especialistas - com o fim de apoiar o executor nacional no desenvolvimento do PNMA.

definição de resultados, inviabilidade técnica para execução ou relação custo/benefício elevada, e os Subcomponentes discriminados em projetos. É assim que no componente UCs, cinco subcomponentes são descontinuados durante a revisão de meio termo do Programa[12], permanecendo os de regularização e levantamento fundiário, co-gestão de UCs, monitoria, treinamento ("Escola Móvel") e ações fundiárias, e os projetos específicos relativos a 18 ParNas – o Jaú incluído –, cinco EsEcs – Anavilhanas incluída –, cinco ReBios e três APAs[13].

Enquanto a abrangência do PNMA foi nacional, sendo a expressão no Brasil de uma iniciativa de alcance global deflagrada pelo BIRD em suas políticas de assistência a países ditos em desenvolvimento, o PP/G-7, por sua vez, enfocava especificamente o domínio neotropical sulamericano – em especial as florestas tropicais sitas em território brasileiro - e tem outra origem. Remonta aos primeiros esforços para tornar as florestas tropicais objeto da política internacional, por meio dos fracassados *Tropical Forestry Action Plans* de 1986, e ao interesse continuado do governo alemão na questão, atestado no Relatório sobre a Floresta Tropical de 1990. Na Conferência de Londres, em junho de 1990, decidiu-se criar um fundo multilateral para ajudar na proteção das florestas tropicais, mas foi só no mês seguinte, em julho de 1990, na reunião de cúpula do Grupo dos Sete (G-7) países industrializados, em Houston, por sugestão do chanceler alemão Helmut Kohl, que se propôs um amplo programa piloto para este fim. Embora a formulação original se referisse "às florestas tropicais brasileiras", reconheceu-se explicitamente a necessidade de ajuda externa para preservar a Amazônia (Fatheuer 1994, 15 e ss.; Anderson 1997).

Para o detalhamento inicial da fase de estruturação do PP/G-7, inclusive a discussão sobre a limitada participação da sociedade civil na elaboração do programa, o contexto que levou à formação do Gruo de Trabalho Amazônico e as críticas e condições postas por organizações da sociedade civil para apoiar o Programa, deve-se consultar Fatheuer (1994). É importante notar que a definição do objetivo geral do Programa revela uma concepção baseadas em problemas globais de meio ambiente:

---

[11] As outras quatro eram a EsEc de Taiamã, no Pantanal de Mato Grosso, o ParNa do Monte Pascoal, na Mata Atlântica do litoral sul da Bahia, a ReBio de Sooretama, no Espírito Santo, e a APA da Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais.

[12] Foram eles: estabelecimento do SNUC, estudos para novas UCs, planos de manejo, implantação de cinco UCs e implantação de 46 UCs.

maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais brasileiras pela implementação de processos que permitam o desenvolvimento sustentável e contribuam para a redução contínua da taxa de desmatamento.

O PP/G-7 estruturou-se em sub-programas, um dos quais – não previsto no desenho original - de Unidades de Conservação e Manejo dos Recursos Naturais Renováveis, composto, por sua vez, de seis projetos: o Programa Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), o Projeto Reservas Extrativistas, o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal da Amazônia (PROMANEJO), o Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea, o Projeto de Monitoramento e Controle de Desmatamentos e Queimadas na Floresta Amazônica e o Projeto "Parques e Reservas: Corredores Ecológicos". Este último tem entre seus objetivos implementar UCs modelos em áreas prioritárias de conservação da biodiversidade, ampliar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – no que se assemelha muito ao PNAMA - e conservar grandes blocos de florestas tropicais mediante a ordenação do uso dos recursos naturais e do incentivo a práticas sustentáveis dentro dos "corredores ecológicos". Este conceito vem sendo considerado "revolucionário" para a proteção da biodiversidade, supostamente por conspirar contra o isolamento das UCs já criadas e por estar fundado no "princípio da gestão descentralizada, participativa e abrangente". A implantação do "corredor ecológico da Amazônia Central", que corta os estados do Pará e do Amazonas, é um dos componentes do Projeto e abarcará, quando - e se - efetivado, o PNJ e a EsEc de Anavilhanas - UCs de uso indireto de importância central para aquele.

Tendo iniciado as suas atividades depois do PNMA, o PP/G-7 se projeta sobre e, num certo sentido, se beneficia das realizações promovidas por aquele. Contribuíram para redimensionar as estruturas do MMA e do IBAMA, informatizar este - criando as Redes Associada de Sensoriamento Remoto e Nacional de Informação Ambiental - e qualificar os seus recursos humanos. Eles foram os canais privilegiados pelos quais chegaram à área ambiental do governo - e mesmo a alguns de seus parceiros não-governamentais - novas ideias e concepções a respeito da conservação da diversidade biológica nos trópicos - formulações e orientações estas que vicejavam nos fóruns

[13] A íntegra do Relatório de Atividades oficial descrevendo as realizações alcançadas pelo PNMA no período de 1991 a 1996 está disponível *on line* no site do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal: http://www.mma.gov.br/port/cgmi/institu/daiag21/pnma/index.html.

internacionais de discussão sobre o estatuto e os objetivos das áreas protegidas. Não só por seus componentes de UCs – maiormente direcionados às de uso indireto -, mas por seus subprogramas de treinamento e capacitação de pessoal, eles criaram a ambiência para a mudança de metodologias de planejamento de UCs de proteção integral, abrindo -se em especial para as noções de "manejo adaptativo" e planejamento "participativo". Não obstante, convém passar em revista essa suposta mudança de abordagem para averiguar em que medida ela representa uma transformação efetiva.

5.2. Das "cercas e multas" aos ICDPs: a invenção das "populações tradicionais"

A abordagem das "cercas e multas" - *fences and fines" approach* - como técnica consolidada de manejo de UCs de proteção integral, vinha sendo sistematicamente reprovada por não cumprir seu objetivo manifesto de preservar a diversidade biológica, notadamente nos trópicos. Expressão do formalismo dominante no conservacionismo, segundo o qual a existência de áreas decretadas como UC de proteção integral seria sinônimo de conservação da biodiversidade, a IUCN deu início ao projeto "Habitantes en los Parques Nacionales de Sudamérica" em meados de 1990 com financiamento da GTZ. Tinha como objetivo determinar que conceitos políticos e administrativos foram forjados nos diferentes países face ao problema dos habitantes nos parques e como se pensava em atuar o futuro. Os dados divulgados em 1992 indicaram que dos 184 ParNas decretados em território sul-americano só 26 - 14,1% - podiam ser considerados totalmente desabitados – e, subentende-se, cumprindo as suas funções precípuas -, ao passo que 158 - 85,9% - enfrentavam "o problema da ocupação humana" e do uso de seus recursos em caráter temporário ou permanente (Amend e Amend 1992, 463).

Em virtude dos conflitos resultantes das "cercas e multas" como prática rotineira de minimizar os "impactos humanos" e desencorajar as atividades "ilegais" nas áreas protegidas, os formuladores e planejadores destas passaram a propor como condição *sine qua non* para o êxito a longo prazo do seu manejo, a inclusão da cooperação e do suporte das "populações locais". Como que constatando a inércia sociológica das formações sociais nos locais em que UCs de proteção integral são implantadas o casal Amend observou: "hay que reconocer que la eliminación radical de la ocupación humana, como única estrategia de manejo explicitamente mencionada en los

documentos, no se adapta a las realidades encontradas en la mayoria de los parques del mundo" (Amend e Amend 1992, 462).

Visando superar este problema de "adaptação às realidades sociais encontradas" é que vêm sendo promovidos os ICDPs - *Integrated Conservation and Development Projects*, ou seja, Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento -, vistos como representando "the vanguard of what will undoubtedly be a broad array of initiatives attempting to link conservation and development" (Brandon e Wells 1992, 557). Na verdade, sob a rubrica ICDP reúne-se amplo e diversificado espectro de iniciativas que procuram relacionar a conservação da biodiversidade em UCs de uso indireto com o desenvolvimento sócio-econômico em escala local. Assumindo a interdependência dos sistemas humanos e não humanos e que os desafios do desenvolvimento e da conservação são inextricáveis (UICN 1984), a filosofia central da abordagem ICDP revela-se na linguagem usada para descrevê-los: "'community-based' programs, employing 'participatory' methods to simultaneously 'empower' rural residents and conserve threatened species [and biodiversity]" (Barrett e Arcese 1995, 1073). Sendo seu objetivo central a manutenção de áreas protegidas, os ICDPs se propõem a alcançá-lo por meio da promoção do desenvolvimento sócio-econômico para grupos humanos em escala local e da oferta de fontes alternativas de renda que não ameacem a flora e a fauna das UCs. Como observa Lima, com outro tom, "projetos integrados apresentam a intenção de promover a melhoria das condições de vida da população como 'retorno' por sua cota de sacrifício e como incentivo à sua aceitação da proposta de preservação" (Lima 1996, 4).

Moeda corrente na agenda contemporânea do planejamento e manejo de UCs de proteção integral das grandes agências e instituições internacionais de formulação e planejamento da conservação, os ICDPs vêm se tornando objeto da atenção destes mesmos conservacionistas em função dos seus resultados muitas vezes ambíguos (Brandon e Wells 1992; Barrett e Arcese 1995; e outros). Os "limites da parceria ecológica" (Lima 1996) entre conservação e desenvolvimento, e os dilemas postos pelo desenho do planejamento de UCs de uso indireto com presença humana, contudo, têm sido majoritariamente abordados a partir de uma perspectiva normativa. Para além da possibilidade de convergência de interesses entre conservacionistas e antropólogos[14] em

[14] Notadamente, os ativistas dos direitos indígenas.

determinadas circunstâncias (Clay 1985, 2) e da contribuição da antropologia para o conhecimento da própria biodiversidade (Diegues 1996, 149 e ss.; Posey 1987), creio ser necessário refletir antropologicamente sobre as concepções subjacentes ao *ICDP approach* e à sua linguagem[15]. Antecipo que, em algumas instâncias, o trabalho que a FVA desenvolve em parceria com o IBAMA no PNJ (cf. próximo subtítulo) é definido como um caso concreto de aplicação desta "nova" abordagem aos problemas - tidos como comuns e inseparáveis - da conservação e do desenvolvimento.

A mudança de abordagem do *fences and fines* ao ICDP é mais visível no âmbito das formulações e orientações produzidas nos fóruns internacionais de discussão sobre os estatutos, os objetivos e as metodologias de gestão de UCs. Além das assembléias gerais da IUCN, há os Congressos Mundiais sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas, que têm sido promovidos pela CNPPA da IUCN em conjunto com o WWF Internacional, a Comunidade Econômica Européia e os Bancos Interamericano de Desenvolvimento e Mundial. Esses Congressos Mundiais têm se realizado a cada década desde 1962[16], com o objetivo de promover o desenvolvimento e o manejo mais efetivo dos *habitats* naturais do mundo, de modo que estes possam oferecer sua máxima contribuição para sustentar a sociedade humana. É à escala global, que coliga as sedes das organizações suprareferidas, como caixas de ressonância das avaliações das experiências localizadas de gestão e manejo das UCs, que perceberemos o surgimento das preocupações em relacionar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sócio-econômico em escala local na gestão dessas unidades. Também é nesta junção que veremos emergir a noção de "populações tradicionais".

A I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, realizada em Seattle, em 1962, enunciou o seguinte princípio geral para os parques nacionais:

---

[15] Limitando-me aqui às UCs de uso indireto não desconsidero que são exatamente as de uso sustentável - como as ResEx - aquelas que melhor expressam a tentativa de formalizar e institucionalizar os vínculos entre conservação e desenvolvimento. A própria ampliação da área de UCs de uso direto criadas no Brasil após 1984, em contraste com a drástica redução da área de UCs de uso indireto, parece confirmar a tendência de relacionar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento sócio-econômico na gestão dessas áreas. Ocorre que nas UCs de manejo sustentável a presença humana não se apresenta como contradição a ser equacionada, mas, sim, como um elemento mesmo do/no manejo das áreas assim definidas. Isso explica porque uma das soluções que tem sido sistematicamente apontada para o "problema da presença humana" em UCs de uso indireto é a sua reclassificação para categorias de manejo de uso sustentável – supostamente, a forma legal e administrativamente mais adequada a essa circunstância. Não obstante, permanece-se, assim, no âmbito do formalismo, deixando-se, assim, de explorar analiticamente a contradição implicada.

[16] O primeiro foi realizado em Seattle, USA, em 1962, e o quarto em Caracas, na Venezuela, em 1992. Cf. Barzetti 1993 e IUCN 1992.

> Para que uma área possa ser designada como parque nacional ou reserva equivalente, esta deve estar sob uma ampla proteção legal que a resguarde da exploração de seus recursos naturais ou de qualquer outro dano ocasionado pelo homem. *Na prática, se deve permitir algumas exceções e como tais devem ser manejadas sempre* [Amend e Amend 1992, 459; ênfase minha].

Como esta definição, as demais normas acordadas entre os participantes baseavam-se no que se reconhecia, então, como os princípios para o estabelecimento de parques nacionais na América do Norte. Brito avalia que a admissão da possibilidade de existirem exceções ao princípio geral foi um resultado importante dessa Conferência em termos da oposição ser humano/natureza (Brito 1995, 12-3). Essas exceções relacionavam-se a direitos privados - de habitação, de agricultura e pecuária, de prospecção, de caça - porventura existentes antes da criação do parque. Tais atividades, contudo, não deveriam ser de natureza permanente e dever-se-ia aspirar a uma redução ou finalização das mesmas (Amend e Amend 1992, 459). Dadas as dificuldades de definir uma área inteira por uma só descrição e/ou categoria, a divisão dos parques em zonas, definindo as atividades permitidas e proibidas em cada uma delas, foi proposta pela primeira vez (460).

Em sua 10ª Assembléia Geral - doravante AG -, celebrada em Nova Délhi, em 1969, a IUCN tentou estabelecer em caráter definitivo uma definição unitária de parque nacional de aplicação mundial. Resumindo os elementos principais da definição, ParNa seria uma área relativamente extensa onde: (1) um ou vários ecossistemas não tenham sido alterados materialmente pela exploração e ocupação humanas, as espécies, habitats e demais condições naturais fossem de interesse científico, educacional e recreativo, e existissem paisagens naturais de beleza excepcional; (2) as autoridades centrais do país tenham tomado medidas para impedir ou eliminar com a maior brevidade possível a exploração e/ou ocupação em toda a área; e (3) as visitas fossem permitidas, sob normas especiais, para fins educativos, culturais, recreativos e inspirativos (460).

Em 1972, a 11ª AG da IUCN, em Banff, no Canadá, incorporou oficialmente o princípio do zoneamento à definição de ParNa. Essa incorporação foi ratificada no II Congresso Mundial, realizado em Yellowstone no mesmo ano. A anexação do zoneamento ao conceito de ParNa trouxe consigo o reconhecimento de que comunidades humanas com características culturais específicas faziam parte dos ecossistemas a serem protegidos, na figura das “zonas antropológicas”: zona de ambiente natural com culturas humanas autóctones; zona com antigas formas de

cultivo; e zona de interesse especial. Sublinhe-se que a atenção se dirigia às culturas originárias, autóctones, os "pobladores".

> [...] así mismo el concepto de parque nacional se amplió com *el principio de zonificación por el cual se reconoce a los pobladores del área como parte del ecossistema* (mediante la acceptación de "zonas antropológicas protegidas"), que ejecutan una agricultura tradicional adaptada al ecosistema y cuya herencia cultural es valiosa conservar y proteger [Amend e Amend 1992, 461; ênfase minha].

É importante sublinhar, como faz Nitsch, que "zoneamento é negativo", ele "não é outra coisa que proibição abrangente, aplicada simultaneamente a todos os lugares [de um] território em questão" (Nitsch 1994, 502). É um aspecto da polícia administrativa, que representa forte intervenção no ordenamento e regulação da apropriação do espaço. Assim, a definição de povos autóctones e originários como partes do ecossistema, como "populações animais reguladas [...] por parâmetros naturais, independentes da práxis simbólica humana" (Viveiros de Castro 1992, 25), representa o enquadramento da diversidade cultural aos desígnios da conservação, numa clara expressão de *enforced primitivism* : "the automatic assumption that indigenous peoples will accept or even welcome cultural stasis as a condition of their involvement in conservation management" (Clad 1984, 69). O casal Amend, reconhecendo que muitas vezes um manejo demasiado restritivo é contraproducente aos princípios da conservação, não se adequando às situações encontradas na maioria dos parques do mundo, sugere ser indispensável "reactivar o fortalecer el principio de la zonificación, que en casos bien definidos permite la presencia a largo plazo de asentamientos humanos, involucrándolos al máximo en el manejo del parque" (Amend e Amend 1992, 462).

Reconhecendo que o estabelecimento de UCs poderia ocasionar a expulsão ou reassentamento forçado de grupos étnicos, a 12ª AG da IUCN, em 1975, no Zaire, alertou formuladores e tomadores de decisão para que aquelas não trouxessem como conseqüência a desagregação cultural e econômica dos grupos que não afetavam a integridade ecológica da área: "el establecimiento de áreas protegidas no debe traer como consecuencia el desalojo de *indígenas* o causar la ruptura de sus *estilos de vida tradicionales*, siempre y cuando estos grupos no afecten la integridad ecológica del área" (*apud* Amend e Amend 1992, 461; ênfases minhas).

Tudo indica terem sido essas as primeiras instâncias do reconhecimento, no âmbito do conservacionismo, da existência de povos autóctones, grupos étnicos, povos

indígenas e estilos de vida tradicional como partes dos ecossistemas e merecedores de proteção apenas na medida em que não afetassem a integridade ecológica da área a ser protegida. No entanto, observa Brito, essa postura não equacionava o problema dos grupos não facilmente considerados como étnicos ou indígenas (Brito 1995, 20).

Em 1980, atendendo a uma solicitação do PNUMA, a IUCN, junto com aquele e o WWF, elaboram e publicam a já referida *World Conservation Strategy* (UICN 1984). Nela formulam-se explicitamente as ações requeridas tanto para aumentar a eficácia da conservação, quanto para integrá-la ao desenvolvimento. Ao "explicar a contribuição da conservação dos recursos vivos para a sobrevivência humana e o desenvolvimento sustentado", a *Estratégia* enfatizou a manutenção dos processos ecológicos essenciais, a preservação da diversidade genética e o uso sustentado das espécies e dos ecossistemas como requisitos prioritários para: a sobrevivência e o desenvolvimento humanos; os programas de reprodução necessários para a proteção e o melhoramento das espécies; o progresso científico, a inovação técnica e a segurança de numerosas indústrias que empregam os recursos vivos; e o sustento de milhões de comunidades rurais e importantes indústrias. Gray discerne na *Estratégia* o embrião do viés neoliberal que ele criticaria na *Biodiversity Conservation Strategy*: a modelagem dos programas de conservação de acordo com as lógicas do desenvolvimento e do mercado (Gray 1992)[17].

As posições adotadas pelo III Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, em 1982, em Bali, na Indonésia, coincidem com e refletem as propostas da *Estratégia*. Ele é tomado por analistas e comentadores (Brito 1995; Diegues 1996) como marco da preocupação com o desenvolvimento na definição do conceito de ParNas. Refletindo as idéias expressas no clássico manual sobre planejamento de parques de Kenton Miller (1979), que foi a figura de maior destaque em Bali, as formulações do Congresso postulavam que os parques deveriam desempenhar papel fundamental no desenvolvimento nacional e na conservação. Também, o III Congresso

> reafirmou os direitos das *sociedades tradicionais* à sua determinação social, econômica, cultural e espiritual; recomendou que os responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas *investigassem e utilizassem as habilidades tradicionais das comunidades afetadas* pelas medidas conservacionistas, e que fossem tomadas *decisões de manejo conjuntas entre as*

[17] "Explicando el valor económico de la conservación de la biodiversiade, las organizaciones [...] esperan hacer su estrategia atractiva a las fuentes de financiación internacionales como el Banco Mundial, gobiernos nacionales y, en particular, a las empresas privadas [que empregam recursos vivos]" (Gray 1992, 22).

> *sociedades que tradicionalmente manejavam os recursos naturais e as autoridades das áreas protegidas* [Diegues 1996, 100; ênfase minha].

Um dos produtos do III Congresso, mais especificamente dos *workshops* sobre manejo de áreas protegidas nos trópicos, foi um manual sobre este tema (MacKinnon et alii 1990). Nele há um capítulo inteiro dedicado ao tema da integração das UCs aos programas de desenvolvimento regional (Cap. 5) e outro à relação entre UCs e populações locais (Cap. 6). Ambos sintomaticamente situados sob a rubrica de "obtenção de apoio para áreas protegidas" (Parte B) e não sob a rubrica das "bases para o estabelecimento de áreas protegidas" (Parte A). O capítulo 5 sugere

> princípios para integrar el desarollo y el manejo de áreas protegidas con otras formas de utilización del suelo rural [...], trata algunas de las relaciones positivas y negativas que pueden existir entre un área protegida y sus alrededores, *sugiere como pueden reducirse los conflitos y habla de los beneficios a las comunidades locales* [MacKinnon et alii 1990, 81; ênfase minha].

Como que tentando atrair os responsáveis pela formulação e execução de políticas de desenvolvimento para a conservação por meio de UCs, o manual procura demonstrar que estas melhoram as perspectivas de um "desenvolvimento sustentado" e propõe algumas maneiras de integrá-las ao processo de desenvolvimento em várias áreas: silvicultura, aproveitamento da vida silvestre e outros recursos naturais, turismo, agricultura, obras públicas, geração de empregos, etc. - além das funções de estabilização do clima, dos ciclos hidrológicos e dos solos.

No capítulo 6, nota-se que os governos têm criado UCs sem conhecimento adequado das populações que vivem nas áreas assim delimitadas e que "el éxito de manejo dependerá del *grado de aceptación y apoio que las comunidades vecinas le concedan*" (109; ênfase minha). Sugere-se que os "pobladores" podem beneficiar-se de muitas maneiras com as UCs, embora seja necessário estabelecer restrições que limitem a exploração das mesmas, para que cumpram o seu objetivo primário de proteção. É assim que, "para *brindar cierta compensación* cuando el estableciemiento de una reserva hace que las comunidades rurales pierdan sus privilegios o derechos tradicionales de cosecha" (117; ênfase minha), propõe-se: o densenvolvimento das "zonas-tampão" - zonas de amortecimento ou *buffer zones* - nas quais poderia se dar o aproveitamento direto e em caráter permanente ou temporário e sazonal dos recursos naturais no interior das UCs, sob forma controlada, manejada e em bases ecológicas[18]

[18] Tais como o pastoreio, a coleta de produtos florestais não-madeireiros, a pesca, etc.

para reduzir a dependência sobre os produtos aproveitáveis na UC; e a preferência local na promoção de oportunidades de geração de empregos[19]. O mote da compensação e da substituição, que começa a se delinear nesse momento, constitui a base de muitas iniciativas de ICDP. O mesmo manual destaca que

> *es imperativo realizar estudios socioeconómicos sobre las comunidades que pudieran afectarse por las decisiones de manejo de un parque*. Estos estudios deben definir la diversidad étnica de las comunidades e su estructura social, incluyendo la ubicación y proximidad de grupos emparentados o los centros en donde se realicen rituales, intercambios de manufacturas o cualquier otra actividad importante para la comunidad. Dicho enfoque proporcionará *una percepción profunda de las comunidades autóctonas y podrá evitar los malos entendidos y posibles problemas* al establecer políticas de manejo en un parque [111; ênfase minha].

Ora, o que se obtém então: reconhecimento de direitos à determinação social, econômica, cultural e espiritual, ou subordinação dos grupos sociais locais a um exercício de engenharia social? O reconhecimento de que as instituições nativas funcionam - para usar os termos de Malinowski (1968, 138) - subordina-se ao interesse prático dos estudos e à preocupação marcada com a harmonização das situações de conflito e das relações assimétricas dominantes no estabelecimento de decisões de manejo. Esta é a tarefa prática que, nos marcos desse modelo de conservação, os cientistas sociais têm sido chamados a cumprir. Predomina aqui o "modelo cartesiano" na concepção das relações entre teoria e prática nas ciências sociais - que implica o controle da razão sobre as forças sociais e o conseqüente domínio do homem, como parte de uma ação planejada (Bastide 1979, 1 e ss.). O planejamento de UCs sensível à dimensão cultural justifica-se, assim, em função do desejo de implementá-las a baixo custo social, harmonizando os conflitos e as assimetrias - no mesmo sentido em que já se analisou criticamente as discussões sobre o "conteúdo cultural" do desenvolvimento (cf. Perrot 1991, 11).

Impossível não reconhecer nas recomendações do manual a analogia com o esquema da estratégia do "desenvolvimento comunitário", tal como proposto por Bastide. A primeira etapa consistiria no estudo cuidadoso da população sobre a qual se vai agir, o conhecimento da cultura em todos os detalhes e setores - "que é extamente a tarefa do etnólogo". Segundo ele, é pela tarefa do etnólogo que se deve começar: a

[19] Percebe-se aqui como Raimundo Maracanã, ao privilegiar a contratação de residentes locais para trabalhar em Anavilhanas, aplicava intuitivamente o disposto no *Manual*.

"pesquisa minuciosa e paciente das especificidades sociais ou culturais da população" (Bastide 1979, 108). A segunda etapa da estratégia consistiria em

> descobrir, no interior da cultura considerada [portanto, particular], os *fatores* que poderiam possibilitar a facilitação do desenvolvimento, em especial aqueles *que permitissem aos interessados compreender,* primeiro *o interesse da mudança,* depois *entusiasmar-se por ele,* em suma, *participar do trabalho dos peritos ou dos engenheiros sociais* [Bastide 1979, 109; ênfase minha].

Onde se lê "desenvolvimento" e "mudança", leia-se "conservação" e "área protegida" e compreenderemos o sentido da flexibilização proposta pelos planejadores da conservação. Como observa Gray, "los pueblos locales son estudiados para hacerlos cambiar sus formas de producción y así llevar adelante los objetivos paralelos de la conservación y el lucro para los igenieros" (Gray 1992, 26-7).

O debate sobre populações em parques já havia conquistado audiência mais vasta que a das organizações conservacionistas, como observa Diegues, chamando atenção para o número especial da revista *Cultural Survival* dedicado ao tema "Parks and People" (vol. 9, nº 1, fev. 1985). O editor da revista e diretor de pesquisa da ONG homônima, na introdução ao número especial, critica a expulsão das populações humanas das UCs e expõe quais seriam, para ele, as funções destas unidades.

> Protected areas could ensure the survival of habitats as well as the indigenous inhabitants. *Reserves can* either preserve traditional lifestyles or *slow the rate of change to levels more acceptable to and controlled by local residents*. *Indigenous inhabitants can benefit from* the protection of their rights to traditional areas as well as *the sale of goods or income generated from tourism* [Clay 1985, 2; ênfase minha].

Repete-se aqui a visão da "sobrevivência" e "preservação" dos "estilos de vida tradicionais" e "habitantes indígenas" como relacionadas ao seu enquadramento eventual em "reservas" e "áreas protegidas". Estas, por sua vez, podem ser colocadas a serviço da mudança social e do desenvolvimento, em termos semelhantes aos formulados pelo Banco Mundial: a limitação de recursos sociais das populações indígenas para administrar e fazer frente às mudanças sociais bruscas, implica numa capacidade finita de adaptação, donde a necessidade de introdução cuidadosa de demandas novas e desconhecidas, para não gerar desequilíbrios e conflitos[20] (Goodland

[20] Diegues parece endossar esta razão para se manter as populações ditas "tradicionais" em UCs: "fazer com que elas pudessem *absorver, de maneira mais adequada, as mudanças sócio-culturais* provindas da sociedade mais ampla, a tecnológica e industrial. Este *fator de amortecimento daria mais tempo e oportunidade* a essas populações de recriarem, ..., suas relações com a natureza, em virtude das mudanças vindas de fora" (Diegues 1996, 101; ênfase minha).

1984[1982], 28). Os benefícios que as sociedades indígenas podem auferir das UCs, em termos do reconhecimento de seus direitos territoriais, são equiparados aos que o mercado e o turismo podem proporcionar.

Para tirar a *Estratégia Mundial para a Conservação* do papel, a IUCN realizou a conferência "Conservação e Desenvolvimento: Pondo em Prática a *World Conservation Strategy*", em Ottawa, Canadá, em 1986. Segundo Diegues, foi quando, pela primeira vez, "a situação dos povos tradicionais que vivem em parques" foi tratada de forma clara e explícita (Diegues 1996, 103). O *workshop* nº 3, que tratou dos "povos tradicionais" e o desenvolvimento sustentado, reconhecendo a relação particular que esses povos mantêm com a natureza, convocou governos, ONGs e outras instituições a assegurar-lhes: (a) "*participação* no controle do uso dos recursos compartilhados"; (b) "*consulta e acordo* (...) no estabelecimento e manutenção de parques"; e (c) "que os governos nacionais dediquem atenção necessária às necessidades e aspirações dos povos tradicionais cujos territórios serão afetados pela criação de parques nacionais e reservas" (Diegues 1996, 103; ênfases minhas). Segundo a mesma fonte, essa conferência teria recomendado, de modo mais incisivo, que os povos tradicionais não deveriam ter seu modo de vida alterado se decidissem permanecer na área do parque, ou que não seriam reassentados fora dela sem seu consentimento.

Tudo se passa como se a IUCN, o UNEP e o WWF tivessem, paulatinamente, chegado a reconhecer efetivamente os direitos dos "povos tradicionais", entre os quais destaca-se o direito à autodeterminação. Mas, afinal de contas, quem são esses "povos tradicionais"? Como são eles são definidos, caracterizados e figurados por essas agências? Porque eles acabaram sendo chamados a participar e dar a sua cota de contribuição - ou sacrifício - ao esforço de conservação e consolidação das UCs? Ou, de outro modo, porque se lhes chegou a reconhecer o direito mesmo de recusar-se a colaborar no "esforço comum" de conservação da biodiversidade por meio da criação de UCs - como parecem indicar as recomendações da conferência de Ottawa? Um conjunto de fatores, entre os propriamente políticos e sociais, e aqueles ligados ao desenvolvimento da pesquisa científica, pode nos ajudar a entender esse processo.

Em primeiro lugar é importante destacar a própria resistência nativa e/ou autóctone à implantação de UCs, principalmente na África e no Sudeste Asiático. Há que considerar, por um lado, a herança da identificação dos sistemas de conservação com a *colonial rule*. A resistência nativa à agenda conservacionista implicou uma

flexibilização da parte de seus formuladores e executores na direção já pontada acima - de “farejar as resistências” para melhor levar adiante o seu projeto.

Em segundo lugar, ao contrário do que pensam alguns conservacionistas, há mais do que a necessidade de geração de renda e de provisão de alimentos no uso e manejo contínuos de *habitats*, ecossistemas e espécies protegidas em UCs, por parte das populações autóctones dessas áreas. A caça, a pesca, a coleta e a agricultura itinerante, enquanto práticas, articulam-se a inúmeras outras dimensões da vida social desses grupos e estão investidas de valores outros e de uma importância que não é só de subsistência. Só assim é possível compreender a persistência dessas práticas em UCs por parte desses grupos, cujos membros se arriscam a serem autuados e multados, a terem seus instrumentos e a sua produção apreendidos, quando não a serem presos, flagrados desobedecendo as normas e regulamentos dessas áreas para satisfazer uma série de necessidades, que não são só biológicas. Muitas vezes o próprio risco de ser pego entra no cálculo de um empreendimento nativo determinado, passando a compor apenas mais um elemento, sem maiores problemas éticos e ou existenciais.

Em terceiro lugar, deve-se considerar o resultado do aprofundamento do conhecimento sobre as especificidades culturais de algumas populações autóctones e os ecossistemas ocupados por estas, em particular as florestas tropicais. Para isso contribuíram, fundamentalmente, a antropologia em sua vertente ecológica e a botânica.

Analisando os padrões de regeneração das florestas tropicais após distúrbios e/ou catástrofes naturais de diferentes escalas - quedas de árvores, “roças de vento”, incêndios, inundações, etc. -, e comparando-os com diferentes distúrbios provocados pela ação humana, botânicos, engenheiros agrônomos e florestais chegaram às seguintes conclusões: (i) o sistema regenerativo da floresta tropical úmida parece bem adaptado às atividades do homem “primitivo”, mormente a agricultura itinerante, porque esta é similar à destruição ocasional, de pequena escala, de fragmentos de floresta por causas naturais (Gómez-Pompa et alii 1972, 763); (ii) na medida em que os distúrbios provocados pela exploração humana da floresta imitem e/ou reproduzam os distúrbios naturais de pequena escala, em tamanho, duração e freqüência, a integridade funcional do ecossistema tende a ser protegida (Uhl et alii 1989, 237).

Nos termos de Uhl et alii, um uso humano sustentável dos recursos deveria tirar lições dos distúrbios naturais, ou seja, espelhar-se no exemplo da natureza. Gómez-Pompa et alli, por sua vez, verificam ainda hoje a agricultura itinerante em muitas áreas

tropicais nas quais um padrão de mosaico pode ser encontrado, com amplos pedaços de floresta tropical primária e fragmentos de floresta perturbada de diferentes idades desde o seu abandono. Eles afirmam que os estudos disponíveis dessas séries de sucessão florestal tendem a concordar, na maioria dos casos, que "shifting agriculture has been a *natural way* to use the regenerative properties of the rain forest for the benefit of man" (Gómez-Pompa et alii 1972, 763; ênfase minha). Assim sendo, além de espelharmo-nos no exemplo da natureza, poderíamos espelharmo-nos no "modo natural" de proceder dos povos "tradicionais".

Isso significa reconhecer que a biodiversidade que encontramos hoje nesses ambientes seria o resultado de complexas interações históricas entre forças físicas, biológicas e sociais. A composição atual da vegetação madura/adulta poderia muito bem ser o legado de civilizações passadas, a herança de campos cultivados e florestas manejadas, abandonados há centenas de anos atrás - especialmente na bacia amazônica, na qual, conforme apontam evidências arqueológicas, históricas e ecológicas contemporâneas, uma alta densidade populacional e uma ocupação humana contínua teriam tido lugar (Gómez-Pompa e Kaus 1992, 274). Entre as evidências etnográficas encontram-se os estudos de Posey sobre o manejo de floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados pelos Kayapó, o valor adaptativo das suas estratégias de convivência com o ambiente em que se encontram e os seus conhecimentos sobre os ciclos naturais e processos ecológicos (Posey 1987).

Resumindo e generalizando o argumento, McNelly observa que virtualmente todas as florestas e *grasslands* do planeta foram afetadas por padrões culturais de uso humano e a paisagem resultante é a de um mosaico em permanente mudança de fragmentos de *habitats* manejados ou não-manejados, cuja diversidade reflete-se em seu tamanho forma e arranjo (McNelly 1993, 252). Portanto, seria incorreto falar em florestas e/ou áreas "naturais" para muitas das circunstâncias em que se pensa na criação de UCs, sendo mais adequado mesmo falar em "florestas culturais". Do mesmo modo, equivocar-se-ia o *Manual* da IUCN de 1986, quando afirma que "al mantener su cultura tradicional, las poblaciones autóctonas protegen extensas zonas constituídas essencialmente por ecosistemas naturales ..." (MacKinnon et alii 1990, 109). Esse reconhecimento tem se traduzido em proposições normativa como as do próprio McNeely. Este afirma que quando se decide que um atributo ecológico particular é digno de proteção, deve-se considerar as necessidades e desejos daqueles que

contribuíram para moldar a paisagem e que precisarão se adaptar às mudanças desta (McNeely 1993, 252).

Por sua vez, Posey et alli argumentam que os sofisticados e abrangentes sistemas indígenas de percepção, uso e manejo dos recursos naturais poderiam contribuir significativamente para estratégias alternativas de desenvolvimento - "if [it] is to be humane, productive, and ecologically sound" -, constituindo o produto lógico da pesquisa etnológica aplicada (Posey et alii 1984, 96). Clay, no editorial já citado, afirma:

> People have developed a number of ways to live in fragile environments. We know very little about how these systems evolved, how they function or how they might be adapted to make them more productive and ecologically sound. We know however that *the key to understanding sustained activities in fragile environments begins with local residents*. *Their knowledge is valuable to the future of the earth's environment and peoples*. Yet, we will never learn about these systems of land use if the people who have developed them continue to be destroyed or otherwise prevented from continuing their ways of life [Clay 1985, 5; ênfase minha].

Este argumento constitui um fundamento importante para as referidas coalizões transnacionais entre os novos movimentos sociais na Amazônia e ONGs ambientalistas. M. Almeida sugere que "a mensagem mais forte politicamente [que camponeses, indígenas e outros grupos marginais e destituídos da sociedade podem dar] é aquela na qual tais grupos apresentam-se como portadores de interesses gerais". Para ele, far-se-ia necessário "despertar vocações universais em grupos de interesse [corporativistas]", "ter uma linguagem universalista", "propor legitimamente políticas de alcance geral" e favorecer "uma linguagem de grupos com competências especiais que coincidem com interesses coletivos" (Almeida 1992, 116-17).

Não obstante, cabem as seguintes perguntas. Tratar-se-ia, de fato, de uma competência especial coincidente com interesses coletivos? Não estaríamos correndo o risco de tornar esses grupos reféns de uma definição a-histórica e exógena dessas "políticas de alcance geral"? Valorizá-los por disporem de conhecimentos e tecnologias úteis para se viver em ambientes frágeis e críticos - que poderiam até ser adaptadas para tornarem-se mais produtivas e ecologicamente mais sensíveis - não instauraria uma relação instrumental com eles? Não estaríamos impondo a agenda dos "povos da biosfera" aos "povos de ecossistema" - seguindo os termos de Dassman (1988)? O fato é que o reconhecimento da via de mão-dupla entre biodiversidade e sócio-diversidade

finda por produzir o imperativo de proteção de ambas, abrindo a possibilidade de apropriação dos sistemas de uso e manejo dos povos "tradicionais".

Por conseguinte, uma dinâmica propriamente social e o desenvolvimento da investigação científica vão, paralelamente, entretecendo a definição social do "problema" dos "povos tradicionais" face à conservação dos recursos vivos. Vianna, todavia, distingue duas perspectivas históricas a partir das quais deve ser entendida a incorporação, no Brasil, da discussão sobre o papel de certas populações frente à conservação da natureza: a primeira, referida ao "meio conservacionista, tanto na sociedade civil quanto no poder público"; e a segunda, referida aos "movimentos sociais rurais que aliam essas discussões a questões sociais mais amplas" – a primeira incorporando as populações do discurso ecológico e a segunda incorporando este ao discurso das populações (Vianna 1996, 94-5). Mais do que isso, ela diz que "a adoção no Brasil do discurso [conservacionista] internacional" - que prevê a possibilidade de alguns grupos usarem os recursos das UCs e nestas permanecerem - "passou a designar populações não étnicas, mas consideradas, assim como as populações indígenas, como detentoras de características positivas para a conservação" (94). Sugere, ademais, que há diferenças entre o emprego do termo "populações tradicionais" no Brasil, referido às chamadas "sociedades rústicas", e o discurso internacional, que, malgrado servir-se de uma pletora de termos pouco definidos, expressaria um acordo conceitual, por tratarem-se de "populações étnicas" (107-8).

Não me parece ser este o caso dos termos empregados nos documentos referidos até aqui. Listemo-los: povos autóctones, grupos étnicos, indígenas, habitantes indígenas, povos tradicionais, culturas tradicionais, sociedades tradicionais, estilos de vida tradicionais, comunidades autóctones, comunidades rurais, comunidades locais, comunidades vizinhas. A diversidade de situações referidas reflete-se na variedade de termos empregados. Se alguns apontam para a ab-originalidade e outros para a etnicidade, outros sinalizam apenas para a escala espacial. Ao contrário de Vianna, não creio ser possível cunhar uma "conceituação mais precisa" (89) que venha auxiliar as iniciativas de conservação, como se fosse possível o exercício do rigor científico nessa matéria. Trata-se de construto ideológico cuja força reside exatamente na generalidade do seu significado e na flutuação do seu emprego. Não obstante, como ela, reconheço que há alguns critérios e referentes comuns que amparam esse guarda-chuva conceitual.

Avançando na análise das publicações mais recentes das organizações que viemos enfocando, identificaremos esses elementos.

A IUCN, no seu documento *From Strategy to Action*, de 1988, no qual recomenda medidas para colocar em ação as proposições do "Relatório Brundtland" - *Our Common Future* -, afirma que

> há muito tempo vem se preocupando com a perda da diversidade das culturas humanas, conscientes de que *parte da riqueza da vida humana no globo se deve às inter-relações entre os povos e seus habitats locais*. *A perda de culturas* ou do conhecimento tradicional das culturas que sofrem mudança social rápida *é um problema pelo menos tão grave quanto a perda de espécies* [*apud* Diegues, 1996: 104].

Por tudo o que se viu até aqui, pode-se, eventualmente, duvidar da sinceridade da preocupação da IUCN com a diversidade cultural. Ainda que a ecologização das culturas humanas esteja matizada pela noção de "inter-relação" - que pressupõe uma história comum e não uma adaptação passiva das culturas humanas aos seus *habitats* -, ao equacionar a perda de culturas à perda de espécies, reinsere-se, subrepticiamente, a visão desses povos como sociedades da natureza.

O documento referido se propõe a por em prática a estratégia delineada no "Relatório Brundtland". Neste, o termo "povos tradicionais" aparece para referir-se "às minorias culturalmente distintas da maioria da população que estão quase que inteiramente fora da economia de mercado". Reconhece, contudo, a necessidade de "uma interpretação mais ampla [...] para incorporar as sociedades minoritárias que têm as características dos grupos tradicionais - incluindo um corpo de conhecimento tradicional do ambiente e seus recursos e que ainda não estão intimamente ligados à economia de mercado".

É assim que chegamos a identificar alguns elementos importantes – semelhantes àqueles apontados por Vianna (1996, 107 e ss.) - na caracterização das "populações tradicionais": a sua relação particular com a natureza, fundada em grande dependência dos ciclos naturais e, por isso, num conhecimento profundo dos processos bio-ecológicos, que gerou um corpo de saberes técnicos e sistemas de uso e manejo dos recursos naturais adaptados às condições dos ecossistemas localizados em que vivem; a sua posição periférica face à economia de mercado; e o fato delas ocuparem as últimas áreas marginais às respectivas economias nacionais dos países em que vivem e, desse modo, relativamente menos transformadas do que as áreas em que se desenvolveram a

agricultura intensiva, a industrialização e a urbanização - fato que, por si só, é tomado como confirmação do entrelaçamento entre biodiversidade e sócio-diversidade:"It is universally recognized that indigenous, that is, 'tribal, native, ethnic, aboriginal or remote-dwelling', people occupy as much as 19 percent of the world's surface and are, as such, stewards of a significant portion of the earth's fragile ecosystems" (Kempf 1993, 5).

Construída a partir de estudos circunscritos e localizados sobre sociedades indígenas contemporâneas e sobre os efeitos da ação de sociedades pré-colombianas em ecossistemas tropicais, esta caracterização – como também observa Vianna (1996, 94) - tem sido estendida para dar conta das "populações e *culturas tradicionais não-indígenas* (...) consideradas 'camponesas' (...) *fruto de intensa miscigenação* entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o escravo negro" (Diegues 1996, 14; ênfase minha). Posey et alii, no artigo supracitado, expressam um entendimento sobre a generalidade e a extensão dos "engenhosos sistemas" de manejo de recursos e de etnoconhecimento indígenas, que legitima em larga medida a noção genérica de "populações tradicionais". Reconhecendo o verdadeiro caboclo - *the true caboclo* - como o herdeiro intelectual do conhecimento ecológico indígena em muitas áreas, os autores afirmam que muito do que se diz no referido trabalho sobre o conhecimento etnoecológico dos índios se aplica *mutatis mutandis* aos caboclos[21] (Posey et alii 1984, 105). Os colonos estariam excluídos desse universo porque seriam migrantes, *newcommers*, sem conhecimento sobre a ecologia da região, ao contrário dos que estariam vivendo na região há gerações. Diante dessa caracterização, o que dizer dos residentes nas áreas em que se projetaram a EsEc de Anavilhanas e o PNJ?

Lima observa apropriadamente que

> a generalização do conceito de populações tradicionais tende a simplificar a diversidade de situações sociais e implicar em uma expectativa de permanência da pequena produção familiar, privilegiada pelo movimento ambientalista justamente por ser mais propícia à aceitação de modelos de uso sustentável do que a produção capitalista. Sem uma reflexão adequada, as expectativas conservadoras do modelo de uso sustentado podem ir contra a autonomia destas populações de decidir sobre o seu futuro frente às aspirações modernas de níveis de consumo e definição de bem estar [Lima 1996, 2].

Nesta observação crítica, surgem dois elementos importantes. Primeiro, a expectativa de anestesia cultural desses grupos. Segundo, a menção à pequena produção

familiar como característica da economia desses grupos, voltada basicamente para a subsistência. Como observa Vianna, tais critérios naturalizam estas populações e implicam uma concepção estática de cultura, levando à idealização das mesmas (Vianna 1996, 21 e 109).

O que se passa aqui é homólogo ao que ocorre no campo de lutas por hegemonia interpretativa constituído pela noção de desenvolvimento. Neste campo, a geometria variável da noção de autoctonia vincula-se estreitamente à variabilidade da noção de desenvolvimento. Note-se como a autoctonia e a especificidade cultural são figuradas por alguns autores do campo do "desenvolvimento alternativo" - ou das alternativas ao desenvolvimento – e identificaremos recorrências com a noção genérica de "população tradicional". Pietilä destaca a "nova" perspectiva aberta pela compreensão da importância das economias domésticas - *household economies* -, do trabalho não remunerado - em especial o das mulheres e das crianças - e da "subsistência" não monetarizada (1990). Trainer enfatiza as estratégias de maximização da auto-suficiência e da independência econômica das vilas camponesas, como um modo de facultar a estas um envolvimento cada vez menor na economia monetária (1990). Stavenhagen define as unidades domésticas camponesas como o "novo" objeto do planejamento econômico e social, e gostaria de ver traduzido em prática efetiva o reconhecimento das comunidades étnicas como organizações funcionais intermediárias entre o indivíduo e a política (1985). A Comisión Amzónica de Desarollo y Medio Ambiente (1992) advoga a atribuição de valor de mercado aos "sistemas engenhosos" de apropriação e manejo de "recursos" naturais e as reservas de conhecimentos "tradicionais" dessas comunidades, sob a forma de "serviços ambientais prestados" e de contribuição para um "novo estilo de aproveitamento" dos recursos naturais.

Assim como nas discussões sobre as "alternativas - mais ou menos efetivas - ao desenvolvimento" as especificidades culturais e os modos de vida tradicionais - *indigenous lifestyles* - desempenham papel importante, a caracterização dos grupos sociais ditos "tradicionais" caminha *pari passu* ao reconhecimento da necessidade da sua "participação", "consulta", "acordo" e "consentimento" como condição de êxito dos programas de conservação baseados em UCs. Ou seja, não se pode dissociar um processo do outro, sob pena de não compreendê-los adequadamente. Não se trata tanto

[21] Some-se a isso a indefinição e/ou confusão conceitual entre indígena, tribal, nativo, étnico, aborígene, etc. – como na citação anterior de Kempf.

de uma “descoberta” das “populações tradicionais” - posto que “tradicionalidade” não é algo que se descobre -, mas da sua construção como sujeito - em seus múltiplos sentidos - da conservação e do manejo de UCs, entendidos como processos socioculturais e políticos pelos quais transforma-se a natureza, essas populações e o nosso entendimento do que ambas são.

As contribuições que se tem esperado das ditas “vozes minoritárias” para o problema da conservação dos recursos vivos não diferem muito das identificadas por Stavehagen, já em 1984, como elementos centrais do “desenvolvimento alternativo”: a valorização dos recursos - naturais, técnicos e humanos - *locais* orientada para a autonomia e a autosustentação; o aproveitamento - termo do próprio Stavenhagen - das tradições culturais existentes; a abordagem do desenvolvimento segundo uma visão endógena; o respeito ao meio ambiente; e a preocupação com as “necessidades básicas”. Alternativo porque fundado em princípios organizativos que teriam sempre sido ignorados pelo paradigma dominante do desenvolvimento e para cuja lembrança a *expertise* antropológica poderia contribuir.

Assim: por sua relação particular com a natureza, traduzida num corpo de saberes técnicos e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam; pelo fato desses ecossistemas representarem, em muitos casos, as derradeiras amostras e remanescentes globais; e por situarem-se relativamente à margem da economia do mercado formador de preços, organizados numa economia fundamentalmente orientada para a subsistência, baseada num modelo de uso dos recursos naturais de baixa intensidade; esses povos representariam a melhor custódia humana possível para a biodiversidade global. “Muralhas do sertão” redivivas e redimensionadas. Seriam essas características o passaporte para a nossa sobrevivência no mundo moderno?

O sentido da imprescindibilidade da “participação” desses povos como condição para o êxito das iniciativas de conservação por meio de UCs é melhor compreendido se cotejado à análise sociogenética da noção de participação e da abordagem *bottom-up* como “alternativas” ao *top-down* ou *trickle down approaches* ao desenvolvimento, efetuada por autores como Hoben (1982), Escobar (1992) e Huizer (1993), entre outros.

Hoben e Escobar concordam em situar a crescente participação dos antropólogos em questões ligadas ao desenvolvimento no contexto da reforma das intervenções e políticas de ajuda externa dirigidas dos países centrais aos da periferia do sistema mundial. O otimismo e o entusiasmo das agências promotoras do desenvolvimento e dos governos

dos “países em desenvolvimento” foi minguando à medida em que os resultados das intervenções *top-down* e intensivas em capital ficavam muito aquém do esperado. Cedo se deram conta de que as soluções técnicas “esbarravam” em resistências desconcertantes oriundas de fatores socioculturais. Foi, em larga medida, a falência do “efeito percolação” - *trickle-down approach* - que impôs a necessidade de “farejar as resistências”, para usar os termos de Bastide:

> they began to realize that the poor themselves had to participate actively in the programs if these were to have a reasonable margin of success. Projects had to be socially relevant, culturally appropriate, and to involve their direct beneficiaries in a significant fashion [Escobar 1991, 663].

Foi, portanto, a preocupação com o sucesso e a eficácia dos programas de desenvolvimento - e, poderíamos acrescentar, os de conservação por meio de UCs - o principal fator responsável pela emergência de uma “nova sensibilidade” para com os fatores socioculturais nesses programas - o que acabou criando uma demanda sem precedentes pelas habilidades dos cientistas sociais. Se “cultura” tornou-se algo inerentemente problemático no desenvolvimento (Escobar 1991), o mesmo pode se dizer em relação às políticas de conservação por meio de UCs.

Uma instância dessa preocupação é o mais recente documento programático da *joint venture* UICN, PNUMA e WWF. Os “povos indígenas” aparecem no capítulo intitulado “Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente”. Neste, eles são caracterizados como

> comunidades culturalmente diferentes, com direitos à terra e outros direitos baseados no uso e na ocupação históricos. Suas culturas, economias e identidades estão inextricavelmente ligadas às suas terras e recursos tradicionais. O componente de subsistência das economias indígenas permanece em nível pelo menos tão importante quanto o componente de dinheiro. [...] Além disso, os índios transmitem às suas comunidades nativas uma percepção deles próprios como uma continuidade inegável de seu passado e como uma extensão do mundo da natureza [UICN, PNUMA e WWF 1991, 67].

Repetem-se os temas característicos da definição desses grupos. O mesmo documento, por sua vez, indica a existência de uma opção para o futuro dos povos indígenas, que não “voltar à sua forma antiga de vida ou abandonar a subsistência e se agregar à sociedade dominante”. A terceira via dos povos indígenas seria “modificar seu modo de obter a subsistência, combinando as formas antigas e novas para poder manter e confirmar a sua identidade, permitindo, ao mesmo tempo, que sua sociedade e sua economia evoluam” (UICN, PNUMA e WWF 1991, 67).

A esse respeito, sugerem três providências principais: (i) "reconhecer os direitos aborígenes dos povos indígenas às suas terras e recursos", incluindo a administração dos mesmos e a "participação efetiva na tomada de decisões que afetem seus recursos e terras"; (ii) "assegurar que o prazo, o ritmo e a forma de desenvolvimento minimizem os impactos danosos ao meio ambiente, sociedade ou cultura dos povos indígenas, e que estes tenham uma parcela eqüitativa dos lucros"; e (iii) assegurar a cooperação para com os povos indígenas, da parte de legisladores, planejadores, cientistas e administradores, "num esforço conjunto para a administração de recursos e desenvolvimento econômico". Os povos indígenas aparecem, assim, como "alternativas *na* conservação" (UICN, PNUMA e WWF 1991, 67; ênfase minha).

Por sua vez, o IV e mais recente Congresso Mundial de Parques, realizado em Caracas, na Venezuela, em 1992, teria representado, para alguns comentadores, o ápice dessa discussão (Brito 1995; Diegues 1996). A questão envolvendo populações humanas e UCs foi um dos temas centrais, atestado pelo fato do *workshop* "Populações e Áreas Protegidas" ter sido o mais concorrido (Diegues 1996: 107). Segundo a mesma fonte, a representatividade de países, sobretudo do "Terceiro Mundo", neste *workshop* foi muito maior do que nos outros. Esta reunião teria recomendado um respeito maior "pelas populações tradicionais, possuidoras, muito freqüentemente, de conhecimento secular sobre os ecosbsistemas onde vivem; a rejeição da estratégia de reassentamento em outras áreas; e, sempre que possível, sua inserção na área de parque a ser criada" (Diegues 1996, 108). Do mesmo modo, o congresso teria demonstrado que "o problema maior dos parques é *convencer as populações, sobretudo locais, dos benefícios das áreas protegidas*" (Diegues 1996, 108). Problema, portanto, de convencimento, de farejar resistências.

A pretexto desse congresso, talvez fosse importante ressaltar que as conclusões e recomendações por vezes contraditórias oriundas desses grandes encontros, deve-se ao fato deles serem organizados por simpósios temáticos, orientando, assim, os especialistas de distintas áreas do conhecimento para discussões setoriais. Desse modo, usualmente os cientistas sociais vão discutir o contexto sociocultural e econômico e a dimensão humana do planejamento da conservação, enquanto que os especialistas das ciências naturais discutem os aspectos considerados mais "técnicos" e, supostamente, mais "científicos" da gestão das UCs.

Verifica-se, assim, uma ambivalência entre: de um lado, reconhecer os direitos dos grupos sociais locais à autodeterminação social, econômica, cultural e espiritual, efetuar

consultas e obter consentimento ou acordo dos mesmos e assegurar sua participação efetiva em processos decisórios; e, de outro, conhecer melhor para poder convencer, persuadir, mudar o seu modo de produzir e viver para que evoluam, subordinar e instrumentalizar seus sistemas de manejo ao interesse prático de administrar as UCs, fazendo-os aceitar uma agenda exógena. Esta ambivalência reflete a ambigüidade intrínseca à caracterização das populações tradicionais: por um lado, inextricavelmente ligadas à natureza, quase que uma extensão do mundo natural, afetando os ecossistemas locais de um modo mimético aos distúrbios naturais que os modificam; por outro, destacados dela, por possuírem um conhecimento empírico, objetivo e técnico profundo dos processos e ciclos ecológicos e dos recursos naturais, que usam e manejam com maestria[22].

A ambivalência característica das propostas de integrar desenvolvimento e conservação no manejo de UCs de uso indireto não tem encontrado outra resposta que não a proposição de mecanismos compensatórios e/ou substitutivos para os grupos sociais locais que sofrem os efeitos da limitação imposta pela restrição à apropriação dos recursos naturais valorizados. Se lhes reconhece as características apontadas *ma non troppo*. Isso porque o caráter da participação, como forma de mediação de conflitos, não se estende ao ponto de colocar em jogo a estratégia de conservação da biodiversidade.

5.3. Jaú: a gênese de um plano de manejo

A Fundação Vitória Amazônica foi fundada em janeiro de 1990, no apagar das luzes do *Workshop 90*, em seus próprios termos, "para atender às necessidades de grupos de pesquisadores de Manaus que buscavam alternativas mais ágeis à burocracia estatal para o financiamento [e realização] de suas pesquisas" (FVA 1998, 1). O fato da sua criação ter ocorrido especificamente neste encontro, no qual se fez uma revisão da definição das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na Amazônia, é muito significativo.

O *Workshop 90* foi o primeiro de uma série de iniciativas semelhantes realizadas com base no conceito de *regional workshop*, desenvolvido pela ONG - americana de origem - Conservation International (CI) com o objetivo de conceber metodologias para estabelecer prioridades em conservação da biodiversidade. Sendo esta o "nosso capital biológico no banco global", daí a necessidade de usar os recursos - humanos,

[22] O que, em muitos casos, corresponde antes a uma conjectura, um *parti pris*, do que a uma formulação com embasamento empírico, fruto de estudos específicos – como mostra Adams (2000) para os caiçaras.

financeiros e tecnocientíficos - disponíveis do melhor modo possível, aplicando-os em áreas contendo alta concentração de diversidade e/ou em risco de desaparecer: os *hot spots* ameaçados, as áreas silvestres tropicais mais importantes e os países chaves em termos de megadiversidade. Os workshops regionais constituem um degrau abaixo na hierarquia do estabelecimento de prioridades depois da definição das áreas. Eles reuniriam um grupo de expertos naquele *hot spot* ameaçado - ou importante área silvestre, ou país chave - para, baseados na melhor informação científica disponível, integrar seus conhecimentos, usando os sistemas de informações geográficas mais atualizados, na produção de poderosas ferramentas de planejamento - mapas e outros materiais - que pudessem servir para catalisar e dirigir a ação (Mittermeier e Forsyth 1994).

A retórica da eficácia econômica e da administração de empresas - capital, banco, aplicação e otimização de recursos, direcionamento de ações -, ao lado do exclusivismo cientificista neopata, denunciam o quadro ideológico mais amplo dessas iniciativas (cf. Gray 1992). Como reconhece a própria FVA, o *Workshop 90* ainda trabalhava nos marcos da premissa da "separação completa entre a biodiversidade e as questões socioculturais" (FVA 1998, 1). Ao final do *Workshop*, a região do rio Jaú teve confirmado o seu *status* de altíssima prioridade para a conservação da natureza na Amazônia.

Originalmente, a FVA foi "vista, no cenário local, como conservadora, associada às elites políticas do Amazonas, não se relacionando ou colaborando com outras ONGs". Suas primeiras ações se deram sem um plano previamente definido, em resposta a "oportunidades pontuais", contexto no qual se fez o primeiro levantamento por amostragem das famílias residentes na área em que se projetou o PNJ, com o apoio do WWF, IBAMA, FUNASA e INPA (FVA 1998, 2; cf. Sizer e Carvalho 1990).

A chegada de Carlos Miller para assumir a direção-executiva, em 1991, que trazia consigo alguma experiência internacional junto a ONGs ambientalistas – em particular a já referida CI - deflagra "um processo de profissionalização da entidade, discutindo e elaborando em conjunto com pesquisadores nacionais e internacionais o Programa Rio Negro, que irá nortear a intervenção da instituição nos anos seguintes" (FVA 1998, 2). Nesse sentido, a FVA constitui uma instância típica da conjuntura de profissionalização e institucionalização do movimento ambientalista cartografada por Viola e Leis (1995a e b), com *staff* técnico-administrativo repartido em coordenadorias

temáticas e com conselhos científico, fiscal e curador - este de caráter deliberativo, composto por pesquisadores, profissionais liberais e empresários, representando a sociedade local.

O Programa Rio Negro, por sua vez, elaborado em 1992 por técnicos da FVA a partir de uma série de expedições ao rio Negro, definiu o foco, o objetivo e o sentido de propósito da FVA: contribuir com soluções criativas e inovadoras para a consolidação das UCs da área de influência da bacia do rio Negro. À época, todas elas careciam de equipamentos e infra-estrutura adequadamente dimensionados, não dispunham de plano de manejo e não tinham a sua situação fundiária regularizada - a exceção de Anavilhanas e, ainda assim, como vimos, com problemas. O Programa Rio Negro foi idealizado com abordagem ampla e integrada, dividido em três linhas de ação com variáveis diferentes: conservação dos ecossistemas, pesquisa científica e políticas públicas. Ele estabeleceu três áreas de atuação, em função dos trechos do rio: baixo rio Negro – Manaus/rio Branco -, médio rio Negro -rio Branco/Santa Isabel do Rio Negro - e alto rio Negro - Santa Isabel do Rio Negro/Cucuí. A primeira parte do Programa envolveu a região do baixo rio Negro, onde estão o PNJ e a EsEc de Anavilhanas, e previa trabalhos de campo para a consolidação de ambas as unidades. As propostas desenhadas para as duas unidades tomavam como marcos referenciais básicos da metodologia para a elaboração dos respectivos planos de manejo o manual de Kenton Miller (1982) e o *Roteiro Técnico para a Elaboração de Planos de Manejo em Áreas Protegidas de Uso Indireto* do IBAMA[23] (Lacerda 1992a e b). A FVA acabou priorizando o PNJ. O aporte inicial de recursos para o Programa veio de várias agências internacionais: o WWF – com recursos da USAID -, a União Européia e a W. Alton Jones Foundation.

Como disse ao início deste capítulo, a FVA começou a atuar na área em que o PNJ se projetou diante de fatos consumados: a unidade criada, uma estrutura de controle e fiscalização instalada na foz do rio Jaú, plano de manejo inexistente e pessoas residindo em caráter permanente dentro e no entorno imediato da unidade, explorando diretamente os recursos naturais – herança da frustrada iniciativa de desapropriação fundiária da UC. Confrontada com esta situação, com o que os sucessivos levantamentos sobre os residentes revelaram e influenciada pela mudança de orientação e abordagem na esfera internacional,

[23] Este roteiro foi elaborado a partir de trabalho feito por Maria Luíza Galante, como consultora, e da consolidação das contribuições de funcionários do IBAMA, chefes de UCs e representantes de ONGs, reunidos em um *workshop*, em Brasília, promovido pelo Componente UC do PNMA.

a FVA já manifestou no Programa Rio Negro a preocupação em estabelecer "creative park management in Amazonia, involving the local traditional riverain peoples in management plans" (FVA 1991, 11) - "uma maneira criativa de administrar o PNJ" (FVA 1993, 11).

Segundo o então diretor-executivo, desde o início da atuação da FVA na área em que o Parque se projetou, a questão dos residentes estava posta, de tal sorte que ela veio constituir importante eixo da sua intervenção no PNJ. Ademais, ele deixa entrever no seu depoimento, a face com que a FVA se mostrou aos residentes quando de suas primeiras incursões nos rios Jaú, Carabinani e Unini.

> HB: Quando e de que modo se colocou para a FVA a questão dos "moradores do PNJ"?
> CM: Desde o início. Quando agente fez as primeiras expedições, agente ia com a FNS. Agente não tinha barco no início. Agente ia junto com uma equipe médica que era amiga nossa. Os médicos da FNS é que conseguiam o barco. *Agente sempre chegava lá com esse perfil mais comunitário, mais social, do que propriamente biológico - no início*. Agente chegava no barco da FNS, agente chegava com uma equipe médica, agente levava remédio, agente entrava na casa dos moradores e conversava. Agente conheceu muitas pessoas assim inicialmente. *E agente começou a perceber toda essa questão desde o início*. [...] É uma coisa que agente mesmo indo lá é inevitável você não observar. *Era uma coisa que desde o início era bem clara para agente*.
> [Carlos Miller, ex-diretor-executivo da FVA (1991/96), Unidade Demonstrativa de Permacultura do Amazonas, Escola Agrotécnica, Manaus, 14.08.1999]

A FVA realizou vários *surveys*, levantamentos, sondagens, análises e propostas sobre a situação dos que viviam na área em que se projetou o PNJ, por meio de vários consultores e coordenadores de projeto, com distintas formações (Sizer e Carvalho, 1990; Rebelo 1993; Barretto F^{o} 1993 e 1994; Oliveira e Cabezas 1995; Oliveira e Anderson, 1996). Expressava, assim, o entendimento de que a integração efetiva dos residentes aos esforços de conservação do PNJ, só seria possível se se conhecesse, avaliasse e compreendesse a natureza e a intensidade dos "impactos antrópicos" das atividades desempenhadas pelos residentes sobre a diversidade biológica do Parque, e a projeção desses impactos no futuro (Sizer e Carvalho 1990, 4).

O primeiro levantamento sócio-econômico na área em que se projetou o PNJ foi feito em 16 dias, no ano de 1990, com base numa amostra de 51 famílias, contrastado e completado com dados da FUNASA. Apoiado por WWF, IBAMA, FUNASA e INPA, tinha o objetivo de "analisar a situação e o impacto das atividades humanas sobre os recursos biológicos do PNJ" (Sizer e Carvalho 1990, 11). Concluiu, como de costume, que o "impacto humano" sobre o PNJ era pequeno, *mas* que, provavelmente, já teriam ocorrido extinções locais em algumas áreas. Segundo os autores, as atividades predominantes dos

residentes eram representativas de todos os caboclos e ribeirinhos amazônicos em geral e, enquanto tais, muito adaptadas à área e, no geral, não detrimentais à conservação dos recursos naturais. Não obstante, notaram que, apesar dos esforços empreendidos para os residentes abandonarem a área do Parque, restam ainda várias famílias vivendo em seu interior. Em linha com o relatório de Schubart et alii (1977), a análise da situação dos residentes à avaliação da "qualidade ambiental" da área: "o Parque Nacional do Jaú tem a seu favor uma baixa densidade demográfica" (Sizer e Carvalho 1990, 3).

Depois de considerarem diferentes hipóteses quanto ao destino dos que viviam na área em que se projetou o PNJ, concluem que: (a) grande parte da ameaça sobre a biodiversidade vem de comerciantes que entram no PNJ para explorar os seus recursos; (b) as bacias dos rios Jaú e Carabinani apresentam baixa densidade populacional, "sem muita evidência de estrutura social entre as famílias [?!], e sem prestação de serviços básicos", ao contrário do rio Unini, "com pelo menos três vezes mais pessoas e uma integração da comunidade com alguns serviços de educação e saúde"; (c) essas características dos rios Jaú e Carabinani eram "apropriadas à remoção da população humana, e [...] à implementação de uma fiscalização eficaz sem a necessidade de investimento exagerado de recursos", o contrário se passando com o rio Unini; e (d)

> Para diminuir o impacto humano, a mera remoção dos habitantes de dentro da área do parque não será suficiente. As necessidades das populações ribeirinhas terão que ser consideradas desde o planejamento. Ademais, o desenvolvimento de programas de educação ambiental e o incentivo de alternativas econômicas à caça, à pesca e ao extrativismo predatórios serão indispensáveis [Sizer e Carvalho 1990, 38].

Por um lado, ratifica-se a intuição dos planejadores, que anteviam vantagens pragmáticas na criação do PNJ e a possibilidade de remoção dos residentes a baixo custo. Por outro, entretanto, já delineava-se uma abordagem estilo ICDP: consideração pelas "necessidades da população", definida como "ribeirinha"; incentivo a alternativas econômicas, ou seja, indução à mudança de conduta econômica; e oferta de serviços básicos, educação, como política compensatória. Afinal, o objetivo central era proteger o Parque.

O segundo levantamento foi efetuado em 1992, com apoio do Projeto Genesys, e teve duração e alcance maior do que o primeiro. Em 25 dias de campo se alcançou praticamente todos os grupos domésticos que então residiam na área e no entorno imediato do PNJ. Após pré-teste, os questionários foram diferenciados em termos de

gênero, o que gerou repercussões importantes para os dados produzidos, seja sobre a composição do grupo doméstico, seja para estimar o resultado de atividades de subsistência mais sensíveis - como a caça e a captura de quelônios, que também geram renda pela comercialização. O levantamento sócio-econômico e o censo populacional visavam "subsidiar o planejamento e o manejo do PNJ ao (a) estimar a população residente e mapear a sua distribuição, (b) diagnosticar o funcionamento da economia dos moradores e os eventuais impactos decorrentes e (c) consultar os moradores sobre as possíveis soluções para a questão fundiária" (Rebelo 1993, 2-3).

Considerando "moradores do Parque" não só os que viviam estritamente dentro de seus limites – como o levantamento do IBDF/ITERAM -, mas também os vizinhos imediatos, o censo revelou 1.030 "moradores" distribuídos em 156 famílias vivendo na área core e no entorno do PNJ. Ao contrário do primeiro, que enumerava conclusões taxativas, o relatório resultante desse levantamento é menos peremptório quanto ao destino dos residentes, assinalando distintas possibilidades de futuro para estes e expressando um compromisso mais efetivo com as suas demandas e reivindicações - muitas destas pulverizadas e contraditórias.

O primeiro problema com o qual nos defrontamos ao analisarmos criticamente o material produzido neste primeiro momento pela FVA é a definição negativa dos residentes. Ao referir-se a eles como "moradores" do PNJ, define-se os a partir da unidade e da preocupação central com a conservação da mesma. O Parque constitui, portanto, o eixo em torno do qual se define o grupo alvo das ações: os 1.030 residentes na área em que se projetou o Parque e em sua "área tampão" - ou *buffer zone*. Como observou Almeida, ao ler parte do material então produzido (Rebelo 1993, Benatti 1995, Oliveira 1995) "a referência constante a 'moradores' revela categorias classificatórias construídas de fora, ou seja, 'como são chamados os atores sociais' e não como eles se autodefinem" (Almeida 1996). O mesmo se aplica à "autoevidência do termo 'população' [que] impõe a clivagem demografista, apagando distinções e singularidades" (id. ibid.).

Muito provavelmente, os procedimentos de coleta de dados apoiados em questionários com perguntas fechadas acabaram por reunir informações referidas a segmentos sociais diferenciados. Pouco se avançou no sentido de produzir uma etnografia alusiva às diferentes categorias de atores sociais em pauta. Como observa Almeida (1996):

> A orientação censitária, que parece ter prevalecido no levantamento, seria aquela do cadastro, enquanto forma de controle social e de produção de conhecimentos para atender aos objetivos da intervenção governamental, e não aquela que busca através de entrevistas não-diretivas e de procedimentos de observação direta resgatar junto com atores sociais suas formas intrínsecas de produzir e ingressar nos circuitos de mercado.

Outro problema, corolário da clivagem demografista, é a preocupação demasiada com a quantificação, seja do volume da produção, seja das fontes de renda. As seções "Principais Fontes de Renda", "Extrativismo Vegetal" e "Extrativismo Animal" respondem por 60% do corpo do relatório de Rebelo (1993). Essa ênfase resulta da preocupação em "estimar" o "impacto" sobre a biodiversidade e a biomassa na área do Parque, bem como em avaliar o "nível de renda", pensando em termos de proporcionar-lhes alternativas econômicas compatíveis ou melhores.

Esses primeiros levantamentos, todavia, levaram ao processamento e codificação de significativa e volumosa base de dados, que se mostrou fundamental para o desdobramento da pesquisa na área, ao oferecer uma visão panorâmica e de conjunto da situação daqueles que então viviam na área em que se projetou o PNJ - principalmente sobre as atividades produtivas a que se dedicavam e das quais retiravam o seu sustento. Tão importante quanto, foram as expectativas geradas com a realização dos levantamentos da FVA, principalmente o segundo, que atingiu a quase totalidade dos assentamentos humanos situados na área em que se projetou o Parque. Como é do conhecimento dos antropólogos, relações com novos estranhos/intrusos/desconhecidos tendem a ser interpretadas pelos "nativos" a partir dos padrões de relacionamento já estabelecidos. Os residentes, em seu passado recente, haviam sido objeto de uma frustrada tentativa de desapropriação e tinham relações historicamente conflitivas com o IBDF e o IBAMA.

Os resultados dos levantamentos persuadiram a FVA a incluir uma Coordenadoria de Pesquisa em Ciências Sociais na equipe multidisciplinar de pesquisa que estava compondo. Até então a equipe limitava-se a cientistas naturais que iriam caracterizar os fatores bióticos – não humanos - e abióticos do PNJ. Com a Coordenadoria de Pesquisa em Ciências Sociais visava-se tornar a dimensão humana do planejamento da UC preocupação permanente, em vez de relegá-la à condição de objeto de levantamentos pontuais por não especialistas. Note-se que a preocupação em dar conta da situação dos residentes antecedeu a primeira excursão coordenada de pesquisa, que só veio a ocorrer em julho de 1993, dando início a uma trajetória de quase seis anos de pesquisas no PNJ. Cerca de 50 pesquisadores

de 13 instituições distintas circularam pelo PNJ entre 1993 e 1997 produzindo dados para subsidiar a elaboração do plano de manejo, nas seguintes áreas: anfíbios, lagartos e serpentes (5 pesquisadores), aves (5), insetos (12), jacarés e quelônios (3), mamíferos (5), peixes (3), botânica/inventário florístico (3), limnologia (4) e fatores antrópicos [sic] (11) - aos quais deve-se somar o corpo técnico da FVA que trabalhou com o sistema de informação geográfica, técnicos e estagiários de campo e pesquisadores que atuaram pontualmente como consultores. Considerando que o PNJ foi criado, entre outros motivos, para proteger um único ecossistema aquático - a bacia de um rio de água preta da nascente à foz e de interflúvio a interflúvio – adotou-se uma abordagem ecossistema baseada no conceito do rio contínuo (CRC) como eixo integrador dos dados produzidos pelas diferentes coordenadorias (Fosberg 1994). Com o início da pesquisa visando a elaboração do plano de manejo, o Jaú começava a cumprir, uma década depois de criado, um dos seus objetivos precípuos como parque nacional: sítio privilegiado de pesquisa científica.

Foi então que eu me envolvi com o Parque. Em março de 1993, a convite do já referido diretor-executivo, Carlos Miller, tornei-me membro do Conselho Curador da FVA, em substituição a um conselheiro cujo mandato expirava. O convite me foi feito com a justificativa de incorporar a preocupação social no horizonte do Conselho, dada a presença majoritária neste de cientistas naturais do INPA, profissionais liberais e empresários. O Conselho precisava de alguém com "perfil antropológico", nos termos de Miller, que introduzisse a discussão sobre os direitos dos residentes nas iniciativas de consolidação do PNJ deflagradas pela FVA. "A viabilidade de associar a conservação da biodiversidade na área do Parque com a presença de uma 'população tradicional' no local" amadurecia junto à equipe montada por Carlos Miller (FVA 1998, 2)[24].

De membro do Conselho Curador a participante da equipe de pesquisa coordenada pela FVA foi uma questão de tempo. Os objetivos gerais da proposta o que eu elaborei então não eram distintos dos das demais coordenadorias de pesquisa: contribuir, no âmbito da equipe, com o levantamento de dados para subsidiar a elaboração do plano de manejo e reunir elementos sobre o "modo de vida" dos "moradores" do PNJ, que permitissem

[24] Naquele momento, a FVA consolidava-se física e financeiramente enquanto ONG, e inseria-se nas cenas regional e nacional. Aproximou-se de outras entidades, participando do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) e do Fórum Permanente de Debates da Amazônia (FORAM), e interveio na discussão das políticas públicas ambientais e dos projetos de desenvolvimento para a região amazônica, notadamente o PP/G-7 (FVA 1998, 2).

> pensar junto com estes (a) alternativas criativas de administrar a referida UC, se possível envolvendo[-os] no próprio Plano de Manejo, ou (b) alternativas realistas e adequadas de realocação/reassentamento e indenização - partindo de uma caracterização precisa tanto das noções fundamentais de sua prática e sistema econômico peculiares, como das formas de ocupação e modalidades de apropriação fundiária e dos recursos naturais [Barretto F^{o} 1993, 1].

Os objetivos específicos previam: (a) uma etnografia dos processos produtivos e do sistema econômico; (b) um mapeamento das representações, concepções, práticas e atitudes "nativas" em torno do espaço, da terra, do meio ambiente e dos recursos naturais; (c) um estudo genealógico e de organização social; (d) uma investigação do modo como se dava a intervenção do IBAMA; e (e) a integração dos resultados da pesquisa de campo qualitativa com as informações disponíveis na base de dados da FVA, sobre "a situação sócio-econômica dos moradores" (1-2).

Tratava-se, assim, de verdadeiro projeto bastidiano de engenharia social, fundado no modelo cartesiano de concepção das relações entre teoria e prática nas ciências sociais. Previa, inclusive, arroubos etnometodológicos do tipo *ethnographic decision tree modeling*, para estabelecer modelos de como as pessoas tomavam decisões quanto à exploração de recursos, na tentativa de prever o desdobramento de seu comportamento futuro, a partir da introdução do novo conjunto de variáveis representado pela limitação do acesso a recursos. No papel, tudo muito bonito, porém limitações de tempo, dinheiro, logística e o próprio tamanho da área a ser investigada, impediram a continuidade do projeto.

Como salientei ao início deste capítulo, a presença continuada dos pesquisadores das diferentes coordenadorias na área, a participação de alguns dos "moradores" nas atividades de pesquisa e os dados qualitativos produzidos a partir das minhas duas viagens a campo - outubro de 1994 e janeiro/fevereiro de 1995 -, nos permitiram uma compreensão mais justa das pessoas que ali viviam. A questão que começava a se delinear era a serviço de quem, além dos próprios pesquisadores[25], estaria o conhecimento produzido sobre os fatores bióticos e abióticos e sobre a vida social das pessoas: do Plano de Manejo do PNJ - portanto, do órgão estatal responsável pela gestão da unidade - ou dos próprios residentes? E os conhecimentos que estes, paulatinamente, revelavam possuir sobre o ambiente em que viviam e que estava contribuindo sobremaneira para o andamento de muitas das linhas de pesquisa que estavam sendo desenvolvidas sob a coordenação da FVA no PNJ? Aos

[25] Muitos dos pesquisadores, além de estarem comprometidos com a produção de relatórios para a FVA, em função do vínculo com o Projeto Jaú, componente do Programa Rio Negro, estavam envolvidos com a elaboração de suas dissertações e teses de pós-graduação.

poucos, ficavam evidentes as dimensões ética e política implicadas no processo decisório que influiria no destino dos residentes, ao mesmo tempo em que, de uma perspectiva conservacionista estrita, ficava claro, por inúmeras evidências, que gerir uma área das dimensões do PNJ sem gente vivendo em caráter permanente na área seria muito difícil.

Foi assim que ocorreram as primeiras reuniões com os residentes, não só para produzir dados a partir dos seus conhecimentos sobre os ecossistemas locais, sobre os seus padrões de uso e práticas de manejo, mas também para informar-lhes de modo mais sistemático sobre as atividades da FVA na área e repassar-lhes os dados que se estava produzindo. Enfim, um esforço mais sistemático de troca de informações, na linha do que sugere Ingram (1990).

A Coordenadoria de Pesquisa sobre Quelônios e Crocodilianos foi a pioneira, como relatei ao início deste capítulo. Lidando, quiçá, com o elemento mais sensível na relação entre gestores e residentes - sobre o qual estes são muito reticentes - e necessitando da sua colaboração, a equipe realizou, até 1995, duas reuniões no Seringalzinho, no baixo Jaú. O objetivo era discutir com os moradores o uso de quelônios "de forma limitada, que é seguramente mais realista que a política legal de não uso, ou a política vigente de vistas grossas" (Rebelo et alii 1995, 1). Um dupla preocupação presidia a iniciativa. Por um lado, manifestando uma atitude crítica face à expectativa de fossilização cultural dos residentes, avaliava-se que "a permanência de moradores na área não pod[ia] significar a sua manutenção no nível de subsistência em que se encontra[va]m, preservando a sua pobreza extrema como item exótico da biodiversidade". Por outro lado, "manter os recursos livremente acessíveis a moradores, comerciantes e pescadores levar[ia] necessariamente à 'tragédia dos comuns' - o esgotamento dos recursos" (1). Essa ação de justiça redistributiva, visando assegurar aos residentes, ainda que de forma limitada, o acesso aos recursos de que dependiam para reproduzir-se, desdobrou-se em pesquisas sobre a capacidade de suporte de outros recursos valorizados.

À essa altura, a FVA já era co-gestora do PNJ, tendo celebrado com o IBAMA, em 11.11.1993, Termo de Cooperação Técnica – nº 03/93 – visando "possibilitar a produção e a transferência de conhecimento técnico e científico entre as instituições, tendo em vista a implementação efetiva da UCs de uso indireto localizadas na região do baixo rio Negro". As partes se comprometiam a "estabelecer planos de trabalho conjuntos a serem executados através de Convênios". Foi o que ocorreu em relação ao Jaú. No mesmo dia, celebrou-se o Convênio nº 30/93 visando consolidar a implantação do PNJ, tendo por objeto o apoio às

ações de vigilância, fiscalização, administração, pesquisa, educação ambiental e manejo do PNJ. Segundo Carlos Miller, "era o passo óbvio que tinha que ser dado para trabalhar no Jaú": o desdobramento "lógico" para quem tinha como objetivo consolidar o PNJ era formalizar a relação com o órgão governamental que geria as UCs. Ademais, constituía "política institucional" da FVA desenvolver parcerias, já que "ninguém ia resolver os problemas da Amazônia sozinho" (entrevista em 14.08.1999). Da perspectiva do IBAMA, diante da experiência da FVA e do "fato de já se encontrar desenvolvendo atividades no PNJ, sua escolha como parceira [...] foi feita naturalmente" (Bernardes 1995, 82). Foi uma iniciativa pioneira que ganhou as páginas da grande imprensa: "Ibama adota a co-gestão. ONG ajuda instituto a gerir Parque do Jaú. Um plano de zoneamento ecológico" (*Jornal do Brasil*, 30.05.1994, p. 10)[26]. A partir desse momento o PNJ e a FVA passam a beneficiar-se de recursos do PNMA e Carlos Miller se empenha em tirar o Jaú de uma posição inferior para colocá-lo como primeira prioridade entre as UCs de uso indireto daquele Programa. Parecia-lhe óbvio que o PNMA devia apoiar o Jaú, dadas as condições comparativamente mais favoráveis de viabilização do PNJ e a relação custo/benefício do investimento (entrevista 14.08.1999).

Criava-se, assim, o ambiente para uma mudança de rumo, da qual, por motivos de força maior, não pude participar: o que era uma Coordenadoria de Pesquisa em Ciências Sociais transformou-se numa Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário - o mesmo termo popularizado por Bastide - de mesmo status hierárquico que a Coordenadoria de Projetos e Pesquisa Científica. Ao volume de conhecimento que se gerou sobre os residentes, veio sobrepor-se a premência de tempo e a exigência dos prazos postas pela nova relação formal constituída com a agência ambiental. Não era mais possível esperar que se produzisse conhecimento qualitativo e denso sobre as pessoas que estavam vivendo na área em que se projetou o PNJ. O plano de manejo agora tinha prazo para ser concluído e a FVA tinha que cumprir com os compromissos formais assumidos junto ao IBAMA. Tratava-se, então, de gerar conhecimento sobre os residentes ao tempo que se agia no sentido de informá-los, fortalecê-los e capacitá-los para lidar com essa nova situação: participar do processo de planejamento e manejo da UC. Esboçava-se uma transição para o

[26] Em 17.06.1994 IBAMA e FVA celebram o primeiro termo aditivo ao Convênio visando continuar os trabalhos de consolidação da implantação do PNJ. O termo tinha por objetivo definir a forma de execução das ações originalmente conveniadas, alocar recursos financeiros complementares e estabelecer o plano de trabalho para 1994. As ações visavam oferecer subsídios técnico-científicos para a elaboração dos capítulos 1 e 2 do plano de manejo - caracterização da unidade.

que Bastide chama de “modelo marxista” na relação entre teoria e prática nas ciências sociais[27].

Recompõe-se e amplia-se, assim, a Coordenadoria que passa a contar com uma professora, uma assistente social, um técnico em extensão agrícola e uma agrônoma, além da coordenadora – Regina Oliveira, bióloga que, previamente, encabeçava a Coordenadoria de Projetos e Pesquisa Científica. A “turma do social”, como é chamada dentro da FVA, passa a ser formalmente assessorada por um advogado, uma assistente social com formação em sociologia e, informalmente, por um antropólogo - eu. É assim que de uma situação original em que a análise da dimensão social vinha sendo conduzida por não especialistas[28], reconhece-se a especificidade da questão e busca-se uma ação transformadora.

Cumpre notar que a imagem da FVA junto aos residentes nos rios Carabinani, Jaú e Unini está estreitamente vinculada à atuação de Regina Oliveira – “dona Regina”, como até hoje os residentes se referem a ela. Primeiro como coordenadora de projetos e pesquisa científica e, por conseguinte, das primeiras expedições de pesquisa coletivas, em seguida como coordenadora de desenvolvimento comunitário, posição que a levou a residir por quase um ano com a família no Seringalzinho, baixo rio Jaú – quando, então, construiu a base de pesquisa de terra firme da FVA no Jaú. Nesse momento, a Fundação já era presença constante - e física - no Parque, com as frequentes viagens de pesquisa do Uapé-Açú - barco regional equipado para 25 pessoas -, suas voadeiras com motores de popa, as duas bases de pesquisa - uma flutuante, a primeira a ser instalada, no lago do Miratucu, e outra em terra firme, no Seringalzinho - e seus acampamentos rústicos em áreas mais remotas ao longo do PNJ.

O Uapé-Açú no Jaú (banco de imagens FVA)

[27] Este funda-se na idéia da *praxis*, em cujo movimento os conhecimentos teóricos desenvolvem-se ao mesmo tempo que os conhecimento práticos e segundo a qual “a intervenção humana na realidade social é simultaneamente ação e ciência” (Bastide 1976, 6).

[28] Situação que é objeto de algumas das críticas dirigidas aos ICDPs (cf. Barrett e Arcese 1995 e Brandon e Wells 1992).

Assim, a FVA passa a reconhecer explicitamente que a consolidação de uma UC na Amazônia implica na negociação com distintos grupos de interesse, direto e indireto, conflitantes em torno da área. Do mesmo modo, tendo sempre buscado atuar de forma interinstitucional para consolidar o PNJ, passa a entender os seus esforços anteriores como tentativas de integrar esses diferentes grupos (Oiveira e Anderson 1996, 7). Tonifica a sua atuação no Parque, orientando todas as suas outras linhas de atuação para o PNJ e a sua área de influência.

A equipe de educação ambiental, que iniciou as suas atividades em 1992 com o Projeto Sauim-de-Coleira, junto às escolas da rede pública e particulares da zona urbana de Manaus, desenvolvendo atividades no Parque Municipal do Mindu, passa a atuar em Novo Airão: participa em atividades culturais, como o carnaval e o Festival do Peixe-Boi, e formaliza uma relação com a Secretaria Municipal de Educação para subsidiar a formação dos professores na área de meio ambiente. Em 1997, a Coordenadoria de Educação Ambiental renova o seu pessoal e estabelece a sua sede na cidade de Novo Airão, conduzindo a sua atuação para a formação da cidadania e a organização de meios de representação e implementando ações que visam a melhoria da qualidade de vida na cidade. Graças ao seu estímulo, surgem duas associações de moradores a ABANE – Associação de Moradores do Bairro Nova Esperança - e a AMOSA - Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Auxiliadora -, a Associação de Mulheres Profissionais da Estética, Costura e Artesanato (AMPECA) e o Grupo Ecológico Chico Mendes (GEMENDES) – de estudantes.

O Projeto Fibrarte, que começou em 1992, na região de Santa Isabel do Rio Negro, com o artesanato da piassava (*Leopoldina piaçaba* Wall. ARECACEÆ), inicia as suas atividades em Novo Airão, cadastrando os 51 artesãos - 88% mulheres – que participaram das primeiras reuniões com a FVA para discutir a proposta do projeto e suas finalidades. O trabalho com a organização social e política dos artesãos que usam fibras vegetais na confecção de artesanatos levou à fundação da AANA (Associação dos Artesãos de Novo Airão) em 1996 e a recente conclusão da Central de Artesanato no centro da cidade. Entre os artesão cadastrados há alguns saídos de Anavilhanas e do Jaú. De sua atuação na cidade, sai identificando os “moradores do PNJ” que trabalham com fibras para integrá-los à AANA. Atualmente, o projeto conduz pesquisas sobre a extração e a ecologia da planta da qual se extrai a fibra, cataloga técnicas de trançado, desenho e

formas de tintura dos artesanatos, forma artesãos, identifica canais potenciais de escoamento da produção e apoia a comercialização e a divulgação dos produtos.

Por sua vez, a Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário - hoje Coord. Socioambiental - passa a atuar diretamente junto aos residentes na área em que se projetou o Parque. Um marco importante e inaugural dessa atuação foi o estabelecimento da escola no Seringalzinho, construída com a cooperação dos próprios residentes da localidade e imediações, ao tempo em que Regina Oliveira ali residia na base de terra firme. Gestões junto à Prefeitura de Barcelos – pois, a margem esquerda do Jaú, até a foz do Pauini, fica neste município – levaram-na a assumir a manutenção da escola e a remuneração dos professores que por lá passaram.

A escola do Seringalzinho, rio Jaú – jun./1998

Daí para frente, o eixo da atuação da Coordenadoria passa para o mapeamento das áreas utilizadas pelos moradores para atividades de subsistência e comercialização, a partir de reuniões com grupos de moradores em áreas distintas do PNJ. Caracterizada como, simultaneamente, atividade de pesquisa e extensão, "as reuniões enfocadas no mapeamento das áreas de uso de recursos naturais fazem parte de uma estratégia que envolve também uma equipe permanente de trabalho de campo, com a função de capacitar moradores, compreendendo a sua linguagem e trabalhando junto deles na identificação de problemas e soluções" (Oliveira e Cabezas 1995, 8). Esse trabalho se deu em duas etapas. Na primeira, uma equipe visitou cada unidade doméstica, quando então conversava sobre o cotidiano das pessoas, o trabalho de roça e o "de produção" – extrativismo - e auxiliava a família a desenhar mapas da sua área de uso - ou, como dizem os residentes, a sua "área de serviço" - localizando a casa, a roça e as áreas de caça, pesca e extrativismo. Esses locais foram posteriormente georeferenciadas e nominados de acordo com a informação fornecida pelas pessoas. Os dados coletados foram processados em sistema de informação geográfica e,

numa segunda etapa, uma equipe similar retornou às localidades para realizar um trabalho maior e em conjunto com os grupos de residentes, partindo dos mapas previamente elaborados. Enquanto na primeira etapa, a dos mapas individuais, utilizavam-se cartolinas e lápis, na segunda, com base em mapas gerados pela FVA para regiões específicas do Jaú e ícones representativos das atividades desenvolvidas - pois a quase totalidade dos moradores é analfabeta -, grupos de moradores plotavam nos mapas as suas áreas de moradia, roçados, quintais, áreas preferenciais de pesca, caça e coleta, centros de tirar cipó, caminhos de tirar castanha, estradas de seringa, sorva, copaíba, etc. Era ao longo desse processo e no contexto dessa dinâmica que se discutia com os moradores temas complexos como zoneamento, manejo e organização comunitária (cf. Oliveira e Anderson 1996 e Chaves 1996).

Reunião de mapeamento de uso de recursos no Floresta, rio Unini – banco de imagens da FVA

Reunião de mapeamento de uso de recursos no Tapiira, rio Unini – mar./98

O resultado desse tipo de trabalho pode ser visto no Mapa nº 8 – mapa de uso de recursos do seu Merruoca. Esse tipo de produto era percebido como tendo duas serventias. Por um lado, serviu para definir e negociar o estabelecimento das zonas do PNJ nas propostas de zoneamento, levando em conta o espaço apropriado pelas pessoas que vivem no local. Foi assim que no Plano de Manejo do PNJ, “as áreas de residência dos atuais moradores da unidade além daquelas utilizadas por estes para garantir a sua sobrevivência com impacto mínimo” foram definidas, de comum acordo com o IBAMA, como Zona de Uso Especial – ao lado das áreas necessárias à administração e manutenção do Parque (IBAMA e FVA 1998, 144). Por outro, no caso do IBAMA definir-se pela retirada dos moradores da área, esse material servirá como base para a discussão dos valores das indenizações e de estratégias culturalmente consequentes de reassentamento dos grupos domésticos.

Embora os componentes da Coordenadoria Socioambiental não gostem da idéia, um observador externo, ciente das mudanças na abordagem da gestão de UCs de uso indireto com presença humana, pode identificá-la como um ICDP. Aliás, é como o WWF Brasil, um dos principais parceiros e financiadores da FVA, define a metodologia do Projeto PNJ (BR0877):

> O trabalho é baseado no conceito de PICD (Projeto Integrado de Conservação e Desenvolvimento), que busca *garantir a conservação da diversidade biológica através da reconciliação do manejo de áreas protegidas com as necessidades sociais e econômicas das populações tradicionais locais*. O Parque é adequado para a aplicação do conceito de PICD porque tem uma população relativamente pequena residindo dentro de seus limites (0,04 pessoas por quilômetro quadrado). [http://www.wwf.org.br/wwfpr11.htm; ênfase minha]

A sua atuação reflete, portanto, as ambiguidades da abordagem ICDP.

Por um lado, a FVA está trabalhando para a consolidação da unidade. As premissas explícitas de que partem seus membros, não diferem daquelas que vicejam no âmbito do conservacionismo internacional, de "integração das populações locais aos objetivos da conservação".

> Se assume como premissa a noção de que nenhum resultado duradouro e significativo se alcançará quanto aos objetivos de conservação se, ao mesmo tempo, não se lograrem os propósitos de integrar efetivamente as populações locais ribeirinhas às ações de manejo e, por certo, aos benefícios da conservação [Oliveira e Cabezas 1995, 33].

> Conservação será uma meta bem sucedida, a longo prazo, se as populações locais desempenharem um papel ativo e receberem os benefícios derivados da conservação, através do manejo dos recursos naturais [Oliveira e Anderson 1996, 3].

Ao lado da redistribuição dos supostos benefícios gerados com a criação da UC, seus integrantes expressam preocupações em oferecer alternativas substitutivas e compensatórias aos residentes, quando falam em "buscar [...] fontes de ingresso que reduzam as pressões sobre os recursos naturais". Isso quando não identificam efeitos positivos na transformação dos moradores em guarda-parques (Oliveira e Cabezas 1995, 3-4). Também aludem aos já mencionados trabalhos sobre sistemas de manejo das "populações tradicionais" como "evidência de que graças à sua presença é que estas UCs se encontram conservadas; de igual forma, se reconhece que seu conhecimento é parte orgânica e integral da biodiversidade" (3). Dos estudos específicos e prolongados sobre o manejo de recursos pelos residentes, só foi concluído o de cipó-titica (Durigan 1998), estando para ser finalizados os de arumã e de quelônios.

Por outro lado, a FVA expressa posições peremptórias de defesa dos direitos dos que residem no Jaú, quando afirma que o "o plano de manejo não deve ser aprovado sem o prévio conhecimento, participação e aprovação da comunidade [...] mediante audiência pública" (35), garantindo viabilidade aos mecanismos locais de planejamento e manejo da área: "assim as populações podem exercer por si próprias seus direitos e tomar decisões sobre a área a que estão vinculadas" (33). Ainda, "a participação da população local no manejo do Parque só poderá ser considerada legítima, autêntica e válida se implicar em acesso real às decisões" - ou seja, se houver redistribuição do poder decisório (33). Reconhece, inclusive, que o plano de manejo continuará sendo uma "proposta de desenvolvimento exógena à comunidade" (36).

A FVA, portanto, se encontra diante do desafio de tornar horizontal um projeto vertical: implantar uma categoria de UC que não partiu originalmente de uma demanda local (Lima 1996, 7), muito menos sua. Ao contrário do que ocorreu na implantação da EsEc de Anavilhanas, um dos seis casos no Brasil em que há registro de retirada, com pagamento de indenizações, de população do interior de UCs de uso indireto (Brito 1995, 116)[29] – no que pode ser considerado uma instância de *top-bottom approach* -, a FVA, tendo herdado uma UC de uso indireto com gente, está fazendo agora o que julga deveria ter sido feito quando da criação do PNJ.

Entende-se, assim, o seu esforço por fazer com que os atores sociais locais participem da discussão e o que parece ser o seu horizonte político de atuação: o de forjar a identidade de política de "moradores do PNJ" - de tal sorte que estes possam se postar como ator coletivo de direito próprio na relação com o IBAMA. Com o fito de desencadear um processo de reconhecimento da representatividade das lideranças dentro e fora do âmbito de suas comunidades, a FVA tem promovido, desde 1995, os "encontros de representantes dos moradores do Parque". Em dezembro de 1995, ocorreu em Manaus o I Encontro de Representantes dos Moradores do PNJ, em que estes foram chamados a discutir e propor - com base na experiência acumulada na produção dos mapas de uso de recursos - alternativas de zoneamento da unidade, usando as mesmas metodologias compreensivas e dinâmicas de grupo já empregadas.

O II Encontro foi realizado em dezembro de 1996, também em Manaus, e contou com a participação de artesãos de Novo Airão filiados à AANA, totalizando 26

[29] Os outros cinco são os Parques Nacionais de Iguaçu e Serra da Bocaina, as Estações Ecológicas de Aiuaba, Maracá-Jipioca e Serra das Araras, e a Reserva Biológica do Trombetas.

pessoas: 16 representantes de comunidades – Seringalzinho, no Jaú, Democracia, lago das Pedras, Tapiira, Manapana, Floresta e Vista Alegre, no Unini, e São José do Aracú, no Paunini – sete artesãos – entre os quais, dona Chica Viana, mulher de seu Chico Viana – e três ex-residentes do PNJ – um dos quais, vereador em Novo Airão. Some-se a esses, os seis componentes da Coordenadoria Socioambiental, dois membros do Projeto Fibrarte e quatro convidados – dois fiscais do IBAMA e dois fiscais voluntários das comunidades do Matupiri Grande, em Manicoré, no rio Madeira, e de Mamirauá, em Tefé, médio Solimões. Esse encontro teve como objetivos específicos (a) resgatar as discussões do I Encontro sobre o zoneamento e a questão fundiária, (b) discutir uma proposta de fiscalização participativa e (c) discutir a participação dos residentes na oficina de planejamento participativo do para o plano de manejo do PNJ. O encontro foi estruturado em módulos temáticos dinamizados por meio de flanelógrafos, cartazes, slides, cantos populares e religiosos, trabalhos de grupo e encenações. A fixação dos conceitos relativos ao mesmo, incluindo os das zonas propriamente ditas, deu-se a partir da analogia entre a casa e o Parque (cf. Santos 1997).

Tive oportunidade de participar no IV Encontro, que ocorreu entre os dias 21 e 23 de outubro de 1998, nas instalações do ainda não implantado Centro de Visitantes do Parque, à foz do rio Jaú. O IV Encontro pautou-se em dois temas básicos: organização política e alternativas econômicas; e alternou reuniões plenárias e trabalhos em pequenos grupos divididos segundo critérios de proximidade geográfica – cabendo-me monitorar as discussões do grupo formado pelos residentes no Carabinani. Participaram membros de três coordenadorias da FVA - Socioambiental, Educação Ambiental e Sistemas de Informação -, o Chefe do PNJ e vigilantes e representantes das seguintes “comunidades”: lago das Pedras, Democracia, paranã do Bacaba, Tapiira, Manapana, Floresta e Vista Alegra, no rio Unini); Tambor, Lázaro e Seringalzinho, no rio Jaú; Medoini, na margem esquerda do rio Negro; e quase todos os moradores do rio Carabinani. A novidade foi a ampliação da participação de residentes do Jaú e Carabinani e de uma comunidade do entorno. O casal de residentes no Lázaro foram ao encontro com o intuito de saber os passos que deveriam tomar para assentar uma “comunidade” lá. Depois do encontro, no primeiro semestre de 1999, a Coordenadoria Socioambiental, em mais uma viajem ao Jaú, depara-se com uma escola já funcionando no Lázaro. Ao final do encontro, discutiram e planejaram a 2ª e conclusiva etapa do Curso de Agente Ambiental Voluntário, que ocorreu no mesmo lugar,

entre os dias 07 e 11 de dezembro de 1998 – a primeira havia ocorrido na base de terra firme de Anavilhanas.

Cenas do IV Encontro de Representantes de Moradores do PNJ – out./1998
Esquerda: Pesquisador participando de reunião plenária. Em primeiro plano, seu Zé Rufino.
Direita: Chefe do PNJ entrega cópia do Plano de Manejo a representante de lg. das Pedras.

É assim que o horizonte de uma organização política formal, que assegure àquelas pessoas um controle maior sobre o seu destino, é percebido como condição *sine qua non* do sucesso da sua ação - reverberando idéias expressas por autores como Smith 1983, Cornell e Swedberg 1995 e Lima 1996.

Não é de se entranhar que a conduta da FVA tenha sido foco de muita tensão e conflito com o IBAMA – o que aliás se manifesta desde cedo na relação formal entre ambos. Ainda em setembro de 1994, a FVA encaminha ao DEUC o plano de trabalho em cumprimento ao subprojeto "Ealaboração do Plano de Manejo", referente a atividade 001 do Pano Operativo Anual inerente ao Convênio n° 030/93. Em parecer ao Coordenador da Divisão de Gerenciamento do DEUC, técnica desta Divisão afirma desconhecer os termos do Convênio e os estudos anteriores feitos pela FVA que tiveram como objeto subsidiar a elaboração do Plano de Manejo, e que ficaram a desejar as informações prestadas pela Funação, pois não apresentam uma visão total do trabalho que será desenvolvido, bem como sua distribuição ao longo do tempo – cronograma consolidado das atividades, tempo alocado em pessoa/dia para trabalho de campo em cada área temática. Sugere a designação de um técnico da DIGER para acompanhar e participar dos trabalhos de elaboração do plano de manejo para que se tenha a garantia de êxito.

No ano seguinte, em documento de avaliação de experiências de co-gestão em nove UCs federais, fruto de trabalho de consultoria independente, reconhece-se que o PNJ é uma das UCs que tem o maior envolvimento da ONG gestora, conquanto o termo de convênio

não cite o termo co-gestão (Bernardes 1995, 105). Observa que o ponto mais citado por técnicos da DIREC e pelo então Chefe do PNJ "refere-se ao conflito de conceitos que estão sendo difundidos naquela unidade de conservação". Segundo o documento

> Alguns técnicos da FVA envolvidos no processo têm procurado trabalhar com as populações residentes no interior daquela UC, no sentido de criar condições para que as mesmas se sintam cada vez mais incentivadas a permanecer na área, apesar da mesma constituir-se em uma UC de uso indireto. [...] O próprio Convênio não prevê qualquer atividade direta com populações, que digam respeito à política para permaneceram ou não na UC e isso vem ocorrendo. Em decorrência da ausência do IBAMA na área, seja em presença física, seja em definições de política institucional que definam e estabeleçam conceitos, a FVA tem tido a oportunidade de definir a sua própria agenda e conceitos que embasam suas atividades na área [...] [Bernardes 1995, 87-8]

Informa que, segundo o Chefe do PNJ, um "chapéu de palha" estava em construção no PNJ "para desenvolver atividades com as comunidades residentes na área". Trata-se da escola do Seringalzinho, que foi o pivô dos desentendimentos mais sérios naquela ocasião. Informa também que, diante disso, o Chefe declarou-se "inseguro para proceder atividades de fiscalização por não ter muita clareza sobre como tratar essa questão, que é muito delicada"[30]. Relata que "a DIREC tem procurado esclarecer e informar os representantes da FVA sobre a *inconveniência* e da *ilegalidade* dos rumos que vêm sendo dado aos trabalhos" (88; ênfase minha). Outrossim, esclarece que, de acordo com a FVA, todas as atividades que estão sendo desenvolvidas pela mesma no PNJ estavam previstas no Plano de Ação Emergencial e que "a gestão participativa é fundamental, especialmente para a região Amazônica, que pela sua extensão e complexidade, exige cooperação multi-institucional para solucionar seus problemas" (89).

Pessoas envolvidas com a FVA, pouco tempo depois, expressaram o entendimento de "que o fato de participar de um Convênio de Co-Gestão não significa simplesmente executar um conjunto de determinações, mas principalmente negociar e propor soluções mais adequadas, derivadas do conhecimento e da atuação direta no Parque" Elas têm se posicionado a favor da permanência dos residentes na área em que se projetou o PNJ e de sua "participação na elaboração do Plano de Manejo" (Olibeira e Anderson 1996, 4), embora reconheçam que esta participação ainda não esteja se dando de maneira consciente e adequada (Oliveira e Cabezas 1995, 35).

---

[30] O então Chefe do PNJ era engenheiro florestal e havia participado de um Curso de Especialização em Unidades de Conservação, promovido em 1994 pelo Departamento de Engenharia Florestal da UnB, no qual apresentou trabalho de conclusão de curso sobre as populações tradicionais do PNJ (Jesus 1994). Antes de submeter o referido trabalho, solicitou-me, à época, que fizesse uma leitura crítica e comentários.

5.4. Anavilhanas: avaliação ecológica - não tão - rápida

As primeiras iniciativas de planejamento e zoneamento da EsEc de Anavilhanas antecedem às do PNJ. Paixão e outros, em trabalho "elaborado sob os auspícios da FINEP" que traz informações básicas relativas à caracterização da Estação Ecológica de Anavilhanas, visando a sua integração no Programa de Gerenciamento das UCs da SEMA, informam que esta, a partir da definição da Política Nacional de Meio Ambiente, "intensificou os entendimentos para traçar as diretrizes de um Programa de pesquisa" nas Estações. Para tal, foi elaborado, inicialmente, o Plano Integrado de Pesquisas em Estações Ecológicas (PIPEE), que - não logrei identificar e – "passou a nortear as ações de estudos naquelas áreas". Para implementar o PIPEE, ter-se-ia instituído um Programa de Bolsas de Estudo e de Pesquisa por meio de convênio com o CNPq e a CAPES (Paixão e outros 1994, 8).

Segundo a mesma fonte, paralelamente à Política Nacional de Meio Ambiente, o CNPq e a FINEP, através de grupo assessor com representantes da comunidade científica, "estabeleceram prioridades na área de recursos naturais, gerando os programa setoriais". Dentre essas prioridades, teria surgido "uma linha de apoio a pesquisas em ecossistemas preservados, a qual, de início, abrange[ria] cinco Estações Ecológicas da SEMA", representativas de importantes ecossistemas do país: Taim, RS, representando os banhados; Juréia, SP, a mata atlântica[31]; Taiamã, MT, o pantanal; Raso da Catarina, BA, a caatinga[32]; e Anavilhanas, AM, a "mata amazônica". Temos aqui reforçada a imagem do corpo do país, do seu território, como um composto de biomas. Nesta ocasião, a SEMA teria reformulado o PIPEE "com vistas a torná-lo mais completo e abrangente, surgindo então o Programa de Gerenciamento das UCs" (Paixão e outros 1984, 9).

Com o objetivo de conhecer o potencial de recursos disponíveis – institucionais, humanos e financeiros - naquelas cinco UCs e de elaborar um documento base sobre cada uma, que seria o ponto de partida para posterior investigação e complementação em cada unidade, a SEMA firmou convênio com a FINEP. Paixão e outros 1994 constitui um desses documentos bases, "elaborado a partir de compilação de dados

---

[31] Esta, na verdade, uma EsEc estadual.

[32] Esta, na verdade, é uma Reserva Ecológica que só foi oficialmente criada pelo Decreto nº 89.268, em 12.08.1987. A sua menção em um documento de 1984 não é surpreendente se considerarmos o padrão de atuação da SEMA expresso na criação de Anavilhanas, que tomava a unidade como já criada e dava passos para a sua implementação antes mesmo da sua decretação. Voltaremos a este ponto a seguir.

disponíveis na SEMA e posteriormente complementados com informações provenientes do cadastro de documentação técnico-científica e informações fornecidas por pesquisadores" (9). Esses informes básicos sobre as EsEcs selecionadas para integrar o Programa de Gerenciamento estavam divididos nos seguintes tópicos: caracterização da EsEc, quadro natural, características sócio-econômicas do entorno – baseadas exclusivamente em recenseamentos do IBGE para os municípios da área de abrangência das estações – e pesquisas realizadas e em desenvolvimento. Nesta parte, o informe básico sobre Anavilhanas mostra que a EsEc vinha sendo apropriada por aqueles para os quais aquela categoria de manejo havia sido pensada: os pesquisadores. Registram-se nove pesquisas concluídas e quatro em andamento, a quase totalidade delas de pesquisadores do INPA, o que mostra o vínculo entre a EsEc e a Divisão de Ecologia daquele instituto.

O Programa de Gerenciamento das UCs da Secretaria de Ecossistemas da SEMA foi consolidado em 1986, já na gestão de Roberto Mesias Franco. Objetivava: promover o desenvolvimento de pesquisas integradas com base no conhecimento global dos ecossistemas existentes nas EsEcs; estabelecer mecanismos de coordenação e integração das pesquisas a serem realizadas nas UCs; desenvolver metodologia de zoneamento e aplicá-las nas UCs e seu entorno; e promover a formação de recursos humanos para as atividades inerentes às UCs. As etapas previstas para a implementação do programa eram: o cadastro dos recursos humanos e da documentação técnico-científica; a elaboração de documentação informativa sobre a UC; o levantamento dos aspectos sócio-econômicos e de recursos ambientais; o ordenamento do espaço da UC; até chegar ao gerenciamento da mesma, ou seja, o planejamento integrado das atividades a serem desenvolvidas nas unidades, com base nos dados levantados e no ordenamento do espaço realizado (Cavalheiro e outros 1986).

Um dado significativo é que o Programa estabelece que as pesquisas deveriam ser integradas de tal modo que os "seus resultados possam ter uma aplicação mais efetiva, principalmente em planos locais e nacionais de desenvolvimento" (Cavalheiro e outros 1986, 8). Mais ainda, os projetos de pesquisa que implicassem em modificações no ambiente natural na zona de interferência experimental – que podia abarcar até 10% da área da EsEc - deveriam ser escolhidos "com base nos levantamentos sócio-econômicos [devendo] possibilitar comparações com áreas da mesma região ocupadas e modificadas pelo homem" (20-21). Objetivava-se, assim, "solucionar eventuais

problemas encontrados" nas "interfaces existentes entre a população e o meio ambiente" (15). Evidencia-se aqui o desígnio do Dr. Paulo de efetivamente colocar as EsEcs a serviço do desenvolvimento ao nível local.

Outro dado significativo e revelador do padrão de atuação da SEMA é a noção de "implantação", que se revela nos informes básicos de 1984 e no Programa de Gerenciamento, de 1986. Sem especificar quais, os informes básicos de 1984 referem-se a 12 EsEcs implantadas, 15 em fase de implantação e oito em estudo – quando até 1984 haviam 13 EsEcs decretadas. Já o Programa, de 1986, registra 10 EsEcs implantadas, 12 em implantação e sete em estudo, além de cinco reservas ecológicas. Das dez EsEcs consideradas *implantadas*, entre elas Anavilhanas, uma é da Juréia e a outra é a de Aiuaba, no Ceará, cujo processo de criação encontra-se paralisado e não foi decretada até hoje. Das 12 EsEcs ditas *em implantação*, só seis haviam sido de fato decretadas até 1986, enquanto que duas – Carijós (SC) e Pirapitinga (MG) - foram decretadas em 1997, duas – Itabaiana (SE) e Cuniã (RO) – encontram-se com o processo de criação suspenso ou paralisado e sobre outras duas – Mamanguape (PB) e Piraí (RJ) – não há notícia. Das sete apresentadas como *em estudo*, a de Juami-Japurá (AM) já havia sido decretada em 1985, a de Tamoios (RJ) foi decretada só em 1990, as de Babitonga (SC) e Côco-Javaés (TO) encontram-se com o processo de criação suspenso ou paralisado e as outras três são a de Praia do Peba (AL), Serra Geral (SC) e Alto Guaporé (MT)[33].

Assim, tinha-se uma situação inusitada, mas compreensível em se tratando de SEMA, em que cinco EsEcs não haviam sido oficialmente decretadas, mas dispunham - algumas delas - de infra-estrutura e até mesmo de pessoal. Essa situação persiste até hoje no IBAMA, sem que haja posição oficial sobre a sua destinação (Alves 1996, 4).

Seguindo as orientações contidas no convênio com a FINEP e no Programa de Gerenciamento, de levantar os aspectos sócio-econômicos e de recursos ambientais em cada unidade para estabelecer o ordenamento do espaço das mesmas, em 1987 a SEMA celebrou dois convênios: um com o INPA – nº 0173/87 - para desenvolver, com recursos do FNDCT oriundos do convênio com a FINEP, o zoneamento da EsEc de Anavilhanas através da identificação dos fatores bióticos na área da EsEc e do

[33] Não são mencionadas as de Caracaraí (RR), decretada em 1982, Tupiniquins (SP), decretada em 1986, e Tupinambás (SP), criada em 1987. Que o ParNa da Serra Geral tenha sido criado pelo IBAMA em 1992 é indicativo de como muitas dessas propostas permaneceram engavetadas aguardando o momento oportuno para a sua criação.

levantamento integrado dos recursos naturais[34]; e outro com o CODEAMA (Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas) - nº 155/87, em 11.12.1987 - que previa a realização de um levantamento de aspectos sócio-econômicos das comunidades do entorno da EsEC, que também compunha a Fase I do zoneamento.

Em 06.12.1988, a Coordenadora do Projeto Anavilhanas no INPA apresenta relatório parcial do zoneamento da EsEc, referente ao período de 28.12.1987 a 30.11.1988. Relata que o INPA realizou excursão multidisciplinar de reconhecimento da área do arquipélago, de 21 a 26.03.1998, com a participação dos coordenadores dos nove subprojetos, na qual foram escolhidos os pontos a serem estudados. Apenas dois subprojetos deram início às suas atividades durante esta excursão, tendo um deles prosseguido em nova excursão entre 21 e 28.05.1998. Nenhum dos demais subprojetos deslanchou. Em 13.07.1988, o CODEAMA apresenta relatório técnico-financeiro referente a uma viagem de reconhecimento no período de 25.02 a 06.03.1988. E foi só. Por uma série de entraves de ordem técnica e burocrática e por dificuldades no repasse dos recursos e outras, poucas foram as excursões de campo à Estação, sem que as pesquisas previstas nos respectivos planos de trabalho tenham sido concluídas. Desde então, a EsEc passou a ser visitada por pesquisadores, principalmente do INPA e da FUA, sem que suas iniciativas estivessem orientadas para planejamento ou zoneamento da unidade.

Em 1993, nos marcos do PNMA, foi elaborado o Plano de Ação Emergencial da Estação (Cases 1993). No entanto, só em 1996, com a inclusão de última hora do Brasil no Projeto "Programa Regional de Planejamento e Manejo de Áreas Protegidas da Região Amazônica - União Européia/Tratado de Cooperação Amazônica", o processo de elaboração do Plano de Manejo da EsEc de Anavilhanas deslanchou. Foi, portanto, o mesmo TCA - cuja firma produziu a circunstância política propícia para a decretação das unidades que estamos enfocando aqui (cf. Cap. 3) - que veio ao socorro de Anavilhanas uma década e meia depois.

[34] O projeto subdividia-se em subprojetos abrangendo estudos geológicos, herpetológicos, florísticos, entomológicos, ornitológicos e outros, na unidade.

Referido projeto estava dentro dos objetivos e atividades da Comissão Especial de Meio Ambiente (CEMAA) do TCA[35]. Encarregada de alavancar iniciativas e propostas que contribuam para a conservação, preservação e manejo dos ecossistemas amazônicos, a CEMAA constituiu-se oficialmente durante o movimentado ano de 1989 (cf. 5.1). Sua primeira reunião ordinária ocorreu em Letícia, na Colômbia, e foi a partir das recomendações oriundas daquela que se definiu o perfil do Projeto UE/TCA. A CEMAA é composta de oito programas de trabalho, cada um dos quais aborda um aspecto da questão ambiental amazônica e é coordenado por um país da bacia. Coube a Colômbia, por meio do INDERENA (Instituto Nacional dos Recursos Naturais Renováveis e Meio Ambiente), hoje Ministério do Meio Ambiente, coordenar o Programa de "Planejamento e Manejo de Áreas Protegidas Amazônicas" (Programa CEMAA-6), dentro do qual se fizeram gestões para a formulação, o financiamento e a execução do Projeto UE/TCA[36].

Na formulação e execução do referido projeto, a SURAPA (Sub-Rede de Áreas Protegidas Amazônicas) desempenhou um papel fundamental. Adscrita à "Rede Latino-americana de Parques Nacionais, outras Áreas Protegidas, Flora e Fauna Silvestre", coordenada pela FAO, a SURAPA ofereceu apoio técnico e suporte institucional ao desenvolvimento de Projeto UE/TCA, em especial durante a etapa de formulação. Ela constituiu-se oficialmente em dezembro de 1990, durante o II Encontro Internacional de Áreas Protegidas da Bacia Amazônica, como instrumento de gestão e coordenação das respectivas instituições governamentais nacionais responsáveis pela administração e manejo de UCs da região.

Em janeiro de 1991, realizou-se em Belém a II Reunião Ordinária da CEMAA e a I Reunião de Doadores Internacionais do PP/G-7, quando então o coordenador regional da SURAPA e do programa CEMAA-6, apresentou oficialmente o projeto aos doadores. Uma vez apresentado o projeto, a Secretaria Pro-Tempore do TCA iniciou uma série de contatos institucionais que resultou – após várias revisões de objetivos, atividades e mecanismos operativos e financeiros - na assinatura, em 28.09.1992, do Convênio entre ela e a União Européia, com o objetivo de estabelecer os parâmetros da

[35] Trata-se de uma das sete Comissões Especiais do TCA, as outras seis sendo as de Ciência e Tecnologia, Transporte e Comunicações, Turismo, Assuntos Indígenas, Educação e Saúde.
[36] No âmbito da CEMAA, cabe ao Brasil coordenar o Programa de "Zoneamento Ecológico-Econômico e Monitoramento de Alterações no Uso da Terra" (Programa CEMAA-8). As informações neste e nos próximos dois parágrafos foram coligidas de CEMAA-TCA 1997.

assistência técnica e financeira ao projeto. Este se iniciou em agosto de 1993 com a chegada do co-diretor europeu à Colômbia. Seguiu-se o I Encontro Regional de Trabalho do Projeto em março de 1994, em Porto Ayacucho, na Venezuela, do qual se originaram os planos operativos globais para o período de vigência do projeto – ou seja, 1994-96 – e o plano operativo anual para 1994. Em 1995, depois de oficializada a delegação de responsabilidade da coordenação e execução do projeto ao Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, se concretizou a celebração dos acordos operativos entre a co-direção do projeto e as instituições responsáveis pelas UCs de cada um dos países participantes, bem como o protocolo de assistência técnica com a oficina regional da FAO.

Três coisas são dignas de nota nesse desenho institucional, característico do que já vinha ocorrendo ao nível internacional para a proteção das florestas tropicais – como vimos com o PNMA e o PP/G-7. Em primeiro lugar, a constância do suporte técnico da FAO ao longo de quase duas décadas de conservação da natureza por meio de UCs na América Latina. Em segundo lugar, o fato do Projeto UE/TCA ser, naquele momento, o único, nos marcos do TCA, plenamente multilateral a envolver todos os oito países amazônicos e o maior da América Latina com foco em UCs. Em terceiro lugar, o fato do Brasil, a despeito de ter participado, por meio do IBAMA, de todas as instâncias que levaram à formulação e à deflagração do Projeto UE/TCA, só ter celebrado o acordo cooperativo perto da conclusão do plano operativo global do mesmo. A decisão de última hora do IBAMA em participar do projeto teria sido motivada por uma visita dos co-diretores à DIREC, em que provavelmente eles devem ter tentado persuadir o IBAMA da importância da participação do Brasil e prestado os esclarecimentos necessários à vinculação. Uma dimensão de pragmatismo – a possibilidade de perderem recursos e de dar visibilidade internacional a duas UCs geridas pelo IBAMA – deve ter desempenhado um papel importante. É o que se extrai no depoimento da consultora que foi incumbida levar à frente as negociações com a CEMAA e a direção do Projeto UE/TCA, sitas na Colômbia, e a Secretaria Pro-Tempore do TCA, sita no Peru, à época.

> HB: [...] você fez menção que você fez toda a negociação com o TCA. Como foi esse processo de negociação para que o Brasil assinasse esse protocolo?
> OC: Anteriormente eu fui designada a fazer todas as negociações. Eu já tinha ouvido falar desse projeto, lido algum material, e que o Brasil não assinava - inclusive, uma coisa que agente já comentou - por motivos do Itamaraty e não sei o quê. Um dia, o Gilberto Sales [Chefe do DEUC] veio e me falou, “Olha. Vieram um francês e colombiano e alguém mais veio aqui no Brasil e falaram

> com o Ricardo Soavinsky [Diretor da DIREC]. Se agente não assinar esse acordo operativo logo, agente vai perder a oportunidade de receber esse dinheiro" - que não era muito: eram 200 mil dólares. Mas era mais o fato de o Brasil não se engajar nesse projeto regional que é importante. Aí então, ele colocou em cima da minha mesa três pastas e falou, "Faz com que isso se assine". [...]
> HT: Comenta-se que o governo brasileiro resistiu ou se mostrou reticente em participar desse projeto. Em que evidências se baseia esse comentário?
> OC: Eu só poderia dizer como evidência o fato de que, em 1996, quando já estava finalizando o projeto, o IBAMA ainda não tinha assinado esse acordo operativo. Essa é a única evidência que eu tenho. Ou melhor, não é evidência, é fato real. Mas o que se tenha escrito eu não conheço. E não era, digamos, o IBAMA que se opunha a assinar esse acordo. O que se comentava era que o Ministério das Relações Exteriores se manifestava contrário a essa assinatura. [...] Mas o Itamaraty só foi informado na última hora e a reação deles foi muito positiva. [...] Pode ser que, no início, o Itamaraty se manifestasse contra ou reativo, mas depois teve uma pessoa do Ministério do Meio Ambiente que passou a negociar [...]. Então, nas reuniões em que essa pessoa [...] começou a participar - reuniões oficiais do Tratado de Cooperação Amazônica, não desse projeto, do Tratado -, nessas reuniões do Tratado o Brasil era cobrado para que assinasse esse projeto. [...] Então, evidências, eu não tenho nada escrito. Eu acho que devam existir, mas acho que o fato mais evidente é que o Brasil só assinou em 1996.
> HB: Perto da conclusão.
> OC: Perto da conclusão, exatamente. Inclusive, quando eu liguei para essa pessoa, no Peru, falando, "Aqui é do IBAMA, no Brasil, nós queremos assinar o acordo", ele deu um pulo na cadeira. "Mas que bom! Parabéns! Essa é a melhor notícia que podiam nos mandar!" Porque para as pessoas - os gestores - era um pouquinho como um fracasso se o Brasil - o país que tem a maior porção da Amazônia - não assinasse - não estivesse dentro desse projeto.
> [Olatz Cases, consultora do DEUC/DIREC/IBAMA/PNMA, Responsável Técnica pelo IBAMA e Coordenadora da Equipe de Planejamento do Plano de Manejo da EsEc de Anavilhanas, Manaus, 15.03.1988]

Ressurgem no depoimento de Cases dois temas que já observamos aqui: a persistente reticência da chancelaria a engates multilaterais que tivessem como objeto políticas ambientais e o desejo expresso da CEMAA e da direção do projeto de incluírem "o buraco da rosquinha".

O Projeto UE/TCA contemplava três componentes de execução: (a) atividades executadas pela FAO por meio de um protocolo de assistência técnica; (b) atividades horizontais, executadas pela direção do projeto e dirigidas à capacitação de servidores e "comunidades locais" em diversas temáticas relativas a UCs - por meio de missões de apoio, intercâmbios, cursos, oficinas e workshops; e (c) atividades verticais, executadas pelos países signatários, destinadas ao fortalecimento da administração e da gestão das UCs que cada país vinculou ao projeto por meio de duas categorias: "áreas piloto" - em que se faz prioritário iniciar uma série de ações para sua consolidação e fortalecimento - e "centros demonstrativos" – em que se partia de trabalhos efetuados em temáticas

particulares (capacitação/relações comunitárias, ecoturismo e pesquisa) que, com apoio do projeto, constituir-se-iam em exemplos para a experiência das UCs da região. Quanto às atividades verticais, as instituições nacionais contrapartes do projeto podiam, através de convênios com ONGs e organizações comunitárias, delegar a execução de ações previstas nos planos operativos anuais. (CEMMA-TCA 1997, 18 e ss.).

Dentro do contexto do Projeto UE/TCA, portanto, o IBAMA se comprometeu a estabelecer um centro demonstrativo e uma área piloto entre as UCs amazônicas para compor a rede de UCs vinculadas ao projeto. Foram escolhidas a EsEc de Anavilhanas, como centro demonstrativo com ênfase em pesquisa[37], para a qual foram destinados cerca de US$ 225,000.00**,** e o PNJ como área piloto[38], cuja dotação de infra-estrutura – construção da sede administrativa, do centro de visitantes, do flutuante para vigilância e sinalização do Parque com sistema de bóias flutuantes – foi dada como contrapartida do governo brasileiro à Sub-Rede de UCs Amazônicas (CEMAA-TCA 1997, 30).

Visões do flutuante do IBAMA à foz do rio Jaú – out./1998

Participantes do IV Encontro de Representantes dos Moradores do PNJ no Centro de Visitantes – out./1998

[37] Os outros dois centros demonstrativos vinculados ao projeto eram os Parques Nacionais de Amacayacu, na Colômbia, com ênfase em capacitação e relações comunitárias, e de Manu, no Perú, com ênfase em ecoturismo. Interessante notar a ênfase concedida ao ParNa de Manu, quando se sabe da existência do povo indígena Matsigenka na região do rio Madre de Dios e das distintas posturas quanto ao significado da sua presença no Parque (cf. Terborgh 1999, cap. 4; e Shepard e Rummenhoeller 2000).

[38] As demais nove áreas pilotos eram quase todas parques nacionais: ParNa de Copi (Suriname), Serranía de la Neblina (Venezuela), Yasuní (Equador), ParNa Natural Cahuinarí e Chiribiquete (Colômbia), ParNa Território Indígena Isiboro Sécure/TIPNIS (Bolívia), ParNa Río Abiseo e Zona Reservada Tambopata Candamo (Perú).

Cases declarou em entrevista não saber porque as duas UCs foram escolhidas, pois quando entraram oficialmente no acordo operativo, isso já estava decidido. Reconheceu, todavia, que a escolha das duas foi sensata.

> Também não é tão estranho assim, porque são as duas unidades da Amazônia que mais consolidadas estão e que mais esforços têm [...]. Eram duas unidades de conservação [...] que tinham uma infra-estrutura apropriada, que tinham uma facilidade para poder investir recursos, não só recursos econômicos, mas também esforços para poder se consolidar. Então era um lugar onde o que você investisse nela, fosse em dinheiro ou em esforços, daria frutos maiores do que no Parque Nacional do Pico da Neblina, ou do que no Parque Nacional da Amazônia, ou que no Parque Nacional do Monte Roraima, que não têm absolutamente nada. E esses países, geralmente, quando eles colocam como centro demonstrativo, por exemplo, essas unidades que eu mencionei antes - são todas centros demonstrativos ou áreas-piloto -, colocam o *crème de la crème*. Então agente colocou, também, o melhor que agente tinha.
> [Olatz Cases, consultora do DEUC/DIREC/IBAMA/PNMA, Responsável Técnica pelo IBAMA e Coordenadora da Equipe de Planejamento do Plano de Manejo da EsEc de Anavilhanas, Manaus, 15.03.1988]

Avaliava-se, assim, que o Jaú e Anavilhanas encontravam-se em momentos da sua implementação – o primeiro perto de ter seu plano de manejo concluído – que faziam delas boas vitrines da administração e gestão de UCs pelo IBAMA, malgrado os problemas reconhecidos pelos gestores. O retorno pelo investimento seria mais rápido e visível. Isso fica evidente no texto dos termos de referência (TORs) para a contratação de serviços de consultoria para a coordenação e realização de estudos técnicos para a elaboração do Plano de Manejo da EsEc de Anavilhnas. Ali justifica-se a escolha de ambas por considerar-se que

> ambas possuem as características para constituírem-se em modelos de manejo de unidades de conservação e o potencial para multiplicar a sua experiência nas restantes áreas amazônicas protegidas. Outros fatores que foram considerados nessa decisão foram a grande importância para a conservação da biodiversidade amazônica que ambas possuem e por terem contado nos últimos anos com recursos para investimentos em equipamentos, infra-estrutura e capacitação de seu pessoal.

Passados 15 anos de sua criação e com o esforço e os recursos investidos pelo órgão ambiental para dotá-las de infra-estrutura e pessoal mínimos, elas começavam a se parecer, efetivamente, com aquilo que a sua definição formal implicava.

Uma vez que o Plano de Manejo do PNJ estava prestes a ser finalizado e que, graças aos recursos do PNMA, ambas UCs já estavam com infra-estrutura e apoio logístico considerados razoáveis para os recursos humanos de que dispunham, definiu-

se como prioridade de investimento dos recursos oriundos do Projeto UE/TCA "atingir o objetivo de resolver os problemas de Anavilhanas como UC, principalmente em relação à urgência de realizar um zoneamento da área e de regulamentar as atividades de pesquisa e educação conservacionista" (termos dos TORs) - atividades estas precípuas de uma EsEc. Isso significava elaborar o Plano de Manejo da Estação.

Trata-se, portanto, de importante capítulo na história de Anavilhanas, apesar de Cases tender a menosprezá-lo em prol de repercussões que julga mais importantes para a Estação: a sua visibilidade internacional.

> OC: [...] Em relação a Anavilhanas, esse projeto não é mais que uma pedra no caminho de Anavilhanas. Não é repercussão para o histórico de Anavilhanas. Inclusive esse projeto já terminou. Terminou no fim do ano passado. Ao nível regional se está tentando fazer esforços para conseguir mais recursos para uma fase dois, mas dentro da história de Anavilhanas acho que não é mais do que um capítulo. [...] Então, desde meu ponto de vista, eu acho que este projeto tem mais valor para Anavilhanas pelo fato de que foi um trampolim para se dar a conhecer ao exterior do que para fazer o plano de manejo. Se agente não tivesse tido os 200 mil dólares para fazer agora, agente teria conseguido por outros recursos, porque era uma das prioridades do DEUC fazer o Plano de Manejo de Anavilhanas. Se não tivessem surgido esses 200 mil dólares agente teria conseguido outro dinheiro. Eu te garanto que, a essas alturas, por um outro caminho, agente teria conseguido o plano de manejo. Então, acho que é importante esse projeto mais por isso: conseguiu dar ao Brasil uma unidade de conservação não moderna - porque Anavilhanas não é ainda, infelizmente -, mas pelo menos colocar um nome que se associasse.
> [Olatz Cases, consultora do DEUC/DIREC/IBAMA/PNMA, Responsável Técnica pelo IBAMA e Coordenadora da Equipe de Planejamento do Plano de Manejo da EsEc de Anavilhanas, Manaus, 15.03.1988]

Para coordenar a elaboração do Plano de Manejo da EsEc foi convidado Cláudio Valladares Pádua, Ph.D. em Biologia da Conservação, então professor do Departamento de Engenharia Florestal da UnB e Diretor-Executivo da ONG IPÊ-Instituto de Pesquisas Ecológicas, sediada em Nazaré Paulista, SP. Como biólogo, Pádua tem seu nome ligado ao mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus* CALLITRICHIDÆ), primata ameaçado de extinção[39] encontrado apenas em pequenos fragmentos de floresta tropical decídua na Mata Atlântica do estado de São Paulo. Antes de trabalhar na UnB, Pádua atuou cerca de dois anos e meio na Divisão do Brasil da The Nature Conservancy (TNC), tendo sob o seu encargo os biomas florestais[40]. Nessa ocasião, participou de uma série de atividades que o qualificaram não só a coordenar o Plano de Manejo da

[39] Constando da Portaria IBAMA nº 221/90, que dispões sobre a lista oficial das espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção e da lista vermelha da IUCN.
[40] Cabiam a Ângela Tressinari o Pantanal e o Cerrado, bem como o apoio à administração.

EsEc, mas, antes disso, a influir na reformulação do *Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto*, que estava em marcha então.

Pádua foi um dos responsáveis pela introdução e desenvolvimento da "avaliação ecológica rápida" no país - metodologia de planejamento de gestão de UCs elaborada pela TNC. A rigor, todas as grandes ONGs conservacionistas desenvolveram métodos próprios e particulares de gestão e planejamento de UCs que tivessem a característica de gerar, em curto espaço de tempo, instrumentos de planejamento e gestão que lhes permitissem intervir em áreas grandes, remotas e sujeitas a diferentes tipos de pressão, com o objetivo de ordenar a sua apropriação. O elemento crítico, nesse tipo de método, é a capacidade instalada, tanto em termos de informações disponíveis organizadas em bancos de dados, quanto em termos da *expertise* dos pesquisadores sobre a área objeto do esforço de planejamento. É isso o que vai definir a capacidade de se chegar em uma área, entender a sua dinâmica ecológica e fazer um inventário com muita presteza, para orientar as ações e definir os objetivos com um mínimo de informação. O primeiro manual da TNC traz a seguinte definição: "avaliações ecológicas rápidas são processos flexíveis e acelerados que ajudam a seleção [para compra e outros fins], desenho, manejo e monitoramento das áreas de conservação" (Sobrevilla e Bath 1992, 1; cf. tb. Valladares-Pádua 1997)[41]. Embora a literatura normativa sobre a metodologia não mencione, há claros vínculos genealógicos com o diagnóstico rural rápido - *rapid rural appraisal* -, forma de levantamento expedito de dados sócio-econômicos para embasar programas de modernização e indução à mudança social, familiar aos antropólogos que trabalharam em África nos marcos da teoria da modernização.

Na TNC, Pádua participou de iniciativas de planejamento desenvolvidas pelo programa de avaliações ecológicas rápidas daquela organização, tendo ajudado na elaboração do novo manual - em inglês. Além disso, incentivou e participou da decisão pelo estabelecimento da parceria com a Fundação S.O.S. Amazônia para a elaboração do plano de manejo do ParNa da Serra do Divisor. Na condição de parceira da TNC, a S.O.S. Amazônia empregou a metodologia da avaliação ecológica rápida na elaboração do plano. Alguns anos antes, a TNC fracassou em uma tentativa de implementar uma

[41] É interessante notar que o primeiro manual da TNC (Sovrevilla e Bath 1992) é em espanhol e dirigido especificamente para usuários latino-americanos e caribenhos, indicando mais uma vez como a América Latina continua a responder pelos grandes lineamentos da ação conservacionista.

avaliação ecológica rápida no ParNa do Pantanal em parceria com o governo do estado[42].

Assim, quando o IBAMA estava mais uma vez reformulando o seu roteiro metodológico para o planejamento de UCs de uso indireto, convidaram Pádua para dar uma palestra para o grupo que estava coordenando a revisão. "Eles lembraram da história de avaliações ecológicas rápidas e acharam que era [...] um método que realmente podia servir para basear a Fase 2 [...] e daí para frente me envolveram no processo do roteiro metodológico até o fim". Seguiram-se uma série de reuniões nas quais Pádua tomou parte, até a reunião de trabalho final, em que se definiu que a elaboração de um plano de manejo Fase 2 basear-se-ia na "metodologia de levantamento de informações, conhecida como Avaliação Ecológica Rápida, que permite a coleta de dados de uma forma seqüencial para facilitar a tomada de decisões" (IBAMA 1996, 33).

Segundo os marcos do roteiro metodológico de 1996, o Plano de Manejo do PNJ e da EsEc de Anavilhanas foram enquadrados como encontrando-se na Fase 2, porque ambas já tinham um instrumento de planejamento prévio - seus respectivos Planos de Ação Emergencial (PAEs). O enquadramento da EsEc, contudo, foi mais pacífico do que o do PNJ. Como neste as pesquisas vinham se desenvolvendo há mais tempo, os técnicos do DEUC fizeram de tudo para enquadrar o seu Plano de Manejo como Fase 3. A FVA, entretanto, resistiu tenazmente à proposta, alegando que, formalmente, o PNJ dispunha apenas de um PAE e o roteiro era claro quanto ao enquadramento. Ademais, em virtude da FVA já vir trabalhando no PNJ há três anos, nem se cogitou de uma mudança da abordagem.

---

[42] A fonte aqui são as entrevistas realizadas com Cláudio Valladares-Pádua em novembro de 1997. Da iniciativa frustrada no Pantanal teria ficado um esboço de avaliação que ajudou a definir áreas prioritárias para aquisição pela TNC para a criação de reservas particulares do patrimônio natural, em coordenação com uma ONG local - Ecotrópica. Já o ParNa da Serra do Divisor revelou-se ser área "secularmente povoada por seringueiros, agricultores e comerciantes ambulantes, a qual pode ser chamada de 'tradicional'" (Lima 1993, 1). Colocando problema semelhante ao posto pela criação do PNJ, mas incidindo sobre uma situação histórica distinta, esta teve um outro desdobramento. Em abril de 1991, a Procuradoria Geral da República atendeu à solicitação do Conselho Nacional dos Seringueiros, que alertava sobre a existência de uma população agroextrativista estimada em 12.000 pessoas, vivendo nos seringais atingidos pelo Decreto de criação do Parque, e instaurou um inquérito que deu origem, através de convênio com a ABA, a uma perícia (Franco 1993, 3). As peritas sugeriram ou a transformação dos seringais ocupados em reservas extrativistas e/ou a consolidação da permanência da população, sujeitando a área do rio Môa a um plano de manejo, no qual ela figuraria como "área-tampão". Não obstante, há indicações de que a questão vem sendo equacionada de modo distinto.

Tendo o IBAMA conseguido, então, os recursos para a EsEc de Anavilhanas junto ao Projeto UE/TCA, surgiu a oportunidade de elaborar um plano Fase 2 em que não havia parcerias previamente definidas. O do PNJ já vinha sendo desenvolvido em parceria com a FVA e o do ParNa da Serra do Divisor com a S.O.S. Amazônia – este nos marcos de uma avaliação ecológica rápida.

> Então, a primeira oportunidade que teve – e foi uma oportunidade na Amazônia - eles acharam que seria justo me oferecer a chance de conduzir e colocar em ação e demonstrar a factibilidade e a importância dessa metodologia. E assim eu fui convidado para. Fui desafiado. Fui convidado e desafiado a fazer um Fase 2, barato como eles devem ser. Rápido, barato e efetivo. Assim que eu entrei na história. [Cláudio Valladares-Pádua, Brasíia, 10.11.1997]

Definido o nome de Pádua para a coordenação técnica, a questão passou a ser como internalizar os recursos do Projeto UE/TCA de modo ágil, sem passar pelo IBAMA, constrangido pela lei de licitações e de diretrizes orçamentárias. Foi aí que surgiu a idéia de triangular com uma ONG. A FVA foi descartada por estar na fase final de elaboração do Plano de Manejo do PNJ e pelo IBAMA ter muito interesse em que este saísse logo. Propor a elaboração de um outro plano para a FVA atrasaria o do PNJ. Em seguida, o próprio Pádua tentou uma parceria com a Universidade do Amazonas, onde conhecia pesquisadores, usando o Instituto Euvaldo Lodi como executor, mas fracassou. Chegou-se, então, a Fundação Djalma Batista do INPA. Foi assim que, em 08.11.1996 celebrou-se o Convênio IBAMA nº 38/96, tripartite, tendo o IBAMA como interveniente, a FDB como executora e o Projeto UE/TCA como financiador, que permitiu a contratação de pesquisadores mormente do INPA - e serviços de consultoria para a coordenação da elaboração do plano e a administração do convênio.

A vigência do convênio era de menos de um ano - até julho de 1997 –, ao final da qual a FDB deveria entregar ao IBAMA um documento contendo os seguintes encartes – capítulos – constituintes do plano de manejo: informações gerais da UC, contexto regional, unidade de conservação e zona de transição, e planejamento da UC. Não obstante, o cronograma de atividades – que correspondia ao Plano Operativo Anual Brasil/UE-TCA propriamente dito – previa atividades de outubro de 1996 a novembro de 1997: interpretação de imagens de satélite, sobrevôo, pesquisa de campo, análise de manejo e geração de resultados. De fato, as atividades se iniciaram antes mesmo da assinatura oficial do convênio. A carta nº 51/DEUC de 24.10.1996, do Chefe do DEUC à Co-diretora do Projeto UE/TCA informa que, embora o convênio tripartite não tivesse

sido assinado, os trabalhos relativos à organização do planejamento, à recopilação de dados bibliográficos e à interpretação de imagens de satélite já haviam se iniciado, bem como as reuniões entre a coordenação e os investigadores que participariam dos estudos de campo. Também informa que os pressupostos e o fluxo de desembolso do plano operativo foram reavaliados em função do reconhecimento das condições particulares da EsEc e da cidade de Manaus, enviando em anexo novos pressuposto e fluxo de desembolso. Diminuiu-se ainda mais o tempo total de execução financeira para oito meses: de novembro a junho.

O Plano de Manejo – Fase 2 para Anavilhanas foi definido como tendo "um caráter experimental". De um lado, pela aplicação prática do Roteiro Metodológico recém reformulado, que se encontrava, para o IBAMA, "em etapa de experiência", em qual se aplicaria a "nova metodologia de planejamento" a várias unidades, sendo Anavilhanas uma delas. Por outro, porque se experimentaria a técnica conhecida como avaliação ecológica rápida.

Foram celebrados TORs relativos a estudos técnicos sobre répteis e anfíbios, mamíferos, aves, peixes, entomofauna, vegetação, limnologia e sub-coordenação e sensoriamento remoto, bem como para a contratação de serviços de consultoria para a coordenação e a administração da elaboração do plano (Arquivo da FDB, Pasta 41: Termos de Referência). Os termos de referência afirmam que "este método [da avaliação ecológica rápida] se complementará com estudos específicos sobre a caracterização da pesca e o turismo existentes na região, aprofundando-se nas conseqüências destas atividades sobre os ecossistemas", bem como com "estudos sobre as características sócio-econômicas da população que vive na Zona de Transição da Estação e sobre as conseqüências destas atividades na unidade"[43]. Efetivamente, os TORs referentes a estes dois estudos foram celebrados posteriormente – o sobre a visitação só em setembro de 1997.

Note-se uma importante inversão de perspectiva do Programa de Gerenciamento de 1986 para os TORs do plano de manejo: enquanto naquele as pesquisas a serem feitas na unidade deviam ser escolhidos com base nos levantamentos sócio-econômicos, para solucionar eventuais problemas encontrados nas relações entre a população local e o meio ambiente; nos TORs os estudos para a caracterização da pesca, da visitação e da

[43] Os TORs foram elaborados conjuntamente pela equipe do DEUC e por Pádua.

população local deveriam considerar as conseqüências destas para os ecossistemas da unidade.

Em se tratando de uma avaliação ecológica rápida, os TORs previam que as pesquisas e levantamentos nas diversas especialidades supramencionadas, seriam expeditos, alcançariam toda a estação e seriam efetuados em épocas distintas, devido à sazonalidade característica da região De fato, até à época da elaboração do informe final de atividades do Projeto UE/TCA, foram efetuadas duas expedições de campo, uma na seca e outra na chuva (CEMAA-TCA 1997, 30). Além disso, os TORs relativos aos estudos técnicos específicos definiam os itens que deveriam ser contemplados nos respectivos relatórios finais. Segundo Sérgio Borges, Coordenador de Pesquisa Científica da FVA, que também trabalhou no estudo da avifauna de Anavilhanas para o Plano de Manejo da Estação: "a preocupação era ter um retrato rápido da distribuição das espécies, uma tentativa de conhecer atributos dessas espécies que pudessem ser relevantes para a conservação. Isso está claramente definido nos formulários que eram distribuídos" (Sérgio Borges, FVA, Manaus, 10.04.1999).

Pelo menos nove pesquisadores do INPA e da FUA trabalharam, em momentos distintos, produzindo dados para subsidiar a elaboração tanto do Plano de Manejo da Estação quanto o do Parque. Em conversas informais mantidas com eles ao longo do período de campo, pude perceber que elas expressavam concepções similares sobre as vantagens e desvantagens de ambos desenhos: um, o da Estação, mais barato e expedito, feito com base em uma metodologia preestabelecida apresentada aos pesquisadores, que operaram dentro de uma rotina de trabalho usando ferramentas mais pragmáticas; e outro, o do PNJ, mais caro e demorado, onde houve espaço e grau maior de tentativa-e-erro, no qual a preocupação dominante foi com o conhecimento abrangente e geral da unidade, donde a escolha de modelos conceituais simples que permitissem a extrapolar o conhecimento para uma área tão extensa.

Apesar de enquadrados como planos de manejo Fase 2, o planejamento da EsEc de Anavilhanas difere do do PNJ por vários motivos: por terem partido de pressupostos distintos quanto à presença de grupos residentes – tendo se assumido no caso da Estação que "a situação fundiária [estava] resolvida" (IBAMA 1998, 5); por terem sido viabilizados dentro de marcos institucionais diferentes – mas de cuja articulação o PNJ também se beneficiou; e por terem sido objetos de metodologias de produção de dados

distintas – com custos e benefícios diferenciais segundo os diretamente envolvidos nelas.

Não obstante, a avaliação ecológica rápida não se demonstrou tão célere como se esperava. Em meados de outubro de 1998, passado quase um ano do prazo final para a entrega do produto final, ainda se discutia uma versão não conclusiva do Plano de Manejo da EsEc - o que ocorreu na 2ª Reunião Técnica de elaboração do Plano, para a consolidação dos resultados da Oficina de Planejamento e a discussão do Encarte 6 ("Planejamento da Unidade"), na Biblioteca do Centro Nacional de Informação Ambiental do IBAMA, em Brasília. Vimos que o informe final do Projeto UE/TCA, de 1997, não menciona a conclusão do plano. Isso levou à celebração de termo aditivo revendo o cronograma e ao emprego de recursos do próprio IBAMA para a conclusão de algumas atividades.

Esse retardamento deveu-se a vários motivos, em especial à carência dos elementos considerados críticos nesse tipo de metodologia: informações disponíveis ordenadas em bancos de dados e pesquisadores que conhecessem bem a área. O desnível da *expertise* entre as equipes de pesquisa também representou um empecilho. As deficiências mais visíveis, reconhecidas pela própria coordenação técnica do Plano, verificavam-se, sintomaticamente, na caracterização da população, do uso e ocupação do solo e das principais atividades econômicas. Tanto é assim que relatórios parciais da minha pesquisa de campo foram solicitados para complementar e corrigir informações.

Apesar disso, o esforço de pesquisa concentrado nesse período em ambas as unidades tonou-as as UCs federais de proteção integral da Amazônia com o maior número de informações coletadas e organizadas – em especial o PNJ, não só pela quantidade de dados gerados, mas também em termos de diversidade de informações e da sua integração em bases de dados. Isso conduz a uma situação insólita diagnosticada por alguns biólogos preocupados com a definição de prioridades e seleção de áreas para a conservação da biodiversidade. A coleta de espécies na Amazônia brasileira para a constituição de coleções – herbários e outras - tem se concentrado em centros de coleta bastante dispersos, relativamente coincidentes e associados a alguns dos refúgios de pleistoceno teóricos propostos como centros de endemismo – para plantas e aves, por exemplo (cf. Nelson et alii 1990; e Oren e Albuquerque 1991). Isso conduz à conclusão de que alguns dos supostos centro de endemismo são, antes de tudo, artefatos das amostragens – *sampling artefacts* -, o que enfraquece o argumento de uma Amazônia

seca no pleistoceno e a consequente teoria dos refúgios para explicar a biodiversidade amazônica[44].

Desdobrando o argumento, pode-se dizer que as UCs de proteção integral em fase de elaboração de planos de manejo, bem como aquelas já consolidadas, com longa tradição de pesquisa, contribuem para perpetuar esta prestidigitação em que artefatos da amostragem se definem e se consagram como áreas biologicamente diversas e únicas pelo simples fato de serem "áreas de densidade de pesquisa" – como Muriel Saragoussi, atual diretora-executiva da FVA, se referiu à Reserva Alfredo Ducke do INPA. Tratam-se de áreas em que se "acumulam camadas de informação", onde a coleta de espécies de dado *taxon* se associa a uma série de outras coletas de outros *taxa*, que por sua vez se integram a dados de fitofisionomia, geomorfologia, relevo e outros, configurando a noção de que se tratam de áreas especialmente significativas. Some-se a isso a tendência das oportunidades de pesquisa científica em ciências naturais concentrarem-se nas UCs e reservas, que são, hoje, o espaço privilegiado da pesquisa científica em biologia tropical. Não é à toa, portanto, que o Projeto "Parques e Reservas: Corredores Ecológicos" do PP/G-7 tome a Amazônia central como área altamente relevante e prioritária para a conservação da biodiversidade e proponha a criação de corredor ecológico abarcando desde as pequenas áreas vinculadas à Divisão de Suporte às Estações e Reservas do INPA até grandes áreas como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual de Mamirauá, o PNJ e a EsEc de Anavilhanas. O Corredor Ecológico da Amazônia Central Constituiria, assim, um artefato de segunda ordem, mosaico dos artefatos representados pelas UCs da Amazônia em distintos momentos da sua fabricação.

De tudo o que dissemos, é o uso e a apropriação efetiva da Estação Ecológica de Anavilhanas pela visitação e pelo turismo que poderá determinar o seu destino a curto prazo. Como vimos, destinadas à realização de pesquisas, à proteção do meio ambiente e à educação conservacionista, as EsEcs foram, via de regra estabelecidas em áreas singulares e únicas, não sendo inusitado a ocorrência de visitação para lazer e a prática do turismo em algumas delas, antes mesmo da sua criação. Esse parece ter sido o caso do extremo sul do arquipélago, em particular as praias e os lagos de ambas as margens

[44] Esse é especialmente o caso para a botânica tropical. Segundo Nelson et alii, dos sete refúgios localizados integralmente em território brasileiro, apenas o de São Paulo de Olivença não estaria associado a um centro de coleta e, portanto, não seria suspeito de ser um artefato (Nelson et alii 1990, 715-6).

do rio Negro próximos a Manaus – como o Tupé, a praia Grande e um ponto abaixo da foz do rio Cuieiras. Os estudos sobre visitação e turismo na área da Estação feito visando a elaboração do Plano de Manejo indicaram três modalidades: embarcações particulares – como já vimos para o Jaú -, embarcações de turismo e os chamados hotéis de selva, alguns dos quais ativos desde 1987. Dos, três estão ativos, dois fechados e um em conclusão nas imediações da Estação (IBAMA 1998, 48 e ss.).

Considerando essa situação, o Senador Áureo Melo, do PPR-AM, apresentou em 07.08.1992 o Projeto de Lei do Senado nº 119 que dispunha sobre a criação do Parque Nacional de Anavilhanas. Em sua justificativa, o Senador refere-se ao arquipélago das Anavilhanas como "um dos maiores atrativos turísticos do Estado do Amazonas" e menciona a "constante [...] presença de visitantes naquela área sem que haja nenhum controle do acesso de pessoas no local e sem retorno para o Estado ou para o IBAMA". Como EsEc, as normas que disciplinam o seu uso impediriam a exploração do "enorme potencial turístico" da área, que poderia ser feito sem comprometer o equilíbrio ambiental (DCN2, 08.08.1992, p. 6443). Em 04.05.1993, o Senador Pedro Teixeira, do PP-DF, da Comissão de Assuntos Sociais, profere em plenário parecer oral favorável com quatro emendas, uma das quais altera a ementa do PL: "Transforma a Estação Ecológica das Anavilhanas em Parque Nacional" – ou seja, propõe-se a mudança da categoria de manejo da UC (DCN2, 05.05.1993, p. 4012).

Ao ser despachado para a Câmara em 01.06.1993, transforma-se no PL nº 3.892/93. Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara, recebe parecer favorável da Deputada Zila Bezerra, na 2ª reunião ordinária da Comissão em 09.03.1994, sendo concedida vista do Deputado Fábio Feldman. Este devolve o PL em 16.04.1994 apresentando voto favorável, com emendas. Avocado como relator, o então Presidente da Comissão, Deputado Sarney Filho apresenta parecer favorável com três emendas em 14.03.1995, que dão novo conteúdo ao PL: este passa a determinar a transformação de dois terços da área da EsEc, com área aproximada de 215,000 ha., em Parque Nacional das Anavilhanas. Sendo concedida vista ao Deputado Fernando Gabeira, este devolveu o processo apresentando voto em separado, contrário, no dia 25.03.1995. Na 45ª reunião ordinária da Comissão, em 09.08.1995, após discussão em que o foco foi o prazo para que o Poder Público elaborasse o Plano de Manejo do proposto ParNa das Anavilhanas – alterado de 60 dias para 12 meses - o Deputado Gabeira retirou o seu voto em separado e o projeto foi aprovado, com dois

votos contra, sendo despachado para a Comissão de Constituição de Justiça e Redação (DCD, 16.01.1996, p. 1275, col. 01). Esta foi a última movimentação do PL 3.892/93, não se registrando nenhuma outra até 29.09.1998.

Observe-se que a tramitação do PL corria paralelamente à formulação do Projeto UE/TCA e a sua última movimentação antecede a adesão do Brasil àquele projeto, por meio da qual Anavilhanas foi vinculada como centro demonstrativo com ênfase em pesquisa. Perceba-se as visões, senão conflitantes, distintas a respeito do destino e da vocação da área. O Plano de Manejo reconhece que continua viva – e, portanto, aberta - a discussão sobre o turismo e a visitação em UCs cuja categoria de manejo não dá amparo legal para tanto, como é o caso das EsEcs. Segundo o Plano, "a solução definitiva e correta seria a mudança de categoria da UC para uma que permita essa visitação", por meio de ato do Poder Legislativo (IBAMA 1998, 4). De uma perspectiva analítica de longa duração – e não normativa de curto prazo - isso significa que essas unidades artefactuais estão longe de ter um caráter determinado e definitivo, estando abertas a múltiplas injunções e determinações.

5.6. Rebatimentos Locais

Já indiquei, no capítulo anterior, alguns dos efeitos que a criação de ambas as UCs produziu ao nível local. Quero agora sistematizá-los, considerando as áreas mais diretamente afetadas pela implementação de ambas. Procuro indicar como as UCs tangenciam processos de mudança social local, produzindo uma sinergia particular que repercute na configuração e no entendimento mesmo do que sejam as "reservas"

5.6.1 A refração das normas jurídicas e das decisões administrativas

Já chamei atenção para o fato de que são sobre grupos sociais locais precisos, com trajetórias e histórias de constituição particulares, que as UCs produzirão os seus efeitos sociais. Também já observei que os agentes locais da instituição responsável pela gestão das UCs desempenham um importante trabalho de mediação e interpretação junto aqueles grupos, dos quais alguns daqueles se originam. Via de regra recrutados na própria paisagem social local em que as unidades foram instaladas, eles viabilizam, junto aos residentes, um entendimento singular do caráter das UCs - as "reservas". A instituição gestora foi e é obrigada a conviver com definições da situação, marcantes e marcadas na memória dos residentes e dos seus próprios agentes locais. Assim, as

normas e orientações da administração não se dão em um vácuo, sobre uma tábula rasa ou matéria inerte, mas num sistema social historicamente específico, que já expressa a dimensão de agência dos atores sociais locais. Os projetos e processos disciplinadores e de regulamentação da apropriação dos recursos e do território e da conduta das pessoas, se enredam em uma "malha sócio-política viva" e dinâmica (Becker 1988, 1990a e 1992), na qual os atores locais não apenas reagem, mas fazem escolhas, optam, negociam e, assim, resignificam as UCs em questão.

Se é possível usar um conceito de uma outra disciplina para, através de uma apropriação metafórica, compreender o que se passa, diria que há uma *refração* da normas e das determinações técnico-administrativas quando se passa de uma escala para outra, i. é, uma mudança de direção ao passar de um meio - o das diretrizes da "grande política"[45] - para outro - o da "pequena política" e da malha sócio-política local. Indo além, mais do que uma simples mudança de direção num mesmo plano de incidência, verifica-se um *clinamen*, um desvio mínimo da trajetória original da malha programada, que abre a possibilidade para agência dos atores locais e para soluções originais e criativas. Trata-se aqui de uma mudança de matriz, pois as normas, as diretrizes administrativas e até os equipamentos são separados do contexto em que se originam e entram em outro.

Recordemos rapidamente. Entre os atuais vigilantes da base flutuante do PNJ, um é sobrinho do ex-residente do rio Jaú que morava exatamente onde hoje está situado o centro de visitantes. Este mesmo vigilante é presidente da "comunidade" de Santo Antônio, situada na margem direita do rio Negro, abaixo da cidade em Novo Airão e, portanto, adjacente à área do arquipélago da Estação. O outro vigilante é neto de um dos desapropriados da área em que se projetou a EsEc de Anavilhanas. O agente que atua no escritório do IBAMA de Novo Airão é filho de um morador desapropriado do trecho da margem esquerda do rio Negro para a criação da Estação. Também já atuou como pequeno patrão de madeira e regatão comercializando produtos regionais. Trata-se de seu Alegário, que constitui a referência central para residentes e ex-residentes do PNJ e da EsEc, a quem estes se dirigem para tirar dúvidas e pedir orientações quanto ao desenvolvimento desta ou daquela atividade.

[45] Não esquecendo, como vimos no capítulo 3, que a grande política ambiental é configurada com recursos da pequena política das relações pessoais.

As relações entre os agentes de vigilância locais se espraiam em várias direções. A professora da "comunidade" de Nova Esperança, no lago do Apuaú, adjacente à reserva, é filha do vigilante da base de terra firme da Estação e casada com um rapaz que, eventualmente, trabalha para o IBAMA e vivia, à época em que estive em campo, de extrair madeira serrada na vizinhança da reserva. O vigilante da base de terra firme da Estação - o mais antigo funcionário da SEMA e do IBAMA no cenário local - possui um sítio no paranã do Acariquara, adjacente à reserva, e já empregou como seu caseiro um ex-morador desapropriado da área em que se implantou a Estação. Como vimos, é um dos que mais estimula a contratação de pessoal local para o trabalho de vigilância e fiscalização, entre os quais figuram dois filhos do ex-morador do sítio onde hoje se situa a base de terra firme da EsEc.

Quando estive no lago do Apuaú, em julho de 1998, o motor de luz da "comunidade" estava parado há meses, devido a um problema na correia. Isso estava prejudicando a freqüência da turma de alfabetização de adultos, à noite, pois as aulas haviam sido transferidas para a tarde. Nesse período, a energia estava sendo gerada por um grupo gerador cedido/emprestado pelo IBAMA. Pelo que entendi, fazia parte do acordo de cessão do motor, limitar a geração de energia ao "centro" da "comunidade", onde estão construídas, em madeira, a "sede" – o centro social -, a casa onde reside a família da professora e uma igreja consagrada a São Sebastião, e em alvenaria, a Escola Municipal Francisco Diogo de Melo[46], o posto de saúde e um poço artesiano desativado. Duas casas da parentela de dona "Lioca", que contribuíam financeiramente para a compra do diesel, além da cota que é fornecida pela SEMED para atender à escola, se beneficiavam também da geração de energia. Esta situação estava gerando alguns desentendimentos e conflitos, levando-se em conta que outras áreas da "comunidade" adjacentes ao centro "urbano" estavam às escuras[47].

Estamos, portanto, em uma situação na qual esses agentes locais da instituição respondem – sociologicamente - a lealdades múltiplas e operam a partir delas.

Some-se a isso a disseminação da informação pelos primeiros agentes locais, quando da criação das UCs, de que o que era - ou estava sendo - proibido era a exploração de recursos naturais para a comercialização e não para o consumo próprio

[46] A escola foi construída pela Prefeitura de Novo Airão, na primeira gestão de Wilton Santos, mas era mantida pela Secretaria de Educação do Município de Manaus.

[47] Não só a professora tinha conseguido esse benefício de seu pai. Seu marido andava com um motor rabeta do IBAMA em retorno por serviços de vigilante e fiscal prestados ao órgão.

da família - “para a despesa”, como dizem. Contudo, havia recursos face aos quais a instituição gestora sempre foi sensível - como é o caso dos quelônios. Ao lado disso, foi-lhes dito que tirar madeira e botar roça só em capoeira e não em mata primária. Nunca é demais lembrar, contudo, que a legislação sobre UCs de proteção integral no Brasil é bastante clara em sua imposição de um regime jurídico especial: colocadas sob o domínio da União, é vedada toda e qualquer exploração direta de recursos naturais, não importa quais, nem os motivos que levam a sua exploração.

Desse modo, a instituição gestora foi - e está sendo - obrigada a conviver com essa primeira definição da situação, marcante e marcada na memória dos grupos sociais locais e dos atuais agentes locais da instituição. Assim, há atividades que os moradores da área *core* e adjacentes às “reservas” desenvolvem nestas que são mais ou menos toleradas pela fiscalização - isto é, quando ela pode atuar. Há, outrossim, por força dessas lealdades diferenciadas, a possibilidade sempre aberta de uma aplicação seletiva da norma e da determinação administrativa.

A relativa tolerância dos agentes de vigilância é o que assegura o parco abastecimento da cidade de Novo Airão. Em uma amostragem de 16 embarcações ao longo de uma semana em outubro de 1998, Melo apurou que a maior parte do pescado comercializado em Novo Airão procede da área em que se projetou a EsEc[48] (Melo 1999, 57-8). Ademais, o “caminho do contrabando” – estrada de piçarra que vai do igarapé do São Franciso até a região dos conjuntos – é de conhecimento público. Por ali chegam a carne de caça e os bichos de casco. Novo Airão é, de resto, extremamente dependente de Manaus, de onde provém boa parte dos gêneros de primeira necessidade ali comercializados. Segundo entrevistas realizadas por Melo com os donos dos três pontos de venda no Mercado Municipal – duas quitandas e um açougue –, quase nada do que estava sendo vendido ali em outubro de 1998 havia sido produzido na cidade de Novo Airão. Exceção feita a uma parte de banana, limão, macaxeira e abacaxi, cultivados em pequenos roçados marginais a AM-352, nos igarapés da Freguesia e do Marajá, e no rio Apuaú. Uma parte expressiva da farinha e um pouco de banana, castanha e melancia vinham dos rios Jaú e Unini, portanto, da área em que o Parque se projetou (Melo 1999, 56-7).

[48] Apenas um dos pescadores entrevistado declarou ter ido pescar no rio Ununi em área situada dentro dos limites do Parque.

Temos, portanto, aí já uma dimensão da agência dos atores sociais locais enquanto constituindo um sistema social historicamente específico, isto é, o próprio fato de que as normas e as orientações da administração não se dão em um vácuo ou em uma matéria inerte. Os projetos e processos disciplinadores e de regulamentação da conduta das pessoas, do uso dos recursos, do território, se enredam em uma malha sócio-política viva. É no espaço desta que os atores locais não apenas reagem, mas agem: fazem escolhas, optam, negociam, etc.

Lembro-me do último domingo que passei em uma das "comunidades" no PNJ. Voltávamos, eu e meu prático, de uma visita a um sítio próximo à "comunidade". Ao passarmos de voadeira em frente ao lugar onde uma família estava limpando uma área para se colocar, encostamos para conversar. Lá encontramos um jovem que havia saído àquela manhã de um igarapé, para onde tinha entrado há uma semana arrancar cipó. Ele havia caçado uma anta e encontrava-se esquartejando e descourando a caça. Ficamos ali conversando por algum tempo. Quando íamos nos retirar, o jovem deu-nos uma costela inteira do animal, recomendando-nos que temperássemos e assássemos a peça. Mais tarde ele iria ter conosco para degustá-la, pois era véspera de dia santo e haveria festa. Meu prático, então, comentou aos ouvidos de todos: "Isso é que é fartura! Onde já se viu se em Novo Airão um parceiro ia dar para o outro uma costela de anta assim?" O cunhado do jovem emendou: "Fazia era vender!"

Há indícios, assim, de que as pessoas que permanecem na área de ambas UCs, com acesso a lagos ricos em peixe e áreas ricas em caça, estariam se beneficiando de uma possível diminuição da pressão sobre os recursos naturais e que, eventualmente, estariam dispostos a negociar a sua permanência nesses lugares. Não se trata aqui, nem de maquiavelismo, nem de *rational choice theory* tropical, mas sim de tangenciamento de distintos planos e horizontes de vida social - de desvios dos projetos originais de proteção da natureza, sem dúvida, mas de um meio de cultura (sem trocadilhos) de soluções sócio-históricas inusitadas e, até o momento, de desdobramento imprevisível.

5.6.2. As "comunidades"

Até agora tenho usado o termo "comunidade" entre aspas. Fiz isso para indicar que estou lidando não com uma categoria sociológica analítica, mas com uma categoria

nativa - ou melhor, com uma categoria que possui um significado social relativamente preciso, reconhecido e de emprego generalizado.

Em março/abril de 1998, acompanhei uma expedição ao rio Unini, limite norte do PNJ, promovida pela Coordenadoria Socioambiental da FVA. Esta expedição - uma de inúmeras que vem realizando sistematicamente - tinha como objetivo: (a) repassar aos moradores do rio, em reuniões ampliadas nas "comunidades", informações sobre o plano de manejo, principalmente, o zoneamento e o planejamento da unidade; (b) concluir o trabalho de mapeamento de uso de recursos dos grupos domésticos que não foram alcançados nas primeiras incursões com esse objetivo; (c) mapear as roças dos grupos domésticos que moram no rio, conjugando técnicas de georeferenciamento com metodologias compreensivas - desenho estimulados, etc. -, como início de um trabalho de extensão rural naquela bacia; e (d) atualizar os dados sobre a documentação civil da população, diagnosticando a demanda por distintos tipos de registro e documentos, numa ação em parceria com a Secretaria de Ação Social do Município de Barcelos.

Foi importante acompanhar essa excursão por vários motivos: foi a minha primeira vez no rio Unini; tive a oportunidade de obter uma visão de conjunto do rio e dos seus habitantes; e pude observar e fazer uma etnografia da expedição mesma, como modalidade de intervenção da FVA no território do Parque. Até então, só tinha estado no rio Jaú, onde não havia "comunidades". Sempre tinha ouvido falar das do rio Unini e lido em textos da FVA sobre a distinção entre estas e as "localidades". Logo ao início da referida expedição ao Unini essa distinção foi se elucidando e ganhou densidade no decorrer da pesquisa - que se desdobrou na minha permanência na "comunidade" de Democracia. Logo me dei conta de que estava lidando com uma categorização local.

Embora "localidade" - como mencionavam os textos da FVA - não fosse empregada de modo tão ubíquo quanto "comunidade", a noção de "lugar". Este era a expressão de uma primeira marca ou apropriação humana: tinha nome, foi "aberto" por alguém e era de alguém - fosse indivíduo, família ou parentela. Assim, um dos meus práticos de campo, seu Manoel "índio", tinha "aberto" o "lugar" Santo Elias, na margem direita do rio Negro, pouco abaixo da foz do Jáu – hoje, uma "comunidade" rural do município de Novo Airão. O Tambor, no rio Jaú, uma "comunidade" há três anos, era o "lugar" do seu Maurício - não à toa, liderança expressiva da "comunidade", ainda que não presidente. E assim por diante: Vista Alegre, no Jaú, é o "lugar" da dona Rita Brandão; a Praia Alta, no mesmo rio, o "lugar" da família de Cardoso; o Santo

Antônio, no rio Negro, permanece o “lugar” do velho Manoel Brás, ainda que este esteja aposentado como trabalhador rural, vivendo há 12 anos em Novo Airão e tenha deixado o Santo Antônio há décadas para residir no rio Jaú, no Miriti dos Brás. Este é assim chamado para diferenciá-lo do Miriti da dona Bibi, também no rio Jaú e ela também residente em Novo Airão.

Na expedição ao rio Unini, entrevistei várias pessoas em distintas “comunidades” sobre o sentido deste termo e o que queriam dizer com isso. Cedo o termo “[as]sentar [uma] comunidade” apareceu nos depoimentos produzidos em campo para marcar o momento em que eles haviam instituído naquele “lugar” uma “comunidade”, passando a se reconhecer como “comunitários” e a viver numa “comunidade”. Assim, era possível aos residentes dizer desde quando a “comunidade” existia. Eles podiam datá-la. Indicavam, assim, uma descontinuidade.

O período mais rico em constituição de “comunidades” na área enfocada foi o final da década de 1980 e início da de 1990, bem posterior, portanto, à criação do PNJ e da EsEc, nada indicando que esta tenha tido alguma influência direta. Esse processo foi especialmente saliente no rio Unini. Cabe destacar, todavia, que esse processo está em marcha e, hoje, sofre influência direta das iniciativas de implementação das UCs. Recentemente, há pouco mais de um ano, os residentes do Lázaro, no rio Jaú, “[as]sentaram uma comunidade”.

A constituição de “comunidades” nos rios da região enfocada aparece vinculada ao tangenciamento de, pelo menos, dois planos.

O primeiro plano é o dos interesses, necessidades e demandas de *administração e gestão* de instituições e agentes extralocais, ou ainda, de poderes que transcendem e abarcam essas comunidades: o poder público municipal - de Barcelos, no caso do rio Unini, de Manaus, no caso do rio Apuaú, e de Novo Airão em ambos os rios e no Jaú; o poder de disciplinarização do rebanho por distintas igrejas - seja a Paróquia de Barcelos, subordinada à Diocese de São Gabriel da Cachoeira, nos rios Unini e Negro, sejam as variadas denominações evangélicas que se fazem presentes; e o poder de governamentalização de territórios e populações, exercido tanto por um órgão governamental - o IBAMA - quanto por uma ONG - como a FVA no PNJ, a cuja modalidade de intervenção já me referi e detalharei adiante.

Nas “comunidades”, podemos observar uma maior ou menor disponibilização de um conjunto de serviços e recursos da modernidade - tais como, escolas formais, postos

de saúde, centros sociais e representação política formal – bem como "equipamentos de coletivo", para usar os termos de Castells (1983) – tais como motores de luz, moto-serras, radiofonia, televisores, antenas parabólicas, etc. - e a configuração de novos *papéis* sociais, antes inexistentes – tais como professor, catequista, diretor de esportes, agente de saúde, locutor da radiofonia, etc. Esses recursos, equipamentos e papéis não são apenas ícones e símbolos das mudanças que esses grupos vêm atravessando. São também instrumentos de integração sociocultural pelos quais eles vão se enredando em circuitos e fluxos cada vez mais abrangentes e, desse modo, se reconfigurando e redefinindo o seu acesso a outros tipos de recursos.

Tudo indica que o entendimento que os residentes têm do termo "comunidade" passa, fundamentalmente, pela implantação da escola, o consequente adensamento populacional e a instituição do papel do "presidente" - eleito e reconhecido como interlocutor de e para a "comunidade".

Quanto ao papel de presidente, há que se destacar a prática das eleições, que implica em algum nível de alternância no poder. Não obstante, há pouco tempo atrás era prática comum os chefes de polícia nomearem, por portaria, representantes para atuarem em circunscrições remotas no interior – rios, igarapés, lagos, etc. O papel de presidente eleito pode, em algumas circunstâncias se sobrepor ao ou conflitar com o de autoridade delegada.

Quanto ao estabelecimento de escolas, destaca-se no município de Barcelos a atuação do primeiro Prefeito eleito do município depois da Revolução de 1964, Edson Mendes, um antigo marreteiro e regatão que, consoante suas declarações, preocupado com a condição de vida do homem do interior - os caboclos do beiradão que o elegeram -, iniciou a criação de escolas na zona rural do município. Eleito em 1985, administrou o município entre 1986 e 1988, como Prefeito da transição, tendo realizado "uma administração que marcou época" – segundo seus próprios termos. Passadas várias gestões, "nunca, em tempo algum, um prefeito havia entrado no rio Unini. O povo de lá era totalmente analfabeto". Quando entrou lá, em 1986, como Prefeito eleito, erigiu três escolas, em Democracia, Tapiira e Manapana. Além destas, criou mais nove escolas nos rios Jufaris (duas), Padauiri, Quiuini e algumas no beiradão do rio Negro mesmo.

Nessa tarefa, foi acompanhado por religiosos da Paróquia de Barcelos, cujos nomes sobrevivem no salão paroquial da cidade – Pe. João Würth – e na escola de lago das Pedras, no rio Unini, uma "comunidade" evangélica - Irmã Rosa. Esta era formada

em auxiliar de enfermagem e acompanhava o então Prefeito em todas as viagens que este fazia, prestando assistência médica e social. Ela também auxiliou na indicação dos primeiros 12 professores. Para cada escola que era construída, colocava-se um grupo gerador e se contratava um comunitário, pago pela Prefeitura, que recebia um salário mínimo para tomar conta do motor na "comunidade". Ainda segundo o Prefeito, irmã Rosa ajudava na condução das reuniões comunitárias, que eles promoviam quando da entrega de implementos agrícolas – enxada, machado, terçado, casa de farinha, motor, etc. Tudo com recursos próprios da Prefeitura.

A deflagração do processo de criação de escolas deu início à instituição das "comunidades" na área rural do referido município, incluindo o rio Unini, limite norte do PNJ. Esse processo levou ao efetivo reordenamento do espaço e da territorialidade regionais, gerando novo padrão de assentamento, como fica evidente no depoimento do então Prefeito e como apareceu reiteradas vezes nos relatos que ouvi no Unini, no Jaú e no Apuaú.

> No rio Negro o povo é muito disperso. Eles moram, assim, em lugares muito distantes um do outro. Então, havia a necessidade que se formasse essas comunidades. Desse uma pequena infra-estrutura para que o povo se reunisse naquele povoado, fazer uma comunidade. E ali agente montava uma escola. Quando tivesse uma média de vinte, vinte e poucos alunos agente colocava uma escola. Eu fiz, na época, entre 1986 e 1988, eu fiz doze escolas. Doze. [...] No rio Negro, vamos dizer, assim, lá nas comunidades lá para cima. São Domingos. Morava uma pessoa aqui, daqui a duas horas morava outra. E assim era. Era muito distante para remarem para ir numa escola que ficava em Baturité ou em São Luís. Então, aqueles moradores que moravam ali nas cercanias, ali naquelas adjacências, então eles se reuniram para fazer uma comunidade só onde já tinha um sítio maior. Ali agente fazia uma infra-estrutura para eles. Agente fazia colégio. Agente fazia inclusive - você sabe que o povo do rio Negro gosta muito de festa. Então, fazia uma sede de dança para eles. Um campinho de futebol. Agente cooperava com toda parte esportiva – com bolas, equipamento. Tudo isso agente dava para eles.
> [Edson Mendes, 62, ex-Prefeito de Barcelos, Manaus, 14.08.1999]

Interessante notar como o processo de redemocratização formal do país influiu na redefinição da paisagem social local. O município Barcelos, como outros que faziam fronteiras com países limítrofes ao Brasil, era definido como área de segurança nacional e tinha o Prefeito nomeado pelo Governador do Estado. Seu Edson Mendes disse que, certa feita, o Governador José Bernardino Lindoso (1979-1981) chegou a lhe propor a sua nomeação, tendo ele recusado. Com a primeira eleição direta para a prefeitura, foram redefinidos compromissos e alianças que implicaram na reconfiguração da paisagem social rural. As escolas atraíram pessoas movidas por expectativas ligadas à

insolvência do extrativismo - sobre o quê falo mais adiante. Isso levou ao adensamento populacional em "lugares" pertencentes a pessoas determinadas, implicando em toda uma complexa, sutil e nem sempre fácil negociação em torno do acesso a parcelas de terras agricultáveis e com recursos extrativos nos fundos das "comunidades". No caso da "comunidade" de Nova Esperança, no lago do Apuaú, a parentela de seu Waldenei Rodrigues cedeu um parcela do seu sítio para "assentarem a comunidade" – ou seja, construir a escola, a igreja, a "sede" (o centro social), o posto de saúde e o poço artesiano.

Hoje, no rio Unini, há escolas municipais de classe de alfabetização e da 1ª a 4ª séries do ensino fundamental em sete "comunidades": lago das Pedras, Democracia, Tapiira, Manapana, Floresta, Vista Alegre e São Lazáro - esta última situada na boca do rio Preto, afluente da margem direita do rio Unini em trecho que fica fora dos limites do PNJ. No rio Paunini, alfuente da margem direita do rio Unini que constitui o limite noroeste do PNJ, há escola em São José do Aracú. É assim que a existência de uma escola em funcionamento, aprovisionada com professor, material didático e merenda escolar, é um dos elementos definidores centrais de que se está em uma "comunidade".

A ação pastoral teve outras repercussões também. Mais recentemente, antes de deixarem Barcelos, o Pe. João e a irmã Rosa viabilizaram junto à Diocese de São Gabriel da Cachoeira uma rede de radiofonia que articula 20 "comunidades" rurais do município, incluindo seis dos rios Unini e Paunini - Democracia, Tapiira, Floresta, Vista Alegre, São Lazáro e São José do Aracú - e descontada a central, situada na cidade. As "comunidades" de lago das Pedras e Manapana são predominantemente evangélicas - a primeira vinculada à Missão Evangélica Pentecostal do Brasil e a segunda à Assembléia de Deus - e, portanto, não foram originalmente beneficiadas pela radiofonia. Há, contudo, a perspectiva da Prefeitura de Barcelos preencher esta lacuna. Ademais, há duas "comunidades" no rio Jaú, Seringalzinho e Tambor, que por meio das rádios mantidas pela FVA, entram em rede com aquelas nos horários de transmissão: 11 hs. e 19 hs. A fonia foi instalada nas "comunidades", a princípio, para atender situações de emergência de saúde, oportunizando uma comunicação rápida com a cidade de Barcelos. Contudo, os moradores das "comunidades" atendidas pela fonia utilizam-na para enviar mensagens, recados, fazer pedidos e encomendas, saber notícias de pessoas que partem em viagem, bem como condições de navegabilidade, do clima, de pesca, etc. Há coisas que não se pode falar na fonia, principalmente atividades proibidas por

lei - munição para caça e captura de quelônios, por exemplo -, mas para as quais há um conjunto de códigos elaboradíssimos para fazê-lo.

O adensamento populacional produzido por essas iniciativas implicou na configuração de um modelo estético que não deve ser desprezado, posto que mimetiza o padrão de um assentamento tipicamente urbano. O desenho ideal é o de uma rua de casas, dispostas umas ao lado das outras, no alto de um barranco limpo, ao qual se tem acesso por uma grandiosa escada de madeira. Deve-se mencionar também os postes de iluminação noturna, dispostos em uma linha paralela em frente á casa.

"Comunidade" do Santo Elias, no rio Negro. A casa cor-de-rosa em destaque é a escola – nov./1998 (Mapa nº 5)

Desse modo, não só há "comunidades" reconhecidamente mais organizadas que outras, mas também mais "bonitas". Muitas vezes, vê-se isso como uma expressão estética da organização. Cabe destacar que o "barranco limpo" é um componente com graves repercussões para a manutenção do desenho da "comunidade". Se na várzea do Amazonas verifica-se o fenômeno da "terra caída", nas pontas de terra firme à margem dos rios de água preta, especialmente as ocupadas por "comunidades", verifica-se o desbarrancamento: o barranco limpo compromete a estabilidade do terreno e ameaça as construções mais próximas à margem - notadamente, os prédios públicos destacados: as escolas, igrejas, sedes comunitárias, etc.

Comunidade do Cantagalo, na ilha da Galinha – nov./1998 (Mapa nº 6)

A instituição de uma “comunidade” - “sentar uma comunidade” - demanda um esforço de organização prévio e implica no estabelecimento de rotinas de trabalho ligadas a essa dimensão da existência social, notadamente, os “mutirões” para diversos fins: roçar o barranco, roçar e limpar o terreiro das áreas comuns - escolas, igrejas, centros sociais, postos de saúde, casas dos motores de luz, etc. -, brocar e derrubar uma área de roça, construir e/ou reformar uma escola, “sede”, casa de motor de luz, etc. Numa região caracterizada até bem pouco tempo pelo extrativismo vegetal madeireiro e não-madeireiro, em que o padrão de assentamento e apropriação do espaço e dos recursos naturais era o da *colocação* nos altos igarapés, a mudança para a beira dos canais principais dos rios configura uma nova morfologia social.

Creio que, nesse sentido, a atuação recente da FVA no rio Jaú, estimulando a constituição de “comunidades”, é emblemática dessa necessidade de gerenciamento e administração da dinâmica social. Dada a relativa facilidade e alcance da interlocução que lograva no Unini, onde um contingente maior de pessoas vive em “comunidades”, a FVA parece ter tomado essa situação como horizonte desejável para a sua atuação no rio Jaú. Neste, devido à ausência de intervenção do Poder Público municipal e da igreja, ao cerceamento do livre trânsito de regatões pelo rio e à restrição à disponibilização de recursos no seu interior - que podem ser, em larga medida, tributados à criação do PNJ -, até hoje se conserva um padrão de assentamento e apropriação do espaço desconcentrado, ao longo do canal principal do rio, mas com as residências próximas às antigas *colocações* extrativistas. Isso colocava dificuldades para a atuação da FVA, implicando, em alguma medida, no exercício de certo tipo de controle sobre esses grupos, via elaboração de censos, cadastros, levantamentos, fichas de dados por família, etc. Essa orientação censitária, típica da lógica do cadastro, enquanto forma de controle social e de produção de conhecimentos para atender os objetivos de uma intervenção governamentalizadora – como lembra Almeida (1996), pode produzir revezes. Ainda fundada em categorias classificatórias construídas de fora, é potencialmente produtora de sujeitos políticos, oferecendo a grupos sociais locais díspares a possibilidade de se reconhecerem enquanto unidade distinta - como mostra Benedict Anderson (1991) em seu capítulo sobre os censos, mapas e museus na produção de identidades das sociedades coloniais.

Nessa conjuntura, em pelo menos três “lugares” se “[as]sentaram” comunidades no rio Jaú: o Seringalzinho, da finada Latife, o Tambor, do finado Maurício dos Santos,

e, mais recentemente, o Lázaro. Foram processos algo distintos, mas a fonia e a escola estão lá no Seringalzinho e no Tambor e a disponibilização de ambos contou com um importante apoio da FVA.

Entende-se, assim, também, porque a Coordenadoria Socioambiental tem privilegiado a interlocução com os representantes das "comunidades", em especial os seus presidentes, mas também aqueles que desempenham alguns dos novos papéis sociais com certo nível de reconhecimento. Donde o trabalho de qualificação dos professores das escolas das "comunidades" situadas no que hoje é a área do Parque. São 11 escolas no total: sete no rio Unini, uma no rio Pauini e três no Jaú.

Merece destaque também no plano que estamos considerando, o nível de formalização implicado na demanda de que as famílias elaborem "mapas de uso de recursos", ou melhor, apontem em mapas elaborados a partir de interpretação de imagens de satélites as suas "áreas de serviço" - como eles expressam mais comumente. Trata-se, como já vimos, da metodologia que foi usada na elaboração do Plano de Manejo do Parque, em especial na definição das zonas de uso especial para o zoneamento. Estas foram definidas, no plano de manejo do Parque como áreas reservadas onde se permitia a presença humana dentro da unidade, regularizando uma realidade preexistente e regulamentando as formas de exploração e ocupação dos moradores, dirimindo assim os conflitos fundiários e ambientais entre as "comunidades" e o órgão ambiental.

Um efeito dessa demanda pela formalização das suas múltiplas formas de apropriação fundiária e dos recursos naturais foram as expectativas dos grupos sociais locais residentes quanto à expedição ao rio Unini - "más interpretações" e "interpretações equivocadas sobre os objetivos da expedição", nos termos do Relatório da FVA. Para eles a FVA estaria distribuindo títulos de terra ou regularizando a situação de posse das pessoas. O fato é que da elaboração de "mapas" por famílias e/ou grupos domésticos, a Coordenadoria de Sistema de Informação da FVA produziu "mapas de uso de recursos" das "comunidades". Havia-se combinado previamente que em cada "comunidade", após a reunião de repasse do plano de manejo, deixar-se-ia dois mapas: o de zoneamento do Parque e o de uso de recursos da "comunidade". Contudo, para dissipar as expectativas - as "más interpretações" - geradas, decidiu-se não distribuir os mapas de uso de recursos das "comunidades".

O segundo plano ao qual a constituição de “comunidades” nos rios da região está referida é o da trajetória dos conjuntos de famílias e/ou grupos domésticos e/ou parentelas - “veteranos” ou não - que vieram a se reunir para demandar e criar as condições para a disponibilização dos recursos e equipamentos supracitados. Desse modo, a “história social” de cada “comunidade” está ligada também à trajetória de um conjunto de pessoas determinado e reconhecido localmente – via de regra “donos” de um determinado lugar, ou pessoas e/ou famílias com mais recursos (barcos, p. ex.), que cederam espaço para “assentar uma comunidade”. Incluo nesse plano, também, as mudanças sócio-econômicas mais amplas que esses grupos sociais locais estão experimentando, notadamente a transição do extrativismo para a agricultura.

Sentir-se-ia tentado a caracterizar este fator como eminentemente local. Não obstante, em se tratando, pelo menos, da insolvência do extrativismo vegetal, impõe-se desde o início uma análise que incorpore múltiplos níveis, desde a ecologia das espécies até a articulação com mercados internacionais. Pense-se, por exemplo, no extrativismo do cipó-titica (*Heteropsis spruceana*) e do cipó-timbó (*Derris* sp.), uma atividade produtiva a que os grupos sociais locais se dedicam há cerca de dez anos. Parte da produção dirige-se a mercados locais - vassouraria - e parte para mercados externos - movelaria. Extraído por aniquilamento, o cipó impõe ao seu produtor uma mobilidade muito maior do que a colocação clássica de seringa. Do mesmo modo, pense-se na apropriação relativamente livre de recursos como madeira – sejam madeiras fofas ou brancas para caixaria, sejam indivíduos jovens de várias espécies para varas (usadas na construção civil), sejam os postes e esteios de acariquara (*Minquartia guianensis* Aubl.), sejam as pranchas de itaúba (*Mezilaurus* sp) para a indústria naval local.

Tudo isso tem implicações para as modalidades de apropriação fundiária e dos recursos naturais antes obtidas nessas áreas, considerando em particular os efeitos da criação de ambas as UCs na compreensão que as pessoas têm das atividades que desempenham. Além das situações que narrei no capítulo anterior, tive oportunidade de produzir dados para pelo menos três situações de conflitos em torno da apropriação de áreas e de recursos naturais, em cada um dos rios em que estive, nas quais concepções que poderiam ser classificadas como “tradicionais” tanto quanto como “modernas” - a criação das UCs aí incluídas - estão em jogo:

O primeiro, ao qual já fiz rápida referência, é o conflito em torno da apropriação do igarapé do Tiaracá, em especial dos peixes, quelônios e da palha de bussu ali

encontrados. Trata-se de um afluente da margem esquerda do baixo curso do rio Jaú, situado, portanto, dentro da chamada área *core* do PNJ, pouco acima do lugar Vista Alegre, onde reside a parentela de dona Rita Brandão. Esta, como vimos, nasceu e reside até hoje próxima à boca do "seu" igarapé e polemiza com a de seu "Beré" Meruoca, que chegou ao Jaú no final da década de 1960, tendo se colocado, primeiro, na Praia Alta e, depois, no Seringalzinho.

O segundo conflito refere-se à apropriação do igarapé do Mauarú, afluente da margem esquerda do rio Unini, portanto, fora do PNJ, em especial da população de itaúba - *Mezilaurus* sp. - ali encontrada. Este conflito opões a parentela de seu Avelino, morador do Flausino desde 1938 e possuidor de um imóvel cadastrado na foz do igarapé e a de seu "Dico Carará", morador de Democracia, onde se colocou em 1979 comprando as benfeitorias do antigo ocupante.

O terceiro conflito tem como foco a apropriação do igarapé do Fábrico, afluente da margem esquerda do rio Apuaú, portanto, fora da EsEc de Anavilhanas, em especial da madeira ali encontrada. Este conflito opõe a parentela de seu Manoel Aniba, que entrou no Apuaú no início da década de oitenta para trabalhar em sorva e depois se colocou na boca do igarapé, e a família do seu Evilásio Lima de Aráujo, ex-morador do laguinho da Terra Preta, na margem esquerda do rio Negro que foi transformada em "reserva" - desapropriado, indenizado e hoje residindo do paranã do Acariquara.

Foram múltiplas as situações em que ouvi e/ou pude discutir várias dimensões desses conflitos com os próprios envolvidos e gostaria de destacar alguns aspectos.

Um elemento comum a todos é que a unidade objeto da querela é um igarapé e/ou os recursos nele encontrados, o que poderia estar relacionado à dimensão de ecologia humana dos rios de água preta[49] - por oposição aos rios de água branca e à várzea destes, em que o *habitat* objeto das disputas seriam os lagos. A colocação na boca de um igarapé ou nas proximidades deste, ainda mais se for antiga e respaldada por algum nível de reconhecimento formal de posse - um imóvel cadastrado -, poderia dar direitos especiais e/ou preferenciais ao possuidor dessa área - argumento do seu Avelino. Contudo, há quem conteste esse argumento como um anacronismo, uma persistência de concepções e formas de apropriação do "tempo dos coronéis de barranco", que se colocavam na boca do igarapé com um barracão e subjugavam as

[49] Poder-se-ia acrescentar aqui o fenômeno do desbarrancamento e, mais importante ainda, as características peculiares da agricultura e da roça em terra firme de rios de água preta.

pessoas que moravam nele, ainda mais se não são moradores *seniors* - contestação à pretensão do seu Manoel Aniba de proibir o seu Evilásio de tirar madeira no igarapé do Fábrico. A propriedade de posição geográfica não daria, assim, nenhum direito preferencial ao morador, seja ele *senior* ou tenha um imóvel cadastrado - contestação da parentela de seu "Dico Carará" à pretensão de seu Avelino.

Significativo, também, é a contaminação que a criação das UCs exerce - e pode continuar exercendo - nesses conflitos e que é mais evidente no caso do igarapé do Tiaracá, por estar dentro do PNJ. Seu "Beré" contesta a pretensão de dona Rita, entre outros motivos, pelo fato de que, estando num Parque, tudo ali pertence ao IBAMA, ao governo, e não a "seu ninguém". "Só eu que não sou dono de igarapé", se queixou certa vez.

Com a formalização dos mapas de uso de recursos das "comunidades" para a elaboração do zoneamento do PNJ, pretensões à apropriação exclusiva e/ou preferencial de determinadas áreas podem vir a ser reforçadas, neutralizadas e/ou contestadas, com base no argumento de que se trata de uma "área de serviço" dos "comunitários" - como parece estar ocorrendo no caso do igarapé do Mauarú, que está fora do PNJ, mas foi mapeado no trabalho da FVA.

Assim, trajetórias socioculturais particulares de algumas famílias e formas de apropriação que poderiam ser qualificadas como "tradicionais" tangenciam planos de incidência de modalidades "modernas" de gestão territorial, constituindo um campo político e significativo instável no qual a fronteira entre o tradicional e o moderno, o local e o extralocal se turva.

CONCLUSÕES

Nada há de mais fraco do que um sistema global que se torna unitário. Para uma lei única, morte súbita.

Michel Serres

Conclusões de Antropologia Social

O cientista social que não quer correr o risco de procurar – e, o que é pior, encontrar - no fragmento estudado mecanismos e/ou princípios que lhe são exteriores, sugere Bourdieu, deveria se mirar no modo de proceder dos arquitetos do século XIX: "que faziam (...) esboços a carvão do conjunto do edifício no interior do qual estava situada a parte que eles queriam figurar em pormenor" (Bourdieu 1989, 32). Partilho da preocupação, que reputo crescente, da parte dos cientistas sociais em geral e dos antropólogos em particular, em dar respostas mais completas aos problemas que postulam, ou seja, se esforçar por analisar a multiplicidade de vetores de determinação incidentes na situação específica que quer analisar e dos níveis de integração socioculturais que se encontram envolvidos.

Este trabalho deve ser compreendido à luz da metáfora proposta por Bourdieu. Depois da formulação da situação-problema no Cap. 1, temos o esboço do conjunto do edifício com o Cap. 2 e parte do Cap. 3, ancorados mais na literatura, em comentadores e em dados de segunda mão - submetidos, contudo, à contextualização e à crítica. Da metade do Cap. 3 em diante, temos o cerne da tese, a parte que quis figurar em pormenor, baseada no trabalho de campo propriamente dito: o levantamento e o processamento dos documentos e a investigação aos níveis nacional e local baseada em observação direta e entrevistas semi-estruturadas.

O emprego das noções de artefato e fabricação no sentido amplo em que o entendemos implicou essa abordagem analítica multidimensional e multiescalar. Tentei abordar o ciclo completo de conversões a produzir mudanças significativas nas UCs aqui enfocadas.

Em termos ***temporais***, o trabalho opera em três dimensões de "duração" (*durée*), uma mais inclusiva que a outra, sendo duas delas propriamente históricas e uma geológica. A primeira, que constitui o foco específico da análise, corresponde ao período dos últimos 30 anos, abarcando o desenvolvimento e as sucessivas mudanças de enfoque da política ambiental brasileira e demais políticas públicas a elas relacionadas. A definição das prioridades de conservação da natureza na Amazônia brasileira, por

meio do instrumento das UCs de proteção integral, foi forjada e produziu efeitos imediatos nessa dimensão. O estudo de Wetterberg et alii (1976) remonta a iniciativas e articulações ao final dos anos sessenta, baseou o Plano do Sistema de UCs do IBDF e tem produzido efeitos nas áreas onde estas se projetaram até hoje. O mesmo se aplica ao Programa de Estações Ecológicas da SEMA. Sendo as UCs atores políticos de direito próprio nas paisagens sociais locais, elas foram, por sua vez, reorganizadas, posto que se sujeitaram a reformulações promovidas por novos atores, objetos e elementos.

Uma segunda dimensão de duração, histórica também, é de *longue durée*. Corresponde ao esboço de etnografia histórica da definição e da gestão das UCs no Brasil, em que procurei, na segunda parte do Cap. 2, dar conta das distintas ênfases que orientaram a definição e a criação de UCs ao longo do século XX no Brasil para poder chegar a precisar o que diferencia o período enfocado dos períodos anteriores em que se concentrou a criação dessas unidades territoriais no Brasil. Ainda no âmbito dessa dimensão histórica de *longue durée*, tentei buscar, na literatura sobre o tema, elementos em torno da configuração mesma da noção de *área protegida*, a partir do exemplo americano – paradigmático posto que nele fomos beber. Afinal, a categoria mesma de parque nacional tem uma história social e não trazê-la para o primeiro plano significaria resignar-se a repetir o anacronismo reinante.

Por último, tentei incorporar ao trabalho a dimensão de duração à escala do tempo geológico. Porque ir tão longe? Por um lado, porque a "paleoduração", remete à formação dos diferentes ecossistemas da floresta tropical úmida das terras baixas sulamericanas, permitindo recuperar a estrutura de agência peculiar ao mundo biofísico. Ecossistemas de água preta apresentam características distintas dos de água branca, que influenciam a disponibilidade de biomassa e a diversidade de espécies. A distribuição de habitats da micro-região específica aqui enfocada difere da obtida em outras paisagens da Amazônia brasileira. Por outro, porque é da perspectiva dessa "paleoduração" que um importante e determinante conjunto de atores olha para essa região e a define: os técnicos envolvidos no planejamento da conservação da natureza na Amazônia na década de 1970 e os pesquisadores envolvidos nas ações contemporâneas de planejamento das UCs específicas. Eles as vêem a partir dos debates em que estão inseridos, em torno das causas que explicariam a megadiversidade das florestas tropicais. Lembre-se que quando se fez o estudo de 1976, a compreensão que se tinha da Amazônia estava mudando: de um cenário de planície monótona para um de topografia acidentada e diversidade ecossistêmica e biológica. As orientações disponíveis à época para a caracterização da

região e que foram usadas para selecionar as áreas prioritárias, diferem daquelas que se apresentam hoje para o seu planejamento. Distintos instrumentos, distintos os artefatos que se produz.

São múltiplos, também, os ***níveis de análise*** e os ***atores*** que este trabalho leva em consideração. O nível de análise básico e de referência do qual parto é o nacional, em que se situa o aparelho de Estado, os distintos projetos governamentais e políticas públicas setoriais e/ou intersetoriais, expressão do grau de autonomia relativo daquele na modulação do espaço e na gestão do território.

Por sua vez, o conjunto de ações desenvolvido durante os governos militares, que visava ao planejamento globalizante e integrado do desenvolvimento da Amazônia, de uma perspectiva hegemonicamente econômica e excludente, estava apoiado num grande afluxo de capital internacional e em acordos, tratados e convênios internacionais. O que significa dizer que as práticas governamentais que operam para criar um território soberano com suas qualidades específicas - para produzir o seu espaço político próprio - não estão contidas dentro desse recinto tido como soberano (Kuehls 1996)[1]. As fronteiras que dividem o universo geopolítico contemporâneo em estados territoriais soberanos separados são extremamente porosas. No caso da articulação técnico-institucional que configurou o contexto de formulação e execução de ações de conservação da natureza por meio de UCs de uso indireto, isto é evidente. Aqui, destaca-se uma miríade de organizações, instituições e fóruns ligados direta ou indiretamente às áreas protegidas.

A análise também incorpora a escala local e a miríade de atores e agentes que se movimentam nesta. A criação e os esforços de implementação das UCs de uso indireto aqui enfocadas produziram conseqüências contraditórias, com rebatimentos nas áreas em que se projetaram. Nestas áreas, operam processos de reapropriação e resignificação das "reservas" a partir das formações sociais locais e das experiências históricas particulares dos sujeitos que têm de conviver com elas como novo elemento do seu cotidiano.

Indiquei que o nível básico do qual parto é o nacional e que, neste, o ator de destaque é o Estado. Não percebo este como uma instância monolítica e transhistórica,

---

[1] "Brazil cannot transform the Amazon rain forest into disciplined energy without outside help. The capital that drives the ongoing transformations of land into territory is global(izing). The conquest and domination of the Amazon rainforest by the state of Brazil requires the assistance of multinational corporations (...); it also requires the assistance of international organizations such as the World Bank and the United Nations Food and Agriculture Organization" (Kuehls, 1996: xiii e xiv).

mas como uma estrutura de governamentalização, administração e gestão cambiante, diferencialmente permeável à pressão social e fracionado internamente por concepções distintas de ação e confusões de atribuições entre agências. Como observei, o grau de autonomia relativa do Estado como ator com algum nível de determinação sobre os processos enfocados, repousa sobre condições de possibilidade que não estão totalmente sob seu controle - pelos vínculos mesmos que foi levado a estabelecer para viabilizar a sua autonomia estratégica no cenário internacional. Neste, diferentes atores desempenharam distintos papéis e funções nos processos em foco.

Em virtude do exposto acima, creio que é possível pensar as UCs de uso indireto na Amazônia brasileira - os mecanismos pelos quais áreas ditas "naturais" vêm a ser integralmente protegidas para cumprir fins específicos de manejo – como:

(1) Formas de territorialização e de modulação do espaço que se atualizam no tangenciamento e transversalização de diferentes níveis de integração sociocultural e dos atores, unidades sociopolíticas e representações que lhe são correspondentes: políticas públicas setoriais e intersetoriais do Estado nacional brasileiro, acordos, tratados e fluxos de financiamento internacionais a projetos de desenvolvimento e conservação, diferentes instâncias do poder público, movimentos sociais plurisetoriais e transnacionais - como o ambientalismo em suas distintas vertentes e em seus fóruns de proposição e formulação conceitual, metodológica e programática -, organizações para estatais e não-governamentais, grupos sociais locais e outros.

(2) Fenômenos historicamente datados e, enquanto tais, componentes da sub-estratégia territorial mais ampla dos planos nacionais de desenvolvimento e integração dirigidos para a Amazônia. Assim sendo, a suposta contradição apontada ao início do trabalho - o fato do contexto histórico em que mais se criou UCs de proteção integral no país e na Amazônia ser o mesmo das políticas responsabilizadas por efeitos sociais e ambientais deletérios na região – dissolve-se no reconhecimento de uma topologia comum de caráter colonial: a "topologia do ambiente global", na qual, o mundo visto como um globo só pode ser um mundo visto ou representado de longe e de cima - por sobrevôo, ou imagens de satélite e radar -, uma superfície esperando para ser submetida e dominada ou cultivada e guardada (Ingold 1993). O fato delas terem sido criadas em regiões intersticiais aos pólos de desenvolvimento previstos para serem implantados na segunda metade da década de 1970, não nos autoriza dizer que elas são áreas colocadas à margem do processo produtivo. Ao contrário, elas podem estar desempenhando o importante papel de *buffers* de grande escala para os grandes empreendimentos.

Little (1994a) já chamou atenção para as homologias entre as fronteiras desenvolvimentista e ecológica na Amazônia, e Silva (1994) para as correlações entre a cosmografia dos naturalistas e viajantes, a cartografia da biodiversidade e os sistemas de proteção e vigilância da Amazônia. Vimos como as UCs de proteção integral, em especial os parques nacionais, acompanham o deslocamento programado do ecúmeno nacional. Identificamos, também, uma coincidência recorrente entre iniciativas de conservação da natureza baseada em UCs de proteção integral e movimentos sócio-políticos de caráter autoritário e tecnocrático e interesses geopolíticos e estratégicos. Essa correlação se mostra particularmente significativa no caso da Amazônia, na qual desenvolvimento, tecnociência, ação estatal autônoma e conservação caminham juntos.

(3) Expressões e dispositivos de uma "pedagogia" do corpo do país e do planeta. Na medida que o que se *deve* conservar para objetivos educacionais, recreativos e de conhecimento são, simultaneamente, "amostras representativas dos principais ecossistemas brasileiros" – ou ainda, "documentos preservados" do que o território nacional *é*, isto é, as paisagens e os biomas que o compõem - e realidades da evolução biológica e geomorfológica mutante - "monumentos" do que *são* e/ou *foram* os órgãos endosomáticos que constituem o corpo do planeta -, as UCs de uso indireto constituiriam expressões e recursos pedagógicos icônicos privilegiados na produção de uma consciência simultaneamente nacional e planetária, que exclui a dimensão local.

(4) Expressão mais visível dos *ambientes* que sistemas socioculturais abrangentes e complexos podem, efetivamente, criar. Ocorre que, sendo estes sistemas internamente diferenciados e estratificados, não se colocam de lado áreas de uso especial - como UCs, parques e reservas equivalentes - sem que alguns grupos e estratos sejam excluídos desse processo. O que nos leva a refletir sobre a desigualdade e os custos diferenciais na criação de *áreas naturais protegidas*.

Conclusões de Sociologia Política e Moral

Considerando o que acabo de expor, qual o papel e o aporte que a Antropologia Social pode dar para o debate em torno das UCs de uso indireto como instrumentos de política ambiental e de conservação da biodiversidade? O trabalho não se ancora em nenhuma perspectiva normativa explícita, partindo mesmo de uma atitude crítica face às disposições normativas formais existentes sobre as UCs. Contudo, não só creio que a pesquisa pode vir a produzir efeitos práticos, como também a compreensão que avança

sobre a natureza do conflito entre UCs de proteção integral na Amazônia brasileira e ocupação humana nos trópicos, denuncia uma preocupação normativa de fundo.

Há entre os antropólogos aqueles que defendem que o pesquisador deve encontrar ou sugerir interpretações das leis, das normas e dos processos administrativos que sejam mais positivas para a conservação do meio ambiente, dos ecossistemas e da diversidade biológica. Outros ainda sugerem tipos de pesquisa nas quais os antropólogos deveriam se engajar para contribuir para o desvelamento dos processos e modos complexos pelos quais os seres humanos usam e degradam o ambiente, visando corrigi-los. Ambas são perspectivas explicitamente normativas face ao problema do uso e do abuso de recursos. Sem descartá-las e porque também não partilho da ideia de uma *value free social science*, sugiro que a crítica cultural a esse instrumento específico de política ambiental constitui, sim, uma aplicação e implica uma dimensão normativa peculiar.

Começando por considerações de ordem filosófica e conceitual mais abrangente. O filósofo Michel Serres (1995) usa a alegoria do barco para iluminar o momento histórico em que estamos vivendo e ao qual devemos responder. Ele sugere que a nossa conjuntura atual como espécie no planeta é caracterizada por uma situação de equipotência e eqüipolência com o planeta, de tal modo que seríamos um só, nós - humanos *qua* espécie - e o mundo. Tendo ocupado e transformado radicalmente quase toda a biosfera - e não apenas a superfície do planeta -, estaríamos embarcados e, desse modo, não haveria refúgio possível. Antes, o refúgio possível de/para alguns de nós humanos parece implicar a exclusão de outras comunidades e populações da nossa espécie das áreas em que vivem. As UCs de proteção integral constituiriam, assim, os botes salva-vidas em número insuficiente da arca que afunda – para usar a metáfora de Myers (1979).

Numa primeira visada, assim, as UCs de proteção integral não só expressariam uma compreensão inadequada da conjuntura dramática apresentada por Serres, como também, por si só, seriam incapazes de equacionar as questões postas pela mesma. Mesmo porque, estando a sua sociogênese enquanto artefatos culturais enraizada em um contexto histórico em que não estava dada a possibilidade de caracterizar e compreender a nossa conjuntura – da espécie e do planeta - em termos d*o* meio ambiente global, elas apresentariam uma resistência particular à apropriação para esses fins.

Em segundo lugar, enfocando o Estado como um ator de direito próprio, vimos que a criação de UCs de proteção integral na Amazônia só avançou quando esteve articulada aos planos e programa mais abrangentes de desenvolvimento. Ainda que

centralizados e autoritários, essa circunstância mostra claramente que essas unidades são um instrumento de política e gestão territorial como outro qualquer, à disposição do Estado *e* da sociedade. Trata-se, por conseguinte, de uma espécie desse gênero mais abrangente. A estagnação da criação e da implementação de UCs de proteção integral no país e na Amazônia em particular é contemporânea do movimento de especificação e especialização da definição deste instrumento de gestão territorial - segregado, desse modo, de outras modalidades de gestão do território.

Iniciativas de planejamento e ação conservacionistas menos segregacionistas e mais integradas, particularmente nos trópicos e na sociedade brasileira - vista como uma formação social peculiar, com expressões regionais historicamente específicas –, devem partir da crítica ao trato da conservação da biodiversidade como um setor técnico-científico e burocrático de atividade. Assim, urge a revisão dos ordenamentos jurídico - disposições normativas - e institucional - estrutura ministerial e de órgãos executivos - vigentes. Isso implica repor as categorias "unidade de conservação", "uso direto" e "uso indireto" por uma categoria jurídica mais abrangente e já consignada no texto constitucional: "espaços territoriais (e seus componentes) especialmente protegidos pelo Poder Público". Do mesmo modo, se levarmos efetivamente a sério o paradigma do não-equilíbrio e a concepção dos ecossistemas como sistemas abertos, devemos renunciar de uma vez por todas à ambição sistemata e à referência ao território nacional embutidas no esforço de construir um "*sistema nacional* de UCs". A ambição sistemata é gêmea da tecnocracia, o que explica por que a fundamentação técnico-política e legal das UCs de uso indireto se consolidou na década de setenta, durante a ditadura militar.

Ao lado disso, é importante dar passos na direção de uma ação institucional integrada, que resulte, com o tempo, em novo formato organizacional para lidar com os instrumentos de ordenamento territorial de que dispõe o Poder Público. Isso implicaria estabelecer sistemáticas administrativas para a criação de UCs de proteção integral imbricadas a procedimentos de estabelecimento de outros espaços territoriais especialmente protegidos ou áreas de uso especial, sobre os quais o Estado exercesse algum papel regulador – sejam os que são propriedade da União, delimitadas e com destinações específicas, sejam aqueles sobre os quais pese algum tipo de limitação ao exercício do direito de propriedade em função do interesse público. O reconhecimento das externalidades e implicações ambientais e conservacionistas de outras formas de modulação do espaço e gestão do território atualizadas pelo Poder Público - como as terras indígenas na Amazônia - apontam para a possibilidade de integração.

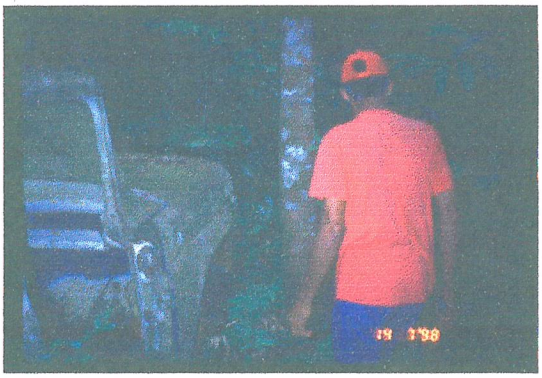
Mas o que fazer com as UCs de uso indireto já existentes, como Anavilhanas e Jaú, que produziram os efeitos sociais que procurei aquilatar? De um lado, devem ser potencializadas as intervenções que tonifiquem o processo de resemiotização e múltiplas apropriações de que já vêm sendo objeto, como a FVA vem tentando fazer no PNJ com todas as dificuldades e as ambivalências implicadas. De outro, compreendê-las como artefatos socionaturais deve resultar numa apresentação delas como tal para o "visitante". Este seria estimulado a apropriar-se da unidade para além da dimensão contemplativa e paisagística estrita - que é hegemônica nas "trilhas interpretativas" centradas em destacar as características naturais. A ele seriam oferecidas trilhas sócio-naturais que fizessem com que vivenciasse aquela UC como resultando de um processo sócio-histórico particular, envolvendo múltiplos agentes e agências, situados em diferentes instâncias de determinação e portadores de diferentes concepções sobre a fronteira natureza/cultura, humano/não-humano. O objetivo da experiência pedagógica e formativa seria fazer com que ele colocasse em jogo as suas concepções particulares e assumisse uma atitude reflexiva e crítica face às topologias colonialistas em que foi formado.

Gostaria de exemplificar essa sugestão para o caso de Anavilhanas, por suposto, uma área vazia. O visitante, como parte obrigatória do programa de "interpretação", faria um sobrevoo sobre a área do arquipélago, pois foi esta a experiência estética definidora da relevância da área para o seu idealizador. Ademais, a partir de metodologias as mais diversas e compreensivas, que pudessem sensibilizá-lo integralmente, ele também percorreria e obteria interpretações detalhadas e qualificadas de situações como: a do igarapé do Cristóvão, onde apodrece a carcaça do caminhão Ford 1.600, 1969, quatro faróis, última série, do seu José Barroso, desapropriado da área de terra firme da Estação e hoje residente na margem desprotegida do Apuaú; a do ativo cemitério do Apuaú, localizado na área de terra firme da EsEc; a do laguinho da Terra Preta, onde se encontram as ruínas das antigas habitações do ex-residentes – tais como paredes de fornos de casas de farinha -, o esquife da coletoria do Ministério da Fazenda e a "casa azul" do seu Jaime - hoje usada como depósito pela base de terra firme da EsEc, que tem o seu auditório construído no lugar em que ficava o campo de futebol do antigo sítio -; o lugar Porto Conceição, onde ainda se vê as copas dos pinheiros plantados pelo finado Alfredo Santos, desapropriado da área de terra firme da EsEc e pai do atual responsável pelo escritório do IBAMA em Novo Airão; e os lugares aonde residem pessoas dentro da área da EsEc, como o lago do Cauixi, Buraco Frio, Tauatú e

o igarapé do Baependi. Residentes, ex-residentes, funcionários do órgão governamental responsável e ONGs parceiras seriam os principais atores coletivos dessa iniciativa. Traduzo isso na proposta de trilha crítico-reflexiva que apresento a seguir e que deve ser cotejada com os Mapas n°s 2 e 3.

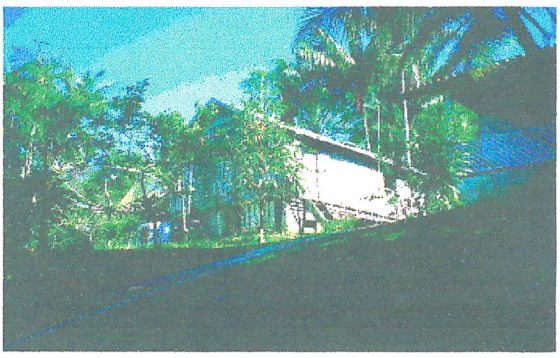
Pretender-se-ia, com isto, reconverter as UCs de uso indireto existentes em recursos pedagógicos na produção de uma consciência das histórias sócio-ambientais particulares locais - dimensão excluída das considerações dos programas interpretativos. Fazendo com que o visitante experimente a unidade não só de longe e de cima, mas também de perto e de baixo, colocando em jogo e justapondo distintas representações e agenciamentos do "mundo natural" - os diferentes trabalhos de ambientalização que ali se transversalizam e se tangenciam -, poder-se-ia transformá-las em importantes instrumentos na produção das condições de viabilidade de um novo "contrato", em que múltiplas partes fossem contempladas: as diferentes sociabilidades, humanas e não-humanas, e os seus meios ambientes respectivos.

PROPOSTA DE TRILHA CRÍTICO-INTERPRETATIVA PARA A ESEC DE ANAVILHANAS
NOME TRILHA: "OS DESERDADOS"



O caminhão Ford F-600 do seu José Barroso, apodrecendo no igarapé do Cristóvão, afluente do baixo rio Apuaú

Ruínas da parede do forno da antiga casa de farinha do seu Florêncio, no laguinho da Terra Preta



A casa "azul": antiga residência de seu Jaime Magalhães, hoje, depósito de materiais da base de terra firme

O Centro de Convenções da base de terra firme, construído sobre o antigo campo de futebol do sítio de seu Jaime

Ruínas do prédio da antiga coletoria na Terra Preta

As copas dos pinheiros plantados pelo finado Alfredo Nascimento no porto Conceição

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz. 1992. A Teoria dos Refúgios. *Estudos Avançados*, 15: 09-11 (São Paulo: IEA/USP.

ACUÑA, Pe. Cristóbal de. 1994 [1641]. *Novo Descobrimento do Rio Amazonas*. Uruguay: Oltaver S.A. (Coleção Orellana, 8; edição bilíngüe).

ADAMS, Alexander B. (ed.). 1962. *First World Conference on National Parks: Proceedings of a Conference*. Washington, DC: National Park Service, US Dept. of the Interior.

ADAMS, Cristina. 2000. *Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume e FAPESP.

AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary Agassiz. 1938. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional (Col. Brasiliana; 95).

ALDEN, Dauril (org.). 1973. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press.

ALDEN, Dauril. 1996. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond (1540-1750)*. Stanford: Stanford University Press.

ALLEGRETTI, Mary Helena. 1994. "Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimentos sustentável na Amazônia". Em Ricardo Arnt (org.), *op. cit*. pp. 17-47.

ALMEIDA, Alfredo W. B. 1990. "O Intransitivo da Transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1988)". Em João Pacheco de Oliveira Filho (org.), *Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras*. Rio de Janeiro: UFRJ; PETI-Museu Nacional (Antropologia e Indigenismo; 1). pp. 117-138.

_____. 1994. "Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia". Em M. A. D'Incao e I. M. da Silveira (orgs.), *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. pp. 521-537.

_____. 1996 [janeiro]. *Transmissão de Fax para José Heder Benatti*. Belém: mimeo.

ALMEIDA, Mauro W. B. 1992. "Desenvolvimento e responsabilidade dos antropólogos". Em A. A. Arantes, G. R. Ruben e G. G. Debert (orgs.), *Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: EdUnicamp. pp. 111-122.

ALMEIDA, Mauro W. B. e Mário Assis Menezes. 1994. "Acre - Reserva Extrativista do Alto Juruá". Em Ricardo Arnt (org.), *op. cit.* pp. 165-225.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. 1986. *Relatório de Viagem ao Município de Caucaia, Ceará*. Brasília: Coordenadoria de Terras Indígenas-CTI/MIRAD.

_____. 1997. *O Diretório dos Índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: EdUnB.

ALVES, Kleber Ramos. 1991. "Uma Visão Geral das Unidades de Conservação no Brasil". Em Adriana Ramos e João Paulo Capobianco (orgs.), *Documentos do ISA*, nº *1*: Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). São Paulo: Instituto Socioambiental. pp. 1-12.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. 1852. *Dicionário Topographico, Historico e Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typographia Commercial de Meira Henrique.

AMEND, Stephen e Thora Amend. 1992. "Habitantes en los Parques Nacionales: una contradicción insoluble?". Em Stephen e Thora Amend (eds.), *Espacios sin Habitantes? Parques Nacionales de América del Sur*. Gland: IUCN; Caracas: Editorial Nueva Sociedad. pp. 457-472.

ANDERSON, Anthony. 1997. *O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil: uma radiografia política, institucional e financeira*. Comunicação pública: Departamento de Antropologia da UnB, 30.05.1997.

ANDERSON, Benedict. 1991. *Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. New York: Verso.

ANDREOLI, Cleverson Vitório. 1992. Principais Resultados da Política Ambiental Brasileira: o setor público. *Revista de Administração Pública*, 26(4). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

APPADURAI, Arjun. 1994. "Disjunção e diferença na economia cultural global". Em Mike Featherstone (coord.), *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes. pp. 311-327.

ARAÚJO, Caetano E. P. 1996. Meio ambiente e novos atores sociais: limites e interação entre estado e ONGs. *Sociedade e Estado 11*(1): 149-157.

ARNAUD, Expedito. 1984. Os Índios da Amazônia e a Legislação Pombalina (A propósito do "Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão enquanto sua Majestade não mandar o contrário"). *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*, v. 3, n. 4, pp. 75-84.

ARNT, Ricardo Azambuja. 1992. "Um Artifício Orgânico". Em R. A. Arnt e S. Schwartzman, *Um Artifício Orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo (1985-1990)*. Rio de Janeiro: Rocco. pp. 25-134.

_____ (org.). 1994. *O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: IEA, Fundação Conrad Adenauer.

BALÉE, William. 1989a. "The Culture of Amazonian Forests". Em Darrell E. Posey e W. Balée (eds.), *Advances in Economic Botany*, v. 7 (Resource Management in Amazonia: Indigenous and folk strategies), New York Botanical Garden.

_____. 1989b. "Cultura na Vegetação da Amazônia Brasileira". Em Walter Alves Neves (org.), *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: avaliação e perspectivas*. Belém: MPEG (Col. Eduardo Galvão). pp. 95-109.

_____. 1992. "People of the Fallow: A historical ecology of foraging in lowland South America". Em Kent Redford e Christine Padoch (eds.), *Conservation of Neotropic Forests: Working from Traditional Resource Use*. New York: Columbia University Press. pp. 35-57.

BALTRUSAITIS, Jurgis. 1999. *Aberrações: ensaio sobre a lenda das formas*. Rio de Janeiro: EdUFRJ.

BARRET, Christopher B. e Peter Arcese. 1995. Are Integrated Conservation Development Projects (ICDPs) Sustainable? On the Conservation of Large Mammals in Sub-Saharan Africa. *World Development*, 23(7): 1073-1084.

BARRETTO F°, Henyo T. 1993. *Populações Humanas e Unidades de Conservação, Pessoas em Parques: a vida "proibida" dos "moradores" do ParNa do Jaú*. Plano de Trabalho da Coordenadoria de Pesquisa em Antropologia Social para 1994. Manaus: mimeo.

BARRETTO F°, Henyo T. 1994. *Relatório Semestral de Atividades da Coordenadoria de Pesquisa em Ciências Sociais*. Manaus: mimeo.

BARRETTO F°, Henyo T. 1995. *Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma tentativa de abordagem sócio-antropológica das unidades de conservação na Amazônia (etnografia comparada do Parque Nacional do Jaú e da Estação Ecológica de Anavilhanas)*. Projeto de Pesquisa apresentado à Seleção para o Doutorado em Antropologia Social da USP.

BARROS, Flávia Lessa. 1996. Ambientalismo, globalização e novos atores sociais. *Sociedade e Estado 11* (1): 121-137.

BARROS, Wanderbilt Duarte de. 1952. *Parques Nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura (Série Documentária; 1).

BARZETTI, Valerie (ed.). 1993. *Parques y Progresso: áreas protegidas y desarollo economico en America Latina*. Washington, D.C.: IUCN/BID.

BASTIDE, Roger. 1979. *Antropologia Aplicada*. São Paulo: Perspectiva.

BAUDRILLARD, Jean. 1989. *America*. New York: Verso.

BECKER, Berta K. 1988. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia, 50* (n° esp., t. 2): 99-125.

_____. 1990a. *Amazônia*. São Paulo: Ática (Série "Princípios", n. 192).

_____. 1990b. "Gestão do território e territorialidade na Amazônia: A CVRD e os garimpeiros na província mineral de Carajás". Em Berta K. Becker, Mariana Miranda e Lia O. Machado, *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora UnB. pp. 197-214.

_____. 1992. "Repensando a Questão Ambiental no Brasil a partir da Geopolítica". Em Maria do Carmo Leal et alii (orgs.), *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento: uma análise interdisciplinar*. v. 1. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO. pp. 127-152.

BECKER, Bertha e Cláudio Egler. 1994. *Brasil. Uma Nova Potência Mundial na Economia Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BELTRÃO, Otto e Francisco Beltrão. S/d. *Enciclopédia da Amazônia Brasileira*. v. *1*: Amazonas. São Paulo: Atlas.

BENATTI, José Heder. 1995. *Diagnóstico Fundiário do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: mimeo.

_____. 1997. *Levantamento Fundiário do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: mimeo. (IBAMA e FVA).

_____. A sair. "Presença Humana em Unidades de Conservação: um impasse científico, jurídico ou político?". Em Alicia Mabel Barabas e Henyo T. Barretto F° (eds.), *Territórios Etnicos y Autonomía en América Latina*. Quito: Abya Yala.

BEOZZO, Oscar. 1983. *Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola.

BERNARDES, Ângela Tresinari. 1995. *Avaliação de Experiências de Co-Gestão em Unidades de Conservação Federais*. Brasília: PNMA-UC, Termo de Referência n° 422.

BITTENCOURT, Agnello. 1985 [1925]. *Corografia do Estado do Amazonas*. Manaus: Fundo Editorial da Associação Comercial do Amazonas (Col. Hiléia Amazônica, 5).

BLAUT, James. 1993. *The Colonizer's Model of the World: Geographical diffusionism and eurocentric history*. New York: Guilford.

BOND, Robert D. 1978. Venezuela, Brazil and the Amazon Basin. *Orbis: A Journal of World Affairs, 22* (3): 635-650.

BOURDIEU, Pierre et alii. 1975. “La Construcción del Objeto”. Em *El Ofício de Sociológo: presupuestos epistemológicos*. México: Silgo Veintiuno. pp. 51-81.

BOURDIEU, Pierre. 1989. “Introdução a uma sociologia reflexiva”. Em *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL. pp. 17-58.

BRANDON, Katrina e Michael Wells. 1992. Planning for People and Parks: Design dilemmas. *World Development, 20* (4): 557-570.

BRANDON, Katrina; Kent Redford e Steven E. Sanderson (eds.). 1998. *Parks in Peril: People, politics and pratice*. Washington, DC: Island Press.

BRITO, Maria Cecília Wey de. 1995. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP. São Paulo.

BRUNO, Ernani da Silva. s/d. *História do Brasil – geral e regional: Amazônia (AC, AM, PA e Territórios)*. São Paulo: Cultrix. v. 1.

BUELL, Lawrence. 1995. *The Environmental Imagination: Thoureau, nature writing, and the formation of American culture*. Cambridge, MASS: Harvard University Press.

BURSZTYN, Marcel. 1993. “Estado e Meio Ambiente no Brasil: desafios institucionais”. Em Marcel Bursztyn (org.), *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense. pp. 83-101.

CABALZAR, Aloisio e Carlos Alberto Ricardo. 1998. *Povos Indígenas do Alto e Médio Rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental no noroeste da Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN.

CALDAS, João Pereira. 1983 [1781]. O Recenseamento de João Pereira Caldas, no ano de 1781, da população dos Lugares e Vilas do Rio Negro (pesquisa básica e interpretação pelo Prof. João Renôr Ferreira de Carvalho). *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*, v. 2, n° 2, pp. 67-74.

CALDWELL, Lynton Keith. 1990 [1984]. *International Environmental Policy: emergence and Dimensions*. Durham and London: Duke University Press (2nd ed. revised and updated).

CAMURÇA, Cláudia. 1996. *Parques Nacionais: Brasil*. São Paulo: Empresa das Artes; Brasília: IBAMA.

CAPOBIANCO, João Paulo. 1996. “Algumas Questões Relacionadas às Unidades de Conservação na Amazônia Legal Brasileira”. Em Adriana Ramos e João Paulo Capobianco (orgs.), *op.cit*. pp. 17-27.

CARNEIRO F^{o}, Arnaldo. 1996. “Les principaux produits extractivistes et leurs zones de production”. Em Laure Emperaire (ed.), *op. cit*. pp. 85-91.

CARRASCO, Juan Pablo. 1978. El Tratado de Cooperación Amazónica. *Nueva Sociedad*, 37: 19-25.

CARRASCO, Morita e Beatriz Galinsky. 1998. *Sin Lamentos. Interferencia antropologica com bordes éticos*. Trabalho apresentado nas Segundas Jornadas de Etnografia e Métodos Qualitativos, IDES, Buenos Aires, 03 a 06 de junho.

CARRUTHERS, Jane. 1989. Creating a National Park, 1910 to 1926. *Journal of Southern African Studies, 15* (2): 188-216.

CARRUTHERS, Jane. 1994. Dissecting the Myth: Paul Kruger and the Kruger National Park. *Journal of Southern African Studies, 20* (3): 263-283.

CARVALHO, José Cândido de Melo. 1969. Parques Nacionais e Parques Indígenas. *Boletim da FBCN*, v. *4*: 8-10.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. 1998. *O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan e IUPERJ.

CASES, Olatz. 1993. *Plano de Ação Emergencial da Estação Ecológica de Anavilhanas*. Brasília: IBAMA/DIREC/DEUC/DIGER.

_____. 1995. *Documento de Informações Básicas sobre as Principais Correntes Filosóficas e Conceituais de Conservação das Áreas Protegidas com ênfase para América Latina*. Brasília: IBAMA/PNMA-GTZ, mimeo.

_____. s/d. *Elementos Participativos en la Elaboración de Planes de Manejo de las Unidades de Conservación de Uso Indirecto de Brasil*. Brasília: mimeo.

CASTELLS, Manuel. 1983. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CAVALHEIRO, Felisberto e outros. 1986. *Programa de Gerenciamento das Unidades de Conservação*. Brasília: SEMC/SEC, mimeo.

CEMAA-TCA. 1997. *Informe Final de Actividades*. Programa CEMAA-6: Proyecto "Programa Regional de Planificación y Manejo de Areas Protegidas de la Region Amazonica" UE-TCA. Santafé de Bogotá, Colombia: mimeo.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. 1996. *Relatório Técnico de Monitoramento do Componente de Desenvolvimento Comunitário do Parque Nacional do Jaú*. Campinas, SP: mimeo.

CHIAVENATO, Júlio José. 1984. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense (Col. "Tudo é História").

CHITTENDEN, Hiram Martin. 1964. *The Yellowstone National Park*. Norman: University of Oklahoma Press.

CLAD, James. 1984. Conservation and Indigenous Peoples: A study of convergent interests. *Cultural Survival Quarterly*, *8* (4): 68-73.

CLAY, Jason. 1985. Parks and People. *Cultural Survival Quarterly*, *9* (1): 2-7.

CLEARY, David. 2001. Visão heróica distorceu análise dos fatos (entrevista). *O Estado de São Paulo*, 21 de janeiro de 2001.

COELHO, Joaquim Leovelgildo de Souza. 1987 [1861]. Relatório sobre o estado das povoações do rio Negro. *Boletim de Pesquisa do CEDEAM*, v. 6, n. 11, pp. 80-107.

COLBY, Gerard e Charlotte Dennett. 1998. *Seja Feita a Vossa Vontade. A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo*. Rio de Janeiro: Record.

COLLIER, Peter e David Horowitz. 1976. *The Rockefellers: An American dinasty*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

COMISIÓN sobre Desarollo y Medio Ambiente en América Latina e Caribe/ONU. 1992. "Las Opciones para el Futuro de la Amazonia". Em *Amazonia sin Mitos*. Washington: Banco Interamericano de Desarollo; PNUD. pp. 65-74.

CONKLIN, Beth A. e Laura R. Graham. 1995. The shifting middle ground: Amazonian Indians and eco-politics. *American Anthropologist*, *97* (4): 695-710.

CORNELL, S. e M. C. Gill-Swedberg. 1995. Sociocultural Factors in Institutional Efficacity: Economic development in three American Indian cases. Chicago: University of Chicago Press. [Referência Incompleta]

COSGROVE, Denis E. 1984. *Social Formation and Symbolic Landscape*. London: Croom Helm.

COSGROVE, Denis E. e Stephen Daniels. 1988. *The Iconography of Landscape: Essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge: Cambridge University Press.

COSTA, Lourenço Pereira da. 1983a [1762]. Memória sobre o Governo do Rio Negro (comentário e transcrição paleográfica pelo Prof. João Renôr Ferreira de Carvalho). *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*, v. 2, nº 2, pp. 38-51.

COSTA, Lourenço Pereira da. 1983b [1762-3]. Documentos inéditos de Lourenço Pereira da Costa, Provedor da Fazenda Real e Intendente do Comércio, Agricultura e Manufatura da Capitania de São José do Rio Negro (1760-1767) (seleção, leitura e apresentação de Geraldo Sá Peixoto Pinheiro). *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*, v. 2, nº 3, pp. 58-80.

COSTA, Wanderley Messias da. 1988. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP.

COSTA, Wanderley Messias da. 1992. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: HUCITEC; EdUSP.

COSTA, Wanderley Messias da. 1996. *Geografia Política. Teorias sobre o território e o poder e a sua aplicação à realidade contemporânea*. Anotações do Curso. São Paulo, FFLCH/ USP.

CRONON, William. 1996. "The trouble with wilderness; or, getting back to the wrong nature". Em W. Cronon (ed.), *Uncommon Ground: Toward reinventing nature*. New York: W. W. Norton. pp. 69-90.

DASSMAN, Raymond. 1988. "National Parks, Nature Conservation and 'Future Primitive'". Em John Bodley (ed.), *Tribal Peoples and Development Issues*. Mountain View, CA: Mayfield Publishing Co. pp. 301-310.

DAVIS, Shelton. 1977. *The Victims of the Miracle: Development and the Indians of Brazil*. Cambridge: Cambridge University Pres.

DEAN, Warren. 1996. *With Broadax and Firebrand: The destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. Berkeley: University of California Press.

DI PAOLO, Pasquale. 1985. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. Belém: Conselho Estadual de Cultura.

DIAS, Bráulio F. S. 1994. *O papel das unidades de conservação face à convenção sobre diversidade biológica e à Constituição Federal de 1988: uma análise conceitual hierarquizada*. Brasília: Mimeo.

DIEGUES, Antônio Carlos. 1996. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC.

DOUROJEANNI, Marc. 1997. Areas Protegidas: Problemas antiguos e nuevos, nuevos rumbos. *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. vol. 1. Curitiba: IAP, UNILIVRE, FBPN e Rede Pró-Unidades de Conservação. pp. 69-102.

DRUMMOND, José Augusto. 1988. O Jardim dentro da Máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. *Estudos Históricos, 1* (2): 276-298.

DRUMMOND, José Augusto. 1990. "Nota do Tradutor". Em Frederick Turner, *O Espírito Ocidental contra a Natureza: mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus. p. v.

DRUMMOND, José Augusto. 1997a. "A Visão Conservacionista (1920 a 1970)". Em Enrique Svirsky e João Paulo Capobianco (orgs.), *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. pp. 19- 26.

DRUMMOND, José Augusto. 1997b. *Devastação e Preservação Ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF.

DUMONT, Louis. 1983. *Essais sur L'Individualisme: une perspective anthropologique sur l'ideologie moderne*. Paris: Editions du Seuil.

DURIGAN, Carlos C. 1998. *Biologia e extrativismo do cipó-titica (Heteropsis spp. - Araceae). Estudo para avaliação dos impactos da coleta sobre a vegetação de terra firme do Parque Nacional do Jaú*. Dissertação de Mestrado, INPA, Manaus, 53 pp.

ECO, Umberto. 1983. *Como se faz uma Tese*. São Paulo: Perspectiva.

EMPERAIRE, Laure (ed.). 1996. *La forêt en jeu: L'extractvisme en Amazonie centrale*. Paris: ORSTOM/UNESCO (Collection latitudes 23).

ESCOBAR, Arturo. 1991. Anthropology and the Development Encounter. *American Ethnologist, 18* (4): 658-682.

FAO/RBF. 1978. *Programa Cooperativo FAO/Rockefeller en el Manejo de Areas Silvestres en America Latina: Resultados y Recomendaciones del Proyecto*. Roma: FAO.

FARIA, Raimunda de Souza. 1998. *A pesca do acará-disco Symphsodon discus no médio rio Negro*. Barcelos: Painel.

FATHEUER, Thomas W. 1994. *Novos caminhos para a Amazônia? O Programa Piloto do G-7: Amazônia no contexto internacional*. Rio de Janeiro: FASE/SACTES (Série: 'Cadernos de Proposta'; n. 2).

FAULHABER, Priscilla. 1989. *Terra Devastada: agricultura e extrativismo no 'fim do Brasil'*. Trabalho apresentado no Encontro Nacional dos Grupos Temáticos do PIPSA. Belém, PA, de 13 a 16 de junho.

FAULHABER, Priscilla. 1996. *Identificación de Poblaciones, Indianidad y Ambientalismo: Las redes sociales en Tefé*. Manuscrito inédito.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. 1983 [1885-88]. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Goeldi; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 1975. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1ª ed. (14ª impressão).

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). 1957. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XIV (Amazonas, Pará e Territórios). Rio de Janeiro: IBGE.

FERRIS, Elizabeth G. 1981. The Andean Pact and the Amazon Treaty: reflections of changing Latin American relations. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs, 23* (2): 147-175.

FISHER, William H. 1996. "Native Amazonians and the Making of the Amazon Wilderness: From discourse of riches and sloth to underdevelopment". Em Melanie DuPuis e Peter Vandergeest (eds.), *Creating the Countryside: The politics of rural and environmental discourse*. Philadelphia: Temple University Press. pp. 166-203.

FONSECA, Gustavo A. B. da; Anthony Rylands e Luiz Paulo Pinto. 1998. *Grupos de Trabalho Temático. Contribuição para a estratégia de conservação in situ no Brasil – Documento base*. Brasília: mimeo. (MMA/PRONABIO)

FORESTA, Ronald. 1984. *America's National Parks and their Keepers*. Washington, D.C.: Resources for the Future.

FORESTA, Ronald. 1991. *Amazon Conservation in the Age of Development: The limits of providence*. Gainesville: University of Florida Press.

FOSBERG, Bruce, José Gerley Diaz Castro, Eduardo Cargnin-Ferreira e Ake Rosenqvist. Manuscrito inédito. *The Structure and Function of the Negro River Ecosystem: Insights from the Jaú project*. Manaus.

FOSBERG, Bruce. 1994. *Primeiro Relatório Semestral do Subprojeto Limnologia e Ecologia Aquática do Projeto Jaú*. Manaus: mimeo.

FRANCO, Mariana Pantoja. 1993. *Perícia Antropológica sobre o Parque Nacional da Serra do Divisor (rios Juruá-Mirim, Ouro Preto e Juruá)*. Rio de Janeiro: mimeo.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. 1987. *Saudades do Brasil ou as lutas pela criação do Parque Indígena do Xingu*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social apresentada ao PPGAS-Museu Nacional/UFRJ.

FREITAS, Joberto Veloso de, A. C. Hummel e U. S. da Cunha. 1996. Caracterização da Indústria Madeireira do Município de Novo Airão-Amazonas com Vistas ao Uso Sustentável dos Recursos. *Forest'96 - 4º Simpósio Internacional sobre Ecossistemas Florestais*, Belo Horizonte. pp. 28-30.

FVA. 1991. *Rio Negro Basin Program*. Manaus: FVA, mimeo.

FVA. 1993. *Programa Rio Negro: Plano de Trabalho 93/94 para o Parque Nacional do Jaú. Uma proposta para o World Wildlife Fund (WWF)*. Manaus: FVA, mimeo.

FVA. 1994. *Os Moradores do Parque Nacional do Jaú: censo e levantamento sócio-econômico*. Manaus: mimeo.

FVA. 1995 (novembro). *Reunião sobre o Plano de Manejo do PNJ - FVA*. Manaus: mimeo. (Relatório) 11 p.

FVA. 1996 (novembro). *Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú - Versão Preliminar*. Manaus: mimeo.

FVA. 1998. *A Gênese de um Plano de Manejo: o caso do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: FVA/Fundação Ford, 1998.

GALVÃO, Eduardo. 1979. "Mudança cultural na região do rio Negro" [1954]; "Aculturação indígena no rio Negro" [1959]; "Encontro de sociedades tribal e nacional no rio Negro, Amazonas" [1964]; e "Índios e brancos na Amazônia brasileira" [1970]. Em *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

GARCIA, F. 1986. E as reservas florestais, que fim levaram?. *Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, 17* (1): 47-53.

GEERTZ, Clifford. 1963a. *Agricultural Involution: The process of ecological change in Indonesia*. Berkeley: University of California Press (Association of Asian Studies).

GEERTZ, Clifford. 1963b. *Peddlers and Princes: Social change and economic modernization in two Indonesian towns.* Chicago: University of Chicago Press.

GEERTZ, Clifford. 1966. "A Transição para a Humanidade". Em Sol Tax (org.), *Panorama da Antropologia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. pp. 31-43.

GEERTZ, Clifford. 1978a. "O Impacto do Conceito de Cultura sobre o Conceito de Homem". Em *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 45-66.

GEERTZ, Clifford. 1978b. "A Ideologia como Sistema Cultural". *op.cit*. pp. 163-205.

GIANINI, Carlos Eduardo de Carvalho. 1995. *Rotina de Trabalho para a Fiscalização do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: IBAMA e FVA, mimeo.

GÓMEZ-POMPA, A., C. Vázquez-Yanes e S. Guevara. 1972. The Tropical Rain Forest: A non-renewable resource. *Science, 177*: 762-765.

GÓMEZ-POMPA, Arturo e Andrea Kaus. 1992. "Taming the Wilderness Myth". *Bioscience, 42* (4): 271-9.

GOULDING, Michael, M. Leal Carvalho e Efrem G. Ferreira. 1988. *Rio Negro, Rich Life in Poor Water: Amazonian diversity and foodchain ecology as seen through fish communities*. The Hague: SPB Academic Publishing.

GOVERNO do Estado do Amazonas. 1969. *Reflexos da Zona Franca de Manaus no Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas: análise e sugestões*. Manaus.

GRAY, Andrew. 1992. Entre la Integridad Cultural y la Asimilación: Conservación de la Biodiversidad y su Impacto sobre los Pueblos Indígenas. *IWGIA Documento 14*, Copenhague.

GROVE, Richard. 1995. *Green Imperialism: Colonial expansion, tropical islands edens and the origins of Environmentalism, 1600-1800*. Cambridge: Cambridge University Press.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. 1998. *Coleções e Expedições Vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: HUCITEC; ANPOCS.

GUIMARÃES, Roberto P. 1988. Ecologia e Política na Formação Social Brasileira. *Dados, 31* (2): 243-277.

GUIMARÃES, Roberto P. 1991a. Bureaucracy and Ecopolitics in The Third World: Environmental Policy Formation in Brazil. *International Sociology, 6* (1): 73-96.

GUIMARÃES, Roberto P. 1991b. *The Ecopolitics of Development in the Third World: Politics and Environment in Brazil*. Boulder, CO: Lynn Rienner.

GUPTA, Akhil e James Ferguson. 1997. *Anthropological Locations: Boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press, 1997.

GURJÃO, Hilário Maximiano Antunes. 1987. Descrição da Viagem feita desde a Cidade da Barra do Rio Negro, pelo rio do mesmo nome, até a Serra do Cucuí, indo em Comissão como Engenheiro, por ordem do Exmº Snr. Conselheiro Herculano Ferreira Pena, Presidente da Provincia, no anno de 1854, pelo Major de Artilheria e Bacharel em Mathematicas Hilário Maximiano Antunes Gurjão. *Boletim de Pesquisa do CEDEAM*, v. 6, n. 11, pp. 64-75.

HAFFER, Jurgen. 1969. Speciation in Amazonian Forest Birds. *Science, 165*: 131-137.

HECKENBERGER, Michael J. 1997. *Relatório dos Estudos Arqueológicos na Área do Parque Nacional do Jaú (PNJ): levantamento preliminar (12-16/9/96)*. (Versão Preliminar).

HOBEN, Allan. 1982. Anthropologists and Development. *Annual Review of Anthropology, 11*: 349-375.

HOORNAERT, Eduardo (org.). 1992. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

HUIZER, Gerrit. 1993. Development Anthropology in Global Perspective. *Zeitschrift der Arbeitsgemeinschaft Entwicklungsethnologie* e. V., Heft 1, 2. Jg., pp. 66-82.

HUMMEL, Antônio Carlos e George Rebelo. 1997. *Jaú – Madeira* (Versão 0.0). Manaus: mimeo.

HURRELL, Andrew. 1992. "Brazil and the international politics of Amazonian deforestation". Em A. Hurrell e B. Kinsgbury (eds.), *The International Politics of the Environment: Actors, interests and institutions*. Oxford: Clarendon Press. pp. 398-429.

HUTH, Hans. 1948. Yosemite: The story of an idea. *Sierra Club Bulletin, 33*(3): 47-78.

HUXLEY, Julian Sorell. 1961. *La Protection de la Grande Fauna et des Habitats Naturels en Afrique Centrale et Orientale: Rapport sur une mission accomplie pour l'UNESCO*. Paris: UNESCO.

IBAMA. 1996. *Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto*. Versão 3.0 (agosto de 1996). Brasília: IBAMA e GTZ.

IBAMA. 1998. *Plano de Manejo da Estação Ecológica de Anavilhanas*. Versão 3.5. Brasília: MMA/IBAMA.

IBAMA e FVA. 1998. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú*. Versão 4.0. Brasília: MMA/IBAMA.

IBDF. 1969. *Parques Nacionais e Reservas Equivalentes no Brasil: relatório com vistas a uma revisão da política nacional nesse campo*. Rio de Janeiro: IBDF.

IBDF. 1974. *Documento Informativo do PRODEPEF*. Brasília: IBDF. 211p.

IBDF. 1975. Documento Informativo sobre a Amazônia. Apresentado à Câmara dos Deputados por Ocasião do "Simpósio Nacional da Amazônia".

IBDF. 1981. *Plano de Manejo: Parque Nacional da Tijuca*. Brasília: IBDF.

IBDF. PRODEPEF. 1973. Relatório das Atividades do "Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal" (PNUD/FAO/IBDF/BRA-45) Apresentado à Missão Especial de Revisão do Projeto. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/IBDF, outubro de 1973. 255p.

IBDF. PRODEPEF. 1976. Informações Gerais. *Série Divulgação*, nº 5. Brasília: IBDF. 14p.

IBDF e FBCN. 1979. *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil*. Brasília: IBDF.

_____. 1982. *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. II Etapa*. Brasília: IBDF.

IBGE. 1981 [1944]. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú* Rio de Janeiro: IBGE.

IHERING, Hermann von. 1911. Devastação e conservação das mattas. *Revista do Museu Paulista, VIII*: 485-500.

IMBIRIBA, Maria de Nazaré Oliveira e José Augusto F. Affonso. 1985. "A Importância da Análise Histórica no Processo de Cooperação: o caso amazônico". *Revista Brasileira de Política Internacional, 28* (109-10): 105-119.

INGOLD, Tim. 1992. "Culture and the Perception of Environment". Em E. Croll e D. Parkin (eds.), *Bush Base, Forest Farm: Culture, environment and development*. London: Routledge. pp. 39-56.

_____. 1993. "Globes and Spheres: the topology of environmentalism". Em Kay Milton (ed.), *Environmentalism: The view from anthropology*. London: Routledge. pp. 31-42.

INGRAM, Gordon Brent. 1990. "The Need for Knowledge from Indigenous Communities in Planning Networks of Protected Habitat for the Cnservation of Biological Diversity: Three Island Settings". Em Darell Posey e William L. Overall (orgs.), *Ethnobiology: Implications and applications*. Proccedings of the First International Congress of Ethnobiology (Belém, 1988). Vol. 2. pp. 87-105.

ISA (Instituto Socioambiental). 2000. *Amazônia Brasileira 2000* (Mapa). São Paulo: ISA.

ISE, John. 1961. *Our National Park Policy : A critical history*. Baltimore: Johns Hopkins Press for Resources for the Future.

IUCN. 1992. *Parks, Protected Areas and the Human Future*. The Caracas Declaration. Caracas: mimeo.

IVANISSEVICH, Alicia et alli. 1991. A Ciência está Viva (Encarte sobre a 43ª Reunião Anual da SBPC, de 14 a 19/07/1991, Rio de Janeiro). *Ciência Hoje, 13* (75). 12 pp.

JARRÍN, Gen. Edgardo Mercado. 1979. Pacto Amazónico: dominacíon o integración?. *Nueva Sociedad, 37*: 5-18.

JESUS, João do Carmo Oliveira de. 1994. *A questão das populações tradicionais do Parque Nacional do Jaú. Sugestões de Ação*. Brasília: mimeo. (Curso de Especialização em Unidades de Conservação; Deptº de Engenharia Florestal/UnB).

JOBIM, Anísio. 1965. *Três Municípios Amazonenses*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas (Col. "Torquato Tapajós"; v. 2).

JORGE-PÁDUA, Maria Tereza et alii. 1978. "Plano do Sistema de Unidades de Conservação". Em IBDF/Coordenadoria de Planejamento. *Diagnóstico do Subsistema de Conservação e Preservação de Recursos Naturais Renováveis*. Brasília: IBDF. pp. 81-138.

JORGE-PÁDUA, Maria Tereza. 1993. *Preservação da Biodiversidade "in situ" no Brasil*. Palestra proferida no lançamento da edição, em língua portuguesa, da Estratégia Global da Biodiversidade, em Curitiba, abril de 1993. 4p.

KAPLAN, David e Robert A. Manners. 1975. "Ecologia cultural". Em *Teoria da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 118-135.

KEMPF, Elizabeth. 1993. "In Search of a Home. People Living in or Near Protected Areas". Em E. Kempf (ed.), *The Law of the Mother: Protecting indigenous peoples in protected areas*. San Francisco: Sierra Club Books. pp. 3-11.

KUCINSKI, Bernardo. 1978. La Amazonia y la Geopolítica del Brasil. *Nueva Sociedad, 37*: 26-30.

KUEHLS, Thom. 1996. *Beyond Sovereign Territory*. Minneapolis: University of Minnestota Press.

LACERDA, Leonardo. 1992a. *Proposta de Elaboração de Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Anavilhanas – Amazonas*. Manaus: FVA, mimeo.

LACERDA, Leonardo. 1992b. *Proposta de Elaboração de Plano de Manejo para o Parque Nacional do Jaú – Amazonas*. Manaus: FVA, mimeo.

LAFER, Celso. 1979. Política Exterior Brasileira: balanço e perspectivas. *Dados, 22*: 49-62.

LANDAU, Georges D. 1978. Tratado de Cooperación Amazónica: nuevo ensayo de integración. *Integración Latinoamericana, 3* (27): 3-10.

LANDAU, Georges D. 1980. The Treaty for Amazonian Cooperation: a bold new instrument for development. *Georgia Journal of Intenational and Comparative Law, 10* (3): 463-489.

LaRAMÉE, Pierre. 1995. Parks, people and power: The shifting terrain of environmentalism. *NACLA Report to the Americas, 28* (5): 36-41.

LATOUR, Bruno. 1994. *Nós Nunca Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: 34 Letras.

LATOUR, Bruno e Steve Woolgar. 1986 [1979]. *Laboratory Life: The construction of scientific facts*. 2nd ed. New Jersey: Princeton University Press.

LATOUR, Bruno, Cécile Schwartz e Florian Charvolin. 1998. "Crises dos Meios Ambientes: Desafios às Ciências Humanas". Em Hermete Reis de Araújo (org.), *Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade. pp. 91-125.

LE GOFF, Jacques. 1985. Documento/Monumento. *Enciclopédia Einaudi*, v. 1 (Memória/ História). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. pp. 95-106.

LEITÃO, Raimundo Sérgio de Barros. 1990. "O Programa Nossa Natureza: o controle dos recursos naturais e as propostas dos militares para o setor ambiental no Brasil". Em João Pacheco de Oliveira Filho (org.), *Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras*. Rio de Janeiro: UFRJ; PETI-Museu Nacional (Antropologia e Indigenismo; 1). pp. 109-116.

LEITE, Jurandyr C. F. e Antonio Carlos de Souza Lima. 1985. *As Fronteiras da Nação: o Serviço de Proteção aos Índios, 1910-1930*. Rio de Janeiro. Projeto de Pesquisa aprovado no Concurso FORD/ANPOCS de Dotações para Pesquisa.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. 1999. *Os Historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, Editora da UnB.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1987. *A Produção da Terra Indígena: um exercício de leitura da legislação e das normas de ação indigenista no Brasil. 1910-1963*. Rio de Janeiro: PETI/MN/UFRJ, mimeo.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1989. “A ‘identificação’ como categoria histórica”. Em J. P. Oliveira Filho (org.). *op. cit.* pp. 137-203. [Originalmente intitulado, “A Antropologia dos Relatórios de Identificação de Terras Indígenas da FUNAI: contrafação, paródia ou reflexo?”].

LIMA, Deborah de Magalhães Lima. 1996. *Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: os limites da parceria ecológica*. Comunicação apresentada no “Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação”, Brasíia, 26 a 29 de novembro.

LIMA, Edilene Coffaci de. 1993. *Perícia Antropológica sobre o Parque Nacional da Serra do Divisor (rios Môa e Azul)*. São Paulo: mimeo.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. 1998. *Pioneiros da Marcha par o Oeste: memória e identidade na fronteira do médio Araguaia*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UnB.

LITTLE, Paul E. 1999. *Political Ecology as Ethnography*. Paper presented at the Symposium “The Politics of Amazonian Political Ecology Research”, at the Annual Meeting of the Society for Applied Anthropology. Tucson, AZ, April 21 to 25.

LITTLE, Paul E. 1994a. *Disputas Territoriais na Fronteira Amazônica: um estudo etnográfico e comparativo de duas micro-regiões*. Brasília: Projeto de Tese de Doutorado FLACSO/UnB em Estudos Comparativos sobre América Latina e o Caribe, aprovado no Concurso FORD/ANPOCS de Dotações para Pesquisa.

LITTLE, Paul E. 1994b. *Gestão Social e Sustentável do Território*. Brasília: IEA, Mimeo.

LITTLE, Paul E. 1996a. *Superimposed Cosmographies, Fractal Territories: Territorial disputes on Amazonian regional frontiers*. Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Antropologia da América Latina e do Caribe, Brasília, FLACSO/UnB.

LITTLE, Paul E. 1996b. “Novos territórios na Amazônia Equatoriana: Petroleiros, colonos, ambientalistas e índios”. Em S. B. Magalhães, R. C. Britto e E. Castro (orgs.), *Energia na Amazônia. Vol. II*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. pp. 905-916.

LOBO, Andrea de Souza. 1998. *Parque Nacional de Brasília: uma tentativa de abordagem sócio-antropológica de um espaço artefactual*. Dissertação de Graduação em Antropologia Social, UnB.

LOUREIRO, Antonio José Souto. 1978. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial.

LOWENTHAL, David. 1964. Is Wilderness Paradise “Enow”? Images of nature in America. *Columbia University Forum, 7* (2): 34-40.

LUKE, Timothy W. 1995. On Environmentality: Geo-power and eco-knowledge in the discourse of modern environmentalism. *Cultural Critique, 31*: 57-81.

_____. 1999. *Generating Green Governamentality: A cultural critique of Environmental Studies as a power/knowledge formation*. Mimeo.

MacKINNON, John, Kathy MacKinnon, Graham Child e Jim Thorsell. 1990 [1986]. *Manejo de Áreas Protegidas en los Trópicos*. Gland: IUCN.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1968 [1945]. *The Dynamics of Culture Change: An inquiry into race relations in Africa*. London: Yale University Press.

MARCUS, George. 1998. *Ethnography through thick and thin*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

MATEOS, Simone Biehler. 201. Soberania poderia ter sido perdida. *O Estado de São Paulo*, 21 de janeiro de 2001.

MATOS, João Henrique de. 1979. Relatório do Estado de Decadência em que se acha o Alto Amazonas. *Revista do IHGB*, *325*: 143-180.

McNELLY, Jeffrey. 1993. "Afterword. People and Protected Areas: Partners in Prosperity". Em E. Kempf (ed.), *op. cit*. pp. 249-257.

MEDINA, Maria Elena. 1980. "Treaty for Amazonian Cooperation: General analysis". Em Françoise Barbira-Scazzocchio (ed.), *Land, People and Planning in Contemporary Amazonia*. Cambridge University, Centre of Latin American Studies Occasional Publications no 3.

MEFFE, Gary K., C. Ronald Carroll et alii. 1994. *Principles of Conservation Biology*. Sunderland, MASS.: Sinauer Associates.

MEGGERS, Betty J. 1987 [1971]. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP.

MELO, Fabiana Vaz de. 1999. *História e Natureza – Memórias do Jaú: impactos socioambientais em uma área da bacia do baixo rio Negro/AM*. Relatório Final PIBIC/ FUA/CNPq. Manaus: mimeo.

MELO, Maria do Carmo Campelo E. s/d. *Programa de Estações Ecológicas*. Brasília: SEMA

MENDONÇA, Sonia Regina de Mendonça. 1997. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC.

MENEZES, Maria Lucia Pires. 1990. *Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências, UFRJ.

MENEZES, Mário Assis. 1994. "As Reservas Extrativistas como Alternativa ao Desmatamento na Amazônia". Em Ricardo Arnt (org.), *op. cit*. pp. 49-72.

MILANO, Miguel Sereduik, Ângela Tresinari e Lourdes Ferreira. 1993. *Possibilidades Alternativas de Manejo e Gerenciamento de Unidades de Conservação*. Brasília: PNMA-IBAMA.

MILLER, Kenton R. 1982 [1978]. *Planning National Parks for Ecodevelopment: Cases and methods from Latin America*. Ann Arbor, MI: Center for Strategic Wildland Management Studies, Yhe School of Natural Resources, University of Michigan. 3rd printing. Xi + 624pp.

MILLER, Kenton R. 1998. Evolução do conceito de áreas de proteção - oportunidades para o século XXI. *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. vol. 1. Curitiba: IAP, UNILIVRE, FBPN e Rede Pró-Unidades de Conservação. pp. 3-21.

MITCHELL, W. J. T. (ed.). 1994. *Landscape and Power*. Chicago: University of Chicago Press

MITJA, Danielle e Jean-Paul Lescure. "Du bois pour du parfum: le bois de rose doit-il disparaître?" 1996. Em Laure Emperaire, *op. cit*. pp. 93-102.

MITTERMEIER, Russell A. e Adrian B. Forsyth. 1994. "Essay 5B: Setting Priorities for Biodiversity Conservation: One organization's approach". Em Meffe e Carroll, *op. cit*. p. 125.

MMA. 1997. *Agenda Amazônia 21: bases para discussão*. Brasília: MMA, Secretaria de Coordenação da Amazônia.

MMA e PNMA. 1995. *Os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores do Desenvolvimento: subsídios ao planejamento da gestão ambiental*. Brasília: MMA.

MORAES, Antônio Carlos Robert. 1994. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: HUCITEC.

MORAN, Emilio F. 1990. *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. 1983. "Introdução". Em Alexandre Rodrigues Ferreira, *op. cit*. pp. 13-42.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. 1988. *Índios da Amazônia: de maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. 1992. "Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759". Em Eduardo Hoornaert (org.), *op. cit*. pp. 63-120.

MORELL, Virginia. 1997. The Life Machine. *Earth*, August: 42-9.

MOSELEY, John, Kyren Thelen e Kenton Miller. 1976. *National Parks Planning: A manual with annotated examples*. Rome: FAO (FAO Forestry Paper; 6).

MRE (Ministério das Relações Exteriores). 1978. *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília: MRE.

MUNN, Nancy D. 1977. The Spatiotemporal Transformations of Gawa Canoes. *Journal de la Societé des Océanistes*, Tome *33* (54-5): 39-53.

MYERS, Norman. 1979. *The Sinking Ark*. Oxford: Pergamon Press

NASH, Roderick Frazier. 1970. The American Invention of National Park. *American Quarterly, XXII* (3): 726-735.

NASH, Roderick Frazier. 1982 [1967]. *Wilderness and the American Mind*. 3rd ed. New Haven: Yale University Press.

NASH, Roderick Frazier. 1984. "The Roosts of American Environmentalism". Em J. R. Stilgoe et alii, *Perceptions of the Landscape and its Preservation*. Indianapolis: Indiana Historial Society. pp. 28-50.

NASH, Roderick Frazier. 1989. *The Rights of Nature: A history of environmental ethics*. WisconsEm The University of Wisconsin Press.

NAUGHTON-TREVES, Lisa e Steven Sanderson. 1995. Property, Politics and Wildlife Conservation. *World Development, 23* (8): 1265-1273.

NELSON, Bruce W., Carlos A. C. Ferreira; Marlene F. da Silva; e Maria L. Kawasaki. 1990. Endemism centres, refugia and botanical collection density in Brazilian Amazon. *Nature, 345*: 714-716.

NEUMANN, Roderick. 1998. *Imposing Wilderness: Struggles over livelihood and nature preservation in Africa*. Berkeley: University of California Press.

NICÁCIO, Ricaro Manoel. 1982. *O impacto da Zona Franca sobre a qualidade de vida em Manaus*. Brasília: ESAF (Col. Teses de Mestrado, 8).

NITSCH, Manfred. 1994. "Riscos do planejamento regional na Amazônia brasileira: observações relativas à lógica complexa do zoneamento." Em M. A. D'Incao e I. M. da Silveira (orgs.), *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. pp. 501-512.

NOGUEIRA NETO, Paulo. 1975 [circa]. *Um Programa para o Estabelecimento de Estações Ecológicas*. Brasília: SEMA.

NOGUEIRA NETO, Paulo. 1991. *Estações Ecológicas: uma saga de ecologia e política ambiental*. São Paulo: Empresa das Artes.

NOGUEIRA NETO, Paulo e José Cândido de Melo Carvalho. 1979. "A Programme of Ecological Stations for Brazil". *Environmental Conservation, 6* (2): 95-104.

NORONHA, José Monteiro de. 1862 [1768?]. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias portuguesas em os rio Amazonas e Negro ilustrado com algumas notícias, que podem interessar à curiosidade dos navegantes e dar mais claro conhecimento das duas capitanias do Pará e de S. José do Rio Negro*. Pará: Typographia Santos e Irmãos.

ODUM, Eugene P. 1969. The Strategy of Ecosystem Development. *Science, 164* (April, 18): 262-270.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1979. O Caboclo e o Brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira, 11*: 101-140.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1983. Terras Indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica. *Boletim do Museu Nacional*, Antropologia, N.S., n. *44*, Rio de Janeiro, out.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1988. *"O Nosso Governo": Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). 1989. Os Poderes e as Terras dos Índios. *Comunicações do PPGAS*, n. *14*, Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de e Alfredo Wagner Berno de Almeida. 1989. "Demarcação e Reafirmação Étnica: um ensaio sobre a FUNAI". Em J. P. Oliveira Filho (org.), *op. cit*. pp. 13-75.

OLIVEIRA, Regina (org.). 1995. *Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional do Jaú*. Brasília, DF: MMA/IBAMA. 85 p.

OLIVEIRA, Regina e Edgar Cabezas. 1995. *Proposta de Desenvolvimento Sustentável Justo e Equitativo para os Moradores do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: mimeo.

OLIVEIRA, Regina e Elza Suely Anderson. 1996 (março). *Gênero, Participação Comunitária e Conservação: o exemplo do Jaú, o maior parque nacional do Brasil*. Manaus: mimeo. [Republicado em junho de 1999 como *Gender, Conservation and Community Participation: The case of the Jaú National Park, Brazil*. MERGE Case Study nº 2. Gainsville, FL: University of Florida]

OREN, David C. e Haroldo Guerreiro Albuquerque. 1991. Priority Areas for New Avian Collections in Brazilian Amazonia. *Goeldiana Zoologia*, nº *6*.

PÁDUA, Cláudio Valladares. 1997. "Avaliação Ecológica Rápida". Palestra proferida no *Workshop Gestão Ambiental em Áreas Indígenas: alternativas de metodologias de levantamento e avaliação*, promovido pela Secretaria Técnica do PPTAL-PP/G7 e ISPN. Brasília, 4 de novembro.

PÁDUA, José Augusto. 1987. "Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil". Em J. A. Pádua (org.), *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ. pp. 11-62.

PÁDUA, José Augusto. 1997a. *A Degradação do Berço Esplêndido: Um estudo sobre a tradição original da ecologia política brasileira - 1786/1888*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

PÁDUA, José Augusto. 1997b. "Natureza e Projeto Nacional: Nascimento do ambientalismo no Brasil". Em Enrique Svirsky e João Paulo Capobianco (orgs.), *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. pp. 13-18.

PÁDUA, José Augusto. 1999. Aniquilando as Naturais Produções: crítica iluminista, crise colonial e as origens do ambientalismo político no Brasil (1786-1810). *Dados, 42* (3):

PAIXÃO, Iêda Lúcia Sousa Carneiro da Paixão e outros. 1984. *Estação Ecológica de Anavilhanas*. Brasília: SEMA/SEC/CEE.

PERROT, Dominique. 1991. Les empêcheurs de développer en rond. *Ethnies, 13*: 4-11.

PETI/CEDI. 1990. "Nota Metodológica". Em *Terras Indígenas no Brasil*. São Paulo: CEDI (2ª edição, revista e atualizada). pp. 16-21.

PIETILÄ, Hilkka. 1990. Environment and Sustainable Development. *IFDA Dossier, 77*: 61-70.

PINCH, Trevor e Wiebe E. Bijker. 1989. "The Social Construction of Facts and Artifacts: Or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other". Em T. P. Hughes, T. F. Pinch e W. E. Bijker (eds.), *The Social Construction of Technological Systems: New directions in the sociology and history of technology*. Cambridge, MASS: MIT Press. pp. 17-50.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. 1993-94. Cabanagem: imagens e representações de uma revolta popular. *Amazônia em Cadernos, 2-3*: 182-183.

PINTO, A. M., R. P. Miller e A. Castro e Silva. 1992. Caracterização do Uso da Madeira pela Indústria Naval de Novo Airão-Amazonas. *Anais do 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas: conservação da biodiversidade*. São Paulo: Instituto Florestal. pp. 470-476

PINTO, Ernesto Renan Freitas. 1992. Zona Franca de Manaus e o Desenvolvimento Regional. *São Paulo em Perspectiva, 6* (1-2): 127-133.

PINTO, Lúcio Flávio. 2001. Cartas mudam história do Império Brasileiro. *O Estado de São Paulo*, 21 de janeiro de 2001.

PIRES, J. M. e Gillean T. Prance. 1985. "The Vegetation Types of the Brazilian Amazon". Em G. T. Prance e Thomas Lovejoy (orgs.), *Key Environmentes: Amazonia*. Oxford: Pergamon Press. pp. 109-145.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. 2000. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Editora Valer.

PORRO, Antônio. 1992. "Os Povos Indígenas da Amazônia à Chegada dos Europeus". Em Eduardo Hoornaert (org.), *op. cit*. pp. 11-48.

POSEY, Darrell, John Frechione, John Eddins, Luiz Francelino Silva, Debbie Myers, Diane Case e Peter Macbeath. 1984. Ethnoecology as Applied Anthropology in Amazonian Development. *Human Organization, 43* (2): 95-107.

POSEY, Darrell. 1987. "Manejo da Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó)". Em Berta Ribeiro (org.) *Suma Etnológica Brasileira*, vol. 1, B. Petrópolis: Vozes. pp. 173-184.

PRANCE, Gillean T. 1973. Phytogeographic support for the theory of Pleistocene forest refuges in the Amazon basin, based on evidence from distribution patterns in Caryocaraceae, Chrysobalanaceae, Dichapetalaceae and Lecythidacecae. *Acta Amazonica, 3* (3): 5-28.

PRANCE, Gillean T. 1977. "The phytogeographic subdivisions of Amazonia and their influence on the selection of biological reserves". Em G. T. Prance e T. S. Elias (eds.), *Extinction is Forever*. New York: New York Botanical Garden. pp. 195.

RAFFESTIN, Claude. 1986. "Ecogénèse Territoriale et Territorialité". Em F. Auriac e K. Brunet (org.), *Espace, Jeux et Enjeux*. Sl.: Fondation Diderot/Fayard. pp. 173-185.

RAFFESTIN, Claude. 1993. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Brasiliense.

RAIOL, Domingos Antônio (Barão de Guajará). 1979. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará, desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: UFPA. 3 v.

RAPPAPORT, Roy A. 1987. *Cerdos para los antepasados: El ritual en la ecología de um pueblo en Nueva Guinea*. Madrid: Siglo XXI.

REBELO, George Henrique. 1993. *Os Moradores do Parque Nacional do Jaú*. 1ª Versão. Manaus: FVA, mimeo.

REBELO, George Henrique, Regina Oliveira e Marcos Maida. 1995 (agosto). *I Reunião do Parque Nacional do Jaú sobre Manejo e Conservação de Bichos de Casco (Quelônios) - 15 a 16 de julho de 1995*. Manaus: mimeo. 6 p.

REBOUÇAS, André. 1898. Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba – Notas e Considerações Gearaes pelo engenheiro André Rebouças. *Revista Trimensal do IHGB, 61* (1): 65-87.

REDCLIFT, Michael. 1993. *In Our Own Image: Environment and Science in Global Discourse*. Paper presented at the Plenary Session of the XIII ICAES, Mexico City, July 29 - August 5.

REDE Nacional Pró-Unidades de Conservação. 1997. *Carta de Princípios*. Brasília, DF.

REDFORD, Kent H. e Allyn Maclean Stearman. 1993. Forest Dwelling Native Amazonians and the Conservation of Biodiveristy: interests in common or in collision? *Conservation Biology, 7* (2): 248-255.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. 1931. *História do Amazonas*. Manaus, 1931.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. 1997 [1942]. *A Conquista Espiritual do Amazonas*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas (2ª ed revista).

REIS, Fernando Guimarães. 1992. "O Brasil e a América Latina". Em Gelson Fonseca Jr. e Sérgio Henrique Nabuco de Castro (orgs.), *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo: Fundação Alexandre Gusmão. pp. 9-42.

REIS, Gustavo Morais Rego. 1965. *Cabanagem: um episódio histórico de guerra insurrecional na Amazônia (1835-1839)*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 1992. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentável: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Série Antropologia* (Brasília: Deptº de Antropologia/UnB), *123*.

RIBEIRO, Gustavo Lins e Paul E. Little. 1996. Neo-liberal recipes, environmental cooks: The transformation of Amazonian agency. *Série Antropologia* (Brasília: Deptº de Antropologia/UnB), *213*.

RICÚPERO, Rubens. 1980. Tratado de Cooperação Amazônica. *Relações Internacionais, 3* (5): 3-7.

RICÚPERO, Rubens. 1984. O Tratado de Cooperação Amazônica. *Revista de Informação Legislativa, 21* (81-suplemento): 177-196.

ROETT, Riordan. 1975. Brazil Ascendant: International Relations and Geopolitics in the Late 20th Century. *Journal of International Affairs, 29* (2): 139-154.

ROOSEVELT, Anna. 1991. "Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia". Em Walter A. Neves (org.), *Origens, Adaptações e Diversidade Biológica do Homem Nativo da Amazônia*. Belém: MPEG/CNPq, 1991. pp. 103-141.

ROS FILHO, Luiz Carlos. 1994. *Financiamentos para o Meio Ambiente (Recursos Externos para o Setor Ambiental no Brasil)*. Brasília, DF: IEA (Série *Políticas Públicas e Meio Ambiente*).

ROSECRANCE, Richard. 1986. *The Rise of the Trading State: Commerce and Conquest in the Modern World*. New York: Basic Books.

RUNTE, Alfred. 1974a. Pragmatic Alliance: Western railroads and the national parks. *National Parks and Conservation Magazine: The Environmental Journal, 48* (April): 14-21.

RUNTE, Alfred. 1974b. Yosemite Valley Railroad: Highway of history, pathway of promise. *National Parks and Conservation Magazine: The Environmental Journal, 48* (December): 4-9.

RUNTE, Alfred. 1984a. *Trains of Discovery: Western railroads and the National Parks*. Flagstaff, AZ: Northland Pres.

RUNTE, Alfred. 1984b. "Preservation Heritage: The origins of the Park Idea in the United States". Em J. R. Stilgoe et alii, *Perceptions of the Landscape and its Preservation*. Indianapolis: Indiana Historial Society. pp. 52-75.

RUNTE, Alfred. 1993. *Yosemite: The embattled wilderness*. University of Nebraska Press.

RUNTE, Alfred. 1997 [1979]. *National Parks: The American experience*. 3rd ed. Lincoln: University of Nebraska Press.

RYLANDS, Anthony. 1991. *The Status of Conservation Units in the Brazilian Amazon*. Washington, D. C.: WWF Publications.

SÁ, Sergio Pedreira Pereira de. 2000. *Estudo da Confiabilidade do Método Original de Coleta de Dados sobre o Uso dos Recursos Naturais por Populações Tradicionais do Parque Nacional do Jaú, Amazonas*. Dissertação de Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais, Programa de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais INPA/FUA. Manaus.

SAHLINS, Marshall. 1993. Goodbye to Tristes Tropes: Ethnography in the context of modern world history. *Journal of Modern History, 65* (1): 1-25.

SAMPAIO, A. J. 1926. O Problema Florestal do Brasil, em 1926. Relatório succinto, visando a Phytotecnia e a Phytogeographia, apresentado do Congresso Internacional de Silvicultura de Roma, abril-maio 1926 (março 1926). *Archivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, 28*: 53-173.

SAMPAIO, A. J. 1933. Clubes de Amigos da Natureza nas Escolas Primárias. *Revista Nacional de Educação, 13-14*: 45-7.

SAMPAIO, A. J. 1935a. Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Relatório Geral. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro, 11* (1): 3-116.

SAMPAIO, A. J. 1935b. Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Relatório Geral. Conclusão. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro, 11* (2): 9-115.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro. 1983. Comentários do Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio sobre a "Memória Histórica" de Lourenço Pereira da Costa, primeiro Ouvidor da Capitania do Rio Negro. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*, v. 2, nº 3, pp. 42-57.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro. 1984. Continuação das "Notas" do Ouvidor Sampaio sobre a "Memória Histórica da Capitania do Rio Negro". *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*, v. 3, nº 4, pp. 44-58.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro. 1985 [1825]. Diário da Viagem que em visita e correição das povoações da capitania de São José do rio Negro fez o ouvidor e intendente da mesma nos anos de 1774 e 1775; e Apêndice ao Diário da Viagem. Em *As Viagens do Ouvidor Sampaio, 1774*-1775. Manaus: Fundo Editorial da Associação Comercial do Amazonas (Col. Hiléia Amazônica; 4).

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. 1997. *Os Fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. 1997. *Relatório do II Encontro de Representantes dos Moradores do Parque Nacional do Jaú e artesãos de Novo Airão*. Manaus: FVA, mimeo.

SAWYER, Donald. 1997. “Meio Ambiente e Terras Indígenas”. Palestra proferida no *Workshop Gestão Ambiental em Áreas Indígenas: Alternativas de Metodologias de Levantamento e Avaliação*, promovido pela Secretaria Técnica do PPTAL-PP/G7 e ISPN. Brasília, 4 de novembro.

SCHUBART, Otto et alli. 1977. *Relatório de Excursão ao Rio Jaú com Vistas a Instalação de uma Reserva Natural*. Manaus: INPA, mimeo.

SCHWARTZMAN, Simon. 1994. Os Dinossauros de Roraima (ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour). *Novos Estudos/CEBRAP, 39*: 172-179.

SCHWARTZMAN, Stephen e Márcio Santilli. A sair. Indigenous Reserves and Land Use Change in the Brazilian Amazon. *Conservation Biology*.

SEBRAE/AM. 1996. *Diagnóstico Sócio-Econômico e Cadastro Empresarial de Barcelos.* Manaus: SEBRAE/AM, Programa Informação (‘Estudos Municipais’, 26).

SEBRAE/AM. 1997. *Diagnóstico Sócio-Econômico e Cadastro Empresarial de Novo Airão.* Manaus: SEBRAE/AM, Programa Estudos e Pesquisas (‘Estudos Municipais’, 32).

SEGAWA, Hugo M. 1996. *Ao Amor do Público: jardins no Brasil*. São Paulo: FAPESP e Studio Nobel.

SELLARS, Richard West. 1997. *Preserving Nature in the National Parks: A history*. Yale University Press.

SELLARS, Richard West et alii. 1983. The National Parks: A forum on the “worthless lands” thesis. *Journal of Forest History,* 27: 130-145.

SEMA. 1975. *Relatório Analítico*. Brasília: SEMA, mimeo.

SEMA. 1984. *Estação Ecológica de Anavilhanas*. Brasília: SEMA, mimeo.

SERRANO, Célia M. T. 1993. *A Invenção do Itatiaia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH/UNICAMP.

SERRES, Michel. 1994. *O Contrato Natural*. Lisboa: Instituto Piaget (Col. ‘Epistemologia e Sociedade, 22).

SHEPARD JR. Glenn e Klaus Rummenhoeller. 2000. *Paraíso para quem? Populações indígenas e o Parque Nacional do Manu (Peru)*. Trabalho apresentado no Fórum de Pesquisa nº 3: “Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação”; XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, 19 a 23 de julho.

SILVA, Marilene Corrêa da. 1994. *Os Processos de Globalização na Amazônia*. Trabalho apresentado no GT “Sociologia da Cultura Brasileira”, no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG.

SILVA, Marlene Freitas da et alii. 1977. *Nomes Vulgares de Plantas Amazônicas*. Manaus: INPA.

SIMÕES, M. 1974. Contribuição à arqueologia dos arredores do baixo rio Negro. *Programa Nacional de Pesquisa Arqueológicas 5* (resultados preliminares do quinto ano 1969-70): 165-200. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 26.

SIMÕES, M. e A. Kalkmann. 1987. Pesquisas Arqueológicas do Médio Rio Negro (Amazonas). *Revista de Arqueologia, 4* (1): 83-116.

SIOLI, Harald. 1967. Studies in Amazonian waters. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica (Limnologia)*: 39-50.

SIOLI, Harald. 1991. *Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicias*. Petrópolis: Vozes.

SIZER, Nigel e Beatriz Carvalho. 1990. *Levantamento Sócio-Econômico do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, mimeo.

SMITH, Richard Chase. 1983. "A Search for Unity Within Diversity: Peasant unions, ethnic federations, and indianist movements in the Andean Republics". Em Theodore MacDonald Jr. (ed.), *Native Peoples and Economic Development: Six case studies from Latin America*. Cambridge: Cultural Survival. pp. 5-38.

SOBREVILLA, Cláudia e Patricia Bath. 1992. *Evaluación Ecológica Rápida: Um manual para usuários de America Latina y el Caribe*. Ed. preliminar. Programa de Ciências para América Latina, The Nature Conservancy.

SOULÉ, Michael. 1991. Conservation: Tactics for a constant crisis. *Science*, v. 253, n. 5021: 744-750.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. 1993. *Espaços Ambientais Protegidos e Unidades de Conservação*. Curitiba: Editora Universitária Champagnat (Col. Ponto de Partida; 1).

SOUZA, André Fernandes. 1848. Notícias Geográficas da Capitania do rio Negro no Grande rio Amazonas exortadas com várias notícias históricas do país, do seu governo civil e político, e de outras cousas dignas de atenção: dedicadas ao Imperador do Brasil o Senhor D. Pedro I pelo cônego André Fernandes Souza. *Rev. do IHGB, 10* (4º trimestre): 411-504.

SOUZA, Márcio e José de Paula Machado. 1998. *Parque Nacional do Jaú: o médio rio Negro*. Rio de Janeiro: Agir.

SPENCE, Mark David. 1999. *Dispossessing the Wilderness: Indian removal and the making of the national parks*. New York: Oxford University Press.

SPENCE, Mark David. 1996. Dispossesing the Wilderness: Yosemite Indians and the national park ideal, 1864-1930. *Pacific Historical Review, 65* (1): 27-59.

SPIX, Johann Baptist von. 1981 [1828]. "Relação da Viagem do Dr. Spix pelo Rio Negro, desde a Barra do Rio Negro até Barcelos, e regresso ao ponto de partida". Em Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philip von Martius, *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. 3. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP (Col. Reconquista do Brasil, N.S.; 48). pp. 261-270.

STAVENHAGEN, Rodolfo. 1985. Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico/84* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro): 11-44.

SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). 1994a. *Zona Franca de Manaus: Legislação Federal*. Manaus (3ª ed. atualizada).

SUFRAMA. 1994b. *Zona Franca de Manaus: Legislação Estadual e Municipal*. Manaus (3ª ed. atualizada).

SUFRAMA. 1994c. *Zona Franca de Manaus: Incentivos Fiscais da SUDAM*. Manaus (3ª ed. atualizada).

SWEET, David Graham. 1974. *A Rich Realm of Nature Destroyed: The middle Amazon valley, 1640-1750*. Ph.D. Thesis in Modern History, The University of Wisconsin. Ann Arbor, MI: University Microfilms. 836 pp.

TERBORGH, John e Carol Van Schaik. 1997. "Minimizing Species Loss: The imperative of protection". Em R. Kramer, J. Johnson e C. Van Schaik (eds.), *Last Stand: Protected areas and the defense of tropical biodiversity*. New York: Oxford University Press. pp. 15-35.

TERBORGH, John. 1999. *Requiem for Nature*. Washington, D.C.: Island Press.

TORRES, Alberto. 1990 [1915]. *As Fontes de Vida no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV.

TOURRAINE, Alain. 1996. *O Retorno do Actor*. Lisboa: Instituto Piaget (Col. 'Economia e Política'; 6)

TRAINER, Ted. 1990. A Rejection of the Brundtland Report. *IFDA Dossier, 77*: 71-84.

UDALL, Stewart L. 1962. “Nature Islands for the World”. Em A. B. Adams (ed.), *First World Conference on National Parks: Proceedings of a Conference*. Washington, DC: National Park Service, US Dept. of the Interior. pp. 1-10.

UHL, Christopher; Daniel Nepstad, Robert Buschbacher, Kathleen Clark, Boone Kauffman e Scott Subler. 1989. Disturbance and Regeneration in Amazonia: Lessons for sustainable land-use. *The Ecologist*, *19* (6): 235-240.

UICN. 1984. *Estratégia Mundial para a Conservação: a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado*. São Paulo: CESP.

UICN, PNUMA e WWF. 1991. *Cuidar do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida*. São Paulo: UICN, PUNMA, WWF.

UNEP/WCMC/IUCN. 1993. *United Nations List of National Parks and Protected Areas*.

URBAN, Teresa. 1998. *Saudade do Matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: EdUFPR; FBPN.

VANZOLINI, Paulo Emílio. 1970. Zoologia Sistemática, Geografia e Origem das Espécies. *Série “Teses e Monografias”* (Instituto Geográfico de São Paulo), nº 3.

VASCONCELOS FILHO, João Bezerra. S/d a. *A data em que chegou a família Bezerra em Vila de Airão*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. S/d b. *Organizações de trabalhos, comércio e produção e benfeitorias na Vila de Airão feitas pelos irmãos Bezerra, durante a sua permanência, da data da chegada até a sua decadência*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.

_____. S/d c. *Cooperação com a natureza na criação e conservação de animais e peixes como pirarucu e tartarugas colocados pelos Bezerras nos rios Jaú e Carabinany pelos anos de 1920 e 1950, área atualmente pertencente ao grande Parque Nacional do Jaú*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. S/d d. *Airão visitado pelos índios Atroaris no ano de 1940*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.

_____. S/d e. *Imagem de Santo Elias de Velho Airão*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. S/d f. *Início da decadência de Airão Velho*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. S/d g. *Os últimos moradores de Velho Airão*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. S/d h. *Localidades no município de Novo Airão, na margem direita do rio Negro a partir da foz do Jaú, limites com Barcelos, até a foz do ig. Açú, limites com Manaus*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. S/d i. *Localidades no município de Novo Airão, na margem esquerda do rio Negro, a partir dos seus limites com o Estado de Roraima, descendo a margem esquerda do rio Jauaperi da foz do rio Alalaú, até a foz do rio Apuaú, limites com Manaus*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.

_____. S/d j. *Habitantes da antiga vila da freguesia depois Tauapessaçu atualmente cidade de Novo Airão*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. S/d l. *Gestão do primeiro prefeito nomeado. Airão passa a município com sede em vila de Airão velho*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. S/d m. *Início dos trabalhos na abertura da estrada rod. AM-352, Novo Airão-Manacapuru no ano de 1955, e concluída ou inaugurada no ...* Novo Airão, AM: Datil. 2p.

_____. S/d n. *Gestão do primeiro prefeito eleito e o segundo do município. Obras e trabalhos da administração Antenor Carlos Frederico; ano 1960-1964*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1987a [circa]. *Criação do Parque Nacional do Jaú*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1987b [circa]. *Lista de nomes de lugares no rio Jaú, conhecidos por João Bezerra de Vasconcelos, no atual Parque Nacional do Jaú, no município de Novo Airão, Estado do Amazonas*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.

_____. 1987c [circa]. *Lista dos lugares no rio Carabinany, pertencente ao Parque Nacional do Jaú, no município de Novo Airão, Estado do Amazonas*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.

_____. 1990 [circa]. *História biográfica do município de Airão com base nos incidentes e reformas geopolítica e social da data de sua fundação até o ano de ...* Novo Airão, AM: Datil. 4p.

_____. 1995 [circa]. *Datas de acontecimentos importantes na história de Novo Airão*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1997a [circa]. *Novo Airão depois das administrações do primeiro prefeito e o segundo; até os anos de 1982*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.

_____. 1997b [circa]. *O município de Novo Airão atualmente. 1996-1997 (Geográfico)*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1997c [circa]. *Cidade de Novo Airão atualmente*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.

_____. 1997d [circa]. *Histórico da Igreja Católica no município de Novo Airão*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.

_____. 1997e [circa]. *Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Novo Airão*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1997f [circa]. *Histórico da 1ª Igreja Batista de Novo Airão*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1997g [circa]. *História da Igreja Presbiteriana na cidade de Novo Airão*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.

_____. 1997h [circa]. *Folclore atualmente em Novo Airão. 1996-1997*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1997i [circa]. *Exportação e importação atualmente no município de Novo Airão; 1996-1997*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1997j [circa]. *Indústrias e comércios em Novo Airão. 1996-1997*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1997l [circa]. *Esporte atualmente em Novo Airão. 1996-1997*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1997m [circa]. *Saúde atualmente no município de Novo Airão. 1996-1997*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1997n [circa]. *Educação atualmente no município de Novo Airão - 1996-1997*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.

_____. 1998a. *Obras públicas em fase de construção e acabamento na cidade de Novo Airão, de 1997 a 1998*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1998b. *Obras públicas em fase de construção e acabamento, na cidade de Novo Airão - AM (1998)*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1998c. *Sistema de comunicação no município de Novo Airão - AM 1998*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1998d. *Sistema de segurança no município de Novo Airão antes e depois da criação do município: 1955* -. Novo Airão, AM: Datil. 1p.

_____. 1998e. *Sistema de transporte no município de Novo Airão antes e depois da criação do município, 1920 a 1998*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.

VEST, Jay Hansford C. 1983. Will-of-the-Land: Wilderness among primal Indo-Europeans. *Environmental Review*, : 323-329.

VIAL-DEBAS, Catherine. 1996. "De la grume au linalol: une interface écologie-économie". Em Laure Emperaire, *op. cit*. pp. 179-187.

VIANNA, Lucila Pinsard. 1996. *Considerações Críticas sobre a Construção da Idéia de População Tradicional no Contexto das Unidades de Conservação*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, FFLCH/USP.

VIOLA, Eduardo J. 1987. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1* (3): 5-26.

VIOLA, Eduardo J. 1988. The Ecologist Movement in Brazil (1974-1986): From environmentalism to ecopolitics. *Journal of Urban and Regional Research, 12*: 211-228.

VIOLA, Eduardo J. 1992. "O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável". Em Miriam Goldenberg (org.), *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro: Revan. pp.

VIOLA, Eduardo J. e Héctor R. Leis. 1995a. "A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável". Em Daniel Joseph Hogan e Paulo Freire Vieira (orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: EdUnicamp. pp. 73-102.

VIOLA, Eduardo J. e Héctor R. Leis. 1995b. "O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável". Em Eduardo J. Viola et alii, *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: EdUFSC. pp. 134-160.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 1992. Sociedades Indígenas e Natureza na Amazônia. *Tempo e Presença*, ano 14, n°. 261: 25-6.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 1996. Images of Nature and Society in Amazonian Ethnology. *Annual Review of Anthropology, 25*: 179-200.

WADE, Robert. 1997. "Greening the Bank: The struggle over the environment, 1970-1995". Em Devesh Kapur, John P. Lewis e Richard Webb (eds.), *The World Bank: Its first half-century*. v. 2. Washington: Brookings Institute. pp. 611-734.

WALLACE, Alfred Russel. 1939 [1853]. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional (Col. Brasiliana; 156).

WERMERS, Pe. Manuel Maria. 1965. O Estabelecimento das Missões Carmelitas no Rio Negro e no Solimões (1695-1711). *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. *Actas II*. pp. 527-572.

WEST, Patirck C. e Steven R. Brechin. 1991. *Resident Peoples and National Parks: Social dilemmas and strategies in international conservation*. Tucson: University of Arizona Press.

WETTERBERG, Gary B. 1974. *The History and Status of South American National Parks and an Evaluation of Selected Management Options*. Publication n. 74-29, 523. University Microfilms. Ann Arbor, Michigan USA. PhD Dissertation. University of Michigan. 270 pp.

WETTERBERG, Gary B. e Maria Tereza Jorge-Pádua. 1978. Preservação da Natureza na Amazônia Brasileira. Situação em 1978. PRODEPEF *Série Técnica* n° 13, PNUD/FAO/IBDF/BRA-76/027.

WETTERBERG, Gary B., Maria Tereza Jorge-Pádua, Angela Tresinari Bernardes Quintão e Carlos F. Ponce Del Prado. 1985. *Decade of Progress for South American National Parks: 1974-1984*. Washington: International Affairs of the National Park Service. U. S. Department of Interior.

WETTERBERG, Gary B., Maria Tereza Jorge-Pádua, Celso Soares de Castro e José Manuel Carvalho de Vasconcellos. 1976. "Uma Análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia". Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF) PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, *Série Técnica*, n. *8*. Brasília.

WILLIAMS, Raymond. 1969. *Cultura e Sociedade 178-1950*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

WILLIAMS, Raymond. 1985. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras.

WIRTH, Conrad L. 1962. "National Parks". Em A. B. Adams (ed.), *First World Conference on National Parks: Proceedings of a Conference*. Washington, DC: National Park Service, US Dept. of the Interior. pp. 13-21.

WWF. 1994. *Workshop Diretrizes Políticas para Unidades de Conservação: subsídios para discussão*. Brasília: WWF, nov. 1994. 57p.

WWF/CENTRAL INDEPENDENT TELEVISION. 1991. *The Decade of Destruction. The story of Amazonia's rainforest during the 1980's*. U.K.: WWF/CENTRA.

MAPAS

Mapas nº 1A e B – Áreas de Uso Especial na microrregião do baixo rio Negro. Fonte: IBGE (OBS.: Não está plotada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Amanã, que conecta o Parque Nacional do Jaú à Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá.)

Mapa nº 2 – Lago e baixo rio Apuaú

Mapa nº 3 – Mapa da área de terra firme da EsEc de Anavilhanas

Mapa nº 4 – Geologia da área do PNJ

Mapa nº 5 – Mapa do rio Negro no trecho entre a foz do rio Jaú e o lugar velho Pacatuba

Mapa nº 6 - Mapa do rio Negro no trecho entre a foz do rio Unini e a foz do rio Jaú

Mapa nº 7 – Distribuição do extrativismo animal praticado pelos moradores do PNJ

Mapa nº 8 – Mapa de locais de uso de recursos do morador Sr. Meruoca

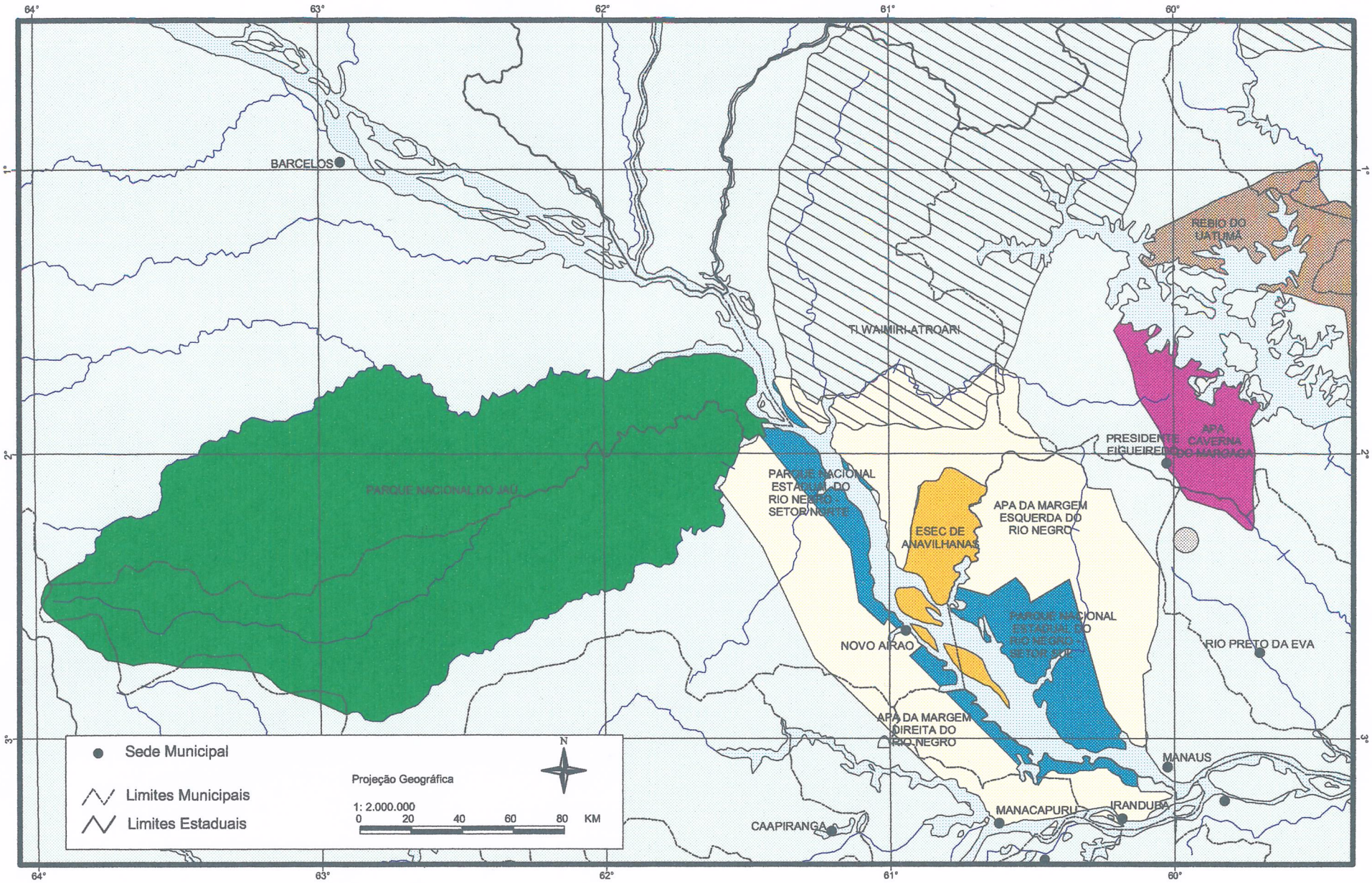
Mapa nº 9 – Mapa da cidade de Novo Airão

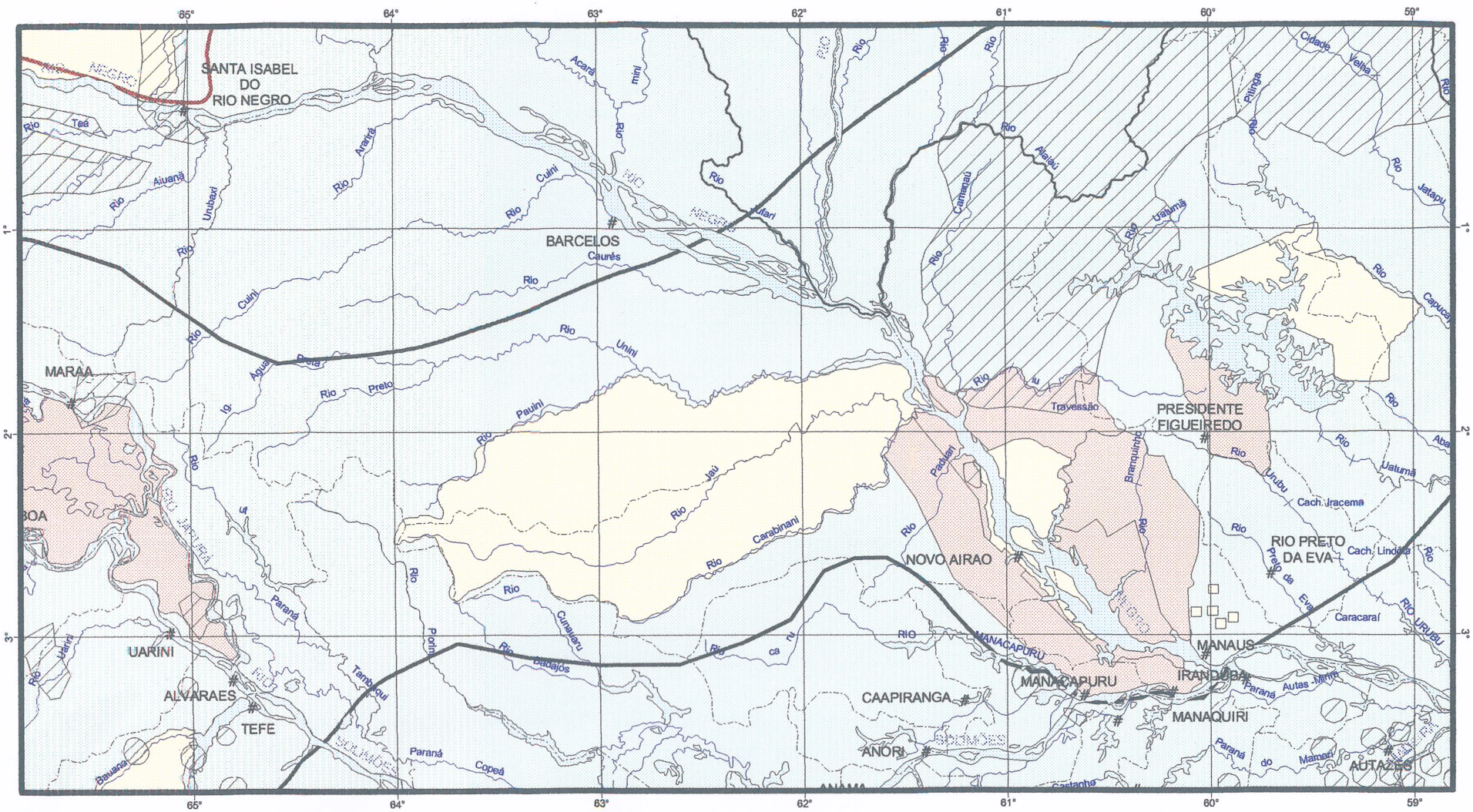
Mapa nº 10 – Mapa da EsEc de Anavilhanas

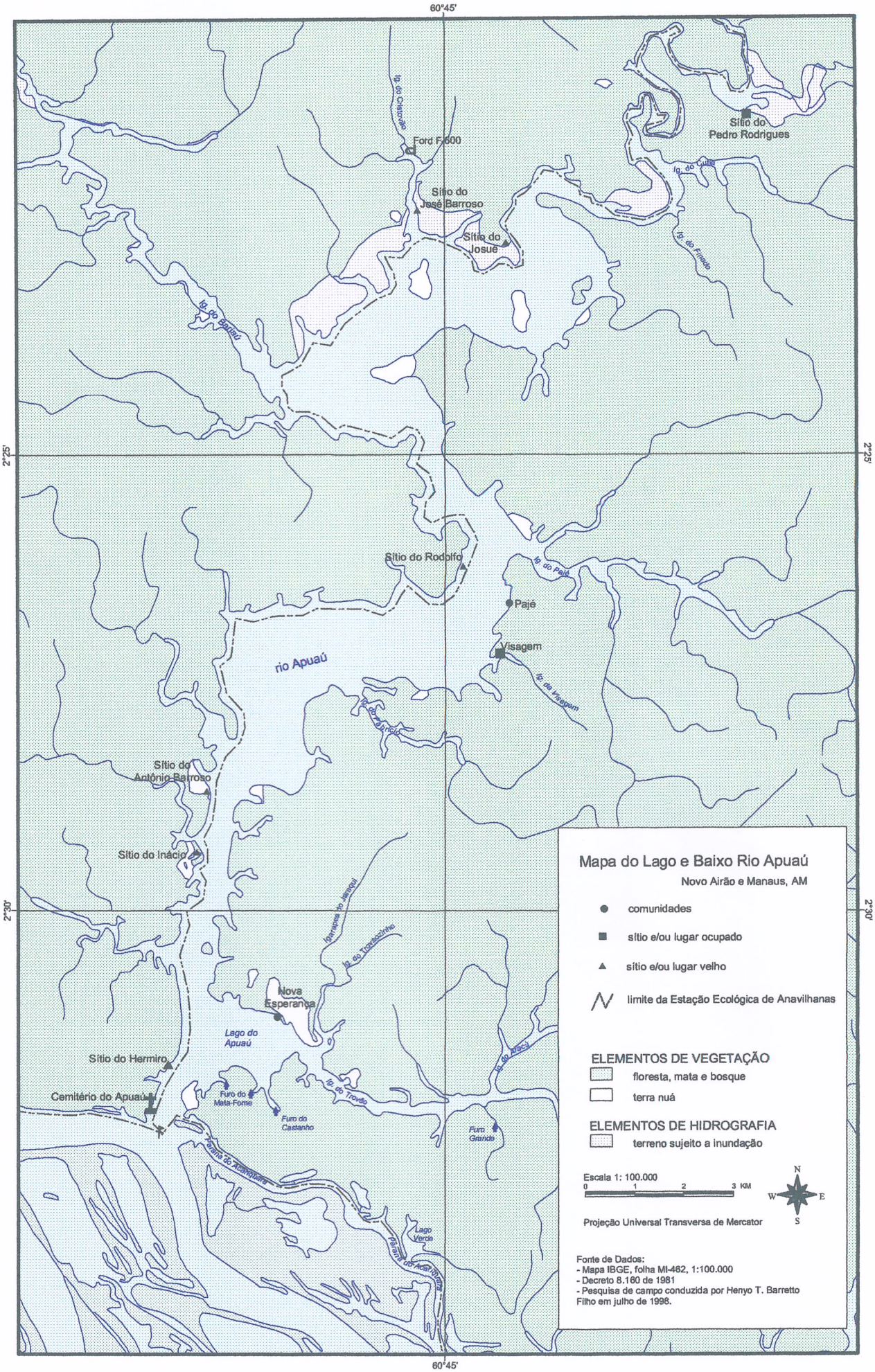
Mapa nº 11 – Mapa das "comunidades" do PNJ

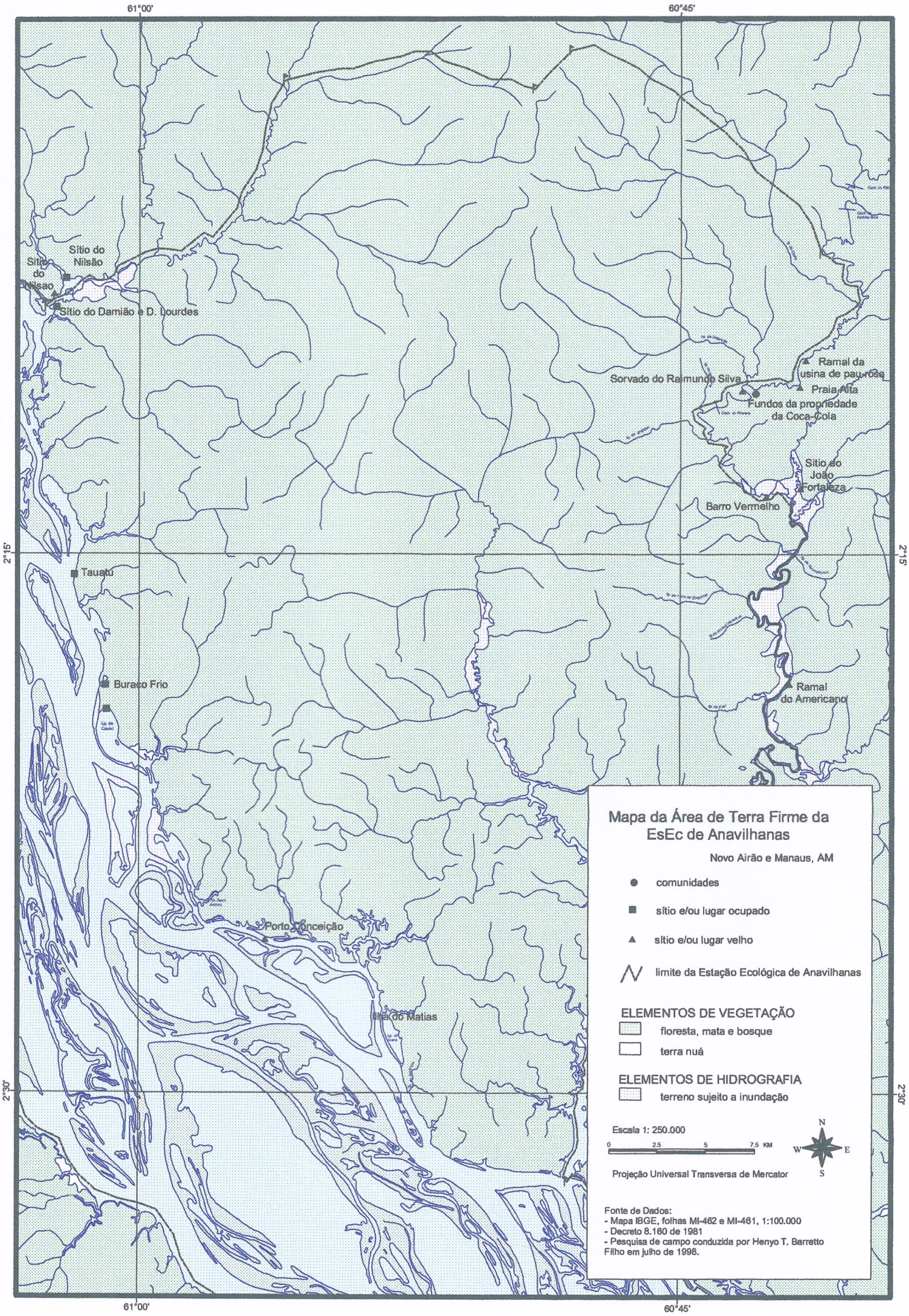
IMAGENS DE RADAR

Imagem nº 1 – Bacia do baixo rio Negro, indicando a localização das principais falhas tectônicas – linhas brancas em diagonal – que controlam a distribuição das florestas inundáveis – igapós – na região. A água a céu aberto aparece em negro, a floresta inundada em branco e a floresta não inundada em cinza.
JERD-1 L-band SAR mosaic (NASDA, Inc.)

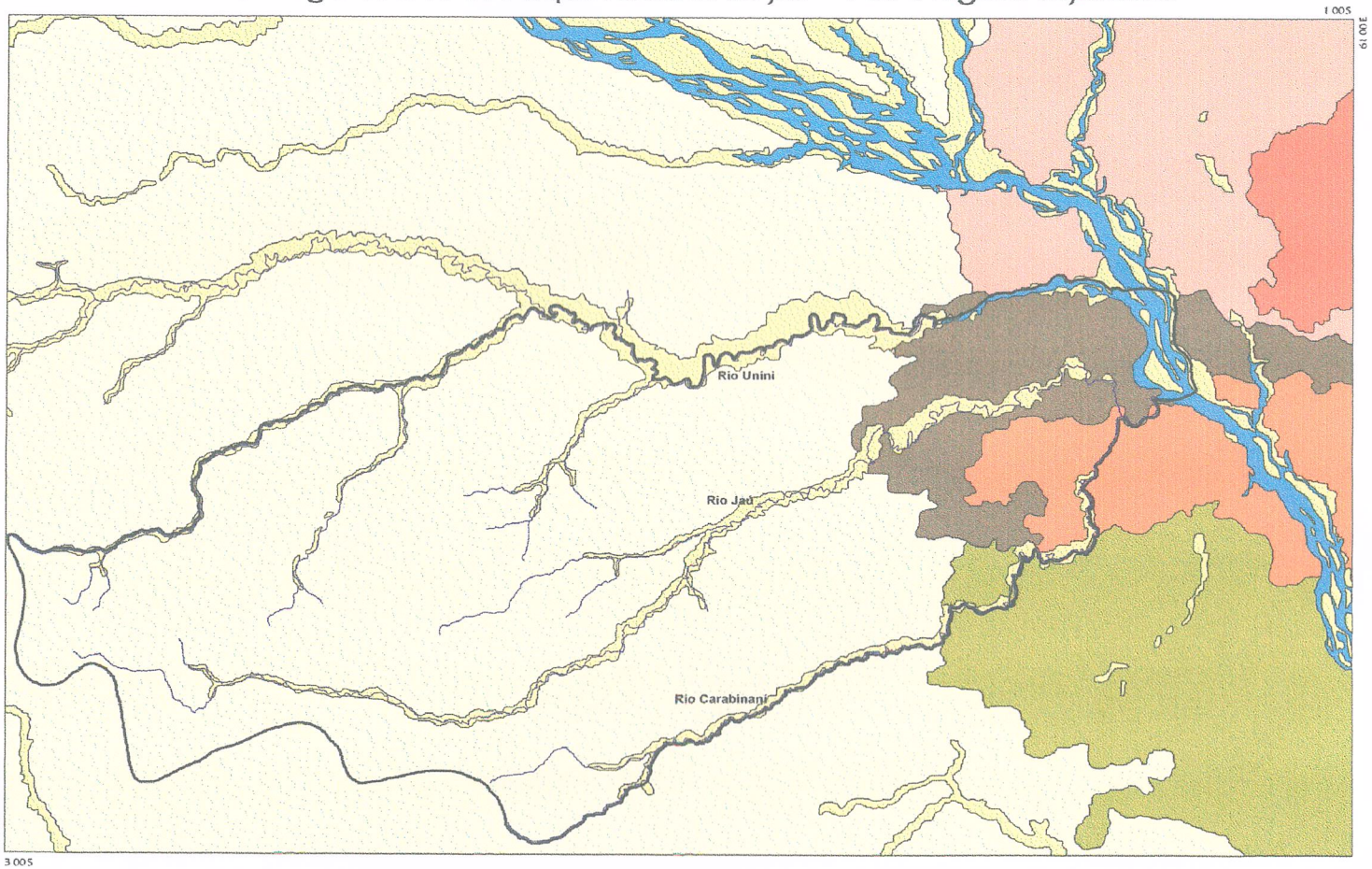

64°
63°
62°
61°
60°
1°
2°
3°
BARCELOS
TI WAIMIRI-ATROARI
REBIO DO UATUMÃ
APA CAVERNA DO MARONAGA
PRESIDENTE FIGUEIREDO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ
PARQUE NACIONAL ESTADUAL DO RIO NEGRO SETOR NORTE
ESEC DE ANAVILHANAS
APA DA MARGEM ESQUERDA DO RIO NEGRO
PARQUE NACIONAL ESTADUAL DO RIO NEGRO SETOR SUL
NOVO AIRÃO
RIO PRETO DA EVA
APA DA MARGEM DIREITA DO RIO NEGRO
MANAUS
MANACAPURU
IRANDUBA
CAAPIRANGA
Sede Municipal
Limites Municipais
Limites Estaduais
Projeção Geográfica
1: 2.000.000
0 20 40 60 80 KM
N


65°
64°
63°
62°
61°
60°
59°
1°
2°
3°
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
BARCELOS
MARAA
UARINI
ALVARAES
TEFE
NOVO AIRAO
CAAPIRANGA
ANORI
MANACAPURU
MANAUS
IRANDUBA
MANAQUIRI
AUTAZES
PRESIDENTE FIGUEIREDO
RIO PRETO DA EVA
Rio Negro
Rio Solimões
Rio Amazonas
Rio Branco
Rio Jaú
Rio Unini
Rio Preto
Rio Paraná
Rio Tefé
Rio Aiuanã
Rio Urubaxi
Rio Araçá
Rio Culiri
Rio Acará
Rio Mini
Rio Uatumã
Rio Jatapu
Rio Capucá
Rio Abacaxis
Rio Urubu
Rio Preto da Eva
Rio Autas-Mirim
Rio Paraná do Mamori
Rio Tambaqui
Rio Copeá
Rio Pauiní
Rio Carabinani
Rio Cuiuiaru
Rio Madeira
Rio Purus
Rio Tapauá
Rio Paduari
Rio Branquinho
Rio Travessão
Rio Cuiuiu
Rio Jauaperi
Rio Pitinga
Rio Cidade Velha
Rio Alalaú
Rio Camanaú
Rio Uaiuma
Rio Pauana
Rio Jutaí
Rio Aguaçu
Rio Preto
Cachoeira Jracema
Cachoeira Lindóia
Caracaraí
Caurés
Cachoeira Porteira
Cachoeira Tapuruquara
Cachoeira Paredão
Cachoeira Arapiuns
Cachoeira Ipixuna
Cachoeira Tabatinga
Cachoeira Sucuriju
Cachoeira Jatuarana
Cachoeira Tucunaré
Cachoeira Jauaperi
Cachoeira Uaiuma
Cachoeira Pitinga
Cachoeira Cidade Velha
Cachoeira Paredão


60°45'
2°25'
2°30'
Sítio do Pedro Rodrigues
Igarapé do Cutia
Igarapé do Frindo
Igarapé do Chiscovão
Ford F-600
Sítio do José Barroso
Sítio do Josué
Igarapé do Bandeu
Sítio do Rodolfo
Igarapé do Pajé
Pajé
Visagem
Igarapé da Visagem
rio Apuaú
Igarapé do Arrigo
Sítio do Antônio Barroso
Sítio do Inácio
Igarapés do Jamoul
Igarapé do Tronozinho
Nova Esperança
Lago do Apuaú
Igarapé do Arroz
Sítio do Hermiro
Cemitério do Apuaú
Furo do Mata-Fome
Furo do Castanho
Igarapé do Trovão
Furo Grande
Paraná do Acaraquara
Lago Verde
Paraná do Acaraquara
Mapa do Lago e Baixo Rio Apuaú
Novo Airão e Manaus, AM
comunidades
sítio e/ou lugar ocupado
sítio e/ou lugar velho
limite da Estação Ecológica de Anavilhanas
ELEMENTOS DE VEGETAÇÃO
floresta, mata e bosque
terra nuá
ELEMENTOS DE HIDROGRAFIA
terreno sujeito a inundação
Escala 1: 100.000
0 1 2 3 KM
N
W
E
S
Projeção Universal Transversa de Mercator
Fonte de Dados:
- Mapa IBGE, folha MI-462, 1:100.000
- Decreto 8.160 de 1981
- Pesquisa de campo conduzida por Henyo T. Barretto Filho em julho de 1998.


61°00'
60°45'
2°15'
2°30'
Sítio do Nilsão
Sítio do Nilsão
Sítio do Damião e D. Lourdes
Sorvado do Raimundo Silva
Ramal da usina de pau-rosa
Praia Alta
Fundos da propriedade da Coca-Cola
Sítio do João Fortaleza
Barro Vermelho
Tauatu
Buraco Frio
Ramal do Americano
Porto Conceição
Ilha do Matias
Mapa da Área de Terra Firme da EsEc de Anavilhanas
Novo Airão e Manaus, AM
comunidades
sítio e/ou lugar ocupado
sítio e/ou lugar velho
limite da Estação Ecológica de Anavilhanas
ELEMENTOS DE VEGETAÇÃO
floresta, mata e bosque
terra nuá
ELEMENTOS DE HIDROGRAFIA
terreno sujeito a inundação
Escala 1: 250.000
0 2.5 5 7.5 KM
N
W
E
S
Projeção Universal Transversa de Mercator
Fonte de Dados:
- Mapa IBGE, folhas MI-462 e MI-461, 1:100.000
- Decreto 8.160 de 1981
- Pesquisa de campo conduzida por Henyo T. Barretto Filho em julho de 1998.

Geologia da área do Parque Nacional do Jaú — AM e regiões adjacentes



- Aluvião
- Formação Solimões
- Grupo Barreiras
- Formação Trombetas
- Formação Prosperança
- Granito Mapuera
- Complexo Guianense

Rios

Limites do Parque Nacional do Jaú

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA

15 km 0 15 30 45 60 75 km

Escala 1:1.500.000

Mapa elaborado com base no mapa geológico do Projeto RADAMBRASIL.

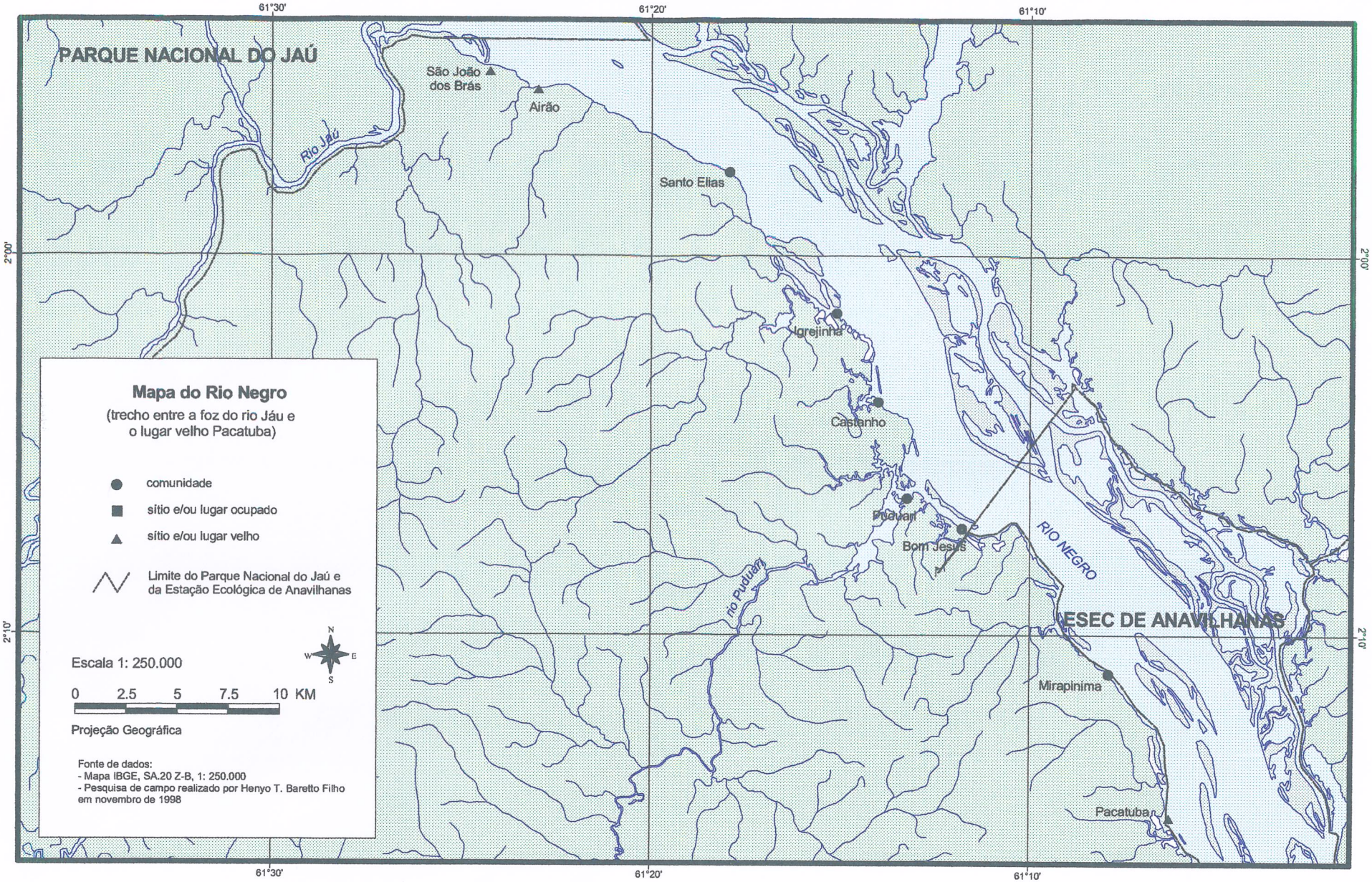
Projeção cônica conforme de Lambert

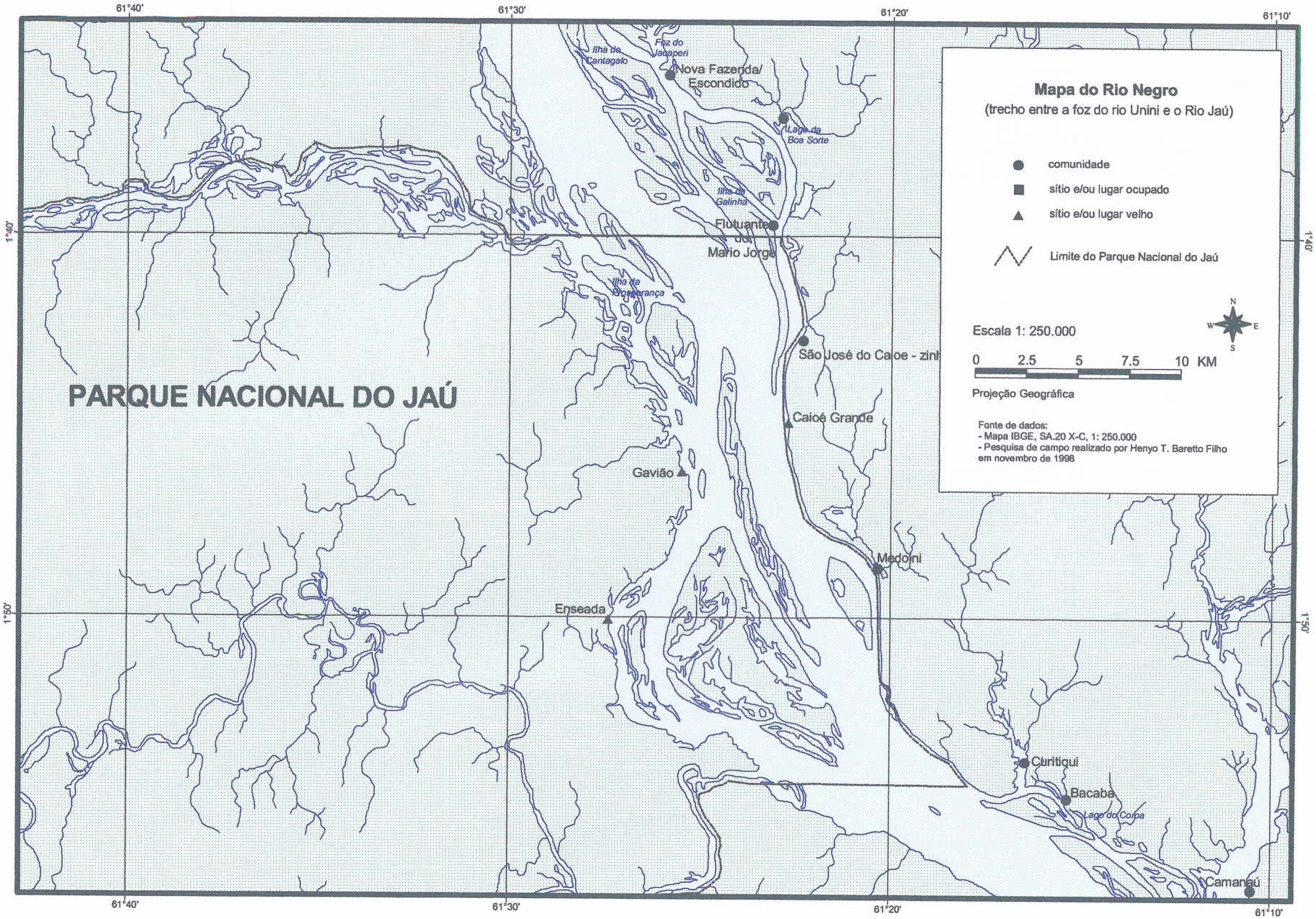
1995

LOCALIZAÇÃO DO MAPA

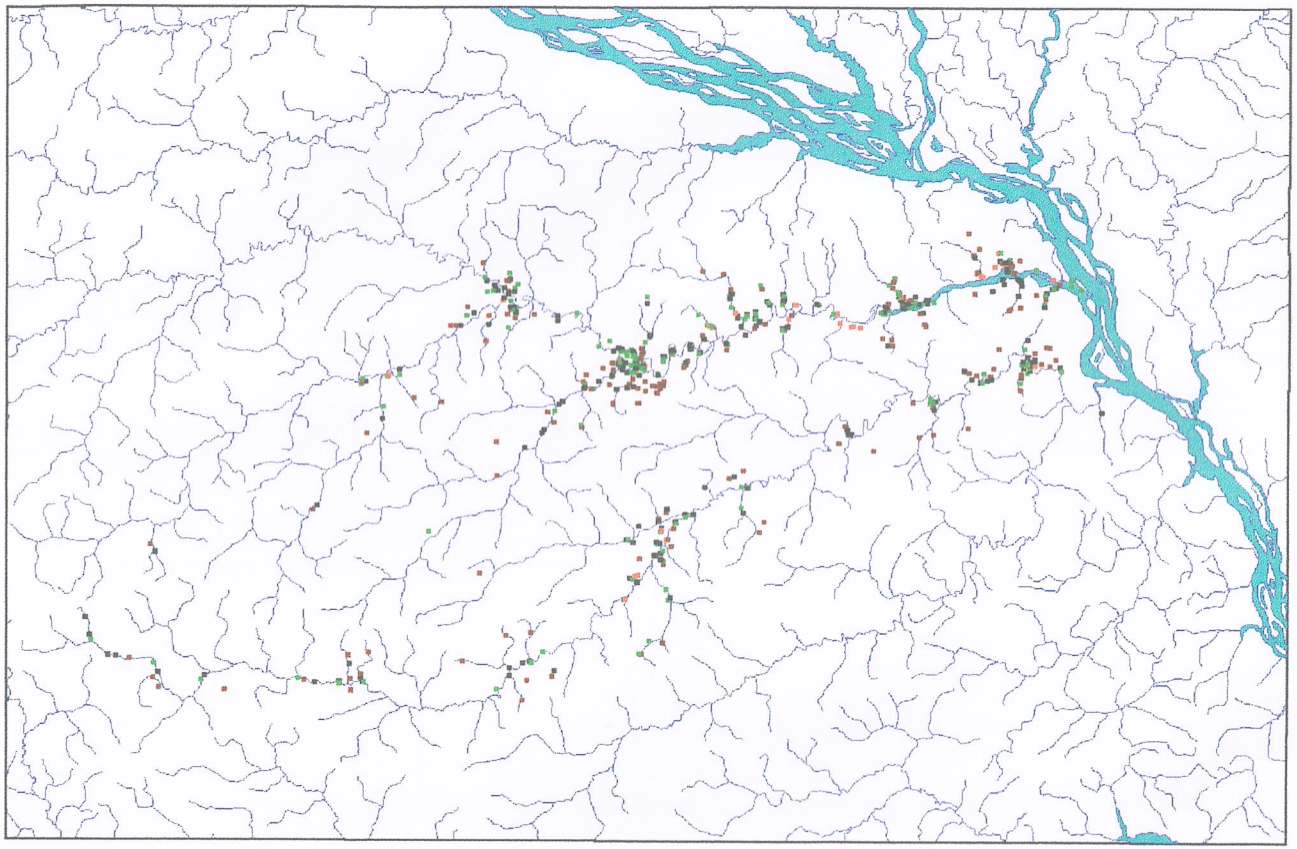
Estado do Amazonas

N


PARQUE NACIONAL DO JAÚ
São João dos Brás
Airão
Rio Jaú
Santo Elias
Igrejinha
Castanho
Puduari
Bom Jesus
rio Puduari
RIO NEGRO
ESEC DE ANAVILHANAS
Mirapinima
Pacatuba
61°30'
61°20'
61°10'
2°00'
2°10'
Mapa do Rio Negro
(trecho entre a foz do rio Jáu e o lugar velho Pacatuba)
comunidade
sítio e/ou lugar ocupado
sítio e/ou lugar velho
Limite do Parque Nacional do Jaú e da Estação Ecológica de Anavilhanas
Escala 1: 250.000
0 2.5 5 7.5 10 KM
N
W
E
S
Projeção Geográfica
Fonte de dados:
- Mapa IBGE, SA.20 Z-B, 1: 250.000
- Pesquisa de campo realizado por Henyo T. Baretto Filho em novembro de 1998


Mapa do Rio Negro
(trecho entre a foz do rio Unini e o Rio Jaú)
comunidade
sítio e/ou lugar ocupado
sítio e/ou lugar velho
Limite do Parque Nacional do Jaú
Escala 1: 250.000
0 2.5 5 7.5 10 KM
Projeção Geográfica
Fonte de dados:
- Mapa IBGE, SA.20 X-C, 1: 250.000
- Pesquisa de campo realizado por Henyo T. Baretto Filho em novembro de 1998
PARQUE NACIONAL DO JAÚ
Ilha do Cantagalo
Foz do Jataperi
Nova Fazenda/ Escondido
Lago da Boa Sorte
Ilha da Galinha
Flutuante do Mario Jorge
Ilha da Esperança
São José do Caioe - zinho
Caioé Grande
Gavião
Medoini
Enseada
Curitiqui
Bacaba
Lago do Corpa
Camanau
61°40'
61°30'
61°20'
61°10'
1°40'
1°50'

Distribuição do extrativismo animal praticado pelos moradores do Parque Nacional do Jaú - AM



LEGENDA

- Pesca
- Piabas
- Quelônios
- Caça de subsistência

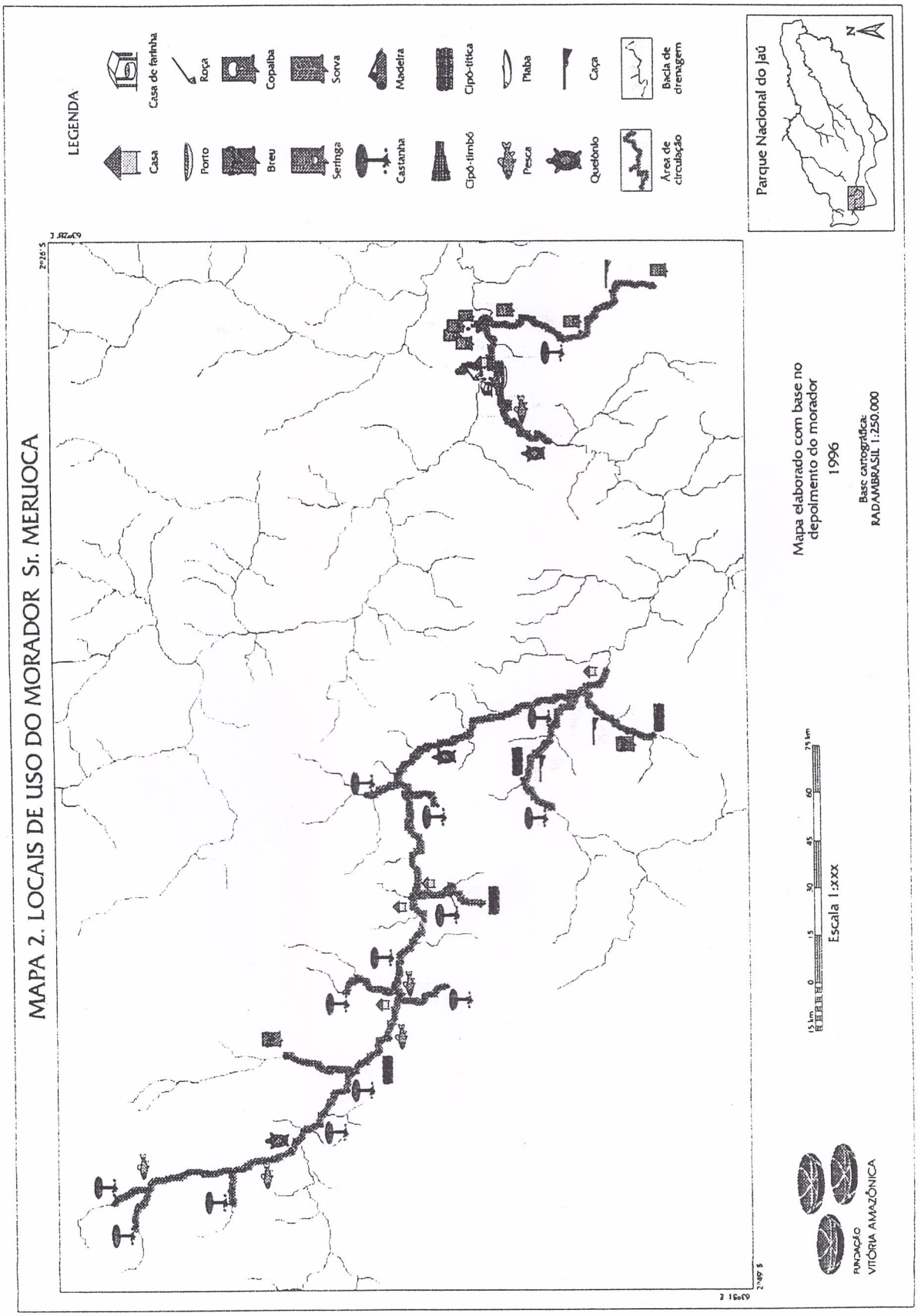
Mapa elaborado com base no Projeto RADAMBRASIL e no Censo e Mapeamento Socioeconômico de 1996.

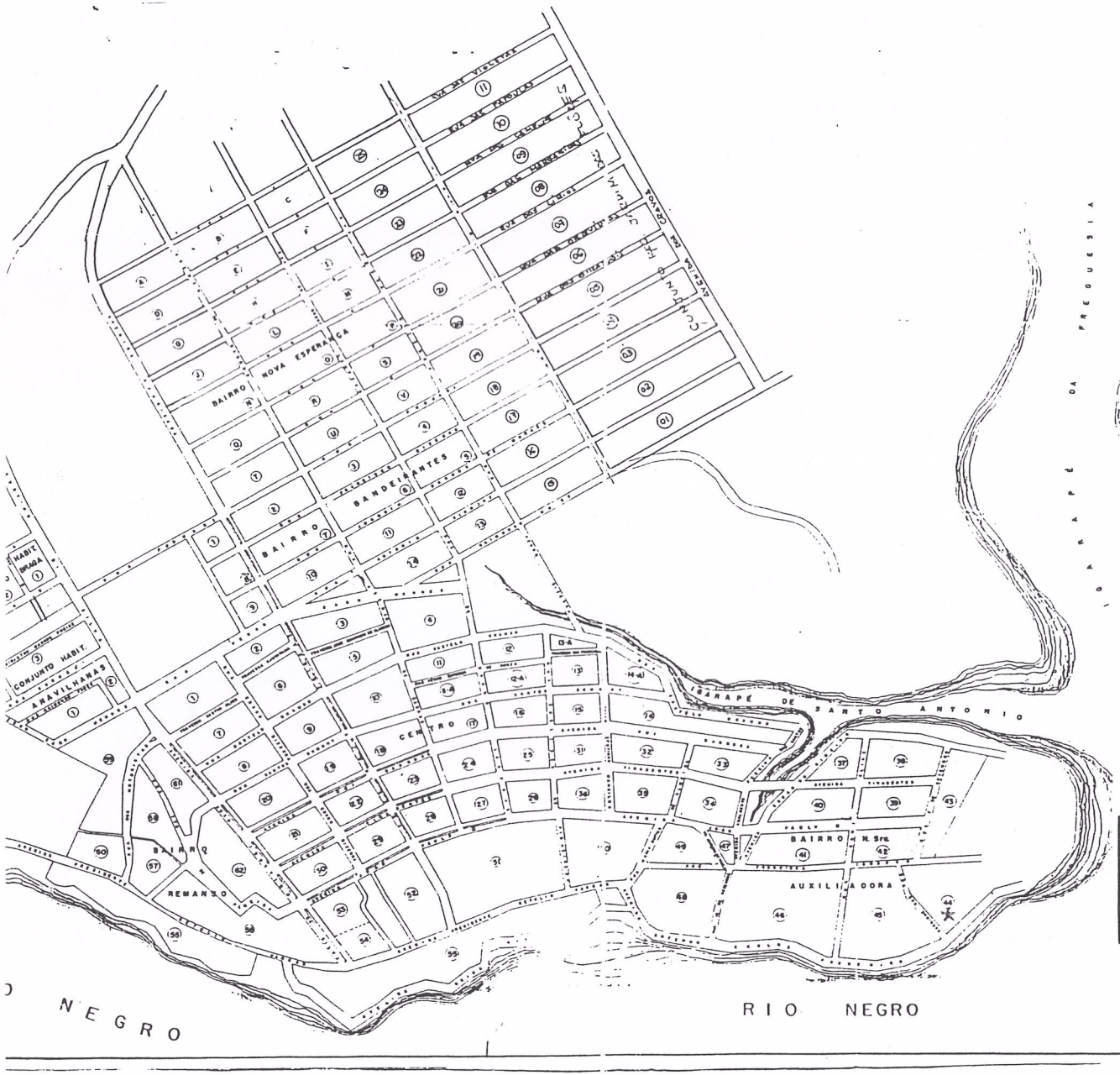
LOCALIZAÇÃO DO MAPA

Escala 1: 2.000.000

20 0 20 40 60 80 Quilômetros

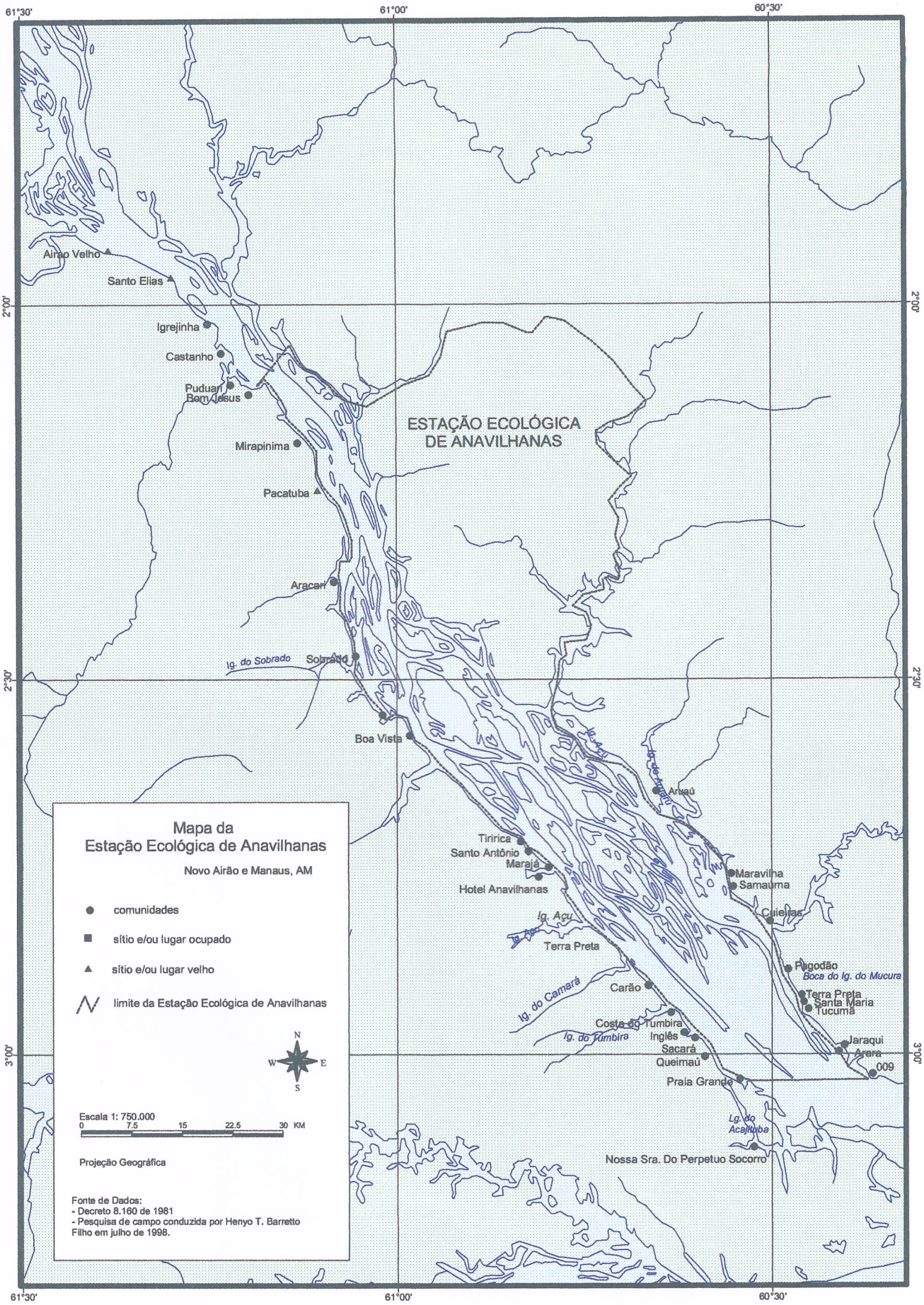
FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA


MAPA 2. LOCAIS DE USO DO MORADOR Sr. MERUOCA
LEGENDA
Casa
Porto
Breu
Seringa
Castanha
Cipó-timbó
Pesca
Quelônio
Área de circulação
Casa de farinha
Roça
Copaíba
Sorva
Madeira
Cipó-titica
Haba
Caça
Bacia de drenagem
Parque Nacional do Jaú
N
Mapa elaborado com base no depoimento do morador
1996
Base cartográfica:
RADAMBRASIL 1:250.000
15 km
0
15
30
45
60
75 km
Escala 1:xxx
FUNDAÇÃO
VITÓRIA AMAZÔNICA

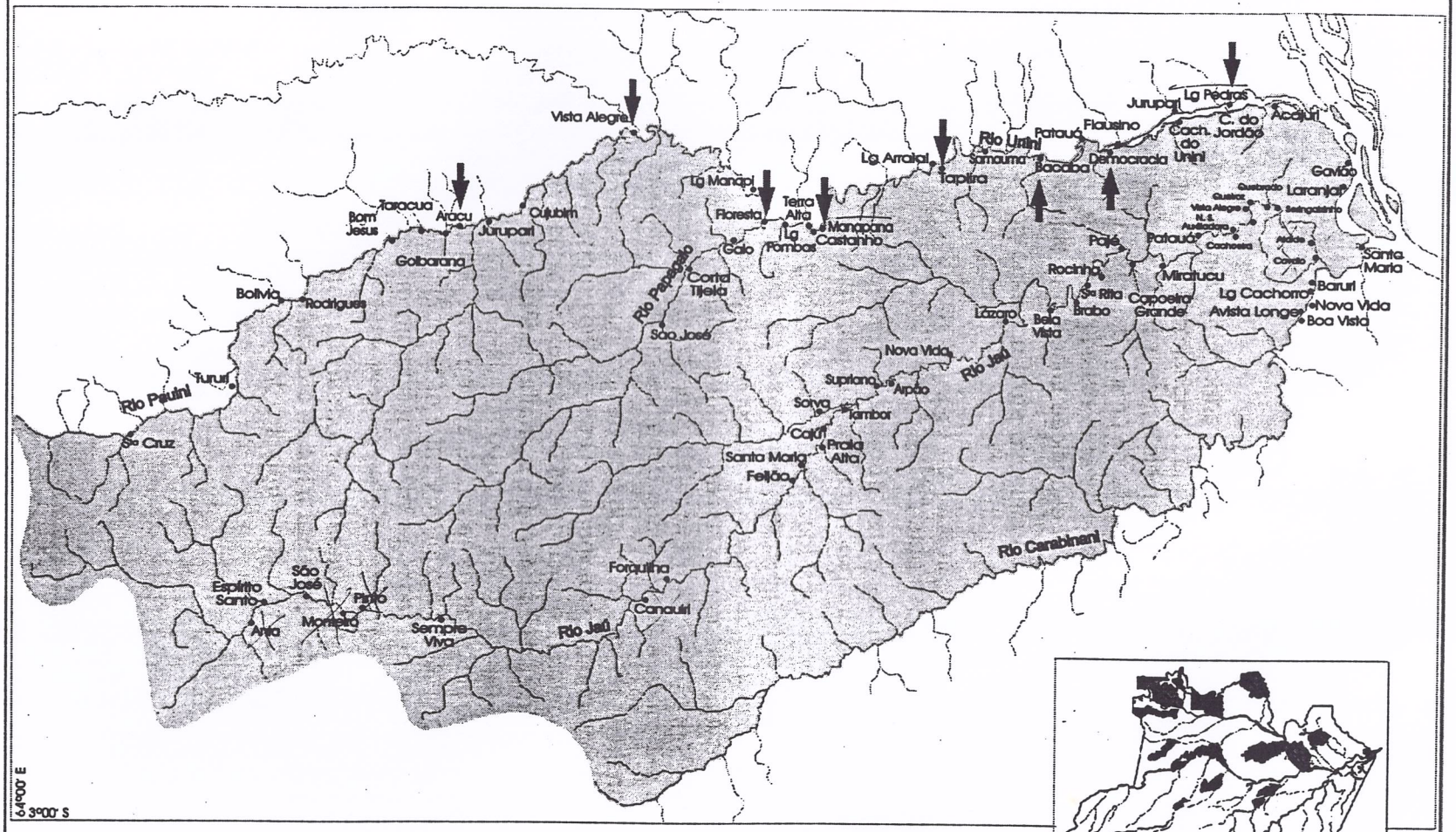


MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO
Planta Piloto de Ocupação e Zoneamento
Data: março de 97
Desenho: Pedro Afonso Cartana

ESCALA GRÁFICA APROXIMADA
0 45 90m


61°30'
61°00'
60°30'
2°00'
2°30'
3°00'
Airão Velho
Santo Elias
Igrejinha
Castanho
Puduari
Bom Jesus
Mirapinima
Pacatuba
Aracari
Ig. do Sobrado
Sobrado
Boa Vista
ESTAÇÃO ECOLÓGICA
DE ANAVILHANAS
Arniaú
Tiririca
Santo Antônio
Marajá
Hotel Anavilhanas
Maravilha
Samauma
Cuieiras
Ig. Açu
Terra Preta
Pagodão
Boca do Ig. do Mucura
Terra Preta
Santa Maria
Tucumã
Carão
Ig. do Camará
Costa do Tumbira
Ig. do Tumbira
Inglês
Sacará
Queimaú
Jaraqui
Arara
009
Praia Grande
Ig. do Acajatuba
Nossa Sra. Do Perpetuo Socorro
Mapa da
Estação Ecológica de Anavilhanas
Novo Airão e Manaus, AM
comunidades
sítio e/ou lugar ocupado
sítio e/ou lugar velho
limite da Estação Ecológica de Anavilhanas
N
W
E
S
Escala 1: 750.000
0 7.5 15 22.5 30 KM
Projeção Geográfica
Fonte de Dados:
- Decreto 8.160 de 1981
- Pesquisa de campo conduzida por Henyo T. Barretto Filho em julho de 1998.

Mapa das localidades e comunidades do Parque Nacional do Jaú



FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA

Mapa elaborado com base no Projeto RADAMBRASIL, no Censo e Mapeamento de Uso de Recursos de 1998.
Projeção Cônica Conforme de Lambert

1998

Locais onde foram realizadas reuniões

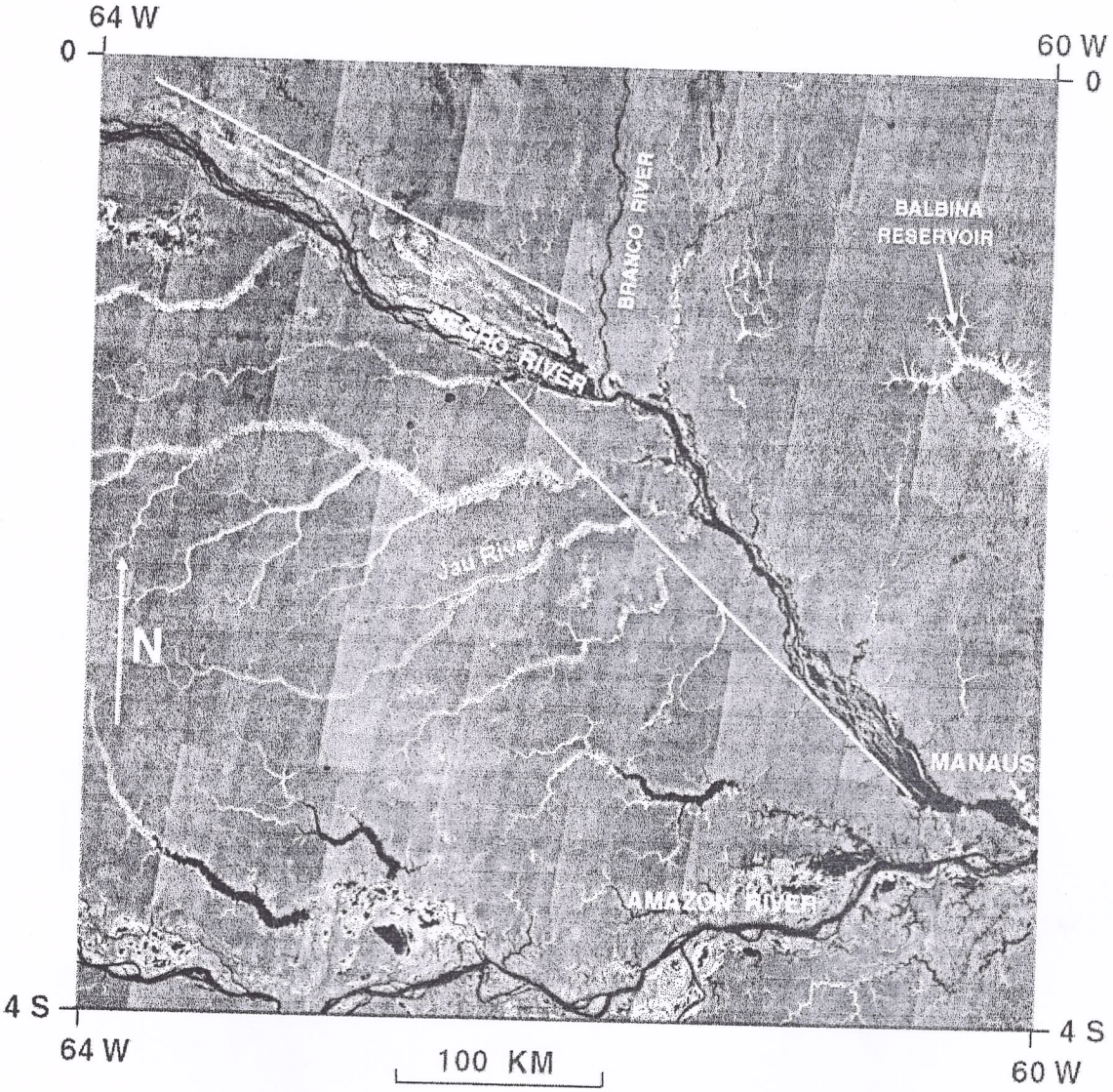


Figure 1. Lower Negro River basin indicating the location of the Jaú River and the principal fault lines (diagonal white lines) controlling wetland distributions in the region. JERS-1 L-band SAR mosaic (NASDA, Inc). Open water indicated in black, dry forest in grey and flooded vegetation in white.